00100.184693/2017-11

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII SUP. B AO Nº 186, TERÇA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de outubro de 2017 6

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 outubro de 2017 47

Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de outubro de 2017 53

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2017 81

Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2017 82

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2017 132

Ata da 46ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de outubro de 2017 145

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017 219

Ata da 48ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de novembro de 2017 220

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2017 274

Ata da 46ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2017 275

Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2017 332

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017 360

Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de novembro de 2017 361

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 outubro de 2017 435

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 outubro de 2017 462

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 outubro de 2017 494

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 outubro de 2017 505

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 outubro de 2017 519
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2017 552
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2017 570
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2017 591

1.4 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2017 621
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2017 654
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2017 688
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2017 690
Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2017 691
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2017 717
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de setembro de 2017 719
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2017 742
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2017 744
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2017 746
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2017 747
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2017 749
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2017 766
Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2017 768
Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2017 770
Ata da 78ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de outubro de 2017 772
Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2017 781
Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2017 794

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2017 796
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 outubro de 2017 839
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 outubro de 2017 865
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 outubro de 2017 901
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2017 917
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2017 974

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2017 1027

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2017 1073

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2017 1129

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2017 1160

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2017 1205

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2017 1206

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2017 1215

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2017 1233

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2017 1262

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2017 1290

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2017 1303

1.9 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 3ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2017 1304

1.10 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2017 1305

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2017 1316

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2017 1338

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2017 1392

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2017 1395

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Kátia Abreu, Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Vicentinho Alves e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Raimundo Lira, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Serra, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira e Lúcia Vânia. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 39ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 71, de 2017 (Ofício nº 11.617/SE-MF), de 29 de setembro de 2017, encaminhando o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Aviso nº 33 de 2017 (Aviso 62/2017-BCB na origem), de 26 de setembro de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de agosto de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 55, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 56, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para completar o mandato do Senhor Alexandre Cordeiro Macedo, com término em 8 de julho de 2019." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O presidente da comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. **Participante:** Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil. Após a exposição do convidado, usam da palavra os(as) Senadores(as) Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann, Ronaldo Caiado, Lindbergh Farias e Kátia Abreu. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/10

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 39ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento.

Ofício "S" nº 71, de 2017, de 29 de setembro de 2017.

Ofício do Banco Central do Brasil, Aviso nº 33/2017, de 26 de setembro de 2017.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Lembro que amanhã será realizada, às 11h, a reunião para deliberar as emendas da CAE ao Orçamento, cujo Relator é o Senador Armando Monteiro.

Comunico também a realização de audiência pública para debater a situação hídrica do País no dia 18 de outubro vindouro, quarta-feira, com a presença do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo e do Diretor Superintendente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Jerson Kelman. Lembro a importância dessa reunião. Esse assunto já foi levantado aqui várias vezes das crises hídricas que deixaram de se concentrar apenas no Nordeste brasileiro, já se estendendo de uma maneira bem grave em outras regiões do País. Foi manifestado interesse fundamental de vários Senadores.

Portanto, eu queria lembrar a importância da presença dos Srs. Senadores.

Também comunico que está confirmada a presença do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no dia 31/10/2017, às 10h da manhã. Uma audiência pública com o Ministro Henrique Meirelles confirmado. Percebi que o Senador Fernando Bezerra manifestou interesse através do seu olhar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ele está devendo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vai ser a hora de o Senador Fernando Bezerra ficar vermelho aqui novamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Que dê para ficar pelo menos cor-de-rosa.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 55, de 2017

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Tasso Jereissati, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, mediante a Mensagem nº 55, de 2017, o Presidente da República submete o nome do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 2 anos.

O Sr. Alexandre Cordeiro Macedo possui graduação em Economia pelo Centro Universitário de Brasília (2001) e em Direito pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (2006), pós-graduação em Processo Administrativo Disciplinar pela Universidade de Brasília (2008) e mestrado em Constituição e Sociedade pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (2014).

O indicado é servidor público desde 2004, tendo sido Técnico Judiciário do Superior Tribunal de Justiça de 2004 a 2006. Desde 2006, ocupa o cargo de Analista de Finanças e Controle do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Nessa condição, foi instrutor de Processo Administrativo Disciplinar, Assessor do Corregedor-Geral da União e Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral da União. Foi ainda Secretário-Executivo do Ministério das Cidades (2012-2013).

Na seara acadêmica, o Sr. Alexandre Cordeiro Macedo é professor de Direito Econômico e de Análise Econômica do Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público desde 2015. É também professor visitante da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) desde 2014, tendo lecionado as disciplinas Lei Anticorrupção e Direito Concorrencial. Além disso, segundo seu Currículo Lattes, vê-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o indicado publicou diversos artigos acadêmicos em periódicos sobre questões envolvendo o campo do Direito Econômico.

Atualmente, o indicado é Conselheiro do Cade, com mandato até 8 de julho de 2019.

O Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, portanto, tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo e em Direito Econômico, temas afeitos à área de atuação do Cade.

Em atendimento ao Ato que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da CAE, o indicado apresentou os seguintes documentos:

Declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional;

Declaração de que participa como sócio cotista das empresas JK Global Partners, cuja constituição está em fase de implementação, e da Alle Trading Ltda., não sendo, no entanto, gerente ou administrador das referidas sociedades;

Declaração de que nos últimos cinco anos não atuou em juízos e tribunais, conquanto tenha atuado nos Conselhos de Administração das seguintes empresas públicas federais: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb);

Declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal e distrital, acompanhada da Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa junto ao Governo do Distrito Federal, e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e

Declaração de que consta de certidão de distribuição (cível) a existência de processo já julgado em primeira instância favorável à sua pretensão e que não possui outras ações judiciais nas quais figure como autor ou réu.

Informa, por fim, que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade objeto de sua indicação.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão dispõem de todas as informações para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria e esclareço que, na próxima terça-feira, 17, será realizada a sabatina do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 56, de 2017

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para completar o mandato do Senhor Alexandre Cordeiro Macedo, com término em 8 de julho de 2019.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, mediante a Mensagem nº 56, de 2017, o Presidente da República submete, nos termos constitucionais e legais, o nome da Srª Polyanna Ferreira Silva Vilanova para exercer o cargo de Conselheira do Cade, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para completar o mandato do Senhor Alexandre Cordeiro Macedo, com término em 8 de julho de 2019.

A indicada, nascida em 1979, é bacharel em Direito pelo UniCEUB, e em Ciência Política pela Universidade de Brasília, e realizou cursos de especialização em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, RJ; Direito do Estado e Constituição pela Universidade Cândido Mendes, também no Rio de Janeiro, RJ; e Direito Público pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Também cursou disciplinas como aluna especial de curso de mestrado da Universidade de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi sócia do escritório SCA, de junho de 2007 a setembro de 2017, onde coordenou o Setor Estratégico da unidade de Brasília e teve atuação em tribunais superiores, entre outros. Foi professora colaboradora na Universidade de Brasília, como tutora de cursos à distância de Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Direito Tributário, Sistemas de Informação e Filosofia, entre 2009 e 2011. Foi tutora também no curso de pós-graduação em Direito Tributário da Esaf, no ano de 2007. Também trabalhou como advogada no escritório VFT, entre os anos de 2003 e 2008.

Seu currículo e sua argumentação escrita também informam que ela recebeu o prêmio "Euromoney Legal Media Group Americas Women Business Law Awards" na categoria "Best Litigator in Latin America" e "Litigation and Arbitration" da "Leaders League", ambos em 2017, além de ter sido escolhida pela "Global Investigation Review - GIR" como uma das cem melhores advogadas do mundo na área de *compliance* e investigação no ano de 2015.

Em atendimento ao disposto regimental, ela apresentou os seguintes documentos:

Declaração de que não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas ao Cade;

Declaração de que participou, como sócia, em escritório de advocacia de junho de 2008 a setembro de 2017;

Declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal e distrital, acompanhada da Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa junto ao Governo do Distrito Federal, e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Declaração de que nada consta referente a processos tanto na área cível quanto na criminal; e

Declaração de que atuou, nos últimos cinco anos como advogada privada em juízos e tribunais, e que não atuou, no mesmo período, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras federais.

Em declaração assinada, diz que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheira do Cade.

Ante o exposto, Sr. Presidente, certificamos que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome da Srª Polyanna Ferreira Silva Vilanova para exercer o cargo de Conselheira do Cade, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

É o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

Em atendimento ao art. 38, inciso II, alínea "b" do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

A sabatina da Srª Polyanna também realizar-se-á na próxima terça-feira, dia 17.

Gostou do "realizar-se-á", Senador? Mesóclise. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Saiu sem querer. É de tanto ouvir. Acho que eu nunca tinha usado. (*Risos.*)

Audiência pública interativa.

Assunto: discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Observações: em 04/04/2017, o Sr. Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil, participou de Audiência Pública promovida por esta Comissão, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convidado: Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

S. Exª o Sr. Ilan Goldfajn já se encontra na Secretaria da Comissão. Solicito aos Srs. Senadores Fernando Bezerra e Flexa que encaminhem o Presidente do Banco Central a esta mesa.

Comunico também que se encontra presente o Sr. Fábio Araújo, Chefe da Assessoria Econômica ao Presidente do Banco Central, que também está convidado para compor a mesa. (*Pausa.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... pelos Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. O interpelante dispõe de 5 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de 2 minutos para a réplica, concedendo ao Ministro, ao Presidente do Banco Central, o mesmo tempo para a tréplica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a presença do Sr. Ilan Goldfajn nesta Comissão – cordialmente, como sempre, atenciosamente, atendendo prontamente ao nosso convite –, passo a palavra ao Presidente do Banco Central.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Muito obrigado. É sempre um prazer estar aqui.

Exmo Sr. Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmo Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmas Sras Senadoras, Exmos Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, é sempre uma grande honra retornar ao Senado e a esta Comissão para prestar esclarecimentos a V. Exªs e à sociedade brasileira em atendimento ao contido nos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno desta Casa, para discorrer sobre as diretrizes, a implementação e as perspectivas da política monetária.

Aproveitarei a oportunidade para trazer a minha avaliação sobre as condições atuais e prospectivas do cenário internacional e da economia doméstica e para apresentar a visão do Banco Central sobre os desafios da política econômica e monetária.

Em relação à economia internacional, o cenário tem se mostrado favorável para as economias emergentes, de maneira geral e para o Brasil em particular, na medida em que a atividade econômica global vem se recuperando sem pressionar as condições financeiras nos países avançados. Isso contribui para manter o apetite ao risco em relação às economias emergentes, proporcionando ambiente mais sereno nos mercados de ativos brasileiros.

No ambiente doméstico, apesar da volatilidade enfrentada pelo País, nossa situação econômica apresentou avanços. Nesse sentido, há três avanços que quero ressaltar em minha fala hoje: primeiro, a redução da inflação; segundo, a queda da taxa de juros; terceiro, a recuperação da economia brasileira. Vou começar com a inflação.

A inflação foi reduzida de 10,7%, em 2015, no final de 2015 – na verdade, no comecinho de 2016, foi de 10,7% também –, para 2,5% em setembro de 2017. De 10,7%, caiu para 2,5%, quando se acumula em 12 meses. Essa dinâmica, essa queda da inflação tem vários fatores. O primeiro fator é a ociosidade na economia, que desempenha um papel desinflacionário na medida em que a demanda é limitada em frente de uma oferta maior. Isto é típico de período recessivo: oferta maior que demanda. Isso gera uma pressão desinflacionária. No entanto, não podemos dimensionar exageradamente esse fator. A recessão durou mais de dois anos, começou no final de 2014 e foi até o final de 2016, mais de dois anos. E a inflação ficou alta até o último trimestre do ano passado. A inflação, em agosto de 2016 – ou seja, eram dois anos de recessão –, foi de 9%.

O que explica a persistência da inflação alta no contexto de recessão? Primeiro, quero falar que, naquele contexto de recessão com inflação alta, assim que assumi, logo depois que esta Casa me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

honrou com a indicação, os pedidos foram feitos para se adotar uma meta ajustada, não uma meta ajustada para baixo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ILAN GOLDFAJN – ... mas uma meta ajustada para cima da inflação de 4,5% da meta. Nós tomamos o caminho de perseguir a meta original, porque acreditávamos que, apesar de a meta ser desafiadora, ela era a possível. No final, a queda da inflação neste ano mostra que é não só crível, como bastante possível, desde que as expectativas sejam ancoradas. Aí vou falar um pouco por que expectativas ancoradas são relevantes.

Numa recessão com inflação alta, o mecanismo defensivo faz com que, apesar de a demanda estar baixa, quem determina o preço, quem está colocando o preço fique com receio de os custos subirem e de ele acabar vendendo com margem negativa. Vende-se pouco... Se há margem negativa, há riscos que ele não quer correr. Enquanto a expectativa de inflação for alta, não se reduzem os preços. Quando houve a mudança de política econômica e a firmeza da política monetária, as expectativas de inflação começaram a cair, o que permitiu que as condições de demanda e de oferta atuassem. Então, nós acreditamos que foram decisivas a política monetária e a política econômica.

A dosagem da política monetária se mostrou, até o momento, também adequada. As atuais expectativas de crescimento para 2017 e 2018 já estão maiores hoje do que foram no final do ano passado, o que mostra que a dosagem foi adequada.

Outro elemento, além da questão da ociosidade, além da questão da expectativa foi o choque do preço dos alimentos, que, às vezes, dependem da safra boa, às vezes dependem do clima... E, neste ano, nós tivemos uma mudança relevante na inflação nos preços de alimentos.

Para vocês saberem, a inflação de alimentos acumula uma queda neste ano de mais do que 5%, comparado com o quê? Com uma inflação de quase 10% no alimento no ano passado. Quando nós vemos a mudança de uma inflação de 9% para uma queda de 5%, essa diferença explica, no IPCA, na inflação total, quase 2%. Ou seja, um choque de alimento que, às vezes, depende de questões não relativas à política econômica, à política monetária levaram, contribuíram para a inflação deste ano com quase 2%.

Só para dar um número para todos saberem, a inflação do IPCA, excluindo alimentos, nos últimos 12 meses, foi de 4,2%. Ou seja, excluindo alimento, é muito mais perto da meta oficial.

É natural, em função dos choques, esperar-se que, no regime de metas bem implementado, a influência flutue em torno da meta, às vezes para cima, às vezes para baixo – não sempre para cima. Isso é natural dentro do regime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A política monetária não deve reagir aos choques primários, deve apenas reagir ao impacto desse no resto dos preços.

Em face das expectativas de inflação apoiadas em torno da meta, em face do grau de ociosidade da economia, a taxa Selic recuou 600 pontos-base desde outubro de 2016, 6%. E há expectativa por parte do mercado de quedas adicionais à frente.

O cenário básico para a inflação não se alterou de forma material desde a última reunião do Copom, e o relatório de inflação divulgado pelo Banco Central no dia 21 de setembro. Naquela ocasião, falávamos que:

> Para a próxima reunião, caso o cenário básico evolua conforme o esperado, e em razão do estágio do ciclo de flexibilização, o Comitê vê, neste momento, como adequada uma redução moderada na magnitude de flexibilização monetária. Além disso, nessas mesmas condições, o Comitê antevê encerramento gradual do ciclo. Não obstante as perspectivas acima, o Copom ressalta que o processo de flexibilização continuará dependendo da atividade econômica, do balanço de riscos, de reavaliações da estimativa da extensão do ciclo e das projeções e expectativas de inflação.

Isso diz respeito à queda dos juros. Eu falei da queda da inflação e falei agora da queda dos juros.

O cenário básico para a inflação envolve dois tipos de riscos: um risco para baixo com inflação e um risco para cima com inflação. Eu vou começar com o risco para baixo. Talvez esse choque de alimentos venha a se espalhar com mais força para o resto dos preços.

Também é possível que a inércia, que sempre nos acompanhou, perpetue uma inflação baixa – que hoje está em 2,5% – para a frente. Esses são os riscos de a inflação ficar abaixo da meta. O risco para baixo.

Qual o risco para cima? Com o risco para cima a gente vê frustradas as expectativas da continuidade dos ajustes e das reformas. Isso é elevar o prêmio de risco, e elevando-se o prêmio de risco, eleva-se a projeção de inflação mais para a frente. Também é verdade que há outro risco que se junta a esse risco, que é a reversão do cenário benigno internacional. Então, o risco para a inflação mais alta hoje é não fazer as reformas e os ajustes em tempo e ao mesmo tempo ter um choque internacional que mude o cenário benigno de hoje. Esses são os dois riscos, um para cada lado.

A conjuntura econômica atual prescreve estímulo. O que significa estímulo na política monetária? Taxa de juro abaixo da estimativa da taxa estrutural. Quando a gente olha o juro real, não só o juro nominal, olhando diversas metodologias, mas sempre olhando para frente... Por exemplo, qual é a taxa de um ano de juros e qual a inflação esperada em 12 meses? Isso dá um juro real de em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

torno de 3%. Quando a gente olha a pesquisa do Focus, o que se espera da taxa de juros e o que se espera da inflação? Também perto de 3%. E quando se olha o título indexado, as NTN-Bs que pagam a inflação, pagam IPCA, o que se paga além do IPCA são 2,9%, em 12 meses.

Então, o juro real, na economia, hoje está em torno de 3%, que é abaixo do ponto de vista histórico. Nossos juros reais já foram, duas décadas atrás, de 20% – real, não nominal; uma década depois caiu para 10%. Nos últimos cinco anos, a média foi 5% real e hoje a gente está em 3%.

O nosso papel hoje é tentar manter essa situação, manter a taxa estrutural mais baixa, manter a inflação mais baixa. O que significa a taxa de juros hoje estar abaixo da estrutural? Que uma das duas coisas pode acontecer: ou a gente consegue reduzir a estrutural, ao longo do tempo, ou em algum momento do tempo nós vamos ter que subir a taxa de hoje; ou uma combinação das duas: uma cai e outra sobe, e se encontram no meio.

Então, para garantir que a tendência da queda da taxa de juros seja sustentável é necessário continuar os esforços de reduzir a taxa de juro estrutural. Para isso temos que perseverar no caminho de ajustes e reformas.

Gostaria agora de falar do crédito. Eu queria concentrar na notícia favorável o crédito, que é o crédito para as famílias. O crédito para as famílias está aumentando nos últimos tempos, com queda da taxa de juros, paulatinamente. Houve aumento de 0,7% no volume mensal de créditos das pessoas físicas, que totalizou 1,6 trilhões, enquanto a taxa média de juros ficou 6,6% menor em doze meses.

As taxas de inadimplência nesse segmento estão mais baixas. E estão baixas em termos históricos, permanecendo estáveis pelo terceiro mês consecutivo.

Além disso, vale destacar que o endividamento das famílias com o percentual da renda caiu de 27% em 2015 para 23% – então, houve alavancagem nas famílias – e o comprometimento da renda diminuiu dois pontos percentuais, e eu acho que vai continuar diminuindo na medida em que a gente for capaz de reduzir os juros na economia.

Ex^{mo}s Srs. Senadores, a redução da inflação e a ancoragem das expectativas, a queda na taxa de juros e a melhoria nas condições no mercado e do crédito têm produzido a recuperação da economia. Após dois anos de recessão, o conjunto recente dos indicadores de atividades econômicas mostra sinais compatíveis com a recuperação gradual da economia brasileira. Depois do crescimento de 1% no primeiro trimestre – e eu sempre digo que 1% no resto do mundo seria anualizado para 4%, que é a forma como se divulga –; logo depois veio o crescimento do segundo trimestre de 0,2%, que anualizado seria 0,8%. O consumo, o crescimento do consumo foi a novidade no segundo trimestre e teve o seu avanço em 1,4%, que é o primeiro resultado positivo desde 2014. É a primeira vez que o consumo teve o resultado positivo de 1,4%. E é claro que o setor externo continua contribuindo com exportações subindo 0,5% e as importações caindo 3,5%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E no terceiro trimestre? Continua avançando. Por exemplo, o índice de atividade do Banco Central cresceu 0,4% em julho; a taxa de desemprego, medida pela PNAD do IBGE, caiu para 12,6%, depois de atingir um pico de 13,7% – a taxa ainda está alta, mas saímos do pico de 13,7% para 12,6%; e se criaram 35 mil postos de trabalho formais em agosto – é o quinto mês consecutivo de criação de trabalho formal. Em outras palavras, há recuperação gradual da economia.

E o crescimento do consumo tem sido instrumental, por causa da queda da inflação, que elevou o poder de compra da população e explica a recuperação. Esse é um movimento calcado em bases sólidas, pois se baseia no aumento permanente de renda. A inflação caiu e ela não vai voltar para dois dígitos. Então, é um aumento permanente de renda que está calcado em bases sólidas.

Vou dar um exemplo do aumento do poder de compra para quem recebe salário mínimo. Em agosto de 2016, antes de a inflação começar a cair, sobravam R$185,00 de um salário mínimo de R$888,00, depois de comprar a cesta básica. Depois de comprar a cesta básica, sobravam R$185,00. Hoje, sobram quase R$300,00 depois de comprar a cesta básica. Então, houve o aumento dessa sobra de renda de 55%. E a razão é porque a inflação de alimentos caindo favorece mais as camadas mais pobres.

Não obstante a recuperação do poder de compra e a recuperação do consumo, a retomada dos investimentos tem de ser o próximo passo esperado para gerarmos crescimento sustentável no médio e longo prazos. Os esforços do Governo na área de infraestrutura e, na minha opinião, na privatização são alicerces importantes para esse investimento e para o crescimento sustentável.

Os resultados recentes dos leilões de usinas hidrelétricas e de concessão de petróleo foram bem-sucedidos, reforçando evidências de que a condução da política econômica já mostra resultados na recuperação da confiança. A queda da inflação, a redução dos juros e a recuperação da atividade são resultados da reorientação da política econômica e do trabalho do Banco Central.

Nesse ponto – falando do trabalho do Banco Central – gostaria de destacar a importância da qualidade do corpo técnico do Banco Central para esse trabalho. A qualidade dos produtos e serviços do Banco Central é assegurada pela excelência dos seus servidores. O corpo funcional do Banco Central está entre as principais carreiras de Estado, executa serviço de enorme importância para a sociedade brasileira. Seu comprometimento nos tem permitido alcançar nossos objetivos.

Vou falar agora da Agenda BC Mais. Eu falei da política econômica, da inflação... Agora vou falar da Agenda, que é mais estrutural. Ela merece destaque por seus esforços de aumentar a cidadania financeira, de aprimorar o arcabouço legal, de aumentar a eficiência do sistema financeiro e de reduzir o custo de crédito. Esses são os pilares da nossa agenda. Não vai dar aqui para falar de toda a Agenda. Vocês vão ter que ir para o *site* acompanhar tudo que foi feito, que já foi feito e que não foi feito. Eu vou dar aqui só alguns exemplos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro exemplo. Foi aprovada a Lei 13.476, de 2017, que foi a conversão da MP 777, que permite que instituições financeiras registrem em ambientes eletrônicos os ativos de crédito. Isso melhora a garantia que é essencial para o custo de crédito.

Segundo exemplo. Foi a aprovação da Lei 13.483, de 2017, convertida da MP 777, que moderniza a taxa de remuneração do BNDES. A nova TLP, que foi aprovada por esta Casa, servirá de base para os novos empréstimos do BNDES e será uma taxa de mercado (IPCA mais NTN-B de cinco anos). A TLP proporciona maior potência à política monetária, reforça a queda na taxa de juros estrutural da economia – nós nunca falamos uma estimativa de quanto vai sair recentemente para a empresa, algumas estimativas importantes de quanto que pode cair a taxa estrutural –, incentiva o financiamento privado de longo prazo e o desenvolvimento do mercado de capitais e dá mais agilidade, inclusive, para o BNDES.

Terceiro exemplo. Nós tomamos medidas na área de cartão de crédito, limitando o rotativo em um mês. Houve uma queda na taxa regular do rotativo pela metade; também houve um deslocamento, depois desse mês, para o parcelado.

Nós também publicamos a lei – nós, não, o Governo publicou a lei, com a aprovação daqui desta Casa da MP 764 – que autorizava os estabelecimentos comerciais a praticarem preços diferentes em cartão, cartão de débito... Quem for ao posto de gasolina vai ver que há essas opções hoje, desconto para quem pagar, por exemplo, em dinheiro.

Quarto exemplo. É Medida Provisória 784, que é uma medida provisória importantíssima, que moderniza os instrumentos de natureza administrativa do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários. Consegue fazer com que nosso processo seja eletrônico, com que nós tenhamos um termo de compromisso, com que consigamos reduzir o tempo dos nossos processos, com que consigamos ser mais modernos em quais são os processos, quais são as penas. Tudo isso é algo que está sendo hoje votado na Câmara e, logo mais – esperamos –, no Senado.

Outro exemplo, cadastro positivo. Nós estamos tentando um novo arcabouço legal de que trata o PL 212/17 – inclusive autoriza aqui esta Casa –, com o objetivo de fomentar o uso desse mecanismo, criando condições para maior concessão de crédito para os consumidores. Quero também destacar o PL 314, de autoria do Senador Ricardo Ferraço – e entendo que a relatoria está com o Senador Tasso Jereissati –, que fala do relacionamento do Banco Central e do Tesouro Nacional, que é muito importante essa modernização da relação.

Então, os senhores estão vendo que há medidas provisórias, há projeto de lei desta Casa, e todos eles fazem parte da melhoria no sistema financeiro.

E eu queria agradecer todo esse esforço, tanto na aprovação disso como na própria iniciativa de melhorar o sistema financeiro através desses projetos de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmas Srªs Senadoras, Exmos Srs. Senadores, quero encerrar a minha fala, com quatro pontos, resumindo: a economia brasileira vive um período de desinflação, recuperação econômica, queda da taxa de juros, fruto da reorientação da política econômica e da determinação da política monetária.

É importante destacar que esse cenário de recuperação se dá em um ambiente de flexibilização monetária, que tem levado à queda da taxa de juros nominais e reais, que estão em valores próximos aos mínimos históricos.

O cenário internacional – é um outro ponto – encontra-se benigno, mas gostaria de alertar que não deveremos esperar que continue benigno indefinidamente. Nesse sentido, quero ressaltar que a continuidade de ajustes de reformas, em particular da reforma da previdência, é importante para o equilíbrio da economia, com consequências favoráveis; para a desinflação; para a queda da taxa de juros estrutural, e para a continuidade da recuperação de forma sustentável da economia brasileira.

Essas foram as minhas considerações iniciais. Coloco-me à disposição de V. Exªs para prestar as informações que considerarem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Presidente, por sua exposição bastante clara, bastante didática.

Passo, então, a palavra agora aos Srs. Senadores, que terão, para suas interpelações, conforme o determinado no início desta reunião, cinco minutos cada Senador. Será o primeiro interpelante o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, prezado Presidente Ilan, prezado Fábio, Chefe da Assessoria Econômica, o relatório de acompanhamento fiscal de outubro, divulgado ontem pela nossa IFI, a nossa Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, indicou que a economia começa a dar sinais importantes de recuperação. A IFI projetava um crescimento para o PIB em 2017 da ordem de meio ponto percentual, desde o início do ano. Agora revisou para 0,7 pontos percentuais. Em 2018, o cenário previsto pela IFI é também mais positivo. Passou de 1,9 para 2,3 pontos percentuais.

As receitas públicas em agosto começaram a apresentar uma dinâmica mais positiva em linha com os dados de atividade de maior frequência, como indicador de atividade do próprio Banco Central, o chamado IBC-Br. Evidentemente não se trata de uma recuperação retumbante, mas não há como negar que estamos entrando na parte ascendente do ciclo econômico.

Reconheço, Sr. Presidente Ilan, que há muitos desafios pela frente. A Instituição Fiscal Independente traça três cenários para as variáveis macroeconômicas, o déficit primário e a dívida pública bruta. No cenário básico, qual seja aquele mais provável, a dívida sairia dos atuais 73,7 pontos percentuais do PIB e alcançaria 93,5 pontos percentuais, isso em 2025, para só então estacionar e, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um segundo momento, começar a cair. No cenário pessimista, menos provável que o básico, a dívida alcançaria já 100% do PIB em 2020. Esses números mostram que o risco de insolvência, isto é, de crescimento incontido da dívida pública como proporção do PIB, só ficará afastado se mantivermos o rumo do ajuste fiscal.

A fixação do teto de gastos foi um passo importante para expor à sociedade as nossas restrições orçamentárias, para mostrar-lhe, de maneira clara, que dinheiro não dá em árvore e que para financiar políticas públicas de saúde, educação, segurança e desenvolvimento regional só há três possibilidades: emitir moeda, o que gera inflação; aumentar a carga tributária, o que desincentiva a produção; e emitir títulos da dívida pública, o que produz despesas com juros para o Erário.

No ano passado, o BNDES devolveu ao Governo R$100 bilhões e neste e no próximo poderá devolver quantia ainda maior, auxiliando as autoridades fiscais no cumprimento das leis de finanças públicas em vigor, sobretudo a chamada regra de ouro, ou seja, não tomar dinheiro emprestado para financiar despesas de custeio.

Nesse contexto de escassez de recursos econômicos, fiscais e de recuperação paulatina da atividade, e ainda considerando as restrições para conter os gastos discricionários, é necessário pensar em alternativas. É essa a razão, a meu ver, pelo qual o Governo lançou mão dos recursos emitidos de maneira ineficiente e pouco transparente pelo BNDES.

A minha pergunta é se existem outras alternativas, se nós deveríamos aqui começar a debater outros caminhos, porque se não levarmos à frente essa agenda de contenção de gasto, e aí estou querendo me referir à própria questão da reforma da previdência, só restarão mesmo as três opções a que me referi: aumento da dívida pública a juro alto, inflação ou avanço da carga tributária.

É nesse contexto, Presidente Ilan, e aí já avanço para a minha pergunta, que, aproveitando o privilégio de termos aqui o Presidente do Banco Central, eu queria tratar do tema das reservas internacionais. Todos sabemos da importância de termos um seguro como esse, que compensa o quadro interno desfavorável de dívida pública crescente. Para que se tenha uma ideia, as necessidades de financiamento externo estão em torno de US$150 bilhões, incluindo o setor privado, enquanto reservas representam hoje mais de US$365 bilhões. No entanto, Presidente, manter reservas elevadas tem custos igualmente altos para nós no Brasil, dada a taxa de juros. A política de acumulação de reservas exigiu uma expansão importante da dívida pública para enxugar os reais decorrentes da compra de dólares através das chamadas operações compromissadas do Banco Central. Elas custam, em média, a própria Selic, que está hoje em 8,25%, *vis-à-vis* os juros que recebemos lá de fora pelas aplicações das reservas, que são praticamente zero. Então, o custo de manter as reservas é extraordinariamente alto, e se calcula que esse custo pode variar em torno de US$30 bilhões, ou algo como R$96 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O IFI, Sr. Presidente Ilan, produziu um estudo especial há alguns meses que circulou aqui no Senado Federal mostrando que vender reservas não seria um bom caminho caso o destino fosse financiar despesas correntes ou mesmo investimentos. Isso porque, como as reservas foram acumuladas à custa de dívida pública, o ideal seria que, na hipótese de vender parte delas, o abatimento de dívida fosse o único destino desses recursos. Ainda assim, a instituição faz ponderações sobre o efeito dessa medida.

Eu quero aqui concluir e fazer a minha pergunta. O IFI chegou à conclusão de que existe um excesso de reservas estimado em torno de US$145 bilhões. Nós estamos começando a perceber uma recuperação da receita pública. Os dados de agosto já foram bastante animadores: mesmo retirando os fatores eventuais, a receita pública em agosto, quando comparada com a de agosto do ano passado, deu algo em torno de 7% a 8%. Em conversa hoje com o Secretário da Receita, Rachid, soube que os dados de setembro vão na mesma linha dos de agosto. Vamos ter, portanto, dois meses já de sinal claro de recuperação da receita pública, ou de recuperação da capacidade fiscal do Estado brasileiro.

Nesse contexto, vem a minha pergunta: já com esse quadro tão animador, perspectiva de taxa de juros decrescente, a menor taxa de juro real na história recente do País, inflação baixa e tendendo a ficar baixa por um período mais longo, não seria o momento de analisarmos uma decisão ou uma medida em relação ao nosso excesso de reservas no sentido de oferecer mais espaço para essa agenda macroeconômica que o Congresso terá de enfrentar, das reformas estruturantes?

Por exemplo, a reforma da previdência: nós não vamos conseguir avançar nela como gostaríamos em função da aproximação do calendário eleitoral. Alguma coisa vai ser possível fazer até dezembro, mas não a reforma que foi aprovada na Comissão Especial. Então, será que não temos aí um espaço para que a gente possa, talvez, ancorar as nossas expectativas utilizando as reservas em excesso para reduzir a dívida bruta? Ou seja, utilizar esse excesso de reservas para reduzir a dívida e impedir uma trajetória ascendente da dívida pública e segurar o juro real, que poderá ser, sim, um novo instrumento indutor do desenvolvimento econômico nos próximos dois anos?

Então, a minha pergunta, Sr. Presidente Tasso Jereissati, e já encerro, diz respeito a qual era ou qual é a opinião do Presidente do Banco Central sobre a utilização dessas reservas, no sentido de a gente poder abater a dívida pública e evitar realizar essas operações compromissadas tão onerosas. Não seria uma maneira de...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Fernando, apenas quero lhe lembrar do tempo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Vou concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não seria uma maneira de aumentar a eficiência da política monetária, de reduzir os custos do endividamento e de ajudar a recompor o equilíbrio fiscal? Quais os riscos que o senhor vê na utilização de uma medida como essa?

Muito obrigado.

Desculpe-me se eu me alonguei, Sr. Presidente, mas acho que é interessante que a gente possa abrir este debate, aproveitando a presença do Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

Encareço aos Srs. Senadores que, na medida do possível, possam pelo menos chegar perto do tempo previsto. Isso já seria muito bom.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Vou ficar mais ou menos no tempo de Fernando, uns 5%. (*Risos.*)

Eu queria cumprimentar o Presidente Ilan.

Quero saudar o Sr. Fábio, Chefe da Assessoria Econômica.

Eu queria, primeiro, Presidente, ir a um ponto que, a meu ver, o Senador Fernando Bezerra traz aqui em boa hora.

V. Exª sublinhava aqui a sua preocupação em relação ao avanço dessa agenda de reformas, considerando-a crucial ou fundamental para manter as condições que hoje estão presentes na economia brasileira, sobretudo na perspectiva da redução da taxa de juros estrutural.

Realisticamente, Presidente Ilan, acho que o espaço que nós teremos para avançar na reforma da previdência... Concordo com o Senador Fernando, acho que nós não vamos conseguir... Com a proximidade do calendário eleitoral, com alguns problemas que hoje envolvem o ambiente político no Brasil, eu, sinceramente, não acredito que possamos avançar de forma mais efetiva na direção da reforma. Aí creio que, já no ano eleitoral que se avizinha, é absolutamente indispensável a necessidade de, nesse período de transição, poder oferecer algo alternativamente.

O Senador Fernando Bezerra traz um tema que é sempre recorrente: a questão do excedente das reservas. Há dados na experiência internacional, há dados comparados. Por exemplo, hoje, o nível de reservas do Brasil permite praticamente que se financiem as importações, admitindo que tudo parasse. São quase dois anos e meio de financiamento das importações. Quer dizer, é algo que fica além de qualquer parâmetro que se observe. Portanto, embora isso tenha sido um seguro ao longo desse período mais turbulento, não sei se não será necessário encarar essa questão. Eu queria aduzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que me parece que há a possibilidade concreta de essas reservas aumentarem neste ano, porque, com um superávit da balança comercial tão robusto e com a queda do déficit em transações correntes, que, talvez, se situe no nível de 1% do PIB, considerando o ingresso de Investimentos Estrangeiros Diretos – salvo engano, vamos ter uma coisa entre US$75 bilhões e US$80 bilhões de IED neste ano –, nós podemos ter, ao final do ano, até um saldo de reservas ampliado – não sei se essa avaliação está correta.

Então, eu queria colocar essa questão e também dizer que nós vamos, necessariamente, não havendo possibilidade da reforma da previdência, ter que aprofundar um pouco o próprio ajuste fiscal. Eu não sei de que lado, do lado da Receita, algumas medidas em relação à questão de gastos obrigatórios. Mas nós não poderemos fugir também de alguma proposta de ajuste na área fiscal. Então, eu queria endossar essa colocação trazida pelo Senador Bezerra com esses comentários complementares.

Outro ponto, Presidente, diz respeito a essa questão da inércia inflacionária e os mecanismos de indexação. Num cenário de certa recuperação econômica vai haver uma pressão de demanda, naturalmente. Por outro lado, há esse impacto do choque positivo dos preços de alimento conjugado a essa desaceleração da demanda. Então, com os efeitos da inércia inflacionária e desses mecanismos de indexação ainda presentes na economia, como o BC está enfrentando essa agenda, sobretudo na perspectiva da redução do centro da meta para níveis de inflação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... mais próximos ao padrão internacional? Queria ouvir o seu comentário.

E ainda uma avaliação do Presidente sobre esse relatório da Moody's que está apontando uma perspectiva de queda da nota do sistema financeiro brasileiro, o sistema bancário. Eles estão passando de estável para negativo. Qual é a avaliação que o Presidente faz do relatório da Moody's?

Gostaria também de acrescentar a essa agenda do Banco Central, a agenda por assim dizer microeconômica, o tema da reforma do sistema financeiro. Nós temos aqui uma atualização da lei de regulamentação do sistema financeiro, a 4.595. Inclusive há um projeto de nossa autoria, o PLS 102, que está aguardando até contribuições do Banco Central. Eu destaco que esse projeto aponta para algumas áreas importantes: as novas competências do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional; aquela participação compartilhada do Banco Central e do Cade na defesa da concorrência; a eliminação de barreiras à entrada de novos participantes no Sistema Financeiro Nacional e também medidas para reduzir a insegurança jurídica nas operações de crédito. Eu gostaria de ouvi-lo sobre como podemos avançar nessa agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, Presidente, quanto ao cadastro positivo, que está até na pauta do plenário do Senado – o Presidente conhece bem os avanços desse projeto que nasce da contribuição do Senador Dalirio Beber, em que nós pudemos introduzir também algumas modificações –, há muitos pontos que eu tenho certeza que darão efetividade a esse instrumento. Eu queria que o Presidente, a partir desse novo projeto, avaliasse os impactos que esse novo marco do cadastro positivo poderia produzir efetivamente no mercado de crédito, nos *spreads* e finalmente na taxa de juros.

Sobre esse tema ainda, como o Presidente vê a necessidade de uma regulamentação mais rígida sobre os birôs de crédito?

Gostaria de ouvir um depoimento sobre a regulamentação, inclusive como forma de dirimir algumas dúvidas a respeito do grau de proteção dos cadastrados até mesmo em relação ao modelo atual. Quais as implicações sobre essas instituições em decorrência do uso indevido de informações ou eventuais vazamentos, à luz, inclusive, da própria lei do sigilo bancário?

Eram essas as questões. Fico, então, porque depois do debate também alguns temas poderão ser trazidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora.

Eu quero cumprimentar o Presidente do Banco Central, que aqui está, como todos estão, para que possamos debater a política monetária.

Eu quero – serei breve na minha intervenção, assim espero, farei um grande esforço, em homenagem ao nosso Presidente – iniciar por onde V. Exª, Presidente do Banco Central, concluiu a sua apresentação, e concluiu de forma bastante organizada, relatando um resumo, porque primeiro foram apresentados os dados e, ao final, chega-se a uma conclusão. Salvo o engano de eu não ter entendido ou ter fugido alguma coisa à minha compreensão, o que V. Exª traz, a mensagem que V. Exª traz resumidamente é que nós vivemos um processo, no Brasil, de desinflação, de queda nas taxas de juros, enfim, alguns indicadores que V. Exª considera positivo – eu penso diferente, mas estou me referindo à sua explanação –, fruto de uma política monetária aplicada por este novo Governo. E vende isso como um grande sucesso.

Eu quero dizer que a leitura dos números, porque são números, pode ser feita de acordo com os interesses. Apesar de serem números, uma questão muito objetiva, os resultados, a análise que nós fazemos, no meu entendimento, é que tem sido uma política monetária muito boa, mas não para o Brasil, muito boa para os banqueiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Veja, nós vivemos um período de desinflação. Por que a desinflação? No geral, por conta não da recessão, mas da própria depressão em que o Brasil se encontra, com sinais fracos e não seguros ainda, segundo a análise de todos os economistas, de recuperação, uma recuperação que obviamente virá, porque a crise econômica pela qual o Brasil passou e passa ainda, isso vem desde a época do Presidente Lula, na sequência, com a Presidenta Dilma, e não é uma crise inerente ao nosso sistema ou fruto de ações internas do Governo, é uma crise inerente ao sistema capitalista internacional. Obviamente elementos internos contribuíram para ampliar, ou contribuem, ou para diminuir uma crise.

Veja que, em 2008, 2009, quando nós vivemos o início da grande crise do sistema capitalista, o Presidente Lula tomou, no Brasil, medidas diferentes das que vinham sendo tomadas em outros países. E isso fez com que nós ultrapassássemos aquele período de uma forma muito mais não digo tranquila, mas bastante melhor do que outros países. Em vez de desemprego, nós tivemos geração de novos empregos naquele período. Tivemos também tivemos uma renda, e isso se deu como? Através da distribuição de renda, então, algo seguro.

O que ocorreu a partir daí, no meu entendimento, com a eleição da Presidenta Dilma, é que simplesmente a crise política que se instalou a partir da sua reeleição foi tão grande, foi tão forte que tirou toda e qualquer possibilidade de o Brasil se recuperar economicamente num espaço mais curto. Hoje eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso, não tenho dúvida nenhuma.

E, lendo, buscando os jornais da época, nós encontramos o jornal *Valor* – todos os jornais publicaram – dizendo que houve um determinado período, a partir de 2011, marcado por mudanças na postura do Banco Central, mudanças na condução da política macroeconômica.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Os cortes estavam mais agressivos. E acabou sendo excessivamente longo o período do corte das taxas de juros no Brasil, que teria passado... Ele chegou, em 2011, a menos de 2% ao ano, juros reais, menos de 2% ao ano e, no período sequente, de 2012 a 2013, ele passou mais de seis meses com uma taxa inferior ao ano, juros reais, de 7,5%.

Qual é a avaliação do mercado? Que o período da queda de juros foi excessivamente longo. Então, veja, do ponto de vista do mercado, o que interessa é manter juros elevados. E aí o que a gente vê na propaganda deste novo Governo que entrou? "Não, nós estamos baixando radicalmente a taxa Selic." Não é verdade! É verdade do ponto de vista nominal, mas, do ponto de vista real, dos juros reais, a inflação tem caído de forma mais acelerada do que os juros.

E aí eu nunca esqueço, Senador Tasso, quando diziam, já no finalzinho do governo da Presidenta Dilma, que era uma irresponsabilidade, Senador Bezerra! Ou o governo tomava mudanças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

drásticas ou a dívida pública ficaria incontrolável. Pois bem, qual foi a matéria publicada em todos os jornais hoje a partir de uma entrevista do Ministro da Fazenda do Brasil, Ministro Meirelles, no dia de ontem? Está aqui: "Dívida bruta [do Governo] pode superar 100% do PIB em 2020."

A irresponsável era a Dilma, a irresponsável era a Presidenta Dilma. Está aqui. Tudo aquilo aconteceu porque tinham que conter o endividamento, porque nós poderíamos chegar a um descontrole do endividamento público. Quantas vezes eu ouvi isso aqui? Está aqui. Essas são ações do próprio Governo. Ou seja, hoje, nós temos uma dívida bruta, de julho para agosto, que subiu de 69,5%, a dívida bruta, para 70% de 70,2%. Em 2015, ela estava em 66%.

A dívida pública líquida pulou, no mesmo período de julho para agosto, de 42% para 43% – a maior relação dívida/PIB desde 2008.

Então, eu não vejo isso como a tal da responsabilidade fiscal; pelo contrário, eu vejo isso como uma medida que, de forma exagerada, escrachada, contribui apenas para o ganho do setor financeiro, porque, enquanto tudo isso acontece, do outro lado a gente vê o quê? O Governo, para se manter de pé, para se manter no poder, negociando Refis para tudo o que é lado. Com o Refis, só o que se vai perder de arrecadação de tributos é superior à economia que faz com a Emenda 98, do corte de gastos. E vemos também o que contra o trabalhador? Essa tal da reforma da previdência de que se fala aqui. O que querem fazer aqui não é reforma previdenciária não, o que querem fazer é acabar com o direito de aposentadoria do povo brasileiro, tirar a diferença de cinco anos das mulheres, que é fundamental para quem exerce, a vida inteira, uma dupla ou tripla jornada de trabalho, para quem é punida pelo mercado apenas por exercer a função da maternidade.

Estão aí os dados mostrando: quando do retorno ao trabalho, em menos de dois anos, mais de 80% das mulheres são demitidas. Aí está a explicação para o fato de, apesar de terem maior nível de escolaridade, ganharem menos, quase 25% menos do que os homens. Então, tirar os cinco anos de diferença das mulheres e exigir 49 anos de contribuição para o trabalhador pobre, humilde, para a trabalhadora acessar, em geral, um salário mínimo... Aí, então, me perdoe, mas eu acho que essa política macroeconômica...

Hoje os números mostram isso, não adianta querer tapar o sol com a peneira. Nós dizíamos: a crise começou sabe quando? Lá em 2011 – acabei de ler aqui a matéria publicada no jornal *Valor* –, quando a Presidenta Dilma começou a baixar as taxas de juros no Brasil. Aí, muita gente não concordou. Muita gente quem? O mercado.

Para encerrar, Presidente, a gente tem um gráfico aqui. Pena que o Ministro não pôde se deter aos gráficos para a gente entendê-los melhor. O número dos gráficos não é tão grande como na época do Tombini, é um número bem menor de gráficos, e nós podíamos tê-los entendido melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui há um gráfico que mostra que o juro real tem longa tendência de queda. O.k., até concordo: há longa tendência de queda. Agora, acho que o importante aqui não é mostrar a longa tendência de queda. O importante aqui, e o que melhor seria para a nossa melhor compreensão sobre a atual política monetária do Brasil, seria mostrar a tendência dos juros reais neste Governo.

Olha, está aqui o mapa, está aqui a tabela: de fato, com exceção de um ou outro registro, o que a gente vê, de 2016 para agora, é uma taxa crescente de juros. Não é verdade que estão caindo os juros. Os juros não estão caindo, porque a inflação cai mais do que os juros. E, quando a inflação cai mais do que os juros nominais, taxa Selic, significa que o juro real está subindo.

Então, lamentavelmente, é essa a realidade que nós temos no nosso Brasil.

Agradeço, Presidente. Não tenho perguntas a fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Nós temos mais um Senador inscrito só. A minha ideia era fazer três grupos de três, mas, como nós só temos a Senadora Gleisi, já que o outro inscrito, Senador Flexa, não se encontra presente, assim como o Senador Caiado, vamos fazer três e, depois...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou falar também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Presidente, passo-lhe a palavra para responder as três interpelações feitas pelos Senadores.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Obrigado pelas questões, pelas posições.

Vou começar a responder seguindo a ordem.

O Senador Fernando Bezerra fala dessa questão fiscal e das alternativas que podem se colocar e nos pergunta também sobre a questão das reservas cambiais, qual é a nossa posição em relação às reservas cambiais e alternativas para o nosso ajuste fiscal.

Eu acho que não há como escapar de fazer algumas reformas em algum momento. Eu acredito que quanto mais cedo a gente fizer melhor, porque são despesas obrigatórias que vão crescendo e vão ocupando o nosso espaço dentro do teto de gastos. Isso tem de ser feito de qualquer forma.

Em relação à questão da dívida, eu queria só colocar um dado aqui: a dívida cresce porque a gente tem uma dívida que acaba subindo em função de o primário ser positivo ou negativo – no caso, agora está sendo negativo –, e o trabalho todo é ir diminuindo esse valor negativo a ponto de ficar positivo para frente. Então, esse é o trabalho do momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em termos do custo implícito da dívida, nós tivemos um custo da dívida que já chegou, em 2015, a 18,7% do PIB, ou seja – só juntando um pouco a observação da Senadora Vanessa –, de fato, esse período que acabou elevando os juros custou bastante para a sociedade, porque a desorganização acabou elevando o prêmio de risco. O prêmio de risco subiu em medidas objetivas, que não são nossas; por exemplo, o CDS (Credit Default Swap), que é a forma de se proteger quando você paga para se proteger de algum problema em algum país, no caso do Brasil chegou a 500% e foi caindo, foi caindo. Houve mudança na orientação, mais transparência, concentração fiscal, há um rumo, e esse risco está em 180%. Já foi mais baixo; estamos tentando chegar. Quando? Quando o Brasil atingiu o grau de investimento. Mas passou de 500% para 180%. O custo da dívida era de 18,7% em 2015, e, hoje, com a nossa redução dos juros, com nossa capacidade de baixar a inflação de forma sustentável...

E aí já aproveito para dar a resposta à Senadora: baixar juros tem de ser de forma sustentável, porque, senão, ele volta. Não adianta baixar – no caso era 7,25% – para depois voltar para 14,25%. Nós temos dois trabalhos: o primeiro trabalho é reduzir a inflação, reduzir os juros; e o segundo trabalho é mantê-los lá, que é onde estamos hoje. Hoje, o custo da dívida está em torno de 11%, mas já foi 18,7%. E, se a gente continuar no trabalho de reduzir o custo da dívida, no trabalho de reduzir subsídio de outro lado... Vocês sabem que o custo de peso da dívida não é só o que se paga no seu passivo, na sua dívida, mas também o que se subsidia no ativo. Então, há esses dois lados. E isso, se a gente conseguir, como estamos, reduzir para 11,5%.

Em relação às reservas, que foi a pergunta da alternativa, está claro que, na medida em que se monta as reservas com endividamento, que foi... Nós não temos um fundo soberano que acumulou algum recurso natural e que, com esse excesso, foi pago. Nós acumulamos a reserva nos endividando. É claro que, se um dia, em algum momento houver espaço, isso é para abater a dívida. As reservas seriam feitas para abater. Não é o momento na minha opinião. Nós estamos ainda, no que eu diria – você comprou um seguro –, no meio do sinistro. Não é o momento de discutirmos ficar, na minha opinião, sem o seguro. Agora, pensando no médio e no longo prazo, eu acho que sim. A gente deveria pensar. Saiu do sinistro; o nosso risco de 180 caiu mais; voltamos a crescer; estamos muito mais estáveis; aí acredito que poderíamos pensar e discutir não só o montante, mas qual o custo que está tendo. Por exemplo, se a gente conseguir reduzir o custo do outro lado, que é o custo da dívida, a diferença entre o que paga a reserva cai também. Então, vamos ter de avaliar isso tudo lá na frente. Não é o momento no meio de recuperação, de estabilização. Acho que ainda não é o momento de discutir o seguro, mas, lá na frente, acho que poderia ser, mas só para abater dívida, porque ela foi criada com dívida. Então, é para abater dívida.

A pergunta do Senador Armando Monteiro é se nós vamos continuar acumulando reserva ainda este ano. De fato, temos mais investimento direto, que é mais ou menos 4,5% do PIB, e o déficit em conta corrente, que inclui a balança comercial mais a balança de serviços, está em 0,7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Menos de um.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Menos de um. Vamos supor que, com a recuperação da economia, vá para 1%, porque ela vai subindo com a importação. Mas, mesmo assim, eu acredito que vai ser menor do que investimento direto.

Até agora, isso não implicou aumento de reserva, porque você teve muito pagamento de dívida; você teve uma saída de recursos, até porque o Brasil perdeu grau de investimento, então você teve alguma saída. Por enquanto, está equilibrado. E o espaço que houve de folga foi usado por nós para reduzir os *swaps* cambiais. De fato, a gente reduziu; inclusive, no mês passado, nós voltamos a reduzir. Do que venceu, a gente deixou vencer 4 bilhões. Então, se reduziu, só no mês passado, o total era 28, caiu para 24. Já foi cento e tanto em 2015, e a gente foi reduzindo.

Essa é uma forma de a gente ser precavido, pensar que o cenário internacional, que hoje é benigno, com juros muito baixos lá fora, se ficar para sempre, tudo bem. E se não ficar? Se os juros começarem a subir lá fora porque os Estados Unidos estavam normalizando a política monetária? Nós temos de tomar algumas atitudes de precaução nesse período mais delicado. Mais para frente, poderemos discutir de novo essa questão das reservas.

Houve a questão dos mecanismos de indexação. Eu acho que o momento de discuti-los é agora, porque indexação é reproduzir uma inflação passada na inflação futura. É sempre mais difícil discutir mecanismos de indexação quando a inflação passada é de dois dígitos, como foi em 2015 – isso é um pouco para a Senadora Vanessa. O juro real caiu para 2% não foi porque o juro caiu, foi porque a inflação disparou para 11%. Aí o juro real cai pela razão errada, porque a inflação subiu, depois o juro teve de acompanhar. Mas é o momento agora, quando você tem uma inflação passada de 2,5, de 3, no ano que vem de 4, 4 e pouco é a meta, é o momento de a gente tentar discutir todos os mecanismos de indexação, porque me parece que é o momento. Tem de discutir de uma forma estrutural, não conjuntural. Não é oportunismo, é uma questão de como o sistema vai ser melhor. A terceira pergunta foi a questão da Moody's e a perspectiva negativa. Na verdade, esse serviço de classificação de risco foi o último a dar essa perspectiva negativa, e vem da perspectiva negativa do risco soberano que foi dado lá atrás. Então, na verdade, uma vez que o risco soberano entra em perspectiva negativa, acabada levando todas as empresas, inclusive o sistema financeiro, e por isso, a reboque do soberano, veio a perspectiva. Mas eu acredito que, daqui em diante, nós vamos ver, ao contrário, uma melhora. O sistema bancário, por exemplo, está muito bem capitalizado. O sistema bancário está provisionado e tem liquidez. Ou seja, além de provisionado para inadimplência, tem liquidez para financiar quando for essa recuperação. Então, nós temos um sistema bancário que sofreu – eu diria – um teste de estresse real. O que significa um teste de estresse real? É uma economia que recuou quase 8%; um desemprego que, no seu pico, foi para 13,7%; já caiu para 12,6%, mas no pico foi. Você teve casos de grandes empresas que precisaram ser absorvidas. Foi um teste real: mais de R$200 bilhões a serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

absorvidos, e o sistema bancário sai desses dois anos de recessão muito bem. O nosso papel é mantê-lo bem como ele está hoje. Essa perspectiva negativa me parece que, à medida que a economia se recupera, que o risco soberano melhora, acho que o risco, percebido sob o ponto de perspectiva, vai melhorar também.

Sobre a questão da reforma do sistema financeiro, acho que há várias questões que foram colocadas. Acho que as competências do Banco Central têm de ser mais claras. Então, acho que a gente tem de conversar sobre isso. Relacionamento Cade-Banco Central. Nós temos um grupo de trabalho entre Cade e Banco Central para ver as competências, de conduta, de concorrência, como é que a gente divide o trabalho conjuntamente. Isso já está acontecendo.

Toda a questão da insegurança jurídica, estamos trabalhando, acho que não só o Banco Central, não só o Governo. Vejo o Senado, a comissão, com as reformas microeconômicas, que, para mim, lidam com a insegurança jurídica. Por exemplo, o cadastro positivo, de que nós falamos. Se você tem um bom cadastro, isso reduz a insegurança. Infelizmente, meio cadastro não serve. Então, nós precisamos que o cadastro seja completo, e, quando houver um cadastro completo, o crédito para todo mundo será menor. É claro que a gente tem de cuidar com a questão da regulação. Privacidade, por exemplo. Não se pode dar as informações todas. Tem de ser só um número. É só o escore que você dá, e protege o resto. Agora, eu tenho confiança de que essa medida reduz bastante o *spread*, por quê? Porque, na experiência internacional, em todos os países em que foi adotado o cadastro positivo, todo mundo obteve informação, e não foi só o grande varejista, o grande banco, ou a grande firma de internet, que tem informação, mas quando você tem esse cadastro, você pode ter informação para todo mundo. Todo mundo consegue crédito. Eu acho que isso mexe com a insegurança jurídica.

Então, é isso. Falei do cadastro, falei das medidas e também respondi, ao longo das outras respostas, a Senadora Vanessa, que falava de várias outras questões. Eu, sim, acredito que a queda da inflação é boa para o povo brasileiro. Não acho que é um dado errado. Eu confio no IBGE, confio no IPCA, confio em todas as medidas que mostram que a cesta básica está com uma inflação menor, que nós temos hoje o salário mínimo comprando mais e não menos, e, com inflação baixa, o juro está caindo. Quanto ao juro, quando o Tesouro vai captar a mercado, em um ano, ele já está captando a 7% com inflação esperada de 4%; isso dá 3%, isso é matemática. E o juro de 3%, de uma forma sustentável, não temos há décadas.

Então, eu, sim, acredito que juro baixo, inflação baixa e economia recuperando são dados positivos e eu acredito que a política monetária teve algum papel, porque eu acho que temos de nos responsabilizar tanto quando a inflação sobe, mas também quando a inflação... Porque, senão, vamos só acompanhar e vai dizer: "É tudo clima." Há uma parte que foi alimento, perfeito, mas há uma parte que, de fato, foi uma inflação caindo, expectativas caindo para 18, 19, 20, que foram relevantes. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – O setor de serviços, que sempre foi muito resistente...

O SR. ILAN GOLDFAJN – O setor de serviços, até o final do ano passado, estava com inflação de 9%, 10%, e a recessão já caiu, o PIB caiu -3% no ano anterior, naquele ano estava caindo -3,8%. Então, para que demanda e oferta funcionem, você tem de clarear o horizonte, porque, senão, os mecanismos de defesa não deixam a inflação cair. Você clareou o horizonte, a inflação caiu e nós temos de fazer o segundo trabalho, que é o trabalho de manter a inflação baixa e manter os juros baixos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... um minuto só de observação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu não vou pedir direito à réplica, mas só uma observação.

Dr. Ilan, as minhas observações foram para dizer exatamente isto: é muito bom que a inflação caia, é melhor ainda que caiam os juros – isso, sim, é saudável para a nossa economia. O que eu disse, entretanto, é que, neste Governo, a inflação tem caído de forma muito mais significativa do que as taxas de juros, o que significa que, ao contrário do que se diz, os juros têm caído? Não, os juros reais têm aumentado nesses últimos meses.

Era isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora.

Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ILAN GOLDFAJN – Estamos vendo aqui uma questão técnica, é juro *ex-ante* e juro *ex-post*. O juro para frente está 7% e o juro para trás foi muito mais alto. Então, essa diferença do que está.

Para a economia, é importante olhar para a frente, para as decisões de investimento e consumo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Presidente, há uma série de perguntas aqui que vieram de funcionários do Banco Central que vou passar à sua mão, porque se referem muito mais a questões internas do Banco Central, que não são diretamente de interesse não só do expectador quanto desta Comissão. Referem-se somente a questões de nomenclaturas de cargos do Banco Central, que eu passo. Se quiser comentar alguma coisa...

O SR. ILAN GOLDFAJN – Posso fazer um comentário rápido?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Eu acho que essa questão é uma questão a que o Banco Central dá apoio no sentido de que nós acreditamos na valorização dos nossos funcionários, que sempre fizeram parte das carreiras de Estado, com excelência. Esses resultados que estamos colocando aqui e os futuros dependem dos servidores e os servidores trabalhando conosco.

Os objetivos do Banco Central não seriam cumpridos se não tivéssemos essa valorização.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Presidente.

Agora vamos ao grupo final: três Senadores, voltando a lembrar que o tempo de cinco minutos para cada Senador. Nós estamos dando uma certa flexibilidade, mas espero que seja realmente uma flexibilidade.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo. Bom dia, Dr. Ilan. Tudo bem?

Eu vou começar com uma pergunta bem corriqueira, porque eu quero desenvolver aqui um diálogo com o senhor. O senhor tomou café da manhã hoje?

O SR. ILAN GOLDFAJN (*Fora do microfone.*) – Tomei.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Um bom café? Sabe por que eu estou lhe perguntando? Porque eu atendi hoje duas pessoas no meu gabinete que vieram me pedir: uma veio pedir para eu pagar o botijão de gás. A outra veio pedir para eu pagar a conta de luz. Há muito tempo isso não acontecia nos nossos gabinetes. Há muito tempo. Por volta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos últimos meses, três ou quatro meses, isso voltou a acontecer com muita frequência, até porque a fome voltou ao País. Eu digo isso porque eu olhei para aquelas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Senadora Gleisi, me permite...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Deixe eu terminar o meu raciocínio. Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, mas eu não vou fazer nenhuma observação. É que há uma pergunta de Agenor Roberto Ferreira, de Minas Gerais, que diz: "Gostaria que os Senadores questionassem os entrevistados a questão da inflação, pois, se esta está sendo reduzida, quais os motivos do aumento do gás de cozinha, combustível, luz e alimentação?"

É só para não perder a oportunidade.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O gás de cozinha, Dr. Ilan, não sei se o senhor sabe quanto está o botijão. Está R$90. Sabe quanto era no governo Lula? Para quanto nós baixamos? Para R$12. Sabe por que isso é importante? Porque isso faz diferença na vida dos pobres. Uma diferença de R$80 é muito grande para quem ganha salário mínimo.

Eu lhe perguntei sobre o café da manhã porque as pessoas que eu atendi no gabinete visivelmente não tinham tomado café. A gente sabe quando a pessoa está com fome. Eu nunca passei fome na minha vida. Não sei como é, mas deve ser um bicho bem feio, bem difícil. Infelizmente, este País voltou a ter fome. Nós já tínhamos subido o degrau. Nós já tínhamos passado de ser um País com miséria e com fome. Nós voltamos a ter miséria e fome.

Digo isso porque eu entendo que a política econômica, a macroeconomia, a política monetária, têm de servir a um objetivo maior, que é a sociedade e a vida das pessoas. Aí precisa se conhecer o Brasil. Eu sei que o senhor não conhece o Brasil do fundão, não anda no interior do Brasil, não conhece a pobreza. O senhor pode até me dizer que isso não é função do Banco Central, e eu vou concordar. O problema é que o seu Presidente também não faz isso. O seu Ministro da Fazenda também não faz isso. Aí estão totalmente dissociados da vida da população. A política econômica que os senhores estão pilotando é para uma parte da sociedade, é para uma parcela, e é a parcela mais rica.

O senhor diz assim: "a inflação baixou, o juro baixou". Mas é claro, não tem atividade econômica! A nossa atividade econômica está no chão. Como vai haver inflação? O juro real é altíssimo! Para a realidade que nós temos, é vergonhoso, altíssimo. Então, esses dados que o senhor traz não são dados animadores para a economia. O consumo? Aumentar o consumo? Primeiro, que vai ser muito sazonal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse aumento do consumo, se isso se der ano que vem. E consumo não sustenta desenvolvimento e crescimento. O senhor sabe disso. O senhor sabe que nós precisamos é de investimento. A taxa de investimento no Brasil está 15% do PIB. Nós chegamos, com o Presidente Lula, a 22%. Foi o que sustentou o crescimento do Brasil, foi o que melhorou as nossas políticas sociais e a política econômica. Eu pergunto como vocês vão incentivar o investimento, se vocês tiraram R$100 bilhões do BNDES, e agora vão querer tirar mais R$180 bilhões – é o que vocês estão falando. Quem é que vai dar crédito para investimento? O setor privado? Banco privado vai dar crédito de longo prazo, para sustentar investimento?

Aí, ontem, saiu a notícia de que vocês vão privatizar a Caixa Econômica para cobrir rombo do orçamento. Então, eu também posso aqui deduzir que acabou o financiamento imobiliário e acabou o financiamento em infraestrutura, que são fundamentais para o investimento. Quem vai fazer isso? Banco privado?

E as políticas sociais que são efetivadas pela Caixa Econômica? Quem é que vai fazer? Isso eu tenho certeza de que o banco privado não vai fazer. Vai ser um período muito sombrio para as pessoas no País. Os cortes nas políticas sociais, os cortes no orçamento, os cortes no Sistema Único de Assistência Social são de mais de 97%.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É corte em cima dos pobres, em cima dos pobres. Ainda se fosse para melhorar as contas, mas as contas só pioram, 159 bi é o déficit que nós temos. Os senhores tiraram a Dilma dizendo que ela fazia bagunça nas contas públicas e havia um déficit, e agora estão com um Presidente que utiliza as sobras nas contas – as sobras, não –, o déficit nas contas públicas para comprar apoio na Câmara dos Deputados para não cair. Como é que os senhores explicam isso? E os senhores tinham críticas muito cruéis direcionadas à Presidenta. Vocês estão levando a dívida bruta para 100% do PIB. Eu fico perguntando: isso está melhorando para quem? Qual é a economia que isso está melhorando? Para que setor da sociedade isso está melhorando?

Agora, houve notícia de que vocês vão mandar para cá um projeto de lei fazendo um Proer antecipado para os bancos, vão mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal, na sacrossanta Lei de Responsabilidade Fiscal? E vão permitir que o Tesouro possa salvar bancos em risco. Aí, eu quero fazer uma pergunta bem simples: vocês vão privatizar a Caixa, vão vender a Caixa para pôr dinheiro no Tesouro para o Tesouro depois ajudar os bancos privados? Que lógica é essa?

Então, eu pergunto assim: está melhorando para quem? Qual é o setor que está melhorando? Para quem da população está melhorando? Para a população com que eu convivo não está melhorando; muito pelo contrário, está piorando, piorando. As pessoas estão, cada vez mais, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dificuldades. E, para mim, esse único dado que é de a fome voltar ao Brasil é vergonhoso, é vergonhoso não termos uma política econômica que possa ser efetiva para combater isso.

Os senhores tiraram a Dilma, tiraram o governo do PT dizendo que tudo ia melhorar, como se tivessem uma vara de condão. Não está melhorando. Os índices que os senhores apresentam são índices que não têm sustentabilidade, porque vocês não vão conseguir fazer crescimento econômico.

Eu gostaria de saber como vocês vão fazer crescer a taxa de investimento no País.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente da Comissão, Senador Tasso; Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Ilan; todos os colegas e as colegas, é importante, antes que formule aqui a minha pergunta, é preciso que esclareçamos também a todos que estão nos ouvindo e assistindo neste momento que a era do PT foi a era recorde na área financeira. Esses não são dados pessoais, são dados que estão aí publicados e que demonstram que, se fizermos um comparativo com o governo anterior, a diferença do lucro chegou a 550%, ou seja, os bancos, no período Lula, tiveram um ganho de R$199 bilhões. Isso está publicado pela consultoria Economática, divulgado em todo meio de comunicação. Isso mostra que esse cuidado em dizer que o dinheiro seria corretamente repassado, que haveria uma distribuição visando ao social no Brasil... Nós vimos exatamente uma concentração cada vez maior de lucro na época do PT.

Outro ponto, Sr. Presidente, é relativo ao repasse de mais de R$500 bilhões em 2008, que foi feito do Tesouro ao BNDES, e o BNDES nunca atendeu a pequena nem a microempresa no Brasil. Pelo contrário, ele direcionou todo esse dinheiro para as conhecidas campeãs. Essas campeãs fizeram verdadeiros cartéis no Brasil, roubaram, lucraram, desviaram dinheiro público, e ficou a população brasileira pagando uma taxa de equalização que daria, tranquilamente, para nós pagarmos a cesta básica no Brasil nos próximos dez anos. Isso foi o que o povo brasileiro pagou de taxa de equalização para as campeãs. As campeãs sugaram do povo brasileiro aquilo que se paga hoje na cesta básica multiplicado por dez anos.

Então, Presidente, com toda a crítica que se possa fazer, nós temos de reconhecer que a área econômica do Governo tem sido uma área extremamente séria no sentido de buscar uma saída para um desastre instalado. É uma equipe séria. A minha divergência política com o Governo é conhecida de todos. Agora, em relação à área técnica do Governo, nós temos de reconhecer isso.

Neste momento, formulo uma pergunta ao Presidente do Banco Central sobre algo que realmente nos preocupa: o baixo investimento existente neste momento. Como médico que sou, sei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, às vezes, é preciso você ter um tratamento periódico que exija um maior sacrifício para depois conseguir reverter o processo; é a chamada abstinência. Quando o cidadão é muito dependente do álcool, a gente tem de fazer um período de abstinência, para poder saber como recuperá-lo. Como existia esse afã de jogar tudo no Tesouro – e Tesouro não existe, porque o que existe é o cidadão que paga –, então, agora, está havendo aí algo, e, realmente, também precisamos buscar uma saída.

Votei favoravelmente ao projeto que definiu uma nova mudança de indexador nos empréstimos, para que se aproximasse da taxa Selic. Para que todos nós saibamos quem é que vai receber subsídio no Brasil, isso deverá estar no Orçamento e ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... não de acordo com a vontade ou com o humor de quem amanhã governará o País, para dar amanhã passe livre para que alguém se beneficie desse repasse que a população paga.

Agora, eu pergunto – realmente, como temos a previsão de o BNDES devolver mais R$130 bilhões dos empréstimos que foram feitos – ao Presidente em relação aos empréstimos para investimento já que a taxa é extremamente baixa. Desde 2007 até 2016, o investimento em infraestrutura corresponde a nem um por cento, a 0,9% do PIB. Isso já vem se alastrando de longa data. Eu faço a pergunta ao nobre Presidente de como V. Exª imagina, a partir de agora, sendo que essas medidas foram aprovadas por nós, qual é o passo seguinte para nos recuperarmos investimento e buscarmos realmente uma alavancagem na economia do País com autossuficiência?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Caiado.

Como último interpelante, o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Dr. Ilan Goldfajn, eu queria começar pela surpresa da capa do jornal *Valor Econômico* de ontem, porque o Governo fala em recursos do Tesouro para socorro a bancos. O art. 28 da Lei de Responsabilidade Fiscal é muito claro e proíbe, veda o uso de recursos públicos para socorro ao sistema financeiro.

A Lei de Responsabilidade Fiscal sempre é defendida aqui como algo que tem de ser preservado, mas nessa hora para socorrer bancos? Eu quero saber se essa informação que está aqui no jornal *Valor Econômico* é verdade. Isso nos espanta, Dr. Ilan Goldfajn, porque vem no momento do maior aperto orçamentário da história desse País, no momento, como bem falou a Senadora Gleisi Hoffmann, em que nós temos 3,5 milhões a mais de pobres só neste ano. E sabe o que este Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disse? Disse que não tinha dinheiro para reajustar o Bolsa Família. Três milhões e meio a mais de pobres e não tem dinheiro para reajustar o Bolsa Família.

Eu quero entrar aqui na discussão Emenda Constitucional 95, porque, no debate da Emenda Constitucional 95, eu disse que essa emenda constitucional não tem condições de ser aplicada, vai trazer mais instabilidade. Eu acho que está ficando claro para todo o mundo sério que essa emenda constitucional não tem viabilidade de ser aplicada.

O ano de 2018 é o primeiro ano. Sabe o que vai acontecer com o Sistema Único de Assistência Social? Não é exagero meu. Pode entrar no PLOA de 2018. SUAS, o orçamento era de R$2,3 bi nesse ano. Cortaram sabe para quanto? R$67 milhões, um corte de mais de 97%. Nós estamos falando de CRAS, de CRES, de abrigos. Estão tirando os pobres do orçamento definitivamente. Hoje, aqui no Congresso Nacional, às 15h, haverá um evento de ciência e tecnologia de pesquisadores do Brasil inteiro, porque os centros de pesquisa e laboratórios estão fechando estão fechando. Estão fechando! O corte é de 42% para o orçamento de 2018.

Nós estamos inviabilizando tudo. Não haverá mais despesa discricionária. Eu queria saber o que o senhor acha da Emenda Constitucional 95, se ela tem viabilidade de ser aplicada, porque, para mim, claramente, ela não tem. E a gente está vendo o desastre no orçamento.

Agora, no meio de tudo isso, de todo esse aperto no orçamento em cima de educação... Porque a educação também, Dr. Ilan Goldajn, não sei se o senhor sabe que as universidades públicas estão sem orçamento para o final do ano. Está tudo comprometido. E a ameaça de corte é de mais de 30%. Sabe o que há na rubrica "investimento para universidade" em 2018? Zero. Nenhum centavo.

Aí os senhores vêm com esta proposta: utilização de recursos públicos para salvar bancos! Os senhores perderam o juízo? Os senhores estão descolados do mundo real! Os senhores vivem no mundinho dos senhores. Estão descolados.

A Medida Provisória nº 784 é outro escândalo, porque fazer acordo de leniência com o Banco Central sigiloso é uma outra categoria. A gente está vendo aí delações, vazamentos em tudo, para tudo que é lado, para tudo que é empresa. Mas, quando é sistema financeiro, tem de haver um acordo de leniência sigiloso feito pelo Banco Central.

Dr. Ilan, isso não é razoável. O que o povo brasileiro quer saber num momento como este, em que o Banco Central tem um papel, é o que os senhores estão fazendo em relação à concentração bancária. Quatro bancos concentram 79% de todo o crédito do País. Nós temos juros de cartão de crédito acima de 400%. O que o Banco Central está fazendo? Como se justifica uma taxa de juros como esta no País? Mas parece que não.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Parece que o Banco Central é o Banco Central não que regula os bancos, mas que defende os bancos. Esta medida aqui é inadmissível! O senhor tinha de dar um desmentido sobre isso aqui.

Quero agora entrar num ponto importante que é sobre uma entrevista do senhor, no final de agosto, em que o senhor diz: "Há um ano [portanto, em meados de 2015], todos achavam que a economia brasileira poderia voltar a crescer a partir do aumento da confiança, que geraria investimentos, renda e consumo. Essa ordem está um pouco diferente." Os senhores diziam isto mesmo, que, tirando a Dilma, vai haver a confiança dos empresários, os empresários vão investir e a economia vai se recuperar. O senhor fala aqui, inclusive, que todos achavam isso. "Todos imaginavam que a economia brasileira poderia voltar a crescer a partir do aumento de confiança (...)" Todos quem? Talvez os seus colegas no mercado, porque nós nunca achamos isso. O Paul Krugman, inclusive, fala sobre esta confiança – a recuperação da confiança que leva aos investimentos – que ele chama de fada da confiança. Na verdade, o que traz o aumento de investimento é a certeza de que há demanda, de que há perspectiva de lucro.

Na verdade, toda a tese dos senhores era esta: era necessário fazer uma política de austeridade, porque isso ia trazer uma recuperação da confiança e a volta dos investimentos. Isso não está acontecendo. Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre isso. O que houve no trimestre passado foi um crescimento de 0,2% em cima do consumo por causa do FGTS. Investimentos caíram, no trimestre passado, 0,7%. Nós tivemos 21,5% do PIB em investimentos e estamos com algo em torno de 15%.

Aí Dr. Ilan Goldfajn, desculpe-me, mas o Banco Central atuou de forma firme na mudança da TJLP, no fim da TJLP. Os diretores do Banco Central, sinceramente, num momento em que estamos com taxa de investimento de 15%, a política do Governo, no BNDES... Primeiro, pegaram R$100 bilhões; agora querem mais R$180 bilhões. Estão engessando completamente o BNDES. O nível de desembolso do BNDES caiu para o de 2002. Está destruído o BNDES nisso. E não vai haver investimento de longo prazo porque destruíram a TJLP, acabaram com a TJLP. Agora é uma taxa de mercado.

Naquela crise de 2008 que o Presidente Lula enfrentou usando os bancos públicos e o BNDES, se fosse uma taxa de mercado no BNDES, a taxa de juros tinha ido lá para cima, num momento de crise econômica recessiva como aquela. E mais: os senhores estão cometendo um outro suicídio em relação à política industrial, porque acabaram com a política de conteúdo local para petróleo e gás.

Lá no meu Estado, no Rio de Janeiro, Senador Tasso Jereissati, o Estaleiro Mauá tinha 6 mil trabalhadores, agora tem 200. Há dois navios com 90% de conclusão lá enferrujando. O Estaleiro Brasfels tinha 12 mil, tem 2,8 mil e pode ter zero de emprego, porque eles estão acabando a última

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

plataforma. Política industrial zero, nós vamos destruir investimentos sem políticas de conteúdo local e sem o BNDES jogar um papel ativo no desenvolvimento econômico do País.

Por fim, eu queria falar dos juros, porque, de fato, veja bem, a nossa meta é 4,5%, com uma variação de 1,5% para cima e 1,5% para baixo. Nós estamos abaixo disso, nós estamos abaixo disso.

Então, a discussão aqui era o Banco Central ter um papel mais ativo no crescimento econômico. Eu sou autor de um projeto que fala de duplo mandato do Banco Central, como é assim no FED. No FED norte-americano, você tem o compromisso com a estabilidade monetária, com combate à inflação, mas com o crescimento econômico também.

Aqui, em uma situação como essa em que os juros estão abaixo de 3%, eu não tenho dúvidas aqui em afirmar que a postura do Banco Central em relação à taxa de juros teria de ter sido muito mais agressiva.

Eu trago aqui números. Em 2015, nós estávamos com 9,56% de inflação, taxa Selic de 14,25%. Para setembro de 2017, a Selic caiu 8,25%, ou seja, caiu seis pontos e a inflação caiu sete pontos. Então, o Banco Central poderia ter atuado de forma mais firme em um momento como esse, mas infelizmente isso não aconteceu.

Eu estou muito preocupado. Quando há uma recessão econômica como essa – e concluo dizendo isso –, às vezes, a saída é uma saída em V, em que a gente vai tão fundo, lá em baixo e você se recupera.

Infelizmente, o que a gente está vendo no País é uma saída pela estagnação, pela estagnação. E eu quero aqui chamar a atenção dessa política de austeridade fiscal. Eu sou um crítico desde 2015, Dr. Ilan, desde o Dr. Levy. Eu acho que essa recessão é fruto dessa política de austeridade enlouquecida, em uma economia com uma desaceleração como essa, a gente continua fazendo isso, e eu acho que este País não tem condições de retomar o crescimento se a gente não sair de forma consistente dessa política que vem dando errado no País.

Então, eu queria a opinião dos senhores sobre essas questões que levantei, mas, principalmente, sobre essa informação divulgada aqui pelo jornal *Valor Econômico*, que fala da possibilidade de rasgarmos a Lei de Responsabilidade Fiscal para poder socorrer bancos com dinheiro do Tesouro, com dinheiro dos contribuintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar às respostas do Presidente Ilan, vou ler três perguntas que vêm dos telespectadores para que sejam anotadas por V. Sª.

Do Pedro George de Brito, do Rio Grande do Norte. "Nós que habitamos ...".

Isso aqui vou pedir ao Garibaldi para ler, porque veio de lá, acho que é um parente do Garibaldi que enviou.

Do Alô Senado, Francisco José da Silva, Pará. "Não adianta a inflação cair se não existe consumidor para movimentar as relações comerciais. A meu ver, o Governo deveria se preocupar com a disponibilização de oportunidades de emprego."

E do Felipe Berquó, Distrito Federal. "Gostaria de saber se é possível diminuir a regulação para a entrada de bancos estrangeiros, com o intuito de aumento da concorrência, de forma a diminuir o *spread* bancário.

Seu conterrâneo lá, Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Esse meu conterrâneo parece cruel mesmo.

Presidente Ilan, ele diz o seguinte: "Nós que habitamos o sertão do Seridó, onde a maior fortuna é simplesmente ter água [e nem isso há no momento, porque o Nordeste está passando por uma seca], rogamos aos senhores que possibilitem uma correção a menor entre os juros permitidos à empresa de cartão de crédito e bancos, porque é constrangedor comparar o valor oficial do juro real do IPCA."

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Presidente Ilan.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Há muito assunto. Vou tentar resumir várias questões. Não vou entrar, obviamente, no debate político. Acho que o Banco Central é um órgão técnico, e, se ele continuar de forma técnica, nós vamos servir ao País da melhor forma. O que vou discutir são as questões objetivas, as questões econômicas. Há várias questões aqui que foram levantadas e que vou colocar.

Começando com a Senadora Gleisi Hoffmann, que pergunta se tomei café. Eu tomei café e acredito que a senhora também. Mas a pergunta objetiva é sobre a questão do preço do botijão de gás, do preço da luz, que, inclusive, foi o que um leitor colocou. Nós não somos a favor de congelamento de preços básicos na economia. A única razão para a gente ter tido o botijão de gás, luz e tudo muito mais barato, dois, três anos atrás, é porque nós congelamos e tivemos de soltar. E, agora que soltou, o preço é maior. Nós já tínhamos aprendido que congelamento não funciona. Então, não adianta agora mostrar que, no congelamento, o preço estava mais barato e que, depois que abriu, o preço está maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inflação em 2015 foi 11%, 10,7%. Uma boa parte dessa inflação foi de preços administrados depois de congelamento por anos. Não só não adiantou, porque o preço acabou subindo, como prejudicou as empresas, prejudicou a economia e foi um dos responsáveis pela recessão que nós hoje estamos enfrentando.

Eu considero a recuperação da economia algo importante. Depois de uma queda de quase 8%, nós conseguirmos crescer na margem de 2%, 3% é melhor do que a queda. Nós estamos trabalhando.

O telespectador perguntou se é importante a volta do consumo. É importante a volta do consumo, sim. E a volta do consumo está acontecendo? Alguém falou: não, é só pelo FGTS. Não é só pelo FGTS. A liberação do FGTS ajudou de forma temporária, mas o que de fato está ajudando, de uma forma um pouco mais permanente, é a queda da inflação. Se a inflação voltar, como foi há dois anos, vai prejudicar o poder de compra, vai prejudicar o consumo e vai prejudicar a recuperação da economia.

É verdade, o Senador Lindbergh coloca, que, depois do consumo, vamos precisar... O investimento vai ter de vir. A própria Senadora coloca que o investimento tem de vir. E tem de vir. Mas como ele vem? Primeiro, recupera-se a utilização da capacidade – o consumo vem, a demanda vem – e, depois, uma vez a capacidade utilizada, vem o investimento.

Mas não é só por aí. Vem também pela confiança. Se não há confiança no futuro, por mais que haja demanda de recuperação, vai ter de vir no final das contas, entendeu?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas não veio até agora.

O SR. ILAN GOLDFAJN – A confiança está vindo, olhando os dados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A confiança veio; não veio o investimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Porque a confiança da oposição demora...

O SR. ILAN GOLDFAJN – E há questões, tenho certeza, mais reais, além do que as certezas relacionadas a questões apenas do âmbito econômico. Isso claramente influencia. Então, estamos caminhando, a economia está se recuperando, o investimento vai acabar vindo.

E nós temos dois papéis no Governo, o que Governo pode fazer. Eu acho que incentivar a infraestrutura é fundamental. É um lado que tem de vir, e acho que esse é onde a gente tem de entrar. O segundo ponto, que eu acho que não vai ter...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas quem vai financiar?

O SR. ILAN GOLDFAJN – Quem vai financiar são os investidores que estão vindo.

Estive em Nova York há duas, três semanas e, de fato, há interesse. As pessoas vêm falar comigo e dizem: "Olha, nós estamos interessados. Se tivermos uma perspectiva razoável para a economia brasileira, nós temos interesse". Então, nós temos de mostrar que estamos fazendo ajuste, estamos fazendo reforma. Estamos conseguindo recuperar a economia, e esses investimentos vão acabar vindo.

Há uma outra área de recuperação de investimento em que eu acredito. Sei que V. Exª e o próprio Senador Lindbergh talvez não compartilhem, mas acredito que a privatização em algumas áreas – estou falando da Eletrobras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ILAN GOLDFAJN – ... vai nos ajudar no investimento, na eficiência e no investimento.

Tocou a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. É automático.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, antes de terminar, posso fazer uma pergunta rápida?

O SR. ILAN GOLDFAJN – Então, voltando a algumas questões...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então coloque, Senadora, se for do seu interesse e se a pergunta for rápida, porque ele já expõe o pensamento.

O SR. ILAN GOLDFAJN – É que eu tenho vários...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário sobre o Certificado de Recebíveis do Agronegócio. Ainda no governo da Presidente Dilma, nós conseguimos fazer com que esses certificados fossem calçados e vinculados ao dólar, e isso fez com que recursos pudessem ser investidos nas grandes empresas do agro para financiar a agropecuária, os produtores rurais. Com o passar do tempo, descobrimos que os investidores estavam recuados dessa estratégia por conta da cobrança de imposto de renda sobre a valorização desses investimentos, porque lá no exterior ninguém quer saber de imposto de renda. Então, isso acabou atrapalhando o Certificado de Recebíveis do Agronegócio, que é uma grande fonte de financiamento da agropecuária brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Queria saber o que o senhor acha dessa isenção de imposto de renda para esses financiamentos de certificados de recebíveis.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Eu prometo que V. Sª não será mais interrompido.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Então, a gente falou de recuperação, falamos das questões macro. Vamos falar um pouco das questões dos projetos, de algumas que foram colocadas.

Foi colocada a questão do projeto de resolução bancária, que saiu no *Valor*. Esse é um projeto que começa no acordo do G20, logo depois de 2008, quando houve a crise bancária lá fora; é um acordo internacional, e está-se trabalhando nesse acordo já há algum tempo. Agora, tem de haver uma correção aqui: o projeto de resolução defende os recursos públicos; ao contrário, ele faz a lista para, no momento em que tiver de ajudar o sistema bancário, colocar todo mundo na frente do contribuinte, que é o que saiu da crise de 2008 lá fora. Não sei se vocês lembram, na crise lá fora acabou tendo recursos do contribuinte e como resultado – isso não no Brasil; estamos falando de crise internacional – disso houve um acordo internacional para pensarmos no futuro. Não é hoje, não é amanhã, nem no ano que vem, mas no longo prazo temos de pensar não só como se entra no sistema bancário, mas como se sai do sistema bancário. Esse é um projeto mais global, que vem de um acordo internacional. E o projeto faz – isto é muito importante – tudo para preservar os recursos públicos. O contribuinte é o último. Não adianta não falarmos nada, não fazer a ordem, vermos como o acionista entra, o controlador entra, o credor entra. Temos de pensar na organização disso porque, se não formos pensar, se não formos planejar, na hora do aperto, vocês sabem quem vai pagar. Então, se temos algo organizado, preserva-se o recurso do contribuinte. E há vários outros aspectos aqui de que podemos falar, mas é o contrário: o projeto é bom para a questão fiscal.

Sobre a questão da MP 784, o Senador Lindbergh comentou que ele é sigiloso na questão da... Não existe isso. Qualquer acordo que houver, nós vamos publicar. Essa foi uma questão que saiu nas mídias, houve um debate público, mas não há sigilo nenhum aqui. Pode até ter sigilo no começo, na hora em que está negociando, mas, no final, no acordo, é tudo público, sem dúvida nenhuma.

Sobre a questão do cartão de crédito que foi colocada aqui pelo telespectador. Cartão de crédito tem, de fato, as taxas maiores. Mas vocês têm de perceber que tivemos uma norma no começo do ano que limitou o rotativo para 30 dias. Nós acreditamos que quem fica no rotativo muito tempo acaba não pagando, acaba entrando na inadimplência, acaba entrando numa bola de neve, o banco não recebe, ele não paga. Não tem por que ficar muito tempo. Então, uma norma prudencial é: rotativo deve existir, mas, se ele fica muito tempo, deve ir para outro lugar. Ou paga ou fica inadimplente ou vai no parcelado. E nós fizemos isso. Nós conseguimos reduzir pela metade. Ainda é alto? Ainda é alto por questões da economia. Mas não acho que reduzir pela metade é pouca coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outras matérias no rotativo com as quais temos trabalhado bastante. O rotativo regular – estou mostrando aqui – caiu de algo como 15%, 16% ao mês e está hoje em um dígito. Um dígito é alto? É alto. Mas está caindo quase pela metade. Então, essa é a questão.

A pergunta é se nós vamos permitir que bancos estrangeiros venham aqui para entrar... Bancos estrangeiros sempre foram bem-vindos. Eles vieram, eles entram, eles saem. Isso nunca foi uma restrição para entrar. O que nós temos de fazer é, além de permitir que outros bancos entrem, empoderar os bancos médios, os pequenos bancos, as cooperativas, que geram concorrência. O que nós fizemos nessa área?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Sem precisar de um decreto presidencial, como é hoje.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Perfeito.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Devem entrar sem decreto presidencial.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Certo. Isso é verdade. Em outros países do mundo, não precisariam de um decreto. Mas, de qualquer forma, mesmo com decreto, acabam vindo, acabam entrando.

Agora, nós dividimos o sistema em um, dois, três, quatro, cinco; S1, S2, S3... E os S1 são os maiores bancos. As S5 são as cooperativas. E nós estamos regulando o sistema, dividindo o custo regulatório, o custo capital, tudo em função do tamanho da complexidade do sistema. Isso vai gerar concorrência. Além disso, temos outra área para gerar concorrência que são as inovações no setor financeiro, as chamadas *fintechs*. Elas inovam, elas geram ganhos, elas tiram lucro de outros, ou seja, para elas. Elas são fatores de concorrência, e nós temos hoje audiência pública sobre a *fintech*.

Deixe-me ver se há mais alguma coisa aqui.

A TLP. Eu não vou falar das estimativas, mas há estimativas de mercado mostrando que a introdução da taxa de mercado da TLP pode gerar um juro mais baixo de forma significante. Nós não concluímos isso, é o mercado que está dizendo. Mas, se houver juro mais baixo para todo mundo, é bem melhor do que termos juro baixo para alguns e juro muito alto para os outros. Nós temos de acabar com a meia entrada para poder ter uma entrada inteira menor. Juro mais baixo e democrático para todo mundo.

A manchete do *Valor* foi a questão da resolução. Essa resolução diz: "Ah, nós vamos usar recursos públicos." Na verdade, não. O projeto que se pensa é o recurso público em última instância, é o último, é para proteger aquele. Se você não planejar na hora, nós sabemos quem é que vai apagar. Você tem de colocar todo mundo organizado e como é que você vai fazer isso desde agora. E não é uma questão conjuntural. Não é para agora, não é para o ano que vem. É um projeto pensando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estruturalmente, para se adequar ao Acordo Internacional do G20, que começa na crise de 2008, lá nos Estados Unidos e na Europa, e gera esse consenso que nós estamos adotando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Presidente Ilan, por sua disposição, por sua paciência, por seus esclarecimentos sempre tão claros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A pergunta da Senadora Kátia, por favor.

O SR. ILAN GOLDFAJN – Desculpe ter passado, mas eu acho que a questão do CRA foi aprovada. Eu acho que ele é um instrumento válido para quem, de fato, tem lastro, tem, de fato, questões cambiais de um outro lado. É um instrumento para quem lida com esse setor. E nós somos a favor disso.

As questões fiscais têm de ser resolvidas. Infelizmente nós não somos os responsáveis diretos pela isenção do imposto de renda, mas eu acho que o instrumento é válido e eu acho que a gente precisa dele para o sistema financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mais uma vez, Presidente – Dr. Fábio Araújo também, que ficou à nossa disposição aqui para qualquer esclarecimento adicional –, muito obrigado por sua gentileza, pela sua paciência e por suas exposições tão claras e didáticas.

Fica encerrada esta audiência.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia onze de outubro do ano de dois mil e dezessete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Lídice da Mata, Armando Monteiro, Elmano Ferrer, Angela Portela, Fatima Bezerra, Regina Souza, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Dalírio Beber, Davi Alcolumbre, Maria do Carmo Alves, Pedro Chaves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os(as) demais Senadores(as). A presidência declara aberta a reunião, dando início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das emendas desta comissão ao PL nº 20/2017-CN - Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2018, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente suspende a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. O Presidente declara reaberta a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos e concede a palavra ao relator das emendas, senador Armando Monteiro, que faz a leitura do seu relatório. Fazem uso da palavra para discussão os Senadores Jorge Viana e Pedro Chaves. Faz uso da palavra, ainda, para discussão, o Senador Garibaldi Alves Filho, que se manifesta favorável às Emendas apresentadas em relatório pelo Senador Armando Monteiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes emendas ao PL nº 20/2017-CN: Emenda nº 01 – UO 25101 – Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas – no Estado do Rio de Janeiro – Valor R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); Emenda nº 02 – UO 25101 – Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações – Nacional – Valor R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais); Emenda nº 03 – UO 28101 – Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior – Nacional – Valor R$ 169.140.000,00 (cento e sessenta e nove milhões, cento e quarenta mil reais); Emenda nº 04 – UO 28101 – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato – Nacional – Valor R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Antes de encerrar os trabalhos, a presidência dispensa a leitura da ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. A presente ata, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/11

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da 40ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Pauto a deliberação das emendas da CAE ao PLN da Lei Orçamentária Anual.

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, de 2017

Discussão e votação das emendas desta Comissão ao PLN nº 20/2017-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Observação: *Foram apresentadas 129 emendas a esta Comissão, sendo todas de apropriação.*

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

Mas, antes de passar a palavra ao Senador Armando Monteiro, eu suspendo a reunião por dez minutos.

(*Suspensa às 11 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 34 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está reaberta a 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para deliberação das emendas da CAE ao Orçamento de 2018.

Com a palavra o Relator das emendas, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1.

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é que as indicações apresentem indiscutível interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações apresentam mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção consistiram em programações orçamentárias com número expressivo de indicações e, mais uma vez, frisamos, alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dessa forma, no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, foi escolhida a ação "Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato", com 20 indicações. A ação "Promoção do Desenvolvimento Industrial", com 11 indicações, embora não tenha sido selecionada – é importante registrar –, também será beneficiada, de forma indireta, com o direcionamento de recursos para micro e pequenas empresas. Então, ainda no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, optou-se pela ação "Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior", com cinco indicações. Essa última engloba a ação que fica compreendida aqui como "Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior", que também recebeu uma indicação.

É importante registrar que o Portal Único do Comércio Exterior é um dos principais projetos para a simplificação e desburocratização dos procedimentos de exportação, visando alinhar o Brasil com a posição de países que têm um tempo de processamento de exportação infinitamente menor do que o Brasil. O Brasil tem mais de 30 órgãos intervenientes no processo de exportação. Com o Portal Único do Comércio Exterior, nós vamos ter um sistema de janela única. Portanto, o Brasil fica alinhado às práticas internacionais no sentido de buscar racionalidade e ganhos de produtividade.

A estimativa é de que, quando o projeto do portal estiver concluído, Presidente, o Brasil poderá reduzir os tempos médios de exportação (de 13 para 8 dias) e de importação (de 17 para 10 dias). Já há uma fase do projeto que está concluída, que é a anexação eletrônica dos documentos, e agora estão redesenhando os processos de exportação. Os ganhos com a redução de prazos foram avaliados pela Fundação Getúlio Vargas em estudo encomendado recentemente, e o impacto é muito relevante.

Na unidade orçamentária Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, optou-se por contemplar a ação "Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações", como contribuição desta Comissão para a superação das dificuldades ora enfrentadas pelos entes subnacionais e que promovem desoneração das exportações, sendo justo oferecer a esses Estados a devida compensação. Portanto, esse é outro grupo que estará contemplado nesse processo, tendo em vista que o estímulo, o fomento e o apoio às exportações se constituem em algo prioritário dentro da agenda do País.

Foram ainda apresentadas, Sr. Presidente, seis emendas para apoio à Fundação Getúlio Vargas, órgão de excelência no desenvolvimento de estudos e projetos e que tem, reconhecidamente, há vários anos, recebido apoio desta Comissão sob a forma de emendas aqui apresentadas. Portanto, essa é outra área que está sendo contemplada na proposta.

Com relação ao Projeto KC-X, que é uma ação que reconhecemos como muito relevante do ponto de vista do desenvolvimento da indústria brasileira e da excelência de um projeto que será – eu tenho certeza – importante do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico e da participação do Brasil neste segmento, é importante destacar que, embora ele tenha impactos relevantes do ponto de vista econômico, em termos de política industrial, parece-me, Sr. Presidente, que, mesmo tendo recebido o apoio de muitos subscritores aqui no âmbito desta Comissão, esse projeto pelas suas características seria mais pertinente, Senador Jorge, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu quero, nesta parte – e tenho certeza que o Presidente Tasso Jereissati –, manifestar o apoio também, embora que não se traduza aqui na apresentação de comissões, mas o reconhecimento da importância estratégica desse projeto.

Eu não sei se o Senador Jorge Viana quer aduzir alguma informação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, permita-me.

Eu agradeço, Sr. Presidente Tasso.

Eu sei das dificuldades que temos. Eu também participo de muitas outras comissões como titular e algumas, como a de Mudanças Climáticas, eu presido, e tive que fazer escolhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na hora das emendas com os colegas. Sou Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde também tivemos que fazer escolhas.

Quero cumprimentar o Relator, Senador Armando Monteiro, e queria cumprimentar o Presidente da Comissão, o Vice-Presidente e o Relator pela preocupação com esse projeto especificamente, o KC-390. Ele é um dos projetos mais importantes do ponto de vista estratégico para o Brasil.

Nós estamos falando de um avião – eu posso falar isso, porque sou um pouco leigo, apesar de conhecer um pouquinho do assunto – que vai concorrer e suceder o Hércules no mundo inteiro. Ele leva mais carga que o Hércules e tem recursos atualizados que o Hércules não tem. Eu estou falando de um avião que do mundo inteiro; todos os países usam e usaram durante décadas. Então, é algo estratégico, desenvolvido com a tecnologia nacional, a partir do esforço da Aeronáutica, dos nossos engenheiros, da vivência que tivemos e da experiência toda da Embraer. Então, é algo realmente estratégico.

Nós já estivemos lá em Gavião Peixoto, onde estava o protótipo; a indústria aeronáutica brasileira materializada com a produção dessa aeronave, que é uma das mais modernas do mundo e certamente vai ter um mercado extraordinário.

Mas, como todos sabem, as Forças Armadas estão com os orçamentos também limitados, e é a oportunidade que nós temos. Temos um sem número de projetos como o Sisfron, na fronteira, especialmente para garantir que este País pare de ser uma porta aberta para a entrada de drogas, de armas. Esse é um projeto que se soma a muitos outros projetos.

Obviamente, consultamos os representantes da Aeronáutica, que não têm a autonomia de tirar ou pôr. Eles pedem. E eu acho importante a manifestação da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a importância desse projeto, mesmo que ele não fique incluído nas quatro emendas, já que temos aqui até a tradição, como é o caso da Fundação Getúlio Vargas. Mas eu gostaria de solicitar – e de me somar a esse esforço do Presidente e do Relator – que façamos chegar à Comissão Mista de Orçamento, da qual também sou componente, à parte, já acompanhando o relatório, o pedido do Presidente da CAE, que é muito forte, e do Relator Armando Monteiro também. Havia, parece-me, também uma manifestação do Senador Raupp. E eu vou fazer as tratativas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que possamos estabelecer com muita prioridade, com a prioridade adequada, esse projeto do KC-390.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Senador Pedro Chaves com a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu queria fazer das palavras do Senador Jorge Viana as minhas.

Realmente, a menina dos olhos da Aeronáutica hoje é o KC-390 pela sua importância estratégica para o País. E eu acho que nós devemos envidar todos os esforços e, se possível, em todas as comissões, apresentar o seu ponto positivo em relação a esse projeto. A Aeronáutica, como se sabe, está necessitando realmente de recursos para viabilizá-lo totalmente. E já existem dois protótipos.

Ontem, numa exposição muito rica que ocorreu no Salão Negro da Câmara, vimos um modelo do KC-390 e discutimos muito com o Comandante da Aeronáutica, que o considerou prioridade absoluta.

Então, se nós pudermos, na verdade, envidar esses esforços no sentido de alocar esses recursos do Orçamento para esse projeto, seria muito interessante. É importante um parecer mesmo da CAE. Acho que a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), se puder se manifestar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de forma positiva em relação a isso, agregaria muito para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

O Senador Armando Monteiro queria fazer mais uma observação?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria reiterar aqui as manifestações dos Senadores Jorge Viana e Pedro Chaves, que são, absolutamente, a meu ver, relevantes.

E, como já foi aqui dito, nós vamos, de alguma forma, manifestar o reconhecimento a esse projeto e a sua importância estratégica, evidentemente entendendo que a matéria tem mais pertinência temática na área de Defesa Nacional.

Eu tenho certeza de que o Presidente Tasso Jereissati haverá de endossar também essa prioridade.

Sr. Presidente, eu queria passar ao voto, relacionando as emendas:

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA de 2018 (Projeto de Lei Orçamentária Anual), por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento.

No âmbito do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, como já referido, as emendas da Senador Kátia Abreu e do Senador José Pimentel, para a promoção de desenvolvimento de micro e pequenas empresas, no valor de R$200 milhões, também com indicação dos Senadores Acir Gurgacz, Cristovam Buarque, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Raimundo Lira, Romero Jucá, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wellington Fagundes (respectivamente, as Emendas nºs 3,13, 16, 23, 24, 32, 33, 48, 49, 61, 62, 72, 76, 85, 90,105, 112, 118 e 124).

Outro grupo. No âmbito do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, também a Emenda nº 47, da nobre Senadora Lídice da Mata, para "Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior", no valor de R$169 milhões, com indicações dos Senadores Cristovam, Randolfe, Simone Tebet e Elmano Férrer, que são as Emendas nºs 31, 60, 84 e 104. E a Emenda nº 41, de minha autoria, na ação específica "Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior", que estaria em tese compreendida nessa rubrica. Embora não tenha sido escolhida, como já frisei, também será beneficiada ou contemplada com a modernização dos sistemas informatizados.

Outro grupo. No âmbito dos Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, a Emenda nº 54, do Senador Wellington Fagundes, para "Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para Fomento das Exportações", no valor de R$5 bilhões, também com indicações das Senadoras Lúcia Vânia e Kátia Abreu e do Senador Fernando Bezerra Coelho. São as Emendas nºs 75, 110 e 127.

E, finalmente, apoio financeiro à Fundação Getúlio Vargas, no âmbito do Ministério da Fazenda, com a Emenda 109, da Senadora Lúcia Vânia, também apresentada pelos Senadores Ivo Cassol, Simone Tebet, Romero Jucá, do próprio relator e do Senador Acir Gurgacz.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas.

Sugerimos, ainda, que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sr. Presidente, é esse o nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Relator, eu queria que V. Exª fizesse constar ou, então, que a própria Comissão fizesse constar o meu apoio integral a todas essas emendas que foram apresentadas neste momento, que são indispensáveis para um projeto de novo País; um País até, eu diria, sem pessimismo, mas muito diferente do que nós contemplamos hoje nesse horizonte que nós temos aí.

Eu queria aplaudir o trabalho de V. Exª como Relator; o cuidado que V. Exª teve para que esta Comissão viesse a contemplar setores estratégicos no sentido de desenvolver este País.

Quero congratular-me também com o Presidente Tasso Jereissati pelo apoio que deu a esse trabalho do Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves. Faremos constar em ata o apoio e o registro de V. Exª.

Eu queria agradecer ao Relator Armando Monteiro e parabenizá-lo pelo trabalho difícil de selecionar, entre mais de cem emendas, todas prioritárias, todas importantíssimas para o nosso País, quatro que fossem pertinentes a esta Comissão e que deveriam ser, como o foram, selecionadas. É um trabalho que exige realmente um equilíbrio muito grande, e o Senador Armando Monteiro mais uma vez demonstrou essa sua enorme dedicação às coisas públicas.

Eu queria também salientar aqui a boa vontade dos Senadores Jorge Viana, Pedro Chaves e Valdir Raupp, que, diante de uma percepção nossa, da CAE, do Senador Armando Monteiro e de todos nós, da importância do projeto da Aeronáutica, do cargueiro KC-X, empenharam-se para que essa solicitação prioritária da Aeronáutica fosse manejada para a Comissão de Relações Exteriores, cuja pertinência ao assunto é muito mais relevante. Esse empenho deles fez possível que nós pudéssemos selecionar outras emendas também tão importantes sem prejudicar o projeto do KC-X.

Ao mesmo tempo, queremos aqui deixar claro o nosso empenho pessoal, e em nome da própria Comissão, para que esse projeto seja aprovado noutra comissão – e não só noutra comissão – e vá adiante em todos os seus andamentos. Por isso, mais uma vez, agradeço a presença de todos e agradeço o relatório do Senador Armando Monteiro.

Antes de encerrarmos os trabalhos, os Senadores e as Senadoras que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas, assim, enumeradas pelo Senador Armando Monteiro estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Waldemir Moka, José Pimentel, Paulo Paim, Regina Sousa, José Agripino, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Ciro Nogueira, José Medeiros, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Pedro Chaves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Raimundo Lira, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Havendo número regimental. A presidência declara aberta a reunião, em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 883-Seses-TCU-Plenário, de 05 de outubro de 2017, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão n º 2199/2017 proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 005.124/2017-4, na sessão de 04/10/2017, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 55, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Presidente concede a palavra ao Sr. Alexandre Cordeiro Macedo. Durante a sabatina fazem uso da palavra a senadora Simone Tebet e os senadores Omar Aziz, Pedro Chaves, Waldemir Moka e José Medeiros. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, por 16 (dezesseis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 56, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para completar o mandato do Senhor Alexandre Cordeiro Macedo, com término em 8 de julho de 2019." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Presidente concede a palavra à Sra. Polyanna

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ferreira Silva Vilanova. Durante a sabatina fazem uso da palavra os(as) Senadores(as) Simone Tebet e os senadores Omar Aziz, Pedro Chaves, Waldemir Moka e José Medeiros. O indicado responde aos questionamentos dos(as) Senadores(as). **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome da senhora POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por 16 (dezesseis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009 - Terminativo -** que: "Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Aplicável somente se forem apresentadas emendas. **Resultado:** Não tendo sido apresentadas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Aplicável somente se forem apresentadas emendas. **Resultado:** Não tendo sido apresentadas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera as Leis n° 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis n° 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Aplicável somente se forem apresentadas emendas. **Resultado:** Não tendo sido apresentadas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre instrumentos para condução da política monetária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com três emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DO SENADO Nº 505, de 2013 - Terminativo - que: "Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Pedro Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 31-CCT-CMA (substitutivo), com 24 subemendas de sua autoria; contrário à Emenda nº 32 e às Subemendas nºs 1 e 2 à Emenda nº 31-CCT-CMA; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 131 de 2014, e do Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2014. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer critérios de contabilização orçamentária e financeira que impeçam o mascaramento da gestão fiscal e a antecipação indevida e onerosa de receitas de exercícios seguintes, bem como para restaurar a real natureza de inscrição em Restos a Pagar." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto com nove emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento do seguinte documento para seu conhecimento:

Do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 883-Seses-TCU-Plenário, de 5 de outubro de 2017.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Realizaremos agora a sabatina com os indicados para os cargos de Superintendente-Geral e de Conselheiro, ambos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Conforme comunicado na última reunião, em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre os indicados e perguntas a eles dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, no telefone 0800-612211.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 55, de 2017

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 10/10/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.

2. A arguição do indicado será realizada nesta reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 56, de 2017

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para completar o mandato do Senhor Alexandre Cordeiro Macedo, com término em 8 de julho de 2019.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 10/10/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.

2. A arguição da indicada será realizada nesta reunião.

Os indicados já se encontram no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria os conduza ao plenário. (*Pausa.*)

Passo a palavra à Srª Polyanna Ferreira Silva Vilanova, para que faça sua exposição.

A SRª POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA – Exmo Sr. Senador Presidente Tasso, muito bom dia; demais Senadores presentes na Casa, colegas de profissão e demais componentes desta respeitável Casa, Conselheira Simone Tebet, bom dia. Foi com imensa alegria e honra que recebi a indicação para cumprir o mandato do Conselheiro Alexandre Cordeiro até julho de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou mineira, de Lavras, mas estou em Brasília há mais de 35 anos, graduada em Direito e em Ciência Política pela UnB. Possuo pós em LL.M pela FGV, em Direito Empresarial. Direito do Estado e Direito Público também são outras pós-graduações as quais em concluí na Cândido Mendes e na Universidade do Sul de Santa Catarina.

Nos últimos quatro, cinco anos, tenho atuado com grande ênfase no Direito Concorrencial, tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito profissional.

Desde 2008, fui sócia de escritório de iniciativa privada, atuando como advogada especialmente em tribunais superiores, com foco no Supremo, STJ, TCU e, como dito, nos últimos anos, no Cade e em agências reguladoras.

Para minha grata surpresa, recebi um prêmio em 2015: fui eleita entre as cem melhores advogadas na área de *compliance* pela Global Investigation Review, prêmio de que muito me orgulho, fruto de um trabalho árduo em empresas em que atuamos à época, dentro do escritório.

Em 2017, presente ano, também tive a grata honra de receber dois prêmios na área de litígio, especialmente com a atuação, como dito, nos tribunais superiores: pela Euromoney Legal Media e também pela Leaders League.

Coloco-me à disposição de V. Exªs para eventuais esclarecimentos e questionamentos.

Muito obrigada. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Drª Polyanna, pela sua exposição, pela sua apresentação.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, para que faça sua exposição.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Exmo Sr. Presidente da CAE, Senador Tasso Jereissati, na pessoa de quem eu cumprimento os demais Senadores aqui presentes, e a candidata Drª Polyanna. Muito bom dia a todos, aos meus colegas da CGU, que se encontram aqui presentes, aos meus colegas do Cade.

É um privilégio ter minha segunda sabatina aqui. Fui sabatinado há aproximadamente dois anos e meio para o conselho do Cade, local que eu aprendi a gostar, que é uma excelência ...que é uma excelência na Administração Pública, tem um quadro técnico muito bem qualificado. Não é à toa que o Cade tem recebido diversos prêmios internacionais, sendo o último o de Melhor Agência Antitruste das Américas, pela GCR, inclusive ganhando do FTC e da agência antitruste canadense.

Eu sou brasiliense. Tenho formação em Direito e em Economia, com mestrado em Direito e pós-graduação em Processo Administrativo pela UnB. Sou Professor da Escola de Direito de Brasília, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direito Concorrencial e também de Análise Econômica do Direito. Também sou Professor da Unisinos, lá em Porto Alegre, atuo como professor convidado no LL.M. de Direito Empresarial. Sou Professor também da Faculdade de Direito de Vitória, no LL.M. de Direito Empresarial também. E sou *visiting scholar* da George Mason, em Washington, nos Estados Unidos.

Já há dois anos eu venho desempenhando esse papel de Conselheiro do Cade, mas originalmente eu sou da Controladoria-Geral da União, sou Auditor de carreira, fui aprovado em concurso em 2006.

Passei por diversos outros cargos de 2012 ao final de 2013, fui Secretário Executivo do Ministério das Cidades e, em todas essas funções, sempre trabalhei em prol da Administração Pública e principalmente com matérias relacionadas às funções que o Cade desempenha.

Nesses últimos dois anos e meio em que estive no Conselho do Cade, participei de 331 julgamentos. Foram 28 atos de concentração; 66 processos administrativos; 146 requerimentos de termo de compromisso de cessação de conduta; 60 embargos de declaração, 8 consultas e 28 outros tipos de procedimentos.

Portanto, é um prazer muito grande estar aqui novamente. Espero, caso seja aprovado, desempenhar um papel adequado e condizente com o que a Administração Pública e o nosso País hoje precisam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Macedo.

Passamos à arguição pelas senhoras e pelos senhores Senadores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – Presidente Tasso, tendo em vista que hoje é um dia de muita movimentação e muitas comissões estão neste momento funcionado e necessitando de quórum, o trânsito entre as comissões vai ser grande. Então, eu consultaria V. Exª sobre a possibilidade de se abrir o processo de votação, tendo em vista estarmos com quórum relativamente baixo, para aproveitar as presenças para que se garanta o quórum mínimo para a apreciação dos indicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Agripino. Aceito a sua sugestão.

Pediria à Secretaria que abrisse a votação, que será feita na urna eletrônica.

Então, está aberta a votação na cabine, e os Senadores que quiserem votar já podem se dirigir à cabine eletrônica.

Então, está aberta a votação, e os Senadores que queiram votar se dirijam à cabine.

Senadora Simone e Senador Pedro Chaves.

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Começo cumprimentando a Drª Polyanna e o Dr. Alexandre. Sejam bem-vindos!

V. Sªs já são casos de sucesso. Afinal já foram indicados pelos respectivos órgãos, e aqui nada mais farão do que responder a algumas perguntas, para que os nossos colegas tenham a certeza da competência e da capacidade de V. Sªs. No meu caso em particular, que tive a honra de ter sido indicada para relatar aqui e fazer a análise técnica e regimental da indicação da Drª Polyanna, já tenho a minha convicção tanto em relação a ela quanto em relação ao Dr. Alexandre, porque tive tempo de analisar os currículos de ambos, currículos invejáveis no aspecto não só acadêmico, mas também profissional. Jovens, mas já com uma carreira extensa de serviços prestados, principalmente na área do Direito Público, que é fundamental para o exercício das atividades com que V. Sªs passarão a se ocupar se tiverem a indicação aprovada por esta Comissão e pelo Plenário.

Eu farei uma pergunta para ambos, relacionada a um assunto que eu diria que é de interesse de todos porque se trata da verdadeira vocação do Brasil e do meu Estado do Mato Grosso do Sul e tendo em vista também que ontem, dia 16 de outubro, Sr. Presidente, a ONU celebrou o Dia Mundial da Alimentação, se é que podemos chamar este dia ou este momento de celebração, quando sabemos que mais de 800 milhões de pessoas no mundo, quatro vezes a população do Brasil ou toda população europeia, passam fome.

Mas, como disse, a verdadeira vocação do Brasil é o agronegócio. Já fomos e somos considerados celeiro do mundo e não sem razão. Nos últimos anos, temos tido safras recordes, e presume-se algo em torno de mais de 30 milhões de toneladas de grãos que alimentam não só o povo brasileiro, mas também grande parte da população mundial.

Sabemos que o agronegócio, que é um caso de sucesso no Brasil e tem realmente alavancado a balança comercial, aumentado e sendo decisivo para geração de emprego e renda para a população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileira graças a sua produtividade e tecnologia, não depende apenas do homem do campo; ele depende de um sistema integrado, que passa pelo Poder Público, em matéria de incentivos, financiamentos a juros baixos, mas também, e principalmente, passam pelo setor secundário e terciário: o setor da indústria, principalmente de insumos – estamos falando de adubos, de produção de sementes, de máquinas e de equipamentos –; e também o setor de comercialização, na parte tanto de processamento quanto de exportação.

Infelizmente, o que estamos vendo cada vez mais – e nessas duas décadas com mais força do que antes – é o produtor e o homem do campo cada vez mais dependentes de carteis, de grupos de alta concentração, tanto na parte de fornecimento de insumos quanto na parte de comercialização. A cada ano estamos vendo cada vez mais o homem do campo plantando e já tendo de garantir parte da renda desse plantio – que não sabe qual vai ser, porque depende de condições climáticas – para pagamento de fornecedores, seja na área de sementes e adubos, mas também no que se refere a toda comercialização. E ainda dependente dos preços que são comandados cada vez mais por grupos menores.

Diante de tudo isso, estamos vendo principalmente a formação de dois grandes carteis ou duas grandes altas concentrações. Primeiro, no campo da comercialização: a comercialização de *commodities* agrícolas hoje nas mãos basicamente – no Brasil e no mundo – de quatro grandes empresas. Seriam ADM, a Bunge, a Cargill e a Dreyfus, conhecidas pelas iniciais ABCD.

de quatro grandes empresas, a ADM, a Bunge, a Cargill e a Dreyfus, conhecidas pelas iniciais ABCD. A informação que nós temos de 2013 é a de que, só nesse campo da comercialização, essas empresas detêm um terço da exportação mundial de alimentos. Repito: elas detêm um terço da exportação mundial de alimentos.

No caso dos insumos, não é diferente; aliás, acho que é até mais grave. E aí é que vem a pergunta. No caso dos insumos, a concentração, realmente, hoje, é absoluta. Nós tivemos duas grandes fusões, uma delas já aprovada não só no mercado internacional, mas também no Brasil, a da indústria química e a de insumos agrícolas, que é a Dow Chemical e a DuPont. E, agora, está ocorrendo a fusão de duas outras gigantes nesse setor, a Bayer e a Monsanto, no caso a Bayer comprando a Monsanto. Nós não podemos esquecer que se trata de uma gigante alemã que trata não só da questão de medicamentos relacionados a animais, mas também de defensivos agrícolas, de sementes, de pesticidas, de adubos, de produtos químicos de modo geral.

A preocupação é tanta em relação a esse caso – esta é a pergunta que farei –, que mesmo os Estados Unidos, conhecidos por todos nós como um dos países mais liberais no que se refere à livre concorrência, estão extremamente preocupados com essa concentração. O Senado Federal americano, em carta, já demonstrou preocupação principalmente com três pontos: essa fusão limitaria opções de sementes, aumentaria o preço para fazendeiros e consumidores e reduziria a concorrência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dou só o último dado para entrar na pergunta: essas duas fusões seriam responsáveis pelo controle, Presidente, de 76% do mercado mundial de sementes de milho e de 66% do mercado mundial de soja. Diante disso, não precisamos falar mais nada.

Há uma semana, esse ato de concentração da Monsanto pela Bayer foi enviado para a análise do Tribunal do Cade, depois de uma Nota Técnica da Superintendência-Geral do Cade. Vou rapidamente abrir aspas e fechar aspas, para dizer o que diz essa Nota Técnica: "A operação gera concentração horizontal significativa, especialmente nos mercados de sementes de soja e algodão transgênicos (biotecnologia) [...]." Avanço: "[...] agravada pelo fato de que a maioria dos demais concorrentes com atuação no Brasil dependem dessas empresas para obter acesso à biotecnologia utilizada nas sementes." E, finalizando, "a operação reforça ainda a integração vertical entre os mercados de biotecnologia e produção/comercialização de sementes de soja e algodão, gerando preocupações decorrentes da capacidade das empresas em determinar as condições de acesso à biotecnologia e do risco de adoção de práticas comerciais que dificultem o desenvolvimento de concorrentes".

Cabe ao Cade – obviamente, é o seu papel – analisar essa questão e afastar qualquer ameaça que possa caracterizar cartel e impedir a livre concorrência em um setor, como eu disse, fundamental para o Brasil. Nos últimos três anos, a balança comercial só obteve superávit graças ao agronegócio. Houve US$64 bilhões em superávit nos três anos graças ao superávit do agronegócio em mais de US$226 bilhões contra um déficit nos outros setores de mais de US$160 bilhões.

Então, faço três perguntas em relação a isso.

O que podemos esperar da atuação do Cade no combate à concentração e no estímulo à livre concorrência nos mercados de fornecedores de insumos para os produtos agrícolas e nos de comercialização e processamento de sua produção?

A autorização do Cade é legalmente requerida em casos como a da citada aquisição da Monsanto pela Bayer. No entanto, há mercados específicos do agronegócio

pela Bayer. No entanto, há mercados específicos do agronegócio cuja concentração também não é saudável, está acontecendo, mas não necessariamente passa pela análise do Cade.

A pergunta que eu faço é: o Cade pode, através da atual legislação, de ofício, tomar a iniciativa de atuar nesses casos quando se caracterizar ato nocivo à livre concorrência, prejudicando produtores e consumidores, ou ele precisa ser provocado? O que seria necessário para que o Cade viesse a examinar a formação do cartel nesses casos?

Por fim, a última pergunta – e esta tem a ver com o Senado Federal, com o que nós podemos contribuir com o órgão ao qual vocês pertencem: o fortalecimento da atuação do Cade, nesses casos, dependeria da introdução de algum ato normativo, de alguma lei que o Senado poderia aprovar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como o Congresso, portanto, poderia contribuir para isso? Legislando, suprindo lacunas, ampliando poderes do Cade, estendendo as atribuições e também os poderes constituídos pela legislação vigente?

São essas as perguntas que faço, agradecendo o tempo que me foi concedido.

Sr. Presidente, fui um pouco mais ampla no tempo, mas acho que o assunto é um assunto que hoje mexe com todos nós. Do agronegócio depende a fartura da mesa, principalmente daqueles que ainda são excluídos pela fome no Brasil e no mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone. As suas questões foram absolutamente relevantes e oportunas.

Questão de ordem? Uma pergunta?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, Sr. Presidente.

Apenas para contribuir com o posicionamento da Senadora Simone, nesse momento de crise que o País vive. Nós temos aí, e isso contribui muito, uma situação em que o pequeno e o médio são obrigados muitas vezes a desfazer o seu negócio por causa do monopólio. E assim nós deixamos de gerar oportunidades, empregos. Isso tem acontecido muito agora nessa crise.

Um exemplo claro é a JBS. Ela praticamente monopolizou até propaganda de televisão com grandes atores, pessoas conhecidas nacionalmente. Por quê? Porque tinha acesso fácil ao crédito e podia esbanjar, do jeito que esbanjou.

Especificamente na nossa região – e não vejo como não falar –, o monopólio muitas vezes na aviação, na venda do cimento... Para você ter uma ideia, a gente pode importar cimento – e importar mais barato –, e, assim que esse cimento chega, a empresa que produz cimento baixa o preço dela para quebrar quem importou, para o mercado ser dela, absolutamente dela.

O trigo, na maioria dos Estados, é monopólio. Eles dividiram o Brasil em alguns setores para cada um tomar conta de uma área.

Então, contribuindo com isso, peço ao Senador Tasso, caso haja quórum para aprovar os nomes do Dr. Alexandre e da Drª Polyanna, que seja colocado hoje em plenário, para ser votado mais tarde, com a sua anuência. Tenho certeza absoluta de que V. Exª faria isso, Presidente Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico inclusive aos Srs. Senadores que já está aberta a votação, Senador Moka, na cabine eletrônica para aqueles que queiram votar.

Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Inicialmente queria cumprimentar o Dr. Alexandre Cordeiro Macedo, indicado para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Cade, cumprimentar a Drª Polyanna e também os membros do Conselho. É um prazer!

Cumprimento o nosso querido Presidente

prazer.

Cumprimento o nosso querido Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, e os demais Senadores aqui.

As questões que eu gostaria de levantar são as seguintes. Primeira, para o Dr. Alexandre, mas, obviamente, se a Drª Polyanna também pudesse responder, também seria oportuno. A prática de infração da ordem econômica sujeita os responsáveis à multa. No caso de empresas, a multa pode ser de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido no exercício anterior à instauração do processo administrativo. O Projeto de Lei do Senado 283, de 2016, pretende tornar a multa prática de cartel por empresa ou grupo econômico proporcional à ordem econômica. Entendo que tal medida seja relevante, pois um cartel em geral só é descoberto após anos de infrações à ordem econômica. Gostaria de saber a sua opinião quanto a essa proposta de alteração legislativa.

Outra. O Cade aprovou, no ano de 2016, a formação de um *joint venture* entre as emissoras SBT, Record e Rede TV, chamado Simba TV, que iniciou a negociação oficial com as empresas de TV pagas pela cobrança da transmissão dos respectivos sinais digitais. O objetivo era a venda em conjunto do sinal digital de TVs abertas para operadoras de TV a cabo. Na sua opinião como a decisão do Cade se apresenta em uma análise após ato de concentração quase dois anos depois, principalmente porque o Cade admitiu que poderia haver um aumento potencial de preço para os assinantes de TV paga?

Agora para a Drª Polyanna: existe uma controvérsia acerca da competência do Cade e o Banco Central com relação à análise e à decisão em atos de concentração ou de infração da ordem econômica envolvendo instituições financeiras. Encontra-se nesta Comissão de Assuntos Econômicos o projeto de lei do Senado PLS nº 350, de 2015, que pretende definir como competência do Cade a defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional. Sobre esse tema, em sua visão essa seria uma boa proposta para a análise dos atos de concentração e para combate às infrações à ordem econômica no âmbito do sistema financeiro?

Era só isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Pedro Chaves.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, Senador Tasso Jereissati, serei bem objetivo.

A pergunta vale para a Drª Polyanna Ferreira Vilanova e o Dr. Alexandre Cordeiro Macedo.

Um tempo atrás, eu não consigo precisar, mas eu já estava aqui no Senado, o Senador Acir Gurgacz era Presidente da Comissão de Agricultura e a JBS, em função – eu não quero entrar em detalhes – de dinheiro subsidiado, enfim, eu sei que começou a comprar plantas nos Estados. Havia, em cidades próximas umas das outras, três frigoríficos, e compravam-se as três plantas, fechavam-se dois frigoríficos e deixava-se um só, para concentrar o abate e colocar o preço da arroba do boi num preço que queria. E o Senador Acir Gurgacz fez um requerimento aprovado na Comissão de Agricultura denunciando essa questão do monopólio.

O processo é muito moroso. Você

O processo é muito moroso. Você fica esperando aquilo, esperando, esperando, e aconteceu no meu Estado. Aí, dou exemplo também. Em Coxim,Rio Verde e São Gabriel. Fecharam duas plantas e deixaram uma só.

Ora, Senador Tasso, se você fechar um frigorífico numa cidade pequena, você cria desemprego e diminui a arrecadação do Município. Isso foi feito no Brasil inteiro, praticamente.

Aí, digo à Drª Polyanna que essa prática precisa ser mais ágil e o Cade deve ser mais incisivo nisso.

Nós chegamos a fazer, em Campo Grande, um ato mobilizando o Brasil inteiro, porque era uma coisa acintosa. Então, perdurou. Essa é a função precípua, evitar essas fusões que muitas vezes levam a grandes demissões, à formação de monopólio. Acho que essa é a principal função do Cade. E naquele momento, embora a gente seja bem atendido, eu confesso isso, tudo é muito moroso. Eu não sei, mas leva mais de um ano para resolver uma coisa que estava... Era fazer uma visita, constatar e... Então, não sei se vocês são funcionários de carreira do Cade, mas eu gosto muito quando a pessoa é mesmo funcionário de carreira, porque já conhece a prática e sabe onde mora a morosidade. O apelo que eu faço é para que se renove.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando é uma coisa acintosa, deve ser ágil, para que a pessoa sinta que não dá para continuar, que não pode ser desse jeito. É só... Eu queria que vocês comentassem. Não é uma pergunta. Vocês estão sendo indicados. Mas é uma forma de a gente, aqui no Senado, dizer... Pelo menos foi a experiência que eu passei.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra, então, o Dr. Alexandre Macedo e, em seguida, a Drª

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Obrigado.

Bom, obrigado pelas perguntas. Vou iniciar pela resposta à pergunta da Senadora Simone Tebet. Realmente, Senadora, o mercado de agricultura é muito importante para o País, a gente não tem dúvida disso, e nos últimos anos, algumas operações importantes que influenciam esse mercado passaram pelo Cade, como a China National Agrochemical Corporation e a Syngenta, como DowDuPont, como também Bayer e Monsanto, que são objeto da pergunta da senhora.

Realmente, é uma operação de características mundiais. A Monsanto, por exemplo, está em 67 países e tem 404 unidades espalhadas no mundo inteiro. É uma operação que gerou preocupação, portanto, no mundo inteiro e também no Brasil, conforme pode ser viso pelo próprio parecer da Superintendência-Geral. Não é uma operação simples. Foi declarada complexa e subiu para o tribunal com impugnação, evidentemente, para que se (...) com impugnação, evidentemente, para que se avalie a eficiência dessa operação principalmente.

Os atos de concentração – e aí pela nossa Lei de Defesa da Concorrência 12.529 – têm uma característica interessante. Isso foi trazido para a lei pelas melhores práticas ao redor do mundo.

Então, no § 5º deste art. 88 diz assim: os atos de concentração devem ser proibidos quando eles aumentarem significativamente a posição dominante ou criar uma posição dominante, que é o caso deste processo. Mas ele, no § 6º, excetua os casos em que é possível haver uma concentração. Quando? E aí ele traz dois incisos: quando o ato de concentração tiver efeitos líquidos positivos, ou seja, a eficiência do ato de concentração suplantar os possíveis prejuízos advindos de uma alta concentração, como desenvolvimento na qualidade de produtos, eficiências econômicas específicas, desenvolvimento econômico, maior produtividade, e, no inciso II, especificamente quando essas características ou esses benefícios puderem ser repassados para o consumidor.

O Cade, quando analisa um ato de concentração, segue o Guia de Análise de Atos de Concentração que o Cade divulgou, é o que a gente chama de nosso guia horizontal, em que a gente também importou as melhores práticas das autoridades antitrustes mais maduras. E lá se faz uma análise, passo a passo, para saber se esse ato de concentração, essa fusão pode ser aprovada ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A gente faz a definição do mercado relevante lá no item 1; a gente passa pelo exercício de poder de mercado; passa, na verdade, pela análise de concentração; depois pela probabilidade de exercício de poder de mercado; pelo poder de compra, e, ao final, pelas eficiências.

A Superintendência-Geral, no seu parecer, passou rigorosamente por todos esses aspectos, e cabe, evidentemente, ao Tribunal, agora, caso entenda que essa operação deva ser aprovada ou não, se identificar prejuízos contra a ordem econômica, que aponte e indique os remédios necessários para sanar esses prejuízos e fazer cumprir, justamente, a exceção disposta no § 6º do art. 88 da Lei 12.529, que é: ao final do dia, ter efeitos líquidos positivos que beneficiem o consumidor.

Então, Senadora, não só na agricultura, mas em qualquer outro mercado, a análise de ato de concentração deve ser feita dessa forma. Especialmente na agricultura, em uma operação grande como essa, o Cade tem de tomar, sim, um cuidado excessivo, porque envolve um setor de extrema relevância para o País, ainda mais na crise econômica em que a gente vive; é um setor em que a gente tem anos e anos... A agricultura vem salvando o Brasil com a balança comercial, além do mais é um setor extremamente sensível que mexe com alimentação do povo, e alimentação do povo influencia diretamente no aumento de preço e na inflação.

Portanto, em relação à pergunta da senhora, era isso que eu tinha para responder. Não sei se respondi V. Exª, Senadora? Não sei se respondi V. Exª, mas seria isso.

Na verdade, a senhora fez ainda mais três: o que se pode esperar do Cade? Seria esse cuidado específico em relação ao ato de concentração. A segunda pergunta que a senhora fez foi: existem não só... Porque o Cade tem um critério

Existem não só... Porque o Cade tem um critério de notificação prévia para os atos de concentração, que é quando uma empresa tem um faturamento de R$750 milhões e a outra de R$75 milhões. Mas a competência do Cade não se esgota aí. Qualquer outra fusão e aquisição, qualquer outro ato de concentração que não se enquadre nesses critérios objetivos de faturamento pode ser objeto de análise pelo Cade. O Cade tem um prazo para poder avocar essas operações e isso acontece, muitas vezes, por denúncia do mercado ou por concorrentes que exigem que o ato de concentração seja submetido ao Cade, porque, a despeito de não cumprirem os requisitos objetivos do faturamento, eles ainda podem gerar alguns problemas concorrenciais.

Em relação ao fortalecimento do Cade, é sempre bom a gente ter uma agência antitruste ou qualquer agência reguladora forte, que tenha capacidade de *enforcement*. O Congresso contribuiu muito e o Cade é outro a partir da Lei 12.529, que entrou em vigor em 2012, principalmente porque mudou uma característica específica que havia na Lei 8.884, e aqui endereço já à pergunta Senador Moka. Na Lei 8.884, a gente não tinha o instituto da notificação prévia obrigatória dos atos de concentração, Senador. Essas coisas aconteceram com a JBS muito em virtude disso, porque antes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazia a fusão, depois se comunicava ao Cade e as empresas já estavam trabalhando, já estavam juntas, operando juntas. Aí, a análise demorava um ano e ficava mais difícil de você mandar separar a empresa, os prejuízos para concorrência já tinham sido configurados em função da operação, já estavam juntas há, às vezes, um ou dois anos. É o caso, por exemplo, de processos antigos, como Nestlé e Garoto; é o caso de processos que se estenderam ao longo do tempo.

Hoje, não é mais assim, Senador. Hoje, pela Lei 12.529, você é obrigado, as empresas são obrigadas a notificar previamente o Cade e pedir autorização ao Cade para se juntarem. E o Cade tem levado, em média, 28 dias para julgar um ato de concentração; em se tratando de rito ordinário e rito sumário, 98 dias para rito ordinário e 14 dias para rito sumário. Ou seja, o Cade tem sido, a partir da lei nova – evidentemente, a lei aprovada aqui por este Congresso –, eficiente e tempestivo nas análises. Hoje, a gente tem um prazo máximo de 240 dias para análise de ato de concentração, podendo ser prorrogado por, no máximo, 90. Então, hoje, esse problema que existia na lei antiga não existe mais. E dos casos da JBS, a grande parte foi julgada sob a égide da lei anterior, eles foram realizados na 8.884. Apenas dois ou três casos, se não me engano, foram já apresentados na lei nova. E aí, o Cade teve outra postura com relação a isso, como é o caso da JBS com a Rodopa e também da JBJ e da Mataboi, que já tiveram um parecer da Superintendência no sentido de reprovação da operação.

Portanto, a preocupação que o senhor manifestou em relação à tempestividade, agilidade do Cade para dar o *enforcement* necessário da norma, foi resolvida com a Lei 12.529.

Em relação à pergunta (...)

Em relação à pergunta do Senador Omar Aziz sobre os monopólios e os preços predatórios, evidentemente que, em regra – e isso sob o ponto de vista teórico –, uma estrutura atomizada no mercado gera mais concorrência, e nem todos os mercados, evidentemente, trabalham de uma maneira melhor atomizada. Existem até alguns mercados em que é necessário o monopólio natural por ausência de infraestrutura, mas evidentemente que o Cade se preocupa muito com aumento de concentração, e esse é o objeto do Cade – esse é o objeto principal do Cade, além das condutas. E nesse objeto do Cade de se preocupar com a concentração é de uma preocupação muito grande especialmente as concentrações que aparecem de maneira exógena. Ou seja, é aquilo que o Senador Omar disse: quando um pequeno se rende ao grande no sentido de se vender ou de colocar sua empresa à venda porque não consegue competir, muitas vezes em função de existir uma política de preços predatórios, que é um tema também bem discutido na literatura econômica, se isso realmente existe ou não. Mas a rigor sim, e tanto é que nós internalizamos isso na nossa norma e entendemos que é uma infração anticompetitiva que está disposta lá no §3º do art. 36 da 12.529.

Então, dessa maneira eu endereço as perguntas do Senador Omar Aziz e passo para as perguntas do Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador, há um projeto de lei aqui mesmo, o 283, que é um projeto que endereça algumas coisas muito importantes, e uma delas é exatamente a pergunta que o senhor fez em relação ao tamanho da pena. Histórias de tamanho da pena e de Direito Administrativo sancionador e como aplicar uma pena não é uma novidade para ninguém agora e nunca foi. Nessa história, um dos artigos importantes no mundo que trouxe essa discussão foi um artigo de um professor chamado Gary Becker, escrito na década de 50, chamado "Crime and Punishment: An Economic Approach". Ele traz uma visão econômica sobre a dosimetria da pena, o tamanho da pena, e ele diz, basicamente, o que está como pano de fundo nesse projeto de lei: o ilícito não pode compensar. Se eu tiver um benefício maior no ilícito do que eu vou ter no custo dele, que é a pena, eu vou continuar cometendo o ilícito. Aí eu não tenho o efeito dissuasório nem específico nem geral.

E ele traz uma fórmula interessante, que é a seguinte: a decisão de cometer o ilícito é igual ao benefício do ilícito menos (a probabilidade de detecção vezes a pena), entre parênteses. Então, são duas variáveis que geram este custo para o ilícito: a probabilidade de detecção vezes a pena. No projeto de lei, ele traz uma questão específica. Às vezes, nós temos cartéis de 20 anos. E a nossa lei, no inciso I do art. 37, diz que a multa será aplicada no percentual de 0,1 a 20% no faturamento bruto do ramo de atividade no ano anterior à instauração do processo. Então, se o processo foi instaurado em 2010, eu vou pegar o faturamento de 2009, mas há 20 anos ele está cometendo o cartel. Em casos como esse, é bem provável, e é possível que, mesmo ao aplicar uma multa de 20%, que é o limite máximo da lei – ainda assim, existe uma discussão se pode ou não passar de 20% em virtude ...passar de 20% em virtude da parte final do inciso, que fala "nunca inferior à vantagem auferida". É bem provável, é possível que ele tenha um benefício maior, que tenha tido uma vantagem maior do que o custo da pena. O problema, Senador, é que isso não é pacífico nem no Brasil nem no mundo, em lugar nenhum. É muito difícil se medir a vantagem auferida. Não existe uma metodologia, não existe uma metodologia clara e precisa para isso.

A gente tem alguns casos no Cade, e essa foi a discussão nos últimos dois anos que a gente teve de uma maneira mais acirrada, mais quente no tribunal, de como aplicar essas penas. Parte do Conselho achou que poderia fazer o cálculo da vantagem auferida e parte do Conselho entendia que, por questões de segurança jurídica, eu não precisava utilizar a vantagem auferida como centro principal de cálculo da pena, eu poderia utilizar no art. 45 como agravante.

E, aí, a gente fazendo uma análise dos julgados anteriores, de como o Cade vem atuando... Não existe nenhum estudo também que demonstre que as penas do Cade têm sido muito brandas. Ao contrário, o que a gente percebe é uma capacidade muito grande de *enforcement* da autoridade antitruste, principalmente em virtude da vigência da nova lei. Aí, quando a gente volta para aquela fórmula de Gary Becker, vê que essa lei, Senador, trouxe uma probabilidade de detecção muito maior. Então, ela mexe na outra perna da variável que forma o custo da aplicação da pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei tem como pano de fundo essa história e traz a possibilidade de você aplicar a penalidade não só em relação ao ano anterior à instauração do processo, mas em todos os anos do cartel. A minha única preocupação em relação a isso, Senador, é que a gente tem de ter um cuidado com razoabilidade e proporcionalidade, porque muitas vezes, na vontade de aumentar o *enforcement* e aplicar multas cada vez maiores, essas multas podem ser desarrazoadas e acabarem inviabilizando sua aplicação e, tendo um custo muito alto, elas podem ser anuladas no Judiciário. Aí, acaba-se tendo efeito contrário: diminuindo o *enforcement* que a gente tanto queria.

Até mesmo sob o ponto de vista econômico, uma pena eficiente é uma pena cujo custo marginal é igual ao benefício marginal. Então, não adianta eu aumentar demais a pena, porque ela vai me dar um benefício marginal muito menor do que o custo marginal que eu vou ter para a aplicação dela.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpe, Presidente, mas...

Em relação à terceira pergunta, eu gostaria que V. Sª pudesse, mesmo que de forma objetiva... Porque acho que V. Sª confirma uma tese que, para mim, é muito clara.

A Lei de concorrência, no §5º, permite a fusão de grandes conglomerados, desde que, como o próprio termo coloca, não crie uma posição dominante. V. Sª disse que, no caso da fusão da Monsanto com a Bayer, nós teríamos uma posição dominante, e os números não deixam mentir. Repito: dominarem, junto com a DuPont, 76% do mercado mundial de sementes de milho e 60% da soja significa também, paralelamente, que elas, de forma isolada, detêm também uma grande concentração, da ordem, talvez, de 20% cada uma. Então, as exceções que V. Sª aponta e que hoje vão ser analisadas pelo tribunal do Cade, que são duas, talvez dependam de...

... que vão ser analisadas pelo tribunal do Cade, que são duas, talvez dependam da atuação do Congresso Nacional em relação a ato normativo que deixe claro que esses critérios de análise não podem ser discricionários; eles têm de estar muito bem colocados e precisam ser analisados rigorosamente quais sejam os critérios de exceção.

O primeiro do efeito positivo. Ora, é óbvio que a fusão de alguma forma vai permitir o desenvolvimento de uma qualidade do produto, aumentar a produtividade. A pergunta é: elas não seriam capazes de fazer isso separadamente? É óbvio que sim, tanto o é que, além de já deterem grande concentração – 20%, talvez, cada uma – da produção, da biotecnologia, das sementes, inclusive dos transgênicos, independentemente de terem a fusão ou não, elas têm interesse porque visam ao lucro. Então, é óbvio que elas correm atrás disso, têm dinheiro e profissional competente para já estar exercendo... E tanto exercem que, nos últimos 15 ou 20 anos, não dá para comparar a qualidade da semente e dos insumos. Hoje, temos alta qualidade do adubo, dos implementos agrícolas. Houve um avanço muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também em relação à segunda exceção, que é o benefício ser repassado para o consumidor, ora, temos um intermediário entre a indústria e o consumidor, que é o produtor. Que benefício ele vai ter? Nenhum, porque ele vai ficar na mão de cartel em relação ao preço de tudo: na hora em que ele vai pegar a semente, usar o adubo para não depender apenas do efeito climático e negociar o preço a comercialização, às vezes, antecipada do produto, com medo de depois, na hora de vender, vender por preço mais baixo.

Então, talvez, caiba ao Congresso Nacional reavaliar o §6º, para deixar claro não só a questão da objetividade desses critérios, mas também deixar muito claro que, se por ventura ficar comprovado, aumento da produtividade, do desenvolvimento do produto e o benefício ao consumidor já possa ser feito de forma isolada mesmo sem a fusão, a fusão seja proibida em nome do interesse público, em nome da coletividade.

Acho que, talvez, esse seja um remédio para impedirmos essas fusões, porque, de forma muito objetiva, não podemos jamais fazer com que a exceção derrube a regra. E as exceções do §6º hoje derrubam qualquer regra que imponha ao Cade a obrigação de barrar qualquer fusão que de alguma forma crie no Brasil um cartel, um monopólio ou uma concentração de posição dominante em relação a qualquer setor, seja qual for.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigada, Senadora Simone.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Serei bem objetivo.

É o mesmo raciocínio que faz a Senadora Simone. Eu só vou transportar para a questão da pecuária. As cidades distam 100, 150km uma da outra e, ao fechar três e deixar uma funcionando, primeiro, arrasa-se com a economia do Município; produzem-se demissões – cada frigorífico desses, eu vou deixar bem barato, emprega 200 pessoas; e o produtor tem de levar o gado para ser abatido a um dos três. Eu não vejo... Agora é claro que a produtividade desse frigorífico vai aumentar, ele vai se tornar mais eficiente, mas isso só beneficia ao dono; não beneficia a população como um todo. Ele começa com uma arroba menor, mas logo depois, em seguida, ele coloca o preço da arroba onde ele quiser, porque o produtor não... tem outra opção, ele não vai de Coxim a Campo Grande para abater o gado dele – são mais de trezentos e tantos quilômetros.

É só para corroborar que nós precisamos realmente rever esses §§5º e 6º, para tornar essa legislação um pouco mais clara e mais dura, para que esse argumento, que é usado em nome da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficiência e da produtividade, seja levado em consideração de forma mais ampla. Você tem que ver quem é que está se beneficiando com isso.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Posso só fazer um comentário, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sr. Alexandre...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Depois V. Sª terá oportunidade de se manifestar também.

A SRª POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA – Senadora Simone Tebet, eu compartilho com a senhora a totalidade das preocupações. Realmente é um núcleo muito fechado. O monopólio é claro. Nessa parte da biotecnologia, a Superintendência-Geral já deixou bem clara a sua preocupação.

Outro ponto que eu gostaria de destacar é a questão da tecnologia, da inovação. Dependendo da formatação de concentração de mercado, os benefícios serão bem menores do que os malefícios gerados. Então, hoje um dos focos do Cade tem sido a questão da tecnologia também, para que ela seja gerada aos consumidores.

Então, como o Conselheiro Alexandre destacou, a questão das eficiências alocativas, tanto imediatas quanto gerais, é um ponto importantíssimo a ser sustentado, questionado e estudado com muito afinco.

O caso, como muito bem já destacado, acabou de sair da Superintendência-Geral com diversos questionamentos com relação ao ato de concentração. Ele foi distribuído há duas semanas ao Conselheiro Paulo Burnier, o qual terá 240 dias para formar sua convicção; emitir parecer do Ministério Público, do ProCade; e depois discutir com os demais conselheiros.

Então, a minha tranquilidade é porque o Cade – tanto a sua equipe técnica quanto os conselheiros como um todo – tem essa visão de preocupação do mercado. Como o Conselheiro Alexandre destacou também, já tivemos outras oportunidades de fazer as devidas análises com relação à DuPont e a Dow, por exemplo – e outra da China, que o Alexandre citou.

Então, tenha certeza: é uma preocupação do Conselho. Nenhuma decisão será tomada no afã; muito pelo contrário, a tecnicidade sempre foi extremamente rigorosa no Cade – digo na posição anterior, como advogada atuante na autarquia, pela qual eu tenho grande admiração. Espero obter a votação para ser tomada como conselheira.

Com relação à questão da JBS também, Senador, como dito pelo Alexandre: grande parte da discussão foi a antiga lei. Com a mudança da lei, em 2011, os atos se tornaram muito mais céleres e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

além disso, com um controle prévio. Esse controle prévio fez toda diferença de mudança de entendimento.

Então, da JBS, como o Alexandre já destacou, temos dois casos recentes – um inclusive com a aplicação de multa de 40 milhões à JBS pelo não cumprimento do determinado pelo Cade.

Creio que seriam essas ponderações que eu gostaria de destacar em relação a essas duas perguntas

Creio que seriam essas as ponderações que eu gostaria de destacar em relação a essas duas perguntas, Senador Garibaldi.

Aí, *a posteriori*, eu me direciono ao questionamento direto do Pedro Chaves.

Ou já quer que eu responda ao Senador Pedro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA – Então, com relação ao questionamento do Senador Pedro Chaves que a mim foi direcionado, que se refere ao PLS no tocante ao Bacen e ao Cade, é uma discussão antiga, é uma discussão atualíssima, que muito preocupa os estudiosos da área econômica, da área financeira e da área concorrencial.

Ainda há um entrave no Judiciário, no Supremo. Temos um RE de relatoria do Ministro Celso de Mello no tocante à competência do Cade, com relação à possibilidade ou não de análise de fusões, de atos de concentração, no sistema bancário. Hoje, o Cade e o Bacen têm feito uma atuação conjunta. Há um grupo de estudos específico, para que haja uma coordenação entre as matérias, uma complementaridade, algo que, inclusive, já era um argumento muito forte defendido por diversos presidentes, ex-presidentes e conselheiros do Cade. Cito aqui o ex-Presidente Gesner Oliveira, que, há anos, no ano de 2000, proferiu um parecer no sentido da clara necessidade de complementaridade. Esse projeto de lei citado pelo Senador Pedro Chaves tem exatamente este foco, para que haja um conjunto de energias e de sinergias entre Cade e Bacen.

Acho que esses eram os pontos que eu gostaria de destacar com relação a esses questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de conceder a palavra ao próximo inscrito, quero dizer da nossa satisfação em acolher aqui o Presidente do Cade, Dr. Alexandre Barreto, em companhia de outros componentes do Cade.

De acordo com a relação dos oradores inscritos, vou conceder a palavra, vou ter a satisfação de conceder... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É você mesmo, José Medeiros?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. *Fora do microfone*.) – Sou eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não há dúvida. Olhe que o Cade...

Concedo a palavra a José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ele é meu conterrâneo. Nascemos os dois no Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Garibaldi, Senador que admiro muito, meu conterrâneo. Eu nasci em Caicó e fui muito cedo para Mato Grosso. Tenho o privilégio de estar com ele no Senado.

Eu queria cumprimentar o Dr. Alexandre e a Drª Polyanna, por estarem nesta sabatina.

Quero cumprimentar todos do Cade que estão aqui, o Presidente do Cade.

Faço minha ponderação, Sr. Presidente, simplesmente para ir na concordância do que disseram aqui o Senador Waldemir Moka e a Senadora Simone Tebet, porque alguns argumentos chegam a parecer um pouco sofismados, porque têm uma aparência de realidade, mas são calcados em premissas que não se sustentam.

Veja bem, em Mato Grosso, há uma cidade que se chama Vila Rica, que está na divisa com o Pará, no norte do Estado de Mato Grosso. Vila Rica tem um dos maiores rebanhos da região e tinha um frigorífico. Quando veio esse *tsunami*, ou melhor, esse furacão das campeãs, quando veio a JBS, o frigorífico lá foi arrendado ou comprado, não sei.

campeãs e que veio JBS, o frigorífico lá foi arrendado ou comprado não sei, mas o fato é que fechou o frigorífico. Aquilo foi um desemprego forte na região, deu uma quebra muito forte na economia da cidade e simplesmente no nome de uma eficiência. Mas a pergunta que fica é essa: eficiência para quem?

E me faz, ao mesmo tempo, fazer um comparativo com empresas de ônibus, de transporte coletivo urbano. Se você tem um edital de licitação e diz: olha, os ônibus têm que manter a regularidade dos horários, das 7h ou às 11h da noite. Mas digamos que o empresário dono da empresa, em nome da eficiência da empresa dele, concorde, junto com o setor de mobilidade urbana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que vai rodar só nos horários de filé, que são os horários em que os alunos vão para a aula, e que nos outros horários ele não roda, ou que mande um ônibus só de vez em quando.

A empresa está sendo eficiente ou não está? Está. Ela vai ter mais lucro, ela vai ter com certeza um balanço melhor. Agora, do ponto de vista da prestação de serviço, aquilo lá está uma porcaria, não está tendo regularidade, não está tendo o atendimento à prestação para que serve aquele serviço.

No caso lá de Mato Grosso, houve essa concentração em poucas plantas. Isso de norte a sul do Estado, um Estado que tem o maior rebanho do País. Mas dizimou toda a planta frigorífica do Estado. E esse raciocínio, a meu ver, ele não se sustenta, em hipótese alguma. Eu preciso de muitos argumentos técnicos para que alguém diga: olha, esse modelo é o correto, porque ele não está servindo a ninguém mais que não seja a própria chamada eficiência da empresa.

E nesses moldes, por mais que eu seja um defensor do livre mercado, que eu seja defensor de que as coisas caminhem de uma forma menos intervencionista do Estado, agora nos maiores centros liberais do mundo isso não é possível que aconteça.

Então são essas as minhas ponderações, Sr. Presidente. Penso que nós temos que arrumar, porque tudo que foi feito aí nesses últimos tempos, nesse modelo, eu acho que a gente precisa revisitar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Dr. Alexandre Cordeiro.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Obrigado, Senador. Bom dia. Obrigado pela pergunta.

Eu comungo do mesmo entendimento que o senhor. Quando eu falei de eficiência, a minha ideia não era dizer que esse é exatamente o único bem a se perseguir. Ao contrário, as exceções do §6º trazem algumas que a gente chama de eficiências qualitativas ou trazem algumas outras coisas que não sejam eficiências econômicas específicas. Portanto, não tenho dúvida de que sempre há espaço para melhorar, como disse a Senadora Simone Tebet.

E se a gente subir para a nossa Constituição, a gente vai ver lá, no título Da Ordem Econômica, a partir do art. 170, que a Constituição trouxe outras preocupações que não só a eficiência específica. Ela traz diminuição das desigualdades regionais, ela traz defesa do consumidor, ela traz uma série de outros princípios e fundamentos que justamente endereçam as preocupações que o senhor acabou de trazer.

E sendo mais específico ainda, se se observar o parágrafo único do art. 1º da 12.529, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

observar o parágrafo único do art. 1º da 12.529, que é a nossa lei de defesa da concorrência, que diz assim: a coletividade é titular dos direitos garantidos por esta norma. Ela não fala só sobre o consumidor; fala da coletividade de uma maneira geral, e isso inclui os consumidores, as empresas. E aí existe uma discussão muito grande no mundo do antitruste sobre qual seria o objeto de uma agência antitruste, se ela tem também que se preocupar com outras questões sociais, se elas são marginais ou fazem parte do objeto principal do direito antitruste.

Então, Senador, para endereçar isso, eu também comungo da mesma opinião do senhor. Eu acho que o Cade está inserido em um contexto do Estado democrático de direito que tem que se preocupar principalmente com questões econômicas, mas também com tudo aquilo que está em volta do Cade em relação ao desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Drª Polyanna Ferreira.

A SRª POLYANNA FERREIRA SILVA VILANOVA – Senador José Medeiros, eu gostaria aqui de ratificar os termos apresentados pelo Conselheiro Alexandre e destacar que hoje uma das preocupações do direito antitruste é voltar os olhos também no tocante à constitucionalização dos diversos princípios que envolvem o direito concorrencial, como a Conselheira Ana Frazão, num livro recém-publicado, realmente neste ponto, com relação aos princípios. As eficiências obviamente são necessárias e é um dos focos a ser perseguido pela autoridade antitruste, mas não somente as eficiências alocativas, quantitativas ou qualitativas. Então, só gostaria de endereçar também e reforçar o meu entendimento coadunando com o do senhor e com o do Conselheiro Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós recebemos a contribuição aqui da internet e eu vou submeter aqui aos nossos convidados, está dentro da nossa sabatina, aliás, essa pergunta de Anna Flavia Schmitt Arantes, de Santa Catarina: "A defesa econômica do País deveria girar ao redor do emprego e da abertura de portas para todo e qualquer cidadão que deseja empreender. Até agora [segundo ela], não vi nenhuma ação do Governo nesse sentido, e, sim, tudo o que dizem que fazem tem sido sobremaneira de natureza alegórica."

Concedo a palavra ao Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO – Obrigado, Senador.

Bom, eu acho que a pergunta que a Anna Flavia fez está muito relacionada ao que eu acabei de responder em relação a qual é o objeto de uma agência antitruste, se deve se preocupar apenas com consumidores ou se deve se preocupar também com questões sociais como empregos e outras coisas. A pergunta é de extrema importância e não é, na verdade, nada que não seja muito discutido no mundo. Até a gente vai ter um seminário em novembro dos BRICS e um dos painéis trata justamente do escopo do direito antitruste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha visão, a própria leitura do texto constitucional e do parágrafo único do art. 1º respondem bem às questões. Ela fala que é coletividade e traz diversos princípios inclusive de caráter social para dentro da análise da ordem econômica, mas evidentemente que isso tem que ser visto com bastante temperança e cuidado. O que eu entendo é que, ainda mais

(...) e cuidado. Eu entendo que ainda mais na situação em que a gente vive hoje, de crise econômica, existe uma preocupação muito grande, evidentemente, com os empregos, e muitas vezes a gente é questionado em função de determinada aprovação de um ato de concentração dar a possibilidade de eliminação de postos de trabalho.

O Cade, em regra, olhando para sua jurisprudência, preocupa-se muito mais com as questões específicas do direito antitruste do que com a possibilidade de gerar ou diminuir empregos, mas isso não quer dizer que isso não deve ser uma questão a se considerar e principalmente a se trazer para dentro do escopo de uma análise antitruste, mas de maneira marginal, de maneira assessória; não como ponto fundamental, porque esse não é o objeto da autarquia, mas é plausível que se considere isso, em uma análise do Cade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador José Medeiros, V. Exª tem alguma pergunta, ainda?

Eu esperava que o nobre colega tivesse, para eu prolongar o meu exercício aqui na Presidência.

(*Risos.*)

Mas não houve como. Então, só me resta agradecer a Srª Polyanna Ferreira, que aqui compareceu, que deu mostras da sua competência, que mostrou-se perfeitamente a par dos desafios que ela vai enfrentar. Eu quero parabenizá-la. O voto é secreto, mas não para mim. Vou parabenizá-la e parabenizar também o Dr. Alexandre Cordeiro pelo seu desempenho, aqui, à frente das interrogações que para ele chegaram.

Nós vamos ter que encerrar e haver a apuracão... E está havendo um certo suspense.

Eu quero anunciar que no dia 18 de outubro de 2017, na próxima quarta-feira, haverá aqui nesta Comissão, às 14h30, uma audiência pública que considero da maior relevância, que vai debater a situação hídrica do País, e terá como convidados Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da ANA (Agência Nacional de Águas); e Jerson Kelman, Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (

Então, vamos abrir o painel. Nesse instante, peço a quem de direito para que possamos abrir o painel.

Bem, vamos à apuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre Macedo foi aprovado com 16 votos, nenhum voto contra.

Polyanna Vilanova foi aprovada com 16 votos e nenhum voto contra.

Então, só podemos ter palavras de parabéns para aqueles que realmente mereceram esses sufrágios.

Eu quero suspender a reunião, mas o universitário aqui já me alertou que não precisa suspender a reunião.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Mas deixe-me pedir, antes, (...)

já me alertou que preciso suspender a reunião.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Mas deixe-me pedir antes urgência para ir ao plenário. Pode ser, Sr. Presidente? Quero solicitar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Diz o nosso universitário aqui que já entra na fila.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Você não precisa pedir, precisa apenas vigiar a fila.

Então, nós vamos agradecer. Temos ainda que continuar a reunião. Três itens ainda nos esperam.

Parabéns! Uma feliz gestão! (*Palmas.*)

2ª PARTE

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ementa do Projeto: *Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.*

Autoria do Projeto: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria do Projeto: Senador Dalirio Beber

Relatório: Aplicável somente se forem apresentadas emendas.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Sendo Federal.

Item 2 da pauta:

2ª PARTE

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.*

Autoria do Projeto: Senador Ricardo Ferraço e outros

Relatoria do Projeto: Senador Valdir Raupp

Relatório: Aplicável somente se forem apresentadas emendas.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, a matéria está aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 3 da pauta:

2ª PARTE

ITEM 3

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera as Leis n° 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis n° 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados.*

Autoria do Projeto: Senador Romário

Relatoria do Projeto: Senadora Regina Sousa

Relatório: Aplicável somente se forem apresentadas emendas.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria está, portanto, aprovada.

Os outros itens da pauta serão apreciados numa próxima reunião.

Sendo assim, eu quero agradecer a todos os presentes, aos colaboradores do Senado, à assessoria do Senado, à imprensa, e convocá-los para a próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e quarenta e sete minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Humberto Costa, José Pimentel, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, José Medeiros, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Wilder Morais, Eduardo Lopes e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Raimundo Lira, Gleisi Hoffmann, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, José Agripino, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro e Telmário Mota. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 42ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQE 139/2017, de autoria do Senador Tasso Jereissati. **Finalidade:** Debater sobre a situação hídrica do país. **Participantes:** Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA. Jerson Kelman, Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. **Resultado:** Audiência pública adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Ricardo Ferraço, José Agripino, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Raimundo Lira, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, José Serra, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 43ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberação do relatório para avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional**. **Finalidade:** Apreciação do relatório destinado a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 99-A do Regimento Interno do Senado Federal (RQE 6/2017-CAE). RELATOR: SENADOR RICARDO FERRAÇO OBSERVAÇÕES: 1. Tramita vinculado ao RQE 11/2017. 2. Ver artigos 393-A, 393-B, 393-C, 393-D, 393-E e 393-F do Regimento Interno do Senado Federal. 3. Em 09/05/2017, realizada audiência pública com a presença dos Senhores Bernard Appy, Centro de Cidadania Fiscal - C.CiF; Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil; e José Roberto Rodrigues Afonso, Professor de Mestrado do Instituto Brasiliense de Direto Público - IDP. 4. Em 11/07/2017, é aprovada a prorrogação do prazo para a apresentação do relatório final da avaliação periódica do sistema tributário nacional, pelo tempo necessário para que o relator possa concluir os trabalhos, conforme art. 393-C, § único do Regimento Interno do Senado Federal. Após lido o relatório, usam da palavra os(as) Senadores(as) Armando Monteiro e Cristovam Buarque. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre instrumentos para condução da política monetária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas apresentadas. Após lido o relatório, fez uso da palavra o Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** O vice-presidente da comissão, senador Garibaldi Alves Filho, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013 - Terminativo -** que: "Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para isentar do pagamento das taxas do FISTEL os serviços públicos de emergência e de segurança pública." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Pedro Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 330/2013 nos termos da Emenda nº 31-CCT-CMA (substitutivo), com 24 subemendas de sua autoria; contrário à Emenda nº 32 e às Subemendas nºs 1 e 2 à Emenda nº 31-CCT-CMA; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 131 de 2014, e do Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2014. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer critérios de contabilização orçamentária e financeira que impeçam o mascaramento da gestão fiscal e a antecipação indevida e onerosa de receitas de exercícios seguintes, bem como para restaurar a real natureza de inscrição em Restos a Pagar." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto com nove emendas apresentadas. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 9 - CAE. **Observação:** Em 3/10/2017, foi lido o relatório e concedida Vista Coletiva. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 134/2016, nos termos do substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências." **Autoria:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DITRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Relatoria:** Sen. Garibaldi Alves Filho. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após lido o relatório, fez uso da palavra o Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera as Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.829, de 5 de novembro de 1965, 6.024, de 13 de março de 1974, 7.492, de 16 de junho de 1986, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.613, de 3 de março de 1998, 10.214, de 27 de março de 2001, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 11.795, de 8 de outubro de 2008, 12.810, de 15 de maio de 2013, 12.865, de 9 de outubro de 2013, e 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos das Leis nºs 9.447, de 14 de março de 1997, 4.380, de 21 de agosto de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Pauderney Avelino. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após lido o relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Eduardo Braga, Ricardo Ferraço e respondeu a questionamentos o Procurador-Geral do Banco Central – PGBC - Cristiano de Oliveira Lopes Cozer **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista da matéria ao Senador Ricardo Ferraço, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?13&reuniao=6794&codcol=38

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata: antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 43ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Lembro aos senhores que, na próxima terça-feira, dia 31/10, às 10h, neste plenário, será realizada audiência pública com a presença do Sr. Ministro Henrique Meirelles, Ministro de Estado da Fazenda.

O primeiro item é a deliberação do relatório destinado a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Lembro que esse tema fez parte, desde o início dos trabalhos, de um dos grupos de trabalho considerados prioritários na nossa agenda. Esse grupo de trabalho, coordenado pelo Senador Ricardo Ferraço, tratou de fazer uma profunda avaliação do Sistema Tributário Nacional, e o resultado final o Senador Ferraço vai passar a ler.

Finalidade: apreciação do relatório destinado a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 99-A do Regimento Interno do Senado Federal.

Relator: Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por meio da aprovação do Requerimento nº 6, de 2017, de autoria do Senador Tasso Jereissati, foi constituído aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, um Grupo de Trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinado a Avaliar a Funcionalidade do Sistema Tributário Nacional (STN), em obediência ao mandamento do art. 52 da Constituição Federal e não apenas, também em obediência a artigos do nosso Regimento, especificamente os arts. 393-A e sobretudo o 393-F, que consagra à Comissão de Assuntos Econômicos a elaboração de relatório em caráter conclusivo, que será submetido à deliberação do Plenário desta Comissão em caráter terminativo.

O §1º do mesmo artigo do Regimento estabelece: "Cópia integral do relatório aprovado será enviada ao Presidente da República, à Câmara dos Deputados, aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, às Assembleias Legislativas Estaduais, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e aos Tribunais de Contas." Isso para que todos esses entes federados nacionais e subnacionais possam considerar essa reflexão e esse diagnóstico.

O grupo de trabalho que tive o prazer de coordenar, Sr. Presidente, propôs-se a realizar um diagnóstico sucinto, levando em conta aspectos tais como a complexidade e a qualidade da legislação vigente, os custos de conformidade com suas normas tributárias, a qualidade dos tributos, a carga tributária como um todo e também as renúncias fiscais.

Para tanto, promoveu uma audiência pública na qual se debateram os aspectos disfuncionais do Sistema Tributário, particularmente à medida que se coloca como empecilho ao pleno desenvolvimento do País, seja distorcendo a alocação de recursos ou ainda prejudicando a competitividade da economia brasileira.

Nós contamos, Sr. Presidente, nesta audiência pública, com o concurso do Dr. Bernard Appy, do Dr. Jorge Antonio Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, e sobretudo com o apoio do economista José Roberto Afonso, especialista em Finanças Públicas e Professor de Mestrado do Instituto Brasiliense de Direto Público, a quem faço um público agradecimento pela dedicação voluntária que teve, contribuindo para que pudéssemos concluir esse relatório, considerando que o Dr. José Roberto é um dos melhores e mais qualificados especialistas em finanças públicas em nosso País. Ele foi fundamental e esteve a nossa disposição ajudando-nos muito na conclusão desse relatório, que é um longo relatório com 50 páginas.

Naturalmente, não vou fazer a leitura dessas 50 páginas, que estão disponibilizadas no *site* da Comissão de Assuntos Econômicos, evidentemente para que o Senadores, os brasileiros, os especialistas e acadêmicos que desejarem tenham acesso à integralidade deste relatório. O que vamos fazer é apenas um relatório sucinto, considerando linhas gerais dos trabalhos que estamos apresentando. No relatório integral estão as bases e os fundamentos dessas conclusões.

O relatório que submetemos à consideração de V. Exª, Presidente, e das Srªs e Srs. Senadores é rico em gráficos e tabelas e procura fazer uma síntese do debate e das contribuições recebidas de especialistas, acadêmicos, assim como, evidentemente, de S. Exªs, Senadoras e Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele, como disse, está disponível, na íntegra, no sítio da Comissão de Assuntos Econômicos.

Evidentemente que os temas aqui relacionados e dissecados não concluem ou não representam um fim em si mesmos. Muito pelo contrário, apenas apontam os desafios que permanecem impostos, para cuja superação deverão somar-se esforços de amplos setores da sociedade, ficando sobretudo o Congresso Nacional instado, provocado, convocado a transformá-los nas inovações normativas capazes de modernizar, aperfeiçoar e tornar mais justo o já combalido Sistema Tributário brasileiro, que é de 1965.

Portanto, com a mesma capacidade e coragem que tivemos para fazer o enfrentamento e o aperfeiçoamento nas nossas leis trabalhistas, Senador Armando Monteiro, nós precisamos ter a coragem e o discernimento para chegar à conclusão de que continua sendo insuportável que esse tema não seja enfrentado pelo Parlamento brasileiro.

Neste momento, faremos, portanto, um resumo desse relatório. Na comparação internacional, a carga tributária brasileira está um pouco abaixo da média dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); mas bastante acima, muito acima da média das outras economias emergentes.

Além disso, a carga tributária do Brasil é elevada para o seu padrão de desenvolvimento, quando se levam em conta sobretudo indicadores sociais, como o IDH e tantos outros, mas também a contraprestação de serviços à sociedade brasileira, *vis-à-vis* com a elevada carga tributária que é recolhida de empreendedores brasileiros e de trabalhadores brasileiros, considerando, Sr. Presidente, uma máxima básica preliminar de que governo não gera riqueza, quem gera riqueza, quem gera oportunidade, emprego, trabalho, desenvolvimento são os empreendedores e os trabalhadores brasileiros.

Tais diferenças são explicadas principalmente pela tributação de bens e serviços, característica essa responsável por muitos outros problemas e deformações desse mesmo sistema tributário.

Em termos de sua composição, pode-se dizer que o sistema tributário brasileiro é um sistema dual, isto é, como se fossem dois sistemas tributários. A Constituição de 1988 tratou de aprimorar a cobrança de impostos. Mas pasmem, Srªs e Srs. Senadores – o que não é surpresa para muita gente –, cerca de 45% da arrecadação atual vem de contribuições, estando fora, portanto, do capítulo tributário da Carta Constitucional. Ou seja, impostos e arrecadações que não são compartilhadas com entes subnacionais como Estados e Municípios.

O mesmo é verificado para as empresas. Há um pequeno grupo que realmente apura impostos por meio de lucro real, são cerca de 3% do total das empresas brasileiras, mas que representam mais de 80% da arrecadação. Os demais 97% das pessoas jurídicas brasileiras se enquadram em outros tantos regimes tributários. Por outro lado, apesar dos muitos tributos que compõem o Sistema Tributário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileiro, a arrecadação é extremamente concentrada sobretudo na tributação de bens e serviços, o que a torna muito sensível às oscilações da economia.

O conjunto do sistema tributário é falho por ser complexo, regressivo, anticompetitivo, antiemprego, responsável por desequilíbrios federativos e principalmente obsoleto. E cada vez mais obsoleto se nós consideramos a velocidade do que está ocorrendo na base econômica, não apenas em nosso País, mas mundo afora, se nós considerarmos a chamada economia de quarta geração, uma realidade que se impõe em nosso País e mundo afora.

A complexidade do sistema tributário nacional, com o passar dos anos, trouxe, para a carga tributária, injustiças as mais variadas. Cálculos mostram que essa complexidade penaliza em enorme grau as empresas, pois o Brasil tem os maiores custos de *compliance* do mundo, ou seja, aqueles custos em que se incorre apenas para cumprir as exigências da legislação tributária, que também são conhecidas como obrigações acessórias. Tema que o Senador Armando Monteiro tem liderado no debate com o Governo Federal, pois medidas podem ser adotadas para que a gente liberte o empreendedor brasileiro dessas chamadas obrigações acessórias e das consequências em forma de custos que impactam as nossas companhias e as nossas empresas.

Outro ponto importante é que a complexidade favorece o excesso de litígios e ações judiciais envolvendo empresas e o Fisco, que são uma fonte de custos para ambas as partes, além de causarem incerteza jurídica, diminuindo a disposição dos empreendedores para investimentos.

Em termos de regressividade tributária, os dados mostram que quanto maior a renda menor a carga tributária, menor a carga de tributos indiretos. E embora os tributos diretos sejam progressivos, não são tanto quanto nos demais países que nós analisamos. E há aqui um profundo estudo sobre direito comparado do Sistema Tributário brasileiro *vis-à-vis* a países emergentes, com os quais nos posicionamos, e países da OCDE, por exemplo. Tal fato, aliado à pesada tributação de consumo de bens e serviços, leva a uma tendência de regressividade brutal no sistema brasileiro. Ou seja, aqueles que ganham menos pagam mais e aqueles que ganham mais pagam menos.

Entretanto, para apreciar adequadamente essa questão, é preciso levar em conta que a regressividade dos tributos indiretos é bastante reduzida quando são feitos ajustes estatísticos sobre a renda familiar dos mais pobres e a tributação efetiva dos estratos superiores da renda que é devidamente estimada.

Essa discussão é importante, por exemplo, quando se consideram propostas de aumento de tributação sobre dividendos que merecem ser avaliadas, mas é preciso, ao mesmo tempo, alertar para que qualquer mudança que tenha como foco um tipo de tributo isoladamente, sem levar em conta o conjunto do sistema tributário, pode na realidade vir a produzir novas e elevadas distorções e não alcançar o efetivo efeito distributivo pretendido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cumulatividade tributária ocorre quando a tributação se dá em mais de uma etapa produtiva, de tal sorte que em determinada etapa não seja possível abater o montante do tributo pago na etapa anterior, causando diversos prejuízos como incentivo à verticalização das empresas, redução de investimentos e distorção das condições de competitividade interna e externa.

Tal estrutura responde por uma série de problemas e deformações sobretudo na indústria nacional, de modo que o valor do resíduo tributário em alguns segmentos da indústria de transformação varia de 4% a 7%. Além disso, a cumulatividade penaliza em maior grau a indústria, pois sua cadeia de produção é muito mais extensa.

Assim, maiores são os impostos indiretos e o custo financeiro de carregar créditos que não são devolvidos. Além da diferenciação ao nível da pessoa física, a carga tem se mostrado cada vez mais diferenciada também entre pessoas jurídicas, inclusive setores da economia. Em média, empresas declaram dívidas em impostos na casa de 15% de suas receitas. Porém, com uma carga tributária superior a esses 15%, estão as empresas de utilidade pública, por exemplo, eletricidade e saneamento, com uma alíquota média de 27%, enquanto que a indústria em geral de 19% a 20%. No outro extremo encontra-se o setor agropecuário com alíquota de 3,4%.

Como resultado, apesar de responder por cerca de um quinto do PIB brasileiro nos últimos dois anos, a indústria contribuiu com mais de um terço da arrecadação federal, enquanto que o setor de serviços, mesmo tendo participação crescente na economia, ainda paga proporcionalmente menos impostos, segundo levantamentos da Receita Federal brasileira.

Quando avaliada a situação das pessoas físicas, ocorre um processo (sem igual em outras economias do mundo) de transformação formal do trabalho em capital para fins tributários. Tal fenômeno vem adquirindo proporções na economia brasileira cada vez mais difíceis de serem revertidas.

Ao observar a consolidação das declarações do Imposto de Renda Pessoa Física apresentadas em 2016, é impressionante que entre os declarantes o contingente de trabalhadores do setor privado seja praticamente igual ao de patrões e autônomos. Evidentemente, grande parte desses supostos patrões não são proprietários de companhias ou empresas.

Tal questão pode ser em grande medida explicada pelo custo tributário de contratar um trabalhador no Brasil, sobretudo o de alta renda.

Ao contrário do resto do mundo, onde pessoas físicas recorrem à abertura de empresas na tentativa de atalharem o elevado Imposto de Renda, no Brasil, a preferência acaba sendo do empregador ao contratar como pessoa jurídica um prestador individual de serviço, em razão do seu elevado custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A tributação muito elevada na folha salarial dificulta a formalização dos trabalhadores de baixa renda, provavelmente contribuindo para reduzir a produtividade na economia nacional. O pagamento das empresas sobre o valor dos salários que excede o teto do salário de contribuição é um dos principais motivos para o fenômeno da chamada pejotização. A carga sobre a folha pode chegar a 50%, somando a contribuição do empregador e a do empregado.

É fato, Sr. Presidente, que hoje, nessa questão trabalhista, nós somos 140 milhões de brasileiros em idade laboral, em idade para trabalhar. Mas, desses 140 milhões, 50 milhões de brasileiros – 39 milhões do setor privado, 11 milhões do setor público – estão contratados de maneira formal, mas 90 milhões de brasileiros desses 140 milhões de brasileiros estão submetidos às regras mais primárias e precarizadas. Portanto, o elevado encargo para a contratação pela porta da frente tem estimulado e motivado em larga escala a incidência do trabalho informal em nosso País, que não produz direito para os trabalhadores e produz uma elevada insegurança jurídica para os empregadores.

No âmbito do desequilíbrio federativo, no fim dessa longa lista de disfuncionalidades, ainda há espaço para comentar a questão federativa. Antes da reforma de 1965, os Estados respondiam por 30% da receita disponível brasileira. Hoje, após as transferências, eles respondem por 25%. Os Municípios, que não representavam sequer um terço das receitas disponíveis dos Estados, aparecem, hoje, com 80% dessas receitas. Esses números ilustram o caráter estrutural da crise fiscal atual dos Estados, sobretudo uma bomba de efeito retardado, que é a questão do sistema previdenciário dos Estados subnacionais.

Enquanto os Municípios permaneceram com relativa saúde financeira, pois melhoraram sua capacidade arrecadatória, restou aos Estados tentar manter a sua arrecadação, uma vez que as transferências com maior queda, em função da crise recente, são as federais.

Outro problema é a questão fiscal do ICMS, que também provoca distorções na alocação geográfica dos recursos, ou seja, nas decisões de investimento.

Como se sabe, sua origem é a cobrança do imposto na origem do produto (e não no destino). Na prática, as empresas promovem um “leilão” entre os Estados, com vistas a reduzir ao máximo sua conta tributária. O resultado é uma piora agregada, de todos os fiscos estaduais, ou seja, se nós não enfrentarmos o núcleo do problema, nós vamos, na avaliação agregada, continuar assistindo a esse leilão de localização geográfica em nosso País.

Há ainda outras questões como a das transferências que a União, por força do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deveria realizar em favor dos Estados, e destes para seus Municípios, a chamada compensação da Lei Kandir. Desde que passou a ser exigido, por força de emenda constitucional de 2003, nunca a dinamicidade do coeficiente de tal repasse foi regulamentada, por meio de lei complementar, sendo realizada apenas de maneira torta por meio de medidas provisórias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, é importante registrar que o Supremo Tribunal Federal considerou essa omissão inconstitucional. A mais alta Corte brasileira determinou, inclusive, que, se o Congresso não a aprovar em prazo por ela definido, e enquanto não o fizer, o Tribunal de Contas da União deverá dispor sobre a matéria. E o prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal é para que o Congresso Nacional regulamente a Lei Kandir até o final deste ano. Se não o fizermos por ato de omissão, o Supremo Tribunal Federal está entendendo que quem o fará é o Tribunal de Contas da União.

São todas, portanto, questões inegavelmente complexas e sensíveis, mas que merecem ser enfrentadas.

Apesar de seus inúmeros defeitos, dez anos atrás, o Sistema Tributário brasileiro tinha a virtude de arrecadar bem. O mesmo não pode ser dito para os dias de hoje. A tendência expansionista da carga tributária no pós-guerra reverteu-se no período pós-crise mundial, quando a carga tributária passou a decrescer.

A queda acima de dois pontos percentuais da arrecadação em proporção ao PIB, de 2008 a 2016, trouxe o ano de 2016 para o patamar arrecadatório inferior ao arrecadado em 2002: um retrocesso de 15 anos em apenas 7. Essa queda de arrecadação é concentrada em três grandes grupos: tributação do lucro, dos *royalties* e participações governamentais, e de todos os tributos indiretos.

Os dados por setor e por tributos mostram que a arrecadação federal sem previdência teve uma queda de 4% entre 2011 e 2016. Entretanto, a indústria de transformação e a construção civil respondem por uma queda superior a 20 pontos percentuais. Na direção oposta, encontram-se os "Outros Serviços", respondendo por um crescimento de 24%. Tal comportamento desigual também se faz presente quando se trata da evolução setorial da contribuição previdenciária.

O volume de renúncias fiscais ou gastos indiretos realizados através do Sistema Tributário é significativo em nosso País. Sua expansão ao longo de mais de uma década saiu de R$77,7 bilhões (3,2% do Produto Interno Bruto) em 2006 para aproximadamente R$285 bilhões neste ano (o equivalente a 4,4% do Produto Interno Bruto). Nesse mesmo período, em direção inversa, a perda estimada de receita previdenciária do Regime Geral de Previdência Social avançou de R$12,3 bilhões para R$62,5 bilhões em 2017 e projetados R$50,6 bilhões em 2018.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente, órgão autônomo desta Casa dirigido e coordenado pelo competente economista Felipe Salto, apenas cinco modalidades representam pouco mais de 60% de toda a renúncia prevista para 2017. Este foi um relatório, um documento apresentado pela Instituição Fiscal Independente, que é coordenada pelo economista Felipe Salto. O Simples Nacional representa R$82 bilhões de renúncia ou 29%; a Zona Franca de Manaus e áreas de livres comércio, R$25,6 bilhões ou 9%; a desoneração da cesta básica, R$23,6 bilhões ou 8,3%; entidades sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fins lucrativos, imunes ou isentas, R$24,5 bilhões ou 8,6%, e rendimentos isentos e não tributáveis de pessoa física, R$23,9 bilhões ou 8,4%, totalizando R$285 bilhões previstos e realizados em 2016.

No tocante aos regimes especiais de tributação, que se propõem a incentivar algumas políticas setoriais específicas, de 2006 até 2018, o volume de renúncia terá atingido cerca de R$11 bilhões. Há ainda uma série de outras isenções tributárias cujo objetivo é estimular alguma política pública, como as isenções fiscais para automóveis, caminhões, partes e peças. Ao todo, são 24 modalidades e alcançarão cerca de R$32 bilhões apenas em 2017.

Nesse contexto, a perda de receita de tributos compartilhados com Estados e Municípios é significativa. As renúncias fiscais, portanto, possuem relação também com a agenda federativa. Em 2017, 44% da renúncia global dos quase R$285 bilhões pertencem ao Imposto de Renda e ao IPI.

Em suma, a agenda de eficiência do gasto público, em particular do gasto indireto realizado através do sistema tributário, possui múltiplas relações com outras agendas, como a de formalização, produtividade, simplificação e atualização tributária. Nesse sentido, iniciativas que busquem modernizar o sistema tributário devem levar em conta a questão das renúncias fiscais.

Concluindo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a realidade econômica e social brasileira, e até mundial, segue mudando radicalmente. Soluções que soavam boas poucos anos atrás tornaram-se problemáticas e obsoletas.

É preciso considerar que quem cresce nessa nova economia, não só no País, mas em todo o mundo, pouco ou nada paga em impostos. Isso porque a base da economia dos novos tempos em nada se aproxima da circulação física de mercadorias, estando, portanto, fora do alcance da carga tributária mais elevada. Sem mudanças, o Sistema Tributário em nível nacional e os sistemas tributários ficarão arcaicos diante da nova economia que surge. Se não há certezas quanto ao futuro da economia e da tributação, a única certeza que se tem é que nada ficará como hoje.

Há quem diga que a capacidade de os governos se adaptarem será determinante para sua sobrevivência. Resta, pois, às autoridades brasileiras decidirem se, em relação ao nosso Sistema Tributário, iremos escrever a epígrafe ou o epitáfio.

Em tempos em que será preciso ser rápido e moderno para enfrentar as novas decisões, a ideia de retirar o Sistema Tributário do Texto Constitucional e passá-lo para a legislação infraconstitucional pode ser uma estratégia inteligente. É importante começar a pensar em redistribuir o ônus e financiar o Estado pelos setores da economia brasileira e também rever as figuras tributárias. A questão é como chegar ao melhor equilíbrio na distribuição do ônus tributário. Há efetivamente concentração de carga tributária em determinados setores em detrimento de outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa agenda deve ser complementada pela revisão da enorme e complexa teia de isenções tributárias do regime fiscal brasileiro. Renúncias extremante amplas e pesadas foram estabelecidas sem que houvesse estudos que justificassem a sua relação custo-benefício, nem avaliações periódicas e independentes sobre o custo-benefício dessas renúncias para o contribuinte brasileiro.

Da mesma forma, há espaço para rever certas brechas da tributação que, por vezes, permitem que profissionais de ganhos muito elevados paguem menos impostos do que seus equivalentes contratados pela CLT.

É importante ressaltar que não se deve focar apenas nos aspectos arrecadatórios, mas principalmente deve-se considerar os potenciais efeitos sobre a eficiência da economia, como no todo.

Sr. Presidente, agradecendo a confiança de V. Exª, que me designou para coordenar este trabalho, o qual não seria possível sem o apoio de Senadoras, de Senadores, de especialistas, como os que citei aqui e, de forma especial, o Dr. José Roberto Afonso e também o Dr. Sílvio Holanda, economista que me acompanhou nesse esforço, em resumo, a crise fiscal brasileira e as mudanças na economia mundial exigem – exigem! –, repensar o Sistema Tributário como um todo, para, de forma gradativa e incremental, adaptá-lo às profundas transformações econômicas que estão em curso e que continuarão em curso.

Portanto, Sr. Presidente, de maneira muito resumida, esse é o relatório que submeto a V. Exª e às Srªs e aos Srs. Senadores, para que possamos fazer dele uma massa crítica. Longe de mim, evidentemente, ser o dono da verdade em relação às questões que foram enfrentadas, mas o meu propósito é apresentar esse trabalho para que ele possa servir de base para o debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos a respeito desse tema que frequenta a agenda nacional. Em bom tempo, a Comissão de Assuntos Econômicos, cumprindo mandamento constitucional e regimental, oferece ao País, oferece ao Governo, à sociedade e à academia este relatório como base para um debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ricardo Ferraço, antes de passar a palavra ao Senador Armando Monteiro, eu não posso deixar de parabenizá-lo pelo brilhante, profundo e exaustivo trabalho que foi feito ao longo de todo este ano, não só promovendo audiências públicas. Acompanhei de perto todo o esforço que V. Exª fez escutando especialistas da área, empresários e contribuintes para chegar a esse trabalho, que, não tenho a menor dúvida, é uma peça importantíssima para que o Congresso Nacional possa avaliar e tomar decisões sobre o atual Sistema Tributário Nacional.

Queria, mais uma vez, dizer que esse trabalho, sem dúvida nenhuma, orgulha esta Comissão.

Senador Armando Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria também fazer aqui um registro por um dever de justiça: eu considero que o relatório do Senador Ferraço corresponde inteiramente à expectativa, à melhor expectativa desta Comissão.

Creio que V. Exª faz aí um diagnóstico das disfuncionalidades do Sistema Tributário brasileiro, e o faz de forma muito lúcida, apontando as linhas de um processo de correção que necessariamente terá que se dar de forma incremental, tendo em vista que não há como se fazer uma reforma ampla do Sistema Tributário a um só golpe.

Quando V. Exª descreve essas disfuncionalidades, eu acho que há três dimensões que foram muito bem tratadas no seu relatório.

A primeira delas é a complexidade. O Sistema Tributário brasileiro tem essa marca, é um sistema extraordinariamente complexo.

E V. Exª fez referência aos custos de conformidade, que são imensos no Brasil. Então, sem dúvida nenhuma, essa é uma dimensão importante que exige, que reclama uma ação no sentido de mitigarmos, de reduzirmos esse grande número de exigências que são replicadas, sobretudo quando o contribuinte se depara com a questão de como os próprios Estados, ou os entes subnacionais, tratam essas questões, muitas vezes replicando em duplicidade exigências que submetem o contribuinte a uma situação muito difícil.

Há outra dimensão com graves repercussões na esfera social: é quando V. Exª alude à questão da regressividade ou da injustiça do Sistema Tributário Nacional. Aí, Senador Ferraço, nós nos perguntamos: quando se fala sobre a desigualdade ainda muito presente na sociedade brasileira... Nós construímos uma sociedade extremamente desigual na sua essência. Eu acho que, ao explicar essa desigualdade, essa chaga, essa mácula da sociedade brasileira, não há dúvida nenhuma de que há duas dimensões dessa questão que precisam ser tratadas. Uma é a característica do Sistema Tributário, que é regressivo e, portanto, penaliza o mais pobre. E a outra dimensão é a qualidade do gasto público.

Então, veja V. Exª, além de termos um sistema que na extração tributária sobrecarrega os mais pobres, nós ainda temos um gravíssimo problema de que o gasto público no Brasil é apropriado em grande medida pelos setores mais favorecidos da população. Veja, Senador Tasso, a discussão da previdência nos remete exatamente a essa questão. Os setores de maior renda, na sociedade brasileira, as corporações mais privilegiadas são exatamente aquelas que mais se apropriam do gasto público.

Para corrigir essas desigualdades da sociedade brasileira não há como deixar de enfrentar essas duas dimensões: o caráter regressivo do Sistema Tributário e a qualidade do gasto público no Brasil, que também é essencialmente regressivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra dimensão... Aí eu gostaria de dar uma sugestão a V. Exª, que também referiu, nessa avaliação das disfuncionalidades, a questão do caráter anticompetitivo do sistema tributário nacional. E aí V. Exª alude à questão da cumulatividade, que é outro aspecto terrível do nosso sistema tributário.

Eu queria dar uma sugestão a V. Exª, de que nas recomendações do seu relatório pudesse focar, nessa questão do caráter anticompetitivo que retira as condições de competitividade da economia brasileira, a questão da exportação e dos investimentos. Porque veja, Senador Ferraço, um dos efeitos mais perversos da cumulatividade é que ela onera o investimento no Brasil, extraordinariamente, e ainda tributa a exportação, que é algo que o mundo não faz.

Então, se V. Exª pudesse, nas suas recomendações, chamar atenção para a necessidade premente de se desonerar o investimento e as exportações, alinhando minimamente o nosso sistema com a experiência internacional... Veja, Senador Tasso, há estudos de que uma mesma fábrica de papel, por exemplo, se for implantada no Chile, o custo do investimento é 12% mais baixo, *vis-à-vis* do que acontece no Brasil. Por quê? Porque no Brasil ainda se tributa o investimento, quando no mundo inteiro se tributa a produção que decorre do investimento e não o investimento em si.

Por exemplo, bens de capital e equipamentos; os Estados só devolvem o ICMS sobre máquinas e equipamentos em 60 meses. Veja V. Exª, num País que tem o custo de capital que nós temos, você ficar 60 meses à espera da devolução do crédito tributário que tem origem na aquisição dos bens de capital é algo extremamente oneroso para quem investe.

Então, Senador Ferraço, eu quero mais uma vez me congratular com V. Exª pela qualidade do seu relatório. Acho que ele não vai ao ponto de querer agora sugerir e desenhar uma proposta de sistema tributário, mas ele dá as indicações, os eixos de uma proposta de reforma do sistema tributário, do que uma proposta de reforma deve contemplar, exatamente nos pontos que foram indicados por V. Exª.

Fica finalmente essa sugestão de que se possa, no próprio relatório, dar uma ênfase a essa questão da necessidade de desonerar investimento e de desonerar as exportações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer da satisfação de estar aqui com dois Senadores com os quais eu estive recentemente participando das olimpíadas internacionais de cursos profissionalizantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Por coincidência, são três Senadores das arábias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É verdade. Aconteceu nos Emirados Árabes.

Eu quero dizer que a gente precisa fazer talvez aqui uma reunião para avaliar o trabalho excelente feito pelo Senai, pelo Sesi, pelo Senac, que permitiram ao Brasil ficar em segundo lugar, atrás apenas da Rússia, na frente da China e da Coreia. E ainda estavam reclamando porque na olimpíada anterior fomos os primeiros...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Com 59 países.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Entre 59 países e creio que 82 categorias, modalidades. Algo formidável.

Então, por coincidência, nós três estávamos participando disso e eu tive uma grande satisfação de, mais uma vez, participar, não foi a primeira vez.

Outra alegria é estar recebendo aqui esse relatório do Senador Ferraço.

Nós estávamos precisando de algo desse tipo, que nos permita orientar o processo de redefinição da estrutura fiscal no Brasil.

Eu quero acrescentar, Senador Ferraço – e não sei se o trabalho contempla, porque recebemos agora –, não apenas o problema de investimento e exportação, mas duas outras coisas.

Uma é a complexidade. Aqui há comparações muito interessantes com outros países. Eu gostaria de saber a comparação na complexidade, em número de impostos. Aqui, por exemplo, há cinco categorias de contribuições, taxas, mas cada uma dessas categorias tem uma complexidade no Brasil diferente da maior parte dos outros países. Não estou defendendo o imposto único que alguns defendem e que simplificaria tudo, mas geraria outros problemas. Mas eu creio que um dos trabalhos nossos é como fazer o sistema fiscal brasileiro ser simples. E, a partir da simplicidade, ele ficar avesso à sonegação. Porque quanto mais complexo, mais possibilidade de sonegação o sistema fiscal tem, esse é um ponto.

O outro tem a ver com a regressividade, mas não se existe ou não regressividade. Mas a regressividade – e eu tenho a impressão de que poucos nos detemos sobre ela – é a regressividade não entre classes sociais, mas entre gerações. Há impostos que penalizam a atual geração e há impostos que penalizam as gerações futuras. Vou dar um exemplo: os impostos sobre o uso de combustível fóssil, consumo, ou os impostos que pesam sobre as novas fontes de geração de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Creio que a gente tem que se debruçar em como fazer com que o uso de energia eólica, de energia solar, seja privilegiado do ponto de vista fiscal, para induzir, cada vez mais, a busca dessas fontes alternativas e para restringir, cada vez mais, o consumo de energia fóssil.

É uma espécie de regressividade intergeracional. Tenho a impressão de que hoje nós privilegiamos mais as gerações atuais, liberando ou reduzindo impostos sobre bens que degradam o meio ambiente

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – E não sobre fontes renováveis.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E não sobre fontes renováveis. Não só sobre energia, mas também a degradação em si do ambiente. Esse é um ponto. Então a complexidade e a regressividade intergeracional são os dois pontos que eu gostaria de aprofundar.

Folheando aqui, creio que essas duas coisas faltam, mas, fora isso, creio que é um trabalho muito interessante, sobretudo na comparação nossa com a carga fiscal com os outros países e com a carga no que se refere a lucro ou consumo.

Mas aqui eu creio que haja um ponto, Senador, que tem a ver um pouco com o que o Senador Armando trouxe: quando a gente fala em imposto sobre as grandes fortunas, eu tenho a impressão de que nós devemos analisar o destino que as grandes fortunas dão ao seu dinheiro. Quando uma pessoa que tem uma renda alta desvia o dinheiro, usa o dinheiro, melhor dizendo, para o consumo, sim, creio que devemos penalizar, mas quando usa para investimento – e aí vou a um passo antes –, para poupança, ainda que não invista diretamente o dono do dinheiro, creio que o tratamento deve ser diferenciado.

O Senador Armando, quando colocou exportações, colocou investimento. Eu também me a somo à ideia de que justiça para ser feita entre gerações tem que levar em conta se o dinheiro das grandes fortunas é usado para fins produtivos que vão gerar empregos, que vão gerar eficiência e que vão beneficiar as futuras gerações.

Então, há, sim, uma diferença não apenas no tamanho da fortuna, mas também no uso que é dado à fortuna pelas pessoas de posse neste País. Tudo isso, a meu ver, deve ser levado em conta na reforma tributária, se o dinheiro é para investimento ou para simples poupança.

Senador Armando, acho que a simples poupança já merece um tratamento diferenciado e, no caso do consumo, o consumo dos bens depredadores do meio ambiente e o consumo dos bens que não depredam o meio ambiente – um carro elétrico ou um carro a combustível a fóssil. E também na produção da energia: energia fóssil ou energia renovável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esses são os meus comentários, mas quero dizer, Senador, que eu vou me dedicar, com a minha equipe, a estudar o relatório.

Creio que devemos, a partir de agora, abrir um tempo para discutir o que está nesse relatório, tentando transformar um relatório analítico em um relatório propositivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, na prática é preciso nos posicionar na dimensão de que o que nós buscamos fazer foi apenas um diagnóstico, porque o art. 52 da Constituição Federal designa o Senado, e o Senado designa a Comissão. O que nós procuramos aqui foi sinalizar linhas. Como disse aqui o Senador Armando Monteiro, sinalizar eixos que precisam ser enfrentados, e, de uma forma ou de outra, todas essas questões estão fundamentadas com gráficos no relatório.

Por exemplo, quando nós fazemos aqui uma comparação, Senador Cristovam Buarque, da carga tributária sobre bens e serviços no Brasil comparando com o mundo, à frente do Brasil somente a Hungria tem uma carga tributária mais elevada do que a do País sobre bens e serviços. Enfim, há um conjunto de comparações que foram feitas aqui. Assim, Sr. Presidente, eu acho que nós poderíamos dar vista desse relatório para que as Srªs e os Srs. Senadores possam se apropriar – aqueles que assim o desejarem – desses elementos, dessas informações e, eventualmente, se for o caso, nós fazermos outra sessão para debate.

Mas, desde já, ressalto que nós estamos acolhendo as contribuições do Senador Armando Monteiro. Vamos carregar as tintas em relação a essa questão que tem penalizado brutalmente o comércio exterior do nosso País, sobretudo criando condições para frear investimentos, sabedores que somos de que o mercado internacional é um campo vastíssimo de oportunidades para o nosso País, desde que tenhamos melhor e maior competitividade. Então, nós vamos acolher as contribuições dadas aqui pelo Senador Armando Monteiro e vamos também fazer aqui uma redação mais aprofundada em relação aos temas que foram colocados aqui pelo Senador Armando Monteiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pelo que entendo da proposição do Senador Cristovam... Entendo como pedido de vista...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dar vista coletiva?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É exatamente isto: dar vista coletiva para que os Senadores possam estudar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pelo que entendo, nós daríamos vista coletiva para que os Senadores pudessem apreciar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... melhor o relatório, que é um relatório bastante aprofundado. (*Pausa.*)

Passamos a outro item.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, de 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre instrumentos para condução da política monetária, e dá outras providências.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatoria: Senador Tasso Jereissati.

Relatório: Pela aprovação do projeto com quatro emendas apresentadas.

Observações:

Convido o Senador Garibaldi para presidir nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Lembro que V. Exª está correndo riscos!

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator, Presidente desta Comissão, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, tendo em vista o fato de que o relatório, análise e voto, já é do conhecimento dos Parlamentares membros desta Comissão desde a semana passada e também para tornar os trabalhos mais céleres, farei um resumo da nossa contribuição na apreciação do PLS 314, de 2017. Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 314, de 2017, do Senador Ricardo Ferraço, que, em linhas gerais, altera a sistemática de transferência de resultados do Banco Central para o Tesouro Nacional com o objetivo de reduzir a volatilidade e o volume do fluxo de recursos entre a Autoridade Monetária e o Tesouro Nacional; define regras para a emissão de títulos públicos pela União em favor do Banco Central, com os objetivos de preservar o patrimônio líquido da Autoridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Monetária e garantir o volume mínimo de títulos públicos na carteira do Banco Central necessário para a adequada condução da política monetária; autoriza o Banco Central a acolher depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras, e revoga dispositivos da Lei nº 9.069, de 1995, que determinam parâmetros para a emissão de moeda com base no volume de reservas cambiais, limites quantitativos para a expansão de oferta monetária e a submissão da Programação Monetária Trimestral ao Conselho Monetário Nacional e ao Congresso Nacional.

A proposição em análise prevê que a parcela do resultado positivo apurado no balanço do Banco Central que corresponder ao resultado financeiro positivo de suas operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado interno, observado o limite do valor integral do resultado positivo, será destinada à constituição de reserva de resultado.

Eventual resultado negativo contábil do Banco Central deverá ser coberto na seguinte ordem: pela reversão da reserva resultante do resultado das operações cambiais, pela redução do patrimônio líquido da instituição – até o limite de 1,5% de seu ativo total – e, se ainda necessário, aporte de títulos pela União.

Mediante prévia autorização do Conselho Monetário Nacional, os recursos existentes na reserva resultante das operações cambiais, poderão ser destinados ao pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal interna, quando severas restrições nas condições de liquidez afetarem de forma significativa o seu refinanciamento.

Sempre que, no 20º dia do mês, o patrimônio líquido do Banco Central atingir o valor igual ou inferior a 0,25% do ativo total, a União efetuará emissão de títulos em favor do Bacen, no montante necessário para que seu patrimônio líquido atinja o valor de 0,5% do ativo total.

Sempre que o valor da carteira de títulos da DPMFi livres para negociação em poder do Banco Central atingir percentual igual ou inferior a 4% de sua carteira total de títulos, a União efetuará emissão de títulos adequados aos fins de política monetária em favor do Bacen, no montante necessário para que sua carteira de títulos livres para negociação atinja o valor de 5% da carteira total.

A União poderá efetuar o resgate e correspondente cancelamento de títulos livres para negociação do Bacen, sem desembolso financeiro a favor do Banco Central, com vistas a reduzir a DPMFi.

O Banco Central é autorizado a acolher depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras. Regulamentação emitida pelo próprio Bacen poderá dispor, inclusive, sobre remuneração, condições, prazos e formas de negociação de depósitos voluntários.

São alterados ou revogados dispositivos da Medida Provisória nº 2.179, de 2001, e da Lei nº 11.803, de 2008, que entram em conflito com as alterações legais promovidas pelo PLS nos arts. 10 e 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também são revogados dispositivos da Lei nº 9.069, de 1995, que determinam parâmetros para a emissão de moeda com base no volume de reservas cambiais, limites quantitativos para a expansão da oferta monetária e a submissão da Programação Monetária Trimestral ao Conselho Monetário Nacional e ao Congresso Nacional.

Em sua justificação, o nobre autor do PLS afirma que as regras atuais estão em desacordo com as melhores práticas contábeis internacionais e têm viabilizado um financiamento implícito do Banco Central ao Tesouro, o que colide com o art. 164, §1º, da Constituição Federal, que veda expressamente qualquer tipo de financiamento dessa natureza.

A consequência de tal financiamento tem sido o estímulo à expansão do gasto primário, o aumento da dívida pública por meio das operações compromissadas do Banco Central e a redução na transparência das contas públicas, em especial no que se refere ao perfil de prazo, composição e custo da dívida mobiliária federal.

Ainda conforme a justificativa do PLS, o problema resulta da volatilidade do resultado semestral do Bacen devido ao impacto das variações da taxa de câmbio sobre o valor das reservas cambiais. Quando o real se desvaloriza, o valor das reservas cambiais aumenta e o Banco Central tem um lucro contábil, apesar de não haver geração de caixa, pois as reservas não foram vendidas. Esse lucro contábil, conforme a legislação atual, permite a transferência de recursos, em dinheiro, para o Tesouro Nacional. Quando o real se valoriza, o valor das reservas cambiais reduz-se e o Banco Central tem um prejuízo contábil. Esse prejuízo deve ser coberto pelo Tesouro Nacional.

O Tesouro é autorizado por lei a emitir títulos para cobrir os prejuízos semestrais do Banco Central. Assim, dada a volatilidade da taxa de câmbio e consequentemente do resultado do Bacen, forma-se grande fluxo de recursos entre o Tesouro Nacional e o Bacen, com o Tesouro recebendo recursos na Conta Única quando o Banco Central tem lucro, e emitindo títulos em favor da autoridade, quando há prejuízo.

Sr. Presidente, devemos tratar também, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sobre o aspecto jurídico da proposição, visto que a decisão será terminativa.

Nesse quesito, o ponto mais relevante a se considerar é se a proposição deveria ser apresentada na forma de PLS – Complementar, sob a justificativa de atender à exigência constitucional de lei complementar para tratar do tema finanças públicas, conforme prevê o art. 163, inciso I, da Carta Magna. Entretanto, entendemos que os temas trazidos pelo PLS nº 314, de 2017, são matéria de lei ordinária, por tratarem de normas aplicáveis apenas à União, e não normas gerais de finanças públicas, aquelas aplicáveis à União, Estados e Distrito Federal.

Em relação à técnica legislativa, a proposição atende às normas de redação e alteração das leis previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, expostos meus apontamentos, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2017, com as seguintes modificações realizadas na forma de emendas:

1. Exclusão do art. 9º do PLS 314, de 2017, para sanar vício de iniciativa representado pela proposta de introdução do instituto do depósito voluntário junto ao Banco Central, por parte das instituições financeiras.

2. Modificações do *caput* e introdução do parágrafo único do art. 11, estabelecendo que a lei em que se transformará essa proposição entrará em vigor no primeiro dia do semestre subsequente à data da sua publicação, tendo em vista o fato de que o Bacen tem balanços semestrais e que as obrigações constituídas na forma do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 2001, e do art. 6º da Lei nº 11.803, de 2008, referentes ao semestre em que for publicada a presente lei, observarão, até seu efetivo pagamento, a legislação em vigor à época de sua constituição.

3. Reforma do art. 12, que trata de dispositivos revogados, seja porque se encontram em conflito com modificações promovidas pelo PLS em comento seja para retirar do ordenamento legal dispositivos que determinam parâmetros para emissão de moeda com base no volume de reservas cambiais limites quantitativos para expansão da oferta monetária e a submissão da programação monetária trimestral ao Conselho Monetário Nacional e ao Congresso Nacional.

4. Alteração da redação do *caput* do art. 1º para excluir a referência à introdução do instituto do depósito voluntário, em função da mencionada Emenda 1, que proponho à proposição.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, estes são, em termos resumidos, o relatório, a análise e o voto que profiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, na condição de autor, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Tasso, que, como Relator, aperfeiçoou o nosso propósito e a proposta.

Na prática, Sr. Presidente, o que nós estamos construindo aqui neste projeto aperfeiçoado pelo Senador Tasso Jereissati, é um novo marco legal nas relações do Tesouro Nacional e do Banco Central. É como se nós estabelecêssemos aqui uma DR, é como se nós fizéssemos o Banco Central e o Tesouro Nacional discutirem a sua relação, porque, para usar um jargão popular, está tudo junto e misturado. E essa coisa tem produzido efeitos que não dialogam com a necessária transparência que as boas práticas em governança pública recomendam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse projeto tem por finalidade principal alterar a sistemática de transferência de resultados do Banco Central para o Tesouro Nacional, com o objetivo de reduzir a volatilidade e o volume de fluxos destes recursos entre a autoridade monetária e o Tesouro Nacional. Para termos uma ideia, Senador Tasso Jereissati, do que significa na prática isso: no período de 2008 a 2016, as transferências do Banco Central para a União, referentes à equalização cambial, totalizaram R$548 bilhões. Esses recursos foram pagos ao Tesouro Nacional mediante crédito na Conta Única. No mesmo período, a União transferiu 589 bilhões de equalização cambial para o Banco Central. Esses recursos, por sua vez, foram creditados mediante a emissão direta de títulos do Tesouro Nacional na carteira do Banco Central. Como os lucros do Banco Central são transferidos ao Tesouro em dinheiro, e os prejuízos são cobertos em títulos, esse mecanismo pode resultar numa espécie de financiamento indireto do Banco Central ao Tesouro Nacional, quer dizer, é disso que se trata, o que é flagrantemente vedado pela Constituição Federal.

Então, nós estamos propondo, por esse relatório que foi aperfeiçoado pelo Senador Tasso Jereissati, na prática, um novo marco legal, separando as responsabilidades institucionais de Tesouro e Banco Central. Essas coisas não poderiam continuar, não podem continuar como estão, porque isso tem produzido as chamadas maquiagens nas contas públicas. Isso deforma, isso prejudica a imagem do Estado brasileiro.

Outro problema é que, embora a Lei 11.813 estabeleça que os recursos transferidos do Banco Central para a União só possam ser usados para pagamento de juros e amortização da dívida, o Tesouro pode, eventualmente, destinar para o custeio de novas despesas os recursos que eram usados para pagar a dívida. Nesse caso, uma valorização contábil das reservas para financiar indiretamente um aumento das despesas primárias, o que é absolutamente ilegal. E isso aconteceu, a bangu, nos últimos anos em nosso País.

Então, esse é o sentido, em bom tempo, de nós estabelecermos uma DR, discutir essa relação entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, que não são irmãos siameses e que precisam estar separados por regras claras.

Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentos ao Senador Tasso por ter aperfeiçoado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E eu cumprimento V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão o relatório do Senador Tasso Jereissati. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, por ser a matéria terminativa e nós não termos quórum, então só me resta, neste instante, dar vista coletiva para que possamos votar na próxima reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está dada vista coletiva. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pergunto ao Plenário se colocaria extrapauta um projeto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

O Relator é o Senador Garibaldi Alves.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

Autoria: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DITRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatório: Favorável ao projeto. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Relator, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, submete-se à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017. Na Casa de origem, tomou o número de 6.124/2016.

Trata-se de um projeto de autoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O projeto dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios. Na Câmara dos Deputados, a matéria foi submetida às Comissões de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Naquela Casa, Sr. Presidente, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pelo Relator na Comissão de Finanças e Tributação que serve de base para nossa análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, o substitutivo aprovado pela Comissão e as informações adicionais encaminhadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal sanaram as deficiências existentes na redação original.

A proposição está estruturada, Sr. Senador Armando Monteiro, em 29 artigos, distribuídos em oito capítulos.

O Capítulo I apresenta disposições preliminares.

O Capítulo II dedica-se aos serviços notariais e de registro do Distrito Federal, disciplinando aspectos referentes à relação com o usuário, ao gerenciamento administrativo e financeiro das serventias e à vedação da imposição de isenções de emolumentos, salvo por disposição legal.

O Capítulo III refere-se à cobrança e ao pagamento de emolumentos.

Já o Capítulo IV trata da criação de taxa para o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal, que tomou o nome de Projus. Essa taxa seria proveniente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, destinada a financiar as ações destinadas a fortalecer e desenvolver a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em especial o reaparelhamento do Poder Judiciário.

O parágrafo único desse dispositivo veda a aplicação dessa receita em despesas de pessoal.

O valor da taxa devida pelo usuário do serviço notarial e de registro corresponderá à alíquota de 10% sobre o valor dos atos praticados pelos notários e registradores, conforme discriminados nas tabelas I e IV, anexas ao projeto.

Os valores arrecadados serão repassados mensalmente à conta única do Tesouro Nacional, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

O Capítulo V destina-se a criar, no âmbito do Distrito Federal, a Conta de Compensação do Registro Civil das pessoas naturais, a ser administrada pela Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal (Anoreg do Distrito Federal).

O Capítulo VI determina que o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) compõe o valor total a ser pago pelo usuário e que a base de cálculo para sua cobrança seguirá o estabelecido em ato normativo expedido pelo Governo do Distrito Federal.

De acordo com o Capítulo VII, o Tribunal de Justiça inspecionará, a qualquer tempo, os livros e artigos contábeis das serventias notariais e de registro, inclusive para averiguar a regularidade dos repasses dos valores devidos, criados pela Lei no seu art. 27.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Sr. Presidente, o Capítulo VIII apresenta disposições finais e transitórias. O art. 28 determina a vigência imediata da Lei, a partir da sua publicação, observado o disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 150 da Constituição Federal.

Já o art. 29 revoga as disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967.

No Senado, após a análise desta Comissão, a proposição será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, pelo Plenário do Senado Federal, uma vez que a tramitação da matéria segue o rito ordinário.

A nossa análise, Sr. Presidente, é que, de acordo com art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE a opinar sobre os aspectos econômicos das proposições a ela submetidas por despacho do Presidente.

As questões referentes à constitucionalidade, especialmente à competência do Congresso Nacional para apreciar a matéria; à juridicidade e à boa técnica legislativa serão apreciadas pela Comissão de Justiça.

O PLC nº 99, de 2017, tem por objetivo principal, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, disciplinar a cobrança e o pagamento de emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos, fixa os respectivos valores e os critérios de atualização anual, dispõe sobre hipóteses de isenção, concessão de descontos e acréscimos aos valores dos emolumentos.

De especial relevância para as competências temáticas desta Comissão são a criação de taxa para o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal, o chamado Projus, e da Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais, no âmbito do Distrito Federal.

No primeiro caso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendemos plenamente justificada a criação de uma fonte de recursos, alternativa e independente das verbas orçamentárias anuais, para financiar investimentos em infraestrutura e ações que possibilitem uma melhor fiscalização das serventias extrajudiciais por parte do tribunal. Não restam dúvidas de que o Projus é fundamental para o reaparelhamento e fortalecimento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Importante notar que instrumentos semelhantes são adotados em diversas unidades da Federação, com resultados positivos para a melhoria da qualidade dos serviços.

Também no caso desse projeto é imperioso reconhecer que, no Distrito Federal como em qualquer outra unidade da Federação, serventias altamente rentáveis convivem com outras, deficitárias. A criação da Conta proposta permitirá a transferência de receitas das primeiras para as segundas, garantindo o financiamento e o funcionamento das serventias de localidades mais carentes.

Além disso, é imprescindível estabelecer um mecanismo de financiamento dos registros de nascimento, de natimorto e de óbito, que são gratuitos por força de lei. Na prática, os usuários dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais serviços notariais e de registros públicos de qualquer cartório do Distrito Federal contribuirão para o custeio desses atos registrais gratuitos.

Em boa hora, o projeto em análise destina parte dos emolumentos pagos pelos usuários de qualquer dos serviços previstos nas Tabelas I a VI a essas finalidades.

Por fim, Sr. Presidente, consideramos que os valores previstos promovem o equilíbrio entre as duas variáveis envolvidas: a justa remuneração dos notários e registradores e a capacidade contributiva dos usuários.

Desse modo, entendemos conveniente e oportuno o acolhimento do projeto em análise por esta Comissão.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017, no âmbito desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu quero, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador, eu acho louvável a ideia de transferir recursos dos mais lucrativos para os menos lucrativos que têm que funcionar em lugares que não são capazes de gerar sua própria receita.

Entretanto, eu me pergunto para que criar um fundo para a gestão disso, se é que eu entendi bem, e por que o valor de 7% para que se disponha dos recursos necessários a esse fundo?

Como eu não li o documento, confesso, eu fico querendo saber as respostas a essas perguntas. Por que essa transferência exige esse fundo para a sua gestão? Essa gestão não pode ser feita de uma maneira mais simples, como uma espécie de caixa de compensação em que os donos dos grandes e dos pequenos se encontram sem máquina burocrática? Estou entendendo que vai haver uma máquina burocrática e que esse fundo vai ser usado para fazer funcionar essa máquina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, segundo, onde se contabilizou para chegar aos 7%? Porque eu também não tenho ideia clara, mas parece que vai ser muito dinheiro os 7%.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Senador Cristovam Buarque, na verdade, eu também tenho que confessar que não tenho o conhecimento da proposta em seus detalhes, dos valores que serão cobrados. Eu, claro, deixo a critério de V. Exª a possibilidade de pedir vistas para que possamos ter uma informação mais exata e detalhada do próprio Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, eu peço vistas, e espero que outros também, para que não atrase. Se for vista coletiva, já na próxima semana poderemos tratar do assunto.

E aqui já há duas pessoas querendo me dar as explicações.

Então, eu peço vistas para ter essas explicações.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Então, Sr. Presidente, diante do pedido do Senador Cristovam Buarque...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, há pedido de vista.

O Senador Armando Monteiro também pede vista.

Vista coletiva.

Consulto este Plenário sobre a colocação do projeto extrapauta da Câmara Federal que dispõe sobre o processo administrativo sancionador da atuação do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera as Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.829, de 5 de novembro de 1965, 6.024, de 13 de março de 1974, 7.492, de 16 de junho de 1986, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.613, de 3 de março de 1998, 10.214, de 27 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

março de 2001, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 11.795, de 8 de outubro de 2008, 12.810, de 15 de maio de 2013, 12.865, de 9 de outubro de 2013, e 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos das Leis nº 9.447, de 14 de março de 1997, 4.380, de 21 de agosto de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pauderney Avelino

Relatoria: Senador Armando Monteiro

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, o projeto em tela é fundamental, porque o atual marco regulatório é inadequado.

Trata-se de projeto apresentado em decorrência da perda de eficácia da Medida Provisória nº 784, pela sua não conversão em lei dentro do prazo fixado pelo art. 62 da Constituição Federal.

Além de inserir aperfeiçoamentos essenciais ao texto do PLV 29, a seguir declinados, a apresentação desse projeto visa também a restabelecer e a reforçar o protagonismo das duas Casas do Congresso na propositura e apreciação de matéria legislativa de relevância nacional.

O projeto preenche uma lacuna de fundamental importância para o processo administrativo sancionador tanto do Banco Central como da Comissão de Valores Mobiliários.

No âmbito da atuação do Bacen, a presente proposição atualiza o arcabouço regulatório referente ao processo administrativo sancionador, que é majoritariamente previsto em normas infralegais e que conta com mais de meio século de existência.

Assim, com base na experiência institucional acumulada pelo próprio Banco Central e na absorção das melhores práticas internacionais, entendemos que essa atualização sistemática das normas, conjugada à sua elevação ao plano legal, constitui um avanço imprescindível para o fortalecimento da regulação e da supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

O processo administrativo sancionador é tratado no capítulo 2º do projeto de lei, que dispõe sobre infrações, penalidades, medidas coercitivas e meios alternativos de solução de controvérsias, aplicáveis às instituições financeiras, às demais instituições supervisionadas pelo Bacen e aos integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Também se estabelece o rito processual a ser observado nos processos administrativos sancionadores no âmbito do Bacen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 4º descreve as hipóteses que legitimam o Banco Central taxar uma infração de grave em razão dos efeitos por ela causados. Tais efeitos que implicam um patamar mais elevado de penalidade são, por exemplo, causar dano à liquidez, à solvência ou à higidez ou assumir risco incompatível com a estrutura patrimonial de instituição financeira; contribuir para gerar indisciplina no mercado financeiro ou para afetar a estabilidade e o próprio funcionamento regular do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Consórcios ou do Sistema de Pagamentos; dificultar o conhecimento da real situação patrimonial ou financeira de instituição financeira; e, afetar severamente a finalidade e a continuidade das atividades ou das operações no âmbito do Sistema Financeiro, do Sistema de Consórcios ou do Sistema de Pagamentos. Em prestígio à segurança jurídica, suprimiu-se do texto original da Medida Provisória 784 o efeito "causar perda da confiança da população no uso de instrumentos financeiros e de pagamento", visto que essa expressão era vaga e imprecisa.

No tocante à aplicação e execução de penalidades aplicadas pelas autoridades administrativas, este projeto altera os arts. 7º e 35 de modo a priorizar a garantia da satisfação dos prejuízos eventualmente causados pelos apenados frente àqueles valores devidos a título de multa.

Ainda, submete-se quaisquer multas em valor superior a R$50 milhões ao reexame automático por órgão colegiado, previsto no seu regimento interno, do qual faça parte ao menos um diretor do Banco Central, e somente após tal reexame serão consideradas efetivas, sendo então notificadas às partes.

Importante inovação está contida nos arts. 11 a 15 do referido projeto, que institui o Termo de Compromisso no âmbito de atuação do Bacen. Assim, a autarquia, em juízo de conveniência e oportunidade, poderá deixar de instaurar ou suspender o processo administrativo destinado à apuração de infração, se o investigado assinar termo de compromisso, no qual se obrigue a cessar a prática sob investigação ou os seus efeitos lesivos.

Em deferência ao princípio da transparência, diferentemente do texto original da MP 784, o projeto de lei dispõe que o texto do Termo de Compromisso assinado (fora informações sensíveis) será publicizado no *site* institucional da autarquia.

No tocante a regras de processo administrativo, este projeto de lei agrega perspicaz alteração sugerida pelo Deputado Paes Landim, no sentido de que seja suprimido dispositivo do texto original da já referida medida provisória – *caput* do art. 25 –, que previa que o ônus da prova incumbiria ao acusado. Consideramos este um aperfeiçoamento de absoluta necessidade, uma vez que ajusta a distribuição do ônus da prova previsto nesta proposição ao próprio ordenamento jurídico vigente.

Nova sistemática recursal, no processo administrativo sancionador, foi estabelecida nesse projeto em seu arts. 29 e 34, com o intuito de garantir a segurança jurídica do setor e proteger os direitos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigados até que as autoridades administrativas competentes hajam firmado entendimento quanto a efetiva ilicitude da conduta.

Outra importante inovação do Projeto, Senador Ferraço, está na previsão do Acordo Administrativo em Processo de Supervisão, nome escolhido em virtude de peculiaridades ínsitas ao processo de regulação e fiscalização do Bacen. Trata-se de instituto que viabilizará à autarquia celebrar acordo administrativo em processo de supervisão com pessoas físicas ou jurídicas que confessarem a prática de infração às normas legais ou regulamentares cujo cumprimento lhe caiba fiscalizar, conforme os arts. 30 a 32.

Tal acordo prevê a extinção da ação punitiva ou redução de um terço a dois terços da penalidade aplicável, mediante efetiva, plena e permanente cooperação para a apuração dos fatos, da qual resulte utilidade para o processo. É fundamental que se identifiquem os demais envolvidos na prática da infração, que a obtenção de informações e de documentos que comprovem a infração, que a instituição seja a primeira a qualificar.

No que toca à regulação e fiscalização do mercado de valores mobiliários brasileiro, o objetivo primordial das melhorias introduzidas em seu processo administrativo sancionador é o de fortalecer a confiança e a credibilidade dos agentes do setor na atuação eficiente do regulador de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários. Ainda que se trate de um marco normativo mais recente (e reformado pela Lei de nº 12.259, de 30 de novembro de 2011), também ele merece atualizações e melhorias incrementais.

Nesse sentido, são aplicadas ao processo administrativo sancionador da CVM algumas regras pertinentes aos ritos definidos nesta proposição ao Bacen. Ainda que a Lei nº 6.395 já preveja o Termo de Compromisso como instrumento de resolução negociada do processo administrativo, uma importante inovação é estendida à CVM: o acordo administrativo em processo de supervisão, nos mesmos moldes previstos para o âmbito de competência do Bacen.

Destaque-se duas novas alterações, de matéria penal, que se propõem a aproveitar do PLV nº 29, e que não constavam da redação original da Medida Provisória nº 784: novas tipificações conferidas pelos arts. 35 e 52 do PLV nº 29 a crimes contra o mercado de capitais e contra o sistema financeiro nacional.

O art. 35 pretende dar nova redação aos arts. 27-C (ou seja, crime de manipulação do mercado de capitais ou *market abuse*), 27-D (crime de *insider trading*) e 27-E (crime de exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função) da Lei nº 6.385. Por seu turno, o art. 52 pretende dar nova redação ao art. 17 (crime de concessão de empréstimos vedados) da Lei nº 7.492.

Por fim, Sr. Presidente, os arts. 36 a 72 trazem as disposições finais e transitórias da proposição, dentre as quais a atualização do regramento do crédito rural e da liquidação extrajudicial de instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiras, estabelecimento em lei de regras sobre transações entre partes relacionadas para instituições financeiras, previsão de recurso das decisões do Coaf relativas às aplicações de penas administrativas ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional e consolidação da legislação vigente.

Passo ao voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do PLC 129, de 2017.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Para discussão, o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de entrarmos na questão da discussão da matéria, pelo que entendi, Senador Armando Monteiro, V. Exª apresenta um relatório sobre o PLC 129, de 2017, que, na realidade, é o projeto de conversão da Medida Provisória 784, que acabou perdendo a eficácia porque transitou na Câmara por tempo, vamos dizer assim, elasticamente demasiado e acabou chegando ao Senado sem condições de ser apreciado pelo Senado, sem o tempo necessário para que os Senadores possam deliberar sobre uma importantíssima matéria, que, neste momento, está em todas as pautas do noticiário em função do recente caso conhecido de uma grande operadora de proteína animal no mercado nacional e internacional, que acabou tendo indiciamento, prisões, etc. em relação ao tema. Portanto, me parece ser, efetivamente, uma matéria importante, com um tema extremamente delicado.

Eu faço pela ordem, primeiro, porque sou daqueles que acham que devemos ter a responsabilidade antes de atuarmos no exercício do nosso mandato, sempre com o espírito colaborativo, mas com a responsabilidade republicana de quem representa o povo brasileiro no Congresso.

A tramitação deste parecer, aprovado pela CAE no dia de hoje, significa remetê-lo imediatamente a plenário? Significa que ele irá à CCJ, para que, na CCJ, ele seja distribuído para que nós possamos fazer, lá na CCJ, um aprofundamento do debate sobre o relatório apresentado?

Eu tenho certeza que o Senador Armando Monteiro, com a maior boa vontade e entendendo a responsabilidade e a grandeza deste assunto, se propôs a fazê-lo em tempo recorde, extrapauta, aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A minha pergunta é: este projeto vai tramitar na Comissão de Constituição e Justiça? Vai direto ao Plenário? Ele é terminativo aqui? Não. Ele vai a Plenário. Ele é não terminativo.

Agora, Sr. Presidente, eu recebi o relatório e procurei ouvir atentamente. Eu vim, inclusive, à Comissão porque sou Relator de uma matéria terminativa e queria ler o relatório. Acabamos de encerrar a Comissão que presido, que é a Comissão de Infraestrutura. E, ao chegar, verifiquei, Senador Ricardo Ferraço, que nós estávamos aprovando um requerimento extrapauta para que o nosso Senador Armando Monteiro pudesse ler o relatório sobre esse projeto, que é importante, mas de que efetivamente nós tomamos conhecimento neste momento, em que pese toda o reconhecimento da competência e, mais do que a competência, da dedicação e do espírito sempre republicano do Senador Armando Monteiro.

Indago a V. Exª se causaríamos...

Eu vi aqui o assessor do Banco Central me procurar, fazendo um apelo para que nós não pedíssemos vista para poder nos debruçar sobre este tema etc. Eu pergunto aos companheiros que estão aqui na Comissão desde mais cedo, porque eu li o relatório agora. É um relatório que faz mudanças importantes, sobre o que a Comissão Mista se debruçou por 120 dias. O Senado não se sentiu em condições de votar em função de ter esta matéria chegado com o tempo já exaurido pela Câmara, não é? Eu pergunto aos colegas: nós estamos confortáveis para votar esta matéria com a superficialidade da discussão, acreditando apenas...

Aí eu pergunto ao nosso Relator, em quem tenho grande confiança, ao Senador Armando Monteiro: Senador, V. Exª está convencido de que essas mudanças que são estabelecidas neste projeto de lei aprimorarão para melhor o processo administrativo, fiscalizador e sancionador do Banco Central e da CVM?

E aqui há uma questão grave: que é a redução do valor dessa multa, porque um dos temas, Sr. Presidente, que causou grande debate foi exatamente a redução dessa multa, que era de 500 milhões ou de 250 milhões para 50 milhões em entidades financeiras que todos nós sabemos têm auferido grandes resultados financeiros e grandes lucros, e o Brasil vem vivendo um momento de penúria fiscal, vem vivendo momentos de déficit fiscal absolutamente transparente.

Eu pergunto ao nosso Relator: V. Exª está confortavelmente convencido de que essas mudanças e essa redução tão vigorosa na forma de fiscalização e na forma de apenação daqueles que cometem crime contra a economia, crimes financeiros, asseguram a competente fiscalização e a competente penalização desses grandes conglomerados financeiros e dessas grandes atividades, que, via de regra, têm preocupado tanto a Nação brasileira, e num momento em que o Brasil discute tão fortemente essa revisão com relação ao comportamento de fiscalização, de controle, comando e transparência com relação às questões públicas e às questões financeiras?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço essa indagação ao nosso eminente Relator, a quem eu quero aqui fazer mais uma vez o meu público reconhecimento pela competência e pela honorabilidade na condução da coisa pública e seu sempre precioso espírito republicano.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Meu caro Senador Eduardo, eu acho que a preocupação que V. Exª traz a esta Comissão é absolutamente justificada.

Há um desconforto, independente desta matéria específica...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sim, em geral.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... há hoje, com relação à tramitação das matérias, sobretudo das medidas provisórias, um tempo que, ao final, coloca o Senado, muitas vezes, diante de uma situação muito difícil, que é essa da exiguidade.

Agora, eu posso afirmar a V. Exª, com absoluta convicção, que este projeto é um avanço. Ou seja, nós temos um marco atual que é inadequado, inteiramente inadequado. V. Exª poderá dizer: "Bom, mas é possível propor um marco que seja ainda mais seguro?" É possível que se discuta a latitude desse avanço, mas o que há é que, em relação ao marco existente, isso é um avanço concreto, substantivo.

Por exemplo, com relação à CVM, as multas estão sendo elevadas em cem vezes em relação às multas atuais. Cem vezes no caso da CVM. Cem vezes.

Bom, agora V. Exª fez referência ao lucro dos bancos, à questão fiscal. Multa não tem caráter arrecadatório, em nenhum lugar do mundo; não se fixa multa...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – V. Exª me permite só um aparte?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... para arrecadar. Agora, eu acho que V. Exª, quando coloca sua preocupação em relação à qual seria o valor que corresponderia a algo mais, essa é uma discussão que pode ser feita, mas o que eu posso afirmar a V. Exª, de maneira categórica, é que isso é um avanço em relação à legislação atual.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Permita-me um aparte?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – V. Exª, com certeza, teve mais tempo do que nós para se debruçar sobre essa matéria. E eu não tive tempo para discutir com a minha assessoria, até porque fui surpreendido com uma colocação extrapauta desse tema.

A informação que eu tenho é de que há uma redução da multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Em relação ao que foi discutido lá no âmbito da medida provisória, da proposta inicial, no que diz respeito ao Banco Central...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Então, em relação ao Banco Central, há uma redução da multa que seria da ordem, inicialmente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Eu falo a V. Exª na CVM.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Na CVM.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – E achei até mais pertinente a preocupação de V. Exª, porque V. Exª fez referência ao problema da empresa de proteína.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Exatamente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – A empresa de proteína diz respeito à CVM.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Exatamente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – E não ao Banco Central.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Ao Banco Central.

Mas o que me preocupa é que aqui nós estamos alterando, Sr. Presidente, veja a minha preocupação. E aqui eu faço um apelo obviamente ao espírito público e republicano e ao nível de responsabilidade da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós estamos mudando e alterando aqui as multas no que diz respeito ao Bacen e à CVM. E estabelecendo – e eu vou repetir o que está dito no relatório: "No tocante à aplicação e execução de penalidades aplicadas pelas autoridades administrativas, este projeto de lei altera os arts. 7º e 35 de modo a priorizar a garantia da satisfação dos prejuízos eventualmente causados pelos apenados frente àqueles valores devidos a multa."

Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu não sei se é, acho que não é protocolar, mas o Procurador-Geral do Banco Central, em função da visão do Banco Central, da urgência da matéria, se encontra aqui, acaba de chegar do Banco Central. Não sei se seria pertinente ou não dar a palavra a ele ou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu não veria nenhum problema. Eu gostaria apenas de concluir o meu raciocínio, Sr. Presidente, porque veja a seriedade, a robustez e a implicação deste projeto, Senador Cristovam:

> Ainda submetem-se quaisquer multas em valor superior a 50 milhões ao reexame automático por órgão colegiado previsto no regimento interno, do qual faça parte ao menos um diretor do Banco Central do Brasil. E somente após tal reexame serão consideradas efetivas, sendo então notificadas as partes.
> Importante inovação está contida nos arts. 11 a 15 do projeto de lei que institui o termo de compromisso no âmbito do Banco Central. Assim, a autarquia, em juízo de conveniência e oportunidade, poderá deixar de instaurar ou suspender o processo administrativo destinado à apuração de infração se o investigado assinar termo de compromisso no qual se obrigue a cessar a prática sob investigação ou os seus efeitos lesivos.

Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, sinceramente, Senador Garibaldi, eu fiquei preocupado, porque vinha acompanhando essa matéria pela imprensa e vi a posição da Mesa do Senado em não levar a MP a Plenário na semana passada.

E aí eu peço ao Procurador-Geral do Banco Central, que V. Exª convida a participar desse debate, que possa nos dar as explicações necessárias para que nós tenhamos a tranquilidade republicana de estarmos votando um projeto de lei... Perdoe-me a expressão, mas, se não fosse a lavra de responsabilidade de um Senador de importância nesta Casa e de histórico de participação na atividade econômica, financeira, etc., a minha posição seria a de, imediatamente, pedir vista para que eu pudesse me depurar sobre a matéria.

Eu estou fazendo esta consideração para justificar o meu pedido de vista. Sr. Presidente, por mais que o Procurador-Geral do Banco Central faça os seus esclarecimentos, nós estamos tratando aqui de uma matéria que tem implicação em todo o sistema financeiro da sétima ou oitava maior economia do mundo e na sua fiscalização. Fazer isso, com todo respeito, dessa forma nesta Comissão eu reputo no mínimo a uma ação que pode amanhã... Por todo cuidado e zelo que eu sei que o Senador Armando Monteiro tem com as matérias que por ele são relatadas, mas eu creio que o Senador se debruçou muito rapidamente sobre esse tema.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Esse é um tema que vem sendo discutido há muito tempo. Há, claramente, Senador, um vácuo do ponto de vista da legislação, ou seja, a pior situação é esta em que nós nos encontramos. E ficou para mim, na intervenção de V. Exª, a ideia de que só a multa teria o efeito de reparar prejuízos. E há algo que vai muito além dela no processo.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Não; a multa é uma questão que não é irrelevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Mas aqui há uma outra questão, quando se diz o seguinte: "Assim, a autarquia, em juízo de conveniência e oportunidade, poderá deixar de instaurar" – deixar de instaurar! – "ou suspender o processo administrativo destinado à apuração de [qualquer] infração, se o investigado assinar termo de compromisso, no qual se obrigue a cessar a prática sob investigação ou os seus efeitos lesivos".

Ora, e o pretérito passado?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria, inclusive... V. Exª, Senador Eduardo Braga, fez uma referência ao cuidado da Mesa do Senado em não votar. Eu queria só esclarecer a V. Exª que nós colocamos essa votação extrapauta a pedido da Mesa do Senado, da Mesa do Plenário, que encaminhou pedindo urgência absoluta em função de eventuais prejuízos graves que poderiam ocorrer ao Banco Central entre esse ato da caducidade da medida provisória e não aprovação de uma lei que atualizasse, de um projeto de lei ou de uma medida provisória que caducou que atualizasse a legislação.

Portanto, entendo todos os argumentos de V. Exª e eu gostaria que se fosse... Acho importante que o Procurador-Geral, Dr. Cristiano Cozer, do Banco Central, pudesse explicar...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... quais são as consequências desses pontos que foram levantados.

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – Obrigado, Senador Tasso.

Agradeço aqui em nome do Banco Central a V. Exª e a todos os integrantes do colegiado pela enorme deferência de permitir que eu trouxesse aqui algumas palavras, alguns esclarecimentos sobre essa proposição que, de fato, é de importância fundamental não para o Banco Central e não para o sistema financeiro, mas – eu diria – para o País, devido...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só um minutinho, interrompendo-o.

Aqui eu gostaria de registrar a presença do ex-Senador Gerson Camata, que nos alegra e nos honra muito com a sua presença. Seja muito bem-vindo. Esta Casa é sua, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – Eu dizia, então, que é uma proposição que, de fato, tem um caráter que é estruturante e é central nessa atividade de supervisão que o Banco Central exerce.

V. Exªs conhecem todas as intercorrências que essa proposição tem tido desde a apresentação de medida provisória. Isso gerou, em termos legais, um cenário que é um pouco complexo de se lidar, e essa é a palavra que eu gostaria de trazer: um pedido para que haja uma sensibilidade deste Colegiado em relação à importância dessa proposição e da necessidade de se proceder com a maior celeridade possível.

Qual é o cenário em que nós estamos agora, o cenário legal, em relação à supervisão do Sistema Financeiro? Nós tínhamos um cenário que era nitidamente defasado – o Senador Armando Monteiro mencionou isso –, é um cenário que realmente vem da década de 1960, quando o Sistema Financeiro e o País tinham um outro perfil, era uma outra dimensão. O sistema hoje é muito mais interconectado, é muito mais complexo e tem um volume de ativos consideravelmente maior. Esse aparato coercitivo e fiscalizatório que o Banco Central tinha era, sem dúvida, um cenário que não era muito adequado.

Anteriormente à Medida Provisória 784, nós ainda lidávamos no STJ com uma jurisprudência, que vem se afirmando paulatinamente, no sentido de que as penalidades aplicadas com fundamento em tipos previstos em ato infralegal não seriam válidas. Nós estamos trabalhando no Superior Tribunal de Justiça, mas já há uma jurisprudência firmada contrariamente ao Banco Central, uma jurisprudência ainda em alguns casos, embora sejam poucos casos, mas – digamos – 100% dos casos têm se firmado contra o Banco Central.

Então, o que acontece? A maior parte da legislação do sistema financeiro não está prevista na lei, não está na Lei 4595. Os tipos estão... São tipos previstos pelo Conselho Monetário Nacional nas suas normas.

Qual o cenário com que nós nos confrontamos hoje? Sem a vigência da MP 784, nós voltamos a um cenário em que a Lei 4595 volta a vigorar. Quanto à 784, ainda há, enfim, aquela possibilidade de que haja a edição de um decreto legislativo dispondo sobre os efeitos dessa medida provisória que caducou. Mas digamos que não venha esse decreto legislativo, o que me parece a hipótese mais provável a essa altura – enfim, esta Casa, o Congresso Nacional é que dirá. Nós temos um período de vigência da 4595 com essa problemática de potencial invalidade das penalidades aplicadas com base nela; temos um período de vigência da MP 784; e temos, agora, um período em que voltamos à vigência da 4595, como se encontrava.

Existem várias questões de direito intertemporal nesse meio tempo. Por exemplo, a norma benéfica retroage para beneficiar o acusado, então...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ela retroage?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – A norma benéfica... Isso é um princípio; V. Exª sem dúvida o conhece. É o princípio de que a norma benéfica retroage. Então, nós temos: 4595, 784, 4595 e, agora, PL 129, se não me engano. Isso já traz umas questões de direito intertemporal que são um bocado complexas e uma insegurança para o sistema que seria adequado equacionar com a maior presteza possível.

Por isso este apelo que venho trazer a esta Casa. Conhecendo sem dúvida as dificuldades – a matéria é complexa –, mas faço este apelo para que haja uma apreciação o mais célere possível pelo Senado para que nós possamos contar com esse novo cenário normativo.

Um último ponto que eu acho que tem relevância também nessa discussão é que essa proposição, vamos dizer, essa temática vem sendo discutida desde a MP 784. O Banco Central e a CVM têm discutido essa temática com o Ministério Público, com a sociedade civil, no âmbito do Parlamento sem dúvida também nós temos encetado contatos, com as entidades do sistema financeiro. Então, a minha impressão de todo esse cenário é que de fato essa questão está muito amadurecida. E a proposição que chegou ao Senado é uma proposição que já conta com elementos de convicção e com o consenso que foi formado em torno de todas essas forças.

Então, essa era a palavra, o apelo que gostaria de trazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria... Acho que há uma pergunta que com certeza está na mente de todos os Senadores – aqui foi levantada pelo Senador Eduardo Braga –, com certeza do Senador Armando Monteiro também e do Senador Ferraço. Quais seriam as implicações... Se haveria alguma implicação de relevância caso haja um pedido de vista e isso seja votado na semana que vem.

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – O ponto principal e que eu venho tentando frisar é que nós já temos umas questões bastante relevantes de direito intertemporal e que tendem a se agravar, digamos, em uma progressão geométrica à medida que o tempo passa. Nesse meio tempo, condutas estão sendo praticadas no âmbito do sistema, e são condutas que o Banco Central...

Nós não conhecemos as condutas em tempo real, mas em algum momento essas condutas virão ao conhecimento, serão investigadas, e essas questões de direito intertemporal podem complicar, podem potencializar esse cenário de desconforto, para dizer o mínimo, do supervisor em relação ao sistema. Podem ser questões em que nós podemos – a depender do tempo que se leva de apreciação nesta Casa – estar constituindo um estoque de casos complexos e de possível indisciplina, digamos, casos isolados, mas que podem evoluir para uma disciplina difícil até de mensurar o que poderá acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Qual é a sua opinião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – A minha opinião eu já expressei aqui, respeitando, manifestando, mais uma vez, o profundo respeito à preocupação que foi trazida pelo Senador Eduardo Braga, cumprindo legitimamente o seu papel, como legislador que é, atento. Mas eu entendo que essas questões relacionadas ao problema intertemporal e a coisas que podem estar aí ocorrendo e o que isso poderá significar de risco do ponto de vista do sistema, eu acho que justificam que uma matéria como essa possa ser definida com o sentido de urgência, que foi aquilo que eu pude, neste momento, tentar oferecer de contribuição.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, ouvindo o Procurador e, mais uma vez, ouvindo aqui o Senador Armando Monteiro, registro que esta Comissão não pode ser responsabilizada pelo tempo que outras instituições e outros departamentos do Congresso Nacional levaram para analisar um tema de tamanha importância, de tamanha relevância. E não foi esta Comissão que causou o *vacatio legis* que pode trazer a insegurança jurídica para o sistema financeiro.

Mas, acreditando, de boa-fé, no parecer do sempre zeloso, sempre cuidadoso e sempre Ministro, o Senador Armando Monteiro, eu não irei apresentar o pedido de vista. Irei procurar aprofundar até a votação, que creio será no turno de hoje, no plenário, ou talvez amanhã no plenário. Na minha opinião, seria mais sensato o Presidente da Casa deixar para amanhã, para que nós tivéssemos, pelo menos, 24 horas de prazo para nos debruçarmos sobre o PLC.

Nós sabemos que nesta Casa temos como prática, diante do tamanho do volume de matérias que nós temos, deixar para nos debruçarmos sobre essas matérias quando chegam nas nossas respectivas comissões, nas nossas respectivas alçadas de competência. E, em um voto de confiança ao Senador, proponho ao Presidente Tasso que faça gestão junto ao Presidente da Mesa para que coloque essa matéria na pauta do dia de amanhã, para que nós possamos nos debruçar sobre o PLC. Porque nos debruçamos exclusivamente sobre o relatório, que foi lido e distribuído extrapauta, sobre aquilo que debatemos aqui e sobre a superficial e tangencial colocação do eminente Procurador-Geral do Banco Central, que, por razões óbvias, não detalhou questões concretas do que existe neste momento, mas que deixou implícito que há uma vacância de legislação, que há uma vacância de procedimentos – procedimentos esses que podem estar abertos ou não – e que uma semana a mais poderia causar um prejuízo ao sistema de fiscalização, controle e comando num setor econômico-financeiro tão importante do País.

Então, numa demonstração eu acho que de responsabilidade da Comissão de Assuntos Econômicos, nós apoiaríamos e aprovaríamos o relatório do nosso eminente Senador Armando Monteiro, mas pediríamos ao Presidente da Comissão que fizesse gestão junto ao Presidente Eunício Oliveira, para que a matéria fosse colocada na pauta no dia de amanhã, para que pudéssemos nos debruçar sobre esse tema e para que pudéssemos, então, amanhã, com segurança, votar essa matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em plenário, que é uma matéria, repito, importante, polêmica, que gerou muita discussão. O setor atuou intensamente na articulação.

Jabuti não sobe em árvore sozinho: ou é mão humana ou é enchente, está certo? E essa MP não ficou, por 120 dias, na Câmara, porque houve negligência. Houve uma ampla negociação, houve um ativismo setorial muito grande dentro da Comissão Mista e no Plenário da Câmara, e nós, no Senado, estamos tendo que votar essa matéria com essa pressão temporal e com a responsabilidade que o Senado sempre tem com essas matérias que são republicanas e que têm grande repercussão para o País.

Portanto, não apresentarei o pedido de vista, pedindo e apelando a V. Exª que faça gestão junto ao Presidente do Senado, para que possamos votar no dia de amanhã, tendo, portanto, 24 horas para fazer uma análise sobre esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Queria dizer a V. Exª que tenho inteira compreensão da preocupação de V. Exª em relação a um tema importante como esse, mas, ao mesmo tempo, quero louvar seu senso de responsabilidade em relação a eventuais consequências que poderiam acontecer.

Com certeza, me disponho, hoje mesmo, agora mesmo, a entrar em contato com o Presidente da Casa, no sentido de que essa votação seja realizada pelo menos amanhã, para que tenhamos algum tempo para uma avaliação mais profunda.

Tenho certeza de que esse voto de boa vontade que V. Exª dá não só tem a ver com a enorme responsabilidade e respeito que nós todos temos pelo Senador Armando Monteiro, como também com a responsabilidade e respeito que temos pelo Presidente do Banco Central, Dr. Ilan, que com certeza está assumindo toda a responsabilidade por essa questão. Então, eu queria louvar, mais uma vez, o espírito de cooperação, entendendo suas preocupações e seus argumentos.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Meu Presidente, neste momento, eu estou ao telefone com o Presidente da CVM...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Que falou comigo também.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... que está manifestando uma preocupação que eu reputo grave, porque, segundo ele – eu não tenho capacidade de fazer uma avaliação porque não me debrucei sobre o PLC e esse tema não foi abordado no relatório do eminente Senador Armando Monteiro –, existe um artigo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Art. 11.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... o art. 11, que, se aprovado como está, inviabilizará a CVM de aplicar quaisquer multas a quaisquer instituições, porque, precipuamente, anteriormente à aplicação da multa, confirmado o delito, terá que se analisar a viabilidade e a capacidade financeira da entidade para o pagamento da multa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Então, quero apenas manifestar a V. Exª como é, de fato, uma questão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu começo a ficar preocupado, porque boa vontade tem limite, e a nossa responsabilidade aqui é uma responsabilidade pública.

É um projeto sobre o qual eu também não me debrucei e que eu não estudei – não havia previsão. Eu entendendo perfeitamente a decisão e a ordem pública que V. Exª está... Mas está ficando complexo, diante dessas desinformações e controvérsias em relação a esse projeto, que nós não lemos, em que pese eu refazer *ipsis litteris* as palavras do Senador Eduardo Braga em relação ao Senador Armando Monteiro pela forma independente, soberana, autônoma e competente com que o Senador Armando expressa aqui sua convicção.

Eu estou ficando preocupado com essa questão, porque, na prática, nós estamos falando aqui – para usar a expressão – de uma categoria intertemporal de uma semana. Esse projeto está tramitando no Congresso não faz três semanas; aliás, identificaram um *fast track* para esse projeto muito mais eficiente do que a própria edição de medida provisória. Faz duas semanas, salvo melhor juízo, que esse projeto foi reprovado na Câmara, e nós estamos votando aqui algo sobre o qual nós não nos debruçamos. Essa é que é a verdade. Então, eu acho que nós temos que avaliar o que fazer, eu acho que nós temos que avaliar o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Procurador, Dr. Cristiano Cozer, gostaria de fazer referência a isso, de falar sobre o assunto.

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – Excelências, Senador Eduardo Braga, Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Pode falar mais alto?

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – Pronto, pronto. Perdão, perdão. Está dando para ouvir bem agora. Que bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo a preocupação que esta Casa tem com o bom entendimento da proposição. Eu queria, inclusive, me colocar à disposição de V. Exªs para qualquer esclarecimento, não apenas sobre este de que eu vou falar agora, mas também sobre qualquer aparecimento que surja no futuro, até a apreciação dessa proposição. Eu estou pessoalmente à disposição de V. Exªs para o que for necessário.

Nesse ponto específico, o meu entendimento sobre essa matéria é que a aplicação de multa, para ser uma aplicação justa, para ser uma aplicação adequada – não apenas tendo em vista as características objetivas da penalidade, mas também as características subjetivas do infrator –, precisa levar em conta, sim, uma avaliação da capacidade de pagamento, uma avaliação das circunstâncias subjetivas do acusado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Por quem?

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – Pela própria entidade que aplica a penalidade. Isso é parte do processo de aplicação da penalidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas nos limites e na interpretação subjetiva então?

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – Esta Casa fixa parâmetros e o aplicador da norma...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas não há parâmetros!

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – ...se move dentro desses parâmetros.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pelo que eu entendi, não há parâmetros.

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – Excelência, na verdade...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – O PLC não tem parâmetros.

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – O que há é o seguinte...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – É genérico.

O SR. CRISTIANO DE OLIVEIRA LOPES COZER – Isso ocorre em relação ao Banco Central, isso está no artigo do Banco Central, isso está na CVM. O Banco Central editará, inclusive, uma regulamentação em que especificará esses parâmetros que já vieram... Essa regulamentação, na verdade, está com a minuta prontinha, nós estamos já preparados para editá-la tão logo possível.

O que acontece é que isso, vamos dizer, é da natureza da imposição de qualquer penalidade. Ocorre isso com o Direito Penal, o Código Penal diz quais são as penalidades aplicáveis, diz que tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

circunstâncias o julgador deve levar em consideração na hora de dosar a penalidade, e isso ocorre nos órgãos administrativos. A CVM e o Banco Central não são exceções a isso.

Nesse caso específico da capacidade de pagamento da empresa, me parece que é uma preocupação salutar do legislador evitar que uma penalidade possa ser tão onerosa para a empresa que termine por inviabilizar a sua capacidade de funcionar, inclusive para poder quitar a penalidade que ela recebeu. E não só para pagar a penalidade, mas para manter empregos, para pagar impostos, para exercer atividades produtivas.

Então, me parece que essa consideração é uma consideração sumamente importante.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Me perdoe, mas e a questão do usuário? E a questão da segurança do investidor? A capacidade...

Se a multa é em função de uma fraude identificada administrativamente que penaliza o investidor, que penaliza o cidadão ou a empresa que está investindo naquele agente financeiro... A pena ser de acordo com a capacidade financeira desse fraudador, hipoteticamente falando, estaria beneficiando, portanto, alguém que está cometendo um crime.

Aí, Senador Tasso, compreenda a nossa angústia. Nós queremos atender o apelo que o Presidente Eunício fez a V. Exª e que V. Exª propôs a esta Casa, mas estamos aqui muito aflitos, porque veja: a CVM... Recentemente vimos o que significa a ação da CVM. Nós estamos diante da possibilidade da privatização do setor elétrico, na qual a CVM terá um papel fundamental. Liga o Presidente da CVM e diz que, como está sendo aprovado, a CVM está tendo uma modificação no artigo da lei que torna impraticável a aplicação de multa por parte da CVM, porque nós teremos que fazer uma análise de acordo com a capacidade financeira do apenado. Essa é uma questão grave que nós estamos colocando. Nós estamos diante de um movimento que o País vai fazer em que a CVM devia ser fortalecida nos seus mecanismos de fiscalização, e não enfraquecida.

Eu faço aqui uma pergunta – sei que o Senador Armando Monteiro está com a assessoria ao lado e já se debruçou sobre o tema. Pergunto se o Senador Armando Monteiro tem um juízo de valor sobre essa colocação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – É que nós estamos fazendo, Senador, para o bem ou para o mal, um debate *on-line*...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – É verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso não é possível!

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Isso não é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu peço vista desse processo. Na dúvida, eu não ultrapasso; eu requeiro vista do processo. Pedindo vênia a todos, a V. Exªs, mas peço vista desse processo. Além do quê, nós estamos aqui subordinados a uma questão em que sequer podemos emendar esse projeto. É como se nós tivéssemos apenas que carimbar a decisão da Câmara, sem que nós possamos aperfeiçoá-la. Não é possível isso!

Então, eu peço vista, Sr. Presidente, desse projeto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu senti falta, Presidente, na intervenção do Procurador-Geral do Banco Central, que ele explicasse um pouco. Nós temos um processo administrativo, que é uma esfera, e há o processo legal. E está parecendo, Sr. Presidente, que tudo se dá a partir da definição do valor da multa, como se o ressarcimento de dano econômico pudesse se definir a partir da fixação do valor da multa. Há que se olhar o processo, Senador Eduardo, para além do aspecto administrativo, e está parecendo que nós estamos aqui discutindo o seguinte: vamos diminuir...

Quer dizer, sinceramente, Senador Tasso, eu não estou entendendo essa questão da forma como está sendo trazida, embora mais uma vez possa dizer que respeito a preocupação dos Senadores. Peça-se vista. Se for esse o entendimento, vamos pedir vista. Eu não estou aqui a serviço de governo, não tenho nada a ver com pressa, nem com... Agora, eu acho que a situação de vácuo que está criada é muito ruim, e não vejo nada nesse art. 11 – permita-me – que possa parecer que nós estamos tirando da CVM instrumentos e a capacidade de ela atuar.

Veja V. Exª o que diz aqui o artigo – e eu sei que isso não escapa aqui à análise do sempre lúcido Senador Eduardo Braga. O que se consagra aqui é uma ideia muito razoável de que tem de haver uma proporcionalidade na aplicação da pena. Não adianta impor uma pena e acabar com a empresa. É o princípio da proporcionalidade, da famosa dosimetria. Eu não estou vendo nisso nada de... Não consegui identificar. Mas essa coisa está vencida diante da posição do Senador Ferraço, que me parece que pediu vista...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Ferraço pediu vista, e me parece que nós temos um prazo de até cinco dias. Eu proporia que nós pudéssemos fazer uma reunião amanhã, quarta-feira – quarta-feira, amanhã de manhã –, se os Senadores...

Senador Eduardo Braga...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Eduardo Braga, um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou propondo que a gente peça vista, que seja aceita a vista. Como nós temos um prazo de até cinco dias, pergunto se nós poderíamos fazer uma reunião amanhã, quarta-feira de manhã, aqui, extraordinária, para determinar este assunto. Estão todos de acordo?

Então, fica concedida vista.

Amanhã, às 10h da manhã...

Concedida a vista coletiva.

Mais uma vez, Senador Armando Monteiro, quero elogiar o relatório que V. Exª fez, dentro de absoluta consciência da importância e da gravidade deste assunto.

Com certeza, nós faremos os esclarecimentos todos amanhã.

Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Primeiro, mais uma vez, cumprimento V. Exª, cumprimento os Senadores Armando Monteiro, Ricardo Ferraço e Garibaldi, porque acho que acabamos chegando a uma decisão para, em 24 horas, uma reunião de amanhã. Na realidade, o art. 35 envolve a mudança do art. 9º e do art. 11 da lei que cria a CVM. Portanto, não é o art. 11 do PLC. É o art. 35 do PLC que altera o art. 9º e o art. 11 da lei de criação da CVM.

Mas eu queria fazer um apelo, não sei se deixo para amanhã já pelo adiantado da hora, se seria possível ler o relatório de uma matéria de que sou Relator, e não temos quórum, apenas para deixar apto. Mas, já que V. Exª está convocando uma reunião para amanhã, às 10h, após a questão do PLC, eu poderia ler o relatório no dia de amanhã, já pelo adiantado da hora, se V. Exª estiver de acordo e se os companheiros obviamente estiverem de acordo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria, então, de apenas ainda nós votarmos aqueles projetos não terminativos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... pois não precisamos de quórum para a votação.

Então, eu colocaria em votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Diga, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Na mesma linha do Senador Eduardo Braga, eu sou o Relator de uma proposta que tramita aqui nesta Casa, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Eu gostaria de pedir vênia a V. Exª para um relatório sucinto, sintetizado. Não temos quórum para votar, mas já adiantaria para ler o relatório do item 7.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu já coloco, porque é não terminativo.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – É não terminativo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É não terminativo. É só para ler.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É não terminativo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Antes, Senador Ferraço, existe um projeto, o item 6, do Deputado Pedro Cunha Lima, de que V. Exª também é Relator. É não terminativo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Estou pronto para relatar.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pedro Cunha Lima

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Trata-se de um projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Cunha Lima, que altera a Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências.

O PLC 97 visa a permitir o uso de automóveis oficiais exclusivamente para Presidente, Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara, Presidência do Supremo Tribunal Federal, Ministros de Estado, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas desde que em representação oficial.

Mantém o uso de automóvel oficial a quem tenha necessidade imperiosa de afastar-se, repetidamente, em razão do cargo ou função, da sede do serviço respectivo, para fiscalizar, inspecionar, diligenciar, executar ou dirigir trabalhos que exijam o máximo de aproveitamento de tempo.

Finalmente, determina que os automóveis atualmente utilizados para representação oficial deverão ser destinados ao uso nas áreas de segurança pública, educação e saúde.

É esse o escopo do projeto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, nós estamos relatando pela aprovação do presente PLC.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ferraço.

Aqueles que concordam com o Senador Ferraço permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros.

Autoria: CPI da Espionagem

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2014

- Não terminativo -

Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Todos os três projetos são do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, o PLS 330, de 2013, almeja disciplinar o tratamento de dados pessoais por entes de direito público e privado, assegurando que não ocorram violações de direitos e garantias fundamentais do titular de dados, no uso racional e eficaz das informações.

O PLS 131, de 2014, busca conferir maior controle e transparência em relação às requisições de dados de pessoas naturais e jurídicas brasileiras por autoridades governamentais e tribunais estrangeiros.

O PLS 181, de 2014, disciplina, de forma mais abrangente, os princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São propostas e emendas para, entre outros objetivos, primeiro, reverberar na lei o objetivo de convivência normativa entre princípios fundamentais elencados na Constituição Federal; segundo, estabelecer a prevalência deste marco regulatório face a outras normas legais de amplitude genérica; terceiro, incluir tipos de dados que devem ser considerados pessoais, tais como números identificadores, dados locacionais, identificadores eletrônicos; quarto, conferir a autorização legislativa para o Poder Legislativo criar órgão que atue como autoridade central de fiscalização de regulações de dados pessoais; quinto, restabelecer a responsabilidade civil subjetiva e, quando houver mais de um agente no desempenho da mesma ação de uso dos dados pessoais, fixar-lhes a responsabilidade solidária; sexto, definir *vacatio legis* de 365 dias.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Medeiros apresentou três subemendas, que ainda pretendo analisar, pois chegaram posteriormente à apresentação da proposta.

Sr. Presidente, nós passaremos agora apenas à leitura das subemendas ou, se V. Exª recomendar, por economia processual, podemos dá-las como lidas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria pedir vista do projeto, porque esse projeto tem implicações na questão da própria revisão da Lei do Cadastro Positivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É verdade.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu quero pedir vista a esse projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vista concedida.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há um pedido de vista do Senador Monteiro, mas eu só quero informar que há três subemendas de autoria do Senador José Medeiros.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É que chegaram após a entrega do relatório. Com o pedido de vista, como Relator, eu vou fazer a análise e, oportunamente, delibero sobre essas emendas...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vista concedida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vista concedida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 8, também do Senador Pedro Taques.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer critérios de contabilização orçamentária e financeira que impeçam o mascaramento da gestão fiscal e a antecipação indevida e onerosa de receitas de exercícios seguintes, bem como para restaurar a real natureza de inscrição em Restos a Pagar.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao projeto com nove emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 03/10/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ferraço.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 9, da CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Não havendo mais nada a tratar, fica encerrada esta reunião, lembrando que ficou convocada uma reunião amanhã, às 10h da manhã, da Comissão.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, José Pimentel, Lindbergh Farias, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Raimundo Lira, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Acir Gurgacz, José Serra, Ronaldo Caiado, José Agripino, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Telmário Mota. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 44ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera as Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.829, de 5 de novembro de 1965, 6.024, de 13 de março de 1974, 7.492, de 16 de junho de 1986, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.613, de 3 de março de 1998, 10.214, de 27 de março de 2001, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 11.795, de 8 de outubro de 2008, 12.810, de 15 de maio de 2013, 12.865, de 9 de outubro de 2013, e 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos das Leis nºs 9.447, de 14 de março de 1997, 4.380, de 21 de agosto de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Pauderney Avelino. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto. Lido o relatório em 24/10/2017, o Presidente concede vista ao Senador Ricardo Ferraço. Fizeram uso da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Armando Monteiro e Lindbergh Farias. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto, nos termos das adequações redacionais apresentadas. Vota contrário o Senador Lindbergh Farias. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (Item 6). **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre instrumentos para condução da política monetária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras providências, para isentar do pagamento das taxas do FISTEL os serviços públicos de emergência e de segurança pública." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 134/2016, nos termos do substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 147 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 129 de 2017, que "dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera as Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.829, de 5 de novembro de 1965, 6.024, de 13 de março de 1974, 7.492, de 16 de junho de 1986, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.613, de 3 de março de 1998, 10.214, de 27 de março de 2001, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 11.795, de 8 de outubro de 2008, 12.810, de 15 de maio de 2013, 12.865, de 9 de outubro de 2013, e 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos das Leis nºs 9.447, de 14 de março de 1997, 4.380, de 21 de agosto de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento nº 147/2017 - CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/25

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 44ª Reunião.

As Srªs Senadores e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que na próxima terça-feira, dia 31/10, às 10h, neste plenário nº 19, será realizada audiência pública com o Sr. Henrique Meirelles, Ministro de Estado da Fazenda.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera as Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.829, de 5 de novembro de 1965, 6.024, de 13 de março de 1974, 7.492, de 16 de junho de 1986, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.613, de 3 de março de 1998, 10.214, de 27 de março de 2001, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 11.795, de 8 de outubro de 2008, 12.810, de 15 de maio de 2013, 12.865, de 9 de outubro de 2013, e 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos das Leis nºs 9.447, de 14 de março de 1997, 4.380, de 21 de agosto de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pauderney Avelino

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 24/10/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Já foi lido o teor desse projeto, que veio da Câmara ontem. É de autoria do Deputado Pauderney Avelino. Já foi lido o relatório do Senador Armando Monteiro. Foi pedida vista coletiva pelo Senador Ricardo Ferraço.

A matéria, então, volta à discussão, e eu passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2017, com objetivo de estruturar um novo regime jurídico para o direito administrativo sancionador a ser aplicado pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de atuação, elevando os valores das multas e dando mais instrumentos, atualizando esses instrumentos, aperfeiçoando esses instrumentos para que esses órgãos atuem de maneira mais eficaz na supervisão de seus respectivos setores e atuação de responsabilidade.

Primeiramente, eu gostaria de sublinhar, Sr. Presidente, a importância de termos conseguido mais um dia para que, na prática, nós pudéssemos minimamente nos debruçar sobre a avaliação desse projeto de lei complementar que vem, na prática, suprir uma lacuna deixada pelo fim da vigência da Medida Provisória nº 784, criando um vácuo legal que poderia, ou poderá... Por isso, nós estamos, após essa análise, defendendo, inclusive – e eu tenho convicção dessa perspectiva e possibilidade –, votarmos o regime de urgência nesta Comissão, para que a matéria possa ser encaminhada para o plenário. Ontem, inclusive, as nossas assessorias trabalharam com o eminente Senador Armando Monteiro, querido e estimado amigo, e nós estamos absolutamente convencidos, Sr. Presidente, do acompanhamento que faremos ao relatório do Sr. Armando Monteiro, não apenas pelas fundamentações que apresentou, mas pela discussão coletiva, técnica, que fizemos para uma pontual alteração de redação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para uma pontual alteração de redação, de modo que essa proposta possa caminhar sem que tenha que retornar para a Câmara dos Deputados.

Todo o trabalho que fizemos ontem à tarde nos leva à convicção de que a linha e a liderança adotada, estruturada pelo Senador Armando Monteiro é, de fato, o melhor caminho para que nós possamos dar ao Banco Central esse instrumento. Com esse prazo de ontem para hoje, nós pudemos constatar aquilo inclusive que o Senador Armando Monteiro sustentou ontem: que o texto inegavelmente avança com relação a pontos importantes levantados quando da discussão da medida provisória, tomando por base o trabalho elaborado no Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 784, que foi relatado pela Relatora Lídice da Mata.

Dentre outros aperfeiçoamentos, efetivamente, tratou da exigência de compartilhamento das informações acerca dos termos de compromissos firmados e garantiu ao Ministério Público a possibilidade de requisitar informações e ter acesso às bases de dados utilizadas nesses casos, por ser, obviamente, constitucionalmente, o Ministério Público o titular dessa prerrogativa. Portanto, esse compartilhamento das informações com o Ministério Público Federal é fundamental.

Outro ponto importante introduzido na norma foi a questão da dosimetria das penas, para que as consequências dessas penalidades administrativas, porque o Banco Central ou a Comissão de Valores Mobiliários se cinge a tratar das questões administrativas. Se houver qualquer violação a qualquer dos artigos do Código Penal, isso será tratado pelo Ministério Público Federal. No entanto, apesar das diversas melhorias redacionais, permaneceu a preocupação externada pela Comissão de Valores Mobiliários, porque esta proposta não trata apenas de aperfeiçoar esses mecanismos para leniência do Banco Central, mas também da Comissão de Valores Mobiliários, que tem um papel estratégico nesse contexto com relação ao texto, que alterava sua lei de criação, que é ainda de 1976. Mais especificamente o art. 35, que alterava o art. 11 da Lei 6.385, essa de 1976, determinando que, na dosimetria das penas, a Comissão de Valores Mobiliários deveria observar também a capacidade de pagamento, para que a atividade desenvolvida não seja inviabilizada. A utilização, na prática, desses termos, nos levou à conclusão de que poderia gerar uma margem grande de dúvidas e interpretações, podendo comprometer a capacidade de imposição e afirmação de penalidades caso fosse entendido que a Comissão de Valores Mobiliários deveria provar que a multa imposta não inviabilizará a empresa infratora.

O Relator, o Senador Armando Monteiro, pelo que estou informado pelas tratativas e pelo convencimento próprio que V. Exª teve, estará corrigindo essa redação, tornando mais clara, mais precisa a terminologia presente no art. 10, que se refere à capacidade econômica do infrator quando trata da dosimetria no caso do Banco Central.

Desta forma, estou externando, Sr. Presidente, o meu voto absolutamente favorável ao encaminhamento dado à relatoria do Senador Armando Monteiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Desta forma, estou externando, Sr. Presidente, o meu voto absolutamente favorável ao encaminhamento dado à relatoria do Senador Armando Monteiro, após essa oportunidade que tivemos, inclusive apresentando desde já, em função do aperfeiçoamento incorporado pelo Senador Armando Monteiro, que é um aperfeiçoamento de redação para que esta proposta não tenha que voltar para a Câmara, que nós inclusive possamos deliberar para que esta matéria possa ir, em regime de urgência, para a Mesa Diretora do Senado, para que não haja vácuo legal, e o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários não disponham desse instrumento.

Portanto, é a forma com que me manifesto, acompanhando evidentemente o relatório e a manifestação bem fundamentada do Senador Armando Monteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para reafirmar o texto do nosso relatório, que foi lido e trazido à Comissão ontem, e, mais uma vez, manifestando minha absoluta convicção de que essa medida, o aperfeiçoamento do sistema de supervisão e regulação, é algo fundamental. Portanto, esse projeto representa um avanço substantivamente importante no sentido do fortalecimento do sistema de supervisão.

Ontem foi suscitada aqui uma discussão sobre uma preocupação da CVM sobre sua capacidade impositiva em relação à questão da aplicação das multas. Sempre e se buscava, inclusive era essa a expressão do texto, dar um caráter de proporcionalidade e de razoabilidade a essas penas que venham a ser impostas. Nós fizemos um esforço para promover um entendimento entre o Banco Central e a CVM e, ao final, houve um entendimento que vai se traduzir numa emenda de redação. Eu quero neste momento manifestar a minha absoluta concordância no sentido de substituir, no art. 11 da Lei 6.385, que foi alterada pelo art. 35 da proposição, a expressão "capacidade de pagamento para que a atividade desenvolvida não seja inviabilizada" pela expressão "a capacidade econômica do infrator". Eu acho que dessa forma nós retiramos um pouco dessa subjetividade ou de um conceito menos preciso que pudesse vir a se constituir numa trava, num obstáculo ao papel que a CVM deve exercer. Cabe observar inclusive que, ao consagrar a expressão "a capacidade econômica do infrator", cabe lembrar que está presente no próprio art. 10 do PLC, quando se considera a aplicação de penalidades pelo Banco Central. Portanto, fica absolutamente simétrico e compatível com o que o próprio art. 10 já preceitua.

Finalmente, Sr. Presidente, há uma necessidade de reordenamento das cláusulas de vigência e de revogação trazidas pelos arts. 71 e 72 do projeto da Câmara, também é uma emenda de redação, inclusive no que diz respeito ao inciso XIV à cláusula de revogação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São essas as emendas de redação. Se vier a ser esse o entendimento da Comissão, vai nos permitir, eu espero, encaminhar essa matéria, que é tão importante para a apreciação do Plenário ainda...

encaminhar essa matéria, que é tão importante, para apreciação do Plenário ainda hoje.

Era este, Sr. Presidente, o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador.

Em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria, na verdade, Senador Armando... Desculpe-me, estou com uma sinusite com essa secura aqui de Brasília pesada. Eu, na verdade... Esse projeto tramitou com muita velocidade. Existia uma medida provisória que surgiu no começo, naquela possibilidade de delação premiada do Palocci, que envolvia o sistema financeiro. Havia cláusulas de sigilo no começo do acordo de leniência. Parece que isso saiu na Câmara dos Deputados.

Eu vi aqui que o Senador Eduardo Braga estava muito preocupado com os valores das multas. Eu queria fazer, na verdade, uma consulta ao senhor sobre esse ponto, sobre esse aspecto que foi levantado pelo Senador Eduardo Braga, que nos levou a ter uma preocupação com esse projeto. Eu queria, na verdade, pedir um esclarecimento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Todas as preocupações de V. Exª são sempre muito pertinentes. V. Exª tem um papel, no debate desta Casa, sempre muito construtivo.

Na realidade, o Senador Eduardo Braga, embora não esteja presente, parece-me que ele já está inteiramente, vamos dizer, numa posição convergente sobre algumas alterações que foram agora introduzidas com relação à emenda de redação que diz respeito à questão de como a capacidade impositiva da CVM está ou estaria resguardada com essa redação nova no projeto.

Agora, quanto ao valor das multas, eu acho que essa é uma discussão que me parece que ficou acalmada e inteiramente definida dentro do que eu considero os princípios de razoabilidade.

Agora, eu queria aproveitar, Senador Lindbergh, para dizer que, embora existam sempre essas ilações de natureza política, na realidade, hoje o Banco Central, sem a vigência da medida provisória, fica numa posição de grande risco e exposição. Por quê? Porque, sem a existência desse marco legal, o que prevalece são condições infralegais que hoje existem e que têm dado margem a ganhos de todos esses administradores que são eventualmente punidos na esfera do Judiciário, exatamente pela inexistência de um marco legal adequado. Essas condições infralegais colocam o Banco Central hoje numa posição de grande insegurança. Então, diferentemente do que se propala, em rigor, o *status quo*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atual interessa mais aos administradores menos responsáveis do que o novo marco que a lei vai trazer, porque, de resto, hoje eles fazem um recurso a um conselhinho que há lá e ganham na Justiça. Portanto, quase sempre são poupados da aplicação de medidas sancionadoras na esfera administrativa.

Então, eu estou convencido, Senador, de que esse é um marco importante que vai dar ao Banco Central efetivamente instrumentos para poder fazer, na esfera administrativa, e cumprir o seu papel. E, quanto ao valor da multa, parece-me razoável, parece-me que fica absolutamente compatível.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Lindbergh, V. Exª me permite, em nível de contribuição?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. Na verdade, quem tem que permitir é o Presidente, mas da minha parte...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, é que V. Exª estava com a palavra.

Em complementação ao que disse o nosso Relator, o Senador Armando Monteiro, na medida provisória, as multas pecuniárias da Comissão de Valores Mobiliários saiam de um teto de R$500 mil para R$500 milhões. Esta é a ordem de grandeza que vinha na propositura da medida provisória: de R$500 mil para R$500 milhões. A proposta que estamos votando eleva de R$500 mil para R$50 milhões, sem analisar outras questões adicionais, como disse aqui o nosso estimado Relator, Armando Monteiro, à questão pecuniária porque não se trata apenas da questão pecuniária, trata-se de você dar à autoridade monetária um instrumento adequado para que ela possa agir. No caso da Comissão de Valores Mobiliários, está saindo de R$500 mil para R$50 milhões, o que é, de fato, um aumento muito grande.

No caso do Banco Central, está saindo de R$250 mil para até R$2 bilhões, um piso hoje R$250 mil, o que me parece absolutamente irrelevante, para até R$2 bilhões, limitado a 0,5% da receita de serviços e de produtos financeiros apurados no ano anterior da consumação da infração, o que nos leva a essa questão que foi colocada pelo Senador Armando Monteiro, da dosimetria, da razoabilidade. Então, mesmo nessa questão, nós estamos saindo de um patamar para outro patamar, que me parece muito mais adequado e muito mais impositivo para dar à autoridade monetária... E sejamos aqui sinceros, não é deste Governo, nós não estamos tratando aqui de uma matéria de Governo, e sim de uma matéria de Estado, de conceder instrumentos ao Estado brasileiro e à autoridade monetária para que eles possam agir.

Só para contribuir, porque V. Exª falou em valores, e essa é a dimensão do que estamos fazendo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Tasso, eu, na verdade, levantei-me um pouco primeiro contra a velocidade desse processo. O Deputado Rodrigo Maia decidiu votar, votou, veio para cá a gente não cumpriu prazo algum.

Eu, na verdade, confesso aos senhores que vou me preparar para o Plenário porque estou com dificuldade do entendimento completo da matéria. Então, eu acho que houve um exagero nessa coisa. Houve uma movimentação do Presidente do Banco Central, que veio conversar com o Presidente do Senado, Eunício Oliveira, e com o Presidente da Câmara dos Deputados também, uma movimentação legítima. Agora eu sinceramente lhe digo que eu não posso acompanhar agora o voto, não tenho como acompanhar o voto e estranho essa velocidade toda.

Essa questão de acordos de leniência, acho que é importante a gente discutir. Eu vejo que os bancos, que o sistema financeiro está inseguro com a situação que a gente vive no País e se sente mais confortável organizando esse acordo de leniência com o Banco Central. Por que hoje como uma empresa faz o acordo de leniência? É uma discussão grande com quem se faz, com o Ministério Público, envolve tribunal de contas.

Então, eu não vou acompanhar o seu relatório aqui, Senador Armando Monteiro. Quero ver essa questão das multas com calma. Agora, de fato, eu vendo aqui no

eu vendo aqui no art. 280 do nosso Regimento Interno, quando fala em interstício. Nós estamos atropelando todos os prazos. E vamos deliberar num tema tão importante com três Senadores aqui? Esse é o questionamento que eu faço. Será que é o caso de deliberarmos isso? Precisa dessa sangria desatada?

Eu, às vezes, fico tão impressionado com a força do sistema financeiro... Não é para estar impressionado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso aqui é contra o sistema financeiro, não é a favor. É o contrário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O senhor acredita que é contra, Senador Ricardo Ferraço? O senhor acredita mesmo que isso aqui é contra o sistema financeiro? Aí o senhor está me provocando! Pelo amor de Deus!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Se V. Exª quiser politizar o debate...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é politizar. Eu só pergunto de verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, claro. O Banco Central hoje pode multar em até R$250 mil, nós estamos elevando para R$2 bilhões. Se V. Exª me disser que isso é para favorecer o sistema financeiro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Essa medida...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu acho que manter como está é que favorece o sistema financeiro e não o contrário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª está enganado. Esse projeto foi feito com o sistema financeiro, esse projeto é para os bancos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, esse projeto foi relatado pela Senadora Lídice da Mata, que é...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... que estão inseguros...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... uma pessoa absolutamente imparcial. Ela relatou essa medida provisória, e eu não posso crer que a Senadora Lídice da Mata, que V. Exª...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A Senadora Lídice da Mata, não. A Senadora Lídice da Mata não tem nada...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ela foi relatora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei. Ela é uma pessoa fantástica. Agora...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro, exatamente. Insuspeita.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. Ela foi relatora da medida provisória...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sim, mas esse projeto é retrato do debate que o Congresso fez durante 120 dias, 4 meses aqui, no Senado, da medida provisória. Esse projeto não inova em nada no debate que o Congresso brasileiro fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu ontem tinha – e V. Exª tem, naturalmente, a legitimidade das dúvidas – essas dúvidas. Por isso, ontem, pedi vista.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu pensei que tinha sido o Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª não teve a oportunidade para participar do debate.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pedimos vista coletiva, para que nós pudéssemos nos debruçar nesse debate ontem. E fizemos isso ao longo do dia ontem, juntamente com a equipe do Senador Armando Monteiro. Daí o meu convencimento. Eu hoje estou absolutamente convencido de que nós estamos dando um passo adequado na direção de melhorar os instrumentos para a autoridade monetária nacional. É basicamente isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu entendo, Senador Ferraço. Eu, como não consegui, Presidente, participar desse debate de ontem para hoje, não vou pedir nada de verificação e tal e só vou não votar. E vou fazer isso hoje...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – No plenário...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, eu vou fazer hoje o que o Senador Ricardo Ferraço fez de ontem para hoje, para me preparar para o debate no plenário.

São essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado. Só lembro que...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu tenho convicção de que V. Exª vai criar o convencimento que eu criei.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu só lembro ao Senador que não existe...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só não acredito que isso aqui seja contra bancos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu só lembro ao Senador Lindbergh Farias que não existe no Regimento nenhum interstício aqui, na Comissão. Se houver, é no plenário. Aqui, na Comissão, não há previsão de interstício...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é no plenário. Eu posso até ler para o senhor aqui:

> .....
> É de três dias úteis o interstício entre a publicação de avulsos eletrônicos dos pareceres das comissões e o início da discussão ou votação correspondente.
> Art. 281. A dispensa de interstício e prévia publicação de avulso eletrônico, para inclusão de matéria em Ordem do Dia, poderá ser concedida por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, desde que a proposição esteja há mais de cinco dias em tramitação no Senado.

Mas eu não vou me opor...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O interstício é quando a matéria sai daqui e vai para o Plenário. Esse é o interstício.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quando sai daqui e vai para o Plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas o Presidente está querendo votar hoje. Eu vou fazer essa questão de ordem no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso.

Eu não posso deixar de levantar aqui, Senador Lindbergh, com todo o respeito que tenho por V. Exª, que qualquer levantamento que qualquer levantamento de que aqui está se fazendo algum tipo de serviço para banco ou para sistema financeiro... De jeito nenhum! A pressa... Houve uma interferência do Presidente do Banco Central, um apelo do Presidente do Banco Central... (*Pausa.*)

Quando ele parar de cochichar, eu converso com V. Exª.

É no sentido de que nós estamos com uma vacância na legislação neste momento e do risco que pode haver para o sistema em função dessa vacância legislativa. É essa a razão por que nós colocamos esta reunião para hoje, para que isso não se delongasse e para que nós não fôssemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilizados aqui por qualquer problema que viesse a ocorrer em função da falta de legislação. É essa a questão que eu queria esclarecer a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

E, com o voto contrário do Senador Lindbergh, o relatório passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com a emenda de redação apresentada pelo Relator Armando Monteiro, a quem eu apresento, mais uma vez, minhas congratulações pelo brilhante relatório que foi feito.

Há um requerimento de urgência assinado pelo Senador Ricardo Ferraço;

Coloco em votação o pedido de urgência.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência, vai em votação.

Há um segundo item na pauta. Esse segundo item é uma matéria de autoria do Senador Ferraço, da qual fui Relator. Ele já foi lido e discutido. Trata-se de dar maior transparência ao relacionamento entre o Tesouro e o Banco Central. Foi lido e discutido ontem.

A matéria está em votação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ah, é terminativa. Não há quórum. A matéria é terminativa. Eu não tinha me apercebido. Desculpem-me.

Nada mais havendo a tratar, fica encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Kátia Abreu, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá, Waldemir Moka, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Ricardo Ferraço, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Airton Sandoval e Dário Berger, e ainda da Senadora não membro Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, José Serra, Ronaldo Caiado, Omar Aziz, Ciro Nogueira e Telmário Mota. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 45ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 36 de 2017 (Aviso 73/2017-BCB na origem), de 25 de outubro de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQE 122/2017, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, RQE 123/2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e RQE 131/2017, de autoria do Senador Lindbergh Farias. **Finalidade:** Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos sobre: 1. Providências que o governo está tomando para evitar o retorno do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas - ONU. 2. Vetos à Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e Execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências" (LDO para 2018), e também sobre o anúncio pelo Governo de alterações das metas fiscais para o ano de 2017 e 2018. 3. Privatizações anunciadas pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 2017. 4. Economia do Brasil. **Participante:** Henrique Meirelles, Ministro de Estado da Fazenda. Fizeram uso da palavra os(as) Senadores(as) Otto Alencar, Armando Monteiro, Ricardo Ferraço, Lindbergh Farias, Kátia Abreu, Wellington Fagundes, Gleisi Hoffmann, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ataídes Oliveira e Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/31

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 45ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte documento, para seu conhecimento: Banco Central do Brasil. Aviso nº 36, de 2017, de 25 de outubro de 2017. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

Comunico a realização, hoje, às 15 horas, de reunião conjunta de audiência pública com a Comissão Mista de Orçamento e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle, com a presença do Sr. Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil, no Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados.

Audiência Pública Interativa. A audiência pública, hoje, destina-se a prestar esclarecimentos sobre providências que o governo está tomando para evitar o retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU; vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias; alteração das metas fiscais; privatizações, crise fiscal anunciada e proclamada; e outros assuntos relacionados à economia brasileira.

Requerimentos de realização de audiência: requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann, requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin e requerimento do Senador Lindbergh Farias.

Convidado: Ministro da Fazenda, Dr. Henrique Meirelles, que já se encontra aqui à mesa.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço: www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800.612211.

S. Exª o Ministro Henrique Meirelles já se encontra nesta mesa e gostaríamos de aproveitar o ensejo, antes de começar a palestra do Ministro, e agradecer a presença do Ministro, que atendeu ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nosso convite, ao convite desta Comissão, prontamente, e como sempre, com muita presteza se prontificou a vir aqui à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal prestar os esclarecimentos que forem necessários, não só a esta Comissão como aos nossos ouvintes e telespectadores.

Portanto, mais uma vez, agradeço ao Ministro a sua presença aqui. É uma honra para nós tê-lo aqui.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Senador.

É um prazer enorme estar aqui. É uma honra para mim estar aqui mais uma vez. Considero que esse é um dos momentos importantes da democracia, quando membro do Executivo vem ao Congresso Nacional discutir, prestar contas e principalmente discutir e avaliar políticas futuras.

Eu vou fazer uma apresentação visando a discutirmos um pouco o ajuste fiscal e o crescimento econômico, procurando não só explanar o que está ocorrendo hoje na economia brasileira em termos de poder de compra dos trabalhadores, da população, mas o que isso representa e importa em relação ao tema que é a presença ou não do Brasil no mapa mundial da fome.

Vamos começar.

Em maio de 2016, no início deste Governo, estávamos em um País com inflação (IPCA), em 12 meses, de 9,3%. A Taxa de Juros Selic estava em 14,25% ao ano. O Risco País, uma medida de risco que envolve, em última análise, custo de financiamento no País e tendência ao investimento, e custo de financiamento inclusive do Tesouro Nacional, estava em 328 pontos. O País encontrava-se em recessão, com grave desequilíbrio fiscal, naquele momento.

Prosseguindo, o País mudou. As reformas econômicas já mostram resultados.

As reformas econômicas já mostram resultados. A inflação esperada para 2017 está em 3,1% ao ano. A inflação média esperada, de 2017 a 2020, segundo o Relatório de pesquisa de Mercado do Banco Central, é a menor inflação média por um período de quatro anos desde o Plano Real.

Taxa Selic atual: 7,5%. Esperada pelo mercado de um dígito até 2020. Taxa Selic de 7% (2017-2018) e de 8% (2019-2020). Tudo isso expectativas dos analistas econômicos.

Agora, risco país. Fundamental, porque define a taxa de juros real da economia, portanto, o custo de financiamento das empresas, das pessoas físicas e do Tesouro Nacional: 173,5 medido pelo CDS de 5 anos no dia 27 de outubro. Lembrando o que eu mostrei na projeção anterior: estávamos, há um ano, há um pouco mais de um, em 328 pontos. Uma mudança substancial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crescimento do PIB previsto, segundo a pesquisa Focus, de 2,5% aa. Mas – é importante mencionar –, conservadoramente, ainda estamos com a projeção menor no nosso orçamento. Existem diversos analistas de mercado, economistas com um histórico de acerto grande, que já estão com taxas de crescimento acima de 2,5% projetadas para 2018.

Pontos importantes.

Estamos, portanto, em uma trajetória de inflação baixa, juros baixos e retomada do crescimento.

O ajuste fiscal iniciado com a Emenda Constitucional 95 (Emenda Constitucional do Teto dos Gastos) sinaliza ajuste fiscal gradual pelo lado da despesa.

Uma situação confortável do Balanço de Pagamentos, muito importante: Investimento Direto Externo neste ano esperado é de mais de 4% do PIB para um déficit em conta corrente de menos de 1% do PIB.

Quer dizer, historicamente, a área externa atinge uma certa situação de equilíbrio quando o Investimento Estrangeiro Direto financia ou é um pouco maior que o déficit em conta corrente. Em alguns raros momentos, o déficit de conta corrente pode se tornar um superávit, são momentos, inclusive, que forçam a acumulação de reservas. Mas essa é uma situação confortável do ponto de vista de frente externa. Em resumo, o Brasil está tendo um desempenho comercial muito forte e um influxo de investimentos estrangeiros diretos também muito forte. É um momento, de fato, de reversão grande das trajetórias da economia brasileira.

O risco país voltou para o nível do final de 2014 e os índices de confiança da indústria, comércio e serviços da FGV estão nos maiores valores desde de 2014. Todos esses índices começaram a cair. A partir de 2014 caíram fortemente, mas já voltamos a índices maiores do que aqueles e crescentes. Índices divulgados, inclusive, nos últimos dias, são índices ainda maiores.

É importante também mencionar – antes de entrar na questão do ajuste pelo lado da despesa – que o índice de confiança é correlacionado

É importante também mencionar – antes de entrar na questão do ajuste pelo lado da despesa – que o índice de confiança é correlacionado a um indicador importante do nível de atividade, isso é, do crescimento do PIB.

Então, nós temos aí demonstrações de que quando o índice de confiança cai, o PIB cai em seguida; quando o índice de confiança começa a subir, ele sobe em seguida. Por quê? Porque isso representa mais investimentos, porque é resultado de uma maior confiança dos agentes econômicos – sejam empresários, sejam consumidores – de que a economia vai crescer.

Pois bem, vamos agora falar do ajuste fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A estratégia do ajuste é o corte gradual da despesa sem aumento da carga tributária. Existem alguns ajustes que estão sendo feitos visando a corrigir algumas distorções, tipo, por exemplo, a proposta de tributação de fundos exclusivos, que são aqueles fundos de investimentos apenas para investidores de grande porte e que têm uma tributação que é, na realidade, mais favorecida do que, por exemplo, dos fundos abertos e a ideia é criar uma isonomia no mercado. A mesma coisa com uma política de desoneração de folha de pagamentos visando aumentar o emprego, que, certamente, não foi bem-sucedida. Então, com esses ajustes, nós basicamente estamos prosseguindo a uma estratégia de ajuste fiscal pelo lado da despesa.

O Governo já fez um corte expressivo das despesas discricionárias. Isso é muito importante ser enfatizado. Neste ano, até setembro, há um corte em termos reais – isso é, descontada a inflação – de 26% ante o mesmo período do ano passado, do começo do ano até setembro. O ponto, no entanto, é que o ajuste tem que vir por mudanças nas despesas obrigatórias, em especial, previdência. Porque a despesa obrigatória do governo central já é maior do que toda a arrecadação líquida. Eu vou mostrar isso.

A revisão da meta do primário – passando agora para o ano de 2017-2018, fizemos uma revisão da meda do primário, que passou de 139 para 159 bilhões, em 2017, e, em 2018, de 129 para 159 – foi resultado de queda da receita, em função – eu vou mostrar isso – da recessão que nós passamos. Nós vivemos a maior recessão da história do País. Para termos uma ideia de medida, se nós olharmos a Grande Depressão mundial, de 1929, que gerou a recessão de 1929, 1930 e 1931, naquele período, o PIB brasileiro caiu 5,3%; nesta recessão, caiu 7,3%. É a maior da nossa história, maior também do que aquela no início da década de 80.

Em função disso, foi feito esse ajuste, mas ainda estamos em patamar consistente com o ano passado. Evitamos esse aumento. Vamos falar um pouco sobre isso em seguida, nas próximas projeções.

Evolução do gasto primário do governo central. Isto aqui é com percentagem do PIB. Vamos ver aqui desde 1997. Em 1997, era 14% do PIB. Atingiu, em 2016, 19,9%, Presidente, o que significa (...)

o que significa, isso aqui, um aumento que significa que é uma trajetória de aumento constante de todos os governos. Se nós voltarmos a 1991, era 10,8%. E a despesa primária subiu em todos os governos, de lá até aqui. A razão disso é muito simples, são exatamente os gastos obrigatórios definidos pela Constituição.

Houve, assim, uma aceleração aqui no final do período, de 2015 a 2016. Acelerou em 2016 por ajuste de contas comprometidas e não orçadas, etc. Mas já, como eu mencionei, com um ajuste no ano de 2017.

Agora vamos falar de receita. A evolução da receita primária líquida do governo central, com percentagem de produto. Vamos ver que ela atingiu aí um patamar próximo de 19%, em 2007 e 2008,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quando atingiu o pico. Caiu um pouquinho e voltou a subir em 2011. Ela reage com um pouquinho de defasagem, mas ela tem uma certa correlação com a taxa de crescimento do PIB. Em 2010, por exemplo, o PIB cresceu bastante. Então, em 2011, a receita, como o percentual do PIB, cresceu.

E depois, com a diminuição do crescimento do PIB, a taxa de crescimento da receita ou de participação da receita no PIB também caiu. O que significa isso? Significa o seguinte: quando o PIB está subindo, a receita tende a subir mais; quando o PIB está diminuindo, caindo, a receita tende a cair mais. O que eu quero dizer com isso é o seguinte: quando, em períodos de contração ou que o PIB tem taxas elevadas de crescimento e começa a cair, a receita com percentual do PIB cai. Cai mais do que o PIB, portanto quando o percentual do PIB cai. E o contrário: quando o PIB sobe, a receita com percentual do PIB tende a subir, porque sobe mais do que o PIB, quando o PIB está subindo. Então, agora nós temos ainda em 2017 o efeito defasado dessa queda do PIB de 2016, que foi forte, mas nós já vimos nos últimos dois meses uma recuperação da receita.

Muito bem. Ajuste fiscal: recuperação do primário com corte de despesa. Aqui nós estamos considerando o seguinte: esse é o resultado primário em termos de percentual do PIB. E nós vemos claramente que em 2016 nós atingimos esse déficit primário de 2,6% do PIB, conforme conhecido. É um déficit que diminui um pouquinho em 2017 porque o PIB cresce e o déficit, em termos nominais, é mantido, não em termos reais. Em termos nominais é mantido. E, mantendo-se aqui o pressuposto do teto dos gastos e do crescimento previsto do PIB, então nós temos aí um decréscimo paulatino desse déficit e a existência do primeiro superávit primário em 2021 e um crescente superávit primário nos anos seguintes, chegando a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Sim. Agora, vamos qualificar isso, Senador, precisamente.

É o seguinte: aqui está a aplicação do teto. Evidentemente que para a aplicação consistente do teto ao longo do tempo, a aprovação da reforma é crucial. Agora, a curto prazo, não estamos considerando outras alternativas, como, por exemplo, abono salarial, etc. Não estamos aqui considerando nada disso, estamos considerando apenas o teto – e um pressuposto que seria mais mais razoável seria a aprovação da Previdência. São medidas que viabilizem a manutenção do teto.

Inclusive porque há um detalhe. O teto tem mecanismos autocorretivos. Isto é, se ele for violado, existe uma série de mecanismos que são imediatamente acionados: proibição e corte de subsídios, congelamento de salário nominal, proibição de novas contratações, preenchimento de cargos, etc. Então, o teto tem mecanismos autocorretivos. Não é a forma mais eficiente. A forma mais eficiente seria, por exemplo, uma reforma da previdência e medidas nessa linha.

O que eu quero dizer é que isso é um dado fundamental, porque isso é que levou a um aumento da confiança da economia, em consequência a queda da taxa de juro real e estrutural da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

economia, queda da inflação, etc. Por quê? A trajetória de insustentabilidade da dívida pública foi quebrada. Isso é que é importante.

Evolução das despesas discricionárias. Nós estamos vendo aqui que ela atingiu um pico em 2014 e depois ela cai sistematicamente. Discricionárias no caso de todos as despesas não obrigatórias. Nós temos aqui atingindo em 2017 um patamar já inferior àquele patamar de 2010. Há, sim, um forte controle de despesas nessa administração.

Eu vou mostrar agora algo muito importante: despesas obrigatórias como proporção da receita líquida. Em azul claro são as despesas previdenciárias, como proporção da receita líquida, até agora. Então nós vamos ver que apenas as previdenciárias equivalem a 53,6% do total das receitas líquidas da União. Receitas líquidas de repasses para Estados, Municípios, etc.

Muito bem. Se nós olharmos agora receitas obrigatórias totais, porque aí envolve saúde, educação, abono salarial, BPC-Loas, tudo isso, nós vamos chegar a 103,7% da receita líquida. Isto é, as despesas obrigatórias apenas já são superiores à receita líquida total. Isso mostra a necessidade de um ajuste. Quer dizer, é uma questão matemática, de cálculo, não é questão para ficarmos discutindo aqui. Objetivamente, na medida em que não se faça esse ajuste, nós temos aí uma subida da dívida pública de forma preocupante e não sustentável.

preocupante e não sustentável. Evidentemente, de novo, nós estamos pressupondo que daqui para a frente prevalecerá o teto dos gastos, obviamente já aprovado por esta Casa, pelo Congresso Nacional, e já incorporado na Constituição.

Despesa primária total e com previdência. À direita, despesa primária total do Governo Federal no ano passado, inclusive previdência: 19,9%. E a despesa de previdência como percentagens no PIB: 10%.

Mencionando esse aspecto, nós vamos mostrar que a população brasileira é uma população ainda relativamente jovem. Apesar de que a expectativa de vida está aumentando, o que é ótimo, muito positivo, evidentemente, mas ainda é relativamente jovem, em comparação com outros países. Nós temos aqui, por exemplo, a percentagem de população com 65 anos ou mais, o número de pessoas de 65 anos ou mais sobre o número de pessoas até 64 anos como percentual. Então, nós temos aqui um número que hoje é ao redor de 12% e vai atingir 28%, por exemplo, apenas em 2040. No entanto, se nós tomarmos países mais amadurecidos, como o Japão, por exemplo, isso hoje já é acima de 45%. Então, é um país relativamente jovem, apenas para mencionar esse ponto.

Se nós formos comparar isso com outros países, nós vamos ver o seguinte: o Brasil, por exemplo, tem uma população relativamente jovem – está lá o ponto vermelho –, à esquerda. No eixo horizontal está exatamente a razão de dependência, essa que eu mostrei: população acima de 65 para aquelas abaixo de 65. E o Brasil está ali, no número que hoje está em cerca de 12%, mais ou menos. Se nós compararmos com o Japão, onde temos aquela linha preta, o Japão está lá com quase 48%. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entanto, se compararmos com o eixo vertical à esquerda, o Brasil já gasta, como percentagem do PIB, com previdência mais do que o Japão. Evidentemente que eles têm um padrão de renda superior, mas é importante também notar que nós temos uma trajetória em que o Brasil está cada vez mais caminhando na direção de um número de pessoas acima de 65 anos maior. A direção daquela reta pontilhada mostra a tendência da maioria dos países: na medida em que o país caminha para a direita, ele caminha também para cima, o que mostra a questão de sustentabilidade das despesas da previdência como uma questão crucial.

Eu já fiz uma série de debates a esse respeito, etc., com Parlamentares, e uma das coisas que sempre digo é o seguinte: se dependesse de mim, os brasileiros iam se aposentar o mais cedo possível. Todos poderiam ter direito de se aposentar bastante jovens. O problema é que alguém tem que pagar, e esse alguém é a população brasileira. Evidentemente, há uma série de outras coisas na previdência, como a eliminação de privilégios e distorções, etc., no sentido de que tudo isso é muito importante. Existem outros itens relacionados que certamente teremos oportunidade de debater aqui com profundidade.

Vamos ver agora o efeito da aplicação desta política econômica e o que que está acontecendo.

Vamos ver agora o efeito da aplicação desta política econômica e o que que está acontecendo.

Aqui nós vamos usar o critério chamado de demanda final. A demanda final é o PIB com exclusão de exportações líquidas, variação de estoques, etc. É simplesmente aquilo que é de fato a demanda final da população brasileira. Nós vamos ver aqui que o PIB teve uma trajetória, por essa medida – excluindo, portanto, exportações líquidas e estoques –, que cresceu bastante até 2010, com a crise ali de 2008, 2009, e depois veio caindo gradualmente, atingindo aqui esse vale extremamente negativo em 2015, quando, por esse critério, chegou a cair no trimestre ali, anualizado, mais de 10%.

Agora, já estamos numa trajetória de recuperação firme – é isso que eu gostaria de dizer – e já no território positivo. Já estávamos no segundo trimestre de 2017, que é o último ponto ali à direita.

Eu mencionei um dado relevante, que é a questão da confiança. A confiança ali em preto, e o PIB em azul. A confiança tem uma correlação com o PIB, então mostrei isto: quando a confiança caiu, fortemente e principalmente a partir de 2014, começando antes aqui, no início do ano, nós tivemos uma queda do PIB, ali em preto. E agora, retomando-se a confiança, nós temos a subida do PIB. É importante mencionar que aí há uma defasagem de seis meses, eu fiz o ajuste. Eu fiz o ajuste dos seis meses, porque a confiança sobe, o PIB sobe seis meses depois. A confiança cai, o PIB sobe seis meses depois. Mas, ajustando, nós temos claramente essa visão de que é fundamental para a atividade econômica a confiança – de consumidores e também de produtores.

Os cidadãos têm, de fato, que ter confiança para consumir, para investir, etc. Então, nós já temos aí um claro sinal de recuperação da economia à frente e crescimento maior nos próximos trimestres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queda de inflação, como mencionamos, a inflação aqui medida pelo IPCA, em azul claro, e a média de núcleos. O que são núcleos? Núcleos é quando se tiram determinados elementos, por exemplo, em alguns momentos tiram-se questões mais voláteis de elemento do domicílio e outras situações, aqueles itens que variam mais fortemente. Em preto é o IPCA cheio: nós atingimos aqui nos últimos 12 meses, até setembro, vamos ver aqui, um patamar abaixo de 3%, um dos menores da história, 2,5% de inflação. A previsão para o final do ano dos analistas está ao redor de 3%, que é o piso, é o mínimo do intervalo de tolerância. E a inflação, portanto, nos últimos 12 meses, abaixo de 3%, o que dá uma margem importante para a ação do Banco Central. ...o que dá uma margem importante para a ação do Banco Central e, inclusive, tem permitido ao Banco Central fazer o corte dos juros.

Pois bem, a taxa Selic – aqui, em preto – e a evolução da taxa Selic – na coluna vertical da esquerda. Nós vemos aí que a taxa Selic está caindo fortemente. Ela saiu desse patamar de 14,25% e alcançou 7,5%, já se aproximando dos patamares menores da história, e com uma diferença muito importante: agora com inflação baixa – inflação de 2,5%, previsão de 3% para o final do ano, ao contrário do que se registrou em outros períodos, quando houve um surto inflacionário posterior ou até concomitante. A taxa de juros bancária começa a cair gradualmente em resposta a essa mudança no comportamento da Selic. Há essa diferença também de 6 meses por causa dessa mesma defasagem econômica.

Desemprego com ajuste sazonal. Nós temos aí que o pico do desemprego foi atingido no início do ano e começou a cair. Ele vinha subindo sistematicamente, como vemos aí, desde o início de 14. Atingiu um pico no início do ano, na virada do ano, e, depois, já começou a cair, no primeiro trimestre já foi caindo. No finalzinho do ano passado teve um pico e começou a cair.

Há um ponto importante a mencionar aqui: a questão do índice de entusiasmo das pessoas ou de desânimo com o mercado. Eu vou mostrar isso.

É que, quando a economia começa a ir bem, as pessoas têm mais entusiasmo para procurar trabalho. Então, o número de pessoas que procuram o mercado de trabalho, procuram emprego, aumenta. Isso amortece um pouco a queda do desemprego, porque o número de pessoas que entram no mercado de trabalho procurando trabalho aumenta. E acontece a mesma coisa quando a economia está mal. O número de pessoas que procuram trabalho diminui, amortece um pouco esse índice de queda de desemprego.

Mas há um índice que mostra isso com clareza, que é a projeção seguinte, relativa à população ocupada: simplesmente milhões de pessoas – com ajuste sazonal, levando em conta o mês. Portanto, nós temos claramente, a partir do início do ano, um aumento forte do número de pessoas ocupadas no País, passando já, claramente, de um patamar de 91 milhões de pessoas ocupadas no País.

Em resumo, isso mostra muito bem o índice de recuperação forte não só da atividade econômica, mas, mais importante ainda, do emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bem, outro dado da maior importância: a massa salarial real, isto é, a massa salarial comparando-se com o mesmo mês do ano anterior e descontada a inflação. Vamos ver aqui a recuperação dessa massa salarial. Ela chegou... Ela chegou a estar caindo aqui, no meio do ano passado, há um ano e meio aproximadamente. Ela tinha atingido esse patamar muito baixo em fevereiro do ano passado, subiu um pouquinho, voltou a cair até junho, mas depois passou a subir sistematicamente, estando já em território positivo. Então, nós estamos vendo aí a massa salarial real descontada a inflação subindo gradualmente, como resultado, de novo, da recuperação da atividade econômica e do funcionamento eficaz das medidas de ajuste que estão sendo adotadas.

Aqui nós estamos levando em conta ainda outras questões, como a massa salarial ampliada disponível, quer dizer, aquilo que de fato está disponível para a população. Nós vamos aí ver uma recuperação ainda maior, mas, de novo, mantendo aquela tendência: rendimento real contra o mesmo mês do ano anterior em percentual. Vamos ver claramente aí, de novo, segundo dados do IBGE, como o rendimento real da população está subindo. Isso é resultado, primeiro, da queda da inflação e da recuperação da atividade econômica. Portanto, isso tende a reforçar o rendimento, na medida em que as empresas passam a contratar ao invés de demitir funcionários.

Olhando agora a cesta básica comparada com a renda segundo medida da PNAD. Nós vamos ver que o preço da cesta básica comparado com a renda está caindo. Em resumo, o custo da cesta básica, desde setembro de 2016, cai sistematicamente, atingindo agora um patamar bastante mais baixo, passando de cerca de 32,2% para algo abaixo de 30%, ou 29,5% da renda da PNAD.

A mesma comparação, de forma agora mais direta, com o salário mínimo. A cesta básica cai de um patamar acima de 74% do salário mínimo para algo abaixo de 64% do salário mínimo. Nós temos aí uma diminuição do custo na alimentação da população, dos trabalhadores brasileiros que ganham o salário mínimo – é uma comparação direta com o salário mínimo.

Portanto, o resumo do que eu gostaria de reportar é o seguinte. Voltando à questão do Mapa da Fome, eu diria o seguinte. O Brasil piorou em diversos índices em função da recessão enorme pela qual passamos – nós tivemos a maior recessão da nossa história, com aumento brutal do desemprego, com queda da renda e aumento da inflação ao mesmo tempo. Então, tudo isso, de fato, piorou as condições de vida da população, não há dúvida. O que nós estamos fazendo em relação a isso é exatamente adotar políticas visando o País voltar a crescer, como está crescendo, criar empregos, como está criando...

... voltar a crescer, como está crescendo; criar emprego, como está criando; controlar a inflação, como está acontecendo; e, portanto, aumentar o poder de compra dos trabalhadores, como também está ocorrendo. E é esse o caminho. Quer dizer, não é coincidência o fato de que uma recessão tão forte, uma queda da atividade econômica dessa magnitude tenha gerado, sim, uma queda no padrão de vida das pessoas. E agora, na medida em que se adotam políticas que estão levando ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crescimento econômico, criação de emprego, queda da inflação e, em consequência, aumento da renda, tudo isso leva a uma melhora das condições econômicas em geral.

Sr. Presidente, basicamente, era o que eu gostaria de dizer. E agora, certamente, vamos passar para a parte mais importante, que são as questões, observações e direcionamentos. Estamos aqui para responder e para ouvir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Ministro, por sua exposição, bastante clara, bastante didática, em que mostrou alguns números que revelam com bastante clareza o momento que a economia brasileira passou e está passando neste momento.

Eu tenho algumas perguntas aqui, que eu vou deixar registradas para quando o Ministro puder responder, sobre alguns temas que se repetem. São perguntas de vários telespectadores sobre o mesmo tema.

Sobre a questão da previdência, vários telespectadores levantam questões mais ou menos na mesma linha do Francisco Campos de Lacerda, de Mato Grosso: "Sabemos que a Previdência é superavitária, mas [...] mesmo assim insistem nessa farsa de reforma e [...] a maioria de nós não vamos mesmo nunca nos aposentar [...]". Então, é essa questão de que a previdência é superavitária.

Wilson Ferreira da Silva, de Minas Gerais, vai na mesma linha: de que a previdência não está quebrada; de que comprovadamente ela é superavitária. De novo, essa mesma pergunta de outro telespectador.

Outra questão colocada é a revisão do salário mínimo para menos, por vários telespectadores, e eu cito aqui o Joel Hillesheim, de Santa Catarina.

E de outros telespectadores: já que existe o problema na previdência, porque anistiar os grandes devedores?

O Fredjoger Mendes, do Rio de Janeiro, pergunta por que não aumentar a taxação sobre o lucro dos bancos, dos grandes bancos.

Essas são algumas perguntas que se colocam aqui.

Essas são algumas perguntas que se colocam aqui. Mas fica no seio, no âmbito das suas respostas, se puder comentar, principalmente esta, de que existe certa sensação ou uma linha de que a previdência é superavitária.

Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati; Ministro da Fazenda, Dr. Henrique Meirelles, eu ouvi com atenção a explanação de V. Exª e queria observar que, quando fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, no ano passado, nós identificamos no Brasil 1.615 obras de médio e grande porte inacabadas. Só para citar obras de relevo: a Ferrovia Oeste-Leste, que sai lá de Figueirópolis, no Estado de Tocantins, e vai até Ilhéus, na Bahia; e o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, um investimento de mais de R$6 bilhões paralisado. Isso só no meu Estado, além de outras tantas obras. Foram 1.615 obras paralisadas de médio e grande porte.

Nós criamos uma comissão, de que o Senador Ataídes foi o Presidente, mas não resultou em absolutamente nada. Essas obras continuam da mesma forma – ou seja, um prejuízo dos recursos aplicados – e, quando forem retomadas, o custo delas, naturalmente, vai ter que aumentar. E é natural que aumente, dada a depreciação.

O que eu pergunto a V. Exª é o seguinte: um país como o nosso, que tem reservas em dólar, se não me engano, de R$382 bilhões... Acho que é isso. De dólares, aliás: US$382 bilhões. Não poderia, por exemplo, parte dessas reservas ser levada ao fundo soberano, ou seja, convertida em real, e a partir do fundo soberano concluírem-se essas obras, gerando emprego e renda, ou seja, absorvendo a mão de obra que mais foi penalizada com a recessão, que é a da construção civil, a da construção pesada? Pergunto a V. Exª: faria falta, de alguma forma, à política monetária de V. Exª retirar, por exemplo, US$30 bilhões, convertê-los em real, jogá-los no fundo soberano e concluir essas obras? De alguma forma, isso geraria emprego e renda para o povo brasileiro, e a conclusão dessas obras é fundamental para a infraestrutura. É o que nós estamos vivendo.

No meu Estado mesmo, na produção da soja, no oeste da Bahia, do algodão e nas outras áreas de produção, o escoamento é de uma dificuldade que o senhor não pode imaginar, como aconteceu também agora nos Estados aqui do Centro-Oeste, com os caminhões atolados, sem poder escoar-se a produção.

Acho que a política monetária está correta, agora é preciso haver investimento para desenvolvimento econômico, geração de emprego, absorção dessa mão de obra que está aí. Muito do controle da inflação eu credito ao desemprego, aos 13 milhões de brasileiros que deixaram de comprar, e muito da questão da previdência, aos 13 milhões de brasileiros que deixaram de contribuir também. Isso diminui, na minha opinião, a arrecadação e, consequentemente, aumenta o rombo. É sobre isso que pergunto a V. Exª.

A minha preocupação Isso que eu pergunto a V. Exª.

A minha preocupação é com essas obras que precisam ser concluídas para o Brasil avançar mais ainda. E a V. Exª agora, já do lado partidário... V. Exª é do PSD, como eu também sou Senador do PSD pela Bahia. V. Exª honra muito o nosso Partido, é um quadro expoente agora até pela imprensa. O próprio Kassab me disse que seria um candidato a Presidente da República. Vice-Presidente, não,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque seria do Huck, e V. Exª está bem acima do Huck. Não seja, não; não aceite, não. Luciano Huck? De jeito nenhum. Se for, seja Presidente, porque tem capacidade para governar o País. Não sei se terá os votos necessários.

Mas eu quero lhe fazer um apelo: o meu Estado, Ministro, está sendo cercado, se estabeleceu um cerco do Governo Federal à Bahia, que é administrada por um governador petista. Nós da Bahia não tivemos absolutamente nenhuma vantagem com a renegociação da dívida dos Estados. A Bahia deve 5 bi à União; São Paulo, 220 bi; o Rio, mais de 100 bi; Rio Grande do Sul, 79 bi; Minas, oitenta e tantos bilhões. A Bahia, naquela renegociação, não teve nenhuma vantagem. Foi o que o Governo acertou – e V. Exª tem conhecimento disto –: um empréstimo com o Banco do Brasil de R$600 milhões. Esse empréstimo foi assinado pelo Presidente do Banco do Brasil Paulo Caffarelli, foi assinado pelo Carlos Motta, Superintendente da Bahia. Foi acordado também um empréstimo de €200 milhões pelo Banco Europeu de Investimento. Mas o Governo Federal, através dos nossos opositores na Bahia, que fizeram um cerco e disseram textualmente ao Presidente, que me passou essa informação, exatamente os que estão no Governo hoje, que não ganharam a eleição... Este Governo foi feito por nós, o Temer foi Presidente porque era Vice da Dilma. Nós ganhamos as eleições, e perdemos o Governo. Estamos na oposição agora em função dessa situação toda criada. Então, o Banco Europeu de investimento está com tudo pronto para mandar aqui para a CAE esse empréstimo de €200 milhões para a Bahia colocar em investimento em infraestrutura. O do Banco do Brasil é para saúde, educação e infraestrutura. Foi assinado, publicado no *Diário Oficial* esse empréstimo, prezado Ministro, e os homens que estão no Governo hoje, que não fizeram o Governo lá na Bahia, do Democratas, dos tucanos e do PMDB, disseram: "Olha, Presidente Temer, se passar nós rompemos com V. Exª."

Eu faço um apelo à sua sensibilidade, porque eu sei que V. Exª jamais faria isso, porque tem espírito público, que pudesse nos ajudar, porque está tudo pronto, falta só autorizar, botar o dinheiro na conta do Governo do Estado para saúde, educação e infraestrutura. Essa é a parte do apelo do meu Estado, porque o meu terreiro é a Bahia, pela Bahia eu tenho que lutar permanentemente para não permitir essa discriminação odiosa que nós estamos sofrendo.

Então, essas são as duas coisas que eu queria colocar a V. Exª.

E quero parabenizar pela exposição. Eu não tenho a menor dúvida de que V. Exª é um expoente, como Ministro, do Governo Michel Temer, até porque é um Ministério em que nenhuma falha moral foi detectada até agora, o que é muito importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto.

Lembrando apenas aos Senadores que nós estamos, como praxe, dando cinco minutos para cada Senador fazer a intervenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, lembro apenas ao Senador Otto que nós não votamos no Temer. Quem votou no Temer foi o vosso Partido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quem votou no Temer foi V. Exª. V. Exª que era aliado e votou no Temer. O PSDB não votou no Temer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quem mandou votar errado? Espero que não vote errado novamente.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Queria cumprimentar o Ministro Meirelles e endereçar aqui rapidamente, Ministro, alguns temas.

Ministro, há uma grande preocupação com o quadro fiscal brasileiro, quer dizer, não há dúvida nenhuma de que o Governo promoveu um esforço no sentido de reduzir gastos discricionários, embora uma parte desse espaço se traduza em corte de investimentos, ou seja, algum gasto mais reprodutivo é sacrificado quando se corta o gasto de investimento.

Bom, mas há uma compreensão clara de que o Brasil não precisa só promover um ajuste, precisa criar um novo regime fiscal, novas bases para ter um processo sustentável nas contas públicas. E aí o Senado, a instituição fiscal independente, que é vinculada aqui ao Senado, calcula algo que se chama margem fiscal, ou seja, a diferença entre o teto dos gastos e todas as despesas obrigatórias e algumas despesas discricionárias mínimas que precisam ser pagas, por exemplo, nas áreas de saúde e educação. A margem do Governo Federal este ano é de R$120 bilhões num orçamento de R$1,3 trilhão, o que corresponde a 9% deste total. Essa margem, na avaliação do Instituto Fiscal Independente, deve continuar caindo. Em 2020, prevê-se que essa margem vai alcançar 65 bilhões apenas. Só que o mesmo instituto calcula que, abaixo dos 70 bilhões, o Governo Federal não funciona. Isso significa que, em 2020, o teto não será cumprido mesmo com a reforma da previdência, é o que aponta o Instituto Fiscal Independente, considerando os termos do substitutivo que foi aprovado na Comissão Especial. Portanto, é muito alta a chance de não se cumprir o débito em breve. Alguns analistas, inclusive, defendem que não basta aprovar apenas a reforma da previdência, e que será necessário promover outros ajustes, inclusive em relação a receita e renúncias tributárias, como forma de evitar um crescimento ainda maior na trajetória dos déficits primários.

Diante desse cenário, Ministro, que medidas adicionais o Governo pode adotar, sobretudo olhando o ambiente dos gastos obrigatórios, tendo em vista que reconhecemos que, na área dos gastos discricionários, o Governo tem feito um esforço importante?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aproveito até para dizer que acho que na exposição de V. Exª talvez pudesse ter sido ilustrado melhor que aquele crescimento do gasto primário, que se elevou de 14% sobre o PIB em 1997 para 19,4% agora, me parece que dois terços desse acréscimo corresponde a gastos previdenciários, ou seja, isso que é dramático. O aumento de 6% do PIB nos gastos primários do Governo quase está representado pela elevação dos gastos previdenciários, os gastos de seguridade. Então, eu queria um comentário do Ministro sobre isso.

O outro, rapidamente, Ministro, é que há uma recuperação econômica, ainda evidentemente tênue

O outro, rapidamente, Ministro, é que há uma recuperação ainda, evidentemente, tênue, que está sendo puxada pelo consumo das famílias, já com a recuperação da renda real com a queda da inflação, o vigoroso crescimento das exportações – é importante se assinalar, do lado da demanda. Agora, o investimento ainda está muito baixo, inclusive cai este ano. O investimento cai este ano quase 5%; o investimento já estava no chão, já era baixo e está caindo mais e, além disso, a produtividade também está caindo.

Eu indago a V. Exª como esse movimento de recuperação cíclica poderá ser sustentável para um período mais longo nesse cenário de instabilidade com déficits primários e a incerteza quanto à aprovação da reforma previdenciária. Isso não estará afetando a confiança para a retomada dos investimentos? Por exemplo, o Programa de Parcerias de Investimentos na área de infraestrutura não está muito lento, não precisa ser agilizado? A sensação é de que esse programa não está andando como poderia, e isso, evidentemente, ajudaria.

E, finalmente – peço a tolerância do nosso Presidente –, o tema a agenda microeconômica, que esta CAE tem priorizado. Estou coordenando um grupo, Ministro, e há uma série de temas importantes ligados à redução de *spread*, à simplificação tributária. O Senador Ferraço atuou nessa questão. Eu pergunto: como podemos, Ministro, impulsionar de maneira mais efetiva essa agenda de reformas microeconômicas?

Ela tem avançado, mas me parece que poderíamos avançar mais. Há a nova Lei de Falências, temos a questão da duplicata eletrônica, o cadastro positivo – fizemos um esforço aqui, aprovamos no Senado e seguiu para a Câmara. Mas me parece que é preciso colocar essa agenda firmemente no centro da agenda econômica. Eu tenho certeza de que essa compreensão não escapa ao Ministro.

Para concluir, Ministro, uma palavra sobre a reforma tributária. Acho que o Governo não deu ainda uma sinalização clara nessa direção. A impressão que fica é que o Governo não sabe bem em que direção vai caminhar. Falava-se antes naquela reforma no ambiente do ICMS; houve um recuo. Eu entendo que nesta área há dificuldades inclusive federativas, mas, por exemplo, no ambiente do PIS/Cofins, qual é efetivamente a diretriz? Como vamos melhorar esse ambiente? Há um sistema complexo, disfuncional, que convive em vários regimes. Quando é que nós vamos efetivamente iniciar esse processo ou dar um sentido claro de direção à reforma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eram essas as questões.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senador Otto, vamos fazer três, porque simplifica o processo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. Fica bom. Pode ficar tranquilo.

O Senador Otto não está, ultimamente, com a legendária paciência baiana.

Senador Ferraço, cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, talvez o Senador Lindbergh não goste das minhas palavras, mas vou procurar ser bem breve.

Cumprimentando o Ministro Meirelles...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só duvidei dos cinco minutos, mas eu concordo com que possa falar mais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Quero o desconto do meu tempo, Presidente.

Cumprimento o Ministro Meirelles e, naturalmente, nesse cumprimento vem todo o reconhecimento não apenas meu, mas da sociedade brasileira, pelo trabalho que ele vem liderando, que nunca é um trabalho pessoal, é sempre um trabalho coletivo de uma equipe que V. Exª teve a capacidade de estruturar em todas as áreas e cujo produto são os dados todos que V. Exª apresenta ao Senado e ao País.

V. Exª, na condição de Ministro da Fazenda, quando o faz, não o faz com proselitismo, mas com dados, com evidências, com números. E acho eu que é assim que precisa ser. Faz, inclusive, uma construção dando conta do tamanho do desafio a que os brasileiros estão submetidos ou estiveram submetidos quando V. Exª assumiu uma casa incendiada, desorganizada. Nós vínhamos em uma trajetória de uma relativa responsabilidade fiscal, e V. Exª teve participação disso quando, lá atrás, foi Presidente do Banco Central do Governo Lula, que, ao longo do seu primeiro mandato e até no segundo, produziu números muito interessantes para a sociedade brasileira e para o Governo. Chegamos a fazer quase 3% de superávit primário, e veio a eleição: de um superávit de 2,1%, fomos para -2,6%. Isso desorganizou por completo a casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu quero cumprimentar V. Exª e a equipe, porque, nesse período, de fato, os dados são absolutamente incontestáveis. Nós vivíamos um verdadeiro filme de terror e, agora, estamos olhando com perspectivas, sobretudo na questão macroeconômica.

O Senador Armando Monteiro falou sobre reformas microeconômicas. Eu queria incorporar nesta importante reforma microeconômica a questão dos distratos de contratos que têm afetado fortemente a indústria da construção civil, uma das mais relevantes e importantes na geração de emprego.

Também na reforma microeconômica, eu faço menção à questão dos regimes tributários, como o Reintegra, que é um resíduo tributário importante para que a gente possa melhorar a capacidade de competição da empresa exportadora. Apesar das sinalizações, inclusive dadas pelo Presidente da República, a informação que temos é que essa agenda não está evoluindo. Eu gostaria de merecer de V. Exª uma palavra sobre a questão do Reintegra e a importância que isso tem para os arranjos econômicos exportadores.

Sr. Presidente, já encerrando em função da escassez do tempo – e eu serei rígido no cumprimento, assim como o Senador Lindbergh –, apesar de a taxa Selic estar em trajetória declinante, juros e assim por diante, nesse período analisado, a taxa de juros real subiu ligeiramente, ou seja, saímos de um patamar de 5,2% para 5,5% ao ano. Então, a taxa Selic cai, a inflação cai. Enfim, há uma trajetória positiva, mas a taxa de juros real continua muito elevada e continua crescendo; levemente, mas continua crescendo. Eu gostaria que V. Exª pudesse abordar esse tema sob a perspectiva do que nós vamos ter de fazer...

V. Exª pudesse abordar esse tema sob a perspectiva daquilo que nós vamos ter de fazer para que o juro real caia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...e caia a patamares civilizados para o empreendedor brasileiro.

Está bom, Sr. Presidente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso é para servir de exemplo para o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Parabéns. Que sirva como exemplo. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu perguntaria aqui, porque só há mais um Senador desejando fazer a interpelação. Só seria mais um. Eu não sei...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pode ir com três. A Senadora Gleisi vai falar também. A gente faz na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Senadora Gleisi vai falar.

V. Exª, então, poderia começar a responder aos três Senadores que já o interpelaram, e nós teremos um segundo tempo petista.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Deixou de ser tão petista.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Bom, em primeiro lugar, respondendo ao Senador Otto Alencar, em relação a obras inacabadas. Realmente, existe um problema grave e importante de disponibilidade de recursos para exatamente a conclusão de todas as obras, e a razão disso foram aquelas demonstradas na nossa projeção quando eu mostrei que a evolução das despesas primárias tem uma trajetória insustentável, e, de modo importante dizer, as despesas obrigatórias crescem também de forma insustentável, inclusive superando as receitas líquidas.

Então, o que nós precisamos fazer, de fato, é gerar condições de termos saltos primários, etc., e disponibilidade de recursos, para inclusive usar, terminar, completar todas essas obras sem, para isso, simplesmente aumentar a dívida pública, porque leva ao aumento de juros, a que vou me referir mais tarde, aumento de inflação e queda do padrão de vida de todos.

O Senador coloca a questão do uso das reservas internacionais. Nós temos aqui uma questão importante. Há duas questões, uma conceitual e uma técnico-jurídica.

A questão conceitual, em primeiro lugar é o seguinte: as reservas internacionais são parte do balanço do Banco Central do Brasil; isto é, o Banco Central do Brasil se financia no mercado com operações compromissadas, hoje, e compra as reservas internacionais. Então, simplesmente o Banco Central vendendo reservas internacionais, ele faz caixa e tem necessariamente que usar esse caixa para pagar operações compromissadas. Não haveria justificativa e condições de o Banco Central ficar com caixa de um lado e financiando esse caixa no mercado a taxas de mercado.

Por outro lado, para que esse recurso fosse usado, por exemplo, em obras públicas, seria necessário que o Banco Central transferisse esses recursos para o Tesouro Nacional, para o Tesouro Nacional usar esses recursos para financiar, por exemplo, as obras. O problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esses recursos para financiar por exemplo as obras. O problema disso são de duas ordens, como eu mencionei, o primeiro deles é a questão de que o Banco Central por lei não pode financiar o Governo Federal. O Banco Central tem por função fazer política monetária e, se for o caso, carregar as reservas internacionais.

Mas vamos supor que fosse possível, vamos supor. Vamos supor que a lei não proibisse isso, não vedasse isso, porque veda. Vamos supor, apenas conceitualmente, que não vedasse e que o Banco Central pudesse simplesmente emprestar esse recurso para o Tesouro porque não pode.

Pois é seria o mesmo, alocaria num fundo soberano, e o fundo soberano iria fazer a aplicação desses recursos em despesas primárias. São despesas de obra. Então na realidade o fundo soberano seria um mecanismo de passagem, mas na realidade essa seria a evolução da situação.

Pois bem, com isso o que nós teríamos em última análise, se nós olharmos o balanço consolidado da União, caso isso fosse feito?

Hoje, do endividamento público total até a dívida bruta que cresce e que tem aí reservas, mas dentro da avaliação do endividamento público brasileiro, o mais relevante é a dívida pública total menos as reservas internacionais. É a dívida líquida de reservas. Pois bem, no momento em que em tese fosse possível juridicamente vender reservas, pegar esse dinheiro e gastar, aplicar em obras por exemplo, independente do mérito disso nós teríamos simplesmente um aumento da dívida líquida, ponto. Aumenta a despesa primária e aumenta a dívida líquida.

Vamos supor que fosse essa a finalidade última, fosse esse o objetivo. Bom aí seria o objetivo mais direto o Tesouro Nacional fazer a emissão de dívida, aumentar a despesa primária e investir nas obras, o que significa na prática o quê? Exatamente o aumento do déficit.

Então o que eu quero dizer é o seguinte, o uso de reservas não resolve o problema básico nosso que é o déficit público elevado e o problema do aumento da dívida pública líquida de reserva dentro de uma trajetória que estava se configurando como insustentável.

Então basicamente é esse o ponto. Não há digamos uma solução melhor que não seja uma que leve em primeiro lugar a um controle do crescimento das despesas obrigatórias e em consequência disso aí sim, com o tempo, o País ter condições para aplicar em obras e etc., além de também ser muito importante, como parte dessa equação, não para resolver o problema dessas obras públicas paradas necessariamente de todas, principalmente as pequenas, mas grandes obras que certamente podem ser objeto de privatização, concessões e etc.

Em relação agora à questão do Estado da Bahia. A informação que eu tenho, Senador, é muito simples, o Banco do Brasil tem que analisar o cumprimento de diversas obrigações de cada um dos órgãos públicos estaduais que vão fazer cada obra para que aquilo se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

públicos estaduais que vão fazer cada obra, para que aquilo se adeque às condições necessárias para a liberação dos empréstimos, etc., para que, inclusive, se justifiquem as garantias.

Pelo que estou informado, é exatamente o que o Banco do Brasil tem trabalhado com o Estado. E aguarda, para que de fato possa haver essa liberação.

A parte... Eu vou ouvi-lo com satisfação, mas deixe-me apenas terminar.

A parte que diz respeito ao Ministério da Fazenda, que é a parte pré, essa está cumprida, já foi feita. Quer dizer, isso não está mais no âmbito da Fazenda Nacional. Isso já é uma questão técnica, jurídica, de acompanhamento de obra por parte da instituição financeira.

Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria só informar a V. Exª que tudo que foi pedido pelo Banco do Brasil foi cumprido pelo Estado. Não há nenhum item que não tenha sido atendido em todos os pedidos do Banco do Brasil.

Mas queria passar a V. Exª uma coisa que me chamou a atenção e que ficou até hilária na Bahia. O Governador assinou contrato com tinta preta, e o Banco do Brasil, com tinta azul. Aí mandaram devolver, para assinar com tinta azul. Isso é para o senhor ver a má vontade do Banco do Brasil com a Bahia, Ministro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Está certo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós cumprimos tudo. Eu queria apelar a V. Exª, para nos ajudar nesse sentido, porque isso é uma coisa que... No momento atual, não cabe mais discriminação a um Estado que precisa se desenvolver, aplicar os recursos e que está tendo essa...

Sei que não é... Tudo da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional foi cumprido rigorosamente, absolutamente. O problema é mais um problema político.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Para o senhor ter uma ideia, por exemplo, não só no caso dos empréstimos para a Bahia, a parte da Fazenda já foi feita, mas já houve depois, em seguida, o de outros Estados, inclusive o do Estado do Ceará, por exemplo, em que a Fazenda já aprovou. Eu já assinei.

Vou solicitar, então, ao Banco do Brasil que preste os esclarecimentos diretamente a S. Exª da situação específica da liberação desses empréstimos, do que falta dentro de cada item especificamente e também do repasse do banco europeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Passando agora à pergunta do Senador Armando Monteiro, em relação ao teto, digamos, levando em conta a diferença entre o teto e as despesas obrigatórias mais as discricionárias mínimas e como isso está caindo, diminuindo gradualmente.

É verdade. E é por isso, Senador, que é importante, de fato, dentro dessa visão, que se faça a aprovação das reformas, particularmente no caso da reforma da previdência.

Acho que o que tem que ser é de passo a passo. No momento em que se aprovou a reforma, vamos ver, então, como ela de fato será aprovada em termos finais, quais os cálculos que serão feitos, levando-se esse modelo final aprovado. E, a partir daí, sim, vamos analisar como vai evoluir a questão das

como é que vai evoluir a questão das receitas e da margem tributária.

Basicamente, é isso. Eu acho que nós temos que ir passo a passo. Vamos trabalhando, com bom senso, com tranquilidade, com firmeza, mas resolvendo os assuntos gradualmente e, a partir daí, vamos lhe mantendo também informado sobre. Vamos supor, definido isso, muito bem, passada a votação da reforma, aí, sim, nós vamos ver como é que ficou e como é que vai ser, então, a questão da eventual necessidade ou não de outras medidas.

Em relação à agenda microeconômica, estamos de acordo. Eu acho que é fundamental, é crucial para o País a aprovação das medidas constantes da agenda microeconômica. Nós temos aí, por exemplo, algumas medidas já aprovadas, o Cadastro Positivo, que foi aprovado pelo Senado essa semana, é muito importante isso, a TLP, por exemplo, que já foi também aprovada, a Duplicata Eletrônica também, em processo, importante. Agora, é uma agenda em andamento. O próximo projeto relevante e importante será, certamente, o projeto de recuperação judicial das empresas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – A Nova Lei.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A Nova Lei, exatamente, que já foi formatada pelo Ministério da Fazenda, está agora em análise pelos grupos técnicos e jurídicos da Casa Civil, exatamente para avaliação do formato final e etc., para ser enviada, portanto, ao Congresso.

É um projeto, de fato, da maior relevância, porque o número de empresas em recuperação judicial no Brasil hoje é enorme. Para lhe dar uma ideia, por exemplo, a média dos grandes bancos brasileiros, incluindo o Banco do Brasil e a Caixa, mas não só, na recessão de 2009, o número de recuperações judiciais, em média, dos grandes bancos chegou ao redor de 400 recuperações judiciais. Hoje, está em quatro mil, média, cada banco.

Existe aí alguma repercussão, uma empresa que é cliente de mais de um banco, mas, não há dúvida, se nós olharmos o sistema financeiro como um todo, é um número enorme de empresas. O que prejudica, evidentemente, é a empresa, em primeiro lugar, os bancos, credores e trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, o sumário do projeto de recuperação judicial, da Lei de Recuperação Judicial é muito simples: é dar condições de que, mediante um acordo entre os trabalhadores, os fornecedores e credores, se possa tomar medidas que visem à recuperação da empresa. Por exemplo, permitir que a empresa possa tomar créditos novos etc., que tenham preferência, desde que, de novo, trabalhadores, credores e fornecedores se coloquem de acordo, a venda de determinados ativos, que possa ser realizada etc.

Em resumo, eu concordo totalmente que a agenda microeconômica agora deve ocupar o centro. Já está sendo aprovada, já está avançando, como esses diversos projetos que nós mencionamos, mas existem várias outras coisas, inclusive coisas que não são necessariamente objeto de projeto de lei, não são congressuais.

Eu vou dar um exemplo concreto. Existe um projeto chamado de Redesim

Vou dar um exemplo concreto. Existe um projeto chamado de Redesim, que é algo que altera os procedimentos, por exemplo, de registros de abertura, de fechamento de empresas, todos os procedimentos cartoriais junto aos comerciais, no Brasil inteiro.

Eu estive ontem, por exemplo, em São Paulo, e estávamos discutindo isso lá, inclusive, com a Prefeitura de São Paulo. O tempo médio, em São Paulo, de abertura ou fechamento de empresa era de 126 dias. O tempo médio, no Brasil, segundo estatística do Banco Mundial, é de 101 dias. A ideia é baixar isso, numa primeira etapa, para dez dias. São Paulo já está caminhando nessa direção e as outras cidades também, e, numa segunda etapa, para cinco dias, e, no final. para três dias, que é o padrão internacional. Em resumo, toda uma série de coisas que estão sendo feitas exatamente visando ...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Para fechar é mais difícil?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Para fechar é mais difícil ainda. Mas a ideia é viabilizar tudo isso ou, por exemplo, viabilizar a queda em mais de 50% do tempo de processamento de importação ou exportação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Exportação é um portal único.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O Portal de Comércio Exterior é fundamental.

Em resumo, tudo isso é uma agenda de grande impacto porque aumenta a taxa de produtividade. Para se ter uma ideia, só para sumarizar isso, nós temos uma estimativa que mostra o seguinte: primeiro um cálculo factual, o crescimento médio do Brasil, nos últimos 20 anos, foi de 3,3%. Se levarmos em conta fatores demográficos, mais questão de queda da demanda externa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

principalmente por causa da Ásia, China, etc, mas principalmente os demográficos, o crescimento potencial previsto médio do Brasil, nos próximos anos, será de algo como 2,3%.

Com essas mudanças todas que temos discutido aqui, a nossa expectativa é de que esse crescimento potencial possa subir para próximo de 3,7 ou mais, aproximando-se até de 4% ao ano, como taxa de crescimento potencial, tendência do País nos próximos anos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Se melhorarmos a produtividade fortemente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Exatamente, porque a produtividade representa aí cerca de 0,7% desse número.

Em resumo, temos ai um amplo campo de trabalho. Concordamos integralmente e vamos agora dar uma ênfase grande no projeto de recuperação judicial e depois em todos os demais projetos, além dos projetos que estão sendo tocados e que não são projetos congressuais. São todos aqueles que estão em andamento.

A reforma tributária de fato é fundamental. Achamos que ela é muito importante e preferimos chamá-la de simplificação tributária. Isso evidentemente é um trabalho importante e que envolve certamente já nessa fase inicial o Congresso, envolve o Executivo e envolve também fiscalistas e especialistas de uma forma geral. Existe uma comissão na Câmara que já está tratando desse assunto e estamos discutindo isso. Mas é um problema que de fato envolve uma definição, uma discussão preliminar muito grande, porque envolve a questão do valor adicionado do ICM, a questão da tributação dos diversos setores, serviços versus indústria, questões de guerra fiscal, etc. Em resumo, é um projeto complexo, mas realmente muito importante. Mas isso está avançando.

muito importante. Mas isso está avançando também. Quer dizer, não está nem de longe ainda, por exemplo, no projeto de recuperação judicial. Por quê? Porque ele envolve, evidentemente, uma participação muito maior, inclusive, de Parlamentares, etc. Aqui nós estamos discutindo isso, mas, certamente, teremos oportunidade de discutir isso intensamente aqui nesta Casa.

Prosseguindo, agora as perguntas do Senador Ferraço...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Presidente, só um pouquinho.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Aquele tema das obrigações acessórias, eu sei que a Receita vem trabalhando (*Fora do microfone.*)

e sei que V. Exª tem também focado essa questão. Quer dizer, tem que se fazer um trabalho mais forte com os Estados no âmbito do Confaz para a gente também fazer essa agenda se mover

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fortemente, porque é simplificação na veia, evitar essa duplicação de informações. Há a plataforma do Sped. Os Estados nos obrigam a replicar as informações. Quer dizer, eu acho que este é um tema também fundamental: reduzir as obrigações acessórias. Isso faz parte dessa agenda de simplificação. Isso é importante.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O.k. Está devidamente anotado, Senador. Vamos olhar isso no âmbito do Confaz certamente.

Agora, passando às questões do Senador Ferraço, em primeiro lugar, os extratos. Existe um projeto em andamento, discutido com o setor. Existem, digamos, algumas decisões relevantes em termos de, de um lado, defesa do interesse do consumidor que comprou o imóvel e está tendo dificuldade de pagamento *versus* daquele consumidor que comprou o imóvel e está pagando em dia. Então, de um lado, viabilizar o término da obra, portanto, não prejudicando o comprador que está pagando em dia e espera receber o seu imóvel, por exemplo, o comprador do imóvel residencial, *versus* aqueles que estão tendo dificuldade de pagamento. Então, esse ajuste é exatamente algo que está sendo discutido com grande profundidade. Já estamos avançando nisso. E, certamente, é um projeto que vai ser de novo trazido aqui para avaliação e debate nesta Casa, com os senhores, porque aqui é muito importante, porque nós temos que ver, de um lado, a viabilização econômica dos empreendimentos e, de outro lado, a defesa e a proteção do consumidor. Em resumo, temos uma série de questões em discussão.

Mas quero lhe dizer o seguinte: é um assunto profundamente analisado, discutido, em andamento. O projeto já está relativamente avançado. E vamos trazer aqui para debate. Não está, de um lado, no ponto do projeto de recuperação judicial, perto disso, mas já muito mais avançado do que, por exemplo, o caso da reforma tributária.

Agora, uma pergunta central: o que fazer para que o juro real caia?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Permita-me também, no campo microeconômico, a questão do Reintegra.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Reintegra. Qual é a sua dúvida específica do Reintegra, por favor?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A minha dúvida é que os arranjos econômicos, de grande relevância para o nosso País, que têm grande presença na balança comercial exportadora brasileira, não recebem

grande presença na balança comercial exportadora brasileira, não recebem os resíduos tributários que conseguem compensar e estão refletindo se, para receberem o que está determinado na lei, terão de ingressar em juízo. Há tratativas nessa direção? Há entendimentos com o Ministério? Há manifestação do Presidente da República, mas não há um posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por isso me dirigi a V. Exª.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Está bom.

Bem, em primeiro lugar, a pergunta mais geral...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sobretudo, o setor siderúrgico.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Está certo.

A pergunta geral sobre o que fazer para a queda do juro real fortemente. A ideia é pelo menos, digamos assim, numa primeira etapa moderadamente e, numa segunda, fortemente.

O juro real, Senador, pela minha experiência e pelo trabalho e pelo que acompanhei isso de perto nos meus oito anos de Banco Central, eu diria o seguinte: quando eu comecei a trabalhar no Banco Central, nós tínhamos um juro real que chegou a 14% ao ano na taxa de empréstimos interbancários de um ano. Esse juro real chegou a cair um pouco acima de 5%, nesse período, com a inflação controlada.

Qual é o segredo disso? O segredo disso é a diminuição do risco, a diminuição da imprevisibilidade, isto é, a diminuição de risco de câmbio, que já...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – ... conseguiram bastante, a redução do risco fiscal e a redução do risco de inflação. A redução desses riscos todos e, em última análise, a redução do risco País levam a uma redução do juro real.

Temos a expectativa de que, com o prosseguimento dessa agenda de reformas, teremos, aí sim, uma queda do juro real no País. Não a queda do juro que é decidido pelo Banco Central a cada reunião, necessariamente. Mas a queda do juro real, estrutural da economia. Isso, sim, é fundamental.

Então, eu acho que, de novo, isso depende de fato do prosseguimento das reformas, da consolidação fiscal e de um dado da maior importância, que é a trajetória da dívida pública brasileira. Está certo?

Isso é muito importante.

Falamos aqui, discutimos antes a questão, por exemplo, de não aumentar dívida de forma descontrolada etc., apesar de problemas certos, graves, importantes na questão de obras, por exemplo, mas é fundamental para toda a economia, para todos os brasileiros que a inflação continue baixa e que o juro real possa, de fato, baixar em termos sólidos e sustentáveis no Brasil.

A questão do Reintegra, então, é uma questão específica de interesse setorial, da siderurgia, eu vou olhar exatamente a situação objetiva e lhe passo a resposta sem maior dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em relação às demais questões, Presidente Tasso Jereissati, nós vamos dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria muito de ouvir sobre a recorrente pergunta sobre a Previdência, sobre o fato de ela ser superavitária.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Exatamente. O senhor tem toda a razão. É exatamente por onde eu iria passar agora.

A questão do cálculo da Previdência e do seu resultado é muito simples. A questão é do que considerar nas receitas e do que considerar nas despesas da Previdência.

Por exemplo... Por exemplo, quando se fala do superávit da previdência, não se inclui na conta o déficit da previdência dos servidores públicos. É uma das razões pelas quais existe essa distorção. Segundo, agregam-se dados da previdência com saúde e assistência social. E no momento em que diz que há dinheiro para pagar a previdência, ignora-se a necessidade de gastos para saúde e programas sociais. Quer dizer, você pega o Orçamento como um todo e fala: "Muito bem, esse recurso seria todo da Previdência", não necessariamente, porque existem gastos dos programas sociais e da saúde.

Agora, mesmo com tudo isso, a partir de 16, o orçamento da seguridade entrou em déficit. O déficit da seguridade foi, em 16, já de 92 bilhões. Então, na realidade, existe, sim, um déficit da previdência se nós levarmos em conta todas as despesas previdenciárias, todas as despesas sociais, todas as receitas, existe, sim, um déficit da previdência.

De novo, isso é aquele tipo de questões que eu acho que não é objeto de opinião. E acho que, veja você, porque todos nós podemos achar isso com tranquilidade e chegar a conclusões totalmente diferentes. O que é importante é exatamente avaliações, inclusive independentes. Nós, inclusive, temos avaliações de órgãos internacionais, por exemplo a OCDE, que fez avaliações exatamente desses itens e concluiu pela existência, sim, de déficit da previdência importante no Brasil.

O que podemos também fazer é colocar à disposição desta Comissão os dados detalhados, inclusive já houve solicitação, que já respondemos a Parlamentares, inclusive com a base de dados, etc, da previdência exatamente para demonstrar este ponto. Mas a questão, em resumo, é levar em conta todas as despesas e todas as receitas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Ministro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Ah, há uma questão do salário mínimo...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – ... que, talvez, valesse a pena também endereçar, essa questão de que houve um ajuste do salário mínimo para menor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O salário mínimo, evidentemente, é calculado por lei, de acordo com a lei. E o que mede a inflação nesse caso é o INPC, que, pelos índices oficiais, está um pouco menor até que o IBGE, desculpe, que o IPCA. O INPC anualizado tem ficado abaixo de 2% ao ano contra o IPCA de 2,6%.

Em resumo, isso aí não é objeto de opinião ou de vontade, é objeto de seguir a lei. Isso é resultado de seguir a lei. E é o que nós estamos fazendo rigorosamente, fazendo as contas baseado no INPC e no crescimento do PIB.

Em resumo, enquanto, por exemplo, a inflação subiu em 2015, houve uma relação inversa, o INPC foi superior ao IPCA. Por exemplo, em 2015

...o IPCA. Por exemplo, em 2015, o IPCA foi 10,67%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – ...e o INPC de 11,28%.

Portanto, é simplesmente uma questão de seguir a lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Ministro Meirelles.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ministro, primeiro, quero dizer que achei interessante quando V. Exª falou que para, analisar a situação fiscal, tem que ver e tem que descontar, de fato, as nossas reservas.

Eu concordo com isso, porque acho, inclusive, que esse conceito de dívida bruta não é o mais apropriado, porque considera as nossas reservas, que são um patrimônio para dar segurança a nossa economia.

Então, eu sempre trabalhei com o conceito de dívida líquida como o mais apropriado para a situação nossa. Mas, infelizmente, naquele momento em que a Dilma governava abandonaram o conceito de dívida líquida e foram para o conceito de dívida bruta.

Mas, Ministro, o senhor começou falando do início, de quando o Temer assumiu e fez aqui uma série de dados, de estatísticas. Mas me permita começar dizendo o seguinte: o discurso que os senhores diziam era o seguinte: era afastar a Dilma e os empresários iriam recuperar a confiança e voltar a investir no País.

De fato, os números, os gráficos que apontam para a confiança do empresariado isso veio. Só não veio o investimento. O investimento caiu 24% desde o começo dessa recessão. Este ano, o investimento caiu 5% e continua caindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós já tivemos, em 2013, 21,5% do PIB de investimentos e estamos em 15,5%. Preocupa-me quando você vai ver os números do primeiro trimestre. Eu quero falar sobre a economia, sobre a recuperação. Os senhores estão vendendo – claro, com apoio da mídia – que "a economia está se recuperando".

Eu não vejo desse jeito e quero discutir isso aqui com o senhor.

Primeiro trimestre: A queda de investimento foi de 0,9% do PIB. Segundo trimestre, queda de 0,7%% do PIB. E eu tenho números do BNDES, que são números do BNDES com grau de acerto. Veja bem, em 2012 nós tivemos investimentos públicos e privados da ordem de 402 bi. Em 2013, 360... Não, em 2014, 360. Em 2015, 318. Este ano, está... Em 2016, foi 243. E aí temos a previsão de 2017/2020: 225 bi anuais.

Então, o próprio BNDES reconhece que vai haver um encolhimento maior ainda nos investimentos futuros. E aqui eu quero falar primeiro do papel do BNDES. O BNDES acabou, voltou ao nível de empréstimo de 2003.

E eu quero condenar e dizer que o que Governo está fazendo com BNDES, se apropriando, é uma antecipação de recursos... Isso, sim, na minha avaliação, são pedaladas fiscais.

E eu fico preocupado com o futuro, porque tanto o BNDES quanto a política industrial desse Governo está sendo destruída. Eu não sei aonde vamos chegar em relação a investimentos. Primeiro, porque no BNDES houve a mudança da TJLP para TLP, uma taxa de mercado.

O senhor... Naquela crise de 2008/2009, se fosse essa TLP a taxa de juros tinha explodido. Nós não tínhamos usado o BNDES naquele momento para ajudar na recuperação da economia.

Mas não é só isso, Ministro. Foi aprovada em uma comissão mista deste Senado a Medida Provisória 795, que fala do Repetro, só que muda o que é Repetro. Zera o Imposto de Importação para toda a cadeia de petróleo e gás...

zera o imposto de importação para toda a cadeia de petróleo e gás. Nós vamos destruir o setor naval brasileiro, a indústria de máquinas e a siderurgia brasileira. Você sabe o que é zerar imposto de importação? Você pode trazer uma plataforma de fora do País. Eu sou do Rio de Janeiro. Lá o Estaleiro Mauá tinha 6 mil trabalhadores, tem 200; a Brasfels, em Angra, tinha 12 mil trabalhadores, tem 2,8 mil; lá em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, havia 23 mil trabalhadores, há 3 mil.

Então eu estou falando isso, primeiro porque eu não acredito numa recuperação consistente da economia, primeiro..

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...porque a tendência de investimentos aqui é haver uma diminuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas vamos lá. Para a economia, a recuperação no primeiro e segundo trimestres, 1%. Foi centralmente agropecuária. E no segundo trimestre foi consumo das famílias, porque houve a liberação do FGTS, uma liberação correta, diga-se de passagem. Agora, essa coisa do consumo das famílias, para mim não é consistente, porque há o quê? Há uma reforma trabalhista, que ao meu ver vai atingir a renda dos trabalhadores, e eu vou falar sobre isso depois.

Então eu não consigo ver como recuperarmos, porque o investimento está assim, o consumo das famílias, para mim isso não é consistente, e quando você vai ver gastos do Governo, que também é importante pelo lado da demanda, a gente vê um ajuste fiscal extremamente radical.

Eu, Ministro, sempre fui um crítico desde 2015. Acho que essas políticas de austeridade estão nos jogando nessa situação. Nós estamos num ciclo vicioso, em que a gente faz ajuste fiscal, cai receita, cai PIB, cai receita, há frustração de receita, e a dívida aumenta. Na minha avaliação é isso que está acontecendo desde aquele momento.

Agora, eu queria questionar o senhor, porque esse ajuste todo está sendo feito em cima dos mais pobres. Não há uma contribuição do andar de cima, dos mais ricos.

Eu tenho direito até a tréplica, Senador Tasso Jereissati. Eu abro mão da tréplica para encerrar a minha fala. É importante o Ministro vir aqui. É todo o lado de cima.

Você sabe que V. Exª foi chamado para vir aqui para falar sobre o mapa da fome. O Brasil voltar ao mapa da fome. O senhor não falou isso. O senhor esqueceu isso na apresentação dos seus números. O senhor é um homem rico, muito rico. No ano em que o senhor virou Ministro, o senhor ganhou 217 milhões, 167 milhões em fevereiro, 50 milhões depois, já como Ministro, em setembro. O senhor é um homem muito rico.

Agora, o senhor e o Presidente Michel Temer disseram que o Governo não tinha dinheiro para aumentar o Bolsa Família este ano. Sabe quantos pobres nós ganhamos este ano no Brasil? Três milhões e meio a mais de pobres. Agora, o senhor disse que não há dinheiro para aumentar o Bolsa Família; agora, dinheiro para banco, para empresário nesse Refis, houve e houve muito. Só de anistia, nessa Medida Provisória 795, são 16 bilhões, para as multinacionais do petróleo. Agora, não há dinheiro para aumentar o Bolsa Família.

O senhor anda pelas ruas deste País? Se o senhor andar pelas ruas deste País, o senhor vai ver nas capitais deste País, São Paulo, Rio de Janeiro, a quantidade de pessoas que estão morando nas ruas. No Rio de Janeiro é assim. E o senhor não falou nada sobre isso. Foi o primeiro requerimento de convocação do senhor aqui. Sabe quantas pessoas saíram do Bolsa Família, Ministro? Um milhão e cem mil pessoas. Sabe qual é o corte que os senhores estão propondo na PLOA para o Bolsa Família do próximo ano? Cai de um orçamento de 29,3 bi para 26 bi. Mas esse é outro mundo. Não faz parte das estatísticas dos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta semana ouvi o senhor falando que milhões de empregos serão criados com a reforma trabalhista. Agora eu pergunto ao senhor: que emprego?

que serão criados com a reforma trabalhista.

Agora, eu pergunto ao senhor: que empregos? Eu estou aqui com o jornal de Vitória, do Espírito Santo, falando de vagas abertas. Um grupo que convoca trabalhadores para trabalhar sob o sistema de trabalho intermitente para o Bob's, Spoleto, Balada Mix, e diz o seguinte: o salário é de R$4,45 a hora. Para ele trabalhar cinco horas no sábado e cinco horas no domingo. Sabe quanto esse trabalhador vai ganhar ao final do mês? R$170. Esses são os empregos que o senhor está dizendo que é emprego formal.

Eu, Ministro, sinceramente, acho que este Governo não tem autoridade para falar de reforma da previdência. O Temer se aposentou com 55 anos. Agora, quer colocar uma idade mínima para todo mundo de 65 anos.

Os senhores estão mexendo, Ministro, em benefício de prestação continuada. Sabe quem ganha BPC? Idoso e pessoa com deficiência. Idoso acima de 65 anos, que ganha uma renda familiar inferior a um quarto do salário mínimo. Os senhores estão querendo tirar desses.

Agora, eu pergunto ao senhor: e os grandes sonegadores? Onde estão?

O senhor quer ver a lista dos grandes sonegadores da Previdência? Estou com ela aqui em mãos. O primeiro é a Varig, só que a Varig já não existe mais. Sabe qual é o segundo? A JBS: R$2,395 bi de dívida. O senhor era presidente do Conselho de Administração. Sonegação de R$2,3 bi. Aí, o senhor quer chamar no benefício de prestação continuada de uma pessoa que tem deficiência? O senhor quer que a pessoa tenha, para se aposentar com o salário integral, 40 anos?

Ninguém, Ministro, trabalha direto 40 anos, porque há desemprego. A pessoa sai do trabalho. O que o senhor quer é que as pessoas não se aposentem. Eu chamo a atenção para isso.

Nesta reunião aqui o senhor cometeu uma falha, a meu ver, terrível: esqueceu o principal tema deste debate. É porque não passa pela cabeça dos senhores.

Os senhores deveriam ser obrigados a andar pelas cidades do País, para ver o que está acontecendo, porque esse ajuste final dos senhores só pega esse lado mais fraco.

Os senhores estão inviabilizando a aposentadoria rural, porque querem que agora haja cobrança individual. O trabalhador rural não vai conseguir fazer isso. O resultado vai ser a volta da fome no Nordeste brasileiro.

Eu encerro. Eu encerro, dizendo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... que o senhor deveria explicar a esta Comissão a sua relação com o grupo JBS, porque, sinceramente... E eu não quero aqui fazer prejulgamentos. Não quero fazer prejulgamentos, mas é muito estranho não terem chamado o senhor pelo menos para depor, porque o senhor foi presidente do Conselho de Administração. Depois disse que não, que era conselho consultivo – a resposta. Ninguém aqui falou sobre o que é o conselho consultivo. O que nós sabemos é que é conselho deliberativo. O que eu sei é que há uma frase do Joesley, que é a seguinte: "O Meirelles não vai ser apenas um consultor; vai cobrar resultados dos executivos, traçar estratégias para a expansão do negócio. Agora é com ele." Temos também, na revista *Exame*, um ex-executivo do Banco Original, que diz o seguinte: "Para nós, o dono do Banco era o Meirelles. A gente fazia prestação de contas para os acionistas. Claro, mas todo o resto do nosso contato, para fins de decisões, era sempre com ele."

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – "Um banco precisa ser comandado por um grande banqueiro. O Meirelles era essa pessoa no Original. Quando ele saiu, eu vi que não tinha..."

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador, já está com mais de 11 minutos, quase 12 minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tudo bem, mas é a presença do Ministro aqui. Eu estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É porque V. Exª cobrou do Senador Ferraço cinco minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não cobrei. Eu fiz uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas já está com mais de 12 minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei. É que deve estar incomodando

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Cinco minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu fiz uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas já está com mais de 12 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei. É que deve estar incomodando a V. Exª também eu estar fazendo essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não está incomodando. Não faça isso. Não desqualifique uma observação regimental. V. Exª não tem esse direito de desqualificar uma observação regimental.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu tenho sim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Até que o Ministro Meirelles...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Talvez esteja incomodando. Eu estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Ministro Meirelles foi, por oito anos, do governo do Lula, braço direito do seu governo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... para V. Exª desqualificá-lo hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E ele bem sabe, o Ministro Meirelles...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou, por favor, encerrar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou encerrar.

O Ministro Meirelles sabe que, desde aquele período, eu era crítico da atuação do Banco Central, sempre fui. Agora eu só encerro pedindo esclarecimentos sobre tudo isso aqui porque sinceramente, quando vejo delações na Odebrecht, todo mundo fez delações. Era todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou encerrar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª vai me cortar?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª vai me cortar mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vou.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou considerar isso como uma censura.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vou lhe cortar porque o Regimento...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou considerar isso como uma censura.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E V. Exª foi o primeiro a se preocupar com...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu fiz uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fez uma brincadeira, não, senhor. V. Exª foi o primeiro a...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª está me censurando

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu não estou lhe censurando, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... porque eu estou fazendo uma pergunta que para mim é cabível. Por que o Ministério Público e a Polícia...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª excedeu o seu tempo, não precisa se exaltar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª pode ficar calminho porque não precisa se exaltar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª é que está nervoso. Está querendo me cortar porque a minha pergunta é incômoda, mas é necessária.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não estou, Senador. Estou pedindo que seja empregado o Regimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A minha pergunta é incômoda, mas é necessária.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª mesmo falou... V. Exª mesmo falou que faria, no seu tempo, o direito de resposta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não vou fazer mais réplica. Eu abro mão da réplica.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Para isso, eu já lhe dei mais de seis minutos para réplica, o que normalmente são três. Então, peço a sua compreensão...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª vai me deixar concluir em um minuto, então?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vou lhe deixar concluir em um minuto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, eu agradeço.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Senador é autor do requerimento. Então, ele não tem horário. Assim como eu, ele não tem tempo limitado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Tem tempo limitado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu, na verdade, quero dizer, Ministro Meirelles, que não estou fazendo aqui nenhum prejulgamento. Estou querendo dizer isso. Eu só acho estranho a blindagem ao Ministro da Fazenda, que nenhum órgão de controle, nem o Ministério Público, tenha chamado V. Exª para falar sobre o que aconteceu com o grupo. V. Exª foi Presidente do conselho. Isso é muito estranho. Volto a dizer que não é prejulgamento. Eu só falo dessa blindagem. Não aconteceu com nenhuma outra empresa.

Eu queria saber das relações do senhor. O senhor não sabia de nada? Como foi esse processo? Então, são essas as perguntas que faço a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Senadora Kátia por cinco minutos. Se a senhora pudesse dar o exemplo para outros Senadores, eu lhe agradeceria.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, Ministro Meirelles, é um prazer recebê-lo aqui na nossa Comissão para que nós possamos tirar as nossas dúvidas.

Eu inicio com a minha questão nº 1, que eu já havia falado com o senhor em outra oportunidade, como Presidente do Banco Central. Eu vou repetindo até o meu mandato acabar. Eu vou repetir esse assunto porque acho da maior importância para o Brasil. Quando eu falo que é importante para o Brasil é importante para o setor mais importante da economia, que é agropecuária brasileira.

Nós aprovamos, no governo anterior, o CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio). Pela primeira vez, o Brasil permitiu que um título pudesse ser lastreado em dólar, mas ficamos e estamos enganados, ficamos enganados e iludidos com essa medida. Primeiro, ficamos animadíssimos e depois vimos que essa questão não rodou, não andou. Ou seja, investidores internacionais compram papéis dos frigoríficos ou das *traders* de grãos, elas se capitalizam, esses títulos duram de dois a quatro anos lastreados em dólar, mas, quando há uma variação cambial para mas, quando há uma variação cambial para mais, é cobrado o imposto de renda. É assim para todos os investimentos do exterior. E a Receita Federal diz que, para fazer isso, teria que haver uma "excetuação" ao CRA, ou seja, a não cobrança do imposto de renda sobre a variação positiva do dólar. Então, como no Brasil o dólar é um vai e vem total, isso traz uma dificuldade enorme para esses investidores trazerem esses recursos. Então, não foi eficaz a medida, por conta dessa cobrança de imposto de renda.

Aí eu poderia argumentar com V. Exª da importância da "excetuação" desse setor. O Governo já diminuiu o crédito rural no que diz respeito à exigibilidade da poupança rural: caiu de 72% para 65% da poupança rural. Já estão dizendo por aí que vão reduzir os depósitos à vista, de 34% para 25% – 25% sempre foi o tradicional, e a nosso pedido a Presidente Dilma aumento para 35% justamente para que nós pudéssemos ter mais recursos para o crédito rural brasileiro. Então, agora, está vindo uma posição contrária. É claro que nesse último Plano Safra, nós já observamos essa redução enorme, no que diz respeito ao crédito rural, e se encaminha para que esse crédito vá sendo reduzido. Então, eu peço a V. Exª, mais uma vez, que analise. Não é um setor qualquer: é um setor que salva a lavoura, é um setor que salvou a Pátria no último ano. Então, com a diminuição desses recursos, que o CRA... Eu lhe garanto que isso daria uma entrada no País rapidamente de mais de 150 bilhões de reais ou de dólares – é uma conta que eu recebi do setor privado – se isso fosse solucionado. É um dinheiro que não existe. Então, não há abertura de mão, não se está abrindo mão de receita, pois não há esses investimentos. Agora, é investimento num setor que vai trazer, sim, crescimento no PIB, vai trazer emprego, vai trazer divisas e vai trazer reservas. Então, é um setor merecedor desta "excetuação": de que o imposto de renda na variação cambial positiva seja extinto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ponto. No que diz respeito às reservas cambias, nós sabemos que, no governo da Presidente Dilma, houve um aumento enorme e positivo das reservas cambiais. Isso foi saudável para a economia brasileira porque, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, nós tínhamos uma reserva cambial apertada ou negativa. Não estou fazendo nenhuma crítica – Fernando Henrique tem toda a minha admiração e...

(*Soa a campainha.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... merece todo o meu respeito –, mas era apenas uma política da época de não se ter reservas, de se ter outras prioridades. Então, de lá para cá, nós mudamos a prioridade, e as reservas... O senhor estava no Banco Central, ajudou a fazer isso no governo Lula, e a Presidente Dilma continuou aumentando as reservas cambiais.

Aproveitando o Otto Alencar, o Senador que fez esse questionamento, eu gostaria de saber: da nossa dívida líquida, quanto dela representa reservas? Porque é muito perigoso quando a imprensa coloca – de forma verdadeira – um rombo nas contas públicas. Mas qual é qualidade desse rombo? Fica parecendo que fizeram uma fogueira, jogaram o dinheiro dentro, colocaram combustível e puseram fogo. Então, dessa dívida, quanto nós gastamos para fazer as reservas que hoje têm dado ao País condições superiores nas análises internacionais?

Terceiro ponto. Com relação à revisão orçamentária, o Governo acabou de mandar neste minuto, que reflete a nova meta,

o Governo acabou de mandar neste minuto, que reflete a nova meta aumentando em 30 bi o rombo dito e propagado pelo Brasil.

Ainda dizendo a respeito do Otto Alencar e das reservas, nós sabemos que há um custo fiscal de carregamento alto para manter essas reservas ou para aumentá-las. De fato, isso poderia trazer um maior endividamento, mas as pessoas precisam entender que o rombo, apesar de ser horrível, tem uma qualidade diferenciada. Não se colocou isso fogueira de São João e queimou.

Com relação às desonerações, Sr. Ministro, eu fico muito intrigada com isso. Eu tenho um professor que, modestamente, me dá algumas aulas já há 11 anos, que é o Prof. Cláudio Adilson, da MCM, que é um conservador como V. Exª e, na economia, um liberal. Ele ficou também, junto comigo, muito intrigado: por que, em todas essas reformas, ninguém quis mexer no principal e no grosso que eram as desonerações? São quase ou mais de R$300 bilhões em desonerações. E, na Receita, há pessoas que dizem que é muito melhor mexer com o difuso que mexer com o específico. Eu sei, porque, aqui, na rampa deste Congresso e do Palácio do Planalto, quem paga a passagem aérea é muito mais fácil de fazer o seu *lobby* e, então, acaba ganhando e dificultando mexer nas coisas mais difíceis, pois se atingem o Congresso, os financiadores de campanha e tudo mais. Nós já sabemos como funciona o Congresso Nacional. Isso não é nenhuma crítica, é apenas um fato constatado. Agora, é muito difícil para eu entender e votar, Sr. Presidente, uma reoneração na folha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pagamentos, pois sou a favor de tirar um pouco de cada desoneração que foi dada, diluindo isso num corte vertical, começando por todos os itens – e nós solucionamos os nossos problemas. Agora, o senhor me pede para votar uma reoneração na folha de pagamentos – o Senhor Presidente Michel Temer – e, ao mesmo tempo, dá uma desoneração nos investimentos de produtos importados. Eu não vou entrar no mérito, o mérito é maravilhoso: desonerar investimentos é maravilhoso, desonerar folha é maravilhoso. Então, vamos deixar essas duas coisas aqui de lado. Todo mundo é unânime em achar que desonerar... Imposto, aliás, é sempre muito ruim, quanto mais mal aplicado. Então, se isso no mérito é maravilhoso, como é que nós vamos dar essas duas sinalizações aqui, no Congresso, para o nosso eleitor na rua? Eu vou desonerar empresas petrolíferas – todo mundo sabe, na cabeça e no imaginário popular, que são empresas riquíssimas, diga-se de passagem – para eu tirar e desonerar a folha, em que eu vou estar atingindo o trabalhador, aquele que está de carteira assinada. Como é que nós vamos explicar isso? Eu tenho muitas dificuldades com essa sinalização dúbia, com essa sinalização dupla, com essa sinalização transversa: uma hora, uma coisa; outra hora, outra. Eu queria que o senhor me explicasse direitinho qual é a estratégia disto: desonerar uma e onerar a outra.

E quero dize que, na minha modesta avaliação, este foi um dos erros mais graves que a Presidente Dilma cometeu na economia, que ela mesma confessa: desonerou demais, com empresas até importadoras, que agora vocês estão desonerando, empresas que ganharam e não deram nada para a sociedade. Então, essas desonerações tiveram um custo altíssimo para a sociedade brasileira e para o povo, porque foram dadas com boas intenções para aumentar o emprego, mas, nem sempre, a boa intenção ocorre. E, na verdade, isso não alterou nada, e nós criamos um rombo associado à queda de receitas que o País teve em 2015, especialmente.

Bolsa Família diminuído, aumento de pessoas mais pobres, BPC sendo ameaçado...

E encerro, Sr. Presidente, em um minuto, dizendo que nós vamos continuar a vida inteira numa guerra entre a direita e a esquerda, a direita dita como liberal, banqueira, que não olha para os mais pobres

liberal, banqueira, que não olha para os mais pobres; e a esquerda, que sempre é a cuidadora dos mais pobres. Cada vez que isso acontece, mais isso é reforçado. Eu tenho a forte impressão e convicção de que nós precisamos achar um caminho do meio.

O senhor é Ministro da Fazenda – e nisto o Lindbergh tem razão – e o senhor não falou em nenhum momento dos pobres. Isso é uma agenda que não pode acabar. Eu sou liberal, tenho ensinamento liberal, adoro a livre iniciativa, o direito de propriedade, mas os mais pobres precisam estar incluídos nesse discurso.

Um Ministro da Fazenda, com a inteligência e o preparo que V. Exª tem, não pode emitir esse discurso em prol do seu próprio segmento, que é a direita, se manter no poder. As pessoas mais pobres são a maioria e as que mais votam e precisam; são contribuintes, são pagadoras de impostos, e nós precisamos ter um zelo muito especial com essas pessoas que tiveram um ganho maravilhoso nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

últimos 15 anos. Nós não podemos acabar com esse discurso. Esse discurso tem que ser posto em prática, tem que ser real. As pessoas mais pobres não podem ser aumentadas,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... elas precisam ser diminuídas. Essa herança de pobreza de pai para filho nós temos que estancar no País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Kátia.

Senador Wellington Fagundes com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos.

S. Exª, Ministro Meirelles, espero que, na sua influência, o senhor ponha mais um pouquinho de investimento no Centro-Oeste brasileiro, viu?

Sr. Ministro, hoje, agora à tarde, às 14h, vamos ler o relatório da regulamentação da Lei Kandir. Quero até aproveitar para convidar os companheiros que estão na Comissão.

Ontem, o Governo editou a Medida Provisória do Fex e também o projeto de lei para a Comissão de Orçamento. Sempre tenho dito que o Fex o Governo paga se quiser e se puder, ou se puder e se quiser, e isso leva certa instabilidade porque é um recurso importante para muitos Estados, principalmente no caso de Mato Grosso. Estou até aqui com o Presidente da AMM, Neurilan Fraga, e também o Deputado Ricardo Corrêa. E esse assunto para o Mato Grosso é muito importante, visto que é o Estado que hoje mais exporta – ou seja, estamos fazendo o dever de casa –, mas com muitas dificuldades em função de estar no Centro-Oeste, no centro do Brasil, no centro da América do Sul; portanto, muito longe dos portos.

Eu indagaria a V. Exª, se aprovarmos na Comissão de Orçamento ainda este mês, se o Governo pretende antecipar esse pagamento que tem prazo até o dia 31 de dezembro? Como está a Fazenda nesse aspecto, ou seja, na liberação do recurso mesmo? Ontem, inclusive, estivemos com o governador e ele disse que havia um compromisso, uma promessa dessa antecipação. Como também já falamos muito sobre isso, eu gostaria de uma palavra de V. Exª.

E, claro, essa questão da regulamentação da Lei Kandir também é fundamental. Eu já estive no Ministério da Fazenda várias vezes, V. Exª me atendeu, assim como na Comissão, quando o Secretário Guardia esteve aqui e já confirmou também que o Governo já aceita que o Fex passe a ser impositivo, ou seja, ao votarmos... Para não ficarmos nessa luta todo ano, dependendo de mandar a mensagem para o Congresso para aprovar e, até aprovar, haver essa demora toda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui fazer uma leitura bem rápida, Sr. Presidente, de algumas perguntas.

Recentemente, a imprensa tem noticiado o risco de o Brasil retornar ao Mapa da Fome Zero da Organização das Nações

ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, o qual indica os países que apresentam parte significativa de sua população em situação de insegurança alimentar grave.

Diante dessa realidade preocupante, pergunto ao Ministro Henrique Meirelles quais medidas econômicas têm sido implementadas pelo Governo Federal junto às famílias brasileiras hipossuficientes ao longo dos últimos meses para evitar o retorno do Brasil ao Mapa da Fome da FAO? É claro que já foi abordado inclusive por outros Senadores aqui.

Ainda no último mês de agosto, o Presidente Michel Temer sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 com uma série de vetos. Entre as razões para esses vetos, o Presidente alegou que a ampliação de prioridades dispersa os esforços do Governo para melhorar a execução, o monitoramento e o controle de suas prioridades já elencadas, afetando, inclusive, o contexto fiscal que o País enfrenta – aí, poderia abordar, inclusive, a questão das obras paralisadas ou inconclusas tão volumosas no Brasil. Para 2018, foi mantida a meta fiscal definida pela equipe econômica do Governo, que prevê um déficit primário de 131, agora mais 30, 151 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Nesse contexto, pergunto: existe risco de essa meta não ser cumprida, caso não se aprovem reformas importantes no curto prazo, como a da previdência? O Governo tem algum plano alternativo a um eventual cenário de não aprovação dessas reformas, considerando, por exemplo, uma maior redução dos gastos políticos, dos gastos públicos?

Reconhecemos o recente esforço do Governo Federal para, de um lado, diminuir o rombo das contas públicas e, por outro lado, aumentar a competitividade da economia brasileira, como demonstrado no lançamento do Programa PPI. Fazem parte do PPI os empreendimentos públicos de infraestrutura executada por meio de contratos de parceria celebrados pela Administração Pública e o setor privado. Também entram nessa lista os projetos do Programa Nacional de Desestatização?

Nesse contexto de desafios e de oportunidades da economia brasileira, pergunto ao Ministro Meirelles: quais os investimentos oriundos do PPI impactam diretamente o agronegócio brasileiro? Quais os investimentos oriundos do PPI que impactam diretamente o agronegócio brasileiro?

A ampliação do uso de recursos privados para modernização da debilitada malha viária brasileira tem sido considerada uma opção a fim de reduzir o denominado custo Brasil. Quais estímulos têm sido encaminhados para que o capital privado nacional assuma o protagonismo desse processo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ainda, só encerrando, a questão das concessões. Hoje mesmo, tivemos audiência na Comissão de Infraestrutura. Essas concessões todas estão com as obras paradas exatamente pela falta de financiamento do BNDES. E, aí, eu gostaria também de um comentário de V. Exª sobre a questão da segurança jurídica, que é uma cobrança que todos os investidores, nos eventos a que vamos, fazem. Eu sou autor da PEC 39, que trata exatamente dessa segurança jurídica. E um exemplo é este: foram assinados os contratos no governo passado, as concessões foram feitas, e a maioria hoje está querendo entregar ou está paralisada exatamente por falta desse financiamento. Então, eu gostaria de um comentário de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Passo a palavra, então, ao...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, será que eu não poderia também já fazer as minhas arguições, porque eu estou com outro compromisso?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É porque foi feito aqui o critério de três por vez, mas, se todos concordarem, se o Plenário concordar, Senador Armando, Senadora Ana Amélia. Há mais dois inscritos

Há mais dois inscritos, Senadora Gleisi e a Senadora Ana Amélia.

Senadora Gleisi...

Todos concordam?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Porque aí o Ministro responde...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu lembro aqui, consultei, Senadora Gleisi, que são cinco minutos, com mais dois de tréplica.

Só lembrando, porque V. Exª aventou que, no caso dos que tinham feito requerimento, teriam um tratamento especial.

Só para lembrá-la.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É que é de praxe, geralmente, ou, pelo menos quando presidi a Comissão, sempre deixava que o autor do requerimento falasse primeiro e, depois, ele era respondido e não teria tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foi dado ao Presidente e ao Senador Lindbergh o direito de falar primeiro. Ele pediu, solicitou, para ficar para mais tarde.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A senhora não foi colocada porque não estava presente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso, cheguei depois.

Mas, Sr. Presidente, espero só que V. Exª tenha a condescendência comigo, assim como teve com os colegas, pois todos falaram mais de sete minutos, mas vou procurar ser objetiva.

Saúdo V. Exª, quero cumprimentar também o Ministro, que está aqui conosco.

Eu ouvi um pouco a sua exposição, Ministro, pelo rádio do carro, quando estava vindo, estava em outro compromisso, e vi que V. Exª estava afirmando que nós estamos saindo da recessão e a economia está melhorando. Inclusive fazendo comparativos com o governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

O fato é que a atividade econômica está 0,2% inferior nesse trimestre, o primeiro trimestre deste ano, o segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre. Então, nós não temos uma demonstração de que a economia está crescendo, se estivesse saindo da recessão nós não estaríamos com 0,2% inferior, poderíamos estar com 0,2% superior. Aí poderia nos dar alguma perspectiva de que esteja saindo. Nós estamos com a economia no chão, sem consumo.

O Presidente do Banco Central veio aqui fez uma exposição e gabou-se de que inflação estava baixa. A inflação está baixa porque não tem consumo, não tem como ter inflação. Está uma loucura, nós estamos com uma inflação abaixo do centro da meta, só que a nossa taxa Selic está 7,5%.

O juro real, no Brasil, está quase 4%, por que não baixar a Selic? É um momento em que todos têm juro negativo no resto do mundo e o Brasil com quase 4%, sem atividade econômica.

A questão da nossa dívida, quando os senhores assumiram o governo a bruta era de 66%, está 74. A líquida era de 38,8 está 50,9.

O senhor foi Presidente do Banco Central do presidente Lula. Aliás, ele tem, pelo senhor, um grande respeito, ele gosta muito como técnico e como Presidente do Banco Central, e o senhor sabe que durante o governo do Presidente Lula e parte do governo da Presidenta Dilma, nós fizemos superávits consecutivos. A dívida despencou, a bruta e a líquida também. E os senhores nunca usaram dívida bruta como referência, exatamente por conta das reservas internacionais que o senhor acabou de falar aqui, que se retirar a dívida bruta cai, mas a líquida aumenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, fizeram esse tipo de discurso para tirar a Dilma e diziam que isso tudo ia melhorar. Então, como melhorou? Se nós estamos com uma atividade econômica inferior ao que nós tínhamos, com as dívidas maiores e com uma taxa de juro real que é maior do que naquela época? Eu não sei para quem melhorou.

A taxa de investimento está 15,5% do PIB. No governo do Presidente Lula, no qual V. Exª foi Presidente do Banco Central, nós chegamos a ter quase 23%.

Nós não temos investimento e o consumo está parado.

Eu pergunto, Ministro, está melhorando para quem? Eu gostaria de saber quais são as pessoas que estão se beneficiando da melhoria que o senhor diz ter na economia brasileira? O grupo social, quem são? Quais são as pessoas? Quais são os setores que estão melhorando? Eu acho que isso é importantíssimo nós sabermos.

Os senhores estão fazendo cortes nos orçamentos que são absurdos, são desumanos, Ministro. Eu aqui falo para a sua humanidade, eu tenho percebido que V. Exª tem feito algumas atividades políticas, inclusive, e acho que V. Exª ...

tem feito algumas atividades políticas inclusive, e acho que V. Exª está com vontade de se candidatar a Presidente da República, o que lhe é um direito, claro, mas, como Presidente da República, o senhor não pode governar só para fundo de investimento, o senhor não pode governar só para o mercado financeiro. O senhor hoje é um Ministro da Fazenda, que só olha fundo de investimento e mercado financeiro. Sabe o que os senhores fizeram com o Orçamento da República? Os senhores terminaram com PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar). Eram 700 milhões. Isso é nada perto de um orçamento. Sabe quanto os senhores deixaram? Seiscentos mil. Mas sabe o que isso significa para o pequeno produtor rural, para o agricultor que tem uma vida tão difícil no País? Significa ele comer, ele ter renda para melhorar a sua alimentação. Significa isso.

Vocês terminaram com o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Pobres não têm vez neste Governo, é só estatística. O Bolsa Família está caindo. A educação, os senhores cortaram mais de 50%. Como um país vai se desenvolver sem educação e sem ciência e tecnologia? Diga-me qual foi o país no mundo, Sr. Ministro, qual foi o país no mundo que abriu mão de recursos públicos para desenvolver a sua ciência e tecnologia? Qual foi? Se o senhor me disser um país aqui que desenvolveu sua ciência e tecnologia só pelo setor privado, eu vou dar ao senhor realmente o meu voto de confiança.

Não existe. Ciência e tecnologia precisam de dinheiro público para serem desenvolvidas. Vocês cortaram, vocês não querem soberania nacional. O Minha Casa, Minha Vida, que era um programa que, além de proporcionar casa ao povo mais carente, dava emprego, acabou. Vocês colocaram a Caixa Econômica para financiar imóvel a partir de R$800 mil, R$900 mil. Que política é essa? Para que serve governo? É o Governo às avessas, é o Governo dos ricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aliás, tenho um gráfico aqui muito interessante do Prof. Marcelo Medeiros...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... que mostra o seguinte:em 2016, nós começamos a ter uma queda de renda, dos pobres e dos ricos, por conta da crise internacional e da crise que nós tínhamos no Brasil, final de 2015, início de 2016. Só que, a partir do quarto trimestre de 2016, sabe o que aconteceu? A renda dos ricos começou a subir, e a dos pobres despencou. Como a gente explica isso? Nós estamos governando para quem, Ministro? Para quem está melhorando a atividade econômica? Nós voltamos a ter fome no Brasil. A fome tem uma cara muito feia, talvez, porque acho que V. Exª nunca passou fome na vida, não sabe o que é, o Presidente Lula passou, por isso ele sabia o que era a fome. E ele fez um programa para tirar as pessoas da fome.

Como a gente explica para o mundo que a gente passou a ter fome? Como a gente explica? E ainda tem um juro de 4% e o rentismo no Brasil é que manda na economia? É vergonhoso para um País como o nosso que já tinha superado isso.

Às vezes o pessoal diz para mim o seguinte: "Vocês criticam tanto o Ministro Meirelles, mas o Ministro Meirelles serviu ao governo do Presidente Lula". É verdade. V. Exª serviu e acabei de dizer que o Presidente tem um grande respeito por V. Exª e de quem gosta. Mas o posto era diferente, a política dava orientação à economia, e não ao contrário. Quem orientava a economia era o Presidente da República com a visão política de país. E sabe por que deu certo com o Lula? Não é porque nós estávamos bem internacionalmente só, a economia estava bombando, porque já tivemos outras oportunidades em que a economia estava bombando internacionalmente e que nacionalmente o povo brasileiro tinha fome, deu certo porque o Lula governa com a cabeça do povo.

Eu estou acompanhando o Presidente Lula nas caravanas que ele está fazendo, Ministro. É impressionante. Nós estivemos em uma pequena propriedade agrícola, de agricultura familiar que tinha cooperativa, eles plantavam moranguinho, plantavam mamão, eles mesmos faziam doces. Sabe o que ele nos disse? "Olha, Presidente, até o ano passado, eu conseguia um Pronaf legal. Este ano o banco já não quer mais me fazer Pronaf. Eu não tenho como fazer o financiamento de custeio da agricultura. Eu não tenho como fazer".

como fazer o financiamento de custeio da agricultura...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... eu não tenho como fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe quanto foi o primeiro Pronaf que esse agricultor pegou, Ministro? R$15 mil. O que é R$15 mil? Nada, nada. E estão cortando isso. O último que ele pegou era na faixa de R$50 mil. O que é R$50 mil? Nada. Mas sabe o que significa para eles? Significa que ele cria a família dele, o genro dele, a filha dele. Significa isso. Eles têm cooperativa lá. Agora, sabe por que o Presidente Lula fazia Pronaf? Porque o Presidente conhece isso.

Ministro, se o senhor quer mesmo ser candidato e governar o Brasil, que é um direito seu, conheça o Brasil. Pise o Brasil real, não fique só nos carpetes e no ar refrigerado do sistema financeiro. Essa gente ganha bem, essa gente come bem. Essa gente, para falar que o orçamento está inchado, fala. Eles não precisam, aliás eles precisam do orçamento. Eles querem que corte dos pobres para eles ganharem. A gente não pode governar o País assim.

O senhor conviveu com o Presidente Lula, o senhor sabe a cabeça do Lula. O Lula pisa em assentamento do MST, o Lula pisa na agricultura familiar, o Lula vai para dentro da universidade, da escola pública, vai para a praça conversar com o povo. Eu assisti a cenas chocantes nessa caravana. E nós estávamos em Minas, não estávamos no Nordeste. Está bem que era o Vale do Jequitinhonha, que é uma região mais pobre. Mas as pessoas pegavam na mão dele e choravam e diziam assim: o senhor tem que voltar, o senhor tem que voltar. A mulher estava com uma baciazinha cheia de alface, ela disse assim: esse vai ser meu almoço hoje, Presidente.

Então, o que nós estamos fazendo? Que economia nós estamos servindo, Ministro? A única economia que nós podemos servir é a economia que ganha para o povo. E o senhor sabe muito bem que, quando o Lula foi Presidente, não tirou do povo que estava ganhando dinheiro também, dos ricos. Ganharam um pouco menos, mas continuaram ganhando.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agora, a maioria do povo brasileiro ganhou. Então, eu pergunto: para quem está melhorando a economia, Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Gleisi. Ministro Meirelles, por favor, para responder a interpelação dos últimos três Senadores.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, obrigado, Senador. Vamos, então, começar pela pergunta do Senador Lindbergh Farias, que começou se referindo à questão do investimento.

A essência do argumento era de que o Brasil não está crescendo, a recuperação não é sustentável porque o investimento caiu. E ele cita dois dados. De um lado, a queda do investimento dos últimos anos e, de outro lado, a queda dos investimentos totais na economia no segundo trimestre, de 0,7% essa queda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, vamos falar da queda dos investimentos da economia brasileira nos últimos anos. Não há dúvida de que foi uma queda muito forte. Os investimentos da economia brasileira caíram mais de 30% nos últimos anos. É real isso. E caíram os investimentos em função da recessão, que começou em 2014, 2015, 2016.

Então, essa recessão foi causada por uma parte dela que era do consumo e uma parte forte que era do investimento. Isto é, os investimentos caíram inclusive

Isto é, os investimentos caíram inclusive fortemente nesse período, o que é uma combinação, em primeiro lugar, de queda de demanda, queda de vendas das empresas, das companhias, sendo privadas ou, em alguns casos, inclusive públicas, e, em função disso também, uma incerteza em relação ao comportamento futuro da economia. Então, isso aí é algo que nós esperamos que agora, com o crescimento da economia, da mesma maneira como a recessão levou a uma queda muito forte do investimento, à medida que a economia começa a se recuperar, as vendas começam a se recuperar, as atividades começam a se recuperar, a consequência natural é a retomada dos investimentos.

Mas, neste ponto é, de fato, muito importante a discussão sobre o resultado do segundo trimestre, os 0,7%. E aí, para que nós entendamos isso, nós temos que separar o que é investimento em máquinas, equipamentos e tecnologia e o que é, por exemplo, investimento na construção civil. Isso tem diferenças muito importantes. Por quê? O fato concreto é que o investimento em máquinas e equipamentos, no segundo trimestre, subiu 4% em relação ao trimestre anterior. Portanto, houve um aumento forte, sim, de investimento em máquinas e equipamentos, visando um aumento de produção, confirmando aquilo que tem sido dito: que a atividade econômica está gerando, sim, uma recuperação dos investimentos. No entanto, houve, sim, uma queda dos investimentos da construção civil. A razão para isso também é muito clara: a construção civil tem um tempo longo entre o planejamento do imóvel, a construção do imóvel, a venda desse imóvel, seja comercial, seja residencial. Portanto, é o chamado ciclo longo. E todos sabemos que existe ainda um grande estoque de imóveis prontos na economia. Esses estoques estão, sim, sendo desovados. Quer dizer, está havendo um processo de retomada da demanda por esses imóveis, mas existe ainda um estoque muito grande, e isso foi o que de fato afetou esse item no segundo trimestre neste ano. No período seguinte, continuou a haver uma recuperação do investimento em máquinas e equipamentos.

Dito isso, Senador, há outro aspecto muito importante, que é a capacidade ociosa das empresas. Um exemplo mais notório é a indústria automobilística, em que os números são mais claros de serem entendidos, porque é uma indústria mais concentrada, então, ela é mais homogênea para se medir esse tipo de coisa. A indústria chegou a ter, em alguns momentos, no pico da crise, 54% de capacidade ociosa. Em economia se chama isso de hiato de produto. Então, o que acontece? No momento em que a economia retoma a atividade, começa de novo a se desenvolver e a crescer, é muito importante reconhecer o fato de que as indústrias, quando estamos saindo de uma recessão tão grande, têm uma capacidade ociosa muito grande. Então, a retomada do crescimento pode se dar mesmo com o investimento mesmo com o investimento que não acompanhe esse crescimento, apesar de máquina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e equipamento está retomando, mas não necessariamente em construções ou outras coisas. Por quê? Porque existe uma capacidade, de novo, grande na economia a ser preenchida. Por isso, inclusive, é que existe uma boa possibilidade de que o crescimento do País no ano que vem seja maior até do que está previsto pelos analistas, seja maior do que esses 2,5, que é a previsão agora dos analistas de uma forma geral.

Portanto, eu deveria lhe tranquilizar porque os investimentos, sim, máquinas e equipamentos, estão crescendo, mas, na medida em que a capacidade ociosa vai sendo esgotada, esses investimentos irão se acelerar, e a tendência é, inclusive, que eles venham a ser superiores ao crescimento do consumo.

O consumo das famílias está crescendo, sim, e o senhor tem razão quando diz que o consumo do Governo está caindo. Sim, um por causa do ajuste fiscal, mas o consumo das famílias está crescendo mais do que essa queda. Então é importante essa informação para V. Exª.

A questão do BNDES e essa ideia de que até que ponto receber recursos de volta do BNDES seria ou não seria uma pedalada, etc., e que seria uma destruição do BNDES... Vamos responder a essa pergunta diretamente.

O BNDES cresceu bastante nos últimos anos, saindo da fonte, sua fonte tradicional de financiamento, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e recebeu recursos em empréstimos diretos do Tesouro Nacional. Esses empréstimos do Tesouro Nacional estão, inclusive, sendo questionados pelo Tribunal de Contas da União – empréstimo feito lá trás, só para deixar claro –, no sentido de... Questionam esta ideia de que o Tesouro Nacional empreste para o BNDES a taxas que eram, e ainda... Subsidiadas.

A devolução da primeira parcela de recurso do BNDES para o Tesouro Nacional teve, em primeiro lugar é importante dizer, uma consulta prévia ao TCU. Quer dizer, exatamente para não ter dúvida sobre essa questão de pedalada, etc. Nós fizemos uma consulta ao TCU, descrevemos toda a operação e aguardamos que o TCU se pronunciasse até que o Tesouro Nacional pudesse receber esses recursos, que foi, de novo, decisão do Conselho de Administração do BNDES. Isto é, o Conselho de Administração do BNDES decidiu que era o melhor uso de recursos devolver ao Tesouro Nacional.

Então, em primeiro lugar, do ponto de vista legal, foi uma autorização prévia do TCU.

S. Exª pode questionar todo mundo, inclusive o TCU, está certo? Mas, do nosso ponto de vista, o TCU é a entidade, é a Corte adequada para julgar as contas públicas e a legalidade das contas públicas. Portanto, isso foi considerado absolutamente regular, foi autorizado, e, apenas após a autorização, o Conselho do BNDES autorizou o pagamento desses empréstimos. De novo, não é um empréstimo do BNDES ao Tesouro – só para não dar confusão com situações anteriores. Não é que o BNDES emprestou; o BNDES Com situações anteriores. Não é que o BNDES emprestou. O BNDES pagou o empréstimo que ele tinha, ao contrário. Foi feito nessa base.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação à questão daqui para a frente, portanto, já foram feitos mais R$50 bilhões. Então, está em R$850 bilhões. Já foram autorizados R$50 bilhões este ano; R$100 bilhões foram no ano passado. Agora, nós estamos, inclusive, aguardando o pronunciamento do TCU sobre o saldo remanescente. O TCU foi mais longe agora. Ele aprovou, sim, o pagamento, mas está questionando – vai julgar, não julgou ainda – a correção desses empréstimos todos, remanescentes, que foram feitos no passado. Certamente, o conselho do BNDES vai atender à determinação do TCU, qualquer que seja. Se for decidido que tem que pagar os empréstimos remanescentes, na medida em que houver disponibilidade de caixa, será feito.

Do ponto de vista do interesse nacional, que vai além da questão jurídica, legal, é o seguinte, Senador: nós temos aqui uma situação muito simples, em que nós temos o Tesouro Nacional pagando taxas de juros do mercado, que já foram suficientemente discutidas aqui – vamos voltar a isso –, emprestadas a juros subsidiados pelo BNDES – aquela TJLP, que a partir do próximo ano vai ser TLP –, e, portanto, a taxas menores do que o Tesouro paga. Então, o Tesouro paga uma taxa mais elevada, empresta ao BNDES a uma taxa menor, e o BNDES aplica, porque não tinha uso para esses recursos, no mercado financeiro – esse mercado financeiro tão criticado. Então, o BNDES está lá aplicando recursos no mercado financeiro, e não em investimento. Por quê? Porque não tinha demanda, objetivamente. Então, o que acontece? Esse recurso, o Tesouro financiava caro, passando uma taxa menor para o BNDES, que aplicava isso no mercado financeiro. Então, concluiu-se – inclusive o Conselho do BNDES concluiu isso – que era um uso melhor dos recursos para o País pagar os empréstimos a parte, que foram esses R$150 bilhões, já decidido, permitindo ao Tesouro Nacional usar esses recursos exclusivamente – outra decisão do TCU – para pagar a dívida pública. Isso foi feito.

Em resumo, essa é a operação transparente, cristalina, devidamente analisada, justificada e aprovada.

Em relação a 2008, talvez eu não tenha entendido bem a colocação de S. Exª...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que eu disse que, se existisse a TLP lá em 2008, a taxa de juros estaria muito alta naquela crise econômica.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. Só para deixar claro, a TLP é a partir do próximo ano. Até agora, nós temos ainda a TJLP. A TJLP é fixada de uma forma diferente da taxa de mercado. É fixada pelo Banco Central e pelo risco país. A TJLP é fixada pelo Conselho Monetário Nacional. São três votos: Ministro da Fazenda, Presidente do Banco Central e Ministro do Planejamento. Muito bem. Naquele momento, o que aconteceu? A situação é um pouco contrária, isto é, no momento em que a política monetária do Banco Central não influencia a fixação da TJLP, a política monetária do Banco Central, por exemplo, não usa todos os créditos da economia para sua política monetária e portanto

todos os créditos da economia para sua política monetária e, portanto, diminui o poder da política monetária. Com isso, a taxa de juros para todos os brasileiros tem que ser um pouco mais cara para subsidiar os clientes do BNDES. Independentemente de aspectos de que "tudo bem, existe uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

teoria que justifica isso, etc.", mas o fato concreto é que a nossa expectativa agora é de que, com a TLP e na medida em que a taxa usada pelo BNDES passa a ser a taxa de custos do Tesouro, depois de um certo prazo de adaptação, nós passamos a ter maior poder para a política monetária do Banco Central, em consequência a menor taxa de juros para todos. Isso é que é importante. Muito bem.

No caso de 2008 não: a taxa de juros caiu – inclusive, participei dessa decisão. Na época, cortamos fortemente a taxa de juros. Isso caiu simplesmente porque existia, de fato, uma recessão, uma queda muito grande na oferta de crédito no Brasil em função da crise internacional e do colapso do mercado financeiro internacional. Muito bem. O Brasil, felizmente, saiu bem daquela crise, saiu rápido. E, portanto, é importante dizer que o fato é que agora, com essas mudanças, nós teremos um maior poder de política monetária do Banco Central e, em consequência, a menor taxa de juros esperada.

Agora, em relação às contas públicas – já houve outras perguntas sobre isso –, eu vou sumarizar aqui nas contas nacionais, no caso, o crescimento da economia.

Vamos aqui ponto a ponto.

No primeiro trimestre de 2017, a avaliação em relação ao último trimestre de 2016, isto é, variação trimestral, trimestre sobre trimestre, foi de 1%. Foi um crescimento alto, um crescimento elevado. Então, não é correto se dizer que houve continuidade da recessão ou estagnação. Não. O Brasil cresceu forte, cresceu 1%. É verdade que, desse 1%, a contribuição do setor agrícola foi 0,8% e a contribuição do restante da economia foi de 0,2% – indústria, comércio e serviço. Muito bem. No segundo trimestre, no entanto, a contribuição do restante da economia – indústria, comércio e serviço – foi de 0,4%. A agricultura caiu 0,2% em função da questão sazonal. Então, o crescimento, digamos, como resultado, foi de um pouco acima de 0,2%; mas o crescimento da economia, portanto, disseminou-se. Passou de 0,2% no primeiro para 0,4% já no segundo. E com uma tendência de acelerar. E isso é que é o mais importante.

A segunda questão importante é sobre os ajustes, que também foi bastante enfatizada pela ilustre Senadora Gleisi Hoffmann, que é a questão do ajuste pago ou em cima dos mais pobres. Onde é que está essa questão? Bom, vamos aqui endereçar isso ponto a ponto, mas eu vou começar dizendo o seguinte: além da questão do Bolsa Família, que eu já vou

Além da questão do Bolsa Família, que eu já vou responder a uma questão que também foi colocada à frente, as pessoas que foram retiradas do Bolsa Família o foram por causa de auditoria realizada. Na realidade, constatou-se a existência, infelizmente, de um número grande de pessoas que não atendiam ao padrão definido pelo Bolsa Família, o padrão definido de pobreza, de renda. Isso foi decorrência do descontrole que existia até recentemente no Bolsa Família. Portanto, na realidade, não há nenhuma política determinada de diminuir o que se dispende com o Bolsa Família, muito pelo contrário – foi autorizado recentemente, inclusive, o aumento no número de pessoas a serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cadastradas no Bolsa Família. Mas de novo: aqui nós temos que ver de fato a realidade, isto é, ter segurança de que o recurso é usado correta e adequadamente. Isso é muito importante.

Outra questão também que está sendo analisada é que não há nenhuma intenção de diminuir ou prejudicar o BPC etc. Só que existem aqui alguns problemas também – de novo, na mesma linha da questão de desvio, de fraudes no meio do processo. Apenas um percentual dos recursos chegam, de fato, aos mais pobres, e está muito judicializado esse processo como um todo. Em resumo, o que nós estamos fazendo é olhar isso com muito cuidado, com muito rigor, e estamos encaminhando esse processo.

Mas eu gostaria, então, de afirmar a V. Exªs que não há nenhuma política, em nenhum momento se pensou ou se decidiu isso de fazer o ajuste em cima de programas sociais, muito pelo contrário. Na realidade, o ajuste se dá principalmente em termos de curto prazo, num corte de despesas discricionárias de grandes itens, e estamos aqui discutindo as reformas fundamentais.

Em relação a um ponto muito importante, que ela disse muito bem – por que não se cobra com maior eficácia os devedores da Previdência Social? Não se poderia cobrar mais todos esses devedores etc., etc., etc.? Muito bem. O que existe é um processo muito rigoroso de cobrança ativa por parte, inclusive, dos órgãos da Advocacia Pública no sentido de acionar etc. Agora, nós vivemos – ainda bem – num Estado de direito, e isso é discutido com muita clareza na Justiça. Portanto, tudo isso é objeto de grandes questionamentos, evidentemente, dos devedores e, na medida em que isso seja decidido pela Justiça, é executado imediatamente. O que não se pode é cobrar procedimentos extrajudiciais, que não existem na estrutura jurídica do País. A Justiça

Não existe na estrutura jurídica do País. A Justiça está sendo seguida rigorosamente, as ações estão sendo tomadas.

Em relação à questão do Refis, evidentemente que isto, não vou discutir, é um projeto de lei aprovado aqui no Congresso Nacional, com toda a discussão aberta, democrática, aqui nesta Casa. Não vou nem discutir esse assunto, já nos expressamos, inclusive, através de manifestações técnicas etc., recomendações devidas, nossas opiniões sobre esse projeto. Nós temos aqui simplesmente que seguir a lei. Portanto, este é o ponto mais relevante.

Nós temos aqui o outro ponto importante, mencionado pelo Senador Lindbergh e também pela Senadora Gleisi, que é a questão do Mapa da Fome, o andar pelas cidades do País. É extremamente relevante, não há dúvida – eu compartilho da preocupação com os mais pobres no País –, e é exatamente o que nós estamos procurando enfrentar.

A recessão por que o Brasil passou, uma queda de produto, que foi maior do que a Grande Depressão de 29, 30, 31, a maior recessão da história do Brasil, gerou um grande número de desempregados, evidentemente, e aumentou certamente a desigualdade. A situação piorou para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqueles que perderam emprego e para aqueles que de fato passaram, em função disso, a ter maior dificuldade. Não há dúvida de que isso se reflete nas ruas.

O que estamos fazendo, além dos programas sociais etc.? Nós estamos trabalhando para criar emprego. Eu mostrei aqui claramente como foram criados mais de um milhão de empregos este ano no Brasil. Até o ano passado, estava sendo destruído emprego no País.

São dados estatísticos. Nós podemos discutir os dados, discutir os dados do IBGE...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Para quem tem qualificação, não é, Ministro?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É para quem tem qualificação. Os empregos estão sendo criados para esse setor; para o povão, não.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não. Na realidade é até o contrário. Uma das questões que está sendo discutida é exatamente muita contratação, ainda na primeira fase, de pessoas de menor qualificação. Na realidade, à medida que o processo prossegue é que pessoas de maior qualificação passam a ser contratadas.

O que eu quero dizer é o seguinte: em última análise, Senadora, eu não acho – e eu vou dizer isso com muita clareza – que a recessão e a destruição de empregos foi uma manobra uma perversa e pré-determinada do governo anterior para prejudicar a vida das pessoas e dos mais pobres – isso aconteceu em função de políticas aplicadas que não deram certo –, da mesma maneira agora essas políticas estão gerando mais empregos.

Agora, no momento em que se gera mais empregos na economia, evidentemente os setores vão se recuperando, as empresas vão contratando e etc.. Não há uma intervenção do Estado, definindo quem vai ser contratado ou quem não vai; o empregado que vai ser contratado ou não.

Em resumo, o que se pode fazer, sim – e isso é muito importante –, é voltar a criar emprego. E isso é o que está acontecendo no Brasil, porque já foi criado emprego este ano.

Outra questão colocada pelo Senador é a questão

é a questão das minhas atividades no setor privado. Eu gostaria de dizer ao Senador o seguinte: no setor privado eu trabalhei mais de 30 anos.

Em primeiro lugar, numa empresa multinacional, de fato, que era o Banco de Boston, depois o Bank Boston, fizemos uma fusão com outro banco chamado Flip, dirigi essa instituição no exterior e passei lá cerca de 30 anos. Depois, deixei tudo isso, voltei ao Brasil, procurei trabalhar para o bem do País inclusive com o ex-Presidente Lula que me convidou para ser presidente do Banco Central,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

renunciei ao mandato de Parlamentar, Deputado Federal, para o qual tinha sido eleito exatamente para assumir a Presidência do Banco Central, convidado pelo Presidente Lula, o fiz, trabalhamos oito anos nessa função. Em seguida, eu montei uma empresa que prestou orientações a outras empresas visando projetos específicos, um grande banco de investimento internacional chamado Lazard, uma empresa de investimentos que é a maior do mundo em investimentos de risco chamada KKR e o grupo que era proprietário do Banco Original.

E o Senador mencionou...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, não precisa nem explicar, Ministro. Eu estava citando a título...

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Eu entendi.

Vou só dizer uma frase que o próprio Senador explicou. Disse o Senador que eu precisava explicar e o Senador mencionou as opiniões de alguns funcionários do Banco Original que eu acho que explicaram isso. Ele diz o ali quem dava orientação para o Banco Original para a construção da plataforma digital era o Meirelles. Perfeitamente, para esse grupo foi o serviço que eu fiz, orientar a construção da plataforma digital do Banco Original.

No caso do Lazar, era um trabalho um pouco mais abrangente que era a expansão do banco na América Latina. No caso Lazard eu era o *chairman* do Lazard Americas; no caso da KKR a orientação da empresa vir ao Brasil eu gostaria de adicionar outras coisas também para o Senador – alguns podem gostar, podem aprovar isso ou não – eu fui também um membro do conselho do Lloyd´s of London que não é o banco Lloyds, é a bolsa de seguros de Londres, uma instituição centenária, altamente respeitável e que foi fundada no século XVIII etc onde eu tinha uma atividade intensa no Lloyd´s of London. Fui também membro do Conselho da Azul Transportes Aéreos.

Resumo: uma atividade bastante diversificada e intensa no setor privado. E, certamente, tudo isso é totalmente transparente e, se alguns Senadores mencionaram aqui e outros mencionaram o tempo todo o fato de não haver nada que seja questionado diretamente por autoridades a meu respeito, é simplesmente resultado de uma carreira em que, de fato, sempre fui extremamente cioso da ética e da lei.

Devo mencionar também uma coisa que o Senador mencionou que é a questão de rendimentos. Eu gostaria de esclarecer e deixar claro que todos os meu rendimentos pessoais, distribuição de dividendos da minha empresa

meus rendimentos pessoais, distribuição de dividendos da minha empresa foram, antes de serem efetuados – depois que assumi o Ministério - , objeto de consulta prévia à Comissão de Ética Pública do Governo Federal que, por reunião plenário, os aprovou. Só depois disso é que foi feita a distribuição de dividendos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em resumo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em resumo, nada do que eu fiz, Senadora, foi objeto de consulta, inclusive até na questão anterior, mais controversa, essa sim, do BNDES, do pagamento do BNDES. De novo nós fizemos uma consulta prévia ao Tribunal de Contas da União.

Senadora Kátia, chegamos a V. Exª, neste momento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Essa separação lá do Tocantins é que foi um problema. Né, Senador? Mas o resto tudo bem.

Vamos lá. Em primeiro lugar, em relação ao CRA. Em relação ao CRA eu diria o seguinte: vamos olhar isso com cuidado. O problema todo do CRA não é exatamente a questão...A maior discussão que se tem, como V. Exª inclusive já acompanhou, é a questão do risco cambial. Tem uma questão muito importante...Tem o problema da taxação sim. Anotei aqui com muito cuidado, vamos discutir com a Receita Federal essa questão da taxação na variação cambial positiva por parte dos investidores internacionais tomando muito cuidado, de novo, com toda essa questão referente a isenções etc, etc, etc.

Referente, no entanto, à questão de...O grande problema é que se discutiu muito com o CRA, pelo menos do ponto de vista dos investidores internacionais, Senadora – e converso intensamente com investidores internacionais. Estive na reunião do Banco Mundial e do FMI, por exemplo, em Washington, recentemente. Conversei com investidores internacionais do mundo inteiro e com grandes investidores, no Brasil, em renda fixa, no caso, por exemplo, e no caso também do CRA. O problema maior, a preocupação maior dos investidores num investimento de renda fixa é exatamente do *hedge* cambial. E o problema do *hedge* cambial é a questão objetivamente de saber quem paga a conta. No fundo é só isso. E numa situação de ajuste fiscal tão séria como a que estamos nós claramente temos de, de fato, sermos muito ciosos do custo público. Então, é o mesmo problema que se coloca em relação aos investimentos de infraestrutura. Está tudo muito bem, tem muito interesse. Agora, quem vai pagar o *hedge* cambial? Sei quem não vai. É o Tesouro Nacional. Está certo? Evidentemente, o investidor tem de correr esse risco, se é um investidor estrangeiro. O investidor nacional não tem esse problema. Em resumo, o importante é mantermos a trajetória de recuperação.

Em relação às reservas internacionais foi feita uma pergunta sobre qual é a parcela, o percentual, das reservas internacionais em relação à dívida bruta. É de 37%. Quer dizer, 37% da dívida bruta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É 37%. Quer dizer, 37% da dívida bruta é reserva internacional, por isso V. Exª há de entender que é por isso exatamente que eu uso o conceito, e prefiro usar o conceito, de dívida líquida; líquida de reservas.

A ilustre Senadora Gleisi Hoffmann mencionou a questão de que a dívida líquida era um conceito que estava sendo usado e deixou, e passou a ser dívida bruta, etc., e por quê? E agora estou falando de dívida líquida de novo. Deixe-me deixar... mas não só sobre esse assunto, mas todos, particularmente também, muita clareza sobre isso. É o seguinte: a dívida líquida é o conceito que sempre foi usado. Instituído na década de 90, etc., é um conceito importante, que é um conceito quase mais representativo, exatamente porque não pune os países que têm reserva de caixa, que é reserva internacional. Porque a dívida bruta tem esse problema: infla um pouco a dívida por conta de ter reserva. Por isso eu prefiro, acho mais certo, de fato, dívida líquida. Só que tem um problema: no Governo anterior, o Governo começou também a deduzir da dívida bruta, para efeito do cálculo da líquida, os empréstimos do Tesouro ao BNDES, que, por definição, não são líquidos, porque são empréstimos de longo prazo.

Pois não, Senadora?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas esse é um crédito que o Tesouro tem. Acabou de recebeu R$100 bilhões, inclusive, Ministro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Perfeitamente. Mas, como o próprio nome indica, Senadora, é dívida líquida, é líquida de caixa. Não é líquida de crédito de longo prazo. Nós estamos negociando com... Note bem: nós estamos negociando com o conselho do BNDES esse recebimento, o conselho concordou. Agora, ainda existem lá mais de R$300 bilhões, que o Tesouro Nacional não pode ir lá e fazer caixa disso. O BNDES tem vinte, ou mais de vinte anos, de prazo para pagar, então, não é líquido. Então, o conceito é dívida líquida, está certo? Que é conselho de caixa.

E nesses termos, então, no momento em que começou a deduzir, isso começou a ser questionado pelas agências internacionais, pelas instituições multilaterais, e isso meio que criou uma dúvida e uma quebra na credibilidade do conceito de dívida líquida, e, portanto, passou a se usar dívida bruta. Não agora; inclusive já no Governo anterior.

Muito bem. Nós estamos resgatando, devidamente acordados com o Banco Central, o conceito de dívida líquida de reservas, está certo? Esse conceito ainda não está devidamente consagrado, estabilizado, porque é um conceito novo, que nós estamos criando, estamos negociando com agências internacionais de risco e multilaterais para que nós possamos passar a usar o conceito de dívida líquida de reservas.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – De reservas vai contar a nosso favor, não é?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Isso, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como era antes, no início desse processo, lá atrás. Quando eu estava ainda no Banco Central, nós só falávamos em dívida líquida, não falávamos praticamente em dívida bruta. Depois, com o grande aumento de empréstimos ao BNDES nos anos mais recentes, e o aumento muito grande dessa discussão sobre se seria Caixa ou não seria Caixa, isso levou a uma certa perda de credibilidade do conceito de dívida líquida.

Pois bem. Então, nós estamos agora resgatando isso. Mas ainda estamos usando, sim, o conceito de dívida bruta. Por quê? Porque isso é o que ainda prevalece em função, exatamente, desse problema com o conceito de dívida líquida anterior.

ainda prevalece em função, exatamente, desse problema com o conceito de dívida líquida anterior. Mas nós vamos trabalhar e estamos trabalhando nessa situação.

Acerca das desonerações, há uma outra pergunta, uma outra questão feita pela Senadora de por que não eliminamos aí grande parte ou, como a Senadora mencionou, um corte horizontal de desonerações.

Aí, Senadora, é uma questão muito delicada e uma questão conceitual de política econômica. É a seguinte: é o problema de aumento da carga tributária pura e simplesmente horizontal. Aí é muito importante o "horizontal" em momentos em que se está fazendo a recuperação da economia.

Então, não é adequado. Na medida em que há aumento horizontal de carga tributária, isso, de uma certa maneira, pode fazer com que o custo seja maior do que o benefício. Ou seja, que o custo em termos de crescimento seja maior do que o ganho, em termos de aumento da tributação. Por quê? Porque existe uma correção entre PIB e receita. Então, é o seguinte: na medida em que o PIB cresce, a receita tenda a crescer mais. Se o PIB cai, a receita cai mais.

Por outro lado, se há um aumento de carga, pura e simplesmente, isso prejudica o crescimento. Então, esse custo/benefício precisa ser calculado com muita precisão. É um cálculo técnico complicado, feito com muita dificuldade, mas temos seguido isso com muito rigor.

Então, é importante. Agora, não temos concedido desonerações novas, principalmente essas desonerações que eram feitas para empresas específicas. Aliás, em encontro sendo realizado hoje pelo TCU, nós, inclusive, anunciamos lá que nós vamos começar – para isso, há uma mudança que nós vamos propor, inclusive, em termos legais – a ser transparentes completamente com todas as desonerações. Hoje, inclusive, muitas delas são protegidas por lei, sigilosas.

A nossa ideia é começar a abrir todo esse processo e torná-lo completamente transparente para a sociedade brasileira e para os órgãos reguladores.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – E a 795, que está em tramitação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Oi?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – A MP nº 795, em tramitação?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe-me.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – A MP nº 795, que está tramitando, ela desonera as empresas petroleiras.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – É.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Então, é o seguinte: são duas coisas...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – São 16 bi, Presidente, este ano.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – É um ponto importante, Senadora.

Ela mantém a desoneração que já existe, exatamente em primeiro lugar, caindo no mesmo ponto que eu disse até agora de não aumentar a carga tributária, neste momento.

Depois eu vou falar sobre algumas questões pontuais, sobre as quais pode ser questionado isso.

Agora, ela, ao invés de dar apenas para empresas estrangeiras, como foi dito aqui e que era o caso, de fato, no passado, foi estendida para fornecedores nacionais. Isso sim, porque aí é uma questão de isonomia tributária. Isso foi a única coisa, de fato, que foi estendida.

Mas, de novo, eu acho que, com o tempo, na medida em que todo o processo de...

na medida em que todo o processo de aumento de arrecadação em função do aumento da atividade econômica se consolide e nós tenhamos aí um ciclo de consolidação do crescimento no futuro, eu acho que não só nós temos que deixar vencer normalmente as desonerações, mas, certamente, nós temos que rever isso com muito rigor lá na frente, na medida em que a economia se solidifique.

Por exemplo, a nossa previsão é de que a economia vai estar crescendo solidamente durante o próximo ano e nos anos seguintes – eu até mencionei aqui a questão da capacidade ociosa das empresas. Eu acho que o Brasil pode crescer mais do que o potencial nos anos seguintes. Então, eu acho que os anos de 2018, 2019 e 2020 podem ser anos de surpresa extremamente positiva na economia, no crescimento e na geração de emprego e renda. Aí eu acho que nós teremos espaço, sim, para resolver e olhar todo esse assunto com cuidado.

Passo agora às perguntas do Senador Wellington Fagundes. Há aquela preocupação do reingresso do Brasil no Mapa da Fome. Que medidas econômicas nós estamos tomando para evitar a volta ao Mapa da Fome da FAO? Muito bem. A ideia, como eu já disse, é a seguinte: o que levou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil a essa situação foi a recessão, a queda do emprego, a inflação elevada e a queda da renda. Então, o que nós estamos fazendo? Atacando as causas, exatamente, pela raiz, isto é, tomando as medidas para a economia voltar a crescer – inflação baixa, maior poder aquisitivo. Eu mostrei vários gráficos comparando, por exemplo, o custo da cesta básica com o salário mínimo, etc. e fazendo outras comparações salariais, de maneira que nós possamos ter, de fato, uma situação em que, aos poucos, tudo comece a melhorar.

O que eu quero dizer é o seguinte: Bolsa Família, como eu mencionei, é fundamental – apenas se está prevenindo fraude –, como outras políticas sociais também, principalmente aquelas mais eficazes. Como eu disse, BPC, Loas, etc., tudo é uma questão, de novo, simplesmente de se combater fraude. Não se pode confundir fraude com política social – isso é muito importante.

Segunda coisa: a partir disso, a partir das políticas sociais básicas... A política social mais abrangente e mais duradoura é emprego, criar emprego. No momento em que o País perde milhões de empregos e passa a ter 13 milhões de desempregados, a política social perde muito a eficácia. E aí, sim, voltando à pergunta do Senador Lindbergh e da Senadora Gleisi, esta é a explicação para o que nós vemos nas ruas das grandes cidades brasileiras ou das pequenas também: estamos trabalhando exatamente para minorar e resolver esse problema, criando emprego e dando condições para as pessoas, de fato, poderem ter um padrão de vida decente, etc.

Continuando, agora com a pergunta seguinte. Meta fiscal. Existe o risco de a meta não ser cumprida? Não! Nós vamos cumprir, sim, a meta fiscal deste ano.

Eu queria, aproveitando...

Eu queria, aproveitando esse ponto, antes que me esqueça disso, na questão da carga tributária... Eu gosto sempre – como S. Exªs estão notando – de deixar tudo muito claro, mesmo quando a pergunta não está muito clara. Eu faço questão de esclarecer tudo, todas as políticas do Ministério, etc., do Governo, de que eu participo, questões pessoais, qualquer coisa.

É o seguinte: poderia ser questionado, mas e o aumento da tributação sobre os fundos exclusivos? O aumento do imposto, no caso. Então, não seria um aumento de carga tributária? Bom, deixa eu deixar claro isso. Na realidade, é simplesmente o estabelecimento de uma isonomia tributária no mercado de capitais. Quer dizer, simplesmente uma distorção do que existe hoje. Por exemplo, qualquer brasileiro que entrar em um fundo qualquer, de investimento aberto, de uma instituição financeira, tem um determinado tipo de tributação. Alguém que tenha mais recursos, que aplique em um fundo exclusivo, não, a tributação é menor, demora mais a pagar, a recolher o imposto, etc. Isso está correto. Então, tem que se estabelecer a isonomia tributária, inclusive para o bom funcionamento do mercado.

E a mesma coisa em relação a outras questões, como, por exemplo, a questão da desoneração, a remuneração da folha de pagamentos também. Isso é uma distorção que tinha sido criada. Foi um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

incentivo que foi dado e que poderia perfeitamente ser revertido, inclusive por quê? Porque esse é um tipo de incentivo que tinha por finalidade específica preservar emprego. O desemprego mostra que esse não funcionou, muito pelo contrário. Então, é algo fundamental.

Muito bem, continuando, em relação a investimentos do PPI que impactem o agronegócio, eu diria o seguinte: os investimentos de estradas, transporte, portanto, rodovias, ou ferrovias, ou portos, etc., são investimentos que impactam o agronegócio ou em energia, no sentido de permitir a diminuição do custo, melhor transporte, etc., etc., etc. Então, eu acho que a preocupação da Senadora também está sendo atendida, no caso da Senadora Gleisi, além do Senador Wellington Fagundes.

Muito bem, o que pode se fazer – outra pergunta do Senador – para o capital nacional? Eu acho que o que se pode fazer para o capital nacional é simplesmente fazer o que está sendo feito, isto é, fazer a economia crescer para ter mais oportunidades de negócios para investimento, fazer trabalhar no sentido de ter uma inflação menor, taxas de juros menores, facilitar o investimento do capital e segurança jurídica. Não há dúvida de que eu concordo. Inclusive a lei de governança ou a Lei das Agências Reguladoras, Presidente, eu acho muito importante. Por quê? Porque de fato é aí que nós vamos, de fato, assegurar a segurança jurídica. Quer dizer, vou reforçar a segurança jurídica, etc.

Houve uma pergunta importante. Eu gostaria apenas de mencionar essa questão do capital nacional. Isso é um negócio complicado, discutido no mundo inteiro, e é um conceito que já começa... Que já começa, não, já é superado. No Brasil, isso foi um problema que existiu na Constituição de 1988, que existia um item lá que dizia que era possível dar benefícios para que existia um item lá que dizia que era possível dar benefícios para o capital nacional. Isso abriu uma porta para benefícios tributários, etc., incontroláveis. E na revisão constitucional de 1993 o único item da Constituição que mudou foi este: estabeleceu igualdade para quem quisesse investir no Brasil, cumprir a regra e cumprir a lei brasileira, isso é importante.

A pergunta sobre infraestrutura e o financiamento do BNDES para infraestrutura. Não há problema de falta de financiamento do BNDES para infraestrutura. Pode haver problema de demanda, mas não. Quer dizer, o que houve, Senador, e aí é um problema complicado, foi aquela questão daquelas operações que significavam um retorno menor do que o de mercado, porque o Governo fixou o retorno, em compensação, o Governo dava financiamento subsidiado. O prestador de serviços ficava entre governo financiando o subsidiado e governo controlando a receita. Esse é o grande problema dessa estrutura. Por isso agora o projeto como um todo é exatamente fazer um processo de livre competição.

S. Exª o Presidente está me lembrando aqui da questão do tempo. Então, eu vou acelerar. Está certo.

Passando agora à Senadora Gleisi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Só gostaria de que o senhor comentasse o fundo de compensação das exportações.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Estamos olhando isso. Existe um caso específico lá do Estado do Mato Grosso, inclusive, o Governo Pedro Taques esteve comigo, e outros casos. Estamos com esse processo sendo analisado e tramitando lá no Tesouro Nacional. Deverá ser objeto, inclusive, de uma alteração legislativa, possivelmente. Mas nós estamos trabalhando nisso com toda a brevidade possível. Estamos em contato direto com os Governadores, principalmente o do Estado do Mato Grosso, que é o que está se manifestando mais a esse respeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ministro...

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não participo da Comissão, não tenho a honra de estar como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, mas queria fazer uma proposta que me parece razoável, senão não a faria. É de que o Ministro, que foi tão paciente para responder todas as questões, pedisse à assessoria que enviasse as respostas aos Senadores que perguntaram e não estão aqui presentes, que enviasse a eles as respostas. Atenderia as perguntas que fizeram e estariam satisfeitos. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu passo a palavra então, se o Ministro concordar...

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... pedindo que seja o mais breve possível em função do horário, do tempo. O próprio Ministro pacientemente tem escutado a todos aqui, as perguntas, e respondido de uma maneira muito transparente, didática até, deixando muito claras cada uma das suas posições.

Então, passarei a palavra – não é membro da Comissão, mas é membro honorário em qualquer Comissão desta Casa – à Senadora Ana Amélia e, em segundo, à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Ataídes, pedindo a...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente. Serei muito breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É para cumprimentar o Ministro Henrique Meirelles pela forma como ele tem atendido o Congresso. Ele foi eleito, teve a maior votação de Deputado Federal em 2002, e abriu mão desse mandato.

em 2002 e abriu mão desse mandato. E acho, tenho a convicção de que foi um dos atos mais importantes do ex-Presidente Lula de tê-lo convidado, enfrentando a resistência dos setores, aqueles ditos de esquerda do partido, que não aceitavam aquilo que a racionalidade de uma pessoa inteligente aplicou.

Eu fico muito impaciente quando, em nome da questão social, as pessoas fazem um discurso absolutamente arrogante, com uma dose elevada de arrogância e uma dose muito pequena de memória. Memória muito fraca, mas arrogância muito elevada, para trazer aqui as questões sociais e também para... É inacreditável que as pessoas falem em pobreza tendo deixado 14 milhões de desempregados, com uma política que não havia nenhuma consistência, não havia planejamento, não havia avaliação de desempenho de nenhum setor. Uma destruição da confiança dos agentes econômicos de um governo. E, cada vez que vem uma pesquisa, o dólar sobe porque, claro, voltam os riscos.

Vou falar do Seu Joel, Ministro. O Joel é um vendedor de plantas – eu adoro plantas – em uma loja que tem em um lugar aqui que chama Polo Verde, aqui em Brasília, na saída de Brasília. E o Joel me disse no sábado, quando eu fui lá comprar plantas, ele disse: olha, Senadora, quero lhe dizer que eu agora estou comprando mais comida porque a inflação está baixa e os preços caíram muito.

Qual é o maior patrimônio para ter o poder aquisitivo recuperado senão a inflação em baixa? Eu não sei se essas pessoas vivem no mundo da lua para fazer certas observações aqui em relação à pobreza. Acho que inflação baixa é a maior ajuda que se pode dar um Governo sério à pobreza e à valorização do poder aquisitivo daquele salário que a pessoa recebe.

Quero lhe dizer que essa questão de gasto público que foi feito de falar que não se investe em ciência e tecnologia, não se investe em ciência e tecnologia. Sabe o que fizeram, Ministro? Tiraram dinheiro da Capes e botaram em um programa chamado Ciência sem Fronteiras.

Milhares de jovens, por conta do interesse de obter o voto desses jovens e das famílias, classe média a maioria, foram viajar para o mundo. Foram viajar para a Bulgária, Bulgária. Aprender inglês na Bulgária porque eram estudantes, não era graduados buscando pós-graduação, que é a formação que interessa. Então, esse programa tirou dinheiro da Capes, que é uma zona de excelência, tirou dinheiro do Ministério da Ciência e Tecnologia para botar no Ciência sem Fronteiras. Qual é o retorno que a sociedade brasileira tem sobre esse projeto? Nenhum.

Aí, falam também que a pobreza está perdida. Em 2008, em 2009, 2010, antes disso um pouco, quando o desemprego no Brasil estava 6 a 7% da população economicamente ativa, quando estava assim, o governo gastava com seguro-desemprego, Ministro, R$48 bilhões, R$48 bilhões. Quando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nível de desemprego era 7 a 8%. Sabe quanto, nessa mesma data, o governo colocava no principal programa de apoio social, Bolsa Família? R$24 bilhões. Olha a distorção e o descontrole em um programa que, todos sabiam, era visto, havia muita irregularidade

todos sabiam, era visto, havia muita irregularidade. Seguro-desemprego.

Depois, a primeira coisa que o Governo fez, quando foi tentar corrigir o incorrigível, foi cortar o seguro-desemprego. Cortou, simplesmente cortou.

E o Bolsa Família foi aumentado, se não me engano, em 9% – o percentual do Governo, que assumiu para isso.

Então, preciso, não posso deixar de lembrar essas coisas, porque as pessoas esquecem com muita facilidade e trazem aquilo que não tem consistência, porque para mim essa questão se resume nisso.

Eu só quero, então, perguntar, Ministro, quero lhe perguntar. Poderia falar aqui várias coisas: de desastres e tudo, os mais pobres afetados, e dos sonhos que foram derrubados e transformados em pesadelos. Quero lhe perguntar o seguinte, duas coisas... Há uma concentração da ideia de que o déficit fiscal, a situação fiscal do País precisa resolver o problema do déficit da previdência. Se esse tema, em que nível está?

Segundo, o senhor não acha que, do ponto de vista político e também econômico, com a reforma tributária, se teria muito mais facilidade hoje de fazer um encaminhamento? Qual é o risco, qual é a facilidade que se tem?

Politicamente, eu, politicamente, que votei o teto dos gastos, que votei a reforma trabalhista, por entender que não houve nenhuma lesão ao direito dos trabalhadores...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... penso que, na reforma da previdência, houve um erro de comunicação do Governo. O Governo perdeu a guerra da comunicação, para explicar à população o que é isso mesmo, porque a pessoa que assiste imagina que amanhã não vai receber mais a sua aposentadoria.

Então, a reforma da previdência me parece uma questão que deveria ser tocada pelo Presidente que será eleito em 2018, já que esperamos tanto tempo para fazer essa reforma. E, quanto à reforma tributária, qual é o espaço que há para conduzi-la, já que o Deputado Hauly está trabalhando intensamente.

E, finalmente, quanto ao juro, o senhor deu uma posição otimista sobre o desempenho econômico. A previsão que foi mais ou menos estimada é que a taxa de juros vai se manter nos 7% e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que o PIB vai ter um crescimento de 2%. O senhor acha que o juro pode ser mantido e que o crescimento pode ser maior do que esses 2%?

Essa é a minha pergunta, agradecendo muito a V. Exª, a sua paciência, e desejando que a sua estada em Porto Alegre, no dia 10, seja muito bem... Que o senhor seja muito bem acolhido.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Ministro Meirelles, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo e de dizer da satisfação em recebê-lo aqui, nesta Comissão.

Ministro Meirelles, não há como não reconhecer o esforço de V. Exª e da equipe econômica no sentido de progressivamente buscar o crescimento econômico no País. Isso está bem demonstrado com a queda do desemprego, da inflação, da taxa básica de juros ao longo desses últimos meses.

Porém, um dos grandes desafios para fazer com que esse crescimento se torne um pouco mais robusto diz respeito à carga tributária. Essa carga tributária, não tenho dúvida, prejudica a pequena e a média empresa, além de favorecer a sonegação.

Segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, há uma sonegação da ordem de

da Fazenda Nacional há uma sonegação na ordem de R$510 bilhões em impostos.

A proposta da reforma tributária, que se encontra atualmente na Câmara dos Deputados, está sendo muito elogiada pelos Parlamentares, no sentido de simplificar a cobrança, mas ela tem sido criticada, principalmente pelo setor produtivo, por não trabalhar a redução dos impostos.

Então, a minha pergunta é no sentido de se seria possível ajustar essa proposta para prever a redução de impostos no curto, médio e longo prazos.

Essa é a única pergunta que eu faço, uma vez que, como a Senadora Ana Amélia colocou aqui, eu acho que a reforma tributária talvez tenha um resultado muito melhor neste momento do que propriamente a reforma da previdência.

No mais, agradecer a V. Exª, pela presença aqui, nesta Comissão, dizer do orgulho de todos nós, goianos, de tê-lo à frente do Ministério da Fazenda e dizer da satisfação de ver este goiano brilhar no cenário nacional e, principalmente, num momento de extrema importância para o País, um país que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisa, mais do que nunca, de pessoas como V. Exª, que tem um compromisso com o interesse público e tem um compromisso com este País.

Muito obrigada pela sua presença, e aqui eu não poderia deixar também de, como a Senadora Ana Amélia falou, é difícil a gente ouvir determinadas coisas aqui, que não são uma falha de memória não, eu acredito que são muito mais uma narrativa para tentar ocultar o que aconteceu com este País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Ataídes, a brevidade...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, eu gostaria, se a Senadora Vanessa assim achar que deve, de ceder o meu tempo neste momento a ela, porque eles são extremamente preocupados com os pobres no Brasil. Eu não sei qual será a manifestação com relação ao Ministro e eles são, extremamente, tão preocupados com os pobres, que dobraram o número de pobres no Brasil.

Eu gostaria até de ouvir primeiro a Senadora, se ela assim julgar necessário, se ela quiser, melhor dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Quer falar primeiro, Senadora Vanessa?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quer falar?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, eu prefiro ficar depois, porque eu acabei de chegar e estou organizando a minha fala ainda.

Falo depois dele, não tem problema.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois bem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos ser rápidos, não vamos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim, eu serei rápida, muito breve.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu serei rápido, então, Sr. Presidente, até porque tem uma turma esperando por V. Exª, ouviu, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Meirelles, eu gostaria de que neste momento V. Exª estivesse sentado à Mesa com grandes empresários Brasil, mundo afora, mas necessária ser faz a presença de V. Exª aqui para tirar as dúvidas dos nossos Senadores e Senadoras.

Eu imaginei, Ministro Meirelles, porque eu sou seu fã de longa data, V. Exª sabe disso, sou seu fã de longa data, sou um goiano, eu imaginei que V. Exª não fosse aceitar o convite do Presidente Michel Temer para assumir essa grande responsabilidade, porque eu sabia que V. Exª não ia receber aquele Brasil que V. Exª deixou.

...aquele Brasil que V. Exª deixou, aquela economia que V. Exª deixou. Mas V. Exª, ao bem do País, aceitou esse desafio.

Já parabenizei V. Exª por diversas vezes, mas estou tendo a oportunidade, neste momento, de ao vivo parabenizar essa grande equipe econômica do Presidente Michel Temer: V. Exª, na Fazenda; o Ministro Dyogo, no Planejamento; o Dr. Ilan, esse grande técnico, no Banco Central; o Pedro Parente lá na Petrobras e tantos outros.

Isso é prova da competência de V. Exªs que, mesmo diante desta tempestade, desse tsunami, dessa crise política, ética e moral os senhores conseguiram desvencilhar, Ministro Meirelles, a economia de tudo isso. Então, quero parabenizá-los.

Não dá para aqui fazermos uma comparação, em minutos, do Brasil de ontem Brasil e do Brasil de de hoje. Não dá. Essa querida Senadora Ana Amélia falou sobre o programa Ciência sem Fronteira. Eu percebo que o discurso da oposição sempre vai na direção de que esse Governo, de que essa equipe econômica tem prejudicado os programas sociais, especialmente os mais pobres.

Isso é mentira, isso é mais uma mentira que aprenderam com o professor Lula – professor deles evidentemente. Falando aqui dos programas muito rapidamente – Fies, Seguro-Defeso, Pronatec, Bolsa Família –, eu pedi uma auditoria nesses programas e o resultado dessa auditoria é catastrófico.

Só para se ter uma ideia, V. Exª muito democraticamente – eu o ouvi responder aos dois Senadores da oposição –, muito democraticamente, provou a eles o porquê não da redução dos investimentos nesses programas, mas, sim, das correções devidas que deveriam ter sido feitas no passado.

Só esse Fies hoje dá um prejuízo ao País de mais de R$60 bilhões. O Seguro-Defeso, Presidente Tasso, estava pagando 100% a mais do que os cadastrados, os pescadores artesanais cadastrados. Esse Bolsa Família... No Pronatec nós tivemos 18 bilhões, e ele não qualificou mão de obra nenhuma neste País.

Ou seja, esse Ciência sem Fronteiras era filho de rico, Senadora Ana Amélia, que foi passear mundo afora...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso é só um detalhe.

Todos os programas foram lançados, programas maravilhosos é bom que se diga, mas sem planejamento, conforme a Senadora Ana Amélia disse, sem responsabilidade nenhuma. E isso com um único propósito: permanecer no poder, só isso.

Pois Bem, falaram sobre o Refis. Eu fui Relator, Ministro Meirelles. V.Exª sabe, eu fui Relator e sou contra esse Refis de dois em dois anos, de três... Eu sou contra isso e estou procurando aqui, Presidente, uma proposição para a gente acabar com isso.

Esse Refis só em momentos de força maior, como este que estamos vivendo de três anos consecutivos de...

É este que nós estamos vivendo de três anos consecutivos de perda de PIB, perda de receitas. Os nossos empresários optaram, não sei V. Exª, por pagar a folha de pagamento e folha de fornecedores e deixar de pagar impostos e continuar sobrevivendo, com exceção dos malandros, com exceção dos malandros. Mas a maioria, 95%, teve que optar, Ministro.

No domingo, eu dei uma nota a um jornal em que dizia que nós teríamos que prorrogar esse Refis por mais 15 dias, porque essa medida provisória foi aprovada recentemente e sancionada agora, no dia 24, e que esses três dias não seriam suficientes para os empresários operacionalizarem e pagarem esse parcelamento.

Ministro, eu quero, então, parabenizá-lo, porque V. Exª já foi a São Paulo e já prorrogou, pelo que estou sabendo pela imprensa, o prazo até o dia 14. Com isso, os nossos empresários terão um pouco mais de prazo, e o Brasil não perderá ai, sei lá, algo em torno de R$2 bilhões.

Ministro, voltando a falar aqui do Brasil, ontem e hoje, V. Exª pegou o Brasil com uma taxa Selic de 14.25 e hoje ela está em 7.5, e nós vamos encerrar ...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes, por obséquio ...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Já estou concluindo, já estou concluindo, pois temos que ir lá no nosso compromisso.

A inflação hoje é de 2.71. É bom que se diga isso. Poupança, alguém indagou a V. Exª sobre o problema da construção civil. Em 2015, nós perdemos R$54 bilhões em cadernetas de poupança e, em 2016, perdemos R$42 bilhões e neste ano já estamos com um superávit acima de R$15 bilhões. É essa caderneta de poupança que segura a construção civil. Nós perdemos mais de um milhão de empregos na construção civil e eu venho desse segmento, e nós vamos resgatar esses empregos.

Swap cambial, nós estamos com um superávit no swap cambial. A nossa dívida já não está mais crescente. E aí eu discordo um pontinho de V. Exª quando diz que vê muito a nossa dívida pela líquida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e não pela bruta. Mas paga-se juros pela bruta e não pela líquida. Então, uma hora eu quero ter a oportunidade de V. Exª me explicar isso um pouco melhor, porque eu tenho um conceito um pouco diferente.

Com relação ao crescimento, o Banco Central e V. Exª são muito conservadores. Eu sou Relator da LOA do ano seguinte e não estou concordando muito com esse crescimento na casa dos 2,5%, 3%. Eu acredito que o nosso País vai crescer mais e eu vou jogar algo em torno de 4% de acréscimo nessas receitas do ano de 2018. E nós vamos para o embate.

E eu vou atender ao meu Presidente, porque ele já está cansado.

A respeito da reserva cambial, que é um grilo que eu tenho e já falei isso com o Presidente Michel Temer e falei também com o Ministro Meirelles – US$380 bilhões na reserva. A pergunta é só esta: até quando nós vamos deixar essa reserva? Até quando nós vamos pagar para ter essa reserva? Não vale a pena pegar essa reserva, parte dela, para pagar dívida ou jogar em infraestrutura?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Essa pergunta já´foi feita, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ah! Já foi feita?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E foi muito bem respondida aqui. Depois eu encaminharei isso para V. Exª...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, não há pergunta.

E é um satisfação, Ministro, recebê-lo aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.

Eu sei que V. Exª, assim como o Ministro, estão aqui desde cedo. Eu estou longe do Senado Federal, numa reunião da Direção Nacional do meu Partido. Estamos organizando o nosso numa reunião da direção nacional do meu Partido, estamos organizando o nosso congresso que vai acontecer agora, no mês de novembro, mas, nem por isso, deixei de acompanhar toda a trajetória desta audiência pública, tanto que eu recebi aqui um resumo do que falou o Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu gostaria de abordar vários aspectos, sobretudo aqueles com os quais nós temos profunda discordância, Ministro. E aqui não se trata de narrativa; aqui se trata de falar a verdade.

Eu não quero dizer que o governo anterior – inclusive, V. Exª participou do do Presidente Lula e do da própria Presidente Dilma, posteriormente – não tenha cometido alguns equívocos. Não há dúvida quanto a isso. Entretanto, não dá para chegarmos e colocarmos um carimbo, como, de forma rasteira e irresponsável, eu até diria, muitos aqui, no Parlamento brasileiro, tentam fazer, carimbando a Presidenta Dilma e o Presidente Lula como os grandes e únicos responsáveis pela crise econômica pela qual passa o País. Eu me lembro de que, no período *pré-impeachment*, o carimbo era duplo: diziam que era o governo o culpado não só da crise econômica, mas da corrupção também. E hoje nós estamos vendo o que estão fazendo os que combatiam a corrupção. Não tenho tempo para falar, como eu gostaria, sobre esses assuntos.

Eu quero, Ministro, dizer que não sou otimista como V. Exª. Acho que a superação dessa crise vem de forma tardia, porque todos os países do mundo entraram numa crise profunda tal qual o Brasil entrou. O que nós vivemos foi uma crise do sistema capitalista, uma crise que é cíclica. Aqui, no Brasil, nós demoramos mais para superar a crise. Por quê? Por conta de irresponsabilidade de determinados setores políticos, primeiro, porque não aceitaram o resultado das eleições de 2014; segundo, porque não aceitavam absolutamente nada daquilo que a Presidenta Dilma colocava sobre a mesa como saída, como forma de ampliar as receitas e procurar saída para a crise. Não aceitavam de jeito nenhum! E aqui nós estamos vendo as críticas sobre os abusos cometidos pelo governo anterior, porque deu muito incentivo fiscal sem nenhum retorno, porque o Pronatec... Porque o Fies... Porque o Bolsa Família... Vejam! São exatamente os mesmos que defendem o Refis agora e que ainda saúdam o fato de ter sido ampliado o prazo, que era hoje! E isso não foi ação do Ministro, não; foi do Presidente da República, que editou uma medida provisória, para ampliar o prazo de adesão ao Refis de hoje para o dia 14. São mais de R$6 bilhões que o Governo vai deixar de receber!

Eu pego aqui um estudo realizado pela Consultoria do Parlamento brasileiro, Senado e Câmara dos Deputados, que mostra que os leilões do petróleo do pré-sal realizados na última sexta-feira, na forma como eles foram realizados, e as várias medidas que o Governo vem adotando para diminuir a tributação do setor de petróleo, inclusive a Medida Provisória 795 – por ser medida provisória, já está em vigor, mas está sendo analisada pelo Parlamento –, retirarão dos cofres públicos mais de R$30 bilhões ao ano. Se levarem em consideração todos os recursos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... oriundos do pré-sal, isso pode chegar a mais de R$40 bilhões ao ano, ou seja, E isso pode chegar a mais de quarenta ao ano, ou seja, R$1 trilhão em 25 anos. E aqui nós ouvimos crítica que era o governo que era bondoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, veja, eu acho que a grande diferença é que – o jornal de hoje também mostra, acho que o Ministro deve ter lido isso com muita atenção – o lucro do Banco Itaú, no terceiro trimestre, foi 12,6%. 12,6%, esse foi o lucro. Aliás, na crise, em nenhuma matéria, nós vimos nenhum banco ter o prejuízo como resultado; todos aumentaram, e significativamente, seus lucros.

Sobre baixa da inflação e baixa de juros. A gente sabe que o que vale é o juro real, e o que aconteceu nesses últimos meses, em todo o período de Michel Temer, foi que a inflação caiu mais rapidamente do que os juros. O que significa dizer que os juros reais de Temer eram maiores que os juros reais da Presidenta Dilma. E por isso é que os bancos lucram cada vez mais.

E, aí, nós pegamos outro dado aqui, a taxa de investimento. Nunca o Brasil, Senador Tasso – V. Exª, que é um empresário –, investiu-se tão pouco em relação ao PIB que nesse último período. Chegamos a 23%. Não passou de 15,5% agora. Então, é grave.

Eu sei que nós vamos ultrapassar essa crise, todos os países estão ultrapassando. Agora, vamos ultrapassar essa crise a custa de quê e favorecendo quem? O trabalhador não é. O salário mínimo está sendo diminuído não é em R$4,00, é em R$14,00. E não venha aquele Ministro do Planejamento dizer que isso está na lei. A lei estipula um piso. Salário mínimo não pode ter um reajuste inferior a essa regra, mas não há nada que, na lei, proíba que ele pode ter um reajuste superior. Essa é uma questão de decisão política. Mas o Governo prefere economizar R$6 bilhões com salário mínimo, R$8 bilhões com servidor público, R$3 bilhões mudando a lei e impedindo o reajuste que com o sistema financeiro.

Então, eu lamento muito, e eu acho que aí a gente é obrigado a ouvir e viver o que nós estamos vivendo. Vende. Vende ativos, vende tudo. A Petrobras está sendo destruída. A Eletrobras, privatizada por quanto? Doze, treze bilhões a participação governamental, que é fundamental – fundamental – para a elaboração e acompanhamento da política, desenvolvimento da política energética do Brasil, para garantir problemas sociais importantes?

Então, eu lamento muito, lamento muito que nós estejamos vivendo, que o Brasil esteja vivendo este momento e este período de favorecimento extremo de quem já é favorecido e prejudicando aquele que nem um pouco é favorecido.

E, para concluir, Presidente, só quero dizer ao Ministro Henrique Meirelles que nós solicitamos uma audiência a V. Exª e estamos aguardando que V. Exª marque a data, porque enquanto isso tudo acontece, o que a Receita Federal do Brasil faz com a Zona...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Audiência pública?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, audiência com a Bancada do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto a gente vê isso tudo, segmentos, ou seja, acabam com o conteúdo nacional, mas a importação de maquinário, tudo para o setor do petróleo, fica isenta de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de PIS, de Cofins, isenta, mas a produção lá da Zona Franca de Manaus está sendo atacada a cada dia. Agora é o setor de bebidas, que teve uma mudança na sua nomenclatura da NCM, e isso vai inviabilizar a permanência do setor lá para a Zona Franca de Manaus.

Então, a Bancada do Amazonas está pedindo uma audiência com V. Exª

Então, a Bancada do Amazonas está pedindo uma audiência com V. Exª, Ministro, para tratarmos disso, porque, para nós, isso é muito importante.

Esse modelo, esse sim – esse sim –, que concede incentivos fiscais, é fundamental para o Brasil, é fundamental para o meio ambiente. O Brasil vai passar vergonha na cópia agora, vergonha. Poderia passar mais vergonha ainda se não fosse a existência da Zona Franca de Manaus, mas que vem sendo tratada dessa forma pelo Governo Federal.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o seguinte, essas viúvas do governo Dilma são incríveis. Falam mal dos incentivos e pedem incentivos, a Zona Franca de Manaus.

É engraçado isso!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O incentivo da Zona Franca de Manaus é o único que tem dado certo, Senadora.

E viúva, nós não somos, viu? Muito menos...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Os banqueiros estão com uma saudade do Lula. Os banqueiros estão com saudades do Lula e da Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Encerrando o debate.

Com a palavra ...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É para esse nível que cai quando não há argumento. É para esse nível que o debate vai.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... o Ministro Henrique Meirelles, para as suas respostas e considerações finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. Diga ao Senador, obrigado pela promoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas, então, vamos dizer.

Em primeiro lugar, a questão da Senadora Ana Amélia referente à reforma da previdência e à reforma tributária.

A reforma tributária, de fato, é muito importante e está em andamento. Agora, ela envolve, a própria formulação da proposta, é uma negociação complexa envolvendo Estados, Municípios, porque é uma questão federativa, e a União.

O Deputado Hauly está, de fato, liderando esse processo, mas exatamente por conta desse componente federativo, esse é um processo que é naturalmente liderado pelo Poder Legislativo, no caso, a Comissão da Câmara dos Deputados e o Deputado Hauly.

Estamos seguindo intensamente, temos alguns projetos específicos, principalmente no que diz respeito ao PIS/Cofins, mas exatamente isso tem que entrar no âmbito geral da questão da reforma tributária.

E a reforma da previdência, vamos aguardar exatamente qual será, de fato, o trâmite na Câmara agora.

Apenas gostaria de fazer uma observação em relação à reforma da previdência. É o seguinte, Senadora, nós temos aqui algo que eu brinco até com algumas pessoas que eu conheço bem, que são líderes importantes, inclusive alguns deles contra a reforma da previdência, porque falam muito como está a reforma da previdência, o que eu digo é o seguinte, a melhor coisa que pode acontecer para o seu projeto político, para o projeto político do seu grupo, caso, de fato, as suas ambições políticas se concretizem, e ter a reforma da previdência aprovada agora, porque será não só benéfico para o País, mas, principalmente, para o próximo governo, porque, caso contrário, vai ter que enfrentar uma reforma da previdência no primeiro ano de governo, em 2019.

Não há dúvida de que a reforma da previdência é uma necessidade, é um problema matemático. A população brasileira, mostrei os dados, está vivendo mais e, de fato, não é sustentável.

Agora, eu acho apenas que não é uma questão de preferência. Eu, por exemplo, digo às pessoas que às vezes vêm falar comigo, porque um cidadão me falou: "Mas eu não gosto de trabalhar, eu prefiro aposentar mais cedo". Eu digo: "Perfeitamente, por mim o senhor poderia se aposentar aos 40 anos de idade, o problema é que alguém tem que pagar por isso, Senador, como sabemos".

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Somos nós com 70.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Está certo, não é o nosso caso.

A Senadora Lúcia Vânia pergunta se isso seria possível, a redução de impostos como resultado da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da reforma tributária a curto, médio e longo prazo?

Gostaria de dizer a V. Exª que o problema da redução de impostos só será possível na medida em que, de fato, nós consigamos, ao longo do tempo, fazer uma redução das despesas, porque eu, inclusive, mostrei aqui uma projeção que, em um determinado momento, mostrava o tamanho do déficit público que nós temos hoje, primário, cerca de R$159 bilhões, esse ano, e que isso cai só a partir da geração de saltos primários, lá na frente, será possível, sim, com o teto dos gastos e com as reformas, aí nós teremos condições de baixar a carga tributária.

Aí é algo que não há discussão sobre isso, cai mais os juros, etc., o risco, etc.

Então, eu acho que isso, sim, será possível, mas não nesta reforma tributária, que é melhor definida, neste momento, como uma simplificação tributária, de maneira que seja mais racional, induza o crescimento do País, não complique, de fato, a vida dos brasileiros, brasileiras e das empresas.

Então, é muito importante que isso, de fato, seja enfrentado, como estão fazendo, mas, de novo, a questão da redução de impostos, eu acho que sim, virá, mas nós temos que, primeiro, controlar a evolução das despesas.

O Senador Ataíde, reserva cambial. Já discutimos isto bastante aqui.

Em primeiro lugar, a questão de vender a reserva para gastar em causas, em obras ou outras necessidades do orçamento. O problema é que isso, primeiro, é proibido, porque o Banco Central não pode financiar o Tesouro, mas mesmo que nós fizéssemos um mecanismo qualquer, no qual o Banco Central vendesse reservas, pagasse a dívida, a operação compromissada, e o Tesouro tomasse recursos do outro lado, nós estaremos, em última análise, simplesmente aumentando novamente o déficit primário, aumentado o risco e com todas as consequências deste processo.

Em relação às observações e perguntas da Senadora Vanessa Grazziotin, eu diria o seguinte. A crise do sistema capitalista, então, a teoria sendo, a tese, no caso, sendo de que o resto do mundo saiu mais rápido, o Brasil mais lentamente, por causa de uma série de questões, inclusive políticas, principalmente.

A minha avaliação é diferente, Exª. V. Exª vai compreender que a crise internacional começou em 2007 e ela atingiu o Brasil em 2008. Ela surgiu fortemente, inicialmente, nos Estados Unidos, depois da Europa e depois no restante do mundo. Ela se transmitiu e atingiu fortemente o Brasil.

O Brasil, na realidade, foi o primeiro País, é um dos primeiros países a sair da crise, saiu rapidamente. Eu tive a satisfação, inclusive, de, em janeiro de 2009, na reunião de bancos centrais na Basileia, ser aplaudido de pé por presidentes de bancos centrais, porque o Brasil tinha sido o País que estava saindo mais rápido da crise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, aquela crise o Brasil superou, superou rápido, porque era uma crise de crédito. Isso foi superado com ações fundamentalmente de crédito e também uma ação fiscal naquele momento, cujo problema, infelizmente, foi a permanência do estímulo fiscal após a saída da crise, o que gerou, na realidade, um problema. Mas isso é outra coisa.

que gerou, na realidade, um problema. Mas isso é outra coisa.

Em relação à questão do Refis, a Senadora mencionou que esse adiamento do prazo – eu queria apenas esclarecer isso – vai levar o Tesouro a deixar de receber 6 bilhões. O adiamento do prazo, em si, não leva a isso. Quer dizer... O adiamento é de 15 dias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, não foi só o adiamento. O Refis como um todo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Ah, bom... O Refis como um todo... Aí é uma discussão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu sei da sua posição, que V. Exª era contrário a que vários setores entrassem, mas vários setores entraram porque foi uma exigência da Câmara dos Deputados para votar a favor de Michel Temer.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Bom, vamos colocar a questão do Refis de uma forma muito direta, muito simples, Senadora. É o seguinte: o Refis significa, em última análise, empresas devedoras do Fisco que recebem alguns descontos, etc., para pagarem as suas dívidas e, portanto, voltarem a operar, pagar os seus impostos, etc., produzir e gerar emprego. Essa é a ideia.

O que eu disse várias vezes é que o Refis tem que ter determinado limite, para não ser tão generoso, que incentive as empresas a deixar de pagar imposto, visando a esperar o próximo Refis. Então, isso não altera a questão. O prazo, até o dia 15, não tem alteração nenhuma no recebimento.

Agora, a questão é o seguinte: essas empresas pagariam as suas dívidas com o Fisco... O Senador ali está dizendo que não. As empresas pagariam as suas dívidas com o Fisco sem o Refis?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Então, é esta a questão. Esta é a justificativa do Refis em qualquer lugar do mundo, inclusive em Estados... Alguns Estados já fizeram isso no Brasil.

Eu, particularmente, já anunciei...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Isso é o maior incentivo para que continuem não pagando os tributos...

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não necessariamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... porque o outro Refis está aí. Não pagaria... Então, pronto. Espera o próxima Refis.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Por favor, vamos encerrar o debate.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Senadora, é o seguinte: feliz ou infelizmente não. Não é um incentivo. Depende dos termos do Refis, depende do valor dos descontos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não, não: depende do valor do desconto. Senão, não vale a pena, porque, dependendo, como é o caso dos juros, da multa e dos encargos legais, o melhor é pagar à vista. Eu acho que ainda é o melhor pagar à vista, mesmo para quem já pagou e comparado com esse Refis.

Em dito isso, o que é importante, no caso de Refis – e nós já declaramos isso –, é o seguinte: não haverá um novo Refis. Pelo menos neste Governo. Ponto.

Agora, este Refis é algo realizado... Vamos receber o resultado líquido positivo para a Receita Federal – por isso é que eu esclareci essa dúvida –, é uma receita extra este ano, de um pouco acima de R$7 bilhões.

Leilões: a questão dos leilões e dificuldades dos leilões, etc.

É o seguinte: os leilões, em geral, feitos pela norma recente, tiveram muita concorrência e um ágio médio de 80%. Em um caso, foi de 85% do valor de ágio. A Petrobras, inclusive, perdeu muito valor de mercado nos últimos anos e está recuperando fortemente. Houve um leilão – que foi pelo valor mínimo – que foi feito pela regra anterior.

Outro ponto importante: a questão dos investimentos. Os investimentos caíram? Sim, caíram, mas não caíram este ano, eles caíram nos últimos anos, como resultado da crise econômica que o Brasil passou e que foi doméstica. Então, voltando àquela primeira colocação que eu fiz da crise internacional, o Brasil saiu da crise rápido em 2009, mas a crise em que nós entramos no final de 2014, 2015 e 2016 é uma crise brasileira, nossa, de política econômica, não é uma crise internacional. Aliás, o mundo "vai muito bem, obrigado".

Eu vi todas as projeções, inclusive nas reuniões do Banco Mundial, do FMI e em Washington, de todos os principais países do mundo, e a grande preocupação hoje é que possa haver problemas de excesso de otimismo, o que significa bolha de ativos e problemas à frente. Mas não há problema hoje de crescimento ou de crise. Essa nossa crise foi implantada no Brasil no período de crescimento sólido da economia internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à questão do salário mínimo, de fato a opção – e a senhora mencionou a declaração de um ministro, etc. –, de fato o salário mínimo foi a aplicação estrita da lei. E como a senhora disse, pode ser mais por uma decisão administrativa, etc., sim. Por outro lado, a lei define claramente um reajuste do imposto de renda, e eu acredito que aquilo que é mais seguro, mais prudente é seguir a lei. Evidentemente, qualquer mudança nos parâmetros do salário mínimo tem que ser decidida pelo Congresso Nacional.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas não seria, por esse raciocínio, mais seguro também manter a lei para os servidores públicos? Para o reajuste dos servidores públicos? É lei, é lei.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Certamente a ideia é manter a lei, e o projeto será analisado pelo Congresso Nacional. Não é uma decisão administrativa: é uma decisão do Congresso. Vai ser votada e aprovada ou não por esta Casa inclusive, como todos os demais projetos.

Em resumo, o importante, agora, sumarizando...

Ah, uma última questão, a questão do pedido de audiência da Bancada do Amazonas. Senador, eu terei grande prazer em recebê-los lá. E, aliás, posso até adiantar: em relação às suas preocupações com a Zona Franca, quero entender exatamente o que está de fato acontecendo na Zona Franca e já estou programando uma viagem a Manaus, exatamente para visitar a Zona Franca. Aliás, podemos até ter audiência aqui em Brasília ou em Manaus.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – É melhor em Manaus.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito bom, muito bom.

E lembrando somente, Ministro, que os incentivos garantidos para a Zona Franca de Manaus são os únicos que constam na Constituição do País, Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Está certo. Vamos ver isso lá.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ministro o senhor quer encerrar?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Queria encerrar agradecendo muito a todos, agradecendo a oportunidade. E é sempre uma honra estar aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Ministro. Obrigado pela a paciência com todos nós e por esperar até agora. Obrigado. Inclusive, peço escusas se houve algum que se exaltou mais um pouco. E agradeço sua elegância na resposta a todos.

Muito obrigado.

Fica encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dezoito horas e trinta e oito minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Lindbergh Farias e Roberto Requião, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Valdir Raupp, José Medeiros, Lídice da Mata e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, José Agripino, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQE 140/2017, de autoria do Senador Lindbergh Farias. **Finalidade:** Debater acerca do impacto das privatizações para as políticas de desenvolvimento nacional, soberania e segurança energética. **Participantes:** Nelson José Hubner Moreira, Professor; Arlindo Chinaglia, Deputado Federal; Clemente Ganz Lúcio, Diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE; Zé Carlos, Deputado Federal; Jair Pedro Ferreira, Diretor Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE; Aluízio Júnior, Presidente do Sindicato Nacional dos Moedeiros; Margarida Salomão, Deputada Federal; Carlos Alberto Lucio Bittencourt Filho, Pesquisador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ; e Bohn Gass, Deputado Federal. Após a exposição de cada um dos convidados, usou da palavra a senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Lindbergh Farias

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/77136

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia sete de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Waldemir Moka, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, José Medeiros, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Dário Berger, Roberto Muniz e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, José Agripino, Otto Alencar, Ciro Nogueira e Telmário Mota. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 46ª e 47ª Reunião, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 37 de 2017 (Aviso nº 276/MF), de 25 de outubro de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao terceiro trimestre de 2017. O expediente será encaminhado para os membros da comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 99-A, combinado com os artigos 393-A, 393-B, 393-C, 393-D, 393-E e 393-F, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de competência desta Comissão, a designação de grupo de Senadores para avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre instrumentos para condução da política monetária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas." **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Benedito de Lira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a discussão é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encerrada e a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Sen. José Pimentel (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Após lido o relatório, fez uso da palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista da matéria, nos termos regimentais, ao Senador Fernando Bezerra Coelho. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013 - Terminativo -** que: "Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. José Pimentel (*Ad hoc*), substituiu Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista da matéria, nos termos regimentais, ao Senador Fernando Bezerra Coelho. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências, para determinar que, dos recursos repassados ao BNDES pelo Tesouro Nacional, ao menos 20% (vinte por cento) sejam destinados ao financiamento de obras e de aquisição de equipamentos por hospitais comunitários e beneficentes." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2016 - Terminativo -** que: "Disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária." **Autoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5-CRA. Após lido o relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Fernando Bezerra Coelho, Simone Tebet, Armando Monteiro, Rose de Freitas e Roberto Muniz. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para isentar do pagamento das taxas do FISTEL os serviços públicos de emergência e de segurança pública." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda apresentada. **Resultado:** Após a leitura do relatório a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras providências." **Autoria:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DITRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Relatoria:** Sen. Garibaldi Alves Filho. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas." **Autoria:** Deputado Osmar Terra. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Contrário ao projeto. Após lido o relatório, fez uso da palavra a Senadora Simone Tebet. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto, com voto contrário da Senadora Simone Tebet. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM 13 - MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2017." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Favorável nos termos do PDS que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento de serviços de assistência técnica e extensão rural." **Autoria:** Senador Assis Gurgacz. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 134/2016, nos termos do substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 790, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Omar Aziz (*Ad hoc*), substituiu Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após lido o relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Simone Tebet e Ataídes Oliveira. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 1º do art. 4º da Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, para destinar recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a ações de revitalização de bacias hidrográficas localizadas nas áreas de atuação das Superintendências de Desenvolvimento Regional." **Autoria:** Senador José Pimentel. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. Após lido o relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Ataídes Oliveira, Rose de Freitas, Fernando Bezerra Coelho, Simone Tebet e José Pimentel. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 - CAE. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (Item 20). **Observação:** 1. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para a apreciação do Requerimento de Urgência. **ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 148 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, com os seguintes convidados: Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, Diretor-Presidente da ANAC; Sr. Cláudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Sr. Paulo Sérgio Kakinoff, Presidente da Gol Linhas Aéreas; Sr. Jerome Cardier, Diretor Presidente da Latam; Sr. Frederico Pedreira, Presidente da Avianca Brasil; Sr. David Neeleman, Presidente da Azul Linhas Aéreas Brasileiras, para debater as disposições constantes da Resolução nº 400, da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, que estabelece condições gerais aplicáveis ao transporte aéreo regular de passageiros, doméstico e internacional, em especial sobre a cobrança pelo transporte de bagagens nos voos nacionais e internacionais." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. Após lido o requerimento, fizeram uso da palavra os Senadores Armando Monteiro e Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 148, de 2017 - CAE, com a inclusão dos nomes do Presidente do CADE; e do Presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Hidroviários e Aéreos. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 149 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 369 de 2017, que "Altera o § 1º do art. 4º da Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, para destinar recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a ações de revitalização de bacias hidrográficas localizadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas áreas de atuação das Superintendências de Desenvolvimento Regional”." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 149, de 2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 150 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover debate com o professor Grewal Bhajan, da Universidade de Victoria, Melbourne, Austrália, a crise fiscal brasileira em sua dimensão federativa e a importância de se aperfeiçoar a coordenação fiscal intergovernamental no país." **Autoria:** Senador José Serra e Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 150, de 2017 - CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/07

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 46ª e da 47ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte documento para seu conhecimento:

Ministério da Fazenda, Aviso nº 37, de outubro de 2017. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, nós temos aqui o Projeto de Lei do Senado nº 790. É o item 14, do Senador Donizeti, que faz um apelo aos colegas Senadores para que a gente pudesse... Não é terminativo esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É não terminativo?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É o item 17, se não me engano. É o 17?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 17.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu queria que V. Exª desse prioridade para que a gente votasse e fizesse essa deferência ao nosso colega Senador Donizeti, que esteve por muito tempo aqui conosco. Como não é terminativo nesta Comissão, mas sim na CRA, eu pediria que V. Exª colocasse em pauta e pediria o apoio dos colegas Senadores e da colega Senadora para que a gente pudesse votar esse item.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em homenagem à presença do Senador Donizeti aqui, eu consulto o Plenário se está de acordo para que nós façamos uma inversão de pauta.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Então, convidamos o Senador Omar para ser o Relator *ad hoc* desse projeto do Senador Donizeti.

ITEM 17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 790, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Como Relator.) – O PLS busca assegurar nos programas oficiais voltados para a agropecuária, que, no mínimo, 2% dos recursos sejam destinados à assistência técnica e extensão rural.

Além disso, a proposição altera a Lei do Crédito Rural e a Lei da Política Agrícola no intuito de dar acesso e amparo aos produtores rurais que necessitam de assistência técnica e capacitação para a agregação de tecnologias às atividades rurais.

A matéria vai ser apreciada ainda pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa.

Agora, neste momento, Sr. Presidente, quando o mundo se volta para a questão ambiental, é importante haver uma pesquisa mais profunda, para que se otimizem as terras e se possa produzir mais. É esse o sentido desse projeto do Senador Donizeti, para que a gente possa destinar esses recursos. Infelizmente, muitos desses recursos hoje são contingenciados pelo Governo, o que impossibilita que nós alcancemos tecnologia. Se o Brasil se tornou um dos maiores produtores nessa área agrícola, foi graças a pesquisas que foram feitas ao longo do tempo e ao trabalho espetacular feito por setores e segmentos da nossa sociedade.

Cada vez mais temos de nos aprofundar, principalmente quando o mundo se volta para as queimadas e para o desmatamento ilegal que estamos vendo hoje. Com a capacitação, com a pesquisa isso diminuiria sensivelmente, para que possamos ter uma produção cada vez mais abrangente e com qualidade para exportação. Com isso, nós poderemos gerar mais emprego e renda nessa área tão importante, principalmente para o pequeno produtor, que tem a maior dificuldade para ter acesso à tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Paulo Rocha, que teve como Relator *ad hoc* o Senador Omar Aziz.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o Senador Donizeti, ao mesmo tempo em que damos as boas-vindas ao nosso colega.

Ele sempre muito preocupado com o agronegócio brasileiro, especialmente com o agricultor familiar. Esse projeto tem grande relevância, especialmente no seu art. 4º, que deixa claro e categórico que o crédito rural para contratação de serviço privado de assistência, Senador Ataídes, terá juros zero, no caso do agricultor familiar ou do empreendedor familiar rural. Então, apenas para parabenizar o Senador Donizeti pela iniciativa.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só para fazer um registro, Sr. Presidente: 70% dos empregos na área rural são da agricultura familiar; 46% da comida colocada no mundo vêm da agricultura familiar. Desse segmento, lamentavelmente, foi retirada verba para 2018, e isso é um grande pecado, porque é agricultura familiar, repito, que gera emprego na roça e é agricultura familiar que coloca comida na mesa de bilhões de brasileiros. Só de brasileiros não; de bilhões de pessoas mundo afora.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) –

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2016

- Terminativo -

Disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Roberto Muniz

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5-CRA.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 5-CRA.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Tasso Jereissati; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse PLS 379, de 2016, de autoria do Senador Roberto Muniz, é de uma importância capital porque a questão da sanidade animal com a vacinação, tanto animal quanto vegetal, leva ao Ministério da Agricultura e aos governos estaduais uma preocupação de não deixarem de fazer as vacinações, Senadora Simone. Mas o que acontece é que esses recursos para a aquisição e para a aplicação das vacinas geralmente não chegam em quantidade suficiente para atender o rebanho dos Estados, inclusive do Estado de V. Exª, assim como o meu, que têm um rebanho importante no Brasil.

O Senador Roberto Muniz, então, apresenta um projeto que regulamenta a distribuição desses recursos, que vai fazer com que os Estados já tenham um conhecimento prévio de qual porcentagem dos recursos alocados poderá receber.

Então, é com muita alegria que faço a leitura do relatório, pela importância, como disse, desse projeto.

Vem a exame na CAE o PLS nº 379, de 2016, de autoria do Senador Roberto Muniz, que disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.

O projeto determina que os recursos consignados no Orçamento Geral da União e destinados à cooperação, ao auxílio ou à assistência financeira às ações de defesa agropecuária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sejam transferidos diretamente para os entes favorecidos mediante depósito em contas-correntes abertas especificamente para esse fim, independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere.

O projeto prevê que as atividades de defesa agropecuária contempladas devem estar previstas nos Planos Plurianuais de Atenção à Sanidade Agropecuária, para o período de cinco anos. A distribuição entre os entes favorecidos é tratada pelo art. 4º, que oferece parâmetros para o cálculo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 5º disciplina a exigência de contrapartida financeira dos entes favorecidos, oferecendo parâmetros para sua definição.

Os arts. 6º e 7º dispõem acerca da prestação de contas pelos entes favorecidos e da adoção de medidas de transparência, mediante disponibilização dos seguintes elementos: demonstrativos dos recursos transferidos, saldos aplicados e despesas realizadas; Planos Plurianuais de Atenção à Sanidade Agropecuária e prestações de contas.

O autor destaca a importância das atividades de defesa agropecuária para a garantia da inocuidade dos alimentos produzidos e comercializados no País, para a proteção das populações vegetais e rebanhos de interesse econômico e para o uso correto e sustentável dos insumos agropecuários, o que ensejaria a necessidade de que as transferências de recursos federais para apoio às ações de defesa agropecuária, no âmbito dos entes subnacionais, ocorram de forma regular e tempestiva.

O PLS nº 379, de 2016, foi distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, onde recebeu cinco emendas, e à de Assuntos Econômicos, à qual cabe a decisão terminativa.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Quanto aos requisitos de regimentalidade, constatamos que não há vício de iniciativa no PLS, o qual também se demonstra compatível com os requisitos de constitucionalidade.

No que concerne à juridicidade, o projeto afigura-se apropriado. No que diz respeito à técnica legislativa, entendemos que o projeto esteja vazado na boa técnica.

No mérito, entendemos que o projeto é oportuno por permitir a criação de um sistema robusto de defesa sanitária agropecuária. Nesse contexto, o PLS contribui para a padronização dos *status* sanitários no Brasil, com maior controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em todos os Estados, ampliando e aprimorando as estruturas estaduais de defesa sanitária.

O projeto em tela pretende dar garantia para o melhor planejamento das estratégias relacionadas a essa política pública, eliminando as atuais dificuldades para a execução das ações de defesa agropecuária no País. Tais ações deverão estar previstas em Planos Plurianuais de Atenção à Sanidade Agropecuária, apresentado pelos Estados e aprovado pelo Mapa para o período de cinco anos, nos termos do regulamento do Suasa.

Em síntese, o PLS nº 379, de 2016, é meritório por pretender inovar e aprimorar a legislação de defesa agropecuária nos seguintes aspectos:

a) institui a transferência direta e obrigatória dos recursos destinados à execução descentralizada;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) estabelece transferência mensal, à razão de um doze avos (1/12) do valor previsto para o exercício, para contas correntes de titularidade dos entes favorecidos, abertas especificamente para este fim;

c) veda a utilização desses recursos para o pagamento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

d) prevê distribuição dos recursos balizada pelos Planos Plurianuais de Atenção à Sanidade Agropecuária, já previstos no regulamento do Suasa;

e) propõe distribuição dos recursos, tendo por consideração o atingimento das metas nos períodos anteriores e outros parâmetros técnicos;

f) exige contrapartidas; e

g) estabelece regras de prestação de contas e medidas de transparência.

Por fim, cumpre destacar que consideramos importante o acolhimento das 5 (cinco) emendas da CRA, descritas a seguir, destinadas a realizar ajustes pontuais no Projeto, que contribuem para facilitar a futura aplicação de suas disposições.

A Emenda nº 1-CRA dá nova redação ao § 4° do art. 2° do projeto, de forma a permitir a utilização de até 20% dos recursos descentralizados para o custeio de despesas obrigatórias de caráter continuado. Consideramos que a vedação total da utilização dos recursos para custeio poderia, em alguns casos, inviabilizar a operação dos equipamentos.

A Emenda nº 2-CRA dá nova redação ao caput do art. 3º da Proposição, para suprimir a referência ao período de cinco anos do Plano Plurianual de Atenção à Sanidade Agropecuária. Muito embora a periodicidade de cinco anos corresponda àquela atualmente estabelecida pelo regulamento, entendemos que é desnecessário a Lei dispor sobre o assunto nesse nível de detalhe.

A Emenda nº 3-CRA altera a redação do § 5º do art. 4º do PLS para esclarecer que os recursos acrescidos por emendas parlamentares às ações de defesa agropecuária não serão distribuídos de acordo com a fórmula estabelecida no anexo e, portanto, poderão ser destinados a um Estado específico.

A Emenda nº 4-CRA estabelece periodicidade semestral para a prestação de contas, de forma a reduzir o custo administrativo relativo à aplicação desses recursos.

A Emenda nº 5-CRA, por fim, visa a elencar, entre os itens que devem ser disponibilizados ao público, por meio de sítio na internet, a memória de cálculo da distribuição de recursos realizada em conformidade com o § 3º do art. 4º do PLS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2016, com o acatamento das Emendas nºs 1 a 5 da CRA.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

Senador Roberto Muniz, algum comentário? Não.

Então, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Para discutir.) – Era só para manifestar que, inicialmente, a Liderança do Governo tinha colocado alguma resistência à aprovação deste projeto, mas foi feito um entendimento e nós estamos apoiando o relatório do Senador Flexa Ribeiro, que traduz também o entendimento com o Senador Roberto Muniz.

Portanto, estamos recomendando a aprovação do relatório que o Senador Flexa Ribeiro acabou de ler.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria também...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone e Senador Armando.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Serei muito breve, Sr. Presidente. É apenas para parabenizar o Senador Muniz pela preocupação com a defesa da agropecuária. Defesa agropecuária: poucos falam nisso, mas é ela que sustenta tanto a quantidade quanto a qualidade do alimento que chega à nossa mesa. Daí a importância não só de se garantirem os recursos orçamentários, mas também de que haja um planejamento quando esses recursos são contingenciados, porque, nos momentos de crise, quando há um contingenciamento, esses recursos, depois, ficam na discricionariedade da liberação, dependendo dos projetos ou mesmo até da guerra de cabo que se trava aqui entre os colegas Parlamentares por disputa de recursos para os seus Estados.

Então, além do planejamento, além da preocupação com a defesa agropecuária, o Senador teve o cuidado de desburocratizar, agilizar a liberação desses recursos, retirando, nesses casos, a necessidade de convênio – seria fundo a fundo, com recursos indo diretamente para o Tesouro municipal ou estadual. Mas, além disso, em casos de crise e contingenciamento, garantindo que os grandes projetos relevantes para os Municípios e os Estados brasileiros sejam distribuídos na sua proporcionalidade, segundo critérios, previamente e de forma inteligente, estabelecidos no projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui ficam os aplausos do Mato Grosso do Sul e acredito que de todos os Estados que vivem do agronegócio e que ajudam, consequentemente, a sustentar este País.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria também me manifestar congratulando-me a um só tempo com o Relator, Senador Flexa, e com o autor do projeto, Senador Roberto Muniz, que, com essa proposição, oferece uma contribuição importante para criarmos um sistema robusto de defesa sanitária e agropecuária no Brasil.

Portanto, eu creio que temos razões para celebrar um momento importante na Comissão de um projeto que, tenho certeza, tem méritos indiscutíveis.

Assim, eu quero me congratular com o Senador Roberto Muniz.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senadora Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, parabenizar o Senador Roberto Muniz pelo escopo dessa proposta e também o Senador Flexa pelo aproveitamento das Emendas 1 e 5, que aperfeiçoaram o projeto.

Portanto, eu vim aqui para me manifestar favoravelmente e dizer que lei como esta, projetos como este aperfeiçoam, sem dúvida, o andamento do processo público, desburocratizando, tirando entraves e colocando, com muita clareza, a aplicação dos recursos de que temos de prestar contas constantemente, mas não o fazemos, muitas vezes por causa dos entraves burocráticos.

Eu parabenizo o Senador Roberto Muniz e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, se estiver encerrado o debate sobre o projeto, eu queria pedir prioridade para fazer o relatório do item 7 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Para discutir.) – Presidente, eu queria, de público, agradecer a todos os Senadores que estão apoiando essa matéria; ao Sr. Presidente por ter pautado; ao grande Senador Flexa Ribeiro, que foi assim um incansável lutador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para fazer diversas audiências públicas, estabelecendo o contraditório. Fomos juntos ao Ministro Blairo Maggi, que de pronto entendeu a importância desse projeto. Quero agradecer a todos do Ministério da Agricultura, em especial ao Dr. Rangel, que foi importantíssimo, e ao Eumar Novacki também. Foram pessoas que entenderam a importância para que esses recursos da defesa sanitária fossem colocados à disposição dos Estados, da mesma forma que em outras políticas públicas.

Eu sempre digo que a educação e a saúde têm um sistema fundo a fundo que estabelece um não contingenciamento desses recursos.

A agricultura, Presidente, era, sem sombra de dúvida, uma política pública que ainda estava na Idade Média. Ou seja, os recursos são passados ainda através de convênios, e vocês sabem a dificuldade que têm os Estados de ter as suas certidões para conferir e poder acessar esses recursos aqui do Governo Federal.

Esse projeto enfrenta esse tipo de questão também na partilha do recurso. A gente deixa uma parte para que o Ministério possa fazer a distribuição, um valor de 20%, mas os outros 80% são distribuídos através de dez indicadores previamente estabelecidos que poderão ser mudados à medida que o Ministério da Agricultura entenda que há outros mais relevantes. Mas nós usamos a mesma estratégia de distribuição dos recursos do FPE e com isso essa partilha se deu de uma forma que ao colocar diversos indicadores dentro dessa equação, ela ficou pouco elástica, ou seja, não houve muita movimentação. Mesmo que alguns Estados ampliem muito a sua participação na produção de suínos ou da parte também de frangos, essas mudanças poderão ser absorvidas, modificarão esses indicadores. Mas quando a gente estressou esses indicadores na fórmula viu que não haveria muita mudança, era em torno de 3% a 5% no máximo. E com isso o Ministro e toda a equipe...

Também quero ressaltar que os secretários de agricultura dos Estados também participaram das audiências públicas, e tive a oportunidade de pessoalmente apresentar a eles. O pessoal do Fonesa, que é o fórum que trata da sanidade animal em todo o Brasil, também participou.

Foi muito debatido, teve o belo aprimoramento através do relatório do Senador Flexa Ribeiro e hoje aqui conclui essa passagem pelo Senado para que nós tenhamos uma agricultura forte e com isso possamos fortalecer ainda mais a economia do nosso País.

Eu queria agradecer a todos os Senadores que apoiam essa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Roberto Muniz.

Está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não há quórum, passaremos ao item seguinte.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências, para determinar que, dos recursos repassados ao BNDES pelo Tesouro Nacional, ao menos 20% (vinte por cento) sejam destinados ao financiamento de obras e de aquisição de equipamentos por hospitais comunitários e beneficentes.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela rejeição do projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Nos termos do art. 99, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes à política de crédito, entre outros. É o caso do presente PLS, que visa a direcionar parte das operações de crédito do BNDES ao setor da saúde sem fins lucrativos. A deliberação em caráter terminativo encontra respaldo no art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por se tratar de projeto de lei ordinária apresentada por Senador, o que autoriza a análise da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e da técnica legislativa empregada.

Por cuidar de política de crédito, o projeto insere-se na competência legislativa privativa da União, prevista no inciso VII do art. 22, combinado com o art. 48 da Constituição Federal. A iniciativa legislativa é comum, não figurando entre as competências privativas do Presidente da República.

O PLS nº 393, de 2014, é compatível com o ordenamento legal vigente e, acertadamente, altera lei já existente sobre a matéria de que trata. As normas regimentais foram observadas até o presente momento e a técnica legislativa empregada atende às normas de redação e alteração das leis previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria não tem reflexo direto sobre o sistema tributário e orçamentário, pois não impõe renúncia de receita nem aumento de despesa fiscal ou expansão da dívida pública. Limita-se, tão somente, a direcionar a aplicação dos recursos aportados pela União no BNDES, que já foram autorizados pela Lei nº 11.948, de 2009.

Quanto ao mérito, merece aplausos a intenção do nobre proponente em buscar solucionar a dificuldade financeira pela qual atravessam os hospitais beneficentes e comunitários, ante a inquestionável contribuição para a promoção da saúde no País.

Há, contudo, Sr. Presidente, alguns óbices ao projeto. Se aprovado, contingenciaria a destinação de recursos a outras áreas também prioritárias, como educação, infraestrutura, saneamento básico, habitação, entre outros. A necessidade de cumprimento de 20% dos recursos repassados ao BNDES pelo Tesouro para as ações defendidas no PLS também pode tolher a dinâmica de escolha de projetos e setores a serem beneficiados.

Na verdade, poderá acarretar ineficiência na alocação de capital, gerando, em algum momento, um excesso de oferta ao setor. A aplicação de recursos financeiros depende da existência de demanda por parte das empresas e não do fatiamento da oferta.

Qualquer segmentação de recursos por setor que não considere a real necessidade exsurge indesejável, pois pode ocasionar o descasamento entre a oferta de recursos disponíveis e a demanda por sua liberação. Uma crítica secundária que pode ser feita reside na fixação do percentual de 20%, porque não consta da justificação do projeto qual o critério adotado, inviabilizando que se faça um juízo sobre a suficiência do percentual.

O direcionamento de crédito subsidiado é um dos fatores que historicamente pressionam a manutenção de juros altos no Brasil, particularmente para os setores da economia que não são beneficiados, ou seja, os tomadores de crédito não subsidiado, sendo o principal efeito nocivo do denominado subsídio cruzado.

Embora seja importante ampliar os investimentos em saúde, há outros meios de atingir o objetivo proposto sem gerar tantas externalidades negativas. O incentivo ao investimento, motivo de preocupação do PLS, deve passar pela construção de um cenário econômico favorável, com inflação baixa que permita o alongamento do horizonte temporal requerido para a inversão em projetos produtivos, ao lado de tributação adequada, segurança jurídica e desburocratização.

Ademais, no que tange ao setor de saúde, o BNDES, com recursos provenientes do Tesouro Nacional e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituiu o Programa BNDES de Apoio a Instituições de Saúde – BNDES Saúde. Esse programa já direciona recursos à saúde pública e beneficia entidades filantrópicas do setor, com o objetivo de fortalecer a capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O Programa surgiu em 2010, com início operacional em 2011, teve sua validade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recentemente prorrogada até setembro de 2018 e sua dotação ampliada para R$3,5 bilhões (com aproximadamente R$1,8 bilhão já utilizado). Diante da importância do setor, o BNDES equipara as condições para projetos de investimento deste programa às condições de financiamento oferecidas a serviços públicos essenciais, como educação, assistência social e segurança prestadas pelo Poder Público. Desse modo, o setor conta com uma das condições mais favoráveis existentes atualmente nas Políticas Operacionais do BNDES.

Em suma, a melhor solução para o problema da dificuldade financeira das entidades filantrópicas de saúde não consiste na fixação em lei de um percentual a ser compulsoriamente destinado ao setor. Primeiro, por causa dos efeitos deletérios de se instituir mais um subsídio cruzado na política de crédito. Segundo, a lei não é o instrumento mais recomendável para tal desiderato, porque existem mecanismos mais flexíveis e igualmente eficazes do ponto de vista formal, que melhor atendem, portanto, às necessidades dinâmicas da política de crédito.

Outrossim, o Poder Legislativo poderá contribuir decisivamente, por meio de sua função fiscalizatória, sobre a política de crédito implementada pelo Poder Executivo.

O voto, Sr. Presidente.

Em virtude do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2014.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O projeto é terminativo, portanto, não há quórum. Fica para quando houver quórum.

Item 18, de autoria do Senador José Pimentel, que terá como Relator *ad hoc* o Senador Armando Monteiro.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o § 1º do art. 4º da Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, para destinar recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a ações de revitalização de bacias hidrográficas localizadas nas áreas de atuação das Superintendências de Desenvolvimento Regional.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

O Relator *ad hoc* será o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de autoria do nobre Senador José Pimentel, a meu ver, estende o escopo de apoio e de fomento dos fundos constitucionais não apenas à chamada área da infraestrutura econômica, mas também a projetos de preservação ambiental, tendo em vista que a preservação do meio ambiente é algo fundamental para segurar a manutenção de atividades econômicas e produtivas na região. Portanto, parece-me um projeto de longo alcance.

Na justificativa do PLS, argumenta-se que a Lei nº 7.827, de 1989, já prevê que os recursos dos fundos constitucionais de financiamento possam ser usados em empreendimentos voltados para a preservação. Destaca-se então que iniciativas como a transposição das águas do Rio São Francisco podem ter seus resultados comprometidos em função da insuficiência de recursos destinados à revitalização das bacias hidrográficas. Propõe-se, então, que os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste possam ser destinados a empreendimentos que visem à revitalização dos rios, no âmbito de operações de financiamento que sigam condições semelhantes às empregadas nas demais operações.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento, compete à CAE opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

O inciso III do art. 99 do Regimento Interno do Senado, estabelece que compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS em tela, ao destinar recursos dos fundos constitucionais de financiamento a ações de revitalização de bacias hidrográficas localizadas nas áreas de atuação, é, indiscutivelmente, objeto de análise desta Comissão.

Neste parecer, o foco recai sobre o mérito da proposição. Considerações sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade deverão ser feitas onde couber a decisão terminativa.

A revitalização de bacias hidrográficas envolve, por exemplo, ações destinadas a promover a recuperação da cobertura vegetal do solo das bacias em situação de vulnerabilidade ambiental. O objetivo é combater o processo de degradação dos recursos naturais, aumentar a oferta hídrica e melhorar a qualidade desse insumo fundamental que é a água.

São ações essenciais para garantir que as chuvas – que em diversos momentos de nossa história recente foram escassas – efetivamente se incorporem à vazão dos rios. Pouco adianta chover se a água não se converte em água passível de utilização.

No caso do Rio São Francisco, por exemplo, a recuperação das matas ciliares é fundamental para reverter um grave processo de degradação que já se mostra bastante avançado. Recentemente, noticiou-se que na foz do São Francisco, o volume de água caiu e o mar avançou 14km rio acima. Além disso, a revitalização de sua bacia é uma ação complementar ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). O País investiu R$8,5 bilhões na transposição de suas águas, mas pouco, muito pouco se fez para revitalizar os afluentes, as nascentes e a calha do rio.

O caso do Rio São Francisco é emblemático, mas há várias outras bacias que precisam passar por um urgente processo de revitalização. Em particular, na região do Semiárido, os longos períodos de estiagem e a degradação das bacias têm convertido rios em caminhos de areia.

O PLS nº 369, de 2017, do Senador José Pimentel, contribui para a solução desses problemas porque possibilita que os recursos dos fundos constitucionais sejam destinados, como aqui já foi referido, a ações de revitalização de bacias hidrográficas.

Há apenas, Sr. Presidente, um reparo quanto à redação adotada no PLS nº 369, de 2017. Embora na ementa e no art. 1º se faça referência à revitalização de bacias hidrográficas, no art. 2º a expressão utilizada é “preservação ambiental”. Entendemos que seria mais adequado manter, também no art. 2º, a expressão “revitalização de bacias hidrográficas”, não somente para manter a coerência com o restante da proposição, mas também para destacar o foco prioritário nessas ações, que, pelas razões expostas, são fundamentais para a qualidade de vida da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei do Senado com a emenda que se segue.

Antes de concluir, Sr. Presidente, eu queria me congratular com o Senador José Pimentel, que oferece uma contribuição muito importante para essa agenda tão urgente que é a de revitalização do nosso Rio São Francisco. Portanto, eu quero homenagear o Senador José Pimentel, lembrando que esse é um tema muito caro a esta Casa e que tem sido objeto de preocupação de vários colegas aqui do Senado. Cabe também fazer um registro e sempre lembrar a preocupação do Senador Otto Alencar, que tem sido uma voz muito firme na defesa dessa agenda.

Parabéns, Senador José Pimentel!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Para discutir.) – Eu quero só fazer um registro e parabenizar o autor do projeto, o competente Senador Pimentel, e o Relator *ad hoc*, também muito competente em tudo que faz, Senador Monteiro.

Presidente e demais colegas, esse, realmente, é um tema extremamente sensível e diante do qual este Congresso Nacional está adormecido de longa data. O caso do Rio São Francisco é só uma referência. Os afluentes do Rio São Francisco... E, aqui, os senhores que usufruíram, de longa data, e ainda usufruem, bem como os seus filhos e netos, do Rio São Francisco, sabem que vários dos seus afluentes secaram, e o resultado está aí.

Mas não é só o São Francisco. É o Rio Araguaia, que divide o nosso Estado de Tocantins do Estado do Pará; é o Rio Tocantins, que divide a Bahia, o Piauí e o Maranhão. Esses dois rios vão secar! Nós temos centenas de rios perenes, como por exemplo o Rio Formoso, com um volume enorme de água, onde não se consegue mais navegar. Neste final de semana, eu atravessei o Rio Formoso, no oeste do nosso Estado, de carro. Há 20 anos, seria impossível atravessá-lo nadando, a não ser que você tivesse um condicionamento físico muito bom.

E o Congresso Nacional já deveria, Senador Monteiro, ter olhado para isso. V. Exª colocou em seu relatório que já se gastou mais de R$8 bilhões com a transposição e menos de R$150 milhões com a revitalização do São Francisco.

Então, eu vou um pouco mais além, embora ache que isso já foi discutido aqui: o Governo Federal tem condições, com sobra, de designar um salário mínimo por mês a esses agricultores, a esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazendeiros cujas terras têm minas d'água. E isso para eles preservarem essas minas d'água. Um salário mínimo! Isso não representa absolutamente nada para o País!

Eu até sugeriria que nós colocássemos nesse projeto que quem protegesse as suas minas teria um ganho, porque, evidentemente, ele terá um trabalho, não é?

Dessa forma, eu acho que nós não podemos mais dormir em cima desse tema de tamanha importância. Se falamos sobre a agricultura familiar, com a qual o Brasil, hoje, trata de 1,4 bilhão de pessoas mundo afora, sem essa água nós não vamos tratar desse 1,4 bilhão de bocas mundo afora.

Então, é um tema que, realmente, nós temos que soltar... Inclusive, eu vou até pedir, Sr. Presidente, urgência para esse projeto. Eu vou pedir para que façam agora um requerimento para que nós levemos esse projeto imediatamente a Plenário, se for de acordo com os nossos companheiros.

Assim, eu peço urgência a este projeto, apresentando agora esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Lembro aqui que o projeto é não terminativo, devendo ir ainda à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas eu acho que nós podemos fazer, então, com que o projeto seja levado imediatamente a Plenário. Isso está muito demorado! Se os colegas concordarem, eu apresento agora esse requerimento...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Neste caso, tem de ser de Líder o requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone*.) – Ou de 49 Senadores.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Ou de 49 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Tem de colher 49 assinaturas de Senadores ou de Líderes que os representem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a orientação e farei como determina o nosso Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu só quero lembrar, é importante lembrar que essa questão hídrica tem sido bastante discutida aqui, mas nós fizemos uma audiência pública – trazendo talvez os dois maiores especialistas neste momento: um que é o próprio Presidente da ANA (Agência Nacional de Águas); e o Dr. Jerson Kelman, um dos maiores especialistas, consultor do Banco Mundial, atualmente na Secretaria de Recursos Hídricos de São Paulo – que tivemos de suspender por falta de quórum, suspender essa que foi anunciada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando se pedem providências... Algumas foram tomadas pela Comissão, e, infelizmente, não tivemos condições de começar a audiência que visaria justamente a dar um diagnóstico mais técnico e completo da situação.

Eu me comprometi, diante até do constrangimento perante esses dois senhores – um deles se deslocou de São Paulo para cá –, a marcar outra reunião, mas é evidente que eu gostaria de ter uma convicção de que nós teríamos o quórum necessário para fazer essa reunião.

Não adianta a gente falar, falar, falar, e, quando se parte para situações objetivas de como se ter um diagnóstico, de se fazer uma discussão, levantar objetivos, não termos condições de levar adiante.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Por favor, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, recentemente, na Comissão de Transparência, Controle, Fiscalização e Defesa do Consumidor, um requerimento de minha autoria pedindo urgência para levá-lo diretamente ao Plenário foi aprovado na nossa Comissão, e aqui, com toda vênia, discordando do Senador Pimentel e demais...

O Regimento diz o seguinte, Sr. Presidente, no seu art. 338:

> Art. 338. A urgência pode ser proposta:
> .....
> IV - por comissão, nos casos do art. 336, II e III;

O que diz o II?

> Art. 336.
> .....
> II - quando se pretenda a apreciação da matéria na segunda sessão deliberativa ordinária subsequente à aprovação do requerimento;
> III - quando se pretenda incluir em Ordem do Dia matéria pendente de parecer.

Portanto, Sr. Presidente, esta Comissão e este Plenário têm autonomia para aprovação desse requerimento e levar diretamente esse tema ao Plenário. Salvo melhor juízo, o nosso Regimento Interno deixa isso muito claro, e eu já me refiro a esse precedente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Secretaria me informa que é possível haver um requerimento da Comissão, e que esta Comissão leva, e é preciso haver a aprovação do Plenário do Senado.

Então, eu coloco em votação o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente, V. Exª me permite uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Nós temos muitas vezes nos amarrado de forma umbilical ao Regimento desta Casa que é tão somente a inspiração de vários outros que já estiveram aqui e que estão presentes.

Acho que o Brasil precisa... E nós estamos vivendo hoje um enorme conflito – e viveremos agora às duas horas dentro de uma Comissão –, porque nos esbarramos nesses parâmetros legais.

Eu concordo inteiramente que o Regimento existe, mas nós podemos mudar, nós temos que dar urgência ao que é realmente urgente, relevar o que é prioritário e ir ao encontro do Brasil que está com todos esses problemas nessa área. Inclusive sou de um Estado que sofreu consequências várias e vive com seca, com desastres, etc.

Então, eu acho que é hora de aprovar a iniciativa do Senador Pimentel e levar ao Plenário. O que tiver que ser modificado, Presidente, cabe a nós fazê-lo. Acho que podemos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois é, mas eu acabei, Senadora, de esclarecer que a Secretaria me informou que pode haver um requerimento da Comissão. Vai restar ao Plenário do Senado aprovar.

Antes nós precisamos aprovar a matéria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, aprovar a matéria que nós ainda não aprovamos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Aprovar a matéria e posteriormente o requerimento. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pretende discuti-la, ainda, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Para discutir.) – Eu queria fazer uma breve manifestação. Primeiro para me congratular com o autor dessa iniciativa, o Senador José Pimentel; cumprimentar o Senador Armando Monteiro pelo relatório que acaba de ser lido, que teve o concurso e o trabalho do Senador Otto Alencar.

Na realidade, essa é uma iniciativa louvável porque as ações de preservação ambiental, sobretudo ao falarmos de bacias hidrográficas e de forma mais específica do Rio São Francisco, no que diz respeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à recuperação de matas ciliares, é um trabalho que deve envolver todos os Municípios da calha. É muito complicado uma iniciativa dessa ser feita de forma centralizada, seja por uma instituição federal, seja por um Estado.

Acho que o que o Senador José Pimentel aqui vislumbrou com sua iniciativa foi que, além do saneamento que já é uma tradição do Banco do Nordeste, que vem financiado as empresas estaduais no sentido de ampliar a cobertura do saneamento básico nos Estados da nossa Região, faltava um comando que permitisse que os Municípios também pudessem acessar no que diz respeito a essas ações de recuperação de mata ciliar, de preservação ambiental.

Muitas vezes o Município que está na calha opera o sistema de esgoto local. Então ele poderia acessar esses recursos do Fundo para poder evitar a jogada dos esgotos na calha do rio e sobretudo auxiliar nesse trabalho de replantio da mata ciliar do Rio São Francisco.

Portanto, parabenizo, acho que é oportuno, é uma excelente iniciativa. Vamos torcer para que consigamos deliberar aqui na comissão e, aí, sim, atender à sugestão do Senador Ataídes no sentido de levar como sugestão aqui desta Comissão a urgência para ser deliberada pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Presidente, aproveitei o fato de estar sentada ao lado do autor do projeto para tirar algumas dúvidas e aqui gostaria apenas de reforçar a grandeza e a importância desse projeto.

Estamos falando muito do Rio São Francisco porque é uma preocupação de todos nós. O Rio São Francisco não é só do Nordeste ou dos nordestinos, mas do povo brasileiro, devido à sua grande importância para uma das regiões mais pobres e carentes de desenvolvimento do País.

Na realidade, esse projeto, que permite que os fundos constitucionais financiem também Municípios e Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no que se refere à preservação ambiental, vai beneficiar todos os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive o meu, Mato Grosso do Sul. Estados como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, que têm por exemplo o Pantanal.

Nós temos não só, agora, a partir do momento da aprovação desse projeto, a possibilidade de aplicar o Plano Regional de Desenvolvimento na área ambiental desses Estados na área urbana, mas também na zona rural. No nosso caso específico, nós não temos grandes metrópoles. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não têm grandes cidades. Têm, sim, seus problemas de saneamento básico. Nós também despejamos dejetos que não são tratados, infelizmente por falta de saneamento básico nos nossos Estados. Mas nós temos grandes problemas relacionados ao assoreamento dessa que é a maior planície de água doce do mundo, que é o Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali nós temos rios, não só em Corumbá, que é conhecido por todos nós, mas no norte pantaneiro, ainda no meu Estado, e no Norte, no Estado de Mato Grosso do Sul, como o Rio Taquari, o Rio Coxim, já visitados pelo Ministro do Meio Ambiente por duas ou três vezes, que estão assoreados; que a sua nascente, onde realmente nasce a fonte da nossa água, está totalmente comprometida, em função do desmatamento, da monocultura ou mesmo do despejo de material de construção. Assoreamento mata todo o rio e consequentemente a vegetação.

O nosso Pantanal também pede socorro! Daí a importância desse projeto, que não fará bem apenas para o Rio São Francisco, esse projeto fará bem para o meio ambiente brasileiro, para o Brasil e para a população. Por isso, eu comungo da sugestão do Senador Ataídes de que é um projeto de relevância e de urgência e uma vez aprovado aqui, não sendo terminativo, nós poderemos cumprir as normas regimentais, levando-o à deliberação do Plenário o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Não havendo mais quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Coloco em votação o relatório do Senador Otto Alencar, aqui feito pelo Senador Armando Monteiro.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE.

Há um requerimento de urgência feito pelo Senador Ataídes. Requerimento de Comissão.

Coloco em votação. Os Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – As Senadoras e os Senadores que queiram discutir permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento, que, portanto, vai a Plenário, e o Plenário do Senado fará uma votação aprovando-o.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Antes, eu gostaria de passar a palavra ao Senador José Pimentel, e gostaria também de me congratular pela qualidade, importância e oportunidade do projeto apresentado por V. Exª, que merece realmente o aplauso de todos nós.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, primeiro quero agradecer a V. Exª por ter priorizado este projeto, que é um projeto recente, fruto da discussão aqui na CAE sobre a necessidade de aportar recursos na preservação dos nossos rios.

Quero agradecer ao Senador Otto Alencar, que foi o Relator inicial, mas, principalmente, ao Senador Armando Monteiro, que aqui não só fez o seu parecer, mas também a defesa brilhante desta matéria; agradecer à Senadora Simone Tebet; aos nossos pares, e ao Senador Ataídes Oliveira por apresentar esse requerimento de urgência.

Esta matéria beneficiará as três Regiões brasileiras – a Região Norte, a Região Nordeste e a Região Centro-Oeste – e, indiretamente, todo o território nacional.

Nós temos detectado a necessidade de aporte de recursos seja na recuperação das matas ciliares, seja na questão do tratamento dos dejetos que são jogados nos leitos desses rios, mas, principalmente, pela utilização intensiva da terra nessas regiões.

O Senador Ataídes apresenta uma sugestão, para que nós pudéssemos criar uma fonte de ressarcimento aos pequenos proprietários que preservarem os seus olhos d'água – é como nós chamamos lá no Ceará – ou as nascentes dos nossos rios, as cabeceiras.

E aqui, Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, nós poderíamos fazer um estudo sobre o crédito de carbono, que é um recurso destinado a essas finalidades de toda a humanidade e que o Brasil utiliza em algumas regiões, mas não utiliza na sua potencialidade, e eu acredito, Senador Ataídes, que esta é uma matéria que cabe nos créditos de carbono, e nós poderíamos, como fruto do trabalho coletivo da CAE, apresentar um projeto em nome da Comissão para que ele possa ter esse peso político de que necessita e que nós tivéssemos no crédito de carbono a grande fonte de captação de recursos, para ressarcir a pequena propriedade que utilize a sua terra no reflorestamento e consequentemente nos olhos d'água.

Quero adiantar que vou pessoalmente pedir ao Sr. Presidente da Casa para pautar o requerimento de urgência, mas vou pedir também ao Senador Tasso Jereissati, que, além de ser o nosso Presidente, é nosso conterrâneo do Estado do Ceará, sem prejuízo de qualquer um outro, para que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos votar o quanto antes esta matéria e, em seguida, dirigirmo-nos à Câmara com o mesmo pedido, com a mesma urgência.

Por isso, eu quero aqui agradecer a todos e dizer que este projeto é fruto da discussão da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado e, mais uma vez, parabéns, Senador Pimentel,

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2012

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, em decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Senador Dalirio Beber com a palavra.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 8, de 2012, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os Estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais.

A proposição apresenta estrutura formal muito simples, estando seu conteúdo disposto brevemente em três artigos. Conforme dispõe o art. 1º do projeto, busca-se estabelecer equidade na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuição, entre os Estados da Federação, de recursos públicos federais destinados à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais.

Seguindo esse entendimento, o art. 2º do PLS em exame determina que a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passe a vigorar, acrescida do art. 5º-A, que propõe em seu *caput* que os recursos públicos federais previstos no Orçamento da União para implantação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão distribuídos proporcionalmente ao número de estabelecimentos de agricultura familiar ou de empreendimentos familiares rurais existentes em cada Estado, conforme dados do Censo Agropecuário oficial.

O § 1º do art. 5º-A estabelece que o disposto no *caput* igualmente se aplica aos recursos cuja aplicação seja prevista no Plano Safra da Agricultura Familiar, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o qual deverá explicitar o montante de recursos destinado a cada Estado.

O § 2º do art. 5º-A prevê que, caso não haja contratação integral dos recursos de crédito disponibilizados para um Estado em prazo definido em regulamento, os valores disponíveis serão remanejados para contratação no Estado da mesma região que apresente o maior número de agricultores familiares, conforme o Censo Agropecuário.

O § 3º do art. 5º-A institui que o previsto no *caput* será aplicado, obedecendo-se o rito de discussão do Orçamento Federal, na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Orçamento Anual.

Ressalta-se que o Projeto havia sido distribuído unicamente à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa.

No entanto, com a aprovação, pelo Plenário, dos Requerimentos nºs 525 e 526, de 2012, ambos de autoria do Senador Valdir Raupp, houve nova distribuição da matéria, que tramitará por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seguindo, após, para as análises das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa.

Vamos à análise.

O foco dessa análise concentra-se no mérito da matéria, cujo autor expôs, de forma coerente e objetiva, sua louvável preocupação, no sentido de reduzir as desigualdades regionais em nosso País.

Com efeito, o que inspirou a iniciativa foi a constatação das grandes diferenças na dotação de recursos entre os Estados da Federação, cujos montantes variavam em 2011, conforme dados oficiais, entre R$ 25 milhões, para o Amapá e para Roraima, e R$ 3 bilhões, para o Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, observa-se que entre 2000 e 2007 o maior número de agricultores familiares se concentrava na Região Nordeste, ao passo que a Região Sul foi a que obteve a maioria dos contratos e recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Além disso, no mesmo período, nas Regiões Sul e Nordeste, os Estados do Rio Grande do Sul e da Bahia foram contemplados com a maior parte dos contratos e financiamentos das respectivas regiões.

Não faltaram esforços de interpretação, na elaboração da proposição, para se encontrar uma explicação plausível para essa evidente falta de equidade na destinação dos recursos públicos, uma vez que a diferença no número de agricultores familiares existentes em cada estado não justificaria que a média de recursos por estabelecimento de agricultura familiar fosse, por exemplo, de R$895 no Estado do Rio Grande do Norte, e alcançasse R$10.086 em Santa Catarina.

É nesse contexto de diferenças históricas de desenvolvimento regional que surge a presente proposta, que se coloca no corajoso desafio de aperfeiçoar a Lei nº 11.326, de 2006, que dispõe sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para garantir que a distribuição de recursos públicos destinados à implantação das suas ações seja proporcional ao número de estabelecimentos de agricultura familiar de cada Estado, contribuindo, assim, para a redução das desigualdades regionais e entre os Estados.

É muito importante pontuar, ainda a favor da proposição, que entre os objetivos estabelecidos na Constituição Federal está o desafio de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Entretanto, faz-se relevante expor as limitações do crédito rural como instrumento de política pública de desenvolvimento regional e de distribuição de renda.

Inicialmente, ressalta-se que o planejamento e a execução do crédito rural vêm experimentando, ano após ano, uma evolução admirável em nosso País justamente porque têm se orientado pelo respeito às demandas existentes e pela busca de instrumentos de mercado para suprir a histórica incapacidade fiscal do Estado em prover, pelo crédito rural, o instrumento principal da redução das desigualdades regionais.

De fato, não nos conforta admitir que a redução das desigualdades regionais não esteja contida em uma solução tão simples como ampliar a oferta de crédito, ainda que em descasamento com os fundamentos técnicos que norteiam os financiamentos rurais, há muitas décadas estabelecidas na legislação brasileira.

As diferenças regionais possuem causas geográficas, sociais e econômicas complexas. Muitos desses fatores levaram a maior verticalização da produção rural em alguns Estados ou à integração de pequenos produtores com grandes grupos agroindustriais, como se observa no Estado de Santa Catarina, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso assumir, também de forma corajosa, a complexidade dessa situação para compreender que a concentração do crédito rural decorre de um quadro de desigualdades mais amplo que a alteração proposta no PLS nº 8, de 2012, não aperfeiçoa e, pelo contrário, ao dar tratamento igual a realidades tão desiguais, alimentará a ineficiência na intermediação financeira e produzirá maior desequilíbrio no orçamento público nacional, sem atingir o almejado objetivo de reduzir as desigualdades regionais.

A maior evidência que temos de que a proposição em exame é inadequada está na manifestação do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em posicionamento contrário à alteração da Lei nº 11.326, de 2006, considerando que a execução dos recursos do Pronaf se encontrava, já em 2012, abaixo do volume disponibilizado anualmente e o acesso dos agricultores familiares aos recursos se encontrava em quantidade e qualidade suficientes, acentuando que as operações de crédito do Pronaf alcançaram todos os Estados e 5.516 Municípios, o que representava uma abrangência de 97,3% do total de Municípios brasileiros.

Nesse sentido, o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi enfático em afirmar que "a contratação do Pronaf em uma determinada localidade está diretamente relacionada ao comportamento destes agricultores quanto à necessidade, interesse, capacidade de pagamento de financiamentos e relação com os agentes financeiros".

Uma outra informação fundamental apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário diz respeito à inexistência, em mais de dez anos, de demanda reprimida de recursos junto ao Pronaf, havendo o atendimento de toda a demanda qualificada até aquele momento, conforme as demandas recebidas pelos agentes financeiros operadores do programa.

Finalmente, louvamos todos os esforços no sentido de atacar as causas geográficas, sociais e econômicas que sustentam as desigualdades regionais, mas não podemos deixar de reconhecer os acertos e avanços que temos alcançado, entre os quais se incluem o marco legal trazido pela Lei nº 11.326, de 2006, que dispõe sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e a operacionalização da oferta de recursos do crédito rural orientado a demandas qualificadas, observando-se a capacidade de pagamento dos mutuários e as características dos empreendimentos, com atenção às dinâmicas da economia. Na medida em que as alterações propostas, ao adotarem outros parâmetros de distribuição, atentam contra esses fundamentos gerais, entendemos que o melhor encaminhamento é a rejeição da proposição examinada.

Voto.

Votamos, em conformidade com o exposto, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2012.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Dalirio.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Dalirio Beber.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. Portanto, se concordam com o relatório, concordam com a rejeição.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, com o meu voto contrário ao relatório, eu gostaria apenas de justificar: eu não estou segura em relação ao relatório. Quero parabenizar o Senador Dalirio que fez uma ampla exposição e deixou muito claro realmente que as diferenças regionais e as diferenças sociais têm fatores múltiplos, complexos. Ninguém duvida disso. Depende da política econômica, depende da falta de educação em determinada região, mas no que se refere à agricultura familiar, ao Pronaf, a esse programa tão bem-sucedido, salta aos olhos quando ele coloca que o Sul recebe um recurso muito acima do que os agricultores familiares do Nordeste. Isso me espanta. Eu não conhecia e não tinha esses números. Chegou aqui, salvo engano, a colocar que o Estado de Santa Catarina, por estabelecimento de agricultor, por família, por área ou por propriedade, chega a ganhar R$10 mil em detrimento dos R$890 do agricultor familiar do Rio Grande do Norte. Então, alguma coisa realmente está errada. Não que os valores precisam ser exatos, mas a diferença aqui é de dez vezes a menor, no caso, para o agricultor familiar dos Estados do Nordeste, portanto.

O que o Senador Ciro Nogueira tentou foi equalizar essa situação. Pode ser até que o projeto dependesse ou dependa de alguma emenda ou alteração, mas a ideia é extremamente positiva, não vejo nenhuma inconstitucionalidade no projeto, mesmo no mérito, a princípio, ainda que tivéssemos que aperfeiçoar. Como eu só tomei conhecimento do projeto e do parecer neste momento, eu não tenho condições de votar contrariamente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quer pedir vista?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se o Senador Dalirio me permitir, nós poderíamos tentar entender melhor a proposta do...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Na verdade não me oponho, acho que aqui estamos para aperfeiçoar as leis e atender às necessidades do Brasil. O que o relatório traz é que o programa, atualmente, atende a todos os que demandaram por crédito do Pronaf, ou seja, não ficou ninguém desassistido. O fato de receber R$890 ou R$10 mil... Leva-se em conta a natureza da atividade dele. Ou seja, nós, em Santa Catarina, no Sul do Brasil, temos a questão da agroindústria, que vive em função, até, dos agregados.

Mas não existe nenhum óbice no sentido de se aperfeiçoar esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu não vou pedir vista, mas é aquilo que eu falei: o projeto abre, para a Comissão e para o Senado, uma ampla discussão em relação até à inserção, talvez, de outros estabelecimentos de agricultura familiar ao Pronaf. O que estou dizendo é que, como não tive tempo de analisar e eu tenho dúvida em relação a rejeitar, eu me oponho ao relatório. Não vou pedir vista, mas fico aqui já com essa preocupação de dar uma analisada nessa questão para ver de que forma nós poderemos inserir outros estabelecimentos de agricultura familiar no processo para que essa distribuição de recursos, ainda que eu tenha entendido que é por atividade e cada atividade requer mais ou menos recursos, possa ser melhor realizada. Eu entendi o relatório do Senador Dalirio, mas, de qualquer forma, eu voto contrariamente a ele. Não vou pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aprovado o relatório, com o voto em contrário da Senadora Simone Tebet.

A matéria vai...

Senadora Simone, é importante: a matéria ainda vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ITEM 13

MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2017.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Favorável nos termos do PDS que apresenta.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2017.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos nº 38, de 2017, do Banco Central (BC), que submete a referida programação e sua justificativa, com estimativa para as faixas de variação dos principais agregados monetários e análise da evolução recente da economia nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Banco Central estimou a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, dos agregados monetários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e títulos de alta liquidez.

Inicialmente, apresenta uma retrospectiva da conjuntura econômica nacional no terceiro trimestre de 2017, com destaque para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que aumentou 0,2% no segundo trimestre de 2017, em relação ao trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados do IBGE. Contribuíram para esse desempenho elevações de 0,5% nas exportações e de 1,4% no consumo das famílias. Não obstante, houve recuo de 0,7% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), ou seja, nos investimentos. A produção física da indústria aumentou 1,8% no trimestre finalizado em julho, relativamente aos encerrado em abril, quando havia crescido 0,2%, nessa mesma base de comparação.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, variou 0,2% no trimestre encerrado em agosto. Os preços livres recuaram 0,44%, com ênfase para a redução nos preços dos alimentos, e os preços monitorados cresceram 2,18%. Considerados períodos de doze meses, a variação do IPCA passou de 3,6%, em maio, para 2,46%, em agosto, atingindo o menor nível desde fevereiro de 1999. A taxa de desemprego foi de 12,8% no trimestre encerrado em julho, portanto, queda em relação à taxa de 13,6% do trimestre anterior.

O setor público consolidado registrou déficit primário de R$51,3 bilhões nos sete primeiros meses de 2017 (déficit de R$36,6 bilhões no mesmo período de 2016). As receitas do Tesouro Nacional aumentaram 2,5% em relação aos sete primeiros meses de 2016 e as despesas recuaram 1,0%. A arrecadação líquida da Previdência Social elevou-se a 3,1% no período, enquanto as despesas com benefícios aumentaram 11,2%, refletindo, em especial, o impacto da elevação do salário mínimo e do aumento de 2,2% no número de benefícios emitidos.

Os juros nominais totalizaram R$235,1 bilhões de janeiro a julho de 2017, ante R$213,9 bilhões em igual período de 2016, com destaque para a contribuição do resultado menos favorável de R$9,3 bilhões das operações de *swap* cambial, que haviam apresentado resultado favorável de R$67,9 bilhões no mesmo período de 2016.

A dívida mobiliária federal interna, avaliada pela posição de carteira, totalizou R$3,225 bilhões em julho (50,4% do PIB), crescendo 1,32 p.p. do PIB em relação a abril e 4,26 p.p. do PIB em doze meses. A elevação trimestral resultou de emissões líquidas realizadas no mercado primário (R$19,2 bilhões), da incorporação de juros nominais (R$83,1 bilhões) e do impacto da apreciação cambial de 2,1% no período (R$0,3 bilhão).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o segundo trimestre de 2017.

No campo prospectivo, o relatório destaca que o cenário externo tem se mostrado favorável, na medida em que a atividade econômica global tem se recuperado gradualmente, sem pressionar as condições financeiras nas economias avançadas. Permanecem, no entanto, os riscos associados ao processo de normalização da política monetária em economias maduras, às mudanças de política econômica em algumas economias centrais e à possível redução do apetite ao risco por ativos de economias emergentes.

No âmbito interno, a exposição de motivos afirma que o conjunto dos indicadores de atividade econômica divulgados recentemente permanece compatível com o processo de recuperação gradual da economia brasileira e ressalta que, embora o recente aumento da incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia tenha impactado negativamente os índices de confiança dos agentes econômicos, a informação disponível sugere que o impacto dessa queda de confiança na atividade tem sido, até o momento, limitado.

O relatório salienta ainda que a aprovação e implementação das reformas mencionadas, notadamente as de natureza fiscal e creditícia, e de ajustes na economia brasileira, são fundamentais para a sustentabilidade da desinflação, para o funcionamento pleno da política monetária e para a redução da taxa de juros estrutural da economia, com amplos benefícios para a sociedade.

Para as metas indicativas dos agregados monetários para o quarto trimestre e para o ano de 2017, considerou-se o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, consistente com o regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal.

Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em doze meses esperado para M4 corresponde a 7,9% em dezembro de 2017.

A proporção entre o M4 e o PIB deverá apresentar expansão ao longo de 2017, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis no período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Nos termos dos §§1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso.

Com a adoção do Plano Real, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as duas Casas do Congresso, em conjunto ou separadamente, têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Ademais, devido à adoção do regime de metas de inflação, a partir de 1999, a taxa básica de juros passou a constituir o principal instrumento de política monetária para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância. Nesse contexto, o controle da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento relevante de política monetária, apenas mantido como obrigação legal a ser cumprida e como medida coadjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

Do ponto de vista metodológico, a Programação Monetária contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, metas indicativas de evolução trimestral e descrição das perspectivas da economia nacional para o trimestre em curso. As projeções são efetuadas com base em modelos econométricos, considerando a demanda por componentes dos meios de pagamento, a evolução do PIB e a trajetória esperada da taxa Selic, da taxa de câmbio e de inflação, entre outros elementos.

O Relatório sobre a Programação Monetária para o quarto trimestre e para o ano de 2017 mostra projeções tecnicamente consistentes.

Assim, para o quarto trimestre de 2017, estimou a expansão, em doze meses, de 5,5% para o total dos meios de pagamento no conceito de M1, de 6% para a base monetária restrita, bem como de 7,9% no conceito de M4 e de 11,5% da base monetária ampliada.

A expansão monetária projetada é compatível com a inflação esperada, cuja expectativa de mercado está até abaixo da meta central de 4,5% para o ano.

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2017, nos termos do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2017

Aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2017.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2017, nos termos da Mensagem nº 63, de 2017 (nº 373, de 2017, na origem), do Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Dalirio.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Dalirio.

As Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

Senador Fernando Bezerra, temos um projeto terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que nós poderíamos ler, se V. Exª concordasse em ser o Relator *ad hoc* da matéria.

Então, o item 3 é terminativo. Nós faríamos a leitura e se possível a discussão, e deixaríamos a votação para quando houver quórum.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011

- Terminativo -

Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela rejeição do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CMA.

Eu pediria... Nós leríamos e deixaríamos a discussão... Ou haveria pedido de vista, se fosse o caso.

Senador Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Como Relator.) – Farei a leitura, Sr. Presidente, passando direto à análise.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu artigo, estabelece a competência para que esta Comissão opine sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida. Além disso, por se tratar de matéria terminativa, cumpre-nos opinar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito.

Em relação aos aspectos constitucionais, verifica-se que o PLS atende os requisitos constitucionais acerca da competência da União para legislar sobre energia.

Entretanto, ao analisar o *caput* do art. 18 da Constituição Federal, constatamos que a proposição pode ser questionada quanto à invasão da autonomia dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A arguição de inconstitucionalidade do PLS nº 317, de 2011, teria origem na seguinte argumentação: a União não pode, por meio de lei, determinar a forma pela qual os Municípios usarão a energia elétrica a eles destinada na forma de participação no resultado ou de compensação financeira sob pena de infringir a autonomia conferida aos Municípios pela Constituição Federal em seu art. 18.

Dessa forma, a exigência de destinação da energia elétrica para projetos de geração de emprego e renda, com foco em política industrial, pode ter sua inconstitucionalidade arguida por infração ao art. 18, que dota de autonomia os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O óbice constitucional dificulta que se alcance o meritório objetivo da proposição de reduzir o risco de haver utilização ineficiente dos recursos da compensação financeira pelos Municípios, iniciativa essa que deve ser enaltecida e que reflete a louvável e necessária preocupação que o Senado Federal deve ter quanto à competitividade das nossas empresas e de gerar mais emprego e renda em nosso País.

Quanto ao mérito, há também um aspecto que pode gerar consequências indesejáveis.

No setor elétrico, o agente gerador de energia elétrica somente pode comercializar o montante atestado em ato específico do Ministério de Minas e Energia (MME). Nesse procedimento, caso o agente gerador não produza toda a energia elétrica que comercializou, dentro do limite fixado, deverá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprar de outros agentes do mercado ou ficar exposto ao mercado de curto prazo. Para usinas hidrelétricas, adiciona-se risco hidrológico: As regras de operação de usinas buscam reduzir o custo da energia elétrica ao longo do tempo e, diante de um cenário hidrológico desfavorável, como o ocorrido nos últimos anos, uma usina hidrelétrica pode não gerar energia elétrica na quantidade comercializada com o intuito de reservar água para o futuro. O PLS concede ao Município o benefício de se tornar partícipe do setor energético, com o direito de receber quotas de energia elétrica, mas não é claro quanto à alocação do risco hidrológico. Esse risco, que é inerente ao setor, pode ser transferido para o consumidor e é feito para cada usina. Caso seja transferido para o consumidor, não há definição quanto ao responsável pelo risco hidrológico, se serão todos os consumidores ou apenas aquelas empresas que comprassem energia do Município. Ainda, não havendo interesse da empresa beneficiada pela energia sob quota do Município em assumir o risco hidrológico, não há clareza a quem caberá tal ônus ou bônus.

Prevalecendo, tecnicamente, a alocação aos Municípios e diante da escassez hídrica, esses entes podem ter que adquirir energia elétrica no mercado de curto prazo. Nesse caso, poderão ter que absorver prejuízos milionários decorrentes da compra da energia no mercado de curto prazo por um preço superior ao que é destinado às empresas alcançadas pelos incentivos concedidos. Percebam que algumas usinas hidrelétricas, em 2014, alegaram prejuízos bilionários por gerarem abaixo de suas garantias físicas. É essa a dimensão do prejuízo mencionado.

Verifica-se, Sr. Presidente, que o PLS, ao ser omisso no ponto de quem assumirá o risco hidrológico da usina, poderá onerar o Município, desestimular empresas para adquirir a quota de energia ou ainda onerar outros consumidores.

Ademais, a destinação de quotas de energia aos Municípios reduzirá a oferta de energia elétrica para outras empresas e para o consumidor cativo, aquele que é cliente das distribuidoras de energia elétrica. Em virtude disso, esses agentes deverão pagar mais caro por esse importante bem. A oferta de energia elétrica subsidiada pode ainda gerar tratamento assimétrico entre empresas que concorrem no mesmo setor da economia, bastando que uma esteja em Município que recebe Compensação Financeira e a outra não. Esse caso pode ser qualificado como restrição à concorrência, prejudicando o consumidor final.

Conforme Emenda nº 1-CMA, a previsão de que a energia elétrica produzida por PCHs instaladas antes da publicação da Lei nº 9.427, de 1996, sejam isentas da Compensação Financeira reduzirá a receitas dos Municípios.

Apesar de o PLS nº 317, de 2011, ter o meritório objetivo de mitigar o risco de os Municípios não utilizarem de forma eficiente os recursos da Compensação Financeira, constatamos que a proposição em análise pode prejudicar o consumidor final de energia elétrica, onerando-o.

O voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Talvez seja o caso de não encerrar a discussão ou de encerrar a discussão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não havendo quem queira discutir, fica encerrada a discussão.

Lembro que o relatório é contra, é pela rejeição do projeto do autor. Esse é o relatório.

Vou colocar em votação dois requerimentos. Um é da Senadora Simone Tebet.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 148, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, com os seguintes convidados: Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, Diretor-Presidente da ANAC; Sr. Cláudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Sr. Paulo Sérgio Kakinoff, Presidente da Gol Linhas Aéreas; Sr. Jerome Cardier, Diretor Presidente da Latam; Sr. Frederico Pedreira, Presidente da Avianca Brasil; Sr. David Neeleman, Presidente da Azul Linhas Aéreas Brasileiras, para debater as disposições constantes da Resolução nº 400, da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, que estabelece condições gerais aplicáveis ao transporte aéreo regular de passageiros, doméstico e internacional, em especial sobre a cobrança pelo transporte de bagagens nos voos nacionais e internacionais.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Observação: *Aguardando leitura.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a autora do requerimento.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Uma breve justificativa da razão do nosso requerimento. Sei que se trata também de uma questão relacionada à nossa comissão que discute o Direito do Consumidor, mas, como se trata principalmente de valores e aumento excessivo das passagens aéreas, resolvi apresentar esse requerimento aqui, na CAE, e peço a colaboração dos nossos pares.

Lembro que, em dezembro de 2016, portanto, há um ano, a Anac baixou uma resolução, a Resolução nº 400, que estabelecia, entre outras questões, regulamentando a questão do transporte aéreo de passageiros, tanto o transporte aéreo de passagens nacionais como internacionais, a possibilidade de as companhias aéreas começarem a cobrar aquilo que era franqueado, ou seja, o despacho de bagagem até 23kg nos voos nacionais e 32kg nos voos internacionais.

A justificativa nessa resolução na Anac, depois de uma ampla divulgação e propaganda talvez nunca antes vista pela própria agência nos meios de comunicação, foi que precisávamos nos adequar às regras internacionais de voos porque já eram praticadas pelas companhias em outros países e principalmente porque esse pagamento por essa bagagem, que era antes gratuita, resultaria numa diminuição dos preços das bagagens.

Pois bem, o Senador Humberto Costa apresentou um projeto de resolução. O Senado aprovou esse projeto sustando os efeitos do art. 13, que trata efetivamente da cobrança dessas bagagens. Está na Câmara para ser aprovado.

Há cinco meses, a resolução já está em vigor, e estudos demonstrados, publicados nos grandes jornais do País, estudos do IBGE comprovam que, nesses quatro meses de análise, enquanto a inflação não chegou a um dígito, houve um aumento médio das passagens aéreas em 16,9%. O estudo da Fundação Getúlio Vargas, numa análise mais ampla, ainda neste mesmo período, constatou que, se nós levarmos em consideração o aumento de preços dos voos regionais e nacionais, houve um aumento de mais de 30% nos preços das passagens.

Ora, Sr. Presidente, é máxima do Direito que a justificativa, a motivação vincula o ato. O ato normativo foi muito claro: vamos começar a cobrar do usuário, do consumidor, do passageiro as bagagens, para que, com isso, as companhias aéreas possam baixar seus preços. Não foi isso que aconteceu, ao contrário. E sem contar a péssima qualidade de serviço, com os usuários reclamando cada vez mais. Nos períodos de férias, é muito comum as pessoas, principalmente os nossos funcionários... Nós temos aqui mesmo... Em Brasília, isto é muito comum: quando se encerram os trabalhos desta Comissão e do Senado Federal, nós temos pessoas que querem ir ao Nordeste para visitar suas famílias – vão uma vez por ano visitá-las –, e não conseguem, porque os preços são três, quatro vezes maiores do que os preços normais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço um convite ao Presidente da Ordem, porque a Ordem dos Advogados abriu um procedimento a respeito. A Ordem dos Advogados do Paraná, numa análise que fez recentemente, comparando, no mesmo dia, no mesmo horário, um voo de Curitiba ao Chile, cuja distância da viagem é 60% maior, com um de Curitiba a Brasília, constatou também a exorbitância desses preços. Em relação a tudo isso, nós estamos convidando, então, o Presidente da Anac, que foi quem baixou a resolução e que tem que se justificar agora; os presidentes das maiores companhias aéreas; e também o Presidente da Ordem, para que possa trazer, como resultado, o que analisou em relação a esses procedimentos.

Eu encerro, Sr. Presidente, lembrando que essa resolução não trata apenas da cobrança de bagagem. Aí é que eu acho está, de forma velada, o aumento de preço, Senador Armando Monteiro, numa violação gritante não só ao direito do consumidor, mas também ao respeito ao cidadão brasileiro.

A justificativa – talvez a maior responsável seja a Anac, que, como agência reguladora, teria que estar defendendo, nessa relação assimétrica, o usuário, o cidadão, que é o menor no seu poderio – é o fato de que, para justificar esse aumento, passou a exigir das companhias aquilo que era de obrigação delas. Então, estabeleceu, para as companhias, certas obrigações que já estavam, de alguma forma, no direito do consumidor, Senador Pimentel. Por exemplo, se houver extravio ou furto de bagagem, ele deve ser indenizado – aumentou um pouquinho essa indenização. O extravio acontece, às vezes, com 1% dos passageiros – se muito, quando chega a isso – que têm seguro. Estabeleceu que, no caso de desistência do passageiro, ele tem direito a ser devolvido na sua passagem – isso já e regra. Em compensação, exigiu um custo maior para o passageiro – basicamente, 70% talvez deles despachem suas bagagens – que seria o pagamento dessas bagagens. Ou seja, um aumento disfarçado de preço muito acima da inflação, no momento em que não há inflação, e ainda – o que, a meu ver, é mais grave – tentando esconder essa manobra, utilizando-se, inclusive – aí a grande a responsável –, de uma agência que é a agência reguladora, que teria que estar controlando a atividade econômica, principalmente quando há oligopólios, quando nós temos um lado que é muito mais fraco que o outro.

Então, é por isso que estamos apresentando esse requerimento, Sr. Presidente, lembrando que não precisa ser necessariamente no dia da Comissão – sei que a nossa agenda é muito extensa. Mas nós faremos questão – e o exigiremos; por enquanto é um convite – da presença, principalmente, do Presidente da Anac, porque ele representa, de uma certa forma, todo o consumidor, todos os passageiros de transporte aéreo deste País.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Armando Monteiro deseja falar?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Queria só sugerir a inclusão do Cade, se a Senadora achar pertinente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não só pertinente como necessária, Sr. Presidente. Nós agradecemos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, a minha intervenção é muito breve. É apenas para manifestar o meu integral apoio a essa iniciativa da Senadora Simone Tebet no sentido de propor essa audiência pública, porque isso vai mais além; isso impacta a nossa posição em relação a outras matérias que estão sendo apreciadas aqui no Senado Federal. Foi-nos dito aqui pelos representantes da Anac que a cobrança da bagagem, a redução do custo tributário do combustível e a abertura da participação das empresas aéreas brasileiras para investidores internacionais colocaria o Brasil na perspectiva de atrair as empresas de baixo custo, porque elas se recusavam a vir ao Brasil, no sentido de que a gente pudesse ter um transporte aéreo ainda mais barato em função de que o Brasil não tinha determinadas regras internas que prevaleciam nos mercados mais maduros da aviação civil.

Ora, a nossa primeira experiência, mesmo com uma resolução do Senado tendo mandado sustar a cobrança da bagagem, é realmente preocupante. Nós temos aí cinco ou seis meses que essa regra está em vigor e, pelos levantamentos que estão sendo noticiados, que estão sendo divulgados pelo IBGE, pela Fundação Getúlio Vargas, a elevação dos preços das passagens é injustificável.

Então, é importante que chamemos a atenção da Anac para o seu papel, até porque é responsabilidade do Senado Federal a indicação dos diretores da Anac; para saber o que o ocorreu; qual foi a frustração; houve algum aumento extraordinário de combustível; houve algum reajuste nos insumos dos custos das empresas de avião civil... É preciso detalhar isso aqui de forma muito clara, porque nós estamos nos sentindo ludibriados, enganados e cobrados dos nossos eleitores. Onde andamos, a reclamação é grande, porque, hoje, mais de 100 milhões de brasileiros utilizam o transporte aéreo, a aviação civil, e, nos últimos cinco ou seis meses, a elevação no custo das passagens está se dando de forma muito acentuada.

Portanto, eu parabenizo a Senadora Simone Tebet pela iniciativa dessa audiência pública.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Em tempo, Sr. Presidente, foi, como sempre, muito pertinente a manifestação do nosso Senador Fernando Bezerra.

Eu acho que este é o cerne da questão: nós estamos, cada vez mais, cedendo para as companhias aéreas – nós mesmos aprovamos aqui constantemente subsídios, redução tributária. Hoje mesmo está pautado, no Senado, um projeto que coloca um teto para o percentual de ICMS do querosene de avião, o que vai prejudicar, em muitos Estados, a sua arrecadação. O que os Estados terão de fazer para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compensar essa perda de receita? Aumentar o percentual previdenciário do servidor público? Aumentar tributo? Deixar de investir na saúde e na educação? Deixar de fazer obras públicas?

Então, nós estamos, cada vez mais, cedendo na boa-fé de que essas empresas estarão transferindo essa diferença em forma de qualidade e serviço, em diminuição da tarifa, porque nós queremos mesmo a democratização deste transporte, que é o mais seguro, o mais rápido e o mais eficiente do mundo, que é o transporte aéreo. Mas, infelizmente, nós estamos vendo, cada vez mais, as companhias se cercarem dessas benesses, aprovadas sejam pelo Executivo, em forma de ato normativo, sejam pelo próprio Legislativo, através de lei, em detrimento de uma população carente que, muitas vezes, precisa utilizar uma vez por ano esse transporte e não consegue porque os preços são abusivos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora.

Vamos colocar em votação o requerimento da Senadora Simone Tebet.

Em votação o requerimento.

Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado. A Comissão aprova o Requerimento nº 148, de 2017, da CAE, com a inclusão do convite também ao Presidente do Cade para essa audiência pública. Gostaríamos de perguntar ao Senador José Pimentel se ele aceitaria ser Relator *ad hoc* do projeto da Senadora Ângela Portela do item 4, que tem como Relatora a Senadora Fátima Bezerra, todas dentro do seu campo predileto. Então, ninguém mais indicado para ser o Relator *ad hoc*, se V. Exª aceitar ser Relator *ad hoc*...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É o item 4, terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional.

Autoria: Senadora Ângela Portela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE.

O Relator *ad hoc* é o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em análise nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2012, de autoria da Senadora Ângela Portela, que altera a Lei nº 11.977, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional.

Análise.

A iniciativa parlamentar é legítima para o projeto em análise, nos termos do art. 22, VII, combinado com o art. 24, I, da Constituição Federal.

A deliberação sobre a matéria por esta Comissão também é legítima, nos termos do art. 99, I e III, do Regimento Interno.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, concordamos com os argumentos da autora da proposta. De fato, o art. 205 combinado com o art. 208 da Constituição Federal estabelecem o direito à educação como um princípio a ser observado e a garantia do acesso à educação como uma obrigação do Estado.

Nesse sentido, a Lei nº 11.977, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, já estabelece, no seu art. 5º-A, IV, que a implantação dos empreendimentos urbanos deve observar a existência ou o compromisso do Poder Público local de instalar ou ampliar os equipamentos e serviços relacionados à educação, à saúde, ao lazer e ao transporte público. Além disso, reconhecendo o problema, o Governo Federal editou a Portaria nº 168, de 2013, modificada pela Portaria nº 518, de 2013, do Ministério das Cidades, estabelecendo que o termo de adesão a ser firmado por Estados, Municípios e Distrito Federal para participar do programa contenha Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos, e exige que, em cada empreendimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratado, o ente federado firme Instrumento de Compromisso para instalação ou ampliação desses equipamentos e serviços.

A referida portaria estabelece, ainda, condições para a contratação de edificação de escolas bem como de outros equipamentos públicos complementares à habitação, simultaneamente, na área do empreendimento imobiliário ou em área a ele adjacente.

Embora o Governo Federal reconheça o problema e até tenha tomado essas providências no sentido de resolvê-lo, é fato que a situação ainda persiste sem solução, especialmente no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, em que a população beneficiária compõe-se, em sua maior parte, das camadas mais carentes da sociedade.

Nesse contexto, nosso entendimento é no sentido de que a presente proposta, com as emendas aprovadas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, reveste-se de mérito e contribuirá, certamente, para a concretização do compromisso que a lei já impõe ao Estado e aos Municípios.

Pelo exposto, consideramos que a proposta merece prosperar.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PLS 194, de 2012, e das Emendas 1 e 2, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, nós gostaríamos de pedir vista desse projeto.

Eu até fui autor de um requerimento pedindo que o projeto foi apensado a um outro projeto que está sendo analisado pela assessoria da Comissão, porque existe aqui um risco muito grande, se viermos a aprovar conforme foi aqui relatado. É criar um impasse para a própria Caixa Econômica Federal, à medida que a Caixa já tem um fluxo de receita definida a partir dos empreendimentos, sobretudo dos empreendimentos voltados para a faixa 1, que é para as famílias mais pobres deste País.

É verdade que, em alguns conjuntos habitacionais, ainda não existem os equipamentos educacionais, as creches, mas penalizar a Caixa, suspendendo o pagamento, dando a liberdade ao beneficiário – aquele que não tinha teto, aquele que não tinha casa e que hoje tem casa – de poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar dispensado do pagamento da sua parcela mensal, só vai complicar a saúde financeira da Caixa Econômica Federal.

Como todos nós sabemos, a Caixa está precisando fazer um aporte ao seu capital, está em negociação junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para poder cumprir com os princípios de Basileia 3, isso no sentido de estender os financiamentos para o setor habitacional brasileiro, que é um dos grandes responsáveis pela expansão do emprego no nosso País.

Portanto, a Liderança do Governo tem sérias restrições à aprovação dessa matéria e a minha sugestão é que isso fosse levado para o apensamento a uma outra matéria, em que faríamos uma discussão mais ampla e poderíamos trazer aqui um texto mais consensado, que pudesse atender as preocupações, que são legítimas, como foram aqui colocadas pelo Senador José Pimentel e pela autora, Senadora Ângela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Portanto, pedido de vista e pedido de apensamento do Senador Fernando Bezerra.

Temos o item 6, também terminativo, que eu pediria ao Senador Fernando Bezerra se poderia ser *ad hoc* do item 6, de autoria do Senador Eduardo Braga.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Peço ao Senador Pimentel que seja o *ad hoc*. Aí, V. Exª pede vista.

Senador Pimentel, então, item 6, de autoria do Senador Eduardo Braga.

Relatório, da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013

- Terminativo -

Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador José Pimentel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com parecer favorável ao projeto.

Lembrando que o projeto é terminativo, portanto, exige quórum terminativo.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 505, de 2013, do Senador Eduardo Braga, que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras providências.

O projeto institui diretriz para o saneamento básico, inserindo-se, portanto, na esfera das competências materiais da União (art. 21, XX, da Constituição Federal). Trata também da promoção da melhoria das condições de saneamento básico e do combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, integrando, dessa forma, as competências materiais concorrentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A proposição não invade a esfera de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, da Constituição Federal), tampouco interfere nos temas de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da Constituição Federal).

Não há afronta a nenhum princípio ou direito fundamental consagrado no texto constitucional. Pelo contrário. A proposição contribui para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como para a redução das desigualdades sociais, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil inscritos no art. 3º da Carta Magna.

Há, entretanto, um pequeno reparo a fazer no parágrafo único do art. 7º do projeto. Em observância do princípio da separação dos Poderes e ao disposto na alínea "a" do inciso VI do art.84 da Lei Maior, não é possível atribuir competências a órgãos específicos do Poder Executivo por meio de projeto de lei de iniciativa parlamentar. Além disso, a competência reguladora será exercida pelo ente titular do serviço. A modificação é realizada mediante emenda que apresentamos ao final deste.

Não há ressalvas a fazer em relação à juridicidade e à técnica legislativa do projeto.

No mérito, estamos plenamente de acordo com o autor da proposição. Sua importância é evidente: o Poder Público tem a obrigação de facilitar o acesso da população a bens jurídicos fundamentais e necessários a uma existência digna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre esses bens, a água potável se destaca, porque ela é essencial à vida: a depender das condições físicas particulares, o corpo humano sobrevive sem água por pouco tempo, de 3 a 5 dias. Garantir o acesso à água potável é crucial, se quisermos diminuir os riscos de desenvolvimento de doenças na população.

Apoiamos com entusiasmo a proposta de instituir tarifa diferenciada sobre o consumo de água para beneficiar as famílias de baixa renda, propiciando-lhes a ampliação do acesso a esse bem fundamental.

As diretrizes nacionais para o saneamento básico são estabelecidas pela Lei nº 11.445, de 2007. Visando à sustentabilidade econômica e social dos serviços de saneamento básico, o §1º do art. 29 da lei inclui a ampliação do seu acesso aos cidadãos e às localidades de baixa renda entre as diretrizes para a instituição de tarifas, preços públicos e taxas para esses serviços. O §2º do mesmo dispositivo, por sua vez, prevê a adoção de subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades sem capacidade de pagamento.

Inspirados pela legislação citada, alguns Estados e Municípios criaram a chamada tarifa social nos serviços de água e esgoto para baixa renda. Essas iniciativas são louváveis e vêm fazendo uma enorme diferença na vida dos beneficiários. Observamos, no entanto, grande variação entre as regiões no tratamento dispensado ao subsídio. A proposição em análise busca, portanto, assegurar um mínimo de uniformidade nas tarifas cobradas das populações mais necessitadas.

Outro aspecto positivo do projeto é o estímulo ao consumo consciente da água. Uma vez que o desconto aumenta à medida que o consumo se reduz, entendemos que a proposição pode contribuir efetivamente para a diminuição do desperdício da água. Nesse ponto, a proposição concorre para o reconhecimento da água como um recurso natural limitado e dotado de valor econômico (conforme o inciso II do art. 1º da Lei nº 9.433, de 1997) e corrobora a demanda mundial por sustentabilidade das ações humanas em interação com o meio ambiente.

Voto.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 505, de 2013, com a seguinte emenda:

> "Art. 7º .....
> Parágrafo único. O ente titular do serviço regulamentará a aplicação da Tarifa Social de Água e Esgoto para moradores de habitações multifamiliares regulares e irregulares de baixa renda onde não for tecnicamente possível a instalação de medidores para cada uma das famílias residentes."

É esse, Sr. Presidente, o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pimentel...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Fernando Coelho hoje está um grande vistoriador. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu já cumpri este papel, Sr. Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Portanto, foi pedida vista. A matéria é terminativa, mas, de qualquer maneira, foi pedida vista.

Para encerrar, coloco em votação o requerimento do Senador José Serra, subscrito também por mim.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 150, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover debate com o professor Grewal Bhajan, da Universidade de Victoria, Melbourne, Austrália, a crise fiscal brasileira em sua dimensão federativa e a importância de se aperfeiçoar a coordenação fiscal intergovernamental no país.

Autoria: Senador José Serra e outros

A sugestão é que esse debate seja feito com a presença também do Sr. Fernando Rezende, professor da Fundação Getúlio Vargas; Felipe Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, e Ana Paula Vescovi e Leonardo Ribeiro, assessor do Senado Federal especialista em contas públicas.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 9...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 9.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Ah, obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nós estávamos encerrando, mas, como sempre, sua presença é muito apreciada nesta Comissão e chamou-nos a atenção, já que nós estávamos aguardando a sua presença para colocar o item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2017

- Terminativo -

Altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para isentar do pagamento das taxas do FISTEL os serviços públicos de emergência e de segurança pública.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação com uma emenda apresentada.

Senador Eduardo Braga, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, primeiro para o cumprimentá-lo, como sempre, pelo brilhantismo da condução desta Comissão.

Eu estava ainda há pouco na Comissão de Infraestrutura, com a sabatina de dois indicados, um para a Agência de Telecomunicações, a Anatel, e outro para a Agência da ANP, e, tão logo terminamos a sabatina, encaminhei-me para esta Comissão.

Não há tempo de poder falar sobre um projeto de minha autoria, relatado *ad hoc* pelo Senador Pimentel, sob vista do nosso eminente e querido Senador Fernando Bezerra, eu queria apenas aqui relatar, Sr. Presidente, que este projeto visa a fazer justiça social a milhões de brasileiros que possuem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

benefício na rede social brasileira e que acabam sendo penalizados, na outra mão, por concessões do próprio Governo brasileiro.

Vou dar um exemplo: moradores de projeto Minha Casa, Minha Vida, de zero a um salário mínimo, que são beneficiados por um programa subsidiado do Governo e, no entanto, não têm tarifa social de energia elétrica – pagam de R$50 a R$70 de prestação pela casa e pagam de R$300 a R$400 pela tarifa de energia elétrica. Isso me parece ser algo absolutamente incoerente e inequivocamente injusto, do ponto de vista social.

Outra questão é com relação à água e ao esgoto, também em projetos como este do Minha Casa, Minha Vida. Por quê? Porque o investimento de água e esgoto, por exemplo, no conjunto Minha Casa, Minha Vida, não é feito pelo concessionário. Ele é feito pela empresa contratada, junto à Caixa Econômica Federal, com recurso subsidiado do Programa Minha Casa, Minha Vida. E eles, no entanto, cobram a tarifa de água e a tarifa de esgoto como se investimentos tivessem feito dentro desses conjuntos, o que significa dizer cobrar desses moradores – dou vários exemplos em vários conjuntos, no meu Estado – cem por cento de taxa de esgoto, por exemplo, o que implica levar uma tarifa de água e esgoto para R$200, R$250. Isso coloca os moradores desses conjuntos numa situação absolutamente injusta perante o princípio da política de rede de proteção social e na política de auxílio à moradia, na política de apoio social a essas famílias, etc.

Já há uma lei específica com relação à energia elétrica que não tem sido cumprida na sua grande maioria pelas concessionárias. Mas não há uma lei que trate da questão da água e da questão da rede de esgoto e o investimento é feito com recurso subsidiado do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Esses e outros conjuntos, que são de políticas sociais no Brasil, precisam sofrer, portanto, esse ajuste. Por isso, fiz questão de fazer esse pequeno comentário antes da leitura do meu relatório sobre a questão da isenção de taxas do Fistel, que é absolutamente pertinente, e de autoria do Senador Lasier.

Relatório.

Submete-se à deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 15, de 2017, do Senador Lasier Martins, que altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL), para isentar do pagamento das taxas do Fistel os serviços públicos de emergência e de segurança pública.

Atualmente são isentos do pagamento – portanto, já há precedentes, Sr. Presidente – das taxas do Fistel a Agência Nacional de Telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis e os Corpos de Bombeiros Militares.

A alteração proposta amplia a hipótese de isenção para alcançar “os demais serviços públicos de emergência e segurança pública”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a cláusula de vigência constante do PLS nº 15, de 2017, a lei que vier a ser adotada entrará em vigor 45 dias após a data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas.

Da análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 99, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE deliberar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso das taxas que compõem as receitas do Fistel.

Por se tratar de decisão terminativa e exclusiva, incumbe a esta Comissão apreciar, além do mérito, também a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

No que respeita ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito tributário, sistema tributário e taxas, conforme disposto nos arts. 24, inciso I; 48, inciso I; e 145, inciso II, todos da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61, *caput*, da Constituição Federal.

Não se constatam óbices quanto à juridicidade da proposição.

O projeto está articulado em boa técnica legislativa, cabendo apontar apenas um reparo necessário na referência a "os demais serviços de emergência e de segurança pública". Parece-nos que seria indicado referir-se a prestadores desses serviços. Apresentamos emenda visando a corrigir a redação do dispositivo tão somente, Sr. Presidente.

Em relação ao mérito, deve-se ressaltar o caráter louvável da proposição, que objetiva conferir tratamento isonômico a todos os prestadores de serviços públicos de emergência e de segurança no que respeita ao pagamento das taxas do Fistel.

Conforme salientado pelo autor da iniciativa, Senador Lasier Martins, a distinção entre serviços de mesma natureza é injustificável, e todos devem ser igualmente isentos das taxas do Fistel. Essa iniciativa irá permitir que outros prestadores de serviços públicos, igualmente essenciais e tão reclamados pela população, tenham acesso mais facilitado aos recursos de telecomunicações fundamentais para o exercício de suas atividades.

E como exemplo, Sr. Presidente, quero citar alguns casos específicos, como o da Defesa Civil – que, imagine, hoje, sem a aprovação desse projeto, tem que contribuir com as taxas para o Fistel – e dos Serviços de Atendimentos Móveis de Urgência (Samu). Ora, o Samu também, sem a aprovação desse projeto de lei, tem que pagar as taxas para o Fistel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, creio que a utilização da expressão "estendido aos prestadores de serviços públicos igualmente de emergência e segurança pública" cobriria não apenas a questão da Defesa Civil e do Samu, mas também de outros serviços que porventura não estejam cobertos.

Finalmente, cabe salientar que a isenção proposta não afetará a execução orçamentária e financeira, pois a eventual redução de receita será compensada pela redução dos custos de instalação e operação dos equipamentos de telecomunicações dos órgãos públicos de segurança e de emergência. Além disso, conforme salientado na justificação do projeto, o Fistel apresenta sistematicamente enormes superávits, de modo que a ampliação das hipóteses de isenção das taxas que compõe o fundo terá impacto praticamente imperceptível em suas receitas, no que diz respeito ao ajuste fiscal.

Voto, Sr. Presidente.

Diante de todo o exposto, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2017, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº -CAE (DE REDAÇÃO)
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2017, a seguinte redação:
> "Art. 1º O art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 13. São isentos do pagamento das taxas do FISTEL a Agência Nacional de Telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis, os Corpos de Bombeiros Militares e os demais prestadores de serviços públicos de emergência e de segurança pública'". (NR)

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

Portanto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Lembro mais uma vez que o projeto é terminativo, portanto, exige quórum qualificado. A matéria está em discussão.

Senador Fernando Bezerra Coelho por acaso há uma grande expectativa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Pois não, Sr. Presidente. Quero com muita alegria manifestar o nosso apoio ao relatório do Senador Eduardo Braga, mas estou pedindo a palavra para ver se ainda em tempo, contando com a compreensão de V. Exª, já que estamos recebendo aqui a visita do Presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos, Rodoviários, Ferroviário, Hidroviário e Aéreo, que é o ex-Parlamentar, Deputado Federal José Felinto... Ele manteve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contato com a Senadora Simone Tebet. E ela me faz um apelo para saber se, na audiência pública, na qual haverá a presença da Anac e do Cade, poderíamos ter uma representação dos usuários através da Conut, que é a Confederação Nacional que representa os interesses dos usuários de transportes aéreo.

Então, essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Havendo acordo do Plenário, fica a sugestão incorporada ao requerimento da Senadora Simone Tebet.

A matéria está em discussão, relatada pelo Senador Eduardo Braga, de autoria do Senador Lasier Martins. É sobre o Fistel.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria vai à votação na oportunidade em que houver o quórum qualificado.

Nada mais havendo a tratar, fica encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Hélio José, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Ângela Portela, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Lasier Martins, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro e Cidinho Santos. Registra a presença o Senador Gladson Cameli. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Simone Tebet, José Maranhão, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Benedito de Lira, Wilder Morais, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 82/2017, de autoria do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Vanessa Grazziotin. Finalidade: Proceder ao levantamento de informações e dados sobre o tema da redução da maioridade penal. Reunião destinada a instruir as seguintes matérias: PEC 74/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que tramita em conjunto com: PEC 33/2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros; PEC 21/2013, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros; e PEC 115/2015, de autoria do Deputado Benedito Domingos. Participantes: Sra. ANA CLAUDIA CIFALI, Advogada do Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (PIPA) da UFRGS; Sr. FERNANDO HENRIQUE DE FREITAS SIMÕES, Promotor de Justiça no Estado de São Paulo; Sra. MAIRA CORACI DINIZ, Defensora Pública Assessora do Estado de São Paulo (representante de: SAMUEL FRIEDMAN, Defensor Público do Estado de São Paulo); e Sra. MARIA LAURA CANINEU, Diretora da Human Rights Watch no Brasil e Advogada (representante de: ZAMA NEFF, Diretora-Executiva da Divisão de Direitos das Crianças e Adolescentes da Human Rights Watch). Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Romero Jucá, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Ângela Portela, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Wilder Morais, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores Dário Berger, José Medeiros, Wellington Fagundes e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Benedito de Lira e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 43ª Reunião Ordinária, que é aprovada. A Presidência registra a presença dos Senhores: Deputado Federal Mauro Benevides, ex-Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional; Deputado Federal Leônidas Cristino; Deputado Federal André Figueiredo; Lelio Bentes Corrêa, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Aloysio Corrêa da Veiga, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra; e das Senhoras: Maria de Assis Calsing, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; Kátia Magalhães Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; e Cilene Ferreira Amaro Santos, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Indicação de Autoridades. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 50, de 2017 - Não Terminativo - que: "Indica, nos termos do art. 103-B, IX, da Constituição Federal, o nome do Juiz Francisco Luciano de Azevedo Frota para integrar o Conselho Nacional de Justiça." Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA, para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, com 23 votos favoráveis e 3 votos contrários. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 504, de 2017 - Não Terminativo - que: "Requer, com fundamento no §2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre operações de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, por meio do Proinveste, no Estado do Maranhão." Autoria: Senador Roberto Rocha, Senador Edison Lobão e Senador João Alberto Souza. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia (Ad hoc), substituiu Sen. Wilder Morais. Relatório: Pela admissibilidade do Requerimento e por seu encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão pela admissibilidade do Requerimento e por seu encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo - que: "Tipifica o porte de arma branca." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015, e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2012 - Terminativo - que: "Veda o segredo de justiça nos procedimentos investigatórios e processuais em que agente público seja investigado ou acusado e dá outras providências." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 26 – EMENDAS DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2015 - que: "Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios." Autoria: Senadora Gleisi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoffmann e outros. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Favorável à Emenda de Plenário nº 4, na forma da Subemenda que apresenta, e contrário às Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Emenda de Plenário nº 4, na forma da Subemenda nº 1-CCJ, e contrário às Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2016 - Terminativo - que: " Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente) para dispor que os prazos estabelecidos no Estatuto são contínuos, não se interrompendo ou suspendendo nos dias em que não houver expediente forense." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-T e 2-T. Resultado: Adiado. ITEM 29 – EMENDA DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, de 2007 - que: "Acresce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Contrário à Emenda n° 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, capítulo para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2007 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre pronunciamento anual do Presidente da República para tratar da importância da educação e das metas a serem alcançadas no ano." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade eleitoral." Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1940 – Código Penal." Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1-T, 2 e 3. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, de 2014 - Não Terminativo - que: "Susta a aplicação do art. 3º da Portaria do Ministério da Saúde nº 876, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início." Autoria: Deputada Carmen Zanotto. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)." Autoria: Deputado Augusto Coutinho. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4-CAS, e contrário às Emendas nºs 5 a 13. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4-CAS-CCJ, e contrário às Emendas nºs 5 a 13. Em 25/10/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 5 a 13, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; Aprovado o RQJ nº 83, de 2017, de urgência para a matéria. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 83, de 2017 - "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2017." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. A Presidência suspende a Reunião às doze horas e vinte e três minutos e a reabre às doze horas e vinte e cinco minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição e Justiça da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 43ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte se destina à realização de sabatina e a segunda se destina à deliberação dos itens 1 a 39.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 50, de 2017

- Não terminativo -

Indica, nos termos do art. 103-B, IX, da Constituição Federal, o nome do Juiz Francisco Luciano de Azevedo Frota para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 11/10/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridade no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular.

Convido o indicado ao recinto da reunião. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Francisco Luciano de Azevedo Frota para a sua exposição.

O SR. FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA – Bom dia a todos.

É uma honra muito grande para mim estar aqui nesta Casa do Senado Federal. É uma honra muito grande ter sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho e que meu nome fosse submetido ao Senado Federal para eventualmente ocupar uma vaga de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça.

Eu cumprimento, inicialmente, o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, Senador Edison Lobão. Cumprimento os Senadores desta douta Comissão. Uma saudação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especial aos Senadores do Ceará e do Distrito Federal, dignos representantes dos meus Estados do coração – o primeiro, o Ceará, por me fazer carregar nas veias o sangue nordestino de que tanto me orgulho; e o segundo, o Distrito Federal, por ter me acolhido e adotado há 24 anos com tanta generosidade. Saúdo meus familiares aqui presentes. Saúdo o Deputado Federal Leônidas Cristino e o Deputado Federal André Figueiredo, que vieram me prestigiar também do Ceará. Cumprimento os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho que me honraram com a indicação do meu nome ao Senado Federal e o faço na pessoa da Ministra Maria de Assis Calsing, aqui presente. Cumprimento também o Ministro Conselheiro e também Ministro do TST Aloysio Corrêa da Veiga, na pessoa de quem saúdo os demais Conselheiros do CNJ aqui presentes. Cumprimento a Desembargadora Maria Regina, Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Em nome dela, da Juíza Rosarita, e também da Juíza Noêmia, eu cumprimento todos os magistrados de primeiro grau que estão aqui presentes da 10ª Região. Saúdo os membros do Ministério Público, da advocacia, servidores do TRT 10, e servidores da 3ª Vara. Saúdo as associações de magistrados e de membros do Ministério Público aqui presentes, e os meus amigos que também vieram me prestigiar.

Minhas senhoras e meus senhores, inicialmente, eu peço licença para me apresentar. Nasci em Sobral, cidade da zona norte do Estado do Ceará, onde iniciei os estudos e construí o alicerce de valores que até hoje carrego comigo nesse percurso de 51 anos de estrada.

Em Fortaleza, concluí o curso de Direito na Universidade Federal do Ceará e militei durante um período na advocacia.

Em 1993, assumi o cargo de Juiz do Trabalho em Brasília, iniciando, a partir daí, uma relação de amor simbiótica com a Justiça do Trabalho e em especial com o Direito do Trabalho.

Militei no movimento associativo da magistratura por oito anos e posso dizer que, por conta dessa militância, pude conhecer mais de perto a engrenagem do Poder Judiciário, especialmente a da Justiça do Trabalho.

Além disso, ocupei diversas funções administrativas no âmbito da Justiça do Trabalho, desde a Diretoria do Foro de Brasília até a de Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal, passando ainda por várias comissões que envolveram o planejamento estratégico, o processo judicial eletrônico, o sistema administrativo de gestão, dentre outras.

Mas a maior experiência, sem dúvida nenhuma, adquiri nos 24 anos de sala de audiência. Sentir nos olhos do cidadão o seu clamor por justiça e saber que o Poder Judiciário que temos é excessivamente burocrático e lento e que, provavelmente, não vai conseguir atender ao apelo urgente de uma reparação pretendida traz a todos nós, integrantes do Poder Judiciário, o sentimento angustiante de impotência e frustração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Poder Judiciário conta hoje com um acervo de 80 milhões de processos pendentes de solução definitiva, sendo praticamente a metade em fase de execução. Cada magistrado tem hoje uma carga média de processo de 5.918 processos, e são proferidas mais de 30 milhões de decisões por ano. A produtividade dos magistrados de 2015 para 2016 cresceu em 11,4%, e, ainda assim, o estoque processual aumentou em 2,7 milhões de processos. Se o Judiciário parasse de receber processos com o quantitativo de magistrados e servidores que tem hoje, mantida a produtividade atual, precisaríamos de dois anos e oito meses para zerar a demanda. Nesse caminho que estamos, atingiremos em pouco tempo uma situação de absoluta ingovernabilidade.

Encontrar solução para esse que considero o maior problema do Judiciário brasileiro é o grande desafio. Entretanto, algumas estratégias para buscar reduzir esse excesso de judicialização precisam ser repensadas. As políticas de redução de processos com viés meramente quantitativo comprometem a boa prestação jurisdicional, tratando da consequência sem atacar a causa, resultando, ao fim e ao cabo, em um déficit de acesso à uma ordem jurídica justa. Eliminar processos não resolve conflitos.

O Judiciário, por mais que se amplie a sua estrutura, não conseguirá dar conta de resolver os conflitos individuais que se avolumam em suas prateleiras. É preciso apresentar aos cidadãos meios alternativos para a solução dos seus conflitos, sem que isso importe em negação de justiça. As políticas públicas do CNJ e as ações legislativas voltadas para o tratamento adequado na solução de conflitos de interesse por meio da conciliação, da mediação e da arbitragem caminham na direção correta de mudar a cultura da litigiosidade. A depender da disputa, nem sempre a melhor solução estará na decisão judicial, sendo mais recomendável a mediação ou a conciliação, conforme o caso.

Também a coletivização de demandas de massas, solucionando-se em um único processo, muitas vezes, milhares de conflitos individuais precisa ser estimulada. Temos ainda no Brasil a cultura da demanda individual: cada lesado com uma ação diferente para resolver um dano de origem comum. A tutela coletiva, além de se tratar de um instrumento democrático que repara pedagogicamente as lesões, amplia o acesso à Justiça, assegura a reparação de modo uniforme, desestimula a reincidência lesiva, previne a pulverização de litígios e desafoga o Judiciário sem comprometer a reflexão democrática do pensamento jurídico.

É preciso pensar, ainda, em mudar a lógica do nosso sistema de Justiça, prestigiando as decisões das instâncias ordinárias, primeiro e segundo graus. Os Tribunais Superiores, por força da norma constitucional, acabam exercendo, com prevalência, uma função recursal, mitigando, em decorrência da própria carga de trabalho, o seu principal papel que é o de solucionar grandes questões nacionais, atuando como guardião da Constituição Federal, do direito federal comum ou do direito do trabalho.

A experiência revela que a transformação dos tribunais superiores em terceira ou quarta instâncias recursais só tem contribuído para a eternização dos processos e a morosidade judiciária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

servindo apenas àqueles que apostam nessa leniência para obter vantagens com a postergação das decisões judiciais.

É alarmante o estoque processual dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal. Cada Ministro suporta uma carga desumana e ainda assim não consegue dar vazão à demanda recursal possibilitada pela lógica invertida do nosso sistema processual.

Por fim, não se pode deixar de considerar, como causa desse estoque invencível de processos no Judiciário, a omissão do Estado quanto ao cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente no que concerne aos direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal, que asseguram aos cidadãos condições básicas de dignidade. O Poder Judiciário, como guardião do Estado democrático de direito, acaba sendo instado a corrigir a inação estatal, e isso contribui sobremaneira para esse abarrotamento de processos.

Mas, se hoje podemos ter essa radiografia mais fiel do Poder Judiciário, assim como de seus problemas mais pulsantes, devemos isso ao Conselho Nacional de Justiça. Até 2004, cada tribunal era uma espécie de caixa fechada, pouco transparente e excessivamente corporativista, verdadeira ilha, sem unidade e organicidade.

Havia o anseio da sociedade por um Judiciário mais efetivo, mas célere e mais democrático. O CNJ passou a centralizar, por meio de políticas públicas, as ações administrativas do Judiciário estabelecendo parâmetros de funcionamento, definindo metas e cobrando resultados, dando-lhes, assim, o sentido de um todo orgânico e harmônico.

No campo disciplinar, a competência concorrente do CNJ para apuração dos membros do Judiciário tornou as corregedorias locais mais vigiadas e menos vulneráveis a medidas corporativas. Ações importantes foram e continuam sendo adotadas pelo Conselho para aproximar o Judiciário da sociedade e buscar soluções para a morosidade impulsionada pela imensidão de processos que se avolumam nas varas e tribunais.

É possível citar, somente a título de exemplos, as políticas de tratamento adequado para solução de conflitos e as políticas de atenção prioritária ao primeiro grau: a resolução que decretou o fim do nepotismo, o monitoramento carcerário, o cadastro nacional de adoção, dentre outras medidas administrativas implementadas que ratificam a importância do CNJ como órgão integrante do Judiciário brasileiro.

Evidentemente que muito ainda se tem para avançar, seja na linha da transparência, seja sob a ótica da democracia interna, seja também na efetivação das políticas públicas voltadas para a cidadania. Entretanto, o Conselho Nacional de Justiça é apenas um jovem de 12 anos, embora, apesar da pouca idade, já seja visto como imprescindível para o nosso sistema judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu compromisso, se o Senado Federal me conceder a honra da aprovação de meu nome para o cargo de Conselheiro do CNJ, é o de me engajar nessa construção permanente de um Poder Judiciário mais ágil e efetivo no cumprimento de sua missão constitucional, bem como contribuir com a formulação de políticas públicas internas que priorizem o ser humano em sua dimensão de dignidade. São essas as minhas breves palavras de apresentação e de compromisso. Coloco-me à disposição de todos os Srs. Senadores para os questionamentos que compreenderem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Solicito que seja aberto o painel, pois há muitas atividades nesta manhã. Como todos já têm conhecimento do relatório...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Abriremos o painel. Peço à Secretaria que assim proceda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente Edison Lobão, eu quero cumprimentar V. Exª e, cumprimentando V. Exª, cumprimentar também o sabatinado do dia de hoje, indicado pela Justiça do Trabalho, pelo Tribunal Superior do Trabalho, para compor, na representação daquele órgão, o Conselho Nacional de Justiça.

Eu abri aqui, Sr. Presidente Senador Lobão, os anexos ao ofício encaminhado, assinado pelo Sr. Ministro Ives Gandra, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, datado de 27 de junho de 2017 – nós já estamos, agora, ao final praticamente do mês de outubro –, quando encaminhou ao Senado Federal os nomes do Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira e do Juiz Francisco Luciano de Azevedo Frota, que é quem está conosco hoje, para integrarem o Conselho Nacional de Justiça a partir de decisão tomada pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho.

Nós imaginávamos que a sabatina aconteceria simultaneamente. Não aconteceu, mas aqui estamos agora para analisar o nome do Dr. Francisco e a ele fazer os mesmos questionamentos que fizemos ao Dr. Valtércio, que esteve conosco em momento anterior.

Quero cumprimentá-lo, Dr. Luciano, porque não o conhecia pessoalmente – agora estou pela primeira vez com V. Sª – e dizer que já ouvi falar muito sobre seu trabalho, sobre sua conduta na Justiça do Trabalho, sempre em defesa da justiça, em defesa dos direitos legais e constitucionais reservados aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores brasileiros. Então, é uma alegria muito grande tê-lo neste ambiente e poder dirigir, com todo respeito, alguns questionamentos a V. Sª.

Eu conversava há pouco com a Senadora Gleisi Hoffmann – e certamente ela adotará também essa mesma linha que nós temos adotado com todos – sobre o papel do Conselho Nacional de Justiça. Trata-se de saber se V. Sª entende que o Conselho Nacional de Justiça tem sido eficiente no desempenho de suas atribuições, tanto de fiscalização, de acompanhamento da atividade dos juízes no Brasil inteiro, como no encaminhamento das denúncias que tem recebido nestes últimos tempos.

Antes de continuar, eu quero cumprimentar o nosso querido Deputado, eterno Presidente do Senado Federal, que participa conosco desta audiência, assim como os Ministros que aqui estão também prestigiando o cearense – são todos do Ceará. Isso é muito importante. Eu me congratulo, então, com V. Exªs que vêm aqui prestar a homenagem merecida, entendo, ao sabatinado.

Mas, enfim, nós temos questionado muito todos os sabatinados, inclusive o representante do Senado Federal, o Dr. Bandeira, que há pouco tempo – não é, Senador? – foi sabatinado para o Conselho do Ministério Público. Ou seja, são na mesma linha os questionamentos.

Só que há um elemento novo a partir de hoje, Senador Anastasia. Não há uma decisão publicada ainda, mas nós tivemos conhecimento pela imprensa de que ontem o Conselho Nacional de Justiça resolveu abrir um processo contra quatro juízes que teriam se pronunciado, teriam participado de manifestações – e, até o que nós sabemos, manifestações ocorridas nos fins de semana – contrárias ao processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff. Então, ontem, o Conselho Nacional de Justiça teria aberto esse procedimento contra esses quatro juízes.

No entanto, veja bem: nós – alguns Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas – entramos com uma petição, em 2016, para que o Conselho Nacional de Justiça abrisse um procedimento para investigar as ações, por exemplo, do Juiz Sergio Moro, que, no nosso entendimento, havia naquele momento cometido ilegalidade quando divulgou um áudio que envolvia a Presidente da República e o ex-Presidente da República. Pois bem, essas solicitações estão lá até hoje, e nada foi feito.

Aliás, no mesmo período, houve um juiz, o Dr. Itagiba Catta Preta, que foi o primeiro juiz de primeira instância a proferir uma decisão que impedia a posse do ex-Presidente Lula como Ministro da Presidenta Dilma. Nós não entramos com nenhuma petição perante o Conselho Nacional de Justiça contra esse juiz, mas petições foram feitas por vários representantes da sociedade civil. E o que aconteceu? Elas foram arquivadas. De pronto, foram arquivadas.

Então, eu levanto isso – e não quero colocá-lo em nenhuma situação difícil; pelo contrário – e não lhe faço perguntas a respeito, mas não poderia perder esta oportunidade de dizer aqui e lamentar a parcialidade que parece existir no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, porque alguns casos são levados adiante – eu dei o exemplo – e outros casos não são levados adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ministra Cármen Lúcia, por exemplo, se pronunciou em relação a isso. Foi dito o seguinte: "Cármen Lúcia cobra: Liberdade de expressão exige responsabilidade de juízes". Responsabilidade!

Quanto à decisão do Juiz Catta Preta, no meu entendimento, essa responsabilidade deveria ter sido cobrada dele. Eu não questiono a liberdade de expressão dele em se manifestar a favor ou contra qualquer governo. O que eu questiono é que ele teria tomado uma decisão, a partir de uma petição encaminhada a ele, em oito, dez segundos, em fração de minuto, contra um governo ao qual ele já tinha se manifestado, publicamente, ideologicamente contrário.

Então, eu lamento muito que isso vem acontecendo. E eu acho, Senador Lobão, que todos nós Senadores, independentemente da posição de cada um, não podemos permitir que isso continue a acontecer no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, porque a injustiça hoje pega aquele a que temos posições em contrário. E nós podemos até aplaudir equivocadamente, erroneamente, porque amanhã a injustiça pode atingir qualquer um de nós, qualquer cidadão.

Não é à toa que tivemos um debate profundo aqui na votação, na discussão e até na formatação do projeto de abuso de autoridade, porque muitos diziam que nós defendíamos o projeto de abuso de autoridade para atacar e enfraquecer a Lava Jato. E não é nada disso, a Lava Jato vem e vai. Nós temos de ter ações permanentes contra a corrupção, ações responsáveis, ações que não tenham tendência nenhuma do ponto de vista político, porque não é para isso que o juiz existe; pelo contrário, o juiz tem de ser extremamente imparcial nos seus atos, nas suas manifestações. Então, o que queremos é apenas isso. Se V. Sª se sentir à vontade em falar sobre o assunto, seria importante.

Eu encaminho essa questão, já digo que não é nem como forma de questionamento, mas falando da minha opinião, do nosso sentimento. Se o senhor se sentir à vontade, também pode falar sobre isso.

Agora um questionamento que lhe faço também, que tenho feito comumente a todos – e já concluo, Senador Lobão, pedindo desculpas porque pedi até para me inscrever primeiro porque tenho uma reunião em seguida a que não vou ter como faltar –, sobre a questão da perspectiva de gênero.

Aqui no Senado, numa Casa que abriga 81 Senadores, somos 13 mulheres somente; a Câmara dos Deputados, de 513, só tem quarenta e poucas mulheres. Ou seja, a média da participação das mulheres na política brasileira é de 10% somente. Obviamente que isso demonstra, sinaliza para o fato de que existem uma discriminação e barreiras profundas contra as mulheres brasileiras, que nós não estamos integradas à política por vontade própria, mas por dificuldades que nos são apresentadas.

Já no Poder Judiciário é um pouco diferente. A participação das mulheres avança mais rapidamente, porque lá não há indicação, lá há concurso, a capacidade é que é aferida. E, ultimamente, a mulher tem se demonstrado muito consciente das suas atribuições e muito resoluta do ponto de vista de ingressar carreiras importantes. Elas têm passado, não sei se é, nos últimos concursos em número superior aos homens. Só que, no nosso entendimento, o papel da Justiça não se encerra a ter no seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corpo um número significativo de mulheres. É preciso que a Justiça nos ajude na construção de uma sociedade livre da discriminação de gênero. Então, eu queria que o senhor pudesse falar um pouco sobre qual é o seu entendimento do papel com que a Justiça poderia contribuir nesse sentido.

Outro questionamento – e seria o último que faço – é sobre a Lei Orgânica da Magistratura. Ou seja, a Emenda Constitucional 45, de 2004, determinou que o STF enviasse o anteprojeto da Lei Orgânica da Magistratura ao Congresso Nacional, o que não aconteceu até agora. Pergunto: Como o Conselho Nacional de Justiça poderia contribuir para ter essa atribuição como uma das suas prioridades e encaminhar algo que consideramos fundamental para o avanço do arcabouço legislativo no sentido de democratizar, de consolidar as atividades do Poder Judiciário brasileiro e a sua relação com os demais Poderes e com a própria sociedade brasileira?

Muito obrigada, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente desta reunião, Senador Edison Lobão; nosso eterno Presidente Mauro Benevides, nosso conterrâneo, aqui prestigiando esta importante reunião em que estamos ouvindo o nosso conterrâneo, meu colega bancário de ontem, o Dr. Francisco Frota, como sempre nós o tratamos lá no Banco do Brasil, nossas companheiras aqui presentes, nossos companheiros, eu quero começar registrando que eu conheço Dr. Francisco Frota desde quando eu tinha um pouco mais de cabelo. (*Risos.*)

Portanto, Francisco Frota, você é bastante jovem, mas faz um bom tempo. Isso foi nos anos 80. Um profissional dedicado, trabalhador e estudante. Essa época era uma fase difícil, final da ditadura militar, um período em que o primor pelo conhecimento – particularmente no Banco do Brasil – não era tão prioritário.

Ensinavam a nós, nos anos 70 e nos início dos anos 80, que nós precisávamos ser doutores nas instruções internas do Banco no que diz respeito à concessão do crédito, à relação com o cliente, mas com uma visão de mercado e de mundo, de sociedade para que essa instituição importantíssima de crédito, que é uma das mais antigas do Brasil – eu diria a mais antiga, que vem lá ainda da época do Brasil Império, Brasil em que aqui chegou a Família Real, em 1808... Felizmente, com o trabalho de pessoas como o Dr. Francisco Luciano, que ajudou a mudar essa mentalidade, o Banco se abriu, o Banco se aprimorou e passou a ter clareza de que era necessário que ele estivesse presente onde estava o cliente, aquele que necessitava do crédito, com olhar diferenciado para os pequenos.

Lembro-me também, Francisco Luciano – deixe-me chamá-lo assim, meu colega de Banco de ontem –, de nós iniciarmos ali, no início dos anos 80, um grande debate sobre a micro e a pequena empresa chamado Mipen, pela necessidade que nós tínhamos de facilitar o acesso ao crédito, como chegar a esses pequenos correntistas, àqueles que mais necessitavam do crédito. Tínhamos uma certa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

barreira, porque diziam que o cliente tinha de ir ao banco e não o banco ir ao local em que estava o cliente. Você – permita-me chamá-lo assim – foi uma das pessoas que ajudou nessa modificação e hoje este é um banco integrado, que tem um olhar diferenciado para a sociedade, facilita o crédito e amplia os seus negócios, tem lucro em nome do Estado, mas, ao mesmo tempo, contribui para a economia brasileira.

Portanto, a referência que tenho de você dessa época. Acompanhei todo seu trabalho da Faculdade de Direito para se formar – sou um pouco mais velho do que V. Exª –, um estudante dedicado, com boas notas. Em seguida, faz um segundo concurso público para ser Juiz do Trabalho. É aprovado com boas notas, com louvor. Assume, deixa o nosso Ceará, termina chegando aqui ao Tocantins. Ali continuei acompanhando a sua vida profissional. Não há nenhum reparo nas suas atividades, no seu procedimento, com a postura de justiça muito forte, que é inerente a quem tem uma formação como a que V. Exª tem desde a sua terra natal, Sobral, do nosso Ceará, do nosso Nordeste e do nosso País.

Por isso, eu digo aos meus pares que, se nós temos uma pessoa qualificada para ir ao Conselho Nacional de Justiça, que tem uma noção do papel dessa instituição criada recentemente, com a Emenda Constitucional 45, mas que já tem prestado um conjunto de serviços relevantes ao Brasil... Basta ver o Relatório Justiça em Números, que demonstra a produtividade, a justeza, a qualidade do nosso Judiciário, criando mecanismos para que ele tenha a sua prestação jurisdicional no menor tempo possível, até porque nós aprendemos – e o nosso Prof. Antonio Anastasia sempre nos lembra que justiça tardia também é injustiça – lá nos bancos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará no final dos anos 70, dos anos 80, e será sempre lembrado. E hoje continua-se com essa mesma reflexão. Um país que tem mais de 80 milhões de processos em andamento no Poder Judiciário precisa fazer uma grande reflexão.

Nós somos, como todos sabemos, em torno de 205 milhões de habitantes e temos mais de 80 milhões de processos em andamento. Isso não é razoável. Se, por um lado, isso demonstra a vontade da sociedade em reparar seus direitos, por outro, nós precisamos refletir um pouco sobre essa judicialização por que a nossa sociedade está passando.

Por isso, Dr Francisco Luciano, aqui no Congresso Nacional, nós aprovamos por unanimidade a lei da mediação como um instrumento para resolver parte dos conflitos. Eu sei que V. Exª tem se debruçado sempre sobre isso, até porque a nossa Justiça do Trabalho é a primeira Justiça que fez a mediação ainda na época das Juntas, que faziam esse papel depois da substituição dos chamados juízes togados, ou seja, aqueles que vinham através da legislação anterior. Em seguida, com o preenchimento dessas vagas pelos juízes concursados, nós passamos a ter uma Justiça mais presente e mais célere.

Eu sou obrigado a registrar que, na prestação jurisdicional da sentença, a nossa Justiça do Trabalho é a mais célere de todas, mas temos um estrangulamento que requer de todos nós uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posição mais firme. E V. Exª, indo para o CNJ, pode nos ajudar nisto que é exatamente a execução da decisão para completar a prestação jurisdicional.

Nessa parte da execução da sentença, nós temos assistido ainda a uma certa morosidade, seja por parte dos bens do devedor, que, muitas vezes, já não os tem mais, seja por conta da necessidade que a Justiça tem de ter instrumentos mais céleres para chegar a isso.

Portanto, eu perguntaria a V. Exª o que nós podemos fazer para dar mais celeridade a nossa Justiça como um todo, mas com um olhar especial para a Justiça do Trabalho, porque ali se trata principalmente de alimentos, pois, muitas vezes, a única fonte que o trabalhador tem é exatamente o resultado do suor do seu trabalho.

Temos também, Dr. Luciano, um problema gravíssimo nas execuções fiscais, na cobrança dos tributos. Nós tivemos recentemente, aqui no Senado Federal, uma CPI sobre o Carf. As grandes corporações, os bons escritórios de assessoramento que existem seguram o processo de execução fiscal administrativo ainda, em média, por oito anos. Em seguida, esse processo, quando a União perde, vai ao Poder Judiciário – porque só faz coisa julgada quando o credor, ou seja, quando a União perde e a parte devedora é vencedora, mas, quando a União vence, o devedor ainda recorre ao Poder Judiciário – e ali levam-se, em média, mais 12 anos. Ou seja, entre a lavratura do auto e do laudo e a cobrança final levam-se, em média, 20 anos. Isso, na Justiça Federal.

E nós ainda temos nesse período um conjunto de Refis, de refinanciamentos de dívidas daqueles devedores contumazes. Agora mesmo está para ser sancionado mais um Refis que foi recentemente aprovado aqui no Congresso Nacional, com uma série de medidas muito favorável a esses devedores contumazes e prejudicial à ampla maioria dos contribuintes que pagam em dia os seus impostos, a exemplo dos assalariados, dos servidores públicos e dos profissionais liberais. Nesses Refis, há perdão de multa, há perdão de mora, um conjunto de benefícios que está levando o Brasil a esse estrangulamento. Por um lado, desestimula a ampla maioria dos contribuintes sérios e honestos que pagam rigorosamente em dia e, por outro lado, premia esses contumazes devedores.

Por isso, a ida de V. Exª para o CNJ vai enriquecer aquele colegiado, que é recente – volto a registrar –, criado com a Emenda Constitucional 45, que já prestou um bom trabalho, mas há muita coisa por fazer.

Por isso, voto em V. Exª. O voto é secreto, mas quero deixar claro que voto com muita firmeza por conhecê-lo e por dizer que vamos ter um excelente Conselheiro.

O SR. FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi Hoffmann.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, eu peço permissão para registrar as presenças honrosas nesta Casa: do Deputado Mauro Benevides, ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional, que presidiu quase todas as Comissões técnicas desta Casa. É um político, um homem público de grande longevidade política. A ele os nossos cumprimentos; dos Deputados Federais Leônidas Cristino e André Figueiredo; dos Ministros do TST Lelio Bentes Corrêa, Aloysio Corrêa da Veiga e Maria de Assis Calsing; do Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Anamatra; e do Sr. Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra.

Com a palavra a Senadora pelo Paraná.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Presidente, a quem eu saúdo. Também quero fazer uma saudação ao Senador Mauro Benevides. É um prazer tê-lo conosco. Uma saudação muito especial ao Dr. Francisco Frota por estar aqui e por ter sido indicado ao CNJ. É um prazer conhecê-lo pessoalmente. Eu queria fazer uma saudação ao nosso Deputado Leônidas Cristino, com quem fui Ministra. Eu tive a honra de participar com o Deputado Leônidas do Ministério, assim como com V. Exª. E também saúdo o Deputado André Figueiredo, que estava aqui acompanhando esta sabatina.

Eu queria, Dr. Francisco, voltar um pouco ao que a Senadora Vanessa começou a falar. Depois que nós tivemos o fatídico *impeachment* da Presidenta Dilma, que na realidade não foi um *impeachment,* posto que não tinha as condições que a Constituição Federal assim determinava para que houvesse, e, se nós formos comparar tudo que nós estamos vendo hoje em relação ao Presidente que está aí, as pedaladas fiscais são uma verdadeira piada. Mas, enfim, aconteceu, fizeram o *impeachment.* A partir daquele momento... Nós dizíamos, naquele momento, que iríamos entrar num período de muita instabilidade em relação às normas jurídicas do País e às instituições. E não deu outra. Estamos numa instabilidade muito grande, ou seja, as leis não são observadas e a questão política e midiática se sobrepõe inclusive nas decisões do Poder Judiciário.

A gente tem assistido a um crescimento da intolerância, de práticas fascistas, ataque aos princípios constitucionais por parte de setores da sociedade, e práticas espúrias por parte de alguns membros da Justiça contra acusados e réus que são escolhidos, e muitas vezes escolhidos a dedo para serem perseguidos. Então, estamos vivendo uma violação de preceitos constitucionais no País, e isso causa uma crise da institucionalidade que afeta muito a democracia, até porque as instituições acabam sendo usadas para dar aparência de legitimidade.

O que nós tivemos no Brasil foi um golpe, mas com aparência de legitimidade, votado pelo Congresso Nacional. Não tinha base constitucional, mas esta Casa aqui afastou uma Presidenta legitimamente eleita. E a partir daí a gente vê as coisas se desdobrarem.

O que acontece é que estamos vivendo também, por parte do Judiciário, um processo de arbítrio que tem levado a consequências drásticas. Uma delas foi a morte de um ex-reitor da Universidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal de Santa Catarina, que se suicidou em razão de uma condução coercitiva da Polícia Federal, que não tinha base para fazê-lo. A partir daí houve outras situações.

O Conselho Nacional de Justiça, que, a meu ver, deveria ser o órgão para chamar a Justiça, o Poder Judiciário a termo e realmente garantir que o Poder Judiciário aja dentro do que dispõem as normas jurídicas do País e a Constituição, parece que não está fazendo isso. Ou, mais do que isso: parece também que toma partido e faz as coisas de acordo com a conveniência do momento.

Ontem, dia 24 de outubro – a Senadora Vanessa já comentou aqui –, o CNJ proferiu uma decisão lamentável e absurda: abriu um procedimento administrativo disciplinar contra quatro Juízes de Direito do Rio de Janeiro, que durante um final de semana, participaram de manifestação contra o golpe, em 2016.

Esse mesmo Conselho Nacional de Justiça arquivou liminarmente todas as mais de 15 representações contra o Juiz Sergio Moro, cujas práticas são questionadas no mundo inteiro, não são questionadas apenas aqui no Brasil. O mesmo Conselho Nacional de Justiça há mais de um ano pauta e retira da pauta, sem julgar, os recursos de Senadores e Deputados que entraram contra esse mesmo juiz.

Houve ilegalidades reconhecidas pelo próprio Supremo Tribunal Federal, em decisão do Ministro Teori Zavascki sobre a gravação de conversas entre o Presidente Lula e a Presidenta Dilma. O Ministro Teori reconheceu que eram ilegais. Nada foi feito contra o Juiz Sergio Moro. Nada! Mas contra os quatro juízes que participaram de uma manifestação contra o *impeachment*, contra o golpe, foi aberto procedimento. É evidente que a simples manifestação de opinião em ato político não significa – está longe de assemelhar-se a isso –, dedicar-se a atividade político-partidária, como veda a Constituição da República. Dedicar-se é pôr-se a serviço, dedicar-se implica conduta habitual e não meramente ocasional, como fizeram os quatro juízes. Portanto, essa participação num único ato não poderia evidenciar que eles têm participação política.

Ademais, a grande discussão que nós temos hoje no meio jurídico e na própria imprensa é sobre a partidarização da Lava Jato. Ontem, um jornal – posso citar sem problema porque é um jornal da grande mídia e, inclusive, tem uma linha editorial contra o PT, contra o Presidente Lula, contra nós, que é o jornal *O Estado de S.Paulo* – fez um debate com o Juiz Sergio Moro e com o pessoal da Operação Mãos Limpas da Itália. O pessoal da Operação Mãos Limpas deixou uma chamada de atenção à Operação Lava Jato, dizendo que o caminho que a Operação Lava Jato está tomando é um caminho de politização que pode levar a um resultado muito semelhante ao que aconteceu na Itália, em que a corrupção já voltou a níveis sistêmicos.

Mas, mais do que isso, esse mesmo jornal fez um editorial dizendo que a Lava Jato é um partido político quando o Ministério Público, ou o seu representante Deltan Dallagnol, afirma claramente que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um dos objetivos da Lava Jato é purificar a política. Ora, purificar a política através do Judiciário? O Judiciário combate crimes, o sistema judiciário como um todo. Purificar a política? Então, eles estão fazendo política? Chega-se a essa conclusão. Quanto a esses membros da Lava Jato, nada faz o CNJ e nada faz o CNMP.

E essa posição da politização dessa operação não é só do Estadão. Vejamos o jurista Ferrajoli, da Itália, que também, em um longo texto e em entrevistas, colocou o nível de politização, de perseguição que a Lava Jato tem com alguns setores. O Dr. Geoffrey, advogado da Inglaterra, esteve aqui na Comissão de Direitos Humanos falando sobre isso e dizendo da barbaridade que representa um mesmo juiz fazer a apuração e o julgamento e ter o posicionamento que tem o Sergio Moro.

Eu falo isso porque são dois pesos e duas medidas. Não é possível que o Conselho Nacional de Justiça se porte assim. E ainda fica mais crítico quando a gente ouve a Presidenta do Conselho Nacional de Justiça, que é a Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Drª Cármen Lúcia, dizer o seguinte: "Não é possível que continue havendo [no julgamento sobre a abertura de procedimento contra os quatro juízes] manifestações muito além dos autos". Drª Cármen Lúcia, tudo o que está acontecendo no Judiciário brasileiro são manifestações fora dos autos!

Eu pergunto, por exemplo, o que o CNJ fez em relação à manifestação do Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Foi uma manifestação política, deu entrevista dizendo que a sentença do Juiz Sergio Moro contra o Presidente Lula estava absolutamente correta. E depois ele disse que não tinha lido o processo! Não pode um juiz, o presidente do tribunal que vai julgar a pessoa se manifestar! E o que fez a Presidente do Supremo? Eu não vi essa valentia nela – nada! Como nada fez em relação ao Sergio Moro; como nada fez em relação ao Juiz Catta Preta. E está aqui: ele participou de manifestação. Está aqui, na manifestação também; colocou no Facebook, tuitou. Foi o mesmo juiz que suspendeu a posse do Presidente Lula como Ministro da Casa Civil, baseado, inclusive, em ouvir gravações que não podiam ser feitas, ilegais. Então, o que fez o CNJ? Então, Ministra Cármen Lúcia? Será que é só sobre os quatro do Rio de Janeiro que vale? Eu não gostaria de crer que o CNJ tenha uma postura, primeiro, levada pela covardia, em que fala grosso com os mais fracos, mas com o *establishment* não fala; e, segundo, que "joga para a galera", como a gente diz, para os holofotes. Acho isso muito, muito ruim.

Eu queria aqui manifestar a solidariedade e o apoio aos quatro juízes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: Simone Nacif Lopes, Cristiana de Faria Cordeiro, Rubens Casara e André Luiz Nicolitt. Aliás, os juízes foram muito elogiados pelos conselheiros, antes de estes darem os seus posicionamentos, por desempenharem as suas funções de maneira exemplar. "De acordo com os conselheiros [do CNJ], os magistrados registram alta produtividade e têm reconhecida atuação no tribunal fluminense. [...] [Mesmo assim], entenderam [...] pela necessidade da revisão disciplinar."

Eu gostaria que o CNJ se manifestasse sobre o Juiz Catta Preta, sobre o Presidente do TRF-4 e sobre o Juiz Sergio Moro, para ficar nesses três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para encerrar, Presidente Lobão, eu só gostaria de perguntar ao Dr. Francisco Frota duas coisas bem objetivas: a primeira, Dr. Francisco, é que esta Comissão está debatendo o tema da redução da maioridade penal. O senhor entende que essa é uma matéria passível de modificação por meio de emenda à Constituição?

E a outra – que vai muito dentro dessa exposição inicial que eu fiz e que eu gostaria que V. Exª comentasse – é que a sociedade compreende que o CNJ, em sua função de propulsora e executora de políticas de Justiça, deve incorporar mecanismos de participação social à sua estrutura funcional e cultura institucional, incorporando normativamente membros da sociedade civil organizada aos grupos de trabalho, fóruns temáticos e processos de planejamento estratégico da instituição. O senhor concorda com a incorporação de mecanismos e cultura institucional de participação social nas diferentes esferas da administração da Justiça, inclusive do CNJ?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, caro Deputado Mauro Benevides e caro Juiz do Trabalho Dr. Francisco Luciano de Azevedo Frota, eu não estava inclinada a fazer perguntas, mas, como se transformou em um tribunal de exortação política, e não de perguntas ao sabatinado, esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça, e, por saber também que a Lei Orgânica da Magistratura define com clareza as prerrogativas, direitos e deveres dos magistrados, talvez seja dispensável que se faça aqui a exortação sobre essas evidências ou sobre esses deveres e esses direitos.

Quero aqui, neste momento... Eu fico até preocupada com a situação do Dr. Francisco, porque temas aqui... Como é que o senhor vai responder, julgar sobre a decisão do CNJ? O senhor vai dizer que não concorda ou que concorda? Então, não é conveniente que a gente faça uma provocação que torne complicada a posição do sabatinando, mas temos o direito, sim, de questionar, como foi feito aqui pelas antecessoras colegas Senadoras.

Eu quero, primeiro, hipotecar integralmente à atitude, às manifestações do trabalho que a magistratura da 4ª Região da Justiça Federal, com sede no Rio Grande do Sul, meu Estado – tenho o dever por conhecer esses magistrados, todos os desembargadores, pela lisura, pela responsabilidade e pela compreensão do exercício do ofício da magistratura –, em nome dos Senadores do Rio Grande do Sul, o voto de confiança no trabalho que vem sendo realizado por eles.

Da mesma forma quero, também, saudar o trabalho do Juiz Sergio Moro, que vem tendo uma atuação, mesmo nos inquéritos em que teve contato com o ex-Presidente Lula, de uma maneira absolutamente respeitosa, cavalheiresca, em todos os momentos. A televisão mostrou ao vivo, e isso foi muito didático para entendermos o grau de seriedade com que esse magistrado vem atuando nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

processo rumoroso. E é preciso concordar com aquilo que a Procuradora Raquel Dodge, que aqui se submeteu a uma sabatina, disse: que o País está passando por um processo de depuração.

Nós precisamos reconhecer essa realidade, não podemos tapar o sol com a peneira. E acho que isso é muito importante. A magistratura brasileira, mesmo com algum eventual deslize, tem se comportado à altura da democracia, à altura das instituições, e é exatamente isso que conforta a sociedade brasileira no apoio maciço que dá à Operação Lava Jato.

Então, eu destaco, não tenho procuração qualquer, mas, como cidadã brasileira, não tenho a menor dúvida sobre a relevância que institucionalmente, juridicamente, politicamente para a democracia brasileira do que vem fazendo esse Juiz Sergio Moro.

Quero ressaltar, valorizar e dizer que esse talvez seja um dos momentos mais importantes que o Brasil esteja vivendo com essa Operação Lava Jato. Quem tiver culpa nisso tem de pagar pelos delitos cometidos e tem de responder à Justiça, respeitado todo o amplo direito de defesa. Não pode ser diferente para um entendimento de uma questão dessa magnitude.

Por fim, queria apenas dizer, Dr. Francisco Luciano, que o Rio Grande do Sul, o meu Estado, é por natureza litigante. Nós gostamos de brigar. Gostamos de brigar pelos nossos direitos. E a área da saúde tem o mais alto índice de judicialização. Claro que por reconhecer os seus direitos.

O CNJ criou, por iniciativa do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e agora reforçado por iniciativas da Ministra Presidente Cármen Lúcia, um comitê especial que trata da questão de judicialização na saúde.

Então, a minha solicitação é de que esse grupo que trata desse comitê reforce as iniciativas para que a sociedade tenha seus direitos resguardados em relação a esse assunto tão emergente, tão urgente e tão importante para a vida nacional.

Parabéns ao senhor e sucesso na sua missão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Ana Amélia prossegue com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu falei da Ministra Cármen Lúcia. Quero destacar a atuação da Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente Edison Lobão, no episódio que envolveu aqui o caso recente com decisões de medidas cautelares. Penso que o Presidente do Senado, Eunício Oliveira... E sobretudo a moderação, a forma equilibrada, séria para evitar uma crise institucional que foi tomada pela Presidente Cármen Lúcia.

Então, eu queria aqui aproveitar este momento não só para reforçar a iniciativa louvável do ex-Presidente Ricardo Lewandowski nesse episódio da judicialização da saúde, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucionalmente destacar o trabalho que ela teve como Presidente da Suprema Corte, impedindo que uma crise institucional fosse instalada em nosso País. Já que temos tantas crises hoje – crise política, crise econômica e tantas outras –, impediu que isso fosse ampliado com mais essa, além da crise federativa, que já é muito evidente.

Então, obrigada ao senhor. Sucesso, novamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agora passo a palavra ao Dr. Francisco Luciano de Azevedo Frota para responder às indagações até aqui feitas.

O SR. FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA – Agradeço, Presidente; agradeço às Srªs e aos Srs. Senadores que formularam esses questionamentos.

Inicialmente, com relação aos questionamentos feitos pela Senadora Vanessa Grazziotin, eu queria... Quanto à questão da eficiência do CNJ, eu acho que ele já tem demonstrado um papel fundamental nessa questão do campo, sobretudo, não só no que tange à uniformização de políticas públicas dentro do Judiciário, não só no que tange a trabalhar para que o Poder Judiciário se aproxime mais da sociedade – e isso ele tem feito de uma forma muito reconhecida no Brasil pelo Cadastro Nacional de Adoção, pelo monitoramento carcerário e por tantas outras atividades como o Programa Pai Presente... Então, o CNJ tem tido uma atuação de políticas públicas tanto voltada para a redução dos gargalos dentro do Poder Judiciário como também com ações voltadas para a cidadania. Isso é importante para legitimar o processo.

Em relação à questão administrativo-disciplinar, eu considero que o CNJ tem sido muito eficiente porque nós vivíamos momentos... E aí, o amigo e Senador José Pimentel – já de décadas, apesar de não sermos tão velhos assim – lembra muito bem isso, que nós tínhamos os tribunais fechados demais e as corregedorias locais excessivamente corporativas. E ainda que você tenha hoje um Conselho Nacional de Justiça formado na sua maioria por integrantes do Poder Judiciário – e eu acho interessante que seja assim, mas que também tenha a participação da sociedade civil para dar exatamente essa mescla necessária para a democratização do órgão –, acho que o afastamento das questões disciplinares das corregedorias locais tem sido importante, ainda que decidido por uma maioria de integrantes do Judiciário, porque isso livra... Além de tornar as corregedorias locais mais vigiadas, tem também estabelecido uma distância fundamental do caso dessa proximidade entre o juiz investigado e quem o está investigando, o que tem tornado o CNJ muito mais independente, Senador Anastasia, nessa análise. Eu acho que isso tem sido muito importante.

Nós temos ganhado muito com isso, a Corregedoria Nacional. O CNJ, no último ano, recebeu 8.660 processos; 7.600 foram para a Corregedoria Nacional, para os senhores perceberem o quanto é importante, o quanto tem sido acionada a Corregedoria Nacional, e quantas respostas ela tem dado. Bem ou mal, concordemos ou não, o CNJ tem procurado, e a Corregedoria Nacional tem procurado dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essas respostas. Do ponto de vista da eficiência, eu não tenho dúvida em defender o Conselho Nacional de Justiça, porque eu acho que ele tem sido importante.

Com relação à questão de processos que foram julgados, eu vou pedir absolutas desculpas a todos os Senadores, mas eu não vou me manifestar sobre o caso concreto em relação à questão da decisão de ontem, porque, se o Senado Federal me der a honra de eu compor o Conselho Nacional de Justiça, eu vou participar do processo, do julgamento – porque ontem foi apenas a autorização de abertura de um processo administrativo disciplinar; não foi uma decisão de condenação. Se eu tiver a honra de ser aprovado, eu estarei lá. Não conheço os meandros do processo e não gostaria de me manifestar.

Com relação a processos que eventualmente já estão em curso na Corregedoria, que foram preteridos e que não foram julgados, acho que é importante a colocação e ouvir o Senado Federal em relação a isso. Considero, pessoalmente, importante que se tenha essa paridade. Eu não conheço essa realidade, mas acho que nós temos caminhos não apenas por meio dos próprios Conselheiros como por meio de recursos ao Judiciário, no sentido de questionar a eventual morosidade em relação a determinados processos pelo CNJ. Não sei se isso está havendo, mas há recursos e há remédios constitucionais para isso, se for esse o caso. Eu não sei porque eu não conheço a pauta do CNJ. Quem pauta...

(*Interrupção do som.*)

O SR. FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA – ... Tribunal Federal, depois da liberação do voto do Relator. Não sei se isso está acontecendo, mas é importante a sociedade saber que há mecanismos, que não há nenhum órgão arbitrário por si só, e nem pode haver dentro de uma democracia. Todo órgão de controle tem de ter o seu controle. É importante que o CNJ também tenha o seu controle, e o seu controle se dá por meio de remédios constitucionais perante o Supremo Tribunal Federal, caso isso tenha havido.

Com relação à participação de gênero, Senadora Vanessa, é muito prudente a sua pergunta. Essa é uma preocupação que o Judiciário vem tendo. Nós temos avançado muito. Quero dizer que a Justiça do Trabalho hoje tem uma proporção de um magistrado homem para uma magistrada mulher. A Justiça do Trabalho tem conseguido isso, evidentemente não por conta de nenhuma política pública, mas mais por conta dos próprios concursos e por conta do próprio espaço que a mulher vem conquistando, graças a Deus, dentro da sociedade.

Há ainda um déficit – com o que concordo – em relação aos tribunais. Na Justiça do Trabalho, menos. Mas, na Justiça Federal, por exemplo, você tem três juízes homens para uma juíza mulher na primeira instância. E você tem o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por exemplo, um tribunal importante que tem – se eu não me engano, e posso estar errado no cálculo – 11 integrantes e não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma mulher. Isso é uma coisa que precisa ser pensada, mas precisa ser pensada como política pública. E o CNJ pode contribuir com isso. Não sei... Pensar em soluções como cotas, como formação de listas em que você consiga possibilitar que as listas formadas tenham participações femininas, que haja um comprometimento nesse ato complexo de nomeação dos ministros desembargadores, e que haja também um comprometimento do Executivo no sentido de que a gente estabeleça nos tribunais representações que, de fato, representem – com o perdão da redundância – a própria sociedade. A sociedade é representada em sentidos iguais por pessoas do sexo masculino e por pessoas do sexo feminino.

Acho que o CNJ pode contribuir com essa política pública. Acho importante, acho que já avançamos, mas acho que precisamos avançar mais. Eu concordo com a Senadora nesse aspecto.

Quanto à Loman, ela é de 1979, e a Constituição é de 1988. Precisamos atualizar a Loman. É fundamental. Há um anteprojeto sendo discutido pelo Supremo Tribunal Federal, que é a quem cabe a iniciativa. Está havendo a participação de associações de magistrados de todo o Brasil. Eu não tenho como mensurar o tempo do Supremo com relação a isso, nem tenho acompanhado a quantas anda esse projeto, mas acho importante que quanto antes melhor, porque o mundo mudou, a sociedade mudou, o Judiciário mudou, a Constituição mudou e estabeleceu um leque de garantias. É muito importante que a Loman venha.

Com relação aos questionamentos do Senador Pimentel, primeiro quero dizer da grande honra que tenho em tê-lo como Senador da República. O Senador Pimentel foi um colega de banca, de Banco do Brasil, do Cesec, nós trabalhávamos à noite. Ele sempre foi um bancário combativo, líder sindical. Não é à toa que está hoje aqui ocupando, merecidamente, uma cadeira no Senado Federal.

O Senador Pimentel fez algumas reflexões em relação à judicialização. Acho que há mesmo um excesso de judicialização no Judiciário como um todo. Esse não é um privilégio da Justiça do Trabalho. Aliás a Justiça do Trabalho é a Justiça mais célere que nós temos. Isso é muito importante; ela tem conseguido ter um número menor de processos. Mas nós temos uma vocação de conciliação. Para o senhor ter uma ideia, nós conseguimos conciliar 26% dos processos, em média – isso considerando a execução. Se considerar só a fase de conhecimento, chega quase a 40% nas conciliações. É a vocação inicial da Justiça do Trabalho. A gente precisa pensar nesse e em outros mecanismos de conciliação para reduzir esse gargalo, esse estrangulamento que nós temos na execução.

A execução é um problema. Hoje temos 80 milhões de processos no Judiciário, e 40 milhões estão na fase de execução. Desses 40 milhões, 30 milhões são execuções fiscais – 30 milhões são execução fiscal! É irreal! Então, temos um gargalo na execução, e é um gargalo que se deve a uma série de fatores. Não depende tanto do juiz, depende de muitos fatores, inclusive do momento econômico do País e de uma série de outros, mas pode depender também do Judiciário no sentido de aplicar e de fazer medidas que possam acelerar a execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O CNJ tem um programa que é uma rede de governança de execução fiscal muito interessante. Há um projeto aqui no Distrito Federal que trata das conciliações das execuções fiscais e tem dado muito certo, Senador Hélio José. E o CNJ tem trabalhado nisso, é um dos macrodesafios do CNJ no seu planejamento estratégico e faz parte das metas nacionais de 2017 atacar as execuções fiscais. Nós precisamos estabelecer mecanismos para melhorar a fase de conciliação das execuções fiscais, e isso passa também por melhor aparelhar a advocacia pública. Não é preciso alguém falando pelo ente público para poder impulsionar as execuções fiscais. Acho que se está caminhando para tentar uma solução, mas é um grande problema. Os meios alternativos de solução de conflitos têm aumentado, as possibilidades; a própria Lei de Mediação tem falado na composição em relação à Administração Pública, a Lei de Arbitragem fala disso também, a Resolução 125, de 2010, também fala disso, e eu acho que há essa preocupação muito grande de reduzir essas execuções fiscais.

A Senadora Gleisi Hoffmann tratou de algumas questões que eu já justifiquei que não posso tratar, questões relativas à decisão de ontem do CNJ. Comungo da preocupação de S. Exª no sentido de que, depois desse processo de *impeachment,* de fato, houve uma aceleração do crescimento da intolerância e da violência, e isso é realmente uma questão preocupante. Acho que nós temos que nos preocupar, cada vez mais, com a preservação dos direitos e das garantias fundamentais. Nada vale a pena se nós não tivermos preservados os direitos e garantias fundamentais. Por mais que o combate à corrupção seja importante, e é importante, é necessário, tem contribuído para o País, é importante também que nunca percamos de vista a necessidade de garantir os direitos e garantias e fundamentais, porque, ao fim e ao cabo, todos nós poderemos ser vítimas se não houver essa garantia. Numa democracia, os direitos e garantias fundamentais são de fato essenciais.

Respondi a essa questão da Loman, eu já a respondi para a Senadora Vanessa. Espero ter atendido também ao que V. Exª falou.

Com relação à Operação Lava Jato, a única coisa que posso dizer é em relação a essa preocupação, e devemos tê-la não só com a Operação Lava Jato, mas com qualquer uma. O Judiciário tem de ser um guardião da Constituição, e ser guardião da Constituição é garantir os direitos e garantias fundamentais, que englobam o princípio da ampla defesa, da presunção de inocência, da dignidade da pessoa humana e tantos outros que a Constituição, através de seu art. 5º, preconiza.

Em relação à redução da maioridade penal, Senadora, acho que é um debate realmente complicado, principalmente no momento que a gente vive, de absoluta insegurança no País. A mídia tem falado cotidianamente do aumento da insegurança. Isso acaba trazendo a lume soluções que podemos pensar que sejam mágicas.

Eu pessoalmente acredito que prisão não resolve violência. Tenho uma posição pessoal – evidentemente, respeito outras, porque o debate é realmente é complicado –, a de que o nosso sistema prisional não ressocializa. Nós precisamos recuperar nossos jovens, nós não podemos perder a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperança nos nossos jovens. Reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos não é questão, a meu ver, de dizer que o jovem de 16 tem plena consciência de seus atos, é a gente abrir mão de dois anos. São dois anos a menos para uma geração que vai se perder num sistema prisional que não ressocializa. Esse tempo entre 16 e 18 anos é fundamental, porque nele podemos reconstruir e recuperar os nossos jovens. Uma sociedade que não se preocupa com os seus jovens é, de fato, uma sociedade sem futuro. Precisamos muito mais de medidas sociais do que de medidas punitivas a meu sentir.

Encerro aqui, Senador Lobão. Desculpem-me, mas é que eu falo muito e foram muitas perguntas.

Com relação à Senadora Ana Amélia, eu agradeço todas as ponderações. Acho que são preocupações bastante fundadas com relação a esse processo de depuração da Lava Jato. Acho também que ele tem a sua importância. Faço essas ressalvas a esse respeito, mas tenho a impressão de que o Judiciário está conseguindo mediar com certa tranquilidade essa questão de balancear a necessidade efetiva de se combater a corrupção, que é importante, e a necessidade de respeitar os direitos e garantias fundamentais. Temos de estar atentos a isso, a sociedade como um todo, não apenas o Judiciário como um todo, mas o Senado Federal e o Congresso. Nós precisamos ter isso como o nosso norte.

Com relação à questão da judicialização da saúde, para encerrar, isso decorre realmente de uma garantia que o Constituinte deu, no art. 6º, de saúde para todos. Assim, o Judiciário acaba sendo instado a se manifestar: tem os seus limites orçamentários cada Estado, e há do outro lado alguém que precisa da saúde, que está lá, por morrer, e não tem o remédio; e, por outro lado, no Judiciário existe o princípio da reserva do possível, e ele não tem esse orçamento. Então, é difícil resolver essa questão, porque o Estado tem que garantir saúde para todos, e para o juiz que vai decidir é muito difícil pensar entre a vida do cidadão e o Orçamento do Estado. Realmente essa é uma questão que precisa ser melhor disciplinada, e o CNJ tem de fato muito como contribuir.

Eu não sei se consegui responder todas as perguntas, mas fiz o possível para ser ao máximo transparente naquilo que pude responder.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Quero registrar também a presença da Ministra Kátia Arruda, que durante alguns anos atuou expressivamente na Justiça do Trabalho do Maranhão, meu Estado, e atualmente está aqui, já há alguns anos, como Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Seja bem-vinda, Ministra.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, serei breve nos meus questionamentos, mesmo porque já conheço a história do Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco Luciano e sei que ele está mais do que preparado para a sua nova missão se os colegas Senadores assim entenderem.

Dr. Luciano, faço alguns questionamentos – apenas dois.

Primeiro: V. Exª construiu, de fato, uma brilhante carreira no âmbito do Direito do Trabalho. Eu gostaria exatamente de aproveitar o seu conhecimento jurídico para indagar qual o entendimento de V. Exª sobre os parâmetros de caracterização do trabalho escravo, sobretudo diante dessa nova portaria, a 1.129, de 13 de outubro próximo passado, e quais as medidas, por exemplo, que o CNJ pode tomar diante de normas infralegais que avançam em áreas temáticas cuja regulação não prescinde da manifestação legislativa.

O segundo questionamento que gostaria de fazer, exatamente dentro da área que o senhor muito bem entende, a área trabalhista, é o seguinte: estamos prestes a ter o início da vigência da reforma trabalhista, com a qual não concordei e em que não votei. Em um momento de grande desemprego e de retração econômica, o qual estamos vivendo, em que o empregado, diante da pouca oferta de estoque de vagas e trabalho, encontra-se em uma situação extremamente fragilizada, indago a V. Exª que medidas julga possível serem implantadas, por exemplo, pelo CNJ na tentativa de buscar maior equilíbrio entre as partes, sobretudo entre empregado e empregador.

São só esses os meus questionamentos. Não faço mais porque sua história fala por si, e com certeza ela demonstra que o senhor está preparado para exercer essa sua nova missão caso os colegas Senadores assim entendam, porque eu acredito que o senhor está preparado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Quero cumprimentar S. Exª Senador Edison Lobão sempre pela cordialidade e pelo trabalho que faz à frente da CCJ.

Cumprimento o Sr. Francisco Luciano de Azevedo Frota, indicado para o CNJ pelo Tribunal Superior do Trabalho. Quero dizer, meu caro Francisco, que quero primeiro falar aqui em nome da OAB do Distrito Federal, a pedido do seu Presidente, Juliano Costa Couto, que me pediu, me solicitou que externasse aqui o sincero apoio da OAB do Distrito Federal a essa indicação tão importante, a que eu já fiz questão de votar favoravelmente, antes inclusive da minha fala, por conhecê-lo e saber do seu compromisso com a causa pública, com o Brasil, com Brasília e com um mundo melhor.

A análise do currículo de V. Exª nos permite identificar sua atuação profissional na magistratura trabalhista há mais de 20 anos, sua atividade acadêmica, assim como sua importante participação na evolução institucional da Justiça trabalhista e do Poder Judiciário como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Extraio do relatório do Senador Cidinho Santos, nosso amigo, Senador do Mato Grosso, o seguinte trecho que bem demonstra o envolvimento de V. Exª com a gestão e planejamento estratégico do Poder Judiciário em anos recentes:

> No que se referente à participação em atividades relacionadas ao aperfeiçoamento institucional, destacam-se as atuações como integrante do grupo de trabalho instituído pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho para apresentação de proposta de aperfeiçoamento da tabela processual unificada de assuntos, do grupo gestor nacional das tabelas processuais, bem como sua atuação como gestor de projeto integrante do planejamento estratégico do TRT da 10ª Região entre 2010 e 2012 e como membro do Comitê de Priorização do Primeiro Grau instituído pela Resolução nº 194 do CNJ, no período de 2015 a 2016.

Tudo isso comprova o seu compromisso com a coisa pública.

Estou profundamente rouco porque passei dez horas lendo, letra a letra, vírgula a vírgula, o relatório da CPI da Previdência, um relatório em que tivemos o cuidado de ouvir todas as autoridades judiciárias, autoridades do Legislativo, autoridades do Executivo e a sociedade civil, via atuários, cientistas políticos, técnicos em demografia, professores e também os sindicatos e as centrais sindicais e representantes da sociedade civil em geral.

Nesta CPI restou provada a total falta de profundidade e a total inverdade dos dados colocados que embasaram a PEC 287. Daí a rejeição quase que unânime do Brasil e do Congresso Nacional a essa PEC 287, que visa, na verdade, assaltar os cofres públicos e assaltar principalmente... Assaltar os cofres públicos para beneficiar a iniciativa privada, transformando a previdência pública em previdência privada e prejudicando principalmente o trabalhador, que mais contribui.

Eu falei tudo isso para dizer que chegamos ao indiciamento do Ministro Padilha, que repetiu milhares de vezes a mentira para o povo brasileiro, via Secom e via todos os meios de comunicação e chegamos lá ao indiciamento do Ministro Meirelles, que fez números mentirosos para poder justificar uma mentira colocada no Congresso Nacional e falar que a seguridade social é deficitária, enquanto se prova que não é. Portanto, nós indiciamos esses dois cidadãos.

E não indiciamos o Presidente da República, porque achamos que o Presidente da República foi enganado também por esses dois Ministros, que procuraram enganar o Brasil inteiro. E achamos que o Presidente da República tem condição de redimir e fazer com que o Conselho Nacional da Previdência Social se reúna e que as contas sejam feitas de forma correta e seja encaminhada uma proposta da previdência propositiva, como uma série de pontos que nós indicamos no nosso relatório. É preciso fazer reforma, sim, para fazer com que os devedores paguem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha conclusão, nobre Dr. Francisco Luciano: o senhor acha que a Justiça tem que estar acima de qualquer jeitinho? Se sim, essa resposta, eu queria perguntar para o senhor o que o senhor acha de fazer um trabalho intenso, como esse que nós fizemos, de nove meses, levantando todos os estudiosos do Brasil e comprovando os erros, se nós não fizéssemos os indiciamentos dos responsáveis.

Então, são essas as duas perguntas que eu faço a V. Exª.

E digo que já votei favorável a V. Exª, por conhecer sua história e seu currículo. Aqui há mais cinco perguntas que eu vou dar para o senhor depois, e o senhor me responde para o meu gabinete, por escrito, para não tomar mais tempo aqui dos nossos membros da CCJ.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Armando Monteiro com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Dr. Francisco Frota e fazer aqui, de forma muito rápida, duas questões.

A primeira delas é dizer que eu tive a oportunidade de ler um artigo que foi subscrito por vários juízes e desembargadores, membros da comunidade jurídica, um artigo duríssimo, que o Dr. Francisco subscreveu, e me pareceu num tom inclusive muito duro, contra o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o ilustre Ministro Ives Gandra Martins Filho, esse artigo cujo título é "O oportunismo retórico do Ministro Ives".

O conteúdo do artigo fundamentalmente é tentar vincular a visão reformista ou o entendimento do Dr. Ives de que as relações do trabalho no mundo exigem um modelo cada vez menos estatutário e mais negocial, que é algo que o mundo discute... Mas essa posição, eu diria, mais aberta do Ministro Ives Gandra foi entendida por esses ilustres juristas e pelo Dr. Francisco como uma forma que se confunde com uma postura que despreza o direito dos trabalhadores e privilegia os interesses do capital.

Parece-me que tudo isso se funda numa visão, meu caro Presidente e Dr. Francisco, de um velho antagonismo, de uma relação "adversarial" entre capital e trabalho, que me parece superada, de resto, pela compreensão de que a proteção do trabalhador, a manutenção do emprego, a sua segurança econômica decorrem da capacidade de uma economia de gerar, de ter dinamismo, de estimular o investimento, de ter marcos adequados para que se possa ter uma economia dinâmica. Portanto, essa visão de que qualquer processo de flexibilização implica uma visão "adversarial" de que se está punindo o trabalhador me parece uma posição essencialmente contrarreformista.

Nesse mesmo artigo, esses juristas dizem que o Congresso Nacional é conservador, que está associado a setores da mídia e do grande capital porque o Congresso promoveu reformas e vem tentando promover reformas. Eu queria saber do Dr. Francisco se não lhe parece que ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sistematicamente contra uma agenda de reforma não é, aí sim, uma posição conservadora porque significa admitir que nós temos que manter o *status quo* a qualquer preço e que qualquer mudança tem que se traduzir na ideia de que se está conspirando contra os interesses.

Nesse mesmo artigo, o tema da previdência é tratado de forma rápida, como, por exemplo, uma reforma de inspiração neoliberal, é assim que se traduz. Eu queria saber do Dr. Francisco se ele reconhece que precisa se promover uma reforma no sistema previdenciário brasileiro; como ele vê, por exemplo, esse desequilíbrio entre a forma que os servidores públicos são tratados no regime previdenciário e que têm assegurada integralidade de remuneração, paridade de representação, quando passa da vida ativa para a vida como inativos, e como ele vê o fato de que esse segmento é responsável por grande parte do desequilíbrio da previdência, ou seja, essa é uma questão que está posta. Então, eu perguntaria como o Dr. Francisco vê essa questão da necessidade da agenda de reforma, se ele acha que precisa se promover uma reforma da previdência e se, no enfrentamento desse tema, nós temos que corrigir distorções, já que existe um universo de brasileiros que não têm o mesmo grau de proteção que é assegurada a uma parcela dos trabalhadores brasileiros que estão no serviço público.

Quero também, nesse mesmo contexto, lembrar que o Dr. Ives fez – eu fui pesquisar – uma avaliação numa palestra em Washington de que esse exagerado ativismo do Tribunal Superior do Trabalho e da Justiça do Trabalho produziu, como reação natural, duas situações. A primeira é que a jurisdição da Corte foi sendo reduzida até por uma posição do Supremo, tendo em vista que o TST começou a legislar, alterando precedentes para criar e estender direitos que não estão previstos na legislação; e, como resultado desse ativismo, perdeu jurisdição sobre servidores públicos, sobre pensões complementares, sobre greve de trabalhadores públicos. A cada cinco anos, diz o Dr. Ives, a jurisdição está caindo.

Então, eu queria colocar esses temas para saber do Dr. Francisco como ele enxerga, numa sociedade como a nossa, essa visão de que o País precisa promover reformas, se a posição mais conservadora, a rigor, não é aquela que defende, que preconiza a simples manutenção do *status quo*, que no nosso País significa a manutenção de privilégios, inclusive de setores que hoje se situam na área do serviço público no Brasil.

Era essa, Sr. Presidente, a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, para suas indagações sucintas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Já vai me avisando por antecipação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de felicitar a indicação do Dr. Francisco Luciano para compor o Conselho Nacional de Justiça, desde 1993 dedicado à sua vida de magistrado trabalhista – e fez isso com muita isenção, equilíbrio e competência. Tanto que eu recebo, em relação a sua indicação, que foi unânime, duas notas assinadas por dezenas de desembargadores do TRT-10 e também por juízes.

Essas notas são em relação a críticas infundadas que foram dirigidas contra V. Exª, porque atribuídas depois da sua indicação. Uma campanha por debaixo do pano, que foi feita com o objetivo de indispô-lo contra o Senado Federal para que aqui V. Exª perdesse a indicação.

Mas essas assinaturas, esses apoios que foram dados a V. Exª, demonstram, de forma insofismável, que a sua indicação no meio em que vive V. Exª é um fator preponderante para o fortalecimento da instituição do Judiciário.

O Tribunal Superior do Trabalho é um órgão da Justiça superior. Está no topo da Justiça justamente para permitir que o TST possa corrigir ações perpetradas por empresários contra trabalhadores, que numa primeira instância podem perder a sua causa. É uma missão realmente legítima, uma missão nobre esta que exerce o TST: impedir que os poderosos marchem sobre os mais fracos. A reforma trabalhista, por exemplo, teve este objetivo de impor medidas, consagradas, inclusive, ao longo dos anos, pelo TST, para massacrar o trabalhador, o menor. Isso eu vi com muita preocupação, porque eu respeito o trabalhador como parte mais frágil da relação trabalhista e também respeito o empresário. Sem os dois não há desenvolvimento, não há economia, não há emprego. Então, a reforma trabalhista teve o condão de trazer a divisão de dois segmentos indispensáveis ao desenvolvimento nacional. Mas esse ponto já passou – acredito –, e agora é a hora de, diante da realidade, trabalhador e empresário se entenderem. O Brasil não pode mais esperar pela resolução dessa crise avassaladora que trouxe mais de 13 milhões de desempregados. Esse desentendimento não leva a lugar nenhum.

Eu gostaria de fazer apenas uma pergunta devido ao adiantado da hora, porque ainda precisamos votar matérias nesta Casa.

No dia 16 de outubro último, o País foi surpreendido com uma portaria do Ministro do Trabalho alterando o conceito de trabalho análogo à escravidão, que ficou mais restritivo. Essa portaria, por uma decisão da Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal, foi revogada liminarmente, ou seja, ainda é necessária uma decisão do Pleno para ratificar o que foi feito pela Ministra.

Pergunto a V. Exª: essa portaria pode contribuir para o desmatamento no Brasil, consequentemente agindo contra o meio ambiente, desatendendo às recomendações não só de acordos internacionais que o Brasil assinou, como também recomendações da ONU?

Agradeço a V. Exª. Que seja muito feliz, agindo da mesma forma como sempre agiu! Tenha orgulho V. Exª! V. Exª não tem que se envergonhar. Pelo contrário, tem que se orgulhar da atuação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autônoma, independente, sempre brilhante e corajosa. Meus parabéns! Tenho certeza absoluta de que o Senado Federal haverá de lhe fazer justiça.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Dr. Francisco Luciano de Azevedo Frota é submetido, Sr. Presidente, a esta Comissão por indicação do Tribunal Superior do Trabalho para compor, como membro, o Conselho Nacional de Justiça.

S. Exª o Dr. Francisco é graduado em Direito pela Universidade do Ceará, em 1990 – pode não parecer, mas já há bastante tempo –, com especialização em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília.

Ingressou na magistratura do trabalho pela 10ª Região, em 1993, sendo anteriormente, inclusive, funcionário do Banco do Brasil, onde quero crer que tenha tido, em linha com o Senador Pimentel, a boa relação aqui apresentada.

Portanto, reúne, a meu juízo, as condições, a biografia, a trajetória adequada para ocupar a função do Conselho Nacional de Justiça, Conselho este que tem as suas prerrogativas consagradas pelo Texto Constitucional. E sobre essas prerrogativas, eu quero tomar emprestada, se me autorizar o Senador Armando Monteiro, se não me autorizar eu paro por aqui, mas se autorizar, eu quero pegar emprestada, *ipsis litteris,* toda a ponderação, toda a manifestação que fez o Senador Armando Monteiro na direção de nós termos a coragem e o desprendimento de fazermos o enfrentamento dos temas que estão colocados para a sociedade brasileira. Eu também me apresento, evidentemente, sem o direito de ser o dono da verdade, mas eu me incluo entre aqueles que acham que nós precisamos fazer reformas no Estado brasileiro e essas reformas não estão subordinadas a orientações políticas, ideológicas, partidárias, até porque são debates que estão muito mais vinculados, em algum sentido, a questões aritméticas do que questões propriamente políticas, etc. e tal.

Eu conheci o Dr. Francisco Luciano quando nós fizemos aqui um dos mais francos e abertos debates em relação à reforma trabalhista.

É sabido que eu fui o Relator aqui no Senado e o Senado foi palco de debates muito duros, muito francos, muito sinceros e absolutamente democráticos. E nós tivemos a oportunidade de fazer esse debate, foi nessa oportunidade que eu conheci o Dr. Francisco, e houve divergências muito bem postas, absolutamente civilizadas, democráticas. Em que pese haver essa divergência de opinião, eu acho isso absolutamente natural, saudável e necessário, porque esse Parlamento precisa ser plural, como é plural a sociedade, e cada um de nós tem a obrigação do exercício e a virtude das suas convicções, e, em que pese tudo isso, o que nós estamos discutindo aqui não é a opinião de V. Exª, não são as convicções de V. Exª, o que nós estamos aqui discutindo é a ocupação como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que tem prerrogativas absolutamente distintas dessas questões que V. Exª tem – e deve ter, assim como qualquer cidadão deve ter o princípio da liberdade para exercer as suas convicções, o seu pensamento e a liberdade da expressão, que é uma conquista absolutamente universal, de que nós não podemos abrir mão.

Então, em que pese tudo isso, eu quero manifestar o meu voto favorável a V. Exª, ao preenchimento do cargo no Conselho Nacional de Justiça, porque nós precisamos separar as coisas, e separar as coisas significa expressar o respeito ao nosso semelhante, à forma diversa de pensamento do nosso semelhante, até porque essa falta de respeito a como pensa o semelhante é que está – acho eu – na origem, Presidente Lobão, dessa intolerância que nós estamos lamentavelmente vivendo no Brasil, em que as pessoas, por discordarem, por divergirem, logo partem para a agressão, para coisas do tipo, faltando a civilidade necessária.

Então, estou aqui para manifestar o meu profundo respeito à trajetória de V. Exª, ao currículo de V. Exª, em que pesem as nossas divergências, que são claras. Mas isso não vai me levar, em hipótese alguma, a me afastar do respeito que preciso ter às pessoas que pensam diferente de mim.

E o que está em jogo aqui não é como pensa V. Exª, mas naturalmente as prerrogativas que estão consagradas na Constituição Federal. E a trajetória de V. Exª o habilita ao preenchimento como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

É essa a manifestação que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vou conceder a palavra ao Senador Cidinho Santos, que é o Relator deste encaminhamento.

Em seguida, V. Exª responderá a todas as indagações do segundo bloco.

Com a palavra o Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Quero dizer que tive a honra de ser o Relator da indicação do Dr. Francisco Luciano. Tive a oportunidade de conversar com ele e fiquei bastante tranquilo quando fiz o meu relatório, aprovando o nome dele, porque as questões pessoais que ele tem ou que possa ter ou que todos nós temos nunca interferiram na atividade profissional dele.

Ele é um profissional de alto gabarito, uma pessoa respeitada por todos os seus colegas e pelas pessoas de outros tribunais também. Tenho certeza de que o CNJ irá ganhar muito com a aprovação do nome do Dr. Francisco Luciano para integrar esse Conselho a partir da nossa aprovação aqui, no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria apenas ratificar o meu apoio e pedir aos colegas que não votaram ainda o apoio ao meu relatório e à indicação, que é pela aprovação do nome do Dr. Francisco Luciano.

Agradeço ao Presidente Lobão por acreditar e ter me colocado como o Relator dessa indicação.

Ao fim, Presidente, da apuração, eu gostaria de fazer um requerimento de urgência para que pudéssemos votar na sessão de hoje ainda, no plenário, a aprovação do nome do Dr. Francisco Luciano, já que já há algum tempo ele aguarda por essa aprovação, por essa votação.

Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu quero registrar...

Senador Jorge Viana, V. Exª deseja se manifestar?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É brevíssimo. Não gasto dois minutos.

Eu estava presidindo ali a Comissão de Ciência e Tecnologia. Realmente, como o Senador Cristovam, eu não podia estar aqui, mas vim e voltei. Eu queria dar um abraço no Dr. Luciano.

De fato, é uma pessoa sobre a qual eu tentei me informar. Ele tem as melhores referências, é um grande profissional. Acompanhei boa parte, também, pela Rádio Senado, da sua exposição.

Eu queria cumprimentar o Senador Cidinho, Relator, também o Senador Anastasia, com quem tenho trocado informações sobre a indicação de V. Sª.

Acho que, nesses tempos difíceis, nós precisamos de homens ponderados como o senhor, que sabe bem mediar, como juiz, os conflitos que a sociedade tem e, obviamente, a aplicação da lei. Eu só queria fazer esse testemunho brevíssimo aqui e esperar, sinceramente, que esse pedido que foi feito pelo Senador Cidinho, caso seja aprovada a indicação de V. Exª, e assim acredito, tenha urgência no plenário.

É isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Randolfe Rodrigues, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem.) – Serei breve, Presidente. Eu acho que o relatório do Senador Cidinho demonstra o que une o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Francisco Luciano. Há posições políticas aqui bem distintas. Eu tenho posição política distinta quanto à do Senador Cidinho, mas acho que o que está aqui, em especial, em avaliação pelos membros desta Comissão de Constituição e Justiça é se os pré-requisitos de notável saber jurídico, de reputação ilibada, se as pré-condições para ser membro do Conselho Nacional de Justiça são cumpridas pelo sabatinado. E o sabatinado, na sua exposição inicial – eu estava acompanhando fora da CCJ –, já demonstrou ter.

E a diversidade... Eu quero reiterar aqui: o Senador Cidinho tem posição política bem diferente da minha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Senador, a minha já está, recentemente, mais próxima que a do Senador Ferraço. (*Risos.*)

Recentemente, já está bem mais próxima. Mas acho que isso é uma demonstração cabal e prova do que une o nome do Dr. Francisco Luciano.

E aqui quero somente prestar esse testemunho.

Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pergunto se o Senador Randolfe já concluiu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Sim, concluí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador.

Registro também a presença da Drª Cilene Ferreira Amaro Santos, que é Desembargadora do TRT da 10ª Região.

Antes de passar a palavra ao nosso sabatinado, ainda há pouco ouvimos aqui expressões da Senadora Ana Amélia e do Senador Antonio Carlos Valadares de reconhecimento ao papel extraordinário exercido pela Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia. Srs. Senadores, a meu ver, ela exerce uma presença benfazeja no comando de uma das instituições da República. Os Poderes não raro atravessam momentos de tensão. Recentemente, passamos por um instante dessa natureza, desse jaez, mas a Ministra Cármen Lúcia e o Senador Eunício Oliveira – devo ter uma palavra também de reconhecimento ao Presidente do Senado Federal – tiveram a capacidade de contornar essas nuvens cinzentas que se aproximavam dos Poderes Legislativo e Judiciário. A Ministra teve uma palavra de ponderação, como cabe a um magistrado de alta relevância como é S. Exª. E, graças a isso e aos entendimentos havidos, foi possível contornar aquelas dificuldades que se aproximavam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se encontravam nos umbrais do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. Portanto, eu junto a minha palavra à palavra da Senadora Ana Amélia e do Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra o Dr. Francisco Luciano de Azevedo Frota.

O SR. FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA – Agradeço, Presidente.

Inicialmente, eu queria, antes de começar a ordem, pedir licença aos Srs. Senadores apenas para fazer um agradecimento muito especial ao Senador Cidinho por ter aceitado essa indicação feita pelo nobre Presidente desta douta Comissão, Senador Edison Lobão, para minha relatoria, pelas palavras que constam do relatório de V. Exª.

Se honrado pelo Senado Federal com a aprovação do meu nome, asseguro a V. Exª que levarei esse relatório e as palavras de V. Exª como um grande evangelho. E digo isto para V. Exª e também dirigindo-me a todos os Srs. Senadores: se o Senado Federal me honrar com a aprovação do meu nome, procurarei manter sempre um canal de interlocução com esta Casa, que respeito muito. Acho que aqui é, sem dúvida nenhuma, o grande esteio da democracia. Não existe democracia sem Parlamento, e Parlamento livre, que divirja e que cresça na ideia. E se, eventualmente, eu tiver a honra de chegar ao CNJ, da minha parte – e acho que isso se repete com os demais Conselheiros – estarei sempre à disposição deste Senado para o que for preciso de interlocução institucional, naquilo que estiver ao meu alcance. Eu serei apenas um conselheiro, caso o Senado me autorize, e eu quero continuar à disposição sempre, continuar com esse processo de interlocução. Que esse diálogo não se encerre nessa sabatina, que esse diálogo, caso eu seja aprovado, se prolongue, porque eu acho que não vamos encontrar soluções para o Poder Judiciário, que são soluções da sociedade, que não sejam soluções que partam de todos os atores sociais, e o Parlamento é o ator social mais importante nesse aspecto. Então, eu gostaria de registrar meu agradecimento a V. Exª e a todos os Senadores pelas palavras.

Senador Eduardo Amorim, com relação ao trabalho escravo, o CNJ, em relação à questão de regulamentação, tem muito pouco o que fazer, até porque o poder de regulamentação do CNJ é para as matérias internas, e a portaria do trabalho escravo de fato é da competência do Poder Executivo, do Ministro do Trabalho. Agora, acho importante o que V. Exª falou em relação à questão do papel do CNJ nesse reequilíbrio das relações entre empregado e empregador. Acho que o CNJ pode, sim, contribuir – e tem contribuído – na medida em que vem estimulando as soluções alternativas de conflito, vem estimulando com metas de mediação, com metas de conciliação. Nós temos, principalmente na Justiça Criminal e nos Juizados Especiais Criminais e nas questões de violência contra a mulher, a Justiça Restaurativa, que é um indicativo que o CNJ tem dado, agora já previsto em lei, e que tem dado resultados maravilhosos.

Não posso deixar de me referir às APACs do Senador Anastasia, que, inclusive, introduziu-as nesse projeto de alteração da Lei de Execução Penal. Hoje em dia temos um índice de reincidência de 70% no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sistema penitenciário tradicional. Com as APACs, que já temos em 50 cidades brasileiras, se não me engano, Senador, esse índice de reincidência cai para 10%, o que prova que trabalhar em função da humanização dos presídios tem solução, e essa iniciativa do Senador Anastasia...

V. Exª sempre foi um baluarte e um entusiasta dessa ideia, e eu o cumprimento por isso, porque de fato tem dado muito resultado. E o CNJ pode contribuir para que essa ideia que hoje está em Minas Gerais consiga se elastecer pelo resto do Brasil, porque de fato ela é uma solução.

Então, nesse sentido, eu acho que nós podemos contribuir sim.

Ao Senador Hélio José os meus agradecimentos, um Senador de Brasília. Falei antes de V. Exª chegar que Brasília me adotou e eu tenho Brasília como o meu segundo Estado, do coração, porque fui muito bem acolhido.

Acho que o CNJ pode contribuir na discussão do debate da reforma da previdência, o CNJ tem o seu departamento de pesquisas judiciárias, tem uma gama de atores, de conselheiros experientes nessa área e pode contribuir sim para que a gente tenha uma reforma da previdência.

Agora já respondendo, Senador Armando Monteiro, eu sou a favor de que a previdência seja reformada. Não sou contra, Senador, nenhum tipo de reforma. Eu apenas posso divergir pontualmente de alguns aspectos de reforma, mas eu acho que o Estado brasileiro, como tudo na vida... A vida é dinâmica, precisa ser reformada, precisa ser reformulada, precisa ser repensada. Evidentemente cada um tem a sua visão de reforma. Eu não quero entrar na dicotomia do conservador ou do avançado. Acho que é uma visão de cada um, do que entende por reforma. Eu acho que a previdência precisa ser reformada dentro evidentemente de critérios. E aí podemos até ter algumas divergências de critérios, mas o Parlamento é sim a Casa constitucionalmente competente para debater, para centralizar essa discussão e para decidir sobre isso, para fazer juízo político inclusive, juízo de conveniência e até mesmo de mérito em relação à questão da reforma da previdência.

Sobre a questão do...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Luciano, inclusive, a CPI recomenda uma série de reformas que estão no relatório.

O SR. FRANCISCO LUCIANO DE AZEVEDO FROTA – Isso. Já complementando, temos a CPI. Isso aí faz parte importante do papel do Parlamento nesse debate.

Voltando ao Senador Armando Monteiro, eu agradeço muito as indagações de V. Exª, que são importantes não para que estabeleçamos um contraditório, mas para que fique claro que o artigo a que V. Exª se referiu é um artigo que na verdade tem um contexto de uma discussão que foi pública, mas é praticamente interna a discussão sobre o que pensa cada um em relação a Direito do Trabalho e Justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Trabalho, não tem nenhuma invocação no campo pessoal, até porque eu tenho respeito absoluto pela pessoa do Presidente do TST.

Acho que, em relação à questão do ativismo, de reação natural, eu não tenho a mesma visão de V. Exª. Acho que a gente precisa reformar. Os juízes do trabalho, em nenhum momento, isso aí eu posso assegurar a V. Exª, são contra reformas trabalhistas. A gente compreende que as relações de trabalho estão avançando, que precisam ser atualizadas. A informática está aí para mostrar que nós não temos mais o sistema fordista ainda da época das indústrias, daquela reação hierarquizada. A gente está num outro momento. Hoje há os serviços, a prestação de serviços, enfim, uma série de coisas, a questão da terceirização, que virou uma realidade, inclusive referendada pela justiça do TST no que tange à atividade meio.

Então existe muita coisa para ser discutida. Eu acho que a magistratura trabalhista tem discutido isso e não se furta, e eu não estou falando aqui em nome da coletividade dos magistrados, mas em meu nome. Acho importante que sejam discutidas as reformas, ainda que seja uma opinião pessoal.

Acho que esse tipo de mudança poderia ter sido – mas isso é um juízo meu, pessoal – um pouco mais debatido. Mas reconheço que a legitimidade deste Parlamento para fazer a reforma... A reforma está aí, as leis estão aí, elas serão aplicadas, evidentemente se considerando todo o sistema jurídico. Os juízes do trabalho são identificados, comprometidos com o Estado democrático de direito. Isso eu posso garantir a V. Exª.

E agradeço muito V. Exª ter feito essas ponderações, porque é uma oportunidade de se falar isso, de dizer o que de fato a gente pensa, porque muitas vezes as palavras escritas não traduzem muito o que o coração pulsa. E é importante o que V. Exª tem a dizer, para dizer que a magistratura do trabalho... Eu, pessoalmente, como juiz, não faço parte de associação, mas tenho visto os pronunciamentos da Anamatra e dos juízes do trabalho. Estão abertos a essa discussão. É evidente que é um primeiro passo. Isso pode ser rediscutido futuramente. A vida é dinâmica, as leis são dinâmicas, os processos vão aí, para a gente experimentar. Então, agradeço muito a V. Exª essa pergunta.

Em relação ao Senador Valadares, quero apenas agradecer.

Acho, Senador, em relação à questão da portaria do trabalho escravo, que, de fato, se nós afrouxarmos o conceito contemporâneo de trabalho escravo, poderemos ter prejuízos também em relação ao meio ambiente, porque, não raro, todas as vezes em que houve grupos móveis de trabalho escravo, se identificou que havia uma relação com a atividade ilícita de desmatamento. Não era um fato isolado de haver trabalhos em condições degradantes. Então, realmente, poderia prejudicar. Acho que V. Exª tem toda a razão.

Agradeço muito ao Senador Ferraço, inclusive seu espírito democrático de sempre ter discutido. Sabemos que temos algumas divergências em relação a pontos da reforma, mas divergência faz parte da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia. E a democracia é o símbolo deste Parlamento, que tem recebido sempre os magistrados para conversar. Os magistrados têm as suas opiniões, mas não são eles que decidem sobre as leis. Quem decide sobre as leis é o Parlamento.

Por fim, ao Senador Jorge Viana quero agradecer o apoio de sempre, as palavras; ao Senador Randolfe... Quero agradecer a todos os Srs. Senadores. E, muito especialmente, quero agradecer ao Presidente, Senador Edison Lobão, que nunca se furtou a me receber, a conversar sobre todas as questões. Foi um Senador que de fato revelou um espírito democrático, institucional, que encampou a necessidade de pelo menos fazer esta sabatina, para que o processo tenha seu curso normal. Eu sei da importância do Senador Lobão como um democrata que é, como um líder que é.

Sou muito grato a V. Exª, que cumpriu, de forma muito republicana, o seu papel.

Da mesma forma, ele não está presente, mas estendo os meus agradecimentos ao Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira, cearense, conterrâneo, que também se mostrou sensível às indicações, para que as indicações do CNJ tomassem seu curso e fossem apreciadas democraticamente por este Senado Federal e para que daí a gente conseguisse formar o todo do CNJ, e hoje está faltando dentro do CNJ a representação da Justiça do Trabalho. Tudo isso foi muito importante. Todo esse trabalho foi muito importante.

E sou muito grato ao Tribunal Superior do Trabalho por ter me dado a oportunidade de ter vindo aqui para debater abertamente, para me submeter ao crivo, como é republicano, como é constitucional e como deve ser, ao juízo absolutamente independente de todos os Srs. Senadores, ao qual eu me curvo e ao qual tenho muito respeito. Tenho muito respeito por esta Casa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concluída esta fase.

Pergunto se os Srªs Senadores todos já votaram. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Passaremos, então, à apuração dos votos. (*Pausa.*)

Votaram SIM 23 Srs. Senadores; NÃO, 03 Senadores.

Nenhum voto em branco.

Total de votos: 26 votos.

Foi aprovada, portanto, a indicação do Dr. Francisco Luciano de Azevedo. (*Palmas.*)

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu estou presidindo uma reunião da infância e vim só para tentar fazer uma inversão de pauta, do item 38, para o Projeto 101, que é relacionado à adoção. Este é o mês da criança, e nós gostaríamos de levar depois em urgência ao plenário.

Então, eu pediria a V. Exª a avaliação se poderíamos fazer a votação desse projeto agora.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Verificaremos a proposição de V. Exª.

Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem.

Eu tenho um requerimento para votar urgência do Plenário para a indicação do Dr. Francisco Luciano e gostaria de colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esta reunião foi apenas para a sabatina. Na reunião seguinte, examinaremos os dois pleitos.

Bom, está encerrada esta parte da reunião, e passaremos, a seguir, à segunda parte. (*Pausa.*)

Não havendo objeção do plenário, passaremos ao Item 38.

ITEM 38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Autoria: Deputado Augusto Coutinho

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4-CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Atenção, Srs. Senadores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou suspender esta reunião por um minuto para que os Senadores possam cumprimentar o sabatinado. (*Pausa.*)

(*Suspensa às 12 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 25 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está reaberta a reunião.

ITEM 38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Autoria: Deputado Augusto Coutinho

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4-CAS.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – A Presidência solicita silêncio na Comissão.

Em 25/10/2017 foram recebidas as Emendas de nºs 5 a 13, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, independentes de relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para proferir o seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Trata-se de um Projeto de Lei da Câmara, de autoria do Deputado Augusto Coutinho, que dispõe sobre a adoção. Esse projeto me pareceu extremamente importante em virtude de que ele agiliza os procedimentos de adoção no País.

Hoje nós temos, para se ter ideia do impacto, 45 mil crianças em abrigos e menos de 20% delas estão no cadastro para adoção. Por quê? Porque a burocracia é gigantesca. Quando essa criança chega ao cadastro, ela já tem uma idade que poucos casais têm interesse em adotar. Então nós acabamos tendo, ao contrário, um cuidado muito lento, que acaba deixando inúmeras crianças que já poderiam estar em lares, adotadas, fora.

O projeto, eu vou resumi-lo porque ele é bastante grande, arrematando o que falei da deficiência, trata de um sistema, hoje, de adoção, no Brasil, totalmente falido, no sentido de que as famílias que desejam tanto dar um lar para uma criança se sentem impotentes por perceber essas crianças abandonadas, e elas sem condição. Daí a importância do projeto do Deputado.

Primeira coisa: ele desburocratiza e agiliza todos os procedimentos de adoção e cria umas novas modalidades que eu passo a mencionar. Uma das mais interessantes é o apadrinhamento, que é a possibilidade de alguém poder buscar uma criança, ficar com a criança, cuidar daquela criança durante o dia, devolver a criança e poder ajudar, principalmente as crianças que já são maiorezinhas, de 6, 7, 10, 12, 15, 17 anos, que estão lá, não estão em condição de ter uma adoção fácil e ficam muito sem diversão, sem entretenimento. Quando eu soube, eu li esse pedaço e fiquei muito preocupada também porque hoje nós temos muitos casos sérios de pedofilia e de maus-tratos de crianças. E isso não poderia ficar ao largo, com esse tal de apadrinhamento. Eu fui reconfortada na preocupação em virtude da fiscalização, porque as pessoas que se propõem a recolher as crianças são entrevistadas, elas são avaliadas e me pareceu que há uma certa segurança e fiscalização. Pesei também entre a possibilidade de ter pessoas mal-intencionadas e a possibilidade de ter pessoas bem-intencionadas e achei que devemos ter a possibilidade de caminhar com essa proposta.

Também uma coisa muito importante é que hoje o prazo para o estágio de convivência com a família é indefinido, indeterminado. O juiz faz caso a caso. Então, a pessoa fica num processo de convivência para saber se aquela família é combinada, se acha aquela criança combinada com ela, com as expectativas, se a criança se dá bem com aquela família, e fica lá meses, ano, e não tem nenhuma resposta. Agora, imagine o que é para o psiquismo de uma criança estar com uma família que ela sabe que se ela portar mal não vai ficar com ela, e meses. Isso é muito ruim, me parece. Então, isso foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mudado no projeto, que impõe um prazo máximo de 90 dias para essa convivência. Em 90 dias dá muito bem para a família saber se aquela criança tem alguma possibilidade de convivência ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pode prorrogar por um tempo pequeno. O prazo máximo para conclusão da adoção, depois dos 90 dias, é de 120 dias, mas prorrogáveis também por igual período. Então vai dar para perceber a criança num período probatório com a família na hora em que a família diz: "Você está sendo adotada", mas o processo ainda vai, depois dos 120 dias em que está correndo a adoção, ter mais 120 dias para a família poder desistir. Na verdade, é um processo infinitamente mais rápido do que hoje, porque quando a família pode, às vezes, optar pela adoção, a criança já está com outra idade.

Prioriza os processos de adoção de crianças e adolescentes com deficiência – isto é muito importante: essa priorização –, doenças crônicas, além de grupos de irmãos. Também é muito boa essa prioridade.

No que tange à perda do poder familiar, aí era o gargalo. Porque a perda do poder familiar é uma coisa muito séria. Ficavam procurando a família. Só que a família de uma criança, muitas vezes, num abrigo, não se acha, não se acham os parentes daquela criança. E a criança, exatamente por seus pais terem sumido do mapa, fica lá, porque não tem a autorização dos pais para adoção. Isso vai mudar no Brasil. No que tange à perda do poder familiar, deverá haver um esforço por parte do juizado em ouvir os pais com citação insistente na residência, em editais e na internet.

Deverão ainda ser ouvidas testemunhas, quando as partes poderão se manifestar num processo que deverá durar, no máximo, 120 dias. Quer dizer, essa busca deve ser focada, intensa, em 120 dias.

Bom, eu acredito que a proposta, aqui na nossa Casa, foi muito menos discutida. Eu me senti muito à vontade para aprová-la como veio, porque lá eles estiveram meses – meses, não, ano – discutindo. Depois a proposta me pareceu sólida, madura, com muita gente entendida, muitos pais que adotaram, muitos pais que não adotaram, gente que não conseguiu enfrentar o processo. Pareceu-me que ela está muito redonda.

Então, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 101, de 2017, com as Emendas de Redação de nºs 1 a 4.

Nós tivemos hoje as Emendas de 5 a 13, todas do Senador Randolfe. O parecer é pela rejeição de todas as emendas, sem entrar no mérito da maioria delas, na perspectiva de aprovarmos a matéria ainda hoje no plenário, com urgência, neste mês de outubro, mês da criança, sem prejuízo de levarmos essas preocupações do Senador Randolfe, que são bastante boas algumas, para o projeto dele, que é o 394/2017, de que eu estou pedindo a relatoria aqui, na CCJ, e na CDH, da qual sou membro e pediria a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

relatoria porque vai dar para a gente fazer uma avaliação, talvez ter alguns pontos levantados. Podemos, eventualmente, até fazer alguma outra audiência. Acredito que aí nós vamos terminar com uma apreciação bastante boa.

Agora, não gostaria de prolongar a votação do projeto no mês da criança, um projeto que tanto tempo ficou na Câmara e que agora temos condição e convicção consolidada de que é um bom projeto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para discutir a matéria, Senadora Simone Tebet.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sr. Presidente...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu acho que essa matéria não deve ser aprovada, ela tem que ser aclamada nesta Comissão e hoje no plenário, Sr. Presidente.

Poucas realidades no Brasil são tão perversas quanto a realidade de uma criança que está em um abrigo, em uma instituição ou em guarda provisória para ser adotada. O que essa criança tem de diferente em relação àqueles que hoje lutam pelo pão, àqueles que são miseráveis ou que passam fome? É que, na realidade, quando nós falamos de crianças a serem adotadas no Brasil, o que emperra é a burocracia. Nós temos, segundo dados e estatísticas oficiais, 40 mil pessoas aptas e que querem adotar no Brasil, em um universo hoje de um cadastro de 10 mil crianças, ou seja, faltam crianças para serem adotadas por pais, pai ou mãe, seja qual for a relação do casal, no Brasil.

Eu tive o cuidado, quando fui prefeita, de estudar esse assunto porque também na minha cidade nós ajudamos o Ministério Público com o Poço de Jacó, que é a instituição que abriga crianças para adoção, e fomos ver que o problema estava na burocracia. E esse projeto, muito bem relatado e que merece o nosso aplauso e reconhecimento pelo mérito não só do autor, mas da Relatora, hoje Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Marta Suplicy, praticamente supre, retira a burocracia e diminui o prazo da adoção.

A média, naquela época – e tive o cuidado de analisar hoje dados sobre a adoção no Brasil –, de 80% dos processos de adoção no Brasil, a partir do início do processo, não contando do momento em que a mãe dá a criança em adoção, passando por 180 dias, que é o prazo hoje estabelecido pela lei para se buscar a família extensa, porque, antes de ir para adoção, o juiz é obrigado a ver se tem avô, se tem tio, se tem parente que quer ficar com ela, às vezes, a média, pela lei, de 180 dias, passado esse prazo, essa criança ainda vai ser cadastrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após o cadastro é que essa criança ou fica em guarda provisória ou vai para uma instituição, como um abrigo, para ir para adoção. Dentro desse processo, dentro do abrigo, antes de o adotante entrar com ação e dizer que quer a criança, ela ainda tem que ficar num estágio de convivência, como a Senadora Marta falou, que era o grande gargalo e o grande problema. Essa criança ficava nesse estágio de convivência sem prazo – seis meses, um ano, dois anos – e muitas vezes a família desistia, devolvia para o abrigo uma criança de cinco, seis anos de idade. E este é o grande ponto: não é que hoje haja mais crianças negras, e que as famílias não querem adotar crianças negras, ou do sexo feminino, e não do sexo masculino; o grande problema hoje é que as crianças, quando estão prontas, no cadastro, e têm condições de ir à adoção, elas já têm mais de quatro ou cinco anos de idade. E os pais – e não temos como impedir –, os adotantes preferem normalmente crianças menores, porque querem educar desde o início.

Então, diante de toda essa dificuldade e lembrando que o grande problema está em que o perfil da criança hoje no abrigo é um perfil que não se coaduna com a vontade de quem quer adotar no que se refere à questão de idade – esse é o grande problema –, o projeto resolve, estabelecendo um prazo máximo de adoção. Hoje a média do processo, como eu falei, do início do processo ao final, a média é: 80% dos casos passam de um ano e oito meses só na fase da ação, fora o anterior, que leva dois, três anos.

Agora, a partir da iniciativa do autor e das emendas de redação acatadas pela Senadora Marta Suplicy, nós teremos um estágio de convivência de no máximo 180 dias, 90 mais 90, e uma determinação para a Justiça, que do início do processo até o final, terá 120 dias, prorrogáveis em caso excepcional, para julgar e dar essa criança em adoção.

Desculpe-me o excesso da minha fala, Sr. Presidente, mas é um assunto em que eu, desde prefeita, tenho procurado investir. Na época municipal, não tinha competência, porque se trata de matéria federal, e via que o problema esbarrava no tempo.

Parabéns, Senadora Marta. Espero que esse projeto seja aprovado ou aclamado por unanimidade nesta Casa, não só aqui na Comissão hoje, mas também no plenário, pois eu tenho certeza de que a Senadora depois vai pedir o regime de urgência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet, V. Exª não se excede nunca; V. Exª nos encanta!

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, eu acho que a Senadora Simone Tebet teve veemência por conhecer o assunto e ter vivido pessoalmente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

experiência, como prefeita, de ter visto que esse é um problema de emergência e de urgência. Por isso ela falou da necessidade de logo implementarmos o projeto, para que crianças não fiquem abandonadas, sofrendo, esperando pais, e pais esperando crianças para as adotarem.

Eu queria cumprimentar o autor dessa matéria, Deputado Augusto Coutinho, de Pernambuco, o Relator na Câmara, mas especialmente o Senador Armando Monteiro, que foi o Relator aqui no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais, e essa relatoria da Senadora Marta aqui, na CCJ.

Eu apenas pondero uma questão relacionada a esse tema, porque dada, digamos, a regimentalidade, para evitar que as alterações voltassem para a Câmara e isso retardasse o andamento... De novo, estamos tratando como doenças... A adoção é uma questão de emergência social hoje no País, e a gente sabe da fragilidade, da vulnerabilidade que a infância brasileira está hoje enfrentando, sobretudo nas periferias.

Então, eu me ative, mas não posso deixar de fazer o registro aqui, porque eu recebi da Promotora de Justiça designada no Ministério Público do Rio Grande do Sul, Drª Cinara Vianna Dutra Braga, uma ponderação, Senadora Marta, Senadora Simone, que me pareceu muito prudente.

No art. 19-B, o projeto de lei da Câmara que trata da modificação no Estatuto da Criança e do Adolescente diz o seguinte, apenas a expressão "não inscritos no cadastro de adoção". No referido projeto, esse art. 19-B diz: "As crianças e os adolescentes em programas de acolhimento institucional ou familiar poderão participar do programa de apadrinhamento". Não é adoção, é apadrinhamento.

O §2º desse artigo diz: "Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de dezoito anos não inscritos nos cadastros de adoção [olha só, se a pessoa quer ser padrinho, não pode adotar, não pode estar inscrito no cadastro], desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte".

A argumentação da Drª Cinara Vianna Dutra Braga...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas há uma... Eu também tinha percebido isso, mas está certo porque, senão, correria o risco de ficar uma experimentação de criança. Por isso é que foi desse jeito. Então, eu pensei, Senadora, tudo bem, leva uma criança, apadrinha, não tem nenhum compromisso a não ser o apadrinhamento, mas, se resolver simpatizar com aquela criança, não há nenhum óbice, passa um tempo, para de apadrinhar e aí reassume. O risco, como as pessoas que discutiram isso na Câmara explicaram, é porque há muito de insistência em passear com a criança, depois experimentam outra, depois outra, depois outra, e a adoção não é um supermercado. Então, foi por isso. Eu concordo com o que foi escrito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero dizer apenas – eu não tinha concluído, Senadora Marta – que, no caso de Porto Alegre, a experiência foi vivida por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essa promotora, pelo Ministério Público que cuida da infância e da adolescência. Acontece que o apadrinhamento afetivo, lá em Porto Alegre, comprova que as adoções tardias de crianças com mais de oito anos – porque normalmente a pessoa quer crianças recém-nascidas ou bebês, olha o valor, oito anos de idade – ocorre via apadrinhamento, a adoção acontece por isso nesse processo.

Registro que os pretendentes habilitados no Cadastro Nacional de Adoção que ingressam no programa de apadrinhamento não pretendem inicialmente a adoção da criança e do adolescente apadrinhado, que por sua vez passa a ser um... Ele é um padrinho apenas, mas se ele quiser...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente. Esse é o fator que eu achei extremamente fundamental. Aí ele é padrinho, apega-se à criança e não pode adotar. Então, é o contrário. Não é que ele está adotando e vai... Ele é padrinho. Então, o padrinho poderia ter o mesmo direito de adoção.

No caso de Porto Alegre, existem mais de 200 crianças e adolescentes com idade superior a oito anos esperando por uma família, e a expressão combatida no projeto de lei, se mantida, implicará maior dificuldade para formação dessas famílias. Portanto, o apadrinhamento afetivo por pessoa habilitada à adoção não burla o CNA nem é incompatível com esse instituto, vez que os perfis de todos, do padrinho e de quem vai adotar, como dito, são distintos.

Levei isso ao autor e ao Senador, e eles me trouxeram uma argumentação da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, que manteve o texto original e deu as suas argumentações. Mas eu não poderia deixar de trazer essa contribuição, porque penso que ela tem razoabilidade e tem também senso de, digamos, aplicabilidade. Não é aquilo que a Senadora Marta alertou – que eu acho que realmente é um risco do mercado –, mas é, sim, o fato de, sendo padrinho, poder adotar. Essa é a defesa que faço.

Então...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não há impedimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senadora. O meu voto é favorável.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não há impedimento para adotar. Não há impedimento para adotar. Talvez ela tenha interpretado de outra forma. Em todo caso, vamos...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... considerar a colaboração. Como nós temos um outro projeto de adoção, nós vamos incorporar isso, estudar a sugestão dela e aprofundar nisso. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sr. Presidente, o saudoso Ulysses Guimarães já dizia na promulgação da Constituição: "Não é a Constituição perfeita, mas será luz de lamparina na noite dos desgraçados". Então, citando Ulysses, obviamente que pode haver um ajuste aqui, algo a aprofundar. Não tem a proposta aqui apresentada, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, a abordagem de todos os temas. Mas eu fico feliz, primeiro, porque nós já temos, nisso que vai ser votado hoje, um avanço significativo. Nós aprovarmos isso também, como já foi dito pela Senadora Simone, antes de outubro, que é o mês da criança, para concluir, tem significado de diagnóstico – isso tem um conjunto de significados.

Eu fico muito feliz em saber que o Projeto de Lei 394, que apresentei – na verdade, não é uma sugestão minha, mas do Instituto Brasileiro de Direito de Família –, vai ser relatado pela Senadora Marta. Ela tem toda autoridade para relatar essa matéria e para completar as preocupações que estão vindo da sociedade civil em relação a esse tema, como essa que a Senadora Ana Amélia aqui apresentou.

Ou seja, nós temos uma outra legislação que começa a tramitar aqui já na CDH e depois virá para esta Comissão, Sr. Presidente. Ela já tem a reivindicação, mais do que legítima, para a Senadora Marta relatar essa matéria. Ela pode completar as lacunas que, porventura, a sociedade civil aponta, que não estão contempladas nessa matéria. Inclusive as emendas que aqui apresentamos.

Então,...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª elogia, mas anda desavindo com a Senadora Marta Suplicy.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Eu ando cumpliciando a Senadora Marta, Presidente, cumpliciando. (*Risos.*)

Há muito tempo eu estou próximo da Senadora Marta e das posições que a Senadora Marta apresenta. Desde outrora, quando ela estava, inclusive, no Ministério da Cultura – ela sabe muito bem.

Então, fico feliz em sagrar, consagrar, Presidente, mais esta parceria com a Senadora Marta. Eu sei que as lacunas que eventualmente a sociedade civil aponta serão contempladas no novo projeto que está em tramitação. O fundamental – como foi dito pela Senadora Simone, Presidente, e reafirmado por V. Exª – é nós aclamarmos essa matéria aqui, encaminharmos logo para o Plenário do Senado para, ainda no dia de hoje, nós termos – e antes de outubro acabar – essa matéria aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela aquiescência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto e às Emendas de nºs 1 a 4 da CAS e contrários às Emendas de nºs 5 a 13. Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 a 4, da CAS e CCJ, e contrário às Emendas nºs 5 a 13.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Eu quero louvar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Urgência para plenário, Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Urgência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Encaminhamento de urgência para plenário.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Requeremos urgência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se a Comissão não se opõe, em votação o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero louvar todos aqueles que se manifestaram e contribuíram para a votação desse projeto, mas, sobretudo, a Senadora Marta Suplicy, Relatora, que, como as demais Senadoras e o Senador Randolfe Rodrigues, é madrugadora, junto com os demais, na defesa da criança e de todo o social. Não é sem razão que S. Exª é hoje Presidente, com todos os méritos, da Comissão de Assuntos Sociais – eu tive a honra de ser sucedido, na Presidência daquela Comissão, pela Senadora Marta Suplicy. Portanto, os meus louvores a todos os Srs. Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem.) – Considerando o quórum, nós vamos agora enfrentar os pontos não terminativos, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não terminativos, sim, começando pelo item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 504, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no §2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre operações de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, por meio do Proinveste, no Estado do Maranhão.

Autoria: Senador Roberto Rocha e outros

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela admissibilidade do Requerimento e por seu encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Observações:

Como o Relator Wilder Morais não está presente, peço ao Senador Antonio Anastasia que, como Relator *ad hoc*, pronuncie o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exª acaba de apregoar, é submetido à apreciação o Requerimento nº 504, de 2017, de autoria do Senador Roberto Rocha, de V. Exª e do Senador João Alberto Sousa, que solicita informações ao BNDES em relação a empréstimos concedidos ao Estado do Maranhão.

O requerimento aponta, em cinco incisos, qual seria o objeto dessa indagação, basicamente todos eles tratando de operações de crédito, de informações de valores, de pendências e prestação de contas.

Na justificação do requerimento, os autores afirmam que o Proinveste foi criado em 2012, com a finalidade de atuar em caráter anticíclico, injetando recursos nos Estados para promover investimento.

No entanto, alegam os autores que há uma total ausência de prestação de contas, sobretudo por meio de avaliações dos resultados almejados na execução dos projetos, o que torna indispensável cobrar das autoridades as informações necessárias.

Passamos à análise, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento apresenta-se com base no §2º do art. 50 da Constituição Federal.

E é condição para sua deliberação, no âmbito da Casa, que as informações não se enquadrem no conceito de informação sigilosa, conforme determina o caput do art. 8º do Ato nº 1, de 2001, da Mesa Diretora. Mas, nesse requerimento, que trata de informações do financiamento do BNDES, elas não podem ser consideradas informações sigilosas. Isso porque operações financeiras em questão foram ou estão sendo praticadas por uma empresa estatal vinculada ao Ministério do Planejamento e se referem a projetos que estão ou foram executados no âmbito do Proinveste, um programa do Governo Federal. E, no caso, o BNDES agindo como agente financeiro da União.

Portanto, são recursos públicos e sujeitos ao princípio de publicidade, de modo que não se enquadram no conceito de operações sigilosas, como definido na Lei Complementar nº 105, de 2001.

Com efeito, com base no princípio da publicidade, do art. 3º da Carta Federal, que rege a nossa Administração Pública direta, garante-se ao administrado acesso a esse tipo de informação de maneira direta ou indireta.

Os requerimentos são, portanto, admissíveis para esclarecimentos de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente à sua competência de fiscalização.

Desse modo, não há questões quanto ao seu aspecto formal e material e não há dúvida de que as informações requeridas se destinam à autoridade competente e dizem respeito ao exercício da fiscalização e do controle de atos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, inciso X, da Constituição Federal.

Voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, opinamos pela admissibilidade do Requerimento nº 504, de 2017, e por seu encaminhamento, se aprovado, ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela admissibilidade do requerimento e por seu encaminhamento ao Sr. Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao plenário.

ITEM 26

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2015

- Não terminativo -

Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Observações:

- Em 12/08/2015, a Comissão aprovou o Relatório da Senadora Marta Suplicy, que passou a constituir o Parecer da CCJ, favorável à Proposta, com a Emenda n° 1-CCJ;

- Em Plenário, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3-Plen, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares; a Emenda nº 4-Plen, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá; e a Emenda nº 5-Plen, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir o seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Presidente, foram apresentadas... Como V. Exª disse, ele foi aprovado aqui e, no plenário, recebeu várias emendas. Eu já vou para a discussão da análise das emendas. Vamos ver se podemos caminhar desse jeito. Senão, volto para o enunciado de cada emenda.

Nos termos do art. 359 do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão examinar essas emendas.

À exceção da Emenda nº 3, que foi feita em plenário, todas as demais possuem aspectos positivos que, em nosso entendimento, merecem todas as demais possuem aspectos positivos que, em nosso entendimento, merecem ser incorporados ao texto da PEC.

A Emenda nº 2 – Plen torna mais claro o texto do §19 do art. 166, ao determinar a aplicação, às emendas individuais que prevejam repasse direto de recursos aos entes federados, das regras do mesmo artigo que regem as demais emendas individuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após melhor refletirmos sobre o assunto, concordamos inteiramente com os autores da citada emenda quanto à necessidade de se definir que os recursos somente serão considerados pertencentes aos entes beneficiários quando do efetivo repasse. A não ser desse modo, ficará comprometida, em relação a elas, a incidência de regras como a da execução equitativa. De fato, se os recursos forem considerados pertencentes aos entes com a simples entrada em vigor da lei orçamentária, o repasse será exigível desde então, no seu valor total.

Quanto à previsão, na Emenda nº 2 – Plen, de que os recursos repassados não poderão ser utilizados no pagamento de despesas correntes, compreendemos a preocupação dos autores e concordamos, em parte, com eles. Todavia, a expressão "despesas correntes" é bastante abrangente, incluindo não apenas despesas com pessoal, mas também com o fornecimento de serviços e de bens não duráveis. A prevalecer a redação da emenda, recursos transferidos na forma do §19 do art. 166 não poderão ser utilizados na aquisição, por exemplo, de medicamentos para a população. Por isso, entendemos que a Emenda nº 4 – Plen, ao aludir a despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, delimita mais satisfatoriamente o âmbito da restrição.

Como já adiantamos, somos contrários à Emenda nº 3 – Plen, que prevê a fiscalização, pelo TCU, dos recursos repassados. Se, na sistemática adotada pela PEC, os recursos passarão a pertencer ao ente federado destinatário, não é possível sustentar que sua aplicação seja fiscalizada pelo TCU, pois isso constituiria uma ingerência incompatível com o princípio federativo. A competência do TCU para fiscalizar a aplicação de recursos transferidos via convênio se explica pelo fato de que eles continuam a ser federais até a plena execução do objeto conveniado, o que não ocorre na hipótese prevista na PEC nº 61, de 2015.

Terá outro tipo de fiscalização, só que não será do TCU, da União.

A Emenda nº 4 – Plen é a que regula de forma mais minudente a matéria da PEC. Por concordarmos com a maior parte de seu texto, apresentaremos, na conclusão, subemenda substitutiva a ela, incorporando os pontos positivos das demais emendas, bem como fazendo outros acréscimos.

Parece-nos adequado retirar do texto do §19 do art. 166 as referências aos fundos de participação. Queremos crer que o propósito dos autores da PEC tenha sido o de que os recursos repassados na nova sistemática fossem transferidos de forma automática, como ocorre com as cotas partes daqueles fundos. No entanto, a alusão aos fundos mais confunde do que esclarece. Se a intenção é não submeter a transferência dos recursos ao regramento dos convênios, basta prever, como feito pela Emenda nº 4 – Plen, que eles serão repassados diretamente, sem a necessidade de convênio, pertencendo aos entes beneficiados. Essa mudança, porém, demanda uma reformulação da ementa da PEC, que alude aos fundos de participação. A subemenda que apresentamos cuida desse ponto, guardando conformidade com os arts. 230, III, e 231 do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igualmente concordamos com a remissão aos §§3º e 9º a 12 do art. 166, feita pela Emenda nº 4 – Plen, com o objetivo de sujeitar os repasses diretos a Estados e Municípios a diversas regras de execução orçamentária válidas para as demais emendas individuais. A nosso ver, deve-se aplicar a tais repasses também o §13 do mesmo artigo, o que propomos na subemenda.

Outrossim, entendemos fundamental modificar o texto proposto pela Emenda para o §20 do art. 166, para incorporar a previsão da Emenda nº 2 de plenário, no sentido de que os recursos somente serão considerados pertencentes aos entes beneficiários a partir da sua efetiva transferência.

Não podemos acolher, contudo, o §21, introduzido pela Emenda nº 4 no art. 166 da Constituição, na parte em que dispõe seja o uso dos recursos repassados objeto de fiscalização pelo órgão de controle interno federal, bem como pelo TCU. Conforme já assinalamos, o que atrai a competência fiscalizadora do TCU, bem como do órgão federal de controle interno, é a natureza federal dos recursos. A partir do momento em que estes recursos são considerados pertencentes ao Estado ou ao Município, fica afastada a competência dos órgãos de controle interno e externo federais. A hipótese tratada na PEC distingue-se da modalidade de repasse de recursos via convênio, pois, neste último caso, os valores continuam a pertencer à União até a execução de seu objeto. De resto, a atribuição de competência fiscalizadora sobre o mesmo objeto a órgãos de esferas distintas da Federação poderá levar a indesejáveis conflitos decisórios. Por isso, apenas a parte do §21 que se refere à fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno dos entes beneficiados e pelos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve permanecer.

Merece acolhimento a última inovação da Emenda nº 4 – Plen, consistente no §22 adicionado ao art. 166 da Constituição. Ela simplesmente determina que a prestação de contas do uso dos recursos repassados na forma do §19 observará os procedimentos adotados pelos tribunais de contas competentes quanto à apreciação dos atos de gestão no âmbito dos referidos entes federativos. A regra do §22 reforçará, no plano do julgamento de contas, a competência que a Emenda nº 4 atribui no §21, no plano da fiscalização, aos tribunais de contas com jurisdição ordinária sobre os entes beneficiados. Entretanto, fazem-se necessários pequenos ajustes redacionais no dispositivo, pois, ao prever que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão conta dos recursos, pode dar azo à interpretação de que tais entes prestariam contas à União, quando, na verdade, isso não está no caso.

Quanto à Emenda nº 5 – Plen, os propósitos que motivaram sua apresentação são atendidos em parte com a aprovação da Emenda nº 4, que, por remissão ao §9º do art. 166, determina a aplicação de 50% dos recursos repassados na forma do §19 em ações e serviços públicos de saúde e veda a destinação – essa foi uma ótima emenda – de recursos para o pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista.

Incluímos na subemenda que apresentamos outras duas previsões. A primeira, como inciso do §20, destina-se a evitar que os recursos transferidos via emenda parlamentar sem necessidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convênio sejam considerados na base de cálculo da receita do Estado ou do Distrito Federal, para fins de repartição. A segunda constitui uma mudança necessária no art. 2º da PEC, que fixa o termo inicial para produção de efeitos das novas regras na elaboração da lei do orçamento anual para o exercício de 2017. Além da indeterminação em si da regra (pois seria necessário precisar quando começa a elaboração do texto legislativo), a lei orçamentária para o exercício de 2017 já se encontra em vigor. Propomos que a vigência da nova Emenda Constitucional se inicie no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação. Essa mudança tem óbvia relação com o art. 1º, já que trata do âmbito temporal de vigência da norma, estando, pois, em consonância com os arts. 230, III, e 231 do Regimento Interno.

Em síntese, entendemos deva ser aprovada a Emenda nº 4 – Plen, na forma de subemenda substitutiva, que a modifique para: (I) adequar a ementa da PEC às alterações nela promovidas; (II) determinar a aplicação do §13 do art. 166 da Constituição aos recursos de que ela trata; (III) deixar claro que tais recursos somente serão considerados pertencentes aos entes beneficiários a partir da sua efetiva transferência e não integrarão a base de cálculo da receita do Estado ou Distrito Federal para fins de repartição; (IV) suprimir as referências ao TCU e ao órgão federal de controle interno, no §21 do art. 166 da Constituição, acrescentado por aquela Emenda; (V) fazer, no §22 do art. 166, os ajustes redacionais anteriormente mencionados; (VI) modificar o início da vigência da futura Emenda Constitucional, de modo que passe a ser o dia 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Voto.

Ante o exposto, o voto é, nos termos do art. 133, II e V, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, pela rejeição das Emendas nºs 2, 3 e 5 – Plen, e pela aprovação da Emenda nº 4 – Plen, na forma da seguinte subemenda.

Essas emendas de plenário ajudaram, Sr. Presidente, melhoraram bastante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Como não precisamos ler, porque já foi tudo mais ou menos – mais ou menos, não –, foi bem lido, acho que estão todos os detalhes aqui, eu pediria para fazermos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 4, nos termos da Subemenda nº 1 da CCJ, e contrário às Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao plenário do Senado.

Item nº 37.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, de 2014

- Não terminativo -

Susta a aplicação do art. 3º da Portaria do Ministério da Saúde nº 876, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente. Obrigada pela inversão de pauta.

Cara colega Senadora, Senadora Marta, Senador Anastasia, quero primeiro exaltar a preocupação da Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina, que foi Secretária de Saúde municipal e é uma Deputada, uma Parlamentar comprometida, eu diria, com o seu mandato, com as questões relacionadas à saúde. Ela é uma exemplar Parlamentar, e por isso faço questão de registrar a excelência de seu trabalho.

Na verdade, quando ela elaborou essa matéria... Também quero ressaltar que eu fui relatora no Senado da lei que diz respeito a esse projeto de decreto legislativo. Originalmente, a iniciativa foi do ex-Senador Osmar Dias, e eu fui relatora dessa chamada lei dos 60 dias. Já fizemos, inclusive, audiência com o Ministério Público Federal, com o Dr. Eitel Santiago, para fazer avaliação dos problemas que nós temos. E tudo reside, claro, na falta de recursos para o início do tratamento oncológico. O câncer está matando cada vez mais brasileiros e brasileiras.

Na verdade, o mérito do PDS 146, cujo enunciado foi apresentado por V. Exª, pretende sustar o art. 3º da Portaria GM/MS nº 876, de 2013, que estabelece que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> o prazo de 60 (sessenta) dias fixado no art. 2º da Lei nº 12.732, de 2012, para fins do primeiro tratamento cirúrgico ou quimioterápico ou radioterápico do paciente no SUS, contar-se-á a partir do registro do diagnóstico no prontuário do paciente.

Esse dispositivo suscitou o entendimento de que, ao alterar critério estabelecido na Lei nº 12.732, de 2012, a portaria poderia atrasar o início do tratamento oncológico no SUS de pessoas com câncer recém-diagnosticado.

Assim, o projeto sob análise foi apresentado com o objetivo de preservar a força normativa do art. 2º da Lei nº 12.732, de 2012, o qual determina que o início do tratamento no SUS seja dentro do prazo de 60 dias contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico.

No entanto, cumpre informar que o próprio Ministério da Saúde publicou nova portaria – Portaria nº 1.220, de 3 de junho de 2014 –, que alterou o art. 3º da norma alvo da proposição sob análise, para reproduzir a exata redação do art. 2º da Lei nº 12.732, de 2012. Por conseguinte, como essa modificação atende aos pressupostos que motivaram a apresentação do PDS nº 146, de 2014, conclui-se que a matéria se encontra prejudicada, por haver perdido a oportunidade (art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal).

Em vista do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório, pela prejudicialidade do projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário, para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos e suspensa às 12 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 25 minutos e encerrada às 13 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1° DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e nove minutos do dia hum de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Marta Suplicy, Roberto Requião, Waldemir Moka, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Registra a presença o Senador Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, José Maranhão, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo – que: “Tipifica o porte de arma branca. Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Aécio Neves, Senadora Ana Amélia, Senador Armando Monteiro, Senador Ataídes Oliveira, Senador Blairo Maggi, Senador Cícero Lucena, Senador Clésio Andrade, Senador Cristovam Buarque, Senador Cyro Miranda, Senador Eduardo Suplicy, Senador Francisco Dornelles, Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Jayme Campos, Senador João Capiberibe, Senador José Agripino, Senadora Kátia Abreu, Senador Magno Malta, Senador Mário Couto, Senador Paulo Davim, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Taques, Senador Ricardo Ferraço, Senador Roberto Requião, Senador Ruben Figueiró, Senador Sérgio Petecão, Senador Valdir Raupp, Senador Waldemir Moka e Senador Zeze Perrella. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: " Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS) ". Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2012 - Terminativo - que: "Veda o segredo de justiça nos procedimentos investigatórios e processuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que agente público seja investigado ou acusado e dá outras providências." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 22 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp, Senador Acir Gurgacz, Senador Alfredo Nascimento, Senadora Ana Amélia, Senadora Ana Rita, Senador Antonio Carlos Rodrigues, Senador Cícero Lucena, Senador Cidinho Santos, Senador Cyro Miranda, Senador Eduardo Amorim, Senador Eduardo Braga, Senador Flexa Ribeiro, Senador Inácio Arruda, Senador Ivo Cassol, Senador Jader Barbalho, Senador João Alberto Souza, Senador João Capiberibe, Senador José Agripino, Senador José Pimentel, Senador Magno Malta, Senador Mário Couto, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Paulo Davim, Senador Paulo Paim, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Romero Jucá, Senador Ruben Figueiró, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Vital do Rêgo e Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda n° 1. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-T e 2-T. Resultado: Adiado. ITEM 26 - EMENDA(S) DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, de 2007 que: "Acresce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Contrário à Emenda n° 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, capítulo para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2007 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre pronunciamento anual do Presidente da República para tratar da importância da educação e das metas a serem alcançadas no ano." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senadora Ana Amélia, Senadora Ângela Portela, Senador Armando Monteiro, Senador Cidinho Santos, Senador Eduardo Amorim, Senador Elmano Férrer, Senador Flexa Ribeiro, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Hélio José, Senador Ivo Cassol, Senador João Capiberibe, Senador Jorge Viana, Senador José Medeiros, Senadora Lúcia Vânia, Senador Magno Malta, Senador Pastor Valadares, Senador Paulo Bauer, Senador Paulo Rocha, Senador Pedro Chaves, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Regina Sousa, Senador Ronaldo Caiado, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Virginio de Carvalho, Senador Waldemir Moka e Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade eleitoral." Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal." Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas n°s 1-T, 2 e 3. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 36 - EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2012 que: "Dá nova redação aos arts. 530-C, 530-D, 530-F e 530-G do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1941 - Código de Processo Penal." Autoria: Deputado Leonardo Picciani. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável às Emendas nºs 2 e 3-PLEN, e contrário à Emenda nº 1-PLEN. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 37 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 7º, 23, 24, 37, 40, 201, 203, 208, 227 e 244 da Constituição Federal para incorporar-lhes a nomenclatura “pessoa com deficiência”, utilizada pela Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência." Autoria: Senadora Fátima Bezerra, Senador Antonio Anastasia, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Armando Monteiro, Senador Benedito de Lira, Senador Eduardo Amorim, Senador Eunício Oliveira, Senador Fernando Collor, Senador Garibaldi Alves Filho, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Hélio José, Senador Humberto Costa, Senador Ivo Cassol, Senador Jorge Viana, Senador José Maranhão, Senador José Pimentel, Senadora Kátia Abreu, Senador Lasier Martins, Senadora Lídice da Mata, Senador Lindbergh Farias, Senadora Marta Suplicy, Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Regina Sousa, Senador Reguffe, Senador Ronaldo Caiado, Senador Sérgio Petecão, Senador Telmário Mota, Senador Valdir Raupp, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Wellington Fagundes e Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à Proposta. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, de 2013 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação do Programa Nacional do Bioquerosene como incentivo à sustentabilidade ambiental da aviação brasileira e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2015 - Não Terminativo - que: "Susta o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253 de 12 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde." Autoria: Deputada Carmen Zanotto, Deputado Andre Moura, Deputado Antonio Imbassahy, Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, Deputado Beto Albuquerque, Deputado Fernando Francischini, Deputado Eduardo Cunha, Deputado Eduardo da Fonte, Deputado Mendonça Filho e Deputado Moreira Mendes. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao Projeto. Observação: Aprovado o RQJ nº 84, de 2017, de urgência para a matéria. ITEM EXTRAPAUTA 40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 751, de 2011 - Terminativo - que: "Regulamenta as funções, atribuições e normas de organização básica das guardas municipais, nos termos do §8º do art. 144 da Constituição Federal e dá outras providências." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Vista coletiva concedida às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 41 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, com o objetivo de fixar diretrizes para a política nacional de defesa civil frente a desastres, e dá outras providências." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Vista coletiva concedida às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 42

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre transparência e controle na aplicação dos recursos públicos em caso de calamidades públicas." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Vista coletiva concedida às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 43 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2013 - Terminativo - que: "Concede anistia aos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Ceará, submetidos a processos penais militares e disciplinares, por participarem de movimentos reivindicatórios." Autoria: Senador José Pimentel. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Vista coletiva concedida às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 44 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2013 - Terminativo - que: "Estabelece critérios para o uso progressivo da força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades de segurança pública." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Vista coletiva concedida às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 45 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 250-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e dá outras providências." Autoria: Senador Jorge Viana. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2013 - Terminativo - que: " Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2013 - Terminativo - que: "Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos". Autoria: Senador Romero Jucá. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2013 - Terminativo - que: " Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade dos Projetos (votação simbólica). Resultado: Vista coletiva concedida às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 84 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDS nº 42, de 2015." Autoria: Senadora Marta Suplicy e Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: ADENDO AO PLANO DE TRABALHO APROVADO EM 19/09/2017, REFERENTE À AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Relator: Senador Wilder Morais. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, e da Ata da 46ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 39.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria consultar V. Exª e o Plenário.

Em primeiro lugar, eu sou Relatora de dois projetos. Um deles é o item 36, que eu, a pedido de entidades vinculadas ao setor de que trata a matéria, estou retirando de pauta para um entendimento melhor de aspectos dessa legislação. O item 36 da pauta, então, deve ser retirado.

E pediria também a V. Exª o seguinte. Ontem terminou o Outubro Rosa, e eu sou Relatora do PDS 42, que é o item 39, não terminativo – o relatório está pronto. O projeto é de autoria da Deputada Carmen Zanotto, e eu penso que, com o apoio das colegas e dos colegas Senadores... É um relatório breve, não é terminativo. Então, a CCJ estaria dando sua contribuição para o Outubro Rosa, que encerrou ontem, porque trata de mamografia para mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo objeção do Plenário, retiraremos da pauta, então, o item 36, do qual V. Exª é Relatora, e apreciaremos agora o 39, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 42.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2012

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dá nova redação aos arts. 530-C, 530-D, 530-F e 530-G do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

Autoria: Deputado Leonardo Picciani

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável às Emendas nºs 2 e 3-PLEN, e contrário à Emenda nº 1-PLEN.

Observações:

- Em 13/11/2013 foi aprovado pela CCJ Parecer favorável com a Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo) ao Projeto;

- Foram apresentadas ao substitutivo, no Plenário, as seguintes emendas: Emenda nº 1-PLEN, de autoria do Senador Humberto Costa; e Emendas nº 2-PLEN e 3-PLEN, de autoria do Senador José Serra.)

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2015

- Não terminativo -

Susta o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253 de 12 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto e outros.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Eu queria saudar todas as mulheres.

A Femama está aqui representada pelo Dr. Thiago e também estão representadas instituições relacionadas a esse setor de saúde pública, especialmente à saúde da mulher.

Queria, então, renovar os cumprimentos à Deputada Carmen Zanotto pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto à análise e, também já economizando os aspectos regimentais, vou direto ao mérito do PDS 42, de 2015, que pretende sustar a portaria do Ministério da Saúde que modificou a forma de financiamento das mamografias para rastreamento do câncer de mama.

De fato, a Portaria MS/SAS nº 1.253, de 2013, determinou que as mamografias realizadas em mulheres com idade entre 50 e 69 anos seriam financiados com recursos provenientes do Faec. Trata-se, de fato, da faixa etária para a qual o Ministério da Saúde recomenda o rastreamento da neoplasia maligna de mama por mamografia.

Por sua vez, os exames realizados em mulheres com idade entre 40 e 49 anos (faixa etária não incluída nas diretrizes do Ministério da Saúde para o rastreamento da doença) seriam remunerados por meio de recursos do limite financeiro da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC).

O Faec é um fundo que remunera, diretamente, por procedimento realizado e, dessa forma, as mamografias realizadas em mulheres com idade entre 50 e 69 anos seriam custeadas diretamente pelo gestor federal do SUS. Por sua vez, o MAC consiste em recursos financeiros repassados mensalmente aos gestores municipais para o custeio dos procedimentos de média ou alta complexidade, conforme as prioridades locais. Desse modo, as secretarias municipais de saúde, além de outras prioridades, passaram a ter de arcar com o custo das mamografias em mulheres com idade entre 40 e 49 anos, sem receberem, adicionalmente, recursos destinados ao específico custeio desse exame.

Depreende-se, assim, que a referida portaria nada mais é do que uma manobra normativa que o Ministério da Saúde adotou para, obliquamente, fazer valer suas diretrizes e, por conseguinte, sutilmente, confrontar o que dispõe a Lei nº 11.664, de 2008, cujo inciso III do art. 2º garante a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade. Afinal, não há argumentação lógica cabível para justificar a existência de diferentes fontes de financiamento para um mesmo tipo de procedimento.

Frente a essa circunstância, o PDS, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, sob análise, pretende sustar ato da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde que determina que as mamografias em mulheres de 40 a 49 anos sejam financiadas pelo MAC. Espera-se que, com isso, todas as mamografias para rastreamento do câncer voltem a ser, conforme anteriormente, financiadas apenas pelo Faec, ou seja, pagas direta e especificamente por cada exame realizado.

Ressalte-se que mais grave que afrontar uma determinação legal é restringir a oferta de exame capaz de detectar precocemente uma doença cujo prognóstico depende da tempestividade do diagnóstico e do tratamento. A atuação do Ministério da Saúde, além de estimular a desassistência de grande parte das mulheres, não encontra respaldo científico, visto que recente metanálise evidenciou que o rastreamento por mamografia reduziu a mortalidade em todas as idades entre 39 e 69 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não podemos ignorar que o câncer de mama é a principal causa de morte por câncer em mulheres no Brasil e no mundo. De acordo com mais recentes dados disponíveis no portal eletrônico do Departamento de Informática do SUS (Datasus), trata-se da neoplasia maligna de maior letalidade em mulheres no País, ocupando inconteste primeiro lugar.

Diante dessas observações, concordamos que, nesse caso, deve o Parlamento utilizar da prerrogativa constitucionalmente a ele conferida e, assim, sustar ato normativo da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde que limita o acesso de mulheres a importante procedimento diagnóstico. Agindo desse modo, zelamos pelo cumprimento do que dispõe o art. 196 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Por fim, deve-se frisar que alguns pontos da política de detecção do câncer de mama não devem ser alterados, visto serem importantes para a manutenção do sucesso da política, em especial:

a) Não se alteram as diretrizes brasileiras para a detecção do câncer de mama. A adoção de bases técnico-científicas para o rastreamento do câncer de mama equipara o Brasil aos demais países que o adotam, permite o monitoramento e a avaliação (inclusive comparativa com esses países) e fortalece as bases para que o Brasil passe a contar com um programa organizado de rastreamento.

b) Não se alteram as normativas que regem o Faec. O Faec é um dos instrumentos de gestão do SUS e faz-se necessário que seus princípios e normas sejam observados, inclusive para que não se crie um efeito cascata que retire dos gestores estaduais e municipais a prerrogativa e a responsabilidade pelas aplicação e execução dos recursos conforme a necessidade da população.

c) Não se alteram as pactuações tripartites. As pactuações tripartites (Municípios, Estados e União) são o *modus operandi* do SUS que garantem a sua gestão descentralizada e se aplicam a todo esse sistema, buscando uma uniformidade mínima de ações e serviços de saúde em todo o Território nacional e permitindo que realidades locais sejam também atendidas.

Por isso, o meu voto, com louvor, à iniciativa da Deputada Carmen Zanotto, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 42, de 2015.

Esse é o voto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, para discutir.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Quero parabenizar a Deputada Zanotto, que sempre tem feito projetos muito adequados em relação à saúde da mulher e pertinazes, e a Senadora Ana Amélia, que muitas vezes tem sido a Relatora – acabei de fazer um elogio a V. Exª, Deputada. A Senadora Ana Amélia também tem se dedicado muito à questão da saúde da mulher, principalmente na área relacionada ao câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente fica muito contente com esse projeto, mas é um desânimo ante o desrespeito que o Ministério da Saúde fez com as mulheres. A Senadora Ana Amélia colocou com muita propriedade: é uma manipulação para a mulher de 40 anos ter mais dificuldade para ter acesso a esse exame. E nós sabemos que a mulher de 40 anos tinha esse direito por outra portaria e que, muito frequentemente, muitas jovens com menos de 40 anos estão apresentando situações de câncer mamário. Fazer esse exame só para mulheres de 49... Que idade ficou? De 49 a sessenta e poucos?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Quarenta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não; de 49 a 69.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não. Ele queria de 50 a 69.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – De 50 a 69. É um absurdo! É como dizer assim: nós não temos que fazer uma economia? Então, vocês que têm menos de 50 vão ficar aí; quando chegarem aos 50, a gente vê o que faz.

Câncer de mama é muito sério. Nós fazemos este mês de combate ao câncer de mama exatamente por isso, para as pessoas terem essa consciência. Agora, de que adianta ter uma consciência se você não consegue fazer uma mamografia, e muito menos se há uma fila enorme, porque não é a prioridade do Governo?

Então, parabenizo a Deputada, parabenizo a Senadora. Maravilhoso o projeto!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cumprimento a Senadora Marta Suplicy, que mesmo gripadíssima veio a esta Comissão para homenagear as mulheres com a votação desse decreto legislativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu queria saudar a Deputada Carmen Zanotto, aqui presente, por seu trabalho. Ao longo da sua missão parlamentar na Câmara dos Deputados, representando o Estado de Santa Catarina, ela tem concentrado toda a sua energia nessa matéria.

Eu lembro perfeitamente, Senadora Marta Suplicy, Senadora Vanessa, que, quando o ex-Ministro da Saúde Arthur Chioro editou essa portaria, a Bancada feminina do Senado, com V. Exª, Presidente da Procuradoria da Mulher, e a da Câmara dos Deputados, com a Procuradoria da Mulher, ou seja, as Bancadas de ambas as Casas fomos a ele, em uma audiência no Ministério, para ponderar a inviabilidade e o desrespeito à saúde da mulher em relação à portaria que retirava o direito à mamografia aos 40 anos para ser apenas a partir dos 50 anos. Hoje, mulheres brasileiras estão tendo câncer de mama, letal até, muito abaixo de 40 anos: com 20, com 18, com 23, com 30 anos. Então, nós não podemos aceitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora há outro aspecto que eu gostaria de lembrar às caras Senadoras de que nós temos que aqui ajustar. Há muitos casos como o de uma colega Deputada Federal, cujo nome não vou citar, que, em uma das reuniões que nós tivemos, revelou o seguinte – e isso é normal, não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos e em outros países do mundo –: "a gente faz um exame, vai lá e não vai buscar o resultado". Essa Deputada confessou o que aconteceu com ela pessoalmente. Ela fez uma mamografia e não foi buscar o resultado, mas ela tinha um tumor, foi detectado um tumor nessa mamografia e ela não foi buscar.

Felizmente, o radiologista que fez a mamografia ligou para ela na semana. Passado o dia em que ficava pronto, naquela semana subsequente não foi buscar, ele ligou: "A senhora não veio buscar sua mamografia. Venha urgentemente buscar porque a senhora precisa levar urgentemente ao médico, o seu caso é sério."

Quer dizer, veja só, foi feito o gasto e a pessoa que tinha interesse... Por que fez a mamografia? Porque era necessário. Então, é preciso também a consciência do paciente ou da paciente de que quando faz é gasto público. Quando é no SUS, é dinheiro público. Então, é preciso também uma responsabilidade das pessoas que vão fazer os exames, que tragam o exame para dar sequência. Senão, vamos botar dinheiro fora para uma coisa tão importante.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senadora, eu gostaria de fazer um aparte. São duas coisas importantes: primeiro, ir fazer o exame, do qual a pessoa morre de medo; segundo, ir buscar o exame, do que a pessoa também morre de medo, não só quanto ao câncer de mama, não...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora, mas aí a gente tem que...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu concordo, por isso que seu alerta é muito bom.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Até porque há um ditado. Meu marido, que faleceu quando eu comecei aqui, dizia: "Quem procura acha." Por isso, ele tinha medo, ele não gostava, ele tinha a síndrome do avental branco. E quando ele via médico na frente a pressão subia. Mas, é claro, é uma questão de a gente ter a educação para a prevenção, é muito mais barato tratar antes.

Muito obrigada, Presidente, por ter colocado o projeto em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, à Senadora Simone Tebet.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E quero cumprimentar a Deputada Carmen Zanotto. Ao final desta votação – e por concordância na Comissão –, a ela concederei também a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Presidente, eu quero falar com muita alegria desse projeto e cumprimentar também a Deputada Carmen Zanotto, que está aqui conosco.

Bem lembrou a Senadora Ana Amélia que, na época da edição dessa portaria que restringia a idade e indicava tecnicamente que a obrigatoriedade era a partir dos 50 anos de idade, todas nós nos mobilizamos, a Bancada feminina do Senado e da Câmara dos Deputados, e tivemos um debate duro até com o Ministro da Saúde à época.

Esse novo procedimento que vem agora, como diz a Senadora Ana Amélia, é uma forma de dificultar a realização do exame a partir dos 40 anos de idade. Então, eu cumprimento V. Exª não só por ter pautado, mas eu penso, Senador Lobão, que nós poderíamos, ao término – Senadora Ana Amélia, Senadora Simone, Marta – aprovar uma solicitação de urgência. Ontem foi o último dia do mês de outubro, Outubro Rosa. Nós começamos agora o Novembro Azul. Pedido de urgência para que a gente pudesse, semana que vem, votar esse projeto no plenário do Senado Federal. Acho que é algo muito importante para todas as mulheres brasileiras.

É isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet, com a palavra.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Também a minha fala, a minha intervenção é no mesmo sentido da Senadora Vanessa Grazziotin.

Em reconhecimento ao trabalho brilhante da Deputada Carmen Zanotto e diante da importância e relevância do tema para todas as mulheres brasileiras, indistintamente de cor, raça ou idade – esse projeto é da mais alta relevância e urgência –, em face disso, a minha intervenção é no mesmo sentido da feita pela Senadora Vanessa Grazziotin, para que se possa votar um requerimento de urgência, para na semana que vier, termos aprovado, em caráter terminativo, esse projeto, que susta a portaria do Ministério da Saúde.

Em tempo, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que há 30 dias V. Exª me deu uma honrosa missão, repassou a esta Parlamentar 36 projetos de lei da Subcomissão de Segurança Pública desta Comissão de Constituição e Justiça. Foram 36, nós devolvemos dois, porque não tratavam de segurança pública, e ficamos com 34 projetos para relatar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dar satisfação a V. Exª e aos colegas de que nós dividimos esses 34 projetos em três grupos: o da prejudicialidade, um grupo que estaremos aprovando com ou sem emendas, e um grupo de projetos que precisam ser rejeitados porque são inconstitucionais ou ilegais.

Quero aqui, neste momento, dizer aos colegas que já devolvemos os pareceres e os projetos relacionados ao grupo um. Nós temos nove projetos que estão prejudicados, porque a matéria já foi aprovada e já virou lei num determinado momento. Estão devolvidos. E eu gostaria de pedir a inclusão extrapauta. Posso fazer uma única leitura de dez linhas – porque todos os assuntos estão correlacionados –, em globo, onde poderíamos discutir e automaticamente colocar em votação. Uma vez que são prejudicados, eles não são terminativos, porque cabe à Presidência do Senado, de ofício, também fazer o arquivamento.

Então, essa é a solicitação que faço a V. Exª. Não exigirei mais do que três ou quatro minutos para fazer a relatoria dos nove projetos que estão sob a minha responsabilidade.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Na mesma linha da Senadora Simone, eu também tenho um requerimento extrapauta que gostaria que votássemos hoje, que é sobre as audiências públicas com relação ao nosso Plano Nacional de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sobre esse tema, abordaremos a questão logo em seguida.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Edison Lobão; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a minha intervenção, Presidente, é para primeiro parabenizar a Deputada Carmen Zanotto, autora do projeto, e parabenizar a Senadora Ana Amélia como Relatora.

Senadora Ana Amélia, V. Exª tem tido um protagonismo muito valioso em prevenir e agir na área da saúde, que cuida do maior bem de todos nós que é a vida. E quero me solidarizar com as mulheres.

Terminou o Outubro Rosa, e começa hoje o Novembro Azul. Então, vamos continuar na campanha de prevenção...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do câncer de próstata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... porque essa doença, pelo avanço da tecnologia, se for diagnosticada logo no início, há total chance de êxito no tratamento e se pode ficar livre.

Então, só para me solidarizar com as Srªs Senadoras, com a Deputada e com todas as mulheres.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação.

Os Senhores e as Srªs Senadoras que aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº 42 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Quero apenas agradecer a V. Exª e aos colegas Senadores e Senadoras que aceitaram a inversão de pauta; especialmente a V. Exª pela sensibilidade que teve em termos encerrado ontem; e à Deputada Carmen Zanotto pela autoria.

Queria compartilhar, Deputada Carmen Zanotto, com todas as mulheres que sofrem de câncer, mastologistas, entidades, organizações não governamentais, Femama, Imama, Sociedade Brasileira de Mastologia e também com os técnicos do Ministério da Saúde, que têm uma grande boa vontade em resolver os problemas a despeito das dificuldades orçamentárias em programas de prevenção. Parabéns! Todos estamos cumprindo com o nosso dever.

Obrigada, Presidente Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ponho em votação também o pedido de urgência ao Plenário da Senadora Vanessa Grazziotin.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, hoje eu havia falado com o Presidente Eunício de colocar dois projetos que, se não me engano, eram sobre câncer de mama, exatamente em homenagem ao mês de combate ao câncer, e S. Exª vai colocá-los às 11h. Se conseguíssemos e houver tempo hábil, poderíamos fazer três ao invés de dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra à Sr. Deputada Carmen Zanotto, autora da proposição.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Muito obrigada, nobre Senador Edison Lobão, que preside esta Comissão.

Quero saudar todos os Senadores na pessoa da Senadora Ana Amélia, a Senadora Marta Suplicy, a Senadora Simone Tebet, a Senadora Vanessa Grazziotin e a Senadora Maria do Carmo, que estava aqui conosco.

Quero especialmente agradecer à Senadora Ana Amélia pela relatoria deste PDC, que, na Câmara dos Deputados, passou no Plenário por unanimidade, depois de uma grande construção como Ministério da Saúde, compreendendo inclusive, como a nobre Senadora Ana Amélia colocou, as dificuldades orçamentárias por que o Ministério da Saúde passa.

Mas, para a gente ter noção de números, senhoras e senhores, nós estamos falando em óbitos de mulheres de 40 a 49 anos de 16,87% por câncer de mama. Isso significa em torno de 2.319 mulheres. A prevenção é, sim, o melhor caminho.

E a lei que nos assegura as mamografias a partir dos 40 anos como rastreamento foi um marco na prevenção do câncer de mama. Temos ajustes para fazer? Com certeza temos ajustes para fazer, como aqui foi bem colocado: a retirada do exame, os mamógrafos estarem bem calibrados para a gente não ter falsos positivos ou falsos negativos, mas não podemos permitir retrocessos nessa área.

E por que aconteceu o retrocesso? Os Municípios estão investindo em média, dos seus 15%, 24%; os Estados, dos 12%, 14%. Quando o recurso para esta faixa etária cai no caixa único, há outras prioridades e outras emergências. Então, ele é muito importante. Eu, que presido a Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, quero dividir esse PDC com o coletivo de homens e mulheres das duas Casas, porque, Senador Lobão, as mulheres e os homens destas Casas, tanto do Senado Federal como da Câmara, lutam não só no Outubro Rosa: hoje, por exemplo, estamos em 1º de novembro e precisamos alertar os nossos homens da importância da prevenção do câncer de próstata, mas também lembrar que homens também têm câncer de mama e também podem necessitar de uma mamografia. Então, nós estamos no primeiro dia do mês de novembro resgatando uma necessidade fundamental do restabelecimento do financiamento para as mamografias. E tenho certeza de que o Ministério da Saúde, na pessoa do Ministro Ricardo Barros, e sua equipe técnica irão buscar mecanismos para restabelecer esse financiamento.

Então, muito obrigada a todos. Este é um projeto do coletivo das nossas duas Casas, e eu quero aqui dividir com todos os senhores e as senhoras. Obrigada por terem alterado, inclusive, a pauta pela importância desta matéria – assim como a das demais –, mas aqui todos nós sabemos da nossa rotina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mais uma vez, nobre Senadora Ana Amélia, que esteve conosco ontem no Lado a Lado pela Vida, mais um evento do Outubro Rosa, todas as entidades, em nome da Femama, vêm acompanhando o trabalho do Parlamento, mas especialmente na busca da garantia de uma coisa que é fundamental, gente: o tratamento o mais rápido possível. E há a nossa Lei de 60 Dias, de que eu tenho muito orgulho de ter apresentado o primeiro projeto de lei em 2011 – depois, a Deputada Flávia Morai apresentou em 2012. E hoje nós temos a Lei de 60 Dias porque foram apensados os nossos projetos a um projeto muito antigo de um Senador desta Casa, o Senador Osmar Dias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fui Relatora também.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – A Senadora Ana Amélia foi Relatora também.

E hoje nós temos a política nacional do Plano de Expansão dos Equipamentos de Radioterapia muito em função disso, porque nós sabemos os vazios assistenciais. Sabemos que estamos longe dos 60 dias, mas buscar o prazo ideal é dever de todos nós.

Então, senhoras e senhores, muito obrigada. Vocês são autores e Relatores, juntamente com a Senadora Ana Amélia. Isso quer dizer que esse PDC pertence a esta Casa como um todo, ao coletivo da Câmara e do Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mais uma vez os meus cumprimentos e os cumprimentos desta Comissão à Deputada Carmen Zanotto, assim como a todas as mulheres do Brasil, pela importante conquista que hoje obtêm.

Obrigado a vocês.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, apenas para fazer justiça e também para informar à Deputada Carmen Zanotto: o Senador Ronaldo Caiado, que se recupera de uma lesão por uma queda de uma mula no seu Estado, ele, por mais de uma vez, pediu-me que insistisse para botar isso em pauta. Então, em homenagem a ele e desejando que o Senador Ronaldo Caiado retorne brevemente à Casa, também quero reconhecer esse esforço no qual ele estava empenhado – pela aprovação desse PDS.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item nº 37.

ITEM 37

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera os arts. 7º, 23, 24, 37, 40, 201, 203, 208, 227 e 244 da Constituição Federal para incorporar-lhes a nomenclatura "pessoa com deficiência", utilizada pela Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para leitura de seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exª acaba de apregoar, trata-se de Proposta de Emenda Constitucional que altera diversos dispositivos da nossa Carta Magna, os arts. 7º, 23, 24, 37, 40, 201, 203, 208, 227 e 244, mas de uma maneira muito singela.

Apesar de, pela leitura, parecer um grande impacto, na realidade a Senadora Fátima Bezerra tomou a iniciativa muito feliz de uniformizar a nomenclatura na Constituição Federal, determinada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que é norma no Brasil, que acolheu essa convenção.

A proposta da emenda pretende tão somente uniformizar no texto constitucional o tratamento, colocando em todos os dispositivos a expressão considerada hoje adequada, que é "pessoa com deficiência".

Na realidade, o Texto Constitucional, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, hoje fala em pessoas "portadoras" de deficiência, em pessoas "portadoras com deficiência". Portanto, é uma terminologia variada.

O objetivo, portanto, da eminente Senadora Fátima Bezerra foi uniformizar consoante aquilo que é considerado mais moderno no mundo, adotado pelo Brasil, pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A matéria não recebeu emendas. Sob o ponto de vista formal está completamente dentro dos cânones e dos rigores da juridicidade e da constitucionalidade.

Portanto, o nosso parecer é favorável, sem alterações, a essa proposta de bela iniciativa da Senadora Fátima Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem pretenda discuti-la, em votação o relatório favorável à proposta.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável, à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

Srs. Senadores, um grande número de projetos tramitando nesta Comissão diz respeito à segurança pública. Esta Presidência resolveu selecioná-los, então, e incumbir a Senadora Simone Tebet e o Senador Wilder Morais, por outro lado, do exame aprofundado desta matéria.

A Senadora, como anunciou ainda há pouco, fez uma seleção dos temas mais específicos, distribuiu em blocos e agora já tem uma solução para parte desses projetos.

Eu concederei a palavra à Senadora Simone Tebet e, em seguida, atenderemos ao pedido do Senador Wilder, no sentido de promover a ampliação da audiência pública que vem sendo feita sob a coordenação de S. Exª.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

(Matérias não lidas:

EXTRAPAUTA

ITEM 40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 751, de 2011

- Terminativo -

Regulamenta as funções, atribuições e normas de organização básica das guardas municipais, nos termos do §8º do art. 144 da Constituição Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, com o objetivo de fixar diretrizes para a política nacional de defesa civil frente a desastres, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

EXTRAPAUTA

ITEM 42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2012

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre transparência e controle na aplicação dos recursos públicos em caso de calamidades públicas.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

EXTRAPAUTA

ITEM 43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2013

- Terminativo -

Concede anistia aos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Ceará, submetidos a processos penais militares e disciplinares, por participarem de movimentos reivindicatórios.

Autoria: Senador José Pimentel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

EXTRAPAUTA

ITEM 44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2013

- Terminativo -

Estabelece critérios para o uso progressivo da força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades de segurança pública.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

EXTRAPAUTA

ITEM 45

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2013

- Terminativo -

Altera o art. 250-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorge Viana

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2013

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos.

Autoria: Senador Romero Jucá

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade dos Projetos.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Serei muito breve.

Como disse, encontram-se sob minha relatoria 24 projetos de lei relacionados à segurança pública. Dividimos os respectivos projetos em três grupos. O da prejudicialidade, que são nove; depois outro grupo com aprovação, ou seja, com parecer favorável, com ou sem emendas, e o terceiro grupo, pela rejeição.

Hoje, em uma análise em globo, nós estaremos devolvendo a esta Casa para serem discutidas e aprovadas nove matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer a relatoria dos nove projetos em conjunto, mas estou à disposição – são projetos simples – pela prejudicialidade.

O primeiro engloba quatro projetos: os Projetos de Lei do Senado nºs 26, 36, 37 e 53, todos de 2013, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Eduardo Amorim, Romero Jucá e Vanessa Grazziotin, respectivamente, que dispõem, Sr. Presidente, sobre as normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de *shows* e similares.

Acredito que esses projetos, todos apresentados ao mesmo tempo, tinham o objetivo de evitar tragédias como o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ocorrido em 2013, que matou 242 pessoas e feriu outras 680. Ocorre que um mesmo projeto nesse sentido foi apresentado pela Deputada Elcione Barbalho, em 2014, e aprovado pelo Senado Federal. A proposição foi sancionada pelo Presidente Michel Temer e transformou– se na Lei 13.425, de 30 de março de 2017.

Diante do exposto, nós opinamos pelo encaminhamento dos Projetos do Senado nºs 26, 36, 37 e 53, de 2013, ao Sr. Presidente do Senado, para que, na forma regimental sejam declarados prejudicados.

Esses são os primeiros quatro, Sr. Presidente.

Damos seguimento aos demais e depois votamos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pois não.

O outro projeto é do Senador José Pimentel e concedia anistia aos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Ceará, submetidos a processos penais, militares e disciplinares, por participarem de movimentos reivindicatórios.

Também da mesma forma, indo direto à análise, esse projeto encontra-se prejudicado porque um projeto de igual teor da Câmara, de 2013, foi aprovado pelo Senado ainda em 2013, sancionado pela Presidente Dilma e transformou-se na Lei 12.848, de 2013. Posteriormente, houve uma nova lei alterando a lei de 2013, mas ela não prejudicou a questão da anistia dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Ceará foi mantida.

Diante do exposto, Sr. Presidente, também opinamos pelo encaminhamento do projeto ao Presidente da Casa para que a matéria seja declarada prejudicada.

Quinto projeto, do Senador Vital do Rêgo, Projeto de Lei nº 271, de 2013, que estabelece critérios para uso progressivo da força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto enumera 14 princípios relacionados a essa questão e a ele não foram apresentadas emendas.

Ocorre que o Plenário do Senado aprovou, já em novembro de 2014, o substitutivo da Câmara, que era um projeto ainda de 2005, que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança em todo o Território nacional. O projeto foi à sanção e transformou-se na Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2017.

Em face do exposto, também opinamos no sentido do encaminhamento da matéria ao Presidente do Senado Federal para que ela seja declarada prejudicada.

Projeto de Lei nº 751 de 2011, do Senador Blairo Maggi, que regula as funções, atribuições e normas de organização básica das Guardas Municipais, nos termos do da Constituição.

Ele faz a justificativa e, na análise, nós também aqui não podemos esquecer que foi apresentado um projeto, em 2011, e que sobreveio em função dele a Lei nº 13.022, de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Trata-se de projeto do mesmo teor do projeto do Senador Blairo Maggi. A lei superveniente veio a ser regulamentada também. Por isso, consequentemente, o projeto encontra-se prejudicado.

Pelo exposto, somos pela prejudicialidade, nos termos regimentais.

E os últimos dois são dois que se referem, no mesmo teor, à defesa civil. Um é do Senador Marcelo Crivella; outro é do Senador Rodrigo Rollemberg, no mesmo sentido. Leio, portanto, apenas um relatório.

Ambos os projetos, um nº 34, de 2012, o outro, 417, de 2012, estabelecem diretrizes para a Polícia Nacional da Defesa Civil, com destaque para as ações de prevenção de desastres, planejamento das demais ações e investimento em tecnologia, rapidez e eficiência nas ações assistenciais e de socorro às vítimas e na recuperação das áreas atingidas.

Vou direto à análise dos dois projetos.

A Lei nº 12.340, de 2010, foi supervenientemente modificada pela Lei nº 12.983, de 2014, que promoveu uma extensa alteração nas suas disposições, principalmente para a finalidade de controle dos recursos repassados pela União, cabendo destacar, entre muitas, a obrigação de o ente beneficiário prestar contas e manter, pelo prazo de cinco anos, os documentos referidos.

Entre outras alterações, todas elas são alterações que prejudicam os dois projetos dos Senadores citados.

Diante do exposto, somos pela prejudicialidade dos dois projetos de lei na forma regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São os relatórios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão as matérias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, apesar de ter sido o parecer pela prejudicialidade, eu gostaria de pedir vista para conhecer melhor o relatório, visto que não está publicado ainda, Presidente. Eu não consegui tomar conhecimento do relatório. Então, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista concedida a V. Exª, na forma regimental.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Apenas indago a V. Exª se a vista solicitada diz respeito a todos os projetos relatados pela Senadora Simone Tebet nesta sessão ou se é apenas em relação àquele de que V. Exª é autora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Como é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu respeito muito, Senadora, a ajuda expressiva das nossas assessorias, mas tenho a impressão de que os Senadores merecem mais atenção do que as assessorias. O que acabei de dizer foi uma indagação a V. Exª sobre se deseja vista...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – De todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – De todos?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – De todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista concedida também à Senadora Ana Amélia. Portanto, vista coletiva.

O Senador Wilder Morais apresenta um adendo ao seu plano de trabalho, que foi examinado no dia 19 de setembro deste ano.

Concedo a palavra a V. Exª para, sobre ele, adendo, manifestar-se.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este requerimento, Presidente, modifica o nosso plano de trabalho da Política Nacional de Segurança Pública. O meu objetivo, Presidente, é incluir novos expositores para melhorar e enriquecer o nosso debate. Como nós temos quatro audiências públicas ainda, gostaria que aprovasse este requerimento, para que possamos fazer essas audiências públicas ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Srs. Senadores, os Relatores das demais matérias que compõem a pauta no dia de hoje não puderam estar presentes.

Nessas condições, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Edison Lobão, Valdir Raupp e Ana Amélia. Registram a presença os Senadores José Medeiros e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Simone Tebet, Marta Suplicy, José Maranhão, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores: Nedens Ulisses Freire Vieira, 2º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; e Elísio Teixeira Neto, Secretário-Geral da CONAMP e Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 81/2017, de autoria do Senador Antonio Anastasia. Finalidade: Instruir a Parte Geral do PLS n° 236 de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro. Participantes: Sr. ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO, Desembargador do TJMG e Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB (representante de: JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB); Sr. VICTOR HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP (representante de: NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP); Sr. ROBERTO CARVALHO VELOSO, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE; Sr. EMANUEL QUEIROZ RANGEL, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro e Representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP (representante de: ANTONIO JOSÉ MAFFEZOLI LEITE, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos - Anadep); Sr. CARLOS EDUARDO MIGUEL SOBRAL, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF; e Sr. RAIMUNDO ANTONIO PALMEIRA DE ARAUJO, Conselheiro Federal e Secretário da Comissão Especial de Estudo do Direito Penal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (representante de: CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezoito minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, José Maranhão, Roberto Requião, Waldemir Moka, Hélio José, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marta Suplicy, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Aécio Neves, Ronaldo Caiado e Lídice da Mata. Registra a presença o Senador Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 47ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 751, de 2011 - Terminativo - que: "Regulamenta as funções, atribuições e normas de organização básica das guardas municipais, nos termos do §8º do art. 144 da Constituição Federal e dá outras providências." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, com o objetivo de fixar diretrizes para a política nacional de defesa civil frente a desastres, e dá outras providências." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre transparência e controle na aplicação dos recursos públicos em caso de calamidades públicas." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 250-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e dá outras providências." Autoria: Senador Jorge Viana. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2013 - Terminativo – que: "Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos." Autoria: Senador Eduardo Amorim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2013 - Terminativo – que: "Dispõe sobre normas de segurança essenciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos." Autoria: Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2013 - Terminativo - Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade dos Projetos (votação simbólica). Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2013 - Terminativo - que: "Concede anistia aos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Ceará, submetidos a processos penais militares e disciplinares, por participarem de movimentos reivindicatórios." Autoria: Senador José Pimentel. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2013 - Terminativo - que: "Estabelece critérios para o uso progressivo da força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades de segurança pública." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 7 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação aos arts. 103 e 109, para dispor sobre a legitimidade do Defensor Público-Geral Federal para a ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ (de redação). ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. Em 08/11/2017, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Simone Tebet. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo – que: "Tipifica o porte de arma branca." Autoria: Senador Raimundo Lira Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS). Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2011. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda n° 1. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-T e 2-T. Resultado: Adiado. ITEM 32 – EMENDA DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, de 2007 que: "Acresce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Contrário à Emenda n° 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, capítulo para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2007 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre pronunciamento anual do Presidente da República para tratar da importância da educação e das metas a serem alcançadas no ano." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade eleitoral." Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal." Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Cidinho Santos (Ad hoc), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas n°s 1-T, 2 e 3. Resultado: A Presidência concede vista coletiva ao Senador Antonio Anastasia e à Senadora Gleisi Hoffmann, nos termos regimentais. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 41 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista coletiva aos Senadores Antonio Anastasia e Wilder Morais, nos termos regimentais. ITEM 42 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, de 2013 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação do Programa Nacional do Bioquerosene como incentivo à sustentabilidade ambiental da aviação brasileira e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão. Em 08/11/2017 foi recebido relatório reformulado pelo Senador Valdir Raupp, com voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. ITEM 43 – EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2016 que: "Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal" Autoria: CPI do Assassinato de Jovens (CPIADJ). Relatoria: Sen. Lindbergh Farias (Ad hoc), substituiu Sen. Lídice da Mata. Relatório: Favorável às Emendas de Plenário nºs 3 a 5, com a subemenda que apresenta respectivamente a cada emenda, e também favorável à Emenda de Plenário nº 6. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão Favorável à Emenda de Plenário nº 3, com a Subemenda nº 1-CCJ, que apresenta; favorável à Emenda de Plenário nº 4, com a Subemenda nº 1-CCJ, que apresenta; favorável à Emenda de Plenário nº 5, com a Subemenda nº 1-CCJ, que apresenta; e favorável à Emenda de Plenário nº 6. ITEM 44 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2017 - Não Terminativo - que: "Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei n° 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)." Autoria: Deputado João Arruda. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CDH, 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista coletiva aos Senadores Armando Monteiro e Antonio Anastasia, nos termos regimentais. ITEM 45 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 46 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e de aquisições de materiais e equipamentos por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ (de redação). ITEM EXTRAPAUTA 47 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2014 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2014 e pela rejeição das Emendas da CEDN nºs 23, 46, 51 e 52; pela aprovação parcial das Emendas da CEDN nºs 27, 28 e 29, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 65, 66 e da Emenda nº 67 apresentada na CCJ; pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 6, 10, 13, 59, 60, 61 e 64; pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 55 e 56 e da Emenda nº 68 apresentada na CCJ; prejudicadas as demais Emendas da CEDN não aprovadas naquela Comissão, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista coletiva aos Senadores Lindbergh Farias, Antonio Anastasia e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 48 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Estatuto da Advocacia para estabelecer que são impedidos de exercer a advocacia os ex-magistrados e ex-membros do Ministério Público, no prazo de três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, no juízo ou tribunal do qual se afastaram, incluída no impedimento qualquer atividade que possa configurar conflito de interesse ou utilização de informação privilegiada." Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. Resultado: A Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 85 de 2017: "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 29/2017, que dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências, com a participação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguintes convidados: Ernesto Tzirulnik – Presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro, Carlos Harten Filho – Advogado e Presidente da Comissão Especial de Direito Securitário da Ordem dos Advogados do Brasil, Representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNSeg, Paulo Pereira Presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguros – Fenaber Paulo Botti - Presidente da Associação Nacional das Resseguradoras Locais (AN-RE), Representante do Ministério da Fazenda Representante da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)" Autoria: Senador Armando Monteiro. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 50 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 86 de 2017: "Requeiro, nos termos dos arts. 90 e 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Torquato Lorena Jardim, para prestar esclarecimentos, conjuntamente com demais Comissões que tenham apreciado requerimentos de oitiva do referido Ministro, a respeito de ações e programas da respectiva pasta relacionados à segurança pública." Autoria: Senador Antonio Anastasia e outros. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 47ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada *Diário do Senado Federal.*

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores membros desta Comissão que foi recebido o Ofício nº 477, do Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, informando que o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra) está disponível para conhecimento e providências por ventura cabíveis.

O referido documento encontra-se na Secretaria desta Comissão à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 46. (*Pausa.*)

Bom dia, Srªs e Srs. Senadores.

Vamos dar início à nossa reunião até a chegada do nosso Presidente, com a sua autorização.

Os itens que estão englobados sob relatoria da eminente Senadora Simone Tebet são: item 1, Projeto de Lei do Senado nº 751/2011; item 2, Projeto de Lei do Senado nº 34/2012; item 3, Projeto de Lei do Senado 417/2012; item 4, Projeto de Lei do Senado nº 26/2013, Projeto de Lei do Senado nº 36/2013 e Projeto de Lei do Senado nº 37/2013; item 5, Projeto de Lei do Senado nº 76; e item 6, Projeto de Lei do Senado nº 271/2013.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 751, de 2011

- Terminativo -

Regulamenta as funções, atribuições e normas de organização básica das guardas municipais, nos termos do §8º do art. 144 da Constituição Federal e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

Observações:

- Em 1/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, com o objetivo de fixar diretrizes para a política nacional de defesa civil frente a desastres, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

Observações:

- Em 1/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2012

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre transparência e controle na aplicação dos recursos públicos em caso de calamidades públicas.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senadora Simone Tebet

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

Observações:

- Em 1/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2013

- Terminativo -

Altera o art. 250-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorge Viana

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos.

Autoria: Senador Romero Jucá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade dos Projetos

Observações:

- Em 1/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2013

- Terminativo -

Concede anistia aos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Ceará, submetidos a processos penais militares e disciplinares, por participarem de movimentos reivindicatórios.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

Observações:

- Em 1/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2013

- Terminativo -

Estabelece critérios para o uso progressivo da força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades de segurança pública.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto

Observações:

- Em 1/11/2017, a Presidência concedeu vista coletiva às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, nos termos regimentais.

Todos eles estão vinculados ao mesmo objeto.

No dia 1º de novembro passado, a eminente Senadora Simone Tebet, Relatora, leu os relatórios respectivos, sendo, a seguir, concedida vista coletiva dos projetos às Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, que até o momento não se manifestaram.

Desse modo, nós colocamos em discussão essas matérias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero agradecer aqui a compreensão de todos os nossos pares, inclusive da Senadora Simone, que, num primeiro momento, talvez, não tenham entendido o meu pedido de vista. Mas quero dizer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ela está dizendo que não, que tudo bem. Ótimo! Melhor assim! Mas foi muito importante, porque eu pude – e não apenas eu, mas a nossa assessoria – ver o brilhante trabalho realizado pela Senadora Simone Tebet. Entre os projetos havia um projeto de minha autoria, Presidente Anastasia, então eu queria ter essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade – não fui competente o suficiente para estudar e ler o relatório anteriormente, mas foi bom.

Quero aqui aplaudir o trabalho da Senadora Simone. Sei que ela olhou um a um cada um dos projetos; sei que ela trabalhou e viu que poderia considerar todos prejudicados, porque tivemos, ainda em 2015, por meio do projeto da Deputada Elcione Barbalho, a aprovação de uma lei muito importante, como ela mesma relata, que supriu todos as proposituras apresentadas nesse projeto.

Então, quis pedir a palavra apenas para cumprimentar a Senadora Simone, ainda porque foram muitos os projetos por ela analisados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Com a palavra a Relatora, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria, antes de tudo, de dizer que é um direito legítimo da Senadora Vanessa Grazziotin, afinal foram muitos os projetos colocados em pauta, inclusive em menos de 24 horas. E quero louvar a iniciativa e a preocupação da Senadora Vanessa Grazziotin no que se refere à segurança pública, em especial nesse caso da segurança de todos aqueles que se encontram em espaços públicos e que precisam, realmente, de uma proteção da lei.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para relembrar aqui aos colegas Parlamentares que me foi dada uma missão pelo Presidente da CCJ, Senador Edison Lobão, de analisar 36 projetos que estavam parados aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, relacionados a segurança pública.

Nós os dividimos em três grupos. O primeiro é o grupo dos projetos que se encontravam prejudicados em função de legislação posterior. Já os devolvi, e hoje faremos a votação. Na semana que vem – e isso quero comunicar aos colegas –, estaremos entregando os outros projetos, os do segundo grupo, que são aqueles com parecer favorável, com ou sem emendas. E, posteriormente, ainda no final deste mês, vamos entregar os projetos do terceiro grupo, que são aqueles que receberam parecer pela sua rejeição.

Então, eu fico feliz de poder contribuir com esse tema, que é um tema que, hoje, une as duas Casas Legislativas: Câmara dos Deputados e Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone. V. Exª tem razão pela relevância do tema e pelo momento que vive o Brasil nessa questão da segurança pública, e o trabalho de V. Exª tem sido objeto, de fato, de aplauso, não só pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esforço em razão do grande número de matérias, mas, em especial, pela forma minuciosa como se debruçou sobre esses projetos.

Continuam em discussão as matérias.

Indago se algum outro Parlamentar deseja se manifestar. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação, em bloco, o parecer pela prejudicialidade de todos os projetos que foram aqui apregoados.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os relatórios, que passam a constituir o parecer da Comissão pela prejudicialidade dos projetos.

As matérias vão ao Plenário para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, a prejudicialidade ficou vigorante em todos os projetos.

Cumprimento a Senadora Simone Tebet pelo trabalho e a Senadora Vanessa pela forma sempre tão educada e distinta com que aludiu inclusive ao seu projeto, que reconheceu predicado também pelo trabalho de outro Parlamentar colega.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a inversão de pauta do item 44 para leitura de um relatório. Se pudesse fazer essa inversão, eu agradeceria.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Da mesma forma que a Senadora Gleisi, eu gostaria de pedir a inversão de pauta para o item 41, apenas para ler o relatório também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não havendo objeção do Plenário...

Pois não, Senador Armando Monteiro. Com a palavra V. Exª.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não há nenhuma objeção. Mas V. Exª quer lê-lo agora ou mais oportunamente, depois...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Mais oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Será lido, com certeza.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu dou a palavra, então, à Senadora Gleisi Hoffmann para o item 44 que eu vou apregoar.

ITEM 44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2017

- Não terminativo -

Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei n° 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Autoria: Deputado João Arruda

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CDH, 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 24/08/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3 de autoria do Senador Roberto Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann para proferir o seu relatório.

Com a palavra V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Relatora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o relatório explica um pouco o que V. Exª já nos reportou sobre o projeto.

Trata-se de um projeto discutido na Comissão de Direitos Humanos, que veio da Câmara, de autoria do Deputado João Arruda, e que teve também alterações lá.

Acho que é importante eu frisar, no relatório, antes de passar para a análise, que a proposição também altera, além de introduzir o art. 140-A no Código Penal, tipificando a conduta de "Exposição pública da intimidade sexual", descrita como "ofender a dignidade ou o decoro de outrem, divulgando, por meio de imagem, vídeo ou qualquer outro meio, material que contenha cena de nudez ou de ato sexual de caráter privado". Coloca uma pena de reclusão de três meses a um ano, e multa. Prevê, ainda, que a pena será aumentada de um terço à metade se o crime for cometido por motivo torpe e (ou) contra pessoa com deficiência.

Além disso, a proposição também altera a Lei Maria da Penha em duas frentes: na primeira, inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher estabelecido no art. 3º da referida lei; e, em outra, altera o art. 7º para também definir como violência doméstica e familiar a violação da intimidade da mulher, entendida como a divulgação, por meio da internet ou outro meio de propagação de informações, de dados pessoais, vídeos, áudios, montagens e fotocomposições da mulher, obtidos no âmbito das relações domésticas, de coabitação ou hospitalidade, sem seu expresso consentimento. No Senado, essa proposição passou pela Comissão de Direitos Humanos, onde também tive a honra de relatar a matéria. Naquela Comissão o projeto recebeu parecer pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado, que, em linhas gerais, previu a violação da intimidade como mais uma forma de violência psicológica, retirou a "comunicação" do rol dos direitos previstos no art. 3º da Lei Maria da Penha, por se tratar de direito já garantido pela própria Constituição Federal, bem como agravou a punição do novo tipo penal, o reposicionou no Código Penal e ainda previu mais uma causa de aumento de pena.

Na presente Comissão foram apresentadas duas emendas até o momento, ambas de autoria do Senador Roberto Rocha, o qual cumprimentamos pelos aperfeiçoamentos propostos.

A Emenda nº 2-CCJ busca trazer diversas modificações ao texto apresentado pelo substitutivo aprovado pela CDH, as quais foram destacadas no texto apresentado pelo próprio autor da emenda.

Já a Emenda nº 3-CCJ pretende incluir na proposição um novo tipo penal intitulado "registro não autorizado da intimidade sexual".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua justificação, o autor das emendas argumenta, em linhas gerais, que as mudanças propostas seriam necessárias, pois ajustam a pena prevista para o crime criado pelo PLC, ampliam as condutas puníveis e as causas de aumento de pena do novo tipo penal, de forma a disciplinar a matéria de maneira mais abrangente, bem como aperfeiçoam expressões e termos utilizados no regramento da matéria.

Da análise.

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre direito penal e processual penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional.

Na questão de vícios de natureza constitucional, regimental ou de juridicidade, não identificamos nenhum problema.

No mérito, o PLC nº 18, de 2017, deve ser aprovado.

A legislação brasileira ressente-se de instrumentos adequados e eficientes para prevenir e punir atos de "vingança pornográfica", conduta ilícita que vem se tornando cada vez mais comum em nossa sociedade. A "vingança pornográfica" consiste na divulgação de cenas privadas de nudez, violência ou sexo nos meios de comunicação, em especial nas mídias sociais, para causar constrangimento, humilhar, chantagear ou provocar o isolamento social da vítima.

A principal vítima da "vingança pornográfica" é a mulher, enquanto que os responsáveis por esse tipo de conduta, na maioria das vezes, são os ex-cônjuges, ex-parceiros e até ex-namorados das vítimas. Assim, não há dúvidas de que se trata de mais uma forma de violência praticada contra a mulher. Já o ambiente preferido para a propagação desse massacre social é a internet, que, conforme dados da organização não governamental Safernet, encobre 80% dos casos envolvendo exposição sexual de mulheres.

É necessário salientar que não são apenas o vexame e a vergonha que resultam dessa conduta abjeta. São inúmeros os casos de suicídio de adolescentes que tiveram sua intimidade exposta nas mídias sociais, bem como de mulheres que, além de perderem seus empregos, tiveram o convívio social fortemente abalado.

Um caso emblemático, mencionado no parecer da CDH sobre a matéria e que merece ser lembrado, é o da jornalista paranaense Rose Leonel. Ela enfrentou uma luta de sete anos para tentar retomar uma vida normal depois que o ex-namorado expôs sua vida íntima. Rose perdeu o emprego, deixou de sair de casa e de se relacionar com amigos e sofreu junto com sua família a vergonha pela publicação de imagens sem o seu consentimento.

Quero aqui render minhas homenagens à Rose Leonel, que foi uma lutadora para que a gente chegasse a esse projeto e a este relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feitas essas considerações iniciais, verifica-se que a matéria objeto do PLC nº 18, de 2017, há muito deveria ter sido disciplinada.

É possível dizer que a exposição pública e não autorizada da intimidade sexual da mulher já representa uma forma de violência, uma vez que o inciso II do art. 7º da Lei Maria da Penha, além de enumerar as condutas mais comuns de violência psicológica contra a mulher, prevê uma fórmula genérica ("ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação"). É preciso observar, todavia, que a referida exposição vem se tornando conduta ilícita cada vez mais frequente, daí por que necessária sua expressa enumeração na Lei Maria da Penha. Com a modificação proposta pelo substitutivo apresentado perante a CDH, a norma ganha em clareza e, consequentemente, amplia-se a proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

No que se refere à inclusão da comunicação no rol de direitos assegurados pelo art. 3º da Lei Maria da Penha, com a devida vênia ao autor do projeto, repisamos os argumentos do parecer aprovado pela CDH. A comunicação, que aqui deve ser entendida como comunicação social, é um direito já assegurado pela Constituição Federal, de modo que é desnecessário prevê-la novamente, sobretudo genericamente e em projeto que trata da criminalização da violação da intimidade baseada no gênero. Esse ponto do PLC contraria o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sobre as alterações propostas no âmbito do Código Penal, temos que o PLC, com as alterações propostas pelo substitutivo da CDH e pelas emendas apresentadas pelo Senador Roberto Rocha, de fato aperfeiçoa a legislação penal brasileira.

Inicialmente, cabe lembrar que a criminalização de uma conduta resulta de uma opção de política criminal, daí por que o legislador detém significativa parcela de liberdade para atuar nessa área.

Em relação à localização topográfica do novo tipo penal no Código Penal, entendemos que o reposicionamento apresentado pelo substitutivo aprovado pela CDH se mostrou a melhor solução. A previsão do crime de exposição pública da intimidade sexual em capítulo próprio do Título VI da Parte Especial do Código Penal é a mais adequada, uma vez que a conduta que o projeto pretende criminalizar atinge a dignidade das vítimas, especificamente a dignidade sexual, já que as vítimas têm sua intimidade e privacidade expostas pela divulgação de cenas de nudez ou de ato sexual de caráter privado.

A Emenda nº 2-CCJ propõe algumas modificações no substitutivo aprovado pela CDH. A emenda renomeia os novos art. 216-B e Capítulo I-A, bem como amplia as condutas puníveis e promove ajustes de redação, incluindo no novo tipo penal as ações de oferecer, trocar, transmitir, distribuir ou exibir fotografia, vídeo, áudio ou outro conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado, sem autorização de participante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A rubrica proposta para o novo tipo penal, qual seja, "divulgação não autorizada da intimidade sexual", nos parece adequada, pois adota uma fórmula mais abrangente. Já o nome sugerido para o novo capítulo, "da violação da intimidade sexual", não deve ser acolhido, uma vez que o proposto pelo substitutivo da CDH guarda maior proximidade com as condutas criminalizadas pelo projeto. Não obstante, nos parece importante suprimir a expressão "pública" do nome do novo Capítulo I-A, para, conforme bem assinalado pelo autor da emenda, deixar claro que a consumação do crime independe da exposição da intimidade para a população em geral, sobretudo porque o comportamento é claramente de natureza privada.

A justificativa para a ampliação do tipo penal criado pelo PLC seria o fato de as condutas acrescentadas pela Emenda nº 2-CCJ serem corriqueiras em situações de "vingança pornográfica". Nesse ponto, à exceção das ações de fornecer e trocar, entendemos que todas as demais ampliam o âmbito de proteção do novo tipo penal. A ação de fornecer não nos parece adequada porque não é conduta que, por si só, exponha a intimidade da vítima e porque é mais afeta a um eventual comércio de imagens de "vingança pornográfica", o que não ocorre no caso da conduta ora criminalizada.

O substitutivo apresentado pela CDH e as Emenda nºs 2 e 3-CCJ ainda propõem o aumento da pena privativa de liberdade, novas causas de aumento de pena, o ajuste da linguagem utilizada na tipificação criminal da "vingança pornográfica", além da criação de outro novo tipo penal com vistas a criminalizar o "registro não autorizado da intimidade sexual". Esses aprimoramentos se mostraram adequados e necessários e devem, em sua grande maioria, ser acatados, na forma da emenda apresentada ao final.

A pena cominada pelo PLC para o novo tipo penal é de reclusão de três meses a um ano, e multa. Nesse ponto, o Substitutivo aprovado pela CDH aumentou a pena para seis meses a dois anos de reclusão, e multa, enquanto que a Emenda nº 2-CCJ propõe uma pena de dois a quatro anos de reclusão, e multa. O autor da emenda argumenta que a conduta que o projeto busca criminalizar é grave e não deve ser considerada crime de menor potencial ofensivo, daí por que necessário o incremento da pena a ser cominada. Diante do que dispõe o art. 41 da Lei Maria da Penha, parece-nos que o principal fundamento para justificar o aumento da pena não seria a possibilidade de aplicação de eventual transação penal, mas a própria gravidade da "vingança pornográfica".

De fato, quando se analisam as consequências advindas da exposição da intimidade da vítima, verifica-se que a pena cominada pela proposição mostrou-se extremamente leve e, portanto, incapaz de atender as suas finalidades retributiva (reprovar o mal cometido pelo crime) e preventiva (prevenir futuras infrações).

Assim, somos pela opinião de que a sugestão de elevação da pena constante da Emenda nº 2-CCJ, não deve ser acolhida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às novas causas de aumento de pena propostas pelo substitutivo da CDH e pela Emenda nº 2-CCJ, entendemos que apenas a que se refere à "associação de informações pessoais capazes de identificar a vítima ou facilitar sua localização ou contato, inclusive por meios eletrônicos" não deve ser acolhida. Isso porque estamos falando de situações em que as próprias imagens divulgadas já permitirão, na maioria dos casos, a imediata identificação da vítima, o que implicaria a aplicação da causa de aumento de pena quase como regra, o que não se mostra adequado.

Da mesma forma, entendemos que deve ser acolhido o tipo penal equiparado proposto pela Emenda nº 2-CCJ, que prevê que "nas mesmas penas incorre quem permite ou facilita, por qualquer meio, o acesso de pessoa não autorizada ao conteúdo de que trata o *caput*". Com essa previsão, pune-se a pessoa que, mesmo sem ser o maior interessado na "vingança pornográfica", torna possível essa conduta deplorável pelo fato de possuir autorização para o acesso de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.

A Emenda nº 3-CCJ acrescenta o art. 216-C ao Código Penal, para criminalizar o "registro não autorizado da intimidade sexual". Essa inovação pune os atos de "produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização de participante". Esse novo tipo penal nos parece conveniente e oportuno. Assim, o novo tipo penal funcionará não só para prevenir, como para punir tais condutas. E, para aperfeiçoar o regramento da matéria, ainda estamos criando um tipo penal equiparado, prevendo a incidência das mesmas penas para quem realizar montagem com o fim de incluir pessoa que não participava da cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo divulgado.

Por fim, concordamos com a previsão de que as novas infrações penais se procedam mediante ação penal pública condicionada à representação, haja vista que, ao conferir o caráter público à ação penal, facilita-se a deflagração da persecução penal de tão graves delitos.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2017, e das Emendas nº 1-CDH (substitutivo) e nºs os 2 e 3-CCJ, na forma da seguinte emenda substitutiva que está apresentada no relatório e que não vou aqui, mas a que todos os Senadores têm acesso.

Eu queria, entretanto, Sr. Presidente, fazer uma retificação no relatório que acabei de ler, porque eu havia optado por não acolher a Emenda nº 2, de autoria do Senador Roberto Rocha, por falar de aumento de pena. Eu sempre tenho restrição em relação ao aumento de pena, mas recebi várias considerações, inclusive de movimentos de mulheres, e a própria jornalista Rose Leonel me ligou pedindo para que nós fizéssemos esse aumento de pena, porque, se não o fizermos, vai cair em delito de menor potencial agressivo e vai acabar não havendo uma penalização efetiva para quem comete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tipo de crime. Então, eu queria retificar meu relatório e dizer aqui que aceito a Emenda nº 2-CCJ para que ela fica incluída no substitutivo ora apresentado a esta Comissão.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – E eu pediria vista coletiva, Sr. Presidente, aderindo ao pedido do Senador Armando Monteiro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só para retificar, o que eu aceitei da Emenda nº 2 é no que se refere ao aumento de pena, porque ela tem alguns outros aspectos que eu recuso no relatório. Mas o aumento de pena eu estou aceitando.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Presidência vai conceder vista coletiva.

Senadora Gleisi, a Presidência concede vista coletiva, como foi suscitado, e aproveita a oportunidade para concordar com V. Exª no que diz respeito ao alargamento de penas não apenas neste caso, mas em muitos outros.

Eu observo que nós estamos caminhando numa onda no sentido de tornar crime hediondo – não é este caso, não é o caso presente – qualquer delito que esteja aparecendo. Nós não podemos ingressar no regime do modismo para legislar mal. É claro que as penas devem ser adequadas ao tipo de delito cometido, mas aproveitar a sonoridade da expressão "hediondo" para agravar tais penas a mim não me parece uma atitude adequada por parte da Comissão e até por parte do Plenário do Senado Federal.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para colaborar com os trabalhos desta Casa, especialmente com esse projeto relatado pela Senadora Gleisi, que é da mais alta relevância.

É bom lembrar aos colegas dois pontos: primeiro, não há tipificação penal ainda para esse ato de vingança pornográfica. Como o assunto é novo, nós estamos falando de internet, de crimes que hoje são cometidos através das redes sociais, a divulgação de imagens de mulheres nuas ou mesmo sendo violentadas, como aconteceu recentemente naquele caso de estupro coletivo, quando, além de ter ocorrido o estupro, os malfeitores ainda tiveram a coragem de colocar imagens nas redes sociais, este projeto fala, primeiramente, de tipificação do ato de vingança pornográfica. Este é um ponto. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

haveria um aumento da pena. Contudo, eu gostaria de lembrar às Srªs e aos Srs. Senadores que a Senadora Vanessa Grazziotin já apresentou um projeto nesse sentido, relatado por mim, que, salvo engano, nós aprovamos ainda no início deste ano.

Eu não sei qual é o melhor projeto. Nós teríamos que fazer uma comparação. De qualquer forma, eu acho importante esse pedido de vista – e peço a compreensão da Senadora Gleisi Hoffmann – até para que nós possamos comparar os dois projetos, De repente, o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin – e não há prejuízo, pois um projeto foi votado, está na Câmara; e este projeto está sendo votado no Senado – pode estar mais completo, atender mais o interesse da mulher e da sociedade brasileiras como um todo.

E faço um parêntese porque o que nós estamos presenciando, infelizmente ainda de forma velada, mas logo isso vai se tornar público, é uma má vontade da Câmara dos Deputados em relação aos projetos relevantes de iniciativa dos Senadores. É como se os Líderes da Câmara dos Deputados, numa interpretação errônea da Constituição, achassem que esta Casa tem apenas o papel de casa revisora. Constitucionalmente, nós temos o papel e o dever de iniciar projetos de lei.

Então, nesse sentido, eu acho que a vista é oportuna, lembrando que, enquanto os casos de feminicídio, dia a dia, chocam a sociedade brasileira – e esta mensagem eu gostaria de deixar, dando ciência aos Srs. Senadores –, entrou agora em consulta popular, pelo Portal eCidadania – imaginem, a sociedade cobrando algo extremamente errado –, a retirada do termo feminicídio, ou seja, eles querem diminuir a pena, transformando o crime de feminicídio, que levamos anos para conseguir tipificar, em crime comum, como se nós não tivéssemos, pelo Anuário da Violência – e saiu ainda hoje uma matéria nesse sentido –, a constatação de que os crimes dolosos contra a vida que mais tiveram aumento foram os crimes de assassinato de mulheres.

Então, faço um alerta aos membros da Comissão de Direitos Humanos: está na CDH uma consulta popular para que nós retiremos o termo feminicídio e acabemos com esse homicídio qualificado. Eu gostaria de ver os Senadores rejeitando essa proposta porque, além de extremamente injusta, vai de encontro ao avanço que esta Casa recentemente concedeu às mulheres brasileiras ao tipificar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres como feminicídio, consequentemente aumentando e qualificando a sua pena.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Entendo que as preocupações de V. Exª são inteiramente procedentes, Senadora Simone Tebet.

A vista coletiva agora concedida em verdade gera uma oportunidade para que todos os Srs. Senadores verifiquem se há um acúmulo de medidas na mesma direção. E que possamos então consolidar essas medidas numa só para tornar a legislação brasileira mais sólida e mais racional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à preocupação da Câmara com a posição revisora do Senado, provavelmente esquecem-se S. Exªs de que temos essa prerrogativa também, a de sermos a Casa revisora, sem nenhum prejuízo do poder de iniciativa.

ITEM 41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009

- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH.

Autoria: Deputado Chico da Princesa

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente; pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos para proferir o relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem para a análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, de autoria do Deputado Chico da Princesa, que altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH).

Na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Minas e Energia, de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e Cidadania. Foi remetida ao Senado Federal em 9 de dezembro de 2009.

Nesta Casa, a matéria foi inicialmente apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tendo recebido parecer favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS havia sido arquivado ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 271, de 2015, da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, o projeto foi desarquivado. Uma vez que já foi instruída pela CAE, a proposição retorna ao exame desta CCJ, seguindo, conforme anteriormente previsto, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Desenvolvimento Regional e Turismo, e, por fim, à Comissão de Serviços de Infraestrutura, cabendo a esta última a decisão em caráter terminativo.

O projeto objetiva alterar a distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, identificada pela sigla CFURH, e não Compensação Financeira de Recursos Hídricos (CFRH), como consta no projeto. Hoje, nos termos da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que definiu os percentuais de distribuição, 45% dessa compensação é destinada aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério de Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia, e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Projeto de Lei nº 315, de 2009, propõe que os Municípios recebam 65%, e os Estados, 25%.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Não há óbices de natureza formal ao Projeto de Lei sob estudo, pois seu tema não faz parte das matérias legislativas reservadas à iniciativa exclusiva do Presidente da República, relacionadas no art. 61 da Constituição Federal, e nem daqueles assuntos de competência privativa do Chefe da Nação inseridos no art. 84 do Estatuto Magno.

No tocante ao aspecto material, a medida também não afronta qualquer dispositivo constitucional, pois não fere cláusulas pétreas e nem apresenta incongruência com princípios gerais estabelecidos na Lei Maior e relacionados com o tema objeto da proposição sob estudo.

Igualmente, a tramitação no Senado seguiu as regras regimentais, e o Projeto está vazado em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, é preciso registrar que, atualmente, os recursos da CFURH são distribuídos na seguinte proporção: 10% para a União (por intermédio de órgãos seus), 45% para os Municípios diretamente impactados e 45% para os Estados. A compensação é transferida mensalmente a 21 Estados e ao Distrito Federal e a cerca de 700 Municípios. A Lei nº 13.360, de 17 de novembro do ano passado, promoveu alterações na compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, ampliando de 6,75% para 7% sobre o valor da energia elétrica produzida. Todavia, o critério de rateio desse montante não foi modificado. Permaneceu o problema que este projeto ataca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor da proposição defende a destinação de 65% dos recursos da CFURH para os Municípios, pois são eles que sofrem mais de perto os impactos sociais e econômicos da construção das hidrelétricas e seus reservatórios. São eles que perdem a possibilidade de usar as terras alagadas. São eles que perdem em termos de produção e emprego. Além disso, há as questões sociais que se registram após a instalação de qualquer obra para a construção das usinas hidrelétricas nos Municípios diretamente impactados.

Registramos, com apreço, as inúmeras manifestações de Câmaras e Prefeituras Municipais, que em muito contribuíram para a formação do nosso juízo sobre a matéria.

Concordamos com os argumentos constantes do relatório aprovado na CAE, em 30 de março de 2010. Consideramos que os Municípios são os entes federativos que mais sofrem com os impactos das hidrelétricas e que, não obstante, têm menos alternativas econômicas para contornar os prejuízos e fazer frente às enormes pressões sociais. Por outro lado, os Estados não serão tão prejudicados, uma vez que dispõem de muitas outras formas de geração de renda e arrecadação.

Há que se considerar, também, que o PLS aplica à exploração dos recursos hídricos uma distribuição de compensação praticamente idêntica à já adotada no setor mineral, a saber: 23% para Estados, 65% para Municípios e 12% para a União. Se, na mineração, os Municípios recebem 65% do total da compensação, não há porque não aplicar o mesmo percentual à exploração de recursos hídricos.

Voto.

Em decorrência do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLC nº 315, de 2009, e, no mérito, por sua aprovação, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCJ
> Na ementa do PLC nº 315, de 2009, onde se lê "Compensação Financeira de Recursos Hídricos – CFRH", leia-se "Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH".

É o meu voto, Presidente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo já explicado ao Senador Cidinho as minhas razões, já que se trata de uma medida adequada, mas que impacta um pouco as finanças estaduais, eu vou solicitar vista para uma breve análise.

Muito obrigado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Vista coletiva, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva concedida.

ITEM 7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2017

- Não terminativo -

Dá nova redação aos arts. 103 e 109, para dispor sobre a legitimidade do Defensor Público-Geral Federal para a ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas de redação que apresenta

Ao Relator, o Senador Antonio Anastasia, eu concedo a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, como o Presidente acaba de apregoar, vem a esta Comissão, para exame, a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2017, cujo primeiro signatário é o Senador Antonio Carlos Valadares e cujo objeto é a alteração, mediante os seus arts. 1º e 2º, da parte normativa dos arts. 103 e 109 da Constituição Federal, a fim de conferir legitimidade ao Defensor Público-Geral Federal para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI)...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... e ação declaratória de constitucionalidade (ADC) e para suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, em caso de grave violação dos direitos humanos.

O art. 3º veicula a usual cláusula de vigência.

Os autores da proposição justificam a inclusão do Defensor Público-Geral entre os legitimados para a propositura de ADI e ADC, mediante o acréscimo do inciso X ao art. 103 da Lei Maior, observando que, "após as alterações levadas a efeito pelo Congresso Nacional através das Emendas Constitucionais 74 e 80, conferiu-se nova roupagem à atuação da Defensoria Pública, sobretudo como expressão e instrumento do regime democrático".

Já a alteração da redação proposta pelos autores ao §5º do art. 109 da Lei Fundamental objetiva atribuir ao Defensor Público-Geral a mesma legitimidade que detém o Procurador-Geral da República para suscitar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, nas hipóteses de graves violações de direitos humanos.

Ressaltam os autores a distorção existente na sistemática constitucional vigente, a qual possibilita à Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, entidade de classe, ter legitimidade para propor ADI e ADC, por força do disposto no art. 103, IX, CF, enquanto que o próprio órgão, que é a Defensoria Pública, não o tem.

Não houve, até o momento, a apresentação de emendas à PEC.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356 do Regimento Interno, emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre propostas de emenda à Constituição.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, nos aspectos formais, nada temos a objetar, pois entendemos que a proposta observa a regra constitucional que trata da apresentação de PECs nesta Casa.

Quanto ao mérito, entendemos que a alteração proposta à Constituição Federal vai ao encontro dos direitos e garantias fundamentais asseguradas pelo Estatuto Político de 1988, ao ampliar as atribuições constitucionais da Defensoria Pública da União na defesa dos hipossuficientes.

Entendemos, ademais, que a equiparação do *status* constitucional do Defensor Público-Geral da União ao Procurador-Geral da República no que se refere a propositura de ADI e ADC e para ter o poder de suscitar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, nas hipóteses de graves violações de direitos humanos, representam significativos benefícios para a população mais vulnerável do País, que recorre à Defensoria Pública para assegurar os seus direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante o elevado mérito da PEC, a sua redação necessita de aperfeiçoamentos, no sentido de observar as recomendações técnicas de redação de proposição legislativa, sem, contudo, alterar o conteúdo normativo pretendido pelos seus autores.

Assim, apresentamos duas emendas de redação: uma para fundir o art. 2º com o art. 1º; e outra para alterar a redação da ementa.

Voto.

Ante o exposto, Sr. Presidente, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, votamos pela aprovação da proposta, com as emendas de redação que me abstenho de ler, já que constam do relatório à disposição de todos.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o relatório favorável à proposta com duas emendas de redação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com as Emendas nºs 1 e 2 de redação.

A matéria vai ao plenário.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu gostaria que o senhor fizesse uma inversão de pauta. Há um projeto de minha autoria, que é o item 39. O Relator é o Senador Ricardo Ferraço, mas, como S. Exª está de licença, eu gostaria que pudesse pelo menos ser lido o relatório hoje e que se nomeasse talvez o Senador Cidinho como Relator *ad hoc*. Ele é sobre o regime jurídico da multipropriedade – a venda compartilhada, na parte imobiliária, para vários compradores. Não há hoje o regime jurídico, e isso tem gerado demanda jurídica no nosso País afora.

Como não temos quórum para votar, gostaria que pelo menos fosse nomeado um Relator *ad hoc* para lermos o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador, Wilder, nesta Comissão V. Exª é atendido em tudo, até mesmo na indicação dos Senadores. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – É que o Cidinho está do lado aqui, já pronto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Wilder permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica indicado o Senador Cidinho como Relator *ad hoc*.

ITEM 49

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 85, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 29/2017, que dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências, com a participação dos seguintes convidados:

Ernesto Tzirulnik – Presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro

Carlos Harten Filho – Advogado e Presidente da Comissão Especial de Direito Securitário da Ordem dos Advogados do Brasil

Representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNSeg

Paulo Pereira, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguros – Fenaber

Paulo Botti - Presidente da Associação Nacional das Resseguradoras Locais (AN-RE)

Representante do Ministério da Fazenda

Representante da Superintendência de Seguros Privados (Susep)

Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)

Autoria: Senador Armando Monteiro

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas n°s 1-T, 2 e 3

Observações:

- Em 23/03/2017, foi apresentada a emenda nº 1-T, de autoria do Senador Airton Sandoval;

- Em 24/03/2017, foram apresentadas as emendas nº 2 e 3, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;

- Votação nominal.

Como o Senador Ricardo Ferraço não se encontra presente, com a palavra o Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2017, de autoria do Senador Wilder Morais, que dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 101, inciso I, alíneas "d" e "l", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, notadamente as que tratem de direito civil e de registros públicos. De resto, o PLS nº 54, de 2017, não apresenta vício de natureza regimental.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 54, de 2017, pois compete privativamente à União legislar sobre direito civil e registros públicos, a teor do disposto no art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal; cabe ao Congresso Nacional dispor sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as matérias de competência da União; os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e não há reserva temática de iniciativa, nos termos do art. 61 da Constituição.

No que concerne à juridicidade, o projeto afigura-se escorreito, pois o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado; possui o atributo da generalidade; é consentâneo com os princípios gerais do Direito; afigura-se dotado de potencial coercitividade; e a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico.

Em relação ao mérito, a proposta merece irrestrita aprovação, pois regula satisfatoriamente as principais questões relativas ao instituto da multipropriedade, que ainda se encontra sem previsão legal no Brasil.

O sistema de aproveitamento da propriedade compartilhado no tempo teve origem no exterior e seu surgimento esteve ligado ao turismo, permitindo o aproveitamento dos bens imóveis (casa, chalé, apartamento) em unidades fixas de tempo, de modo que cada cotitular possa desfrutar do imóvel por um período do ano de forma exclusiva. Essa forma de copropriedade assemelha-se a um condomínio, em que várias pessoas são proprietárias, compartilhando os custos de aquisição e de manutenção do imóvel. No entanto, ao invés de uma fração ideal, cada coproprietário possui fração temporal do imóvel, quando poderá desfrutá-lo com exclusividade.

Além de democratizar o acesso aos bens, beneficiando pessoas que não teriam meios econômicos, ou mesmo interesse, em adquirir e manter integralmente um imóvel para fins lazer, deve-se mencionar ainda o benefício que o uso compartilhado gera para o cumprimento da função social da propriedade, à medida que o imóvel passa a ser utilizado por tempo maior, diminuindo drasticamente a sua ociosidade. Sob a perspectiva do mercado imobiliário e turístico, diversos empreendimentos podem ser viabilizados por meio da venda de cotas de compartilhamento de tempo, ou multipropriedade, gerando empregos e renda.

Apesar da ausência de regulamentação, a utilização da multipropriedade não se encontrava vedada em nosso ordenamento, podendo ser constituída como negócio atípico, com base nos princípios da liberdade contratual e da autonomia da vontade. Contudo, a multipropriedade ainda se encontra sujeita a controvérsias que geram insegurança jurídica e impedem um maior desenvolvimento de negócios baseados nesse arranjo jurídico.

A principal controvérsia jurídica reside na dificuldade de lhe reconhecer natureza jurídica de direito real em face do princípio do *numerus clausus* ou da taxatividade, constante do ordenamento jurídico brasileiro, segundo o qual somente podem constar do rol dos direitos reais aqueles reconhecidos em lei. Este princípio veda qualquer possibilidade de haver a estipulação de direitos reais entre as partes mediante o exercício da autonomia da vontade, ou mesmo por meio de analogia com os direitos reais já existentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ausência do reconhecimento da multipropriedade como direito real na lei dificulta a incorporação ampla do instituto ao setor imobiliário por impossibilitar, por exemplo, o registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintivos de cada fração de tempo como uma propriedade "autônoma" no registro de imóveis. O PLS 54, de 2017, propõem resolver esse problema prevendo a multipropriedade como direito real de caráter perpétuo, com disciplina, inclusive, do modo do seu registro perante o registro de imóveis.

O Superior Tribunal de Justiça, em decisão de 2016, chegou a reconhecer o caráter de direito real da multipropriedade, afastando o princípio da taxatividade, de modo a impedir a penhora sobre a integralidade de imóvel submetido ao regime de multipropriedade em razão de dívida condominial contraída por um dos multiproprietários (RESP 1.546.165, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, por maioria, julgado em 26-4-2016). Em seu voto, o ministro relator para o acórdão tece considerações sobre o imbróglio causado pela ausência de lei sobre o instituto, dizendo que, "embora tenha recebido há décadas uma boa aceitação no Brasil, submete-se a elevado grau de incertezas acerca dos direitos e prerrogativas dos multiproprietários, em especial, diante do inconcebível descuido regulador de sua disciplina jurídica pela via institucional própria, o que, certamente tem proporcionado insegurança jurídica na formatação dessa nova figura".

No que tange à responsabilidade dos multiproprietários pelas obrigações incidentes sobre o imóvel, propõe-se no PLS nº 54, de 2017, que cada multiproprietário responda individualmente, na proporção de sua fração de tempo, pelo pagamento dos tributos, contribuições condominiais e outros encargos que incidem sobre o imóvel (art. 14), sem solidariedade entre os diversos multiproprietários (art. 25).

Com 34 artigos, o PLS define com bom grau de detalhamento o estatuto jurídico da multipropriedade, definindo claramente os direitos e obrigações dos multiproprietários e as regras mínimas que deverão estar contidas no título constitutivo da multipropriedade, na respectiva convenção condominial, bem como no regimento interno do condomínio destinado ao regime de multipropriedade.

Cumpre mencionar, ainda, que o projeto se preocupa em criar um ambiente jurídico propício para o desenvolvimento de negócios e empreendimentos baseados no regime jurídico da multipropriedade. Assim, permitirá que as mesmas pessoas que podem servir como incorporadores imobiliários possam instituir a multipropriedade; prevê a figura da administradora da multipropriedade, que no condomínio edilício deverá ser necessariamente profissional, e que poderá ou não ser prestador de serviços de hospedagem; estabelece regras específicas para o imóvel objeto da multipropriedade que seja parte integrante de empreendimento em que haja sistema de locação das frações de tempo; e, especialmente, prevê a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Defesa do Consumidor sempre que ocorrer relação de consumo nos negócios relativos à multipropriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à Emenda nº 1, de autoria do Senador Airton Sandoval, e às Emendas nº 2 e 3, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, temos que, apesar do elevado mérito que elas carregam no sentido de propor o tratamento da multipropriedade sobre bens móveis, esse tema merece ser tratado em projeto de lei autônomo, por particularidades que desaconselham o seu tratamento em conjunto com a multipropriedade sobre imóveis.

Por fim, em relação à técnica legislativa do projeto, convém que sejam feitos ajustes pontuais em alguns dispositivos: i) art. 1º, *caput* – a expressão "propriedade fracionada por período de tempo", sinônima de multipropriedade, que aparece no §1º, deve ser inserira no *caput*, que traz os sinônimos e conceitua a multipropriedade; ii) art. 1º, §1º – deve ser excluída a expressão "também chamada de propriedade fracionária ou fracionada por período de tempo", a fim de que conste do *caput* do dispositivo; iii) art. 1º, §2º – deve ser excluído, pois o mesmo preceito encontra-se contido no §1º do dispositivo; iv) art. 21, inciso V – deve ser inserida a preposição “de” antes de "direito flutuante"; v) art. 25, parágrafo único – deve ser substituída a expressão "multiproprietário" por "adquirente", suprimidas as expressões "da mesma" e "a mesma", a serem substituídas por "referente à sua fração de tempo"; vi) art. 32 – deve ser adaptada a redação em nome da clareza e do vernáculo, eliminando vírgulas e substituindo uma preposição e um prenome.

Voto.

Pelo exposto, o voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2017, de autoria do nosso ilustre Senador Wilder Morais...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... com as emendas da CCJ:

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 54, de 2017:

"Art. 1º. A multipropriedade ou propriedade fracionada, fracionária ou fracionada por período de tempo, constitui-se em relação jurídica que traduz o aproveitamento econômico de uma coisa, móvel ou imóvel, em unidades fixas de tempo, visando à utilização exclusiva de seus titulares, cada qual a seu turno, ao longo das frações temporais que se sucedem.

Parágrafo único. O condomínio geral e voluntário ou o condomínio edilício pode ser instituído em regime de multipropriedade, destinada ou não a fins de lazer ou de turismo, em relação à parte ou à totalidade de suas unidades autônomas."

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 21, inciso V, do PLS nº 54, de 2017:

"Art. 21. .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V– a determinação, para os multiproprietários de direito flutuante, dos períodos concretos de uso, gozo e desfrute exclusivos que lhes correspondem a cada ano-calendário."
EMENDA Nº - CCJ
Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 25 do PLS nº 54, de 2017:
"Art. 25. .....
Parágrafo único. O adquirente, por sua vez, será solidariamente responsável com o alienante, caso não obtenha a declaração de inexistência de débitos referente à sua fração de tempo no momento de sua aquisição."
EMENDA Nº - CCJ
Dê-se a seguinte redação ao art. 32 do PLS nº 54, de 2017:
"Art. 32. As convenções dos condomínios edilícios bem como as limitações da utilização de lotes impostas por memoriais de loteamentos ou por próprios instrumentos de venda dos lotes em loteamentos urbanos poderão limitar ou impedir a instituição da multipropriedade nos respectivos imóveis, vedação essa que somente poderá ser alterada por, no mínimo, a maioria absoluta dos condôminos."

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Armando Monteiro, pela ordem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu queria manifestar aqui a minha compreensão de que esse projeto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... consagra uma ideia inovadora no campo do direito civil e, portanto, se traduz (*Fora do microfone.*) numa dinamicidade do conceito de propriedade, numa elasticidade do conceito de propriedade, ao mesmo tempo em que se conjuga a dimensão da figura da propriedade e do uso, considerando que você, na realidade, compartilha a propriedade num conceito de tempo e, portanto, de utilização. Acho que é algo inovador, um projeto a meu ver muito interessante. Eu queria manifestar aqui que há muitos doutrinadores importantes do direito civil brasileiro que consideram essa uma espécie realmente interessante.

Portanto, eu manifesto aqui o meu apoio ao projeto, congratulando-me com o nobre autor, o Senador Wilder, e com o nosso sempre brilhante Relator *ad hoc*, o Senador Cidinho Santos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço a V. Exª pela intervenção filosófica profunda e concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir vista, Senador Lobão, desse relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu peço vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva concedida.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pelo ordem, o Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Pela ordem.) – Eu só queria fazer um esclarecimento, Presidente.

Esse projeto, na verdade, dá oportunidade para o empreendedor e também para quem adquire, aumentando cada vez mais a oportunidade para as pessoas terem um imóvel. Eu gostaria, já que houve o pedido de vista coletiva, que na próxima reunião a gente pudesse votar esse projeto tão importante para o nosso País neste momento de crise, projeto que traz a oportunidade de alavancarmos a nossa construção civil e de as pessoas terem o seu imóvel compartilhado no Brasil inteiro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Valadares, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Pela ordem.) – Obrigado.

Presidente, há um projeto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... de autoria do Senador Capiberibe, o de nº 325, de 2017, que "institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e de aquisições [...] por grupos de cidadãos organizados em aplicativos [...]".

É uma matéria muito importante, moderna, sintonizada com o tempo atual, de acompanhamento pelo cidadão de prestação de contas. Eu gostaria, se pudesse – lógico que todas as matérias são importantes –, que essa matéria fosse considerada prioritária e houvesse uma inversão de pauta para atender o nosso pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu também pediria uma inversão de pauta relativamente ao item 43, que era relatado pela Senadora Lídice da Mata. Na verdade, é uma proposta da CPI que tratou do assassinato de jovens, de que ela foi Presidente, eu fui Relator e da qual saíram alguns projetos. Como S. Exª viajou, ela me pediu para atuar como Relator *ad hoc.* Eu peço a V. Exª, se possível, a inversão do item 43 também.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se os Srs. Senadores estiverem de acordo...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, eu concordo com todas as inversões, desde que seja observada uma certa ordem. Como o próximo item é o item 9, que é de minha relatoria, e nós temos quórum terminativo aqui neste momento, o que é raro, eu queria solicitar a V. Exª que seguisse a ordem e, depois, perdido o quórum, ou se se mantivesse, fosse feita a inversão. Não tenho nenhum óbice a que sejam feitas alterações. Agora, estando o Relator presente e havendo quórum...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, eu não me oponho. Eu espero para o final, uma inversão mais à frente, Senador Anastasia. Não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se os Srs. Senadores estão de acordo, está, portanto, autorizada a inversão, e nós começaremos, como depreca o Senador Anastasia, pelo item 9 (Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2015), pedindo a atenção das Srªs Senadoras e do Senador Pimentel...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Peço a atenção das Srªs Senadoras, do Senador Pimentel, da Senadora Grazziotin.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015

- Terminativo -

Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.

Autoria: Senador Otto Alencar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 13/09/2017 a Presidência concedeu vista à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Eduardo Amorim, nos termos regimentais;

- Votação nominal.

A Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Eduardo Amorim até o momento não se manifestaram.

Em 08/11/2017 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Simone Tebet, dependente do relatório.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para a leitura de seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório foi lido, como V. Exª mencionou, na reunião passada, e o que nós temos de novidade, de fato, é a emenda, dependente desse relatório, apresentada nesta data pela Senadora Simone Tebet, com a qual eu aquiesço integralmente.

A emenda da Senadora Simone, de maneira muito feliz, acresce a essa questão dos explosivos a figura do furto qualificado, porque pode não haver a violência em relação a pessoas, mas pode ser usado também o explosivo. É uma lembrança boa que ela faz em adendo ao projeto de iniciativa do Senador Otto Alencar. Então, a proposta colocada pela Senadora na Emenda nº 1 é acolhida integralmente no meu relatório, que já foi lido na reunião passada.

Portanto, parecer favorável à Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu solicitei vista até com a intenção de apresentar emenda para que a gente pudesse mudar o objeto principal do projeto. Entretanto, o objetivo principal do projeto é o aumento da pena; aumento da pena quando se utilizam explosivos em roubos e furtos.

Eu não vou me manifestar contra o projeto. Apenas quero registrar, Sr. Presidente, o meu posicionamento. Eu acho que nós estamos nos acostumando a enfrentar o avanço da criminalidade, o problema do crime, o problema da violência com aumento de pena e não sei se esse é o melhor caminho. Não sei se esse seria o melhor caminho. Obviamente, teríamos outras maneiras de procurar diminuir o processo de violência. Mas, como não cheguei a nenhum denominador aqui, Sr. Presidente, apenas registro minha posição. E não votarei contra o projeto, não.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Continua em discussão a matéria.

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu comungo, sim, da opinião da Senadora Vanessa Grazziotin. Acho que o aumento das penas no Brasil não resolve, por si só, o problema da violência. Mas nós não podemos nos esquecer de que há determinados crimes que estão ganhando relevância no cenário nacional devido à quantidade desses crimes, que antes não aconteciam e que hoje começam a acontecer. E muitas vezes acontecem porque o tipo penal – que exige exatamente que nós estejamos com o tipo muito bem especificado no Código Penal –, não encontrando guarida ali, cai no crime comum ou no crime paralelo por analogia.

Então, em relação a isso, nós apresentamos uma emenda qualificando também o furto de explosivos, porque nós sabemos que esses explosivos advindos do furto servirão para ser utilizados em outros crimes, crimes esses, muitas vezes... Se você furta um explosivo para cometer um crime, ele vai consequentemente causar um mal muito grande, não só a uma pessoa, mas a várias pessoas.

Então, embora eu comungue da opinião da Senadora Vanessa Grazziotin de que o aumento das penas no Brasil não resolve o problema, nós estaremos apenas enxugando gelo, nesse caso específico eu concordo com o projeto de iniciativa do Senador Otto Alencar. No interior deste País, o que mais estamos presenciando é algo que não existia ainda, que é a explosão de caixas eletrônicos. E esses casos não são de roubo, como trata o projeto do Senador Otto Alencar; nós estamos diante de furto. Ou seja, não há emprego da violência, mas há emprego de explosivos, os quais podem, sim, causar um mal maior.

Por isso estamos apresentando essa emenda, que foi acatada pelo Senador Anastasia. E nesse aspecto eu parabenizo tanto o autor quanto o Relator do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu só queria chamar atenção. Eu concordo. No mérito ninguém é contra. O problema – e a Senadora Vanessa está certa, Senadora Simone Tebet – é que nós já somos a quarta população carcerária do mundo. É uma loucura! Todo dia, aqui nesta CCJ, há algum projeto que aumenta pena. Todo dia! E isso não resolve nada! A gente tem que perceber isto: é a certeza da punição que inibe a realização de um crime; não é o aumento de pena. O nosso sistema penitenciário está completamente dominado pelas facções, pelo PCC. Então, chamo atenção não só para esse projeto, mas para vários outros. E sempre há uma causa muito justa, Senadora Simone Tebet. Mas aí vamos aumentando pena, aumentando pena, aumentando pena!

Não sei se já foi pedida vista. Já foi pedida vista?

Eu, na verdade, votarei contra. Vou começar a ter uma posição, agora, que pode ser até mal entendida por alguns, mas vou começar a votar contra aumento de pena em tudo aqui, Senador, porque acho que não está havendo aqui uma posição lúcida em relação a esse tema. Todo dia – volto a dizer – a gente vota um projeto como esse.

Eu não sei... Eu estou fazendo aqui esta reflexão coletiva para outros temas que também estão surgindo, porque de fato, se continuarmos dessa forma, daqui a pouco vamos passar a Rússia, que é a terceira, e seremos a terceira população carcerária do mundo, um sistema falido. Volto a dizer: falido! Há uma discussão aqui sobre redução da maioridade penal. De que adianta? É pegar alguém que cometeu um crime com 17 anos e colocar sob controle do PCC.

Então, eu vou votar contra e chamo à reflexão esta Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh Farias, V. Exª ainda não se encontrava presente, em outra reunião desta Comissão, quando eu chamava, pedia a atenção dos Srs. Senadores exatamente para esse ponto. Nós estamos exagerando, não apenas na Comissão, mas também no Plenário do Senado, no que diz respeito à fixação de penas maiores do que aquelas que já existem e que não são frouxas. Estamos chegando ao ponto de classificar quase todos os crimes como crimes hediondos. Eu penso que a Comissão deveria meditar um pouco mais sobre isso, sobre essas observações oportunas que V. Exª acaba de nos trazer.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Consulto o Plenário se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sou o autor do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós sabemos disso!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é. Eu gostaria apenas que V. Exª me concedesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... cinco minutos para que eu pudesse, de alguma forma, explanar por que fiz esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu sei que está acontecendo em todos os Estados do Brasil o que acontece no meu Estado, a Bahia. Nós estamos tendo uma média de um banco explodido por semana no Estado da Bahia. Nesta semana foi no Município de Pindobaçu, no Alto Sertão da Bahia, onde só há o Banco do Brasil. Explodiram o banco. Com a explosão do banco, as pessoas que usam o banco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... sobretudo os aposentados ficam sem nenhuma condição de retirar os seus recursos.

Com a nossa assessoria, nós acatamos uma emenda da Senadora Simone Tebet que melhorou de alguma forma o projeto.

Eu percebo que essa é uma coisa assim, Sr. Presidente: lá no meu Estado, o assaltante do banco, o que pega o dinheiro, é preso num dia e é solto no outro dia, imediatamente, porque tem dinheiro para contratar grandes e bons advogados. Então, nessa questão de explosão de banco, ou se aumenta a pena, ou vai virar regra geral no Brasil.

Dizer que vai aumentar a população carcerária, absolutamente não. Então, vamos ter que deixar os bandidos todos soltos porque não se pode prender os bandidos que explodem os bancos, que matam as pessoas, que atormentam a vida das pessoas à noite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As explosões são de tal ordem que é difícil até calcular como são, e elas acontecem nos Municípios menores. Só nesse Município agora, Pindobaçu, na Bahia, onde explodiram o banco, os aposentados vão ter que ir até Campo Formoso, que fica aproximadamente a 100km de distância, para sacar os seus recursos. Então, isso atormenta a vida dos aposentados, dos idosos, que têm de sacar os seus benefícios. E pior: se eles vão até a cidade, na volta eles são assaltados de novo por aqueles que sabem que eles foram lá.

Essa é uma coisa para a qual, se não aumentarmos a pena... Eu não defendo, de maneira nenhuma, a injustiça, até porque eu vivo e vivi, a vida inteira, dentro da lei, eu sou daqueles que vivem dentro da lei, absolutamente dentro da lei, mas, nesse caso, ou se aumenta a pena para o bandido não entrar por uma porta e sair pela outra com um *habeas corpus*, ou, então, nós vamos ter bancos fechados no Brasil inteiro.

E outra coisa: eu tenho falado com o Presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, que tem atendido, tem sido cordial, mas eles não têm condições de reabrir as agências do banco, até porque, se reabrirem, com 30 dias tornam a arrebentar o banco. Então, se alguém quer, de alguma forma, dar uma condição de que eles, pelo menos, temam a lei, temos que aprovar esse projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu sou o Relator do PLS nº 267, que é o item 22 da pauta. Trata-se de matéria terminativa. Então, aproveitando a oportunidade do quórum que temos nesta CCJ, solicito de V. Exª...

Já foi lido o relatório. Seria somente a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Randolfe, refiro-me ao item 12. É aquele que fala sobre a liberação de armas para produtores rurais.

Só falta votar. Ele já foi discutido...

Falta discutir, não é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Falta só a discussão e a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Falta discutir ainda.

Nós estamos procurando seguir a pauta pela ordem dos itens terminativos cujos Relatores estejam presentes...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k. Mas esse meu é terminativo também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... e, tão logo, regressaremos então à outra pauta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, restando o Senador Magno Malta, que vota com extrema rapidez... (*Pausa.*)

Cumprimento o técnico, Senador Eduardo Braga, e consultor.

Como todos os Srs. Senadores já votaram, encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – SIM 14 votos; NÃO, 3.

O projeto foi aprovado.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015

- Terminativo -

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- *Em 31/05/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Flexa Ribeiro nos termos regimentais;*

- *Votação nominal.*

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se eu bem entendi esse projeto, e aí indo ao encontro da fala de V. Exª, com todo respeito ao Senador Elmano que é o autor do projeto, ele está criando um tipo penal que é o idosicídio, ou seja, matar um idoso passa a ser um tipo penal e agora não só qualificado como crime hediondo – aí consequentemente a pena é maior.

Eu não me oponho a esse projeto, apenas faço uma intervenção para a reflexão desta Casa e da Comissão se não seria o caso de já começarmos a discutir, nesses casos específicos, uma idade diferenciada da do Estatuto do Idoso para efeito penal e outros projetos apresentados.

Eu questiono qual é a diferença de matar um homem ou uma mulher de 60 anos de um de 55 anos. Será que nós poderíamos caracterizar aqui esse indivíduo que foi assassinado como idoso? Será que nós teríamos que especificar, já como fazem algumas leis, que o assassinato de pessoas acima de 75 anos, ou mesmo de 80 anos, seria caracterizado, portanto, como diz aqui, idosicídio?

Então, deixo essa reflexão, para que nos próximos projetos em que nós estivermos tratando dessas questões que envolvem pena restritiva de liberdade, que nós tenhamos uma idade diferenciada, como é na aposentadoria. A aposentadoria compulsória agora passou a ser com 75 anos; a pessoa vive mais. Uma pessoa de 60 anos de idade não é necessariamente um idoso, a não ser que esteja enfermo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então é essa a reflexão que faço, para que nós possamos, inclusive em relação a esse projeto, no futuro repensar o que é considerado idoso para a pena para crime hediondo, no caso desse idosicídio apresentado pelo Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone, eu creio que V. Exª está coberta de razão e bem que poderia, uma vez aprovado, se for o caso, esse projeto, apresentar uma emenda no plenário do Senado e, concomitantemente, quem sabe, conversar com o Senador Antonio Anastasia, que é o Relator do Código Penal. Assim seria possível fazer, nesse trabalho fecundo e amplo do Senador Anastasia, a introdução de algum dispositivo nessa matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou novamente na minha toada.

O Senador Anastasia é Relator de uma reforma do Código Penal. Eu entendo as intenções do Senador Elmano Férrer: quem cometer assassinato contra idoso tem de ser preso imediatamente. Só que eu volto a falar da tese do aumento de pena: não resolve. O que tem de haver é a punição, a certeza da punição. Você matar uma pessoa de 58 anos ou de 61 anos... Os dois crimes são graves, extremamente graves, eu não consigo ver diferença. E volto novamente com aquela minha preocupação de que todos os dias, por motivos justos, como é esse... Aqui todos nós somos contra qualquer tipo de violência contra idoso, mas, infelizmente, não vamos resolver o problema da segurança pública dessa forma, aumentando pena, superlotando o sistema penitenciário. É a certeza da punição que pode inibir o crime.

Queria fazer um apelo aqui ao Senador Elmano Férrer, porque o Senador Anastasia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...é Relator da reforma do Código Penal. A gente podia fazer uma discussão mais geral sobre isso, uma discussão que envolvesse esta Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É útil, Senador Lindbergh, que V. Exª fale, porque a minha voz virou voz de taboca rachada nessa matéria.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, Senador Elmano, Senadora Simone, eu gostaria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone, Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado pela deferência.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpe, Senador, mas não sei por que V. Exª chamou minha atenção, porque...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não, o Senador Magno Malta. É que eu não estava sequer conversando, eu estava olhando para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, ele está pedindo a atenção de V. Exª para o que ele vai dizer.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Chamei sua atenção para que V. Exª, que é uma jurista, ouça o que este neófito vai falar.

Senador Elmano...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra e fui interceptado por um colega...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª havia solicitado, Senador Maranhão?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª havia solicitado a palavra?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Havia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço desculpa a V. Exª e, em seguida, concedo-lhe a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Como o assunto versa sobre idoso, eu farei uma grande defesa de V. Exª agora: eu lhe concedo a palavra respeitando o "idosissismo" e em seguida eu falarei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – A Senadora Simone Tebet, a mais nova Senadora neste plenário, me fez um apelo, e esse apelo tem um sentido muito grande: é o de um esforço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi aqui uma intervenção do Senador Lindbergh no sentido de diminuir os crimes, diminuir a quantidade de crimes para diminuir a quantidade de presos no sistema penitenciário, que realmente é uma coisa abaixo de humano.

Mas eu acho que o Senador Elmano Férrer... E eu fui o Relator com parecer favorável desse projeto, quase em causa própria, pois trata de idosos – mas não é apenas para mim; tem um sentido geral para todos os idosos –, e acho que a lei é justa. É justa! É verdade que a expectativa de idade aumentou muito no Brasil, mas isso não dá aos idosos uma condição de defesa própria, do ponto de vista físico, em relação à agressão de criminosos covardes, que aproveitam a condição do idoso para agredi-lo, sem ter inclusive uma reprimenda. Dessa maneira, eu não me sinto estimulado a modificar o parecer nesse sentido e peço a compreensão de todos os Senadores.

Realmente, o projeto é meritório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, ao contrário do Senador Lindbergh... E eu respeito toda a argumentação feita por ele. Eu só não consigo respeitar quem não tem posição e é oportunista, mas quem tem posição, ainda que seja absolutamente divergente, é preciso que se respeite. E eu respeito as posições divergentes.

Mas quero fazer outro raciocínio. Em um país com as adversidades que tem o nosso, onde o idoso já pagou um preço enorme para chegar à terceira idade, muitos deles com uma aposentadoria com que não têm nem como pagar a farmácia; o idoso cujos filhos não tiveram condição de ascender um pouco na vida para assumi-lo, para assumir pai e mãe; ou alguns que tiveram condições de chegar à terceira idade porque construíram alguma coisa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Meu filho, dê licença. Deixe-me terminar primeiro, depois você faz o seu negócio. Parece que bebe!

Prossigo: construiu alguma coisa e chega à sua melhor idade, à idade em que ele pode fazer um passeio – muitos não podem, e é a maioria absoluta –; aqueles que podem conviver, criar os netos, ver bisnetos; contribuiu, deu o melhor para a Nação – e uma nação que, neste momento, olha, vê os bilhões que foram embora, assaltados, roubados, fazendo homens públicos ricos, milionários neste País –; e aí o sujeito perde a sua vida assassinado na terceira idade. Há que se olhar com outro olhar mesmo, Senador Elmano. Esse crime tem que ter quadruplicadamente valor hediondo. Ninguém pode matar ninguém; ninguém pode ser acintoso contra a integridade física de ninguém. Mas penso que abuso de vulnerável, atacar fisicamente, assaltar fisicamente e ser acintoso contra a integridade física de uma criança, o que é crime hediondo, também assim deve ser, porque é uma idade já vulnerável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É a mesma coisa, é ataque à integridade física de um vulnerável. Por isso, Senador Elmano, o senhor tem o meu apoio. E penso que se um projeto como esse caísse numa consulta pública, teria 90% a 95% de apoio da sociedade brasileira. Penso que nós vamos endurecer a lei, criar a lei, e, dizia o Senador Lindbergh: "É tudo com o que eu sonho; é ver a lei sendo cumprida". Mas cumprida por quem? O Judiciário? Quem vai cumprir? O Judiciário?

No Supremo, cada um é uma Constituição diferente. Cada um responde e resolve ao seu bel prazer, sem consultar Código Penal, sem consultar código de nada, porque nada mais vale nada no Brasil. Esperar pelo STJ? Aonde? Então a lei...

Vamos sonhar com esse dia do país de Alice, onde a lei será cumprida. Aí nós viveremos no fantástico mundo de Bob. Na verdade, você endurecer a lei é colocar cadeado na bicicleta. A bicicleta está ali, o ladrão vê, não tem cadeado, ele leva. Mas se tiver um cadeado, ele pensa dez vezes para levar. Se ele sismar, coloca na cabeça, mas sabe que vai parecer estranho andar com uma bicicleta na cabeça. E o povo vai pegá-lo.

Então, quando você endurece a lei, é um cadeado na bicicleta. O cara sabe que a lei é pesada e vai pensar dez vezes antes de fazer um negócio desse. Para tanto, com esse argumento de um neófito, eu gostaria de pedir... Bom seria um projeto dessa natureza, em reconhecimento àqueles que entregaram as suas energias para a construção deste País, para que tivessem e recebessem essa lei como um prêmio para suas vidas.

Parabéns, Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta, V. Exª fala brilhantemente a favor da lei, porém opera eficientemente contra ela, na medida em que não votou até agora. E é o voto de V. Exª que falta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – E eu disse a V. Exª que foi um momento de fraqueza. Vou votar agora, em nome de Jesus!

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Enquanto ocorre a votação, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V. Exª pela sugestão dada, repetindo, de pedir ao Relator do novo Código Penal, o Senador Antonio Anastasia, brilhante jurista, que discuta, não só com os renomados juristas mas com a sociedade, o que é considerado idoso para efeito penal. Simplesmente isso é o que estamos colocando em discussão. Para efeito penal, 60 anos é idoso ou não? Há uma diferença entre matar um homem de 59 anos e um homem de 60? Agora, há diferença entre matar um homem de 59 anos e um homem de 75? Aí já podemos começar a discussão.

Então, parabenizo V. Exª por não trazer o conflito para este projeto, mas acertadamente levar a discussão para a seara correta que é a revisão do Código Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, peço a palavra por um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Sr. Presidente, nós sabemos que o Brasil tem uma enxurrada de leis punitivas contra a criminalidade. Se a existência de leis realmente coibisse o crime, nós votaríamos toda e qualquer matéria que se relacionasse com o combate ao crime, punindo exemplarmente, através do Judiciário, os infratores.

Ocorre que, recentemente, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicou uma nova pesquisa, um novo levantamento mostrando que o Brasil, neste ano de 2016, viu acontecerem 61 mil assassinatos, ou seja, 61 mil mortes violentas, um índice muito maior do que o de 2015. E as leis estão em profusão. A cada ano se faz uma nova lei para se punirem os criminosos.

Sr. Presidente, a essência não está na mudança das leis; a essência está na mudança do sistema político, do sistema judiciário, do sistema prisional, carcerário, enfim... Há um defeito generalizado, nesse sistema, que tem de ser alterado. As leis, por mais punitivas que surjam, não vão evitar a criminalidade.

Para que não se diga que eu sou contra os idosos – já estou nessa faixa –, votarei favoravelmente, em homenagem ao autor, o Senador Elmano.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E ao Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – E ao Relator, também numa idade já bastante avançada... (*Risos.*)

... mas um dos maiores Senadores desta Casa, que é o Senador José Maranhão.

Portanto, Sr. Presidente, eu voto em homenagem à terceira idade, mas eu acho que de nada adianta. O velho vai continuar morrendo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou proclamar o resultado.

Encerrada a votação.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Sr. Presidente, peço a palavra antes de encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Eu gostaria apenas de acrescentar um dado: se nós começarmos a pensar em criminalidade em relação à ineficácia das leis, seria um horror no Brasil. Nós iríamos revogar a definição de todos os crimes.

Se nós pensarmos também na superlotação do sistema prisional e, com isso, acabar com ele ou com as leis que ensejam a oportunidade de as prisões estarem sempre lotadas, seria um horror, uma catástrofe no Brasil.

Eu cito um exemplo que pode servir para o Brasil, mas é de outra cultura, de outra natureza. Agora mesmo, nesse episódio de uma hecatombe, de um fuzilamento que aconteceu nos Estados Unidos, em que foram vítimas de um atentado 59 pessoas, publicou-se na grande imprensa brasileira uma estatística que nos chama atenção. Nós temos uma lei de desarmamento. Nos Estados Unidos é o contrário. Há uma lei, uma emenda constitucional que faculta a qualquer cidadão o porte de praticamente todas as armas, desde que não sejam automáticas.

No entanto, com a permissão que se tem nos Estados Unidos de as pessoas portarem armas, a quantidade de crimes ocorrida no ano passado naquele país foi muito menor do que a quantidade de crimes de homicídios que ocorreram no Brasil.

Então, nós não podemos discutir apenas um aspecto de uma estatística, uma circunstância. Nós temos de ver a totalidade das circunstâncias, inclusive a cultura das pessoas.

Eu sei perfeitamente que o Brasil é um dos países do mundo em que menos se respeitam as pessoas que, pela idade, já têm dificuldade de exercer o seu direito de defesa, física até. Então, aí vem o mérito dessa lei que nós estamos aqui felizmente aprovando na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Ela vai inibir, sem dúvida nenhuma. Evidentemente, não vai fazer o milagre, não vai ter o condão de, do dia para a noite, propiciar uma queda violenta nas estatísticas de homicídios praticados contra pessoas idosas e, consequentemente, fisicamente e até espiritualmente impossibilitadas de exercer a sua autodefesa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vou proclamar o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – SIM, 14 votos; NÃO, 0.

O projeto foi aprovado à unanimidade.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 24/05/2017, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Tendo S. Exª lido seu relatório, coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la...

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós somos favoráveis, Sr. Presidente. É sobre doação de sangue.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É favorável?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Fantástico!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – V. Exª me concede a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Como Relator do projeto, trata-se de um projeto meritório, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre a doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública Federal aos doadores voluntários de sangue.

Absolutamente meritório! Na verdade, incentiva as pessoas. Nós sabemos que o número de pessoas que fazem concurso no Brasil é muito grande.

Imagino que o abastecimento dos bancos de sangue também será muito grande – um País de muita tragédia, de muita bala perdida, de muito acidente –, e os bancos de sangue, normalmente, vivem as suas dificuldades. É o que mostram os relatórios do Ministério da Saúde.

Portanto, meritório. Sei que será aprovado por unanimidade. Mais uma vez, parabéns ao Senador Cássio Cunha Lima, autor do projeto.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem, enquanto estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria pedir a V. Exª prioridade para o PLS 506, de 2013, que consta da pauta. Solicitando a V. Exª, inclusive a pedido do Senador Valdir Raupp, que é Relator da matéria, que pudesse designar um relator *ad hoc*, para que pudéssemos votar essa matéria, que trata de biocombustível para a aviação, o que seria importante, principalmente para a aviação agrícola, porque teríamos como criar uma nova fronteira num setor da economia brasileira que tem prosperado muito, e que daria efetivamente, neste momento em que o Brasil busca novas alternativas econômicas, uma nova alternativa econômica para geração de emprego e renda em nosso País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se V. Exª não se opõe, indico a Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora *ad hoc*, antes que ela se ausente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, acho que alguns computadores estão com problema. Está dando erro, com a senha estando certa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não entendi, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Alguns computadores estão com problema: você digita a sua senha, e ele diz "aguarde" e, em seguida, põe "erro", mas a senha está certa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu encaminharei a V. Exª um auxiliar, se é do desejo do ilustre Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Já antecipo que o meu voto é "sim", caso ele não registre aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sr. Presidente, só reiterando, num momento mais conveniente, a votação do item 20, de nossa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já está anotado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Realmente, estamos com problema no sistema, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Registro meu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, caso não se resolva a questão tecnológica, fica registrado o voto "sim" também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em razão do problema, faremos uma votação nominal.

Houve uma conspiração, uma sedição, uma conjura do sistema.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, estou tentando votar e não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores que aprovarão o projeto responderão "sim". Chamada nominal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Deve ter sido protesto de algum morcego.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador José Maranhão, da Paraíba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Antônio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – Igualmente "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – "Sim".

Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – José Pimentel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O projeto foi aprovado à unanimidade.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros.

Autoria: Senador Reguffe

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 04/10/2017, é lido o relatório e encerrada a discussão do Projeto;

- Votação nominal.

Em votação o projeto.

Trata-se de matéria terminativa. Vamos, portanto, proceder à votação nominal.

Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – "Sim".

Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – José Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lídice da Mata. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – Está licenciada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o projeto à unanimidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para informar também à Mesa que nem os relatórios nós estamos conseguindo mais abrir no sistema. O sistema... Nós não estamos conseguindo ter acesso aos relatórios que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É uma falha que... O sistema...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Acontece nas melhores...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Acontece, porém estamos tentando vencer essa dificuldade. Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para providências cabíveis.

ITEM 42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação do Programa Nacional do Bioquerosene como incentivo à sustentabilidade ambiental da aviação brasileira e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente;

- Votação nominal.

A Relatora *ad hoc* é a Senadora Vanessa Grazziotin. Mesmo não tendo mais o quórum para votação nominal, concedo a palavra a V. Exª para leitura do relatório e discussão da matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Perfeito, Presidente.

Como V. Exª destacou, é o Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Braga, que dispõe sobre a criação do Programa Nacional do Bioquerosene como meio de incentivo à sustentabilidade ambiental da aviação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 1º, o projeto define que o objeto da lei é estabelecer o Programa Nacional do Bioquerosene como incentivo à pesquisa e ao fomento da produção de energia à base de biomassas, que não concorram com a produção de alimentos, voltados para a sustentabilidade da aviação brasileira.

O art. 2º define o objetivo do programa, que será o desenvolvimento de tecnologia limpa na produção de biocombustíveis.

Por outro lado, o art. 3º do projeto determina que sejam adotadas providências para incentivar a pesquisa, o fomento, a produção, a comercialização e o uso energético do bioquerosene.

Já o art. 4º determina que se aplica à proposição o estabelecido na Lei 9.478.

Finalmente, o art. 5º estabelece que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, argumenta o autor que o projeto pretende que a aviação brasileira possa dar sua parcela de contribuição à sustentabilidade ambiental e destaca a importância econômica de utilização de biocombustíveis de segunda geração para manter o crescimento da aviação em um quadro de conservação e preservação dos recursos naturais.

Análise.

É de competência desta Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição, bem como em relação ao mérito.

Em relação à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade, o projeto obedece a todos os preceitos legais, da mesma forma quanto à técnica legislativa.

Quanto ao mérito, destacamos que a matéria traz importante contribuição à produção e ao uso de biocombustíveis, contribuindo para reduzir a dependência energética em relação aos combustíveis fósseis; contribui ainda para reduzir a emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global.

Pesquisas acontecem atualmente em todo o Planeta no desenvolvimento tecnológico de fontes de energia sustentável, especialmente no uso de biocombustíveis a partir de biomassas que não concorram com a produção de alimentos nem contribuam para o desmatamento. O Brasil, especialmente, precisa buscar combustíveis alternativos, já que, no nosso País, é elevado o custo do querosene da aviação, chegando a representar cerca de 40% dos custos das empresas aéreas, enquanto, no resto do mundo, a média não passa de 30%.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vista de todo o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2013, e, no mérito, por sua aprovação, com as seguintes emendas.

Art. 2º, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º O Programa Nacional do Bioquerosene tem por objetivo o desenvolvimento de tecnologia limpa na produção de biocombustível.

§1º. Serão considerados requisitos para inserção nos benefícios do Programa Nacional de Querosene:

I – a compatibilidade do bioquerosene com tecnologias de propulsão atuais, de modo que não apresentem necessidade de alterações nos motores, aeronaves e infraestrutura de distribuição existentes.

II – Não comprometimento da segurança do sistema de aviação.

§2º. O Programa Nacional de Bioquerosene abrangerá desenvolvimento tecnológico para a mistura de proporções adequadas com o querosene de aviação de origem fóssil, bem como o desenvolvimento de tecnologia que garanta a substituição total do querosene da aviação de origem fóssil.

Outra emenda:

Suprima-se o inciso I do art. 3º do PLS nº 506, de 2013, renumerando-se os incisos seguintes.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-la, encerro a discussão, ficando a votação para a próxima reunião.

ITEM 46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2017

- Não terminativo -

Institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e de aquisições de materiais e equipamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular.

Autoria: Senador João Capiberibe

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Relatório.

Vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 325, de 2017, de autoria do Senador João Capiberibe, que institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e de aquisições de materiais e equipamentos por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular.

A proposição é composta de onze artigos, estruturados em três capítulos.

O Capítulo I – Disposições Gerais – apresenta o objetivo do projeto, em linha com o explicitado em sua ementa, e define o conceito de gestão compartilhada, como o acompanhamento por meio de aplicativos congregantes de indivíduos, disponíveis na internet ou na telefonia celular, da execução orçamentária, financeira e física dos gastos públicos, na realização de obras, prestação de serviços públicos e aquisições de materiais e equipamentos. É estabelecido também o escopo do projeto, sendo estatuído que suas disposições subordinam a administração direta e indireta de todos os Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Capítulo II – Da Implementação e Regulamentação – estabelece as diretrizes para a gestão compartilhada do acompanhamento de gastos públicos. Os entes públicos subordinados à Lei deverão, nos termos do *caput* art. 5º, oferecer, na página de apresentação de seus portais institucionais na internet, uma ferramenta específica para cadastramento dos grupos virtuais e armazenamento de seu conteúdo.

O art. 4º do projeto assegura que qualquer cidadão poderá formar grupo de gestão compartilhada e solicitar seu cadastramento junto ao ente público, apresentando... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso continuar, Sr. Presidente?

...apresentando um regulamento próprio que deverá conter indicação de seus administradores, do objeto do acompanhamento, bem como compromisso de que as comunicações se consolidarão de forma clara, não-contraditória e em termos corteses e civilizados.

Para abreviar a leitura do relatório e a pedido do nosso Senador Bio, vou passar direto à análise, Sr. Presidente, senão o nosso Senador alagoano fica impaciente, com toda a razão.

A Análise aqui é aprimorada e aprofundada.

Análise.

Nos termos do que dispõe o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência.

O objeto da proposição é o estabelecimento de obrigação aos entes públicos de todos os Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de instituírem, nos seus portais institucionais, na internet, uma ferramenta de gestão compartilhada, mediante controle social direto de acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e de aquisições de materiais e equipamentos.

O art. 1º do projeto enuncia que sua fundamentação reside no direito de todo cidadão de ter acesso à informação.

Passando adiante, tendo em vista que a matéria abordada na proposição se vincula especificamente com o acesso a informações públicas relacionadas com contratos administrativos, podemos apontar também como suportes constitucionais para a competência legislativa do Congresso Nacional as disposições do art. 22, inciso XVII, e do art. 173, § 1º, inciso III, da Carta Política. O primeiro dispositivo atribui à União competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e o segundo dispositivo firma igual competência com relação às licitações e contratações de empresas públicas e sociedades de economia mista. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida.

A avaliação da juridicidade da proposição, da mesma forma, não revela impedimentos à sua aprovação. As disposições do projeto mostram-se harmônicas com o ordenamento jurídico e alinhadas com outros diplomas legais recentemente aprovados que buscam ampliar a transparência nas ações do Poder Público e incentivar novas formas de controle social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o caso, por exemplo, da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública, que disciplina, em seus arts. 18 a 22, a formação de conselhos de usuários, destinados a acompanhar a prestação de serviços públicos. Os grupos de gestão criados nos termos do projeto em exame devem desempenhar, em seu campo particular de atuação – os contratos administrativos para obras, serviços e aquisições de bens –, uma função similar de acompanhamento e controle da ação governamental à dos conselhos de usuários no âmbito da prestação de serviços públicos.

As disposições do projeto não apresentam incompatibilidades com as normas em vigor nos campos de contratos administrativos e de acesso à informação. As especificidades da proposição, principalmente com relação ao fomento do uso de novas tecnologias de informação, justificam que suas disposições sejam formuladas como lei autônoma e não como um capítulo da Lei de Acesso à Informação ou da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Quanto à regimentalidade do projeto, não se identificam óbices ao seguimento de sua tramitação.

A técnica legislativa do projeto pode ser aperfeiçoada em dois pontos específicos, tratados em emendas de redação que apresentamos. A primeira emenda unifica a redação do *caput* do art. 4º com seu inciso I, visto não se tratar de discriminação ou enumeração, o que se evidencia pela ausência de incisos subsequentes. A segunda emenda altera as enumerações promovidas no §1º do art. 4º e no §3º do art. 5º, substituindo as alíneas constantes do texto original por incisos, que constituem a categoria adequada ao caso.

Sem prejuízo da atribuição da CFTC para avaliação em profundidade do mérito da proposição, devemos registrar, com brevidade, nossa posição favorável a medidas legislativas como esta, que buscam incentivar a participação, Sr. Presidente, a transparência, o controle social, a integração do serviço público com o cidadão, que faz parte de um regime verdadeiramente democrático.

É uma atuação realmente marcante do Capiberibe, ao propor matéria de tão alta relevância.

Diante do exposto, Sr. Presidente, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2017, com as emendas de redação, que ora apresento ao Plenário e que já foram distribuídas a todos os Senadores da República.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para discutir, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – De maneira muito célere, eu não poderia ficar sem deixar aqui os meus cumprimentos ao Senador Capiberibe pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação desse projeto, que é realmente muito inovador em termos de gestão pública, e também ao Relator, o Senador Valadares, pelo aperfeiçoamento que fez ao projeto. Inclusive, esse projeto de lei tem sido objeto de estudo já nas universidades.

Eu queria fazer esse registro de parabéns ao Senador Capiberibe, porque certamente será um grande avanço nas questões modernas da nova gestão pública brasileira esse acompanhamento *pari passu*, com a participação social ainda mais intensa.

Então, a minha palavra é só de cumprimentos e, claro, eu votarei favoravelmente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a discussão...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concederei a V. Exª a palavra, em seguida.

Encerrada a discussão, os senhores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, considerando que já estamos praticamente no final da pauta, eu gostaria de requerer a V. Exª, se possível, que nós pudéssemos colocar o Projeto de Lei nº 186, que já tramita nesta Casa desde 2014, como um item extrapauta, a fim de que eu faça a leitura do relatório ainda nesta reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a aprovação do Plenário, V. Exª será atendido.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sou contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, na verdade, trata-se do tema dos jogos de azar, que é um tema complexo. Eu, na verdade, seria contra aqui – entendeu, Senador Benedito de Lira? Eu sou contra. Eu não quero... Você pode ler...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós cuidaremos apenas da leitura e, em seguida, concederemos vista coletiva.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador, extrapauta não precisa de acordo de todo mundo aqui? Conversei inclusive com o Senador Eunício, porque eu vi agora, na TV Senado, que eles vão colocar como prioridade os jogos de azar no Plenário do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh, eu coloquei em votação o pleito do Senador Benedito de Lira, e o Plenário não se manifestou contrariamente. Portanto, foi aprovado. Haverá vista; leitura e vista, em seguida.

Item 43.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu me manifestei, na hora, contra. Eu me manifestei, na hora, contra, quando V. Exª colocou, mas...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª, assim como eu...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...não vou eu querer brigar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª é minoria tanto quanto eu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 43.

ITEM 43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2016

- Não terminativo -

Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal

Autoria: CPI do Assassinato de Jovens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável às Emendas de Plenário nºs 3 a 5, com a subemenda que apresenta respectivamente a cada emenda, e também favorável à Emenda de Plenário nº 6.

Observações:

- Em 03/05/2017 a Comissão aprovou Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas n° 1-CCJ e n° 2-CCJ;

- Em Plenário, foram apresentadas ao Projeto as Emendas nºs 3, 4, 5 e 6-PLEN, de autoria do Senador João Capiberibe.

Relatora das emendas: Senadora Lídice da Mata.

Relator *ad hoc*: Senador Lindbergh Farias.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh para proferir o seu relatório sucinto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro. Eu agradeço, Sr. Presidente.

Deixe-me falar para o senhor: na verdade, houve uma CPI sobre o assassinato de jovens, da qual eu fui o Relator e a Senadora Lídice da Mata, Presidente. De lá, saíram alguns projetos.

Os números são alarmantes, Presidente. Nós temos, em média, no País, 60 mil assassinatos, sendo mais da metade assassinatos de jovens. Desses jovens, 77% são jovens negros, moradores das periferias.

A gente teve a oportunidade de ir aos lugares, às comunidades, e é impressionante ver o desespero de mães que têm filho de 18, 19 anos que mora em algumas comunidades, porque essa juventude está sendo exterminada pelo tráfico, pela milícia e, às vezes, infelizmente, Presidente, pela violência policial.

O que nós queremos nesse projeto? Que haja investigação. Existem casos, infelizmente, de execuções feitas por policiais. Isso já está avançando no País.

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e a do Rio de Janeiro já regulamentaram, porque antigamente colocava-se autos de resistência e não havia investigação nenhuma.

Isso em São Paulo e no Rio de Janeiro já foi modificado; agora não, tem que haver investigação.

Então, esse é um projeto muito importante, foi aprovado aqui pela CCJ, foi para o plenário. O Senador Capiberibe apresentou três emendas, todas muito pertinentes nesse caso, tem a ver com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perícia, a presença do delegado. Então, nós acatamos a emenda e o nosso relatório aqui é pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3, 4, 5 e 6, com alterações nas formas das subemendas.

Então, esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda de Plenário nº 3, com a Subemenda nº 1 da CCJ, favorável à Emenda de Plenário nº 4, com a Subemenda nº 2 da CCJ, favorável à Emenda de Plenário nº 5, com a Subemenda nº 3 da CCJ, e, ainda, favorável à Emenda de Plenário nº 6.

A matéria vai ao plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2014 e pela rejeição das Emendas da CEDN nºs 23, 46, 51 e 52; pela aprovação parcial das Emendas da CEDN nºs 27, 28 e 29, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 65, 66 e da Emenda nº 67 apresentada na CCJ; pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 6, 10, 13, 59, 60, 61 e 64; pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 55 e 56 e da Emenda nº 68 apresentada na CCJ;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicadas as demais Emendas da CEDN não aprovadas naquela Comissão, na forma do Substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator para proferir o seu parecer.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado aos Srs. Senadores. Eu queria agradecer particularmente ao Senador Lindbergh, que abriu mão da posição de contrariedade para leitura do relatório.

Sr. Presidente, o relatório desse projeto tem aproximadamente 52 folhas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Perfeito.

Então, eu agradeço a V. Exª a correção.

Pois bem, na verdade não é um projeto pacífico, é um projeto polêmico, mas necessário, porque o Brasil, como um dos países da América do Sul, talvez seja o único que não tenha a regularização dos jogos, que são tidos hoje como jogos de azar e eu estou apresentando um substitutivo mudando essa terminologia de azar para jogos de fortuna.

Pois bem, Sr. Presidente.

Esse projeto está tramitando por esta Casa há mais de três anos, consequentemente já passou por alguns Relatores, Blairo Maggi, depois o Fernando Bezerra e, agora, nós estamos concluindo e logicamente que espero que a Casa possa apreciá-lo dentro do menor espaço de tempo possível.

Começarei a fazer algumas observações a respeito do relatório, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei n° 186, de 2014, do Senador Ciro Nogueira, tem por finalidade autorizar a exploração de jogos que são tidos de azar, mas jogos de fortuna no futuro, em todo o território nacional.

E é bom que fique claro que isso não é uma regulamentação, porque a regulamentação virá posterior à aprovação do projeto de lei. Isso é um marco regulatório dos jogos no Brasil.

O art. 1° dispõe sobre o escopo da lei que se pretende aprovar, enquanto o art. 2° autoriza a exploração dos jogos de azar em todo o território nacional, desde que observados os devidos requisitos legais e regulamentares.

O art. 3° apresenta uma lista não exaustiva de jogos de azar, enquanto o art. 4° apresenta uma definição legal das seguintes modalidades de jogos: jogo do bicho, videoloteria, jogos de bingo, videobingo, jogos eletrônicos, jogos de cassino, jogos de apostas esportivas *on-line*, jogo de bingo *on-line* e jogos de cassino *on-line*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 5° prevê que os jogos de azar serão explorados por meio de autorização outorgada pelos Estados e pelo Distrito Federal, observadas as disposições do Projeto de Lei do Senado e de seus regulamentos. De acordo com seu parágrafo único, os Estados e o Distrito Federal são os responsáveis por regular, normatizar e fiscalizar os estabelecimentos autorizados para a exploração dos jogos de azar no âmbito dos seus respectivos territórios, observado o disposto na proposição.

Pois bem, Sr. Presidente, são 38 artigos. Tendo certeza de que haverá pedido de vista – e isso está previsto –, vou passar mais à frente para que a gente possa ganhar tempo. Atendo aqui à mesma reivindicação que fizeram ao Valadares e que estão me fazendo também para que eu resuma, pois são mais de cinquenta páginas. Então, a recíproca aqui é verdadeira.

Feitas as observações com relação aos artigos que disciplinam o projeto de lei, prossigo.

Em um ambiente onde o jogo é socialmente aceito, defende-se que as políticas proibitivas de jogos tendem a não surtir os efeitos desejados e que o papel do Estado deveria se restringir a criar regras para disciplinar e fiscalizar a exploração dos jogos de azar no País, em conformidade com os ditames constitucionais e com o ordenamento jurídico pátrio. Afirma, por exemplo, que é incoerente proibir o jogo do bicho, mas permitir e regulamentar as diversas modalidades de loteria federal. Em tal cenário, as apostas clandestinas movimentariam algo como R$18 bilhões por ano, Sr. Presidente.

Isso, na verdade, é o que acontece hoje pela proibição. Mas a clandestinidade permanece e o País deixa de recolher para atender a determinadas ações, principalmente, como estamos ouvindo falar muito agora e que é um clamor nacional, para a segurança pública. E nós estamos destinando, através de projetos, recursos? Não. Um considerável percentual para atender a segurança, a saúde e a previdência social.

Além disso, Sr. Presidente, entre os 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em 75% deles o jogo é legal, ou seja, o Brasil pertence aos 25% que ainda não legalizaram a atividade.

O autor defende ainda que não compete ao Estado interferir nas escolhas pessoais de cada indivíduo. Ressalta que o risco de algumas pessoas apresentarem comportamentos compulsivos não deve justificar a proibição do jogo, utilizando como exemplo outros comportamentos compulsivos existentes em nossa sociedade.

Por fim, apresenta estimativas segundo as quais o Brasil poderia arrecadar cerca de R$15 bilhões em impostos por ano caso a atividade fosse legalizada. Propõe, assim, que se deixe a demagogia de lado e reflitamos sobre a importância, em termos econômicos, da legalização dos jogos de azar, que poderia se refletir em geração de empregos, aumento de receitas públicas, beneficiando um grande número de cidadãos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 30 de setembro de 2015, o projeto foi distribuído à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, em decisão terminativa, cabendo sua relatoria ao Senador Blairo Maggi.

Passamos a historiá-las.

As Emendas de nº 1 a 5 foram apresentadas naquela oportunidade, que receberam as manifestações do Relator. Posteriormente a isso, outras emendas foram apresentadas. Algumas foram acolhidas em parte por nós; outras não foram acolhidas pela atual Relatoria.

Quanto à constitucionalidade, o art. 22 da Constituição Federal, em seus incisos I e XX, estabelece que compete privativamente à União legislar sobre direito penal e sobre sistemas de consórcio e sorteios. Compete, também, à União legislar sobre direito econômico e tributário, conforme preceitua o inciso I do art. 24 da Constituição Federal.

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.847-2 do Distrito Federal e de outras ADINs que tratavam sobre loterias estaduais, o Supremo Tribunal Federal decidiu: "A legislação sobre loterias é de competência da União, conforme art. 22, incisos I e XX." Na época, entendeu a Corte de Justiça que a palavra "sorteio", contida no inciso XX do art. 22 da Constituição, abrange loterias e bingos. Ainda a respeito do tema, o STF (Supremo Tribunal Federal) editou a Súmula Vinculante n° 2, a qual estabelece que é inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios ou sorteios, inclusive bingos e loterias.

Quanto à juridicidade, também não existe óbice à aprovação do PLS 186, de 2014, uma vez que: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado; (ii) há inovação no ordenamento jurídico; (iii) a proposição possui o atributo da generalidade; (iv) existe potencial de coercitividade; e (v) há compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito brasileiro.

Com relação à técnica legislativa, o PLS observa as regras da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 2008.

Quanto ao mérito, entendemos que é desejável a iniciativa de se regulamentar o jogo de azar no Brasil, por todos os motivos acima expostos.

Contudo, entendemos que é possível introduzir aprimoramentos ao texto original da proposição. Nesse sentido, propomos:

a) conceituação de jogos de fortuna, incluindo jogos de fortuna por meio eletrônico, no projeto de lei;

b) autorização para exploração no Brasil das seguintes modalidades de jogos de fortuna – jogo do bicho; vídeo-bingo e videojogo, *on-line* e presencial; jogo de bingo; jogos de cassinos em complexos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrados de lazer; jogos de apostas esportivas e não esportivas, *on-line* e presencial; jogos de cassino *on-line*;

c) atribuição ao Poder Executivo Federal de competência exclusiva para regulamentar e conceder credenciamento para a exploração de jogos de fortuna, ressalvados os jogos do bingo e do bicho, que ficarão, respectivamente, a cargo do Estados e dos Municípios;

d) atribuição de competência aos Estados e ao Distrito Federal para fiscalizar os estabelecimentos credenciados para a exploração de jogos de fortuna no âmbito de seus respectivos territórios, mas estabelecendo que, no caso dos cassinos, a fiscalização permaneça sob responsabilidade do Poder Executivo Federal;

e) previsão de medidas para controle dos estabelecimentos credenciados a explorar jogos de azar, obrigando-os a promover a identificação de todos os jogadores e a remeter ao Poder Executivo federal, na forma do regulamento, informações sobre todos os jogadores que receberem premiações superiores a R$10 mil;

f) regulamentação do jogo de bicho e videojogo permitirá que o credenciamento para exploração dessas modalidades estará circunscrito ao limite do Município. O credenciamento para exploração da atividade é de competência dos Municípios;

g) no que diz respeito ao jogo de bingo e ao vídeo-bingo, a proposição determina que a exploração da atividade deverá ser feita em salas próprias para esse fim, sendo permitido o credenciamento de no máximo uma casa de bingo a cada 150 mil habitantes do Município. O prazo de credenciamento é de 20 anos, renováveis por mais 20. O credenciamento para exploração da atividade é de competência dos Estados;

h) quanto aos jogos e apostas, a proposição define as apostas divisíveis em cotas fixas, tanto relativas a eventos esportivos e não esportivos, nas modalidades presencial ou remota, bem como define as apostas eletrônicas e jogos *on-line* disponibilizados por meio de canal eletrônico de comercialização;

i) quanto aos cassinos, o substitutivo apresentado ao final prevê que deverão funcionar em complexos integrados de lazer, construídos especificamente para esse fim. Os complexos integrados de lazer deverão conter, no mínimo, acomodações hoteleiras de alto padrão, locais para realização de reuniões e eventos culturais ou artísticos...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Benedito de Lira, o parecer de V. Exª, assim como o projeto original e as emendas estão no sistema, portanto, informatizado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Foi boa essa observação de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pediria, portanto, que abreviasse o seu parecer.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Vou concluir.

Dessa forma, Sr. Presidente, resgatando o texto do substitutivo apresentado pelo Senador Blairo Maggi e aprovado pela CEDN, propomos a instituição de nova contribuição, que será devida por aqueles que explorem os jogos previstos na nova lei – alíquota de 10% ou 20%, conforme a exploração seja realizada em estabelecimento físico ou em ambiente *on-line* respectivamente.

Em virtude da situação orçamentária gravíssima por que passam os entes federados, faz-se urgente que os novos recursos arrecadados com a regulamentação e exploração de jogos sejam também partilhados de forma semelhante ao que ocorre em relação a outros tributos, como o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produto Industrializado.

Vamos lá, mais à frente.

Nós estamos, no nosso substitutivo, Sr. Presidente, estabelecendo que os recursos resultantes da arrecadação tributária sejam distribuídos para a área de saúde, de Previdência Social e para a segurança pública, percentuais praticamente todos em termos de 30%, 30%, 30% desses valores.

Pois bem, logicamente, tenho certeza de que vai ser pedido vista do projeto, então, acredito que deveremos ter algumas outras informações ou propostas que poderão ser reavaliadas.

Contudo, Sr. Presidente, considerando que o relatório e o substitutivo se encontram no sistema, vou passar a ler o voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade da proposição e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2014; pela rejeição das Emendas da CEDN nº 23, 46, 51 e 52; pela aprovação parcial das Emendas da mesma Comissão nº 27, 28 e 29; pela rejeição das Emendas de Plenário nº 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 65, 66 e da Emenda nº 67, apresentada na CCJ; pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nº 6, 10, 13, 59, 60, 61 e 64; pela aprovação das Emendas de Plenário nº 55 e 56 e da Emenda nº 68, apresentada à Constituição na forma da seguinte emenda substitutiva, prejudicadas as demais Emendas da CEDN não aprovadas naquela Comissão, Sr. Presidente.

Esse é o voto e o relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva concedida.

Fica a discussão para a próxima reunião, discussão e votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – Eu pedi vista, juntamente com o Senador Randolfe, porque eu estava de fato...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – E será na próxima reunião a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A discussão. Na próxima reunião.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Só uma pergunta, Sr. Presidente, a V. Exª, só para me informar: como há um feriado na quarta-feira, V. Exª já se informou com a Mesa se haverá reunião das comissões, uma vez que quarta-feira é feriado?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ainda haverá gestões desta Presidência com a Mesa, para saber se será na terça-feira, na quinta-feira ou se não haverá reunião.

Comunicarei a todos os membros da Comissão oportunamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É possível que, se houver, ocorrerá na terça-feira. Na quinta-feira não vai ocorrer mesmo, porque é feriado a quarta-feira.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu solicitaria, se fosse possível... Eu recebi uma solicitação do Senador Caiado, para, se for possível, tão somente ler um relatório de autoria de S. Exª do Projeto de Lei 341, que é muito singelo. Deixaria, claro, vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

(Matéria não lida:

ITEM 48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera o Estatuto da Advocacia para estabelecer que são impedidos de exercer a advocacia os ex-magistrados e ex-membros do Ministério Público, no prazo de três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, no juízo ou tribunal do qual se afastaram, incluída no impedimento qualquer atividade que possa configurar conflito de interesse ou utilização de informação privilegiada.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda nº 1-CCJ)

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

O projeto, Sr. Presidente, trata tão somente da regulamentação da chamada quarentena dos magistrados e membros do Ministério Público que se aposentam ou pedem exoneração, aliás, conforme determinam já o inciso V do parágrafo único do art. 95 e o §6º do art. 128 ambos da Constituição Federal, que determina essa quarentena por três anos. O projeto é muito simples e estabelece alteração no Estatuo da OAB, exatamente colocando esse prazo de três anos e limitando as atividades, para não serem utilizadas as informações.

A matéria consta já do relatório.

Sendo assim, eu considero lido esse relatório, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para vista e discussão futura.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva.

ITEM Nº

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos dos arts. 90 e 397 do Regimento Interno do Senado, que seja convidado o Ex^{mo} Sr. Ministro da Justiça, Torquato Jardim, para prestar esclarecimentos, conjuntamente com demais comissões que tenham apreciado requerimentos de oitiva do referido Ministro a respeito de ações e programas da respectiva pasta relacionada à segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Romero Jucá, Líder do Governo no Senado

Os senhores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O item 10 já foi lido, seria só votar. O item 10 é de minha autoria, e o Relator é o Senador Acir Gurgacz...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É o item 28.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Perdão, perdão. O item 10 é do Raimundo Lira, sobre crime de arma branca. Esse já foi lido, e eu sou Relator. É terminativo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É terminativo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E o item 28?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O item 28 é não terminativo, porém, Senador Valdir Raupp, já encerramos a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Edison Lobão, Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Jorge Viana, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Paulo Paim, Acir Gurgacz, José Medeiros, Ciro Nogueira e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Manoel Rangel Neto." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Senhor Christian de Castro Oliveira, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - Ancine, com 19 votos favoráveis. **Observação:** A votação do Relatório ocorreu mediante escrutínio secreto, nos termos do Art.383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/10

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à sabatina do Sr. Christian de Castro Oliveira, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema (Ancine).

Item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Manoel Rangel Neto.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1- Em 03/10/2017, a Matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de indicação de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Após a arguição do indicado, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e, posteriormente, à votação do relatório, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e à Decisão nº 1 da Comissão de Educação.

Convido o Senador Roberto para conduzir o Sr. Christian de Castro Oliveira ao recinto da reunião. (*Pausa.*)

Cumprimento o Sr. Christian de Castro Oliveira.

Quero cumprimentar todos os convidados, todos os representantes do Ministério da Cultura que se fazem presentes.

Concedo a palavra ao Sr. Christian de Castro Oliveira para sua exposição, por 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA – Bom dia.

Muito obrigado a todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes.

Obrigado aos profissionais e representantes de entidades e associações do setor audiovisual de todas as regiões do País e de todos os segmentos da atividade que vieram acompanhar esta sabatina e manifestaram apoio a minha indicação.

Quero registrar a presença no Senado, que muito me honra, nesta Comissão, do cineasta Cacá Diegues e do cineasta Vladimir Carvalho, dois mestres que inspiram a minha trajetória dentro desse setor. Agradeço a presença de cada um de vocês, pelo apoio e pela consideração.

É uma honra estar aqui hoje para falar da Ancine e do desenvolvimento de um setor estratégico em termos culturais, sociais e econômicos, para o qual o Brasil demonstra uma vocação evidente e no qual investi minha atuação profissional nas últimas duas décadas.

Agradeço ao Presidente Michel Temer e ao Ministro Sérgio Sá Leitão pela indicação e ao Relator, Senador Roberto Rocha. Coloco minha experiência, minha capacidade de trabalho e meu conhecimento a serviço do desenvolvimento do setor audiovisual do País e para isso espero contar com a aprovação das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores. Eu atuo no mercado audiovisual como empreendedor, produtor, consultor e executivo há 18 anos e conheço profundamente essa indústria, suas partes relacionadas, sua importância, necessidades e desafios.

Fui, durante os últimos dez anos, sócio ativo da empresa Zooks Consultoria e Comunicação, consultoria especializada em economia criativa, empreendedorismo e *venture capital*, onde desenvolvi serviços relacionados à modelagem de negócios, estruturação financeira, planejamento estratégico, desenvolvimento de projetos e gestão para empresas, principalmente para o setor de entretenimento, mídia e audiovisual.

Participei da criação de teses de investimentos para crescimento das empresas, através de investimento privado e estruturação financeira via BNDES Procult, bem como consultoria para a elaboração do plano de melhoria de governança corporativa e gestão interina.

Desenvolvi trabalhos com mais de 30 empresas dos diversos elos da cadeia de valor do audiovisual e também no desenvolvimento, formatação e estruturação de dezenas de filmes e séries de tevê atualmente em diferentes etapas de produção.

Meu mais recente trabalho foi, com muito orgulho, como Diretor Executivo da Luz Mágica, produtora de Cacá Diegues e Renata Almeida Magalhães, com o objetivo de conduzir a modernização da gestão e controle da empresa. Exercia a função de produtor da carteira de projetos da empresa que será entregue ao longo dos próximos anos.

Em 2012, eu trabalhei com a ABVCAP (Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital), onde treinei e capacitei 112 empresas inovadoras de diferentes setores da economia, das quais 15 receberam investimento.

Em 2008, eu integrei a equipe de assessores da diretoria colegiada da Ancine, na equipe do Diretor Sérgio Sá Leitão, em sua primeira passagem pela agência, com o objetivo de assessorar em assuntos financeiros e comerciais relacionados ao audiovisual. Na ocasião, atuei na reformulação da instrução normativa dos Funcines, na regulamentação do art. 3º-A da Lei do Audiovisual, na elaboração da proposta do Projeto de Lei 29, que originou a Lei 12.485, de 2011, que hoje regula o mercado de tevê por assinatura no Brasil e também no grupo de criação e implementação do Fundo Setorial do Audiovisual.

Em janeiro de 2009, fui Diretor Comercial da Rio Filme, a convite do então Diretor-Presidente Sérgio Sá Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participei da criação do novo modelo de negócio da agência de cinema da Prefeitura do Rio, reposicionando-a como uma gestora de investimento em conteúdo com a lógica de investimentos reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como a implementação de mecanismos automáticos de investimento.

Entre 2001 e 2006, eu integrei o grupo que redigiu a Instrução Normativa CVM 398, que regulamenta os Funcines (Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional) e, em seguida, integrei a equipe que criou e estruturou o primeiro fundo privado de investimentos na indústria do audiovisual brasileiro da Rio Bravo Investimentos.

Academicamente, eu cursei Engenharia Aeronáutica no ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), me graduei em Engenharia de Produção na Universidade Paulista, fiz pós-graduação em Film & Television Business na Fundação Getúlio Vargas e o MBKM, pós-graduação em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial da Coppe/UFRJ.

Minha trajetória no audiovisual se deu após carreira no Banco de Investimentos Garantia e no mercado financeiro, iniciada em 1992, onde aprendi a operar diferentes mercados, criar produtos inovadores e administrar fundos de investimento.

Em 1997, assumi a superintendência da área de derivativos da tesouraria internacional do Unibanco. Foram oito anos de aprendizado sobre gestão, administração, organização, gerenciamento de risco, formação e liderança de equipe. No entanto, o que muita gente me pergunta é como um engenheiro, com carreira no mercado financeiro, acabou decidindo se dedicar à economia criativa.

Bom, eu tive a sorte de testemunhar um criativo surgir na minha casa. O meu irmão Erik de Castro, dois anos mais novo, decidiu ser cineasta aos 12 anos. Ele graduou-se em cinema pela Los Angeles City College nos Estados Unidos e criamos juntos a BSB Cinema em 1995, aqui em Brasília. Quando eu decidi sair do mercado financeiro, esse cara me convenceu a entrar no cinema por vislumbrar a minha capacidade de unir estruturação financeira ao audiovisual, algo ainda raro no Brasil nos dias de hoje.

Com isso, em 1999, eu assumi a gestão da BSB Cinema e fui produtor dos filmes: Razão para Crer; da trilogia de documentários sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial – Senta a Pua, A Cobra Fumou, O Brasil na Batalha do Atlântico; e do longa-metragem de ficção federal. Desliguei-me da sociedade há sete anos, mas continuamos atuando juntos e neste momento estamos rodando aqui na cidade o longa-metragem Cano Cerrado, cujas filmagens terminam neste sábado.

Desde que minha indicação foi oficializada, muitos empresários e talentos do mercado perguntam a minha visão sobre a Ancine e o audiovisual. Eu compartilho aqui com as senhoras e os senhores, e a sociedade, a minha percepção do ponto de vista construído por meio de um diálogo permanente, direto e transparente com o mercado e da minha vivência e avaliação dos dados do audiovisual no Brasil.

O cenário não poderia ser melhor neste momento. Apesar da crise e da recessão econômica, o audiovisual brasileiro mantém um crescimento anual consistente de 9% ao ano, muito acima da média do País, impulsionado pelo aumento exponencial da produção de obras seriadas e não seriadas de TV, proporcionado pela Lei nº 12.485, pelo aumento da presença do cinema brasileiro nas telas, no surgimento contínuo de novos agentes econômicos e das receitas crescentes. É indiscutível sua importância estratégica para o desenvolvimento do País. Um conjunto de medidas positivas já foram tomadas pela Ancine, mas é preciso avançar e atuar com mais eficiência, eficácia e transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A agenda é muito direta e eu calco aqui em cinco propostas. Primeiro começando pelo papel da Ancine à integração com o MinC. A Ancine deve ser um mediador, induzindo o desenvolvimento e promovendo o equilíbrio. Integrante do Sistema MinC, a Ancine, a agência deve continuar a atuar em parceria com a Secretaria do Audiovisual, com o Conselho Superior do Cinema, o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual e outros órgãos, sob a liderança do Ministro e do Presidente, contribuindo para a implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento nacional e regional e estimulem a diversidade a liberdade e a potência da cultura brasileira.

O ponto dois é a desburocratização. Devemos trabalhar no sentido de desburocratizar, simplificar, dinamizar e inovar, buscar mais eficiência e eficácia em tudo o que a agência realiza, seja no registro, na fiscalização, na regulação, no acompanhamento de mercado e no fomento, por meio da revisão e da simplificação das INs e dos regulamentos em vigor, com respeito ao limite das leis e da Constituição, com vista a acelerar processos, desonerar o setor de exigências e intervenções desnecessárias e dessa forma maximizar resultados, reduzindo prazos e entraves. Devemos buscar mais agilidade na execução do Fundo Setorial do Audiovisual, hoje principal fonte de financiamento de obras independentes brasileiras. Dos R$3,7 bilhões destinados ao fundo setorial até hoje, somente 1,4 bilhão foi efetivamente desembolsado; 2,3 bilhões deixaram de ir para o mercado por razões diversas ainda.

O ponto três é a sustentabilidade, o equilíbrio e o desenvolvimento de mercado. O mercado audiovisual brasileiro é composto por uma cadeia de valor que perpassa vários segmentos e que pode ser dividido em quatro etapas: desenvolvimento e financiamento; produção; distribuição e consumo; exibição de conteúdo. Sendo que esta última, a gente pode dividir em cinema, TV aberta, TV por assinatura e as mídias digitais, atualmente. Além, obviamente, do setor de infraestrutura e as tecnologias associadas ao audiovisual.

Apesar das diversas possibilidades de receita em cada uma dessas janelas e, inclusive, no mercado internacional, para que o mercado tenha sustentabilidade e continue crescendo, é preciso estreitar as relações entre o conteúdo e o público consumidor e ajudar os produtores a encontrar o seu público num momento de transformação de consumo de conteúdo introduzido pelas novas tecnologias. A Ancine deve ampliar o escopo e aperfeiçoar o fomento de modo a contemplar em equilíbrio os vários segmentos da atividade, buscar melhores resultados, visar à sustentabilidade das empresas e reduzir o grau de dependência, adequando-se às dinâmicas e aos modelos de negócio existentes, além de incluir ações de capacitação, preservação e apoio à infraestrutura e combinar mecanismos automáticos e seletivos reembolsáveis e não reembolsáveis. É necessário e possível transformar o Brasil em um centro relevante de criação, desenvolvimento, produção, programação e exportação de conteúdos audiovisuais, fortalecendo toda a cadeia de valor do setor.

Próximo ponto é a regionalização.

Segundo dados da Ancine, a região do Brasil com maior participação dos filmes brasileiros com relação ao público total de 2016 foi o Nordeste, com quase 20% dos espectadores e 17% da renda, repetindo a mesma posição do ano anterior. A Bahia teve 22,4% dos espectadores assistindo a filmes nacionais, e a segunda posição aparece Sergipe com 22,2%, em terceiro lugar, o Rio Grande do Norte com 20,8%. Todos os três Estados da Região Nordeste, reforçando que os filmes brasileiros possuem maior preferência nessa região.

Infelizmente, a preferência do público do Nordeste pelo produto brasileiro não se traduz no campo da produção, ainda excessivamente concentrada no Sudeste. Eu falo aqui também como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produtor do Centro-Oeste, com conhecimento de causa da dificuldade de romper as barreiras de mercado para produzir e distribuir conteúdo de fora do eixo Rio-São Paulo. Para criar um ambiente mais equilibrado e sustentável por todas as regiões do Brasil, que têm grande potencial de expansão, é preciso ampliar e aprimorar os programas já existentes. É importante que a Ancine apresente novas propostas para o investimento efetivo nas regiões do País, com projetos que envolvam o Ministério da Cultura, da Educação, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o BNDES, os Estados e Municípios, a sociedade civil, mercado, investidores privados, as universidades e os parques tecnológicos.

Capacitação. É fundamental investir em capacitação profissional. Além, obviamente, de investir no desenvolvimento e produção de obras audiovisuais, no fortalecimento das empresas produtoras e na estruturação de suas carteiras de projetos, no fortalecimento das distribuidoras, assim como na expansão do parque exibidor. Entretanto, a existência de profissionais habilitados e empresas capacitadas é a principal ação para o desenvolvimento do mercado regional, além da ampliação da atividade dos escritórios regionais da Ancine, de convênios com universidades e de empresas privadas especializadas no tema.

Concluindo, é importante a gente falar que o audiovisual encontra-se num dos melhores momentos de sua história. O salto vivenciado desde a criação da Ancine é evidente. Passamos de 29 para 143 filmes brasileiros distribuídos anualmente; de 8% para 14% de participação de bilheteria; de 1,6 mil para 3,1 mil salas de cinema; de 91 para 190 milhões de ingressos vendidos; de 3 milhões para 19 milhões de assinantes de TV paga; de 2 milhões para 165 milhões de acessos de banda larga; de 192 para 3,2 mil obras brasileiras exibidas em canais de TV paga.

Os números são muito relevantes, e isso é demonstrado na participação do audiovisual brasileiro no PIB, que chegou a 0,46%. O setor hoje tem um peso na economia do País maior do que a indústria farmacêutica, por exemplo. E apresenta uma capacidade de geração de renda, empregos, tributos e valor agregado superior à média das atividades econômicas, com um salário *per capita* também superior à média nacional.

Esse cenário positivo se deve ao trabalho e ao talento de milhares de profissionais de audiovisual do País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA – E também à política pública de audiovisual implementada a partir de 1993, com a Lei do Audiovisual, aprimorada em 2001, com a instalação da Ancine, depois com a criação do Fundo Setorial do Audiovisual, a promulgação da Lei da TV Paga, a realização dos programas Brasil de Todas as Telas e Cinema Perto de Você e as parcerias empreendidas pela Ancine com Estados e Municípios.

Os avanços da política do audiovisual são conquistas da sociedade. É possível avançar muito mais sem burocracia, com diálogo, liberdade, tecnologia, mercado e participação de todos.

Obrigado pela atenção.

E eu me coloco à disposição para as perguntas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Cumprimento e agradeço ao Sr. Christian de Castro Oliveira pela sua exposição.

Quero registrar aqui a presença honrosa do cineasta Cacá Diegues, do cineasta Vladimir Carvalho, do Sr. Edmundo Barbieri, Presidente do Conne (Conexão Audiovisual Centro-Oeste, Norte e Nordeste).

Passemos agora à fase da arguição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra primeiramente ao Senador Roberto Rocha, Relator da mensagem.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Srª Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, meu bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o nosso sabatinado Christian e quero desde já cumprimentar a todos que comparecem a esta Comissão, nas pessoas dos cineastas Cacá Diegues e Vladimir Carvalho.

Eu quero apenas, depois de ouvir a bela exposição do nosso sabatinado, Srª Presidente, apresentar três questões muito breves.

Sr. Christian, o Conselho Superior do Cinema aprovou resolução instituindo grupo de trabalho sobre o combate à pirataria. As principais finalidades desse grupo consistem, entre outras, em formular propostas, bem como acompanhar e subsidiar a Agência Nacional do Cinema no combate à pirataria de obras audiovisuais. Tal determinação está expressa no art. 7º, inciso III, da Medida Provisória 2.228-1, de setembro de 2001. Pois bem, como o senhor, indicado para compor a diretoria da Ancine, pretende trabalhar a questão do combate e da redução da pirataria, caso tenha seu nome aprovado no Senado e nomeado para o cargo pelo Presidente da República?

A segunda questão diz respeito à regionalização dos investimentos. Dentre as inovações da Lei da TV Paga, Lei 12.485/11, é importante destacar a alteração promovida pela Lei nº 11.437/06, que impôs a obrigação de investimento de, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FCA) em produtoras brasileiras estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como o senhor pretende trabalhar a questão do investimento do FCA no mercado audiovisual dessas regiões?

E, por fim, para não deixar de colocar um pé no planalto e outro na planície, eu quero trazer uma questão que diz respeito especificamente ao meu Estado. Estou falando do Maranhão onde, segundo dados do *site* da Ancine referentes ao ano de 2016, das 3.160 salas existentes no Brasil, o Maranhão possui apenas 51 delas, ou seja, 1,6% do parque exibidor. E, com relação à produção de longas-metragens lançadas em salas de cinema, dos 142 títulos estreados apenas dois foram de produtoras do Maranhão. O mais grave: de 1995 a 2012, o Estado não teve nenhum título lançado em salas de cinema. O que o senhor, caso venha a assumir o cargo de Diretor da Ancine, planeja fazer para equalizar minimamente essa situação em termos de capacitação ou outras ações, haja vista que não somente o Maranhão, mas toda a Região Norte e Nordeste é indiscutivelmente um celeiro de talentos artísticos – especialmente a Região Nordeste –, de histórias incríveis com cenários de tirar o fôlego e com enorme potencial de crescimento no mercado audiovisual.

Eram essas três questões, Srª Presidente, que queria formular ao nosso sabatinado, Dr. Christian.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Dr. Christian.

O SR. CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA – Senador, obrigado pelas perguntas. Todos os temas muito relevantes.

Sobre a pirataria. Como o senhor bem disse, o Conselho Superior do Cinema acabou de criar um grupo de trabalho para atacar efetivamente a pirataria. A gente tem alguns estudos que foram realizados nos últimos tempos, mas há uns dados do Fórum Nacional Contra a Pirataria, segundo os quais os produtos mais pirateados são filmes e músicas, os mais contrabandeados são os cigarros e os mais falsificados são roupas, tênis e óculos. E, por trás desse mecanismo da pirataria, há uma estrutura realmente criminosa que gera uma fonte de recurso para outros crimes e que onera tanto a economia como o Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Um ponto que a gente tem olhado com bastante atenção – e foi, inclusive, apresentando um estudo recentemente pela ABTA (Associação Brasileira de Televisão por Assinatura) e também pela Motion Picture, o sindicato das distribuidoras de cinema americanas – é a pirataria digital, além da pirataria tradicional, a pirataria digital através do *streaming* de conteúdo que é roubado e vendido através de caixinhas pirateadas que vêm da China e são compradas como se fossem normais. Mas essa pirataria tem tirado do mercado de conteúdo, apesar desse nosso crescimento muito eloquente de 3 milhões para 19 milhões de assinantes de TV por assinatura, a gente bateu num teto, há algum tempo a gente não cresce, mas esse mercado pirata cresce de maneira muito forte.

O que temos conversado, tanto no âmbito aqui do setor, entre produtores, distribuidores, nas associações, e que foi determinado no último Conselho Superior do Cinema, é que haja um esforço em conjunto do Ministério da Cultura com os Governos Federal, estudais e municipais no sentido de um combate efetivo a essa pirataria através de ações tanto tecnológicas efetivas de combate como também, além das medidas repressivas, trabalharmos a educação e a conscientização do público a respeito do ônus causado pela pirataria no nosso mercado. Esse é um tema que é premente e que vimos trabalhando ao longo desse tempo.

Regionalização e capacitação são dois pontos que, na minha opinião, acabam conversando juntos. A partir do momento em que vemos que a Região Nordeste do Brasil é muito forte culturalmente, temos hoje um grupo de cineastas que se organizaram no Conne (Conexão Audiovisual Centro-Oeste, Norte e Nordeste) de produtores, procurando conscientizar e fazer com que o fluxo dos recursos aconteça de uma maneira mais efetiva, dinâmica e direta para essas regiões na execução do Fundo Setorial do Audiovisual, mas é importante notarmos e procurarmos entender quais são as vocações das regiões, dos locais.

Quando falamos de produção e distribuição de filme, o fundo setorial tem efetivamente bastante dinheiro a ser investido, só que boa parte dos empreendedores fora do eixo Rio-São Paulo tem uma distância, um *gap* de conhecimento mesmo de como lidar com as regras, com o processo de submissão, com os arranjos regionais e também com negociação com os distribuidores, os investidores e os coprodutores. E isso passa por uma capacitação mais efetiva dos empreendedores criativos fora do eixo Rio-São Paulo. Isso tem sido uma constatação muito grande ao longo da minha trajetória tanto como produtor aqui no Centro-Oeste, mas também trabalhando com diferentes empresas para podermos trabalhar esse *gap*, procurando olhar quais são as vocações locais.

Temos no Nordeste diferentes polos de tecnologia. No seu próprio Estado, existe uma iniciativa, se eu não me engano, a Zema (Zona de Exportação do Maranhão), que visa criar um polo de empresas com o viés exportador, essas iniciativas locais que acabam desonerando os empreendedores e fazendo com que o mercado acabe funcionando de maneira mais rápida, efetiva, dinâmica, e acaba fazendo com que as empresas e as regiões descubram suas próprias vocações, para podermos acelerar, trazendo tecnologia para dentro desse jogo.

Se formos ver o que cresce exponencialmente hoje no mundo, vemos a conjunção de três coisas assim muito simples: entretenimento, conteúdo e tecnologia. Quando esses três vetores realmente se encontram de maneira organizada, conseguem promover crescimento exponencial para os empreendedores e dentro da economia local. Não por acaso, hoje, as empresas mais valiosas do mundo são empresas que acabam congregando tudo isso. Quando a gente fala de Google, Facebook, Amazon, Apple, a gente acaba falando que são empresas de conteúdo, promovem o entretenimento, com uma forte base tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que esses polos acabam funcionando muito para puxar a regionalização, forçando a capacitação dos empreendedores locais para conseguir alavancar esse volume de recursos que o fundo setorial, por lei, precisa investir nessas regiões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senador Roberto Rocha, tem alguma indagação a fazer?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Tenho, Srª Presidente.

Apenas para aproveitar o gancho que me deu o Dr. Christian para dizer da alegria de ver que ele conhece um projeto que tramita aqui no Senado. Eu aproveito até para dividir um pouco essa alegria com os colegas Senadores. Esse projeto a que o Dr. Christian se refere sobre a Zema (Zona de Exportação do Maranhão) é de minha autoria e de relatoria do Senador Lobão, inclusive está prestes a ser colocado para votação na CCJ. Na realidade, a gente apenas aproveita o privilégio de São Luís ter uma localização geográfica extraordinária no Planeta, está bem no meio da Alca, está muito próximo de todos os mercados econômicos – o mercado norte-americano, o mercado sul-americano, o mercado europeu, o mercado asiático pelo Canal do Panamá –, e fundamentalmente por São Luís ser uma ilha até maior que a ilha de Hong Kong e o dobro do tamanho da ilha de Singapura. Há 40 anos, a ilha de Singapura era um porto pesqueiro apenas, hoje divide com Hong Kong o melhor IDH do Planeta. As duas ilhas tiraram agora primeiro e segundo lugares no *ranking* da competitividade mundial. E a gente tenta fazer um modelo econômico muito parecido, fazendo com que a ilha de São Luís seja uma área de livre comércio voltada exclusivamente para exportação. De tal modo que lá seria um ambiente de negócios muito favorável para indústrias e empresas se instalarem com vista ao mercado externo.

É o contrário de Manaus. Manaus transforma manufatura para o mercado interno, tem uma renúncia fiscal extraordinária. Só no ano de 2015 foram R$28 bilhões – isso significa duas vezes e meia a Receita Corrente Líquida do Estado do Maranhão. É mais que um Bolsa Família só a renúncia fiscal de Manaus. Mas não é disso que estamos tratando, porque o País não suporta mais isso. Estamos tratando de um modelo econômico novo, cujo diálogo nós estamos fazendo muito sintonizados com a própria Receita Federal, para que a gente possa, quem sabe, conseguir um parecer, uma nota técnica favorável.

Então eu fico muito feliz de ver que entre tantas indústrias a gente pode ter essa indústria também que não polui, que é numa ilha oceânica, uma ilha que tem um ecossistema relativamente frágil, e que poderá, sem dúvida nenhuma, ajudar muito o Brasil e ajudar essa região que, como foi dito aqui no início, na minha pergunta, carece muito desses investimentos.

Meus cumprimentos e muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Informo aos Srs. Senadores que o painel já está aberto para votação.

Passo a palavra agora ao Senador Pedro Chaves, Vice-Presidente desta Comissão, para que possa fazer os questionamentos ao Sr. Christian.

Após o Senador Pedro Chaves, eu passaria a palavra para mais dois Senadores: primeiro ao Senador Cristovam Buarque; depois ao Senador Roberto Muniz, para que pudessem também fazer suas indagações.

Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Srª Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes, o Sr. Cacá Diegues e o Sr. Vladimir Carvalho, que nos honram muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com suas presenças, demais cineastas presentes e todos os relacionados com a Ancine, o nosso bom-dia.

Eu vou formular apenas duas perguntas ao Sr. Christian de Castro Oliveira, que já demonstrou, de forma inequívoca, a sua condição, a sua capacidade para assumir a função de Diretor da Agência Nacional do Cinema.

As questões são as seguintes: observa-se pelo seu currículo que V. Sª atuou por um longo tempo na iniciativa privada no mercado do audiovisual; foi sócio de empresa especializada em economia criativa; atuou como diretor, membro de conselho, fundador e sócio de várias empresas de produção cultural, além de também já ter sido assessor da diretoria colegiada da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Ao longo desse tempo, V. Sª certamente demandou, por diversas vezes, a atuação da Ancine no apoio aos seus projetos. Diante dessa experiência, qual a opinião de V. Sª em relação à atuação e às políticas da Ancine na regulação, fomento e incentivo à indústria do audiovisual brasileiro nesses anos? V. Sª considera que as políticas implementadas têm atendido às demandas do setor ou acredita que seria necessária a adoção de novas medidas e a implementação de outras políticas? E quais, na sua opinião, deveriam ser essas medidas?

Segunda pergunta: recentemente o Presidente da República vetou o projeto de lei de conversão aprovado pelo Congresso Nacional em decorrência da Medida Provisória 770, de 27 de março de 2017, que prorrogava até o ano calendário de 2019 os incentivos previstos na Lei 8.685, de 20 de julho de 1993 – a Lei do Audiovisual. A iniciativa também aumentaria o prazo do incentivo previsto na Lei 12.599, de 23 de março de 2012, que previa Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine), bem como o prazo previsto pela Medida Provisória 2.228, de 6 de setembro de 2001, para dedução do Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas, referente à compra de cotas do Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcine), criadas para financiar o setor. O veto gerou reações de artistas e produtores culturais, que temem pelo futuro da indústria cinematográfica. Contudo, em sua página oficial na internet, o Ministério da Cultura afirma que o veto não prejudicará o mercado de audiovisual. Diante disso, qual impacto V. Sª imagina que o veto de tal medida poderá provocar no setor? V. Sª acredita que a interrupção de todos esses importantes incentivos possa realmente não prejudicar o desempenho da indústria cultural em geral e do setor audiovisual em especial?

Era isso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Eu gostaria muito de ter um debate, um diálogo, uma conversa, mas estou preocupado com a audiência que eu vou presidir sobre a situação dos institutos tecnológicos às 11h. Então, eu vou me limitar a fazer um comentário que eu creio que vale a pena para o cargo que o senhor vai ocupar.

Eu não tenho a menor dúvida de que o futuro da economia não só das artes está em atividades como aquelas que a Ancine dirige. Cada vez teremos menos emprego no setor industrial, e cada vez vamos ter que criar mais tempo livre para as pessoas que vão estar desempregadas. As pessoas vão ficar sem emprego, e isso não vai ser um problema se elas tiverem duas coisas: como encher o tempo e como encher o bolso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós nos acostumamos que o bolso vem do emprego e que o tempo vem do trabalho, mas vem aí uma sociedade, talvez dentro de algumas décadas, mas não muitas, em que o dinheiro terá que vir apesar do não emprego, e o tempo terá que ser preenchido, ocupado, mesmo sem atividades produtivas. Aí entra o cinema. Além de ser um possível criador de emprego – e tem sido – cada vez maior no mundo inteiro, é uma das melhores formas de se ocupar o tempo, entre as diversas formas de cultura que existem por aí.

Além disso, o processo pedagógico cada vez mais vai sair da época do teatro para a época do ensino. Cada vez vai sair mais da aula expositiva presencial para o ensino a distância. É como se fosse a revolução do teatro ao cinema. Não vai acabar. O teatro, felizmente, sobrevive, mas os milhões, milhões e milhões vão ao cinema, porque não cabem todos no teatro, nem os atores podem ir a todas as cidades do mundo, a não ser pela tela. Imagine se tivéssemos ficado presos ao teatro. Quantos teriam assistido a Charles Chaplin não fosse o cinema? Assim, uma aula de um grande professor.

Então, a Ancine é um centro fundamental do progresso, como criadora de emprego, como promotora da cultura para ocupar o tempo, desde que a gente resolva o problema da renda daqueles que não tiverem essa renda diretamente do salário. Agora, para isso, temos também que criar uma cultura que não temos ainda no Brasil. Aí é que eu queria, menos do que fazer uma pergunta, fazer um apelo: que ajude a promover a lei, que é a Lei nº 13.006, de 2014, uma lei de minha autoria, que determina que filmes nacionais sejam exibidos nas escolas. É uma lei que está aí, foi sancionada pelo Presidente Lula ainda, creio. Não, pela Presidente Dilma. E não está sendo praticada, e hoje não custa muito dinheiro colocar cinema nas escolas. Não é mais preciso construir salas, não é preciso comprar equipamentos muito caros.

Se não criamos nas nossas crianças uma cultura pelo cinema e pela linguagem que caracteriza o cinema brasileiro, diferente de outros, nós vamos perder a possibilidade de as pessoas, um dia, poderem buscar no cinema uma maneira de ocupar, de forma criativa, feliz, o seu tempo. E, além disso, cria um mercado que justifique o emprego que o cinema pode criar.

Era isto o que eu queria dizer: pedir que a Ancine seja uma das grandes promotoras, junto ao MEC, para que, nas 200 mil escolas do Brasil, 50 milhões de alunos indo à escola, uma vez por mês, eles assistam a um filme. Isto vai ser bom para a economia, vai ser bom para a cultura e vai ser ótimo para a escola, porque um dos problemas da escola hoje no Brasil – e aí a violência que a gente vê contra professores – é que a escola é chata. A escola não agarra, a escola não abraça o aluno. A maneira de abraçar um aluno é mais pelas atividades culturais dentro da escola do que pelas atividades diretamente pedagógicas. A gente tem que ensinar matemática, português, geografia, história, e um bom professor consegue abraçar o aluno nessas áreas, mas o grande abraço são o esporte e a cultura. E o teatro é complicado a gente fazer, embora seja, talvez, até mais instigante depois que a gente faz. É o cinema que pode quebrar a chatice da escola.

Alguns me criticaram porque eu disse que deveria ser filme nacional, dizendo que deveria deixar livre. Pode ser. Então, mudemos a lei, se quiserem, mas eu acho que a ideia do nacional é positiva, não por xenofobia contra os filmes estrangeiros, de que eu gosto demais, mas para trazer a linguagem brasileira para dentro da arte cinematográfica na cabeça dos nossos adultos através das crianças, quando elas crescerem.

Então, fica aqui a minha recomendação, o meu entusiasmo pelo trabalho da Ancine, cada vez mais sintonizado com o futuro, muito mais que outras agências que nós temos, que vão ficar para trás, pela evolução tecnológica que o senhor citou como um dos pés do tripé. E, por favor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos colocar mais cinema nas escolas. Isto faz bem para as crianças, faz bem para o cinema, faz bem para a cultura, gera emprego e torna a escola agradável, simpática para as crianças.

Era isto que eu tinha a dizer, esperando a minha audiência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Lúcia Vânia,...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... você me daria 30 segundos? Só 30 segundos? Eu pediria desculpas, porque eu estou indo ali para a CAE para a sabatina do Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central.

Eu só quero trazer meu apoio, Senador Cristovam, aqui, como Líder do PT. Geralmente, esta Casa se divide quando há uma indicação por parte do Governo. No caso do Christian, não. Nós conhecemos sua atuação como gestor nessa área. Então, nós vamos votar favoravelmente também

O próprio Manoel Rangel, Cacá Diegues, nos ligou também.

Então, eu quero dizer que este é um momento de uma rara unanimidade aqui, neste Senado Federal. Então, eu quero expressar nossa posição e falar da satisfação de ter seu nome sabatinado aqui, nesta Comissão.

Nosso voto vai ser "sim", pela sua aprovação.

Muito obrigado.

O SR. CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiro, quero saudar o Senador Roberto Rocha pelo seu relatório, que está nos permitindo conhecer mais profundamente o Dr. Christian de Castro Oliveira, que quero parabenizar pelo currículo.

Quero dizer que, caso receba o voto da maioria dos Senadores aqui, o senhor agrega algo muito importante para a agência, porque é alguém que conhece a produção dos filmes, que conhece a própria Ancine, que conhece os bancos de investimentos. Então, o seu perfil irá facilitar enormemente o trabalho de cineastas que aqui estão presentes – quero saudar a todos na figura do Cacá Diegues, do Vladimir Carvalho, todos os outros.

E digo que, quando você coloca, Christian, a questão da economia criativa, eu percebo um movimento no mundo muito importante: a gente começou a economia através da manufatura, começamos pela agricultura, com a mão do trabalhador. Depois nós começamos, fomos à revolução, fizemos as primeiras máquinas – máquina a vapor, máquina elétrica, à combustão –, depois criamos a sociedade da economia da informação. As máquinas, os equipamentos fizeram os dados, mas os relatórios, as interpretações voltam para o homem na possibilidade de sua capacidade de interligar saberes. E é claro que a sociedade não iria prescindir de algo tão importante, que são as pessoas, e a economia criativa traz de volta esse olhar para uma sociedade mais humana, mais próxima à relação pessoal e que estabelece na criação, na inovação, na criatividade um bem que é o maior bem que os seres humanos podem aportar às gerações futuras, que é a sua arte.

Quero aqui, até, registrar a importância desse instante, para a gente não permitir jamais que a arte perca a sua liberdade. O Brasil precisa entender, conviver com as suas desigualdades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conviver com as desigualdades de visão sobre a própria sociedade, mas uma sociedade que mata a liberdade do criar não se sustenta com o seu futuro. Então, eu quero aqui pedir, nesse instante aqui, na Comissão de Educação, que a gente tenha um olhar sobre a importância da liberdade na criação artística, porque é essa criação que vai nos dar a sustentabilidade do caminhar da própria sociedade e do ser humano.

Então, a primeira questão que eu quero trazer, depois dessa palavra inicial, é pedir ao Sr. Christian que leve para dentro da Ancine uma certeza: as agências de regulação precisam articular com o Governo, mas elas não podem ser um instrumento governamental. Elas precisam ter uma relação de independência, porque as agências reguladoras não representam governos; elas também representam governos, mas elas estão equidistantes com a classe artística, com a sociedade e com todos os *stakeholder* que fazem parte dessa comunidade chamada arte visual, audiovisual, cinema, o que quer que seja.

É importante trazer esse olhar de eficiência e, com esse olhar de eficiência, eu queria dizer que a gente tem percebido uma coisa, Christian, muito importante com a qual você poderá colaborar imensamente: o nosso Brasil vive de soluços de desenvolvimento. A gente amplia os nossos investimentos em alguns setores, em algum momento, do Estado brasileiro, e logo depois entramos numa depressão terrível – terrível! Por quê? Porque nós não temos planos quinquenais, decenais que ultrapassem os mandatos e que estabeleçam uma coerência de um investimento de médio e longo prazo.

Então, eu queria colocar aqui para você a possibilidade de você construir com a Ancine, com os produtores, com os cineastas, com a comunidade do audiovisual um plano que estabeleça uma sustentabilidade para esse fundo que está sendo tão importante para ampliar o cinema e a arte do audiovisual a todos os brasileiros, para que amanhã nós não tenhamos o dissabor de ver um produto desse um dia perecer e voltar a ficar nas gavetas do Estado brasileiro, na ineficiência do Estado brasileiro. Então, essa é a primeira sugestão que eu queria colocar.

A outra, eu queria parabenizá-lo pela abordagem sobre a importância da produção local. Sobre aqueles números que você trouxe que envaidecem a nós, baianos, aqui, a Senadora Lídice da Mata, digo que nós somos, nós nos amamos, a Bahia tem esse poder e essa liberdade poética, uma autoestima altíssima, mas é a liberdade poética que nós baianos temos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Os pernambucanos são piores. Nós nos admiramos. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E nós tivemos, no ano passado, a oportunidade de ver um filme muito importante do cineasta Miguel Kertész, o filme Axé, que conta essa trajetória e que mobilizou...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Miguel?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Chico.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Chico, Chico Kertész, que possibilitou contar essa história e que facilitou muito.

Quando você colocou, eu me lembrei de uma coisa: eu aprendi a ler em livros regionais. Eu me lembro, estudando pelo *O Quinze*, de Raquel de Queiroz; Graciliano Ramos, com *Vidas Secas;* José Lins do Rego, *Meninos de Engenho; Tibicuera*, do Erico Veríssimo.

Então, é muito importante, e, aí, vem a provocação do Senador Cristovam de a gente fazer dessa arte regional importante. E há na lei. Na Lei do Audiovisual, exige-se a obrigatoriedade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uso dos 30% para as Regiões do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. E queria saber qual é a sua posição, Christian, em relação a construir definitivamente uma instrução normativa que estabeleça esse regramento para que isso se perpetue. Já que é lei, a instrução normativa poder trazer de forma clara, transparente como serão usados e como serão aplicados estes 30%, que são obrigatórios por lei.

A terceira questão ao encontro do que o Senador Cristovam falou é como a Ancine vai poder provocar a criação de novos amantes do cinema. A gente precisa tirar – não porque é ruim, mas porque não pode ser só isso – os nossos jovens do sofá. O sofá era para quem era aposentado. Hoje o sofá e as camas dos seus quartos estão sendo as poltronas para se ver os seriados do Netflix. E muitas vezes nós estamos vendo a grande quantidade de seriados que estão vindo enlatados de fora. A gente precisa levar esse jovem ao cinema para que ele possa conhecer. Dentro dessa ideia de trazer e levar novos amantes do cinema, queria saber como é que está a posição da Ancine sobre a inclusão dos portadores de deficiência. Isso é muito importante, Christian, porque dará acesso a pessoas que não estão conseguindo ter a possibilidade de ter essa experiência.

Outra questão que eu queria abordar, aproveitando a sua experiência com relação a essa parte mais econômica da arte, é que está havendo um debate muito grande na União Europeia sobre como será a convivência do Estado – e aí eu quero que você entenda que se trata do Estado fiscal – com essa nova economia que avança no mundo e que são as empresas transnacionais: o Google, o Facebook e aqui o Netflix. Então, como é que o Estado e a sociedade vão conseguir conviver com esse tipo de economia que está levando arte, produzindo arte, criando emprego, mas que, na verdade, não está gerando muitas vezes os impostos necessários para a manutenção das políticas públicas?

Então, eu queria parabenizá-lo e dizer de antemão que também confirmarei o meu voto pessoal. Tenho a convicção de que V. Sª vai fazer um grande trabalho lá com a Presidente Débora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Sr. Christian.

O SR. CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA – Muito obrigado, Srs. Senadores, pelas perguntas.

Rapidamente, respondendo ao Senador Pedro Chaves sobre a Ancine, a sua forma de funcionamento, eu quero dizer que a Ancine foi criada e vem se desenvolvendo ao longo dos últimos 15 anos. Foi brilhantemente conduzida inicialmente pelo cineasta Gustavo Dahl, e depois pelo Manoel Rangel. O Manoel Rangel eu conheci em 2000, no Congresso Brasileiro de Cinema, em Porto Alegre, quando eu decidi entrar no audiovisual, quando eu larguei o mercado financeiro, meu irmão me convenceu a entrar nesse negócio. E eu comecei participando do Congresso Brasileiro de Cinema, em Porto Alegre, em 2000. Desse congresso se originou a carta que deu origem ao GDIC (Grupo Executivo da Indústria do Cinema), que pariu a 2.228, Ancine, Condecine, e a vida como ela é no cinema hoje. Então, esse crescimento e essa condução da Ancine, a formação do corpo técnico hoje, altamente qualificado, coloca a Ancine num patamar, eu diria, de excelência de equipe e operação realmente muito bom, muito bom. Só que hoje a gente estando de fora e tendo um olhar...

Nos últimos dez anos, eu venho trabalhando com modelagem, plano de negócio, planejamento estratégico. Então, quando a gente olha a Ancine, a gente vê que o modelo de negócio da Ancine hoje trabalha para uma economia ainda do século XX, início do XXI.

Hoje a dinâmica do processo é uma dinâmica muito mais rápida, ela tem uma exigência maior. Hoje o audiovisual é presente na vida de todos, está na mão de todo mundo. Uma criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de cinco anos tem um canal no YouTube, sabe como fazer um vídeo, sabe como editar, como colocar música, como lançar isso para frente, e a Ancine não consegue dar conta desses movimentos. Para isso, ela precisa se modernizar, ficar mais ágil, ter mais eficiência, eficácia.

As bases estão lá. O diagnóstico da operação da Ancine já foi feito pela própria Ancine, pelo seu próprio corpo técnico. Existe um diagnóstico possível de se implementar e que já se encontra em curso hoje para que a operação, desde a regulação, fomento, fiscalização, se dê de uma maneira mais ágil, mais transparente na relação com a sociedade, de forma que os projetos e a execução, sobretudo, possam acontecer de uma maneira mais rápida, como hoje o mundo demanda.

Então, o ajuste que eu acredito que precisa ser feito já está em curso com a Diretora-Presidente Debora Ivanov e com o Roberto Lima, que foi meu companheiro de assessoria. Quando eu fui assessor do atual Ministro Sérgio Sá Leitão, o Roberto era assessor do outro diretor, o Glauber Piva. Já trabalha nesse sentido. Acho que a gente está em um bom caminho e precisa acelerar, porque, quando a gente chega e olha um fundo setorial que tem R$3,700 bilhões disponíveis e a gente só consegue executar R$1,400 bilhão, alguma coisa está travando esse processo no meio do caminho, e a gente precisa atacar. E, para isso, é um diagnóstico, partir para cima para resolver, sobretudo com o corpo técnico. O corpo técnico da Ancine é muito bom, é ótimo, excelente. Hoje, eu diria que os servidores que hoje estão na Superintendência são de um altíssimo nível.

Falando da renovação e do veto – e hoje já tem a Medida Provisória 796 sendo relatada pela Senadora Marta – é inegável que a renovação da Lei do Audiovisual é importantíssima para o setor. Como eu coloquei, a transformação do audiovisual brasileiro começou em 1993, com a promulgação dessa lei, e, em cima disso, a gente conseguiu criar uma indústria e trazer o mercado para dentro. E, a partir daí, fomentar novos cineastas, produtos e criar efetivamente uma indústria a partir daí. Como esse processo está em trâmite aqui no Congresso, eu acredito que vai ser conduzido da melhor forma, como sempre é conduzido, mas é muito importante tanto a renovação da Lei do Audiovisual como o Recine, o regime especial tributário, que é fundamental.

Hoje a gente saiu de 1.600 para 3.100 salas de cinema, mas a gente ainda tem uma razão pela a gente tem uma sala de cinema para cada 80 mil habitantes. Esse número é muito eloquente. A Argentina tem uma sala de cinema para 40 mil habitantes; o México tem uma sala de cinema para 30 mil habitantes. Ou seja, se a gente dobra o número de salas de cinema hoje, chegamos à razão da Argentina; se triplicamos, chegamos no México. Então, esse é o tamanho do buraco que ainda temos que cobrir. Por isso a importância do Recine, sobretudo em um momento de transformação digital.

Pegando a pergunta do Senador Cristovam, eu acho que, quando falamos de educação lincada com audiovisual... Eu tenho uma filha de 12 anos e um filho de 20. Então, quando a gente percebe como essa turma aprende nesse ambiente, hoje, vemos que eles aprendem fazendo! A forma de se fazer cinema é uma atividade supercomplexa, envolve muita gente. Eu tenho em um *set* de filmagem, com o meu irmão, 70 pessoas trabalhando diretamente, dentro de um *set* de filmagem. E eles estão nessa já faz cinco semanas. Estamos, graças a Deus, na última semana de filmagem, no cronograma, no orçamento. É lindo isso.

Então, quando chegamos e vemos isso, a capacidade de trabalhar em equipe, a capacidade de construir uma obra coletiva, criativa e que vai ganhar o mundo, em que as pessoas contribuem com o seu melhor dentro de cada posição e sabem que vão aprendendo com cada obra, eu acho que, quando trazemos para o ambiente da escola, isso daí faz uma diferença muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, não é só exibir filmes, sejam eles brasileiros, estrangeiros, e tal, nas escolas, isso. Sem dúvida, contribui para a formação do pensamento crítico daquela criança, mas também o fazer. O fazer, o entender como que se trabalha em equipe, como que se produz uma obra coletiva, onde você tem que ceder, porque todo mundo tem opinião a respeito de como fazer, sobretudo uma obra de arte criativa, cada um tem. Então, eu acho fundamental a gente atacar isso e ter essa relação muito próxima da construção do audiovisual com a educação, ainda mais porque hoje a tecnologia e o conteúdo estão muito interligados na formação do pensamento.

Senador Roberto Muniz, a Ancine é um órgão de Estado, perpassa governo, e, como eu disse, estamos falando aqui de um momento de transformação do audiovisual e da forma de se produzir, distribuir, exibir conteúdo pelo mundo. Isso vem acontecendo em todas as partes. Eu acho que o surgimento – o Netflix é um dos exemplos – dessa nova forma de se distribuir, de se exibir conteúdo e de se produzir acabou provocando uma transformação e a criação de novos modelos de negócio dentro desse setor, e há novos produtores e distribuidores entrando e se aproveitando desse novo cenário. E, claramente, aqueles que já estavam estabelecidos dentro desse setor acabam tendo uma certa dificuldade para se adaptar a essa nova realidade. É meio lógico, os novos entrantes, acostumados com a inovação, com a disrupção, eles vão entrando, e quem já está estabelecido no mercado tem uma certa dificuldade ao lidar com isso.

Acho que o papel da Ancine é mediar isso, é procurar trazer isso para um ponto do meio para a gente poder construir em cima, porque hoje o audiovisual acelera não só aqui no Brasil; ele acelera no mundo inteiro.

É como eu coloquei: todas essas empresas são grandes grupos de mídia, só que o local conversa com o local. O Brasil hoje é uma potência na internet, é o número dois no YouTube, é o número dois no Netflix. O Brasil é uma potência na internet, e a gente tem que se colocar desta forma. No cinema a gente tem um gargalo muito pesado. O cinema é finito, o espaço de exibição finito, e o espaço de exibição da TV é finito, tanto por assinatura como aberta. A internet é infinita, e nós somos o número dois num mercado infinito.

Então, esse é o tamanho do desafio, e é o tamanho que a gente tem que enfrentar. Por isso o pensamento tem que perpassar governos, ele tem que ser um pensamento estruturante, e pensando o Brasil como um todo. O Brasil é uma Nação superdiversa, a gente conversa nacional e localmente.

Hoje, a gente estava conversando com o pessoal do Cone sobre as alternativas de crescimento dessa produção fora do eixo Rio-São Paulo. Eu acho que existe uma conversa muito próxima. A gente tem um exemplo muito eloquente de filmes locais, que conversam localmente, crescem e funcionam em todos os elos da cadeia de valor de exibição localmente, a partir de uma exibição e distribuição locais. Então, através disso, a gente provoca essa nova audiência.

Sobre a deficiência, hoje, esse assunto está sendo tratado na Ancine, eu acho, que com todas as partes relacionadas com o pessoal da exibição e da distribuição. Existe uma questão tecnológica a ser resolvida, porque há algumas exigências que são exclusivas do Brasil, mas o trabalho já está sendo feito, e acredito que em um horizonte curto a gente consegue já estabelecer as exigências previstas em lei, dentro do prazo.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E não esquecer da IN, da Instrução Normativa dos 30%.

O SR. CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA – Vamos lá. A vocação... De novo, eu sou um produto do Centro-Oeste. A última vez que o meu irmão pisou em um *set* de filmagem foi há 11 anos. Então, ele está fazendo o segundo longa-metragem dele hoje, 11 anos depois. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lançou a Set. Esse é o tamanho da dificuldade, e eu estou sentado aqui, sendo sabatinado pelos senhores para ser Diretor da agência, com a carreira que eu coloquei aqui. Esse é um exemplo do tamanho da dificuldade que a gente tem em ser um produtor de fora do eixo, em conseguir levantar um filme, levantar uma obra audiovisual e fazer comunicar.

Só que hoje, exatamente por conta dos desafios, eu acho que a gente tem um desafio a mais: enxergar regionalmente quais são as vocações de cada uma das regiões na hora de a gente entender como fazer crescer cada uma dessas regiões.

Para produção e distribuição, o fundo setorial tem dinheiro mais do que suficiente para produzir e para alavancar outros recursos – e esse é um outro desafio, porque hoje a gente praticamente só vive do fundo setorial e da lei de incentivo. É muito pouco o que a gente consegue alavancar de dinheiro privado para conseguir produzir uma obra audiovisual no Brasil.

Há algumas questões: a falta de previsibilidade do levantamento do projeto, quando esse negócio vai ser entregue, quando ele vai entrar no mercado. E aí é simplesmente uma conta de risco/retorno: estou colocando o dinheiro hoje e eu não sei quando vai voltar; então, o privado não entra.

Então, a partir do momento em que a gente consegue dar celeridade ao processo, mais previsibilidade e transparência, a intenção é fazer com que o privado venha, para a gente conseguir, a partir do recurso que a gente tem, que é um recurso muito relevante – em qualquer lugar do mundo, R$600 e R$700 milhões, que é o que o fundo setorial tem para investir, é muito dinheiro –, chegar e induzir a produção e a distribuição de conteúdo.

No entanto, é a gente procurar, no campo da regionalização, descobrir quais são as vocações regionais. Pernambuco tem um parque tecnológico, tem o CESAR, tem uma parte de tecnologia violenta, forte, que pode trabalhar e já trabalha com economia criativa de uma maneira muito forte. Campina Grande tem um polo de animação violento, altamente competente, que produz e exporta. O Maranhão está estabelecendo uma zona de exportação, procurando formar *clusters* para a gente poder integrar uma cadeia produtiva.

Então, quando eu falo da regionalização hoje, é muito mais, antes de a gente falar em mais uma instrução normativa para a Ancine, a gente enxergar quais são as vocações regionais, para a gente efetivamente construir em cima de algo concreto, porque hoje o caminho é outro. A gente tem um desafio realmente grande pela frente, mas é um grande mercado.

Eu acho que foi...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço ao Sr. Christian.

Passo a palavra ao Senador Hélio José; posteriormente, à Senadora Lídice da Mata; por fim, à Senadora Marta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar S. Exª a Senadora Lúcia Vânia pela direção dos trabalhos e cumprimentar o Christian.

Christian, é uma grata satisfação. Você ser engenheiro no rumo do cinema; engenheiro formado na Aeronáutica, no ITA. Eu, como engenheiro, sei a importância da construção. E, para mim, Christian, você também é um visionário e um empresário. Temos que ter objetividade. O que está faltando muito para o nosso Brasil é a objetividade, o compromisso, de fato, em agilizar as coisas da forma que têm que ser agilizadas e em atender o que deve ser atendido.

Eu já votei, fui o primeiro a votar; votei favoravelmente. Eu o recebi na minha sala, você foi falar comigo; então, não estou aqui fazendo nenhum proselitismo. Estive com o Sérgio, um professor, uma indicação boa; hoje ele é o nosso Ministro da Cultura; está tentando fazer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalho de recuperação. E hoje está indo você para ocupar essa vaga, que foi do Sérgio, lá na Ancine.

A Ancine é uma agência muito importante. Como algumas das agências, a Ancine também não se localiza em Brasília – há a ANS e a Ancine. O ambiente político de discussão é o Distrito Federal.

Eu, como representante no Senado Federal de Brasília, queria ouvir a sua opinião sobre essa distância da localização da Ancine do ponto de discussão do poder, do ponto de discussão de projetos, do ponto de discussão de toda essa questão que o Ministério da Cultura e o Congresso Nacional fazem. Como nós poderemos superar essa questão?

Eu compreendo que o eixo Rio-São Paulo é onde está a maioria dos artistas, mas os artistas estão no Brasil inteiro; e Brasília é o centro do nosso País, onde nós devemos fomentar toda essa discussão para o Brasil inteiro. E a responsabilidade da Ancine é muito importante para socializar essa questão para todos os milhares de artistas que temos no nosso País.

Consequentemente, questões como a colocada por S. Exª o Senador Cristovam e outras, de levar o cinema, o audiovisual para as nossas escolas, para os nossos ambientes, para os nossos grêmios estudantis são muito importantes. Questão de como fomentar essa cultura tão sofrida que todos nós temos, em que a primeira coisa a se cortar é da cultura; a última coisa a se colocar, se sobrar, é para a cultura, no Orçamento.

Eu fui membro da CMO (Comissão Mista de Orçamento) de 2015; e sou membro de novo em 2017. Sou coordenador da Bancada de Brasília, indicado pelo meu nobre Senador Cristovam e pelo meu nobre do Senador Reguffe, para poder representar os três Senadores e os oito Deputados Federais do Distrito Federal nessa discussão.

Nós – eu e Cristovam e a nossa Bancada como um todo – quando vemos Teatro Nacional, na Capital do Brasil, fechado, não dando possibilidade de as pessoas poderem ver as peças, ver os *shows*, ver tanta coisa maravilhosa de criatividade que nós temos, ficamos com uma tristeza muito grande.

Então, a gente precisa... Eu sei que isso não é da alçada e da responsabilidade da Ancine, mas a Ancine vai estar agora em um patamar de discussão da questão das artes nacionais em que pode ajudar na questão de tirar dessa situação em que se encontra um templo da nossa cultura, que é o Teatro Nacional, por exemplo. Como pode ajudar a tirar a falta de criatividade de gestão de vários que passaram pelos organismos, a falta de levar essa arte para nossas escolas, a falta de levar para nossas periferias, porque eu sei do tanto de arte...

Já em Brasília, pega Recanto das Emas – é um nome exótico, diferente, de uma cidade de Brasília –, pega Planaltina, pega Gama, pega Brazlândia, Gama; todas são cidades do DF com alta capacidade criativa, e essas pessoas estão como pedintes, porque não se consegue fomentar a possibilidade popular de mostrar nossa criatividade e o nosso trabalho.

Então, queria ver como é que você, Christian, como um visionário, como um engenheiro, cartesianos que precisamos ser – falo isso como engenheiro que sou; Cristovam também é um engenheiro mecânico –, como é que você, nesse mundo humano do cinema, vai conseguir colocar a necessidade e a objetividade para rodar.

No que a Ancine precisar de apoio nosso... Sou membro da Comissão de Educação e Cultura e fui membro também no ano anterior a esse, com o Presidente Romário; e estou tendo a honra de ser membro aqui com a Presidente Lúcia Vânia. No que nós pudermos colaborar, no esporte, na cultura e na educação, nós faremos, porque isso é prioridade para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A única revolução que pode tirar o País do marasmo e da situação em que está, do poço de corrupção em que se encontra, com esse tanto de problema de ficha suja, ficha limpa, essas confusões todas aí, é investirmos na educação, na cultura, investir na capacidade de as pessoas criticarem e na capacidade de as pessoas se apresentarem. Por isso, nós sempre temos nos postado contra qualquer tipo de censura, qualquer tipo de possibilidade de cercear o direito às manifestações.

Então, eu gostaria de ouvir de você a sua opinião sobre essa questão.

Estou seguro de que a sua indicação é uma boa indicação. Eu sempre aqui prefiro, para as agências reguladoras, votar e apoiar indicações técnicas e profissionais, de concursados públicos federais – igual sou, concursado público federal. Eu sei que você não é um concursado público da Ancine, mas é uma pessoa do meio, profundo conhecedor, demonstra competência e capacidade. Por isso, eu não tive problema nenhum em ser o primeiro a votar e votar favoravelmente. E solicito a todos os pares que ainda não votaram que votem favoravelmente.

Cacá, eu quero te dar um abraço, foi pé quente quando esteve no meu gabinete, e nós, todos juntos, conseguimos pôr o Sérgio lá, e hoje o Sérgio é nosso Ministro. Espero que os caminhos do nosso Christian sejam tão profícuos e proveitosos, como foi o do Sérgio, e que consiga colaborar conosco, com essas ideias todas.

Muito obrigado. Sucesso a você. Nosso gabinete vai estar à sua disposição. Está bom? Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras e convidados, em particular Christian, que se submete a esta sabatina aqui na nossa Comissão de Educação e que, mais uma vez, traz à pauta desta Comissão, nesta situação, a gestão da cultura em nosso País.

A Ancine tem um papel fundamental como agência reguladora, muitos já destacaram aqui. A participação do audiovisual na economia brasileira o senhor próprio destacou, passou de 0,38% em 2007 para 0,54% em 2013. Nós somos os segundos consumidores das linguagens de redes sociais. Nos Estados Unidos, a chamada economia criativa é responsável por 6,5% do PIB, quando incorpora, além de filmes, TV, livros e, principalmente, *games* – US$1 trilhão, mais ou menos. Portanto, a economia criativa que nós tanto relegamos ao segundo plano é um dos vetores mais importantes da economia no mundo. Em Londres, também, a participação da economia criativa no PIB é destacada.

E, como disseram aqui, toda vez que nós tratamos da área da cultura ou de alguma outra área relacionada com a economia criativa, como o turismo, se formos olhar também o percentual do Orçamento, é sempre muito baixo. O Brasil ainda não entendeu. Embora fale muito, produza cultura, obviamente, nas diversas linguagens culturais, o Brasil ainda não entendeu que essa é uma indústria sem chaminé, que pode nos levar a gerar emprego, renda e desenvolvimento. Talvez o Nordeste, pelas dificuldades que tem de crescimento na área industrial, muitas vezes pela visão de Sudeste, de concentração dos investimentos no Sudeste brasileiro, como eu disse, por necessidade, esteja investindo e buscando uma saída via turismo e, com muito esforço, via indústria cultural também.

Então, eu creio que, nesse sentido, a Ancine já deu uma grande colaboração ao audiovisual no Brasil, já tem dado. O Manoel Rangel, sem dúvida, teve uma grande participação nisso nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimos tempos. Essa referência, através dele, vinda para a sua aprovação, certamente é importante.

Mas ainda nós temos dificuldades com a Ancine. A Ancine, recentemente, durante a 16ª Edição do Cine PE, cineastas e produtores criticaram duramente a burocratização do setor. O alvo principal das críticas, portanto, é a Ancine, que é acusada de dificultar, atrasar processos de captação, prestação de contas do filme. Como o senhor vislumbra medidas alternativas para reverter esse quadro indesejável?

Por outro lado, quero também destacar aqui, já que baiano não pode deixar de falar da Bahia, que agora vai ser lançada uma série infantil, Senador Cristovam, com 13 episódios de 13 minutos, financiada pela Ancine, do cineasta Henrique Dantas, que é um jovem cineasta baiano, um documentarista. É A Bicicleta do Vovô. E a TVE tem recebido muito impulso nesse último período. Está fazendo um sucesso na Bahia, fazendo a transmissão dos jogos intermunicipais, a disputa nas cidades, para acompanhar os jogos na TVE.

Mas nós, como foi dito aqui, temos a necessidade de não apenas consumir esse produto vindo de fora, mas ter a garantia do investimento nacional como linguagem e como identidade. O filme a que se referiu aqui o meu companheiro de Bancada Roberto Muniz, que é o filme de Chico Kertész, filho de Mário Kertész, ex-prefeito de Salvador, no passado, é um documentário sobre o axé. Muita gente com certo preconceito quanto ao axé como caminho musical na Bahia não quis ir. O filme é uma delícia. Por que o filme fez tanto sucesso na Bahia? Porque a Bahia se identifica com ele, porque vai se assistir na tela do cinema. E, assim, outros nos representam. Por isso, nós precisamos do cinema nacional, porque nós precisamos nos ver nas telas.

Eu fico preocupada e vejo a quantidade de filme que a gente consome, Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão – eu, que gosto de cinema –, sobre a escola pública americana, os casos de superação em escola pública americana. O professor que é treinador de basquete, sempre com a linguagem do basquete, que é um esporte popular nos Estados Unidos, e não temos um filme nacional sobre uma questão como esta, a ligação entre a escola e o cinema.

Um filme como Xingu não pode deixar de estar em todas as escolas do Brasil, se nós queremos formar uma consciência sobre o patrimônio nacional, sobre o meio ambiente, sobre os nossos antepassados neste País.

Então, eu creio que nós precisamos do cinema. Nós precisamos da Ancine, e de uma Ancine moderna, que possa liberar essa força que é o cinema nacional no mundo em que a linguagem...

Quase todos os dias eu recebo um filmezinho feito pela minha neta, que tem seis anos de idade. Ontem ela treinou lá em casa, fazendo o boneco dela conversando. Então, já não é ela a atriz, a interlocutora, a apresentadora do texto. É ela fazendo o texto com o boneco na frente. Então, essa é uma linguagem do cotidiano das pessoas, das crianças principalmente, dos adolescentes, dos jovens deste País. E o cinema brasileiro fica muito atrás, porque ele não consegue corresponder a isso.

Eu assisti este ano a dois grandes filmes brasileiros, que eu faço questão de registrar. Antes a gente contava nos dedos, Glauber Rocha, Cacá Diegues, alguns outros diretores nacionais de importância, e hoje eles estão aos borbotões. Na Bahia eu cito quatro documentaristas que têm nos entusiasmado – o próprio Chico Kertész; Daniel Talento, que tem um documentário sobre a guitarra baiana e agora está terminando um documentário sobre Armandinho, que é quase a mesma temática – é um grande cineasta; Henrique Dantas, de quem já falei aqui, que tem um documentário sobre o Olney São Paulo e tem esse seriado infantil agora; Petrus Pires, que é o filho de Roberto Pires, outro cineasta. Então, vão se somando. Em cada Estado a gente tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quantidade de cineastas jovens e jovens atores que fazem um sucesso não apenas regional, mas que têm de ocupar as telas dos cinemas nacionais.

Então, todo esforço para que a sua presença na Ancine possa dar um passo à frente naquilo que nós já conquistamos até então. E 30% de regionalização da presença do cinema brasileiro – nós votamos aqui a lei das TVs dos canais fechados, introduzimos os 30% de cinema nacional e queremos isso cada vez mais, queremos presente nas telas das TVs abertas também o percentual garantido, porque nós precisamos de nos reconhecer no cinema brasileiro e precisamos gerar emprego e renda para essa grande parcela da população que já nasce fazendo cultura em nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta.

Senadora Marta, o Senador Cristovam está pedindo um aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Desculpe, não é um aparte. Eu apenas sugeri lembrar de uma audiência às 10h30 aqui nesta Comissão, para a qual nós todos convidamos e esperamos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu quero só fazer uma pergunta.

Eu pedi licença à Marta, porque eu queria que também fosse estimulado e nós registrássemos aqui o percentual de mulheres que dirigiram filmes lançados no Brasil, que aumentou de 14,7% em 2015 para 20,3% em 2016. E os dois filmes a que assisti este ano, todos os dois... Não, um deles foi com produtora mulher, O Filme da Minha Vida, que é Vania Catani; e Como Nossos Pais, da Laís Bodanzky. Todos os dois com duas mulheres – no caso do outro é um homem o diretor, se não me engano o Selton Mello, mas a participação de Vania foi muito especial.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de parabenizar a indicação do Christian de Castro Oliveira para Diretor da Agência Nacional de Cinema (Ancine). Acho muito interessantes o seu perfil, a trajetória e a bagagem que traz para a Ancine neste momento. Eu gostei bastante da gestão do Manoel Rangel e acho que essa mudança de perfil vai enriquecer a Ancine também, principalmente neste momento em que é preciso alguém com essa experiência.

Eu achei interessante o senhor ter lembrado que nós somos os segundos no mercado global. Então, eu gostaria que fizesse uma avaliação. A Ancine está totalmente estruturada em um perfil de atuação econômica, apesar de ter se desvinculado do então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio em 2003 e passado para o da Cultura. O senhor concorda com as avaliações de que ela está estruturada num perfil de atuação econômica? Em que medida a Ancine prioriza ou deveria priorizar aspectos culturais qualitativos, em lugar de se ater à avaliação mais econômica? Talvez o senhor não concorde com isso, não sei.

Como compatibilizar o sucesso econômico-financeiro da Ancine com produções que deem uma força à cultura e também – acho que o senhor respondeu um pouco quando falou da vocação regional, que eu acho que pode dar um resultado excelente também; também é uma aspiração levantada aqui pela Senadora, que é interessante – a relação disso tudo com o *soft power*, porque eu acredito que o cinema simboliza muito da identidade cultural de um povo. Se formos ver os grandes cinemas do mundo – italiano, francês, americano –, eles foram um instrumento de *soft power* importantíssimo para mostrar a identidade cultural. Quantos anos a gente não passou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

achando que os Estados Unidos eram Hollywood? E outras marcas que outros grandes cinemas fizeram para nós. Então, se isso passa na sua visão, se há essa preocupação. Eu, quando Ministra da Cultura, me preocupei muito com esse instrumento, porque é um instrumento que, se formos ver o que ele pode produzir para um país e o que custa para um país, tem um custo-benefício gigantesco.

O senhor falou que a Ancine tem 3 bilhões mas só executa 1 bilhão. Quando eu era Ministra, o que eu também observava é que a execução era bastante difícil, porque não havia liberação para ser executada. Então, eu quero saber se essas dificuldades ainda existem, como estão sendo as liberações.

Nós temos hoje um número significativo de mecanismos de fomento à indústria brasileira do audiovisual – nós temos os que se baseiam na renúncia fiscal, que são a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual; temos os programas de financiamento que são de outra natureza, como o Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcine); temos o Fundo Setorial do Audiovisual e o Programa BNDES para o Desenvolvimento da Economia da Cultura, que é o Procult. Eu gostaria de uma avaliação sua, se os mecanismos existentes de fomento à nossa produção audiovisual são suficientemente adequados para desenvolver a cadeia produtiva como um todo ou se deveríamos ter algum aperfeiçoamento, e qual seria a sugestão. Caso não tenha pensado nisso – porque pode não ter pensado –, se teria interesse em pensar e propor para esta Casa alguma coisa nesse sentido.

E a última é se o senhor considera excessiva a concentração da cadeia produtiva do cinema brasileiro em algumas, tanto no que se refere à produção como à distribuição. Quanto à produção, eu acho que nós estamos até tendo uma certa diversificação, sempre sabendo que o Norte e o Nordeste têm uma produção muito inferior ao Sudeste, ao Centro-Oeste e ao Sul – acho eu. Mas, quanto à distribuição, eu não sei o que poderia melhorar.

Vou dar um exemplo concreto. Esta semana eu queria ver um filme. É um filme, talvez, mais sofisticado. Mas eu fui ver, nos grandes cinemas em São Paulo, dos grandes *shoppings*. O tal do filme que eu queria ver não estava em nada. Estava em um cinema nos cafundós, difícil de ir, num horário inexequível. E a distribuição, não é? Aí eu fui ver: todos os filmes, nos *shoppings* – em São Paulo há muitos *shoppings* – e era o mesmo filme! Caramba! Não dá para mudar isso? Como fazer para diminuir essa concentração? E se o senhor considera importante. Isso é um desafio.

São as minhas perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senador Cristovam, quer usar a palavra?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não, não. Quando falei, no começo, disse: vou falar bem pouquinho, por causa da audiência que vamos ter com os institutos tecnológicos, a qual vou presidir no seu lugar. A não ser que a senhora queira ficar, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Não, não. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, eu não tenho nenhuma pergunta.

Devo dizer que já votei e votei com muita convicção de que você vai ser um grande coordenador. É mais do que presidente de toda essa área, e o Brasil precisa muito desse trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu agradeço ao Sr. Christian e o cumprimento. Quero dizer da nossa satisfação em tê-lo aqui para essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exposição, dizer da importância da trajetória de V. Sª, e eu gostaria de fazer uma única pergunta, de ordem mais operacional.

Em maio deste ano, a Ancine apresentou ao Conselho Superior do Cinema um relatório com um conjunto de recomendações, para a regulação dos serviços de vídeo sob demanda no Brasil. Diante desse quadro, eu gostaria de saber qual a opinião de V. Sª sobre as propostas apresentadas pela Ancine. V. Sª considera que as medidas sugeridas atenderão aos anseios desse segmento que se tornou uma peça fundamental para a garantia da continuidade do círculo virtuoso de crescimento experimentado pelo audiovisual – como V. Sª bem colocou aqui – nos últimos anos?

O SR. CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA – Obrigado pelas perguntas.

Pontualmente.

O Senador Hélio José perguntou sobre a questão dos escritórios regionais, a representação em Brasília. Eu acho que a ideia primordial é que nós precisamos ter um escritório aqui em Brasília mais atuante e operacional, não só para dar conta da relação institucional da agência com todas as partes relacionadas e governamentais, mas também para atender a toda essa massa de produtores, distribuidores, os *players* do setor, que estão fora do eixo Rio-São Paulo. Brasília é um *hub* importante para todos esses e, mal ou bem, Governadores, Prefeitos, cineastas e empreendedores culturais acabam passando por Brasília em algum momento ou outro, e haver um escritório ativo, não só um escritório de representação, mas com áreas operacionais ativas, aqui em Brasília eu acho que é importante nós fazermos com que isso realmente aconteça.

Quanto à questão da educação, só pegando de novo o Senador Cristovam, e o envolvimento da periferia e tal, quando eu estive na RioFilme, logo que eu entrei na RioFilme, junto com o Ministro Sérgio Sá Leitão, como Diretor de Distribuição, e nós demos uma mudada lá no modelo de negócio, o primeiro projeto em que nós resolvemos investir foi um projeto superinovador que mostrava uma inovação na linguagem, na forma de comunicar, mas eu acho que o mais importante de tudo era o modelo de negócio da produção, que foi o *5x Favela – Agora por Nós Mesmos*, produzido pelo mestre Cacá Diegues. Ele era baseado em cinco histórias, cinco curtas-metragens, produzidos pelos empreendedores culturais oriundos das favelas cariocas.

Esse filme foi exibido em Cannes, e todo o processo de produção dele, mentoreado pelo Cacá e pela Renata Almeida Magalhães, produtora também, foi calcado em oficinas de capacitação, que nós, lá na RioFilme, estruturamos, junto com a produção do filme. Preparamos esses jovens para atuar em todos os elos da cadeia do audiovisual, e esse filme acabou em Cannes. Então, eu acho que essa é a força e a capacidade de inclusão que o audiovisual tem hoje.

Há um ator trabalhando no nosso filme, aqui em Brasília, que é o Jonathan Haagensen, que atuou no Cidade de Deus. É um garoto que foi formado dentro do Nós do Morro, na favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, e hoje é uma potência de ator. É um negócio emocionante a dedicação com que o garoto trabalha, e hoje ele já tem dez anos. A última vez que eu encontrei com ele foi no Festival de Cannes. Encontrei com ele no *set*. Foi um negócio de maluco mesmo como esse garoto se transformou em homem e num artista de uma versatilidade enorme e que é um exemplo lá dentro. Eu acho que essa é uma diferença muito grande. E hoje, com a internet, essa potência fica cada vez maior, para nós chegarmos e conseguirmos atuar.

Isso traz o ponto da pergunta da Senadora Lídice da exposição sobre economia criativa.

Eu, quando estive na ABVCAP, que é a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital, estive lá durante um tempo, com a missão de capacitar empreendedores de todos os elos da cadeia. Quando me chamaram – houve um processo de seleção, e acabaram chegando a mim através desses *headhunters*, selecionadores –, eu falei para eles. Eu falei: "Olha, eu trabalho com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

economia criativa. Então, num empate, eu sempre vou trazer um empreendedor criativo para cá, para nós podermos expor esse empreendedor criativo para os investidores tradicionais do mercado". E, aí, eu estou falando de fundo de investimento em empresa, fundo de investimento em empresa emergente, fundo de médias empresas, de empresas que estão começando mesmo, *startups*. Então, eu tinha um empreendedor criativo competindo com empreendedor de base tecnológica.

Assim, quanto ao empreendedor criativo, hoje nós temos... O empreendedor brasileiro é mal capacitado, ele é malformado. A nossa faculdade nos prepara para sermos administradores e não empreendedores. Então, o empreendedor brasileiro se forma no campo, acertando, errando, acertando, errando, acertando, errando, que é a forma como trabalha o Vale do Silício. É essa nova metodologia de gestão em que você acerta, erra, cai, levanta, como uma criança que está aprendendo a caminhar. Essa é a forma em que a gente aprendeu a trabalhar um empreendedorismo. É o criativo mais do que nunca, porque lida com criatividade e não existe um modelo de negócio.

Gustavo Dahl, primeiro Presidente da Ancine, falava que, no nosso negócio no cinema, o audiovisual é uma indústria de protótipo, em que a gente está o tempo inteiro vindo com um negócio novo. Um filme, um produto audiovisual não é igual a outro nunca, em todo o processo, desde a origem da ideia até a forma que ele vai para o mercado.

Até lincando com a pergunta da Senadora Marta, eu acho que isso é uma coisa que falta um pouco aos distribuidores. Eu acho que isso está mudando, porque há uma nova geração de distribuidores nacionais chegando, já acostumados com a metodologia de análise de mercado, de entender qual é o mercado, de ver qual é a vocação de determinado filme para um mercado, porque eventualmente eu não preciso lançar um filme no Rio e São Paulo para ele ser um sucesso. Cine Holliúdy foi lançado no Nordeste e veio para cá depois que ele já tinha vendido quase 500 mil espectadores; hoje Cine Holliúdy virou uma série na Globo, com dez episódios. Isso não é acaso. Foi um planejamento, foi uma inovação na distribuição. No caso, foi o Bruno, da Downtown, que é uma das maiores distribuidoras. Mas hoje a gente vem com uma massa de distribuidoras novas, tanto no Rio e São Paulo quanto fora do eixo Rio-São Paulo, que inovam nisso, analisam dados, procuram enxergar qual é a vocação de cada produto para você chegar e trabalhar.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Brincando, como o Prêmio Nobel que ganhou poderia ajudar.

O SR. CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA – É isso. É isso exatamente. Com a história do *behavior,* de analisar o comportamento dos mercados, como o comportamento dos mercados realmente influencia no processo de tomada de decisão. Mesmo num mercado financeiro, um operador de mercado, na hora de comprar e vender, por mais que ele esteja fazendo conta ali na frente da tela, o sentimento dele acaba influenciando mais do que a conta que se apresenta na tela.

Imagina na hora de você lançar um filme, que é um intangível na essência... Acho que, por isso, eu também acabei fazendo esse negócio. Eu trabalhei com derivativos, e o cinema, o produto audiovisual é um intangível na essência. Ele só vira tangível quando chega ao público, e aí a gente vai ver o que acontece. Só que hoje a gente tem elementos, a gente consegue ter dados para analisar isso.

A gente tem que trazer a tecnologia para esse jogo, a análise de dados para esse jogo. Por isso, essa conversa com as universidades, com os parques tecnológicos, com o BNDES, que tem uma linha de investimentos através do BNDESPAR, o Fundo Criatec, que investe em empresas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

base tecnológica, que analisam dados. E a gente consegue chegar e medir. Hoje a gente consegue medir. Todo mundo aqui assiste ao Netflix. A página inicial de cada um aqui é diferente uma da outra por conta disso.

E, já que eu falei do Netflix, a gente vem aqui para pergunta do *video on demand*. Houve a última reunião do Conselho Superior de Cinema, em que foi decidido começar o trabalho a partir de uma análise do mercado de vídeo sob demanda, o OTT (Over-The-Top), em que você entrega o conteúdo por cima do sinal da televisão, em cima do conteúdo de banda larga. É preciso analisar qual é a melhor forma de conduzir esse processo agora, porque, como eu disse, diferentemente do cinema na TV aberta e fechada, que são elementos finitos com um modelo de negócio definido, a internet é infinita. A gente não tem um modelo de negócio definido em cima de cada um dos processos de distribuição, não. Cada plataforma dessa tem um modelo de negócio diferente. Citando três exemplos, o Globo Play, o YouTube e a Netflix são modelos de negócio completamente diferentes. Então, é difícil a gente partir para cima, para uma lei, como a 12.485, que vem regular um modelo de negócio específico.

Agora, a gente precisa trazer essa turma para jogar, afinal de contas nós somos o número dois do mundo. Esses *players* querem vir para o Brasil, porque quem quer estar fora do segundo maior mercado do mundo, que tem chance de ser o maior mercado do mundo daqui a pouco? Então, hoje a gente só tem, de maneira forte e organizada, desses jogadores internacionais, o Netflix jogando esse jogo, porque ela não tem alternativa. Esse é o modelo de negócio dela, ela vende conteúdo através de uma assinatura. Então, ela foi na frente rompendo as barreiras, tomando o risco mercadológico e topando participar da discussão. Agora, os outros, se a gente for ver, o YouTube não tem o serviço dele por assinatura, o YouTube Red não é ativo no Brasil. O YouTube vende propaganda no YouTube tradicional, o negócio dele ainda não é vender conteúdo; é lá fora, no Brasil ainda não, porque o ambiente regulatório ainda não o permite chegar aqui com força e com vontade, como acontece com a Amazon e outros *players*.

Então, a discussão hoje, no Conselho Superior do Cinema, é como a gente vai trabalhar para trazer essa turma para o mercado brasileiro. Então, vamos trabalhar numa regulamentação, a estruturação de uma espécie de Condecine para esse setor? Como é isso? Qual é o fato gerador? Quem paga? Onde paga? Quando paga? Então, é caminhar para isso aqui. E, a partir do momento em que a gente trouxer os modelos de negócios para dentro do Brasil e vir como eles se comportam, eventualmente partir para alguma regulação mais profunda.

Primeiro, a gente tem que trazer essa turma para jogar aqui, porque quanto mais gente jogando aqui e a gente tendo um mecanismo de indução, como foi na TV por assinatura antes, com o art. 39 da Lei do Audiovisual, que é um incentivo em que a programadora internacional paga menos Condecine se ela usar esse diferencial para investir em produção independente nacional, eventualmente um modelo semelhante a esse para a gente poder trazer o *video on demand* e acelerar a produção independente dentro do *video on demand*... Mas isso ainda está em discussão, não há um modelo pronto.

Houve a primeira reunião, na quinta-feira da semana passada, e o objetivo é apresentar o primeiro esboço desse grupo de trabalho do Conselho Superior do Cinema na próxima reunião do Conselho Superior do Cinema, que, se não me engano, será no dia 28 ou 29 de novembro. Então, daí é que a gente vai ver como é que esse ambiente funciona, porque a gente precisa estar ali, como produto, como conteúdo e tal.

Eu conversei hoje de manhã com o Vladimir e com o Renato Barbieri, do Cone, que é isto: nós queremos ser vistos. Esses números do Nordeste são muito eloquentes. A gente quer se ver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quem quer vender conteúdo tem que ter agente lá dentro, porque vai chegar a uma hora em que não vai conseguir mais ver. E quem oferecer vai chamar o público. Eu acho que isso é natural. A Ancine está aí para mediar e procurar induzir esse caminho, na minha opinião.

Deixei alguma coisa de fora? E o *soft power*. Eu acho que isso é *soft power*. Eu acho que a gente trabalhar com a criatividade e a capacidade da economia criativa... Nesse período inteiro – acho que há 18 anos –, a minha missão dentro desse mercado, além de produzir os filmes do meu irmão, que tem sido difícil fora do eixo Rio-São Paulo, a partir de determinado momento – e por isso deixei a sociedade com ele –, foi trabalhar com o objetivo de aproximar a estruturação financeira, porque em qualquer canto do mundo a estruturação financeira faz parte da equação da economia criativa, porque isso é o intangível, isso é o intangível.

E o incentivo fiscal existe em tudo quanto é canto do mundo: Breaking Bad é feito no Novo México porque teve um incentivo fiscal para ser feito lá. E o produtor audiovisual constrói em cima de diferentes fontes de financiamento. Isso é uma operação estruturada, é um derivativo financeiro, e é assim em qualquer canto do mundo. Eu acho que essa inteligência é um pouco do que falta. E a gente tem o Fundo Setorial em cima do qual a gente possa acelerar.

E aí, quando a gente fala dos mecanismos de fomento – o indireto, que são as leis de incentivo; e o direto, que é o Fundo Setorial e os Funcines, dos quais eu tive a honra de participar, convocado pelo Gustavo Dahl e pela Vera Zaverucha, da redação da primeira instrução normativa, tanto a CVM como a Ancine, e depois convidado pelo Manoel Rangel na Ancine quando eu estive lá nessa revisão da instrução normativa e participei da montagem de pelos menos dois Funcines –, isso é um instrumento importante, mas só que precisa de um maior conhecimento do mercado para ser trabalhado. Então, eu acho que a gente tem bons elementos, eu acho que o que falta é o elemento do privado.

E finalmente o Procult do BNDES. Também o conheço profundamente porque, em cima do meu trabalho de consultoria, em boa parte das empresas com as quais eu trabalhei o objetivo da elaboração do plano de negócio, da modelagem de negócio e do planejamento estratégico foi o de alavancar o financiamento estruturado no Procult nos últimos cinco anos. É uma linha que tem uma importância primordial, porque força o empreendedor a se estruturar, tanto contabilmente como em termos de governança, e raciocinar com uma lógica de longo prazo para poder se relacionar com uma instituição organizada como o BNDES.

Infelizmente essa linha se esgotou, ela deu prazo agora no último dia 31 de julho, e o Ministro Sérgio Sá Leitão – e a gente na Ancine – vem trabalhando pela renovação dessa linha. O Ministro participou de uma reunião de conselho no BNDES para expor a importância do BNDES, porque, a partir do momento em que o BNDES vem... Ele tem uma inteligência acumulada em cima disso ao longo de dez anos de Decult, que é o Departamento de Economia da Cultura, tocado pela Luciane Gorgulho lá no BNDES, ele tem uma inteligência ali dentro de como esse nosso mercado funciona. E o investidor privado só entra onde tem dado, e o dado hoje está dentro do BNDES. A partir do momento em que a gente tem um mecanismo que faz com que esse dinheiro flua, a probabilidade de a gente ter o investidor privado para a gente poder alavancar mais esse mecanismo que a Ancine tem hoje, que é o Fundo Setorial, eu acho que a gente tem condição de alavancar muito mais.

Então, eu queria agradecer a oportunidade. Espero ter dado conta de tudo.

Obrigado, Senadora; obrigado aos Srs. Senadores. Eu queria dizer que é uma honra muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É difícil porque, hoje, faz cinco anos que eu falei com o meu pai pela última vez. Queria muito que ele estivesse aqui – mas ele está! Queria agradecer a todos vocês pela honra e pelos meus amigos, afinal de contas eu sou um resultado de todos vocês, tenho um pouco de todo mundo aqui, porque eu trabalhei com muita gente ao longo desse tempo.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço e cumprimento o Dr. Christian. Quero dizer da satisfação em tê-lo aqui. E desejo muito sucesso neste novo desafio.

Vou encerrar a votação. Encerrada a votação. (*Pausa.*)

Dezenove votos SIM.

Confirmado.

Total de votos: unanimidade. (*Palmas.*)

Parabéns, Christian! – principalmente pela unanimidade, que não é muito fácil por aqui. Parabéns e sucesso neste novo desafio! (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Lembro aos Srs. Senadores que, em seguida, neste mesmo plenário, haverá reunião extraordinária desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em forma de audiência pública destinada a debater as dificuldades nos Institutos Federais de Educação, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2017, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e dois minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Lúcia Vânia e Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Edison Lobão, Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Telmário Mota, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Paulo Paim, Acir Gurgacz, José Medeiros, Ciro Nogueira e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 28/2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque. **Finalidade:** Audiência pública para debater as dificuldades no funcionamento dos Institutos Federais de Educação – IFs, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2017-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque. **Participantes:** Maria Clara Kaschny Shneider, Representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica - Conif; Fabiano Godinho Faria, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Romero Portella Raposo Filho, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (representante de: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - Setec/MEC). **Resultado:** Realizada a audiência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/10

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 28, de 2017, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Cristovam Buarque, para a realização de audiência pública destinada às dificuldades dos institutos federais de educação.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Romero Raposo Filho e o Sr. Fabiano Godinho Faria para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Convido o Senador Cristovam Buarque para presidir esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia ou boa tarde – quase já boa tarde – a cada uma e a cada um.

Quero pedir desculpas pela demora em começar, pelo atraso, mas foi por uma boa causa: estivemos aqui fazendo a sabatina do novo diretor da Ancine. Então, demoramos mais do que esperávamos, o que demonstra o interesse no assunto.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, através do Alô Senado, no telefone 0800-612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Eu quero dizer inicialmente que esta Comissão faz muitas audiências. Mas eu tenho a impressão de que esta de hoje poderá ser marcante, primeiro pela dificuldade que atravessam os nossos institutos federais. Aqui é o momento de divulgarmos isto: divulgarmos a realidade que atravessam os institutos e levarmos isso para o Brasil inteiro, não só pela televisão – hoje talvez pouco, mas amanhã mais, e isso se repete, pelo que vamos receber –, mas também pelo que pode sair daqui como propostas, para que o Brasil não cometa o suicídio de deixar que os institutos, que tanta dificuldade tivemos para criar, para promover, de repente entrem em situações de dificuldades pelas perdas que isso implica e pelo risco de que possam ficar com dificuldades permanentes.

Eu quero já de saída colocar algumas perguntas, mas vocês podem ficar à vontade de não seguir as perguntas, de levá-las ou não em conta. Mas são perguntas que nós fomos formulando ao longo do tempo, com a minha equipe.

a) De que maneira reiterados contingenciamentos orçamentários impactam a gestão de pessoal e os planos de ampliação da oferta de cursos? Acredito que vocês já vieram pensando nisso, mas quero deixar claro de que maneira esse contingenciamento reiterado nos orçamentos impacta a gestão.

b) Como está o ritmo de certames públicos de contratação para expansão da rede e substituição de professores aposentados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

c) Quais são as áreas mais impactadas pela crise: a educação profissional técnico e tecnológica ou a educação superior, no caso dos institutos?

d) Que unidade se encontra em funcionamento mais crítico e qual o número de alunos atingidos? Como o atual quadro afeta a permanência dos atuais e o ingresso de novos alunos na rede? Quais são os programas e ações de assistência estudantil mais afetados? Essas três nós colocamos como um bloco.

e) Que tratamento tem sido dado à implementação do planejamento dos IFEs, relativamente à formação de professores em áreas fundamentais para a educação básica?

f) De que maneira a crise afeta o moral de professores e alunos e, por consequência, a própria credibilidade dos institutos? Sem falar – não colocamos aqui – de que maneira a crise afeta não o moral dos professores, mas o emocional dos reitores.

g) Os senhores consideram que a expansão dos cursos ofertados foi acompanhada pela manutenção da qualidade de ensino? É uma preocupação que eu pessoalmente tenho, de que nós aumentamos tanto a oferta no nível superior, sem fazer um esforço na educação de base que permitisse aos alunos que entram ter a qualidade necessária para acompanhar os cursos.

Feitas essas perguntas, eu tinha falado para vocês que eu ia fazer uma instigação, que eu tenho tentado em relação às universidades: como seria possível, Senadora Lúcia Vânia, fazermos uma espécie de pacto das instituições de ensino superior com a sociedade brasileira, em que não apenas cumpramos o papel – como vocês cumprem –, mas, mais que isso, definamos metas que a população brasileira saiba: isso vale a pena?

Claro, quando eu falo metas, eu não falo apenas em número, eu falo em desenvolvimento científico e tecnológico, eu falo em patentes, eu falo em o Brasil dar um salto nos *rankings* internacionais. Como é que nós podemos construir um protocolo comum? Vejam que eu não falei nem governos, falei sociedade brasileira. Como é que a gente pode fazer com que a sociedade brasileira diga: "Se nós não fizermos um esforço necessário para apoiarmos os institutos, nós, Brasil, vamos passar as seguintes dificuldades no futuro: vamos deixar de realizar os seguintes propósitos..."

É desse conjunto de coisas que eu gostaria de ouvir a opinião de vocês. Não para fazermos isso aqui, mas para analisarmos se vale a pena trabalharmos a ideia de um grande protocolo, acordo, pacto, entre o ensino superior brasileiro e a sociedade. E o que vai melhorar a saúde, a educação de base, a segurança nacional, a qualidade de vida, graças aos institutos.

Bem, dito isso, eu vou passar a palavra inicialmente para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Ah, o Fabiano.

Então, eu vou passar a palavra ao Fabiano, para que faça a sua exposição.

Diante do adiantado da hora, combinamos antes, Fabiano – você não estava ali –, que vamos fazer. A Senadora foi muito solícita e disse: "Eu quero é hoje isso." Chegamos a pensar em fazer amanhã. Eu quero dizer que fico satisfeito com seu interesse.

Eu tenho um almoço às 13h, mas aqui mesmo. Posso sair um pouco mais tarde que 13h, mas aceito voltar aqui logo às 14h, catorze e pouco, para continuarmos.

Senadora, eu quero agradecer muito a V. Exª por ter dado esse incentivo e esse firmeza. Vamos fazer hoje.

Então, diante disso, quanto tempo você gostaria de ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Ah, uma hora é demais? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Para o tema não é demais, para a hora talvez seja. Vamos ver.

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Com certeza.

Uns 20 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não. Vamos colocar 15 a 20 minutos. Não cortarei.

Vou botar 15 minutos, mas não cortarei. Eu vou botar 15 minutos, mas não cortarei.

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Não, eu sou um cara objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não vou cortar a palavra de nenhum aqui.

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Está bom.

Por favor.

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Muito bem.

Senador Cristovam Buarque, representantes do Ministério da Educação, Senadores, reitores, companheiros de luta do Sinasefe. O Sinasefe, em primeiro lugar, agradece o convite de debater esse tema, que é do nosso interesse.

Eu gostei muito das provocações que o Senador fez. Eu vou tentar, ao longo dessa fala, responder senão todas, a maioria delas.

A primeira coisa que eu acredito que seja um ponto a ser debatido na nossa rede é o que me parece ser uma crise de identidade. A nossa rede é antiga, talvez mais antiga até... Talvez não, é mais antiga que as universidades, data dos primeiros anos da República neste País. As primeiras unidades foram fundadas na primeira década do século XX, ou seja, nós temos um longo histórico de existência e de ensino de qualidade, sendo que lá na sua fundação o objetivo da rede era acolher os enjeitados da Nação, os desvalidos, era a escola dos artífices, dentro de uma perspectiva que faz parte daquele tempo – não faz parte do nosso tempo – de oferecer o ensino dos ofícios, assim se falava, *stricto sensu*, ponto.

Isso depois veio evoluindo – não vou poder falar, embora gostasse, seria uma discussão interessante, de toda evolução ao longo dos governos Vargas, ao longo da própria ditadura militar – até chegarmos nos anos 2000 ao projeto dos institutos federais, que é propriamente onde verificamos grande expansão de unidades, a criação dos institutos federais, muitas unidades, especialmente nas cidades do interior, com uma proposta – e, aí, sim, acho que esse é o fulcro por onde podemos começar o debate – não de expandir o ensino técnico. Esse é o ponto.

Nós não somos uma rede de ensino técnico, como se propunham a ser as primeiras unidades, mas uma rede de ensino politécnico. Qual a diferença? A diferença é que nós não nos propusemos, na nossa origem, a dar aquela educação de ensinar a apertar o parafuso, mas não: uma formação que permita ao educando o domínio de todas as ciências, dos conceitos básicos de todas as ciências e que prepare para a vida, para a participação e, em termos assim – embora eu acho que este termo tem lá os seus problemas –, para o exercício da sua plena cidadania.

Por que eu digo que isso é um problema de identidade? É que, muitas vezes, as autoridades – e, às vezes, eu tenho a impressão de que também os nossos dirigentes institucionais – falam da nossa rede como uma rede de ensino técnico, o nosso objetivo é formar para o mercado de trabalho, o País precisa de mais trabalhadores. Ora, quem é o País? Os trabalhadores deste País

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisam de uma educação que lhes possibilite abrir os horizontes e, nesse sentido, a nossa rede tem aberto esses horizontes, muitos são, inclusive, estudantes que saem, conseguem um emprego e depois conseguem ingressar nas universidades. Eu acho que esse é um balanço altamente positivo.

Só para citar um exemplo, eu não sei por que o Ministério da Educação, na hora em que divulga os números da educação no Brasil, com uma certa frequência, se esquece de mencionar os institutos federais, mas, se mencionasse, os institutos federais seriam essa parte da educação brasileira em que os alunos têm um desempenho coreano, tamanho é o domínio dos conteúdos de todas as disciplinas. Eu acho que é um exemplo que, até agora, deu certo.

Olhe, eu estou fazendo, eu não estou dizendo que eu não tenha críticas ao modelo, mas eu estou querendo aqui ressaltar alguns aspectos positivos.

Dito isso, é um modelo de educação que o segundo problema... Além da crise de identidade, é preciso enfatizar o caráter politécnico. Nós temos alguns problemas. Primeiro, no Sinasefe, para além de defender os direitos dos servidores, nós viemos, há anos, tentando debater com o governo Executivo, e não é do atual Governo, do governo anterior também, embora eu deva dizer que, no governo anterior, nós tínhamos mais facilidade. Olhe, eu sou coordenador-geral do Sinasefe e, até hoje, não conheço a chefe da Setec pessoalmente. Já fizemos inúmeros ofícios, o companheiro deve saber, e, até hoje, não fomos recebidos para conversar sobre nada, sobre nenhum aspecto! Mas devo dizer que, com o governo anterior, conseguimos ser recebidos algumas vezes, embora nada tenha sido encaminhado. Nós nos queixamos muito da precariedade dessa expansão. Custa caro uma rede de qualidade.

Nós temos, em todos os institutos federais – e os companheiros dirigentes que estão aqui podem confirmar o que estou dizendo –, sérios problemas de subsídios. Existem laboratório em que faltam insumos, existe falta de sala de aula mesmo, existem dificuldades para realização da pesquisa, existem dificuldades, carências institucionais de toda ordem para que os institutos possam contribuir para o desenvolvimento dos arranjos locais e essa é uma possibilidade que os institutos poderiam ter perfeitamente.

Além disso, além desse problema propriamente financeiro – e, para nós, o problema financeiro é grave –, não comecei a falar ainda dos problemas que tangem os direitos dos servidores, não comecei a falar disso. Mas devemos dizer que, para nós, servidores, é muito triste ver, todos os anos, companheiros de trabalho nossos, que são os companheiros terceirizados, serem demitidos. Trabalham conosco o ano inteiro. No *campus* de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, na semana do Natal, os servidores terceirizados foram todos demitidos. Servidora grávida, não tinha como nem fazer uma ceia de Natal. Foi demitida, sem direito a nada. Vemos isso, isso faz parte do problema. E nós temos problemas de outras ordens.

É inevitável – eu já estou na metade, mais ou menos, da minha fala – que, como sindicalista, eu não venha tocar aqui em alguns aspectos que dialogam com a nossa natureza de atuação, que é a atuação sindical. Devo dizer que, neste momento – e falo para as autoridades do Governo, para os Parlamentares e para os reitores também –, nós temos na rede um radical processo de assédio moral e perseguição política. No Colégio Pedro II, por exemplo, recentemente um grupo de servidores foi processado por um Procurador, o Sr. Fábio Aragão, que ignorou completamente os argumentos de defesa. Bancou, bateu o pé, disse que existia um núcleo de um partido político dentro da escola que não existia, que os professores estavam fazendo campanha eleitoral dentro da escola, o que eles provaram de todas as formas, e eles foram à Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ora, nós temos servidores, por exemplo, no Instituto Federal da Bahia, que estão demitidos em PADs complicadíssimos. Isso já foi levado à Comissão de Direitos Humanos do Senado, já foi levado à discussão à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, isso já foi dialogado com o reitor, está para ser discutido no Conselho Superior. O Conselho Superior não é convocado e não encontramos com quem falar. Um caso assim esdrúxulo. Nós temos o assédio moral por parte dos dirigentes, às vezes, duro sobre nós, servidores, e também sobre os órgãos de controle.

É fácil até falar sobre isso, porque recentemente – não nos institutos federais, mas na Universidade Federal de Santa Catarina – um dirigente institucional chegou ao suicídio, da maneira como os órgãos de controle dialogam conosco, chegam às universidades e aos institutos federais.

Olhe, vou citar aqui alguns exemplos – poderia gastar muito tempo, mas não vou poder gastar muito tempo. Por exemplo, os órgãos de controle, às vezes, chegam aos institutos federais e perguntam: "Por que o docente aqui trabalha três dias por semana? Por que ele não está aqui nos cinco dias?" Aí a gente dialoga: "Olha, desde que foi criada a Lei 11.784 e, depois, a Lei 12.772, as atribuições dos professores do EBTT são praticamente as mesmas atribuições da carreira do magistério superior. Nós realizamos pesquisa, ensino, extensão. Existe um conjunto de atividades que não se enquadra naquele modelo clássico em que se chega às 8h e sai às 18h. Há um leque de atividades que são realizadas fora. Isso faz parte da execução do ensino e da pesquisa." Os órgãos de controle não querem saber disso. Aí há casos graves de assédio moral. Além disso...

Quanto tempo eu tenho, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Falta aquilo? Faltam três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Faltam três minutos para os 15 minutos.

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Ah, que bom! Não vou passar muito dos 15 minutos, não. Eu prometo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Não se assuste, porque a campainha toca automaticamente.

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Está bem.

Olha, nós temos, fruto das nossas lutas nos anos anteriores, vários acordos de greve. Várias promessas dos governos, que foram assinadas, que nos foram prometidas como condição para que nós saíssemos dos nossos movimentos paredistas, não são cumpridas, nenhuma delas!

Vou citar um exemplo. Em 2008, foi criada a carreira EBTT. Antes, existia a carreira do professor de 1º e 2º graus. Praticamente, todos os professores migraram para a carreira EBTT. Houve casos em que o professor não foi bem esclarecido, houve casos também em que o professor deu entrada no requerimento para mudar de carreira, mas em que o requerimento, por algum motivo, perdeu-se na burocracia, e os colegas continuaram na carreira antiga, que é a carreira do professor de 1º e 2º graus. Nem existem mais 1º e 2º graus; agora, há ensino fundamental e ensino médio. Pois bem, nós temos hoje um número nada expressivo de 70 professores, no País inteiro, que não mudaram. E nós estamos, há quase dez anos, solicitando ao Governo... Pergunto até ao Senador se é possível a gente pensar num projeto de lei para auxiliar esses companheiros, que estão pedindo uma janela para poderem ir para a carreira do EBTT.

Olha, vou dar um exemplo. Tenho aqui um contracheque, para citar um exemplo, de um professor que entrou no Instituto Federal do Pará em 1984. Hoje, ele já deveria estar aposentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele recebe abono de permanência. Vou ler aqui o contracheque dele. O vencimento básico é de R$1.108. Aí ele recebe por um cargo administrativo e ganha R$1.773 a mais, porque ele exerce uma função executiva.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – O resto é auxílio-alimentação, auxílio-transporte, abono de permanência. Aí, no final, o salário dele bruto é de R$4.726. Isso é pago para um servidor que trabalha há mais de 30 anos na rede e que, há mais de dez anos, está solicitando o direito, porque ele deu entrada e não conseguiu. Nós temos 70. Esse é só um exemplo de uma coisa extremamente banal que a gente tenta dialogar com o Governo há quase 10 anos e nunca anda.

Nós temos um caso aqui de um professor no ano passado que parece que se suicidou com depressão. E outro dia chegou, infelizmente não está aqui, o contracheque de um outro professor, com mestrado, que entrou na mesma época, que é do EBTT, com o valor bruto de R$1.552,00, e a gente não consegue espaço para negociar com o Ministério do Planejamento uma abertura para resolver o problema desses colegas.

Aí falam que tudo é impacto financeiro. Existem alguns pontos que o Sinasefe tem negociado com o Governo que não têm impacto financeiro nenhum. Nenhum, nenhum, nenhum!

Vou dar um exemplo: ponto docente. A nosso ver, e nós temos pareceres inclusive da Advocacia-Geral da União para sustentar esse ponto de vista, o professor EBTT é equivalente ao professor do magistério superior e, como tal, não deveria ser submetido ao controle de ponto, o que é causa de assédio moral.

Eis que o governo já concordou com a gente, o governo anterior, isso foi para um acordo, isso foi assinado há três anos e não andou um passo. Toda vez que a gente liga: "Ah, está na mesa tal para receber um parecer, para ir para a Secretaria da Presidência da República." Três anos. Nada anda.

Desde que entrou o Governo Temer, aliás desde o Viegas, nunca conseguimos ser recebidos, nem sequer recebidos, pela Srª Eline. E já solicitamos várias vezes.

Então, nos preocupamos sim. Nós servidores – infelizmente o companheiro da Fenet não pôde vir aqui – temos muito receio de qual será o fim dos institutos federais. O fim que eu estou querendo falar é o fim a que se destina o projeto do Governo.

Queria até aproveitar a presença dos representantes do Governo aqui para que eles possam dizer qual o projeto que eles têm para os institutos federais. Por exemplo, se é verdade, porque a gente já ouviu isso de algumas pessoas, uma aproximação com o Sistema S. Nós temos muita preocupação com isso.

Eu tenho que perguntar porque a gente já tentou o diálogo tantas vezes e a gente nunca conseguiu.

Tentamos muitas. Eu poderia ter trazido aqui todos os ofícios que enviamos para o Ministério da Educação e para o Ministério do Planejamento. Nunca! Qual o objetivo, se existe o objetivo de, em algum momento, a gente dar sequência aos acordos de greves passados, por exemplo o GT para discutir a carreira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Eu estou concluindo. Agora estou concluindo mesmo.

Se o Governo pretende mesmo enviar um projeto de lei reestruturando todas as carreiras, porque ninguém nos esclarece isso. Só sabemos pela internet, por agências de notícias falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Governo vai enviar um projeto de lei para reestruturar todas as carreiras e vai deixar de fora para os professores de magistrado superior.

A gente queria saber se isso procede mesmo, se isso existe, e sobretudo nós gostaríamos aqui de pronto deixar solicitado que o Ministério da Educação receba o Sinasefe, receba a Fasubra, receba o Andes, que são sindicatos representativos da rede federal de educação. E devo dizer que tanto a educação tecnológica como a educação superior estão em grave risco, e, em especial, a educação superior. Os companheiros do Andes estão chamando para este mês uma Frente Nacional em Defesa das Instituições de Ensino Superior Gratuita.

Gostaria de, em nome dos companheiros, convidar o Senador Cristovam Buarque a aderir a essa Frente. Gostaria de convidar os companheiros do Conif também a aderir a essa Frente, porque, na nossa leitura, nós corremos risco.

E gostaríamos de pedir, por fim, providências dos companheiros do Ministério da Educação e do Senador Cristovam Buarque, que sabe o que foi a ditadura também, providências quanto às perseguições políticas que nós estamos sofrendo na rede.

No Campus de Abelardo Luz, para terminar, no Instituto Federal Catarinense, alguns companheiros foram perseguidos, foram afastados das suas funções institucionais, tiveram seus aparelhos celulares e computadores apreendidos, acusados de o MST estar interferindo no projeto político pedagógico do Campus de Abelardo Luz, o que não é verdade!

O Campus de Abelardo Luz foi criado, inclusive, com uma proposta de fornecer ensino agrotécnico para os camponeses que estão assentados na região, e isso faz plenamente parte da política pedagógica e é completamente legítimo, lícito e legal. No entanto, os companheiros hoje estão sendo perseguidos e estão respondendo a um processo do Ministério Público Federal com os mesmos argumentos do Movimento Brasil Livre, do Movimento Escola sem Partido.

Não é possível que, nessa altura do século XX, a gente ainda tenha defensores entusiastas da perseguição aos direitos civis e de defender o autoritarismo neste País, agindo com toda essa liberdade.

Eu peço desculpas pelo tempo que demorei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Fabiano.

Passo a palavra à Prof. Maria Clara.

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – Boa tarde a todos. Perdão! Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, agradecemos bastante pela audiência na Comissão daqui do Senado. Também estamos bem felizes com a participação do Senador aqui conduzindo esta Mesa. Já vimos as duas Senadoras aqui à frente também nos acompanhando.

Esse tema é um tema importante para o qual nós estamos nos movimentando bastante fortemente em relação às dificuldades dos institutos federais. Acredito que algumas questões relatadas pelo nosso colega do Sinasefe não estão diretamente ligadas a esse tema. Inclusive, temos respondido a algumas questões feitas pela Comissão de Direitos Humanos. Acho que são outros momentos e outros locais que podemos colocar esse debate, que é importante em relação às nossas instituições.

O nosso trabalho, a nossa apresentação aqui que está colocada lá vai relatar, de uma maneira bem breve, como nós estamos trabalhando, mas principalmente respondendo às perguntas que o Senador coloca, quais as dificuldades que nós temos na questão orçamentária, no funcionamento dos nossos *campi*, na questão de pessoal, no ingresso de novos estudantes, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertura de novos cursos. Então é tudo isso que que diz respeito ao nosso funcionamento e realmente à missão que nós temos de capilarizar e de tratar da educação profissional, principalmente voltada para a formação dos trabalhadores.

Nós somos uma instituição que completa agora, no dia 23 de setembro, 108 anos e tem cumprido o seu papel e a sua vocação de estar muito fortemente ligada ao movimento dos trabalhadores, na formação e na qualificação de trabalhadores. Nós trabalhamos, é claro, de uma maneira verticalizada desde Formação Inicial e Continuada até a pós-graduação, mas respeitando de maneira muito forte aquilo que prescreve a nossa lei, Senador, a nossa lei de 50% de formação de técnicos. Então, todas as nossas instituições, mesmo verticalizando e mesmo atuando também na qualificação profissional, também cumprem de maneira muito forte essa questão dos 50% dos cursos técnicos. Na nossa formação, na nossa distribuição de vagas isso é muito importante, isso é muito caro e nós acreditamos que isso faz a diferença realmente para o desenvolvimento do País e também para atendimento das questões sociais e econômicas, principalmente das questões sociais da qualificação dos trabalhadores.

Então, rapidamente, aqui nós temos um cenário de como estamos distribuídos em relação à rede. É importante porque hoje nós estamos em todo o País, literalmente, dá para ver ali. São 644 unidades em 568 Municípios atendidos. E isso é que acho que nos movimenta e nos motiva para brigar bastante pelas nossas instituições.

Aqui também tratando do que eu já falei rapidamente: mais de 9 mil cursos em diversas modalidades, desde a Formação Inicial Continuada, técnico, licenciatura, graduação e pós-graduação em diversos eixos tecnológicos. E o que nós temos de matrícula, que é importante também, neste momento em que a gente vê diminuído o nosso orçamento, é quanto que isso impacta no número de matrículas, quantos alunos nós temos risco de deixar de atender em relação a isso.

Então, nós temos um total de 892.350 matrículas de alunos. Claro que isso aqui é um espelho momentâneo, é uma fotografia. Mas devemos chegar rapidamente a um milhão de estudantes da rede federal, distribuídos daquela forma.

Então, são números muito expressivos, são números muito importantes para o desenvolvimento do nosso País. E a nossa preocupação é exatamente esta: que as questões orçamentárias dos institutos federais não impactem nesse crescimento, no crescimento que nós temos de matrícula, até porque o PNE prevê o número de matrículas para 2020 na ordem de 1,5 milhão de estudantes.

A nossa relação aluno por professor é uma relação aluno por professor relativamente alta. O PNE prevê 18 para cursos superiores e 20 para cursos técnicos médios. Temos ali alguns cálculos em relação à pontuação de modo ponderado em relação a aluno equivalente e também em relação ao cálculo simples e direto. Então, nós temos números bons em relação à atuação dos nossos docentes: 19,31, 19,70 são números importantes para destacarmos aqui.

A titulação do nosso corpo docente também, do máximo de 5, nós somos em 3,9, é importante ressaltar isso.

E a gente ressalta que os nossos doutores e pós-doutores atuam em todos os níveis de ensino, desde os cursos FIC. Então, os nossos trabalhadores, muitas vezes, numa formação inicial continuada, têm professores muito bem qualificados para poderem fazer essa qualificação.

Aqui nós temos os cinco polos de inovação. Na verdade, uma boa notícia: já somos nove. A gente não atualizou porque faz menos de um mês que tivemos o credenciamento, estamos ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em processo de credenciamento de mais quatro que completam essa rede. Vamos chegar a um número maior. Estamos articulados com a Embrapii e com a CTEC para essa questão.

A pesquisa aplicada e extensão tecnológica na rede. Também, de maneira muito rápida, os projetos, o que nós temos desenvolvido: 5.979 projetos de extensão tecnológica, 10.769 projetos de pesquisa aplicada. Isso não é só pesquisa... Principalmente a pesquisa em articulação com o setor produtivo. Isso é muito bom, porque, além de formar os nossos estudantes para o mundo do trabalho, nós também fazemos o movimento de articulação com o setor produtivo.

Os gastos por aluno, os cálculos que nós temos aí em relação a isso. Então, somos uma rede relativamente barata para o que a gente desenvolve: 12.917 numa relação direta e o aluno-equivalente, 16.000 ano – esses são números de 2016.

A nossa lei fala dessa questão do número de desenvolvimento, que deverá garantir 50% dos cursos técnicos, o que eu já falei, e a relação que nós temos em relação aos percentuais de alunos-equivalentes.

Aqui o ensino técnico no mundo. Aí a gente realmente sabe que, no Brasil, nós temos de crescer o ensino técnico. Os institutos federais estão cumprindo esse papel e precisam desse apoio, Senadora. Eu fico muito feliz com a sua proposta de pacto, eu acho que é o que a gente precisa: fazer um acordo para que os institutos federais continuem crescendo. Nós tínhamos números muito piores, mas ainda são pequenos para o que o Brasil precisa em relação ao ensino técnico.

A expansão do ensino técnico, como eu já falei, na meta do PNE. Então, nós precisamos melhorar bastante esses números aí, triplicar as matrículas.

O nível socioeconômico dos estudantes. É importante a gente ressaltar isso, porque aqui nós mostramos qual a classe social que nós estamos atingindo. Então, são os alunos com renda mais baixa. Por isso os programas de assistência estudantil são fundamentais. Aí é um programa muito caro a nós. A gente ficou bem mais seguro, mais tranquilo semana passada, quando tivemos a garantia de que na assistência estudantil nós vamos ter 100% das bolsas garantidas para os estudantes, porque muitos deles dependem dessas bolsas para poderem participar, manter sua regularidade na escola.

O índice socioeconômico. Aqui, os nossos estudantes Proeja atendemos bastante. É um programa que está completando dez anos. Com a população que temos, em que mais de 80 milhões não têm ensino médio, então, nós estamos comprometidos com um programa de formação profissional, elevando a escolaridade dos alunos que não têm ensino médio e ensino fundamental.

A nossa qualidade retratada no Enem. Aqui nós temos bons resultados também.

Apesar de a nossa formação não ser focada no Enem, sempre nos destacamos muito fortemente em todos esses *rankings,* como o Pisa e tudo mais. Então, a rede federal tem tido muito destaque. A gente escuta bastante uma reflexão que diz: tomara que todas as escolas públicas conseguissem atingir o nível que nós temos atingido na rede federal. É o que a gente quer também.

Aí algumas premiações internacionais dos nossos estudantes, das nossas instituições que muitos nos orgulham.

A questão da primeira colocação com os pedidos de patente no instituto nacional, no INPI.

E aí vamos para a questão crucial, que tem nos preocupado bastante nos últimos anos, em relação à elevação no número de matrículas, que é muito forte na rede, com o orçamento sendo diminuído em relação a isso. Então, o que está em vermelho seria o ideal em 2017, e o que está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

azul é a matriz que nós tivemos este ano. Então, nós temos precisaríamos de 3,528 bilhões e tivemos uma matriz de 2,340 bilhões, com uma expectativa de crescimento em relação ao número de estudantes, como disse, chegando provavelmente a 1 milhão de estudantes em 2017, 2018. Então, é importante que a gente saiba disso.

Nós já temos um movimento forte em relação ao Orçamento de 2018, solicitando uma emenda...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, Profª Maria Clara, a senhora poderia explicar quanto vocês solicitaram, do ponto de vista do Orçamento Geral da União, e o que está previsto até o presente momento?

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – Neste Orçamento de 2017, o ideal é o que está em vermelho – 3,528 bilhões –, e a nossa matriz é de 2,340 bilhões. Ressaltando que, desses 2,340 bilhões, temos contingenciados 15% de custeio e 40% de investimentos. Então, é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – Sim. Para 2018, a nossa previsão era de 3,9 bilhões, e estamos com 2,2 bilhões.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Então, para 2018, a proposta está menor ainda.

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – Está menor e, como eu disse, com esse crescimento bem acentuado de matrículas que a gente tem vivenciado. Então, já solicitamos também uma emenda Conif em relação, principalmente, ao investimento.

Tendo em vista que, como iniciamos o funcionamento de muitos *campi* e eles ainda estão entrando em regime, o que acontece? Temos de pegar nosso orçamento e colocar praticamente todo para funcionamento e muito menos para investimento.

E por que isso é drástico, Senadores? É que a gente tem nos institutos federais um processo de implantação de muitos *campi* e agora estamos em uma etapa em que precisamos consolidá-los. A gente tem alguns prédios que já estão prontos e precisam de equipamentos, a gente tem alguns *campi* que iniciaram com bloco menor e precisam investimento no bloco para conseguir fazer todo seu funcionamento. Por exemplo, a gente tem um quadro de docentes, um banco de docentes que está sendo movimentado para que a gente possa dar conta disso, mas nós precisamos ter as questões caminhando de maneira paralela: eu preciso ter pessoal, eu preciso ter o prédio, eu preciso ter os equipamentos. Não adiante ter só pessoal e não ter o equipamento, ou ter o prédio e não ter o equipamento. Então, é exatamente essa a nossa preocupação. Para que a gente consiga fazer todo esse movimento do funcionamento pleno dos institutos federais, daqueles 644 *campi*, ainda precisamos de algo na ordem, deste ano para 2018, de 700 milhões a 1 bilhão de investimento. É por isso que a nossa matriz... A previsão era de 3,9 bilhões. Então, desses 3,9 bilhões, mais ou menos 1 bilhão seria para investimento, para a gente conseguir esse fluxo todo de colocar todos esses nossos *campi* em funcionamento pleno.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Me diga uma coisa: procede a informação de que, na versão preliminar da lei orçamentária que está tramitando no Congresso, o que está destinado para investimento para os institutos federais é a quantia de 67 milhões?

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – É esse o valor, da ordem... Acho que não chega... É esse valor, 80 milhões. A previsão era chegar em 700 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fazendo soar a campainha*.) – Isso foi antes da revisão da meta; deve vir um novo projeto com a revisão da meta já.

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – Tomara!

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Estamos aguardando.

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – Sim.

É por isso que a gente está, inclusive, fazendo todas essas movimentações. Na semana retrasada a gente esteve no Congresso, no Senado, na Comissão, a Senadora participava, o Senador também...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Relator...

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – O Relator...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... Davi Alcolumbre participou da reunião com o Conif e, depois, com a Andifes, que nós fizemos.

Vou deixar a Profª Maria Clara terminar sua apresentação. Queria só pontuar, porque isto é inimaginável: numa versão preliminar o MEC destinar 67 milhões para 28 institutos federais...

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – São 38!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – São 38 institutos federais! Quantas unidades?

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – São 644.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Evidentemente, isso não pode se sustentar, de maneira nenhuma.

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – É, nós estamos na expectativa de que agora, com o exame da questão orçamentária, com a discussão pelo Congresso dessa questão, se consiga mudar esse cenário para a gente ter um pouco mais de segurança para o ano que vem conseguir fazer o máximo possível, não o ideal, mas o máximo possível.

O orçamento por aluno na rede federal. Aí nós temos os números. Com isso, é claro, acaba diminuindo drasticamente. O que tem acontecido? Por que o orçamento de investimento veio tão pequeno? Porque nós tivemos um orçamento menor do que o do ano passado e cresceu o número de alunos. Então, a gente precisa diminuir o investimento e aumentar o funcionamento, senão a gente não dá conta dos alunos que estão lá na ponta.

Então, o nosso funcionamento, com todas as reduções que fizemos... Infelizmente, tivemos que reduzir terceirizados, o que nos deixa muito sensibilizados, porque a gente sabe que são trabalhadores que estão contribuindo para a instituição num contrato muito precário. Nós também consideramos isso, mas tivemos de fazer ajustes e cortar na própria carne – terceirizados, serviços de portaria, de vigilância, de limpeza. Tudo o que foi possível nós diminuímos, tendo em vista, claro, um cenário econômico muito adverso – acompanhamos e sabemos disso.

Orçamento de custeio. Aí dá para verificar que temos tido este movimento: crescimento do custeio e diminuição do investimento. Aí está a parte empenhada inicialmente e a executada. É um retrato bem fiel de como nós estamos acompanhando essa situação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – O orçamento de investimento, como foi colocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós tínhamos aí 291,8 milhões para 2017, um valor que tem corte. Passamos de 819 milhões em 2015 para 291 milhões.

É isso.

Então, respondendo de maneira bem pontual algumas questões que o Senador coloca, estamos fazendo alguns concursos. Inclusive, amanhã vamos ao MPOG para resolver algumas questões de códigos de vaga em relação ao provimento das nossas instituições. Estamos nos movimentando de maneira muito séria em relação a isso porque nós não queremos ter um momento em que tenhamos que diminuir a nossa oferta, que tenhamos que diminuir a entrada de alunos ou diminuir a previsão de cursos que vão ser ofertados em 2018 e 2019. Então, muitos de nós têm enfrentando essa situação com bastante coragem para não diminuir o ritmo da rede federal. Por quê? Porque foi todo um movimento de investimento muito forte numa rede que está capilarizada no Brasil inteiro. Se não fizermos esse pacto, Senador – e acho que essa palavra é muito boa –, nós vamos perder tudo isso, vamos começar a não conseguir movimentar as nossas instituições.

Lembro, pegando o exemplo do nosso Estado de Santa Catarina: temos hoje, em Santa Catarina, 37 *campi*, entre o Instituto Federal de Santa Catarina e o Instituto Federal Catarinense, que é o do Campus Abelardo Luz, que fica inclusive dentro de um assentamento. Os projetos pedagógicos dos nossos cursos são voltados para o que eu disse: para os trabalhadores, para a agricultura familiar, para a inserção e a mudança do contexto econômico e social. Então, isso faz uma grande diferença. Nós tínhamos no País uma concentração muito grande de oferta de ensino público federal só nos grandes centros, e hoje não. Nós estamos, em Santa Catarina, em Urupema, um Município que tem 2,5 mil habitantes. Acho que é o IDH mais baixo de Santa Catarina, comparável ao de alguns Municípios também muito pobres do Nordeste.

Então, é importante que a gente resgate essas informações, ressalte-as bastante, porque a gente precisa ter uma defesa muito forte dos institutos federais para não perder tudo aquilo, toda aquela esperança que a gente tem nas pessoas que estão lá na ponta, aguardando que as nossas instituições cumpram a sua missão, que é uma missão de mudança – mudança social e mudança econômica – para a população mais pobre, para a população brasileira, para lugares onde as pessoas não tinham oportunidade de se qualificar e se sentiam totalmente à margem de qualquer processo acadêmico ou de conhecimento mesmo.

Além disso, as nossas instituições estão presentes em muitos projetos, como os já relatados ali, mas o forte nosso realmente é estar nesses lugares onde as pessoas têm somente essa oportunidade de se qualificar. E nós precisamos garantir que essas instituições cumpram esse papel, que é um papel social. Mais do que uma transformação de conhecimento acadêmico, da inovação que nós acreditamos ser possível no nosso Brasil, é uma transformação social. Por quê? Porque nós estamos capilarizados. Nenhuma instituição está capilarizada como os institutos federais pelo Brasil.

E nós podemos atuar não só dentro das nossas instituições, Senador, mas também com as instituições estaduais e municipais, formando professores, articulando com eles uma outra mudança, que não é só para os nossos estudantes.

Então, se nós falamos, por exemplo, no ensino básico, que os professores não são valorizados, ou não são reconhecidos, ou não têm uma qualificação necessária, os institutos federais também têm essa missão. Vinte por cento da nossa oferta é para formação de formadores, e nós estamos fazendo isso, com algumas dificuldades em relação ao que nós estamos vivenciando, mas nós estamos fazendo isso e queremos fazer mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço muito esse espaço. Acredito muito que podemos, de modo coletivo, de modo conjunto, formar essa frente em defesa dos institutos federais, para que tenhamos realmente perspectiva e esperança de mudança para essa população desses Municípios e de toda a região que atinge o Brasil inteiro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria, Senador Cristovam, perguntar à Profª Maria Clara se ela tem...

(*Interrupção do som.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... com relação às unidades que precisam ser transformadas em *campi*...

Por exemplo, no Rio Grande do Norte, nós temos Parelhas, Senador Cristovam, e Lajes. Já foi encaminhada várias vezes essa solicitação ao MEC – já estão inclusive em funcionamento – para torná-las *campi* e até agora isso não foi resolvido.

Senador Cristovam, antes de V. Exª sair, queria aproveitar para saudá-lo pela sua iniciativa e nos colocar também à disposição. Eu coordeno a Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Federais aqui no Congresso Nacional. É uma frente parlamentar mista, formada tanto aqui pelos Senadores com pelos Parlamentares, que inclusive o senhor também integra, com uma atuação que dispensa comentários, sempre vigilante na defesa da educação.

E só para acrescentar, porque acho importante o empenho que V. Exª tem tido, na semana retrasada, conforme disse a Profª Maria Clara, a Frente Parlamentar coordenou uma reunião aqui com o Conif. Contamos, Senadora Lúcia Vânia, com a presença – até falei com V. Exª – do Senador Davi Alcolumbre, que vem a ser hoje o relator setorial da área de educação. O Conif em peso aqui esteve nessa reunião, já fazendo um diálogo com o Relator Davi Alcolumbre, dizendo já de todo esse drama por que passam os institutos federais, não só com relação a 2017, em função do contingenciamento brutal que atinge os institutos federais já em 2017, mas também já olhando, como estamos fazendo, para 2018.

Dessa reunião, Senadora Lúcia Vânia, saíram dois encaminhamentos bem específicos.

Primeiro, que nós fizéssemos um movimento junto a todas as bancadas, para que as bancadas estaduais pudessem destinar emendas de bancada para os institutos federais. Por exemplo, no Rio Grande do Norte, todo ano, nós fazemos isso, assim como outros Estados também.

Depois, as emendas individuais, que são as chamadas impositivas. Também saiu esse encaminhamento para que os Parlamentares as contemplassem.

E, quanto às emendas de Comissão, a Senadora Lúcia Vânia, com a Presidência da Comissão de Educação da Câmara, tem de fazer, como sempre fazemos, esse entendimento, para que não possa haver duplicidade do ponto de vista das emendas de Comissão que nós vamos apresentar. E, como sempre, é claro, a emenda Conif tem tido a atenção do Congresso Nacional.

Antes de V. Exª sair, eu queria dar conhecimento desses encaminhamentos que, na condição de coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Institutos Federais, a gente fez nessa reunião.

A SRª MARIA CLARA KASCHNY SHNEIDER – Só respondendo, Senadora, sobre a questão dos *campi* que necessitam desse aporte, na verdade, o que nós temos hoje na rede é um número bem grande de *campi* que precisam de algum tipo de investimento ainda, mesmo os mais antigos. Por quê? Porque a gente tem *campi* centenários que precisam sempre revitalizar e melhorar, até porque aumentou bastante a sua oferta. Mas cada Estado, cada instituto tem essa listagem. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estou aqui com a minha listagem. Vou passar hoje por toda a Bancada catarinense entregando qual a nossa necessidade. E a gente rapidamente também pode encaminhar um conjunto de todas essas necessidades para vocês, de todos os institutos federais, o que, acredito, está nesta ordem de R$700 milhões a R$1 bilhão, mais ou menos esse valor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Sr. Romero Raposo Filho, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

O SR. ROMERO PORTELLA RAPOSO FILHO – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Eu queria cumprimentá-la.

Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra; o Senador Cristovam; todos os reitores aqui presentes, em nome de Maria Clara; o Fabiano, do Sinasefe.

É um prazer estar aqui, mais uma vez, discutindo com vocês a nossa rede federal.

Um assunto muito sensível em que a gente precisa tocar é relativo ao orçamento. Quando a gente chegou ao MEC, no ano passado, já na gestão de Mendonça, pegamos o MEC com um contingenciamento de 60% de custeio e 40% de investimento. Então, havia dois anos que não se conseguia chegar a 100% de custeio, e nós conseguimos chegar. No dia 19 de outubro do ano passado, a gente anunciou os 100% de custeio, não só de custeio de funcionamento como também de assistência ao inativo, e chegamos a 70% dos investimentos.

Neste ano, não houve corte, o que houve foi um contingenciamento. É uma medida preventiva, sim. Está contingenciado em 15% o custeio e em 40% a parte de investimento. Mas vale lembrar também que o aumento do déficit foi votado agora, e, provavelmente, isso pode nos ajudar em uma negociação com o Ministério do Planejamento, lembrando que isso não é culpa do MEC, isso, obviamente, é uma conjuntura de Governo.

Infelizmente, todos sabem como a gente recebeu o MEC. Tínhamos realmente vários passivos e, aos pouquinhos, no ano passado, conseguimos chegar a 100%. Neste ano, o Ministro tem trabalhado arduamente. Inclusive, saindo daqui, a gente vai ao Ministério do Planejamento, novamente, negociar essas questões. Então...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Ministério do Planejamento tinha sido convidado, não é? Não foi convidado o Ministério do Planejamento?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não? Na relação que distribuíram para nós, constava, inclusive, o nome de um representante do Ministério do Planejamento.

O SR. ROMERO PORTELLA RAPOSO FILHO (*Fora do microfone*.) – Não concluí, não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tudo bem. Estou só perguntando, inclusive, até para esclarecimento. Se não vieram, gostaria de saber se justificaram à Presidenta da Comissão por que não vieram aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – O Ministro do Planejamento deverá estar aqui após a revisão das metas, para falar sobre o orçamento do MEC de maneira geral.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora, permita-me dizer que exatamente pelo fato de o Ministro vir aqui – tomara que venha mesmo! – fazia-se mais necessária ainda a presença do Ministério do Planejamento aqui, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos com o envio de um técnico do Ministério do Planejamento, porque isso é importante para este debate preliminar que nós estamos fazendo aqui, é muito importante para as definições lá na frente que vão acontecer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pode concluir, por favor.

O SR. ROMERO PORTELLA RAPOSO FILHO – Com relação ainda a custeio, Senadora Fátima, desde o ano passado, é o segundo PLOA que a gente é responsável por fazer, e o custeio das instituições federais, quando a gente olha em números absolutos, não diminuiu. Então, no ano passado, a gente conseguiu aumentar. Foi um aumento pequeno. Obviamente, não é o aumento ideal, quando a gente considera o aumento de alunos, mas, quando a gente considera que a gente está na maior crise fiscal da história, a gente conseguir aumentar, o mínimo que seja, o custeio das instituições é um trabalho louvável. E foi assim que a gente fez: no ano passado, garantimos 100% e fizemos neste ano mais de R$70 milhões em números absolutos. Vale salientar, não é número equivalente, como a reitora apresentou; nós aumentamos.

Com relação ao que a senhora falou do orçamento de R$77 milhões de investimento, a Matriz Conif, o próprio nome já diz, é feita e é rodada pelo próprio Conif. Obviamente, o Governo, o Executivo, antes de enviar a proposta para o Congresso, limita as rubricas até onde a gente pode chegar; foi isso que a gente fez com o custeio. Então, o investimento que existe no PLOA que veio para cá é um investimento que foi colocado pelos próprios reitores, pelo próprio Conif, na matriz que veio. Então, o MEC nem mexeu nessa questão.

Esse orçamento está reduzido. Obviamente, ele não vai ficar em R$77 milhões, porque ainda não veio a rubrica orçamentária 20RG, que é aquela da qual fica uma parte na instituição. Isso é um investimento que está na 20RL, que é aquele que fica sob a coordenação e a gerência dos reitores. Então, nesse orçamento de investimento, realmente não está a 20RG, que compõe a maior parte da fatia, e isso ficou de ser votado após o déficit. Vale lembrar que esse valor veio antes de o déficit ser votado, como bem lembrou a Senadora Lúcia Vânia. Então, provavelmente, a gente deve ter novidades, mas eu sei que a tramitação do Orçamento aqui não está sendo fácil, como a gente tem acompanhado. Mas, enfim, a gente espera saber o que vocês vão decidir, porque vale a pena salientar que quem vota e quem aprova o orçamento para o MEC e para as instituições federais é o próprio Congresso. Então, a gente roga.

E também quero deixar... O MEC, a nossa diretoria, a própria Secretária e as outras diretorias também, na luta pelos institutos federais, a nossa intenção é melhorar cada vez mais. E nós nos colocamos à disposição para discutir qualquer assunto que seja e estamos junto de vocês em todas as discussões.

Com relação a esse passivo de obra que a gente tem e à diminuição dos recursos de investimento nos últimos anos, eu acho que isso é uma coisa um pouco óbvia. A gente veio de uma grande expansão. Em 2012, a gente tinha 140 unidades da rede federal; hoje, a gente tem 644, das quais grande parte já está praticamente concluída, tirando alguns problemas que a gente teve em unidades pontuais, principalmente no Nordeste e no Norte, onde não conseguimos terminar todas as obras. Isso se deu por alguns problemas de gestão e também por alguns problemas de contingenciamento, que já aconteceram em 2015 e também logo no início de 2016, o que inviabilizou.

Então, a gente pegou o MEC com um passivo de R$1 bilhão em obras, o que equivale a praticamente 50% do investimento total, e com 130 obras paralisadas. Hoje, com um pouquinho mais de um ano de gestão, já estamos com menos de 60 obras paralisadas e não paralisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma das que estavam em execução. Não está sendo fácil. Tem sido um trabalho muito árduo da Setec, principalmente lá na nossa diretoria, com os reitores – é um trabalho em conjunto, vale salientar –, e a gente vem conseguindo, enfim, aos pouquinhos, avançar com relação a essas obras para que elas não sejam paralisadas, dando prioridade, obviamente, às obras que estão em execução e àquelas obras que estavam paralisadas e que realmente iam beneficiar, que tinham grande impacto. Então, a gente está dando prioridade para a finalização dos *campi* que estavam em construção, para os blocos didáticos, para os blocos pedagógicos, e, em alguns casos específicos, a gente vai às quadras, aos laboratórios e aos equipamentos.

Então, esse cenário de catástrofe, de terra arrasada, não é o que a gente vê na realidade. Eu tenho rodado o Brasil todo e não vejo isso nos institutos. Pelo contrário, vejo a gente funcionando bem. E isso, realmente, em um momento de crise, exige que a gente faça gestão. E é isso que no MEC, junto com os reitores – vale salientar –, a gente tem tentado fazer.

A gente acabou de finalizar um estudo em que a gente faz comparações entre os principais itens de custeio que são feitos nos institutos federais. Isso está para ser apresentado aos reitores algumas vezes, mas nas últimas reuniões a gente não conseguiu tempo suficiente para apresentar. Porém, alguns já têm uma noção do que é isso. A gente pega despesas com terceirizados, a gente pega despesas com segurança, com vigilância – a gente sabe que esses dois itens são os que mais apertam hoje nos institutos federais –, e a gente faz comparações locais, regionais, dos mesmos itens que são contratados dentro das instituições. E a gente vê que ainda há uma oportunidade de gasto, ainda há uma oportunidade de melhorar a qualidade do gasto muito grande quando a gente faz essas avaliações. Então, a gente tem trabalhado em conjunto com os reitores para melhorar isso.

A gente finalizou agora um seminário, digamos assim, um *workshop* na Setec, com os principais técnicos dos institutos federais, para fazer atas coletivas dos itens mais utilizados dentro dos institutos federais, para que a gente consiga, enfim, aprimorar e otimizar essa questão do gasto, porque a gente sente que ainda há uma oportunidade de melhora muito grande por parte das instituições.

Além disso, a gente também tem tentado trabalhar em ações inovadoras junto à rede, como, por exemplo, nos polos de inovação, o que eu considero uma excelente ação. Vale salientar que isso veio da gestão passada, e a gente fez questão de continuar do mesmo jeito, porque a gente considera que é uma medida disruptiva dentro da rede federal. A gente sabe que... Eu ainda... Enfim, eu tenho algumas críticas à forma como a expansão foi feita, porque não é possível que a gente tenha uma expansão do jeito que foi feita. A gente ainda tem uma série de cargos que foram prometidos e não foram dados. A gente não tem esses cargos, e provavelmente vai ter de vir um PL para o Senado para a gente conseguir. E a gente tem R$1 bilhão em passivo de obras. Assim, é difícil realmente a gente mexer. Em um ano, é muito difícil mudar esse cenário. O que a gente tenta é otimizar o máximo possível para que as obras que estavam paralisadas saiam, e obviamente a gente pega o recurso, o investimento que o reitor utiliza com o que o MEC tem. Não é fácil, principalmente no momento em que vivemos, mas cabe a nós tentar melhorar e otimizar esses gastos em parceria com prefeitura, com o Governo do Estado. E é o que a gente vem tentando.

Acho que não vou conseguir responder a todos, pelo tempo, porque foram muitos pontos, mas quero destacar a atenção que a gente vem dando à assistência estudantil. Para quem não sabe, o recurso em assistência estudantil é utilizado principalmente para transporte e alimentação dos estudantes, e, no ano passado e neste ano, já foram garantidos 100%. Então, aqueles que mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisam estão sendo contemplados com isso, inclusive aqueles institutos, principalmente os institutos do Norte do País. A gente sabe que os deslocamentos geralmente são muito grandes e que nem sempre há uma rede pública que atenda, seja ela privada. A gente tem olhado isso com atenção, para também tentar ajudar. Então, o MEC tem trabalhado nisso.

A gente sabe qual a situação em que a gente está. Não adianta também só ficarmos reclamando e chorando com relação a isso. Então, temos tentado atacar do outro lado. Vamos tentar trabalhar na gestão, e os reitores, até aqui, têm se mostrado bem parceiros nossos com relação a isso. Eu só faço uma crítica com relação à apresentação, porque colocamos lá o orçamento ideal, e, quando pegamos o orçamento real, ele é totalmente descolado da realidade. Nós entendemos o momento em que vivemos, mas pedimos um orçamento de R$2 bilhões, maior do que o do ano passado.

Então, sabemos que isso faz parte da barganha, entendemos que isso é normal, é natural. Isso vai acontecer com todos os governos, mas sabemos que esse número é um pouco além. Realmente, é um número praticamente impossível de ser atingido. Não é que achemos que ele não deva ser atingido, mas, hoje, no momento, realmente, é uma situação à qual é muito difícil de se chegar.

Eu queria deixar claro, com relação ao orçamento, que é o que mais nos preocupa, quanto ao funcionamento, que não há precarização na rede federal hoje. Basta a gente dar uma circulada maior pelo País, que é o que eu tenho feito. Obviamente, a gente tem dificuldades. Obviamente, a gente teve de reduzir a quantidade de terceirizados. Obviamente, a gente não vai conseguir abrir todas as obras, mas a gente vem conseguindo funcionar, sim, e os resultados estão aí para comprovar, inclusive essa apresentação. Boa parte dos eslaides veio de uma apresentação que fizemos na Setec, que demonstra o potencial e a qualidade da rede federal e como a gente pode evoluir ainda mais, porque há ainda uma série de prédios sendo entregues, de blocos, como eu falei, de *campi* novos.

Na semana passada, nós conseguimos inaugurar dois *campi*, um em São José de Ribamar, no Maranhão, e outro em Santa Maria da Boa Vista, que tem o maior assentamento rural da América Latina. Então, acompanhamos onde eles estavam. Eram escolas municipais de Municípios pobres. Então, vocês podem imaginar como deve ser a infraestrutura e a qualidade que eles têm hoje, com prédios novos e bem equipados.

Eu reforço uma questão de que o Fabiano fala, que é a da identidade da rede. Acho que os nossos institutos federais precisam, de uma vez por todas, quebrar esse cordão umbilical que a gente ainda tende a ter com as universidades federais. Nada contra que haja parcerias, nada contra que a gente olhe para as universidades, para o que elas sabem fazer, principalmente pesquisa e graduação, mas o nosso caminho é diferente, e eu creio que é muito melhor.

Quando a gente observa, dentro da própria apresentação, que no Brasil apenas 8% dos estudantes vão para o ensino técnico, a gente pergunta: o que está errado? Será que é porque valorizamos demais a graduação? Será que não estamos sendo muito injustos com algumas pessoas que ficam sonhando em ter aquela graduação, quando elas podem ser excelentes técnicas?

Acho que a discussão – isto faz parte do pacto que o Senador Cristovam está querendo convocar – é justamente sobre isso. Quando a gente vai às nações desenvolvidas – eu tive, por exemplo, o prazer de visitar a Alemanha, que hoje é uma sumidade na questão de ensino técnico – , quando a gente pega a diferença salarial de uma pessoa que é graduada, tem um ensino superior, e a gente pega o salário do técnico, a diferença é muito pequena. Enquanto isso, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil, a gente ainda insiste, em algumas ocasiões, em, digamos assim, desvalorizar aquelas pessoas que vieram do ensino técnico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMERO PORTELLA RAPOSO FILHO – Eu acho que vou passar só um pouquinho. Acho que esse é um tema interessante, mas não vou me alongar muito. Tento ser muito objetivo com relação a isso.

Então, eu acho que este debate deve ser feito, sim, aqui na Casa do povo, com relação a essa desigualdade que existe. Os institutos federais vêm, de certa forma, desempenhando o papel que cabe a eles, mas, dentro da nossa rede federal, como a gente teve essa grande expansão, grande parte dos nossos professores veio de universidade. Então, são professores que ainda não entendem que é uma rede centenária que tem de dar 50% de curso técnico. São pessoas que não tiveram essa experiência. Isso temos tentado trabalhar. Acabamos de aprovar um ProfEPT, que é um mestrado em educação profissional e tecnológica, que era um grande sonho da rede federal. A gente precisa mostrar para essas pessoas o quanto o ensino técnico é interessante, o quanto ele é importante para desenvolver o País. E basta a gente pegar as nações mais desenvolvidas e olhar a quantidade de alunos que escolhe percorrer o ensino técnico e ficar nele.

Os institutos federais não nasceram para ser somente uma porta de entrada para a universidade. Quando falam isso, chego a ficar com um arrepio na espinha, porque quero que a gente forme bons técnicos. Em cidades do interior, na grande maioria, a gente precisa de bons técnicos. Não adianta você formar 40 engenheiros numa cidade com 20 mil habitantes. A gente vai criar, infelizmente, uma gama de desempregados. Agora, no dia em que a gente criar bons técnicos, principalmente os técnicos que a gente sabe formar em eletrotécnica, em edificações, em agropecuária e em tantos outros, daqueles 900 que a gente tem, quando a gente pega a população e faz qualificação profissional... Não precisa ser um curso técnico. A gente tem um programa na rede que funciona lindamente – eu acho que as Senadoras vão ficar muito contentes em ver –, que é o Mulheres Mil. No Rio Grande do Norte, por exemplo, funciona superbem. Em Alagoas, hoje, é onde melhor funciona. A gente pega as mulheres que já são mães, geralmente, que estão em uma vulnerabilidade social tremenda, extrema, e a gente consegue dar uma qualificação profissional. A pessoa sai de lá com um emprego garantido. Enfim, ela sabe fazer alguma coisa e vai conseguir se inserir, de certa forma, no mercado trabalho. Aí, sim, nesses cursos de qualificação profissional, a gente tem muita desvalorização no Brasil.

Então, acho que os próprios institutos devem atentar para o papel deles com relação ao ensino técnico. Esse pacto que o Senador puxou e a identidade de que o Fabiano falou foram os pontos que me chamaram a atenção. Acho que a gente tem de colocar definitivamente o curso técnico... É isso que o Governo tem feito.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esse não é o foco exatamente da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica?

O SR. ROMERO PORTELLA RAPOSO FILHO – São 50%, Senadora. Mas hoje há *campus* na última expansão que abriu apenas com curso de graduação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sei, mas o foco...

O SR. ROMERO PORTELLA RAPOSO FILHO – Então, está errado. Está errado e precisava ter sido vetado, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O foco é exatamente o ensino técnico. O senhor não deve considerar que seja errado, por exemplo, os institutos federais terem a prerrogativa também de atuar no campo do ensino superior...

O SR. ROMERO PORTELLA RAPOSO FILHO – De jeito nenhum!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...prestando um grande serviço à educação brasileira, especialmente na oferta de cursos voltados para licenciaturas.

O SR. ROMERO PORTELLA RAPOSO FILHO – Com certeza.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – V. Sª conhece o déficit que nós temos de professores de Química, de Física, de Matemática, e o Brasil tem muito a agradecer a esses institutos que, sem perderem o foco deles – concordo que é o ensino técnico –, abriram as suas portas, criando oportunidades para que, pelo interior deste Brasil grande afora, Senadora Lúcia Vânia....

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Fátima Bezerra, deixe que ele conclua. Posteriormente, V. Exª...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...os professores pudessem ter condições – vou concluir – de fazer as suas licenciaturas, portanto respondendo a um grande desafio da educação.

O SR. ROMERO PORTELLA RAPOSO FILHO – Mas eu concordo com a senhora, eu só quero reforçar o papel que os institutos devem ter – inclusive, considero 50% pouco; se fosse eu que tivesse feito, eu teria colocado mais.

Mas, quando a senhora fala, por exemplo, de cursos de licenciatura, a senhora tem de pegar também a quantidade de evasão que a gente tem. Aí a gente entra, na minha opinião, em um dos grandes problemas da rede federal, que é a falta de indicador. Hoje, todos os nossos sistemas – no Sistec, a gente acompanha a questão de matrícula; no Simec, a gente acompanha a questão de infraestrutura e de carreira e uma série de outros dados que são importantes para que a gente consiga utilizar –, a maioria deles está desatualizada. Então, é importante que a gente consiga trabalhar os indicadores. A Setec vem fazendo o trabalho dela. Já conversamos com o Inep. A gente precisa tirar do papel, de forma rápida, o censo da nossa rede federal.

Há só mais uma questão, de que o Fabiano falou, para encerrar: o MEC não se esquece da rede federal, não. Aquele ali foi um erro que foi prontamente corrigido pelo próprio Inep. Foi solicitado um pedido desculpa para o Conif, e a gente colocou lá os resultados da nossa rede federal no Enem.

Senadora, só para finalizar, a senhora tinha me questionado a respeito de Parelhas e de Lajes. Os dois hoje já são *campi, a*gora são *campi* avançados. Talvez, o pleito da senhora ou do Reitor Willy seja que ele se transforme em *campus,* mas a gente não tem hoje nem a quantidade de cargos para mandar para os institutos federais, para a gente colocar 100% do banco de cada instituto. Então, realmente, tem havido algumas mudanças pontuais, duas ou três, no máximo, de unidades que a gente realmente entendeu que precisavam, mas não dá para a gente fazer nas 68 que estão espalhadas no Brasil, transformá-las em *campi*, até porque eles nem começaram, nem se consolidaram ainda muitas vezes com as atividades.

Então, era isso. Eu sei que eu não consegui tocar em todos os temas aqui que vocês provocaram, foram muitas pautas, mas quero me colocar à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar ao Sinasefe que também estamos de portas abertas lá. A gente já conversou com vocês na Portaria 17. O Marcos Viegas recebeu vocês, assim que chegou. E a Eline, até onde me consta, também já os recebeu.

Então, quanto a esta história de a gente não ter recebido, talvez haja algum ruído nessa informação. A gente não se nega a conversar com ninguém. Realmente, a gente tem alguns pontos de pauta, e muitos deles dependem do Ministério do Planejamento em conversa conosco. Realmente, houve uma mudança de entendimento em alguns pontos, e precisamos conversar, sentar e definir um denominador comum.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu perguntaria aos reitores se gostariam de usar a palavra.

O SR. ROBERTO GIL RODRIGUES ALMEIDA – Boa tarde!

Sou o Prof. Roberto Gil, Vice-Presidente do Conif e Reitor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

O que eu gostaria de ressaltar... Não quero, de maneira nenhuma, como o Romero já citou, falar de culpados, de quem é culpado pelo que está acontecendo neste País.

Eu gostei muito da provocação do Senador Cristovam Buarque e acho que é o momento de reflexão sobre o que nós queremos para este País. Nós queremos uma educação para o povo que chegue aonde os institutos estão chegando e mais? Nós crescemos muito num curto período de tempo, e Romero sabe disso. Hoje, eu sei, e ele também sabe, dentro do Ministério, que é cobrado por mais unidades ainda neste País. Este País precisa muito de mais unidades.

Eu tenho os números aqui e fico triste, porque praticamente nós paramos em 2013 em número de oferta de alunos. É a mesma quantidade. Então, aquele imaginário de se chegar a um milhão de alunos, eu acho que não acontecerá se continuar este mesmo ritmo que está sendo implantado desde 2013 para cá na questão orçamentária, porque o número de alunos e o número de servidores, logicamente, dependem do orçamento, bem como o número de cursos.

Essa grande maioria que nós temos de técnicos, que são a nossa força de trabalho, voltada para os arranjos produtivos locais... E aí, Senadora Fátima, há uma parte também que nós temos, e sobrevivemos... Os 20% que são obrigação nossa de formação de professores hoje sobrevivem também numa luta que nós tivemos por causa do Pibid, que é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Se não houvesse esse Pibid, os alunos não estariam fazendo os cursos de licenciatura para serem professores onde precisa, porque o viés dos institutos é que aquelas pessoas continuem nas suas regiões, que não tenham de migrar para trabalhar. Muitas vezes, pegar veículos para se deslocar gera até uma insegurança nos alunos que têm de chegar de madrugada a casa.

Por fim, eu queria dizer que a rede federal hoje... Vou dar um exemplo do meu instituto, em que nós temos 1,1 mil vagas e mais de 6 mil alunos inscritos. Além dos mil que entram, nós temos uma preocupação com os cinco mil que ficam fora. São nesses focos que nós temos de pensar, porque a educação tem de avançar neste País, se é uma política de Estado. Eu a imagino e acredito nela como reitor. Se nós queremos um País melhor, nós temos de investir, sim, na educação, porque é através da educação que vamos melhorar a saúde, é através da educação que vamos melhorar a segurança neste País.

Então, o acreditar na educação logicamente tem um preço. E nós dos institutos federais... Como os números mesmo mostraram, pelo que é investido, é barato. Se olharmos o gasto com um aluno da rede particular equivalente ao dos institutos federais, hoje o nosso está em torno de R$1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mil, e o de um aluno da rede particular fica em R$1,5 mil, em média. Isso depende, logicamente, do local e da qualidade desse ensino.

A colocação que o Romero faz sobre a questão do investimento é uma preocupação. Precisamos daqueles R$3,9 bilhões, porque, hoje, em alguns *campi*, quando lá chego para visitar, vejo que o nosso aluno está comendo com a marmita na mão, sentado no chão, porque não há refeitório. Às vezes, não há biblioteca. Na minha área – sou professor de Educação Física –, não há ginásio ou uma quadra para se fazer uma prática esportiva. Há *campi* aos quais chego em que os alunos estão fazendo aula na garagem, na grama ou na terra.

Então, para haver um ensino de qualidade, tem de haver um investimento de qualidade. Eu sei das dificuldades por que este País passa, mas eu tenho total convicção de que o investimento – é investimento; não é gasto – na educação é a maior saída para este nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o reitor.

O SR. WILSON CONCIANI – Sou Conciani, do Instituto Federal de Brasília.

Boa tarde, Senadoras!

Boa tarde, Romero, Fabiano!

A gente tem ouvido, nas campanhas dos Parlamentares e dos governantes, sempre a colocação de que a educação é a prioridade do País e a prioridade dos seus mandatos. E a gente está colocando aqui, Senadora, a necessidade de se concretizar essa plataforma dos nossos governantes de que a educação é prioridade. Quando a gente coloca aqui que o custo médio do nosso instituto é de R$1 mil por aluno, por mês, e que o custo médio das escolas privadas é, no mínimo, 50% a mais do que isso – e nenhuma delas tem a qualidade que nós temos não só atestada pelo Enem, não só atestada pelo Pisa, mas pela procura que a população faz –, essa é uma declaração de clareza que nós gostaríamos de trazer para cá, mostrando a qualidade dos institutos e o seu preço bem abaixo do que há em termos de mercado.

Se o nosso instituto é melhor e tem menor preço, por que não tem mais aporte? Por que não dar condições de a gente expandir a quantidade de alunos com a estrutura que nós temos? Nós nem precisamos crescer com a estrutura, mas nós precisamos de custeio para poder crescer como está na nossa proposta, como está colocado na legislação, no Plano Nacional de Educação. Precisamos crescer com a oferta, para que possamos atingir a plenitude do potencial de cada um dos nossos *campi*. Então, não se trata de dizer que uma área é mais importante do que outra ou que a educação é a rainha; trata-se de lembrar o anseio que a população tem trazido, as dificuldades que a gente tem passado.

O Romero bem coloca aqui que o País está num momento difícil, que há limitações orçamentárias, mas nós estamos com uma situação bem difícil também. Eu tenho um motorista para atender quatro *campi*, um eletricista para atender dez *campi*. Começa a ficar uma situação... Quanto à limpeza, as áreas administrativas estão sendo limpas uma vez a cada dois ou três dias por semana, e a gente tem priorizado atender as salas de aula, mas existem áreas que a gente não limpa; o ginásio são os meninos que estão limpando. Então, a gente tem, sim, necessidade de orçamento para poder fazer esses institutos funcionarem adequadamente. E todos nós somos conscientes da crise, das necessidades de haver maior eficácia do gasto da gestão, mas também as coisas chegam a patamares que inviabilizam e dificultam os nossos trabalhos.

Quem está implantando um *campus* em que se terminou a obra precisa de gente. E aí há uma portaria que limita a contratação. Se houver uma aposentaria, eu não posso repor; se alguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pedir vacância – e, aqui em Brasília, há muito pedido de vacância por conta da grande oportunidade de concurso –, eu não posso repor. Então, eu vou perdendo a capacidade de atender. Essa é a situação – estou colocando o caso de Brasília –, obviamente, de todos os institutos.

Se a senhora olhar uma dessas transparências que foram apresentadas, verá que o Senador Cristovam colocava: "Como é que são as patentes?" O instituto que tem melhor desempenho tem 17 patentes, no ano passado; é um instituto federal. Nenhuma universidade do Brasil atingiu esse patamar. Nada contra as universidades, por favor! Elas têm a sua excelência, elas têm a sua missão, que é outra.

Mas o desempenho das patentes está conosco, nos institutos, e os relatórios do MCTI têm mostrado isto, que os melhores indicadores de patentes são os institutos federais. A gente tem cumprido o dever de casa, a gente precisa de ajuda para manter esse patamar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – A senhora está com a palavra.

A SRª CAMILA MARQUES – Boa tarde!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agora, eu só...

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – ...pediria que fosse bem rápida, porque algumas pessoas têm horário para sair.

A SRª CAMILA MARQUES – Vou tentar ser bem breve, mas é que preciso muito discordar da fala do representante do Governo quando ele vem dizer que nos institutos não há precarização.

Sou professora do Instituto Federal de Goiás, *campus* Águas Lindas, que fica aqui perto do DF. Eu o convido a ir lá, para você conhecer a precarização, porque o *campus* em que trabalho está no meio da poeira, é um *campus* em implantação. Há um bloco em construção. A construção nem passa para cobrir a poeira em que a gente trabalha.

O Fabiano fala que a gente dá aula em dois ou três dias por semana. São dois ou três dias muito intensos. São aulas consecutivas, a gente dá aula de manhã até a noite, no meio da poeira. A gente sai sem condição. São vários professores pegando atestado. A garganta fica inflamada, e não temos condição de falar no outro dia. No fim de semana, quando estou com minha filha, não tenho condição de conversar.

O meu *campus* passou três meses sem nenhum profissional de limpeza, sem nenhum profissional de limpeza! Há relato de professor que chega a assembleia e fala: "Eu, com a sobrecarga de trabalho que tenho, chego a casa e não consigo limpar a minha casa, mas chego ao *campus* e vou limpar o *campus*, porque senão não tenho condições de dar aula." Esse é um desvio de função que estamos sofrendo como professores da rede federal.

Vocês falam do atendimento e do trabalho que a rede presta às mulheres. Quem limpa as salas no período noturno – no diurno, são os alunos, que comem com marmita na mão, porque não há refeitório – são justamente as mulheres, que passam o dia em trabalho precário e que, à noite, vão limpar o *campus* para poderem ter aula. Essa é a condição que a gente tem em sala de aula hoje.

Os técnicos estão com função acumulada. Vários técnicos estão acumulando função, porque não há contratação de técnicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que não há condição de se dizer que não há precarização. Eu o convido – fica a 60km daqui – para você ver o que é precarização e como ela chega, nas nossas condições de trabalho, à rede federal.

E vem dizer que não há corte, que há contingenciamento. É essa realidade com que a gente está lidando todos os dias!

Quando o representante, o Reitor Jerônimo esteve presente no meu *campus* recentemente, conversando sobre precarização, sobre as condições dos professores, falamos que a terceirização avançou muito nos institutos. Na área da limpeza, na área de outras prestações de serviço, são todos trabalhadores terceirizados, que, com os cortes, foram os primeiros a sair; isso foi o que a gente sentiu. Mas sabemos que, à medida que os cortes aumentarem, isso vai chegar até nós. Qual é a perspectiva com relação à contratação de professores, com relação à contratação de técnicos, com relação à sobrecarga de trabalho que a gente já tem? Vai ser contratado professor terceirizado? Vai ser contratado, como a gente já está vendo em prefeituras, professor por pregão pelo menor preço ou "professor Uber", que vai cobrir a aula, descobrindo que vai dar aula sobre determinada matéria às 7h, para chegar à escola às 7h30? Vai ser com professores precarizados que a gente vai resolver o problema dos cortes que estão chegando? E o reitor não consegue responder, da mesma forma que você também não respondeu à pergunta que meu companheiro Fabiano fez com relação ao Sistema S.

Então, para fechar minha fala, de forma bem breve, nós temos, sim, uma situação de precariedade muito grande na rede; sim, nós estamos sem condições de trabalho. E, quando você fala que os cortes exigem que se faça gestão, eu queria dizer que nós não temos condições de fazer milagre. Nós somos professores, somos trabalhadores da educação e estamos trabalhando em péssimas condições. Não está ficando insustentável; está insustentável. Da maneira em que estão, os institutos não se sustentam. Nós não nos sustentamos.

Era esse o apelo que eu queria fazer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra agora a Senadora Fátima para encerrar esta audiência pública, fazendo o seguinte encaminhamento: após a fala da Senadora Fátima, nós vamos sugerir ao Senador Cristovam que a gente faça uma audiência pública convidando o Ministro do Planejamento, a Secretária Eline e mais um representante dos reitores, que será oportunamente indicado pelos senhores.

Vamos fazer essa audiência pública no horário normal da Comissão, com a presença dos Senadores todos. Eu acho que isso é importante porque nós estamos na fase de emendas para o Orçamento. É importante que cada Senador que representa seu Estado possa estar presente aqui e sentir a situação que foi colocada hoje.

Portanto, com a palavra a Senadora Fátima, para encerrar esta audiência pública.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero, inicialmente, aqui me associar ao que Fabiano, representante do Sinasefe, colocou, quando ele enfatizou as perseguições que estão ocorrendo no interior das instituições, inclusive, segundo Fabiano, até já com a ocorrência de demissões. É isso, Fabiano?

O SR. FABIANO GODINHO FARIA (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. FABIANO GODINHO FARIA (*Fora do microfone*.) – Senadora, permite-me?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Por favor...

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Um servidor foi demitido, e o colega, no PAD, disse que era inimigo pessoal dele.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero, portanto, dizer que isso é inaceitável. Tem de merecer aqui o repúdio da Comissão de Educação. Esperamos, inclusive, que essas situações sejam resolvidas o mais breve possível, o mais rápido possível porque, repito, é inconcebível que estejam ocorrendo perseguições no interior dessas instituições, assim como é inconcebível, por exemplo, que se tentem criminalizar os movimentos, como a ocupação das escolas, movimentos que trazem, na sua essência, a própria defesa da educação pública, a própria defesa das escolas.

Segundo, quero aqui também destacar e me associar à fala da Profª Maria Clara, do Conif, quando faz o apelo do ponto de vista da questão do orçamento, do quanto o Congresso Nacional e esta Comissão de Educação têm de estar atentos neste exato momento para que a gente possa cobrar do Governo Federal um tratamento de respeito e de dignidade com a educação pública brasileira, com o ensino superior, com a educação básica, com a educação profissional e tecnológica do nosso País.

Veja bem, nós não estamos aqui tratando de uma rede qualquer. Nós estamos tratando de uma rede que tem esta dimensão: são 38 institutos federais de educação, dois centros federais de educação, o Colégio Pedro II, 644 *campi* e 568 Municípios atendidos pelo Brasil afora pela educação presencial. Essa rede é motivo de orgulho para todos nós, independentemente de diferenças políticas ou ideológicas. Ninguém aqui há de desconhecer o protagonismo e a conquista que o povo brasileiro teve nos governos do PT, Lula e Dilma, quando nós saímos de 140 escolas para mais de 500 escolas espalhadas por todo o Brasil.

Eu sei o que é isso, Prof. Romero, eu sei o que é isso, inclusive porque eu, que sou de origem humilde, não tive o direito de realizar o sonho que eu tinha, que era fazer um curso técnico. Eu não realizei esse sonho não porque minha mãe fosse negligente, não, mas porque naquela época esse direito era negado. E esse direito começou a ser democratizado. Falta muito ainda, mas começou.

O Rio Grande do Norte é um retrato dos demais Estados do Nordeste. Aliás, o Rio Grande do Norte, proporcionalmente, foi um dos Estados mais contemplados: saímos de apenas duas escolas, uma em Natal e outra em Mossoró, e hoje temos 21 unidades do IFRN espalhadas por aquele Estado. Elas trazem o quê? Cidadania para a nossa juventude, para o nosso povo.

Essa Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se destaca, Senadora Lúcia Vânia, por seu grau de excelência. Por quê? Porque ela tem os melhores professores do Brasil, ela tem os melhores servidores do Brasil. Não é à toa que o maior desejo da juventude brasileira é adentrar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Tanto é assim que...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ainda bem que o MEC pediu desculpas! Foi um erro grosseiro do MEC, um equívoco brutal, esconder o desempenho dos institutos federais de educação profissional e tecnológica no Pisa e no Enem. Até hoje, essa rede ganha, disparadamente, das demais instituições, inclusive do ensino privado. Por quê? Porque o melhor desempenho dos alunos pelo País afora tem sido exatamente o desempenho dos alunos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feitas essas considerações, chamo a atenção para o quanto temos de zelar por ela, o quanto temos de nos unir para fortalecê-la e fazer com que essa rede cresça. Essa rede precisa crescer. Ela precisa crescer, até porque há um documento legal nesse sentido. Este Congresso Nacional aprovou uma lei que se chama Plano Nacional de Educação, a Lei 13.005. Se o Governo ilegítimo que aí está não quer cumprir essa lei, crie coragem e mande para o Congresso Nacional um projeto de lei revogando o Plano Nacional de Educação.

Infelizmente, foi o que fez recentemente quando dos vetos feitos à Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Governo vetou alguns artigos, inclusive, que dizem respeito a metas e prioridades do Plano Nacional de Educação, mas, por enquanto, ele está só no estágio de vetar artigos que dizem respeito a metas e prioridades do Plano Nacional de Educação. Então, o Plano Nacional de Educação ainda está valendo.

Então, Prof. Romero, o que nós queremos desta Comissão é dar aqui o nosso grito em defesa dessa Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que passa pelo cumprimento do Plano Nacional de Educação, quando está bem clara a meta estabelecida lá de triplicar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...as matrículas na educação profissional e técnica do nosso País. A meta é triplicar e tem data! Essa meta é para ser atingida até 2024.

Então, a primeira cobrança nossa é que o MEC apresente a Fase 3 da educação profissional e tecnológica. Eu vou repetir: que o MEC comece a trabalhar e apresente a proposta de expansão e fortalecimento, implementando a Fase 3, com a criação de novas escolas técnicas. O Rio Grande do Norte, inclusive, precisa de novas escolas técnicas, o Nordeste e o Brasil.

Neste momento, o foco nosso, Senadora Lúcia Vânia, é claro, tem de ser a questão do orçamento, porque nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, essa situação que está colocada de um orçamento que se iniciou em algo em torno de R$800 milhões e que hoje chega a R$251 milhões.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É bem verdade o que o Prof. Romero menciona aqui no que diz respeito à questão do custeio, de que não houve uma diminuição com relação ao ano anterior. É verdade, até porque o Prof. Romero sabe também que o ano de 2015 foi um ano muito atípico, o ano da sabotagem, o ano em que este País, infelizmente, vivenciou um processo de ruptura democrática. V. Sª sabe que, quando vocês assumiram o MEC, o orçamento, até então, estava contingenciado porque este Congresso Nacional, na sua grande maioria, liderado pelo Sr. Eduardo Cunha, simplesmente não aprovou a revisão da meta que a então Presidenta Dilma Rousseff havia solicitado ao Congresso Nacional. V. Sª sabe disso. Portanto, o orçamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não podia ter orçamento simplesmente por quê? Porque o Congresso Nacional, através da sua maioria, num ato de sabotagem, já tendo como horizonte aquele *impeachment* fraudulento, aquela farsa política, para afastar o mandato presidencial sem existência de crime de responsabilidade, não aprovou o orçamento e, portanto, a revisão da meta, o que foi feito quando a tiraram do poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquela circunstância. Então, é bom, só para sermos fidedignos com a verdade dos fatos, colocar isso.

Segundo, o que nós...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Peço para concluir, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir.

Segundo, o que nós queremos reforçar aqui mais uma vez é que nós não podemos, de maneira nenhuma, aceitar essa versão preliminar que está sendo apresentada da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018. Os senhores fizeram um contingenciamento brutal e criminoso aos institutos federais de educação superior. Fizeram-no, sim! Fizeram-no, sim! Tanto o fizeram que, por exemplo, o Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do meu Estado foi obrigado a demitir terceirizados.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi obrigado, inclusive, a cortar bolsas. Esses institutos, hoje, não têm sequer a garantia de que, até 31 de dezembro, eles terão custeio suficiente, recursos para custeio suficiente, que é água, luz, energia etc.

Investimento? Nem estou falando disso! Essa aqui virou uma palavra proibida. Sei que vivemos tempos de Emenda 95, de política de austeridade fiscal, que estabeleceu o teto de gastos para as áreas sociais, para a educação, para a saúde...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...mas que não estabeleceu o teto de gastos para banqueiros, para pagamento de dívida e de juros astronômicos da dívida externa.

Estou colocando isso porque nós queremos aqui ajudar. E falo, neste momento, inclusive, na condição de Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica. Nós temos de denunciar o que está acontecendo, mas, ao mesmo tempo, temos de nos colocar aqui à disposição para somar, para fortalecer a luta dos institutos que, neste momento, passam pelo orçamento. Nós não podemos permitir, repito – vou concluir, Senadora Lúcia Vânia –, esse orçamento que está previsto, porque ele significará o colapso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de todo o País, o colapso, inclusive, das nossas universidades.

Vamos lutar, Fabiano, para que o que venha para cá, para que o que o Governo envie... Aliás, estou muito preocupada porque soube hoje que o Governo do Senhor Michel Temer só vai enviar nova proposta para cá depois que ele conseguir se livrar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Fátima, por favor, conclua.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir, Senadora. É que estou trazendo aqui dados relevantes, inclusive, para a senhora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Mas V. Exª termina um assunto e entra em outro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não! Isso tem a ver. Quero dialogar, inclusive, com a senhora, como Presidente desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabei de saber, por um Senador integrante da Base do Governo, preocupado, que o Governo só vai enviar a nova proposta orçamentária depois que se livrar da segunda denúncia que foi apresentada contra ele...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...pela Procuradoria-Geral da República de corrupção passiva e de organização criminosa.

Segundo, nessa proposta que eles estão enviando para cá, na chamada revisão da meta, o Governo está trabalhando, por exemplo, medidas que vão afetar duramente a vida dos professores e dos demais servidores do serviço público federal, como, por exemplo, aumentar a alíquota de 11% para 14%, como, por exemplo, mexer nas carreiras dos servidores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Deixe chegar a meta, primeiro, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas estou exatamente alertando, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Posteriormente, na hora em que chegar a meta, V. Exª discute a meta.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, mas eu estou... Eu vou concluir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Esse negócio de "ouvi dizer"... Deixe chegar o projeto!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não ouvi dizer, não! Sabe quem está me dizendo isso? São os membros da Comissão de Orçamento da nossa Casa. Falo aqui com a responsabilidade de Senadora da República, representando o povo do meu Estado, assim como a senhora. Não estou inventando, não! Não estou inventando de maneira alguma! A senhora, inclusive, conversou...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – A senhora não pode deduzir uma coisa que não chegou aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não estou deduzindo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Mas não chegou!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É que a senhora só lê a imprensa. A senhora só lê a imprensa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Não! Eu estou no MEC todos os dias para tratar do assunto da educação. E foi a Comissão de Educação, aqui, que evitou que fossem retirados R$300 milhões para serem destinados para a confecção de passaportes. Foi esta Comissão...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é muito bom, é importante, com certeza, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – E V. Exª sabe que aqui não se discute, mas se faz. Fazemos as coisas acontecerem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – E vamos fazer acontecer.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agora, o meu compromisso com a Comissão e com os senhores reitores é o de que o orçamento aqui será votado na próxima semana. Nós iremos olhar com toda a atenção o orçamento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tudo bem, eu só queria terminar o meu...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – V. Sªs podem ter a confiança de que o que nós pudermos fazer aqui vai ser feito, sem discursos, sem palanque, mas fazendo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora, eu queria, só para concluir, dizer que aqui não se trata de palanque. Aliás, se há um palanque aqui, é o palanque da defesa da educação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – V. Exª está fazendo esta audiência pública de palanque.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não é palanque, não!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – E eu não vou admitir isso mais, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, Senadora Lúcia Vânia. Só para concluir...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou aqui trazendo a verdade. Eu estou aqui querendo contribuir com a senhora. Quem me disse...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Então, conclua.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou concluir.

Quem me disse, inclusive, essas informações foi o Presidente da Comissão...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Essa sua fala não contribui absolutamente com nada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixe-me só concluir, Senadora Lúcia Vânia, por favor! Eu estou no meu exercício, estou querendo contribuir.

Quem me disse essas informações, inclusive, foi o Presidente da Comissão de Orçamento desta Casa, que é integrante da Base do Governo. É um Senador extremamente atuante e muito sério que está muito, muito, muito preocupado. Depois, a imprensa está farta aí em noticiar tudo isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Conclua, Senadora Fátima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, eu não estou aqui fazendo palanque; eu estou aqui no dever e no senso da minha responsabilidade, alertando esta Comissão, alertando o Congresso Nacional. Tanto o é, Senadora Lúcia Vânia, que vou concluir...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...dizendo, inclusive, que, além do encaminhamento que a senhora aqui apresentou, eu vou voltar a reforçar o encaminhamento prático que saiu na semana passada em uma reunião com o Relator setorial do Orçamento 2018. E eu faço um apelo aqui da tribuna da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal: que todas as Bancadas estaduais, Romero, possam, das 15 emendas a que têm direito, no mínimo destinar uma emenda para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País. Segundo, além dessa emenda de Bancada, que ela seja inclusive uma das impositivas a que nós temos direito – é o segundo encaminhamento –, que, nas emendas individuais a que cada Parlamentar tem direito aqui, também se contemple a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E que, por fim, tanto a Comissão de Educação do Senado como a Comissão de Educação da Câmara, que tradicionalmente sempre têm feito esse diálogo, possam contemplar as universidades, contemplar os institutos federais e contemplar exatamente a educação básica.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por fim, Prof. Romero, quero só dizer para você, quanto à questão de Parelhas e Lajes, que são *campi* avançados mesmo. A gente precisa da liberação de vagas, para que a gente possa tornar em *campi* as duas unidades já em funcionamento que prestam um grande serviço ao Rio Grande do Norte.

Fico aqui, mais uma vez, renovando o nosso compromisso, como coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, de intensificar a nossa luta, cujo foco neste momento vai ser um orçamento justo e digno para os institutos federais de educação profissional e tecnológica de todo o País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu gostaria de dizer...

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Primeiro, peço desculpas aos senhores que estão aqui.

Eu gostaria de dizer que, na verdade, eu estou acompanhando o MEC em todo o seu esforço no sentido de viabilizar os institutos. O MEC não tem negligenciado em hora nenhuma. Todas as vezes em que a Comissão de Educação está presente na Secretaria, nós somos atendidos nas reivindicações que são colocadas aqui.

Os senhores podem ter certeza, a professora de Águas Lindas pode ter certeza de que amanhã mesmo eu estarei no MEC olhando a situação do instituto. Vamos objetivar de forma concreta essas reivindicações. Vamos trabalhar no sentido de que os Parlamentares que estarão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes aqui na Comissão de Educação tenham a sensibilidade de encaminhar uma emenda para ajudar os institutos dos seus Estados. Isso a gente já está fazendo e vai continuar fazendo de forma objetiva. Não vamos obrigar, porque isso é uma decisão de foro íntimo de cada um dos Srs. Parlamentares. Mas os senhores podem ter certeza de que a parte do MEC a gente tem acompanhado e visto que houve uma grande expansão, muitas vezes sem cuidado. No entanto, não vamos polemizar essa situação.

Todos os senhores sabem como se fez a expansão, sem o cuidado de fazer com que o orçamento acompanhasse a expansão. Hoje, o que se está fazendo é no sentido de viabilizar cada um da melhor maneira possível. Eu tenho testemunhado isso muito de perto. Agora, é claro que há deficiências orçamentárias também, que iremos procurar suprir na medida do possível.

Quero dizer aos senhores que esse orçamento – inclusive, eu vou distribui-lo na semana que entra – que está aqui ainda não contemplou a revisão da meta. A revisão da meta virá naturalmente recompondo os valores que foram cortados. E nós teremos o cuidado, aqui na Comissão de Educação, de priorizar quatro ou cinco pontos dos quais não vamos permitir o corte, no orçamento. Iremos recompor, na medida do possível, através de emendas. Podem confiar, porque aqui nós vamos trabalhar seriamente, sem nenhuma discussão, sem apontar os erros do passado, que não são poucos. No entanto, vamos procurar suprir isso de forma responsável, como está sendo feito e orientado pelo MEC.

Eu não pertenço à Base do Governo, mas tenho aqui de reconhecer o esforço do MEC para fazer com que a educação, no nosso País, tenha qualidade, principalmente para que o orçamento seja maximizado no sentido de buscar qualidade, responsabilidade e, acima de tudo, gestão, da qual nós precisamos com muita força no MEC hoje. E isso está acontecendo.

Portanto, agradeço a todos os senhores.

Agradeço os senhores reitores que puderam aqui utilizar a palavra para mostrar a realidade dos seus institutos.

Agradeço à professora de Águas Lindas, que está no meu Estado, que, sem dúvida nenhuma, colaborou, mostrando as dificuldades encontradas lá, as quais foram transmitidas aqui também pelo Fabiano. Acredito que a questão da terceirização realmente é muito séria.

Agradeço à Maria Clara a sua exposição, também muito significativa, mostrando a importância dos institutos e principalmente o esforço dos profissionais da área, no sentido de maximizar esse recurso, apresentando resultados expressivos que justificam os nossos esforços para dotar essa área de um orçamento viável, de um orçamento respeitoso em relação a esse trabalho que está sendo desenvolvido.

Agradeço ao Romero.

Quero dizer, Romero, que eu entendo o esforço que vocês estão fazendo lá. Entendo que não é fácil enfrentar esse desafio no momento de ajuste fiscal, mas entendo também que vocês estão fazendo isso com muita seriedade e com muito respeito àquilo que todos nós queremos, que é uma educação de qualidade.

Agradeço ao Fabiano. Acho que ele trouxe também um lado importante da questão dos servidores, que precisa ser olhada com mais atenção.

No mais, agradeço a todos os senhores pela presença aqui.

Nada havendo mais a tratar, eu convoco para o dia 17 de outubro, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições, com destaque para a votação das emendas desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018, PLN 20, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Pedro Chaves e Davi Alcolumbre**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, José Medeiros, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Telmário Mota, Ataídes Oliveira e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a garantia aos profissionais do magistério de desconto em livros, periódicos e materiais didáticos correlatos vinculados à sua área de ensino e de atuação profissional." **Autoria:** Deputado Marcos Abrão. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016 - Terminativo - que: "Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2011 - Terminativo -** que: "Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Marinor Brito. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 4-CCT e 5-CCT, e pela rejeição das emendas nº 1-T, 2-T e 3-T. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3.Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4.Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);5.Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6.Gilson Luiz Reis –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a necessidade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias cujo uso seja considerado prática de doping no esporte, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Ministério do Esporte (ME); Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Justiça Desportiva Antidopagem (JAD)." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Srªs e Srs. Senadores, o nosso bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 15.

Como eu vou relatar o item nº 1, eu peço ao nosso caríssimo amigo, Senador Davi Alcolumbre, para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de Substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves, para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou passar diretamente à análise da matéria.

O PLS nº 76, de 2016, versa sobre matéria relacionada à educação, encontrando-se, portanto, sujeito ao exame de mérito da CE, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. Cabe lembrar que o art. 102-E, inciso I, do RISF, confere à CDH a prerrogativa de opinar sobre sugestões legislativas, e que o art. 20, parágrafo único, da Resolução nº 42, de 2010, estabelece que o tratamento dado a tais sugestões é extensivo à proposição aprovada e publicada no âmbito do Projeto Jovem Senador.

O projeto trata de diretrizes e bases da educação nacional, matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, admitindo-se, no caso, a iniciativa de membro do Congresso Nacional. Destarte, não constatamos vícios de constitucionalidade ou de juridicidade.

A respeito da primeira alteração proposta à LDB, cumpre lembrar que essa lei, quando trata da admissão de profissionais da educação pública, retoma a regra geral da aprovação em concurso público, estabelecida pela Constituição Federal para a investidura em cargo ou emprego público (art. 37, inciso I).

Contudo, enquanto a Constituição Federal trata de aprovação prévia em concurso público "de provas ou de provas e títulos", a LDB exige o ingresso exclusivamente por concurso público "de provas e títulos". Não considera, dessa forma, o concurso apenas de provas (art. 67, inciso I).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez que nem a Constituição nem a LDB restringem as provas à modalidade de natureza escrita, nada impede que a administração das redes escolares públicas desdobre os exames mediante a inclusão da modalidade prática, o que equivaleria ao exame oral adotado no processo seletivo para alguns cargos públicos ou à prova didática, comum em concursos para professores da educação superior. A inovação do projeto em tela consiste em tornar obrigatória a prova prática nos concursos para o magistério da educação pública.

Essa ideia é coerente com a natureza da atividade profissional em questão. O domínio de conhecimentos atestado por exame escrito não é necessariamente suficiente para indicar os candidatos mais hábeis para o exercício da docência. Nesse sentido, a adoção da prova prática pode ser considerada uma bem-vinda inovação.

A segunda sugestão do projeto, por sua vez, busca melhorar a qualidade do ensino mediante o estímulo à identificação do professor com o projeto pedagógico de uma escola, com a qual teria uma relação profissional de dedicação exclusiva. Medida dessa natureza foi recomendada no Parecer nº 9, de 2009, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que fixou diretrizes para os novos planos de carreira e de remuneração para o magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Segundo o parecer, a "dedicação exclusiva do professor à unidade escolar é um instrumento importante para a qualificação e continuidade do projeto político-pedagógico".

"Dessa forma [continua o parecer], os sistemas de ensino devem debater a implementação de incentivos à dedicação exclusiva, como, por exemplo, benefícios salariais diferenciados e jornadas de trabalho específicas, compostas em apenas uma unidade escolar".

A Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009, da CEB/CNE, resultante da aprovação do referido parecer, também incorporou a ideia, em seu art. 4º, inciso VIII, ao prever, em benefício dos profissionais do magistério, o "incentivo à dedicação exclusiva em uma única unidade escolar".

Por essas razões, avaliamos que as alterações à LDB que a proposição veicula merecem o acolhimento desta Comissão de Educação. A fim de aprimorar a proposição, entretanto, sugerimos que haja previsão também de que regulamento aborde as condições e os prazos a serem adotados na modalidade prática e que esteja explícito que essa prova deverá tratar especificamente de temas relacionados diretamente à docência. Desse modo, será possível evitar que essas provas práticas se tornem meros instrumentos para o aparelhamento das escolas, por meio da disseminação e da aceitação de posicionamentos doutrinários ou ideológicos únicos e pelo consequente empobrecimento do espaço pedagógico como lócus de convivência dinâmica entre diferentes olhares sobre a realidade.

Ainda em função do aprimoramento do projeto, sugerimos que, na concessão de incentivo à dedicação exclusiva em uma única unidade escolar, sejam respeitadas as condições jurídicas e financeiras de cada sistema de ensino.

Além disso, pensamos que é de bom alvitre oferecer mais amplo prazo para consecução das medidas propostas, a fim de que os sistemas de ensino possam desenvolver estratégias de implementação efetivas e consistentes.

Voto do Relator.

Tendo em vista o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2016, nos termos do seguinte substitutivo em anexo.

É este o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Queria só fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Infelizmente são quase dois projetos num só, porque há a história da dedicação exclusiva e a história da prova. Mas era a vez de um Jovem Senador, então, é muito importante que a juventude esteja se preocupando com a educação e dando sugestões. Foi da Comissão de Direitos Humanos sugestão que virou um projeto de lei.

Mas a gente vai precisar pensar na regulamentação, na dificuldade que vai haver. Principalmente, nas universidades a gente já faz prova prática, porque a concorrência é menor, dá para fazer prova prática. Agora, nas escolas de ensino básico, a gente precisa pensar como é que vai ser isso, porque geralmente se inscrevem milhares de pessoas num concurso. Talvez a prova só com quem atingiu a meta da população. Vai ter que haver uma regulamentação disso, porque vai haver bastante dificuldade de se fazer a implantação.

Mas, como a sugestão veio de um Jovem Senador, é importante que a gente estimule.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – E nós estamos dando prazo para cada sistema poder realmente verificar as suas condições financeiras e fazer a realização dessa prova.

Obrigado, Senadora Regina.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Continua em discussão.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Queria apenas cumprimentar o Senador Pedro Chaves, que é um especialista na área, como o nosso querido Senador Cristovam Buarque também, e aqueles todos que são voltados ao magistério, ao ensino, à educação. Este é o mês de outubro, em que celebramos o Dia do Professor.

Eu tenho, digamos... Não apenas, porque, como citou a Senadora Regina Sousa, vem de uma iniciativa do Programa Jovem Senador ou Senado Jovem Brasileiro 2012, mas ela vem também da Comissão de Direitos Humanos, que é uma comissão aqui cuidada por essas questões sociais.

Então, eu queria cumprimentá-lo e apoiar o relatório de V. Exª.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Colocamos em votação relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Educação, substitutivo.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Retorno a Presidência ao Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço, mais uma vez, ao nosso Senador Davi, que ficou na Presidência *ad hoc* aqui, num impedimento nosso por termos relatado projeto bastante importante para todas as instituições do ensino básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retomando, então, a Presidência, nós agora vamos relatar o projeto do item 12.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2011
- Terminativo -

Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 4-CCT e 5-CCT, e pela rejeição das emendas nº 1-T, 2-T e 3-T.

Observações:

1) Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque; 2) A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT.

Concedo a palavra, com muito prazer, à Senadora Regina Sousa, para proferir o relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, da Senadora Marinor Brito, que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 19 de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, que propõe que seja declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e determina outras providências correlatas a esse propósito.

Em seu art. 1º, a proposição declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa informativo radiofônico A Voz do Brasil, produzido e difundido sob responsabilidade dos três Poderes da República.

Em seguida, no art. 2º, trata da obrigatoriedade de sua transmissão, que deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h, pelo horário oficial de Brasília, em cadeia nacional formada por todas as emissoras de rádio brasileira, públicas e privadas, independentemente da frequência utilizada.

Já o art. 3º determina que cabe aos entes do Poder Público, nos termos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, zelar pela manutenção da integridade do programa A Voz do Brasil e pela preservação de sua memória para fins históricos e de pesquisa da memória nacional.

Os arts. 4º e 5º, respectivamente, contêm as cláusulas de vigência e de revogação das disposições em contrário.

Em sua justificação, a autora alega que A Voz do Brasil, cuja transmissão foi iniciada em 1935, é o programa radiofônico mais antigo do mundo. É também o de maior alcance no Brasil, envolvendo, em sua transmissão, 7.691 emissoras. Do ponto de vista do conhecimento, as pesquisas apontam que a quase totalidade dos brasileiros com mais de 16 anos o conhecem e mais da metade destes aprova o conteúdo da programação.

A matéria foi distribuída, inicialmente, para a apreciação exclusiva e terminativa da CE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À proposição foram apresentadas três emendas, pelo Senador Mário Couto: a primeira, para suprimir, no art. 1º, a expressão "produzido e difundido sob responsabilidade dos três Poderes da República"; a segunda, para suprimir o art. 2º; e a terceira, para dar nova redação ao art. 3º, retirando a expressão "zelar pela integridade do programa A Voz do Brasil".

Anteriormente, a matéria foi relatada, nesta Comissão, pela Senadora Ana Rita, que se pronunciou pela rejeição da proposta por injuridicidade. Contudo, antes de ser votada, por força da aprovação do Requerimento nº 572, de 2013, a proposição foi encaminhada para a apreciação prévia da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Em seu parecer, a CCT concluiu pela aprovação da matéria, sugerindo a rejeição das emendas apresentadas na CE, e propondo a apresentação de duas emendas no sentido de suprimir os arts. 2º e 5º e de alterar o texto do art. 3º da proposição, passando a determinar que: "Cabe aos órgãos competentes do Poder Público zelar pela preservação do programa, para fins históricos e de pesquisa da memória nacional".

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre o mérito de proposições que versem sobre normas gerais sobre cultura.

Do ponto de vista do mérito, não há como deixar de concordar com a pertinência da iniciativa em análise, que busca reconhecer uma relevante forma de expressão cultural como integrante do patrimônio imaterial.

A Constituição Federal de 1988, em seus arts. 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural, ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. A Carta Magna define como constituintes do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, neles incluídos, entre outros, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. O programa radiofônico A Voz do Brasil apresenta, portanto, os requisitos necessários para ser considerado patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial.

O reconhecimento do programa radiofônico A Voz do Brasil como componente do Patrimônio Imaterial do País, conforme entendemos, reveste-se de justiça. O mais antigo programa do gênero no mundo, há 81 anos no ar, constitui inestimável canal de acesso a informação para parcelas significativas da população brasileira. É, muitas vezes, fonte única de informação para enorme contingente de ouvintes residentes no interior, especialmente no meio rural e nos longínquos rincões do País.

O conteúdo do programa possui aspectos inegáveis de utilidade pública, na medida em que informa sobre iniciativas, ações e programas de governo, como campanhas educativas e de saúde pública, entre outras. É, dessa forma, um instrumento de democratização do acesso à informação que, consequentemente, contribui para a coesão nacional e para elevar o potencial de fiscalização do governo por parte da população.

Reconhecido o mérito do PLS nº 19, de 2011, passemos à análise das emendas apresentadas.

A Emenda nº 4 visa a suprimir o art. 2º que, além de fugir a escopo da proposição, encontra-se plenamente contemplado na alínea e do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações). A mesma emenda suprime o art. 5º, que fere princípio constante do art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação de leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 5 altera a redação do art. 3º da proposição em análise, sob pena de incorrer em inconstitucionalidade. Observe-se que a atribuição de competência ao Executivo mediante projeto de autoria de Parlamentar sofre de vício de iniciativa.

Com relação às emendas apresentadas pelo Senador Mário Couto, somos de parecer por sua rejeição, dado que as emendas apresentadas na CCT são suficientes para realizar as adequações necessárias ao projeto.

Por fim, cabe citar outras iniciativas do Legislativo de natureza semelhante, como a que eleva o rodeio, a vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial, materializada na Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016.

Por entender a relevância cultural das manifestações de que trata o PLS nº 19, de 2011, no qual nada constatamos que divirja dos critérios de constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, consideramos que a proposição deva ser aprovada.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, com rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto, e acolhimento das emendas nº 4 e nº 5, apresentadas na CCT.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Considerando que o projeto é terminativo e nós temos que ter quórum impessoal, nós vamos considerar o relatório como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação.

Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para registrar que, entre nós, com muita alegria, está a ex-Deputada Federal Iara Bernard, que foi uma das relatoras do Fundeb e uma das mais atuantes Deputadas Federais na nossa Bancada feminina no Congresso Nacional.

Hoje, ela retorna a sua cidade, Sorocaba, onde é pela terceira vez Vereadora e uma das mais importantes líderes daquela cidade, e está aqui também conversando conosco para dar continuidade a essa discussão que nós iniciamos junto com V. Exª e tantos outros Senadores aqui – está sob a relatoria da Senadora Fátima Bezerra – sobre a permanência do Fundeb, incorporando ao texto normal da Constituição Federal.

Quero agradecer a presença da nossa Deputada e registrar aqui com alegria a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Esta Presidência também agradece muito a presença da Deputada Iara Bernardi na Comissão de Educação e se sente muito feliz com a sua presença. Venha sempre nos dar subsídios, porque é muito importante.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu ia fazer esse registo, mas a Senadora Lídice se antecipou. Obrigada, Senadora. Seja bem-vinda, Iara!

Há uma sequência de debates sobre o tema para, depois, a Senadora Fátima apresentar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Em continuidade, o Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2015, que é terminativo. Item 7 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 26/09/2017.*

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Pedro Chaves, eu peço desculpas, mas eu tenho de presidir a CDH.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não. Muito obrigado pela presença.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata para proferir o seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, é um relatório rápido, já que é autoexplicativo este projeto. O Senador Romário propõe a instituição do Dia Nacional de Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras. É uma causa com que o Senador está há muito tempo envolvido.

O art. 1º do PLS institui o dia 29 de fevereiro como o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras. O parágrafo único deste artigo determina que, à exceção dos anos bissextos, a data será comemorada no dia 28 de fevereiro de cada ano.

O art. 2º traz a cláusula de vigência da lei, que é a data de sua publicação.

Na justificativa, o autor afirma que se estima existirem de 5 mil a 8 mil doenças raras no mundo, que atingem cerca de 6% a 8% da população. Sua intenção é que a criação da data destaque as ações que vêm sendo promovidas, como a proposição de políticas públicas, a realização de pesquisas científicas, a formação de parcerias e a criação de redes de apoio.

A matéria foi distribuída apenas à nossa Comissão, que se pronunciará em decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas ao texto do PLS.

Em agosto de 2015, o projeto recebeu relatório favorável do Senador Roberto Rocha, sem, no entanto, ter sido votado pela CE. Como o Senador Roberto Rocha deixou de compor esta Comissão na presente sessão legislativa, a matéria foi a mim distribuída para a confecção de novo relatório, o que faço nos termos do relatório apresentado pelo Senador Roberto Rocha.

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar acerca de proposições que versem sobre instituição de datas comemorativas, tema afeto ao PLS nº 40, de 2015.

No ano de 2008, foi criado o Dia Mundial de Doenças Raras, atualmente celebrado em mais de 70 países, sempre no último dia de fevereiro. Pela dificuldade de diagnóstico e frequência reduzida, ainda há poucas pesquisas acerca de doenças raras, não sendo economicamente vantajoso para a indústria farmacêutica investir em estudos relacionados a essas doenças. A instituição da data teve por objetivo sensibilizar políticos, autoridades públicas, pesquisadores, representantes de indústrias farmacêuticas e profissionais da saúde para o drama vivido pelas famílias que convivem com essas doenças.

O PLS nº 40, de 2015, é proposição de grande relevância, por instituir em nosso País a mesma data destinada a rememorar a luta das pessoas que sofrem com doenças raras em todo o mundo. A instituição da data fará com que a população tome consciência da existência dessas doenças e das dificuldades enfrentadas pelas famílias por elas acometidas, ao tempo em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamará a atenção de nossos governantes para que incluam as pesquisas e tratamento referentes a essas doenças entre suas prioridades.

Seu mérito, pois, é merecedor destaque.

A Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, determina em seu art. 1º que a instituição de datas comemorativas deverá obedecer ao critério da alta significação para os diferentes segmentos que compõem a sociedade brasileira. Seu art. 2º estabelece que definição do critério de alta significação será dada por meio de consultas e audiências públicas realizadas com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados.

Com relação ao tema, destaca-se que o assunto foi objeto de audiência pública realizada pela CE no dia 24 de abril de 2013, de que participaram o Sr. Rogério Lima Barbosa, Presidente da Associação Maria Vitória de Atenção aos Pacientes com Doenças Raras (Amavi); o Dr. Cláudio Santili, Professor Adjunto da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, e a Srª Kátia Ogawa, Presidente da Associação Brasileira de Osteogenesis Imperfecta (ABOI).

Por pronunciar-se em decisão terminativa, compete à CE analisar, além do mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria. Quanto a esses aspectos, a proposição não merece reparos.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2015.

É esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Como é um projeto terminativo e não há quórum, nós vamos considerar com o relatório dado como lido. Fica adiada a discussão e a votação.

Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Encerramento.

Eu ressalto às Srªs e aos Srs. Senadores que está convocada para amanhã, às 11h30, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, reunião extraordinária desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte destinada a deliberar sobre as emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2018.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Edison Lobão, Valdir Raupp, Simone Tebet, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Davi Alcolumbre, José Medeiros, Ana Amélia, Lasier Martins, Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira, Wilder Morais e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, José Agripino, Roberto Muniz, Ciro Nogueira e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Projeto de Lei nº 20/2017-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018". Relatoria: Senador Dário Berger. **Resultado:** A Comissão aprovou a apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de quatro emendas de apropriação e uma emenda de remanejamento ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/18

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 20, de 2017, Comissão de Educação, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

Em primeiro lugar, quero aqui cumprimentar o Relator da Comissão de Educação na Comissão de Orçamento, o Senador Davi. Quero dizer da satisfação de vê-lo aqui, juntamente com o Senador Dário Berger, que é, sem dúvida alguma, o Presidente da Comissão de Orçamento... Naturalmente, a presença do Senador Davi aqui, como Relator setorial da Comissão de Educação, é o sinal da preocupação desta Casa com o Orçamento da Educação.

E a escolha do Senador Dário Berger é exatamente para que ele, como Relator desta Comissão, possa transmitir à Comissão de Educação a preocupação nossa em relação ao Orçamento.

Portanto, passo a palavra ao Senador Dário Berger, não sem antes agradecer a presença do Vice-Presidente Pedro Chaves, que me acompanha nesta Comissão.

Com a palavra o Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Sr. Vice-Presidente, Senador Pedro Chaves, evidentemente que me honra muito ser designado por V. Exª para relatar aqui, no âmbito da Comissão de Educação, as emendas de Comissão, que sistematicamente são apresentadas anualmente ao Relator, à Comissão Mista de Orçamento.

Além de ser uma honra para mim, pesa sobre os meus ombros uma grande responsabilidade, sobretudo pelo momento que nós estamos vivendo, um momento de instabilidade institucional, instabilidade política e, sobretudo, uma crise econômica sem precedente, em que percebemos que os cortes são extremamente superiores às necessidades essenciais para que ministérios, como o Ministério da Educação, possam suprir as suas necessidades essenciais básicas.

Essa é uma preocupação que eu tenho e que todos nós temos no âmbito da Comissão, mas haveremos de encontrar o caminho necessário para concluirmos uma peça orçamentária que possa trazer um equilíbrio e, dentro das dificuldades, atender, de uma forma razoável, senão ideal, a todas as áreas. E a área da Educação, na minha opinião, é área essencial, junto com Saúde. Mas um país se constrói com educação. Sem educação, nós vamos ficar fadados a um terceiro mundo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem expectativa e sem esperança de futuro. Portanto, quero expressar aqui a minha consciência e a minha responsabilidade com relação a essa questão.

De qualquer forma, distinguido que fui por V. Exª – e lhe agradeço –, tenho a difícil missão também de aqui relatar as emendas de apropriação e as emendas de remanejamento desta Comissão. E o fiz com muito equilíbrio, com muita serenidade, observando os preceitos costumeiramente adotados por esta Comissão, onde sistematicamente as emendas, ou melhor, as propostas dos Senadores que atingem maior número são aquelas que mereceram, de minha parte, a atenção de distingui-las para que nós possamos apresentá-las, então, à Comissão Mista de Orçamento.

Portanto, vou ao relatório.

Já vou explicando e mencionando que foram oferecidas 229 emendas de apropriação e 4 emendas de remanejamento ao Projeto de Lei Orçamentário Anual de 2018.

As de apropriação se distribuíram da seguinte forma: 142 foram para a Educação; 48 emendas foram para a Cultura; 39 emendas para o Esporte.

Por sua vez, as quatro emendas propostas de remanejamento são idênticas e pretendem reforçar a educação do meio rural. Portanto, isso me facilitou sobremaneira a questão, principalmente das emendas de remanejamento.

Conforme consta na Resolução nº 1, de 2006, do Senado Federal, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento. Dessa forma, apesar de reconhecer a relevância e o mérito de todas as sugestões apresentadas pelos Srs. e Srªs Senadores, tivemos necessariamente – não tivemos –, fomos obrigados a escolher apenas quatro proposições de apropriação.

Decidimos também manter, como já falei, o que tradicionalmente vem prevalecendo nesta Comissão, ou seja, destinar duas emendas de apropriação à educação, uma emenda de apropriação à cultura e uma emenda de apropriação ao esporte. Assim, indicamos para aprovação aquelas propostas que acreditamos serem as que mais contribuirão para melhorar as condições de vida da população brasileira, sendo que, em geral, são também aquelas que receberam o apoio do maior número de Parlamentares desta Comissão e do Senado Federal.

Na Educação, decidimos, Srª Presidente, reforçar, com R$200 milhões, a Ação OE 53 "Aquisição de Veículos para Transporte Escolar da Educação Básica, Caminho da Escola", proposta dos Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Ângela Portela, Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Dário Berger, Edison Lobão, Fátima Bezerra, Humberto Costa, José Medeiros, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Valdir Raupp e Vicentinho Alves. Portanto, essa foi a emenda que recebeu maior número de apoiamento dos Parlamentares.

Pretendemos, com essa decisão, com essa iniciativa ou com esse apoio, ampliar o acesso à educação da parcela da população mais vulnerável, principalmente no meio rural, onde se necessita do transporte escolar para deslocarmos as nossas crianças.

Ainda na Educação, a outra iniciativa que recebeu nosso apoio e também o apoio da ampla maioria dos Parlamentares que distinguiram esta Comissão com as suas propostas foi a que destina mais R$280 milhões para a Ação 20RG, que especificamente trata da "Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica".

Não temos, na minha opinião, nenhuma dúvida de que nossas instituições federais estão precisando e merecem essa atenção, de modo que possam ampliar a oferta de educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissional, qualificando nossos jovens para ingresso no mercado de trabalho e, consequentemente, reduzindo o desemprego.

Portanto, essa proposta de emenda, que estou submetendo aos Srs. e às Srªs Parlamentares, recebeu o apoio também de diversos Senadores, entre os quais quero destacar aqui a Senadora Ângela Portela, o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Fátima Bezerra, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Humberto Costa, o Senador Lasier Martins, a Senadora Lídice da Mata, a Senadora Lúcia Vânia, a Senadora Marta Suplicy, o Senador Paulo Paim, o Senador Randolfe Rodrigues, a Senadora Simone Tebet e o Senador Vicentinho Alves.

Essas seriam as duas emendas da Educação, que seriam, em síntese, resumindo, para transporte escolar e também para os institutos federais de educação.

E aqui já faço uma justificativa: as universidades federais também receberam um número bastante significativo de apoiamento dos Parlamentares do Senado Federal. Entretanto, parece-me que o momento é oportuno para que nós possamos destinar recursos para os institutos federais de educação, haja vista a necessidade da profissionalização dos nossos jovens. E, no momento de desemprego que nós estamos vivendo, pareceu-me, como pareceu também pelos apoiamentos dos Parlamentares, a mais apropriada, sendo que as universidades, pelas quais eu tenho profundo respeito e sei do papel relevante e importante que elas desenvolvem para o desenvolvimento do País... Há de se reconhecer que os reitores de todas as universidades federais espalhadas por este Brasil afora têm outra penetração nas decisões políticas tanto do Ministério, quanto do próprio Parlamento. Eles têm outra influência, têm outro poder, diferentemente dos institutos federais de educação, que, nesse sentido, na minha opinião, deveriam ser contemplados exatamente por essas razões que acabei de expor.

Essas são as duas emendas da Educação.

Parto agora para a emenda da Cultura. Indicamos alocar cerca de R$150 milhões para a Ação 14-U2, que seria a "Implantação, Instalação e Modernização dos Espaços e Equipamentos Culturais.", a partir das propostas que foram recebidas também aqui pela Senadora Ana Amélia; pelo Senador que está em primeiro lugar aqui na minha relação, muito distinta por sinal, o Senador Acir Gurgacz; o Senador Cristovam Buarque; a Senadora Lídice da Mata; a Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão; a Senadora Marta Suplicy; o Senador Randolfe Rodrigues; a Senadora Simone Tebet; e o Senador Valdir Raupp. Portanto, foi aquela que recebeu maior apoiamento, e, por essa razão, nós também assim a distinguimos como a nossa prioridade também.

Finalmente, na área do Esporte optamos por acolher a proposta que reforça, com R$200 milhões... Quero fazer aqui uma retificação. No meu relatório, a princípio, está com R$150 milhões, mas, atendendo ao apelo de Parlamentares, do Ministério e do próprio Relator setorial da Comissão Mista de Orçamento que trata da Educação, que é o Senador Davi Alcolumbre, que está aqui ao meu lado, eu já de pronto faço essa retificação, que posteriormente a assessoria encaminhará a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

Então, optamos por R$200 milhões para Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, de modo a proporcionar às camadas mais necessitadas da sociedade uma opção de lazer, reduzindo a injustiça e a exclusão que atinge aqueles em situação sobretudo de vulnerabilidade social. Essa proposta recebeu também o apoiamento da Senadora Ana Amélia, do Senador Acir Gurgacz, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Antonio Carlos Valadares, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Davi Alcolumbre, do Senador Hélio José, da Senadora Lídice da Mata, do Senador Raimundo Lira, da Senadora Marta Suplicy, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe Rodrigues, da Senadora Simone Tebet, do Senador Valdir Raupp e do Senador Wellington Fagundes.

Também acolhemos a emenda de remanejamento que consigna mais R$20 milhões para a Ação 21OT, que seria a promoção da educação do campo, apresentada pelos Senadores e Senadoras Ângela Portela, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Regina Sousa.

Esse é o relatório.

Passo, então, Excelência, ao voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibere pela apresentação das seguintes emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018, que é uma repetição da sucinta explicação que tentei fazer, e espero que tenha sido compreendido.

a) R$200 milhões para a Ação OE53, Aquisição de Veículos para Transporte Escolar da Educação Básica, Caminho da Escola, na Unidade Orçamentária 26298, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação;

b) R$280 milhões para a Ação 20RG, Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Ensino Profissional e Tecnológico, na Unidade Orçamentária 26101, do Ministério da Educação (MEC);

c) Também são destinados R$150 milhões para a Ação 14U2, Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais, na Unidade Orçamentária 42.101 do Ministério da Cultura;

d) R$200 milhões para a Ação 5450, Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, na Unidade Orçamentária 51101, do Ministério do Esporte.

Para finalizar, a emenda de remanejamento, de autoria dos Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Regina Sousa, de R$20 milhões, que tem por objetivo a Promoção da Educação no Campo, na Unidade Orçamentária 20201, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a partir do remanejamento de R$20 milhões da Ação 2.017, Comunidade Institucional Sequencial 794, da Unidade Orçamentária 20.101, da Presidência da República.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 2017.

Esse é o relatório, que submeto à apreciação e discussão dos nobres colegas Parlamentares desta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Após o Senador Dário Berger, passo à discussão da matéria.

Para discutir, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o Senador Dário Berger pela solidariedade com os colegas, pela avaliação de cada uma das propostas e, especialmente, ao saudar três prefeitos do meu Estado que estão acompanhando o seu voto – os Prefeitos de Paulo Bento, Saldanha Marinho e Itapuca, e, além deles, vereadores e vereadoras –, dizer que ele, como ex-Prefeito municipal atuante, que chegou ao Senado por isso, sabe das dores por que um prefeito passa.

Ao aprovar esta emenda que trata da compra de veículos para o transporte escolar, isso é muito importante para a educação básica, e as prefeituras serão as agraciadas com esse programa. Ele faz muita falta a vários Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria cumprimentá-lo, agradecer, em nome das administrações municipais, e dizer que vamos continuar trabalhando juntos, renovando os cumprimentos por ter acolhido o que foi possível, lembrando também que, nas reuniões da nossa Bancada do Rio Grande do Sul, o apoio aos IFEs também foi uma das demandas apresentadas dentro do organograma da Bancada federal gaúcha para os Institutos Federais de Educação.

Parabéns, Senador Dário Berger!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – ... a nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia, cumprimentar a Senadora Ana Amélia e demais Senadores e Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Só um instantinho.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu queria me associar à Senadora Ana Amélia e cumprimentar os prefeitos do Rio Grande do Sul que se encontram aqui e dizer da nossa satisfação em vê-los aqui, assistindo ao trabalho da sua Senadora, a Senadora Ana Amélia, uma Senadora atuante, determinada, que frequenta com muita aplicação todas as Comissões e é orgulho do Rio Grande do Sul e desta Casa. (*Palmas.*)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Senadora Lúcia Vânia, eu quero acrescentar uma homenagem também, porque está presente o ex-Senador Adir Gentil, cuja presença percebo neste momento e a quem também quero render as nossas homenagens, já que estamos em um perfil de homenagear os nossos prefeitos.

Como a Senadora Ana Amélia relatou e a quem agradeço as palavras elogiosas e não merecidas, realmente penso que 16 anos como prefeito consecutivo em duas cidades me deram um conhecimento razoável da administração pública municipal.

Eu quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar os prefeitos de todo o Brasil, em nome dos prefeitos do Rio Grande do Sul, Estado vizinho e irmão de Santa Catarina, porque ser prefeito hoje, Senadora Ana Amélia, é, acima de tudo, um ato de coragem, porque, com a crise que estamos vivendo, com a burocracia, com a insegurança jurídica, realmente, é de se louvar a iniciativa desses administradores públicos que fazem e executam um trabalho de relevância importantíssima para o desenvolvimento regional do nosso País.

São os prefeitos que administram a essência da vida nacional que está localizada exatamente nos nossos Municípios, porque são nos Municípios que as pessoas vivem, nos Municípios que elas precisam de atendimento em educação, em saúde, em segurança, em assistência social. E, invariavelmente, como nós sabemos muito bem aqui – chegamos a elaborar um projeto de lei que aprovamos aqui –, o Governo Federal não poderia ou não poderá mais repassar atribuições aos prefeitos sem a respectiva remuneração para isso. Antigamente, eu me lembro de que, quando não funcionava no Governo Federal e no Governo estadual, repassava-se para os prefeitos resolverem. Só que repassavam as atribuições e não repassavam os recursos para enfrentar as dificuldades.

Eu não quero me alongar, mas é um assunto que realmente é muito importante. Quero parabenizar mais uma vez os prefeitos de todo o Brasil, na esperança de que nós possamos aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no âmbito da Comissão de Educação, elaborar uma peça orçamentária que possa fazer frente às necessidades básicas e essenciais dos Municípios brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Antes de passar a palavra, cumprimento aqui o ex-Senador Adir Gentil, em nome desta Comissão, o ex-Deputado Cláudio Vignatti, que também nos honra com sua presença, o ex-Prefeito da Cidade de Urutaí, do Estado de Goiás, que também se encontra aqui, e o Reitor do Instituto Federal de Educação do Estado de Goiás.

Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para discutir.) – Cumprimento todos os prefeitos aqui presentes, ex-Senador, ex-Deputado, e é um prazer muito grande para esta Comissão recebê-los aqui, numa reunião tão importante quanto esta do relatório da LOA em relação à educação.

Eu louvo a atitude do Dário Berger. Muito bom o ponto de vista dele. Só questiono, na verdade, esse recurso exclusivo para os institutos federais educação. Em que pese a qualidade dos institutos federais de educação, vocês sabem que o custo/aluno do instituto de educação é de R$22 mil por ano, enquanto o do Estado é de R$7 mil. Então, é um dado preocupante nesse sentido.

Eu acho que eles precisam, na verdade, equacionar melhor o problema, no sentido de fazer com que os custos possam cair. E eu sinto que as universidades hoje estão em estado semifalimentar. A de Mato Grosso do Sul, por exemplo, não tem dinheiro nem para papel higiênico. Eu acho que é gravíssimo o caso de custeio. Não sei se seria o caso de reavaliar isso, porque o Estado de Mato Grosso do Sul está numa situação gravíssima, principalmente a federal. E lá é necessário que haja uma ação mais efetiva. A área de pesquisa praticamente parou, e ela alavancava muito isso, juntamente com a Embrapa e com outros órgãos de pesquisas de Mato Grosso do Sul.

A minha preocupação é quanto a isso. Não tenho nada contra os institutos federais. Acho que eles são excepcionais, formam alunos de excelência, mas é necessário reavaliar, na verdade, e a gente otimizar os recursos para que eles possam atender a isso.

Há uma diferença muito grande que eu vejo entre o custo/aluno do instituto federal e das estaduais. Enquanto as escolas técnicas estaduais estão em estado de míngua, vamos dizer, com recursos baixíssimos, nós temos que os institutos federais estão sendo os grandes privilegiados nesse sentido, sem desmerecer, pois são necessários; mas é necessária uma redistribuição melhor do recurso.

Era esse o meu ponto de vista.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata e, depois, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero ressaltar a importância desta nossa reunião para discutir, na Comissão de Educação, e aprovar as nossas emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, que ganha uma importância maior, Senador Dário, justamente pela existência de um teto de gastos públicos no Brasil, que faz com que nós tenhamos de pensar e valorizar cada uma das emendas que colocamos e, principalmente, tendo em vista que há uma ideia de que, em sendo a educação uma ação fundamental para o desenvolvimento do nosso País, nós precisamos assegurar que a manutenção do ensino público gratuito e de qualidade se dê com o alcance das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

metas do PNE e, mais, que ainda assim tenhamos condição de pensar em expansão, mesmo que em um momento concentrados na manutenção. Temos de pensar em expansão porque não se pode pensar em ensino e educação sem expansão, pois é quase que uma obrigatoriedade, uma necessidade imediata. Então, eu queria ressaltar a importância das emendas que foram aqui aprovadas.

O Senador Walter Pinheiro, que é nosso colega e Secretário de Educação na Bahia, está, por exemplo, para fortalecer esta ação na área do transporte escolar. Veio ontem e retomou o seu mandato, tendo como um dos objetivos trabalhar entre nós, na nossa Bancada, a emenda para o transporte escolar, com a nossa participação. E isso demonstra a importância disto que V. Exª destacou aqui, esta ação como sustentação para as escolas e para as prefeituras. Eu também, como outros Senadores, incorporei essa ideia como emenda.

Há – imagino que a Senador Lúcia Vânia está participando como membro da Comissão de Orçamento também –, Senador Pedro Chaves, uma certa divisão de tarefas entre o Senado e a Câmara. A Câmara focou o seu esforço de emenda nas universidades. Isso nos permite agora focar aqui nos institutos federais de educação... (*Palmas.*)

... porque, claro, que nós temos também uma preocupação com as universidades. No caso da Bahia, nós temos cinco universidades, das quais três são universidades que estão se implantando; algumas dependem de concurso público para a sua implantação total, de professores, etc.

Eu tive oportunidade de, no período do recesso, ter encontro com todos os reitores das instituições federais, tanto dos institutos quanto das universidades, porque a preocupação de todos era de que não conseguíssemos chegar até o fim do ano em condição de fechar o ano com os recursos das universidades federais.

Como nós atuamos quase que numa frente pela educação, nós conseguimos dividir essa tarefa. Nas universidades, nós vamos fortalecer com a emenda da Câmara, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, e aqui nós poderemos fazer esse reforço nos institutos federais de educação.

Além disso, todos nós devemos lutar para que nas nossas emendas de Bancada... Na Bahia, geralmente fazemos isto: dedica uma para os institutos federais de educação; uma para as universidades federais, todas elas juntas; e outra para as universidades estaduais. Assim, vamos compondo um reforço ao orçamento na área da educação. A nossa Comissão tem essa imensa tarefa, que é também um grande privilégio, de nós neste momento podermos contribuir com o orçamento nessa área.

Quero também parabenizar o Senador Dário pelo relatório, indicando, mantendo duas para a Educação, uma para a Cultura e uma para o Esporte, que é a tradição desta Comissão. Na área de cultura, a Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais. Eu digo sempre que a cultura é vista como uma coisa menor, mas ela é a mãe de todas as linguagens, inclusive as linguagens da educação. Portanto, nós não podemos deixar de estar voltados para a valorização da cultura, ainda mais neste momento do desenvolvimento em que vivemos, em que já não temos a tecnologia industrial, apenas, como referência de desenvolvimento. Nós temos de pensar na indústria criativa, na economia criativa, e sem cultura não é possível pensar dessa maneira.

Eu acho que nós devemos lutar por esta emenda, e ainda fortalecer nossa conversa para que o Relator da área de cultura, nosso Senador Davi, que é um Senador muito sensível a isso, com um relatório setorial, possa aumentar, ampliar os recursos da cultura, para que a gente possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realmente ter a possibilidade de ter o futuro e o presente deste País assegurados. Não adianta ficar pensando em desenvolvimento no Brasil de hoje apenas buscando indústria de chaminé nos nossos Estados. A indústria cultural, a ciência, a tecnologia e a inovação são o nosso veio de desenvolvimento de hoje e de amanhã.

Então, eu quero parabenizar por isso e me agregar a todo esse esforço, além de reforçar o esforço que V. Exª incorporou, que foi apresentado – infelizmente eu não tive condição de apresentar, mas os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Regina Sousa –, que é a promoção de educação do campo. No meu Estado, há uma presença muito grande da agricultura, e nós sabemos da importância de fortalecer a educação no campo. Imagino que os Senadores dos assentamentos, Senadores de Goiás, de Mato Grosso do Sul, enfim, ou mesmo do seu Estado, que tem uma tradição na agricultura, precisam fortalecer a agricultura e a escola rural no Brasil.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Primeiro eu quero parabenizar o Senador Dário pelo relatório, que mostra a sensibilidade e o compromisso que o Senador Dário tem com a Educação. Ele inclusive já foi prefeito, conhece muito bem essa realidade, e é por isso que, acertadamente, uma das emendas destinadas ao desenvolvimento da educação básica ele propôs que fosse para o Programa Caminho da Escola, que foi criado na época, no governo do Presidente Lula. Aliás, Senador Dário, esse programa só foi criado graças à implementação do Fundeb. Foi a partir do Fundeb que nós criamos programas como o Caminho da Escola, como o Proinfância, etc. É um programa que dispensa comentários, pelo caráter do ponto de vista social e humano que ele tem. É um programa, inclusive, que foi criado com um foco preciso, Senador Pedro Chaves, que foi enfrentar o problema da evasão dos nossos estudantes na zona rural. Eu sou de um tempo ainda em que via os nossos estudantes serem transportados em pau de arara. As condições de deslocamento desses estudantes, os transportes que eram utilizados eram os mais precários do mundo. Esses estudantes, portanto, punham em risco, junto com os professores, as suas próprias vidas. O Caminho da Escola, com os amarelinhos, que começaram a povoar as estradas por este País afora, veio para responder a essa realidade, combater o déficit na zona rural, com transporte, com segurança, com conforto e com eficiência.

Infelizmente, nesse período, as prefeituras têm batido às portas do MEC em busca de mais transporte escolar, e simplesmente o programa foi suspenso. Esperamos que agora o programa volte. Por isso é muito oportuna a sugestão da emenda do Caminho da Escola.

Com relação à questão dos institutos federais, quero aqui me associar ao que a Senadora Lídice já colocou. Como a gente sempre faz, se a Câmara destina para a educação profissional e tecnológica, aqui fazemos para a universidade, ou vice-versa. Como aqui nós estamos destinando a emenda para expansão e restruturação das instituições federais de educação profissional e tecnológica, ou seja, para os nossos institutos... Senadora Lídice, Senadora Vânia, eu já estou aqui com a cópia da proposta de emenda. A Câmara assegurou, Senador Davi, exatamente a emenda da universidade. É o que chamamos de Emenda Andifes, que é a associação nacional que reúne os reitores e reitores das instituições federais de ensino; e esta aqui chamamos de Emenda Conif, que é a entidade que reúne os reitores e reitoras dos institutos federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui agradecer a sensibilidade de ele ter apresentado a emenda do Pronera, que é o programa de educação no campo, importantíssimo, levando em consideração esse contingenciamento brutal que afetou a vida das universidades, dos institutos, que afetou a vida da educação como um todo, inclusive do Programa de Educação no Campo. Na versão preliminar, que se encontra aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional, sabe qual foi o corte no Pronera, Senadora Lúcia Vânia? Oitenta e seis por cento. Só tem R$2 milhões previstos para o Programa de Educação no Campo, para os assentamentos de todo o País. Por isso, em boa hora, o Senador Dário faz essa emenda de remanejamento, colocando pelo menos R$20 milhões. E aí, na discussão do Orçamento, ele pode até subir para R$30 milhões, que é a reivindicação, inclusive, do MST e das demais entidades que lutam em defesa da educação no campo.

Com relação às universidades e aos institutos federais, volto aqui a colocar que é muito importante porque o quadro também é muito grave. O Senador Davi esteve conosco numa reunião com os reitores das instituições federais de ensino superior, convocada pela Andifes, bem como com o Conif, e, naquela ocasião, Senadora Lúcia Vânia, ele viu o drama.

Sabe quanto está previsto em matéria de investimento para as 63 universidades federais? Oitenta e quatro milhões. A senhora divida isso por 63 universidades e o que vai dar? É nada. Para simplesmente 28 institutos federais, mais 644 unidades de *campi* dos institutos federais de educação profissional e tecnológica pelo País afora, sabe quanto está previsto, Senador Pedro Chaves? A quantia irrisória de R$64 milhões. Eu me refiro a investimento.

Por isso é que repito que as Comissões de Educação do Senado e da Câmara jamais poderiam deixar de priorizar e contemplar tanto as universidades como os institutos, assim como nós assumimos o compromisso com o Relator de defender que as Bancadas estaduais contemplem também emendas para as universidades, para os institutos federais, assim como as emendas individuais a que temos direito, para que o Senador Davi Alcolumbre, dentro desse contexto, possa, de fato, apresentar um relatório setorial voltado para a promoção da educação brasileira e não um relatório que compactue com o retrocesso que nós estamos exatamente vivenciando, sobretudo nesses tempos de Emenda 95.

Eu quero concluir também parabenizando o acerto da emenda tanto da Cultura como do Esporte. Renovo, mais uma vez, em nome da Andifes e do Conif, o nosso apelo ao Senador Davi Alcolumbre, que, quando esteve conosco nessa reunião com os reitores dos institutos federais e das universidades, assumiu o compromisso, Senadora Lúcia Vânia, de manter os recursos para a universidade como vem sendo feito até hoje, e que essa gestão continue sendo descentralizada.

Essas emendas de comissão que aprovamos são destinadas para as universidades. Como as universidades têm a sua autonomia, o princípio de autonomia, como é gerido até hoje? É gerido de forma descentralizada. Portanto, as universidades têm a responsabilidade, à luz, inclusive, da própria autonomia que elas gozam de gerir esses recursos. Infelizmente, o MEC inventou uma moda de acabar com esse método da descentralização e centralizar os recursos no MEC. Nós achamos que isso é um retrocesso, isso não é adequado, isso, inclusive, fere a autonomia das próprias universidades.

O Senador Davi Alcolumbre ficou extremamente sensibilizado, assumiu o compromisso de que vai manter o método como tem sido feito até hoje. Eu creio, Senadora Lúcia Vânia, que essa é uma medida que tem o respaldo desta Comissão como um todo. No mais, Senador Pedro Chaves, os institutos não poderiam ficar de fora pelo que eles representam em matéria exatamente de qualidade de ensino, em matéria de oportunidades educacionais no nosso País, até porque o Plano Nacional de Educação está aí a nos desafiar, dizendo que nós temos de sair dos atuais 16%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para 33% de matrículas a serem ofertadas na educação profissional e tecnológica. Por isso, nós temos de não só manter os institutos, mas trabalhar com vistas a dar continuidade à sua expansão.

Parabéns, Senador Dário, pelo relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. Para discutir.) – Presidente Lúcia, Senador Pedro Chaves, Senador Dário Berger, nosso Presidente da Comissão de Orçamento e Relator das emendas da Comissão de Educação aqui, no Senado Federal, Senadora Fátima, cumprimento os Senadores que me antecederam.

Seria redundante tecer elogios ao Senador Dário Berger, mas é importante fazer essa referência pela sensibilidade que o Senador Dário tem – e não só por estar presidindo a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Ele trata com os Deputados, as Deputadas, os Senadores e as Senadoras nesta Comissão que é a mais importante, que elabora a lei orçamentária do nosso País. E a relatoria do Senador Dário Berger nesta Comissão, que é importantíssima também para o Brasil e para o Senado Federal, mostra o desprendimento e a dedicação do Presidente da Comissão de Orçamento ao relatar uma matéria tão importante nesta Comissão, que são as emendas de apropriação e de remanejamento desta Comissão do Senado. Então, cumprimento pelo trabalho.

Ele mesmo citou aqui, no seu relatório, que foram mais de 200 emendas apresentadas pelos Parlamentares nesta Comissão. Não há como, pois é o critério, é a regra da resolução do Congresso Nacional termos, em cada comissão, quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento.

Cumprimento também o Senador Dário pela decisão acertada de como conversar com a Câmara dos Deputados. Foi dito aqui também, Senador Pedro, sobre essa comunicação, que faz com que possamos ter o maior proveito das emendas apresentadas na Comissão, para que, quando chegar à Comissão de Orçamento, no meu caso especificamente, como relator setorial da educação e da cultura, eu possa ter um aporte significativo de recursos oriundos das comissões da Câmara e do Senado, mas que elas não possam conflitar na mesma dotação, na mesma rubrica, na mesma função programática. Elas iam acabar se sobrepondo, como diz o Presidente Dário, Relator, e ficaríamos sem uma margem de manobra para atender às universidades e aos institutos. Então, essa comunicação fez com que o Senador Dário, de duzentas e tantas apresentações de emendas, pudesse fazer um relatório que convergisse em torno de quatro propostas importantes, como foi dito aqui.

Há a questão da aquisição dos ônibus escolares, que atende diretamente na ponta ao Município e que, então, é uma benfeitoria. Eu conheço cidades no meu Estado, e não é diferente em mais de 5 mil cidades brasileiras, em que o ônibus que transporta as crianças da educação básica é o ônibus alugado pelo prefeito, que, muitas das vezes, só tem dinheiro para pagar folha de pagamento. E aí uma aquisição de um ônibus, que custa R$150 mil, R$200 mil, dependendo do tamanho do ônibus, resolve o problema de um aluguel de R$5 mil, R$6 mil, R$7 mil que a prefeitura não tem, mas ela tem de levar a criança para a escola, para a sala de aula. Então, muitos prefeitos no Brasil, que passam tantas dificuldades, vão ter, nessa dotação, a possibilidade de, no ano que vem, serem contemplados com um ônibus que deverá ser adquirido pelo FNDE e entregue às prefeituras brasileiras.

Assim, faço referência a essa, referência à emenda para os institutos federais, combinado com a emenda da comissão da Câmara para as universidades. Ou seja, nós estamos atendendo basicamente a todos os pleitos que foram feitos dentre essas 229 emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, quero fazer uma referência em nome do Ministro do Esporte, do Ministro Leonardo Picciani. Eu tive uma audiência com o Ministro. Sei que já era de praxe desta Comissão apresentar duas emendas para Educação, uma emenda para Cultura e uma emenda para o Esporte, e eu recebi o pleito do Ministério do Esporte, que V. Exª acatou, de pronto, com os seus consultores que estão aqui – e, por coincidência, são os consultores que estão me assessorando no nosso relatório da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Está tudo coligado.

Eu queria agradecer aos consultores que estão lhe assessorando na apresentação dessas emendas, que estão me assessorando também. São servidores do Senado, consultores capacitados, que nos auxiliam para que possamos fazer um bom relatório e contemplar a educação brasileira nesta missão que me foi dada por V. Exª: relatar o Orçamento Setorial da Educação e Cultura.

Quero dizer à Presidente Lúcia – a Senadora Fátima sabe disse, o Senador Pedro, o Senador Dário – que nós estamos à disposição para tentar fazer um relatório o mais justo possível, que possa contemplar todos os interesses desta Casa e do povo brasileiro.

Em relação ao Ministério do Esporte, ele atendeu também. Eu tinha feito quatro sugestões de emenda que me foram apresentadas pelo Ministério do Esporte, e, no dia de ontem, eu recebi a solicitação para que essa emenda que foi acatada pelo Senador Dário, que é a 5.450 – Implantação e Modernização de infraestrutura para o Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, na Unidade 51101, a gente pudesse aportar mais R$50 milhões, para ter uma dotação um pouco superior aos R$150 milhões. E, de pronto, o Relator, Senador Dário, acatou. Então, em nome do Ministro Leonardo, cumprimento V. Exª e agradeço o atendimento deste pleito feito pelo Ministério do Esporte, por intermédio deste Senador que vos fala.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Dário...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

Só para efeito de esclarecimento, porque, veja bem, a nossa Comissão aqui, diferentemente da Câmara, não é só de Educação, é de Educação, Cultura e Esporte. Por isso que, das quatro emendas a que a Comissão tem direito, a Comissão não pode deixar excluídas as áreas do Esporte e da Cultura.

Como a Comissão de lá é só de Educação, Senadora, eu quero dizer que lá eles colocaram duas emendas, Senador Pedro Chaves, para educação básica, o que está corretíssimo. V. Exª também chamou atenção aqui para a educação básica. Afinal de contas, estamos falando de uma rede de mais de 50 milhões de estudantes pelo País afora.

Então, como a de lá é só de Educação, eles contemplaram a universidade, a Emenda Andifes, colocaram também outra emenda para os institutos, mas botaram duas para educação básica: uma, também para fortalecer o Caminho da Escola, que é a que estamos apresentando aqui, e outra para o desenvolvimento da educação básica.

Eu estou dando esses esclarecimentos, porque há pessoas me perguntando aqui sobre a educação básica. É para que elas possam entender que lá na Câmara eles têm mais mobilidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós, porque aqui não é só de Educação, é de Educação, Cultura e Esporte. Mas, juntando Senado e Câmara, dá para contemplar todas as áreas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu acho que a preocupação do Senador Pedro Chaves é justa e legítima. No momento em que nós não conseguimos contemplar todos, fica difícil até justificar por que optamos por uma em detrimento de outra.

Na verdade, como V. Exª acabou percebendo, os depoimentos e a fala dos nossos Parlamentares que compõem esta Comissão dão conta de que nós relativamente fizemos um trabalho meio que conjunto com a Câmara dos Deputados, exatamente para não sobrepor emendas que ficassem acondicionadas – vamos dizer assim – numa única rubrica orçamentária.

Como V. Exª pôde perceber, essa preocupação foi importante na medida em que, se a Câmara dos Deputados contempla a educação básica e o ensino superior, é muito justo e legítimo que nós, no Senado, possamos partir para outras áreas, como foram as áreas por que nós acabamos optando.

Eu queria só justificar que o Caminho da Escola também atende fundamentalmente e exclusivamente à educação básica e por aí vai. Queria também destacar, Senadora Lúcia Vânia, como V. Exª é Presidente desta Comissão importante, que a Senadora Lídice da Mata levanta uma questão muito relevante, porque nós, pela primeira vez na história, vamos elaborar um Orçamento com vista à lei aprovada pelo Congresso Nacional, observando o aspecto do teto. Temos de conviver com isso também, de maneira que esse é mais um agravante.

De forma que foi o possível a fazer, diante das circunstâncias, e mais uma vez eu agradeço a deferência de V. Exª em me designar Relator desta importante Comissão, da qual tenho muita honra de participar, sob o comando de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Dário. Quero dizer, Senador, que escolher V. Exª foi acertado, porque, além de grande experiência na vida pública, V. Exª também divide comigo a responsabilidade em relação à Comissão de Educação. Como V. Exª é membro desta Comissão e Presidente da Comissão de Orçamento, é natural que V. Exª tenha um olhar diferente, na Comissão, em relação à educação.

É um orgulho para mim também ter o Senador Davi, que estará junto com o Senador Dário estabelecendo os parâmetros para a aprovação das emendas.

É importante notar que a responsabilidade neste ano, na Comissão de Educação, é muito grande, não só pelo limite de gastos que nós temos de obedecer, como também pela recomposição da meta, que ainda não foi feita. Obviamente, essa recomposição estará na mão dos relatores. Portanto, esta Comissão fez aqui um levantamento geral do orçamento do Ministério da Educação, para que os senhores pudessem ter uma ideia do grande desafio que nós temos para recompor o orçamento da Educação.

É natural que tenhamos de obedecer ao limite de gastos, mas é agora que veremos a responsabilidade de cada Parlamentar em relação à Educação. Acho que todas as áreas são importantes, mas é preciso deixar bem claro que a Educação precisa, necessita de expansão, e essa expansão terá de ser feita dentro do limite de gastos, obviamente sacrificando outras ações. Daí por que o grande desafio hoje da Comissão de Orçamentos é saber equilibrar esse Orçamento, que é uma coisa inteiramente nova para nós, na Comissão de Orçamento, mas que vai dar a todos nós uma noção clara das prioridades que terão de ser apontadas por este Congresso Nacional. E acredito que o Congresso Nacional tem de demonstrar para a sociedade brasileira a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade em relação à Educação. Não existe desenvolvimento sem educação, e todos nós sabemos disso.

Portanto, vou estar com os senhores, na Comissão de Educação, somando-me às vozes que estarão lá para que a gente possa realmente recompor, no limite do quase impossível, esse Orçamento para que a gente possa dar uma satisfação à sociedade brasileira.

Agradeço, portanto, a presença do Presidente e do Relator da Comissão de Orçamentos. Não foi à toa que foram escolhidos. Foram escolhidos já com o objetivo de somar forças em direção ao que nós queremos nesta Comissão, e eu tenho certeza de que V. Exªs responderão à altura desta Comissão na Comissão de Orçamentos.

Obrigada a todos, e vamos colocar em votação o relatório do Senador, que foi lido aqui e discutido, com as emendas apresentadas.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas são aprovadas.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrar a nossa reunião, quero aqui cumprimentar o Reitor do Instituto Federal Goiano, que nos dá a honra da sua presença aqui, Vicente Pereira de Almeida; o Pró-Reitor Institucional, Elias Monteiro; o Diretor-Geral do *campus* de Urutaí, Gilson Dourado; e o Diretor substituto, ex-Prefeito de Urutaí, Nelson Donizete. Esse instituto de Urutaí é exemplo e é referência em relação aos institutos federais. É o mais antigo do Estado de Goiás. Hoje ele se encontra muito bem administrado e presta um grande serviço ao Estado de Goiás.

A todos o meu muito obrigada.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Roberto Rocha, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a garantia aos profissionais do magistério de desconto em livros, periódicos e materiais didáticos correlatos vinculados à sua área de ensino e de atuação profissional." **Autoria:** Deputado Marcos Abrão. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a Medalha João Calmon, a ser conferida pelo Senado Federal a instituições privadas de ensino básico que tenham se destacado na promoção de ações de responsabilidade social." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. **Observação:** 1- Durante a discussão, o Senador Telmário Mota, acolhendo sugestão do Senador Cristovam Buarque, reformula o Relatório para acrescentar uma segunda emenda de Relator. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Bernardo Sayão” a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Henrique Herwig” a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2011 - Terminativo -** que: "Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Marinor Brito. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 4-CCT e 5-CCT, e pela rejeição das emendas nº 1-T, 2-T e 3-T. **Resultado:** Aprovado o Requerimento da Comissão de Educação nº 57, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, para realizar audiência pública de instrução da matéria. **Observação:** Requerimento incluído como item extrapauta nº 17 nesta Reunião. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para introduzir critérios democráticos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Wellington Fagundes (*Ad hoc*), substituiu Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3.Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4.Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);5.Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6.Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a necessidade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias cujo uso seja considerado prática de doping no esporte, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos e entidades relacionados a seguir: Ministério do Esporte (ME); Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Justiça Desportiva Antidopagem (JAD)." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 57 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 19 de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências. Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Representante da Empresa Brasil de Comunicação - EBC." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/24

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 16. (*Pausa.*)

O Senador Telmário quer pedir inversão?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu, primeiro, Srª Presidente, queria dizer que agora, no dia 15/10, foi aniversário de V. Exª, no domingo. Eu tentei ligar para V. Exª. Tenho certeza de que esse dia foi um dia de muita alegria, muita felicidade junto com seus familiares e amigos. Eu quero aproveitar e desejar longa vida, sempre com essa sabedoria. Você enobrece esta Casa e nos orgulha por fazer parte deste quadro pelo seu caráter, pela sua coerência, pela sua personalidade. Eu só peço a Deus que, realmente, lhe dê milhões de anos de vida com essa lucidez, com essa sabedoria que V. Exª tem. Mandei umas flores. Eu ia entregar na semana seguinte, em seguida. Eu gosto de fazer isso, é um símbolo do respeito e deste momento tão glorioso, pois, sempre que chegamos à data de nascimento, fazemos uma reflexão. Então, eu quero aqui parabenizar V. Exª por tudo e desejar tudo de bom na sua vida.

E eu queria fazer uma inversão de pauta. Há um requerimento, o do item 16, para o qual, se for possível, poderíamos fazer uma inversão de pauta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Senador Telmário, eu quero agradecer a gentileza de V. Exª, principalmente pelas flores maravilhosas que eu recebi. É sempre um orgulho e um prazer ter um companheiro, um Parlamentar da extirpe de V. Exª que é tão delicado e que, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio dessa turbulência que estamos vivendo, dedica um tempo para sair, comprar flores e entregar a uma Parlamentar sua amiga. Portanto, muito obrigada pela lembrança, muito obrigada pelo carinho e, principalmente, muito obrigada pelas generosas palavras de V. Exª.

(Matéria não lida:

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a necessidade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias cujo uso seja considerado prática de doping no esporte, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Ministério do Esporte (ME); Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Justiça Desportiva Antidopagem (JAD).

Autoria: Senador Telmário Mota.)

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Depois é o meu.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Como antecipado por V. Exª, requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a necessidade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias cujo uso seja considerado prática de *doping* no esporte, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Ministério do Esporte (ME); Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Justiça Desportiva Antidopagem (JAD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justificativa, Srª Presidente. Diante da escalada do uso de substâncias proibidas que prometem melhor desempenho aos atletas, as entidades internacionais que tratam do tema, como o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), amparadas pela Convenção Internacional contra o Doping no Esporte, vêm adotando regras cada vez mais rígidas com o intuito de combatê-lo.

Diante desse quadro, e de modo que se preservem os atletas brasileiros, é necessário que os laboratórios farmacêuticos insiram advertências nos medicamentos que contenham substâncias cuja utilização seja considerada doping no esporte.

Por se tratar de um tema de natureza complexa, propomos a realização de audiência pública, com a participação de entidades competentes, para que se faça um debate qualificado acerca da necessidade da inclusão obrigatória de advertência sobre a existência, em medicamentos, de substâncias identificadas como agentes de doping.

Cientes da importância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para a aprovação do presente requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu só quero dizer que acho muito oportuna e uma boa iniciativa. Não sei por que não se pensou ainda hoje nisso.

Parabéns, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senador Cristovam.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Então, Srª Presidente, eu quero dizer aos Senadores e Senadoras que aprovaram e dizer ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Cristovam que, realmente, é um assunto muito pertinente, muito do momento, e que, graças a Deus, as antenas de V. Exª não captaram isso, porque captam tudo e chegam primeiro. (*Risos.*)

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Item 1 da pauta, não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, de 2017

Dispõe sobre a garantia aos profissionais do magistério de desconto em livros, periódicos e materiais didáticos correlatos vinculados à sua área de ensino e de atuação profissional.

Autoria: Deputado Marcos Abrão.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria constou da Pauta da Reunião de 17/10/2017.*

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o projeto do Deputado Marcos Abrão traz algo muito interessante, que é garantir aos profissionais do magistério – professores, servidores – descontos em livros, periódicos e materiais didáticos, vinculados a sua área de atuação profissional, nos termos do Regulamento.

No art. 1º, esse desconto proposto é de, no mínimo, 20%. Os profissionais do magistério, por sua vez, são definidos como "aqueles atuantes nas funções de magistério, compreendidas as de docência e planejamento, administração, supervisão, orientação e inspeção educacionais", ou seja, todos os servidores.

Ainda no art. 1º, indica os documentos que devem ser apresentados para comprovar a profissão: carteira de trabalho, carteira funcional emitida pelo órgão público competente, comprovante de renda que identifique a função de magistério, documento sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No artigo seguinte da proposição, dispõe sobre a cláusula de vigência, que é estabelecida a partir de sua publicação.

Na justificativa do projeto, o autor ressalta a importância da iniciativa para a melhoria da qualidade do ensino e destaca duas estratégias do Plano Nacional de Educação relacionadas à qualidade da educação e à formação inicial e continuada dos profissionais.

Uma vez que a Comissão de Educação é a única a deliberar sobre a proposição, cabe aqui apreciar a constitucionalidade, juridicidade, e sobre esses aspectos não há reparos a fazer. A técnica legislativa empregada está de acordo com os ditames.

Os profissionais do magistério – aí vem a justificativa – ocupam, naturalmente, papel central no processo educativo desenvolvido. Portanto, qualquer ação que vise à melhoria da qualidade deve merecer nosso apoio.

O art. 67 da Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, determina que o sistema de ensino promova a valorização dos profissionais da educação. Dentro desse aspecto, nós estamos, com esse projeto, cumprindo o que determina a nossa LDB.

O Plano Nacional de Educação, por sua vez, além das metas 7 e 16, mencionadas na justificação do projeto pelo Deputado, prevê, na meta 15, a criação de política nacional de formação dos profissionais, na qual se deve assegurar que todos os docentes da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Já as metas 13 e 14, ao disporem sobre a qualidade da educação superior e a ampliação da pós-graduação, respectivamente, também abordam o tema da capacitação profissional.

A criação de desconto para os profissionais do magistério terem acesso a livros, revistas, jornais é claro que facilita o acesso a esses bens culturais e materiais de trabalho, contribuindo para a capacitação continuada desses profissionais.

Por essa razão, o voto é pela aprovação do projeto, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero apenas, Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidente, que até há pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estava falando, representando a Comissão na X Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz – Infância e Paz. Cuidadores da Primeira Infância: Por uma Formação de Qualidade.

Então, eu queria saudar a iniciativa do Deputado autor dessa proposta, Marcos Abrão, mas sobretudo a relatoria de uma pessoa que entende muito bem, que é o Senador Cristovam Buarque. Então, quero apenas apoiar e dizer que acabamos de ver, Presidente Lúcia Vânia, um vídeo sobre a Finlândia. Senador Cristovam – nós já, muitas vezes, vimos qual é o papel que tem o professor e como ele é valorizado naquele País. No Brasil, os professores estão sendo agredidos pelos alunos.

Então, é uma situação que nós temos que trazer, reintroduzir no Brasil a valorização dos professores sob todos os aspectos, não apenas a remuneração, mas na própria inserção na sociedade. Hoje, um professor na Finlândia tem uma valorização maior que um médico, que um advogado, que outras atividades.

Então, penso que a iniciativa do Deputado Abrão e a relatoria do Senador Cristovam merecem todo o nosso apoio.

A Srª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

O Senador Pedro Chaves e, depois, a Senadora Marta.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o nosso bom-dia.

Eu fico bastante preocupado com esse projeto, porque ele conflita, na verdade, com a lei de mercado. Nós sabemos que as livrarias, geralmente, são mantidas por instituições privadas e aqui não há limites. Ele fala em educação infantil até o ensino superior. Nós sabemos que as obras têm um custo bastante elevado, principalmente a área de Direito, a área de Medicina, e o desconto de 20% pode inviabilizar, inclusive, as próprias livrarias, as editoras e tudo o mais.

Eu acho que ele generalizou, inclusive as instituições privadas, pelo que eu vejo, até os professores privados têm direito, realmente, a esse desconto.

Então, eu nem sei se há constitucionalidade nesse sentido.

Gostaria que a gente aprofundasse um pouco nesse tema. Em todo caso, até eu pediria visitas no caso, mas eu vou primeiro ouvir os nossos pares para depois aprofundar nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Srª Presidente, eu gostaria de entrar no debate que o Senador Pedro traz com muita oportunidade.

Primeiro, já existem descontos como esse nos espetáculos, nos ônibus. Então, essa é uma praxe que já existe, especialmente para estudantes.

Segundo, temos que respeitar o mercado. Como é que o mercado vai funcionar diante disso? Primeiro, sendo otimista, isso pode aumentar a demanda. De repente, as livrarias podem ganhar mais dinheiro, porque, embora reduza o preço, aumenta o número de pessoas que vão comprar. Aliás, toda boa loja faz isso. Dá desconto para atrair cliente.

Então, o mercado pode se beneficiar, mas pode ser que não. Se não, eles vão ter que fazer uma de duas coisas. Uma, pode ser lamentável para alguns, é aumentar o preço de todos para que professor tenha mais barato. É isso que se faz para dar entradas mais baratas para os estudantes. Isso se o mercado permitir não reduzindo a demanda dos que não são professores. Senão, eles vão ter que, de alguma maneira, pedir que alguém financie isso, subsídio, compensação, isenção, alguma maneira. O mercado se arruma, ou para tirar proveito disso, ou para ter compensação, caso haja prejuízo. Mas, no fato, não vejo como choca-se com o mercado e creio que trará muita vantagem para o professor.

Mas não estou nem olhando o professor. O professor que lê um jornal todo dia é um professor que chega melhor na sala de aula. Não quer dizer que qualquer um que lê é melhor do que o que não lê. Não, há uns que não precisam de ler jornal, mas, entre dois bons professores, o que lê, o que sabe o que está acontecendo no mundo, o que compra mais livros termina sendo um melhor professor.

Então, nesse sentido é que eu apoio o projeto do Deputado Abrão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Marta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpe-me, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, mas eu só queria, com as ponderações do Senador Pedro Chaves e também a reafirmação da questão de mercado, talvez, em vez de levar para um trabalho mais de aprofundamento, passar na CAE para um exame, porque isso pode, a CAE pode ter o custo disso na questão do nosso livre mercado.

Contudo, eu concordo com o Senador: a lei da oferta e da procura não foi revogada ainda, mas eu acho que essas campanhas, essas iniciativas podem até estimular a ampliar e vender mais livros didáticos para os professores, até porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MEC, grande parte dos livros, o MEC tem lá a sua biblioteca que fornece os livros didáticos para as escolas.

Então, penso que, talvez, seja uma questão mais importante passar na CAE antes de ir para Plenário, para fazer uma análise desse ponto econômico.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Do impacto econômico, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, é apenas para conciliar os dois pontos de vista.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer uma reflexão como ex-Ministra da Cultura sobre a questão do ingresso, preço pela metade, para estudantes e o impacto que isso tem, principalmente nos teatros, e que é uma lei interessantíssima, no sentido de que propicia cultura, que é uma, a palavra não é muito boa, mas é uma arma de que todo cidadão devia dispor para poder desenvolver o seu potencial. Mas, ao mesmo tempo, o que aconteceu com o mercado foi que os ingressos subiram extremamente, os preços, e a gente tinha uma dificuldade muito grande na conversação para conseguir essa diminuição, porque eles tinham que compensar o dos estudantes.

Então, nós tínhamos preços para pessoas de alto poder aquisitivo e o de estudantes, quando não eram vendidos para estudantes, eu não lembro bem se ficava vazio ou não, mas acho que acabavam vendendo, por preços também exorbitantes.

Então, isso sempre foi uma confusão, porque, na hora de mexer nisso, nós tínhamos todo o setor estudantil se movimentando muito fortemente, e eu entendo perfeitamente as razões, mas ficava muito para a Lei Rouanet poder suprir isso. Só que a Lei Rouanet acabava não suprindo isso, porque você dava a mais para eles poderem fazer um espetáculo e poderem sobreviver, mas, ao mesmo tempo, continuava a mesma distorção de preços.

Então, eu tenho dúvida se esse é o melhor mecanismo. Eu me sentiria mais confortável ou em pedir vista coletiva ou enviarmos antes para a CAE, porque vai que lá chamem os editores, conversem, façam audiência pública, aí, volta para cá, já, com alguma coisa sobre que a gente possa dar um parecer razoável, porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

iniciativa é corretíssima, mas, com o salário de fome que o professor vive hoje, mesmo com 20% de desconto, ele não vai comprar livro nenhum.

Então, eu não sei se isso vai beneficiar do jeito que está. Eu acho que nós devíamos, realmente, ter outra ponderação.

Bom, agora eu quero falar de outra coisa, porque era para isso que eu queria a palavra e, depois, a palavra foi para comentar a advertência do Senador Chaves, com que todos nós acabamos concordando, e de que saiu, aí, uma reflexão.

Sobre o seminário que nós tivemos hoje, de manhã, V. Exª estava presente, a Senadora Ana Amélia também, é de extrema importância e muito bom que tenha sido aqui, no Congresso Nacional e com a participação da Comissão de Educação, porque pouco se fala da importância da primeira infância e os discursos realmente, eu escutei o do Presidente Eunício, porque cheguei um pouco mais tarde, estava um discurso muito bem arrumado no sentido de colocar que é nos primeiros dias e, principalmente, nos primeiros anos de vida quando se formam elementos dentro da pessoa, ou seja, desenvolvem-se possibilidades de se ter condição ou não de mais aprendizagem, menos aprendizagem, melhor adaptação, menos adaptação, condições emocionais. E isso nós pudemos ver quando fui prefeita de São Paulo, ou seja, as pessoas que cuidavam das crianças na cidade estavam na área de assistência social, o que é um equívoco total. Nós colocamos essa função na área de educação, que é onde ela tem que estar. E aí conseguimos perceber que a maioria das pessoas que cuidavam das crianças não tinham o ensino fundamental, o que é uma coisa ... Hoje foi mencionado que o mestrado na Finlândia é necessário. As nossas não tinham o ensino fundamental. Aí foi feito um acordo com a USP para que os anos de trabalho fossem contados. Mas não me lembro se o curso dessas pessoas foi de um ano ou dois, curso que elas tinham que fazer para poder se qualificar. E foi muito interessante porque todos se qualificaram. Passados alguns anos, quando encontro com alguns, eles falam: "graças a isso eu acabei me formando na universidade". Quer dizer, isso foi uma possibilidade também que foi dada a eles.

Agora, eu lembro uma questão que é um retrocesso que estamos vivendo no País em termos de compreensão do que seja sexualidade. Nós estamos a anos-luz de poder fazer o que fizemos naquele momento com relação às preocupações, nas creches, das professoras. Como essa é uma área que eu me interesso muito, como prefeita, eu ia conversar com elas para saber exatamente o que estava acontecendo. E um dos problemas que existiam é que as professoras não sabiam o que fazer com as crianças que se masturbavam ou as crianças de três, quatro anos que entravam juntas no banheiro e ficavam se tocando. Elas batiam nas mãos das crianças, punham as crianças de castigo ou chamavam a mãe delas para dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

havia um taradinho na aula. Era um desastre absoluto! Isso foi antes de eu ser prefeita, quando eu trabalhei com o Paulo Freire, na gestão da Luíza Erundina. Nós começamos a capacitação desses professores, na área da sexualidade, para que eles soubessem lidar com a sexualidade infantil nas creches, porque eles não tinham isso elaborado. Eles não sabiam o que é certo, como proteger a criança principalmente, como ver o que é natural.

Então, eu fiquei sabendo deste seminário que está acontecendo aqui e fiquei encantada, porque é muito, muito ... essa abordagem da 1ª infância, que é tão necessária e pode causar traumas terríveis para a criança se isso for abordado de forma inadequada, ou pelos pais ou pelos professores.

Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Marta.

Eu quero dizer, Senadora, que realmente foi um grande ganho isso. Nós participamos, ainda no governo Fernando Henrique, quando já se discutia o fato de tirar as creches da assistência social colocá-las na rede regular de ensino. Houve uma resistência grande. O pessoal achava que a creche era trabalhosa demais, que tinha que se dar uma especialização às professoras, como V. Exª colocou. Mas isso foi um ganho sem tamanho. E esse ganho foi acrescido da iniciativa do governo passado – eu não participei do governo, mas eu tenho que reconhecer a importância que a ex-Presidente Dilma deu à educação infantil. Ela criou o CMEI, que são adequações, prédios adequados para a criança e de uma forma muito interessante porque o equipamento é muito bom, o prédio é muito bom. Dá gosto ver. Como V. Exª colocou, isso é muito importante porque é nesse momento que a criança forma as ligações cognitivas e se ela não for olhada nesse momento, ela estará comprometida para o resto da vida. E isso alimenta esse círculo de pobreza.

Na verdade, eu acho que nós temos que fazer um esforço muito grande para dar continuidade à construção desses CMEIs, estimular os Municípios a adotar os CMEIs e deixar de lado aquelas creches que antigamente eram inadequadas, sem ventilação, uma coisa muito elementar, deixar aquilo e partir para um ambiente mais adequado.

Eu acho também que nós temos que avançar no sentido de promover a manutenção dessas creches, porque realmente elas são caras, elas hoje dependem do Fundeb, mas ainda não está muito claro que o Fundeb deve fazer essa manutenção. Eu acho que fica fora a creche e nós precisamos avançar nisso aí.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia e, posteriormente, o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É sobre o assunto ainda?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não! Agora entrou o assunto da primeira infância.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Permita-me encerrar o assunto?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu quero dizer que aceito perfeitamente, como Relator, a proposta da Senadora. Mas seria melhor aprovarmos aqui, Senadora Marta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim. A gente aprova e vai para a CAE.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É. Aprovamos aqui e vai para a CAE.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso ! Esse é o objetivo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – O ideal seria pedir vista e fazer o requerimento em plenário...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – .... para voltar para a CAE.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas não é melhor aprovarmos logo agora?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Se querem aprovar aqui, tudo bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Aprovamos com a indicação da Comissão de ir para a CAE.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Sim; de ir para a CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu não sei se é o melhor, porque aí vai aprovado como ... Por exemplo, eu prefiro, então, me abster nessa votação aqui. Não sei se isso é o melhor. Eu não vou votar a favor, porque eu não sei se é o melhor. Agora, se for para a CAE e lá mostrarem uma equação mais diferente ... Eu acho que aqui a gente pode reconsiderar e o projeto pode vir até como terminativo. Quem tem que dar a última palavra não é a Comissão de Assuntos Econômicos. A última palavra é aqui. A ideia é muito boa. Se a Comissão de Assuntos Econômicos avaliar que isso é factível, ponderar economicamente ... Isso porque a gente pode estar fazendo um projeto com ótimas intenções, aliás, como são excelentes os projetos, que V Exª faz e não ser isso o melhor. Então, a minha ideia é que deva ir para lá o projeto e voltar como terminativo aqui, porque aqui é a Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Então, vamos pedir...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Porque acho importante verificar se economicamente isso vai funcionar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Vamos atender ao que dispõe o Regimento...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Deixe-me insistir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – ... que é pedir vista e, posteriormente, a gente faz o requerimento em plenário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas o pedido de vista seria só para reanalisar o relatório?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – É para o requerimento em plenário ...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É para não votarmos agora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – ... para redistribuição.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Está tudo bem, mas, de qualquer maneira, Senadora Marta, a gente aqui vota se é correto do ponto de vista da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Do mérito, não é? Do mérito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O erro foi achar-se que bastava a nossa opinião. Reconhecemos, graças à Senadora Marta, que é preciso ir para a Comissão de Assuntos Econômicos. Pode ir depois, mas eu não vou criar nenhum problema se nós aqui suspendermos e for para lá. Vai só atrasar um pouco.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – *O.k.*

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu tenho uma ideia com relação a esse projeto. Acho que todo projeto que possa incentivar e motivar o professor e o seu aprimoramento é importante. Mas é um instrumento de trabalho que hoje o professor tem. E hoje, com as redes sociais, isso deu mais oportunidade a você acessar bem atual o que tem de mais moderno, de inovação na comunidade como um todo.

Agora, eu entendo que, por exemplo, eu queria até pedir desculpa aqui do Relator porque eu não acompanhei bem a relatoria aí nesse momento. Mas eu entendo que, além do desconto, em vez de dar o desconto para comprar, eu acho que deveria era abater na sua totalidade no imposto de renda.

Eu acho que esse era o formato melhor, Senador Pedro, V. Exª, que mexe bem com faculdade. Acho que esse era o melhor formato de dar ao professor essa oportunidade. Eu acho que todos aqueles recursos que ele investisse em livros didáticos ele abatesse na sua totalidade no imposto de renda. É uma sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Então, vamos conceder vista coletiva, e V. Exª faça o requerimento em plenário solicitando a redistribuição para a Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu consultaria V. Exª e também os colegas do plenário para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventualmente um requerimento... Foi apresentado um projeto, o PLS que está no item 13... Aliás, é o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, de autoria da ex-Senadora Marinor Brito, declarando patrimônio cultural imaterial do Brasil o programa radiofônico *A Voz do Brasil*.

Eu fui demandada por várias entidades, umas oficiais inclusive, como o Iphan, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, porque essa caracterização do patrimônio imaterial você não pode vulgarizar. Você tem que ver no sentido estrito do que é patrimônio imaterial e conceituá-lo tal como ele é. Você não pode pegar... Porque não há a figura de um programa de rádio ser patrimônio imaterial.

Então, por isso gostaria de propor a V. Exª... Eu encaminhei, se fosse possível votar extrapauta, um requerimento para uma audiência pública com três representantes. Então, se o Plenário da comissão aceitar, essa é a minha proposta para esse debate, penso que oportuno.

Obrigada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu consulto o Plenário se concorda. (*Pausa.*)

Havendo concordância, vamos colocar o requerimento extrapauta da Senadora Ana Amélia.

(Matéria não lida:

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 57, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 19 de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências. Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Representante da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Autoria: Senadora Ana Amélia.)

Com a palavra a Senadora... Acho que já explicou, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os convidados são o representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan; o representante da Empresa Brasil de Comunicação, EBC, que produz A Voz do Brasil; e também representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert.

Então, penso que a gente compõe aí... Se algum outro colega Senador queira propor também alguma outra. Ele foi relatado já na semana, não foi votado porque é terminativo. Então, penso que essa audiência pública pode dar maiores elementos para a gente não votar uma matéria que vá cair no vazio pela, eventualmente, inadequação da questão do que é patrimônio imaterial.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, de 2017

- Não terminativo -

Institui a Medalha João Calmon, a ser conferida pelo Senado Federal a instituições privadas de ensino básico que tenham se destacado na promoção de ações de responsabilidade social.

Autoria: Senador Pedro Chaves.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Solicitaria ao Senador Telmário para se colocar como Relator *ad hoc* desse projeto. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Telmário para proferir o relatório, que foi elaborado pelo Senador Wellington Fagundes.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para proferir parecer.) – Srª Presidente, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2017, do Senador Pedro Chaves, "que institui a Medalha João Calmon, a ser conferida pelo Senado Federal a instituições privadas de ensino básico que tenham se destacado na promoção de ações de responsabilidade social".

A proposição é composta de sete artigos, dos quais o primeiro institui, no âmbito do Senado Federal, a Medalha João Calmon, com a finalidade já descrita na ementa.

O art. 2º determina que a Mesa concederá a medalha, acompanhada de diploma de menção honrosa, às instituições agraciadas, que poderão ser em número de até três a cada ano. A cerimônia de entrega será realizada, de acordo com o art. 3º, em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim.

Conforme o art. 4º e seu parágrafo único, cada Senador ou Senadora poderá indicar uma instituição concorrente, com justificativa circunstanciada dos seus méritos, acompanhada de vídeo que apresente a iniciativa a ser considerada.

Caberá à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, consoante o *caput* do art. 5º, a apreciação dos nomes dos concorrentes.

Os dois parágrafos ao *caput* do art. 5º, que constam erroneamente numerados como 2º e 3º, versam sobre os períodos previstos anualmente para a indicação e a premiação.

O art. 6º estabelece, no *caput*, que as instituições agraciadas terão seus nomes amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária, devendo cada uma das instituições concorrentes receber, conforme o parágrafo único, um certificado de participação.

Consta do art. 7º, por fim, que a projetada resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A justificação enfatiza a necessidade de o Poder Público incentivar as ações de responsabilidade social das empresas, de modo que a prosperidade delas se compatibilize com a elevação da qualidade de vida da população. Ao definir que tais empresas sejam instituições privadas de ensino básico, busca-se valorizar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação no Brasil, que tem uma referência fundamental no nome do ex-Senador João Calmon.

O PRS nº 11, de 2017, foi encaminhado à Comissão de Educação e à Comissão Diretora, devendo ser, caso nela aprovada, objeto de deliberação do Plenário.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise.

Compete à CE, de acordo com art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que versem sobre instituições educativas.

O projeto de resolução em exame institui uma premiação que incentiva a responsabilidade social, uma concepção das mais relevantes para renovar os modos de interação das empresas com a sociedade. Conforme essa concepção, as empresas têm a responsabilidade de promover o bem-estar dos seus públicos externo e interno, buscando proporcionar-lhes melhor qualidade de vida.

Para atingir tal fim, as ações de responsabilidade social podem voltar-se ao ambiente de negócios da empresa ou ao seu quadro de funcionários ou procurar reduzir o impacto negativo de suas atividades. A ampla gama dessas ações pode ainda ter como alvo a promoção do equilíbrio ambiental e a melhoria, sob os mais variados aspectos, das condições de vida das comunidades, especialmente daquelas que estão próximas ou mantêm algum tipo de vínculo com as atividades da empresa.

A proposição busca incentivar a responsabilidade social no âmbito das instituições privadas de educação infantil e dos ensinos fundamental e médio, visando, de tal modo, a promoção da cultura responsável no ambiente educacional. Ao fazê-lo, nada mais apropriado do que homenagear, com a denominação dessa premiação, o nome do Ex-Senador João Calmon, que será sempre lembrado por seu incansável empenho pela educação e, em especial, pela emenda constitucional que estabeleceu patamares mínimos de investimentos em educação pelos entes federativos.

Avaliamos, assim, que a proposição é meritória, cabendo tão somente ser sanada a falha apontada na numeração dos parágrafos do art. 5º, motivo pelo qual oferecemos uma emenda de redação.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2017, juntamente com a da seguinte emenda: Emenda nº – CE (ao PRS nº 11, de 2017)

Alterem-se os números dos parágrafos do art. 5º do Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2017, de 2º e 3º para, respectivamente, 1º e 2º.

Feita a correção, este é o voto para aprovação, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Há pouco conversei com o Senador Pedro, primeiro quero louvar a iniciativa, especialmente o nome do prêmio, esse Senador que tanto orgulha a história da Casa. Mas eu conversei com ele e disse: "Por que não incluir também como possíveis premiados as escolas públicas?". Até para ver que as escolas particulares desempenham um trabalho como ele prevê no seu prêmio...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pergunto ao Relator se ele...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – A sugestão do Senador Cristovam, eu sempre digo que você vai chegando a esta Casa e vai começando a fazer alguns tipos de identificações. E, quando se fala em educação, já existe um sinônimo muito bem colocado, que é o Senador Cristovam, que realmente abraça a causa, dimensiona a causa, enfatiza a causa.

A sugestão dele é muito bem-vinda e bem lembrada. Acatamos a sugestão do Senador Cristovam, porque ela naturalmente valoriza onde a maioria da população brasileira está estudando, e a maioria dos nossos professores. V. Exª, que é tão brilhante. Eu tinha o maior medo de que a Senadora Ana Amélia fosse para Roraima, porque ela ia tomar a minha vaga. Eu fui brincar um dia, um fã do trabalho dela, da capacidade, da conquista, da seriedade, da coerência, Senadora Ana Amélia, com que V. Exª trabalha, e a turma ouve muito o Senado. Eu viajo muito Brasil afora, agora mesmo estive no Pará, e, ao sair, o cara disse: "E a Senadora Ana Amélia?" "A Ana Amélia vai ser eleita pelo Rio Grande do Sul, tem que ser". Então, a sugestão é importante, é muito boa a proposta. A gente acata.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Telmário.

Para discutir, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria realmente, Senador Pedro Chaves, cumprimentá-lo pela escolha dessa figura notável, um colega Senador que presidiu a Comissão de Educação. É uma homenagem também à Comissão de Educação de um ex-Senador que fez da vida dele, assim como Nelson Carneiro fez da luta pelo divórcio, ele fez da bandeira da educação. João Calmon é um nome que qualquer um, como nós hoje, nesta Legislatura, se se fala em educação, de quem a gente lembra? A gente lembra do Cristovam, lembra de Pedro Chaves, que está aqui numa circunstância diferente dele, que já foi reitor de universidade pública. Então, a gente fica muito feliz de ter pessoas com esse comprometimento e com essa visão.

O relatório do Senador Telmário realmente foi dentro do texto original da proposta do Senador Pedro Chaves, que é um *expert*, um conhecedor da educação, ligado a essa matéria. Mas eu penso sinceramente também, por conhecer o trabalho dos professores das escolas públicas, pelo esforço que fazem, eu acho que o Senador Cristovam foi muito bem, porque nós podemos ver. Agora está havendo um certame num campeonato mundial de geografia aqui em Brasília, não sei se o MEC promoveu, e fiquei feliz de ver escolas inclusive militares, em que os alunos, os gaúchos de uma escola da Polícia Militar do Rio Grande do Sul que se chama Tiradentes, os meninos que ganharam medalha de ouro e bronze são dessa escola. É uma escola pública. Então, eu penso que essa sugestão do Senador Cristovam, se o Senador pudesse agora, em plenário, acrescentar, porque o autor concordou, essa sugestão do Senador Cristovam, que ficará extremamente completo. Todos se sentirão muito honrados. É um estímulo também, já que o salário não é estimulante, pelo menos o prêmio será estimulante, Senador Pedro Chaves.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Pedro Chaves para dizer se concorda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Permita-me só fazer justiça e agradecer a referência feita. Essa ideia me foi dada por uma assessora aqui presente na reunião. Eu não teria pensado nisso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aí está a honestidade do Senador Cristovam. Por isso nós gostamos dele e o admiramos, pela sua honestidade. Parabéns à assessora que sugeriu essa alteração, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Senador, eu acolho totalmente a sua iniciativa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Os universitários estão aí para isso, não é, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Faz verbal a alteração e depois altera no escrito. Nós alteramos, então, o senhor, como Relator, vai ter de acrescentar ali, então, instituições privadas...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu perguntaria ao Senador Wellington Fagundes se ele gostaria de falar alguma coisa.

Nós tivemos o Senador Telmário como Relator *ad hoc*. Assim, gostaria de saber se V. Exª gostaria de...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, na verdade eu gostaria de falar que ontem nós estivemos no Rio de Janeiro, em uma audiência da Lei Kandir. Lá representei também como Vice-Presidente. Foi uma excelente reunião.

E por que falar em Lei Kandir aqui? Porque, para melhorar a educação, tem que haver recurso. Mas sou favorável ao relatório e vim aqui para votar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em votação o relatório.

As Srªs e o Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Eu gostaria de evidenciar que vamos acatar, então, a emenda feita oralmente pelo Senador Telmário...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A sugestão é do Senador Cristovam, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Acatada pelo Senador Telmário, com iniciativa do Senador Cristovam Buarque...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E com o apoio do autor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – ... que acrescenta também a escola pública – com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquiescência também do autor do projeto, que é o Senador Pedro Chaves, a quem eu agradeço a gentileza.

Então, coloco em votação com as duas emendas: a primeira emenda já foi lida pelo Senador e consta do relatório do Senador Wellington Fagundes, e a segunda emenda foi proferida oralmente pelo Senador Telmário.

Então, nós vamos colocar o relatório e as duas emendas, com a aquiescência do Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com duas emendas da Comissão de Educação.

A matéria vai à Mesa Diretora.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Presidente, eu queria só justificar por que eu coloquei instituições privadas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pois não. Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu só gostaria de justificar por que eu coloquei instituições privadas. A ideia básica é que ela parta da rentabilidade dela e faça a responsabilidade social, como acontece em muitas instituições privadas. Elas capacitam parte de professores da rede pública, elas fazem trabalhos da melhor idade, programas voluntários, comunitários.

Então, era apenas isso. Mas é plenamente justificável a colocação do Cristovam. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Passemos ao item 14 da pauta:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para introduzir critérios democráticos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Relatório: Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

1- A votação do Projeto será realizada pelo processo simbólico, em virtude de a prejudicialidade ser declarada pelo Presidente do Senado Federal, de acordo com § 1º, do Art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal, e com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

2- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A votação é simbólica e é pela prejudicialidade.

Eu pediria ao Senador Wellington Fagundes que pudesse proferir o relatório como Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para proferir o relatório.

Item 14 da pauta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Srª Presidente, então...

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa...

Não é isso? Então, eu estava na correta.

O.k.. Agora conseguimos chegar a um entendimento.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa sobre o Projeto de Lei nº 165, de 2014, do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para introduzir critérios democráticos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior.

Srª Presidente, posso ir direto à análise e ao voto?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pode. Pode ir...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para proferir parecer.) – Eu vou tentar ser um pouco mais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre a proposição relativa a “normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação”, o que torna regimental seu exame do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2014.

Ademais, não se vislumbram no projeto óbices de injuridicidade ou de inconstitucionalidade que impeçam sua aprovação, dadas as competências concorrentes de Estados federados, Distrito Federal e União, conforme o art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

A autonomia universitária, prevista no art. 207 da norma constitucional –*verbis*: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial...” –, não é diretamente afrontada pelo projeto.

Portanto, não há óbice. Não obstante, veremos, adiante, como uma interpretação ampla da referida autonomia tem sido consensualmente construída entre o Governo Federal, os Estados federados e as IES, e que tal noção de autonomia é, ela sim, atingida pelo projeto.

O acesso ao ensino superior, de competência desta Comissão, é tema de grande importância para o País, e sua solução justa há de ser importante fator para o desenvolvimento social nas próximas décadas.

Nesse sentido, a combinação da Lei nº 9.394, de 1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a entrada em vigor da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, terminou por formar um conjunto normativo bastante satisfatório para a regulação da matéria. A adoção do Enem como critério de exame democratizou, nacionalmente, o acesso às IES. Ademais, como a adesão ao Enem como critério de seleção não é obrigatória, mas, antes, uma decisão negociada entre a IES e o Ministério da Educação, as IES continuaram a poder equilibrar, conforme lhes parecer melhor, o ingresso de alunos de todo o País com o de estudantes do local ou da região em que elas se localizam. E observemos, ao finalizar este parágrafo, que o Enem é, hoje, uma realidade social consolidada.

A proposição em exame rompe o equilíbrio que presidiu a adoção do Enem como critério de ingresso. O Governo Federal, em nome da autonomia universitária, negociou com as IES, caso a caso, a adoção do Enem. Diversas escolas superiores usam os dois mecanismos, a saber, o exame nacional e o vestibular, voltado para a população local.

Neste ano de 2017, sessenta e três das setenta universidades federais brasileiras admitiram ou admitirão alunos pelo Enem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente regulação da matéria, que não impõe o Enem nacional, ou o vestibular, local, às IES, parece-nos ser a melhor forma de a União desincumbir-se do dever de promover o acesso de todos à educação superior, ao mesmo tempo em que respeita o direito constitucional que têm as universidades de administrar as condições de acesso a seus serviços. Esse direito só é limitado pelos princípios inscritos nos oito incisos do art. 206 da norma constitucional, que não se referem a aspectos do modo de acesso ao ensino superior, mas tão somente comandam às universidades (inciso I) que respeitem a igualdade de condições para o acesso.

O projeto ainda se refere, nas alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 56-A que acrescenta à Lei nº 9.394, de 1996, à reserva de percentuais de vagas destinados a candidatos pertencentes a grupos familiares de baixa renda ou que tenham frequentado todo o ensino médio em escolas públicas.

Ora, trata-se de matéria regulada nesse mesmo sentido pela Lei nº 12.711, de 2012, mas em termos precisos e operacionais, e acrescidos de atenção a pessoas com deficiência pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.

Sendo assim, tem-se que a regulação da matéria proposta pelo PLS nº 165, de 2014, está marcada pela prejudicialidade, visto haver “perdido a oportunidade”, face ao tratamento legal já existente sobre o assunto, conforme os termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto, Srª Presidente.

Em conformidade com os argumentos apresentados, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2014.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senador Wellington.

Eu perguntaria à Senadora Regina se ela quer acrescentar alguma coisa, uma vez que foi ela quem elaborou...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só quero fazer um esclarecimento para quem não acompanhou: esse projeto é de 2015, se não me engano. Inclusive, discuti com o Senador Cássio, na época, porque na época o Enem ainda não estava consolidado. Havia uma disputa de quem aderiria, de quem não aderiria, e nós conversamos, foi retirado de pauta, eu tirei, mas depois... Assim, para trazer à pauta de novo, a prejudicialidade era o correto, porque ele não tem mais polêmica nenhuma quanto ao Enem e há também a questão da autonomia universitária. A universidade que quiser sair do Enem pode sair, porque ela tem autonomia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é mais pertinente esse projeto. Por isso a prejudicialidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a prejudicialidade do projeto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela recomendação da declaração de prejudicialidade do projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Quero agradecer ao Senador Wellington a leitura do relatório e agradecer à Senadora Regina as informações a respeito do projeto.

Item 15 da pauta.

(Matéria não lida:

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3. Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); 5. Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); e 6. Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

Autoria: Senadora Regina Sousa.)

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É um requerimento que está vazado nos seguintes termos:

> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018.
> Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
> 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
> 2. Andréa Barbosa Gouveia, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd);
> 3.Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE);
> 4.Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
> 5. Marianna Dias, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); e
> 6. Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

A CONTEE diz respeito às escolas particulares. Então, é uma conferência que está sendo organizada. Já estiveram aqui, inclusive, entregaram documento – a senhora estava aqui na época –, porque houve um conflito na realização da conferência nacional, que acontecia sempre, periodicamente vinha acontecendo, e houve um conflito com o MEC. Nem sei se o MEC vai realizar.

Há todos os problemas que nós conhecemos e também o formato. O pessoal discordou do formato também, porque dissolveram o fórum...

Então, vai acontecer essa conferência nacional. Nós queremos trazer o debate para cá.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoco para amanhã, dia 25 de outubro, às 10h, reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em forma de audiência pública destinada a debater o tema "Acolher, cuidar e educar na primeira infância, por que precisamos de profissionais mais qualificados".

Em atendimento aos Requerimentos nºs 49, de 2017, da Comissão de Educação, de minha autoria; 132, de 2017, da CAS, de autoria da Senadora Marta Suplicy; e 132, de 2017, da CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa, a audiência está inserida na programação da X Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que acontece no período de 24 a 26 deste mês.

Eu solicitaria aos Sr. Parlamentares que pudessem estar presentes nesta audiência pública. Ela é uma extensão do seminário que está sendo realizado hoje aqui no Auditório Nereu Ramos, é uma discussão extremamente importante que trata da educação infantil. Eu gostaria muito que os Parlamentares pudessem estar aqui para ouvir os especialistas nessa área uma vez que a educação infantil ainda carece de muito apoio na retomada das obras que estão paralisadas, apoio na retomada da discussão sobre o financiamento da educação infantil. Enfim, é uma série de problemas importantes que serão discutidos nessa audiência pública de amanhã.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Amanhã?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Amanhã, às 10h.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero só comunicar que não estarei presente, vou para o Fórum de Segurança Alimentar. Mas vou conversar com a Senadora Fátima Bezerra e certamente ela estará aqui, porque eu estou indo para o Fórum de Segurança Alimentar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Nada mais havendo a tratar, declaro...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, eu poderia fazer...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Srª Presidente, dois assuntos me trazem a necessidade de pedir o apoio à Comissão e, principalmente, a V. Exª, como Presidente.

Um deles trata da implantação dos cursos de Medicina na Região Centro-Oeste. Essa região de Mato Grosso, Goiás e, principalmente, o nosso Mato Grosso goiano, ali junto com o Araguaia, é uma região extremamente vasta. Claro que temos uma população pequena, mas o Ministério... Nos critérios da última seleção, o Centro-Oeste não foi beneficiado com nenhum curso. Nós vimos lutando e conversando com o Ministério da Educação, que empurra para o Ministério da Saúde e vice-versa.

Então, eu gostaria de ver, principalmente porque V. Exª está aqui e o Senador Pedro conhece bem e sabe das necessidades dessa região, a possibilidade de a gente ter uma audiência com o Ministro da Educação para tratar especificamente sobre essa questão voltada especificamente para a Região Centro-Oeste e todos os nossos Estados.

Muitas faculdades, não só universidades públicas, mas também privadas, inclusive em cidades que têm a possibilidade da implantação do curso, como é caso de Barra do Garças, que é uma cidade que, Senador Pedro, está na divisa entre Goiás e Mato Grosso, uma região polo... São três cidades: Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças. Essa faculdade ali, por exemplo, atenderia grande parte do Estado de Goiás e todo o Araguaia, no Estado do Mato Grosso.

Então, eu creio que algum detalhezinho técnico de faltar... Atingiu 100 mil pessoas que tem que haver na cidade, mas, às vezes, há uma cidade com 98 mil. Acho um absurdo um critério tão rígido dessa forma.

E o importante é também a região... Há necessidade porque é a única região que não tem um curso de Medicina. Claro que há outras cidades no Mato Grosso, mas há principalmente essa questão de Barra do Garças porque eu acho que vai atender muito bem dois Estados brasileiros. Aí poderíamos discutir todos os outros assuntos e outras demandas, mas principalmente o meu objetivo é o critério.

Segundo, Srª Presidente, há, lá na minha cidade, o *campus* da universidade federal mais antigo de Mato Grosso. A sociedade vem lutando para a independência, ou seja, para transformar aquele *campus* numa universidade. Já conseguimos porque tem que ser iniciativa do Executivo. A Presidente da República à época, a Presidente Dilma, mandou o projeto. Esse projeto está tramitando na Câmara dos Deputados, já passou em várias comissões, tanto do Mato Grosso como do Piauí, mas eu estou sentindo uma certa resistência do Ministério da Saúde. Primeiro, a criação, a transformação não vai impactar em orçamento nem do ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vem; já temos o relatório de aprovação do Ministério de Planejamento, que é um baixo impacto, portanto, favorável, onde seria mais difícil conseguir.

Eu gostaria também de, nesta audiência, podermos falar um pouco principalmente da Universidade Federal de Rondonópolis, que é a minha cidade. Então, eu quero contar com o prestígio de V. Exª para, em nome da Comissão – e aqui está o Senador Pedro, que também é um especialista –, todos nós da Comissão estarmos lá nessa audiência marcada por V. Exª para conversarmos especificamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço, Senador Wellington. Eu farei, Senador.

Agora, eu solicitaria a V. Exª oficializar através de um requerimento para que a gente possa fazer uma coisa oficial, que terá muito mais peso porque será em nome da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença ao Senador Wellington, ao Senador Dário e ao Senador Pedro Chaves, meu Vice-Presidente, sempre presente, sempre constante ao meu lado, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, José Agripino, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Lasier Martins, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências, para incluir, entre as pessoas agraciadas, pelo menos 1 (uma) que tenha atuação na causa indigenista." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão Diretora. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de o poder público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental." **Autoria:** Deputado Jorge Tadeu Mudalen. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2015, nos termos de substitutivo que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 2015, e do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016 - Terminativo - que: "Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Antonio Anastasia, para reexame do Relatório. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2006 - Terminativo -** que: "Autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o "Qüinquênio da Alfabetização". " **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus." **Autoria:** Senador Inácio Arruda e Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Denomina Elevado Casemiro Vitório Colombo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o elevado da rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Rio Ponte Grande, no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello. **Relatoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 56 de 2017** que: "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para promover consulta acerca da proposta de instituição, por lei, do Dia Nacional do Feirante. Para compor a mesa de discussão, convidamos a participar da referida audiência pública os titulares das seguintes entidades: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (FECOMÉRCIO/DF); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal (SEBRAE/DF); Sindicato dos Feirantes do Distrito Federal (SINDIFEIRA); União dos Proprietários de Trailers, Quiosques e Similares do Distrito Federal (UNITRAILERS); Angélica Madeira, professora do Instituto Rio Branco e Mariza Veloso, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, autoras de "A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília"." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 17. (*Pausa.*)

Nós vamos passar ao item 2, uma vez que a Senadora Ângela já está a caminho e ela relata o item 1.

ITEM 2
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2015
- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de o poder público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental.

Autoria: Deputado Jorge Tadeu Mudalen

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de atestado de acuidade visual para a efetivação de matrícula no ensino fundamental.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 214, de 2015
- Não terminativo -

Torna obrigatório o exame de acuidade visual em todos os alunos matriculados no ensino fundamental.

Autoria: Deputado Milton Monti

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2015, nos termos de substitutivo que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 2015, e do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.*

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Como Relatora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como V. Exª leu – o projeto é diretamente autoexplicativo – e todos têm acesso ao relatório, eu vou me dirigir direto à análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar as proposições que versem a respeito de normas gerais sobre, entre outros assuntos, educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a manifestação acerca dos projetos em epígrafe respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

No mérito, o que se verifica é que, ao condicionar a matrícula à apresentação de atestado de acuidade visual, o PLS cria óbice para o acesso da criança ao ensino fundamental. Sendo essa etapa parte do período de escolarização obrigatória, considerada direito público subjetivo pela Constituição Federal, a proposição não se coaduna com mandamento do direito constitucional do acesso à educação.

Observe-se que essa situação é distinta da ensejada pelos PLCs, que incumbem o Poder Público, explicitamente, ou por via transversa, de proporcionar aos estudantes o acesso a consulta oftalmológica ou a especialista em audição, para identificar problemas de acuidade visual ou auditiva, assegurada sua correção, por meio dos competentes recursos recomendados e aceitos pela área médica.

Essas proposições da Câmara dos Deputados, assim, guardam sintonia com a Constituição Federal, que, em seu art. 208, inciso VII, determina que o dever do Estado quanto à educação deve ser efetivado mediante a garantia de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares, entre os quais o de assistência à saúde.

A esse respeito, com o intento de assegurar esse direito do estudante e cumprir o respectivo dever do Estado, a União, por intermédio dos Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS), mantém o Programa Saúde na Escola (PSE), que visa a contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças, por meio do enfrentamento de problemas que comprometam o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

No que tange especificamente à assistência a estudantes com problemas da visão, a ação denominada Projeto Olhar Brasil visa a identificar e corrigir problemas visuais relacionados à refração e garantir assistência integral em oftalmologia para os casos em que forem diagnosticadas outras doenças que demandem intervenção.

De maneira geral, o Olhar Brasil busca identificar problemas visuais em todos os alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental e nos que integram o Programa Brasil Alfabetizado. A partir dessa identificação, o programa presta assistência oftalmológica com o fornecimento de óculos, entre outras ações. Atuando dessa forma, o programa visa a contribuir para a redução dos fenômenos de repetência e de evasão escolares.

O PLC nº 104, de 2015, em particular, agrega, em relação aos demais, a inovação de realização de exames de acuidade auditiva. Entretanto, avaliamos como mais adequado evitar a edição de lei extravagante sobre a matéria, conforme determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Quanto ao mais, julgamos que a regulamentação da matéria disporá sobre a operacionalização das providências estabelecidas pela lei, inclusive sobre algumas questões apontadas nos dois projetos oriundos da Câmara dos Deputados.

Para aproveitar a contribuição dos projetos e também parte da discussão havida no processo legislativo, retomamos a ideia adotada pela CAS, quando analisou anteriormente o PLS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em tela, de apresentar texto substitutivo que introduz parágrafo único no art. 4º da LDB para determinar que, entre os programas suplementares de assistência à saúde referidos na lei – e no Texto Constitucional –, será conferida prioridade à identificação e à correção de problemas visuais e, agora também, auditivos, com o acesso a recursos ópticos, não ópticos, recursos e aparelhos auditivos e ajudas técnicas.

Acolhemos, assim, a sugestão das iniciativas, que reforçam a importância da realização de exames e da adoção de medidas corretivas pertinentes necessárias para o bom andamento da aprendizagem dos estudantes.

Por fim, tendo em vista o disposto no art. 260 do RISF de que, na tramitação conjunta de projetos, a precedência deve ser dada à matéria da Câmara dos Deputados e, quando houver mais de uma da mesma Casa, à mais antiga delas, a prioridade recairia no PLC nº 214, de 2015, que é originário do Projeto de Lei nº 5.963, de 2001. Entretanto, mesmo sendo oriundo de um projeto apresentado à Câmara no ano de 2007 (PL nº 786), o PLC nº 104, de 2015, além de ter sido apreciado naquela Casa antes do PL nº 5.963, de 2001, razão por que é mais antigo no Senado Federal, dispõe de maneira mais abrangente sobre a questão da saúde do escolar. Dessa forma, entendemos ser o PLC nº 104, de 2015, a matéria principal.

Seguindo, portanto, Srª Presidente, analisamos de acordo com o Regimento Comum às duas Casas.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2015, na forma do substitutivo apresentado a seguir, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 2015, e do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011.

EMENDA Nº - CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para priorizar, nos programas suplementares de assistência à saúde do educando, a identificação e a correção de problemas visuais e auditivos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. .....

Parágrafo único. Nos programas suplementares de assistência à saúde a que se refere o inciso VIII, serão priorizadas as ações de identificação e correção de problemas visuais e auditivos e as ações de acesso a recursos ópticos e não ópticos, aparelhos e recursos auditivos e ajudas técnicas." (NR)

É esse o nosso parecer, Srª Presidente, para o qual peço o apoio das Srªs e dos Srs. Senadores presentes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Obrigada, Senadora Lídice.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Srª Presidente, gostaria de usar da palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pois não, Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nosso bom dia!

Eu gostaria de me aprofundar mais nesse projeto porque é extremamente importante realmente essa atividade, mas temos de analisar fontes de recursos e outros dados. Eu gostaria de pedir vista para eu poder realmente me convencer da votação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Vista concedida.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Vista coletiva, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Vista coletiva.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É rápido, para que ele possa ter prazo, Srª Presidente, mas eu quero...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Nós não temos dúvida da importância.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... destacar a importância do projeto e principalmente dizer que foi feito o substitutivo para impedir que houvesse um condicionante à matrícula escolar, porque hoje a Constituição garante que o aluno, na idade básica, independentemente de qualquer circunstância, deve ser matriculado. E o substitutivo busca, portanto, garantir isso, retirar essa condicionalidade e garantir a assistência adequada à saúde do estudante.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Não tenho dúvida de que a Senadora Lídice foi bem cuidadosa com o projeto. Então, está concedida a vista coletiva.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências, para incluir, entre as pessoas agraciadas, pelo menos 1 (uma) que tenha atuação na causa indigenista.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.*

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela para proferir o seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Muito obrigada, Srª Presidente.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2016, de autoria do Senador Telmário Mota, que altera a Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências, para incluir, entre as pessoas agraciadas, pelo menos uma que tenha atuação na causa indigenista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PRS é composto por dois artigos. O primeiro deles propõe a inclusão de um parágrafo único ao art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, para determinar que pelo menos uma das pessoas agraciadas pelo Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz será reconhecida pela prestação de relevantes serviços à causa indígena.

Já o art. 2º determina que a resolução resultante do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do PRS, o autor argumentou que "as mulheres indígenas talvez estejam entre aqueles setores da população cujas carências, necessidades e enfrentamentos estejam mais cobertos pelo manto da invisibilidade social."

Defendeu, ainda, que "o Diploma Bertha Lutz pode exercer o poderoso papel de tornar mais evidente a luta daqueles e daquelas que dedicam sua vida em busca de melhorias para essa parcela tão esquecida de nosso povo".

A proposição foi distribuída para a Comissão de Educação, de onde seguirá para a Comissão Diretora.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em proposições que versem sobre homenagens cívicas, tema afeto ao PRS em análise.

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi instituído pelo Senado Federal no ano de 2001, e tem sido, desde então, um importante instrumento desta Casa legislativa para o reconhecimento de pessoas que oferecem contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões do gênero.

Conferido anualmente no dia 8 de março, o diploma agracia cinco pessoas de diferentes áreas de atuação, sendo, no mínimo, quatro mulheres.

A proposição em análise pretende estabelecer que ao menos uma pessoa entre as cinco agraciadas tenha se destacado na prestação de relevantes serviços à causa indígena.

De início, registramos nossa concordância com o mérito da proposição. O Diploma Bertha Lutz tem o objetivo de destacar as ações voltadas à eliminação do preconceito de gênero e da defesa dos direitos das mulheres. Acreditamos que o escopo inclusivo da resolução que concede a honraria pode ser ampliado, garantindo a homenagem a pelo menos uma pessoa que tenha atuado na defesa dos direitos dos índios.

É inegável a relevância da cultura indígena no processo de formação de nosso povo. Garantir a premiação a pessoas que se destacam na defesa dos direitos dos índios é uma forma de homenagear e rememorar a cultura dos diferentes povos indígenas do nosso País.

Ademais, a proposição encontra respaldo no Texto Constitucional, que determina a valorização e a difusão das manifestações culturais.

De fato, a Constituição Federal estabelece, no §1º do art. 215, que "o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional."

Assim, entendemos ser justa e meritória a proposição, destacando seu caráter inclusivo e agregador.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2016.

Srª Presidente, eu quero aproveitar e parabenizar o autor, Senador Telmário Mota, que é do meu Estado, Roraima. O nosso Estado tem quase 15% da população indígena. Nós entendemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja necessário que o prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz também homenageie as pessoas que lutam pelas mulheres indígenas, pela sua saúde, pela sua inclusão social, pelo combate à pobreza e à discriminação entre essas mulheres do nosso País.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pela ordem.) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É um pela ordem até para também fazer uma pergunta, uma consulta. Primeiro, para parabenizar V. Exª e a Senadora Marta Suplicy, que, na semana passada, realizaram uma audiência pública que integrou a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, aqui, na nossa Comissão, com especialistas brasileiros e estrangeiros que falaram sobre a primeira infância, evento de extrema importância.

Eu tive oportunidade, desde o primeiro ano aqui como Senadora, de participar dos seminários que são feitos a respeito desse assunto e realmente refuto da maior importância que a gente mantenha a nossa Comissão agregada a esse debate e a essa ação. V. Exª teve a iniciativa e uma atuação muito destacada naquela audiência pública.

Nessa dimensão, também pergunto a V. Exª se é possível fazer um pedido de inscrição, nos anais da Comissão, de uma moção que saiu nesta semana em apoio a uma PEC de minha autoria, que é a PEC do Fundeb. Se é possível inscrever essa moção nos anais da nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu gostaria de agradecer, Senadora Lídice, as referências à nossa audiência pública, e a solicitação de V. Exª será atendida aqui pela Mesa.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2016

- Não terminativo -

Denomina Elevado Casemiro Vitório Colombo o elevado da rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Rio Ponte Grande, no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Deputado Jorginho Mello

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao Projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Desculpe, item 4 da pauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Nós já colocamos em votação. Foi votado sim.

Item 16.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para proferir o seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Srª Presidente, vou diretamente à análise, para ser mais rápido, com a concordância de V. Exª.

Cumpre à CE, nos termos do que preceitua o inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação das matérias que tratem de homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do caráter exclusivo do exame, incumbe também a este Colegiado analisar a matéria quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

Relativamente à constitucionalidade do projeto, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

O projeto se coaduna com a ordem jurídica, em particular com o que determina a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, mediante lei especial, de designação supletiva àquela de caráter oficial aos terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. Admite-se, para esse fim, "a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade."

Adicionalmente, verifica-se que o projeto sob análise está em conformidade com a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, pela qual se proíbe atribuir nome de pessoa viva a bem público pertencente à União.

Registre-se ainda que, no que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No que diz respeito ao mérito, a homenagem é justa e oportuna. Apesar de ter nascido em Nova Prata, Município do Rio Grande do Sul, Casemiro Vitório Colombo, pai do Governador Raimundo Colombo, tornou-se lageano por opção.

O olhar empreendedor identificou a necessidade de um armazém de secos e molhados na região. Comprou um casarão na região central de Lages e instalou, no térreo, o comércio, e, no andar de cima, a esposa e os seus dez filhos. Trabalhou até ver os filhos encaminhados, quando passou a dedicar-se à pecuária. Mas continuou trabalhando, porque se dedicar à pecuária, Srª Presidente, é um trabalho bem árduo.

Casemiro Vitório Colombo faleceu em 23 de setembro de 2012, aos 89 anos de idade, vítima de uma parada cardíaca. Será para sempre lembrado como homem justo, calmo e firme em suas decisões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos, portanto, como apropriada a homenagem ora proposta a Casemiro Vitório Colombo, atribuindo-se o seu nome ao elevado da rodovia BR-282, com acesso pela Avenida Rio Ponte Grande, no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2016.

Sala da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 56, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para promover consulta acerca da proposta de instituição, por lei, do Dia Nacional do Feirante. Para compor a mesa de discussão, convidamos a participar da referida audiência pública os titulares das seguintes entidades: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (FECOMÉRCIO/DF); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal (SEBRAE/DF); Sindicato dos Feirantes do Distrito Federal (SINDIFEIRA); União dos Proprietários de Trailers, Quiosques e Similares do Distrito Federal (UNITRAILERS); Angélica Madeira, professora do Instituto Rio Branco e Mariza Veloso, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, autoras de "A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília".

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Quero parabenizar o Senador Eduardo Amorim e dizer que ele é muito bem-vindo a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Srª Presidente, colegas Senadores, os demais que nos assistem pelas redes sociais, o objetivo do requerimento é cumprir a determinação da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece que a instituição, em datas comemorativas, deverá obedecer ao critério da alta significação.

Para tanto, nós estamos propondo um projeto que deve instituir o Dia Nacional do Feirante porque, Srª Presidente, colegas Senadores, as feiras livres existem desde o tempo do Brasil Colônia e, por incrível que pareça, não desapareceram, sobretudo nas grandes cidades, com grandes dificuldades.

Nas cidades menores, em muitos lugares, principalmente no interior do País, elas são ainda as principais formas de comércio da população, funcionando, inclusive, como local de cultura e de lazer. O comércio de rua faz parte da cultura do povo brasileiro. Mesmo quando novos valores, como a globalização, foram agregados e buscam, cada vez mais, formalizar o que nasce informal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprar nas feiras de rua não perde o seu encanto. São locais de distração, divertimento, em que predomina o caráter social, não se limitando, pois, ao mero fornecimento de mercadorias para o consumo.

A atividade de feirante é, portanto, de inegável relevância cultural, econômica e social. No meu Estado de Sergipe, Srª Presidente, por exemplo, há mais de cem mil feirantes. Com certeza, é uma das principais fontes de renda de milhares de famílias sergipanas.

Fizemos um estudo recentemente e existem, Senador Wellington, mais de 30 mil barracas instaladas nas diversas feiras dos 75 Municípios do nosso Estado. Como eu disse, não é apenas um local para comércio; com certeza, é um local de cultura e de sociabilidade também.

Eu fui feirante, meu pai foi feirante, meus avós foram feirantes. Conversando com alguns deles, acho justo que reconheçamos essa atividade não só pelo lado econômico, mas também social, cultural, enfim.

Por isso, pedimos que seja realizada uma audiência pública, convidando aqui os representantes da Federação do Comércio (Fecomércio), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, do Sindicato dos Feirantes do Distrito Federal, da União dos Proprietários de Trailers, Quiosques e Similares do Distrito Federal; a Srª Angélica Madeira, professora do Instituto Rio Branco; e Mariza Veloso, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, autoras de, abre aspas, "A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília."

Peço o apoio de todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Eu não cheguei a ser um feirante, mas já vendi na feira. Então, eu creio que essa iniciativa é extremamente importante, como até a possibilidade de incluir, Senador, alguma obrigatoriedade para que essas feiras permanentes tenham também um espaço reservado à cultura, porque, às vezes, não acontece isso, não há espaço até para os artistas locais poderem promover e demonstrar o seu trabalho.

Eu gostaria de sugerir essa possibilidade para reservar... E há muitas feiras que são construídas hoje, muitos recursos são feitos através de emendas parlamentares. Agora, inclusive, a Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) criou um projeto de uma feira coberta exatamente com atividade múltipla. Se for exigido isso, eu acho que os prefeitos que administram ou as associações, tendo um compromisso nessa área... Eu penso que seria muito relevante para promover a cultura e, claro, nos dias em que não há feira, também o esporte.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- A matéria constou da Pauta da Reunião de 17/10/2017 e 24/10/2017.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, na realidade, na semana passada, eu fui procurado pela Liderança do Governo, que me solicitou que eu retirasse esse projeto – e V. Exª aquiesceu – e que me apresentaria, no curso da semana, algumas sugestões de aperfeiçoamento. Eu recebi hoje essas sugestões – estão aqui, recebi agora. Então, se V. Exª estiver de acordo, eu solicitaria o prazo até a semana que vem, porque eu vou incorporar algo que for aqui apresentado, se eu estiver de acordo, evidentemente, e o apresentaria novamente. E, como é terminativo, também nós não temos ainda o quórum para a sua deliberação.

Então, eu traria o novo relatório já na próxima semana, havendo, é claro, a aquiescência de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Retirado de pauta o item 11.

Vamos fazer uma leitura, *ad hoc*, aqui para adiantar esses projetos. Eu pediria ao Senador Anastasia que lesse, como Relator *ad hoc,* o item 12; e o Senador Eduardo Amorim, o item 13.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2006

- Terminativo -

Autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o Quinquênio da Alfabetização.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia para proferir o relatório preparado pela Senadora Ana Amélia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Perfeitamente, Srª Presidente.

Cumprindo sua orientação, passo à leitura do relatório de S. Exª a Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2006, do Senador Cristovam Buarque, que autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o Quinquênio da Alfabetização.

De acordo com o art. 1º, o objetivo da proposição é promover a abolição do analfabetismo em todo o Território brasileiro. Para tanto, o art. 2º autoriza a criação de programa específico para atender os brasileiros não alfabetizados com idade superior a 15 anos.

O referido programa (e a autorização concedida à União) prevê a concessão de incentivo financeiro para os adultos que se alfabetizarem; a criação de órgão específico para coordenar as ações durante o Quinquênio da Alfabetização, a ser iniciado no prazo de 60 dias da publicação da lei; a edição de normas regulamentares com critérios para o recebimento do incentivo financeiro pelos educandos; e a instituição do Museu da Erradicação do Analfabetismo para a abrigar documentações relativas à luta contra o analfabetismo.

Nos termos do 4º e último artigo, a lei deve entrar em vigor na data da publicação.

Na justificação, o autor apresenta argumentos históricos para mostrar que o problema do analfabetismo merece tratamento específico que proporcione uma reparação aos brasileiros que não tiveram acesso à cultura escrita. Os gastos com um programa dessa natureza, afirma o autor, Senador Buarque, equivalem à metade daqueles destinados à indenização dos perseguidos políticos da ditadura militar.

Aduz o autor, ainda, que projeto semelhante foi implementado no Distrito Federal com o nome de Bolsa Alfa, com bastantes efeitos positivos.

A proposição recebeu pareceres favoráveis da CCJ e da CAE, tendo recebido quatro emendas na primeira, que foram também acatadas pela segunda Comissão.

A análise.

O PLS nº 117, de 2006, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito desta Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado.

De fato, o analfabetismo é um dos principais problemas não resolvidos em nosso País. Conforme aponta o IBGE, em 2015 a taxa de analfabetismo das pessoas de quinze anos ou mais foi estimada em 8%, o que significa cerca de 12,9 milhões de analfabetos no País. O problema é maior entre as pessoas com 60 anos ou mais, com 22,3% de pessoas analfabetas nessa faixa etária.

O índice de analfabetismo é maior entre os homens, com 8,3%, sendo de 7,7% para as mulheres. No recorte por cor/raça, a taxa de analfabetismo é de 11,2% entre os pretos; 11,1% entre os pardos; e 5% entre os brancos. Os dados mostram também que, do ponto de vista regional, o Nordeste tem maior taxa de analfabetismo, com 16,2%.

Diante desse quadro, a proposição estabelece um incentivo para que as pessoas não alfabetizadas enfrentem a tarefa de superar essa condição, atentatória ao exercício de direitos humanos básicos. Nesse sentido, julgamos que a matéria é bastante meritória.

Quanto à análise do impacto orçamentário e financeiro, para efeito do cálculo do custo da abolição do analfabetismo no Brasil, consideramos a adoção dos seguintes parâmetros: valor do auxílio financeiro de R$350 por pessoa alfabetizada; custo médio anual de alfabetização de um aluno de R$2.604,31 para 2017, tomando-se como referencial o custo médio mínimo de um aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); número estimado de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de 12,9 milhões, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015; e extrapolação da série histórica da taxa de analfabetismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estimando-se que o número de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais, em 2021, será de aproximadamente 11,4 milhões.

Com base nos parâmetros acima, seria necessário alfabetizar cerca de 11,4 milhões de pessoas entre 2017 e 2021, ao custo de R$2.954,31 por aluno. Isso implicaria um gasto total de R$33,7 bilhões em cinco anos, cerca de R$6,74 bilhões/ano, para atender a aproximadamente 2,3 milhões de pessoas/ano.

O financiamento do Programa, por sua vez, pode ser realizado a partir da redução dos gastos tributários da União, em cerca de 2,4% do valor previsto para 2017 e para os anos seguintes.

Cabe destacar que os gastos tributários da União em 2017 foram estimados em R$285 bilhões nos mais diversos setores, representando cerca de 4,52% do PIB. Ressalte-se que os gastos tributários em 2010 eram de apenas 3,6% do PIB. Assim, se reduzirmos em apenas 2,4% os gastos tributários, poderemos arrecadar cerca de 6,8 bilhões a mais todos os anos, o suficiente para financiar o Programa. Ou seja, seria necessário reduzir os gastos tributários em apenas 0,11% do PIB, para assegurar a milhões de brasileiros o direito de aprender a ler e escrever.

Trata-se, portanto, de um esforço viável e necessário, com impactos positivos no exercício da cidadania, no aumento da produtividade e no desenvolvimento do País.

Nesse sentido, somos favoráveis – diz o relatório da Senadora Ana Amélia – ao disposto na proposição e procuramos aperfeiçoá-la por meio de nova redação, consubstanciada em substitutivo com texto tecnicamente mais adequado ao escopo da matéria, sem acrescentar-lhe elementos novos no tocante ao mérito.

No substitutivo, incorporamos parcialmente as Emendas nº 1 e 4 da CCJ-CAE, por se mostrarem adequadas ao escopo do projeto, rejeitando as outras duas, uma vez que veiculam conteúdo de cunho autorizativo, o que não é admitido por esta Comissão, conforme entendimento consolidado no Parecer nº 903, de 2015, da CCJ.

Observe-se, por fim, que, por força do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, o exame ora realizado poderia incidir sobre os aspectos de constitucionalidade e juridicidade do projeto. Entretanto, consideramos que a manifestação prévia da CCJ a esse respeito satisfaz a determinação regimental.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2006, com rejeição das Emendas nºs 2 e 3 e acatamento parcial das Emendas nºs 1 e 4 da CCJ-CAE, nos termos do substitutivo que se segue, Srª Presidente, e do qual abro mão da leitura, dado que ele consta do relatório.

Portanto, com o texto substitutivo, esse é o relatório apresentado pela eminente Senadora Ana Amélia, que tive aqui a honra de ler.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço, Senador Anastasia.

A discussão ficará para a próxima reunião.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos.

Autoria: Senador Edison Lobão

Relatoria: Senador João Alberto Souza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A votação é nominal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, para ler o relatório preparado pelo Senador João Alberto Souza.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Como Relator.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

A proposição compõe-se de dois artigos apenas, dos quais o art. 1º institui a referida efeméride, a ser celebrada, anualmente, na terceira quinta-feira do mês de outubro. O art. 2º determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta a necessidade da conscientização sobre a importância dos meios pacíficos e criativos de resolução consensual de conflito, a exemplo da mediação, da arbitragem e da conciliação. Informa também sobre a realização, no dia 29 de agosto deste ano, de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, com a presença de representantes da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e do Fórum Nacional Previdenciário e de Conciliação do Conselho da Justiça Federal; do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; da Fundação Getúlio Vargas; e do Comitê Brasileiro de Arbitragem.

Os convidados presentes à audiência manifestaram-se pela relevância de instituir, por meio de lei, uma data comemorativa, de âmbito nacional, alusiva à resolução consensual de conflitos.

O PLS nº 305, de 2017, foi encaminhado à apreciação exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

Não obstante os avanços em nossa legislação relativos aos meios alternativos de resolução de conflitos, a exemplo do art. 334 do novo Código de Processo Civil ou das alterações na Lei de Arbitragem promovidas pela Lei nº 9.307, de 2015, constatamos que ainda é muito arraigada, em nossa cultura, a tendência à judicialização. Assim é que, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, cerca de cem milhões de processos estão tramitando na Justiça brasileira, num período médio de quatro anos na primeira instância.

São diversas as vantagens desses procedimentos alternativos, entre os quais destacamos a mediação e a conciliação. Além do tão almejado ganho de celeridade no processo, evitando anos de espera para a consecução da Justiça, temos menores custos financeiros, desburocratização, menor desgaste das partes conflitantes e construção de soluções adequadas às reais necessidades e possibilidades dos interessados.

A virtual diminuição da carga processual sobre o Poder Judiciário, nas diversas esferas e instâncias, permitirá a concentração nos processos de mais difícil resolução, trazendo também maior celeridade nas suas decisões.

Sem dúvida, a criação da proposta data comemorativa atuará, precisamente, em um dos pontos decisivos da questão que é a necessidade de consolidar e difundir amplamente, em nosso País, uma cultura da resolução de conflitos baseada na busca comum de entendimento e na simplificação dos procedimentos.

A proposição não apresenta óbices quanto a sua constitucionalidade, técnica legislativa e adequação ao Regimento Interno. Tampouco há problemas no que se refere à juridicidade, cabendo destacar a adequação às disposições da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que regula a instituição, por lei, de datas comemorativas, incluindo a realização da audiência prévia prevista em seus arts. 2º, 3º e 4º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o voto proferido pelo nobre Senador João Alberto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2017, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço, Senador Eduardo Amorim.

O projeto será discutido na próxima reunião, por ser terminativo.

Convoco para o dia 7 de novembro, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Moção de Apoio à que se refere a Senadora Lídice da Mata.

MOÇÃO DE APOIO

O Plenário da **X SEMANA PELA VALORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA E CULTURA DA PAZ**, com mais de 800 participantes, reunido no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal, aprovou, nesta data, por unanimidade, a seguinte Moção de Apoio à Proposta de Emenda Constitucional – PEC 024/2017, que visa a tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, por considerá-la de suma importância para a educação e para o futuro do Brasil.

A PEC 024/2017, de autoria da senadora Lídice da Mata, e que tem a senadora Fátima Bezerra como relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, tem nosso apoio porque:

i) torna permanente o FUNDEB, dando-lhe estabilidade jurídica e incluindo-o no corpo da Constituição Federal;
ii) eleva os investimentos em educação por parte da União de 10% para no mínimo 50%, para melhor cooperar e fortalecer a educação nos estados e nos municípios;
iii) acrescenta aos recursos do FUNDEB um percentual dos recursos provenientes da participação no resultado ou na compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural;
iv) garante a implantação do custo aluno-qualidade para o alcance da educação de qualidade em creches, na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
v) garante a elevação do piso salarial para o magistério da educação básica e a implantação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para incentivo à carreira do magistério nacional;
vi) determina que o salário dos professores seja complementado pela União, quando os estados e municípios não puderem arcar, devendo o piso salarial do magistério ser uma referência para a administração pública nacional.

Com o fim do prazo de validade do FUNDEB, entendemos que sua interrupção provocaria uma grande desorganização no financiamento da educação básica e colocaria a termo a mais importante experiência de políticas públicas, tendo como base a solidariedade federativa.

O impacto que seria produzido com sua extinção, especialmente nos municípios, é inimaginável, pois o FUNDEF e o FUNDEB produziram uma minirreforma tributária. E o aluno virou um padrão de referência para o financiamento.

A permanência desse mecanismo de financiamento, o FUNDEB, é extremamente importante para que possamos continuar melhorando a qualidade do ensino e para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente ampliar o atendimento da educação infantil.

Esse sistema de financiamento garante educação básica da educação infantil ao ensino médio, a todo cidadão deste País.

Brasília, 25 de outubro de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia sete de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Pedro Chaves**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, Edison Lobão, Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Humberto Costa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, José Medeiros, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores José Maranhão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Roberto Rocha, José Agripino, Ciro Nogueira e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de o poder público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental." **Autoria:** Deputado Jorge Tadeu Mudalen. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2015, nos termos de substitutivo que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 2015, e do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2015, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 2015, e do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta. **Observação:** Retirado de pauta e encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender à solicitação constante do Ofício SF/1184/2017, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento, formulado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, para tramitação em conjunto dos PLS nº 25 e 360, de 2017. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2006 - Terminativo -** que: "Autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos e institui o "Qüinquênio da Alfabetização". " **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Observação:** A pedido do Senador Antonio Anastasia, Relator "ad hoc", o Senador Pedro Chaves, no exercício da Presidência, retorna à Senadora Ana Amélia a relatoria da matéria, cuja deliberação fica adiada por falta de quórum. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Henrique Herwig” a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus." **Autoria:** Senador Inácio Arruda e Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino." **Autoria:** Deputado Sandes Júnior. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 2- PLEN, nos termos de subemenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de João Pedro Teixeira." **Autoria:** Deputado Valmir Assunção. **Relatoria:** Sen. José Medeiros (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE (de redação) e 2-CE (de redação). **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 59 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o Programa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID). Para esta audiência público devem ser convidados: 1. Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Abílio Baeta Neves; 2. Presidente do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Forpibid) – Nilson de Souza Cardoso; 3. Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) - Emmanuel Zagury Tourinho; 4. Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) - Antonio Idilvan de Lima Alencar; 5. Professor Visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Antônio Nóvoa; 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - Marli André; 7. Representante de bolsistas das licenciaturas; 8. Representante dos professores da educação básica que integram o PIBID." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60 de 2017** que: "Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 40/2017-CE, inclusão da seguinte convidada: Cláudia Queiroz – Conselheira do Colegiado Setorial de Música do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Minhas caras Senadoras e Senadores, nosso bom-dia.

Vamos dar início à nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial* do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 16.

Informo que o item 3 da pauta, PLS 25, de 2017, foi retirado de pauta e encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender à solicitação constante do Ofício-SF 1184/2017, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento formulado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, para tramitação em conjunto dos PLS 25 e 360, de 2017.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017
- Terminativo -

Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 01/08/2017, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e a votação.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2015
- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de o poder público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental.

Autoria: Deputado Jorge Tadeu Mudalen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de atestado de acuidade visual para a efetivação de matrícula no ensino fundamental.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 214, de 2015
- Não terminativo -

Torna obrigatório o exame de acuidade visual em todos os alunos matriculados no ensino fundamental.

Autoria: Deputado Milton Monti

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2015, nos termos de substitutivo que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 2015, e do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011.

Observações:

1- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

2- Em 31/10/2017, foi concedida vista coletiva.

Em discussão a matéria.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para suas considerações.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para esclarecimento em relação a essa matéria, Senador Cristovam e demais Senadores, ela tratava de estabelecer a obrigatoriedade de o Poder Público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressem no ensino fundamental.

Apesar da boa intenção e do mérito da matéria, nós consideramos que ela poderia ser usada como um impedimento à realização daquilo que a LDB determina – e até a Constituição Federal –, que é a obrigatoriedade da matrícula. Portanto, nós apresentamos um substitutivo que faz com que o aluno, obrigatoriamente, receba assistência à saúde, após matriculado, durante o período em que estiver cursando a escola. Inclusive, há o fato de já existirem programas que são voltados exatamente para essa questão da saúde escolar.

De maneira geral, o programa Olhar Brasil busca identificar problemas visuais em todos os alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental e nos que integram o Programa Brasil Alfabetizado. A partir dessa identificação, o programa presta assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oftalmológica com o fornecimento de óculos, entre outras ações. Atuando dessa forma, o programa visa a contribuir para a redução dos fenômenos de repetência e de evasão escolares por essas causas.

Então, em face do exposto, o nosso voto, através do substitutivo, é pela aprovação, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 2015, e do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011.

Portanto, nosso substitutivo vai ao encontro do que estabelecem os projetos sem que isso signifique obstacularizar uma determinação maior, que é a obrigatoriedade da matrícula.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Ótimo.

Algum Senador gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao PLC nº 104, de 2015, nos termos da Emenda nº 1-CE – Substitutivo, e pela prejudicialidade dos demais projetos conexos.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, de 2015

- Não terminativo -

Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de João Pedro Teixeira.

Autoria: Deputado Valmir Assunção

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

O Relator não está presente. Vou pedir ao Senador José Medeiros, se possível, para fazer leitura *ad hoc* desse projeto.

Favorável ao projeto com duas emendas de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros, que vai ser o Relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É porque ele está com um relatório em papel. Ele ainda não se acostumou muito com a tecnologia.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Veja que a Senadora Lídice está me socorrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise da Comissão de Educação Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2015, de autoria do Deputado Valmir Assunção que inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de João Pedro Teixeira.

O PLC nº 134, de 2015, é composto por dois artigos. O primeiro deles propõe a inscrição do nome de João Pedro Teixeira no Livro dos Heróis da Pátria; o segundo traz a cláusula de vigência da lei em que o projeto vier a se converter, prevendo para tal a data da sua publicação.

Na justificação o autor do projeto argumenta que o intuito da proposição é prestar justa homenagem a João Pedro Teixeira, herói das ligas camponesas e dos trabalhadores rurais do Brasil.

Na casa de origem, a proposição foi aprovada, conclusivamente, pelas Comissões de Cultura, de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Nesta Casa, a matéria foi encaminhada unicamente a esta Comissão, não lhe tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

Em razão do caráter exclusivo do exame, coube também a este colegiado analisar a matéria quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. Relativamente à constitucionalidade do projeto, verifica-se ser concorrente com Estados e Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. A Carta Magna aí determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo o estabelecido no §1º, do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de quaisquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2015, com as seguintes emendas de redação:

> "Dê-se à seguinte redação à Emenda do PLC 134 que inscreve o nome de João Pedro Teixeira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria".

A outra emenda.

> Dê-se ao art. 1º, do Projeto de Lei da Câmara nº 134, a seguinte redação:
>
> Art. 1º Fica inscrito no Livros dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, o nome de João Pedro Teixeira, herói das ligas camponesas e dos trabalhadores rurais do Brasil."

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao projeto, com emendas 1-CE e 2-CE.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos agora ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015

- Terminativo -

Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores sobre uma eventual manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

O Senador Randolfe não está presente, então nós vamos para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Cristovam Buarque, para fazer as suas considerações em relação ao projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Ele já leu o relatório, então. Então, está o.k..

Senador Cristovam, gostaria de falar alguma coisa sobre a matéria?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Eu posso ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Talvez queira fazer algum comentário, esteja à vontade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas primeiro tem que ler o parecer, não?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o projeto do Senador Lasier Martins tem por finalidade incentivar o desporto dentro dos sistemas de ensino.

A proposição possui três artigos: no primeiro, busca modificar os arts. 3º, 26, 59 e 78 da LDB, conforme descrito a seguir, de tal maneira que, se aprovado, o art. 3º preverá o incentivo ao desporto nacional como um dos princípios da educação nacional.

O art. 26 passará a dispor que a educação física será integrada aos programas de desporto educacional nos sistemas de ensino.

O art. 59 assegurará o desenvolvimento de atividades de desporto nacional aos educandos com deficiência.

O art. 78 da LDB prevê como objetivo dos programas de ensino aos povos indígenas a oferta de atividades de desenvolvimento e valorização do desporto e incentivo ao desporto educacional – educação física.

O art. 2º modifica alguns artigos da Lei Pelé e também altera os arts. 11, 18, 44 e 56 da Lei nº 9.615, de 1998.

E, finalmente, o art. 3º do projeto prevê a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

O autor justifica a importância do desporto para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e ressalta a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de descoberta de novos talentos desportivos.

Quanto à constitucionalidade, cabe à União legislar sobre esses assuntos.

Não há vícios de juridicidade nem de técnica legislativa.

Senador, eu acreditava que estava cuidando do terceiro, de que sou Relator, mas é outro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – É o nº 4.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu queria perguntar por que o quarto veio na frente do terceiro. Eu não pedi que alterasse.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – É porque o item 3 foi para a Mesa para atender...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – O item 3 foi para a Mesa para atender...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não entendi. Para atender?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Tramitação conjunta, o item 3.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, está suspensa a discussão dele?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Foi retirado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Foi retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Foi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu lamento muito, porque esse é um projeto importante.

O grande fracasso brasileiro nas Olimpíadas não vem do número de habitantes. Nós somos um dos maiores países do mundo. Não vem de alguma incompetência característica do Brasil para os esportes. Ao contrário, nós temos uma vocação. Vem porque não praticamos esportes nas escolas. É por isso que nós estamos atrasados. Não adianta Lei Pelé, não adianta Rouanet para esportes. Enquanto a educação não adotar o processo de esportes como parte da educação, vamos ser um país fracassado em esportes.

E o projeto do Senador Lasier traz a grande característica de colocar mais esporte dentro da educação. Pequenos gestos, às vezes, permitem descobrir talentos, permitem, com pequenos investimentos, promover talentos dentro das escolas.

Por isso, eu estava tão entusiasmado...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Excelência, é o seguinte: eu li no início da reunião que o item 3 da pauta, o PLS 25, foi retirado de pauta e encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender à solicitação constante do Ofício 1.184, de 2017, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento formulado pelo Senador Fernando Bezerra. Foi por esta única razão: para tramitar em conjunto com os PLS nºs 25 e 360, de 2017. Ele vai ser tramitado normalmente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu sei. Eu peço desculpas por não estar atento no momento, porque eu teria tentando impedir isso. Eu creio que para esse projeto a gente deveria pedir urgência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Ele é importante, muito importante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Ele é fundamental. E eu temo que, com essa alternativa, ele vai para as calendas gregas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Mas ele é importante. Eu acho que vai voltar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu temo, porque, daqui a mais três semanas, já estamos sem trabalho, já estamos no próximo ano. O próximo ano é um ano de eleição. Então, eu temo muito que o projeto do Senador Lasier fique jogado nas sombras. Por isso, eu estava tão entusiasmado em ler o parecer que eu fiz e defendê-lo, mas, já que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu acho que em plenário o senhor pode derrubar esse pedido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Vamos ver.

Bem, então eu vou ler um que, acho, também é o do Senador Lasier, mas que poderia ser discutido hoje, amanhã, depois.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – É, não tem outro jeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Esse outro projeto, que eu também relato, veda a outorga do título de patrono para pessoas vivas. Correto, mas não tão urgente.

O art. 1º do projeto propõe alteração do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.458, de 2011, fazendo constar que o patrono ou patrona de determinada categoria será escolhido entre brasileiros já falecidos há pelo menos 10 anos. O art. 2º traz a cláusula de vigência. Então, é uma lei simples.

O autor justifica que a alteração proposta permite que sejam valorizados autênticos nomes, que são símbolo de suas áreas de atuação.

A matéria foi distribuída a esta Comissão, que se pronunciará em decisão terminativa.

Com relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, ressaltamos que não há óbice à aprovação.

A Lei nº 12.458, no mérito, disciplina requisitos que eu creio fundamentais para a outorga de um título da magnitude, ao que engrandece o nome do homenageado, sobretudo entre pessoas pertencentes ao segmento para o qual o patrono foi escolhido. Assim, é necessário que haja cautela na determinação dos critérios a serem utilizados.

Concordo com o mérito da proposição, acreditando que seja muito temerária a possibilidade de escolha de pessoa viva para figurar como patrono de determinada categoria. Pelo mesmo motivo e amparado na mesma cautela, a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, proíbe a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza. Segundo o mesmo raciocínio, determina que, para que se escreva o nome de determinada pessoa no livro dos heróis, é necessário que haja o transcurso de dez anos a partir da morte.

Assim, ao estabelecer que o título de patrono somente possa ser concedido a pessoa falecida há pelo menos dez anos, a presente proposição se alinha às demais leis de nosso ordenamento jurídico.

Por essa razão, meu parecer pela aprovação.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar esse meu parecer sobre esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... e pedir que esta Comissão se debruce sobre algo que está na Comissão de Direitos Humanos mas tem tudo a ver conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um movimento nessa orgia de sectarismo que toma conta no Brasil de cassar o título de Patrono da Educação do maior símbolo da educação brasileira e um dos maiores do mundo, que é Paulo Freire. Esta Comissão não pode assistir em silêncio a esse crime contra a história do Brasil, a esse crime contra uma das raríssimas personalidades brasileiras que tem nome de ruas no exterior, que tem bustos e estátuas no exterior, que tem livros clássicos na literatura mundial, especificamente da pedagogia e das liberdades.

Eu creio que esta Comissão precisa se debruçar sobre isso. Eu não sou atualmente membro da Comissão de Direitos Humanos, mas pedi que a Senadora Lídice me indique, que eu quero estar lá, lutando contra esse absurdo de cassar o título de Patrono da Educação ao Paulo Freire.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu penso que é inaceitável realmente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu quero também me associar aqui ao Senador Cristovam. Como esta é a Comissão de Educação do Senado Federal, eu acho que seria muito oportuno que nós pudéssemos aprovar aqui um manifesto simples em defesa de Paulo Freire como Patrono da Educação. Aliás, uma moção, exatamente uma moção.

Conforme disse o Senador Cristovam, essa sugestão legislativa encontra-se neste exato momento na Comissão de Direitos Humanos. Eu sou, inclusive, a Relatora.

De acordo com o Regimento da nossa Casa, Senador Anastasia, V. Exª sabe que, se uma determinada sugestão conseguir um mínimo de 20 mil assinaturas, ela passa a se constituir em uma proposição legislativa. É evidente que se aquela sugestão for aprovada, ela segue tramitando como uma proposição legislativa.

Neste exato momento, ela não passa de uma sugestão, que, a nosso ver, é uma grande estupidez, uma grande insensatez. E insensatez não só do ponto de vista pedagógico, mas é uma insensatez do ponto de histórico, porque desconhecer a história de vida, desconhecer o educador que foi e continua sendo Paulo Freire não só para o Brasil, para a América Latina, mas para o mundo...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Excelência, eu vou colocar em votação. A senhora pode continuar depois falando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo ...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Então, pode continuar.

Está em votação a matéria lida pelo Senador Cristovam.

Pois, não. V. Exª pode continuar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo.

Então, eu quero só colocar, Senador Pedro Chaves, que um homem que tem a história que ele tem, uma história como educador... Não é à toa que o livro *Pedagogia do*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oprimido, para se ter uma ideia, Senador Pedro Chaves, é considerado até hoje a sua principal obra-prima e é a terceira mais citada em toda a literatura das ciências humanas. Vou repetir, *Pedagogia do Oprimido* é a terceira obra mais citada em toda a literatura das ciências humanas.

Um homem que, enfim, coleciona títulos de Doutor *honoris causa* pelo mundo a fora; um homem que, infelizmente, naqueles tempos de intolerância da ditadura civil-militar foi acusado simplesmente de lutar para realizar um sonho, que era o sonho dele e do povo brasileiro, de tornar o Brasil um país alfabetizado e letrado. V. Exª sabe disso.

A pedagogia que Paulo Freire elaborou, forjada na prática, naquilo que é o que de mais importante a educação tem, que é o diálogo entre o professor e o estudante, olhando o contexto onde ele vive, o chão onde ele pisa, essa pedagogia, repito, até hoje é estudada no mundo inteiro.

Ele foi proibido naquela época de aplicá-la no País e nem por isso países dos mais variados continentes... Inclusive, países das mais variadas tendências ideológicas e políticas – V. Exª sabe disso – convidaram-no para que ele colocasse à disposição, repito, o método de alfabetização que ele desenvolveu, a serviço exatamente da educação do povo, da educação popular.

Então, eu quero só dizer que acho que é de bom alvitre, eu acho muito bom o Cristovam ir lá para a Comissão também. Eu já estou apresentando o meu parecer; eu sou a Relatora. Temos muita confiança de que a Comissão de Direitos Humanos vai rejeitar essa sugestão legislativa, repito, pela estupidez, pela insensatez do ponto de vista histórico que é uma proposição dessa natureza, desomenagear Paulo Freire.

E acho que seria, concluo, muito bom, Senador Pedro Chaves, que esta Comissão também pudesse apresentar uma moção, simplesmente referendando essa homenagem que o Congresso Nacional fez em 2013, através de iniciativa da então Deputada Luiza Erundina, de dar a Paulo Freire, merecidamente, o título de Patrono da Educação Brasileira.

E, por fim, Senador Pedro Chaves, queria pedir a V. Exª que, no momento oportuno, pudesse colocar em votação um item extrapauta de minha autoria, que é um requerimento para a realização de uma audiência sobre o Pibid, que é o programa de formação e iniciação à docência.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos apurar a votação.

Com a palavra o Senador Anastasia, por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Pedro Chaves.

Eu ouvi com muita atenção as palavras sempre muito cautelosas e corretas do Senador Cristovam, que foi secundado pela Senadora Fátima Bezerra, e endosso, de minha parte, as ponderações trazidas aqui a lume, Sr. Presidente.

Primeiro que me espanta essa mania do Brasil, a essa altura, de querer rever títulos, homenagens, nomes, patronos, uma espécie de um revisionismo quase que soviético. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos que lembrar, nós todos, que a história é feita das circunstâncias de cada época. Cada época homenageia os seus heróis, diante daqueles fatos que, naquele momento, foram considerados adequados. Os anos se passam, muitas vezes aquilo que era um fato considerado adequado naquele período, depois de 50, cem anos depois é modificado, não é verdade? Mas nem por isso nós podemos fechar os olhos à história.

Agora mesmo, no próximo dia 10 de novembro, daqui a poucos dias, comemoram-se 80 anos do golpe do Estado Novo, quando Getúlio Vargas implanta uma ditadura verdadeira no País. Mas nem por isso nós vamos proibir o nome Getúlio Vargas nas escolas, nas praças, nas ruas do Brasil afora. Foi um grande estadista e um Presidente na sua época, e foi um homem que refletiu o ambiente de sua época.

Então, essa ponderação que eu faço é exatamente esse alerta, como bem levantou o Senador Cristovam, dessas modificações a todo dia. E é o caso do Prof. Paulo Freire, exatamente uma aberração. O homem é reconhecido, aplaudido, aprovado por todos pela sua luta pela educação. Não há nenhum cabimento, parece-me, a alteração desse título de patrono. Daqui a pouco, a própria imagem de Villa-Lobos, por exemplo, que também se associou ao Estado Novo, já que era o diretor do ensino musical daquela época, pode também ter ficado maculado porque ajudou o Estado Novo. Ora, mas naquele momento histórico, evidentemente, era a posição que ele assumia. E ninguém pode negar os méritos musicais e artísticos de Villa-Lobos.

Poderia dar aqui vários exemplos. Estou dando só esse para demostrar o meu total apoio a essa manutenção e ao texto colocado, que é muito correto, não só de evitar a pessoa viva, mas também pelo menos dez anos após a morte, para se consolidar o reconhecimento daquela personalidade que se torna patrono daquela categoria.

Quero, portanto, corroborar com os que me antecederam, e acredito, Senadora Fátima, que na Comissão de Direitos Humanos não deve prosperar, de fato, essa proposta que não tem amparo na realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Esta Presidência se associa aos depoimentos dos Senadores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pode usar a palavra.

O Senador José Medeiros gostaria de usar a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador Pedro Chaves, também na mesma linha, embora eu possa defender aqueles que discordem das ideias de Paulo Freire, eu tenho de me associar totalmente à fala do Senador Anastasia, quando ele diz que a história é feita das circunstâncias, dos momentos.

Lá em Mato Grosso, por exemplo, recentemente, saiu uma sanha justiceira contra Filinto Müller, e eu vejo que muita gente nem sabe quem é Filinto Müller e não foi estudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

História e não foi saber quem é Filinto Müller. E de muitos personagens da História as pessoas não querem saber.

Ontem, por exemplo, o Twitter do Senado, lembrando a data da Revolução Russa, foi colocando os fatos que aconteceram. Mas, simplesmente, relatando os fatos: que houve a estatização, que houve a parte dos camponeses que passaram a ser proprietários das propriedades rurais, e tal, e veio uma horda de gente no Twitter atacando o Senado, dizendo que a conta tinha sido "hackeada" por um bando de comunistas.

Então, assim, o debate está muito sectário realmente. Está muito superficial, muito raso e, vamos dizer, muito raivoso.

Então, eu penso que é até importante que a Senadora Fátima Bezerra faça uma audiência pública, o que eu queria sugerir, para que, até para quem não conhece Paulo Freire possa ficar conhecendo quem é Paulo Freire; para quem não gosta, poder colocar suas discordâncias. Mas a gente fazer revisão, aí acho que já é demais.

Muito obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Rapidamente, Sr. Presidente, para dar o meu testemunho de que fui procurada, como Líder, pelo Senador Cristovam para solicitar a sua participação na CDH, Comissão de Direitos Humanos, já que é a Liderança quem indica. Na verdade, a Liderança do Bloco.

Eu já encaminhei a solicitação dele ao nosso Líder João Alberto Capiberibe. Como o PSB tem uma quantidade maior de Senadores dentro do Bloco, até cedendo, se necessário, a nossa vaga para ele. E acho que é um debate importante, e que a presença do Senador Cristovam...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Para enriquecer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ...se realize, por sua história vinculada à educação pública em nosso País, pela importância que tem neste momento de reafirmar uma postura clara em relação a essa tese de revisão, de retirada do nome do educador que tantos serviços prestou à nossa população, à educação brasileira, com reconhecimento internacional, Paulo Freire, que conquista o coração dos educadores.

V. Exª, como educador, sabe...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Lógico.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... que essa área, a área da educação, é feita especialmente, no campo público e também no campo privado, por pessoas que são apaixonadas, discípulas, seguidoras de métodos, de metodologias e de filosofias educacionais, e Paulo Freire foi um homem que, como educador, entusiasmou milhares e milhares de professores, de educadores no Brasil inteiro e também pessoas como eu, que não sou educadora, porque não sou professora, digamos assim, não exerço essa função, mas que tem pela educação uma grande paixão, pois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tenho diversos educadores em minha família e vejo na figura de Paulo Freire um homem que soube enxergar o valor da educação, principalmente para os mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Verdade.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Por tudo isso, quero deixar também minha palavra de apoio a esta moção.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

V. Exª quer o requerimento, não é, Fátima?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Depois.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, Senador Pedro. É um item extrapauta, um tema que tem sido já objeto de debate aqui na nossa Comissão de Educação, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, programa que tem sido avaliado como uma das iniciativas mais exitosas e mais importantes no campo da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica. Infelizmente, em função de todo esse contingenciamento brutal de recursos orçamentários, o programa vem passando por sérias dificuldades, grandes dificuldades mesmo. Daí porque, mais uma vez, nós propomos que a nossa Comissão possa fazer esse debate, repito, tendo em vista a importância do programa para a formação dos professores do Brasil, em vigência desde 2007, sob coordenação da Diretoria de Educação Básica da Capes. Também temos que levar em consideração as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação. Refiro-me às metas, Senador Pedro Chaves, que tratam da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica.

A interrupção do Pibid poderá causar prejuízos irreversíveis à formação de professores, pois cessará a parceria de anos com a escola pública da educação básica e também trará a retirada de bolsas nas instituições de ensino superior destinadas aos estudantes das licenciaturas, podendo contribuir para o grave problema da evasão.

Enfim, sem maiores comentários, dada a importância do Pibid, repito, que é um dos programas mais ousados e que se revelou mais eficiente em matéria de incentivo à educação básica no nosso País no que diz respeito à política de formação, propomos que a Comissão de Educação, a exemplo do que já fez em outras ocasiões, possa também abrigar aqui esse debate, Senador Pedro Chaves.

É esse o item extrapauta para o que peço aqui atenção dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vou primeiro encerrar a votação. Vamos abrir o painel.

Vamos esperar a Ana Amélia. Poderia votar no painel? Logo depois da votação, vou submeter à votação o seu requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E o meu também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Você tem também um extrapauta? Quando terminar a votação, V. Exª...

Pediria que os Senadores permanecessem, porque temos outras pautas terminativas dependendo de quórum. A CAE está terminando a reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, tenho o item nº 8, se não me engano. É uma matéria que teve como Relator *ad hoc* o Senador Anastasia. É uma matéria de um projeto do Senador Cristovam Buarque sobre um plano quinquenal de alfabetização. Se não entrou...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Está na pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está na pauta! Obrigada, então.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vou só dar o resultado.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vou agora submeter à votação o Requerimento extrapauta da nossa querida Senadora Fátima Bezerra.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre a inclusão, extrapauta, do Requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Fátima para a leitura do requerimento. Já foi feito o requerimento?

As Srªs os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão.

Aprovado.

(Matéria não lida e aprovada:

EXTRAPAUTA
ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 59, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o Programa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID). Para esta audiência público devem ser convidados: 1. Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Abílio Baeta Neves; 2. Presidente do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Forpibid) – Nilson de Souza Cardoso; 3. Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) - Emmanuel Zagury Tourinho; 4. Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) - Antonio Idilvan de Lima Alencar; 5. Professor Visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Antônio Nóvoa; 6. Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - Marli André; 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representante de bolsistas das licenciaturas; 8. Representante dos professores da educação básica que integram o PIBID.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, também tenho um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Trata-se simplesmente da inclusão de mais uma pessoa numa audiência que vamos ter amanhã nesta Comissão, convocada por mim. Estarei aqui para presidi-la, se a Presidente não estiver.

É para discutir a situação da Ordem dos Músicos do Brasil. Gostaria de acrescentar, na lista, mais dois que virão falar: a Srª Cláudia Queiroz, que é Conselheira do Colegiado Setorial de Música no Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura. É simplesmente isso. Ela fará parte, ao lado de Carlos Giannazi, de Gerson Ferreira Tajes, de um representante do Movimento de Valorização dos Músicos, de representantes do Supremo Tribunal Federal, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extra pauta do requerimento apresentado pelo Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

(Matéria não lida e aprovada:

EXTRAPAUTA
ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60, de 2017
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 40/2017-CE, inclusão da seguinte convidada: Cláudia Queiroz – Conselheira do Colegiado Setorial de Música do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.)

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016
- Terminativo -

Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174.

Autoria: Senador Cidinho Santos

Relatoria: Senador José Medeiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para suas considerações. Lembrando que a matéria já foi lida, mas que a discussão foi adiada.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, é só para reiterar. Já lemos esse relatório.

Trata-se de parte da BR-174 e de uma homenagem a um grande mato-grossense que foi Ramis Bucair, um agrimensor. Conto com o voto dos meus pares para que possamos fazer essa homenagem a esse grande mato-grossense que foi o agrimensor Ramis Bucair.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado.

Em discussão a matéria.

Nós temos que esperar o quórum, não é? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos aguardar o quórum.

Encontra-se em votação o projeto.

O painel está aberto para votação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – É terminativo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Terminativo.

Está difícil conseguir quórum. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, na reunião passada, nós lemos o item 8, que é o projeto de lei, terminativo, do Senador Cristovam Buarque, e da relatoria da Senadora Ana Amélia. Mas o Senador Anastasia leu *ad hoc*, né?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas a relatoria é de S. Exª a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Então, eu vou transferir para ela, se permitir V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Claro, sempre. Eu li *ad hoc* só porque ela estava em outra comissão. Eu li o relatório dela, inclusive. O relatório, claro, é da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Se a Senadora Ana Amélia quiser falar alguma coisa em relação ao projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos encerrar a votação, então? Vamos abrir o painel?

Encerrando a votação, abrindo o painel. (*Pausa.*)

Aprovado. SIM, 14; NÃO, 0.

Aprovado o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

Encerramento: convoco para amanhã, dia 8 de novembro, às 10h30, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil frente à ADPF nº 183, de 2009, em entendimento ao Requerimento nº 40, de 2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(*Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, **sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, José Maranhão, Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Pedro Chaves, Eduardo Lopes, Magno Malta, Vicentinho Alves, Telmário Mota, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marta Suplicy, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, José Agripino, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 40/2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e RCE 60/2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque. **Finalidade:** Debater a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil frente à ADPF nº183/2009. **Participantes:** Gerson Ferreira Tajes, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos; Marcos Santos, Representante do Movimento de Valorização dos Músicos; Luiz Carlos Silva Barbosa, Secretário de Relações do Trabalho Adjunto do Ministério do Trabalho; Cláudia Queiroz, Membro do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura. Engels Espíritos, Representante do Movimento de Valorização dos Músicos. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/08

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Um bom dia a cada uma e a cada um de vocês! Estava tentando esperar um público ainda maior do que esse, mas já é altamente qualificado o que está aqui em frente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 40 e 60, de 2017, desta Comissão, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil frente à ADPF nº 183, de 2009.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, que são o Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania. Esse portal transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores.

Dando início à audiência, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados. Depois disso, darei uma palavra.

Os convidados são o Gerson Ferreira Tajes, que é Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos; Marcos Santos, que creio que não chegou ainda.

Ah, Marcos é você! Claro!

Luis Carlos Silva Barbosa, que é Secretário Adjunto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Cláudia Queiroz, membro do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura.

Quero, antes de passar a palavra, dizer a vocês que esta reunião é fruto de um encontro fortuito, como se diz, em um *shopping*. Está ali o autor da sugestão – que me falou de termos um debate desse tipo.

Imediatamente eu me interessei, não apenas pelo lado importante da relação trabalhista, das relações sociais, até mesmo sindicais, dos músicos com as suas instituições. Mas outra coisa me interessou: é que eu tenho insistido, falado que essa crise que o Brasil atravessa é econômica, é moral, é social, é política, mas é sobretudo cultural. Nós não estamos conseguindo costurar uma coesão nacional, e essa coesão, muitas vezes, é conseguida por um grande líder, um estadista, uma figura carismática, que às vezes unifica o seu povo. Mas quando isso acontece, por força das relações políticas do povo com os seus líderes, é uma coesão passageira, até porque os líderes morrem e não vamos querer ter dinastias, como em alguns países do mundo, em que a coesão se faz a partir de uma dinastia em que os filhos substituem os pais na representatividade da sociedade, como acontece nas monarquias – e elas também acabam, as dinastias. Aliás, ontem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comemoramos cem anos do fim de uma das mais duradouras dinastias da história mundial, que foi a dinastia dos Romanov na Rússia antiga.

A verdadeira coesão de um povo vem da sua cultura, e o incrível é que, na Rússia, que eu citei como exemplo do fim da coesão por uma dinastia representativa da sociedade, autoritariamente ou não, essa coesão sobrevive por causa da cultura. Existe uma coisa chamada alma russa, que transcende comunismo, socialismo, capitalismo, neoliberalismo. É a cultura que faz um povo ser coeso, que permite as desigualdades, que permite as lutas de classe, que permite as divergências, mas que tem algo que unifique – como a gente consegue com o futebol, por exemplo; é uma das manifestações da cultura que nos dá um sentimento de identidade.

O Brasil carece de um sentimento de identidade resultado da cultura com "C" maiúsculo que permita muitas culturas com "c" minúsculo. Por isso o meu interesse em debater com vocês um aspecto sindical, um aspecto trabalhista, um aspecto legal, mas que no fundo é a possibilidade de debatermos algo fundamental, que é estarmos diante de músicos, que representam um dos caminhos de uma identidade nacional, com gostos diferentes, com disputas, inclusive manifestações contrárias a certos gostos que alguns se recusam a se aceitar, que outros promovem, outro gosto – mas o sentimento. O Brasil está carente de ter um poeta nacional, capaz de encarnar, de ter mais expressão, ainda, musical, encarnando o sentimento de um país. Está carente de mais literatura que construa um imaginário coletivo. É assim que se chama.

Eu creio que haja muitos problemas morais, políticos, legais mesmo, a dificuldade de fazer funcionar nossa Constituição e essa imensa quantidade de legislações, que, em vez de unir, às vezes, dividem o País, mas nós precisamos dar mais força à atividade cultural, não pelo prazer apenas, que é uma das razões da cultura, mas, também, pelo papel de ser o veículo, o instrumento para trazer aquilo de que o Brasil tanto carece hoje, que é uma coesão, e uma coesão não por meios autoritários, que sempre demoram pouco tempo na história, uma coesão não só pela política, mas uma coesão natural de todo mundo dizer: "Eu sou brasileiro", como dizemos a cada quatro anos, na Copa do Mundo de Futebol; quando a gente diz mesmo quando vai brigar nos estádios pelos diferentes times que nós temos. Mas é um sentimento coletivo da atividade esportiva.

A gente precisa fazer com que a atividade cultural seja um instrumento de construção da coesão nacional. E com essa coesão, aí, sim, é possível que os políticos, estadistas, construam um rumo para as décadas seguintes, não para os meses seguintes, como está sendo o trabalho nosso hoje. A gente trabalha com cronogramas de meses. Agora são dez, onze meses até as eleições de 18. Em algum momento a gente vai ter que trabalhar um rumo para as próximas décadas, até porque o próximo Presidente já vai ser o primeiro Presidente do terceiro centenário da Independência do Brasil, que começa em 2022. O próximo Presidente vai estar no Governo em 2022.

É lamentável que estejamos iniciando o terceiro centenário pensando apenas no terceiro mês de governo dele e não nos cinquenta anos seguintes ao governo dele. O rumo é algo de que o Brasil hoje carece. Estamos patinando, estamos paralisados. Mesmo quando a economia começa a se recuperar, é uma economia baseada no passado; não é uma economia que tem a ver com aquilo que queremos para o futuro dos nossos filhos, dos netos e da Nação como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas aqui não vamos discutir rumos, nem vamos discutir a música como instrumento de coesão. Disto daí eu faço questão de falar, porque é uma preocupação que eu tenho: a cultura como instrumento de coesão de que tanto o Brasil tanto carece.

Falta construir a alma para o Brasil. Não estamos conseguindo ter uma alma que permita que sejamos polêmicos, divididos até, com visões diferentes, com polêmicas, mas com uma alma que nos identifique como uma Nação diferente das outras – com todo o respeito a todas elas –, mas com uma unidade clara que hoje, além do português em si, a gente não tem tanto. A arte é que vai fazer isso. A cultura é que vai fazer isso e, aí dentro, a música: fazer com que a música seja uma linguagem generalizada no País, unificando os brasileiros, apesar das suas divergências, diferenças, desigualdades.

Então, estou aqui satisfeito de estar diante de vocês por isto, por essa preocupação minha em construir uma coesão nacional e, a partir daí, em definir um rumo histórico. Mas hoje, especificamente, nós queremos cuidar de um aspecto fundamental, sem o qual o trabalho dos músicos fica atrapalhado, dificultado, e os músicos ficam incomodados. E eles têm que estar bem para poder servir bem a um projeto de Nação, não só pelo gosto, pelo prazer estético que a música traz, mas também por essa percepção da alma de um povo.

Então, eu vou dar início, conforme a ordem que eu chamei, passando a palavra inicialmente ao Gerson e pedindo que ele faça sua a fala.

Vai tocar uma campainha depois de 15 minutos, mas não precisa interromper. Não se está num concerto, que, na última nota, termina. O discurso é mais complexo e exige mais liberdade do que uma música. Apesar de que eu já assisti a alguns *shows*, especialmente de *jazz*, em que não se tem como parar; não há final, são músicas cuja criação é feita no momento, ou seja, a partitura vai sendo construída no processo em que a música é tocada. Aqui é mais ou menos assim: há uma improvisação a que você tem direito. Por isso, vai tocar a campainha automaticamente, até para alertar, porque também temos um prazo para terminar, mas pode continuar por algum tempo. Não somos nós aqui, nem eu nem ninguém, que vamos parar você. Então, por favor.

O SR. GERSON FERREIRA TAJES – Bom dia a todos e a todas.

Na pessoa do Senador, eu quero agradecer aqui a presença de todos; agradecer ao MVM; agradecer ao Marcos por essa oportunidade, que é uma oportunidade única, em que nós temos a chance de discutir alguns assuntos, depois de 48 anos de abandono – essa é a realidade.

Estou Presidente do Conselho Federal há um ano – assumi o Conselho no dia 1º de março do ano passado. Nesse intermédio, eu fui começar a trabalhar neste ano, no mês de fevereiro e março, por conta de uma antiga gestão. Já tentaram, no máximo, por umas seis vezes, me tirar do Conselho Federal. A gente tem até ciência de que há muitas pessoas envolvidas que não têm interesse em ter uma instituição organizada, mas, graças a Deus, as coisas vêm andando, porque a gente vem tendo o apoio de todos os artistas – de uma grande maioria de artistas renomados, músicos, no Brasil inteiro. Aqui, em Brasília, eu não sei nem por que não está organizado, já que a associação está aí para poder organizar. Eu acho que não há interesse em organizar nem por parte da Ordem nem por parte do sindicato, mas eu acho que deveria haver.

A nossa intenção é juntar, aglutinar, buscar os valores – juntar –, porque espalhar já espalharam durante 50 anos e não vão nos atrapalhar mais; não vão mais tirar os nossos direitos, como foram tirados durante todos esses anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma lei desde 1960, que regulamentou a profissão, mas essa lei nunca funcionou para nada. O músico, hoje, está na penúria, passando fome, sem registro. Nós temos 3% de músicos celetistas no Brasil, e 90% da classe vive da noite – do samba, do *rock*, do *gospel*. Eles não têm os seus direitos garantidos, porque nós temos sindicatos nos Estados que não estão muito preocupados com a classe – uma boa parte desses sindicatos se preocupa em fazer política própria; essa é a realidade.

Então, quando nós assumimos a instituição para fazer uma política de âmbito nacional, eu me deparei, na Ordem dos Músicos do Brasil, pelo Conselho Federal, com um pedido do TCU para fazer auditoria nos Estados, porque havia um pedido de auditoria desde 2009 e não era feito pelos antigos representantes.

Então, como eu coloquei em prática, isso começou a dar transtornos porque seria para falar dos desvios, da dilapidação. Eu encontrei o Conselho Federal aqui com quase 4 milhões de desvios e, hoje, nós estamos fazendo uma auditoria no Estado de São Paulo que já está beirando os 6 milhões de desvios. O pior de tudo é que essas pessoas que ficaram durante 48 anos nos usurpando, nos roubando, nos prejudicando, fazendo com que profissionais morressem na penúria, passando fome, não tendo dinheiro para comprar nem um remédio, saem como santinhos, e aí tentam nos colocar, que assumimos agora, como os bandidos, como os ladrões: "Ah, os bandidos invadiram a Ordem, tomaram a Ordem."

Quero deixar claro para todos aqui que ninguém invadiu nada. Eu estou na instituição porque a Justiça me autorizou a estar. Já tentaram por diversas vezes anular a nossa eleição, tentaram diversas vezes dizer que nós não somos músicos, que nós não representamos, mas não tiveram êxito em nada, viu, Senador? A Justiça avaliou todo o procedimento e hoje tem acompanhamento da Polícia Federal – muita gente não sabe, acha que a gente está de brincadeira –, tem acompanhamento do Ministério Público, todas as pessoas ligadas à Ordem e até pessoas que estão de fora... Porque o problema da Ordem não é só a Ordem, o problema da Ordem não é a Ordem, o problema da Ordem é um sistema. A Ordem do Músicos, a vida inteira, foi um sistema, um sistema de enriquecimento: um sistema de alguns empresários, que acho não chegam a seis ou sete empresários no Brasil, que controlam todos os eventos do Brasil, sejam nacionais ou internacionais, que lavam dinheiro; o crime organizado que está envolvido hoje, Senador, investindo em artistas para poder justificar receita, o dinheiro, tem muito disso aí.

Hoje você se depara em casas noturnas, principalmente nas periferias, com pessoas ligadas ao crime como donos de casas e que muitas vezes dizem que não vão pagar o músico e que se o músico quiser ele que corra atrás do seu prejuízo, porque ele não vai receber. Ou, muitas vezes, trabalha para ganhar R$80, chega ao final do *show,* o cara fala que pagou em débito, que não tem dinheiro para pagar, e muitas vezes eles não recebem.

Então, diante de todas essas providências, de todos esses problemas que nós passamos, nós começamos a tomar uma providência junto ao Ministério do Trabalho. O Dr. Barbosa está aqui, quero até parabenizá-lo pela postura, pois ele vem defendendo os músicos no Ministério do Trabalho junto com o Ministro. O Ministro sensibilizou-se com a nossa história, que está há mais de 15 anos parada no Ministério do Trabalho, porque existia uma equipe técnica dentro do Ministério do Trabalho que tinha interesse de não haver a organização dos músicos no Brasil, porque a organização dos músicos no Brasil vai trazer muito problema, muito transtorno, como a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rouanet, por exemplo, desvio de dinheiro da Rouanet para casamento... Então, ninguém quer ser fiscalizado.

Então, não termos uma instituição, uma autarquia federal que possa fiscalizar, termos sindicatos organizados nos Estados, isso não interessa para esse sistema, porque é um sistema patronal que nada de braçada, que cada vez fica mais rico, e o músico, cada vez mais passando fome e morrendo indigente.

Hoje, a Ordem dos Músicos do Brasil tem um departamento jurídico que está tomando conta da parte jurídica no Brasil inteiro.

Não conseguimos ainda fazer auditoria em todos os Estados, Senador, mas já em alguns Estados está ocorrendo auditoria, ali já foram substituídas aquelas diretorias, que se perpetuaram durante 30, 40 anos. Inclusive algumas pessoas estão aqui, representando alguns Estados, falando em nome dos músicos de cada Estado.

Então, estamos fazendo uma revolução. Infelizmente dizendo, tem muita gente, como o senhor acabou de falar, chateada, uns gostam, outras pessoas não gostam, mas o nosso papel é de organizar. A instituição não pode ser culpada pelos maus feitos de 48 anos de uma má administração. Quem tem que responder pelos maus feitos é a antiga administração, e nós, que estamos chegando agora, só vamos falar do futuro, porque o passado para mim não interessa, porque, como já está na Justiça, Polícia Federal está investigando, Ministério Público está investigando, eu não tenho que falar de passado, porque se alguém quiser saber do passado, quiser levantar, por favor, procure a Justiça, procure o Ministério do Trabalho... O Ministério do Trabalho não, o Ministério Público, a Polícia Federal, porque já temos os processos tramitando.

Então, a nossa expectativa aqui é do que vai ser para a frente, o que vai acontecer, os projetos, os nossos direitos, o nosso trabalho junto com o Ministério do Trabalho agora. Eu tenho certeza de que o Dr. Barbosa vai dar uma explanação aqui do que está acontecendo no Ministério do Trabalho, que muitos de vocês não sabem, porque ainda falta uma determinação do Ministro para poder honrar, para poder divulgar isso em nível de Brasil, mas o Ministro do Trabalho está tomando uma posição muito importante no País, que é de ajudar a amenizar o sofrimento de 8 milhões de músicos no Brasil, trazendo para a regulamentação, para o reconhecimento, para não acontecer de você chegar na hora de financiar alguma coisa nas Casas Bahia ou em qualquer lugar que seja, a pessoa perguntar o que você faz, e aí você falar: "Eu sou músico." "Mas você trabalha com o quê?" Eu falo: "Não, mas eu sou músico." "Não, mas o senhor trabalha com o quê?" Então, não tem o reconhecimento de trabalhador.

E nós vamos ter esse reconhecimento daqui para a frente, junto com o Ministério do Trabalho, junto com o Ministro Ronaldo Nogueira, que vem nos apoiando de uma tal forma que se sensibilizou, junto com o apoio do Senador Cristovam Buarque, o apoio do Senador Magno Malta, que inclusive é músico, o apoio de vários Deputados, Sérgio Reis, Marcelo Aguiar, porque além de os músicos terem problema com a profissão, os artistas também têm problema, os empresários também têm problema, porque na hora de contratar o músico, não existe um contrato eventual, porque essa reforma que está tendo, para nós, é uma reforma maravilhosa. Quero até parabenizar o senhor, Senador, pela postura de defender essa questão da reforma, porque para nós, que trabalhamos eventualmente, é maravilhoso nós termos os nossos contratos de trabalho sendo reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, e o principal, os contratos de trabalho servirão como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovante de receita nosso, para poder, na hora de fazer um financiamento, prestar o relatório do que temos de receita no mês, para poder financiar.

Então, estou aqui mais para podermos falar do que vamos fazer daqui para a frente. O passado, quem quiser saber, está à disposição, existe documentação para comprovar todo o trâmite de auditoria, da Polícia Federal, do Ministério Público.

E nós estamos hoje nos organizando com todos os Estados, com todos os músicos, em uma transparência, de forma a poderem, todos os músicos que são inscritos na Ordem e que estão em dia com as suas contribuições, votar e que possam ser votados, porque durante 50 anos nós não pudemos participar de nada, porque existia um sistema que não deixava, os famosos músicos práticos, que foram criados para poder levar a receita e não ter o direito do voto. Então, hoje estamos numa democracia, todos os músicos do Brasil têm o direito de votar e ser votados, estando em dia, para poder participar como associados ou como inscritos.

A nossa habilitação, a nossa carteira é um documento que um músico precisa, essa carteira, porque o músico... Qual documento o músico tem hoje para comprovar que é músico? É a funcional da Ordem. Porque muitos de nós, músicos, moramos em comunidades, saímos de madrugada e não temos um documento para apresentar. "Você faz o quê?" "Eu sou músico." Houve um caso agora, do Léo Pinheiro, baterista, que veio de fora do País, que veio de um *show*, e a Polícia Federal pediu a documentação dele. "Você é músico?" "Sou." "Então você me dá o seu documento, porque eu sou policial federal e tenho funcional, eu tenho documento." Ele apresentou o documento dele, e o policial o liberou. Os outros músicos, que não tinham habilitação, ficaram travados lá, tomaram uma canseira de mais de uma hora para explicar de onde estavam vindo, para explicar a questão do instrumento.

Então, hoje nós temos uma oportunidade única, de através desse debate, chegar a um consenso, para podermos dar novas diretrizes, através dessa ADPF 183, que desde 2009 vem tramitando, está parada, não anda, não sai do lugar. E para nós hoje está sendo um divisor de águas, para podermos fazer com que essa ADPF ande e para fazer com que realmente nós tenhamos a oportunidade de mudar essa história.

Tenho alguns depoimentos. Vai poder passar agora ou depois? Através do nosso trabalho, a gente vem cada vez mais agregando as pessoas.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. GERSON FERREIRA TAJES – Bom, isso aí é um voto de confiança que o Maestro João Carlos Martins nos deu quando ele soube que houve uma mudança, que está havendo uma luta para mudar, viu uma luz no fundo do túnel e está acreditando no nosso trabalho. Inclusive é um dos nossos padrinhos, vem acompanhando toda a auditoria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERSON FERREIRA TAJES – Infelizmente, às vezes, há pessoas que não dão atenção para as pessoas que querem mudar a história da música e ficam difamando as pessoas, ficam agredindo com palavras, pessoas que, às vezes, não têm nem história para contar, mas a gente, graças a Deus, vem fazendo um trabalho que cada vez mais vem fortalecendo o nosso movimento.

Se puder passar o outro vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. GERSON FERREIRA TAJES – É isso aí. Carlinhos Brown entrou na luta com a gente agora, de 15 dias para cá, 20 dias, porque temos uma nova diretoria, uma intervenção na Bahia, porque a Bahia também ficou na mão de pessoas que prejudicaram a categoria todos esses anos. Hoje, Guilherme Akira é o Presidente, está na junta governativa lá, mas, acabando a auditoria que está sendo feita, vai entregar o parecer para nós e será feita uma eleição onde os músicos poderão participar na maior transparência. E aí Carlinhos Brown comprou essa briga porque está vendo a mudança, está vendo o trabalho, e, para nós, isso aí não tem dinheiro que pague.

Deve haver algum outro vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. GERSON FERREIRA TAJES – Marcelo Aguiar, para quem não conhece, além de músico, é Deputado e vem também se somando com a gente nessa luta aí.

Pode passar o próximo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. GERSON FERREIRA TAJES – Aí é uma sala de aula. Nós temos uma escola de música lá em São Paulo, que foi criada por nós quando começamos nosso trabalho. É um projeto que queremos levar para o Brasil inteiro, que é o Projeto Música é Esperança, através da Ordem, que está crescendo cada vez mais. Eles fizeram esse vídeo, nos apoiando.

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

O SR. GERSON FERREIRA TAJES – Esse é o Caixote, ex-maestro do Faustão. Está meio de ponta-cabeça.

Pode passar o próximo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. GERSON FERREIRA TAJES – Então, é isso. Não vou me alongar com questões de vídeo, porque são mais de 500 vídeos, Senador, e nós vamos ficar o dia inteiro aqui. Mas acho que da minha parte está tranquilo. Estou à disposição.

Esse aí que acabou de passar é o Xande de Pilares, ex-vocalista do Revelação, do Rio de Janeiro. Então, hoje temos o apoio de quase todos os músicos no País. Os que ainda não aderiram, eu tenho fé em Deus que vão aderir, porque a gente está numa transparência de fazer um trabalho único, com todos os músicos do Brasil, independentemente da posição de cada um. A gente está disposto a ouvir todo mundo, a sentar para chegar num consenso.

A única coisa que nós não vamos aceitar – eu vou falar em mim em especial – é divisão. Se vier para dividir, desculpe, mas não vai arrumar nada. Está bom? Obrigado.

A Ordem dos Músicos está à disposição de todo mundo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Gerson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra, agora, ao Marcos Santos. Ele representa aqui o Movimento pela Valorização do Músico.

O SR. MARCOS SANTOS – Bom dia a todos.

Agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui, especialmente ao nobre Senador Cristovam Buarque por abrir aqui esse espaço de debate, porque na realidade o músico nunca teve, em toda sua história, uma oportunidade de participar de uma audiência pública como essa. E o MVM está trazendo esse nicho de músicos, essa pequena quantidade, infelizmente, porque o músico tem medo de se envolver com certas questões, a verdade é essa. Então, o MVM está exercendo um papel fundamental no sentido de elucidar os fatos.

O Gerson Tajes, conhecido como Alemão, fala que para eles não interessa o passado. Pois no nosso caso é o contrário. Para nós interessa muito, mas muito mesmo, o passado. Por quê? Porque tem que ver o passado de cada um deles, para ver se realmente há veracidade em tudo o que se está falando, porque eu não estou aqui em nome do MVM para fazer proselitismo político. Esse não é o papel do MVM. Nós nunca fizemos isso.

Gravar vídeo com artistas, como foi feito, é fácil. O MVM pode simplesmente gravar. Mas esse não é o nosso papel. Aliás, eu gostaria até de colocar o seguinte, cadê esses artistas que não estão aqui? Cadê esses políticos que hoje se dizem amigos e favoráveis à OMB? Cadê eles que não estão aqui? João Carlos Martins?

Infelizmente, Senador, João Carlos Martins foi uma vítima de um imbróglio político orquestrado exatamente pelo Alemão – pelo Gerson Tajes – e seus pares, porque é um homem que tem uma agenda superlotada. Ele não tem tempo de ficar pesquisando na internet tudo que está acontecendo.

Eu falei pessoalmente com o Maestro João Carlos Martins e ele ficou horrorizado. E ele falou que se não for isso – e está sendo provado pela Justiça que não é nada disso –, ele vai rasgar a carteira da OMB lá naquele mesmo teatro, na Sala São Paulo. Ele vai rasgar, e vai ser televisionado. Eu estou aguardando esse momento. Por quê? Porque não só ele mas todos esses que falaram em vídeo foram vítimas. Eles não sabem, por exemplo – eu vou trabalhar com papeis – que o Gerson Tajes conhecido como Alemão, no meio sindical, teve a carteira de músico profissional fraudada. É uma fraude. O próprio Roberto Bueno, que foi Presidente da OMB, por muitos anos, inclusive na gestão do Wilson Sandoli que era um tremendo de um ditador, emitiu uma carta que foi registrada em cartório – eu tenho essa carta – falando da fraude. Ou seja, que o Gerson Tajes jamais poderia assumir nenhum cargo no sindicato e muito menos na OMB, como Presidente do Conselho Federal. Isso porque, primeiro, não é músico profissional qualificado. Segundo, que a carteira é uma fraude e foi a Maria Cristina Barbato que fez a prova por ele e assinou por ele. Isso está na carta do Roberto Bueno, assinada pelo Roberto Bueno, que foi deposto pelo Alemão e por esses que estão aqui.

Como o senhor falou, com muita propriedade, o Brasil vive uma crise cultural, de ética e de moral. Eu concordo plenamente com o senhor, plenamente, porque nós não vamos aceitar de maneira nenhuma que uma autarquia federal, que deveria estar caminhando dentro da lei, que é a Lei nº 3.857/60, rasgue a própria lei que deveria seguir. Por isso é que essa ADPF 183 é de extrema importância para o músico. Por quê? Porque ela acaba de vez com esse proselitismo político. A verdade é essa. Ela acaba de vez porque extingue 22 artigos, os piores artigos dessa lei, que atuam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como ditadura em cima do músico, proibindo o músico de se manifestar, proibindo o músico de se apresentar.

Hoje nós temos o art. 5º da Constituição Federal, que eu faço até questão de ler, que diz assim, em seu inciso XIII: "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". A lei não autoriza impor restrições e requisitos ao exercício de toda e qualquer atividade. Ou seja, o músico não representa para a sociedade nenhum perigo. Portanto, não faz sentido ter um órgão que regula a profissão de músico. Isso não faz o menor sentido.

O Sr. Gerson Tajes, o Alemão, fala muito que está em defesa dos músicos e que está fazendo um brilhante trabalho e que está defendendo os músicos e que tem o apoio, a adesão de 100% dos músicos. Mas isso não é verdade. Eles não tiveram a capacidade de soltar o próprio delegado que faz parte da Seccional da OMB e que está preso lá em Marabá. Ele não pode sair de Marabá, o Marlon Youssef. Ele foi preso pela Polícia Federal – e ele falou que está tendo o apoio da Polícia Federal, mas não é verdade. Ele foi preso pela própria Polícia Federal porque estava extorquindo os músicos durante um *show* lá em Marabá. Ele não pode nem sair de Marabá. Ele está respondendo a uma medida cautelar e não pode se ausentar de Marabá.

Então, que Ordem é essa que não defende os seus próprios pares e que dirá defender os músicos do Brasil? Ou seja, há uma contradição muito grande nisso tudo aí e que a gente precisa, hoje, deixar muito claro aqui, deixar esclarecido para a sociedade, para os músicos, para os trabalhadores da cultura como um todo. E eu quero aproveitar e ler uma decisão muito recente que saiu do Supremo Tribunal Federal, da Ministra Cármen Lúcia, que atendeu a este pedido, que é o pedido do Sinaprem – o Sinaprem eu vou identificar aqui para vocês. E repito, eu não estou aqui para fazer política e nem proselitismo político; eu estou aqui para apresentar a verdade e apresentar os fatos como eles são, documentados, com os papéis. Eu tenho um *pen drive;* eu tenho um HD de um tera que já não cabe mais coisas; eu tenho um blogue, que é o jornalismo.com, no qual eu venho apresentando essas denúncias, documentos, depoimentos, tudo – inclusive tentaram, na Justiça, tirar o meu blogue do ar. Como é de praxe da OMB tentar cercear a liberdade de expressão e pensamento, tentaram, na Justiça, tirar o meu blogue do ar, porque eu venho apresentando denúncias. Então, não tem cabimento isso! E a Justiça entendeu que não, indeferiu o pedido deles, é lógico, não deu em nada – o Sr. Mauro Almeida está rindo ali, mas ele sabe que é verdade.

A liberdade de expressão é uma cláusula pétrea que está garantida pela nossa Constituição Federal de 1988, e a OMB está totalmente fora do que a Constituição Federal estabelece, Senador.

Então, eu vou ler aqui uma parte dessa decisão. Ela tem dez páginas, mas eu grifei aqui os pontos principais, para nós trazermos aqui para o debate. Diz assim esta decisão – na verdade, foi um pedido negado, que foi uma suspensão de segurança. Esta decisão foi publicada no *Diário Oficial*, no dia 11/09/2017, pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Isto daqui trata exatamente, Senador, de um passado, mas de um passado muito recente, no qual o Sr. Gerson Tajes e seus pares já estavam dentro da OMB. Então, diz assim:

> Cumpre ressaltar que a falta de fiscalização acarreta a informalidade, e portanto, a sonegação de contribuições previdenciárias, além de ISS e outros tributos, os quais aumentam ainda mais o rombo das contas públicas, o que interessa ao SINAPREM [que é esse sindicato que entrou com esse pedido na Justiça], ora recorrido. Devemos pensar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> que, existindo [como o próprio Maestro João Carlos Martins disse] 8.000.000 (oito milhões) de músicos profissionais, considerando que cada um deles faria recolhimentos ao INSS de no mínimo R$ 100,00 mensais, o rombo anual da previdência é de, no mínimo, R$ 9.600.000.000,00 (nove bilhões e seiscentos milhões de reais) [...]

Ou seja, a OMB, então, contribui com esse rombo da previdência, o qual está sendo tão debatido ultimamente na mídia, no Executivo, no Legislativo por conta de que a previdência está quebrando, mas não está quebrando por causa do trabalhador, porque essas instituições que deveriam fazer a lição de casa não estão fazendo, e a OMB é contribuinte para que esse quadro chegue a esse escândalo, Senador.

Prosseguindo aqui:

> [...] daí infere-se o interesse público e o papel social da Ordem dos Músicos do Brasil, qual seja, defesa dos interesses da categoria, que hoje se encontra desamparada e a margem das garantias sociais estabelecidas pela CR/88 [Constituição da República de 1988].
>
> Além disso, a OMB é responsável ainda pelo recebimento de denúncias de irregularidades diversas e praticadas por contratantes, entre elas: falta de pagamento, falta de segurança em local de trabalho e ao público nos eventos, venda de ingressos fraudados, etc.
>
> Fiscaliza ainda a OMB, as irregularidades praticadas pelos profissionais como apologia às drogas, crime organizado, pedofilia e estupro, descumprimento de contratos em eventos marcantes como casamentos, festas de debutantes [...]

Já pensou... Eu, por exemplo, não tenho carteira da OMB, não sou músico profissional, nem quero ter. Estou tocando no casamento do meu filho, chega um fiscal da OMB e para o casamento porque eu não tenho a carteira da OMB. Faz sentido isso? Está na contramão totalmente do que é hoje o Estado democrático de direito. Nós lutamos tanto! Eu sou parte de uma geração dos caras pintadas, que lutou por uma democracia, Senador. Lutamos e muito. Nós conquistamos... E hoje não faz sentido que a OMB queira cercear a liberdade de expressão, de pensamento, enfim, de tudo.

Prosseguindo aqui... Deixe-me pegar os óculos que caíram. Desculpa.

Apresentar vídeo e depoimentos é fácil. Quero aqui fatos, provas e dados fundamentados na lei, no que já foi publicado. Aqui ninguém está disposto a falar mentira, não.

Ainda fala que:

> O descumprimento desses contratos pode causar sérios prejuízos aos contratantes e à própria sociedade que sofre com a falta de uma punição administrativa.
>
> Além dos pontos já levantados anteriormente, deve-se ressaltar que a OMB possui papel importantíssimo na fiscalização dos repasses de verbas públicas oriundas de projetos aprovados pela Lei Rouanet [coisa que nunca fez], além de outras normas criadas para incentivo à cultura e aos profissionais do setor nas esferas estadual e municipal.

Vou parando por aqui, pelo menos nessa parte. O processo é muito longo. Está livre o acesso, está na internet, qualquer um pode ter acesso.

Agora eu quero ler uma certidão registrada em cartório, assinada pelo Sr. Roberto Bueno, o qual o Sr. Gerson Tajes diz que ele é passado, que ele foi tirado, que é uma nova gestão. Então, vou ler aqui o que diz uma certidão dele, a Certidão nº 20.5, de 2011: "Certificamos, a bem da verdade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que Gerson Ferreira Tajes, identificado pelo RG [número tal], inscrito no CPF [número tal], residente e domiciliado em São Paulo [está o endereço aqui, não vou falar], teve a sua inscrição profissional na Ordem dos Músicos do Brasil realizada na data do dia 28/5/2004 [...]" Eu vou repetir: teve sua inscrição de músico profissional realizada no dia 28 de maio de 2004, "na condição de músico prático". Aqui já há uma contradição porque músico prático não pode assumir posição nenhuma, cargo nenhum dentro da OMB nem dentro do sindicato. Então, aqui já começa uma aberração muito grande. Como um músico prático poderia chegar ao topo da pirâmide, como o Sr. Gerson Tajes hoje, aqui na tribuna, fala que chegou?

Prosseguindo: "Em 4/10/2013 [portanto, tem o quê? Menos de quatro anos], foi aprovado, em banca examinadora [...]" Olha a contradição: ele foi aprovado em banca examinadora, Senador, na OMB, músico profissional, no art. 28, da Lei 3.857, de 1960. "Destacamos, outrossim, que esta qualificação de músico prático original é limitada apenas ao exercício profissional, sendo vedada todas e quaisquer atividades administrativas..."

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS SANTOS – "... nesta autarquia federal." E, de acordo com a Resolução 005, de 2005, do Conselho Federal da OMB, como o próprio estatuto do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de São Paulo rege, não poderão votar e nem sequer serem votados nas eleições e entidades em São Paulo. Então, se vocês não sabem, ele colocou ali parte de um vídeo que fala do sindicato, o Gerson Tajes foi Presidente do sindicato – esteve, não é? Ele não foi, porque não foi eleito; não houve uma assembleia, não houve o rito que deveria ser seguido de acordo com o estatuto. O estatuto foi fraudado. O Sr. Grimaldi Santiago está ali. Ele conhece muito bem como funciona essa coisa da fraude de estatuto. Ele fraudou o estatuto.

E aqui diz o seguinte... Eu estou aqui para falar a verdade. E outra coisa que eu quero deixar muito clara, eu não vou perder jamais essa oportunidade: não tenho medo de ameaças e minha família também não. Estamos sendo ameaçados, assim como o próprio Presidente, Senador, da regional do Rio Grande do Norte está sendo ameaçado por eles próprios de morte. Eu tenho aqui a mensagem. Eu gostaria de ler para que todos saibam. É o Ricardo Antão; ele mandou. Ele gostaria de estar aqui, porque ele gostaria de apresentar. Ele está na OMB há cinco anos e inclusive faz parte do Conselho Federal. Olha como as coisas são desencontradas!

Então, aqui está, pessoal, senhores, a relação dos músicos que tomaram o sindicato em 2013 – no braço, lógico; não foi nada legítimo. Todos músicos práticos. Se há algum músico profissional aqui, são um ou dois, e não poderiam jamais, pelo estatuto e pela Lei 3.857/60, porque os sindicatos de músicos no Brasil inteiro sempre foram um feudo da própria OMB. Sempre trabalharam em conjunto, o que eu acho errado, e que os músicos não deveriam admitir. O sindicato tinha de trabalhar separado da Ordem dos Músicos. Se a Ordem dos Músicos regula a profissão, o sindicato, naturalmente, teria de fazer esse papel de garantir direitos trabalhistas, fazer assembleias de convenções coletivas e daí por diante – e não faz, e não convoca os músicos.

Mais um detalhe: a posse do Sr. Gerson Ferreira Tajes, o Alemão, aqui no Distrito Federal não teve a participação dos músicos. Ele disse aqui na sua fala que estaria abrindo agora espaço para o músico se manifestar. Não é verdade. Como elegem... Não foi eleito, na verdade. Aliás, eu procurei no *Diário Oficial* e não vi, Senador, essa posse publicada; eu gostaria que eles apresentassem. É uma autarquia federal, então... Ele disse aqui que vai abrir espaço para que o músico possa se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestar, mas não abriu espaço para que o músico viesse a votar. Esses mesmos que estão falando aí no vídeo não estiveram aqui para eleger o Alemão como Presidente do Conselho Federal da OMB.

E o que é mais gritante disso tudo: o Gerson Tajes, o Alemão, não tem qualificação acadêmica, nem profissional, nem musical para tal cargo! É isso que nós estamos discutindo. O Gerson Tajes, o Alemão – eu tenho aqui o histórico escolar dele –, abandonou a escola na quarta série do primário! Aqui há músicos que eu conheço que têm curso superior, que dominam a linguagem musical muito bem. Então, nós não estamos aqui para fazer política. Não é esse o objetivo. E também não queremos que acabe a lei. Eu quero deixar claro: o MVM não quer que acabe, que a Lei 3.857/60 seja extinta, porque, como toda profissão, a de músico também precisa de uma lei que a regulamente; porém, não nesses moldes, hoje, de uma lei ultrapassada, de uma lei arcaica, que só pune o músico e o trata com uma tremenda de uma ditadura.

Como pode uma autarquia federal, que eles comparam muito com a OAB... Inclusive ele citou o Magno Malta. O Magno Malta gravou vídeo a favor da Ordem dos Músicos do Brasil. Ele não conhece a história. Ele gravou um vídeo lá na sede, em São Paulo, enaltecendo essa nova gestão, que não é nova gestão, inclusive falando que a OMB pode ser comparada com a OAB. Nunca! Isso, jamais! A OAB teve um papel fundamental no processo de *impeachment*, se vocês lembram, recentemente. Agora, hoje, que voz a Ordem dos Músicos tem para mudar alguma situação no País no âmbito cultural, no âmbito da educação, enfim, em todas as questões?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS SANTOS – Então, eu gostaria só de ler aqui mais um documento que eu trouxe, que é de extrema importância. Eu não posso deixar que isso passe em branco. E depois eu passo a fala para quem de direito.

Este aqui é o termo de posse de compromisso que eles assumiram aqui. São assinaturas originais, não é documento fraudado. Eu coloco à disposição de quem quiser. Aqui diz o seguinte: "Às 16h do dia 1º de março de 2016, em sua sede, situada no Setor Comercial Sul, Edifício Israel Pinheiro, 3º andar, na cidade de Brasília, Distrito Federal, tomaram posse nos cargos de diretores, em eleição realizada no dia 1º de março de 2016, como a seguir é descrito". Aí vem aqui: "Presidente do Conselho Federal, Gerson Ferreira Tajes", assinado por ele aqui. Aí aparece aqui: "Vice-Presidente, Leôncio Jesiel Santos Motta".

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MARCOS SANTOS – Calma, vai chegar a sua vez, Sr. Jesiel. Por favor. Nós não interrompemos...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MARCOS SANTOS – Por favor.

O Sr. Jesiel Motta está aqui como Vice-Presidente...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MARCOS SANTOS – Só um minuto, por favor. Sr. Jesiel, só um minuto. Deixe-me concluir. Todos terão oportunidade de falar – correto, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, aqui... Aliás, o Sr. Jesiel está como Vice-Presidente e quer falar a favor do MVM. Isso para nós é uma surpresa; não foi combinado. Já quero deixar claro: não foi combinado, e ele pode confirmar isso. Para nós aqui já é uma grande surpresa.

"Secretário Geral"... Gente do céu! "Secretário Geral, Roberto Bueno." Roberto Bueno, o homem que, numa manobra junto com o Sr. Gerson Tajes, tirou o Wilson Sandoli. O Wilson Sandoli não renunciou, não foram feitas as eleições como deveriam ser feitas, de acordo com a Lei 3.857/60, de acordo com o regimento interno. Essas eleições teriam de ser feitas para tirar o Wilson Sandoli, que faleceu ano passado.

Então, há uma disputa de poder político dentro da Ordem dos Músicos muito grande, e isso tem de ser exposto para a sociedade, porque eles ficam aí com esse *marketing* da mentira nas redes sociais, que não convence ninguém, somente os pares deles, e nós não podemos admitir, de maneira alguma. A sociedade tem de saber disso, senão nós não vamos mudar este País nunca. Se nós "aceitarmos", entre aspas, essas "pequenas coisas", entre aspas de novo, este nosso País nunca vai ser um país democrático de direito como todos nós desejamos.

E prosseguindo, senhores, olha aqui: "Secretário, Benedito Honório da Silva", que é o 1º Secretário; o 2º Secretário é o Ricardo Antão do Nascimento. Se permitirem, eu quero ler aqui a mensagem que ele mandou para nós. Eu vou ler, porque eu faço questão de apresentar. Depois eu coloco as exposições para vocês. Aliás, está no meu blogue também. Eu dei um *print* nessa mensagem e coloquei lá no meu blogue.

Então, vamos lá: o Sr. Ricardo Antão... Até achar aqui vai demorar. Não quero tomar tempo.

Ele diz que está sendo ameaçado por essa "nova" gestão, entre aspas, porque vocês podem ver que de nova não tem nada. O único nome novo que apareceu aqui é o do Alemão. Não é?

Aí, o Ricardo Antão é o 2º Secretário...

O Tony Carlos Maranhão de Souza, gente... Ele aparece aqui como o 1º Tesoureiro. E o 2º Tesoureiro: Sylvio Francisco do Nascimento.

Para quem não sabe, o Tony Maranhão foi a pessoa, junto com o Roberto Bueno, que fez a ponte para que o Alemão chegasse aonde ele chegou. Como foi feita essa ponte? Eles criaram, fora das leis – inclusive da Lei 3.857/60 – e fora do regimento interno, um cargo que daria ao Alemão autonomia para reestruturar todas as ordens dos músicos no Brasil. Então, ele foi eleito como Presidente de Reestruturação Operacional e Administrativa da Ordem dos Músicos do Brasil. Isso não teve eleição, não teve participação dos músicos, não teve participação da sociedade civil, não teve nada. Foi, ali, uma articulação... Também está no meu blogue. Vocês podem, depois, verificar isso. No *site* e nas redes sociais do MVM há informações.

Então, há uma tremenda de uma fraude em tudo isso. É um engodo, dos maiores que eu já vi em toda a história do nosso País, quando se fala em cultura, quando se fala em educação.

Nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, que a nossa música seja jogada e os nossos profissionais da música sejam jogados na lata do lixo como estão sendo, enganados...

O Sr. Guilherme Akira está ali. Ele foi eleito, dois anos atrás, sabe como o quê? Presidente de um puxadinho que eles criaram, dentro da Ordem dos Músicos, por nome sabe de quê? Setor cristão! Dividindo a música entre o que é música *gospel* e o que não é música *gospel*. Também pela lei não pode, eu não tenho amparo legal. Questionei-o na época, quis entrevistá-lo, ele até falou comigo de uma forma arrogante, brusca, que não iria dar entrevista...

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. MARCOS SANTOS – Então, como é que pode ser uma pessoa que se diz presidente de um setor cristão que não é nem amparado pela própria Lei 3.857/60?

Então, Senador, eu gostaria que todos os senhores aqui soubessem que essa nova Diretoria, esse novo Conselho Federal é um tremendo de um engodo. E, quanto ao João Carlos Martins, coitado, foi vítima dessa armadilha – eu falei com ele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS SANTOS – Só concluindo. É importante isso também.

Eu falei com o João Carlos Martins, e ele colocou uma condição.

O João Carlos Martins não está mais com a OMB, ele fez esse vídeo já faz dois anos... Portanto, vocês não veem mais vídeo nenhum do João Carlos Martins. Depois que eu apresentei para ele as provas... Vocês podem rir à vontade. Aqui nós estamos para falar sério. Não estamos para... Sabe...

Então, o João Carlos Martins disse que só aceitaria emprestar o nome dele para a Ordem dos Músicos do Brasil com uma condição. A condição seria a seguinte: colocar um auditor nomeado por ele, que é o Sr. Fernando Guerra, um dos maiores auditores e o de maior credibilidade, hoje, no País. Um auditor que faz auditoria nas maiores empresas e bancos do País. Ele colocou essa condição. Um auditor independente, porque fazer auditoria com auditor da própria OMB... Que auditoria é essa? Não existe.

E outro detalhe: ele também colocou a condição de que a parte financeira ficaria com o executivo de algum banco; algum banco cuidaria da parte financeira.

Quanto à parte jurídica, quem cuidaria... Eu tenho tudo isso gravado, ouviu? Eu não estou inventando, não. Disponibilizo a gravação para quem quiser, depois.

Disse que a parte jurídica ficaria com o Ricardo Leitão, que é irmão da Míriam Leitão, que é da Rede Globo, e foi combinado um salário de dez mil por mês...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS SANTOS – ... para ele defender a OMB judicialmente. E nada disso foi cumprido.

Eu tentei entrar em contato com o Fernando Guerra, e ele falou que não, que é tudo mentira. Mas eu gostaria de, depois, se puder, retomar esse tema. Ele é importante; eu retomaria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu agradeço.

Só quero dizer que já é quase meio-dia, e eu gostaria até de dar a palavra, depois, a outros, mas não podemos passar, aqui, de uma certa hora. Por isso, eu disse que não iria cortar, e não estou cortando, mas seria bom nós tentarmos reduzir o tempo.

Dr. Luis Carlos.

O SR. LUIS CARLOS SILVA BARBOSA – Em primeiro lugar, bom dia a todas e todos aqui presentes.

Ao Ministério do Trabalho não compete adentrar nessas questões de conflitos entre OMB, ou entre movimentos, ou quem quer que seja. Ao Ministério do Trabalho compete buscar a solução daqueles problemas antigos e conflituosos existentes entre OMB e Sinpratec, que se iniciaram há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase dez anos. Eu fiz parte do Conselho de Relações do Trabalho, na ocasião integrando-o pela Bancada dos Trabalhadores – hoje estou no Governo –, e durante muitos anos houve uma discussão profunda sobre quem emitiria a famosa nota contratual, que seria um contrato de trabalho que, não registrado na carteira, seria uma forma de poder viabilizar.

E eu tive a felicidade, em nome do Ministro Ronaldo Nogueira... Quero aqui, Senador, resgatar o papel do Ministro Ronaldo Nogueira, no sentido de buscar o entendimento, buscar o aprimoramento da conciliação e buscar aquilo que mais interessa ao Governo, ao Ministério do Trabalho, que é o atendimento, que é o abrigo, que é o amparo ao músico, ao artista, a quem fizer da arte a expressão da cultura, a expressão do seu trabalho.

Na última reunião – houve duas reuniões ou três com o Ministro Ronaldo Nogueira –, ficou claro que o Ministro determinou que nós, num curto espaço de tempo, buscássemos aprimorar a portaria. Porque, na verdade, o sindicato e a OMB estavam buscando um papel de agente fiscalizador das relações de trabalho. Isso não é competência nem do sindicato, nem da OMB; isso é competência privativa da União. E lá se acertou que, dentro das possibilidades, o Ministério do Trabalho buscaria atender as demandas, as denúncias que eram ofertadas, que eram apresentadas, para buscar a solução e fazer com que o músico – o prático ou o profissional – fosse respeitado na sua relação.

Nesse papel eu fui incumbido pelo Ministro, e, graças a Deus, acho que já estamos chegando ao final. Isso foi apresentado às instituições, à OMB, ao sindicato – na ocasião, o Sinpratec estava representado, e está aqui o colega, o advogado que estava participando pelo sindicato –, e discutiu-se uma série de questões. E procurou-se, Senador, acima de tudo, buscar o atendimento a todos – porque, na verdade, existe portaria, a lei é de 1960, e eu não gosto de criticar uma lei por ser velha, porque muitas vezes, pela cultura de que o novo é bom, esquecemos que o velho tem uma história e podemos muitas vezes fazer uma adequação, uma adaptação daquilo que é necessário.

A lei de 1960 propiciou uma série de questões, e podemos dizer que foi grande avanço ao músico a edição da Lei nº 3.857. A discussão de se com a OMB, para o músico se apresentar, ele tem que estar em dia, se ele vai pagar... Isso, do meu ponto de vista, já foi resolvido. Já colocamos que não vamos discutir, no âmbito do Ministério do Trabalho, questões jurídicas de competências, porque é na Justiça que se discute o exercício da profissão de músico, se ele é prático, se ele não oferece risco à sociedade, se ele tem um trabalho. O importante, do nosso ponto de vista, é saber como vamos proteger o profissional, como vamos proteger esse cidadão, esse trabalhador, pois, muitas vezes, sabemos das dificuldades que ele enfrenta pelas realidades do nosso País, de onde ele vem. Muitas vezes nós temos que entender que a música é uma expressão cultural regional, local, do ambiente em que se vive; e muitas vezes é difícil porque é no barzinho do bairro, é no barzinho dali que o músico faz a sua profissão, a sua vida, a sua subsistência.

Então, nesse sentido o Ministro foi procurado por diversos Senadores, Deputados que buscaram o seguinte... Isso está há anos no Ministério do Trabalho, e não conseguiram chegar a um entendimento acerca de quem emite a nota contratual – se é um ou outro –, mas, graças a Deus, no mês passado conseguimos chegar a um entendimento. Estamos na parte final, agora, para a publicação da portaria, para a publicação das notas contratuais (o modelo de contrato – se é contrato determinado, por prazo determinado, ou se é por prazo indeterminado –, e a nota contratual).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o é importante é que, nessa portaria, também estamos trazendo a questão do estrangeiro – para constar na portaria –, porque uma das gritas que foram trazidas, tanto pela OMB, quanto pelo sindicato, foi no sentido de que não havia um controle, e o Ministério do Trabalho não tem esse poder de dizer que aquele contrato firmado com músico A, com músico B seja uma fraude. Mas se procurou fazer uma adaptação da lei da migração, que é a questão do visto – se ele entra como turista, se ele entra com visto de permanência, qual o período que ele vai ficar. O importante é que se trouxe a secretaria de imigração do Ministério do Trabalho, que procurou discutir juntamente com o próprio Itamaraty, com o próprio Ministério da Justiça a busca de uma solução. Então, na portaria que vai ser publicada, que já foi passada à OMB e ao sindicato, vamos, se Deus quiser, pacificar essa questão.

Por outro lado, eu queria, Senador, dizer o seguinte – vou falar aqui e agora: com a modernização da legislação trabalhista, no que tange aos contratos de trabalho intermitentes, estes se aplicarão principalmente à questão dos músicos, que poderão firmar contratos com vários estabelecimentos e prestar concomitantemente esse trabalho sem causar um risco de uma ação trabalhista. Porque ele vai poder firmar o contrato; se vai ser tempo parcial ou se vai ser o intermitente, aí vai ser adequado a cada realidade, a cada contratação.

Mas acreditamos que, nesse sentido, nós podemos ajudar a construir uma nova realidade, um novo momento, não só para o músico. Nós estamos falando do músico, mas esse encontro que nós fizemos no Ministério do Trabalho abrange também os artistas. É o músico profissional, é o músico prático... Porque aí nós temos duas situações. Há aquelas decisões que foram trazidas, mas poder haver decisão de um lado, decisão do outro, porque, quanto ao exercício da profissão, a Constituição, no seu art. 5º, inciso XIII, diz que o exercício é livre e que, portanto, ele não poderia ser penalizado por exercer a sua profissão.

Agora, uma coisa é o exercício da profissão, outra coisa é participar da entidade para poder votar e ser votado. Então, essas são duas questões que deverão ser analisadas, mas não é o Ministério do Trabalho que vai adentrar a Ordem, adentrar o sindicato e dizer: "esta é a conduta". Até porque a Constituição – que V. Exª conhece muito bem, conhece profundamente – diz que ninguém pode ser obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa sem que lei o estabeleça ou preveja.

Então, quero dizer o seguinte: também não é competência do Ministério do Trabalho, graças a Deus, ser o agente fiscalizador da instituição ou do sindicato no sentido do seu fiel comprimento. O que nós temos claro é que uma coisa é o poder de polícia de fiscalização – isso é privativo da União, aos auditores fiscais. Mas em nenhum momento... Nenhum, não, porque a própria lei, a própria portaria garante, e a própria constituição de um sindicato é defender o interesse do seu representado, sendo sócio ou não, para poder saber se ele está sendo respeitado no seu no seu contrato de trabalho, se está sendo feita a nota contratual, porque, através da nota contratual, garante-se o pagamento no mínimo da Previdência Social e garante-se que ele no futuro não venha a depender de uma Loas – lá no futuro. Então, nós temos que saber como vamos aplicar. E esse trabalho com que o Ministro se comprometeu, juntamente com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, de trabalharmos conjuntamente não só com a OMB, mas também com os sindicatos no âmbito dos seus Estados, é na busca de proteção e amparo ao músico ou ao artista – porque nós não podemos esquecer que nós não estamos trabalhando apenas na expressão do músico, mas também na do artista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tive o cuidado, Senador, quando participei das reuniões, de ler a lei, de ler as portarias, de ler o que motivou esse debate interno no Ministério do Trabalho – quais eram os argumentos que foram expendidos, o que cada lado colocou –, para poder entender e buscar a solução disso aqui. Então, acho que esta audiência pública, sem o Ministério do Trabalho, não adentra essas questões de disputas, pois isso é no âmbito das representações, e cada um decide o seu caminho. O que para nós interessa é como o Estado democrático de direito vai resguardar e proteger o seu trabalhador, o seu cidadão. Porque o músico, antes de mais nada, é expressão cultural? É expressão cultural, mas ele também é um cidadão que precisa ganhar a sua remuneração, o seu salário ou a sua cota – não importa o nome que venha a ser dado –, para poder sobreviver, como também a sua família, para poder comprar seus equipamentos, para poder se apresentar.

Hoje, já está acontecendo em diversas cidades do Brasil a proibição de apresentações em praças públicas, de músicos ou de artistas, enfim. Acho que isso também pode ser um cerceamento da expressão, um cerceamento da liberdade, porque em vários países é muito claro e tranquilo que o profissional pode apresentar-se em diversos locais, colocando seu instrumento e fazendo o seu trabalho para poder vendê-lo para a população. Qual a sua expressão cultural? O que ele diz?

Eu posso dizer para você que eu não gosto de *funk*, mas, lá na periferia, gostam, e não é só na periferia – gente de alta sociedade hoje está indo aos bailes *funk*. Outro gosta de música *pop*, outro gosta de *rap*, outro gosta de outra coisa. Eu digo que gosto de *rock*, gosto de música gauchesca e música clássica. De onde eu venho, eu tenho uma raiz gauchesca, mas um bom samba, que até brinquei com os companheiros – desculpem chamar aqui... São pessoas que eu digo, brincando: "Olha, você tem a expressão daquele samba clássico, daquele samba assim". Para o outro: "Olha, não quer dizer que você é pagodeiro, mas vamos fazer...". Mas isso é cultura. Isso é a expressão da cultura de cada um de nós.

Hoje, se ele é cristão, se ele é gospel, se é afroumbandista, enfim, eu acho que isso não importa. O caminho ou a música que nós vamos seguir. O importante para o Ministério do Trabalho é que sejam respeitadas as condições de trabalho, a dignidade humana e que ele seja protegido.

Podendo acompanhar isso, nós sabemos que, com o número de músicos que existem no Brasil, seria humanamente impossível nós termos um auditor fiscal para fiscalizar e acompanhar cada contrato, cada local, cada apresentação de um músico, mas se tem procurado e foi firmado um compromisso pela Secretaria de Inspeção do Trabalho no sentido de se poder, ao máximo possível, fiscalizar as condições de trabalho e saber se o profissional está sendo respeitado na sua dignidade como profissional, como músico ou como um artista exercendo a sua profissão.

E eu não quero até, Senador, me alongar, para encerrar dentro do tempo, porque eu sei que o senhor depois tem compromisso – todos nós temos. Então, eu queria, para encerrar, dizer ao senhor que, no campo do Ministério do Trabalho, conseguimos, depois de muitos anos de conflito entre as entidades, pacificar para que todos saiam ganhando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS SILVA BARBOSA – ... porque, no momento em que todos estão brigando, num âmbito entre sindicato e Ordem, o trabalhador, o seu profissional, o músico ou o artista não estão sendo devidamente representados, não estão sendo devidamente assistidos.

Então, nós procuramos essa forma, e eu queria aqui parabenizar o Ministro Ronaldo Nogueira por ter aceitado esse desafio como Ministro do Trabalho e ter conseguido esse êxito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conciliar, de buscar a harmonização entre essas entidades, tanto a OMB quanto o sindicato, na busca da solução e proteção ao seu profissional.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra agora à Drª Cláudia Queiroz.

A SRª CLÁUDIA QUEIROZ – Boa tarde a todas e a todos.

Eu queria agradecer ao Senador Cristovam Buarque por esta oportunidade de estar aqui representando o CNPC, e, como tenho certeza de que muita gente aqui não sabe o que é o CNPC, assim como aqueles que estão assistindo a esta reunião de casa, eu queria dar, primeiro, uma breve explicação do que é a Comissão Nacional de Política Cultural.

Ela representa a voz da sociedade civil junto às instituições em relação à formulação de políticas públicas para toda a cultura brasileira. Ela é composta por 18 colegiados. Esses colegiados têm representantes de todas as Regiões do País. O Colegiado de Música, por exemplo, tem 15 conselheiros e mais 15 suplentes, que estão espalhados por todo o Brasil. E, inclusive, o CNPC possui também representantes das instituições, como o Iphan e como a Funarte.

A minha postura aqui é a de fomentar o debate democrático em relação a essa questão da OMB. E eu acho que a gente não tem como fazer isso sem falar um pouco da história dessa instituição, de por que nós chegamos a este ponto de tanta gente contra, de por que nós chegamos a esta situação em que nós estamos tendo que discutir o rumo da instituição. Então, eu vou começar aqui fazendo um breve histórico da origem da Ordem.

A Ordem dos Músicos do Brasil começou a ser idealizada em agosto de 1946, quando o governo Dutra desempregou milhares de músicos brasileiros ao assinar o fim do jogo legalizado no Brasil, fechando dezenas de cassinos.

Os cerca de 70 cassinos empregavam em torno de 55 mil trabalhadores, e seu fechamento teve forte impacto na economia, principalmente em cidades que viviam do turismo ligado aos jogos. O Brasil tinha, nessa época, cerca de 41 milhões de habitantes, no total. Então, você imagina o que significa 55 mil pessoas desempregadas de uma vez jogadas no mercado de trabalho.

Os grandes cassinos poderiam ter até duas orquestras completas. Ou seja, eles teriam, só de músicos fixos, 160 profissionais. Aí você vai multiplicando isso, as dezenas de pequenas formações regionais para atender aos grandes, médios e pequenos cassinos espalhados pelas cidades, e você tem uma ideia pálida do que seja o universo dos músicos dentro desse universo de 55 mil desempregados.

Durante os dez anos seguintes, os músicos sofreram o abandono, o desprezo da sociedade e o consequente desrespeito para com a profissão de músico.

Preocupados com a situação precária de vida e sobrevivência da classe, alguns pilares da música da época, como, por exemplo, o Maestro José Siqueira e outros ilustres maestros, em 1955, conseguiram a promessa do então candidato à presidência Juscelino Kubitschek de olhar pela categoria. Eu quero lembrar a vocês que o Juscelino era conhecido como um apreciador da música brasileira, um profundo apreciador da música brasileira e defensor.

Esses músicos ilustres ajudaram a formular e apresentaram o que hoje é a Lei 3.857, que foi assinada em 22 de dezembro de 1960 por Juscelino Kubitschek, conforme prometido. O art. 1º da Lei 3.857 diz o seguinte: "Fica criada a Ordem dos Músicos do Brasil com a finalidade de exercer, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o país, a seleção, a disciplina, a defesa da classe e a fiscalização do exercício da profissão do músico, mantidas as atribuições específicas do Sindicato respectivo."

Desculpa, gente. Eu acabei esquecendo de passar aqui para vocês o que eu estou falando.

O Centro Musical, precursor do Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro, é uma instituição com 110 anos, tendo sido criado em 5 de janeiro de 2007. Ele é o precursor do sindicato, ou seja, o sindicato, criado em 17 de fevereiro de 1932, foi criado a partir do Centro de Música.

As competências do sindicato e da Ordem dos Músicos não deveriam se confundir, porque elas são distintas. O sindicato defende as relações trabalhistas e de emprego, fiscaliza o cumprimento da CLT e protege as relações empregatícias. A Ordem dos Músicos do Brasil deveria fazer a seleção dos profissionais, disciplinar a regulamentação da profissão, a defesa da classe e a fiscalização do exercício da profissão.

O problema foi que, no meio disso tudo, nós fomos tolhidos pela ditadura em 1964. E, a partir da mudança de todos os chefes das regionais da OMB na época, o papel da Ordem teve uma distorção. Essas pessoas que assumiram a Ordem assumiram sem eleições diretas e democráticas – era o que a gente chamava de mandato biônico. E assim foi nomeado esse senhor, que se perpetuou no poder, na OMB, por mais de 40 anos, trazendo profundas distorções na condução e no comportamento da instituição em seu relacionamento com aqueles que deveria proteger.

As consequências disso foram: desvios de finalidades dos mais variados; invenção de categorias de carteiras de músico que discriminavam os músicos autodidatas – é o caso do músico prático. Isso, inclusive, é algo que vai contra a nossa Carta Magna, porque é discriminação, além de eles só terem o direito de contribuir; não tinham o direito de votar nem de serem votados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª CLÁUDIA QUEIROZ – Pois é.

Prossigo: a ampliação da arrecadação através de justificativas sem transparência e sem finalidades claramente definidas, somente com o intuito de aumentar a arrecadação; total falta de transparência na prestação de contas da Ordem; falta de transparência no processo eleitoral periódico, tendo como consequência a sua reeleição por 15 gestões consecutivas – isso é um absurdo! –; abandono da defesa e proteção dos músicos, que eram meros provedores da instituição, sem a devida contrapartida, que era a proteção dos músicos e de seu trabalho; e uma série de outras irregularidades que fizeram com que a Ordem dos Músicos do Brasil perdesse a credibilidade junto aos seus associados. É óbvio! Se ele só tem a obrigação da pagar e tem seus *shows* fechados arbitrariamente, fora uma série de outras arbitrariedades, é difícil defender uma instituição com esse perfil.

Em 2005, após muitas manifestações, reuniões e debates que foram feitos ao longo de todos esses anos, o Fórum Nacional de Música fez um manifesto, que eu vou ler aqui para vocês, porque ele sintetiza todo o pensamento da classe dos músicos da época e que eu acredito que ainda seja o mesmo até hoje:

> Considerando:
>
> 1. A grave situação em que se encontra o mercado de trabalho do músico brasileiro, devido à falta de fiscalização e a uma lei ultrapassada [...], a qual não foi objeto por parte da Ordem dos Músicos do Brasil de nenhuma proposta de atualização em 45 anos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. O caráter arbitrário e truculento de que se revestiu a fiscalização da OMB, cometendo abusos cujo mais lamentável exemplo é a interrupção ou cancelamento de espetáculos, abusos que só recentemente foram contidos por força do esclarecimento dos músicos quanto aos seus direitos;
3. O total afastamento da direção da OMB – Conselhos Regionais e Federal – da classe dos músicos, evidenciado pela sua omissão em tomar providências ou sequer manifestar-se publicamente sobre qualquer assunto de interesse da categoria;
4. Os expedientes no mínimo suspeitos que essa direção utiliza para manter o poder por mais de 40 anos nas mãos das mesmas pessoas, entre elas interventores nomeados pela ditadura, expedientes como a sistemática sonegação de informações e um código eleitoral casuístico [...];
5. A desistência, por parte de uma grande parte dos músicos, devido aos fatos acima descritos, de manter a OMB, levando a entidade a uma crise financeira sem precedentes.
Os Fóruns Permanentes de Música dos Estados abaixo assinados, representados na Câmara Setorial de Música, vêm a público:
1. Declarar que não estão representados pela atual direção da OMB, em qualquer instância; 2. Exigir a sua urgente [e total] renúncia, seguida de eleições amplamente divulgadas, com a participação de todos os músicos...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLÁUDIA QUEIROZ –

[...] na forma da lei, como única forma de recuperar a entidade;
3. Solicitar às autoridades competentes auditoria nas contas, patrimônio e procedimentos eleitorais da OMB.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLÁUDIA QUEIROZ – E assinaram esse documento os representantes dos Estados que vocês podem ver aí.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª CLÁUDIA QUEIROZ – O que nós queremos sugerir? Convocar, imediatamente, eleições amplas e transparentes; elaborar uma nova regulamentação para as relações entre os músicos e a instituição, em que prevaleça a defesa dos interesses dos músicos e da profissão de músico; criar um ambiente democrático de debate e escuta dos músicos brasileiros, que pode ser convocado por esta Casa – como nos oportunizou aqui o Senador Cristovam Buarque –, para promover um amplo debate dos problemas da instituição.

Por fim, eu queria dizer que o patrimônio da OMB é formado pelo suor e trabalho de milhões de músicos que contribuíram, ao longo dos 57 anos de existência da entidade, para a sua existência e manutenção. A gente não pode jogar esse patrimônio todo fora.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª CLÁUDIA QUEIROZ – E a grande capilaridade da instituição, construída ao longo de todos esses anos, conta hoje com sede nos 27 Estados brasileiros e mais 20 delegacias em outras cidades.

Uma instituição criada com finalidade tão nobre, com determinação e boa vontade pode ter sua credibilidade recuperada pelo trabalho daqueles que, verdadeiramente, querem vê-la cumprindo o papel para o qual ela foi pensada. Mas uma coisa é certa: essa contribuição tem que ser voluntária. Ela não tem que ser obrigatória.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª CLÁUDIA QUEIROZ – Então, encerrando, eu queria dizer que nós precisamos de mais debates em relação não só aos motivos que nos trouxeram aqui, mas em relação aos rumos da entidade. Não é acabando com a OMB que a gente vai resolver o problema do músico no Brasil. Então, nós precisamos de alternativas democráticas para toda essa problemática. Por isso, eu peço a vocês que não tomem decisões precipitadas, porque a gente precisa de muito mais debate sobre essa questão.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado.

Eu gostaria muito de debater com todos, mas o tempo vai... Já são 12h22. Finalmente, chegou aqui mais um Senador, então já fico mais tranquilo. De repente, se eu precisar sair, ele pode presidir – e não é um Senador qualquer que chega.

Mas, antes disso, eu quero passar a palavra ao Deputado Marcelo Aguiar, que nos dá a honra com a sua presença.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Obrigado, Presidente, Senador Cristovam Buarque. Cumprimento V. Exª, em primeiro lugar, pelo belíssimo trabalho, pela direção e pela sensibilidade de trazer um tema tão importante para esta Casa.

Cumprimento também o Gerson Ferreira Tarjes, a nossa querida Cláudia Queiroz, que acabou de falar, o Luis Carlos Silva Barbosa, o Marcos Santos e todos que estão presentes.

Primeiro, eu acho que as palavras da Cláudia Queiroz manifestam o anseio de todos aqui nesta sala e da sociedade brasileira. Nós não podemos tomar, de forma antecipada, uma decisão que diz respeito a uma instituição tão importante para o Brasil.

Eu faço parte da Ordem dos Músicos, como músico. Hoje eu sou Parlamentar, mas a minha vida e aquilo que eu construí, a minha base, e o quanto a música foi importante na minha vida, não só em termos de uma inclusão no mercado de trabalho, de uma sustentabilidade, ao mesmo tempo em que me trouxe até mesmo uma disciplina muito grande, porque esse é o papel da música também na vida do ser humano, eu devo muito isso à Ordem dos Músicos do Brasil. Eu comecei com 16 anos de idade. Eu cantava nas casas, em churrascarias, em tudo que você imaginar, na cidade de São Paulo, pequeno, sendo menor de idade, acompanhado pelo meu pai e orientado pela Ordem dos Músicos do Brasil. Então, eu acho que hoje nós não podemos jogar uma história de anos e anos e anos no lixo, em primeiro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em segundo lugar, o sentimento que trouxe as pessoas aqui hoje. Hoje em dia, infelizmente, a rede social, a tecnologia tem sido importante para quem sabe utilizar esse trabalho, mas muitas pessoas estão utilizando o meio de comunicação de forma indevida e de forma inescrupulosa muitas vezes. Nós não podemos falar da história e de quem faz parte de um trabalho desses de forma irresponsável. E é o que nós temos visto acontecer, nos últimos tempos, nas redes sociais.

Então, eu quero aqui, hoje – serei rápido, porque eu quero ouvir a fala do meu Senador Magno Malta, que foi uma das pessoas citadas nesse processo durante esse tempo e, lógico, de forma muito responsável, já tomou as suas providências –, deixar o meu apoio principalmente à Ordem dos Músicos do Brasil e a todos aqueles que têm o desejo pela Ordem dos Músicos.

Há poucos dias, nós entramos num debate aqui sobre a situação do recolhimento, enfim, das associações e sobre o que ia acontecer com os direitos autorais no Brasil. E muitas pessoas ficaram preocupadas: "Poxa, o que vai acontecer com esses recolhimentos, com os direitos autorais?" E nós tivemos a sensibilidade de levar o tema, estamos estendendo esse tema ainda, e, de repente, vamos entrar apenas para o próximo ano, porque não dá para tomar uma decisão da noite para o dia, pois nós temos uma história de recolhimento das associações e há um avanço. Agora, é óbvio que nós estamos brigando pelos músicos brasileiros, olhando para os músicos brasileiros.

Se eu estou aqui hoje, eu sou fruto da música. Tudo que eu obtive na minha vida e tudo que eu tenho na minha vida eu não tive depois que eu virei Deputado Federal; ao contrário, tudo que eu tenho no meu Imposto de Renda, tudo que eu tenho declarado na minha vida foi a música que me deu. E a participação de uma associação como essa na vida eu sei o que representa.

Por isso, quero deixar aqui o meu apoio incondicional. É importante nós termos esses debates, e, se nós tivermos que trazer todos os músicos do Brasil para este lugar, nós vamos trazer para defender aquilo que nós acreditamos.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Deputado, por sua presença e por sua fala.

Consulto se o nosso nobre Senador, que todos nós admiramos, quer fazer uso da palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Cristovam, muito obrigado. Quero, sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Como músico e como Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu quero falar primeiro como músico. Quero falar como músico e, para V. Exª, quero falar com bacharel em Teologia.

Eu fiz um curso de bacharel em Teologia; comecei em 1978 e me formei em 1981. Quando eu saio de lá, descubro... Disseram-me que o curso era superior. E eu até brincava muito, dizendo: passei lá quatro anos da minha vida e joguei fora; pensei que eu tinha um curso superior e não tenho. Ele não existe. Depois, me disseram que, realmente, não existe, não é. Mas era o maior seminário da América Latina e tal.

E aí aprouve Deus que eu, filho de uma faxineira lá do interior da Bahia, que até 1990 dormia na rodoviária de São Paulo, com minhas caixas de LP, com meu violão Trovador, via os cartazes dos grandes eventos que iam acontecer no meu segmento – acho que Marcelo Aguiar estava com os dentes nascendo ainda, ainda não cantava – e ia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Já era careca. É possível que ele fosse também na época, porque os dentes não tinham nascido. Então, era sem dentes e careca.

Eu ia para os grandes eventos me aventurar, arrumar um estande para colocar o meu LP e cavar uma vaga para botar o meu *playback*. E foi assim que as minhas filhas foram criadas. Foi assim que eu sustentei... Há 40 anos eu tiro drogados da rua. A minha instituição vive da minha música, dos meus direitos autorais, nem sempre recebidos, porque quando eu recebo o relatório vem uma micharia de uma música que nunca tocou, de que eu não lembro a letra, porque só cantei para gravar, e a música que está tocando, que está virada, essa não veio, não vem.

Conheço todos esses dissabores. Mas eu citei o meu curso, de começo, para dizer que, quando me tornei Senador da República, em 2002, e V. Exª, Senador da República, virou Ministro da Educação, eu tive o tino, na intimidade de colega, de procurá-lo e dizer: Cristovam – chamando-o de Cristovam, sempre fui seu fã –, você sabia que o curso de Teologia não é legalizado? Você disse: "Não. Eu acho que é." Eu disse: Não é. Vamos ver... "É, Magno, realmente não é."

E eu estou lhe homenageando para que saibam aqueles que hoje fazem um curso superior de Teologia que você é o pai disso. E para aqueles que tinham o curso, e não era legalizado, vieram os critérios para o reconhecimento, e os diplomas foram reconhecidos dentro desses critérios. E V. Exª é o pai disso. V. Exª é o pai disso!

A Bíblia diz, Senador Cristovam, que a quem honra, honra. Então, eu o estou honrando publicamente e acho que até o faço um pouco tarde. V. Exª merece essa reverência de todos aqueles que fazem Teologia, que amam a Teologia, que amam a Bíblia, que amam o conhecimento. Mesmo sem ser um homem... É um homem de confissão cristã, porque é católico, mas não é bem a sua área acadêmica, e V. Exª teve a sensibilidade de fazer uma coisa que saiu mais rápida do que imediatamente.

Acho que foi sua maior ação... (*Palmas.*)

Mas eu quero falar como músico e vou embolar como Senador também, e como homem, porque preciso preservar minha honra.

Eu sou membro da Ordem dos Músicos há muitos anos e tenho razões sobejas para ter me afastado, como centenas e centenas de artistas no Brasil se afastaram. E digo que quase 100% daqueles que eram filiados, do mundo gospel, onde nós fazemos... Até porque música é música, mas inventaram isso, fizeram separação, coisa que nos Estados Unidos não existe: Madonna é primeiro lugar e, no dia seguinte, o primeiro lugar já é Amy Grant, que é uma cantora de música gospel, tocando todos na mesma rádio. O Brasil é que separa isso. Mas separa até por discriminação, porque, quando Roberto Carlos canta: "Essa luz, é claro que é Jesus", a rádio secular toca, mas, se ela for cantada por mim, o cara fala: "Que nada, isso é música de crente". Não vai tocar. Então, o Brasil tem essa separação, essa discriminação, essas coisas todas.

Mas eu pertenci, conheci as mazelas, até porque na vida tudo tem mazela, nada é 100%, e tenho as minhas discordâncias, que não descreverei. Não descreverei! E vi com muito bons olhos – e não sou ingênuo, Marcos. Eu não sou ingênuo. Se há alguém que não é ingênuo, sou eu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu estou com a palavra, querido. Sou Senador da República, e isto é uma Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Ah, ele não é Marcos, não?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não. Aqui o Marcos falou, saiu...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Desculpa, até repeti o nome dele. É porque estava errado ali.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – A culpa é nossa, da Mesa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu não sou ingênuo nem minha esposa é ingênua. Eu sou um homem até muito atento e zeloso com o meu nome. Sou músico e, quando vi a mudança que ocorreu na Ordem dos Músicos, num momento diferente, hipotequei meu apoio e de nada me arrependo. Não fui lá usar minha influência de Senador, até porque não participei de nenhum processo eleitoral nem participarei.

Recebi um grupo de pessoas, de músicos de Brasília no meu gabinete, num dia de CPI, num dia de comissões, uma coisa que não estava pré-agendada, e pedi que eles aguardassem um pouco – eu tinha uma reunião fora. Eu acabei indo para essa reunião fora, porque era com o Ministério da Justiça, por causa da CPI, e acabei não os atendendo. Tive o dissabor de depois ver no meu Instagram uma mensagem desaforada de um músico. E eu disse a ele, escrevi lá, respondi. Mas depois ele fez um ataque vil à minha honra, no Facebook dele, de uma forma muito destemida. Deve me conhecer muito bem e deve ser capaz de repetir tudo isso no Judiciário, porque já movi um processo de calúnia e difamação e vou a qualquer tribunal contra qualquer um que se insurja indignamente contra minha honra. Eu sou músico, sou pai, sou avô, sou homem – sou homem! E sou um Senador que tem zelado pelo seu mandato, pelas ações que este País tem colocado na minha mão. Não sou neto de homem poderoso da política, não sou filho; sou filho de uma faxineira do interior da Bahia, que até 1990 dormiu na rodoviária de São Paulo. E tenho honrado a minha vida, princípios, a luta que tenho abraçado na vida eu tenho honrado.

Agora, o fato de eu ter hipotecado o meu apoio à nova diretoria da Ordem, lá ter ido e lá ter feito um vídeo com a minha esposa, que é musicista respeitada no Brasil no nosso segmento, não dá o direito de ninguém que discorda do que eu fiz atacar a minha honra, até porque você pode discordar do que quiser. Ninguém é convidado à convergência. E, se a discórdia tem fundamento, respeita-se aquele de quem se discorda. E eu estou pronto para respeitar quem não concorda. Agora, exijo pleno respeito a mim na minha concordância. E respeito que se respeitem aqueles que concordam. E, por conta de uma demanda dessa, da Ordem dos Músicos, atacar a minha honra em rede social? Vai responder nos tribunais até o final. Vai responder até o final, sem apelo, até o final. E isso é para qualquer um que se levante contra a minha honra.

Dessa maneira, Senador Cristovam, quero cumprimentar o Gerson, que é o presidente da instituição e merece respeito. Lá, houve uma diretoria que chegou a quase 50 anos. Se há louros a serem comemorados por aqueles que hoje estão revoltados com a presidência do Sérgio, que comemorem esses louros, mas que se respeitem as pessoas. Eu não tenho louro nenhum para comemorar, e fui membro dessa Ordem durante muito tempo. Mas o meu respeito... Não estou aqui para desmoralizar nem fazer citações nem citar problemas que ocorreram durante esses anos, sobre os quais outros artistas falam abertamente. Eu não falarei. Eu não estou aqui para tocar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome de ninguém. Se eu gosto da preservação do respeito ao meu nome, não vou tocar em nome de ninguém.

Só quero dizer o seguinte: quem acha que esses dias foram dias de louros, de glória, de bênçãos, de maravilha para os músicos do Brasil ao longo desses 50 anos, parabéns, continue fazendo a sua discussão, mas respeite quem agora assumiu a entidade e respeite aqueles que querem ajudar a entidade nesse novo momento. Existe a regra da boa convivência. E a regra da boa convivência é respeito. Respeito! Está respeitado quem não concorda. Não sou ingênuo. Não sou ingênuo! Minha esposa não é ingênua. Discorde das minhas posições, mas não ataque a minha honra.

Por isso, eu precisava vir aqui, Senador Cristovam, fazer esse registro, até indignado, aguardando o dia – eu até perguntei ontem para o meu advogado – em que o juiz vai me notificar para que eu possa realmente começar a ficar cara a cara no tribunal com esse cidadão que atacou a minha honra de forma gratuita, ignorante e desnecessária.

É a minha palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Senador.

Eu quero dizer que, na nossa apresentação da audiência, o MVM tinha... A gente tinha representantes de diversas entidades, e o MVM indicou mais de um, indicou três. Um sentou-se aqui, o Marcos, e falou. E o Engels também quer usar da palavra. Eu vou dar a palavra a ele, até por uma razão: foi ele que um dia eu encontrei no *shopping* e sugeriu que eu fizesse esta audiência. Foi ele. Eu confesso que eu não sabia nada dos bastidores de tudo isso.

Eu achei que era importante, como eu estou convencido de que foi uma boa coisa ter feito esta audiência e ter escutado o que cada um diz de um lado e de outro. (*Palmas.*)

Eu vou passar a palavra, só pedindo, Engels, uma coisa: que seja curto, porque eu tenho um compromisso e já estou bastante atrasado. A não ser que o Senador queira assumir a Presidência no meu lugar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eles, da forma como se faz aqui – Eu e V. Exª sabemos –, esperaram esvaziar a CCJ e botaram agora extrapauta os jogos de azar. Eu sou contra e preciso morder a jugular deles. Eu tenho que sair.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu quero dizer que, apesar do que aqui foi dito – lembrado, porque é verdade –, de que custou 50 mil empregos de músico, eu também sou contra. Eu acho que o jogo de azar não é o caminho, com todo o respeito àqueles que teriam emprego em função disso. Eu não tendo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Há muito mais crime nisso do que perda de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu não sou daqueles que tende a achar que essa é a maneira de criar emprego. Agora querem usar até para financiar campanhas eleitorais, tudo isso. Então, eu respeito bem que o senhor vá à CCJ.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Aliás, eu preciso representá-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – De certa maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, como não vamos poder tê-lo como presidente, depois do Engels, eu vou ver como faço para não me atrasar mais ainda, porque já estou dez minutos atrasado para uma coisa em que eu tenho que estar no começo.

Engels, por favor, alguns minutos.

O SR. ENGELS ESPÍRITOS – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Dr. Luis Carlos, fique à vontade para sair na hora em que o senhor quiser – porque já havia me dito.

O SR. LUIS CARLOS SILVA BARBOSA (*Fora do microfone*.) – Só vou pedir o seguinte: vou respeitar, mas se for curto, porque meu compromisso era ao meio-dia, mas, em respeito ao senhor *et al*, eu estou me alongando.

O SR. ENGELS ESPÍRITOS – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Engels Espíritos. Eu sou um dos representantes da liderança do Movimento de Valorização dos Músicos. Nós existimos há oito anos, e esse é um movimento legítimo de músicos; nós não temos nenhuma ligação com partidos políticos, religiões, órgãos e instituições.

Eu queria deixar bem claro aqui que essa pauta referente à Ordem dos Músicos do Brasil é importantíssima para todos os músicos deste País. Nós estamos falando de um órgão, de uma autarquia federal corrupta. Através desses 50 anos, ela cometeu diversos atos ilícitos – diversos! –, não somente na direção do déspota Wilson Sandoli, que ficou 42 anos no poder sem haver nenhum tipo de assembleia ou nenhum tipo de capacidade para haver eleições para troca de seus conselheiros e presidentes.

Foi arrecadado dinheiro dos músicos por meio das taxas de carteira dos músicos e das taxas das anuidades. E, pela Lei 3.857/60, através do art. 53, são cobrados 10% de todas as bandas internacionais que se apresentam no Brasil. Imaginem vocês o que são 10% do contrato de uma banda como U2, de uma banda como Iron Maiden, Paul McCartney, Michael Jackson. São milhões e milhões de reais que ficaram nas mãos desse déspota.

Após a saída do Wilson Sandoli desse cargo de direção que dá inveja a qualquer diretor da galáxia – porque ficar 42 anos no poder... –, o seu braço direito, chamado Roberto Bueno, ficou mais de dez anos no poder, da mesma forma, nessa entidade.

Depois essa entidade foi tomada de assalto pelo Sr. Gerson Tajes, que era Presidente do Sindicato de São Paulo. Tomou de assalto a Ordem dos Músicos do Brasil, feito um motim. Lembrando que o Sr. Gerson Tajes não tem formação, não tem nem o primário, não tem carteira profissional da Ordem dos Músicos. A carteira que ele tem é uma carteira forjada, feita pelo Roberto Bueno. Nós temos o documento aqui. E, de acordo com a Lei 3.857/60, não é possível, não pode...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ENGELS ESPÍRITOS – Eu estou falando, por favor.

Não é possível na lei... Desculpe-me, Senador. Na Lei 3.857/60, não é permitido que uma pessoa que não seja músico profissional possa estar nos cargos de direção do Conselho Federal, ser Presidente da Ordem dos Músicos de qualquer seccional ou do Conselho Federal. Isso está na lei. Nem isto a Ordem dos Músicos faz: seguir a própria Lei 3.857/60, que, diga-se de passagem, é uma lei ultrapassada, anacrônica e ditadora, que precisa de uma reformulação urgente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Gerson Tajes não tem condição nenhuma de ser Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos. Ele não é músico; ele fez parte de sindicatos de *motoboys*, sindicatos de carga, veio de outro histórico. Ele não é músico e não pode fazer parte da Ordem da Músicos do Brasil. Ele não tem condição nenhuma de representar os músicos do País.

As eleições feitas na Ordem dos Músicos do Brasil sempre foram uma troca de cadeiras entre os conselheiros e os presidentes, num ciclo interminável de troca. Nunca houve eleição, e sempre houve um prestígio entre os conselheiros e os presidentes. Os músicos do Brasil nunca participaram de assembleia, nunca participaram de votação, nunca participaram de eleição, nunca foram abertas chapas; é um órgão absolutamente ditador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ENGELS ESPÍRITOS – Portanto, senhoras e senhores, tenho outra questão aqui para falar.

Esse advogado que aqui disse que é músico, eu acho pouco provável que, de fato, ele tenha vivido de música e tenha conhecido a Ordem dos Músicos. O Senador Magno Malta está apoiando um órgão do qual, infelizmente, ele é mais uma vítima; não tem informação sobre o órgão e não leu a respeito de todos os absurdos causados em 50 anos de existência desse órgão.

A pergunta que eu faço: de todo o dinheiro arrecadado, das taxas do art. 53, das taxas para tirar carteira e das taxas que são pagas pelas anuidades, onde foi parar o dinheiro dos músicos durante 50 anos? Existem vários escândalos, várias compras de imóveis, de lojas, de armas, que essa entidade comprou na gestão do Roberto Bueno, e desvio de verba dos músicos.

O que a Ordem dos Músicos do Brasil tem feito pelos músicos neste País? Nós não temos assistência jurídica, médica, odontológica. Nunca foi retirado um centavo desse dinheiro para a previdência social. Nunca nenhum músico neste País foi aposentado neste País.

Outro aspecto. A profissão dos músicos, assim como a profissão das artes, não precisa de um órgão fiscalizador. Órgão fiscalizador para fiscalizar o quê? Se o músico é desafinado? Se ele aplica mal um acorde com sétima ou com nona? É para isso que serve?

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ENGELS ESPÍRITOS – Órgão fiscalizador existe para profissões que, no seu exercício, têm um grau de lesabilidade, como a profissão do médico, do advogado, do engenheiro, que, se não estiverem bem formados, podem causar problemas na vida de um cidadão, podem lesar a Pátria. Agora, no caso de uma profissão como a música, se o músico não é bem formado, se ele é desafinado, ele não vai causar surdez em ninguém, não vai explodir o cérebro de ninguém. Portanto, ter um órgão fiscalizador para a música é um absurdo! As artes não precisam de órgão fiscalizador!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ENGELS ESPÍRITOS – E isso fere a Constituição brasileira, no art. 5º, nos incisos IX, XIII e XX.

Portanto, nós músicos do Brasil pedimos que seja feita urgentemente a votação da ADPF 183 na Suprema Corte Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E solicitamos ao nobre Senador Cristovam Buarque que nos ajude a chamar a atenção de toda a sociedade, de toda a mídia e de todo o meio político do País para a miséria dessa profissão, que está jogada ao descaso, jogada ao limbo e que está nas mãos de pessoas que não podem nos representar, porque não são músicos, não são representante dignos e legítimos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ENGELS ESPÍRITOS – ... porque não fizeram parte...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ENGELS ESPÍRITOS – ... porque não houve assembleia, não houve votação. Não houve uma apresentação dessas votações e dessa assembleia interna da Ordem dos Músicos. Isso não foi divulgado na mídia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ENGELS ESPÍRITOS – ... e os músicos não ficaram sabendo.

Nós estamos com pessoas comandando esse órgão que são pessoas absolutamente irresponsáveis, que estão pegando dinheiro dos músicos e colocando em suas mãos para fazer nada, nada!

(*Manifestação da galeria.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu quero agradecer ao Engels.

Eu lamento muito, mas eu não tenho quem colocar em meu lugar e tenho um compromisso, que começou às 11h30, e são 12h45.

O SR. MAURO ALMEIDA – Eu só queria deixar uma colocação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Um momento.

O SR. MAURO ALMEIDA – Que fique bem claro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Um momento. Eu convoquei a audiência. Vim aqui na hora. Até esperei aqui para que chegasse mais gente. Muitos só chegaram depois de estar bem adiantado.

Eu tenho compromisso. Não tenho ninguém, nenhum Senador que possa me substituir aqui. Isso acontece de vez em quando. Isso foi transmitido provavelmente pela televisão. Se não foi ao vivo, será depois, vai passar. Foi ao vivo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Vai provocar um grande debate. Meu gabinete está à disposição para continuar esse debate. Quem quiser me procure. Se for o caso, faremos outra audiência. Essa eu não vou ter como estender mais.

Então, eu quero pedir desculpas, mas vou ter que encerrar.

O SR. EDMIR DAMASCENO – Desde já, o nosso muito obrigado. Foi muito plausível, muito equilibrado na discussão. E, é claro, desde início, o senhor aguardou mesmo, como falou. Aguardou as pessoas.

Então, desde já, o nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado a vocês, que estão aqui provocando um debate fundamental para o Brasil.

Se eu tivesse tempo, eu ia dar a palavra para o Dr. Jeferson responder, mas nem isso vou fazer. Na próxima, responderemos.

Muito obrigado a todos.

Esse é um debate que tem que continuar, e não só mais cinco minutos, mas muito tempo.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Regina Sousa e Ângela Portela, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Paulo Paim, José Medeiros, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Romário, Randolfe Rodrigues, Magno Malta, Telmário Mota, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Vicentinho Alves, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger, Lídice da Mata e Jorge Viana. Deixa de comparecer a Senadora Fátima Bezerra. A Senhora Presidente coloca em votação a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 60ª a 62ª Reuniões da CDH e, ainda, das 3ª e 4ª Reuniões da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho e 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a avaliação multidisciplinar e a elaboração de plano de atendimento individualizado para promover a inclusão de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, de 2017 - Não Terminativo - que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 14 - SUGESTÃO Nº 19, de 2017 - Não Terminativo - que: "Inclui os condutores de ambulância no Regime Especial de Aposentadoria" Autoria: Ente Jurídico. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado para que passe a tramitar como autoria da CDH. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 93 de 2017 que: "Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 96-B, § 2º, e o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Torquato Lorena Jardim, as seguintes informações: 1.Qual a evolução da população carcerária no País nos últimos cinco anos? 2.Qual o percentual de presos provisórios e condenados definitivamente? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 3.Qual o percentual de presos recolhidos pela prática de crimes previstos na Lei de Drogas? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 4. Qual o percentual de presos recolhidos pela prática de crimes qualificados como hediondos pela legislação em vigor? 5.Qual a distribuição territorial por Estado da população carcerária? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 6.Qual a distribuição de presos por regime de cumprimento de pena (fechado, semiaberto, aberto)? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 7.Qual o atual déficit de vagas no sistema penitenciário nacional? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 8.Qual a capacidade e a quantidade de presos recolhidos nos Presídios Federais? Qual a evolução deste dado nos últimos dez anos? 9. Qual o tempo médio de recolhimento de cada preso no sistema penitenciário federal? 10.Qual a previsão para a expansão do sistema penitenciário federal mediante a construção de novas unidades? 11.Quais são as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública através do Departamento Penitenciário Nacional para garantir tratamento igualitário às minorias encarceradas? Qual o êxito destas iniciativas? 12. Existe previsão para a realização de um censo penitenciário completo? 13. Qual a evolução do orçamento do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) nos últimos cinco anos? Qual o valor designado/executado para cada uma de suas principais rubricas? 14. Quais os critérios estabelecidos para a repartição dos recursos do Funpen entre as diversas unidades da federação no exercício de 2017? 15. Outras informações julgadas relevantes para a avaliação da política pública de encarceramento." Autoria: Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 94 de 2017 que: "Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição Federal, combinado com o art. 96-B, § 2º, e o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro-presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Raimundo Carreiro, as seguintes informações: 1. A Ministra Ana Arraes submeteu ao Plenário do TCU comunicação no sentido de realizar auditoria coordenada que permita examinar os aspectos mais relevantes da gestão operacional e de infraestrutura das penitenciárias do Brasil. Qual a conclusão desse trabalho? Não tendo sido concluída a auditoria, quais são os seus achados preliminares? Quais Estados aderiram à auditoria coordenada? 2.Qual a situação das últimas cinco contas anuais do Departamento Penitenciário Nacional? 3.Existem, nos últimos cinco anos, outras auditorias que tenham analisado a política pública de encarceramento? 4.A Corte de Contas já teve a oportunidade de avaliar o funcionamento do sistema penitenciário federal? 5.Outras informações julgadas relevantes para a avaliação da política pública de encarceramento." Autoria: Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 95 de 2017 que: "Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 96-B, § 2º, e o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, as seguintes informações: 1.Segundo o art. 2º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, constituem recursos do Fundo Penitenciário Nacional, dentre outros, três por cento do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias, no âmbito do Governo Federal. a) Qual o saldo ainda não utilizado pelo Fundo? b) Qual a sua evolução nos últimos cinco anos? c) Há uma previsão para zerar este saldo?" Autoria: Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96 de 2017 que: "Requer, com amparo nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do RDH 68/2017 para inclusão do seguinte convidado: Bruno Ramos - Representante da Secretaria Nacional da Juventude, pasta da cultura e colaborador na construção do Plano Nacional da “Juventude VIVA”." Autoria: Senador Romário. Resultado: Adiado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 97 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o intuito de instruir matéria sob minha relatoria, a Sugestão nº 25, de 2017, que trata da “Descriminalização do cultivo da cannabis para uso próprio”." Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: Aprovado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública, nesta Comissão, para debater “O Estatuto da Pessoa com Deficiência e os Planos Diretores Municipais"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão, para debater "A Amazônia e a Autorização para exploração de Minério em Reservas Ambientais e em Terras Indígenas"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "O pacote de Privatizações"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 101 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com vistas a debater o anúncio feito pelo Governo em que prevê dezenas de projetos, incluídos ou não no PPI – Programa de Parcerias de Investimento, com o objetivo de promover concessões, privatizações, leilões e vendas de ativos." Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 102 de 2017 que: "Requer, nos termos dos arts. 90, inc. II e 93, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do Sr. Paulo Adriano Lopes Lucinda (Coronel Telhada), Deputado Estadual por São Paulo, no rol de convidados elencados no RDH 68, de 2017, para debater sobre a Criminalização do Funk (SUG 17/2017)." Autoria: Senador Romário. Resultado: Adiado. ITEM 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater sobre o Ofício "S" nº 16 de 2015, que encaminha cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara dos Deputados, destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado, com os seguintes convidados: Sr. Ronaldo Nogueira de Oliveira, Ministro de Estado do Trabalho; Sra. Luislinda Dias de Valois Santos, Ministra de Estado dos Direitos Humanos; Sr. Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano, Secretário da Previdência; Sra. Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Deputada federal e relatora do relatório da CPI; Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); e Representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os demais, que constam do texto do requerimento, foram excluídos pelo autor da matéria durante a deliberação. ITEM 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 104 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Atuação dos Planos de Saúde e possíveis alterações na legislação"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 81/2017, com o objetivo de instruir o PLS 231/2015, seja incluída a convidada KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA, representante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT" Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Adiado. ITEM 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 106 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporário do Estatuto do Trabalho para debater "Princípios Basilares para um Estatuto do Trabalho e Princípios da CLT"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Temporário do Estatuto do Trabalho, para debater "Normas Gerais de Tutela do Trabalho"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 30 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 108 de 2017 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Seguridade Social no Brasil"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer denúncia de assassinatos de 20 indígenas por garimpeiros, ocorrido no mês de agosto, que viviam isolados no Vale do Javari, no município de São Paulo de Olivença, estado do Amazonas, na fronteira com Peru e Colômbia. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Franklimberg Ribeiro de Freitas - Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); 2. Representante do Ministério Público Federal do Estado do Amazonas." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 110 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater "O Estatuto do Trabalho: Uma lei para todos"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 111 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir o PLC 119/2015 - "Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 112 de 2017 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Proposta alternativa à Contribuição Previdenciária por Aposentados". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do RDH 26/2017 - Política Pública. Finalidade: Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho do RDH 26/2017, que requer a avaliação da política pública para erradicação do trabalho escravo. Resultado: Adiado. Às doze horas e nove minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência à Senadora Angela Portela. Às doze horas e doze minutos a Senadora Angela Portela devolve a presidência para a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Regina Sousa e Angela Portela e os Senhores Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quartorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 60ª a 62ª Reuniões da CDH e ainda das 3ª e 4ª Reuniões da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Esta reunião está dividida em duas partes. A primeira será deliberativa, votação em bloco para o esforço concentrado. E a segunda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Paulo Rocha não está aqui. É melhor não ler esta parte.

Mas nós temos uma audiência pública logo após esta deliberativa, que é sobre uma sugestão da criminalização do *funk,* a requerimento do Senador Romário. Então, logo após, teremos audiência pública sobre essa questão, uma sugestão de audiência por requerimento do Senador Romário.

Daqui saiu um ofício pedindo informações sobre aquela questão dos índios Gamela, do Maranhão, e recebi a resposta. Vou ler apenas o item que contém a resposta do que a gente pediu:

> Ministério da Justiça e Segurança pública. Fundação Nacional do Índio.
> Esclarecemos que no dia 13 de junho de 2017 foi realizada uma audiência de conciliação na 13ª Vara Federal do Estado do Maranhão, na qual esta Fundação se comprometeu a apresentar uma minuta quanto ao instrumento de parceria a ser firmado com o Estado do Maranhão.
> Já houve a elaboração de uma primeira versão da minuta pela área técnica. No momento, estão sendo feitos alguns ajustes para submissão à avaliação da Procuradoria Federal especializada junto à Funai.

São respostas que a gente está recebendo dos requerimentos e dos ofícios que a gente envia sobre os temas aqui abordados. No caso, o tema dos índios Gamela, do Maranhão.

Nós recebemos uma nota técnica do Conselho Nacional dos Direitos Humanos só opinando sobre a questão daquela pauta sobre o julgamento de crime doloso contra a vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

praticado por militares contra civil. É apenas uma nota para registro, porque o projeto é votado no Plenário. Está à disposição de todos que queiram ler a nota.

Vamos aos requerimentos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, eu tenho aqui um requerimento de nossa autoria... É o item 19. Se fosse possível... Ele trata da realização de audiência pública aqui, nesta Comissão, sobre a liberação da *cannabis*, a liberação da maconha. Nós estamos consultando... Já recebemos alguns nomes por parte de um grupo que defende essa liberação e estamos consultando algumas pessoas para que a gente possa fazer esse debate aqui.

Esse item 19 é de minha autoria. Eu gostaria, se fosse possível, que a senhora fizesse uma inversão para nós votarmos esse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Temos vários outros requerimentos em pauta também, mas acho que os Senadores não fazem objeção porque é só um dele, e ele está com um compromisso.

Os Senadores que concordam com a inversão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão.

Então, vamos ao item 19.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 97, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o intuito de instruir matéria sob minha relatoria, a Sugestão nº 25, de 2017, que trata da "Descriminalização do cultivo da cannabis para uso próprio".

Autoria: Senador Sérgio Petecão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para encaminhar o requerimento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Para encaminhar.) – Presidente, na verdade, este é um requerimento que nós, ouvindo atentamente algumas pessoas que defendem a plantação de *cannabis* para uso próprio... Esse projeto estava na CCJ, e algumas pessoas que defendem pediram que nós abríssemos um debate. Essa foi a ideia. Eu penso que o fórum desta Comissão de Direitos Humanos é o fórum adequado. Eles já sugeriram alguns nomes que acham interessantes e que defendem essa proposta, e nós estamos consultando algumas pessoas, ouvindo-as. Se essa Presidência ou algum membro desta Comissão tiver interesse em sugerir algum nome, pode ter certeza de que seria muito interessante para nós, para que a gente possa fazer esse debate.

É um tema polêmico, um tema que está na ordem do dia, mas nós não podemos nos esquivar e correr desse debate. Vamos fazer esse debate. Eu penso que esta Comissão poderá dar, sim, uma contribuição grande para que nós possamos aprovar ou não esse tema aqui, no Senado.

Era isso, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Petecão. É sempre bom os temas polêmicos serem precedidos de debates antes de serem votados. Parabéns!

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Posteriormente, será marcada a data, porque nós temos uma série de audiências aprovadas e também de indicados convidados.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Srª Presidente.

Eu gostaria...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item 15.

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 93, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 96-B, § 2º, e o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Torquato Lorena Jardim, as seguintes informações: 1.Qual a evolução da população carcerária no País nos últimos cinco anos? 2.Qual o percentual de presos provisórios e condenados definitivamente? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 3.Qual o percentual de presos recolhidos pela prática de crimes previstos na Lei de Drogas? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 4. Qual o percentual de presos recolhidos pela prática de crimes qualificados como hediondos pela legislação em vigor? 5.Qual a distribuição territorial por Estado da população carcerária? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 6.Qual a distribuição de presos por regime de cumprimento de pena (fechado, semiaberto, aberto)? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 7.Qual o atual déficit de vagas no sistema penitenciário nacional? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 8.Qual a capacidade e a quantidade de presos recolhidos nos Presídios Federais? Qual a evolução deste dado nos últimos dez anos? 9. Qual o tempo médio de recolhimento de cada preso no sistema penitenciário federal? 10.Qual a previsão para a expansão do sistema penitenciário federal mediante a construção de novas unidades? 11.Quais são as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública através do Departamento Penitenciário Nacional para garantir tratamento igualitário às minorias encarceradas? Qual o êxito destas iniciativas? 12. Existe previsão para a realização de um censo penitenciário completo? 13. Qual a evolução do orçamento do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) nos últimos cinco anos? Qual o valor designado/executado para cada uma de suas principais rubricas? 14. Quais os critérios estabelecidos para a repartição dos recursos do Funpen entre as diversas unidades da federação no exercício de 2017? 15. Outras informações julgadas relevantes para a avaliação da política pública de encarceramento.

Autoria: Senadora Ângela Portela

Relatoria:

Relatório:

Vou deixar para a Senadora Ângela, que é a autora, falar. Na verdade, é um pedido de informação ao Ministério da Justiça. São vários itens certamente para instruir o seu relatório sobre o sistema carcerário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como o projeto é de autoria da Senadora Ângela Portela, concedo-lhe a palavra para encaminhar.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para encaminhar.) – Obrigada, Srª Presidente.

Nós temos aqui três requerimentos, visando subsidiar a elaboração do nosso relatório sobre a política pública do encarceramento. Num deles, eu requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Torquato Jardim, as seguintes informações: 1.Qual a evolução da população carcerária no País nos últimos cinco anos? 2.Qual o percentual de presos provisórios e condenados definitivamente? Qual a evolução desse dado nos últimos cinco anos? 3.Qual o percentual de presos recolhidos pela prática de crimes previstos na Lei de Drogas? Qual a evolução desse dado nos últimos cinco anos? 4. Qual o percentual de presos recolhidos pela prática de crimes qualificados como hediondos pela legislação em vigor? 5.Qual a distribuição territorial por Estado da população carcerária? Qual a evolução desse dado nos últimos cinco anos? 6.Qual a distribuição de presos por regime de cumprimento de pena (fechado, semiaberto, aberto)? Qual a evolução desse dado nos últimos cinco anos? 7.Qual o atual déficit de vagas no sistema penitenciário nacional? Qual a evolução desse dado nos últimos cinco anos? 8.Qual a capacidade e a quantidade de presos recolhidos nos Presídios Federais? Qual a evolução desse dado nos últimos dez anos? 9. Qual o tempo médio de recolhimento de cada preso no sistema penitenciário federal? 10.Qual a previsão para a expansão do sistema penitenciário federal mediante a construção de novas unidades? 11.Quais são as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública através do Departamento Penitenciário Nacional para garantir tratamento igualitário às minorias encarceradas? Qual o êxito dessas iniciativas? 12. Existe previsão para a realização de um censo penitenciário completo? 13. Qual a evolução do orçamento do Fundo Penitenciário Nacional nos últimos cinco anos? Qual o valor designado/executado para cada uma de suas principais rubricas? 14. Quais os critérios estabelecidos para a repartição dos recursos do Funpen entre as diversas unidades da Federação no exercício de 2017? 15.Outras informações julgadas relevantes para a avaliação da política pública de encarceramento.

Então, à Comissão de Direitos Humanos cabe a tarefa de avaliar a política de encarceramento nos termos da competência prevista no §1º do art. 96 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nessa esteira, os dados acima solicitados sobre o sistema penitenciário são de vital importância para o sucesso da diligente tarefa de se avaliar a política de encarceramento brasileiro.

Esse é o nosso primeiro requerimento.

Nós temos mais dois aqui, que, num dado momento, apresentaremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esta Comissão aprovou a avaliação de duas políticas de acordo com a programação de avaliação de políticas públicas do Senado.

Uma delas foi o encarceramento, o sistema carcerário, e a outra foi a questão do combate ao trabalho escravo. O Senador Paulo Rocha, Relator, que não está aqui hoje, vai apresentar posteriormente a proposta de trabalho.

Então, em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda da Senadora Ângela o item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 94, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 96-B, § 2º, e o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro-presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Raimundo Carreiro, as seguintes informações: 1. A Ministra Ana Arraes submeteu ao Plenário do TCU comunicação no sentido de realizar auditoria coordenada que permita examinar os aspectos mais relevantes da gestão operacional e de infraestrutura das penitenciárias do Brasil. Qual a conclusão desse trabalho? Não tendo sido concluída a auditoria, quais são os seus achados preliminares? Quais Estados aderiram à auditoria coordenada? 2.Qual a situação das últimas cinco contas anuais do Departamento Penitenciário Nacional?

3.Existem, nos últimos cinco anos, outras auditorias que tenham analisado a política pública de encarceramento?

4.A Corte de Contas já teve a oportunidade de avaliar o funcionamento do sistema penitenciário federal?

5.Outras informações julgadas relevantes para a avaliação da política pública de encarceramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senadora Ângela Portela

E aí eu vou deixar as informações, porque ela está pedindo para fazer na argumentação.

Concedo a palavra à Senadora Ângela para encaminhar o requerimento.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para encaminhar.) – Eu peço a aprovação desse requerimento de audiência pública. Requeiro que seja solicitado... Aliás, não é audiência pública, é solicitação de informações ao Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Raimundo Carreiro.

Nós solicitamos à Ministra Ana Arraes submeter ao Plenário do TCU comunicação no sentido de realizar auditoria coordenada que permita examinar os aspectos mais relevantes da gestão operacional e de infraestrutura das penitenciárias do Brasil. Qual a conclusão desse trabalho? Não tendo sido concluída a auditoria, quais são os seus achados preliminares? Quais Estados aderiram à auditoria coordenada? Qual a situação das últimas cinco contas anuais do Departamento Penitenciário Nacional? Existem, nos últimos cinco anos, outras auditorias que tenham analisado a política pública de encarceramento? A Corte de Contas já teve a oportunidade de avaliar o funcionamento do Sistema Penitenciário Federal? Outras informações julgadas relevantes para a avaliação da política pública de encarceramento.

Então, nós precisamos dessas informações do Tribunal de Contas da União, para que a gente possa fazer um relatório de avaliação da política pública de encarceramento.

Esse é o nosso requerimento, Srª Presidente, para o qual pedimos a aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Ângela Portela, o Requerimento 94, de 2017.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Srª Presidenta, pela ordem.

Eu tenho uma série de requerimentos também e, como eu tenho que participar ainda de um evento lá no Nereu Ramos sobre o Fisco, se eu pudesse votá-los em bloco, eu faria a leitura, e colocaríamos em votação, se possível. São todos simples.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está na pauta ou é extrapauta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos estão na pauta, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Estão na pauta.

Eu vou terminar só este último da Senadora Ângela, porque faz parte da mesma... E aí eu passo para os do Senador Paim.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 95, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 96-B, § 2º, e o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, as seguintes informações: 1.Segundo o art. 2º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, constituem recursos do Fundo Penitenciário Nacional, dentre outros, três por cento do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias, no âmbito do Governo Federal.

a) Qual o saldo ainda não utilizado pelo Fundo?

b) Qual a sua evolução nos últimos cinco anos?

c) Há uma previsão para zerar este saldo?

Autoria: Senadora Ângela Portela

Vou deixar as informações para que ela fale.

Concedo a palavra à Senadora Ângela para encaminhar o seu requerimento.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para encaminhar.) – Bem, este é mais um requerimento visando elaborar o nosso relatório para a política pública de encarceramento.

Desta vez, nós pedimos informações ao Ministro do Planejamento, o Sr. Dyogo.

Constituem recursos do Fundo Penitenciário Nacional, dentre outros, 3% do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias, no âmbito do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Qual o saldo ainda não utilizado pelo Fundo? Qual a sua evolução nos últimos cinco anos? Há uma previsão para zerar este saldo?

Nessa esteira, os dados acima solicitados sobre o Fundo Penitenciário Nacional são de vital importância para o sucesso da diligente tarefa de se avaliar a política de encarceramento brasileira.

Esse é o nosso requerimento, para o qual pedimos a aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 98, de 2017, da Senadora Ângela Portela.

O Senador Paulo Paim pediu para...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, Presidente.

Há três que estão na pauta e outros que são extrapauta.

Eu poderia ler os três que já estão na pauta e, depois, os outros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quatro? Qual é o quarto?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Paim pediu para fazer a leitura em bloco e votar em bloco todos os seus requerimentos pela urgência que ele tem de estar em outro evento.

Item 21.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Amazônia e a Autorização para exploração de Minério em Reservas Ambientais e em Terras Indígenas".

Autoria: Senador Paulo Paim

Depois, o Senador Paulo Paim fará o encaminhamento de todos.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "O pacote de Privatizações".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 104, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Atuação dos Planos de Saúde e possíveis alterações na legislação".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública, nesta Comissão, para debater "O Estatuto da Pessoa com Deficiência e os Planos Diretores Municipais".

Autoria: Senador Paulo Paim

Os quatro estão com o senhor?

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – De forma muito rápida, Presidenta.

O Estatuto da Pessoa com deficiência e a implantação nos Municípios.

Estive em Caxias do Sul, fazendo uma palestra, e foi muito interessante. Inclusive, eles estão dispostos a colaborar com esse debate aqui na Comissão. Este seria o do Estatuto da Pessoa com Deficiência e os Planos Diretores Municipais.

O outro refere-se à Atuação dos Planos de Saúde e possíveis alterações na legislação. É uma preocupação que todos nós temos com os planos de saúde, pois os preços, de um momento para o outro, extrapolam, as pessoas não podem pagar e têm que abandonar os planos.

O outro é conhecido de todos nós. Foi o pacote de privatizações, via decreto. Foram 57 iniciativas do Governo que a gente quer debater.

E o último é aquele que virou notícia no mundo todo: a Amazônia e a Autorização para exploração de Minério em Reservas Ambientais e em Terras Indígenas. É a famosa Renca. Todo mundo acompanhou esse debate, e o Governo até deu uma recuada. Vamos aproveitar, então, para debater em nome do meio ambiente e do ecossistema.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – São quatro os requerimentos do Senador Paim.

Vamos votá-los em bloco.

Foram lidos, e, sobre eles, ele fez a argumentação e o encaminhamento: Item 20, Requerimento nº 98; item 21, Requerimento nº 99; item 22, Requerimento nº 100; item 26, Requerimento nº 104.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação os quatro requerimentos.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovados os quatro requerimentos.

Ainda do Senador Paulo Paim, há requerimentos extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores se concordam com a inclusão dos requerimentos extrapautas, sem prejuízo da pauta que ainda temos para votar, somente porque o Senador Paulo Paim tem que sair.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta dos requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso falar?

Para ganhar tempo, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só vou ler o número para o senhor encaminhar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Presidente, até porque acho que o Senador Paulo Paim já deverá fazer isso, porque está sendo lido só o número, seria interessante que nós pudéssemos ter a informação do tema do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas eu li o tema de todos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não, a senhora leu o número.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não, agora li na votação, mas, no encaminhamento, eu li todo o texto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não, eu estou falando dos requerimentos do Paim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah, sim, os quatro que foram... Não, o extrapauta eu vou ler agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu farei a defesa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou encaminhar agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Só para a gente ter a informação, entendeu, Paim?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, está certo. O que foi votado foi se aceita a inclusão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Está bom, Paim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, agora, o Requerimento nº 112, de 2017.

ITEM 34. EXTRAPAUTA.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 112, de 2017

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Proposta alternativa à Contribuição Previdenciária por Aposentados".

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

O Senador Paulo Paim encaminhará posteriormente a leitura.

Requerimento nº 111.

ITEM 32. EXTRAPAUTA.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 110, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater "O Estatuto do Trabalho: Uma lei para todos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

Também do Senador Paulo Paim.

Requerimento nº 110, de 2017.

ITEM 32

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 110, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater "O Estatuto do Trabalho: Uma lei para todos".

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

Está com a mesma...

Está repetido.

"Uma lei para todos". É a mesma.

Está apresentado duas vezes, Senador, mas a gente faz a exclusão. Considera só um.

Requerimento nº 108.

ITEM 30

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 108, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Seguridade Social no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

É o 108.

Requerimento nº 107.

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Temporário do Estatuto do Trabalho, para debater "Normas Gerais de Tutela do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

E nº 106.

ITEM 28

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 106, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporário do Estatuto do Trabalho para debater "Princípios Basilares para um Estatuto do Trabalho e Princípios da CLT".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

Todos de autoria do Senador Paulo Paim, que preside a Subcomissão que discute o Estatuto do Trabalho.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, então, para situar todos, eu vou...

O nº 112 é uma proposta alternativa à contribuição previdenciária para aposentados. Eu confesso que um grupo de aposentados me trouxe a proposta. Eu a acho polêmica, porque, quando você concorda que o aposentado, mesmo depois de aposentado, tem de contribuir, eu digo: "Olha, eu não tenho como apresentar esse projeto. Só há uma solução: faremos uma audiência pública e vamos chamar todos os aposentados para saber o que eles pensam".

Hoje, sabemos que o servidor público aposentado que ganha acima do teto já paga uma contribuição. Esse é o objetivo. Na dúvida, eu disse que vamos discutir com os aposentados. O outro, Srª Presidenta, vai para aquela Subcomissão que nós criamos, de que o Senador Telmário Mota é o nosso Presidente, e eu sou o Relator. Vamos debater temas lá na Subcomissão sobre o Estatuto do Trabalho. Um deles, uma lei para todos. Eu digo que o Estatuto do Trabalho tem de ouvir empregados e empregadores, para irmos construindo, sem pressa, a longo prazo, quem sabe por todo o ano de 2018, um debate sobre o Estatuto do Trabalho.

O outro, na mesma linha, porque também vai para a Subcomissão, é para discutirmos princípios basilares para um Estatuto do Trabalho baseado nos princípios da nossa CLT.

O outro, Normas Gerais da Tutela do Trabalho, no âmbito também da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. São juízes, advogados e procuradores que virão subsidiar a Comissão para esse debate.

O 108, Srª Presidenta. Na verdade, a Anfip todo ano apresenta o livro sobre a seguridade social no Brasil. Então, ela pretende, num dia a ser marcado, apresentar o livro para mostrar como está a situação da seguridade. Claro que, nos bons tempos, tivemos superávit de 180; foi para 100; depois para 80; depois para 60; depois para 50. O último foi 15, e este eu ainda não sei. Mas, em média, dá um superávit de 50 bi por ano – em média. Claro que eu não tenho o último.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, o 111. Na verdade, ele acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.601, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Na verdade, é um debate, Srª Presidenta, porque o Estatuto do Índio está tramitando na Casa há mais de 20 anos, no Congresso Nacional. Nós queremos pegar o Estatuto do Índio e trazer para o debate, para ver se é possível aprová-lo ou não. Aprovamos tudo: o Estatuto do Idoso; do Negro, da Igualdade Racial; da Criança e do Adolescente; da Juventude; das Pessoas com Deficiência; o Estatuto da Cidade. O mais antigo de todos é o Estatuto do Índio, e nós queremos suscitar o debate da matéria.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os Requerimentos nºs 106, 107, 108, 110, 111 e 112, que foram apresentados agora e encaminhados pelo Senador Paulo Paim.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos extrapauta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Srª Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, tenho um último aqui, que é um projeto meu não terminativo. Eu posso sintetizá-lo. Inclusive, o pessoal das ambulâncias está aí. Está na pauta, é não terminativo, e eu teria de fazer um resumo e sair quase correndo, porque eu tinha me comprometido a estar, no máximo, ao meio-dia, lá no Nereu Ramos, da Câmara, para falar no Encontro Nacional do Fisco.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto os Srs. Senadores se permitem que seja votado esse projeto não terminativo, que é a Sugestão nº 19, de que o Senador Paulo Paim é Relator.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, vou antecipar esse item; depois, voltamos, pois ainda temos requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, eu vou...

ITEM 14

SUGESTÃO Nº 19, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Inclui os condutores de ambulância no Regime Especial de Aposentadoria

Autoria: Ente Jurídico

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à Sugestão, nA forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta

Observações:

Tramitação: CDH.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir parecer.) – Presidente, vou direto para a análise.

É uma sugestão, e, a partir daqui, ele começa, então, a tramitar na Casa, nas comissões correspondentes.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a esta Comissão compete opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por sindicatos, entre outros, como é o caso da Sugestão ora em exame.

A matéria diz respeito à fixação de normas previdenciárias, recai na competência legislativa da União, explicitamente declinada no art. 22, XXIII, da Constituição Federal. Ademais, pertence ao Congresso Nacional a competência para dispor sobre a matéria, baseado no que manda o art. 48 da Constituição.

No mérito, não podemos senão concordar com a sugestão encaminhada pelo Sindicato. As grandes exigências a que são submetidos os condutores de ambulância são de todos conhecidas: a exposição à insalubridade decorrente da sua presença constante no interior do veículo com pessoas doentes, sangue e outros materiais orgânicos, além do fato de participarem, muitas vezes, da limpeza do veículo durante e após sua jornada de trabalho. Inegavelmente é uma área insalubre, periculosa e penosa.

Ora, trabalhadores em igualdade de condição com os motoristas de ambulância já obtiveram o reconhecimento de condições de insalubridade, portanto, esses merecem o mesmo tratamento legislativo especial conferido aos trabalhadores cuja saúde sofre especial desgaste em razão do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Assim, entendemos adequada a Sugestão que chegou a esta Comissão. Aprovando-se aqui a ideia, ela passará a tramitar, então, como projeto de lei na Casa.

Devido ao exposto, sou pela aprovação da Sugestão nº 19, de 2017, para que ela tramite na Casa, em forma de projeto de lei.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei do Senado, para que passe a tramitar com a autoria da CDH.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pela ordem.) – Srª Presidente, tenho um requerimento, item 25. Sou Relator de um projeto que há aqui sobre a questão de uma audiência. Nós queremos uma audiência para tratar do trabalho infantil.

No nosso requerimento, estamos sugerindo convidar 16 pessoas, mas entendemos que sete nos atendem. Então, acho que deveríamos fazer a leitura do requerimento e, ao mesmo tempo, aqui, já fazer a inclusão daquelas pessoas que entendemos que sejam necessárias.

Se V. Exª autorizar, queria fazer essa alteração de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou só fazer a introdução do tema.

Há o item 24, também, que é seu. Deve estar com ele. Eu vou ler os dois, porque aí a gente ganha tempo. Há muitos requerimentos hoje.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 102, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, inc. II e 93, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do Sr. Paulo Adriano Lopes Lucinda (Coronel Telhada), Deputado Estadual por São Paulo, no rol de convidados elencados no RDH 68, de 2017, para debater sobre a Criminalização do Funk (SUG 17/2017).

Autoria: Senador Romário

Relatoria:

Relatório:

Esse aqui eu acho que está prejudicado, não, Senador Telmário? Era para convidar alguém para a audiência de hoje, mas a audiência já é hoje. Não sei se ele foi convidado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Nós somos o Relator? O nosso é o 25.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Trata do Deputado estadual de São Paulo. Mas tem um seu também aqui que era para incluir uma pessoa na audiência do *funk*. Estou dizendo que está prejudicado, porque a audiência já é hoje.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Está bom.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Fica prejudicado o item 24.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater sobre o Ofício "S" nº 16 de 2015, que encaminha cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara dos Deputados, destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil.

Autoria: Senador Telmário Mota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria:

Relatório:

Autoria do Senador Telmário Mota, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para encaminhar.) – Obrigado, Srª Presidente.

Requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater aspectos do Ofício "S" nº 16, de 2015, que encaminha cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara dos Deputados, destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil.

Sugiro que, para a referida audiência, sejam convidados: o Sr. Ronaldo Nogueira de Oliveira, Ministro de Estado do Trabalho; a Srª Luislinda Dias de Valois Santos, Ministra de Estado dos Direitos Humanos; o Sr. Ives Gandra da Silva Martins Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; o Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano, Secretário da Previdência; a Srª Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Deputada Federal e Relatora do relatório da CPI; representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os demais, excluídos, Srª Presidente.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou pedir desculpas ao Senador Telmário, porque foi passada a informação errada aqui pela Comissão.

Na verdade, o requerimento era do Senador Romário, não era do Senador Telmário. Vai ver que pela rima confundiram.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela rima, porque um joga bola e outro não joga.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – De qualquer forma, está prejudicado, a não ser que a pessoa tenha sido convidada informalmente. Está prejudicado o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O item nº 25, do Senador Telmário, que acabou de ser encaminhado está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem.) – Eu queria subscrever o requerimento do Senador Lindbergh, é o item 23.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O item 23 a Senadora Ângela está subscrevendo.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 101, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com vistas a debater o anúncio feito pelo Governo em que prevê dezenas de projetos, incluídos ou não no PPI – Programa de Parcerias de Investimento, com o objetivo de promover concessões, privatizações, leilões e vendas de ativos.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Relatoria:

Relatório:

Autoria: Senador Lindbergh Farias e Senadora Fátima Bezerra.

Concedo a palavra à Senadora Ângela, que subscreveu, para fazer o encaminhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para encaminhar.) – O requerimento do Senador Lindbergh, que subscrevo, tem o objetivo de promover concessões, privatizações, leilões e vendas de ativos, para investigar, para discutir o Programa de Parcerias de Investimentos.

Ele requer o convite ao Ronaldo Bicalho, Professor e Pesquisador do Grupo de Economia de Energia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; representante dos funcionários da Eletrobras; representante da Chesf; representante de Sindicato de Eletricitários.

Aqui há a justificativa para o requerimento. É muito comum discutir isto aqui na Comissão de Direitos Humanos. Está previsto no Regimento.

Deve-se destacar, entretanto, que as competências do Poder Legislativo não se restringem à análise da conformidade e da regularidade dos atos do Poder Executivo. Essas competências também abarcam, conforme previsto no art. 58, inciso VI, a apreciação de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento. Cabe à Comissão de Direitos Humanos, dentre diversas atribuições, opinar sobre matérias que impactam na garantia e promoção dos direitos humanos, da mulher, da família e da integração social de pessoas com deficiência, além da proteção à infância, à juventude e aos idosos.

Então, a gente pede a aprovação deste requerimento para discutir este tema tão importante aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Digo aqui também que, incluindo o que seria obtido com a venda da Eletrobras, somente a Eletrobras tem hoje um faturamento anual em torno de R$60 bilhões. Dessa forma, o Governo estaria vendendo o patrimônio com o objetivo único de recompor seu equilíbrio fiscal.

Por fim, não foi apresentado, juntamente com o anúncio das privatizações, qualquer estudo para justificá-las.

Eu também queria reforçar aqui que, além deste requerimento do Senador Lindbergh, que subscrevo, para discutir essa questão também da privatização da Eletrobras, nós aprovamos agora há pouco, na Comissão de Desenvolvimento Regional, um requerimento de autoria de diversos Senadores, para discutir a privatização da Eletrobras. Acreditamos que é um tema relevante e importante, principalmente para Roraima, nosso Estado, que é o único Estado que está absolutamente isolado do sistema elétrico nacional.

Temos feito aqui alerta, muitas críticas em relação a isso, considerando que o Governo Federal lançou, há poucos meses, um grande plano de investimento para ampliar as redes de energia elétrica em outras regiões do País. Esse plano envolve R$12 bilhões, e, lamentavelmente, nenhuma linha de energia elétrica foi destinada ao meu Estado, que está absolutamente isolado e sofre com a energia precária de Guri, na Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, é um tema importante, que a gente vai ficar aqui debatendo de forma recorrente para alertar, para sensibilizar este Governo, que prometeu, em inúmeras ocasiões, inclusive em audiência com a Bancada Federal de Roraima, com a presença da Governadora de Roraima, e até hoje não fez absolutamente nada para avançar na resolução do linhão de Tucuruí, que vem lá do Pará, já chegou até Manaus e falta levar de Manaus para Boa Vista.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ângela.

Esse assunto perpassa todas as comissões. Na Comissão de Direitos Humanos, tenho a impressão de que foi aprovado um. Então, que os autores se juntem para fazer uma única audiência e combinar os convidados, porque nós estamos com uma pauta de audiência muito grande, e o ano está terminando. Parece-me que já foi aprovado outro no mesmo sentido. Então, é só juntar, para fazer uma audiência única, porque há outros em outras comissões também, por conta de o tema ser recorrente e importantíssimo para a população brasileira.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento do Senador Lindbergh e da Senadora Fátima, que a Senadora Ângela subscreveu e apresentou.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento do item 23.

Há um requerimento meu, Senadora Ângela. Se V. Exª pudesse vir aqui, para presidir para mim, por um instantinho... Primeiro eu quero... Ele está extrapauta, não é?

Eu quero consultar os Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Colocado em pauta o Requerimento nº 109, de minha autoria.

Passo a Presidência à Senadora Ângela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Há requerimento sobre a mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 31. EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer denúncia de assassinatos de 20 indígenas por garimpeiros, ocorrido no mês de agosto, que viviam isolados no Vale do Javari, no município de São Paulo de Olivença, estado do Amazonas, na fronteira com Peru e Colômbia. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Franklimberg Ribeiro de Freitas - Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); 2. Representante do Ministério Público Federal do Estado do Amazonas.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Relatoria:

Relatório:

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – Eu acho que todo mundo acompanhou a notícia na imprensa, um verdadeiro massacre. Aliás, estamos voltando a conviver com os massacres, com as chacinas. Isso é muito grave para este País.

Já houve a dos trabalhadores rurais em Colniza e em Pau-d'Arco, no Pará. Houve a dos índios Gamela, no Maranhão. Tivemos a de um casal de trabalhadores rurais, nesta semana, em Mato Grosso. Então, está voltando esse tipo de ação, que tinha diminuído bastante; quase não se ouvia mais, não se pautava mais esse assunto. Mas a imprensa divulgou bastante, nesta semana, essa questão dos indígenas, principalmente porque são índios isolados ainda.

Pela ganância na exploração dos minérios, os garimpeiros, além de invadirem as terras, estão massacrando os indígenas. E a gente precisa esclarecer isso, porque já ouvimos dizer que é muito difícil o acesso. Então, não pode ficar por isso mesmo, só porque o acesso é difícil. Tem de haver jeito de chegar lá.

A gente quer ouvir a Funai sobre esse assunto, porque sabemos também da precariedade das estruturas. Cinco postos foram fechados naquela região. A gente quer ouvir, para esclarecer também e tirar os encaminhamentos necessários e possíveis de serem feitos.

É esse o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Em discussão o requerimento da Senadora Regina. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Devolvo a Presidência à Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ângela.

Requerimento nº 109 aprovado.

Não temos mais requerimentos. O projeto que temos é do Senador Paim e não dá para votá-lo porque ele teve de sair.

Como a gente falou no começo, esta reunião estava dividida em duas partes.

Declaro encerrada essa primeira parte de requerimentos e de votação de projetos e vamos à segunda parte, que é uma audiência pública.

O Senador Paulo Rocha apresentaria seu plano de trabalho. A segunda parte seria sobre o plano de trabalho, mas o Senador Paulo Rocha não se encontra. Ele vai ser apresentado na próxima reunião.

Vou encerrar.

Está encerrada, então, esta reunião da CDH e nós vamos, agora, à audiência pública, atendendo ao Requerimento do Senador Romário. O Senador Romário se encontra? (*Pausa.*)

Vamos aguardar um pouquinho. O Senador Romário é o autor e é praxe desta Comissão que o autor do requerimento presida a audiência pública. Certamente ele foi votar em outra Comissão.

(*Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às doze horas e vinte minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências da Senadora Regina Sousa e do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, José Medeiros, Sérgio Petecão, Telmário Mota, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros Dário Berger, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 68/2017, de autoria do Senador Romário. Finalidade: Debater sobre: "A Criminalização do Funk", objeto da Sugestão nº 17, de 2017. Participantes: Mylene Mizrahi, Antropóloga; Bruno Ramos, Representante da Secretaria Nacional da Juventude e Colaborador na Construção do Plano Nacional da "juventude viva"; MC Bob Rum, Cantor e Compositor do Rap do Silva; MC Koringa; e Anderson Pavin Neto, Presidente do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE. Às doze horas e vinte e dois minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Romário. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Regina Sousa e os Senhores Senadores Romário e José Medeiros. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e nove minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Declaro aberta a 64ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 68, de 2017, desta Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Romário, para instruir o relatório da Sugestão nº 17, de 2017, sobre a criminalização do *funk* como crime de saúde pública à criança, ao adolescente e à família.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convido, para a Mesa, os debatedores: Srª Mylene Mizrahi, Antropóloga, convidada para debater o tema; Sr. Bruno Ramos, representante da Secretaria Nacional da Juventude e colaborador na construção do Plano Nacional da Juventude Viva; MC Koringa; MC Bob Rum, cantor e compositor do Rap do Silva; e Anderson Pavin Neto, Presidente do Conjuve.

Esta audiência pública traz hoje à pauta da nossa Comissão de Direitos Humanos o debate sobre a Sugestão nº 17, de 2017, que, com mais de vinte mil assinaturas e apoios, defende a criminalização do *funk* como crime de saúde pública à criança, ao adolescente e à família.

Creio que todos sabem que temos o Portal e-Cidadania, onde as pessoas apresentam sugestões que, se acatadas, virarão projeto de lei e tramitarão normalmente.

De há muito a sabedoria popular arbitrou que gostos e cores não se discutem. Infelizmente, nosso País passa por uma fase na qual uma cultura de ódio busca sempre a criminalização daquilo que a pessoa odeia. Gostar ou não do *funk* é legítimo, direito de cada um, mas tentar proibi-lo ou tirar dele o grito de denúncia do cotidiano das massas do nosso País é no mínimo uma arbitrariedade.

Os limites necessários à convivência social já estão consolidados na lei, e as manifestações culturais são um exemplo de liberdade de expressão que não podem ser tolhidas. Espero que o *funk* continue seu caminho na arte e sobreviva, assim como sobreviveu o samba quando tentaram proibi-lo.

Desejo que esta audiência seja esclarecedora e nosso Relator, Senador Romário, faça um relatório inspirado e categórico sobre esse tema.

Eu quero, como é de costume, passar a Presidência da audiência ao Senador Romário, autor do Requerimento nº 68, de 2017, desta Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente.

Muito obrigado por nos dar a oportunidade de colocar aqui os nossos pensamentos e as nossas ideias sobre esse tema tão importante da nossa cultura popular, no nosso País.

Agradeço aqui a todos que estão na Mesa, convidados, e quero dizer que estou bastante feliz com a presença de vocês, porque sei que daqui vamos sair e passar definitivamente tudo aquilo que a gente entende que o *funk* tem de positivo para a nossa juventude, para a nossa cultura e para o nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É com muita satisfação que abrimos esta audiência pública para discutir a Sugestão nº 17, de 2017, que propõe a criminalização do *funk*, ou seja, prevê que o *funk* seja visto como crime de saúde pública contra crianças, adolescentes e a família.

A proposta, que recebeu mais de 20 mil assinaturas, deu entrada como ideia legislativa através do Programa e-Cidadania, aqui do Senado Federal. Justifica-se dizendo que o *funk* deve ser qualificado como uma falsa cultura. Deve ser criminalizado porque os bailes promovidos pelos adeptos do estilo não são outra coisa senão um meio de recrutamento utilizado por criminosos para realizar suas atividades, desde arruaça e venda de álcool para menores até crimes gravíssimos, como estupro coletivo e pedofilia, passando por consumo de drogas ilícitas, roubos e sequestros.

Como Senador indicado pela Comissão de Direitos Humanos para relatar esta ideia legislativa, entendo que é preciso ter muito cuidado para não aderirmos cegamente ao preconceito. Dizer que o *funk* é uma falsa cultura supõe que tenhamos uma resposta clara para a questão sobre o que seria uma verdadeira cultura. Lembro que há um século, o sambista e a cultura do samba, hoje um patrimônio prezado por todos os brasileiros, eram perseguidos sob o pretexto de vadiagem. Sambistas eram imediatamente classificados como vadios, o que era então um tipo penal e, assim, eram criminalizados.

Hoje, "funkeiros" são apresentados como estupradores ou traficantes, não por serem estupradores ou traficantes, mas simplesmente por serem "funkeiros". As condutas criminosas atribuídas ao *funk*, na concepção de algumas pessoas, já estão tipificadas no Código Penal e em leis específicas, tais como tráfico de drogas, Lei nº 13.346, de 2006, art. 33; porte ilegal de armas, Lei nº 10.826, de 2003, art. 6º; exploração sexual, Código Penal, arts. 228 e 229, Estatuto da Criança e do Adolescente, arts. 240 e 241; estupro, Código Penal, art. 213 etc.

Esse tipo de inversão promovida pela intenção de criminalizar é especialmente grave quando nossos preconceitos tentam ser traduzidos em forma de lei. Esse é um risco que devemos evitar ao máximo, sob pena de falharmos gravemente em nosso compromisso democrático.

O instituto de pesquisas de opinião Datafolha realizou, há alguns anos, um estudo que estimou que o *funk* tem, no Brasil, cerca de dez milhões de admiradores, dentre os quais mais da metade frequenta bailes pelo menos uma vez por mês – eu acredito, particularmente, que esse número seja bem maior. Como cidadão, já expressei minha opinião de que sou adepto e fã do *funk*, mas, como Relator dessa sugestão, quis proporcionar hoje uma audiência pública para discutir se a proposta apresentada como ideia legislativa ao e-Cidadania é realmente um desejo de nossa sociedade.

Por isso, queria aqui, nesta discussão, ter presentes pessoas que pudessem defender a sugestão, mas, infelizmente, não conseguimos trazê-los ao debate. Convidei o autor da proposta que criminaliza o *funk*, Sr. Marcelo Alonso, e ofereci a ele a liberdade de sugerir quem desejasse para compor a Mesa de discussão, mas ele comunicou que não viria. Diante disso, dei oportunidade de novas indicações que pudessem defender a ideia legislativa que o Sr. Marcelo liderou. Infelizmente, não consegui nenhuma pessoa para compor nossa Mesa. Qual seria o motivo? Medo de expor algo que redigiram? Ou seria por não terem convicção de que a proposta que apresentaram é sensata? Ou por serem simplesmente frouxos e não terem coragem de se apresentar aqui e discutir esse tema? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Apesar de, como pessoa pública, ter minha posição, já conhecida por todos, como Relator não posso deixar de ouvi-los. E foi por esta razão que proporcionei este momento, ou seja, para que pudéssemos argumentar e justificar a Sugestão nº 17, que obteve mais de vinte mil assinaturas de apoiadores.

Criminalizar o *funk* por causa dos abusos eventualmente cometidos em alguns bailes, e que evidentemente não podem ser desculpados, não vai afetar em nada essa atividade, mas vai jogar toda uma comunidade e toda uma forma de expressão artística, musical e comportamental em uma série de clandestinidades.

Tenho certeza de que, apesar de não termos na Mesa posições defensoras da Sugestão nº 17, sei que nossos convidados apresentarão bons argumentos, de maneira sóbria, que nos levarão a refletir sobre o papel desempenhado pelo *funk* na nossa cultura.

A todas e a todos desejo um encontro rico e frutífero, na certeza de que ao final estaremos todos mais esclarecidos e mais bem fundamentados para deliberar e decidir sobre a forma mais adequada de encaminhar a sugestão que nos foi feita, trazendo reflexões que me ajudarão a cumprir o papel de Relator da matéria, sempre colocando o interesse público acima de tudo.

Muito obrigado.

Daremos início aqui, agora, à nossa audiência pública.

A nossa primeira palestrante será a Drª Mylene Mizrahi, autora da tese de doutorado sobre o Mr. Catra, premiada pela Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro, Doutora em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio doutoral na University College London. É autora de diversos artigos em publicações nacionais e internacionais.

Por favor, doutora, com a palavra

A SRª MYLENE MIZRAHI – Obrigada.

Eu queria começar parabenizando a Comissão de Direitos Humanos e o Senador Romário e o seu gabinete por esta iniciativa. Ainda que essa proposta seja inconstitucional, a gente sabe que recorrentemente esse tipo de iniciativa e proposta retornam. Então, é um debate salutar e mais do que bem-vindo, especialmente no momento que estamos vivendo no Brasil.

Há alguns dias vimos uma exposição de arte contemporânea, absolutamente legítima do ponto de vista das artes visuais hegemônicas, ser cancelada porque incomodou uma parcela da população. Então, o que está em questão é isto: até onde vai a liberdade individual? O que está em jogo é a liberdade individual.

Eu quero começar esta minha exposição discutindo justamente essa ideia de cultura, ou de que o *funk* não é cultura, de que o *funk* é a cultura do lixo, como surgiu nessa última proposta. Quer dizer, que noção de cultura é essa com que se está trabalhando? O que as pessoas estão entendendo por cultura?

Cultura não é algo dado, não é algo fixo, cultura é justamente um sistema simbólico que se alimenta da vida. Ele é produzido pela vida. Então, cultura é algo em permanente transformação e expressa a vida. Não se controla a cultura, a não ser em um Estado de exceção. Então, esse é o primeiro ponto que eu gostaria de trazer aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa proposta encabeçada agora pelo Sr. Marcelo não é somente a de criminalizar o *funk,* mas a de propor a instituição de um Estado de exceção, isso deve ficar claro. E aqueles que apoiam a proposta, que dão suporte a ela, deveriam também, eles mesmos, vir a público e assumir essa posição, porque a gente precisaria perguntar como, afinal, pensa-se em instituir uma proposta como essa de perseguir um ritmo inteiro, seus músicos e fruidores. Nem o Estado militar, que se instalou no Brasil a partir dos anos 60, propôs tal coisa. O que querem é, de fato, um Estado que diz quem pode criar e o que pode ser criado.

Então, está na hora de eles tirarem as máscaras e dizerem claramente que não se quer viver em democracia, que se propõe um regime autoritário, porque somente em Estados de exceção isso seria possível, como fez Hitler, quando nomeou uma parte da produção artística como arte degenerada para bani-la. O que se quer é rasgar a Constituição e ferir o direito individual. Isso deve ficar claro.

Um segundo ponto que eu quero trazer é a criminalização da juventude, em especial da juventude das periferias brasileiras, que essa proposta de policiamento estético traz. Diversos trabalhos vêm mostrando, nos últimos anos, como não só o *funk* mas as artes urbanas e a cultura popular são um campo de produção de subjetividades da própria possibilidade de se desenvolver uma identidade juvenil, como esse campo das artes urbanas, e o *funk* em particular, abarca.

O *funk* é exemplar em mostrar essa permeabilidade que essas manifestações adquiriram na vida desses jovens, pois não se trata apenas de consumir a música. No *funk*, produtor e consumidor nascem juntos. Se vemos que a identidade de universitário é muitas vezes difícil de ser sustentada para a primeira geração de jovens das classes populares que chegam ao ensino superior, ou se vemos altos índices de evasão escolar, vemos um número expressivo desses mesmos jovens aderirem ao *funk* e às artes urbanas como artistas, como produtores. Mas não é só isso. Talvez de forma mais relevante eles proveem seus destinos criativamente, como uma escolha, a partir de uma relação com a arte sem opô-la à vida.

Então, um terceiro ponto que quero trazer é que é preciso levar a sério a importância que o *funk* adquire na vida desses jovens face, por exemplo, à evasão escolar, face à recusa de modos formais, institucionais de inclusão social, como a escola e o trabalho.

O que se procura fazer com essa criminalização do *fun*k é justamente fugir à responsabilidade social. Você objetifica o *funk,* transforma o *funk* numa coisa, faz dele um objeto externo para eximir-se da responsabilidade; e você coloca tudo ali no *funk.* Então, o *funk* levaria à vida do crime, o *funk* levaria ao consumo de drogas, o *funk* causaria a gravidez na adolescência, enquanto que o primeiro passo para se reverter um quadro como esse, se de fato há o interesse – vamos dizer assim – num desenvolvimento da sociedade, seria reconhecer que há, por outro lado, limitações dos projetos educacionais não só formais como da família na formação dos jovens. Esses mesmos que acusam o *funk* de desvirtuar a juventude educam seus filhos para serem protótipos de machistas, violadores.

Então, é sempre mais fácil colocar na conta do *funk*. É mais fácil colocar no outro aquilo que não se quer reconhecer como fazendo parte nem problematizar. O *funk* é esse eterno outro do Brasil, que produz a magia de simultaneamente deixar ver nossos horrores e, ao mesmo tempo, nos colocar fora deles, negar a nossa participação, relegando-a aos chamados excluídos, iletrados, não educados, aqueles todos que se definem sempre pela falta, nunca pela potência, que é o que o *funk* traz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Juntamente com essa proposta de apagamento do gosto alheio, de uma estética alternativa ao gosto hegemônico, quer-se apagar uma realidade sem ter que reconhecer nela um problema social, como aconteceu também com o episódio do Morro do Barão, no Rio de Janeiro. Colocou-se no outro, no *funk*, aquilo que não se queria reconhecer. Então, qual é a saída? Não é o Brasil que é machista, racista ou classista, mas é o *funk* que promoveria a cultura do estupro. E aí, pronto, fica todo mundo liberado das suas culpas, quando a gente sabe dos inúmeros casos de estupro e assédio sexual nas universidades públicas brasileiras, centros de excelência, perpetrados inclusive pelos professores, bastante educados, formados, letrados, não excluídos.

Então, é preciso repensar a educação que se dá aos filhos, netos, afilhados, a educação dentro de casa, porque o mesmo senhor ou a mesma senhora que acusa o *funk* de produzir discursos machistas e misóginos ensina o filho homem a não trabalhar nos serviços domésticos de sua casa, a não brincar de boneca, a dar porrada, a ser violento – acreditam que assim fortalecerão as masculinidades desses homens – e a ser servido por mulheres, porque, se eles não fazem nada em casa, quem fará por eles serão as mulheres. Não é o *funk* que produz os machistas brasileiros, os estupradores, os violadores de corpos e violadores de direitos.

O *funk* quebra tudo, traz um modo outro de cantar e dançar, de falar e de se adornar, disputando espaço e impondo sua presença, sendo muito bem recepcionado em certos lugares, mesmo que em outros não. Isso causa mal-estar, desestabiliza e faz aflorar discursos em defesa de valores tradicionais, de uma moral heterossexual, machista e racista, uma moral exclusivista, que não tem mais lugar no mundo de hoje.

E um outro ponto que eu quero trazer, um quarto ponto, é uma criminalização não só da juventude... Quer dizer, quando você fala em criminalização da juventude, há também criminalização, um julgamento moral muito forte sobre a mulher. A acusação forte que vem sempre é de que as mulheres engravidariam em bailes. Nessa proposta que foi colocada, inclusive, isso está ali.

Então, a gente tem uma série de pontos para levantar aqui. Se esse é um problema, então, vamos pensar no problema. De um ponto de vista do responsável pelo jovem, seu filho, onde estava ele como educador nessa hora? Por que não reconhece sua própria falência em vez de dizer que a responsabilidade é do *funk*? O *funk* coloca uma discussão, mas quem propõe a sua criminalização se recusa a debater – literalmente, porque aqui a gente não vê a presença dessas pessoas. Junto você tem o quê? Um desejo de controlar a sexualidade dos jovens. Quer dizer, você quer um Estado de exceção, um Estado que regulamenta a produção cultural e um Estado que regulamenta a sexualidade das pessoas, como elas vão transar ou não, imputando ao Estado esse dever e, num delírio, acreditando que, acabando com *funk*, acaba o problema da gravidez na adolescência.

Novamente, está se eximindo de responsabilidade e retirando do homem também a responsabilidade. Porque o mesmo menino que foi criado em casa sem ter que se responsabilizar por seus atos é agora eximido também de seu papel na suposta gravidez nos bailes, pois a grande acusação que se faz se volta sobre as moças, de que elas engravidam. Engravidam sozinhas? E por que não há uso de preservativo? Usar camisinha é responsabilidade dos rapazes também. E por que a acusação se volta só sobre o corpo delas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Indo além: se usassem camisinha não haveria problema? Então, qual é o problema? É a gravidez ou a evidência do sexo? E por que não usam camisinha? Isso é culpa do *funk* também ou é uma falha das políticas públicas de saúde e educação?

Foi levantada uma discussão, isso precisa ser levado adiante. Não adianta pensar que, sumindo com *funk*, somem as mazelas da sociedade brasileira. Elas são antigas, estruturantes, perversas e atuantes. O *funk*, como expressão artística e cultural, traduz a sociedade em que vive, fala sobre ela, propõe conversas sobre ela, elabora sobre ela, ao contrário dos que propuseram a sua criminalização, que querem fechar os olhos para sua responsabilidade social e colocar a culpa no outro. Em vez de criminalizar o *funk,* dever-se-ia aprender com ele.

E me perguntam: e os *funks* que fazem apologia ao estupro? Com o *funk* fala-se de tudo. O *funk* é espaço de afirmação de múltiplas diferenças: faz-se discurso machista, faz-se discurso feminista, faz-se afirmação de identidade trans, louva-se a Deus e louva-se ao bandido, tudo como acontece na vida. E, se for preciso censurar o *funk*, vai ser preciso censurar a indústria cultural como um todo: o Netflix... Não há uma série no Netflix que não mostre relações transgênero, relações homossexuais, consumo de droga, violência. Isso está no Netflix; isso está na *web;* isso está no programa Fantástico, que fez uma série sobre identidades trans; isso está no GNT. Então vamos censurar o mundo! Os pais é que têm que orientar seus filhos, não é?

Então, o *funk* é essa máquina onde você pode pôr tudo. Faz-se discurso feminista... Enfim, é como eu já afirmei. Você não pode criminalizar o *funk* porque não existe um *funk*. E o *funk* é insubmisso, enquanto tentam cassá-lo, ele trata de circular e mostra de maneira exemplar como a cultura é algo em permanente transformação.

Eu recentemente estava em Paris, na França, e andava por um bairro muito sofisticado, chamado Marais, onde há moda autoral, moda de *designer*, sociabilidade *gay*, muitos turistas e, de repente, ouvi uma sonoridade familiar, uma flauta. Como eu estava no Velho Continente, berço da cultura erudita, eu pensei: será que é uma música clássica? Não, era a Bum Bum Tam Tam, do MC Fioti, tocando num café, vinda de um videoclipe.

Então para começar a fechar esta minha fala, eu acho que é preciso que aqueles que querem criminalizar o *funk* reconheçam a natureza antidemocrática e totalitária de suas propostas. Como – pergunto eu –, em um Estado democrático de direito, tal proposta poderia ser implementada? Sejam claros, venham a público e afirmem em bom tom que não sabem viver em democracia, que o que querem não é o bem de seus filhos e, sim, o próprio bem em detrimento do bem dos outros, que querem submeter e castrar a juventude, em especial a pobre, que, ao propor criminalizar o *funk*, estão propondo a criminalização dessa juventude pobre e minando o futuro do País, pois quem mais ouve e produz *funk* é a juventude pobre, que encontra no *funk* espaço de afirmação de suas identidades juvenis, espaço de elaboração de seus projetos de vida, de seu futuro. Deixem claro que o que querem é um Brasil para poucos e tacanho, alijado dos processos criativos, da vitalidade da cultura popular, ignorante dos retornos que trazem para a Nação as engrenagens da cultura criativa, da indústria criativa. Em suma, um projeto de Brasil nada inteligente, que colocará sua juventude, seu futuro, no limbo. O Brasil, uma vez o país do futuro, parece estar buscando caminhos para se tornar um país do passado.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito obrigado, Drª Mylene Mizrahi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Gostaria, antes de passar a palavra para o próximo convidado, de dizer que, se houver alguém presente que queira participar com algumas ideias ou com algumas perguntas em relação aos nossos convidados, que se inscreva ali, por favor, na mesa.

Passo a palavra agora ao meu amigo MC Koringa, cantor de *funk*, autor de vários *hits* famosos, entre eles Pedala Robinho, em 2005, trilha sonora da novela América; depois surgiu o sucesso Tamborzão Tá Rolando, trilha sonora da novela A Favorita; Pra me Provocar, trilha sonora da novela Avenida Brasil; Dança Sensual, trilha sonora da novela Salve Jorge; e o maior *hit* de todos, que é Coragem pra Mudar – foi autor do meu *jingle,* há dois anos, quando fui candidato ao Senado. (*Risos.*)

Com a palavra MC Koringa.

O SR. MC KORINGA – Obrigado.

Boa tarde a todos.

Estou muito feliz com esta oportunidade que nos foi dada hoje para debater sobre esse assunto. Já que levantaram a bola, a gente chuta, não é?

Acho que bastante coisa foi dita clara e tecnicamente aqui a todos. Então, eu vou acrescentar de uma forma bem diferente. Eu vou contar para vocês a história de um moleque que, aos 13 anos de idade, tinha o sonho de ter uma banda, só que o pai desse moleque não tinha condições de comprar os instrumentos para ele. Aí, ele descobriu que, através de uma batidinha qualquer, ele conseguia fazer as suas melodias, criar suas letras. Aos 16 anos de idade ele conseguiu ingressar profissionalmente, fazendo parte da primeira coletânea oficial lançada pelo DJ Marlboro, Melhor da Rádio Imprensa, Vol. 2 – isso foi em 1996, eu tinha 16 anos.

E, entre altos e baixos... Eu fui militar, minha primeira filha nasceu – sou pai de duas filhas, e está vindo mais um aí, graças a Deus; tomara que seja um moleque para jogar bola. E, e entre altos e baixos, eu sempre tive a minha carreira no *funk* associada a muito trabalho, não dentro do *funk*, porque quem escolhe a música sabe... Uma vez o Lulu Santos disse, no Domingão do Faustão, que o músico vive do que ele junta. Então, a gente não tem uma garantia do amanhã, a gente trabalha bastante.

De 2005 para cá, que foi quando nós lançamos Pedala Robinho, eu pude realmente viver só de *funk.* Através de todas essas oportunidades que me foram dadas, eu pude dar um padrão de vida melhor para minha família, eu pude realizar algumas vontades que eu tive, eu pude montar o meu estúdio, produzir outros artistas.

Então, o que eu quero dizer com isso? Será que seria justo a gente criminalizar o sonho das pessoas que não têm ao seu alcance aquilo de que elas tanto têm vontade? Se o *funk* se tornasse um crime, o que seria desses jovens que assistem à televisão e veem tanto *glamour,* que passam nas beiras de praias e veem tanto *glamour*? Como eles alcançariam esse *glamour* sem trabalho, sem sonhar? O que seria de nós se não fôssemos movidos a sonhos?

Então, eu acho que o crime, por si, já existe, as leis já existem para penalizar esses crimes existentes, como já foi dito claramente e bem tecnicamente. Eu acho que perseguir o *funk* é, exatamente, eximir-se de culpa. Eu sempre falo, quando a gente entra num debate sobre o assunto... Lá atrás eu, ainda moleque, enxergava que a extinção da matéria Educação Moral e Cívica já seria muito ruim. Você vai nas escolas hoje... Eu tive o privilégio de estudar Educação Moral e Cívica. Isso, somado à educação que os pais dão em casa, pode formar bons cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A realidade que é proporcionada a esses jovens que moram em comunidades carentes é aquilo que ele canta na música dele. Será que, se a realidade que está exposta aos olhos desse jovem fosse outra realidade, ele não cantaria uma outra realidade?

Mesmo não estando presente, eu não vou deixar de citar o Sr. Marcelo Alonso. Ele, como *webdesigner,* totalmente ligado à internet, sabe a força que a internet tem. Por saber, por ter conhecimento da força que a internet tem, eu acho que seria muito melhor que ele criasse um projeto para que se desse suporte ao *funk*, ao ritmo, em vez de bater no ritmo. (*Palmas.*)

Outro dia eu estava até conversando com uma pessoa sobre isso. O Reginaldo, que é dono de uma equipe de som do Rio de Janeiro chamada CurtiSom Rio, junto com DJ Marlboro e outros donos de equipe, criou um projeto que levava um ônibus às comunidades e dava um curso de DJs para algumas comunidades. Eles faziam sorteio e levavam esses ônibus bem equipados com computadores, com equipamentos. Eles ensinavam os jovens dessas comunidades a serem DJs, despertavam interesse por produção musical também.

Eu acho que, isso sim, é interessante, é plausível. Quantos jovens... Como no meu caso: eu não tinha um computador, meu sonho era ter um computador, mas eu não tinha. Com o primeiro dinheiro que eu ganhei do quartel, comprei um videogame de segunda mão e descobri que o videogame fazia batida, e eu fazia uns *beats* ali. Com meu primeiro computador, consegui gerar renda de forma que pude sair do supermercado onde eu trabalhava e viver só produzindo. Quer dizer, imaginem quantos jovens ouvem outros tipos de música, não só *funk*, e sonham em fazer aquilo acontecer. E aquilo ali não está ao alcance deles porque eles não sabem manusear, não sabem como começar.

É muito importante a gente desenvolver um projeto que dê acesso a esse aprendizado aos jovens, para que... "Ah, mas o *funk* é mal produzido, mas o *funk*..." Primeiro, nós estamos falando da parte de produção. A parte de letra, eu acho que pode ficar por conta de toda essa realidade que nós vivemos no País, que conhecemos muito bem e não é de hoje que se arrasta.

Então, em termos de produção, você dá acesso a esse conhecimento para o jovem para que ele tenha mais discernimento do que ele faz, para que ele faça suas produções, para que ele se forme um músico, para que ele se torne um DJ profissional e para que ele sonhe em ser como um Dennis DJ, como um Marlboro, como um David Guetta, como como um Alok.

Então, fica aqui meu depoimento, de forma bem popular, sobre o que eu acho. Diante de tudo o que já foi dito, eu acho que eu não tenho muito a acrescentar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito obrigado, Koringa.

Passo agora a palavra MC Bob Rum, cantor de *funk* e autor também de vários *hits* conhecidos, sendo que um dos mais conhecidos é o Rap do Silva, que passou a ser famoso desde 1995.

Por favor, MC Bob Rum, com a palavra.

O SR. MC BOB RUM – Boa tarde a todos.

Quero agradecer o nosso Senador Romário pela oportunidade de estar aqui mostrando nosso ponto de vista, como nosso amigo Koringa falou muito bem.

Nós vivemos hoje num país de extremos. Infelizmente, aqui, quem não concorda com a gente é nosso inimigo, o que, pelo meu pequeno conhecimento, vai totalmente de encontro à democracia, que é justamente a oportunidade de você discordar e achar um denominador comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes de começar aqui, eu queria me apresentar. Infelizmente, como nosso Senador me informou, o autor da sugestão não está presente. Fico meio assim, mas vou tentar aqui passar o meu ponto de vista do que eu vivi e do que eu vivo, como o nosso amigo Koringa, do que é um pouco da nossa vida até chegar, até ter a oportunidade de virar um cantor de *funk*.

Meu nome é Moisés Osmar da Silva. Nasci e fui criado lá em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. E, como milhares e milhares de jovens, perdi meu pai cedo, criado dentro de uma comunidade.

Como a Drª Mylene falou muito bem, não é o ritmo, não é nada disso que desencaminha a pessoa se ela tiver uma boa criação. O caráter não tem gênero, o caráter não tem som, não tem nada. Agradeço muito a minha mãezinha por ter me criado no caminho do bem, o que me fez virar o homem e o chefe de família que eu sou hoje.

O que eu consegui através do *funk*? O *funk* deu certo porque na nossa época a gente não tinha grana para ir aos grandes eventos, não tinha nada disso. Então, quando apareceu a música dos nossos queridos amigos Cidinho e Doca, Eu Só Quero é Ser Feliz, aquilo chamou a atenção dos jovens moradores de comunidade, a gente começou a sentir orgulho. Até então, vivíamos à margem dos grandes centros, das grandes oportunidades. E começaram a surgir jovens cantando: "Eu moro no Salgueiro...", "Eu moro em Niterói...", "Eu moro na Vila da Penha...", "Eu moro em Santa Cruz..." Isso criou, de certa forma, em nós, moradores de periferia, um orgulho até então sufocado – "Eu moro em Santa Cruz, eu tenho orgulho do bairro onde eu moro, onde eu fui criado."

Então, começou a despertar aquela vontade de fazer. Eu não era "funkeiro", eu me tornei "funkeiro". Eu sou daquela época da década dourada da música brasileira, década de 80 – eu acho –, Legião Urbana, Cazuza. A minha praia era MPB, viola. O Koringa também era músico antes de se tornar "funkeiro", assim como tantos outros, vários amigos nossos.

Eu fui funcionário da Telerj, mas, quando surgiu o *funk*, eu vi uma oportunidade. Eu tinha esse sonho de mostrar minha música, não propriamente o *funk*. E eu via já naquela época uma discriminação muito grande contra o ritmo, contra o gênero musical *funk.* Então, eu vi os meus amigos que iam a baile *funk,* que eram pessoas trabalhadoras, pessoas do bem, pessoas que lutavam pelo seu dia a dia e não tinham outra condição de curtir o acesso a sua cultura, ao seu lazer mais próximo, que era o baile *funk*. Tive a ideia de fazer – abençoado por Deus –, de mostrar que o "funkeiro" era um pai de família. Eu sempre fui tido como o "funkeiro" atípico, porque através do *funk*, da oportunidade que o *funk* me deu de realizar meu sonho de ser primeiro um músico, eu consegui construir outros sonhos. Hoje eu sou Bacharel em Administração de Empresas, minha esposa é formada, meus filhos são formados. Eu tenho vários cursos, certificações de Google... Enfim, eu acho que, se não fosse a oportunidade que a música *funk* me deu, com certeza não teria a oportunidade de abrir esse leque para realizar tantos outros sonhos, como vários jovens de periferia.

A gente fala muito *funk* Rio e *funk* São Paulo. É a mesma coisa, está aqui o nosso amigo representante. O que aqueles meninos têm? Quem conhece a noite carioca e a noite paulista sabe que são as cidades mais capitalistas do mundo. Um jovem de periferia não pode ir a uma balada, ele não vai ter condição nem de entrar. E o que se tornou? O *funk* se tornou o lazer nessa meninada, o ponto de encontro dos amigos para eles conversarem e trocarem ideias, e ali se divertirem, cada um da sua maneira, cada um da sua forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como a doutora falou muito bem, se o *funk* fosse a semente de tudo o que é errado, segundo o contexto do Sr. Marcelo Alonso, eu seria o primeiro a parar de cantar *funk*, porque eu também tenho filhos, sou casado há 25 anos, fiz bodas de prata com minha esposa. Então, eu levanto muito a bandeira da família e tenho orgulho de ser um "funkeiro" pai de família, assim como todos que trabalham com o *funk*, como o Koringa e vários outros.

Então o que eu vejo aqui? O que a doutora falou muito bem, não de forma catedrática como ela, eu queria falar de coração. Tudo isso não passa de uma discriminação, como aconteceu com o samba e aconteceu com o futebol também em décadas passadas. Enfim, tudo que vem do povo, infelizmente, tem a tendência de ser segregado, com o *funk* não seria diferente.

Ressalto a importância que o *funk* teve na minha vida, que tem na vida desses jovens. É um gerador, sim, de oportunidades. Criminalizar o *funk* nada mais é do que levantar uma bandeira de discriminação: "Eu não concordo contigo..." Se todo mundo gostasse só de *rock*, se todo mundo gostasse só de *funk,* eu acho que nós não viveríamos numa democracia. Cada um tem o seu livre arbítrio, tem o seu gosto musical, enfim, cada um tem a sua bandeira.

Então, a minha palavra é praticamente isto: eu acho absurda essa proposta. Queria falar pessoalmente para o Sr. Marcelo Alonso – não com ódio, com rancor nem nada, porque ele também tem direito de expor a ideia dele, mesmo que eu não concorde –, explicar para ele que, atrás desse ritmo, atrás desse *funk,* há muitos pais de família, há muitos chefes de família e há muita gente de bem que vive do *funk,* trabalha do *funk* e gosta de *funk*.

Obrigado. (*Palmas.*)

Só para salientar: o único crime que eu sei que existe no *funk*, que sempre existiu, se chama usurpação dos direitos autorais dos seus artistas. Esse é o único crime que existe no *funk*. Eu levanto a bandeira aqui ao nosso Senador, a vocês, se quiserem nos ajudar, porque há muitos meninos que poderiam estar numa situação muito melhor se não fosse a apropriação indevida dos direitos autorais dos artistas do *funk*.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MC BOB RUM – Ah, sim!

Pode passar o vídeo, por favor?

É a bandeira do *funk* que eu defendo. Eu queria mostrar para o Sr. Marcelo Alonso, mas...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito bem, Bob Rum!

Eu passo a palavra agora ao Sr. Bruno Ramos, representante da Secretaria Nacional da Juventude (Conjuve) e colaborador na construção do Plano Nacional Juventude Viva.

Por favor, Sr. Bruno.

O SR. BRUNO RAMOS – Antes de tudo, quero desejar boa tarde a todos e todas que estão aqui presentes.

Quero saudar toda a Mesa na figura do Presidente deste evento, Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero cumprimentar o Koringa, parabenizando-o pela fala bem colocada. Você representa muitos dos nossos jovens. Cumprimento a antropóloga, Drª Mylene, e cumprimento o Bob Rum – meus parabéns! – e cumprimento o meu irmão, Presidente do Conjuve, Anderson Pavin Neto.

Quero saudar todos aqui e lembrar que a Drª Mylene é a única mulher representando esta Mesa, e a gente precisa pensar que tem que haver mais mulheres representando esses espaços de fala. (*Palmas.*)

Do ponto de vista da fala sobre o que está acontecendo aqui, eu acho que a Drª Mylene pôde somar fatos e ideias aqui. Ela deu uma aula de sociologia e de antropologia, sobre o que acontece nesse contexto, neste momento que nós estamos vivendo.

Eu sou muito positivo com o que está acontecendo. Apesar dessa estupidez proposta pelo Sr. Marcelo Alonso, eu acredito que ele vai, sim, fazer com que o movimento *funk* se perpetue, cada vez mais, para daqui a mil anos.

A gente deve aproveitar o espaço desta Comissão para falar o que o movimento fez e o que o movimento faz para que esses jovens da periferia, oriundos da periferia, como o MC Koringa, como o MC Bob Rum, estão fazendo e são reflexos daquilo.

Então, contrariando algumas opiniões, linhas de pensamento, até conservadoras mesmo, pensando que o movimento *funk* não é político, posso dizer que, talvez, a gente não seja esse político de pensamento partidário, mas, hoje, é o maior movimento político, reflexo da sociedade em que nós vivemos.

E, como colocado aqui pelo Senador Romário, que, provavelmente, seríamos cerca de 10 milhões de "funkeiros", lembro que, em novembro de 2010, o Censo do IBGE já havia apontado o nosso movimento com mais de 13 milhões de jovens, de norte a sul, de leste a oeste do País. Com a chegada do *funk* ostentação e o movimento *funk*, de forma positiva, aparecendo nos veículos de grande circulação, na mídia tradicional, por exemplo, acredito eu que, hoje, o nosso movimento *funk* já represente 20 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, majoritariamente negros da periferia.

Essa proposta do Sr. Marcelo Alonso é o reflexo da sociedade em que nós vivemos, ou seja, tentar criminalizar o movimento *funk* como crime de saúde pública. Eu acho que isso que está acontecendo é um momento muito oportuno, Senador, para que a gente possa fazer o debate sobre a ausência de políticas públicas que nós temos dentro da comunidade, dentro da periferia.

Eu não vim aqui para tentar romantizar o que está acontecendo. Eu prefiro colocar nesses termos. Sou estudante de Sociologia e Ciência Política pela FESP porque o *funk*, de alguma forma, também me resgatou daquela parcela. Provavelmente, eu estaria inserido no crime, e, de alguma forma, ele me resgatou. Mas também não venho fazer um discurso de vitimismo, não. Eu venho alertar para aquilo que o movimento está fazendo, conscientizando, possibilitando caminhos melhores para que essa juventude tenha o *funk* como oportunidade e alternativa para além daquilo que nós temos dentro da periferia hoje.

E lembro: como é que chegam os recursos dentro das periferias do Brasil? Se não é pela mão do crime organizado, digamos assim, é pela mão do trabalhador mal remunerado que leva lá meia dúzia de sacolinhas. Assim como o Senador teve oportunidade através do futebol, hoje, o grande sonho, a oportunidade que o jovem da periferia tem, como alternativa para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trilhar, para passar os muros da linha do trem ou para sair da beira do córrego, é através do movimento *funk*.

Enquanto São Paulo dorme, o *funk*, por exemplo, segundo a revista *Funk do Brasil*, reforçada pelo censo da Fundação Getúlio Vargas, gera em torno de R$26 milhões. Então, são números meteóricos que têm gerado muita renda, muita oportunidade para que esses jovens busquem caminhos melhores e que não sejam mais uma estatística negativa.

Eu, pelo fato de representar também, de ocupar a cadeira de cultura no Conselho Nacional da Juventude e também representar o Plano Nacional Juventude Viva, posso testemunhar que estamos discutindo, por exemplo, a criminalização da juventude negra dentro da periferia, ou seja, o extermínio da juventude negra.

O País, que tem muitos recursos, mas que ainda tem um processo de desigualdade violento, apresenta números recordes, batendo, em 2016, segundo o Mapa da Violência, as 55 mil mortes por armas de fogo. E eu estou trazendo isso aqui para fazer um apelo em favor das vidas desses jovens que estão sendo exterminados todos os dias.

E, antes que se fale alguma coisa, é capaz até de empurrarem o problema, sei lá, da dengue ou talvez da Lava Jato, que estão afetando todos nós, para a conta do *funk.* Isso porque é muito fácil você tirar o problema e empurrá-lo para debaixo da periferia. Morou?! (*Palmas*.)

Então, eu não vim pagar simpatia para ninguém. Eu vim dar o recado – certo? –, ocupar este espaço real de fala, agradecendo a oportunidade de estar aqui, porque não é todo dia... É sempre alguém tentando representar o jovem da periferia ou alguém dizendo que vai te dar um espaço de fala.

Estamos empoderados! Independentemente do que nós estamos falando, cabe à sociedade compreender o que nós estamos falando.

E o *funk* é um reflexo da sociedade, formado pela televisão, por exemplo. São jovens que estão fora da escola e do trabalho, e a televisão tem formado essa juventude, com essa máquina de engodo, por exemplo, como os *reality shows*, desde A Fazenda, Big Brother, e programas como o do João Kléber... E o problema é do *funk*?!

Eu tentei selecionar uma terminologia para que não ofendesse, mas, se eu não falar de forma aberta e clara essas questões aqui, talvez as pessoas não entendam. O *funk* é ousadia, não; é o *funk* putaria, literalmente! Esse é o contexto que nós colocamos aqui e é o que se discute, sem ofender.

Eu, como "funkeiro", também não concordo, doutora, com as questões que são colocadas nas letras, mas também não devemos tapar os olhos ou tapar o sol com a peneira, tentando achar que o *funk* está reproduzindo o machismo na sociedade. E eu, como homem, ocupando esta mesa e falando aqui pelo movimento *funk*, devo pedir licença e falar que ser machista não é motivo de orgulho para mim, certo? Eu fui configurado nesta sociedade, nesses termos, e eu estou num processo de elevação. E, de forma respeitosa, pelo menos, quero pedir perdão e desculpas às mulheres pelo nosso comportamento escroto, mas a gente está nesse processo. Não é o movimento *funk* que reforça isso. Pelo contrário; a gente está tocando o dedo na ferida. Discutir a questão da sexualidade, a questão do machismo é um tabu para esta sociedade, uma sociedade que está distante dessa realidade. E é o *funk* que está trazendo uma oportunidade de discutir educação e muitas questões que são tabus, como discutir, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exemplo, políticas públicas para a saúde, trazendo um reflexo para a questão da educação, que é um retrocesso que nós estamos vivendo.

E, se a gente fizer o recorte histórico, entendendo o que é o movimento *funk* nesses últimos tempos, veremos que esses últimos 13 anos de políticas públicas deram oportunidade, o gosto e trabalharam a autoestima do jovem negro da periferia. E, se eu fizer um conjunto de palavras, até antológicas mesmo, e entender que, da porta para dentro, a minha casa está totalmente organizada pela minha mãezinha – certo? –, uma empregada doméstica que conseguiu colocar uma televisão bacana, muito parecida com a televisão do rico. Só que, da porta para fora, continua uma porcaria ainda: temos ausência de políticas públicas, temos a dificuldade do sistema em nos entender, e, quando o sistema chega na nossa quebrada, chega através do braço armado do Estado, pela Polícia Militar. Devemos entender também que o problema não é da Polícia Militar.

Tenho preocupação com quem manda puxar o gatilho, com quem está exterminando toda essa juventude, porque o praça, o policial que é praça hoje é também vítima desse sistema. É o cara que também vem da quebrada e, por ausência de políticas públicas ou precaridade de emprego, se submete a ocupar o espaço dele para ganhar míseros salários, para defender talvez a população e a própria vida. Ele precisa trazer o sustento para dentro da sua família.

As coisas que são colocadas aqui para tentar sensibilizar... Hoje é um dia histórico: 13 de setembro, e estão sendo discutidas muitas coisas. Inclusive, dentro desta Casa aqui, estamos podendo discutir a pauta do movimento *funk*, da juventude negra da periferia, fazendo resistência neste espaço aqui.

É muito importante que a gente enfatize, e aproveito a oportunidade para falar, o que aconteceu nesse momento histórico. Não é só o movimento *funk*, mas todo movimento que é feito por pretos, certo? A gente precisa entender que é um contexto de cem anos em que já somos perseguidos por essas porcarias que colocam, e tentam empurrar esse problema para debaixo do nosso tapete, começando pelo samba. Na década de 40 – o Senador colocou algo sobre a Lei da Vadiagem –, todo mundo que tinha um pandeiro ou alguma coisa na mão era perseguido pelo Estado. Isso se estendeu até a ditadura militar. São números absurdos!

As pessoas deveriam, agora com a democratização da mídia e com possibilidades, buscar essas oportunidades. Como o Koringa falou, e já que o Sr. Marcelo Alonso é um *designer* – acho que ele é vítima desse sistema também porque é morador da periferia –, é uma oportunidade para não colocar todo esse peso na conta dele e fazer o convite, já que a nossa produtora faz um conjunto de coisas, para que venha desenvolver esse processo de *designer*, criar uma alternativa melhor e não tentar jogar mais areia ou chegar com um barril de gasolina perto desse problema.

Assim como o samba foi muito perseguido e criminalizado – a gente tem várias pessoas, desde Leci Brandão, entre outras figuras, e prefiro não estender nos nomes porque, senão, não conseguiria aproveitar mais a minha fala –, aconteceu com o movimento *hip hop* na década de 90, aconteceu com a capoeira também. E se a gente vir o recorte histórico no mundo, vamos ver que todo movimento que é criado por pretos, seja o *jazz*, o *blues*, a capoeira, o *funk*, entre todo esse processo de culturas africanas, eles são perseguidos. Isso é uma mentalidade eurocêntrica, branca. E quando falo branco, não é um problema de pigmentação; é esse branco escroto que vem para tentar escravizar cada vez mais o nosso povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, esta é uma oportunidade para a gente mandar o papo para quem está fazendo isso, certo? Criar um processo de reflexão dentro das coisas que nós estamos fazendo e criar realmente, de fato, políticas públicas.

Eu represento, ao lado do meu padrinho Marcelo Galatico...Padrinho, aqui está tudo justo e perfeito, meu irmão. É isto: devemos ocupar esse espaço com uma narrativa na disputa desse imaginário. Muitas das vezes, eu, como jovem de periferia, tenho que ser poliglota de uma língua só. Falar a língua política é muito difícil; falar a língua da academia também é muito difícil.

A sociedade é toda meritocrática. E, quando discutimos a sociedade meritocrática, não podemos colocar em um contexto social; a gente tem que discutir a nossa meritocracia individual. Estamos aqui representando esse movimento, que é simbólico, que marca toda uma trajetória. É possível também colocar o dedo na ferida e trazer o tema para dentro desses espaços onde podemos realmente discutir políticas públicas, de fato, através do Conselho Nacional de Juventude, através da Secretaria Nacional de Juventude e através de todos os Ministérios, não é possível que eles ainda não estejam se sensibilizando.

Estamos vivendo um período crítico aqui, que é o de discutir a questão do bônus demográfico. O que seria essa janela, esse bônus demográfico? É o período em que temos o maior número de jovens no nosso País, e não vejo políticas públicas decentes que possam fazer com que a força motora deste País impulsione esse jovem e o coloque em um papel de protagonismo, e discutir também. É isso que estamos fazendo através da entidade que represento, que é a Liga do Funk, que, além de dar oportunidade, faz formação política. Fazer formação política é fazer uma formação de cidadania decente, é tomar liberdade, criar espaços e alternativas para a vida desse jovem. E o *funk*, com os seus 20 milhões de jovens por todo o Brasil, tem 10% dessa população. E, como sou de sarau, sou de rua, sou de periferia, sou ativista por esse movimento, é importante que possamos fazer um processo de reflexão.

Tomo a liberdade de falar um poema aqui, do meu parceiro MC Poneis, que é da sua quebrada, irmão do MC Tuzinho. É de autoria dele e ele vai fazer despertar, porque o *funk* não só faz esse tipo de música com que muitas pessoas se incomodam, mas, como todas as vertentes, seja o *pop* do MC Koringa, seja a ostentação do MC Guimê, seja o consciente do MC Poneis, o *funk*, entre outras coisas, mostra essa estrutura de realidade, toda essa estrutura.

Há uma questão que gente precisa entender: o que é colocado para essas oportunidades? A gente tem que buscar todo esse processo de diálogo. Esse é o movimento *funk* que colocamos e trazemos aqui. Como diz a música do MC Poneis:

Boladão peitei o mundo
Deixei o sistema maluco
Tentaram me alienar
Mas eu criei o meu mundo
Vou na pista e trago mesmo
Inteligência é o segredo
Enquanto pensam que eu sou lok
Aprontei, deixei com medo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sou falcão no dia a dia
Favela é a minha família
Mafioso periférico tu vai perder a linha
Se tu pensa que eu sou bobo
Que vou falhar na missão
Tu vai ver o resultado
Quando chegar a eleição
Se o sol nasceu pra todos
A sombra pra quem trabalha
Já expandi meu investimento
Dinamite monetária
Te sarniei, mané
Te botei do meu jeito
Entrei na sua mente
Furei o seu bloqueio
Aqui ninguém é Zé
Pra tu achar que é esperto
O bloco tá passando
É o certo pelo certo.
Nós é Liga do Funk,
Nós é Arte do Gueto.

Eu quero aproveitar a oportunidade e pedir ao pessoal da Mesa que mostre um vídeo que foi apresentado pela TVT para mostrar o que a Liga do Funk, nesses últimos 12 anos, pela iniciativa do empresário e produtor Marcelo Galatico, fez com esses jovens, sem depender do Poder Público, do próprio bolso. E, com a militância que nós passamos a desenvolver, atendemos a mais de 50 mil jovens em cinco anos, fazendo um processo de formação, de conscientização, um trabalho de autoestima, alugamos uma residência... Eu moro coletivamente com mais de 20 jovens. Nós abrimos editais a pelo menos cada dois meses para que esses jovens, que não tiveram oportunidade e que têm esse problema de estrutura social, venham fazer parte dessa moradia coletiva conosco.

E, dentro desse processo, o primeiro edital que nós abrimos foi para *designer* de audiovisual; o segundo será para produção; e o terceiro para formação artística.

A gente precisa pensar nessa estrutura e nessa mecânica do jovem negro da periferia, que está ausente, que está distante, para quem o Estado não dá uma possibilidade maior.

Temos um vídeo que mostra rapidamente o que é essa estrutura.

E, para o Sr. Marcelo Alonso e todas essas 20 mil pessoas que têm esse processo de petição, tornar talvez legítimo, que não é o caso aqui desta Comissão, estou otimista e acredito que será arquivado esse processo e a gente possa pensar, talvez, em um projeto de lei que reconheça o dia 7/7, em âmbito nacional, como o dia do *funk*, que marca a trajetória do MC Daleste.

E podemos colocar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BRUNO RAMOS – Sim, é o vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. BRUNO RAMOS – É isso que o movimento faz. O movimento *funk* dá oportunidade para quem foi excluído do sistema, para quem foi excluído dessa oportunidade.

Acho que falei o necessário, o que deveria, acredito, em nome de parte da massa "funkeira", em nome das pessoas que acreditam no nosso trabalho. Consegui, de alguma forma, passar aquela mensagem que vai dentro dos nossos e dos corações dos que aqui estão. Agradeço ao pessoal que está aqui nos ouvindo. Nós é Liga do Funk, Arte do Gueto. É nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito bem, Bruno.

Antes de passar a palavra para o nosso último convidado, Sr. Anderson Pavin Neto, quero dizer que temos aqui as presenças dos brilhantes Senadores Magno Malta e José Medeiros – muito obrigado pela presença –, a nossa Presidente continua aqui, nesta audiência pública.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso Senador Magno Malta. Por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Romário, eu queria parabenizá-lo pela audiência pública, queria cumprimentar a Mesa, os participantes e convidados.

Já cheguei aqui quando da fala do Bruno, fala bem direcionada, com sentido.

Fico feliz por esta audiência. Eu me entristeço por uma razão e fico feliz por outra.

Primeiro, criminalizar o *funk* é um negócio tão vazio, sem explicação plausível e sem significado. E o que aconteceu com isso? O Senador Renan, quando assumiu o segundo mandato dele como Presidente desta Casa, não sei se era para fazer média com a sociedade ou sei lá o quê, inventou essa história de que o cara, com 20 mil assinaturas na internet – e um sujeito esperto faz 20 mil assinaturas sozinho dentro de casa –, entra com um projeto, e você é obrigado a perder tempo com um negócio desse. O cara está lá dentro da casa dele com um computador na mão, junta meia dúzia de pessoas, junta 20 mil assinaturas e entra com um troço para criminalizar o *funk*, a coisa mais sem sentido do mundo. *Funk*? *Funk* é igual a samba, *funk* é igual a forró, *funk* é igual – ritmo é ritmo, música é música – a bossa nova, ou sei lá o quê.

O que nós não podemos é bater palmas para apologia ao crime. Apologia ao crime você pode fazer na bossa nova, você pode fazer no bolero, em qualquer ritmo, até na arte. O Santander acaba de fazer uma artimanha, apologia à pedofilia, à bestialidade. Nisso eles põem dinheiro. Isso pode.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Perfeito, Senador!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Isso pode. E, dentro da bestialidade daquela infame e libidinosa exposição... Há três negros aqui na Casa, aliás, quatro: a Senadora Regina, Romário, eu e Paim. Naquela bestialidade, havia dois brancos e um negro fazendo sexo oral e sexo anal – dois brancos e um negro. Por que não eram dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

negros e um branco? Eu até achei que os defensores dos direitos dos negros se levantariam quando eu falei ontem, mas, quando você faz essa coisa... Esse volume desses 20 mil votos pela internet que produziu isso aqui... Aliás, nem todo mal é tão ruim. De um limão se faz uma limonada. Nós estamos juntos aqui, e eu posso expressar isso.

Realmente, no ritmo brasileiro, é muito factível a imitação. Ele gosta do que é do gringo para poder fazer aqui. Eu sou do samba. Tenho 37 anos de carreira como músico. Eu sou da música gospel, mas sou do samba. Aí você fala: "Sua música é abraçada no seu meio?" Não, não é, porque é samba a minha música.

Aqui no meu meio, há muito *funk*. Há um cara de muito nome que se chama Adriano Gospel Funk, que faz gospel, e outros também fazem. Música é música. Aliás, música é o idioma do céu. Nós só não podemos bater palmas para a apologia ao crime, e apologia ao crime se faz todos os dias em todos os lugares.

Volto a dizer que o que o Santander fez foi apologia ao crime, pedofilia, bestialidade, abuso, violência num País majoritariamente cristão. Eu queria que o que eles fizeram com a imagem de Cristo na exposição fizessem com a imagem de Maomé, porque afrontar cristão é fácil. Faça isso com o Islã, faça isso com Maomé para o Estado Islâmico ver. Pegaram as hóstias, encheram um tonel de hóstias e escreveram um monte de palavrões em cima das hóstias. Exposição, arte, artimanha! Faça isso com os muçulmanos. Mas cristão é pacífico.

Eu não ouvi a fala dos outros, vou a outra audiência, mas eu me senti representado na sua fala, Bruno, no que você falou, nessa tomada de iniciativa. Parabéns! Acho isso maravilhoso! Que a iniciativa de vocês tenha grande repercussão! E que haja a cópia de tudo isso em todos os lugares! São causas abraçadas pelo Senador Romário, que é um cidadão de língua afiada, debochado. Mas quem fez mil gols tem direito a tudo, não é? (*Risos.*)

Ele é irreverente de natureza e ficou bem pior depois dos tais mil gols, porque o cara, daí para a frente, pode tudo, não é? Mas essas causas são bem a cara de Romário e devem ser a cara de todos nós.

Fico feliz de ter participado, fico feliz com a oportunidade de ter ouvido que nem todo mal é mau, mas tem tanta coisa para se fazer por este País, Senadora Regina, nossa Presidente da Comissão, tanta coisa que é necessário fazer pelo Brasil, e nós ficamos perdendo tempo com alguém que, com um computador, se é um *hacker* esperto, faz 20 mil assinaturas em uma hora. Ele faz uma coisa em cima da outra para poder botar todo mundo doido aqui, desvairados, formando comissão. Mas nem todo mal é mau, e nós estamos aqui hoje nesta audiência, que acho pertinente.

Que Deus tenha misericórdia dessa pessoa que entrou com esse projeto para criminalizar o *funk*!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador e amigo Magno Malta, como sempre, bem objetivo e dinâmico.

Passo a palavra agora ao Sr. Anderson Pavin Neto, Presidente da Secretaria Nacional de Juventude (Conjuve).

Sr. Anderson, antes de V. Sª começar a sua fala, eu gostaria de agradecer aqui a presença do Deputado Evair de Melo, do PV, do Espírito Santo.

Muito obrigado pela presença, Deputado.

O SR. ANDERSON PAVIN NETO – Boa tarde a todos e a todas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria saudar a Mesa, o MC Koringa, o Conselheiro Bruno, o MC Bob Rum, a nossa antropóloga Mylene.

Quero saudar o Senador Romário e dizer que a relatoria dessa sugestão não poderia ter caído em melhores mãos, em melhores pés, num coração sensível, numa alma que realmente viveu o movimento *funk*. Eu posso dizer isso. E já aproveito para me apresentar como Presidente do Conselho Nacional de Juventude, assessor da Secretaria Nacional de Juventude.

Neste momento, como o Bruno falou, a gente vive o bônus demográfico da juventude, a maior geração de jovens da história deste País. Somos mais de 51 milhões, somos mais de 25% da população brasileira. E, como a Drª Mylene falou, não poderíamos deixar de estar aqui nessa proposta que fala em criminalizar o *funk,* mas é uma criminalização da juventude, porque, desses 13 milhões de "funkeiros", Bruno, tenho certeza de que a maioria deles está dentro da faixa de idade de juventude que o Estatuto estabeleceu, que é de 15 a 29 anos.

Senador, quero dizer que morei por oito anos no Rio de Janeiro, na década de 90. Quando você chegou ao Rio em 1995, como o melhor jogador do mundo, no Flamengo, tenho lembrança do Rap dos Bad Boys, e por isso posso falar que você é sensível à pauta e tem conhecimento da causa.

Falar depois de todos vocês que têm um conhecimento muito maior do que eu, que viveram na periferia... Como eu falei, morei na Zona Norte do Rio de Janeiro. Então, hoje, estou aqui, branco, de terno e gravata, mas estou assim porque ocupo um cargo no Governo Federal. Eu me formei através do financiamento estudantil.

Posso falar aqui que, nesta oportunidade, como o Senador falou, desse limão, vamos fazer uma limonada, vamos aproveitar o espaço. Já que deixaram a bola quicando, vamos chutar. A oportunidade de estar aqui ao lado do Bob Rum, que foi um ícone da minha geração, e de poder ouvir o Rap do Silva nesta audiência diz muito.

Dizer que "era só mais um Silva que a estrela não brilha; ele era 'funkeiro', mas era pai de família" acho que é muito atual, é muito do momento, Bob Rum, porque, por trás de todo "funkeiro", há uma família, uma história; às vezes, há a ausência da família.

Essa proposta do Marcelo, que infelizmente não quis vir, é uma proposta preconceituosa, absurda. Acho que é uma falta de informação. Depois de tudo que foi colocado, é um pouco ignorante, é uma falta de conhecimento de causa, realmente, porque parece que ele não vive no nosso País.

Falamos, como Presidente do Conselho, que realmente precisamos oferecer política pública. É uma das funções do Conselho formular e propor políticas públicas para a ação governamental, mas o *funk* surge como uma possibilidade de inclusão social, de independência da juventude, e é nesse sentido que a gente não pode falar em crime.

Eu queria dizer que, na década dos anos 90, acho que faltou um pouco esse acompanhamento que é o que hoje o Bruno faz, de formar, de acompanhar. Falar nisso em 2017? Nos anos 90, o *funk* era só no Rio, era uma coisa mais regional. Acho que isso acabou se perdendo um pouco por causa dessa falta de acompanhamento. Hoje você não vai a uma festa de aniversário ou a uma festa de casamento, de formatura... Se não tocar *funk*, a festa não é boa. Então, não dá para falar... O Koringa está aí com músicas em várias novelas. O *funk* tem espaço na TV, no rádio, na internet. Acho que é uma proposta muito fora de contexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu gostaria de colocar o Conselho Nacional de Juventude à disposição. Coloco a Secretaria Nacional de Juventude à disposição do gabinete, à disposição de todos.

O MC Marcinho, que também foi um grande ícone da nossa geração, tem uma música que é "Vou Cantar", em que ele fala: "Vou cantar e vou mais adiante. Diz para mim o que seria de mim se não fosse o *funk*." E era exatamente esta pergunta que eu queria fazer para o Marcelo, se ele estivesse aqui: o que seria desses jovens, dessas pessoas, desses "funkeiros" que hoje têm o *funk* como alternativa para conseguir se emancipar, para conseguir que a estrela deles brilhe, não é, Bob Rum? Senão, "é só mais um Silva que a estrela não brilha".

Para ser breve, assino embaixo de tudo o que foi falado. Quero dizer que o projeto conseguiu essas 20 mil assinaturas no prazo que precisava. Como o Senador Magno Malta falou, acaba sendo um acesso fácil, mas é uma sugestão. Tenho a certeza de que, se botássemos à votação quem é contra esse projeto, em quatro meses, ganharíamos de goleada; tenho a certeza de que conseguiríamos milhões de assinaturas.

Obrigado pela atenção de todos.

Era isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito obrigado, Anderson.

Agora passo a palavra para a nossa Presidente Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Presidente.

Eu pedi para falar agora, nem sei se havia Senadores inscritos antes de mim, mas eu realmente estou com um mal-estar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – V. Exª tem prioridade.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esse clima de Brasília... Na lista de prioridade, por lei também... (*Risos.*)

Então, eu quero só parabenizar vocês. Não há nada a dizer. Vocês deram uma lição aqui aos preconceituosos, aos racistas, aos intolerantes, aos divulgadores e promotores do ódio, que, infelizmente, neste País, está muito grande.

Eu queria que vocês dessem uma olhada naquele quadro lá e vissem a importância que alguns dão aos direitos humanos. Olhem quantas vagas há ali. Eu acho que não dá para acabar com a sugestão. Acho que a sugestão é válida, é a forma de o povo participar, e há ideias maravilhosas que têm chegado aqui e que já viraram leis, inclusive.

Às vezes, a população tem mil coisas a dizer e não vai esperar que se reúna 1,5 milhão de assinaturas para virar um projeto. Então, a gente tem de manter, independentemente das falhas que possam existir, e, é claro, os Senadores terão sensibilidade. Fazemos a distribuição também. O projeto, quando parece muito com a pessoa.... Esse projeto não foi para o Romário por acaso. (*Risos.*)

Com certeza, ele não vai para a frente.

Eu acho que é isso.

Eu vi o vídeo sobre o projeto de vocês. Quem sabe podemos conseguir, Senador Romário, uma grande rede que faça uma reportagem? Ali foi a TVT, uma mídia alternativa. Quem sabe uma grande rede possa fazer uma reportagem? Fazem tanta reportagem ruim sobre o *funk*! Vamos fazer uma boa para vermos, porque isso vai divulgar, vai despertar empresários para ajudar. Fica a sugestão, porque há de haver uma rede que se interesse pelo trabalho que vocês fazem, independentemente da música em si, que já é muito boa. Não há no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mundo quem não sacuda os ombros na hora em que ouve a batida do *funk*. Pelos menos sacode os ombros, porque é bonito.

É preciso descriminalizar na cabeça das pessoas, porque o problema da criminalização está na cabeça. Há tantas outras formas de agressões aí.

Mas vocês têm razão quando falam na questão do negro. A verdade é esta. Como dizem as mães da Praça da Sé, a carne negra é a carne mais barata do mercado. Aquelas mães estão lá insistindo em querer os corpos dos seus filhos, em querer saber que rumo eles levaram. Já houve a CPI da Matança da Juventude Negra, mas estamos devendo muito a este País, principalmente aos negros deste País.

Então, disponham da Comissão de Direitos Humanos. Costumamos dizer que ela é a Comissão que dá voz aos que não têm voz e que dá visibilidade aos invisíveis.

Eu sei que vocês têm muita voz, mas este dia de hoje, aqui, deu mais visibilidade. Este programa será repetido na TV Senado, que tem uma audiência muito boa. Então, acho que valeu a pena a audiência.

Amanhã, inclusive, esta Comissão estará em diligência em São Paulo para discutir sobre a população em situação de rua com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e com a de São Paulo. Estaremos por dois dias, quinta e sexta, em São Paulo.

Acho que esses temas têm de ser trazidos. As pessoas fecham os olhos, a população fecha os olhos, e fica invisível. Temos de, no mínimo, dar visibilidade.

Parabéns a todos vocês!

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora Regina Sousa, Presidente desta Comissão. Obrigado por pautar esta audiência.

É muito estranho, num mundo de 20 mil pessoas, não aparecer nenhuma dessas pessoas aqui, não só como convidado, mas para participar da Comissão para defender o que é o ridículo e o preconceito.

Enfim, ao assumir a relatoria dessa SUG, eu sempre tive bastante consciência de que, infelizmente, existem pessoas no mundo que vão sempre na contramão daquilo que faz bem.

Nós estamos falando de milhares de crianças, jovens e adultos que, através do *funk,* cresceram, evoluíram, que hoje têm uma situação financeira digna, coisa que tenho certeza de que, se não fosse o *funk*, seria bastante diferente. Assim também é o esporte, principalmente o esporte que eu pratiquei, que é o futebol. Mas, por outro lado, temos uma torcida muito maior – não é, Sr. Anderson? – do lado do bem, para defendermos sempre essas posições.

Vou passar a palavra para o Senador José Medeiros, mas depois nós vamos abrir aqui para as pessoas que estão presentes, para darem suas sugestões e fazerem perguntas.

Daqui a pouco, teremos aqui a MC Bandida; Leonardo Brito, empresário e produtor de *funk;* Dr. Léo Silva, produtor musical e radialista; e a MC Jenny, logo após a fala do Senador Medeiros.

Por favor, Senador Medeiros, V. Exª está com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Romário.

Quero cumprimentar o Dr. Anderson, o MC Bob Rum, a Drª Mylene, o Bruno, o MC Koringa.

Creio que o Sr. Marcelo prestou um grande serviço ao *funk* até, porque isso dá oportunidade para que possa haver uma discussão, para que possam ser apresentados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

programas como esse que o Bruno passou aqui sobre o que o *funk* faz, porque, às vezes, as pessoas acabam tendo uma imagem estereotipada do que é esse ritmo, do que é esse movimento – aliás, acho que o *funk* vai além do ritmo, além da música –, para mostrar o que se tem feito, como trabalhos sociais.

Nós tivemos uma sugestão recentemente na Comissão de Direitos Humanos em que as pessoas pediam para tributar cultos de qualquer credo, umbanda, espírita, católico, evangélico, enfim, todos. E muita gente até se ofendeu, mas foi uma oportunidade e está sendo uma oportunidade para que essas instituições possam mostrar o trabalho que elas estão fazendo. Inclusive, a Igreja Católica trouxe aqui – eu não sabia que era tanto assim – a maior instituição filantrópica da América Latina, que, no Brasil, tem inúmeros serviços que ajudam a comunidade. Mas isso serviu para a discussão.

Em relação ao *funk,* a gente sabe que muita gente tem... Cada um vai construindo a sua própria ideia e formando os seus conceitos. Eu não sei qual o conceito que o Sr. Marcelo formou para entrar nisso, mas, num momento ou noutro, ele pôs na cabeça que tem de ser criminalizado. Mas, como disse o Senador Magno Malta, como você vai criminalizar a música? Você pode questionar: "Eu não gosto da letra tal." Eu, por exemplo, não gosto do Hino do Vasco. Sou flamenguista, mas não dá. Eu cheguei aqui e tentei pôr um projeto. Perguntei: "Pode pôr um projeto para tirar o Vasco?" "Não pode." "Então, deixa o Vasco." (*Risos.*)

O que acontece? A gente tem de aprender a conviver com o diferente. Esta audiência... O Senador Romário foi muito feliz porque ela nos traz essa oportunidade de discutir. Eu posso ser totalmente contra o que o Bruno diz ou ele ser totalmente contra o que eu digo, mas nós temos de aprender a conviver. Esta audiência é importante principalmente neste momento em que há no País tanta intolerância. O sujeito fala uma coisa na internet, o outro já vem cortando. Nós estamos precisando justamente de consenso, de chegar e de nos conhecermos, de nos aproximarmos. Acho que, com tanta tecnologia, parece que a gente está se afastando e que a gente para de olhar no olho do outro e de compreender. Parece que a gente só tem inimigos. Se você discorda de mim, já virou meu inimigo.

Mas o que eu gostaria de frisar também é o seguinte: acho que esse projeto caiu na mão da pessoa certa, primeiro, porque eu acho que o *funk* tem uma coisa muito parecida que é a questão da atitude. Vou rememorar aqui... Não é confete, mas todos os brasileiros que acompanharam isso em 1994 sabem disso. O Brasil estava numa baixa autoestima, estava *down*. Eu, por exemplo, achei que não ia classificar. E chamaram o desafeto Romário para compor o time da seleção. Quem acompanhou sabe que o Romário não vinha no time. Ele foi chamado. E, num dos primeiros lances, ele mata a bola no peito, dá um chapéu e vai... "Poxa, o que é isso? Está tudo diferente aqui." Quer dizer, é atitude. Ele mostrou atitude. Nós ganhamos aquela Copa. Romário pode bater no peito e dizer: "Ganhei uma copa para o Brasil." Atitude! Nós precisamos de atitude, o que, na comunidade, às vezes, as pessoas não têm muito. Às vezes, não, isso já foi mostrado aqui. E aí vem um ritmo, um movimento, que dá aquela autoestima para a pessoa, quer dizer, muda vidas. Quem sou eu para falar? Vocês estão aqui e falaram muito melhor do que isso.

Eu digo isso porque venho de uma família... Eu nasci em Caicó, no Rio Grande do Norte, numa década em que a mortalidade infantil foi uma coisa imensa. Morriam crianças de fome e de desnutrição porque lá havia farinha, água quente e sal. Misturavam isso, e as crianças comiam. Então, as crianças morriam de fome com um buchão deste tamanho. Eu tive dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

irmãos que morreram assim. Minha avó perdeu dez filhos dessa forma. Meu pai disse que eu escapei porque, no ano em que eu nasci, eles tinham uma cabra. Esse leite de cabra acabou me dando essa sorte. Depois, fomos para o Mato Grosso, mas uma coisa que meu pai me ensinou é que você não tem de ficar reclamando da vida, com essa história de coitadinho. E o que eu gosto no *funk* é que você não vê coitadinho no *funk*. O *funk* tem tanto o ritmo que a Senadora falou aqui – uns mexem os ombros, outros batem o pé –, mas tem essa coisa de atitude. Você tem seu espaço ali. Você não vê o *funk* choramingando.

Por falar em choramingar, vou voltar ao futebol de novo. Eu acho que nós perdemos essa Copa porque chorávamos demais. Digo dessa última em que nós tomamos de 7x1. Nunca vi chorar tanto! E aí volto ao Romário de novo. Quando ele estava entrando no Orange Ball – não sei se você se lembra dessa entrevista –, o repórter perguntou: "Romário, o que você acha de jogar aqui no Orange Ball?" E o repórter fez aquela pergunta. E ele, com aquela indiferença, falou: "Não vejo diferença entre uma partida de futebol no Orange Ball e uma na Vila da Penha. Futebol é futebol, 11 contra 11." E entrou para o campo. Falei: "Caramba, é disso que a gente precisa." Nós precisamos de atitude.

Se nós precisamos de uma coisa para mudar este País, é de uma coisa que é a cara do *funk*, é de atitude. Eu acho que é essa a palavra.

O Romário vem para cá – eu o cito de novo –, para o Senado. E, quando ele veio para o cenário político, disseram: "Ah, o Romário é do futebol, não virá!" Veio para cá e encantou todo mundo com um trabalho sério. Foi Presidente da Comissão de Educação, chamou essa questão da deficiência. Era um pessoal que não tinha voz no Parlamento. Não tinham voz essas pessoas, o pessoal do autismo, o pessoal da Síndrome de Down, os cadeirantes. E, se não me engano, no passado, aprovou aqui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Então, o que eu digo é que, neste momento, está na mão certa. A discussão é muito boa, pode trazer aqui as pessoas, para até conhecerem... Quem não é do ramo pode conhecer o trabalho de vocês, pode conhecer o que essas pessoas pensam. É lógico que há n pessoas que não gostam das letras, é evidente, mas isso é normal.

Eu me lembro do Chris Rock. Para quem não o conhece, ele é um ator norte-americano que faz *stand-up*. Num dos *stand-ups*, ele falou: "Olha, eu ando querendo me divorciar do *funk*." E falou: "Eu vou explicar. É porque eu tive uma filha." E, a partir do momento em que ele teve uma filha, teve um objetivo na vida: deixá-la o mais distante possível de um homem ou de qualquer coisa que fizesse alusão a sexo. Ele falou: "Meu objetivo na vida era e é esse. Mas o que acontece? Minha filha tem 12 anos. Fui eu, que gosto muito de *funk*, para o *funk*, para assistir a um *show* de *funk*. E aí vieram as letras. Tampem os ouvidos, tampem daqui e tampem de lá. E vamos embora, vamos embora!" (*Risos.*)

E falou: "Gente, então, é o seguinte, vocês perderam um representante; eu agora só vou sozinho." (*Risos.*)

Quer dizer, eu acho que a grande discussão aqui... Talvez, a pessoa tenha se ofendido com a letra. O que nós podemos fazer é o seguinte... "Ah, não, nós estamos achando que a letra está pesada!" Nós temos já a classificação de conteúdos para isso. Agora, realmente, proibir não é caminho para coisa nenhuma, mesmo nessa questão da exposição do Santander, que está sendo muito falada. Eu, por exemplo, acho que é de péssimo mau gosto, como o Senador Magno disse aqui mesmo. Acho que é até um pouco racista. Como é que você coloca um negro sendo currado por dois brancos e diz que isso é arte? Eu, por exemplo, não gosto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas tem de se proibir? Não! Quem tem de julgar são as pessoas. Eu não gostei. Eu acho que foi legítimo quando as pessoas disseram: "Olha, eu não quero pagar por isso." Eu acho que foi pela questão da Lei Rouanet. Eu acho que o contribuinte tem esse direito de dizer: "Eu não quero pagar por aquele negócio lá." Tem todo o direito. Agora, é lógico, a gente vai proibir? Também não. Eu acho que essas coisas morrem por si.

Eu fiz essa fala simplesmente para parabenizar o Senador Romário por esse brilhante trabalho que está fazendo, por essa discussão e por vocês estarem aqui. Eu não sou um grande entendedor; eu só sou aquele que bate o pé e dá risada quando acha a música engraçada. Há umas letras muito *show*.

Enfim, era isso que eu tinha para falar.

Agradeço por esta oportunidade.

Muito obrigado, Senador Romário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito bem, Senador Medeiros! Muito obrigado pelas palavras.

Vou passar aqui, agora, a palavra para as pessoas que se inscreveram. A primeira é a MC Bandida, por favor.

A SRª MC BANDIDA – Boa tarde!

Quero, primeiro, pedir desculpas, porque, daqui a pouco, vou ter de sair, porque tenho um compromisso.

Quero agradecer a oportunidade, Romário, por estar aqui hoje. Acho que eu estou aqui representando Brasília e também o Brasil inteiro.

Na verdade, eu vim aqui para pedir respeito pelo nosso trabalho e para falar para o Marcelo Alonso: desculpe-me, mas vá procurar o que fazer! Poxa, há tantos projetos legais que a gente pode trazer para cá. E, não, ele quer criminalizar o trabalho das outras pessoas.

Quero informar para todo mundo que o *funk* traz emprego, que há pessoas que trabalham comigo, assim como há pessoas que trabalham com ele e como com os demais que estão aqui e que depois vão falar, que também empregam as pessoas.

Então, eu vim aqui para pedir respeito pela nossa profissão e falar que sou do *funk*, mas não sou do crime. A gente jamais pode comparar alguém do *funk* com alguém que matou outra pessoa, com alguém que vende droga, com alguém que faz o errado. Estamos aqui para fazer o certo e para falar que o *funk* é "som de preto, de favelado, mas, quando toca, ninguém fica parado".

Termino por aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito bem!

Passo a palavra agora para o Sr. Leonardo Brito, empresário e produtor de *funk*.

O SR. LEONARDO BRITO – Boa tarde a todos!

Cumprimento a Mesa, na presença do Senador Romário.

Eu queria realmente só ponderar algumas coisinhas. Na verdade, quero complementar algumas coisinhas de que a Mesa já falou, e falou muito bem. Há pessoas aqui que realmente entendem do assunto.

O Brasil está passando por um momento... A gente está passando pela Lava Jato e por tantas coisas que estão vindo à tona, com o dinheiro público sendo gasto de maneira ilícita. E a gente está discutindo aqui, em pleno 2017, a criminalização do *funk*. Mas acho que este não é um momento de revolta, não. A gente tem de aproveitar isso não para apresentar revolta, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para apresentar plataformas e maneiras de fazer com que o *funk* vire, sim, uma ferramenta de efetivação de políticas públicas.

Então, eu venho aqui, aproveitando a presença do nosso Conselheiro de Juventude, do nosso Presidente Nacional de Juventude também, para dizer para aproveitarmos o Plano Juventude Viva. Eu tive a oportunidade de passar, no período de 2012 a 2014, pelo Conselho Nacional de Juventude e também pela SNJ e estive no embrião do Plano Juventude Viva, estive dentro das primeiras reuniões do Plano Juventude Viva. Então, vamos aproveitar os mecanismos que hoje a gente tem aqui no Governo, vamos aproveitar essa plataforma que foi gerada e essa visibilidade para o *funk* dentro do Congresso Nacional. Olha que legal! A criminalização do *funk* acabou trazendo o *funk* para dentro do Congresso Nacional, para a gente discutir o *funk* dentro do Congresso Nacional. Então, não vamos trazer um sentimento de revolta, não. Vamos aproveitar esta oportunidade para trazer políticas públicas que se efetivem.

Então, não vamos, não, Bruno, correr atrás do setor privado para poder trazer à tona projetos como os que vocês fazem e para trazê-los para uma maior proporção, para uma maior quantidade de pessoas. Vamos aproveitar a máquina pública, vamos aproveitar o nosso dinheiro, vamos aproveitar os fomentos que temos dentro do Ministério da Cultura, dentro da própria SNJ. A gente tem algumas parcerias com outros Ministérios.

Eu queria também compartilhar só uma informação com vocês a respeito da inclusão.

Senador Romário, mais uma vez, venho parabenizá-lo pela sua causa com as pessoas com deficiência, com as pessoas especiais. Há pouco, a Comissão aprovou a isenção de IPI, para as pessoas surdas poderem dirigir seus veículos e comprar seus veículos.

O *funk* não é só cultura, como as pessoas polemizaram há algum tempo, mas o *funk* também é inclusão de pessoas com deficiência. O MC Milk, que é um artista da cidade, foi o primeiro artista do Brasil, um "funkeiro", a, por meio do *funk*, trazer a inclusão de deficientes auditivos, de surdos. Ele fez o seu primeiro *clip* preocupado com esse público e acabou interpretando o *clip* todo em Libras. Houve uma projeção nacional, uma grande repercussão nacional. Há pouco, voltamos de São Paulo, e ele lá fez um *show* para mais de dois mil surdos por meio do *funk*, interpretou o *show* todo em Libras.

Então, o *funk* não é só ascensão social; o *funk* também é inclusão de pessoas com deficiência, o *funk* é geração de emprego.

Então, eu queria deixar aqui esse apelo e esse pedido aos nossos conselheiros de juventude, ao nosso Presidente do Conselho Nacional de Juventude, para que a gente aproveite a evidência deste debate e leve para as plenárias do Conselho, para que a gente tente discutir isso efetivamente. A gente tem a Estação Juventude e vários outros os projetos, outros planos que estão lá. Que a gente use realmente um *funk* para trazer essa efetividade da ascensão, da cultura e do acesso!

Então, mais uma vez, eu o parabenizo.

Com a juventude unida, a gente conseguiu aprovar a PEC da Juventude lá atrás, e o jovem de periferia e o jovem que curte *funk* foram os principais protagonistas para que isso acontecesse. Então, vamos aproveitar o momento.

Agradeço a todos.

E *funk* é cultura, *funk* é ascensão social e *funk* também é inclusão.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Obrigado, Leonardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora a palavra está com o Sr. DJ Léo Silva, produtor musical e radialista.

O SR. DJ LÉO SILVA – Primeiramente, agradeço a todo mundo por abraçar esta causa do *funk*.

Eu, como radialista, produtor musical, vejo, primeiramente, Romário, muitas pessoas chegarem perto de mim e pedirem uma oportunidade. Por quê? Porque estão sendo sugadas pelas pessoas que não abrem a vista para a comunidade, para as pessoas que precisam.

Primeiramente, eu queria falar para o Marcelo que, em vez de prejudicar o *funk* ou qualquer outra arte cultural, ele deveria buscar absorver um projeto de ajuda para uma pessoa que sai da comunidade, que precisa de respeito, que luta pela sua família. São coisas que eu vejo muito travadas na população, o preconceito. Hoje o que o Brasil vive quanto ao preconceito é culpa só do *funk*? Será que a culpa é só das outras artes, da cultura? Acho que não. Acho que primeiramente tem de se absorver o que está acontecendo na falta de segurança, na saúde e nos demais órgãos, para querer jogar todas as culpas em cima do *funk*.

Então, agradeço aqui, em poucas palavras.

Peço desculpas por não me expressar bem, mas eu acho que é necessário um projeto de cultura para as comunidades, para qualquer pessoa que precisa ter oportunidade na vida. Será que só as pessoas brancas ou as pessoas que têm condição podem? Será que a pessoa negra, a pessoa que é do LGBT ou alguma coisa não tem oportunidade de sair para a vida, pelo Brasil, mostrando a sua arte, a cultura? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito obrigado pela presença, DJ Léo Silva.

Passo a palavra agora para a MC Jenny.

A SRª MC JENNY – Já falaram tudo o que havia para falar, mas eu gostaria de deixar registrado o que o *funk* fez por mim. Comecei a cantar *funk* aqui em Brasília. Se não me engano, fui a primeira mulher a começar a cantar *funk* aqui, com apenas 16 anos. Já tenho dez anos de carreira. E, nesse tempo, consegui ajudar minha família, fiz minha faculdade. Tudo o que eu tenho hoje foi devido ao Movimento Funk.

Conheço a Liga do Funk, em São Paulo, o Marcelo. É muito lindo o trabalho que vocês vêm fazendo.

Então, da mesma maneira que o *funk* mudou a minha vida, o meu sustento é o *funk*. Eu não fiz nada na minha vida a não ser cantar *funk*. Eu tenho amor pelo *funk*.

Sofri muito preconceito por ser de Brasília, porque, antes, o *funk* era visto como só do Rio de Janeiro; hoje, não, o *funk* atingiu outro patamar. Eu tenho música em novela infantil no SBT, na novela Carrossel e agora na Carinha de Anjo. É muito gratificante uma mãe chegar e falar assim: "O meu filho escuta a sua música." E é *funk*. Então, não dá para generalizar o ritmo *funk*. É preciso ver direitinho qual é a letra, certinho.

Então, da mesma maneira que o *funk* mudou a minha vida, ele está mudando a vida de várias pessoas.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Eu formatei aqui algumas perguntas para nossos convidados, e a primeira vai para a Drª Mylene.

É o seguinte, doutora. No programa Fantástico, na edição de 9 julho de 2017, vi a notícia: "Proposta de lei quer enquadrar *funk* carioca como crime de saúde pública. Sugestão associa o estilo a delitos como estupro, exploração sexual e consumo de droga ilícita." A pergunta é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

seguinte: foram quase 22 mil apoios em prol de sua criminalização ao longo de quatro meses e 7 milhões de visualizações em um único dia. O problema do *funk*, na opinião da senhora, é apologia ou quem o produz?

A SRª MYLENE MIZRAHI – O problema do *funk* para quem? O problema do *funk* para os seus detratores, para os que querem criminalizá-lo? Eu acho que é um misto, na verdade, de apologia e de quem o produz. Na verdade, acho que há uma dificuldade enorme de lidar, como eu disse na minha fala, com o que é o Brasil, com o que é a sociedade brasileira, de lidar, de problematizar, de levar a sério, de procurar as causas, de procurar as soluções. Então, se há apologia, em vez de a gente se preocupar com o que é o crime de fato, vamos caçar quem faz apologia. E a gente sabe que... Recentemente, inclusive, eu vi um *post* muito curioso: "O maior local de apologia ao crime no Brasil não é o *funk* [o *post* era este], é o Congresso Nacional."

A gente vive um momento muito complexo no Brasil. Eu continuo achando que é isto: há crime no Brasil, há violência? De fato, há. Mas como é que a gente vai resolver isso? É um problema complexo, sério, árduo de ser resolvido, que não só necessita de uma mobilização e de políticas públicas, mas também é necessário que as pessoas se transformem. Acho que foi o próprio MC Koringa que falou: "Eu fui criado pela minha mãe." A gente vê uma ausência enorme dos pais. Poucos homens conseguem parar e pensar: "Como é que eu vou mudar isso?" Foi um pouco o que MC Koringa falou.

Então, é um misto de apologia ao crime e também uma perseguição a quem faz. Há uma resistência enorme em lidar não só com a diferença de cor e de educação, mas também com a diferença de gosto, de estética. "Eu não gosto disso." Em vez de você simplesmente mudar de canal, que seria a coisa mais óbvia... Estou vendo alguma coisa na televisão e vou mudar de canal. Mas há um policiamento estético, que é uma vontade de suprimir esse diferente, uma diferença que está no gosto, uma diferença de modos de vida, uma diferença de pensamento, de valores, o que também não é tão diferente assim. Se fosse tão diferente, o *funk* não seria consumido massivamente do modo como é. O *funk* hoje é um produto da indústria cultural, é um produto de massa. Todo mundo dança *funk*, todo mundo canta *funk*. Eu tenho duas filhas pós-adolescentes, uma de 17 anos e outra com 19 anos, e ambas dançaram e dançam *funk*. É o grande momento da festa. E nenhuma delas está transando sem camisinha.

Então, onde é que estão os pais? Eu acho que o homem tem de repensar um pouco esse seu lugar social, o que é essa masculinidade que se ensina aos meninos dentro de casa. É mais fácil, como eu falei, colocar na conta do *funk*, é mais fácil dizer que o problema é o outro, é o diferente, é o *funk*, e aí se suprime o problema de apologia e também se retira isso de circulação, impedindo a ascensão social e a inclusão social desse outro, desse diferente.

Então, espero ter respondido à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito obrigado, doutora.

A outra pergunta vai para o Anderson Neto: com a retomada do Plano Juventude Viva, quais as políticas públicas previstas para a prevenção e o enfrentamento da violência contra esses jovens?

O SR. ANDERSON PAVIN NETO – Bom, é para isso que a gente veio também, porque a pauta é de interesse.

O Juventude Viva ficou um tempo parado, e a gente está em fase de reformulação do programa. A gente está com edital aberto para consultoria, para que a gente possa chegar a atingir o melhor formato do Juventude Viva. Então, publicamos uma portaria que institui um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comitê gestor do Juventude Viva para poder fazer o acompanhamento. O Bruno até faz parte desse comitê também. E a gente pretende começar a fazer os convênios para que efetivamente o Juventude Viva comece a acontecer lá na ponta, lá nos Municípios, até o final do ano.

Então, a gente contratou essa consultoria, para que a gente pudesse chegar ao melhor formato, porque, repito, o formato inicial do Juventude Viva não estava sendo efetivo, não estava resolvendo o problema.

Em cima disso, temos o estudo do Mapa da Violência, que fala que, hoje, no Brasil, há uma população carcerária de mais de 600 mil pessoas. Então, mais de meio milhão de pessoas hoje está cumprindo pena privativa de liberdade. Esses jovens têm cor, têm raça, têm endereço, têm idade, porque a maioria dessas 600 mil pessoas tem de 18 a 25 anos; a maioria é de jovens.

Foi falado também do Estação Juventude, que já tem outro viés. Mas também estamos encerrando as inscrições e agora recebemos mais de 400 propostas para o Estação Juventude, que funciona quase como um Cras nos Municípios, quase como um Centro de Referência de Assistência Social voltado para a assistência ao jovem.

E digo, como apareceu ali o MC Gerinho, lá da Morada, que a ideia do *funk* também tem de ser um pouco essa. Obviamente, a gente tem o nosso papel como política pública. Aí, depois, eu não sei se o Bruno até pode falar como a iniciativa pública e a iniciativa privada podem contribuir para que outras ligas do *funk*, para que outras moradas do *funk* possam se espalhar pelo Brasil para quem tem a ideia de querer fazer esse serviço de orientação, de formação e de acompanhamento.

Mas o Juventude Viva ainda está em fase de implementação. O Estação encerrou as inscrições agora. Mas é dessa maneira que a gente procura, em cima dos dados do Mapa da Violência, em cima dessas questões que a gente tem dentro do Conselho Nacional de Juventude, com as nossas comissões, agora que a gente vai também levar os primeiros 30 dias de gestão... Assumi a Presidência do Conselho no dia 15 de agosto, mas estamos reativando aquilo que já existia, e que não estava funcionando. E, agora, no Conselho, também vamos fazer novas proposições, porque somos muito conscientes, temos o domínio, temos o conhecimento desses números e dessa demanda de que a juventude brasileira, especialmente a juventude negra, precisa no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito obrigado, Anderson.

Eu agora tenho uma pergunta para o MC Koringa.

Koringa, por três anos, você foi militar do Exército. Em maio deste ano, tocou no Baile da Escola Naval na Ilha de Villegagnon. A pergunta que tenho para fazer para você é a seguinte: como você se sentiria sabendo que poderia ter cometido um crime em território militar apenas por ter dito que na favela o baile é lazer?

O SR. MC KORINGA – É incrível, não é? Imagine você se apaixonar por um ritmo, você ver a possibilidade de crescer dando voz a um ritmo e, de repente, você se ver no submundo, você se ver como um fugitivo, você se ver como um criminoso. Foi como foi dito no início: as pessoas de periferia, às vezes, não têm condições de pagar um *ticket* daquela boate *top* em que gostaria de estar presente, com aquelas pessoas. Então, assim como existem outras formas de se divertir, de se entreter, na favela realmente o baile é o lazer daquelas pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que estão lá. E digo mais, é o lazer não só das pessoas que estão lá, porque muitas pessoas de outras classes sociais vão ao baile de comunidade, ao baile de favela.

Então, na música Dança Sensual, que foi trilha da novela Salve Jorge, escrita também pelo meu parceiro Jean Rodrigues, eu acho que, em poucas palavras, ele disse muito, e é onde eu assino embaixo: "Na favela, o baile é lazer. Na favela, o esporte é lazer." E acho que isso deve ficar bem aceso na mente das pessoas que são de comunidade, na nossa política da educação, porque acho que a educação e o esporte são um complemento de tudo. A partir disso, você tem uma melhor segurança, você tem melhor saúde, a partir da educação e do esporte. Então, eu assino embaixo e destaco que, realmente, na favela, o baile é lazer.

Muito obrigado pela pergunta. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito obrigado, Koringa.

Minha próxima pergunta agora vai para o MC Bob Rum.

Sabemos que o *funk* nasceu de relatos de problemas enfrentados pelas populações marginalizadas. Suas letras procuram retratar a realidade social das áreas mais pobres da cidade e denunciam a incapacidade do Estado em se fazer presente em determinadas regiões. O que é retratado no *funk* é a realidade das ruas.

A pergunta que eu tenho a fazer é a seguinte: seria correto, então, afirmar que a violência das comunidades, a sexualização precoce, o uso e o tráfico de drogas estão na origem do *funk* e não são um resultado dele?

O SR. MC BOB RUM – Como eu falei antes, com certeza, isso faz parte da política social do nosso País.

Como eu falei e deixei bem frisado, se eu tivesse a certeza ou, então, a mínima suspeita de que o *funk* é responsável por todas essas nossas mazelas, eu seria o primeiro a parar de cantar *funk*.

O que acontece é aquilo mesmo, é a lei da marginalidade, à margem. O pessoal de periferia vive à margem, e não é culpa do *funk*. Ele vive à margem de uma boa oportunidade de estudo, vive à margem de uma boa oportunidade de emprego, vive à margem de uma boa oportunidade de lazer. Então, a vida daquelas pessoas, dos que se desencaminham para o lado do mal, para o lado do ruim, seria da mesma forma desencaminhada havendo ou não o *funk*, porque é a realidade de vida deles, é a falta do Estado de se fazer presente para dar uma oportunidade.

Ainda há aquela cultura que eu, absurdamente, às vezes, ainda ouço pelos meios em que eu ando, quando rodo por aí: "Ah, ele é vagabundo! Coloque uma enxada na mão dele!" O povo de periferia já cansou desse papo de que ele tem de ter uma enxada. Não! Ele quer uma oportunidade. Ele não quer uma enxada, ele quer ter acesso a um lápis, a uma caneta, a um bom estudo, para poder ser alguém. Enquanto houver essa diferença social, enquanto houver essa discrepância de oportunidades, vai haver crime, vai haver drogas, vai haver um monte de mazelas que existem não só na periferia, porque isso se arrasta para o asfalto também.

Então, quer dizer, não é culpa do *funk*. O *funk*, às vezes, retrata, canta. O Cidinho e o Doca, brilhantemente – para mim, é o hino de todos os tempos do *funk* –, cantavam: "Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci." Isso se deu há vinte e tantos. Até hoje, o grito de morador de periferia é o mesmo, ele só quer ser feliz, ele só quer oportunidade e só quer andar tranquilamente na favela, na comunidade em que ele vive, e isso vem através de oportunidades e de inclusão social. Não é culpa do *funk*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito bem. Muito obrigado pela resposta.

Bruno, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) tem, entre outras atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude. De acordo com o Mapa da Violência, os homicídios no Brasil têm cor e classe social. Os jovens representam 26% da população brasileira, mas somam 58% das mortes causadas por arma de fogo no período de 1980 a 2014.

O baile *funk*, muitas vezes, é associado às festas que duram até o nascer do dia, realizadas nas comunidades pelos traficantes de drogas, com armas à mostra, drogas, letras glorificando a vida dos traficantes, o sexo sem limites e o uso de entorpecentes. Por outro lado, educadores têm visto no gênero musical uma ferramenta útil na formação dos alunos, a exemplo do que se dá hoje nas salas de aula com as redes sociais.

Experiências relatam a utilização de algo que já faz parte do vocabulário do estudante, o *funk*. O gênero musical ajudou a levantar discussões sobre lutas de classes, posição da mulher na sociedade, violência, corrupção e outros temas sociais.

Com o projeto, os alunos começaram a notar que a escola os reconhece e os entende e que a linguagem deles não se encontra assim tão distante do ambiente social.

A pergunta que tenho a fazer para você é a seguinte: de que forma o *funk* vem sendo utilizado pelo Governo na formação e na implantação de políticas públicas que previnam e enfrentem as altas taxas de violência contra os jovens? Especificamente, em quais políticas públicas o gênero vem sendo usado?

O SR. BRUNO RAMOS – É uma pergunta muito interessante, Senador.

Primeiro, o Governo ainda não consegue compreender o que é o *funk*. É muito complexo ainda o Estado brasileiro, seja nos Municípios e mesmo na esfera nacional, compreender o que é o Movimento Funk. Tudo isso que fazemos, desde artistas, DJs, empresários, ativistas, é por iniciativa da própria periferia, da sociedade civil organizada. É isso que nós estamos fazendo.

Há uma questão, Senador, que é a seguinte: nós somos responsáveis pelas coisas que nós fazemos e falamos, não por aquilo que as pessoas entendem, compreendem. Então, há um distanciamento aí de linguagem e de interpretação, de saber o que está realmente acontecendo, o que está acontecendo de fato. Se o nosso *funk* está incomodando a sociedade, vamos dar as mãos e transformar a realidade da periferia, para que seja mudada essa letra. O que mais fazem é jogar pedras, mas não vejo quase ninguém, fora do Movimento Funk, se mobilizando para que mude essa realidade, principalmente a do jovem da periferia.

Em contexto mais avançado, eu acredito – não só acredito, mas penso – que o *funk* é a cola da cidade partida. Por que estou falando isso? Porque, quando se toca o tamborzão mesmo, é o único ritmo que consegue unir todas as classes, seja o rico, seja o pobre, o homem, a mulher, o trans. Há representatividade. Olhem o que é o *funk* hoje! A nossa unidade é papel dessa diversidade. Olha o que Pabllo Vittar está fazendo, bem como a MC Carol, a MC Tati Quebra Barraco. A gente não vê em outro contexto cultural um movimento que, de certa forma, deu oportunidade para mulheres, pretos, negras, trans. Então, nós somos essa unidade mesmo e, de alguma forma, nós precisamos nos unir e entender esse contexto.

Houve algumas falas aqui. Não é buscar recurso dentro da iniciativa privada. A gente vai ocupar todos os espaços, inclusive dentro do Poder Público. Só que o Poder Público é muito sagaz. Quando ele cria um edital, notoriamente aquele edital a gente não consegue interpretar porque está em uma linguagem distante da nossa realidade. Então, ela deve também ser muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acessível. E, além disso, o processo de burocratização que se coloca para que os nossos meninos e meninas tenham como prestação de contas dentro do que está sendo falado é muito complexo. A gente sabe como funcionam as políticas públicas, e quem vai acessar isso não é o jovem negro da periferia, mas é sempre o branco de classe média. Então, é muito difícil entender esse contexto.

O que o MC Bob Rum fala, o que a Drª Mylene fala, o que o MC Koringa fala é um reflexo da sociedade que nós vivemos. A interpretação negativa e equivocada da sociedade ocorre quando tentam falar das questões de apologia. Devemos parar e fazer uma análise crítica, além da análise da conjuntura política que estamos discutindo. Isto aqui é muita política. É uma política muito séria a que nós estamos fazendo aqui. Além dos avanços, em meio a todos esses retrocessos, o que nós estamos fazendo aqui é um oásis de oportunidade para os jovens da periferia, em meio a essa selva de pedra.

O que nós estamos discutindo aqui... Eu alfineto, para que outras pessoas, até acadêmicos e intelectuais, tragam isso para dentro da bolha acadêmica, que é difícil entender. Tentam pautar o *funk* sob o ponto vista de uma realidade que não vivem. Isso é difícil. Estando dentro da Academia, é muito difícil.

Fico muito feliz de ver a sensibilidade que a Dr. Mylene traz aqui. Ela vê o contexto, porque, acredito, que também viva essa realidade ao menos de perto. Não precisa morar ali, quando falo que vive nesse contexto. Se você tiver a sensibilidade de enxergar de perto o que nós estamos fazendo, fica muito mais fácil a gente desenvolver um diálogo, criar políticas públicas e até facilitar para quem, de alguma forma, está aqui nos representando no Poder Público.

Quando traz essa narrativa... Acho que é uma cilada pensar nos contextos. Eu também não sou a favor da apologia, de nenhuma forma, de nenhuma forma! Mas a gente também tem de entender o contexto sociológico e antropológico daquilo que aqueles jovens estão falando, se não é a realidade que estão vivendo. Quando um jovem escreve uma letra, falando, talvez, da facção e da realidade em que ele vive, será que realmente ele está fortalecendo isso? Ou é algo que ele está despertando para a sociedade, falando da realidade hoje no morro carioca, no morro paulista, na sociedade mesmo?

Não podemos criar essas divisões. Quando a gente traz todo esse contexto, o que está implicado dentro das letras, acho que não é a letra, mas, sim, o movimento. É criminalizar... É um posicionamento racista de tentar criminalizar o Movimento Funk. É só a gente dar uma olhada! Também não quero colocar esse problema para os outros movimentos culturais, que também respeito. Faço parte desse complexo de atividades.

Se a gente parar e olhar para o que foi o rock na década de 50.... Qual era o *slogan*, qual era o bordão do *rock* na década de 50? Sexo, drogas e *rock and roll*. Por que o problema é do Movimento Funk? Porque é um movimento elitista, pautado por brancos, porque está dentro da indústria fonográfica, elitista, porque está conduzindo o *show business*. É um movimento, às vezes, que se faz por moradoras da periferia. O estúdio, muitas vezes, é feito com caixa de ovo. Em muitas músicas, às vezes, há até barulho, por exemplo, de panela de pressão. Viram esse *boom* e conseguem atingir 250 milhões de visualizações na internet. É nisso que o sertanejo está tentando investir alto, mas não consegue ter todo esse processo de visibilidade.

E falo mais: o Movimento Funk é o único movimento independente que nunca dependeu das mídias tradicionais para que tivesse todo esse processo de visibilidade. Nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dependemos das rádios, nós não dependemos das televisões colocando a gente num contexto vulnerável de discussão política. É importante ocupar esses espaços, mas que seja de forma legítima, muito conscientes do que estamos fazendo.

Chegou a internet para nos fortalecer. E todos esses MCs... Os jovens que estão fazendo isso souberam "rackear" muito bem essa plataforma. E me deixa muito contente saber que a internet não tem dono, que é diferente das mídias tradicionais, que são pautadas somente por seis famílias. Ou seja, não pagamos nada para estarmos nesse espaço, basta ter boa vontade. E que se gerem oportunidades para todos esses meninos e essas meninas que vivem dentro desse contexto, que estão se agregando, fazendo conexões em rede, discutindo a pauta da economia solidária, o que dificilmente alguém consegue, desestruturando esse capital e tirando recursos da mão de uma minoria.

Nunca permitiram que a gente tivesse oportunidade. Nós, pretos da comunidade, da periferia, não temos de ter orgulho de sermos pobres. Nascemos nesse contexto, mas temos de ter o nosso carro, sim. A gente tem de ter uma condição de vida saudável. Certo? Se o barato fosse bom, não existiria o caro. Então, a gente também tem de ter essas coisas.

Acho que incomoda a sociedade elitista e burguesa ver que a empregada, às vezes, ou o empregado está usando o mesmo perfume e ocupando aquele mesmo espaço.

Então, é isto que nós temos de fazer aqui: ocupar esse espaço, criar alternativas, discutir políticas públicas, além do Plano Nacional de Juventude. Também não devemos abarcar totalmente essa responsabilidade na Secretaria Nacional de Juventude, porque é um orçamento pequeno. A gente tem de ir para além dos Ministérios. A gente tem de pensar, por exemplo, Senador e Anderson, que estão aqui, numa perspectiva de discutir políticas públicas, um BNDES, por exemplo, para discutir formas de financiamento, que esses jovens da periferia estão fazendo muito.

Nós temos exemplo de um cara que hoje cuida muito bem da mídia, ou melhor, do audiovisual, que é o KondZilla, um cara que veio da periferia do Guarujá, que está mostrando muito bem um novo formato, uma nova estética de fazer *funk*, produção cultural, e que se está projetando e consegue dialogar com muitos jovens.

Eu acho que isso incomoda muito as pessoas que tentam pautar de cima para baixo e não respeitar. Eu acho que esse formato coloca a gente num posicionamento muito horizontal, de olhar na bolinha do olho, de puxar a orelha mesmo do Poder Público. Certo? E a gente está muito mais naquela pegada de morde e assopra ou bate e assopra. Certo?

Também não adianta eu chegar aqui e fazer um discurso só de crítica se eu também não trouxer uma alternativa para dentro deste espaço que nós temos aqui, de criação de políticas públicas. Nós aprendemos, de alguma forma, ocupando espaços, a fazer realmente girar essa tecnologia que nós aprendemos. Para isso que a Liga do Funk faz, agora é que chegou alguma coisa do Poder Público de dar atenção. Mas, nesses últimos cinco anos, a gente pôde pagar isso, até os jovens que hoje compõem – são mais de 300, 500, depende da atividade que nós fazemos –, trazendo do nosso bolso, por exemplo. Onde será que estava o Poder Público nessa hora, quando não estava enxergando esses jovens fazendo esse monte de atividades? E há um detalhe: estão trazendo pautas que são muito caras para o Estado, como a questão do machismo. A sociedade inteira é machista, é racista, é homofóbica, e ninguém tem a coragem, a audácia de discutir essas coisas. Quando o *funk* traz essa narrativa, numa disputa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de diálogo imaginário, fazendo todos esses posicionamentos, nós viramos um problema para a sociedade.

O problema maior da discussão do Sr. Marcelo Alonso também não é pela letra, mas é pelo fluxo que acontece na porta da casa dele. Eu acho que ele está incomodado com isso, mas ele dá uma alternativa para que o jovem da periferia busque um espaço adequado. Eu, como "funkeiro", também não concordo com o fluxo que acontece dentro das comunidades. O mapeamento da prefeitura falava que, de quinta a domingo, pelo menos, havia cerca de 600 fluxos. É um problema para nós. Sabe por que é um problema? Porque nós temos que pensar no trabalhador que vai acordar amanhã cedo. É uma questão de saúde, uma questão de segurança pública. E, quando falo que é questão de segurança pública, não precisamos do braço armado do Estado lá, amolando-nos, dando tapa na cara e nos colocando como vagabundos ou ociosos.

É muito engraçado a gente discutir essas questões de trabalho, atividade, entretenimento. Faz a gente pensar até na fábula da formiga e da cigarra. Talvez, eu não seja aquela formiga que vou trabalhar quase o inverno inteiro para eu projetar e dar uma estrutura melhor para a minha família no verão. Mas sou essa cigarra, que vou trazer uma viola, vou fazer uma boa canção, como o MC Koringa, que nos dá orgulho quando ele ocupa a mesa, o que também foi, durante muito tempo, nos negado, como a dança dos artistas, a Dança dos Famosos. E coloca uma letra, emplaca mais de três músicas dentro das novelas.

Então, isso é muito orgulho para nós, meu irmão. Você nos representa, entendeu? Você mostrou para essa sociedade o que que é ser sagaz, ter um excesso – não é, mano? – de disciplina, ter audácia, fazer letra e conseguir, cara, criar todas essas barreiras, sem depender de mecanismos e ferramentas enferrujadas do Estado. E você conseguiu. Você é um vencedor! E há muitos outros, cara, que, de perto ou de longe, o colocam como referência para os nossos jovens, para as mulheres que agora estão ocupando o espaço, como a MC Carol, a MC Deize Tigrona, a MC Jenny, que está aqui. De perto ou de longe também, nós acompanhamos o seu movimento e sabemos das barreiras, das dificuldades que você teve para ocupar este espaço aqui, mandar o papo e mostrar qual é a legitimidade desse movimento e o que você tem feito. Você tem tido a oportunidade de fazer seu curso, de buscar oportunidade maior através daquilo que a gente entende hoje como Movimento Funk.

E, se estão incomodados, por favor, vamos chegar e enxergar de perto. Essa é a realidade. Não há nada de apologia, não há nada disso. Esse é o contexto social em que esses jovens vivem.

É nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito bem! Muito obrigado.

Antes de encerrar esta audiência pública, eu queria dizer que, depois que divulgamos nas redes esse tema da criminalização, nós recebemos, no meu gabinete, recebemos várias coisas, várias letras, várias músicas, várias sugestões, perguntas. E uma música, em especial, me fez atentar para esta audiência pública e para a ideia de se criminalizar o *funk*. É uma música do Sr. Marcos Martin, uma pessoa que luta pela legitimação do *funk*, assim como eu. Eu gostaria de colocar essa música, que não foi gravada profissionalmente, mas é uma letra bem interessante.

(Procede-se à execução de música.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – Muito bem!

Agradeço a todos os participantes da Mesa, que fizeram questão de estar aqui presentes.

Tenho certeza de que promovemos aqui um grande debate, e, definitivamente, as pessoas, a partir de hoje, vão começar a ver e entender o *funk* bem diferente do Sr. Marcelo Alonso e dessas outras 20 mil pessoas que assinaram esse manifesto.

Com essa discussão, tirarei muitas coisas importantes colhidas hoje aqui. Vou redigir o meu relatório 100% contrário a esse pensamento de criminalização ao *funk*. (*Palmas.*)

Quero dizer que estarei sempre aqui presente, sendo uma voz dessas pessoas do *funk,* sendo uma voz dessas pessoas das periferias, sendo uma voz dos negros e sendo uma voz de minorias que, infelizmente, muitas vezes, não têm voz, principalmente as pessoas com deficiência ou com doenças raras.

Mais uma vez, obrigado pela presença.

Para finalizar, diferentemente do que o Bob Rum falou, eu acho que a cara do *funk* é essa aí.

(*Procede-se à execução de música.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODE - RJ) – "É som de preto, de favelado, mas, quando toca, ninguém fica parado!" (*Palmas.*)

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezenove minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 76/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A situação dos trabalhadores da JBS e das demais empresas da Holding J&F Investimentos". Participantes: Heiler Ivens de Souza, Procurador do Trabalho - Coordenador Nacional do Projeto do MPT de Adequação das Condições de Trabalho em Frigoríficos em Santa Catarina; Siderlei Silva de Oliveira, Presidente da Confederação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins – CONTAC-CUT; Celio Elias, Vereador Celio Elias Câmara Municipal de Forquilhinha – SC e Presidente do Sindicato de Alimentação de Criciúma-SC; Ernane Garcia Ferreira, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Alimentação do Estado do Paraná; Vilson Gimenes, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Alimentação do Estado do Mato Grosso do Sul; Marthius Sávio Lobato, Advogado da Confederação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins – CONTAC; e Manoel Eugênio Guimarães, Coordenador do Grupo Técnico do Programa de Proteção ao Emprego do Ministério do Trabalho. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: José Evandro Navarro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Laticínios do Portal da Amazônia – SINTRACAL; Ronaldo Machado Pereira, Assessor jurídico da CONTAC; e Wagner do Nascimento Rodrigues, Secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Carambeí-PR. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) propor ao Ministério Público do Trabalho a realização de reunião com representantes do Grupo J&F, Ministério do Trabalho e representantes dos trabalhadores do Grupo J&F com a finalidade de discutir encaminhamentos em caso de demissão em massa, com a possível presença desta Comissão, representada pelo Senador Paulo Paim; 2) propor ao BNDES que acrescente em seus contratos de financiamento cláusulas que assegurem medidas compensatórias aos trabalhadores em caso de dispensa em massa; 3) realizar audiência pública com os participantes desta audiência e a participação do Ministro da Fazenda, Senhor Henrique Meirelles, representante do BNDES, representante do Grupo J&F, o Governador do Estado do Paraná, Senhor Beto Richa, o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, o Deputado Federal Carlos Marun e o representante das Centrais no Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT; 4) propor à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Procuradoria Geral da República (PGR) inclusão, na cláusula 16 do acordo de leniência com a JBS, a criação de uma comissão composta das Confederações Sindicais, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho, Senador Paulo Paim e a empresa, para criar medidas compensatórias aos trabalhadores em caso de venda ou fechamento de unidades; 5) apresentar Projeto de Lei para alterar a Lei n° 13.189/15 para propor que o Programa de Seguro Emprego (PSE) seja permanente; 6) regulamentar o §4° do Artigo 239 da Constituição Federal; 7) solicitar à PGR informações sobre a destinação dos recursos de multas e ressarcimento no âmbito dos acordos de leniência, em face da preocupação expressada na Audiência, com a utilização adequada em projetos/programas de proteção dos trabalhadores, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou ainda do Fundo de Direito Difusos e Coletivos (Ministério da Justiça), e com os mecanismos aptos a garantir que esses recursos não possam ser objeto de contingenciamento pelo Governo; 8) propor abertura de CPI no Senado com o objetivo de investigar as recuperações judiciais; 9) incluir os participantes desta audiência pública no grupo de trabalho da Subcomissão do Estatuto do Trabalho com a finalidade de debater sobre o desemprego e as recuperações judiciais; e 10) propor ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE que consulte os representantes legítimos dos trabalhadores nas decisões econômicas que acarretem consequências gravosas aos trabalhadores. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quatro minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e José Medeiros, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Paulo Paim, Telmário Mota, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira e Jorge Viana. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 73/2017, de autoria do Senador José Medeiros. Finalidade: Debater a Sugestão nº 11, de 2016, que recomenda apresentação de projeto de lei para alterar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Participantes: Pedro Paulo Gandra Torres, Defensor Público Federal - Membro do Grupo de Trabalho Saúde da Defensoria Pública da União - DPU; Tiago Farina Matos, Advogado Sanitarista - Diretor Jurídico e Advocacy do Instituto Oncoguia; e Jorge Luiz Osório, Coordenador da Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre - RS. Às dez horas e dez minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador José Medeiros. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador José Medeiros. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Romário, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores José Medeiros, Magno Malta e Telmário Mota. A Senhora Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 63ª e 66ª, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho e 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a avaliação multidisciplinar e a elaboração de plano de atendimento individualizado para promover a inclusão de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 12 - SUGESTÃO Nº 17, de 2017 - Não Terminativo - que: "Criminalização do Funk como crime de saúde pública a criança aos adolescentes e a família" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela rejeição da Sugestão. ITEM 13 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 81/2017, com o objetivo de instruir o PLS 231/2015, seja incluída a convidada KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA, representante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT" Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 113 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Agricultura Familiar, a Reforma Agrária, o Corte Orçamentário e o desmonte do INCRA"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 114 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para debater "A importância da aviação no desenvolvimento do Brasil"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 120 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 50 caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Defesa, Raul Jungmann, a comparecer à esta Comissão de Direitos Humanos – CDH , a fim de prestar informações acerca das recentes declarações do general de Exército Antônio Hamilton Mourão, Secretário de Economia e Finanças da nossa Força terrestre." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. Em seguida, foi apresentado e aprovado o RDH 122/2017, de iniciativa do Senador Sérgio Petecão, para que o Ministro seja convidado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 119 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, alusiva ao Dia Internacional de Ação por Direitos Sociais e Trabalhistas, durante a Semana Nacional de Apoio ao Protagonismo Infanto-juvenil, com o tema: "Conquistas da LEI DA APRENDIZAGEM: Estratégias, Oportunidades e Potencialidades ao Protagonismo do Infanto-juvenil"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 118 de 2017 que: "Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e no art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para lançamento e apresentação dos resultados da Relatoria Especial de Impacto das Políticas de Austeridade e de Desmonte do Estado sobre os Direitos Humanos." Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 121 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na forma de Ciclo de debates sobre o tema: "Garantia institucional do Acesso à Justiça e a Imparcialidade do juiz"." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 122 de 2017 que: "Requer, na forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

regimental, aditamento ao Requerimento nº 120, de 2017-CDH, para o fim de que o Sr. Ministro da Defesa, Raul Jungmann, seja convidado desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ratificando-se os demais termos nele constante." Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho do RDH 26/2017, política pública. Finalidade: Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho do RDH 26/2017, que requer a avaliação da política pública para erradicação do trabalho escravo. Resultado: Adiado. Às onze horas e cinquenta e dois minutos, a Senadora Regina Sousa passa a presidência para o Senador Paulo Paim. Às onze horas e cinquenta e cinco minutos, o Senador Paulo Paim devolve a presidência para a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e os Senadores Paulo Paim, Romário, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 63ª e 66ª. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Esta reunião está dividida em duas partes. A primeira será deliberativa de proposições e a segunda apresentação e deliberação do plano de trabalho do Requerimento da CDH nº 26, de 2017, que requer a avaliação da Política Pública para Erradicação do Trabalho Escravo.

Nós temos vários projetos que são terminativos, mas nós temos não terminativos.

O item 11, por exemplo.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho e 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a avaliação multidisciplinar e a elaboração de plano de atendimento individualizado para promover a inclusão de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações: Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para relatar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Presidenta, essa é mais uma iniciativa do nosso querido amigo, Senador Romário, que eu tenho a satisfação de relatar.

Vamos ao relatório, Srª Presidenta. Pela importância do projeto, eu vou fazer a leitura com rapidez, mas farei na íntegra, para que todo o povo brasileiro perceba mais essa iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência – que eu tenho a satisfação de ter sido o autor, e o Romário foi o Relator aqui, no Senado –, com a finalidade de dispor sobre a avaliação multidisciplinar e elaboração do plano de atendimento individualizado, objetivando a inclusão de pessoas com deficiência. Ele, como Relator da matéria, tem conhecimento ao propor essa modificação.

Para tanto, o Senador Romário propõe a introdução de três novos parágrafos no art. 8º da referida lei, de maneira a prever que as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade e, portanto, privadas de exercerem os direitos assegurados pela legislação, sejam acompanhadas por equipe multidisciplinar, a quem caberá a elaboração de um plano individual de atendimento, com o objetivo de alcançar a superação do estado de necessidade.

Tal acompanhamento, que poderá ser domiciliar, conforme a proposição, pode incluir a prestação de serviços por agentes executores de políticas públicas de esporte, lazer, cultura, educação, saúde, trabalho, segurança, assistência social, assistência jurídica, além de outros considerados pertinentes pela equipe multidisciplinar. Além do exposto, o projeto assegura ainda o uso de equipamentos públicos para a consecução dos seus objetivos, e estabelece que a equipe de atendimento deve estimular a participação da família e da comunidade na inclusão da pessoa com deficiência.

Na justificação da matéria, o Senador sustenta que seu projeto vai além das medidas de acolhimento já previstas no âmbito da assistência social e da saúde, pois trata de estabelecer uma linha de ação capaz de alcançar pessoas que, de "tão excluídas e isoladas sequer conseguem sair de casa ou pedir ajuda". Afirma, ainda, que “quem ignora – palavras do Senador Romário – a existência de barreiras poderá pensar que se trata de um privilégio, mas é um imperativo de justiça, para não dizer de simples bom senso, que a mesma sociedade que impõe essas barreiras assuma a responsabilidade por construir as pontes necessárias para a sua superação”.

A matéria foi distribuída a esta Comissão e, em seguida, segue para a de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Consoante o disposto no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno da nossa Casa, compete à esta Comissão opinar sobre matérias que guardem relação com as pessoas com deficiência.

No mérito, a proposição em análise reconhece que a deficiência pode, em alguns casos, corresponder a uma condição de saúde, mas é essencialmente uma condição social que conduz à exclusão da pessoa pelo fato de estar em uma situação que entra em conflito com os ditos padrões artificiais de normalidade criados culturalmente pela sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

À exclusão provocada pela pura e simples diferença física ou mental, muitas vezes, se juntam outras de ordem econômica, de saúde, de desamparo familiar e social. Dessa forma, a pessoa se vê fora do alcance dos equipamentos de proteção existentes, impedida de exercer seus direitos tão duramente construídos e conquistados.

É nesse vácuo entre a pessoa mais necessitada de atenção e os direitos mais elevados fixados na legislação que entra o projeto do Senador Romário. Ele tem por finalidade levar o Poder Público e toda sua carga de responsabilidades para dentro da casa da pessoa com deficiência desprovida do exercício de seus direitos e incapacitada, muitas vezes, até de pedir ajuda.

Inconformado com a permanência de situações de extrema necessidade entre as pessoas com deficiência, o Senador Romário detalha em seu projeto o modo de atuação de equipes de atendimento multidisciplinares, que devem individualizar as necessidades de cada pessoa para acolhê-la e possibilitar, desse modo, a efetiva proteção social tão bem descrita em nossa legislação.

Essa equipe multidisciplinar irá avaliar a pessoa com deficiência em situação de isolamento e vulnerabilidade e especificar os tipos de assistência por ela necessitados. O plano de atendimento personalizado poderá prever, por exemplo, a oferta de serviços públicos nas áreas de esporte, lazer, cultura, educação, saúde, trabalho, segurança, assistência e jurídica.

Por fim, proposta não limita a oferta desse atendimento diversificado ao espaço domiciliar. A intenção do autor é também estimular o uso de equipamentos públicos para a promoção da inclusão social, incentivando a família e a

comunidade a também colaborar nesse processo.

Dessa maneira, a proposição vem enriquecer o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido, claro, como Lei Brasileira de Inclusão, pois fortalece e assegura a proteção social de quem dela necessita.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação na íntegra do Projeto do Senador Romário, nº 204.

Esse é o voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão a matéria.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Bom dia, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Romário com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Bom dia, Senador Paim, todos os que nos ouvem, todos os que nos veem.

Na verdade, mais uma vez, agradeço ao Senador Paim pelo brilhante relatório, coisa que já é bem corriqueira e comum aqui, nesta Casa, nesse tempo de permanência do Senador Paim aqui, como Senador. E do projeto em si já foi praticamente tudo dito e colocado pelo Senador Paim.

Um grupo multidisciplinar que vai visitar um determinado paciente que realmente não tenha condição de sair de casa, eu vejo como uma relevância muito importante, não só para essa pessoa, como para a sua família, que em vários momentos e na maioria das vezes não tem uma condição financeira de levar o seu filho ou essa pessoa para fazer esse tipo de tratamento ou acompanhamento.

Então, mais uma vez, Senador, muito obrigado pela sua sensibilidade e obrigado, Presidente, por pautar essa importante matéria, e acredito que será de uma importância, de uma relevância muito grande para esse segmento da nossa sociedade, que é para as pessoas com deficiência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Romário. Eu quero parabenizá-lo pela autoria; Senador Paim pela relatoria. Realmente, o senhor tem apresentado muitos projetos aqui de verdadeira inclusão, e as pessoas com deficiência com certeza só agradecerão mais esse projeto.

Vamos encaminhar a votação. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Projeto nº 204, de 2017. Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto. (Palmas.)

ITEM 12

SUGESTÃO Nº 17, de 2017

- Não terminativo -

Criminalização do Funk como crime de saúde pública à criança, aos adolescentes e à família

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela rejeição da Sugestão

Observações: Tramitação: CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direto a um resumo que foi feito.

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão (SUG) nº 17, de 2017, que versa sobre a Criminalização do funk como crime de saúde pública à criança, aos adolescentes e à família. A sugestão é oriunda da ideia legislativa que alcançou mais de 20 mil apoiadores.

Parece-nos ser um grande equívoco relacionar a ocorrência de eventuais atos criminosos durante os bailes funk com a manifestação artística e cultural que advém da música. Os bailes trazem divertimento para uma grande parcela da população, justamente para aquela que já se sente marginalizada pela pobreza e exclusão social. Vemos o funk como uma forma de manifestação de pensamento desses jovens, uma maneira de serem vistos e de se sentirem participantes da nossa sociedade uma maneira de serem vistos e de sentirem participantes da nossa sociedade civil.

Além disso, deve ser observado que a violência, o desrespeito ao próximo, os atos de vandalismo, o uso excessivo de álcool e a exploração sexual são comuns a todas as festividades conhecidas, não são exclusivamente dos bailes funk. Certamente, durante o Carnaval, podemos observar as mesmas cenas que chocaram os apoiadores da presente sugestão, mas, nem por isso, sugere-se criminalizá-lo.

Nós nos preocupamos, sim, com os crimes que possam ocorrer durante os bailes funk. Os autores devem ser perseguidos criminalmente e punidos pelo Poder Judiciário, mas não podemos compactuar com a ideia de criminalizar o funk como gênero musical e manifestação artística, ante o direito de livre manifestação do pensamento, constitucionalmente garantido no art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal.

Não nos devemos esquecer, por fim, de que, em tempos tão longínquos, outros gêneros musicais populares já foram vítimas de perseguição. O samba, outrora, foi considerado muito lascivo e pertencente à gente da ralé. No mesmo sentido, o jazz já foi considerado um estilo musical generalizado de gente impura. Todavia, embora se tenha tentado, o Estado nunca conseguiu proibir a manifestação da cultura popular.

Vale lembrar aos meus pares que realizei uma audiência pública e oportunizei a presença de representantes dos que apresentaram à proposta para o e-Cidadania, do Senado Federal, mas, infelizmente, ninguém compareceu.

Respeito o cidadão que apresentou a ideia bem como seus apoiadores. Contudo, nosso ordenamento jurídico já oferece respostas suficientes e adequadas para a punição de crimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que eventualmente ocorram durante os bailes funk, e, a nosso ver, a iniciativa legislativa seria inconstitucional, diante da previsão do art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal.

Enfim, lembro a todos que a sabedoria do tempo ensinou que não se consegue algemar o pensamento; ele sempre encontrará um caminho para se libertar.

Vou ao voto.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição da SUG nº 17, de 2017.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Romário.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Srª Presidenta, eu quero me manifestar.

Eu estava no gabinete e acompanhei a audiência pública que o Senador Romário fez sobre o tema. De fato, o parecer dele, como sempre, vai na linha da justiça e da liberdade de expressão cultural, de opinião, de participação em eventos. Agora, a insegurança, infelizmente, está em todo o País, não é só no baile da nossa moçada, da nossa gurizada, como falamos. Se nós vamos começar a tolher, a proibir, daqui a um pouco, vai ser o que alguns estão alardeando já – e eu não quero nem falar do assunto desse tal militar que andou falando sobre o que ele pensa. Não é por aí.

Eu quero só cumprimentar o Relator e o acompanho com a maior tranquilidade, um voto firme, de coragem, sincero, daqueles que respeitam e amam a liberdade, a justiça e a democracia.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero também fazer só um pequeno comentário e dizer que eu acho que, se o autor dessa sugestão tivesse vindo, ele teria saído convencido de que não há crime em relação ao funk. Infelizmente, esse pessoal sugere, mas não quer ouvir o outro lado, apenas sugere. Aquela foi uma das melhores audiências públicas que nós tivemos aqui, com uns meninos muito jovens, mas com a cabeça

com uns meninos muito jovens, mas com a cabeça muito boa, com um conteúdo fantástico, para discussão que só precisava que essas pessoas que... Eu acho que é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fundamentalismo. Precisavam escutar. Então, eu espero que tenham assistido, porque foram convidados e não virem já é um descaso, inclusive com o assunto e com a...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Com certeza, não foi por falta de convite, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois é. Tiveram o convite e não vieram. Então, eu acho que não há outro caminho mesmo a não ser rejeitar.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, pela rejeição da sugestão.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Romário, pela rejeição da sugestão.

O relatório passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da sugestão.

Passamos aos requerimentos.

Há um requerimento da Senadora Marta Suplicy, subscrito pelo Senador Romário, que é o item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 81/2017, com o objetivo de instruir o PLS 231/2015, seja incluída a convidada KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.

Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros

O PLS 231, de 2015, altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim.

Katleem Marla Pires de Lima é Auditora Fiscal do Trabalho, Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho de Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já foi aprovado o requerimento da audiência, para a qual a Senadora está acrescentando uma convidada.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Exatamente, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Romário com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Na verdade, é exatamente isso que V. Exª acabou de dizer. É só um aditamento referente a um requerimento que já existe na Mesa em relação à Srª Katleem Marla Pires de Lima, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho de Goiás.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Romário.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 105.

ITEM 14

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 113, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A Agricultura Familiar, a Reforma Agrária, o Corte Orçamentário e o desmonte do INCRA".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, este é o requerimento da Senadora Fátima Bezerra. Como ela não se encontra, o anunciado já é claro. É audiência pública nesta Comissão para o lançamento e a apresentação dos resultados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esse é outro, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi o que me entregaram aqui na mão – de Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Este é seu mesmo, que é da questão da agricultura familiar, reforma agrária e o corte no Orçamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, é o meu?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o Requerimento 113, item 14.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Por isso, é que a senhora é a Presidenta, e eu sou o Vice. Já me orientou corretamente, então. Eu é que estava com o documento errado na mão, sobre o requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

Enfim, Presidenta, esse requerimento tem o objetivo de debatermos a agricultura familiar, a reforma agrária, o corte orçamentário e o desmonte do Incra.

desmonte do Incra. Na segunda feira, estive numa atividade na Contag, que reuniu todo o seu conselho, em torno de 300 líderes de todo o País, que demonstraram toda a sua preocupação com essa questão. Por isso, é mais do que justo, Srª Presidenta, que façamos esse debate.

A agricultura familiar tem uma grande importância para o País. Só para dar um exemplo, na Expointer, no Rio Grande do Sul, eu estive lá, e o pavilhão mais visitado era o da agricultura familiar – era o mais visitado de todos. Eles abriram, inclusive, para que eu fizesse uma fala sobre previdência e direitos dos trabalhadores, com as reformas que estavam acontecendo aqui. Daí quiseram retirar o som. Eles reuniram a moçada toda lá, as lideranças: "Com som ou sem som, o Paim vai falar o mesmo." Acabei falando no pavilhão sobre as questões relacionadas relacionadas ao impacto da reforma da previdência e da reforma trabalhista na vida de todos os trabalhadores do campo e da cidade.

Vamos lá, Srª Presidenta. É importante. Há dados aqui que ilustram muito este nosso requerimento, e é importante que o Brasil saiba deles.

A agricultura familiar é de grande importância para o País, por ser responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros e ocupar 74% da mão de obra rural; entretanto, apesar de estar presente em 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, ocupa apenas 24% das terras e recebe apenas 10% do crédito rural daquilo que disponibiliza o Governo. Além disso, ela constitui a base econômica de 90% dos Municípios brasileiros com até 20 mil habitantes e responde por 35% do Produto Interno Bruto nacional. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação. A agricultura familiar é o modelo produtivo presente em cerca de 10 mil projetos de assentamento, criados ou reconhecidos pelo Incra, ocupando aproximadamente uma área de 90 milhões de hectares no Território nacional.

O corte orçamentário imposto pelo Governo atual inviabiliza diversos programas que afetam diretamente a agricultura familiar. No Projeto de Lei Orçamentária 2018, foram cortados, por exemplo, 86,7% dos recursos destinados à obtenção de terra para a reforma agrária e 85,2% dos destinados à Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária. Além disso, diversos outros programas também foram extintos, como, por exemplo, o Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Tudo foram cortes – o último também era de 82% de cortes no investimento tecnológico para os pequenos.

O desmonte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário representam um grande atraso para a agricultura familiar. As políticas voltadas para a agricultura familiar e para a reforma agrária As políticas voltadas para a agricultura familiar e para a reforma agrária foram espalhadas pela estrutura do Estado de forma errática e incorporadas de modo periférico a outras estruturas.

A reforma da previdência que o Governo Federal busca aprovar também ameaça a agricultura familiar, tornando praticamente impossível a conquista da aposentadoria pelos trabalhadores rurais. Isso é gravíssimo. Se eles perceberem que vão perder até o direito de se aposentar, vai aumentar o número de homens e mulheres jovens que vão se deslocar da área rural para a área urbana, quando vão ter outro problema, pois, na área urbana também, se ficar o projeto original, vão acabar com o direito de se aposentar. Estou falando, porque estamos tratando muito desse tema tanto na CPI da Previdência como no debate da dita reforma, que, na verdade, é uma desconstrução da nossa previdência.

Diante dos cortes impostos às principais políticas destinadas à agricultura familiar que causam sua paralisação, resultam em prejuízos de milhões e milhões às famílias rurais, enfraquecem a agricultura familiar e a reforma agrária e atingem negativamente a população urbana brasileira, que pode ter reduzida a oferta de alimentos provenientes da agricultura familiar, essa audiência será de extrema relevância para debatermos tudo aquilo de que aqui falamos.

A audiência é uma sugestão da Associação dos Servidores do Incra-AC (Assincra-AC).

Os convidados serão informados posteriormente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem.) – Srª Presidente, tenho uma solicitação de requerimento extrapauta que queria encaminhar a V. Exª. Permita-me rapidamente declinar os termos.

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação de S. Exª o Ministro de Estado de Defesa, Ministro Raul Jungmann. Eu considero urgente a presença de S. Exª nesta Comissão de Direitos Humanos, Presidente, em virtude das declarações recentes do Sr. Antonio Hamilton Mourão, Secretário de Economia e Finanças do Exército brasileiro, sobre uma eventual suposta intervenção militar. Portanto, eu considero que é fundamental uma manifestação desta Comissão, além de ouvir S. Exª o Ministro da Defesa sobre essa declaração e, em especial, se essa declaração tem, o que considero que seria mais grave, algum tipo de ressonância no âmbito do Exército brasileiro, no âmbito das Forças Armadas.

Permita-me ainda, Presidente, um segundo requerimento para comparecimento na Comissão do Ministro de Estado de Minas e Energia... Perdão, esse requerimento é na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu encaminho a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu só vou colocar em votação este que já estava aqui em andamento e aí eu coloco o extrapauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o Requerimento nº 113, do Senador Paim, sobre a audiência pública da questão da reforma agrária. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadores e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Coloco em votação a inclusão extrapauta do requerimento que o Senador Randolfe acabou de apresentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, permita-me só dizer que eu já tinha mostrado a minha preocupação com esse tema, e cumprimento agora o Senador Randolfe pela aprovação do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Considero que o Senador Randolfe já encaminhou, e o Senador Paim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Subscrevo com o Senador Paulo Paim o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Todos nós subscrevemos.

Considero que já encaminhou, não é, Senador? Já encaminhou, não precisa falar mais.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, em votação o requerimento do Senador Randolfe sobre a convocação do Ministro da Defesa.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

(Matéria não lida:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 120, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 50 caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Defesa, Raul Jungmann, a comparecer à esta Comissão de Direitos Humanos – CDH , a fim de prestar informações acerca das recentes declarações do general de Exército Antônio Hamilton Mourão, Secretário de Economia e Finanças da nossa Força terrestre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues)

Agora, ainda é um requerimento do Senador Paulo Paim – depois, é o da Senadora Fátima.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 114, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para debater "A importância da aviação no desenvolvimento do Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, este é um pedido que me fizeram tanto empresários como trabalhadores que atuam nessa área.

Eu tive a satisfação de ser relator de um projeto que regulamentou o trabalho desses profissionais da área da aviação, e o projeto foi muito positivo – eu o relatei antes de o projeto ir para a Câmara; quando ele voltou da Câmara, foi a Senadora Marta Suplicy que relatou. E ele já foi aprovado e sancionado. Mediante o resultado positivo desse trabalho que fizemos todos nós – V. Exª também ajudou no debate –, eles me procuraram, porque gostariam muito de fazer um debate de empresários e trabalhadores sobre a importância da aviação no desenvolvimento do Brasil. Eles dizem que, quando olhamos para a aviação, olhamos só...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – As empresas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... as grandes empresas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O custo da passagem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente, mas eles falaram que quase 80% dos trabalhadores têm atividades em pequenos aviões e circulam por todo o Brasil – inclusive, muito no campo da própria agricultura ou se deslocando de um Estado para outro em pequenos aviões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O objetivo é esclarecer o País da importância da aviação no desenvolvimento do Brasil – e não são só os aviões de transporte de passageiros das grandes companhias.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Há agora uma série de requerimentos extrapauta.

Eu coloco em votação a inclusão dos requerimentos extrapauta.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Vamos aos requerimentos extrapauta. (Pausa.)

Eu queria convidar o Senador Paim para presidir, pois o primeiro requerimento é de minha autoria. (Pausa.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Passo a Presidência ao Senador Paim para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Requerimento nº 121, de 2017. Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir, na forma de ciclo de debates, o tema Garantia Institucional do Acesso à Justiça e a Imparcialidade do Juiz.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 121, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na forma de Ciclo de debates sobre o tema: “Garantia institucional do Acesso à Justiça e a Imparcialidade do juiz”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senadora Regina Sousa

Autoria da Senadora Regina Sousa, a quem eu passo a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente quer fazer um ciclo de debates em que a gente ouça todos os segmentos sobre esse assunto. Então, vai ter um dia em que vai ser o Judiciário, vai ter o dia em que vai ser a mídia, vai ter o dia em que vão ser as igrejas. E, assim, a gente vai discutindo isso, que é um tema que está corrente na opinião pública. E a gente vai aprofundar essa discussão.

Então, a justificativa eu vou ler.

A evolução dos direitos humanos tem como um dos marcos mais fundamentais o reconhecimento do acesso à Justiça como espaço para tutela de direitos estatuídos nos diversos diplomas normativos consagradores de normas de proteção da dignidade da pessoa humana.

Em seu art. 10°, a Declaração Universal dos Direitos Humanos diz: "Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida."

Além da tutela de direitos, o Judiciário é espaço de garantia contra o arbítrio estatal, especialmente no manejo do poder punitivo. Nessa seara insere-se a importância do princípio da imparcialidade do juiz, que deve ser sempre objeto de debates e fortalecimento para o desenvolvimento do Estado democrático de direito.

Neste sentido, a presente audiência pública na forma de ciclo de debates visa trazer para o âmbito do Parlamento o debate sobre a necessidade de fortalecimento de nosso Estado democrático de direito e das normas que asseguram a efetivação do princípio da imparcialidade do juiz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Devolvo a Presidência à Senadora Regina Sousa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – A senhora me permite?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não. Só um minutinho. (Pausa.)

Senador Petecão, com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, eu cheguei um pouco atrasado, após a abertura da nossa reunião.

E a minha assessoria aqui me informou que o nosso amigo Senador Randolfe teria apresentado um projeto em que ele convoca o Ministro da Justiça, Raul Jungmann... Desculpe-me: o Ministro da Defesa.

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Na verdade, não tem nenhum problema em convocar (Fora do microfone.)

, mas eu penso que, ao convocar, você está nos extremos. Convocar é quando você convida o Ministro e, se ele criar ao Governo ou ele criar qualquer tipo de empecilho, tentar prejudicar os andamentos desta Comissão, aí, sim, você convoca. Mas eu penso que, para que nós pudéssemos estabelecer uma boa relação – e aqui o Paim, que é o nosso decano, é ele que tem a experiência, e participo desta Comissão junto com ele há muitos anos, independente de governo, seja governo A ou B ou C, até porque os governos são transitórios e esta Casa aqui vai permanecer, se Deus quiser –, eu acho que era de bom alvitre que nós pudéssemos mudar. E, se a senhora me permitir, já apresento aqui uma proposta oral e imediatamente vou subscrever, para que nós possamos fazer um convite ao Ministro para que ele venha a esta Comissão.

Fica aqui esse meu apelo, até para que possa nos ajudar nos trabalhos da Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para discutir, Srª Presidente, se me permite.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Para discutir, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidenta, eu entendo que o Senador Petecão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Paim, é só porque teve um caso aqui nesta Comissão... Não, não foi nesta Comissão, João. Mas eu lembro que, nessa mesma linha da imprudência... Na CPI do BNDES, apresentaram vários requerimentos dentro de uma celeridade em que eu não sabia qual era o interesse, e convocaram o Presidente Lula, tentando criar um fato político. Eu acho que isso não é bom para os trabalhos. Nós não podemos misturar política com os trabalhos da Comissão.

Então, Paim, é só para te ajudar. E eu fui um dos defensores para que nós convidássemos o Presidente Lula, mas não naquele momento, em que já se estavam convidando três ex-ministros.

Então, era isso, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, o que eu queria ponderar, na linha do equilíbrio que sempre nós tivemos nesta Comissão, que é praxe... Eu, particularmente, confesso que, quando foi apresentado, eu nem percebi se era convocação ou se era convite. Não percebi mesmo e votei. Mas é praxe, nesta Comissão e em tantas outras, nós transformarmos em convite. Bom, se ele não vem, aí é outra discussão, a gente vai para convocação.

Tomo a liberdade de colocar aqui o meu ponto de vista. Conheço muito bem o Ministro Raul Jungmann, de longas datas. Tenho certeza de que ele virá. Tenho certeza de que ele virá, até porque a posição dele, quando houve esse fato, que é o fato do debate, ele se posicionou muito firme. Eu não sei como a gente faz agora para ajustar, mas eu diria que eu sou totalmente favorável também, até porque eu estou nesta Casa há 32 anos, sempre houve situações como essa, nós ajustamos, transformamos em convite, e a pessoa convidada veio, como recentemente fizemos algo semelhante, em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria só ponderar uma coisa. Concordo com o que o Paim está dizendo, mas aqui já aconteceu um caso assim, com o próprio Randolfe, em que os dois conversaram e chegaram a um acordo.

Seria interessante conversar, porque ele não está aqui, e ele é autor. Então, seria interessante tentar conversar com ele, porque já aconteceu, e ele concordou.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não... Eu não tenho problema em conversar com o Randolfe, mas essa é uma decisão da Presidência. Aqui, um ex-Presidente, que tem uma experiência... Se a senhora quiser permanecer com a convocação, não tem problema. Eu estou só dizendo para a senhora, que a senhora, como autoridade maior...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso eu sei também, Senador. Eu estou dizendo que eu tento sempre conciliar, para não ficar desagradável.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Mas não tem desconciliação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não, eu até acho que o Randolfe vai concordar. Então, é só para considerar o autor, que já saiu, que voltou e saiu. Então, o senhor veio também com o seu requerimento. Se o senhor faz muita questão, coloco em votação sem problema nenhum. Eu estava dizendo que, se a gente conversar com o Randolfe... Já aconteceu com ele aqui. Inclusive, com ele e o José Medeiros. E a gente chegou num...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fora do microfone.) – É um caso semelhante a esse. Nós ofertamos um convite.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Porque foi o general... Então, é só uma questão de conversar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu acho que a senhora poderia tomar a decisão. Nós temos aqui o quórum, temos a presença do Senador Paim. Depois, nós conversaríamos com ele, sem nenhum problema, comunicaríamos a ele a decisão dos presentes na Comissão. Eu agradeço a sua gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, o senhor, por favor, faça o seu aditamento, porque já foi aprovado, está lá. Então, tem que fazer um aditamento rapidinho para a secretaria...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k. A minha assessoria vai providenciar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nesse período, eu acho, atendendo também a preocupação de V. Exª, nós poderíamos mesmo dar um telefonema para o Senador Randolfe, para mostrar apreço ao encaminhamento dele, de que houve esse apelo aqui e que houve a concordância de nós três, porque isso aqui é praxe. Não tem essa de alguém...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, o senhor poderia fazer esse telefonema para o Randolfe, enquanto a gente...? Temos alguns requerimentos para votar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Mas da sua parte nós temos um entendimento, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu voto... O seu requerimento vai ser votado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tranquilo, tranquilo. Vamos só conversar com ele em respeito à...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Primeiro, vamos ver se ele concorda para alterarmos a convocação; se não, o seu requerimento será votado. Só temos mais dois requerimentos para votar. O senhor pode permanecer?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado. Claro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, tenta aí, Senador Paim, falar com o Senador Randolfe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguém pede a ligação para mim, que eu já falo com ele.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele vem aqui?

Então, vamos votar esses dois requerimentos que faltam aqui?

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 119, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, alusiva ao Dia Internacional de Ação por Direitos Sociais e Trabalhistas, durante a Semana Nacional de Apoio ao Protagonismo Infanto-Juvenil, com o tema: “Conquistas da LEI DA APRENDIZAGEM: Estratégias, Oportunidades e Potencialidades ao Protagonismo do Infanto-Juvenil”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Autoria do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, eu tive a satisfação de ter apresentado aqui no Congresso a proposta do Programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Jovem Senador, que é um sucesso até hoje. E aqui, no momento, nós faríamos uma audiência pública para debater esse tema tão importante das estratégias, oportunidades e o potencial da nossa juventude. Enfim, eu vou, como é um tema que me é muito caro, fazer uma leitura rápida aqui dos argumentos.

A sugestão em tela é atual e, certamente, relevante para toda a sociedade brasileira, pois trata de tema que tem como um dos principais objetivos garantir o acesso dos jovens de 14 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade, às oportunidades de formação e inserção profissional nos termos da Legislação de Aprendizagem do Brasil, a exemplo do Programa Jovem Aprendiz.

Tendo em conta os últimos acontecimentos, das inúmeras ações, entendemos que o debate sobre a promulgação da Lei 10.097/2000, conhecida como Lei da Aprendizagem, deverá ser mais amplo, de forma a contemplar uma escuta mais sensível da situação da nossa juventude.

São esses os argumentos básicos, Srª Presidenta, para fortalecer o aprendizado na linha do Jovem Aprendiz.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 119.

Requerimento nº 118, subscrito pelo Senador Paulo Paim, de autoria da Senadora Fátima Bezerra.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 118, de 2017

- Não terminativo -

Requer, na forma do disposto no art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, e no art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para lançamento e apresentação dos resultados da Relatoria Especial de Impacto das Políticas de Austeridade e de Desmonte do Estado sobre os Direitos Humanos.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, é a apresentação de um relatório.

Eu passo a palavra ao Senador Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é o requerimento da Senadora Fátima Bezerra. Como ela não se encontra, ela pediu que eu justificasse. O próprio pedido, Srª Presidenta, na sua essência, já é muito claro. Uma audiência pública, nesta Comissão, para o lançamento e a apresentação dos resultados da Relatoria Especial de Impacto das Políticas de Austeridade e de Desmonte do Estado sobre os Direitos Humanos. É isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 118, de 2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, subscrito pelo Senador Paulo Paim.

Eu volto ao tema que o Senador Petecão nos trouxe. Foi feito o contato, mas o Senador Randolfe está falando lá na CPI. Então, Senador, formalize o seu requerimento para deixar aqui com o pessoal, e coloco em votação a transformação da convocação em convite ao Ministro da Defesa.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para deixar claro, para não criar nenhum tipo de constrangimento para nós em relação ao Senador Randolfe, que como havia o requerimento aprovado, nós aprovamos esse, porque esse pode ser também uma linha de conciliação com o entendimento. E nós sabemos, se o convite não fosse aceito, que será aceito, a data a ser marcada, aí, sim, nós vamos para a convocação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da CDH.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, antes de encerrar a reunião, me permita?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah, sim. O Senador Paim quer falar antes de encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria que me desse uma oportunidade, antes de encerrar a reunião, porque hoje é um dia muito importante para o povo gaúcho. Hoje, o Rio Grande do Sul lembra a data histórica da Revolução Farroupilha, com todas as suas contradições que podem existir, mas é considerado o Dia Nacional... O Dia do Gaúcho.

E, como no plenário do Senado eu não tive espaço, porque eu queria fazer uma sessão de homenagem ao povo gaúcho, se a senhora permitisse, no encerramento da reunião, é questão de dois minutos, eu fiz um pequeno vídeo de homenagem ao povo gaúcho, e teria uma simbologia, como se aqui eu tivesse feito uma sessão de homenagem ao povo gaúcho, que a Câmara dos Deputados fez, por intermédio do Deputado lá de Caxias do Sul, um Deputado do PCdoB de Caxias do Sul, cujo nome me fugiu agora aqui. Enquanto passa o vídeo, eu me lembro aqui, naturalmente... Um Deputado conhecidíssimo. Ele fez uma bela sessão na Câmara dos Deputados. Ele foi presidente, inclusive, do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias, é Deputado Federal do PCdoB. E ele insistiu muito, inclusive, para que eu estivesse lá. E eu, infelizmente, não pude. E, se V. Exª me permitir, com esses três minutinhos, a gente faz também aqui uma homenagem ao povo gaúcho.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, Senador. Está aceito. Quero parabenizar o povo gaúcho pelo Dia do Gaúcho. Então, vamos ao vídeo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assis Melo, Srª Presidenta. Fui salvo pela sua assessoria.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se a Presidente me permite, Assis Melo é que teve a iniciativa. Foi um belo evento, nos moldes do que eu falei aqui, lá na Câmara dos Deputados. Como eu não pude fazer aqui no Senado, aproveitei este minuto, com a grandeza, como sempre, de V. Exª, para fazer essa homenagem ao povo gaúcho tão sofrido. Isso que eu disse ali é real. Um professor hoje está recebendo R$350, e o Estado não paga. Dizem que mês que vem não receberão nem R$350.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – De qualquer forma, o senhor fez uma bela homenagem ao seu povo. Parabéns!

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, José Medeiros, Ataídes Oliveira, Elmano Férrer e José Pimentel. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 98/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "O Estatuto da Pessoa com deficiência e os Planos Diretores Municipais". Participantes: Bolívar Carneiro Fontoura Junior, Servidor do Banco Central - RS; Gustavo Diefenthaeler, Servidor do Banco Central e Presidente Regional do SINAL/RS – Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central; Daro Marcos Piffer, Presidente Interino do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL; Francis Lobo Botelho Vilas Monzo, Assistente Social do Senado Federal; Francisco Djalma de Oliveira, Diretor da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB; Letícia Tôrres Costa, Chefe de Serviço de Livraria - Membro do Grupo de trabalho de Acessibilidade do Senado Federal; Marciano Roberto Pereira de Sousa, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Raquelson dos Santos Lins, Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR; Anderson José Santanna de Oliveira, Coordenador Geral de Programas e Projetos e Assessor Internacional do Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Moises Bauer Luiz, Militante; Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: João Rios Mendes, Assessor do Senador Telmário Mota; César Rezende, Representante do Senado Inclusivo; e Luciano Ambrósio, Assessor do Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) solicitar à UnB o Estudo em elaboração que visa revisar a Portaria Interministerial nº 01/2014 (AGU/MPS/MF/SEDH/MP); 2) apresentar projeto de lei que facilite acesso à aposentadoria especial às pessoas com deficiência. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos; e para constar eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da CDH, lavrei a presente ata que, após aprovação, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Rocha, José Medeiros, Magno Malta, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, José Pimentel, Romário, João Capiberibe e dos Senadores não membros, Dário Berger, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra e Telmário Mota. A Senhora Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da sexagésima sétima e sexagésima oitava Reuniões da CDH e, também, a ata da quinta reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 11 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115 de 2017 que: "Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a respeito dos convênios entre a União e as chamadas comunidades terapêuticas." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 12 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 116 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no controle e prevenção de envolvimento de advogados e escritórios de advocacia em casos de corrupção e lavagem de dinheiro." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retirado de pauta. ITEM 13 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 123 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A violência contra a juventude, com foco na juventude negra"" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 124 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Impactos da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) no serviço público”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 125 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Reestruturação da carreira militar e salarial”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 126 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A Doença de Parkinson”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “ações dos movimentos negros organizados, das religiões de matriz africanas e das comunidades quilombolas em relação às políticas públicas e ações afirmativas direcionadas para esses setores da sociedade brasileira”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 128 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A Gestão Pública na Velocidade da Mudança”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 129 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “O Desmonte do Sistema Previdenciário no Brasil”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 130 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A Regulamentação do Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 131 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “O orçamento dos Institutos e Universidades Federais”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 132 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados", a ser realizada no dia 25/10/2017 (quarta-feira), no âmbito da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 133 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “As propostas de alterações da Lei 7.394, de 1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho do RDH 26/2017, política pública. Finalidade: Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho do RDH 26/2017, que requer a avaliação da política pública para erradicação do trabalho escravo. Às doze horas e um minuto a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e três minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. A Senhora Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Encaminhar ao Senador João Capiberibe o ofício nº 2302 do Ministério Público Federal – 6ª Câmara, recebido na secretaria da CDH; encaminhar o relatório da diligência realizada pela CDH nos dias 14 e 15 de setembro deste ano, na cidade de São Paulo, conforme RDH 86/2017, aos seguintes órgãos: Ministério de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Prefeitura e Câmara Municipal de São Paulo. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 69ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispenda da leitura e aprovação das atas das atas da 67ª e da 68ª Reuniões da CDH e também a ata da 5ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Antes de iniciarmos, comunico que esta Comissão recebeu o Ofício nº 2.302, de 2017, do Ministério Público Federal, em função da realização de audiência pública da CDH, no dia 20 de abril deste ano, requerida pelo Senador João Capiberibe (Requerimento nº 8, de 2017), que debateu sobre as "Agressões aos direitos dos povos indígenas durante a Ditadura Militar, relatados no livro *Os fuzis e as flechas – História de sangue e resistência indígena na Ditadura,* que encaminha cópia da ação civil pública ajuizada por esse órgão em face da União e da FUNAI, em razão de genocídio contra o povo Waimiri Atroari durante a construção da rodovia BR-174.

Informo, ainda, que este ofício fica disponível na Secretaria da CDH aos Senadores e Senadoras que desejarem consultá-lo.

Acho que o relator da Comissão... Estão sugerindo que o relator da Comissão receba uma cópia, ou melhor, que o requerente da audiência pública, o Senador Capiberibe, receba uma cópia do relatório.

Também quero apresentar o relatório da diligência que fizemos a São Paulo, a requerimento da Senadora Gleisi. Temos aqui um relatório sucinto da diligência.

Relatório da diligência realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conforme Requerimento nº 86, de 2017, realizado na cidade de São Paulo.

Nos dias 14 e 15 de setembro de 2017, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, realizou diligência, no Município de São Paulo, para ouvir e conhecer os fatos e circunstâncias acerca das denúncias de maus tratos e violação de direitos praticados contra a população em situação de rua, e participar de audiência pública com o Procurador-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, para debater os mecanismos de controle da atividade policial em São Paulo.

Na ocasião, a CDH foi representada pela Srª Presidente da CDH, Senadora Regina Sousa, e Senadora Gleisi Hoffmann, autora do requerimento.

Foram realizados os seguintes procedimentos de diligência:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1) Audiência pública no Ministério Público de São Paulo com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara dos Deputados; Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, representantes dos movimentos sociais da cidade de São Paulo, de onde saiu o encaminhamento para a criação do grupo de trabalho com a participação de representantes do Ministério Público da comunidade, com a finalidade de discutir meios efetivos para dar andamento às denúncias que são apresentadas ao Ministério Público, assim como discutir os autos de resistência que têm servido de desculpas para os atos violentos de assassinatos por parte da PM.

2) Audiência pública na região central de São Paulo, na Sé, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo e representantes do Movimento da População em Situação de Rua.

Como encaminhamento, ficou definido que as representações das Comissões de Direitos Humanos do Senado, da Câmara Federal e da Câmara de Vereadores de São Paulo, irão atuar em conjunto e de forma constante para amenizar os ataques e o sofrimento das pessoas em situação de rua.

Constatou-se que as vítimas de violência praticada pela PM são jovens negros e moradores da periferia. As denúncias apresentadas ao Ministério Público, na maioria das vezes, não são apuradas. As práticas de atuação, por parte da PM, estão foram de controle, cada vez mais violentas e desumanas. Não há uma política de saída das ruas. Cotidianamente os moradores de rua são acordados com jatos de água. Recolhimento de pertences tais como: documentos, medicamentos, bens pessoais, barracas, cobertores, alimentos, e até animais, durante as ações chamadas de "higienização da prefeitura". Prisões e violência física quando um indivíduo resiste a entregar os bens.

Conclusão: em relação ás queixas realizadas durante a escuta das denúncias dos atos de violência praticados pela PM em São Paulo, constata-se uma tragédia anunciada. Vítimas são, na maioria, jovens submetidos à vulnerabilidade social, oriunda da total ausência do Estado em suas vidas e de seus familiares.

Sobre a população em situação de rua, o tipo de política apresentada não é efetiva, não possibilita que a pessoa, de fato, saia da rua. Essas pessoas vivem sob a proteção de ONGs e entidades ligadas à Igreja Católica, sendo ignoradas pelo Estado. Por isso, estamos propondo que a porta de entrada da política pública seja a moradia, precedida de fornecimento de documentação pessoal, capacitação e inserção no mercado de trabalho. Como eles mesmo disseram: "Não somos perigosos, estamos em perigo". Ou, na fala de outro: "O problema não é viver na rua, o problema é não ter direitos".

É o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CDH, 27 de setembro de 2017.

Queria só acrescentar que os relatos das Mães de Maio, lá da Praça da Sé, sobre o desaparecimento, a matança dos seus filhos, fez todo o mundo chorar, não teve ninguém que não tivesse esfregado os olhos, baixado a cabeça, porque o que está acontecendo em São Paulo é um negócio muito sério, que tem que ser discutido. Não é... Ninguém desconhece a violência contra os policiais também, mas parece que é descontado tudo na população mais vulnerável. Precisamos dar um basta nisso.

Esse relatório será enviado aos organismos competentes, que tratam dessa questão de direitos humanos, o Ministério da Justiça e também para Prefeitura de São Paulo, o Governo de São Paulo e Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, permita-me só cumprimentar a iniciativa de V. Exª e da Senadora Gleisi: nesse dia, em São Paulo, ficou demonstrado que esta Comissão, de fato, tem compromisso em defesa da vida, seja negro, seja branco, seja índio, seja migrante, imigrante, sei lá, de um Estado para o outro, de um outro país. E, naturalmente, V. Exª foi muito feliz na sua fala, porque eles têm a mania de dizer que só nos preocupamos com um lado. Não; nos preocupamos com todos. Nós estaremos sempre defendendo, seja um militar, seja um policial, seja um menino de rua, seja quem for. A agressão covarde que é feita sobre o ser humano, venha de onde vir, sempre terá nossa rejeição.

Eu não poderia deixar de cumprimentar a bela iniciativa de V. Exª, liderando esse movimento lá, em São Paulo, contra o massacre da nossa molecada, como falamos, da nossa gurizada, da nossa meninada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Vamos aos requerimentos, porque os projetos que estão na pauta são todos terminativos.

Temos requerimentos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, se me permitir... É só a sua frase; eu estou pegando o gancho na sua frase.

Eu também queria, como fez V. Exª há diversos dias... A senhora, inclusive, apontava para lá. Eu estou repetindo o gesto de V. Exª. Acho que podemos tentar – eu e V. Exª, se V. Exª concordar – ir pessoalmente conversar com as Lideranças do PSDB, do PV e do DEM, porque é inadmissível que tenhamos ainda oito vagas, quatro titulares e quatro suplentes. Que pelo menos os quatro titulares estivessem aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Houve um Senador – acho que foi o Senador Dário Berger – que disse que queria colocar o nome dele...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Teria disposição para colocar o nome dele.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... para compor a Comissão.

Vamos conversar. Eu acho que precisamos melhorar essa composição para acabar essa dificuldade com o quórum, principalmente por conta dos projetos terminativos, que há muitos na pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

Tentamos fazer um esforço concentrado, mas, por mais que eu sinto que haja boa vontade dos membros desta Comissão, eles, olhando esse quadro, todos teriam que estar aqui presente, es. E, se os inscritos normalmente na Comissão, aqueles que resolveram estar nesta Comissão, viessem, de forma a termos aqui a metade mais um, já dava quórum para votarmos.

Então, eu insisto com o apelo que V. Exª já vez, para que os nomes sejam indicados.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Concordo que a gente aborde as Lideranças para ver se eles indicam os nomes.

ITEM 14

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 123, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A violência contra a juventude, com foco na juventude negra"

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Na verdade, vai na mesma linha, de novo, da iniciativa já tomada por V. Exª,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi a São Paulo. Eu fui procurado – e V. Exª eu creio que também – por líderes, eu diria, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará.

Eles elaboraram um relatório pesadíssimo, grave, de caso de chacinas e extermínio de jovens negros no Estado do Pará, demonstrando aquilo que nós todos temos falado: o grave quadro de violência contra a nossa juventude. E aqui repito, sejam negros ou brancos, mas o fato real é que, de cada dez jovens assassinados, oito são negros.

Por isso, eu, na mesma linha da medida tomada por V. Exª de ir a São Paulo, estou propondo que a gente faça um debate sobre essa questão, e que, nesse dia, inclusive, o seu relatório lá de São Paulo seja mais debatido pela grandeza do ato cometido por V. Exª em defesa da nossa juventude.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Certo, Senador.

Quero concordar e inclusive dizer que há um relatório já de uma CPI sobre esse assunto com algumas recomendações para os Estados, para o Governo Federal. Acho que é importante, inclusive, a gente acionar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... esse povo a partir desse relatório para saber que medidas foram...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O relatório da CPI aqui da Casa, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com Lindbergh, Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Inclusive para saber que medidas foram tomadas depois disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. E quais as consequências. Poderia, nesse dia...

O relator foi o Senador Lindbergh?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, se não me engano, eu fui o vice dessa Comissão, só que eu não podia estar todo dia lá. Estava mais aqui que lá.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 124, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Impactos da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) no serviço público".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – É aquela velha história dessa Emenda 95, que eles inventaram aí, congelando os investimentos por 20 anos. E, por isso, inúmeros setores – da educação, da saúde, da habitação, de investimento no saneamento básico, da violência –, todos eles estão preocupados e gostariam que a gente debatesse esses impactos e como é que a gente pode reverter isso. Inclusive, há uma proposta que eles queriam que eu encaminhasse, Presidenta, e eu achei melhor só depois de um debate aqui, que seja uma coisa mais ampla, de nós apresentarmos uma emenda constitucional na contramão do que foi essa Emenda 95.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 124, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 125, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Reestruturação da carreira militar e salarial".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidente, exatamente na linha que falávamos antes. Alguns têm a mania de dizer que direitos humanos é só para cuidar dos setores mais vulneráveis e, principalmente, daqueles que são, de uma forma ou de outra, agredidos por um ato, digamos, que, na visão deles, não seria adequado. Nós aqui estamos apresentando um requerimento para discutir a restruturação da carreira militar e salarial. Essa audiência pública é sugestão da União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares (Unifax).

Eu adianto aqui, Srª Presidenta, que, depois que eu apresentei o requerimento e V. Exª corretamente publicou, eu já fui procurado por setores ligados ao Governo sobre essa questão. Eu disse a eles que o que nós queremos é solução da situação difícil em que se encontra a família militar, seja dos aposentados ou de quem está na ativa mesmo. E eles me falaram que já há um processo de discussão e negociação.

Como nós queremos ajudar, somente ajudar e não complicar, eu disse a eles que aprovaríamos o requerimento, provavelmente hoje, mas que não marcaríamos a audiência pública se eles chegarem a um entendimento nessa construção que já está iniciada por parte das Forças Armadas.

Então, eu diria que é importante aprovar, mas esperando o momento adequado de realizarmos ou não até mesmo a audiência pública em respeito aos líderes que nos procuraram.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 125.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 126, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Doença de Parkinson".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, indo direto ao tema, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), há no mundo cerca de 4,7 milhões de pessoas portadoras da doença de Parkinson. No Brasil, estima-se que chega a 300 mil pacientes.

Doença da terceira idade que, pelas suas características, afeta diretamente os familiares dos seus portadores pelos cuidados especiais dispensáveis aos parkinsonianos.

O tratamento da doença necessita, além de médicos e dos indispensáveis medicamentos, a ação de outros profissionais, como psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas, professores de arte e de prática de atividade física e esportivas, além daqueles que atuam no segmento do convívio social e do apoio familiar fragilizado.

Srª Presidenta, não vou ler toda a justificativa, mas há momentos na vida em que a gente olha para nós mesmos. Eu, na minha família, tenho duas pessoas que têm a doença de Parkinson. E nós sabemos o esforço enorme de todos que convivem mais próximos para colaborar no sentido de que eles possam ter uma vida com qualidade.

Então, olhando isso como Senador, eu tenho mais condições de ajudá-los. Olhando para o universo dessas 300 mil pessoas que têm essa doença, nós queremos fazer o debate aqui na comissão para aprimorar, em todos os sentidos, o atendimento àqueles que têm a doença de Parkinson.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 126.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127, de 2017

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "ações dos movimentos negros organizados, das religiões de matriz africanas e das comunidades quilombolas em relação às políticas públicas e ações afirmativas direcionadas para esses setores da sociedade brasileira".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra aos Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, esse requerimento vai muito na linha do próprio Estatuto da Igualdade Racial – e eu sempre digo também social –, para ver se, efetivamente, tudo que nós colocamos ali... Quando digo nós, fui eu, o Congresso Nacional e a sociedade organizada, na construção e na elaboração desse estatuto. Mas, enfim, para vermos o que, de fato, está sendo feito em relação às políticas públicas às comunidades quilombolas. E também, e nós sabemos muito bem, da discriminação que existe ainda em relação às religiões de matriz africana. E, claro, queremos saber como é que estão as ações afirmativas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 127.

Coloco em votação a inclusão extrapauta de requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 128, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Gestão Pública na Velocidade da Mudança".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, essa audiência é uma sugestão do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Inclusão (NESPROM/CEAM da UnB). Os convidados eles indicarão. Eles querem discutir gestão pública na velocidade da mudança, apontando muito já aquilo que eu digo, ou seja, que nós temos que começar a pensar em um projeto de Nação.

Eu acho que nós todos aqui, quando olhamos para 2018, nós olhamos muito – é a tendência natural – para quem será o nosso candidato a Presidente da República, a vice, a governador e, no caso nosso aqui, ao Senado e mesmo a Deputado Federal.

E aqui eles acham – e eu concordo – que é preciso que o Brasil comece a debater projetos de interesse do País, o que nós chamamos de um projeto de Nação. E essa é uma oportunidade para discutirmos a gestão pública na velocidade da mudança.

Por exemplo – e só como exemplo –, eu estou lá presidindo a CPI da Previdência. É alarmante – e temos que reconhecer, e vamos publicar o relatório final, juntamente com o nosso Relator, o Senador Hélio José – que a questão da Previdência é só uma questão de gestão – gestão pública.

Se tivessem cuidado da Previdência, tal como os constituintes escreveram as fontes arrecadadoras, e não permitindo sonegação, corrupção, desvio de recursos, nós teríamos hoje um fundo na Previdência de superávit, que se aproximaria a R$3 trilhões. E estamos aí brigando, porque, mais uma vez, se manda a conta para os trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro que nós somos contra essa reforma da previdência. Acho que a reforma é na gestão, e não em querer aumentar tempo de contribuição e idade de trabalhador da área pública e da área privada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Muito bem pensado, Senador.

Eu digo sempre que há morosidade no andamento das coisas, quando se diz respeito a Governo. Uma obra é embargada passa quatro anos embargada. É claro que, quando ela vai ser retomada, o dinheiro não dá mais para o que estava previsto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Corretíssimo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E tomem os aditivos, os famosos aditivos.

No Judiciário... Sempre gosto de dar o exemplo daqueles aviões da Transbrasil. O processo se arrasta. Naquela época, aqueles aviões voavam maravilhosamente, eram confortáveis, mas, por conta do processo da falência, os aviões ficaram lá e não servem para mais nada, são sucata, estão todos desmontados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está tudo no museu.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O processo nunca chegou ao final, e os servidores, muitos já morreram. Quer dizer, é preciso haver um jeito de as coisas andarem mais rápido, em todos os Poderes.

Então, parabéns pela iniciativa!

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 129, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O Desmonte do Sistema Previdenciário no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – É na mesma linha do anterior.

Primeiro, é o mesmo grupo NESPROM/CEAM da UnB, que propõe discutir exatamente, na linha do que vai apontar a CPI, mas aprofundando o debate, o porquê do desmonte do sistema previdenciário no Brasil.

É claro que nós sabemos que eles querem entregar para o sistema financeiro.

Nós deveremos, no fim do trabalho da CPI, entregar mais de 20 projetos mudando a gestão e agilizando a cobrança dos grandes devedores.

E, aqui, quanto ao desmonte do sistema previdenciário no Brasil, nós vamos deixar muito claro, nesta audiência, com os convidados, que só há um objetivo: entregar a previdência para o sistema financeiro, ou seja, a privatização da previdência, fortalecendo os fundos de pensões privados.

Aí vamos ver o caso do Chile, da Argentina, dos Estados Unidos: quando houve a falência, o povo foi chamado a pagar a conta outra vez.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 130, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Regulamentação do Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, eu tinha procurado não entrar muito nesse tema, porque entendia que eles deveriam chegar a um acordo, a um entendimento. Mas fui procurado ontem pelos taxistas, um grupo grande de taxistas, e, hoje pela manhã, por um grupo maior ainda daqueles que atuam no chamado Uber. E ambos, Srª Presidenta – e eu quero falar com muito carinho, de forma muito respeitosa, com o Relator da matéria –, estão preocupadíssimos que essa matéria possa ser votada no Plenário do Senado.

O que mais me surpreendeu foi que ambos não querem, da forma como está o atual substitutivo, que ele seja aprovado. Aí perguntei a ambos se acham que a redação construída até o momento – um esforço magnífico, entendo eu, por parte do Relator – não estaria madura para ser votado. Eu coloquei essa possibilidade de termos uma audiência pública, chamando aqui as lideranças dos taxistas, do Uber e, naturalmente, do Relator, que seria um convidado especial – e sabemos que o Pedro Chaves é um parceiro de todos nós na conciliação e na construção do entendimento –, para fazemos aqui um debate tentar esse acordo.

Eu sempre acho que é possível. Quando discutíamos, sempre lembro, o Estatuto do Idoso, o da Igualdade Racial, o da Pessoal com Deficiência, política do salário mínimo, Lei dos Autistas, todo mundo achava impossível. Hoje tudo é lei.

Agora mesmo, estávamos o estatuto do pessoal da segurança privada. Também é interesse de banco, de empresa, dos sindicatos, das federações, das confederações. Eu não sou Relator, eu não sou nada. O Relator é o Senador Vicentinho, mas caminhamos também para uma grande construção. Quero, inclusive, elogiar aqui o Deputado Chico Vigilante e o Boaventura, Presidente da Federação. O Chico Vigilante, como o nome já diz, é um líder da categoria e Deputado Distrital daqui, de Brasília. Ambos ajudaram muito na construção, na formulação.

Quando eu tive uma participação, eu disse: olha, se as partes se entenderem, todo o setor que emprega, seja banco, sejam as grandes empresas dessa área, sejam os representantes dos trabalhadores, de todas as áreas, se vocês construírem um grande entendimento, que fortaleça a segurança, que garanta os direitos dos trabalhadores, inclusive a cota para as pessoas com deficiência – que era algo que estavam tirando, e reintroduzimos –, que se respeite a legislação trabalhista, que se tenha um trabalho adequado com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperativas – e inclusive o Senador Pimentel falou muito dessa questão –, enfim, está caminhando bem, e eu acredito que votaremos também esse mês também essa proposta.

Acho que essa missão Uber *versus* taxistas é um falso debate, como se um fosse contra o outro. Há espaço para todos trabalharem, desde que sejam assegurados direitos que se permita, tanto ao profissional do Uber como profissional taxista, exercerem a sua atividade com dignidade e com qualidade de vida.

E, por isso, eu estou propondo essa audiência, e a data marcaria em comum acordo com V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só falta mais um, Presidente, e daí termina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tem mais dois aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um que é mais um. Um mais um.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah, um seu!

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 133, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "As propostas de alterações da Lei nº 7.394, de 1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Veja bem, Presidenta, como a vida dá suas voltas, não é? Esse é um projeto de 1985, de nossa autoria, e está tramitando ainda na Câmara dos Deputados. É o projeto que regulamenta a profissão de técnico em radiologia, mas somente agora é que vão votar. É de 1985! São quantos anos? Quem é bom de conta aí? Na verdade, altera a lei de 85, mas é de 2008. O projeto ainda é de 2008, mas está lá na Câmara dos Deputados.

O que que acontece, Presidenta? Há uma preocupação enorme, principalmente dos dentistas, de que eles não poderão mais fazer aqueles raios X que fazem no consultório. Eu disse que, embora o projeto seja de...

É de quando mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, de 2008.

Embora o projeto seja de 2008, não é essa a intenção.

Então, conversei com a Relatora do projeto, falei com lideranças dos dentistas, falei dos profissionais dessa área da radiologia, e eles todos concordam que esse projeto aqui só vai avançar se for fruto de um amplo acordo também. Porque um projeto que interessa a ambos os profissionais – e a maioria aqui é profissional liberal –, quando choca um contra o outro, se não houver um acordo, não vai para lugar nenhum.

Então, nós tentaríamos nessa audiência pública construir um entendimento para que o projeto fosse aprovado nas duas Casas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o Requerimento nº 133. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 133, do Senador Paulo Paim.

Temos ainda o Requerimento 131.

ITEM 22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 131, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O orçamento dos Institutos e Universidades Federais".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Reitores da instituição manifestaram preocupação e apontam o risco de paralisação das instituições federais de ensino diante da possibilidade de um brusco corte no orçamento. Por isso é importante que essa Comissão debata o tema com os Relatores geral e setorial e com o representante das instituições de toda a sociedade, para encontrar soluções.

Senador Paulo Paim com a palavra, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Rapidamente, Srª Presidenta. Essa é uma preocupação geral, eu diria, por parte dos institutos e universidades federais. Só que eles entendem que essa audiência pública poderia ser feita com a presença dos Relatores geral e setorial da Comissão em relação ao Orçamento. Porque, se não estiver previsto no orçamento, eles dizem que praticamente vai parar tudo.

Então, mediante essa preocupação positiva, nós resolvemos apresentar essa proposta e vamos convidar – eu tenho certeza que eles se farão presentes aqui nessa Comissão – tanto o Relator geral como o setorial, para ver qual é o caminho que a gente pode construir para fortalecer as universidades e também os institutos, tão importantes para a formação da nossa juventude.

Nós todos sabemos que o único caminho de combater violência é investir na formação técnica e universitária da nossa gente.

Por isso eu faço o apelo. Esse é o último requerimento. Uma vez aprovado, a gente combinaria com todos os interessados, inclusive os Relatores da peça orçamentária, sobre a construção positiva de uma redação que dê mais sustentação para os institutos e as nossas universidades.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu agora gostaria que o Senador Paulo Paim assumisse... Como os autores dos outros requerimentos não estão presentes, então que o Senador Paim assumisse, para encaminhar um requerimento da minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos a palavra neste momento à Senadora Regina Sousa, para discorrer sobre o Requerimento nº 132.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 132, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados", a ser realizada no dia 25/10/2017 (quarta-feira), no âmbito da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

V. Exª está com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esse é um requerimento que vai ao encontro de outro que já está aprovado na Comissão de Educação, porque todo ano há aquelas jornadas, para discutir a questão do cuidar da criança na primeira infância. Então, é mais nesse sentido.

Os convidados que estão aqui são os mesmos que foram convidados lá, e que são:

- Marie Garrigue-Abgrall, doutora em Filosofia, professora titular na Universidade de Paris, educadora em Pediatria na Primeira Infância e psiquiatria infantil;

- Alexandra Déprez, doutora em Psicologia Clínica, com especialização em Psicopatologia Perinatal pela Universidade de Paris VII, mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente, formadora certificada ADBB (Alarme Détresse Bébé);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Jairo Werner Júnior, professor titular de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal Fluminense; e

- Maria da Penha Oliveira, psicóloga, psicodramatista clínica e organizacional, psicoterapeuta da criança, adolescente e adulto.

Então, esse requerimento é no sentido de que, uma vez aprovado, a audiência pública seja conjunta com a Comissão de Educação; que todo ano tem essa discussão, tem seminários, para se relembrar que nós aprovamos o Marco Legal da Primeira Infância e precisamos ter ações nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Chegamos ao final. Não temos mais requerimentos para votar. Assim, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão da CDH.

(*Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dois minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e José Medeiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 24/2017, de iniciativa do Senador Hélio José e RDH 34/2017, de iniciativa dos Senadores Hélio José e Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A situação da pesquisa e da legislação relacionadas às células tronco". Participantes: Augusto Barbosa Júnior, Consultor Técnico do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde - SCTIE/MS; Luís Henrique Mascarenhas Moreira, Representante do Conselho Federal de Medicina - CFM; José Francisco Comenalli Marques Júnior, Vice-Diretor de Defesa de Classe da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular - ABHH; Alfredo Mendrone, Vice-Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular – ABHH; e Ricardo Ribeiro, Chefe de pesquisas sobre células tronco na Fiocruz. Faz uso da palavra o Senador Hélio José. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e onze minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Regina Sousa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 104/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Atuação dos Planos de Saúde e possíveis alterações na legislação". Participantes: Leandro Farias, Representante do Movimento Chega de Descaso; Salomão Rodrigues Filho, Representante do Conselho Federal de Medicina; Suriêtte Apolinário dos Santos, Secretário-Geral da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; José Luiz Toro da Silva, Consultor Jurídico Nacional da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS; Aderval Paulo, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS; Diego Cherulli, Representante da Federação dos Aposentados do DF; e Sandro Leal Alves, Superintendente de Regulação da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) enviar cópia da ata da presente Reunião e disponibilização do link da íntegra da audiência aos membros da Comissão Especial na Câmara dos Deputados que debatem o PL nº 7419/2006, em especial ao relator, a fim de que considerem as manifestações dos participantes desta Audiência; 2) analisar as propostas da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – Unidas e dos demais convidados para aprimoramento da Lei n. 9.656, de 1998, a qual dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com o intuito de propor projeto de lei; e 3) apoiar a criação de um grupo de trabalho que vise à melhoria da gestão dos planos de saúde, incluindo a análise de dados e elaboração de sugestões de aprimoramento ao PL 7419/06. O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Renê Patriota – Médica de Recife; Lincoln Menezes - Médico de Recife; Genivaldo da Silva – Representante da AMARP; e Glaucia Morelli – Representante da CMB. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 72ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº6.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Regina Sousa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 119/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre o tema: "Conquistas da LEI DA APRENDIZAGEM: Estratégias, Oportunidades e Potencialidades ao Protagonismo do Infantojuvenil". Participantes: Douglas Soares Teles de Oliveira, Gerente de Relacionamento Institucional do Instituto Brasileiro Pró Educação - ISBET; Margaret Matos de Carvalho, Procuradora do Trabalho da 9ª Região - Ministério Público do Trabalho; Fabiano Coelho de Souza, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho – TST; José Ricardo, Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC; Patrícia Amaral, Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Trabalho - FONSET; Geraldo Oliveira, Diretor da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC; Higino Brito Vieira, Diretor de Políticas de Empregabilidade - Ministério do Trabalho - MTE; Larissa Manoela, Embaixadora do Programa Jovem Aprendiz; Mafra Merys, Conciliadora da Justiça Federal e Presidente dos Clubes Unesco - ISEEI/BFUCA; Thiago Menezes Siqueira, Coordenador-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional da Juventude; e Beatriz Vitória da Silva, Jovem Aprendiz do Senado Federal. O Senhor Presidente concede a palavra para a Senhora Keity Gisele Reis da Silva, Coordenadora do Fórum Distrital de aprendizagem profissional Casa de Ismael. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=6718

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia três de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, José Medeiros, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Lídice da Mata, Dário Berger, Vicentinho Alves, Lasier Martins, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 81/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy e do Senador Paulo Paim e RDH 105/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy e do Senador Romário. Finalidade: Instruir o PLS 231/2015, que altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim. Participantes: Rafael Dias Marques, Procurador do Trabalho - Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho - MPT; Sandra Regina Cavalcante, Pesquisadora da Universidade de São Paulo - USP; Katleem Marla Pires de Lima, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho de Goiás; Alice Voronoff, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT; Marinalva Cardoso Dantas, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; e Mariana de Sousa Machado Neris, Diretora do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. Faz uso da palavra a Senadora Marta Suplicy. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Marta Suplicy

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 74ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, José Medeiros, Sérgio Petecão, Romário, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores João Capiberibe, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da sexagésima nona a septuagésima terceira Reuniões da CDH e, também, a ata da sexta reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 9 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115 de 2017 que: "Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a respeito dos convênios entre a União e as chamadas comunidades terapêuticas." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 10 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 135 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Acessibilidade e Inclusão: a Valorização da Pessoa com Deficiência"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 136 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “Tutela Necessária do Meio Ambiente do Trabalho (saúde e segurança)". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 137 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “Formas inaceitáveis de trabalho (trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho indigno, trabalho intermitente e outras) ”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 139 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater “A redução da maioridade penal e suas consequências”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 140 de 2017 que: "Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater As Graves Violações aos Direitos Indígenas e Quilombolas." Autoria: Senador João Capiberibe e outros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 141 de 2017 que: "Requer, nos termos do Art. 58, §2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater as circunstâncias que levaram à morte do Dr. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/04

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 74ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 69ª e 73ª Reuniões da CDH e também a Ata da 6ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Consulto os Senadores se podemos incluir requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, temos requerimentos como extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 135, de 2017
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Acessibilidade e Inclusão: a Valorização da Pessoa com Deficiência".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, primeiro, cumprimento V. Exª pelo esforço enorme que V. Exª tem feito para dar quórum, mas me parece que, infelizmente, há um grupo grande de partidos que não indicam sequer os representantes. Por mais que V. Exª, num esforço gigantesco, procure votar os projetos chamados terminativos – e aí temos que ter presentes aqui dez ou onze Senadores –, infelizmente se nota que não há essa intenção. Isso é lamentável, mas vamos fazer nosso papel. Se pensam que a Comissão de Direitos Humanos vai parar, não vai. Nós somos a Comissão que, sob a batuta, a liderança de V. Exª, mais debates faz aqui com a sociedade. Isso é muito bom! É muito bom que a sociedade participe ativamente de todos os encaminhamentos que fazemos, sob a sua orientação.

Srª Presidenta, o tema é "Acessibilidade e Inclusão: a Valorização da Pessoa com Deficiência", e eu tenho que trazer esse debate novamente. Conversei até com o Senador Romário e com a assessoria deles, Loni, por exemplo: há um projeto agora ali, na Comissão de Assuntos Sociais, que trata do estatuto do vigilante, e querem excluir as pessoas com deficiência. Eu disse que não tem acordo. Tem que botar lá: "respeite-se a lei que já existe, que trata das cotas das pessoas com deficiência". Conversei com o Relator, Senador Vicentinho, que acatou e vai colocar isso, porque não estava, até hoje não estava. Ele vai colocar, respeitando a lei, tanto o Estatuto quanto a Lei de Cotas, que veio antes do próprio Estatuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos com essa preocupação. Esse debate aqui vai nesse sentido da valorização da pessoa com deficiência e da aplicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência – não falo porque a Loni está aqui –, que foi de nossa autoria, e Romário foi o Relator final aqui no Senado. O Estatuto tem que ser aplicado. Esse é o objetivo dessa nossa proposta, não aceitando que comecem a retalhar o Estatuto.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim. Eu quero concordar com o senhor. Estou começando a achar que há um certo boicote, porque a gente percebe o retrocesso dos direitos humanos neste País, intencional, inclusive.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E de ano a ano eles vão diminuindo também a participação aqui dentro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exatamente. Vão diminuindo, não há verba, não há orçamento para direitos humanos, as ações nos Estados estão diminuindo. Então, a gente precisa denunciar isso. Eu, da minha parte, vou fazer essa denúncia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 135, do Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 136, de 2017
- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater "Tutela Necessária do Meio Ambiente do Trabalho (saúde e segurança)".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, primeiro, quero cumprimentar toda a equipe que, sob a sua orientação e com a nossa participação, já que eu fui indicado como Relator, Telmário Mota é o Presidente, está trabalhando eu diria quase que dia e noite na construção de um verdadeiro estatuto do mundo do trabalho, porque o que foi aprovado, infelizmente...

E aí, são todas as críticas que eu tenho feito ao Governo Federal, manda-se para cá uma proposta com sete artigos, a Câmara atravessa tudo, coloca lá 117, destruindo – nós estamos lembrando aqui esta semana a era Vargas – praticamente os direitos dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até fiz um comentário no plenário de que houve uma reunião em Las Vegas, onde a elite do empresariado de lá disse que não vai investir no Brasil, mas sabe por quê? Porque a reforma que eles esperavam era mais radical do que essa que está aí!

Então, eu começo a olhar para 2018: se esse pessoal que está aí, não tendo aprovado exatamente o que eles queriam, for eleito, é o fim do mundo! Onde é que nós vamos parar? Vai voltar o trabalho escravo mesmo!

Diz-se que um dos grandes investidores do mundo chegou a dizer nessa reunião... E a matéria foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, que não é um jornal... Eu diria que é um jornal, no mínimo, de centro – vamos ficar por aí. Eu acho que todos têm uma posição de centro, mas não tendem para a esquerda. E eles dizem o seguinte, que esse grande empresário disse: "Nós achávamos que depois da reforma nós poderíamos diminuir de forma tranquila o salário dos trabalhadores", desrespeitando o direito adquirido, a história, se é de área pública, de área privada. Então, isso não os interessa. E disseram mais, pelas informações que eu recebi. Ficou tanta controvérsia, que criou-se, aí sim, uma insegurança jurídica, tanto que o próprio Ministério do Trabalho reconheceu isso e soltou um documento, pensando em criar um grupo de trabalho semelhante ao nosso, com o objetivo de resolver as inseguranças jurídicas que estão nessa reforma.

Eu falei com o Ministro, até havia a intenção de fazer um requerimento para convocá-lo, ou para convidá-lo – eu sempre prefiro o convite. Falei com ele por telefone. Eu tenho respeito pelo Ministro, porque não dá para agora acharmos que só quem está no meu partido ou na minha área de atuação é santo, os outros todos são mal-intencionados. E o Ministro me respondeu por telefone: "Paim, está dando de fato uma confusão. Estou com a intenção de anular esse decreto que cria essa comissão. Vamos continuar conversando, enfim, com as iniciativas da CDH."

E assim ele fez, ele revogou o decreto. E agora nós estamos, com esse gesto do Ministro, que acho positivo, dispostos a interagir com o grupo de trabalho que ele tem, esse e o da Comissão, para construir o que eu chamo de estatuto do mundo do trabalho. Não é do trabalhador. Porque o deles virou do empregador, e isso não ajuda nada, só confunde. Os juízes do mundo do trabalho, que sabem que o objetivo por trás disso tudo é acabar com a Justiça do Trabalho, todos estão integrados conosco. Todos, eu diria, aqueles que pensam na verdade dessa forma, tanto que nós lemos aqui: nos debates da reforma trabalhista há um documento assinado por 17 Ministros, a ampla maioria. Claro que nem todos pensam de forma igual. Por exemplo, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho pensa diferente. Por tudo que ele fala, ele é favorável a uma reforma trabalhista até, na visão dele, mais avançada, na minha visão, mais atrasada do que essa que eles aprovaram.

Por isso é importante esse debate. Eu, no momento adequado, Srª Presidenta, até gostaria de fazer uma homenagem a esses lutadores que se dedicam a defender os interesses dos que mais precisam, da nossa gente, do nosso povo.

Essa é a intenção da audiência pública que vai discutir "Tutela Necessária do Meio Ambiente do Trabalho (saúde e segurança)", porque o Brasil é o primeiro ou segundo país do mundo que tem mais acidentes com mortes e com sequelas em todo o Planeta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 136, do Senador Paim

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 137, de 2017
- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater "Formas inaceitáveis de trabalho (trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho indigno, trabalho intermitente e outras) ".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidente Senadora Regina Sousa, por incrível que pareça, a gente vai ter de aprofundar o debate, nesse estatuto do mundo do trabalho, sobre as formas inaceitáveis de trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho indigno, trabalho intermitente, porque infelizmente está nessa reforma o chamado contrato autônomo exclusivo, a possibilidade de mulher trabalhar em área insalubre, o que beira a escravidão, inclusive amamentar no meio da poluição.

Então, sobre esse tema, nós vamos dialogar aqui, nesse espaço aberto por V. Exª, que está debatendo o Estatuto do Trabalho, para que consigamos ter uma legislação – eu uso muito este termo – decente, porque essa legislação que está aí, depois da reforma, é indecente. Eles vão tentar aplicá-la a partir de novembro. Vão tentar, porque a resistência é muito grande. Tenho ouvido muitos juízes do mundo do trabalho – não todos, mas pelo menos a maioria –, e todos disseram que não vão aplicar porque ela é inaplicável.

As centrais estão fazendo um abaixo-assinado – já tem mais de um milhão de assinaturas – para apresentar um projeto popular para revogar essa reforma. Eu tomei a liberdade de encaminhar um projeto no mesmo sentido, que já está na Casa. Chegando aqui um projeto de iniciativa popular com mais de um milhão de assinaturas, terá outro peso. Por isso é que tenho incentivado muito esse projeto. O nosso, que está aqui, politicamente está bem apresentado, creio eu, tenho o apoio do campo progressista, mas aquele que vai chegar das ruas, com mais de um milhão de assinaturas... Eu ajudei, em Porto Alegre, na coleta de assinaturas – simbolicamente, não é? –, fui um dos que estavam lá assinando. Isso vai ajudar a gente a demonstrar que isso aqui é inaceitável.

Trabalho escravo... Nós estarmos discutindo, em 2017, trabalho escravo ainda? Vai haver um capítulo que vai tratar da questão dos acidentes de trabalho, como combater os acidentes, e também um que vai tratar dessa questão do trabalho escravo. Esse é o objetivo do debate nessa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 139, de 2017
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater "A redução da maioridade penal e suas consequências".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, V. Exª, como educadora, como professora, Senadora e Secretária de Estado que já foi, está preocupada, assim como a sociedade está preocupada. E o espaço para esse debate tem de ser a Comissão de Direitos Humanos.

Sabemos que é uma PEC, está lá na CCJ, mas há projetos correlatos a esse que vão no mesmo sentido. Por isso é que tomei a liberdade, conversei com V. Exª antes... A discussão da maioridade penal e suas consequências... Como temos gente a favor e contra, nada melhor do que uma audiência pública, aqui na Comissão de Direitos Humanos, para debater esse tema. É um tema que preocupa todos.

Há aqueles, por exemplo, que defendem que a população tinha que estar toda armada, sabemos disso. E vemos o que aconteceu nos Estados Unidos, onde um camarada se instalou num hotel em frente a um local onde estava havendo um *show* de música *country,* assassinou 58 pessoas e deixou mais de 500 feridas. Diz-se que ele tinha mais de 20 instrumentos letais, como metralhadora, fuzil e centenas e centenas de balas. Ele ia só mudando e atirando a esmo, matando por matar. A que ponto nós chegamos? À desumanização das relações em todo o mundo. A que ponto chegamos! As guerras estão aumentando, agora está essa bronca enorme entre Estados Unidos e Coreia do Norte. O que poderá acontecer se se instalar uma guerra como essa? Morrerão milhões de pessoas, tanto de um país como de outro.

Então, essa falta de uma visão, eu diria, de amor, de solidariedade, de fraternidade e de respeito um pelo outro é que está levando a humanidade a essa situação. E reformas como essa são desumanas também, tanto a reforma trabalhista como a da previdência. Elas são desumanas.

Esperamos que, esse debate acontecendo, consigamos mostrar por que somos contra, por exemplo, um projeto que está na Câmara. O Deputado fica lá – desculpem a expressão – se estrebuchando – é esse o termo – para tentar explicar que a criança, o feto, no útero da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe, já pode ser condenada pela origem dos pais. Vejam só onde chegamos! Como é possível que projetos como esse sejam apresentados no Congresso Nacional?

E, aí, há um outro extremo. Estou falando de diversos requerimentos que apresentei hoje, como aquele que a senhora mesma denunciou no plenário, e outros Senadores também denunciaram: o camarada entende que, desde que o cidadão tenha uma casa, que ele chama de chão a pique, chão batido...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pau a pique e chão batido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É.

Se tiver isso e uma lona por cima, dando um prato de comida, está pronto, não precisa mais pagar salário. Onde nós chegamos?

Até para me ajudar com a expressão aqui eu pedi socorro: é pau a pique que se diz, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Chão batido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chão batido, terra batida.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu morei numa casa assim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora morou. Eu nunca conheci, falo a verdade. Morava num bairro bem simples, mas havia tábua no chão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É frio, mas, assim mesmo se olhou para isso. Em outras regiões, segundo me dizem, no meio do mato, frio... E eles acham que pode ter, sim, chão batido! Como é que você vai admitir que alguém possa viver em casa de lona e em chão de terra, terra normal, sem merecer um assoalho, um banheiro, luz, água, um mínimo?

E aqui ainda aprovam o Refis, que tirou bilhões da previdência, e querem fazer a reforma da previdência! Então, já que se tem bilhões para dar anistia para os poderosos, para os grandes devedores – e há grandes bancos e grandes empresas no meio –, vamos começar também a dizer o seguinte: para aquele que comprou sua casinha pelo sistema financeiro e não pôde pagar, vamos fazer o Refis para ele também! Para quem não pode pagar luz, água – já cortaram tudo –, vamos dar Refis também. Refis, para as pessoas entenderem: você deve, não nega, não paga e eles te dão anistia. Vamos dar anistia para todo mundo! Não vamos dar só para os grandões, vamos pensar no povo também, nos que mais sofrem! Daí a minha indignação diante de muita coisa que vem acontecendo neste País e no mundo.

Temos que discutir, sim, essa questão da maioridade penal e suas consequências. A redução da maioridade penal tem tudo a ver com a questão da educação, com o emprego dos pais e dos jovens que estão aí. Participei de uma audiência pública, aqui mesmo, com jovens, adolescentes, onde se viu que o maior número de desempregados neste País está entre os jovens. E aí, simplesmente, acham que... Se ocorre algum tipo de delito, metem na cadeia, não importa que idade tenha. Não vai haver estádios de futebol suficientes para prender... Falo já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em estádios, porque cadeia não há de jeito nenhum, não é? Daqui a pouco eles vão passar a fechar os estádios e colocar a molecada lá dentro.

Por isso é que esse debate tem de ser feito no mais alto nível, porque mais uma vez os mais pobres... Eu duvido que filho de rico vá para a prisão, independentemente da idade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Certamente. O senhor tem razão. Esse é um debate que precisa ser feito, até porque temos pouco tempo, não é? Ele vai voltar à pauta em menos de 30 dias.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu gostaria de convidar o Senador Paim para presidir, porque há aqui um requerimento do Senador Capiberibe que eu subscrevo e há também um que eu quero apresentar oralmente para mudar, depois, a redação.

Passo a presidência ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 15.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 140, de 2017
- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater As Graves Violações aos Direitos Indígenas e Quilombolas.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concedo a palavra à nobre Senadora Regina Sousa, que é signatária também do requerimento, para justificar a audiência.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na justificativa... É também um tema muito presente. Inclusive, nós tivemos também uma missão internacional visitando a região do Matopiba. E constataram coisas terríveis acontecendo também no Cerrado.

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> No final de outubro do ano corrente, membros do Parlamento Europeu, representados pela Delegação do Parlamento para as Relações com a República Federativa do Brasil, realizarão visita ao país para acompanhar as graves violações aos direitos indígenas e quilombolas.
> Os povos indígenas e quilombola continuam a sofrer discriminação, privações e ameaças em seus direitos constitucionais. Desta feita, visando a debater o assunto e a subsidiar a Delegação do Parlamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Europeu de informações, requeiro a realização de audiência pública, com a presença dos seguintes convidados:
1. Conselho Indigenista Missionário – Cimi;
2. Representante da Funai;
3. Procuradora Drª Ela Wiecko;
4. Líder indígena Srª Sônia Guajajara;
5. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ;
6. Presidente da CDHM da Câmara dos Deputados Sr. Deputado Paulão;
7. Representante do Parlamento Europeu Sr. Deputado Francisco Assis.

Nem preciso comentar e justificar, porque aqui já está dito.

Temos debatido muito o tema da questão quilombola e da questão indígena. A gente sabe que, cada vez mais, estão negando os direitos dessa população. Querem rever até o que já foi demarcado para os quilombolas. Então, essa audiência é muito oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Cumprimento V. Exª por trazer o tema.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero apresentar mais um também agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero só fazer um comentário por um minuto.

Quero cumprimentar V. Exª.

Todo mundo sabe que todo cidadão que é negro e que não reconhece que é descendente de quilombolas não entendeu nada da vida.

Lamentavelmente, os quilombolas se tornaram quase uma população invisível, como os ciganos, que são quase uma população invisível. Os índios não se tornaram invisíveis, mas a matança contra o povo indígena é maior do que a dos quilombolas e a dos ciganos, é maior ainda!

Por isso, V. Exª, trazendo este debate para cá, vai permitir exatamente isto: o debate sobre a nação indígena e sobre a situação dos quilombolas. Pode-se ver que raras são as exceções que chegam ao Parlamento oriundas do povo indígena ou do povo quilombola. Raras são as exceções tanto no Senado, como também na Câmara dos Deputados. Dá para se contar nos dedos. No Senado, então, deve haver um ou dois. Eu estou colocando V. Exª no meu time. Sou assumido nessa questão, com tranquilidade, como também V. Exª. Por isso, tomei essa liberdade. Não é só ser, mas também ter identidade com as causas, para combater todos os tipos de preconceito e para ficar do lado da visão humanitária.

Por isso, eu tinha de cumprimentar V. Exª pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos dizem que isso não dá voto. Nem estou preocupado com isso, se dá ou não voto. Acho que você tem de defender causas, não coisas, e não só pensar no lado material, do voto ou do não voto, para permitir que você esteja neste ou naquele espaço. Você tem de ter um princípio maior. O Mestre, que é o mestre de todos, sempre diz: "Coloque-se no lugar do outro, ame o outro como a si mesmo."

Fico com a frase de Luther King que gosto de repetir. Ele disse: "Sonho que, à sombra da mesma árvore, estejam sentados negros, brancos, índios, independentemente de etnia, raça, procedência, orientação religiosa, e possam comer do mesmo pão."

Esse é o objetivo da sua audiência. Por isso, meus parabéns!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Complementando, quero lembrar que houve aquela matança, que foi noticiada, dos índios no Amazonas. Nós tínhamos uma audiência pública marcada para segunda-feira, mas, em função da ausência dos principais personagens, que mandaram dizer que não poderiam estar aqui naquele momento, adiamos essa audiência destinada a discutir aquilo. O Ministério Público do Amazonas tem a obrigação de investigar, e a Funai teria a obrigação de acompanhar isso. Então, os dois órgãos públicos disseram que não teriam condição de estar aqui. Aí resolvemos adiar, mas não vamos desistir da audiência pública, para saber o que está acontecendo na Amazônia com tribos isoladas até.

Quero apresentar oralmente um requerimento extrapauta, Senador, em consequência da morte do Reitor da Universidade de Santa Catarina. A morte do Reitor da Universidade de Santa Catarina, até que enfim, suscitou uma comoção na sociedade sobre os métodos de prisão usados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público. É a Operação Lava Jato em si, mas isso acontece também em outros lugares, sem que a operação esteja incorporada à Lava Jato. Falo desses métodos de dar espetáculo, de humilhar a pessoa.

A gente sente, pela carta do Reitor, que ele ficou muito humilhado por ter de ficar nu na cela, quando chegou à Polícia Federal, acusado de uma coisa que, parece-me, ele não cometeu, porque ele está só com um ano de mandato. Então, para o que aconteceu na universidade, se aconteceu, deve haver outros culpados. Não acredito que, em um ano, ele tenha tido tempo para fazer o que estão dizendo que ele fez. A forma como ele foi preso foi, realmente, humilhante, tanto que, hoje, as OABs de vários Estados, que não costumam se manifestar, disseram claramente que ele se suicidou em consequência da humilhação que sofreu na prisão. Eles estão reconhecendo que é espetaculoso, que não é necessário aquilo e, finalmente, o que a gente vem dizendo há muito tempo. Enquanto isso atingia os outros, enquanto isso não chegava perto, ninguém se manifestava, mas, agora, as OABs estão começando a se manifestar. As associações de professores, os sindicatos de professores das universidades estão soltando nota. Os estudantes e os advogados, individualmente, estão todos soltando nota em relação a isso. Então, quero requerer uma audiência pública para a gente discutir esse assunto.

Nós vamos ter, no dia 10, uma audiência aqui sobre a imparcialidade do juiz, sobre o direito ao acesso ao Judiciário e a imparcialidade do juiz. Então, pode vir este ciclo de debate. Posteriormente a essa audiência, podemos fazer esta com esse caso específico, chamando essas pessoas que estão se manifestando, a OAB, os professores, para discutirmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem de punir? Tem de punir todo mundo. Tem de investigar? Tem. Agora, ele não foi sequer ouvido. A gente percebe essa mágoa nele. Se ele não foi sequer ouvido na sindicância interna, imagine pela Polícia! Aí levam-no preso. Ele morava a três metros da universidade. Então, era como se fosse a extensão da universidade a casa dele. Ele saía de casa e entrava na universidade. E proibiram, depois que ele foi solto, que ele entrasse na universidade. Isso é um absurdo muito grande! É um abuso de autoridade. É o que a gente vem discutindo muito. Então, acho que este debate volta a ser muito presente: a questão do abuso de autoridade.

Então, estou requerendo essa audiência. Posteriormente, encaminho o texto e os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse seria o Requerimento 141, conforme advogado aqui pela Presidenta.

EXTRAPAUTA
ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 141, de 2017

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater as circunstâncias que levaram à morte do Dr. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

Autoria: Senadora Regina Sousa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, eu o coloco em discussão, fazendo só uma rápida consideração, que é simbólica.

Eu fiquei sabendo de toda a situação. Aí é aquela história que eu digo: coloque-se no lugar do outro. Vocês que estão assistindo à TV agora e vocês mesmos que estão aqui no plenário, calculem se vocês fossem tratados dessa forma sendo inocentes!

Está comprovado que ele era inocente. Disseram que, dentro da prisão, ele teve de ficar nu. O reitor de uma universidade teve de ficar nu. Colocaram-no nu numa cela. Proibiram que ele voltasse à universidade, mesmo depois de solto. Ele não tinha de provar nada, mas, por segurança, não podia voltar à universidade. Qual foi o resultado, Senadora? Eu me choquei com a tristeza, mas com a grandeza dos estudantes e dos professores. Ele foi proibido de entrar na universidade, mas o caixão lá entrou. Naquela fila, estudantes e professores batiam palmas enquanto o caixão entrava na universidade, ficando na postura de reitor.

Uso muito a palavra "desumanização". Estamos virando... É aquela história de que o animal só reage quando ele é posto no cabresto e está com fome; senão, ele não agride. A cobra não morde ninguém se ela não se sente ameaçada. O leão não avança contra ninguém se ele não estiver desesperado e com fome. Agora, estamos tratando os seres humanos como se fossem piores do que animal. Olhem que sou defensor dos animais! Adoro cachorro, por exemplo. Viajo muito, mas, quando chego a casa, adivinhe quem é o primeiro que me abraça? É o cachorro. Ele sai correndo e se atira. Ele me abraça. Aí eu digo: calma, pessoal; primeiro, é ele. Então, tenho um carinho enorme pelo meu cachorrão. É um cachorro negrão deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tamanho! Apelidaram-no de Negão. O nome que eu tinha dado para ele era Senador. Eu sempre estou viajando. Mas eu o fiz de forma elogiosa. "Ô, Senador, se cuida!" Ando sempre viajando, mas tenho o Senador em casa. Tenho lá, graças a Deus, o Negão!

Mas veja, pessoal: como é que você pode tratar um ser humano nesse lugar? Não dá! Por isso, este debate tem de ser feito. Não é um debate contra ninguém! É um debate em favor da vida, do respeito, da qualidade e, como eu digo muito, da solidariedade, da fraternidade com o outro. Hoje, isso acontece com alguém, como esse reitor que acabou se suicidando com tanta indignação, mas isso pode acontecer com qualquer um de nós, com qualquer um! Com qualquer um de nós pode acontecer algo semelhante.

Por isso, meus cumprimentos a V. Exª pelo debate que V. Exª traz.

A questão da maioridade também não é proibido debater! Quem quer debater o assunto já é meio acusado de que está favorável a que jovem mate outras pessoas. Quem, em sã consciência, vai querer que matem, sejam jovens, idosos, adultos? Nós queremos é combater todo tipo de violência, pelo amor de Deus! Queremos combater todo tipo de violência, desde a criança até, oxalá, um cidadão com cem anos ou com mais de cem anos.

Parabéns, Senadora!

Era só isso.

Esse eu ainda não tinha colocado em votação. O primeiro eu tinha colocado em votação, o do Capiberibe, com que V. Exª me acenou. Eu já o tinha colocado em votação.

Então, vou colocar em votação o Requerimento 141, advogado pela nossa Presidenta.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 141.

Passo a Presidência de volta à Senadora.

E permita-me, Senadora, fazer algumas considerações.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu o farei aqui mesmo, ao seu lado.

Eu não tenho nada contra a imprensa. Cada imprensa coloca o que acha que tem que colocar. Nos Estados Unidos, por exemplo, eles já têm uma posição clara a favor de situação, de oposição ou até de partidos políticos.

Então, aqui, *Folha de S.Paulo*: "Assessor [...] e relator da proposta aderem ao novo Refis". Ou seja, um Deputado, que é o relator dessa proposta, vai na linha... O pior é que o Deputado foi um dos que articulou, e os assessores, conforme aqui foi colocado... Uma situação complicadíssima! A quem interessa um Refis como esse? A quem interessa? Aqui, é só ler a matéria – não vou entrar em detalhe, porque é longa a matéria que me deram aqui. Repito: a quem interessa um Refis como esse, que dá anistia aos grandes devedores? Sinceramente, os pequenos ficaram bem.

Presidente, se me permite – a V. Exª, que é da área de educação –, eu fui procurado, como V. Exª foi, como a Fátima Bezerra foi, e a Maria do Rosário também esteve conversando conosco, sobre a situação dos institutos federais e da falta de recursos. Os institutos federais foram algo que deu certo – ninguém tem dúvida de que deu certo –, e eles estão pedindo que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente veja se seria possível que nas emendas parlamentares a gente colaborasse com alguma emenda nessa linha dos institutos e das universidades. Conforme o relator da Comissão, o relator setorial, que é o Senador Davi Alcolumbre, ele está disposto a atender, mas precisa no mínimo de emendas de comissão ou de Bancada para que ele possa dar o suporte de recurso maior tanto para os institutos como também para as universidades.

Então, eu queria fazer este apelo aqui, para ver se nós conseguimos também, dentro do possível, e eu o farei também na Comissão de Educação e na Comissão de Direitos Humanos, que haja espaço para encaminhar coletivamente, com a assinatura de inúmeros Senadores, aqui e lá – de repente, aqui não dá, mas lá dá; de repente, lá dá e aqui se pode achar algum espaço possível para o ensino técnico, por exemplo, no campo das relações humanas –, emendas que fortaleçam os institutos, pelo papel brilhante que estavam fazendo. E vêm fazendo ainda, mas eles falam que, se não houver verba, conforme está no Orçamento para o ano que vem, os institutos terão praticamente que fechar; não terão como mais se manter.

Então, é esse o apelo que eu faço a V. Exª, e farei o mesmo apelo lá na Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero aproveitar para informar que está aberto o prazo, até o dia 11, para emendas de comissão aqui na CDH. Então, é importante a gente sentar e ver que emenda se pode apresentar.

Quero, para encerrar, dar uma satisfação sobre um caso acontecido no Piauí que deu manchete nacional: um menino de 11 anos foi deixado no presídio na cela de um estuprador. A mãe foi visitar um parente ou amigo e levou o menino.

Não há nada que o impeça, se estiver apoiado pelos pais, a partir dos dez anos, de visitar um preso, um familiar. Então, na saída, os agentes, como sabem quem entrou, disseram: "Faltou sair essa pessoa". Foram procurar e encontraram o menino na cela do estuprador, debaixo da cama, escondido. E deu muita repercussão esse caso. Mas o Governo do Piauí agiu rápido – eu liguei para o Secretário de Justiça, Daniel Oliveira. O menino fez exame, e não tinha acontecido nada, certamente porque era para acontecer à noite, quando todos estivessem dormindo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem levou o menino?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A mãe.

Então, a mãe está sendo investigada...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a desumanização no aspecto mais sectário, radical e triste, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há um grupo de trabalho estudando o caso para ver como evitar isso, porque não se pode impedir que uma pessoa visite um familiar. Criança não pode, mas, como estava acompanhado dos pais, então, houve toda a boa-fé. Felizmente, eles deram falta. Ninguém sabe se não já aconteceram outras coisas piores.

Mas o menino foi examinado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento os agentes, que tiveram esse cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim, os agentes foram muito responsáveis nesse caso aí.

E, no Piauí, graças a Deus... O Piauí tem muita violência, sim, principalmente contra a mulher, mas a nossa Secretaria de Segurança, como a Secretaria de Justiça, o nosso aparato de segurança tem sido muito ágil em apurar. Então, não há um caso de feminicídio cujo autor não esteja preso; de estupro, cujos autores não estejam presos. Já houve julgamento na lei do feminicídio, condenação pela lei do feminicídio. Já tivemos condenação até no crime virtual. Há um aplicativo chamado Vazou em que a pessoa denuncia o crime virtual, e, pela denúncia, foi considerado estupro virtual, porque era um ex-marido obrigando a mulher, do outro lado, a fazer coisas para ele ver, em questões de sexo solitário, e a polícia conseguiu prendê-lo.

Já temos muitos aplicativos. Temos um chamado Salve Maria, que é para proteger a mulher. Qualquer pessoa, do celular, pode acionar a polícia se estiver ouvindo barulho de espancamento, mulher gritando, qualquer pessoa. Porque o botão do pânico, para ela mesma acionar, normalmente, ela não tem condições porque está sendo agredida, mas esse é do celular. E foi desenvolvido no Piauí. No celular, a pessoa aperta o botão do pânico, toca na delegacia mais próxima, e no máximo em cinco minutos – já há muitos casos – a polícia chega ao local, o socorro chega ao local.

O Piauí tem se preocupado muito com essa questão e tem desenvolvido aplicativos. Há um para crianças chamado Massinha, que é para a criança dizer se sofreu violência através do desenho da massa. O nome Massinha é de "massa" mesmo, para a criança poder desenvolver. Foi criado o personagem Massinha, para a criança contar... A partir de uma conversa com os psicólogos, ela vai fazendo desenhos que indicam se ela sofreu violência ou não. São aplicativos muito importantes.

Então, eu parabenizo a Secretaria de Segurança e lamento. Essa mãe tem que ser investigada, e está sendo, para poder saber... E também para ver se outros casos aconteceram dentro dos presídios, porque é lamentável. Graças a Deus, o menino não chegou a sofrer estupro, mas com certeza a intenção era essa.

Então, eu queria dar essa satisfação para as pessoas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero só cumprimentar V. Exª por ter trazido esse fato aqui, porque é comum, infelizmente, vender-se a imagem de que Comissão de Direitos Humanos só defende o bandido. E V. Exª está trazendo um depoimento elogiando os policiais, porque, se não fosse ali o trabalho deles, esse menino seria seviciado lá, sabe-se lá por quanto tempo, até descobrirem onde ele estava, já que havia, queiramos ou não, uma parceria – o que é um crime hediondo – da própria mãe.

Aqui nesta Comissão a gente deixa muito claro: pode ser policial civil, policial militar, agente penitenciário – agora, estamos discutindo aí o Estatuto da Segurança no mundo da vigilância também –, todos são bem-vindos e todos aqui têm direito à expressão, à opinião. É claro que nós queremos, cada vez mais, combater a violência, seja onde for. Em qualquer área, combater a violência. E nós sabemos o papel fundamental da nossa polícia, tanto civil como militar, bem como do Exército, Marinha e Aeronáutica. Então, este é um espaço para todos. Ou é Comissão de Direitos Humanos ou não é! Se é de direitos humanos é de direitos humanos, seja o empresário, seja o operador, o trabalhador, o operário, seja o policial, seja o civil; todos aqui têm espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, cumprimento V. Exª por trazer aqui o que é um elogio, no fundo, aos policiais que trabalham nos presídios, já que a profissão... Foi praticamente aprovada, agora, no plenário, uma PEC do Senador Cássio Cunha Lima, com a participação, se não me engano, do Relator da CPI do Orçamento, Hélio José, e teve todo o nosso apoio, para que eles sejam chamados de policiais que atuam dentro dos presídios em toda a sua amplitude. Foi votada por unanimidade por esta Casa, e vamos votá-la provavelmente em segundo turno durante este mês, para consagrar esse direito aos policiais, o que é muito justo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências das Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, José Medeiros, Sérgio Petecão, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Dário Berger, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 118/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Paulo Paim. Finalidade: "Lançamento e apresentação dos resultados da Relatoria Especial de Impacto das Políticas de Austeridade e de Desmonte do Estado sobre os Direitos Humanos". Participantes: Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão PFDC/MPF; Darci Frigo, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH; Pedro Rossi, Economista; Denise Carreira, Representante da Plataforma Dhesca; Carmem da Silva Ferreira, Representante da Frente de Luta por Moradia de São Paulo; Paulo Karai, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Alan Brum Pinheiro, Morador da Complexo do Alemão-RJ; Pergentina Vilarenha, Representante da Liderança do Movimento Popular de Pernambuco; e Ana Paula Melo, Representante da Liderança do Movimento Popular de Pernambuco. A presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Antonio Carcrose Canela; Cacique da Aldeia Velha; Ambrósio Gavião; José Arueira; Cacique da Aldeia dos Porquinho Canela Apanika; e Darlani Kenikoi. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 76ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº6.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências das Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Gleisi Hoffmann, Paulo Rocha, João Capiberibe, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Dário Berger, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Paulo Paim, José Medeiros, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 121/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa. Finalidade: Ciclo de debates sobre: "Garantia Institucional do Acesso à Justiça e à Imparcialidade do Juiz". Participantes: Marcelo Neves, Acadêmico; Lúcia Helena Oliveira, Promotora de Justiça do MPDFT; Rubens Casara, Doutor em Direito, Mestre em Ciências Penais, Juiz de Direito do TJ/RJ; Fabiana Gadelha, Diretora de Programas da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos; e Paulo Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA. A presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Wilmar Lacerda; Osni Calixto; Alexandre de Castro Nogueira; Ronald Pinto; Samuel Gomes – Assessoria do Senador Roberto Requião; e Patrícia Naves. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 77ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Medeiros, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e do Senador não membro Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 133/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "As propostas de alterações da Lei 7.394, de 1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outas providências". Participantes: Ubiratan Gonçalves Ferreira, Secretário Geral da Federação Nacional dos Técnicos em Radiologia - FENATTRA; Benedito Dias de Oliveira Filho, Presidente da Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária; Mychelle Schmitt Gurgacz, Presidente da Associação Brasileira de Radiologia Odontológica - ABRO; Juliano do Vale, Presidente do Conselho Federal de Odontologia - CFO; Samir Najjar, Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal – CRO/DF; Liliane Martinelli, Conselheira do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina – CRO/SC; Manoel Benedito Viana Santos, Diretor Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia – CONTER; e Filomena Barros, Presidente da Associação Nacional dos Auxiliares e Técnicos em Odontologia – ANATO. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Joana Batista – Presidente da Federação Nacional dos Odontologistas (FNO); Marcio Redman – Presidente da Comissão Parlamentar do CFO; João Raimundo Alves dos Santos – Assessor de educação do Conter; Laercio Tomas – Assessor de comunicação; e Sandro Alencar – Assessor do Senador Acir Gurgacz. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) dialogar com a relatora do PL 3661/2012, Deputada Federal Carmem Zanotto, para levar ao seu conhecimento os debates desta Audiência Pública; 2) propor à relatora do PL 3661/2012, Deputada Federal Carmem Zanotto, a realização de reunião com representantes das categorias de radiologia, odontologia e medicina veterinária, em busca da construção do consenso possível sobre a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Acir Gurgacz e João Capiberibe. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 78ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL, COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS AO PLN Nº 20/2017 – (LOA 2018).

Às doze horas e seis minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, na sala de reuniões nº 6, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras Angela Portela e Regina Sousa e dos Senadores Paulo Paim, José Medeiros, João Capiberibe, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Dário Berger, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves. Deixam de registrar a presença os demais membros da Comissão. Passa-se a pauta: **Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, PLN nº 20 de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018**. Relatora: Senadora Regina Sousa. Às doze horas e seis minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência para o Vice-Presidente Senador Paulo Paim, para que possa relatar a matéria. O Senador Paulo Paim passa a palavra à Senadora Regina Sousa, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, O Senador Paulo Paim põe em votação o Relatório da Senadora Regina Sousa, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 20/2017:

Emendas às Despesas – Apropriação

Nº	Unidade Orçamentária	Ação/Subtítulo	Valor (R$)
1	20122 - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres	218B - Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – Nacional	100.000.000
2	81101 - Ministério dos Direitos Humanos	215J - Defesa dos Direitos Humanos – Nacional	100.000.000
3	81101 - Ministério dos Direitos Humanos	210H - Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial – Nacional	100.000.000
4	81101 - Ministério dos Direitos Humanos	210N - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Nacional	100.000.000

Às doze horas e vinte e quatro minutos o Senhor Vice-Presidente Senador Paim devolve a presidência para a Senadora Regina Sousa. A Senhora Presidente propõe, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO. Em seguida, a Senhora Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Wellington Fagundes e as Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e nove minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta 78ª Reunião, Ordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 20, de 2017, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

Foram apresentadas 50 emendas perante a Comissão.

Como sou Relatora, passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, nosso Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concedo, de imediato, a palavra à Senadora Regina Sousa, para a leitura do relatório da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre as emendas a serem apresentadas por este Colegiado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, nos termos da Resolução nº 1.

Com a palavra a Relatora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre as emendas a serem apresentadas por este Colegiado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Relatório.

Nos termos do art. 166 da Constituição Federal e conforme a Resolução nº 1/2006-CN, encontra-se em tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 – PLOA 2018).

De acordo com o art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 3/2015, as comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as comissões mistas permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, em caráter institucional, poderão apresentar emendas aos projetos de leis orçamentárias anuais.

Nos termos do art. 44, §1º, da referida norma, poderão ser apresentadas por comissão até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento. Quanto às emendas ao texto do projeto, não há limites quantitativos estabelecidos, mas o caráter institucional deve ser observado.

No prazo fixado para recebimento, foram apresentadas a esta Comissão 50 sugestões de emendas de apropriação relacionadas ao anexo deste parecer. Não foram apresentadas sugestões de emendas de remanejamento ou ao texto do projeto.

É o relatório.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Inicialmente consignamos que existe uma significativa limitação para atendimento das propostas apresentadas, haja vista que esta Comissão está sujeita regimentalmente ao limite de quatro emendas de apropriação.

Diante disso, não obstante todas as propostas submetidas a esta CDH detenham inegável mérito, somos obrigadas a optar por algumas delas, o que fizemos com atenção ao seu alcance social, procurando atender o maior número de Senadores que apresentaram propostas, observadas ademais as normas incidentes no contexto, em particular as que dizem respeito à área de competência da Comissão e ao interesse nacional da emenda, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Em um primeiro momento, classificamos as sugestões de acordo com seus temas. A tabela 1 apresenta os temas mais frequentes: mulheres, direitos humanos, igualdade racial, pessoa com deficiência, criança e adolescente, com as respectivas quantidades de menções por parte dos Parlamentares: mulheres, 12; direitos humanos, 8; igualdade racial, 8; pessoas com deficiência, 5; criança e adolescente, 5.

Considerando que os dois últimos temas acima tiveram o mesmo número de sugestões e que o Regimento nos obriga a apresentar apenas quatro emendas, optamos por contemplar as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, além daquelas relacionadas às mulheres, aos direitos humanos em geral e à igualdade racial.

Em um segundo momento, para cada um dos quatro primeiros temas relacionados na tabela 1, selecionamos a ação orçamentária mais frequente nas sugestões. Assim, as seguintes ações foram destacadas: 218-B, política de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres; 215-J, defesa dos direitos humanos; 210-H, fomento às ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial; 210-N, promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Eu queria explicar aqui que, quando a gente optou, porque havia emendas para indígenas, havia emendas para o idoso, emendas para a juventude, emenda para a Polícia Rodoviária, várias emendas... Então, a gente resolveu deixar direitos humanos, que é abrangente, e se ela for aprovada – porque a gente sabe que não vai aprovar tudo aqui –, inclui tudo aqui. Tudo está contido, não é? E aí as outras específicas, porque mulheres, que foi a que apresentou mais projetos... Então, consideramos o número de pessoas, de Parlamentares que apresentaram as emendas e também só na hora de escolher, porque foram cinco, houve um empate aí na última. Aí a gente escolheu deixar direitos humanos em detrimento de criança e adolescente, porque a gente entende que criança e adolescente está lá dentro de direitos humanos. Considerando que a Comissão pode não aprovar, se ela aprovar direitos humanos, a gente já está garantido aí em todas as proposições.

De acordo com esse critério, das 50 sugestões apresentadas, 19 serão acolhidas de forma direta e 14, de forma indireta. Portanto, no total, 33 serão acolhidas direta ou indiretamente.

Portanto, no total, 33 serão acolhidas, direta ou indiretamente, e, assim, a ampla maioria dos senadores será contemplada.

A primeira emenda que agora propomos à Comissão, decorrente das Sugestões nºs 2, 6, 8, 28, 39 e 45, acrescenta R$100 milhões à Ação 218B – Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A Emenda nº 1 deverá ser encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) segundo os termos da Sugestão nº 2.

A segunda emenda que propomos, decorrente das Sugestões nºs 14, 23, 42 e 46, acrescenta R$ 100 milhões à Ação 215J – Defesa dos Direitos Humanos. A Emenda nº 2 deverá ser encaminhada à CMO, segundo os termos da Sugestão nº 46, com R$50 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para GND 3 e R$ 50 milhões para GND 4. Na especificação da meta (pessoa protegida), a quantidade deve ser 7.581, para que o número seja coerente com o constante no Projeto.

A terceira emenda, que decorre das Sugestões nºs 1, 12, 26 e 40, acrescenta R$100 milhões à ação 210H - Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e à Promoção da Igualdade Racial. A Emenda nº 3 deverá ser encaminhada à CMO segundo os termos da Sugestão nº 26, com R$50 milhões para modalidade de aplicação 30 e R$50 milhões para modalidade de aplicação 40. A meta, para que se guarde coerência com o constante do projeto, deve ser de 142 iniciativas apoiadas.

Por fim, a quarta emenda, que decorre das Sugestões nºs 13, 20, 31, 33 e 43, acrescenta R$100 milhões à ação 210N - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Emenda nº 4 deverá ser encaminhada à CMO segundo os termos da Sugestão nº 43, com R$50 milhões para GND 3 e R$50 milhões para GND 4. Novamente, por coerência com o disposto no PLOA, a meta deve ser de 500 projetos apoiados.

Importante registrar que o PLOA apresenta valores muito baixos para essas ações que estamos propondo contemplar com as emendas da CDH. Para a Ação 218B – Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a dotação proposta é de apenas R$23,6 milhões. Não dá nem para fazer uma Casa da Mulher Brasileira, que é um instrumento de promoção de combate à violência. Para a Ação 215J – Defesa dos Direitos Humanos, R$16,4 milhões. Para a Ação 210H – Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial, R$7 milhões. Para a Ação 210N – Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, R$2,2 milhões. Quando se consideram o tamanho do Brasil e que somos mais de 200 milhões de brasileiros, os valores propostos chegam a ser irrisórios. Portanto, esta Comissão fará muito bem ao Brasil ao aprovar emendas para essas áreas.

A gente botou em R$100 milhões exatamente porque a gente sabe que há os cortes, mas se deixasse os valores de lá não iria ter nada – R$2 milhões para pessoas com deficiência no Brasil inteiro! –, porque essas emendas são todas de caráter nacional.

Voto.

Em face do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa acolha as Sugestões de nºs 1, 2, 6, 8, 12, 13, 14, 20, 23, 26, 28, 31, 33, 39, 40, 42, 43, 45 e 46 e delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação constantes da tabela seguinte, propondo, outrossim, que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com as Sugestões de nºs 2, 46, 26 e 43, com os valores constantes da tabela, e demais orientações constantes deste relatório quanto à distribuição dos valores entre GNDs e modalidades de aplicação e quanto às metas estabelecidas.

Tabela 2 – Emendas às Despesas – Apropriação

Unidade orçamentária: 20122 – Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; ação/subsídio: Política de Igualdade, Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 100 milhões.

Unidade orçamentária: 81101 – Ministério dos Direitos Humanos; ação/subsídio: Defesa dos Direitos Humanos Nacional, 100 milhões.

Unidade orçamentária: 81101 – Ministério dos Direito Humanos; ação/subsídio: Fomento às Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e à Promoção da Igualdade Racial Nacional, 100 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Unidade orçamentária: 81101 – Ministério dos Direito Humanos; ação/subsídio: Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 100 milhões.

Sala das sessões, 17 de outubro de 2017.

É o relatório.

E aqui tem as propostas apresentadas e de onde foram computados os números de menções aos mesmo assunto para poder fazer esta seleção, que é o que tem sido feito em quase todas as Comissões, considerando os pontos mais votados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de parabenizá-lo pelo sempre e constante trabalho em defesa dos direitos humanos. V. Exª é uma referência nacional e principalmente agora, também, com a Relatora, definindo as emendas, acredito, da forma mais democrática possível.

Inclusive, gostaria de dar a notícia para a nossa Relatora de que agora há pouco eu acabei de defender uma emenda de sua autoria na Comissão, da qual sou Vice-Presidente, de Meio Ambiente. Já tivemos aprovação. Trata-se exatamente de uma emenda de conservação e uso sustentável da biodiversidade, ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

E, inclusive, queria elogiá-la, porque todas as emendas apresentadas na Comissão de Meio Ambiente por V. Exª foram emendas com muito critério técnico.

Então, eu gostaria de parabenizá-la, ...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... pois, claro, para a gente ter esse trabalho...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – V. Exª é da Comissão de Orçamento também?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu estou lá como Líder.

Então, gostaria de parabenizá-la, porque também a sua assessoria deve ter tido bastante trabalho nesse sentido.

Eu até aproveito para parabenizar a minha assessora também, que é do orçamento, a Tiok, que está aniversariando hoje, em nome de toda a minha equipe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu aproveito para parabenizá-la.

Gostaria, Sr. Presidente, de sugerir, como fiz na Comissão de Meio Ambiente, a possibilidade de fazermos depois uma audiência da Comissão com o Ministério, exatamente porque acredito que é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V. Exª já tem todo o relacionamento com o Ministério dos Direitos Humanos e até a Secretaria, mas eu acho que seria importante a Comissão estar lá para mostrar a nossa disposição em estar aprovando as emendas, em estar lutando pelo orçamento.

Claro que isso aqui é uma etapa, teremos ainda que aprovar lá na Comissão Mista de Orçamento, mas a Comissão está cumprindo o seu papel junto àquele Ministério e à Secretaria.

Então, uma aproximação sempre é muito boa, até para que eles entendam esse papel nosso aqui, porque às vezes a gente vai ao Ministério e um técnico não compreende que, para colocar alguma coisa no Orçamento, é uma luta muito grande. E aqui a Comissão desenvolve exatamente esse papel, no sentido de ajudar, tanto a Secretaria como o Ministério.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Como Relatora, quero agradecer o que V. Exª falou e agradecer também em ter aprovado a emenda lá na CMA e dizer, também, que nós já convidamos a Ministra Luislinda para vir aqui – ela está vendo um tempo – para a gente conversar. Não é aquela coisa... É só ela, não é aquela coisa de Mesa, não é uma audiência pública. É para conversarmos com ela e exatamente ouvir o plano de trabalho e dar sugestões.

Agora, com essas emendas aqui eu acho que vai ser fácil esse diálogo, para fortalecer o Ministério, pois é um Ministério muito empobrecido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E a minha sugestão, Sr. Presidente e Relatora, é, na verdade, talvez irmos ao Ministério ou convidá-la, não em uma audiência, mas exatamente nesse sentido de estreitar as relações para que cada um em seu Estado, inclusive, possa desenvolver as políticas de acordo com a situação específica de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Wellington Fagundes, meus cumprimentos pela avaliação que faz do relatório, de que eu assino embaixo, da Senadora Regina Sousa, pela grandeza do texto.

Senadora Marta, estamos colocando em votação o relatório. Se V. Exª quiser fazer alguma consideração...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. O.k..

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Só explicar para a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente selecionou, Senadora Marta, como todo mundo, pelos temas mais votados, que apareceram mais.

Foram mulheres, promoção de igualdade e combate à violência; 12 ações foram colocadas. E tivemos igualdade racial, oito. E direitos humanos, mais genérico – acho até que a sua era nesse sentido.

E a gente deixou direitos humanos exatamente porque, se se aprova só essa, tudo cabe ali: mulheres, igualdade racial, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, LGBT, tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cabe aqui. Então, nós deixamos essas quatro, porque duas empataram, e tivemos que optar, considerando que direitos humanos, se aprovada, a gente vai poder colocar todas as ações possíveis dentro de direitos humanos.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ficaram essas quatro, então?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E agora podemos sancionar as quatro ou ... ?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente encaminha as quatro agora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O.k.

Eu estou de pleno acordo.

Boa escolha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos à votação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório que acolhe as sugestões de nºs 1, 2, 6, 8,12 ,13,14, 20, 23, 26, 28, 31, 33, 39, 40, 42, 43, 45 e 46 e delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação constante da tabela seguinte, propondo, outrossim, que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. De acordo com as sugestões de nºs 2, 46, 26 e 43, com os valores constantes da tabela anexa e demais orientações constantes desse relatório quanto à distribuição dos valores entre GNDS e modalidade de aplicação quanto às metas estabelecidas.

Unidade orçamentária para a Secretaria Nacional de Política das Mulheres, adequada na Política de Igualdade e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres – Nacional, 100 milhões; Ministério de Direitos Humanos, Defesa dos Direitos Humanos – Nacional, 100 milhões; Ministério de Direitos Humanos, Fomento às Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, 100 milhões; Ministério de Direitos Humanos, Promoção e Defesa dos direitos da Pessoas com Deficiência – Nacional, também 100 milhões.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Retorno a presidência à Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Queria parabenizar a escolha e fico muito feliz que, de fato, as três sugestões foram acatadas, as quatro por que Vossas Excelências optaram para ser a nossa escolha na Comissão de Direitos Humanos.

Realmente, quanto à questão da violência contra as mulheres, fico até um pouco desanimada com a quantia, porque, para direitos humanos, corta-se bastante. É uma questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de que sabemos da importância, principalmente de casas-abrigos, de mais delegacias da mulher, mas, a gente faz o que pode e acho que isso vai ajudar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Claro.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E na questão do Ministério, dos 100 milhões também para a defesa dos direitos humanos, fico satisfeita, porque vamos abrigar toda a comunidade LGBT, e isso também vai ajudar no combate à a discriminação e à homofobia.

E, no Ministério dos Direitos Humanos, que são cem milhões também para fomentar ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e à promoção da igualdade social, acredito também que sim.

E gostaria de fazer uma reflexão, Senadora, que está mudando muito. O próprio movimento feminista, que era um movimento branco e hétero, realmente virou... Houve um momento muito confuso de turbulência, mas até para o negativo, briga e tal; compreensível por ser um movimento tão fechado até então. E agora, com a entrada das lésbicas e a entrada das negras, mudou completamente. Então, é um movimento que acolhe a população muito melhor, está muito mais forte, enraizado. Também acredito que as atrizes negras tenham ajudado também muito, elas têm se posicionado, elas têm tido coragem, e elas têm tido oportunidade também de aparecer – por exemplo, as jornalistas, como a própria Maju, que sofreu violência. E foi apoiado até pela própria emissora em que trabalha o combate à violência que ela sofreu.

Então, é algo em que estamos longe de ter, no Brasil, como um capítulo encerrado. Isso foi muito bem colocado.

E a outra questão, que é a promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, é um outro problema que temos. Isso vai desde as Prefeituras, que pouco investem em calçadas adequadas ou exigências em ônibus para que os cadeirantes possam ter acesso a um transporte público melhor.

Então, parabenizo V. Exª pelas escolhas da nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta.

Realmente acho que a gente avançou bastante na questão da nossa unidade de mulheres de todas as cores e de todos os matizes.

Estamos precisando avançar ainda um pouco na questão de outros problemas, principalmente no que você falou agora, na questão da pessoa com deficiência, porque as cidades não são pensadas para as pessoas. Geralmente as ruas são pensadas para os veículos, e se esquecem das pessoas que usam cadeiras de rodas, que usam muletas e que têm mais dificuldades. Então, acho que precisamos nos voltar um pouco para isso também.

O Senador Romário – acho que é dele essa emenda, mas ele não está aqui agora – faz essa defesa sempre aqui na Comissão.

Obrigada, Senadora Marta.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata...

Quer falar, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Só rapidamente...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimentar a senhora pelo brilhante relatório. Senti-me contemplado nos quatro itens. Foram quatro emendas que V. Exª acatou. Acatou inúmeras emendas e conseguiu unificar toda a Comissão, mas eu me senti contemplado na 8, na 12, na 13 e na 14, que pegam exatamente o combate à violência contra as mulheres, defesa dos direitos humanos e as ações afirmativas contra todo tipo de preconceito. E a última, a promoção também dos direitos da pessoa com deficiência. V. Exª conseguiu de forma sucinta fazer um relatório que só merece elogio de toda a Comissão. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Muito obrigada, Senador Paim.

Eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 79ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, João Capiberibe, Romário, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, José Medeiros, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Senhora Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da septuagésima quarta a septuagésima oitava Reuniões da CDH e, também, a ata da sétima reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2017 - Não Terminativo - que: "Cria o Prêmio Cidade Acessível, destinado aos municípios mais bem colocados na classificação de avaliação do cumprimento das disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 5-CDH. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, de 2017 - Não Terminativo - que: "Modifica o instituto da adoção, por intermédio de alterações nas Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 e 10.406, de 10 de janeiro de 2002." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para atribuir maior proteção às pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência submetidas à curatela." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115 de 2017 que: "Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a respeito dos convênios entre a União e as chamadas comunidades terapêuticas." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 138 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) destinada a tratar da manutenção de todos os ocupantes da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Riacho Fundo, em vista da decisão judicial que os obriga a desocupá-la no prazo de 30 dias." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Adiado. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 142 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, na forma de audiência pública, a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, para debater o tema da redução da maioridade penal." Autoria: Senador Lindbergh Farias e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 143 de 2017 que: "Requer, nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para prestar esclarecimento, nesta Comissão, sobre a Portaria do Ministério do Trabalho Nº 1129, de 13/10/2017, que “Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016." Autoria: Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/18

A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 79ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 74ª a 78ª Reunião da CDH e também a ata da 7ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu quero, antes de qualquer outro tema, comunicar que, como Presidente da Comissão, estou enviando uma carta para as Embaixadas dos Estados Unidos e de Israel, dirigida aos Presidentes, sobre a questão da retirada...

sobre a questão da retirada dos dois países da Unesco. Então, eu vou fazer uma leitura rápida da carta, para que ela seja dada como lida, porque ela é muito extensa. Eu vou ler o conteúdo principal, porque houve muitas manifestações reprovando a atitude dos dois países. Não é a primeira vez, mas acho, no momento que estamos vivendo, que tem que fortalecer os organismos. Então, como Presidente, estou enviando a carta:

> Exmo Sr. Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos da América, Exmo Sr. Benjamin Netanyahu, Primeiro Ministro de Israel
> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) conta hoje com 195 Estados membros e 10 Estados associados, reunindo, dessa forma, praticamente a totalidade dos países do mundo. Trata-se, a nosso ver, da organização mais importante e inclusiva do sistema das Nações Unidas.
> Com efeito, a missão essencial da Unesco consiste em contribuir para a construção de uma cultura de paz, para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o importantíssimo diálogo intercultural, base de aproximação dos povos de todo o mundo.
> Para tanto, a Unesco atua com grande competência em diversas grandes áreas temáticas de peso, como educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, comunicação, informação e cultura. Com o intuito de bem cumprir com sua relevante e complexa missão, a Unesco ajuda decididamente os Estados membros, especialmente os mais necessitados, com a geração de projetos, oferta de mecanismos de treinamento e desenvolvimento de capacitação institucional, acompanhamento de políticas públicas e a plataforma de promoção e cooperação internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres, a Unesco possibilita grandes avanços nas áreas de educação, da cultura, contribuindo dessa maneira para a construção de um mundo mais justo, igualitário e inclusivo.
Salientamos que, mediante a Declaração de Incheon, de 2015, a Unesco consolidou seu compromisso inarredável com o cumprimento da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 da ONU, reconhecendo assim o importante papel da educação como o principal motor do desenvolvimento. Tal compromisso visa a implantação de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, a promoção de oportunidades educacionais ao longo da vida para todos e o aprendizado transformador e universal, inspirado por uma visão humanista de educação e do desenvolvimento, com base nos direitos humanos. Ademais, nessa declaração, a Unesco reafirma que a educação é um bem público, um direito humano fundamental, uma base para garantir a realização dos outros direitos, essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável. Também reconhece a educação como chave para atingir o pleno emprego e a erradicação da pobreza.
Uma grande prioridade da Unesco é a promoção do diálogo intercultural e da promoção da paz. Com tal intuito, a Unesco apoia iniciativas de extremo relevo para a aproximação dos povos, como a Década Internacional para Aproximação das Culturas 2013-2022; o Prêmio Unesco-Sharjah para a Cultura Árabe, dedicado ao fomento do diálogo intercultural; além das edições do Fórum Mundial sobre o Diálogo Intercultural.
Por tudo isso, julgamos que a Unesco desempenha papel de enorme importância no desenvolvimento sustentável, na realização das potencialidades dos indivíduos e das nações e na imprescindível busca da paz mundial.
Assim sendo, discordamos respeitosamente da decisão que V. Exªs tomaram de retirar vossos países da Unesco. Em nosso modesto entendimento, as razões alegadas para assim proceder não têm sustentação empírica nem lógica. A principal delas, qual seja, de que a Unesco tem participação anti-Israel, não nos parece sólida e adequada. De fato, a posição da Unesco no conflito israelo-palestino segue estritamente a posição... No conflito israelo-palestino segue estritamente a posição oficial da ONU sobre o tema, a qual está expressa em vários instrumentos das Nações Unidas, com destaque para a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº 181, de 1947. Essa resolução, que criou o Estado de Israel, assegurou ao mesmo tempo ao povo palestino a criação de um Estado que conviveria pacificamente com Israel, configurando o que se chama de solução de dois Estados para aquele conflito do Oriente Médio.
Destacamos que o nosso País, o Brasil, é um histórico defensor da criação de um Estado Palestino soberano, geograficamente coeso e economicamente viável, situado nos territórios ocupados por Israel desde 1967, a saber: Cisjordânia, Faixa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gaza e Jerusalém Oriental. Enfatizamos, além disso, que tal defesa é compartilhada por quase toda a comunidade internacional.

Ainda segundo nosso modesto entendimento, os Estados-membros da ONU e das suas agências especializadas, notadamente aqueles que têm democracias consolidadas, como Estados Unidos e Israel, têm de projetar seus valores democráticos em sua atuação internacional. Isso significa essencialmente conformar-se ao multilateralismo que respeita as diferenças culturais e políticas internacionais e coloca em posição de igualdade países grandes e pequenos, ricos e pobres. Nenhum país, por mais poderoso que seja, pode ter uma visão meramente instrumental e pequena dos organismos internacionais. Nenhum país pode fazer desses organismos apenas trampolim para projeção dos seus interesses específicos. Ao contrário, a participação nesses organismos impõe tolerância, respeito às diferenças, diálogo e solidariedade. Eventualmente, impõe também acatamento de posições majoritárias.

O multilateralismo é a democracia em plano mundial. A construção de um mundo sustentável, pacífico, igualitário e solidário, certamente do interesse dos povos dos Estados Unidos e de Israel, impõe essa conformação ao multilateralismo e aposta na cooperação pacífica de todos os países. Não pode prescindir também da visão de longo prazo, em especial quando se trata de assuntos complexos, como o ambiental e o relativo ao combate ao efeito estufa.

Acreditamos, portanto, que a decisão de retirar Estados Unidos e Israel da Unesco prejudicará não apenas a Unesco, mas sobretudo a população de todos os países do mundo, inclusive Estados Unidos e Israel, assim como erodirá o objetivo comum de promover a paz internacional.

Recordamos que não é a primeira vez que os Estados Unidos se retiram na Unesco. Permaneceram fora dessa organização de 1985 a 2003. Entretanto, os Estados Unidos souberam rever tal decisão malograda e reingressaram na Unesco com grande benefício para todos os Estados-membros e para os próprios interesses norte-americanos. Por conseguinte, esperamos que, mais uma vez, Estados Unidos e também Israel possam rever essa decisão lamentável.

Ante o exposto, respeitosamente solicitamos a V. Exªs que revejam essa triste decisão e voltem a participar em plenitude da comunidade internacional, que busca, pelo diálogo e pelo respeito às diferenças, a geração de uma ordem internacional mais inclusiva, pacífica e solidária. Temos certeza de que nosso desejo de um mundo melhor é compartilhado com igual fervor por norte-americanos e israelenses. Vamos construí-lo juntos.

É a carta que será enviada.

Temos aqui a presença do Deputado Chico Vigilante. Bem-vindo!

Vamos à pauta dos projetos de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 11 da pauta. Os outros são terminativos, e não temos quórum para projetos terminativos.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2017

- Não terminativo -

Cria o Prêmio Cidade Acessível, destinado aos municípios mais bem colocados na classificação de avaliação do cumprimento das disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, Senadora Regina Sousa, primeiro quero dizer da satisfação de receber aqui

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, Senadora Regina Sousa, primeiro dizer da satisfação de receber aqui o Deputado Chico Vigilante, que tem um belíssimo trabalho. Nas pesquisas aqui em Brasília, está em primeiro lugar. Eu devo dizer para ele: por que não é candidato ao Senado também? São duas vagas. Nada contra quem já é pré-candidato, mas ele disse que vai fazer uma pesquisa. Ou eu o provoquei para fazer uma pesquisa.

Mas, Presidenta, o projeto em tela é do Senador Ciro Nogueira. A minha assessoria conversou bastante com a assessoria dele, e eu conversei com ele. Nós achamos que o projeto é louvável, é um belo projeto. E fizemos apenas as emendas de redação e alguns ajustes. Em resumo, o Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2017, ficaria com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 1º É instituído o Diploma Cidade Acessível, destinado a agraciar anualmente Municípios com população superior a vinte mil habitantes, de acordo com a apuração da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais bem colocados em classificação de avaliação do cumprimento das disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
> §1º A diplomação de que trata o *caput* será concedida aos dez Municípios mais bem classificados individualmente nas seguintes categorias [que aqui estão listadas].

Por isso, Srª Presidenta, eu sou totalmente favorável. É um incentivo para que as cidades se preocupem com a acessibilidade, tenham política de combate a todo tipo de preconceito, espelhadas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi de nossa autoria e que teve relatoria de Mara Gabrilli, nosso querido Romário, Celso Russomanno e Flávio Arns. Foi aprovado por unanimidade. E essa proposta irá se somar ao Estatuto no campo da acessibilidade. Por isso, eu peço a aprovação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu quero só cumprimentar. Eu acho que tudo o que vier para a proteção e a acessibilidade das pessoas com deficiência é bem-vindo, principalmente no momento em que as cidades, cada vez mais, são pensadas para os veículos.Os prefeitos pensam as cidades para carros e motos e esquecem as pessoas, principalmente as pessoas com deficiência. Então, parabenizar pelo projeto.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o projeto.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas de nº 1 a 5, da CDH.

Consulto os Senadores se concordam com a inclusão extrapauta de um requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta do Requerimento nº 143, de 2017.

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 143, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos artigos 50 e 58, §2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo Sr. Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para prestar esclarecimento, nesta Comissão, sobre a Portaria do Ministério do Trabalho nº 1.129, de 13/10/2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 2-C da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016."

Autoria: Senador Paulo Paim

7.998, de 11 de janeiro de 1990, bem como altera dispositivo da Portaria Interministerial do Ministério do Trabalho e do Ministério dos Direitos Humanos nº 4, de 11 de maio de 2016.

Autoria do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, V. Exª, na leitura do requerimento, foi muito feliz.

A Portaria do Ministério do Trabalho nº 1.129, agora de 13/10/2017, na verdade, desfigura todo o conceito de trabalho escravo que o Brasil já aprovou há muito tempo e que é, inclusive, recomendado em outros países. Vou mais além. Nós aprovamos aqui, de autoria do Senador Paulo Rocha, a PEC de Combate ao Trabalho Escravo. É lei já, é lei. Mas insistem que tem de haver uma regulamentação.

Fiquei como Relator desse projeto que está pronto para ser votado. Então, não cabe essa portaria, já que o Legislativo está muito mais na frente em matéria de legislação. Claro que o meu relatório vai ser seguindo o que está na PEC de Combate ao Trabalho Escravo, na linha de proibir o trabalho escravo. O trabalho escravo nós já temos, inclusive, no Código Penal, em legislação avançada. O que nós temos de assegurar é que o trabalho escravo tem de ser proibido, no Brasil, de uma vez por todas.

Se alguém viajasse no tempo, acharia que estávamos discutindo aqui a Lei Áurea, mas a Lei Áurea já foi aprovada há séculos. Nós estamos aqui discutindo uma portaria que, segundo os entendidos, praticamente revoga a própria Lei Áurea de forma indireta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho o maior respeito pelo Ministro do Trabalho, o Nogueira, que é gaúcho. O nosso objetivo é termos o Ministro aqui, o Ronaldo Nogueira. A Comissão de Assuntos Sociais vai na mesma linha. A Comissão de Justiça também, para que a gente possa aprofundar o debate. Ao mesmo tempo, já informo a todos que um projeto de decreto legislativo assinado por V. Exª, por mim, pelo Senador Lindbergh e por Paulo Rocha deverá também ser aprovado no plenário, calculo eu que ainda este mês. Por isso a importância da presença do Ministro aqui para dialogar conosco. Quem sabe até ele retire essa portaria, como já fez em um outro momento, de grandeza para mim, quando havia criado uma comissão semelhante àquela em que V. Exª nos auxiliou muito e que está aqui nesta Comissão, que é para discutir o mundo do trabalho, o Estatuto do Trabalho, já que esse que está aí, nós sabemos, é um estatuto do empregador. Esse é o objetivo, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Coloco em discussão. Quero comentar também.

Acho que esse decreto, na verdade, é uma agressão, é uma afronta. Acho uma provocação, inclusive, do Governo para os trabalhadores, para todos nós, porque é liberar o trabalho escravo, quer dizer, o trabalho escravo que já existe no Brasil, mesmo proibido. De vez em quando se encontram trabalhadores em situação de escravidão e é o próprio Ministério do Trabalho que fiscaliza. Agora, a fiscalização só vai valer se tiver um policial. Quer dizer, é a autoridade policial que vai lá fiscalizar? As polícias não estão dando conta nem das outras questões nos seus Estados, em seus Municípios. Imaginem ainda terem a responsabilidade de, toda vez que tiver uma fiscalização, levarem um policial. Tem de ter um boletim. É um absurdo isso. Acho uma agressão aos trabalhadores brasileiros, um retrocesso

É um absurdo isso. Acho uma agressão aos trabalhadores brasileiros, um retrocesso realmente, é a revogação da Lei Áurea. O senhor falou bem. Acho que a gente tem que reagir enquanto é tempo, porque se a gente não reage, se essa portaria não é revogada, vem mais coisa grave por aí. A gente já está aí com demissão de servidores, então, tem uma pauta sendo gestada para vir, cada vez mais, contra os interesses dos mais pobres.

Então, parabéns pelo requerimento e espero que o Ministro do Trabalho... Nós não estamos convocando, estamos convidando, porque é exatamente para facilitar a discussão de ele vir como convidado, mas esclarecer, porque fez isso. Diz que só vai valer também, só vai considerar trabalho escravo, se tiver uma pessoa armada, uma segurança armada. Quer dizer que o chicote vale. Se estiver com o chicote na mão vale. Só não vale se estiver armado. Se tiver uma segurança armada, aí é que considera escravidão. Isso é um absurdo muito grande, porque a gente sabe como é que eram os feitores, os capatazes, os jagunços que tem por aí para controlar a ação dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns pelo requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, na mesma linha ainda, é que a assessoria do Ministro apresente... Ele se propôs naquela semana, entre 8, 9, 7, 6 e 5, se V. Exª concordasse, nós podíamos já indicar o dia 8, antes de iniciarmos aqui a nossa sessão deliberativa. É uma quarta-feira, podíamos fazer das 10 ao meio dia e depois de meio dia, nós iniciaríamos a sessão deliberativa, se a senhora concordar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Claro. Só um convidado, duas horas dá muito tempo, se não há nada marcado, acho que não tem na comissão outra audiência nesse dia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, na quarta, não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aí a secretaria vê, mas, por mim, concordo plenamente, que a gente tem que fazer para não demorar muito, porque é um tema que a gente vai ter que se debruçar sobre ele, inclusive, vendo como é que fica o andamento da lei que V. Exª relatou.

Não havendo mais quem queira discutir.

Em votação o requerimento, As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 143.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, tem o requerimento do Senador Lindbergh, não se encontra aqui, eu posso subscrever.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Requerimento nº 142, de 2017, o item 17. Já estou com ele aqui.

Vou fazer a leitura do requerimento. Ele estava na pauta. O senhor está só subscrevendo, porque o Senador Lindbergh não está aqui.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 142, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, na forma de audiência pública, a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, para debater o tema da redução da maioridade penal.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Desta forma, requeiro o convite para participação dos nomes a seguir: Dom Leonardo Steiner, Secretário-Geral da CNBB; Srª Ravena do Carmo, egressa do sistema socioeducativo e primeira colocada em vestibular do curso de Ciências Naturais da UNB; MC Soffia, estudante secundarista e *rapper*; Sr. Lázaro Ramos, ator, apresentador, cineasta e escritor; Srª Mônica Cunha, fundadora do Movimento Moleque, entidade integrante da "Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência" no Rio de Janeiro; Dr. Drauzio Varella, médico e escritor; Srª Zama Neff, Diretora-Executiva da Divisão de Direitos das Crianças e Adolescentes do Human Rights Watch*;* Drª Eufrásia Maria, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro Drª Erica Fortuna, advogada e jornalista – membro da Comissão de Infância e Juventude do IBCCRIM; Promotora de Justiça no Estado do Rio de Janeiro; Juiz da Vara Regional da Infância e da Juventude do Estado do Rio de Janeiro; Deputado Marcelo Freixo, Deputado Estadual do Rio de Janeiro e representante da Anistia Internacional.

Requerimento do Senador Lindbergh Farias

e representante da Anistia Internacional. Requerimento do Senador Lindbergh, subscrito pelo Senador Paim, a quem passo a palavra para comentar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O objetivo é muito claro: a discussão do tema da maioridade penal. E os convidados são esses. Como esse tema está na CCJ e está aqui – tem que estar na Comissão de Direitos Humanos – , é mais que justo que façamos, além das audiências públicas, diligências nos Estados, principalmente onde sabemos que a violência é muito forte, embora eu diria que a hoje violência esteja em todo o País.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da CDH.

(*Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 80ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e do Senador não membro José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 113/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Agricultura Familiar, a Reforma Agrária, o Corte Orçamentário e o desmonte do INCRA". Participantes: Reginaldo Marcos Félix de Aguiar, Diretor de Administração e Finanças da Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários – CNASI-AN; Gustavo Souto Noronha, Economista do INCRA - Superintendência Regional do Rio de Janeiro; Márcio Rodrigo Alécio, Perito Federal Agrário - Representante do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários - SindPFA; Jorge Tadeu Jatobá Correia, Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Vanderlúcia de Oliveira Simplício, Representante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST; Elias Dangelo Borges, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG; José Parente, Representante da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA; Hur Ben Correa da Silva, Coordenador Geral de Assuntos da Agricultura Familiar e Cooperação Internacional da Secretaria Especial de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SEAD/MDA; José Fritsch, Ex-Deputado Federal e co-fundador do MST; e Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, que lança o livro: "Análise da Seguridade Social 2016". A Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Deputado Federal Bohn Gass; Gilmar dos Santos Rodrigues - Presidente da Assincra/Acre; e Rosane Rodrigues da Silva – Secretária-Geral da Assincra/RJ. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e os Senadores Paulo Paim e Paulo Rocha. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas do dia dois de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário sete, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Paulo Paim e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RRE 1/2017, de autoria do Senador Fernando Collor. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 13° Painel - Lugar do Brasil em um mundo de transformações. Discutindo sobre: Como deve ser a atuação do Brasil em termos de construção de parcerias no complexo cenário internacional? Que conduta deve ter o Brasil para promover o desenvolvimento tecnológico, particularmente nos setores nuclear, estratégico e espacial? Soberania nacional e parcerias estratégicas: o Brasil e as novas configurações de poder na Ordem Internacional. **Participantes:** Embaixador Rubens Barbosa, Diretor Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior - IRICE. Ministro Benoni Belli, Secretário de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores - MRE. Usa da palavra o Senhor Senador Wellington Fagundes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/02

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 39º Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Hoje cumpriremos mais uma etapa do nosso ciclo de painéis intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", saudando aqui a Srª Embaixadora, os Srs. Embaixadores, os representantes diplomáticos. E o tema de hoje, do 13º Painel, é: "O Lugar do Brasil em um Mundo de Transformações".

Antes disso, faço a leitura do comunicado que trata do relato do 12º Painel, realizado há 15 dias, intitulado: "Os BRICS e a Ordem Internacional Contemporânea: para onde vão os gigantes emergentes?". Participaram como palestrantes o Prof. Dr. Renato Baumann, o Prof. Dr. Angelo Segrillo e o Prof. Dr. Marcos Degaut.

Segundo o Prof. Angelo Segrillo, a questão fundamental dos BRICS é a questão identitária. O que são os BRICS? "Não se trata de um bloco ou entidade jurídica formalizada. [...] ele se parece mais com [...] [um] clube de cavalheiros, onde representantes dos diversos países se encontram periodicamente e fazem acordos voluntários e consensuais" – afirmou ele.

Aceitando que continuarão com essa estrutura flexível, a questão fundamental é a de não se converter em um *talking shop*, um parlatório sem consequências ou aprofundamentos, asseverou ele.

E continuou: "Pela dimensão econômica, faz sentido haver uma aproximação entre esses países [...] grandes e hegemônicos em suas áreas geográficas, que, por isso, tendem a dominar as economias de suas regiões?" – é uma indagação. "Formar o BRICS como um verdadeiro bloco econômico integrado envolveria diminuir ou dissolver as tarifas aduaneiras [...] entre seus membros", a exemplo da União Europeia, o que, pelas grandes diferenças, inclusive divisões geopolíticas existentes, é difícil acontecer.

Estudos econométricos para tal cenário "apontam que uma redução ou eliminação tarifária [...] elevariam muito o nível de comércio entre os países", inclusive, com vantagens no custo de oportunidade em relação a outros países, mas haveria embutido um problema econômico – alertou o Prof. Segrillo –, que seria "a chamada reprimarização da pauta exportadora" nacional.

"Esse é um fenômeno que fica claro no comércio com a China", afirmou ele, em que as exportações brasileiras contêm 83% de produtos primários e apenas 2,5% de produtos considerados de alto grau tecnológico. Já 17% do que importamos da China são produtos primários, e 82% são produtos de média e alta tecnologia. Para a Rússia exportamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

principalmente produtos primários, com destaque para carnes e açúcar, e recebemos produtos de intensidade tecnológica média, como adubos e fertilizantes. No comércio com Índia e África do Sul o Brasil se recupera um pouco. Com a Índia, tanto exportação como importação se baseiam em produtos de média tecnologia e somente para a África do Sul o Brasil consegue exportar 74% de produtos de média e alta intensidade tecnológica, elencou o palestrante.

Devido ao imenso peso da China, no total, o Brasil exporta para o bloco principalmente produtos primários. Assim, em função de nossa pauta exportadora, tornando os BRICS um bloco econômico, com diluição de barreiras alfandegárias, a questão da reprimarização pode ser aprofundada, e precisa ser considerada com cuidado, asseverou ele.

A aliança brasileira com potências maiores, como China e Rússia, pode realçar seu *status* no cenário mundial. Os BRICS, inclusive, lembrou o professor, eram vistos como um potencializador de outras aspirações do Brasil de projeção de poder, a exemplo do pleito de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Precisamos ver se realmente nos interessa ter essa projeção de poder realçada, disse ele, pois há custos relacionados a isso. Maior projeção de poder implica custos, inclusive econômicos e políticos, exigindo sua avaliação em confronto com nossas prioridades.

Nos últimos anos se criou forte clima de confrontação EUA x Rússia, até chamado por alguns observadores de “nova guerra fria”. "Aliando-se com a Rússia via BRICS, não estaria o Brasil indiretamente comprando briga alheia com a superpotência?" – indaga o palestrante. "Estará a Rússia fadada a estar geopoliticamente sempre em confronto com os EUA, tornando os BRICS uma armadilha potencial para países como o nosso?" – é outra indagação que faz o Prof. Segrillo.

"Entre os próprios russos", afirmou ele, "não há consenso sobre a questão identitária de seu país".

Devido a seus embates com o ocidente, especialmente com os EUA, Putin é classificado pela maioria dos observadores ou como eslavófilo, ou como eurasianista. "Pessoalmente", afirmou o professor, "considero Putin ocidentalista moderado".

"Putin", afirmou o palestrante, "além de ocidentalista é defensor de um Estado forte, e tem como fundamental a defesa do Estado russo. Seus embates, principalmente com os EUA, são muito mais uma decorrência dessa defesa do Estado forte do que antiocidentalismo. As vezes em que se bateu com o ocidente ou com os EUA, foi quando sentiu que queriam interferir com o Estado russo, a exemplo do caso da expansão da OTAN sobre o leste europeu".

Uma aproximação com a Rússia de Putin, considerou o Prof. Segrillo, não quer dizer necessariamente que estaremos nos aliando a um país antiocidentalista e, com isso, arriscando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a cair em um campo definitivamente antiocidental. As precauções citadas não visam desencorajar a participação nos BRICS, ressaltou ele, mas alertar que precisamos saber exatamente o que desejamos com essa aproximação. Assim como tem feito a pragmática China, que utiliza os BRICS para os fins que lhe interessam, disse o Prof. Angelo Segrillo, nós também poderíamos ir na mesma trilha.

O segundo palestrante, Prof. Renato Baumann, explicou que a primeira dimensão importante a ter presente é que a percepção da importância desse grupo de países, em função da percepção da importância dessas economias para o dinamismo global do planeta, começa em 2006, antes da própria criação, em 2009, dos BRICS.

Para influenciar na governança global é preciso encontrar elementos comuns, identidades que possam levar a uma soma de esforços e viabilizar essa influência no cenário internacional. Isso levou a que as declarações que se seguiram às diversas cúpulas do bloco fossem crescentemente maiores em termos de artigos, de anexos, ficando menos óbvio o objetivo exato do grupo. Não fica claro, nas declarações, onde o grupo quer chegar, afirmou o Prof. Baumann.

O grupo não pode ser desconsiderado, afirmou ele, pois engloba 42% da população mundial, 23% do PIB mundial e 53% das reservas de divisas mundiais, embora ¾ dessas reservas sejam chinesas. O problema é que o peso da China no grupo é aplastante, o que traz um risco estrutural em sua construção, qual seja o de ser a China + 4.

Esse risco é agravado quando um dos integrantes do grupo, no caso a Rússia, tem desconfortos com o mundo ocidental e é objeto de boicote em várias dimensões. A China é, também, o principal parceiro comercial dos outros 4 integrantes e o Brasil é o único que tem superávit comercial, pelo simples fato de que é grande exportador de *commodities*, observou o professor.

O grande feito do grupo, segundo ele, é a criação do Banco de Desenvolvimento, a primeira instituição multilateral não regional desde Bretton Woods. Mas há algumas dúvidas com relação a ele.

Por ser o processo de manufatura chinesa organizado em termos de cadeias regionais de valor, as preferências que a China dá e recebe de seus vizinhos, claramente tiveram reflexos negativos sobre as exportações de manufaturados brasileiros para a região. O Banco vai financiar projetos que consolidem essa produção em cadeias de valor? – questionou ele. Seu estatuto prevê a atração de capitais externos, mas há enorme dificuldade para ampliar o capital, pois a Rússia não aceita incluir entre os potenciais contribuintes países que boicotem interesses russos, o que exclui possíveis grandes investidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grande desafio dos BRICS hoje, afirmou o Prof. Baumann, é a iniciativa “One Belt One Road” da China. É uma das coisas mais importantes acontecendo no planeta, algo que supera 12 vezes o volume de recursos do Plano Marshall. É uma iniciativa geograficamente localizada no norte da África, Europa Central e Ásia, que visa reduzir custos de transporte e aumentar a competitividade e a produtividade do setor industrial e de infraestrutura. Se for bem-sucedida, os países envolvidos ganharão competitividade, entre eles, 3 dos 5 BRICS, excluindo Brasil e África do Sul, o que trará dificuldades para nós, concluiu ele.

Em 2009, lembrou o palestrante, essas economias cresciam a taxas notáveis, mas nos últimos dois anos pelo menos 3 delas (Brasil, Rússia e África do Sul) cresceram a taxas medíocres. Se no início já havia grande ceticismo, em razão das disparidades econômicas e culturais, o baixo desempenho econômico aumentou esse ceticismo, criando dúvidas com relação ao potencial do bloco.

A multiplicidade de acordos regionais é um problema, asseverou o professor, e as iniciativas propostas se restringem a medidas de facilitação, que pouco influem.

Questões muito importantes permanecem em aberto, afirmou o palestrante: a primeira é que se pode afirmar que os BRICS têm um consenso mais negativo que positivo, porque há clara inconformidade com a arquitetura financeira internacional; com a distribuição de cotas no FMI e Banco Mundial; com o nível de liquidez internacional; com a composição do Conselho de Segurança da ONU; e assim por diante. É uma agenda negativa e não há agenda positiva e proativa, disse ele.

Se o bloco quer atuar como grupo homogêneo, então deve ter homogeneidade na maior parte dos casos. Alguns membros têm, ou tiveram em passado recente, conflitos armados, questões sobre as quais, na Assembleia da ONU, os demais membros até agora se abstiveram, mas que em algum momento terão que se manifestar, o que torna o tema muito sensível. "Será que o Brasil sabe o que quer dos BRICS?" – finalizou o Prof. Baumann.

"O que queremos dos BRICS? Para que servem? Quais os resultados alcançados com os BRICS?" – questionou o professor Marcos Degaut. E diz ele que BRICS não é um processo de integração profunda; não é um bloco comercial; não é uma aliança. "BRICS", disse ele, "é uma plataforma, ou um mecanismo de cooperação, que, por sua natureza, não pode entregar mais do que tem a oferecer".

A nona cúpula do BRICS, na China, evidenciou grandes problemas estruturais da associação. Historicamente, os países que compõem o BRICS se pautaram por estratégias de desenvolvimento totalmente distintas; possuem prioridades de política externa absolutamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

divergentes; possuem culturas estratégicas distintas; possuem estilos de negociação, tradições, sistemas políticos, práticas políticas e sistemas sociais diversos.

Em função disso, as ações conjuntas, até hoje, raramente vão além da emissão de declaração de intenções, de encontros coreografados, de iniciativas de espectro reduzido e alcance também reduzido.

Ao contrário do que tradicionalmente se apregoa, asseverou o palestrante, não existe hoje indicador concreto para os próximos anos que sustente a tese de que esse grupo de países tende a liderar o crescimento econômico global.

Se de fato esse grupo vai liderar o crescimento global, e superar eventualmente o G-7, isso se deve quase que exclusivamente ao tamanho da economia chinesa. Nossa pauta de exportações para a China é hoje muito menos diversificada que há 10 anos e excessivamente concentrada em *commodities*, sendo 45% soja, ressaltou ele. Hoje, tanto pelo volume de nossas exportações como das importações, o Brasil é dependente da China, que é responsável por 25% de nosso superávit comercial.

Não se pode negar, considerou o palestrante, que essas exportações alimentaram o superciclo de *commodities* que contribuiu para o crescimento da renda no interior do Brasil, mas é importante mencionar que em vista dessa dependência o país perdeu espaço em outras áreas muito importantes, notadamente no mercado norte-americano. Em grande medida, asseverou ele, por nossa falta de capacidade de negociar acordos capazes de atender nossos interesses e necessidades.

Nossas vendas para os demais integrantes dos BRICS nunca foram significativas, lembrou o professor, mas nos últimos anos entraram em queda livre. No campo dos investimentos externos diretos, de um estoque de US$631 bilhões, os países dos BRICS respondem por 2,82%, sendo 2,29% da China, 0,28% da Índia, 0,2% da África do Sul e 0,05% da Rússia. Tais dados, afirmou ele, do ponto de vista comercial e financeiro, não justificam, por ora, a formação de uma aliança preferencial dessa natureza.

A China, continua ele, parece que já está se aproveitando desse aparente recuo norte-americano para cimentar os primeiros tijolos daquilo que pode ser o início de uma nova era de globalização, com novo *hegemon*. A iniciativa “One Belt One Road”, com inversões da ordem de U$1 trilhão, promovendo investimentos maciços em infraestrutura, tem o objetivo de aumentar o peso econômico, geopolítico e comercial da China e estimular o crescimento econômico dos países ao longo da rota da seda, que eventualmente pode alcançar até a América do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paralelamente, a Rússia busca aumentar sua esfera de influência no espaço euroasiático, no Oriente Médio e aqui na América Latina. Basta ver, lembrou o Prof. Degaut, quem é hoje o principal sustentador do regime venezuelano. As capacidades econômicas, políticas e militares dos EUA não declinaram praticamente nada em termos quantitativos ou qualitativos, mas houve diminuição de seu poder relativo e de sua primazia na política global, afirmou ele

Em relação aos BRICS, no que diz respeito a visões, meios, fins e resultados, me parece que o Brasil está ainda sem norte, afirmou o palestrante. O que queremos dos BRICS? Para que queremos os BRICS? Como devemos nos inserir? Qual é o padrão de associação? Quais são as fontes do poder nacional? Quais são nossas virtudes? Quais são nossas fraquezas e limitações? Quais são os interesses nacionais e como nos dispomos a alcançar esses interesses? Sem sermos capazes de responder a esses elementos, não vamos ser capazes de traçar uma estratégia que habilite o Brasil a perseguir os seus objetivos exteriores de uma forma clara, de uma forma que aumente e fortaleça as suas capacidades e que nos habilite a ser um país que tem mais condições de causar transformações no cenário internacional do que sofrer os impactos dessas transformações, concluiu o Prof. Marcos Degaut.

Em resposta a questionamento sobre o problema da Coreia do Norte, o Prof. Degaut considerou que: 1) embargos e sanções não trarão resultados; 2) se trata de um regime que vem já há bastante tempo utilizando essa forma de chantagem para conseguir se perpetuar no poder; 3) os BRICS são um grupo de países que se mostrou historicamente incapaz de formular consensos sobre questões prementes; 4) os Estados Unidos não reconhecem os BRICS como um interlocutor válido, mesmo porque é muito mais fácil para eles negociar essa questão com Rússia ou China, ou com os dois, que têm condições concretas de intervir de alguma forma.

Na opinião do Prof. Segrillo, o líder norte-coreano não é louco; ao contrário, é extremamente racional. Seu grande interesse é a sobrevivência do seu regime e, dentro do esquema dos últimos acontecimentos no mundo, a maneira que ele tem para garantir isso é com as armas nucleares.

Segundo o Prof. Renato Baumann, Rússia e, sobretudo a China, é que têm o poder de interferir e evitar uma situação limite, pois tem interesses evidentes em preservar a existência da Coreia do Norte como aliada, porque não lhe interessa que potências ocidentais cheguem à sua fronteira.

Já o banco de desenvolvimento dos BRICS, considerou o palestrante, foi criado com uma perspectiva de países emergentes com uma lógica de procedimento mais ágil, mais transparente e um pouco diferenciada em relação às agências financeiras multilaterais existentes. É importante, explicou o professor, porque existe um déficit da ordem de US$3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trilhões entre os projetos mapeados de infraestrutura e a disponibilidade de recursos nas diversas linhas dos diversos bancos de desenvolvimento, aos quais ele vem se somar. É uma grande oportunidade que o Brasil deveria saber explorar bem mais do que tem feito até o presente momento, porque há poucos projetos no País. Nós precisamos fazer nosso dever de casa, finalizou o Prof. Baumann.

Aqui eu encerro a leitura deste comunicado e solicito à Secretaria da Comissão que o dê como lido na sua íntegra.

Iniciando a nossa pauta da noite de hoje, agradeço mais uma vez a S. Exªs aqui presentes...

Estou aguardando a relação dos Srs. Embaixadores e Srs. Secretários aqui presentes para nominá-los.

Conforme já divulgado, hoje vamos iniciar o nosso 13º Painel, intitulado "O Lugar do Brasil em um Mundo de Transformações", do qual vão participar como palestrantes o Embaixador Rubens Barbosa, Diretor-Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e o Sr. Ministro Benoni Belli, Secretário de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, os quais gostaria de cumprimentar e convidar para fazerem parte da Mesa. Agradeço antecipadamente a presença de S. Exªs.

Gostaria de anunciar também a presença da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan, que, como sempre, acompanha esses nossos painéis, nos prestigiando e nos honrando com sua presença.

É uma alegria muito grande receber novamente aqui o Embaixador Rubens Barbosa, que tanto tem contribuído com o debate político da atualidade sobre os diversos problemas que o nosso País atravessa e, particularmente, tem privilegiado a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com os seus pensamentos, com as suas concepções e com a sua visão de futuro.

Quero agradecer também a presença do Ministro Benoni Belli, e cumprimentar o Embaixador Rubens Barbosa pela bela entrevista que ele ontem concedeu. Eu não sei se os senhores assistiram à entrevista, no Canal Livre, ocasião em que fez uma exposição extremamente interessante, percuciente, como sempre brilhante. Foi uma alegria, numa noite de domingo, nós assistirmos a algo inteligente na televisão brasileira, como ocorreu na noite de ontem.

Parabéns, Embaixador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começando efetivamente a nossa audiência pública, quero agradecer aos nossos internautas, pedir a participação deles, pois a participação de todos é sempre muito bem-vinda e tem colaborado bastante com os nossos debates. Os endereços, todos já têm.

O tema de hoje é "O Lugar do Brasil em um Mundo em Transformações".

Passo a palavra ao Ministro Benoni Belli, Secretário de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, para a sua explanação.

O SR. BENONI BELLI – Muito obrigado.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Presidente Fernando Collor o convite para estar aqui com vocês esta noite. Quero agradecer também a presença da Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, e a presença do Embaixador Rubens Barbosa, que muito nos honra.

Nós estávamos conversando um pouquinho antes do início da reunião, e o Embaixador Rubens Barbosa mencionava que ele pode falar a verdade, porque já não é mais um diplomata da ativa, enquanto que eu, sendo um diplomata da ativa, vou fazer uma exposição talvez um pouco mais conceitual e deixar para o Embaixador Rubens Barbosa os detalhes, os pormenores e a discussão mais concreta de algumas coisas. Mas é claro que, após a minha exposição, estarei também às ordens de todos os senhores para tentar responder o que for possível das perguntas. As mais difíceis, certamente o Embaixador Rubens poderá responder.

Eu gostaria de fazer uma exposição, dentro desse limite que nos foi atribuído aqui, e refletir um pouquinho, levantar algumas questões sobre três grandes desafios hoje da ordem internacional.

Em primeiro lugar, eu vou fazer uma referência ao descompasso que existe entre as regras vigentes e as instituições vigentes na ordem internacional contemporânea e a realidade de poder, que já se alterou muito desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Em segundo lugar, vou fazer referência também ao fato de que há hoje novos desafios à ordem mundial pós-Segunda Guerra Mundial, que derivam de um sentimento cada vez mais forte de mal-estar com a globalização, que se manifesta de várias maneiras. E eu vou tentar resumir um pouco o sentimento que está por trás desse desafio.

Em terceiro lugar, diante dessas mudanças na ordem internacional, refletir um pouco, levantar algumas questões também, sobre o papel do Brasil, como o Brasil pode se antecipar às tendências internacionais, aos cenários futuros que se colocam no horizonte, e procurar influenciar esses processos, de tal forma que o Brasil atenda os seus interesses e consiga projetar os seus valores nessa ordem internacional em mudança rápida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro grande desafio, eu diria, seria esse descompasso que eu mencionei entre as regras internacionais, as instituições vigentes multilaterais, e a realidade de poder na ordem internacional. Eu acho que o caso mais emblemático – todos o têm em mente – é o Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas isso é algo que se manifesta em vários domínios e não apenas no domínio da paz e da segurança internacional.

Quando os países emergentes buscam, através de uma articulação – por exemplo, por meio do G20 –, atualizar as instituições de Bretton Woods, como o FMI e o Banco Mundial, de alguma forma é disso que se trata também. Quando países emergentes formam blocos, como é o caso de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul no BRICS, e buscam articular interesses comuns para transformar ou pelo menos reformar essa ordem internacional no sentido dos seus interesses, também é disso que se trata.

Nós passamos, com o fim da Guerra Fria, de um momento na ordem internacional de certa euforia, em que havia até uma ilusão de que se havia chegado, segundo aquele filósofo Fukuyama, em uma realidade de fim da história – em que havia no horizonte apenas a democracia liberal e uma unipolaridade por parte dos Estados Unidos, como a última e única superpotência na ordem internacional –, para uma situação muito mais complexa: uma ordem internacional em que as polaridades são indefinidas, com a ascensão da Ásia sobretudo, que é muito clara, com a ascensão da China – mas não só da China, de toda a Ásia, principalmente do Sudeste Asiático.

Essa nova realidade vai criar uma situação em que os Estados Unidos claramente não são capazes de, sozinhos, resolver os problemas, como demonstraram os casos da invasão do Iraque e vários outros casos concretos. Percebeu-se que os Estados Unidos, sozinhos, por mais poderosos que sejam em termos militares, e eles continuam sendo o país com maior poderio militar, não conseguiriam resolver problemas da ordem internacional.

Essa situação gera, então, uma reflexão sobre um temor das potências estabelecidas, sobretudo dos Estados Unidos, mas também da Europa, em relação ao verdadeiro interesse e às verdadeiras intenções dos novos polos de poder. O que realmente está por trás de, por exemplo, a formação do BRICS?

Eu estive em Washington por quatro anos e pude testemunhar lá – nos debates nos *think tanks*, debates inclusive nas conversas no Congresso americano e conversas com diplomatas norte-americanos – um certo temor, uma certa dificuldade de entender. Havia por trás o temor de que os BRICS, na verdade, fossem uma espécie de grupo que estava desafiando a ordem internacional que foi construída depois da Segunda Guerra Mundial ou criando uma espécie de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ordem paralela, buscando criar uma ordem paralela. Houve até um acadêmico que escreveu um artigo e um livro sobre esse tema.

E tínhamos dificuldade de explicar para eles que não era bem isso. Na verdade, a criação de um banco de desenvolvimento dos BRICS, por exemplo, não representaria uma alternativa ao Banco Mundial. Na verdade, o que se estava buscando era criar mais condições de desenvolvimento, mais instrumentos de financiamento de projetos, porque há uma falta desses instrumentos no mundo. E havia também outro temor, o de que essa ordem seria criada de tal forma que as regras de governança que prevalecem no Banco Mundial, no FMI, não seriam levadas em conta, que as preocupações com o meio ambiente não seriam levadas em conta.

Hoje nós vemos aí, pelas primeiras ações do Banco de Desenvolvimento do BRICS, que a ênfase está recaindo sobretudo na área de energia renovável e que as regras de governança são, também elas, inspiradas nas regras do Banco Mundial. Quer dizer, não há, na verdade, uma competição da forma como se pintava lá nesse período.

Depois desse período de certo temor com a ascensão de novos países, que ainda continua de certa forma, a verdade é que a própria dinâmica da realidade política, econômica e social em vários dos países que são considerados as potências estabelecidas acabou por mudar um pouco o foco da discussão sobre a ordem internacional. Continuam presentes, porém, obviamente, estas questões: a ascensão de novos polos de poder representará uma mudança substancial? E que mudança será essa na ordem, nas instituições?

Do nosso ponto de vista, Brasil, a ascensão dos novos polos não significaria necessariamente abalar os pilares da ordem internacional construída no pós-Segunda Guerra, mas aperfeiçoar essa ordem, no sentido de abrir mais espaços para os países emergentes, para os países em desenvolvimento. Não se trata de minar essa ordem internacional nem de revolucioná-la, mas, sim, de reformá-la em um sentido positivo, de aperfeiçoamento.

Mas esse debate mudou um pouco de foco – e aí eu entro no segundo grande desafio da ordem internacional contemporânea –, porque há esse sentimento de mal-estar com a globalização que se expressa em coisas muito concretas. Quer dizer, ele tem na origem uma mudança no capitalismo internacional. Nós temos aí mudanças tecnológicas, um desemprego estrutural no capitalismo contemporâneo avançado. Nós temos uma situação em que a globalização levou, sim, a determinados deslocamentos de investimentos e em que, no todo, pode ser que as economias tenham se tornado mais eficientes, mas as comunidades que foram afetadas e que foram...

Por exemplo, nos Estados Unidos é muito claro isso naquele cinturão chamado Rust Belt, em que a indústria manufatureira mais tradicional sofreu muito com as mudanças tecnológicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com essa abertura comercial. Embora a eficiência global da economia tenha aumentado, pessoas de carne e osso ficaram sem emprego, e é difícil, muitas vezes, fazermos um treinamento de pessoas para reverter isso. É difícil pegar um trabalhador da manufatura que tem 40 e poucos anos e transformá-lo em uma espécie de *designer* gráfico de uma hora para outra. Isso não existe, quer dizer, as políticas têm que ser construídas já com isso em mente, com essa dificuldade que existe em uma situação como essa. Então, os problemas reais de desigualdade são crescentes, de desemprego, e isso tudo é de certa forma associado, muitas vezes de maneira simplista, com a globalização, com a liberalização comercial, com a presença de estrangeiros.

E nós estamos vendo hoje um fenômeno, que são movimentos populistas em ascensão em várias partes do mundo – eu não preciso citá-los aqui. Há cada vez mais movimentos antiglobalização, contrários a qualquer tipo de projeto internacional de integração que represente ou seja identificado com uma maior abertura ao mundo.

Não estou dizendo que esses sentimentos prevaleçam, sejam hegemônicos em todas as partes do mundo. Há um debate em curso, mas o fato é que há uma ascensão que, de certa forma, reflete problemas reais e uma incapacidade do sistema político tradicional, sobretudo nas economias avançadas, na democracia liberal, de dar respostas adequadas a essa situação.

Havia aquele medo de que a ascensão de novos polos de poder – a ascensão do BRICS por exemplo – pudesse ser o grande desafio da ordem internacional. Hoje, o deslocamento desse debate é: será que o desafio não é maior internamente, inclusive nos países que eram considerados ou se autointitulavam os garantes dessa ordem internacional aberta, liberal, democrática, fundada nos direitos humanos? Eu acho que um exemplo bastante emblemático disso foi a participação do presidente chinês na última reunião de Davos, no começo do ano, quando ele apareceu como grande defensor da globalização, da abertura comercial, de um sistema comercial internacional aberto.

Quando a gente analisa alguns temas, não só esse do sistema internacional comercial aberto, vê que os BRICS estão falando a favor disso, a favor do sistema de controvérsias da OMC por exemplo. O que é mais pró-ordem internacional erigida depois da Segunda Guerra Mundial do que falar a favor da OMC e dessas instituições todas? E são instituições que regulam a abertura, que regulam as transações internacionais e também a abertura comercial cada vez maior.

Então, realmente, há aí um deslocamento, e o debate fica um pouquinho mais complexo do que prevaleceu até então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nesse contexto, há uma dificuldade de entender essas mudanças e muitas vezes se fazem algumas avaliações um pouco simplistas. Havia uma ilusão, inclusive aqui no Brasil em um certo momento, na academia e em alguns círculos, de que a simples distribuição mundial de poder, no sentido da ascensão de novos polos, geraria uma ordem internacional melhor, mais aberta, mais estável, em que o Brasil teria o seu lugar no mundo.

Eu acho que o debate hoje tem que ser mais complexo. Quer dizer, não basta apenas haver distribuição e multipolaridade, multipolaridade no sentido econômico, diplomático, político, militar. Essa é uma condição importante, sem dúvida alguma, para se fazer dessa multipolaridade algo que corresponda a uma visão do Brasil do que é uma ordem internacional desejável, uma ordem que seja cooperativa em primeiro lugar, porque mais polos podem representar também mais competição, mais rivalidade, não necessariamente significará mais estabilidade.

Ao Brasil interessa, sim, que a multipolaridade se consolide, mas que se consolide com base em regras. Nós defendemos uma ordem internacional baseada em regras, em regimes multilaterais. Está aí, por exemplo, o regime da mudança do clima, de que o Brasil é um grande defensor ao lado de vários países, no comércio, nas finanças internacionais. Então, não basta apenas a distribuição de poder, e sim, também, fazer com que a multipolaridade corresponda, ou responda, a uma lógica multilateral baseada no Direito e nas regras compartilhadas, negociadas nos diversos domínios da ordem internacional.

Para chegar à parte que interessa mais – e já me encaminho para o fim da minha apresentação, porque eu acho que é muito mais interessante debater tudo isso que eu estou dizendo do que simplesmente fazer uma apresentação –, eu acho que é importante o Brasil, os brasileiros em geral, o Parlamento... Hoje em dia a política externa não é um monopólio, e não pode ser um monopólio, do Itamaraty, é uma política pública como outra qualquer, precisa ser debatida com a sociedade. E este evento aqui é o exemplo vivo disto, do interesse do Parlamento e da sociedade – porque aqui há representantes da sociedade também – de debater estas questões: o que nós precisamos fazer – o Brasil – para responder a isso?

Em primeiro lugar, é preciso ter uma visão estratégica; é preciso ter uma clareza, ter planejamento estratégico, que é a minha área lá no Itamaraty. Eu sou uma espécie de animador do planejamento; não tenho a intenção de ser – a Secretaria de Planejamento Diplomático – uma espécie de detentor do monopólio do planejamento, mas nossa missão é catequizar em relação à importância de se incorporar uma cultura do planejamento não só no Itamaraty, mas no Estado brasileiro como um todo. E planejamento e visão estratégica significa ter clareza, em primeiro lugar, dos objetivos que se quer alcançar e construir os caminhos para alcançar esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

objetivos. É um pouco o que o Prof. Celso Lafer costumava dizer: que é política externa tinha que traduzir as necessidades internas em possibilidades externas. Isso é um pouco, de forma muito resumida, o que deve ser feito.

E, para isso, a gente precisa ter um diagnóstico comum dessa realidade internacional. O que está em jogo? Onde os nossos interesses são prioritários? E, a partir daí, a partir de um diagnóstico da realidade internacional, que é cada vez mais complexa, da identificação dos interesses prioritários do País, que também deve ser construída de forma coletiva, aí sim, buscar, pela via diplomática, que é a via que a gente usa, mas baseado numa realidade interna também de construção de consenso, a construção desse caminho para alcançar os objetivos propostos.

De certa forma, eu estou resumindo aqui o que é a preocupação de planejamento de política externa.

Para concluir, então, eu queria só resumir o que eu acabo de dizer: basicamente nós vivemos uma ordem internacional em transição, com instituições ainda antigas, porém com uma realidade de poder que já mudou muito; há uma multipolaridade crescente na ordem internacional, mas essa multipolaridade não é garantia de estabilidade, de uma ordem internacional liberal ou aberta a potências médias, como é caso do Brasil.

O Brasil, nessa situação – e aí eu entro numa das perguntas do Presidente Collor na convocação desta reunião –, não precisa optar por parceiros tradicionais ou por parceiros novos. Nosso perfil, na verdade, é um perfil universalista, de uma política externa universalista. Traduzindo para quem trabalha no mercado financeiro: o Brasil tem que fazer um *hedge* internacional, no sentido de se precaver, de não concentrar todas as suas fichas em alguns parceiros em detrimento de outros, o que não faz nenhum sentido numa ordem internacional que ainda não tem uma configuração definida. E, além de diversificar ao máximo as parcerias nesse sentido e seguir aprofundando o universalismo da política externa, é preciso buscar sempre participar ativamente desses arranjos de geometria variável, alguns dos quais eu mencionei, defendendo uma ordem internacional baseada em regras. De certa forma, isso corresponde a uma política de Estado no Brasil, essas grandes linhas, de buscar universalismo, de buscar uma ordem internacional baseada em regras. O que vai variar – e tem que variar, porque a ordem internacional é dinâmica, a realidade muda – é a estratégia concreta que precisa ser implementada em cada momento para que esse objetivo geral e essas diretrizes possam prevalecer.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito grato ao Ministro Benoni Belli, Secretário de Planejamento Diplomático do Ministério de Relações Exteriores, pela sua exposição.

Passo a palavra a S. Exª o Embaixador Rubens Barbosa, Diretor-Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, para apresentar as suas ideias.

O SR. RUBENS BARBOSA – Obrigado, Presidente.

É um grande prazer voltar à Comissão e participar desse ciclo de debates tão importante para entender o Brasil e as perspectivas que se abrem ao nosso País.

A exposição do Ministro Benoni cobriu uma boa parte do que eu ia falar sobre o cenário internacional. Eu vou rapidamente passar sobre isso para entrar diretamente no tema que eu acho que interessa mais aos senhores, que é como inserir o Brasil nessa nova ordem que foi descrita aqui.

Então, rapidamente, passando uma vista sobre o cenário internacional, eu diria que, nesses últimos tempos, se desenvolveu uma nova geopolítica com a globalização – e não acho que ela tenha terminado, ela se aprofunda cada vez mais. Nessa nova geografia, nessa nova geopolítica, se fortalece o regionalismo, como nós vamos ver, vamos mencionar, e há um elemento muito importante, que é a economia do conhecimento, da inovação, o que está acontecendo no mundo, e o fim da bipolaridade.

Esses são princípios muito gerais. Agora, na prática, o que está acontecendo hoje no mundo em que nós estamos vivendo? Há uma incerteza e uma instabilidade crescentes com as sucessivas crises do Oriente Médio, agora com a Coreia do Norte, para não falar de outros, e também com a eleição do Presidente Trump, a saída do Reino Unido da União Europeia. Mesmo agora, recentemente, na semana passada, com a eleição na Alemanha, vimos o aparecimento desse populismo parlamentar, que é, de certa maneira, preocupante. Nós estamos vendo grandes mudanças políticas e econômicas, como foi dito aí.

A emergência do centro dinâmico da Ásia é uma realidade, particularmente a emergência da China. Aliás, emergência não, a volta da China, que volta a ocupar um lugar onde ela sempre esteve. A China, até meados do século XVIII, mil setecentos e tanto, a China era o principal país. Ela está voltando, agora, a ser o que era. Com essa mudança do centro dinâmico para a Ásia, com a emergência da China, estamos tendo um reordenamento do processo produtivo global, da importância das cadeias produtivas globais.

Temos uma mudança energética que está revolucionando o comportamento dos países, das instituições, das próprias pessoas. Há a questão da economia do conhecimento, pela velocidade das transformações na área industrial, com a quarta revolução industrial e novas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

formas de desenvolvimento industrial e agrícola a partir dessas inovações que transformam, que têm uma velocidade muito rápida. E, como foi dito aqui, há a crise do multilateralismo, não só nos órgãos internacionais como também nos órgãos regionais. Quer dizer, enquanto isso, enquanto se fortalece o regionalismo no mundo, como nós vimos com o Acordo TPP, a União Europeia, o NAFTA, aqui na região nós estamos indo ao contrário: há uma desintegração regional. Por fim, como foi mencionado aqui também, vemos o aparecimento da multipolaridade, com o papel cada vez mais importante das economias emergentes.

Então, somando um pouco o que eu disse com o que ele disse, como inserir o Brasil nessa nova ordem internacional? Aí eu vou passar rapidamente uma série de pontos que são, na minha visão, o pano de fundo onde o Brasil vai atuar.

Primeiro, eu acho que não houve uma renovação do pensamento estratégico brasileiro. Quer dizer, a gente está pensando ainda – muita gente está pensando ainda – em termos do século passado, e nós temos de atualizar esse pensamento com o que está acontecendo.

Segundo, nós estamos com uma limitação muito grande para essas formulações por causa das sucessivas crises pelas quais o Brasil está passando, e sobretudo por causa do inchaço do Estado. O papel do Estado hoje está impedindo muitas das reformas e a rapidez delas.

E, como nós vimos nos últimos 15 anos, há a marginalização da política externa. Evidentemente, desde que mudou o governo, um ano e pouco atrás, essa situação mudou; houve várias correções de rumo e o que foi possível fazer está sendo feito. Mas não há dúvida de que houve limitações, e é difícil você voltar a ter uma política ativa, como em algum momento no governo do Presidente Lula se pôde fazer, quando havia o respaldo do crescimento econômico. Hoje nós estamos saindo de uma recessão tremenda e é difícil criar políticas e desenvolver uma voz mais forte no exterior com essa situação precária interna.

Então, hoje há algumas opções – que, como eu disse, estão sendo corrigidas – que implicaram a posição atual do Brasil. Houve uma opção pela América Latina, com a política Sul-Sul. A América Latina hoje, com o desenvolvimento que eu tentei descrever – a emergência da Ásia, essas transformações do conhecimento –, não é o centro do mundo, como se pensou alguns anos atrás. Eu gosto de repetir uma frase de um pensador francês que se referia à América Latina como o Extremo Ocidente. Existe o Extremo Oriente, e a América Latina é o Extremo Ocidente. Quer dizer, está no fim da linha mesmo, a gente tem de reconhecer isso. E o Brasil tem que ter outras opções, não só, como houve nesses 13 últimos anos, uma opção quase que absoluta pela política aqui na região.

Nós temos que ampliar o alcance da política externa. Nesses 13 últimos anos, o Sul-Sul prevaleceu, e o Brasil deixou para um segundo plano políticas em relação aos países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvidos – o Japão, a União Europeia, os Estados Unidos –, onde há tecnologia nova, inovação, dinamismo. Os fluxos de financiamento e os fluxos de comércio ficaram num distante segundo lugar a partir da definição dessa política Sul-Sul, que, aliás, o Brasil sempre seguiu, e continua seguindo. Os países em desenvolvimento, na política externa brasileira, sempre ocuparam um lugar importante. Agora, não era um lugar quase que exclusivo, como foi nesses últimos anos, o que agora, como eu disse, está sendo corrigido.

Outra coisa que nós esquecemos quando pensamos no lugar do Brasil no mundo é que o Brasil, apesar de tudo que aconteceu... Eu lembro que, há alguns anos, nós estávamos pensando se o Brasil seria a quarta, a quinta ou a sexta economia do mundo. Quer dizer, nós estávamos num ambiente de crescimento. Nesses últimos anos, nós estamos brigando para não sair de entre as dez economias do mundo. Mas ainda é uma das dez economias do mundo. Nós temos que pensar... A percepção externa é esta: que o Brasil ainda é um *player* importante no mundo.

E nós temos que reconhecer que, nesses últimos anos, o Brasil ficou isolado das negociações comerciais. Eu gosto de repetir que, enquanto em 15 anos nós assinamos três acordos comerciais, com Israel, com o Egito e com a Autoridade Palestina, o mundo inteiro assinou mais de 400 acordos de comércio. Então, houve realmente um isolamento do Brasil, do Mercosul, e a voz do Brasil nos organismos internacionais ficou diminuída também, em questões de direitos humanos, democracia. A defesa de valores que sempre foram importantes para o Brasil... Era contraditória a política que o governo brasileiro, nesses 13 anos, seguiu. E passamos a ter agora, a enfrentar como pano de fundo, os desafios internos, quer dizer, a estabilidade econômica, a volta do crescimento, as reformas que o Congresso está discutindo, que, na minha visão, são muito importantes. Esses são desafios que nós temos que levar em consideração quando pensamos no lugar o Brasil deve ocupar no mundo.

Então, feitos esses comentários, eu vou agora me concentrar nos aspectos políticos e comerciais e, depois, nos aspectos econômicos e tecnológicos que poderiam definir o lugar do Brasil no mundo. Eu vou passar rapidamente sobre isso, por causa do tempo, e depois nós estaremos abertos à discussão.

Primeiro, os aspectos políticos e comerciais para definir o lugar do Brasil no mundo.

Primeiro, como eu falei, nós vamos ter que restabelecer, coisa que já está sendo feita com as sucessivas viagens do Ministro – agora o Ministro vai para a África, esteve na Ásia... O Itamaraty está começando a dinamizar a política externa. Isso não significa dizer que, sobretudo no primeiro governo do Presidente Lula, a política externa não era dinâmica. Era dinâmica, mas depois do primeiro mandato... Porque estava respaldado... Eu acho que... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tenho uma interpretação um pouco diferente aí. A política externa foi dinâmica não por causa da ação do Itamaraty naquela época, mas porque a economia brasileira estava crescendo, estava muito forte, e respaldava essas ações externas do Brasil. Então, agora, superada a crise, voltando a crescer, nós temos que restabelecer o dinamismo da política externa.

Segundo, essa questão da integração regional. Qual é a estratégia que o Brasil tem em relação à integração regional? Como eu disse, do ponto de vista da literatura, das discussões, o fortalecimento do regionalismo é um fato – e podemos discutir depois isso –, e há, na minha visão, uma desagregação interna aqui na região do ponto de vista político e do ponto de vista comercial. E como o Brasil reage a isso? Qual é a estratégia do Brasil neste momento em que a região está tão esgarçada? Há um movimento para a Ásia, vários países estão voltando as suas costas para a região e entrando para a Ásia. Na área política, há regimes autoritários, com políticas próprias. Como é que fica essa região?

Eu acho que a gente tem que discutir objetivamente também o Mercosul. Eu acho que agora a gente está começando também... Estou informado de que há mudanças no Mercosul, mas eu acho que, do ponto de vista do Brasil, como eu disse, a América Latina não é o centro do mundo para o Brasil. Então, cabe também a gente pensar o Mercosul. Eu estou à vontade para falar isso porque fui o primeiro Coordenador Nacional do Mercosul, sempre defendi o Mercosul. O Presidente Collor foi quem me indicou, no Itamaraty, para ser o primeiro Diretor do Departamento de Integração. Então, eu sou muito favorável à integração, mas eu acho que a gente tem que ter uma visão clara dos interesses brasileiros. Onde estão os interesses brasileiros hoje?

Nós temos que ampliar os contatos aqui na região, sobretudo com o México, porque com os outros países da Aliança do Pacífico estamos indo bem, os acordos estão funcionando, agora há outras filosofias de facilitação de comércio, mas, com o México, nós estamos com problema. Como podemos sair dessa circunstância de marginalização do México? Para os senhores terem uma ideia, o Brasil e todos os outros países com os quais nós temos acordo aqui na América Latina têm quase 100% de margem de preferência, quer dizer, tarifa zero de importação e exportação. Com o México, somente 13% dos produtos brasileiros têm tarefa zero. E o México é a mesma coisa, só 13%. Quer dizer, há um caminho enorme para se avançar.

A outra coisa é que nós temos que definir a posição do Brasil nas novas instituições que foram criadas. Qual é a posição do Brasil, nos próximos anos, em relação à Unasul, à Celac, ao Conselho de Defesa? Na minha visão, tudo isso está em aberto, porque nós temos posições que foram herdadas desses últimos 13 anos e que ainda não estão ajustadas a essa nova realidade global e dos interesses brasileiros, porque os interesses internos brasileiros mudaram também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mudou o Governo, mudou o interesse. E nós estamos falando aqui em negociação comercial, em abertura comercial, que não era o discurso anterior. Dentro disso, como é que ficam essas novas instituições aqui na região, a Unasul e a Celac?

Nós temos que ampliar a voz do Brasil nos organismos internacionais, em direitos humanos, meio ambiente, democracia, com posições claras e afirmativas. Temos que, como eu mencionei, acabar com o isolamento nas negociações comerciais. Agora estamos negociando com a União Europeia, o que é muito importante e vai colocar um fim nesse isolamento do Brasil. Estamos com ideia de conversar com o Canadá, com a Coreia, com a EFTA, da Europa. Eu acho que devíamos ter uma atitude bastante ousada nesse particular. Eu acho que a gente devia ter uma atitude bastante ousada nesse particular. Quer dizer, eu estou estudando muito a questão do TPP, do Acordo Transpacífico, da Ásia; de três países aqui da região, Chile, Peru e México; dos Estados Unidos, que saíram; do Japão e de todos os países asiáticos. Eu acho que, não agora, mas, nos próximos anos, se a gente quiser realmente se inserir no contexto dinâmico do comércio internacional, eu não descarto a possibilidade de a gente ter de examinar a possibilidade de o Brasil aderir ao TPP. A gente não está dizendo que a Ásia é o centro dinâmico do comércio internacional? Então, em vez de fazer um acordo, a gente faz com 11, a gente negocia com 11 países para o TPP. Quer dizer, a gente precisa ter a ousadia de pensar para frente, na defesa do interesse brasileiro.

Então, isso aí é uma coisa que a gente tem de deixar como alternativa mais na frente. Agora não dá, estamos com um problema aqui de todas essas reformas, mas temos de começar a pensar a médio e longo prazo. E uma jogada dessa é uma jogada de médio e longo prazo, porque, com isso, a gente iria se integrar nos fluxos dinâmicos da Ásia de comércio exterior, da economia global, que é lá também, e a gente reforçaria a posição do Brasil no contexto comercial.

Na área agrícola, na área política também, eu acho que, como foi dito aqui, eu sou um dos poucos até que defende os BRICS aqui a médio prazo como política importante para a projeção do Brasil no mundo. Quando um economista americano resolveu incluir o Brasil nessa sigla – não existiam ainda os BRICS –, o Brasil, sem gastar um tostão de relações públicas, foi colocado no mesmo nível da Rússia, da Índia e da China, de graça. A gente não estava nesse nível, mas foi colocado. E passaram a nos ver. E uma das coisas boas que o governo Lula fez nessa área externa foi institucionalizar os BRICS. Eu acho que foi muito importante isso. E, pensando a médio e longo prazo, eu acho que os BRICS vão desempenhar um papel cada vez mais importante, apesar das agendas não serem comuns. Mas as medidas que já foram tomadas – foi mencionado aqui o Novo Banco de Desenvolvimento e outras – mostram o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

potencial. Agora, o Brasil precisa definir também o que a gente quer dos BRICS. Esta é outra interrogante: o que a gente quer exatamente? Senão, o que vai acontecer é que a China vai tomar conta – é claro! –, e a Rússia também, porque eles têm política em relação aos BRICS. E qual é a política do Brasil?

E, por último, nessa área de política – eu sei que já está causando discussão interna aqui – , o Brasil e o outro, o próximo governo, vão ter de manter e acelerar a entrada do Brasil na OCDE. É muito importante a entrada do Brasil na OCDE, porque a OCDE para nós tem uma importância grande, porque ela trata da *governance*, da governança global. Hoje está nos jornais – eu vi no avião – que o Brasil está propondo a entrada em mais 28 acordos da OCDE. Eu acho que isso é muito importante, porque o Brasil está, até agora – eu vou falar isto na área econômica e tecnológica –, marginalizado das regras internacionais. Eu estou acompanhando, lá pela Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), o caso da OMC contra a política industrial brasileira. Isso é pouco discutido, Presidente, aqui no Brasil, mas essa é a coisa mais séria, na minha visão, que aconteceu na relação do Brasil com a OMC.

A OMC, através do Japão e da União Europeia, está questionando a política industrial brasileira em automotriz e informática, e nós vamos ter de mudar. Na sexta-feira, o Brasil fez apelação de uma decisão contrária que já tinha havido no Panel da OMC. Nós vamos perder também a apelação e vamos ter de mudar a política industrial na área industrial e na área de informática.

Então, no caso da OCDE, as regras da OCDE, da União Europeia, são as regras que estão prevalecendo. E o Brasil até se beneficia, porque, no caso que nós tivemos com a Bombardier e com a Embraer, regras da OCDE foram aplicadas para resolver a nosso favor o caso com a Bombardier.

Então, eu acho que é muito importante a entrada do Brasil na OCDE. Como eu disse, muitas dessas coisas já foram corrigidas neste ano e pouco do novo Governo.

Na área econômica e tecnológica, é a mesma coisa. Eu acho que, nos próximos 20 anos, vai se jogar o futuro do Brasil dentro das correlações de força que estão se mostrando no cenário internacional. Nós temos de preparar – aí é o Governo, o Congresso, a sociedade – o Brasil para essas novas realidades. Nós não podemos continuar isolados e afastados do que está acontecendo no mundo, além das novas responsabilidades que estão surgindo não só para o Governo mas para a empresa também, na questão social, meio ambiente e tal.

Então, para enfrentar esse aspecto, o desafio de definir o lugar do Brasil na área econômica e tecnológica, nós temos, primeiro, de resolver a situação econômica interna no Brasil, com ajuste econômico, controlando a inflação, como está sendo feito, aumentando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crescimento, como estamos começando agora, aumentando o investimento. Está caindo, nesses últimos anos, o investimento do Governo, o investimento direto, não o investimento financeiro, mas o investimento direto. E temos de ter uma política, temos de enfrentar essa realidade.

Os países todos, se a gente fizer um estudo – e a Fundação Getúlio Vargas fez o estudo – comparando as taxas de câmbio dos países todos da Europa, dos Estados Unidos, da China, têm uma política cambial para defender a sua indústria, para defender o seu país. No Brasil, não; aqui, a gente tem uma política de apreciação do câmbio que vai contra os interesses da gente. A gente vai ter de enfocar esse problema. Isso é sempre discutido com viés ideológico, mas, se a gente for examinar o que está acontecendo no mundo, a gente vai ver que essa questão cambial e a questão da taxa de juros são fundamentais, na minha visão, além de outros fatores – não é só isso, evidentemente. Eu vou mencionar a questão da reindustrialização. Se a gente não tiver políticas muito claras nessa questão cambial e de taxa de juros, além de outras, vai ser difícil o Brasil voltar a ter um poder industrial importante. Nós temos de ter ousadia e coragem de enfrentar essa questão. É uma discussão que a gente não está fazendo ainda, que está começando, mas que a gente não está fazendo, sobre a abertura da economia. Temos de discutir isso. Aqui no Brasil, é um tabu, ninguém quer discutir isso, porque a gente ainda está pensando que o que aconteceu nesses últimos 50 anos vai continuar na frente, mais na frente, e não vai acontecer. O futuro não é mais como o que aconteceu no passado, está mudando isso tudo.

Quer dizer, a gente pensa que o Governo hoje não pode continuar – abro aspas – com a "política industrial" que foi feita até agora, de subsídios, de incentivos, de crédito subsidiado do BNDES, não por uma questão ideológica. Não está fazendo isso porque o Governo quebrou. E a indústria tem de reconhecer isso, e nós todos temos de reconhecer, quando estamos examinando o papel do Brasil no mundo. Então, o Governo não tem condição de fazer isso, e nós estamos sendo questionados, como eu falei, na OMC, para mudar a política industrial. E a gente não é... O Brasil não é os Estados Unidos. O Trump está dizendo que, se a OMC der uma decisão contrária, ele sai da OMC. O Brasil não vai sair da OMC.

E há a questão desses acordos comerciais. Há novas regras que estão nesses acordos que se chocam com o regulamento normativo brasileiro. Nós temos de ver como é que vamos sair disso.

Outro fator para permitir uma volta forte do Brasil à integração econômica e tecnológica é a questão da competitividade. Acho que aí o Congresso brasileiro tem um papel muito importante, porque essas reformas são parte de um processo para a volta da competitividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Brasil. A reforma trabalhista, que foi aprovada aqui, pelo que ouço dos empresários, é muito importante, vai ser um fator importante de emprego, de volta de crescimento das empresas. A reforma da previdência e a reforma tributária são dois outros elementos muito importantes. Se não forem feitas agora, o outro governo vai ter de fazer, porque, se não a fizer, em quatro ou cinco anos, a gente estará em uma situação não muito distante da Grécia, e ninguém quer ser Grécia aqui. A gente já está vendo o que está acontecendo Rio de Janeiro. Isso já é uma amostra do que o Brasil inteiro pode passar se a gente não aprovar essas reformas. Então, essas reformas estruturais são muito importantes para melhorar a produtividade, para melhorar a competitividade, não só na indústria, não, mas também na agricultura, que sofre com essas dificuldades do chamado custo Brasil.

Nós temos de ter uma política de atração de investimento de ponta, porque o investimento tradicional, nas indústrias tradicionais, vai cada vez mais diminuir, porque outros países são mais competitivos do que o Brasil. Mas, na área de ponta, o Brasil ainda tem condição de atrair esses investimentos e de propiciar essa reindustrialização. A reindustrialização do Brasil, na minha visão, não vai ser feita na área têxtil, na área de calçados, vai ser feita na área de produtos que vão ser criados daqui para frente. Quantos produtos novos vão acontecer nos próximos cinco anos, dez anos? A gente não tem ideia. É lá que a gente tem de focar. E aí a inovação, a tecnologia, a educação são fundamentais para a gente poder se inserir nesses novos desafios e na recapacitação das pessoas.

Então, para concluir, eu acho que o Brasil está passando por um momento muito difícil em termos de projeção externa, do que fazer para ganhar um lugar de destaque no mundo, por razões internas e razões externas, sobretudo por essa questão da política econômica, pelo ajuste econômico, pela estabilização, pelo crescimento e pela aprovação dessas reformas.

Em segundo lugar, nós temos de recuperar a competitividade da economia. Eu acho que hoje, do ponto de vista externo, um dos principais problemas é a questão da competitividade; mais do que outros, é a questão da competitividade.

Aqui faço um comentário paralelo numa Casa política: no Brasil, até agora, sobretudo a classe política não incorporou ainda o elemento externo no discurso interno. Quer dizer, na minha visão, desapareceu a fronteira entre a política econômica interna, política de desenvolvimento interno, e a agenda externa. Cada vez mais, a agenda externa está influindo nas decisões tomadas internamente. E eu acho que, daqui para frente, nós vamos ter de incluir nas decisões, nos programas de governo e nas políticas que foram criadas esse componente externo. Esse é um grande desafio para a classe política, porque a política externa não dá voto, não tem *appeal*, mas a política comercial dá. No Brasil, a gente também não incorporou ainda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ideia de que comércio exterior tem impacto no crescimento e no emprego, e isso é um elemento importante nas discussões políticas. Então, essa questão da competitividade tem a ver com tudo isso; até com o emprego no Brasil ela tem a ver.

O terceiro ponto, à guisa de conclusão – está sendo feito isso agora –, nós vamos ter de rever ainda mais a estratégia de negociação comercial. A negociação comercial dos últimos 13 anos, na minha visão, foi equivocada, porque nós botamos todas as fichas na negociação multilateral. Doha fracassou, e o Brasil perdeu tempo, fez três acordos, como eu mencionei, e agora estamos revendo essa estratégia e a recuperação da voz do Brasil na política externa, como está sendo feito agora, com a volta do prestígio do Itamaraty. O Itamaraty foi esvaziado, foi marginalizado e, nesse último ano, com o Serra e, agora, com o Ministro Aloysio, está voltando a ganhar prestígio internamente dentro do contexto administrativo e começa a se exercitar com ações externas importantes.

Para concluir, tudo isso que estou dizendo, na minha visão, está ligado com a eleição de 2018. Eu acho que a eleição de 2018 será uma das mais importantes dos tempos modernos do Brasil, será um divisor de águas: ou a gente, como procurei mostrar, se ajusta ao que está acontecendo no mundo, aos avanços do conhecimento, do dinamismo das coisas que estão acontecendo lá fora, ou a gente vai voltar para uma política que causou tudo que a gente sabe que causou no Brasil e vai, na minha visão radical, levar o Brasil a uma situação delicada em termos de estabilidade econômica, de capacidade de pagamento interno, e nós vamos num caminho muito complicado.

Então, tudo isso que eu disse podemos projetar para o futuro governo. Quer dizer, se o futuro governo não se der conta de que o mundo mudou, de que o mundo não espera pelo Brasil, de que o conhecimento está alterando tudo o que nós estamos fazendo, de que as realidades geopolíticas mudaram e de que o Brasil ainda está em muitos setores marginalizado de tudo o que está acontecendo, nós vamos ter um problema.

Eu acho que a eleição de 2018 vai definir a próxima geração, como eu falei aí, dos próximos 20 anos. Essa geração, daqui a 15 ou 20 anos, ou vai florescer com a plena reinserção do Brasil no mundo, vai voltar a crescer, ou vai ter problemas muito sérios para lidar com a realidade que se vai colocar, se houver um retrocesso no que nós estamos começando a fazer agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador Rubens Barbosa, Diretor-Presidente do Instituto de Relações Internacionais de Comércio Exterior, pelas suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS BARBOSA (*Fora do microfone*.) – Foram palavras provocativas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – São palavras provocativas que fazem com que todos nós pensemos um pouco.

A propósito do último comentário de S. Exª o Embaixador, lembrei-me de uma frase que está inserida no livro *Pequenos Burgueses*, de Máximo Górki, em que um membro da família pequeno burguesa, em certo momento, diz: "O mundo passa, e quem com ele não passa fica." É mais ou menos isso. O mundo está evoluindo de forma dramática, porque os efeitos da globalização estão, por um lado, trazendo enormes benefícios, mas deixando uma legião de desabrigados nesse processo.

Mais uma vez, obrigado ao Embaixador Rubens Barbosa.

Eu gostaria de agradecer a presença, antes de passarmos às perguntas, ao Exmo Sr. Embaixador do Estado da Palestina, Sr. Ibrahim Alzeben – muito obrigado, mais uma vez, pela sua presença –; ao Embaixador da República da Namíbia, Sr. Samuel S. Nujoma; ao Embaixador da República Cooperativa da Guiana, Sr. George Wilfred Talbot; ao Embaixador da República da Macedônia, Sr. Ivica Bocevski; à Embaixadora da República da Nicarágua, Lorena Martinez; ao Embaixador da República Dominicana, Sr. Alejandro Arias Zarzuela; à Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores, Assessora de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; ao Sr. Brigadeiro Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica no nosso Senado Federal; ao Ministro-Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã, Sr. Morad Ali Gholami Nohouji; ao Ministro-Conselheiro da Embaixada do Marrocos, Sidi Sidi Abbah; ao Sr. Conselheiro da Embaixada da República do Cazaquistão, Sr. Temirlan Aimagambetov; ao Sr. Conselheiro da Embaixada de Angola, Sr. Augusto Inácio; à Primeira-Secretária da Delegação da União Europeia do Brasil, Srª Cecile Mery; à Segunda-Secretária da Embaixada do Canadá, Srª Nadine Curry; ao Adido Civil da Embaixada da República da Belarus, Aleksandr Kratkovsky; ao Sr. Paulo Roberto de Almeida, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; ao Sr. Marco Túlio S. Cabral, Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais; e a S. Exª o Sr. Senador, nosso Coordenador do Bloco Moderador, que aqui se faz presente e que nos dá muita alegria com a sua presença.

Ele é o primeiro Senador inscrito para fazer as perguntas na noite de hoje.

Muito obrigado pela sua presença.

Quero agradecer, mais uma vez, naturalmente, à nossa Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, sim, houve aqui uma falha! Desculpe-me, Embaixador Joseph Sayah.

Peço desculpas a S. Exª o Embaixador do Líbano, Sr. Joseph Sayah, e a S. Exª a Embaixadora de El Salvador.

Muito obrigado, Embaixadora de El Salvador.

Muito obrigado a V. Exªs pela presença. Desculpem-me essa ausência. Não foi equívoco do Secretário, não. Foi um equívoco meu. Aqui, quando há algum equívoco, eu o chamo para mim.

Sejam sempre muito bem-vindos, Embaixador Sayah, do Líbano, e Embaixadora de El Salvador! Sejam sempre muito bem-vindos!

Ainda está aqui a Diana Marcela Vanegas Hernandéz. Muito obrigado pela presença.

Antes de passar a palavra a S. Exª o Senador Wellington, eu gostaria apenas, com a sua permissão, Senador, de fazer uma rápida leitura de um resumo das inúmeras perguntas que chegaram dos nossos internautas.

Eu pediria aos nossos palestrantes que, na medida do possível, pudessem abordá-las.

"Quanto à questão sobre estrangeiros entrarem no Brasil e tomarem espaço no mercado de trabalho, a meu ver, se o brasileiro for de fato competente, ele não perde espaço no mercado de trabalho para outrem. Quer dizer, a culpa é do estrangeiro ou do nativo que não tem a capacidade necessária?", pergunta José Neto, de Pernambuco. E continua: "Estender pontes! Graças à tecnologia, à velocidade e a grandes distâncias de comunicação, as pessoas devem interagir entre si, não apenas com brasileiros, mas com o mundo."

Diz Andréia Amorim Campos, do Rio Grande do Sul: "É triste ver a nossa juventude tão sedenta de conhecimentos inovadores querendo participar do desenvolvimento tecnológico mundial e sendo ignorada pelo Poder Público. Os bons saem do País e não voltam. Como resolver essa questão?"

Também diz Andréia Amorim Campos, do Rio Grande do Sul: "O Brasil precisa recuperar sua imagem interna e externa, primeiramente, ter integridade ética e compromisso com as inovações tecnológicas que no mundo se expandem, mas não chegam ao País. É necessário compromisso com futuras gerações na área da educação."

Fernando Alan, de Minas Gerais, faz uma afirmação. "O homem é um ser social. Os conflitos que acontecem no mundo são oriundos das barreiras que são construídas ao longo dos séculos."

Diz João Fontoura, do Rio Grande do Sul: "Devemos nos importar com o nosso País, com a nossa soberania. O Brasil, primeiro! Os outros, depois! Viva a Pátria! Viva a Nação!"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Márcio Camargo Cordeiro, do Acre, diz: "Acredito que o Brasil deve buscar parcerias com países que realmente estejam interessados apenas em parcerias tecnológicas. Agora não devemos admitir países que estejam querendo apenas implantar sua religião, cultura e costumes."

Pedro Roberto Lemes, de São Paulo, afirma: "Ninguém mais vive só ou isolado. Como seres vivos, precisamos de pontes, e não de barreiras."

Diz Carlos Fernando Machado, do Rio de Janeiro: "O Brasil precisa se integrar no comércio mundial. Nosso País possui cerca de 3% da população mundial, mas somente 1% do comércio exterior. O Brasil precisa incentivar a indústria e o turismo, por exemplo, independentemente de partidos políticos. É preciso ter um 'projeto de nação'."

Rosely Franco, de São Paulo, diz: "Educação planejada, saberás o que formarás no futuro! Ensino europeu, o Brasil tem muitos pobres, que não podem pagar ensino superior! E os financiamentos públicos não são para todos. Não crie barreiras, erga pontes!"

Diz Altemar Brito de Souza, do Amazonas: "Construir pontes, mas com países que agreguem valor ao Brasil. Israel tem tecnologia e planta no deserto, mas o Brasil tem se aliançado vergonhosamente com nações antissemitas, que não nos trazem retorno. A pobreza no Semiárido pode ser revertida em poucos anos com alianças certas."

Ainda diz Altermar Brito de Souza, do Amazonas: "Erguer barreiras! Esse papo de respeito à cultura islâmica vale lá para fora; aqui eles têm de se acostumar com a maneira brasileira de viver."

Roberto Rodrigues, do Rio de Janeiro, diz: "O desafio é globalizar-se sem perder a independência. Somos um País continental que se manteve como escravo em entretenimento dos países desenvolvidos. Está na hora de mudar essa visão. Temos que tirar os comunistas do jogo e valorizar nossa Nação perante o mundo."

Há muitas colocações que são repetitivas.

Diz Jonathas Johnny Vieira, de São Paulo: "Essa questão é complicada, pois há pessoas que são dignas de apoio e cuidados. Porém, também há pessoas que não merecem o mesmo ponto de atenção e cuidados. São [...] perturbadores da paz e ordem social! Sou a favor da entrada, desde que exista fiscalização!"

É interessante que as afirmações e as perguntas estão mais em cima do título dos painéis do que do tema do painel específico, no caso, de hoje: "O lugar do Brasil em um mundo de transformações".

Agora passo a palavra para S. Exª o Senador Wellington, para que possa fazer as suas perguntas nesta manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, Senador Fernando Collor, quero saudá-lo, em nome de todos os companheiros presentes nesta reunião, e também a Deputada Bruna Furlan, o Embaixador Rubens Barbosa e o Ministro Benoni.

Eu vou começar aqui até pela ordem que foi disposta. O Ministro Benoni falou muito da questão da estratégia, do planejamento estratégico do País. As perguntas que vou fazer podem ser dirigidas, pela experiência, aos dois palestrantes.

A gente viu a preocupação do Governo em criar a EPL (Empresa de Planejamento e Logística) brasileira. E, quando o Governo a criou, eu fiquei bastante animado, até porque sou Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem, dado principalmente ao meu Estado – eu sou do Mato Grosso –, um Estado que está no centro do Brasil, no centro da América do Sul. Cuiabá é a nossa capital, no Centro Geodésico da América do Sul.

Na verdade, a gente não vê praticamente nenhuma força de Governo falar na EPL. Por várias vezes vamos lá, discutimos, e os técnicos se sentem relativamente desprestigiados, com um orçamento sempre muito curto. Então, eu gostaria de saber como chegar a esse planejamento estratégico de país, de projetos específicos aqui dentro e principalmente lá fora.

Embaixador, lembro-me de que V. Exª, quando era Embaixador em Nova York, recebeu-nos. Na conversa, o senhor já demonstrava muito esta preocupação que o senhor acabou de falar aqui: o enfraquecimento, o empobrecimento do nosso Ministério das Relações Exteriores. Qual é o conselho que o senhor daria para nós, lideranças políticas, já que a decisão de ter o Embaixador é do Governo, do Presidente? Como fazer com que essa política seja permanente?

À época, o senhor falava também que precisaríamos mudar, inclusive, a cultura das embaixadas e sermos mais agressivos na relação comercial, que o Brasil precisava de mais agressividade. Então, eu queria uma consideração, já que o senhor falou isso alguns anos atrás, e, hoje, como isso foi falado pelo nosso Ministro, o senhor pode falar mais verdades, de forma mais aberta.

Enfim, eu gostaria muito de ouvi-lo, até porque o senhor colocou que estamos vivendo a desintegração regional na América Latina.

Nós do Mato Grosso também sempre sonhamos muito com um Mercosul forte, ativo. O nosso Aeroporto de Cuiabá, por exemplo, é o segundo maior aeroporto do Brasil em termos de área, está praticamente no centro das cidades de Cuiabá e de Várzea Grande, e nós não temos voo para nenhum país próximo. Com isso, praticamente não temos nenhuma integração comercial e cultural. Praticamente ficamos isolados e só vemos o lado ruim: há 700 quilômetros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de divisa seca, malcuidada. Há aí a rota do narcotráfico, do contrabando e todas as outras situações. Eu imagino que, quanto mais integrados, talvez, houvesse mais facilidade até de termos essa guarda.

Então, talvez, pudesse ser feito um comentário mais aprofundado sobre essa desintegração. O que poderíamos fazer para integrar as relações com esses países vizinhos?

O senhor falou muito do inchaço do Estado. Esse inchaço do Estado é cultural, não é de hoje, é de muito. A gente percebe hoje, mais do que nunca, que no Brasil todos estão querendo ser poder. Nós temos controle e retrabalho no controle. De repente, a gente vê vários órgãos fazendo o mesmo serviço de controle, e não sobram recursos principalmente para os investimentos, que são extremamente necessários.

O senhor falou do custo Brasil. É claro que a nossa infraestrutura é muito baixa ainda, muito pequena, e optamos pelo rodoviarismo.

Presidente, se houver tempo, o senhor pode me chamar a atenção.

O Brasil optou pelo rodoviarismo. Diminuímos a nossa malha ferroviária. Chegamos a ter 35 mil quilômetros, mas temos 12 mil realmente funcionando no Brasil. E o número de acidentes é extremamente alto nas nossas estradas, porque tudo passa pelas estradas.

Então, nessa linha, também eu queria ouvir um pouco como diminuir esse custo Brasil. Como diminuir esse custo Brasil? Que prioridade de investimento os senhores pensam que o Brasil devia focar?

Agora, estamos vendo aqui a chegada dos chineses. Estamos aí no momento das concessões, há também a possibilidade de venda, inclusive, de estatais. Como vimos agora, hidroelétricas de Minas foram leiloadas, enfim. Qual a análise dessa chegada desses recursos aqui? Como participamos dos BRICS, de que forma temos de tratar principalmente esses parceiros dos BRICS para podermos nos inserir de forma forte, respeitável, nessa bilateralidade comercial, que é saudável?

O senhor falou também, e é muito importante isso, da questão do isolamento das negociações internacionais. Eu acho que é praticamente aquilo que eu já coloquei aqui, mas nós somos hoje um forte exportador de *commodities* agrícolas, não é? Como o senhor vê isso? O Brasil tem de investir mais em ser um forte exportador de *commodities*? Eu, inclusive, estou relatando uma comissão especial agora que trata da questão da Lei Kandir. Na Lei Kandir, previa-se a compensação dos Estados que exportam essas *commodities* agrícolas e minerais e semielaborados, e o Governo teria de fazer uma compensação. Ao longo do tempo, essa compensação foi cada vez diminuindo mais, inclusive numa situação em que o Governo não é obrigado; ele devolve se quiser e se puder, ou se puder e se quiser. Agora, ano passado, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo Tribunal Federal definiu que o Congresso tem prazo até o final de novembro, ou o Tribunal de Contas vai fazer esses cálculos, e não sabemos ainda como vamos chegar lá.

Para as exportações dessas matérias, as *commodities*, que citei, dificilmente nós vamos conseguir ter competitividade, porque nosso custo, principalmente da nossa logística, é muito alto. Então, como competir com a produtividade que têm os Estados Unidos, por exemplo, na carne? Com um rebanho muito menor, eles produzem muito mais carne do que o Brasil. E os Estados Unidos abriram a possibilidade de o Brasil exportar carne, mas eles também querem exportar carne para o Brasil, principalmente a carne de primeira, que lá não é tão valorizada – por exemplo, a picanha – como aqui. E eles impõem, é claro, as regras fitossanitárias, enfim, tudo de forma muito forte. Daqui a pouco, nós vamos perder o nosso mercado externo, dificultar nosso mercado interno e ainda não ter a capacidade... Ao invés de ganhar com certas aberturas, vamos perder, por essa competitividade. Eu gostaria do comentário principalmente do Embaixador Rubens, com a sua experiência.

Também nesse aspecto ainda, fala-se muito, no Brasil – e já houve muita conversa aqui, discussão aqui no Congresso –, sobre a questão da abertura de venda de terras brasileiras para estrangeiros. Como o senhor vê essa situação? Qual a sua opinião sobre isso, já que o Brasil está na situação de grande produtor agropecuário, como é reconhecido mundialmente hoje? O senhor falou da nossa estratégia no comércio externo. Parece-me que a primeira vitória que nós tivemos na OMC foi exatamente com o algodão, Presidente Collor, e foi uma luta custeada pelos produtores mato-grossenses; não foi o Governo que custeou. Foi um custo, parece-me, de US$2 milhões. Não sei se o Embaixador chegou a fazer essas tratativas. Eu penso que o senhor, como é um especialista na área – não é uma pergunta –, poderia fazer um comentário a mais, aprofundar-se um pouco mais sob esse aspecto.

Como fazer para trazer essa política de investimento, de atração de investimentos de ponta? O que temos de fazer? O senhor falou, por exemplo, da questão da educação. Foi criado pelo governo o Pronatec, mas vemos pelo Brasil afora, muitas vezes, vagas serem oferecidas e não haver alunos. Muitos começam o curso, mas, pela baixa qualidade, desistem. Aí não sei se o senhor poderia – talvez, tome muito tempo – fazer um comentário sobre esse investimento na educação brasileira, sobre o custo das universidades, sobre o ensino básico. O que nós podemos fazer para melhorar a eficiência da aplicação desses recursos?

O senhor falou muito do Itamaraty, e me parece que o senhor focou mais o prestígio interno do que o prestígio externo do Itamaraty. Eu gostaria de um esclarecimento sob esse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Realmente, para o ano que vem, talvez o Presidente Collor possa nos ajudar também, já que, como Presidente, teve toda uma experiência. Como fazer nas eleições para escolher lideranças nesse caminho que V. Exª colocou, Embaixador Rubens?

Eram essas as minhas considerações.

Ficam as perguntas para que qualquer um, da forma que entender, possa responder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Wellington Dias.

Eu passo a palavra ao Embaixador Rubens Barbosa para dar resposta às indagações formuladas por V. Exª, Senador.

O SR. RUBENS BARBOSA – Foram muitas as perguntas. Acho que não vamos ter tempo...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É um programa de governo.

O SR. RUBENS BARBOSA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE. *Fora do microfone*.) – É um programa de governo.

O SR. RUBENS BARBOSA – Eu acho que essa crise pela qual nós estamos passando tem um aspecto muito positivo: nós estamos começando a discutir o que interessa, estamos começando a discutir coisas que terão impacto na vida do cidadão, na vida das empresas e na própria função do Estado aqui no Brasil. Eu acho que muito do que está sendo discutido, não só na área externa, mas sobretudo na área interna, essa questão do papel do Estado, a abertura, tudo isso eram temas tabus aqui. Isso se dava por um lado. Por outro lado, eu acho muito difícil a gente discutir um projeto, porque, infelizmente, o País está dividido. Nós estamos com uma grande divisão interna, o que não é privilégio do Brasil. Nós estamos vendo isso nos Estados Unidos, estamos vendo isso na Europa. Há uma crise de representação que está gerando essa divisão interna. O que aconteceu na Inglaterra, o que aconteceu na França, o que aconteceu nos Estados Unidos é um exemplo do que está acontecendo aqui no Brasil, quer dizer, a sociedade brasileira está muito dividida. Então, é difícil haver uma linha que seja consensual. A gente está vendo aqui no Congresso as discussões sobre essas reformas, que são um exemplo disso.

Feitas essas duas observações, vou tentar mencionar alguns desses pontos levantados.

Primeiro, falo em relação à América Latina, à questão da integração, sobretudo na América do Sul, porque a América Latina inclui a América Central, que não é central para os interesses diretos do Brasil. Esse é outro aspecto também que eu não mencionei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho que, por causa dessa divisão, nós temos de começar a pensar, quando discutimos as coisas, em colocar os interesses do Brasil acima dos interesses partidários, dos interesses políticos e pessoais. Uma coisa é a luta política. Tudo bem, estamos numa democracia, com opiniões divergentes, e isso é normal. Agora, quando se discutem alguns problemas fundamentais, eu acho que a gente, no Brasil, ainda não introduziu esse conceito do interesse do País acima das divisões, porque muitas vezes a divisão ideológica, a divisão política impede realmente o consenso. Eu servi por cinco anos nos Estados Unidos. Todos os assuntos lá são discutidos, e é mencionada a questão do interesse nacional. É impressionante como eles, às vezes, procuram encontrar formas de consenso com base nesta ideia do interesse nacional.

Então, aqui na região, o nosso entorno geográfico é a coisa mais importante da política externa. O senhor sabe que, pelo que eu disse aqui, eu tenho pouco a ver com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Eu tenho um único aspecto conhecido com o Samuel Pinheiro Guimarães. O Samuel escreveu, disse aí que o maior problema da política externa é a região, a América do Sul. Eu concordo com ele, realmente, porque nós estamos falando de 350 milhões de pessoas, estamos falando de um mercado enorme, estamos falando de dez países vizinhos, e é uma realidade. Você não pode fugir, você não vai mudar de lugar. Se está morando aqui, vai ficar aqui, e os outros também. Então, a gente tem de conviver com isso.

Eu acho, eu defendo muito – o Itamaraty não se filia a isso, mas, mesmo quando eu estava no Itamaraty, eu defendia – que o Brasil tinha de ter uma posição de liderança aqui na região. Mas a liderança a gente não proclama, a gente exerce. Os Estados Unidos não dizem: "Eu sou o principal país do mundo." Eles fazem a agenda.

Quando eu estava na coordenação do Mercosul, durante três anos, o Brasil nunca entrou numa negociação comercial sem ter uma posição definida, um papel definido. Então, eu acho que a gente tem de levar isso em consideração. Ou o Brasil exerce uma liderança para integrar mais a região... E aí, hoje, como eu digo, nós estamos com a região quase desintegrada. Chile, Peru e Colômbia não estão mais voltados para a região, estão voltados, na minha visão, para a Ásia.

Eles têm acordo com os Estados Unidos, têm acordo com a União Europeia, têm acordo com a China, têm acordo com a Coreia. E, quando o Brasil quer fazer um acordo mais profundo, eles reagem. Agora, quando a gente está à mesa de negociação, todos eles pedem que o Brasil tenha uma posição: "Qual é a posição do Brasil? Nós queremos saber qual é a posição do Brasil."

Então, acho que a gente tem de ter uma posição. Por exemplo, o senhor mencionou a questão da infraestrutura. Esse é um exemplo da ausência de pensamento estratégico do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nesses últimos dez anos, a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, em importação e em exportação, e a Ásia, a principal região parceira comercial do Brasil. O Brasil não tem nenhuma estratégia para abertura de portos no Pacífico, na sua região lá, apesar de haver a cordilheira – é complicado, a gente sabe. Mas qual é a política que a gente tem para integrar esses países? No fundo, no fundo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas, pela Bolívia, por exemplo, nós teríamos a possibilidade de sair, até pela navegação.

O SR. RUBENS BARBOSA – Pois é. Agora, há uma estrada no Peru, há uma estrada lá. Mas nós não temos uma política de integração por estrada de rodagem ou por estrada de ferro, pelo que for, com os países da região. Isso aí eu acho que é muito importante.

Estávamos falando da questão da hidrovia que beneficia o Estado lá. Qual é a política que o Governo brasileiro tem? A hidrovia é tratada em terceiro escalão no Ministério do Exterior, no Ministério dos Transportes. O Brasil fez uma proposta no governo Serra, na gestão Serra, a respeito da hidrovia, para que a gente criasse uma Autoridade Internacional para a Hidrovia, o que ia fazer com que a hidrovia passasse a ser vista como a hidrovia é vista na Europa. No Ródano, no Danúbio, em todos os grandes rios lá, há uma Autoridade Internacional que controla a gestão da hidrovia. Aqui, na América do Sul, nós temos cinco países na hidrovia, e cada país tem seu próprio regime, que é ineficiente, que é custoso e que não atrai investimento. Quem vai investir na hidrovia quando ela não é importante para os países?

Então, para dar uma ideia de como há distorções, o senhor sabe que as empresas de transporte fluvial lá, as donas das barcaças, estão todas sediadas no Paraguai. São todas brasileiras e argentinas as que têm as barcaças, mas a sede, a bandeira é paraguaia, por causa da ineficiência, por causa do custo nosso aqui. Então, são distorções que a gente precisa corrigir do ponto de vista do Brasil.

Eu acho – eu defendo isto, defendia durante o governo Lula e o governo Dilma e continuo defendendo – que o Brasil tem de defender o seu interesse em todos os lugares, inclusive aqui na região. Tem de defender o seu interesse. Não é uma coisa solidária, mas é o interesse. Cada um tem o seu interesse. Não é possível o Brasil ficar a reboque dos acontecimentos aqui.

Essa questão da infraestrutura eu acho da maior importância, para aumentar o comércio. O senhor sabe que os países-membros da Aladi são 11 ou 12 países – na América Central, há alguns, como Cuba e República Dominica; agora o Panamá está entrando; e lá estão todos da América do Sul. O intercâmbio comercial entre todos os países da nossa região corresponde, em média, a 16% do comércio dos países da região. Na Europa, são 40%; no Nafta, são 60%; aqui, são 16%. Por quê? Na minha visão, isso ocorre porque o Brasil não tem uma política ativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para aumentar esse comércio. Não adianta fazer acordo comercial. Como eu disse, o México tem 13% só dos produtos, e nós também dos deles.

Todos os países da região, durante o governo do PT, receberam 100% de margem de preferência e zero de tarifa. E o que eles exportam para o Brasil? Muito pouco, porque ou não há competitividade, ou não há transporte, pelas dificuldades. Se a gente propiciasse uma infraestrutura para aumentar a importação desses países, evidentemente aumentaria a exportação do Brasil para esses países.

Então, está faltando realmente esse pensamento estratégico nosso, não só com os nossos países vizinhos, mas, sobretudo, com essa questão da Ásia e da China. O Brasil precisa ter canais, corredores bioceânicos, para que as mercadorias brasileiras, sobretudo os produtos industriais, além dos produtos agrícolas, que são muito importantes, possam ter mais competitividade na exportação para a Ásia.

Eu acho que esse dilema também – aproveitando a reflexão –, essa questão de comércio exterior na área de investimento entre agricultura e indústria é um falso dilema. Quer dizer, a agricultura hoje tem uma ligação com a indústria muito grande. À medida que cresce o produto agrícola, aumenta o fornecimento de equipamentos industriais, aumenta a necessidade de tecnologia para atender a essas demandas.

Eu acho que, na relação do Brasil com China, essa dependência nossa em relação à China de produtos agrícolas e minerais só vai aumentar, porque o Brasil, ao contrário da maioria dos outros países aqui da região, exporta para a China produtos que são essenciais para a China: soja e minério de ferro. Não vai diminuir o consumo nem de soja nem de minério de ferro. Outros produtos, como níquel, cobre, podem ser substituídos por produtos sintéticos e tal, e pode vir a diminuir a exportação, mas minério de ferro, soja e milho vão continuar, porque é alimento. Isso vai continuar.

Então, nós temos de nos preparar para, nos próximos anos, ter a China cada vez mais presente, como o senhor mencionou. E está acontecendo isso. Nós estamos vendo o crescimento dos investimentos, tudo que está acontecendo em relação à China. Nós temos de ter uma política em relação a isso.

O senhor falou sobre o negócio das terras. Qual é a política do Governo brasileiro? Até agora, o Congresso é que está segurando, porque está aqui no Congresso o projeto de lei autorizando a venda de terras para estrangeiros. O Congresso, acho, está cauteloso porque esse é um problema sério mesmo. Isso define uma estratégia do Brasil. O que a gente quer? O que vai ser afetado se a gente vender toda a terra que a gente tem aí? Como é que é? Há de se estudar, há de se discutir isso. E eu acho que o Congresso tem um papel importante aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, outro aspecto que é muito importante, que eu mencionei de passagem e que o senhor mencionou também ao falar da agricultura, indiretamente, é a questão da indústria. O senhor sabe que a indústria brasileira, na década de 1980, no século passado, nos anos de 1980, de 1985, de 1986, representava 25%, 26% do PIB. Hoje a indústria de transformação representa 9%. Não é a agricultura que dá emprego. O que dá emprego é a indústria. Eu não estou dizendo mais, eu não falei aqui em desindustrialização. Eu falei em reindustrialização, porque acho que o Congresso, a sociedade e os próprios industriais têm de colocar isso na agenda. Nós temos de conversar sobre a reindustrialização. E aí, na reindustrialização, entra esse problema todo da inovação e da tecnologia. Não adianta a gente querer ser competitivo em têxteis e em calçados, quando a China está produzindo tudo o que está produzindo, quando há Bangladesh, países que são mais competitivos do que a gente nessa área.

O Brasil tem um grande mercado, não vai desaparecer a produção desses produtos, mas a gente não pode pensar, como pensou no passado, que esses produtos resolveriam a situação do emprego. Não, porque hoje o dinamismo na área industrial vem dessa nova tecnologia, desses produtos que estão sendo inventados. Essa é que é a realidade. Eu estou examinando muito de perto isso. Essas transformações que estão ocorrendo na indústria são muito sérias. Há o digital. Enfim, há uma série de áreas que afetam isso diretamente, a internet, a informação, a informação das coisas, como chamam. Enfim, há áreas que poucas empresas no Brasil estão acompanhando, e nós temos de nos voltar a isso. "Como fazer?", o senhor pergunta. Como atrair investimento?

Com isso, eu encerro, para deixar o Benoni falar alguma coisa.

Na Fiesp, há um exemplo concreto que eu estou vendo. Um dia, nós recebemos o Governador do Texas, com a Secretária de Indústria do Texas. Eles foram à Fiesp convidar os empresários brasileiros a investirem no Texas. Eles disseram lá para a gente, disse o Governador do Texas: "Se alguma empresa aqui tiver um produto ou um sistema de ponta, de alta tecnologia, os senhores nos submetam, porque nós vamos examinar e, se a gente aprovar, nós financiamos vocês lá. Financiamos para criar indústria, financiamos para comprar a terra, financiamos vocês lá."

Aqui também, o Governo está falando isso já há muito tempo, há cinco, seis, dez anos. Eu me lembro de que o Mercadante era o Ministro da Ciência, e eu cheguei a conversar com ele, falando de inovação. Mas qual é a coisa prática que o Governo está fazendo para atrair investimentos? Nós somos muito bons em fazer missões comerciais no exterior. Eu estou defendendo em São Paulo que a gente pare de fazer missão comercial e faça missão para captar investimento. O que interessa para a gente? O esforço de ampliação do comércio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exterior virá pela ação dos empresários, desde que você melhore a competitividade, reduza os impostos, melhore o porto, a infraestrutura, enfim, tudo isso que a gente sabe. O empresário vai. Nós estamos no meio dessa crise toda que estamos vivendo. O comércio exterior caiu muito nesses últimos três ou quatro anos. Agora, nesses últimos meses, voltou a crescer a exportação. Ou seja, o empresário se ajusta e vai em busca de novos mercados.

Agora, para a inovação o Governo tem de dar estímulo. Nós estamos muito atrasados nessa área de tecnologia de ponta, de inovação. Aí, sim, o BNDES, em vez de dar dinheiro, como deu nesses últimos anos, deveria ter focalizado a inovação, a tecnologia, deveria ter financiado as empresas, as *startups*, para elas irem atrás da Tecnologia da Informação, que é o que vai acontecer.

Nós, aqui no Brasil, somos muito bons de diagnóstico, mas, na hora de propor soluções, é complicado. E a gente não pensa no futuro, a gente fica discutindo o passado. A gente tem de olhar para frente em todas as áreas e, sobretudo, na posição do Brasil no mundo, na questão do comércio exterior. Como a gente olha para frente com esses desenvolvimentos todos, com essas transformações todas? Como a gente vai se colocar?

Aí o Governo tem um papel grande, mas de orientação, não de subsidiar, de dar incentivo, porque não tem dinheiro mais. Para orientar o Governo tem meios, através das fontes de captação de informação. Pode auxiliar, orientar, dirigir.

Na Fiesp, agora, nós estamos mandando uma missão para o Vale do Silício de *startups*. Estão dez empresas lá, que a Fiesp está ajudando, para elas irem lá e tentar... Por que o Governo não faz missões para atrair essas empresas *startups* e não faz missões para ajudar essas empresas que estão começando aqui, nesses polos que existem em vários lugares aqui do Brasil?

Então, as coisas existem, os desafios existem para serem superados. Agora, a gente tem de mudar a mentalidade e ter essa visão estratégica de médio e longo prazo. Isso se aplica a algumas outras coisas que o senhor mencionou também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Embaixador Rubens Barbosa.

Espero que o Senador Wellington Fagundes esteja satisfeito com as respostas.

Passo a palavra ao Ministro Benoni Belli.

O SR. BENONI BELLI – Muito obrigado.

Senador, obrigado por suas perguntas e por suas considerações.

Eu acho que a primeira consideração que o senhor fez foi sobre a questão da visão estratégica de país, que eu mencionei ao me referir à necessidade de o Brasil ter uma visão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estratégica de inserção no mundo, antecipando-se a tendências e riscos de oportunidades também, que se descortinam no horizonte.

Eu gostaria de fazer referência a essa sua intervenção, porque acho importante esclarecer que, quando falei de uma visão estratégica, utilizei a expressão "visão de país", e a visão de país não é uma visão dos gabinetes de Brasília, é uma visão que tem de passar pelos Estados, pelos Municípios, pelas realidades regionais, que são onde as questões acontecem, onde os problemas estão dados, onde as oportunidades também são identificadas, onde as soluções podem ser buscadas.

O seu Estado, por exemplo, Mato Grosso, é um Estado estratégico – já que nós estamos falando de estratégia – para a inserção internacional do País como um todo, porque é um ponto de ligação entre o Atlântico e o Pacífico. Não resta dúvida de que, se nós quisermos ter uma visão de inserção do Brasil mais produtiva na economia internacional e na economia regional, criando, inclusive, cadeias de valor regionais, é importante o investimento em infraestrutura e na conexão, que se faça por rodovias, por ferrovias e por hidrovias, o que vai permitir o aumento da eficiência sistêmica da economia brasileira, não só da eficiência, em primeiro lugar, da economia regional, mas de toda a economia brasileira, porque isso cria novas oportunidades, inclusive cadeias de valor, novos *clusters*, que podem se formar em torno disso.

Quando há a conexão mais fácil, os investimentos fluem também de maneira mais natural, aproveitando obviamente já a competitividade da região, as vantagens comparativas que ela possua. Mas, se estamos falando, por exemplo, de atrair investimentos na área de tecnologia, a logística é fundamental para isso muitas vezes, para importar componentes de maneira eficiente, que precisam chegar no tempo correto para poderem se integrar a uma cadeia de produção. Isso não acontece sem investimento em infraestrutura, quer dizer, infraestrutura é básico para a eficiência de tudo.

Então, com o fato de Mato Grosso já ser muito competitivo na área agrícola e ter essa demanda para aumentar ainda mais – o senhor falou de competição que pode vir por aí na área da carne, mas também em outras esferas –, quer dizer, se o Brasil já é competitivo com a infraestrutura que temos nessa área hoje, imaginemos o que seria com uma infraestrutura de Primeiro Mundo funcionando. Então, haveria um ganho ainda maior de produtividade naquilo em que já somos competitivos e vamos para uma situação de aumento sistêmico dessa competitividade.

Eu queria fazer referência também, porque a sua pergunta toca nisso, mas alguns internautas também mencionaram, à preocupação de isolamento do País. Num país grande como o Brasil, muitas vezes, há essa tentação. Temos um mercado enorme, população muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grande. É muito comum que os países grandes se voltem para o seu próprio umbigo ou pelo menos minimizem a importância da inserção internacional.

Não há nada mais equivocado do que isso nos dias de hoje, com essa globalização que estamos vivendo. Não há como o Brasil resolver os seus problemas sem pensar o internacional como parte dessa agenda de busca de soluções dos nossos grandes problemas nacionais, porque, se o Brasil nada fizer, acabaremos tendo que aceitar regras internacionais que vão moldar um pouco a dinâmica internacional a nosso desfavor. Então, é aquela velha ideia: o Brasil vai ser um país que vai ajudar a moldar essas regras internacionais e, portanto, fazer refletir nossos interesses nacionais e nossos valores nessas regras ou vamos simplesmente implementar regras produzidas por outros, elaboradas por outros?

Então, essa dinâmica é importante quando fala, por exemplo, de integração regional, quer dizer, nos grandes projetos de integração na nossa América do Sul, o que nos convém mais, o que é melhor, por exemplo, do ponto de vista do interesse nacional em termos de investimento no Estado de Mato Grosso, quais os grandes projetos de infraestrutura que trariam ganhos reais para Mato Grosso. Isso precisa ser negociado com os nossos vizinhos. Vamos pensar, só para dar um exemplo muito básico, que todos conhecem, na integração ferroviária, em que as bitolas são totalmente diferentes entre os vários países. É um investimento que tem que ser feito de harmonização de regras inclusive para operar. A hidrovia é outro exemplo concreto que o embaixador mencionou, porque o investimento busca segurança jurídica. Se essas regras variam de acordo com o país ou se o tratado da hidrovia tem uma data para expirar, não existe uma autoridade, um secretariado que dê certa permanência, continuidade, isso afeta o investimento, quer dizer, segurança jurídica. Então, essas questões são fundamentais.

Acho que também outro tema que afeta muito e não afeta só Mato Grosso, afeta as grandes cidades brasileiras, que o senhor também mencionou na sua intervenção, que é crítico é o tema do narcotráfico, do crime organizado, dos crimes transnacionais, todos esses temas que não podem ser resolvidos simplesmente pelo Brasil sozinho. Quer dizer, o Brasil tem que fazer a sua parte obviamente, mas, se não houver cooperação com os países vizinhos, fica muito difícil.

Tivemos aqui, no ano passado, uma reunião da América do Sul de Ministros da área de segurança e justiça, para começar a conversar uma articulação mais estreita. Com a Bolívia mesmo houve uma reunião em Santa Cruz de la Sierra em agosto entre os Ministros da Justiça, da Defesa e, no nosso caso, Gabinete Institucional, com seus homólogos bolivianos. Criou-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um gabinete binacional na área de segurança justamente para conversar e aumentar a cooperação, porque só assim vai ser mais eficaz o combate a esse flagelo.

Em relação à América do Sul, eu queria fazer uma referência: concordo plenamente com o que disse o Embaixador Rubens Barbosa sobre o fato de que a América do Sul é a nossa circunstância. Nós temos que ver o desenvolvimento do Brasil, o futuro do Brasil, atrelado à nossa região. É muito difícil imaginar um Brasil desenvolvido, um Brasil próspero, com todas as suas questões sociais, pelo menos as principais, resolvidas se nós não tivermos, também na nossa região, vizinhos que nos acompanhem nesse processo de desenvolvimento.

Então, mais do que falar em liderança, na verdade, nós temos que falar de compartilhar o desenvolvimento, porque há uma interdependência enorme. Se nós tentarmos resolver nossos problemas sociais sem que nossos vizinhos nos acompanhem nesse processo de desenvolvimento, nós importaremos, de alguma forma, esses problemas. E nós exportaremos problemas sociais também, porque temos de fazer a coisa de maneira coordenada.

Então, eu prefiro não falar de liderança nesse sentido e falar de um compartilhamento de um projeto de integração, em que o Brasil, sim, é um fator fundamental, é um dos pilares fundamentais, porque é o país maior, e tem também maiores responsabilidades, porque às vezes temos a ilusão de que vamos falar em liderança e que isso resolve o problema: o Brasil vai fazer prevalecer todos os seus interesses na região, vai resolver os problemas.

Precisamos ter presente que o Brasil tem muitas deficiências também. O Brasil precisa encontrar nos vizinhos soluções também; oferecer soluções e encontrar soluções nesse intercâmbio, nessa visão compartilhada de integração regional, até porque a própria palavra "liderança" tem uma conotação muito pesada. Muitas vezes a liderança está associada a uma imposição de interesses, a uma visão hegemônica que prevalece em algumas outras regiões do mundo, não aqui. Então, o cuidado é, quando falar sobre liderança, dar um sentido positivo para compartilhar o desenvolvimento e a integração mais do que impor qualquer interesse.

Aliás, o nosso interesse nacional é sempre definido através de uma negociação também. Nós precisamos ter um objetivo a alcançar, que é o desenvolvimento, que é a prosperidade, que é ir para essas negociações com uma agenda muito clara, mas, como qualquer negociação, em qualquer parte do mundo, vamos ter que, de alguma forma, acomodar interesses, encontrar um meio-termo, achar um arranjo que atenda não só o interesse nacional brasileiro, mas também o interesse dos países com os quais temos tratado, conversado, de construir um projeto conjunto.

Então, o interesse nacional, no fim das contas, leva em consideração o interesse nacional dos países vizinhos. Do contrário, nosso interesse nacional morreria na praia, digamos assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque, se não tivermos a capacidade também de assumir custos, de, por exemplo, importar mais de alguns países, abrindo a importação para alguns produtos em que há uma resistência muito grande, fica difícil, simplesmente com a ideia de que vamos defender o nosso interesse nacional, conseguir avançar num processo que leve à integração da região.

Só para terminar, sobre investimentos chineses, que também V. Exª mencionou, acho que essa preocupação é de todos do Brasil, assim como de outras regiões do mundo. O investimento chinês está crescendo muito. Nós vemos, no Itamaraty, como algo positivo. Houve uma visita recente presidencial, houve mais anúncios de investimentos. O importante é que... E não é só em relação à China, mas em relação a qualquer outro país, fala-se que os chineses podem dominar o Banco de Desenvolvimento. Mas quem domina o Banco Mundial? Quem é que tem o poder decisório no Banco Mundial?

Na verdade, essa questão se coloca em todas as instâncias. Nós temos sempre que ter uma visão estratégica do que nós queremos na relação com os grandes países, grandes potências do mundo. E a China é a maior potência em ascensão. Nós podemos ganhar muito com isso se nós formos capazes de carrear esse investimento não só para atender o interesse específico comercial de algumas empresas chinesas, mas aumentar de alguma forma nossa capacidade de alavancar investimentos em infraestrutura, por exemplo, que atendam interesses que vão muito além apenas dos chineses. É claro que o chinês vai investir porque precisa ter um retorno em relação a isso, mas é importante nos assegurarmos de que esse investimento atenderá o interesse maior do País também. Para isso a fiscalização do Congresso, as normas de regulação existentes, as normas antitruste que existem, por exemplo, que podem ser aplicadas, que seriam aplicadas ao capital chinês, assim como ao capital americano, holandês ou mesmo às práticas comerciais das empresas brasileiras.

É importante, concordo, que possamos atrair os investimentos para as áreas que são mais críticas e mais importantes para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Ministro Benoni Belli, pelas suas respostas.

Pergunto a S. Exª o Senador Wellington Fagundes se está satisfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Se houver tempo, gostaria de um comentário sobre a educação, de forma sintética, se o Embaixador entender que deve.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Alguma questão específica em relação à educação, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – O tipo de investimento que o Brasil está fazendo, a necessidade de buscar exatamente esses investimentos de ponta, porque se não tivermos mão de obra preparada também ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Qualificação.

O SR. RUBENS BARBOSA – Recentemente, a gente teve uma discussão grande aqui no Congresso, inclusive sobre a reforma do ensino médio.

Para responder à sua pergunta, vou dar um exemplo do que aconteceu quando eu estava em Londres. Tony Blair havia assumido o governo, e a tecnologia era a estratégia de desenvolvimento mais importante do governo britânico. Do ensino básico, do ensino primário, eles mudaram o currículo, tiraram o currículo, isso lá pelos idos de 1990, estou falando de 20 anos atrás. Eles mudaram o currículo para ajustar os interesses de melhoria do ensino para criança às mudanças que estavam ocorrendo no mundo. Então, aqui no Brasil, quem poderia pensar numa coisa dessa?

À questão da educação eu nem dou muita ênfase, porque isso aí é o fundamental, quer dizer, a gente está atrasado por qualquer comparação. Apesar de gastarmos muito, o Brasil gasta hoje em educação tanto quanto os países desenvolvidos, os resultados são esses que a gente está vendo aí. Então a gente gasta mal e também não tem uma política com uma visão estratégica de médio e longo prazo. Isso que eu falei vale para todas as áreas. A gente não tem uma visão de médio e longo prazo.

Eu acho que muito do que a gente falou aqui fica subordinado sempre, em vez de falar, não gosto de falar disso, em projeto nacional pelas razões que eu mencionei, a divisão e tal, a gente tem que perguntar o que é que o Brasil quer da relação com os Estados Unidos, da relação com a China, da relação com a União Europeia. O que o Brasil quer no ensino? O que o Brasil quer? A gente não sabe o que o Brasil quer. Por que a gente fez a reforma do ensino médio? Deve ter um pensamento estratégico aí por trás. Por que que a gente faz uma coisa desde o básico para ajustar essas mudanças tecnológicas?

Por que a gente não discute com a China, internamente sobre a China? Porque a gente não vai poder continuar só a exportar produtos agrícolas. Se você quer fazer uma reindustrialização, a gente tem que examinar, lá na China, quais são os nichos de mercado. A China tem 1,3 bilhão de habitantes. É impossível que tudo que eles consumam lá seja produzido localmente, apesar da política industrial deles ser muito agressiva, inclusive para fortalecer a empresa local. Mas alguma coisa eles vão importar. A gente já fez esse estudo? Qual é o nicho de mercado que existe na China que o Brasil pode aproveitar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então eu acho, de novo, que é esta a questão: o interesse brasileiro tem que ser examinado. O que que o Brasil quer no mundo? O que a gente quer das relações com os países principais? O que a gente quer com política industrial? O que a gente quer com política educacional?

Eu me lembro de que, quando a gente cresceu 7,5%, em 2010, os senhores devem se lembrar, houve notícia, eu vi na televisão, estava faltando motorista de trator de última tecnologia, porque não havia motorista que lia computador. Então, agora, se a gente voltar a crescer, nessa trajetória, nos próximos anos, 5% ou 6%, vai haver falta de mão de obra especializada aqui no Brasil.

A gente tem uma política de imigração em que a gente recebe todo mundo. Agora, os países desenvolvidos têm uma política de imigração em que eles atraem especialistas. Na Europa você tem 20 milhões de desempregados. Na Índia tem gente muita qualificada que podia vir para cá. Nós devíamos pensar a médio prazo. Está bem, se continuar assim, com a educação deficiente como é e tal, vai faltar mão de obra especializada. Então vamos ter uma política para daqui a 10 anos. Quer dizer, esse pensamento não existe aqui no Brasil. Como eu falei logo no começo, a gente não tem estratégia. Está faltando um pensamento... Por isso que eu não gosto de falar de projeto nacional, porque projeto nacional divide. Você tem o projeto do PT, o projeto do PSDB, o projeto do PMDB. Aí divide.

Então vamos discutir o que o Brasil quer, o que precisa ser feito para o Brasil crescer, se desenvolver, se integrar no mundo e se atualizar em termos de conhecimento. Esse assunto, que é muitíssimo pouco discutido aqui, no Brasil, acho que é o mais grave de todos. Quer dizer, o Brasil hoje está – vou exagerar um pouco – muito atrasado em termos de conhecimento, e hoje a economia é do conhecimento.

Os países asiáticos todos estão muito avançados nisso. Aqui, na América Latina, qual é o avanço tecnológico que existe? Por isso, falei: a América Latina não é o centro do mundo. A gente tem que ter consciência da importância do entorno geográfico, ter políticas e tal, mas do ponto de vista do Brasil. Quer dizer, o que o Brasil quer disso? E pensar como a gente vai interagir com essas novas formas de conhecimento.

A gente está fazendo... Agora voltou, depois de cinco, seis anos, estão fazendo a licitação do pré-sal. Os países europeus, a Inglaterra, a Suécia, em 2030, vão proibir carro a gasolina.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

O SR. RUBENS BARBOSA – O consumo de petróleo vai cair. Se a gente não aproveitar isso logo, daqui a 20, 30 anos, não há mais petróleo, não há mais onde usar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse pensamento é que a gente tem que atualizar, para estar sintonizado com o que está acontecendo no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Rubens Barbosa.

Senador Wellington Fagundes, satisfeito? Muito obrigado pela sua participação, Senador.

Eu gostaria, antes de concluir a reunião, mais uma vez, de agradecer a presença de todas as autoridades que aqui se fizeram presentes: S. Exª o Embaixador da República Libanesa, Joseph Sayah; a Srª Embaixadora de El Salvador, Diana Marcela Vanegas Hernández; o Embaixador do Estado da Palestina, Sr. Ibraim Alzeben; o Embaixador da República da Namíbia, Sr. Samuel Nuuyoma; o Embaixador da República Cooperativa da Guiana, Sr. George Wilfred Talbot; o Embaixador da República da Macedônia, Sr. Ivica Bocevski; a Embaixadora da República da Nicarágua, Lorena Martínez; o Embaixador da República Dominicana, Sr. Alejandro Arias Zarzuela; a Embaixadora da República de El Salvador, Srª Diana Vanegas; a Embaixadora Gisela Padovan, da Assessoria de Assuntos Federativos de Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; o Brigadeiro Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; o Ministro-Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã, Sr. Morad Ali Gholami Nohouji; o Ministro-Conselheiro da Embaixada do Marrocos, Sidi Sidi Abbah; o Conselheiro da Embaixada da República do Casaquistão, Sr. Temiriam Aimagambetov; o Sr. Conselheiro da Embaixada da República de Angola, Sr. Augusto Inácio; o 1º Secretário da Delegação da União Europeia no Brasil, Srª Cecile Merle; a 2ª Secretária da Embaixada do Canadá, Srª Nadine Khoury; o adido Civil da Embaixada da República da Bielorrússia, Aleksandr Tserkovksy; o Sr. Paulo Roberto de Almeida, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; o Sr. Marco Túlio S. Cabral, Coordenador-Geral de Pesquisa do Instituto de Pesquisa de Relações Institucionais; e, muito especialmente, a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan, que, como disse no início, sempre com sua presença abrilhanta os nossos debates.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todos, das Srªs e dos Srs. Senadores, das autoridades já especificadas, mas muito especialmente dos nossos palestrantes, o Embaixador Rubens Barbosa e ao Ministro Benoni Belli, que participaram, nesta noite de hoje, do nosso debate.

Informo que o 14º painel ocorrerá no próximo dia 16 de outubro, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema: "Terrorismo e ameaças cibernéticas no século XXI – os inimigos sem rosto". Para expor e debater o tema, teremos como convidados o General de Divisão Paulo Sérgio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Melo de Carvalho, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro; o Sr. Marcus Vinicius Reis, Policial Legislativo do Senado Federal; o Dr. Gills Vilar Lopes, professor da Universidade Federal de Rondônia, e o Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais.

Encerrando agora os nossos trabalhos, convoco S. Exªs, as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão, para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o próximo dia 05 de outubro, neste plenário, numa quinta-feira, às 9 horas da manhã.

Agradecendo mais uma vez a todos, desejando uma boa noite, dou por encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas do dia cinco de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário sete, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves e Benedito de Lira. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 161, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 162, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda, celebrado em Dublin, em 24 de novembro de 2010." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 172, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, assinado em Roma, em 2 de novembro de 2016." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Ana Amélia (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 36 de 2017** que: "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Requerimento nº 34/2017 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprovou a realização de audiência pública para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instruir o Projeto de Lei da Câmara 30 de 2007 que "Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo) ", requeiro a inclusão do senhor Igor Roberto Albuquerque Roque, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), como palestrando convidado." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Lido. Usam da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia e os Senhores Senadores Pedro Chaves, Lasier Martins, Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 36, de 2017
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Requerimento nº 34/2017 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprovou a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara 30 de 2007 que "Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo) ", requeiro a inclusão do senhor Igor Roberto Albuquerque Roque, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), como palestrando convidado.

Autoria: Senador Hélio José.

Comunico aos membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a abertura do prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, a partir de hoje até o dia 17 de outubro, às 18h.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que as emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas no endereço http://cm/emendas, e a via impressa, assinada pelo Senador membro, entregue na Secretaria da Comissão.

Designo, para relatar as emendas, S. Exª o Senador Valdir Raupp e, desde já, lembro aos senhores membros que a Comissão pode apresentar quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento.

Para esclarecimento, enfatizo que o art. 38 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, expressa que emenda de remanejamento é aquela que propõe acréscimo ou inclusão de dotações e, simultaneamente, como fonte exclusiva de recursos, a anulação equivalente de dotações constantes do projeto, exceto os da reserva de contingência.

Já o art. 39 da mesma resolução define que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 39 Emenda de apropriação é a que propõe acréscimo ou inclusão de dotações e, simultaneamente, como fonte de recursos, a anulação equivalente de:
> I - recursos integrantes da Reserva de Recursos a que se refere o art. 56;
> II - outras dotações, definidas no Parecer Preliminar.

O art. 56 diz o seguinte:

> Art. 56. A Reserva de Recursos será composta dos eventuais recursos provenientes da reestimativa das receitas, da Reserva de Contingência e outros definidos no Parecer Preliminar, deduzidos os recursos para atendimento de emendas individuais, de despesas obrigatórias e de outras despesas definidas naquele Parecer.
> Parágrafo único. Não integram a base de cálculo do *caput* os recursos provenientes de autorizações de cancelamentos seletivos contidas no Parecer Preliminar que dependam de avaliação posterior dos Relatores.

Um outro comunicado sobre a nossa agenda de trabalhos do mês de outubro, já que teremos um feriado no próximo dia 12, que cai numa quinta-feira e não teremos reunião. Então, considerando isso, informo às Srªs e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão a agenda das reuniões previstas para o restante do mês.

No dia 16 de outubro, segunda-feira, às 18h: 14º Painel de Debates com o tema: "Terrorismo e ameaças cibernéticas no século XXI: os inimigos sem rosto". Convidados: General de Divisão Paulo Sérgio Melo de Carvalho, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro; Prof. Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Dr. Marcus Vinicius Reis, Coordenador-Geral de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência e o Prof. Dr. Gills Vilar Lopes, da Universidade Federal de Rondônia.

No dia 19 de outubro, quinta-feira, às 9h, reunião deliberativa extraordinária, cuja pauta é a deliberação das emendas ao Projeto de Lei do Congresso nº 20, de 2017, o PLOA de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

No dia 23 de outubro, segunda-feira, às 18h, audiência pública desta Comissão conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, com o objetivo de elaborar diagnóstico, identificar gargalos e discutir soluções para viabilidade da hidrovia dos Rios Paraguai/Paraná. Convidados: Prof. Dr. Eduardo Ratton, Coordenador de Projetos do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura, da Universidade Federal do Paraná; Sr. Erick Moura de Medeiros, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Sr. Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Sr. Edeon Vaz Ferreira, Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agronegócio; Sr. Marcelo Cruz, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e o Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal.

No dia 26 de outubro, quinta-feira, às 9h, reunião deliberativa ordinária com pauta ainda a ser definida.

E, no dia 30, segunda-feira, às 18h, o 15º Painel de Debates com o tema: "Reestruturação da Defesa Nacional: reflexão sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas no século XXI". Convidados o Sr. Roberto Godoy, jornalista do jornal *O Estado de S. Paulo*, o Prof. Augusto Teixeira Júnior, da Universidade Federal da Paraíba, o Sr. Carlos Erane de Aguiar, Presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Material de Defesa, e o Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva.

Continuando os comunicados, amanhã, dia 6 de outubro, completa um ano a sanção da Lei nº 13.344, de 2016, que dispõe sobre a prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e estabelece medidas de atenção às vítimas. Trata-se de alteração no Código Penal oriunda do Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2012, cuja sanção representou adaptação da lei brasileira ao Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, nominado Protocolo de Palermo, do qual o Brasil é signatário.

O projeto de lei do novo marco legal foi fruto de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal que investigou o tráfico nacional e internacional de pessoas, presidida pela Senadora Vanessa Grazziotin e que teve como Relatora a Senadora Lídice da Mata.

A nova lei prevê outras modalidades para caracterizar o tráfico de pessoas. Assim, além dos casos de exploração e tráfico de menores, o crime passou a ser considerado também para a exploração do trabalho análogo à escravidão, servidão, remoção de órgãos e tecidos e adoção ilegal. A norma também concede maiores poderes às polícias e ao Ministério Público para requisitarem a órgão do Poder Público ou a empresas privadas informações sobre vítimas ou suspeitos.

Eu peço à Secretaria desta Comissão que dê como lida a íntegra deste comunicado.

Segundo comunicado, sobre Cuba: o Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, chamou de inaceitável a decisão dos Estados Unidos de expulsar 15 diplomatas cubanos da embaixada em Washington. A expulsão foi anunciada na terça-feira pelo Departamento de Estado norte-americano em nota na qual afirma que a decisão tem o objetivo de garantir a equidade entre as operações diplomáticas dos dois países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa decisão ocorre uma semana depois que os Estados Unidos retiraram mais da metade de seu pessoal em Havana após ao menos 21 funcionários relatarem problemas de saúde. Anteriormente havia-se especulado que os sintomas seriam causados por um misterioso ataque sônico, mas os Estados Unidos não apresentaram evidências para essa alegação e nem acusam o governo cubano de estar por trás dos ataques.

De acordo com o jornalista da BBC em Havana, Will Grant, o Ministro das Relações Exteriores também chamou a decisão americana de apressada e disse que o governo norte-americano não apresentou nenhuma evidência dos supostos danos causados aos funcionários da embaixada. Rodríguez afirmou que médicos cubanos não tiveram acesso aos funcionários, nem mesmo a equipe médica da embaixada que os atendeu.

Na opinião de Will Grant, as relações entre Estados Unidos e Cuba parecem ter chegado ao ponto mais baixo, apagando-se quase que completamente as boas relações que haviam sido construídas durante a administração Obama. O repórter também enfatizou a interrupção da emissão de vistos para cubanos entrarem nos Estados Unidos, o que prejudicou milhares de cubanos. O repórter reitera que as relações não estão completamente partidas, já que os cubanos expressaram que estão dispostos a trabalhar com os Estados Unidos na busca de uma solução, e a própria nota do Departamento de Estado também afirma que os Estados Unidos continuarão a manter relações com Cuba e a investigar a situação junto ao governo cubano.

Sobre a Catalunha. Afirmou o líder daquela região autônoma da Espanha, Carles Puigdemont, à rede britânica BBC que a Catalunha vai declarar independência da Espanha até o final desta semana ou início da próxima. Essa foi a primeira entrevista que ele concedeu à imprensa, especificamente à rede britânica BBC.

Por sua vez, o Rei da Espanha, Filipe VI, em discurso à nação anteontem, disse que os organizadores do referendo se colocaram fora da lei e que a situação na Espanha era extremamente séria, tendo conclamado seus súditos à unidade. Em seu pronunciamento, transmitido pela TV, o Rei Filipe VI disse que os líderes catalães que organizaram o referendo mostraram falta de respeito aos poderes do Estado. "Eles quebraram os princípios democráticos do Estado de direito", disse Filipe VI.

Puigdemont atacou o rei por, deliberadamente, ignorar milhões de catalães. Num discurso pela TV realizado ontem à noite, o líder catalão acusou o rei de adotar a posição do governo espanhol. Disse ele: "Este momento requer mediação", e alegou que o soberano rejeitou o papel moderador que lhe é garantido pela Constituição espanhola – acho que é mais do que o papel moderador, ele é o símbolo da unidade da própria Espanha, do próprio país.

O rei considerou o referendo ilegal e antidemocrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As tensões entre a Espanha e a região da Catalunha, situada no nordeste do país, continuam a escalar após a realização do referendo pela independência, considerado ilegal pela Suprema Corte espanhola e marcado por violência envolvendo a polícia nacional.

Na entrevista à BBC, quando perguntado sobre o que faria se o governo espanhol optasse por intervir e tomar o controle do governo catalão, Puigdemont disse que isso seria um erro que mudaria tudo.

De acordo com o art. 155 da Constituição espanhola, o governo em Madri pode impor o controle direto em regiões autônomas. Partidos no Parlamento catalão concordaram em realizar sessão plenária na segunda-feira próxima. Pode ser que Puigdemont use a ocasião para uma declaração unilateral de independência.

A prefeita de Barcelona, Ada Colau, divulgou mensagem no Twitter com os seguintes dizeres: "Nem declaração de independência nem artigo 155. Mais que nunca precisamos de diálogo e pontes." O partido de Ada Colau, Barcelona en Comú – isso é catalão – não apoiou o referendo, mas, sim, a mobilização não vinculante pelo direito de decidir.

Dos 7,5 milhões de catalães, entre os quais 5,4 milhões estavam aptos a votar, apenas 2,2 milhões foram às urnas no último domingo. Desses, 90% votaram pela separação, mas os resultados oficiais ainda não foram divulgados. Foram vários os relatos de irregularidades, em parte atribuídos ao sistema que permitiu aos eleitores votarem em qualquer lugar para escapar das medidas adotadas pela polícia espanhola para impedir a realização do referendo.

Segundo a imprensa espanhola, em algumas áreas, foram contados mais votos que residentes. Autoridades catalãs disseram que o comparecimento às urnas foi de 42%, enfraquecendo potencialmente a posição de Puigdemont.

Cerca de 900 pessoas ficaram feridas, quando a polícia espanhola tentava cumprir ordens da Suprema Corte para suspender o voto considerado ilegal pela Espanha. Alguns policiais foram vistos atirando balas de borracha, invadindo locais de voto e puxando pessoas pelos cabelos. Entre os policiais, 33 ficaram feridos.

Chocados pelas cenas de violência, centenas de milhares de catalães foram às ruas na terça-feira, e uma greve geral foi convocada em protesto ao que consideraram uma grave violação de direitos e liberdades durante o referendo.

O governo espanhol prometeu resistir a qualquer declaração de independência, e o Primeiro-Ministro Mariano Rajoy disse que o voto burlou a democracia.

Eu gostaria de solicitar a S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão que estejam na Casa que, por favor, se apressem para estarem aqui presentes, em função da nossa pauta hoje necessitar de deliberação e de quórum. Eu pediria também essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gentileza às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão que, eventualmente, ainda estejam em casa. Ficaríamos agradecidos pela pressa que pudessem dar à sua chegada ao recinto desta Comissão.

O próximo comunicado diz sobre a Venezuela.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – V. Exª falou em votar, mas as matérias que nós temos na pauta são três itens, todos não terminativos. (*Pausa.*)

Ah, entendi! Está bom. Agora, entendi. Não necessariamente há aqui a adesão dos votos para as matérias, mas, para deliberação, os Senadores que estão aqui são suficientes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Isso. Obrigado, Senadora.

Há um comunicado sobre a Venezuela.

O Presidente venezuelano, Nicolás Maduro, encontrou-se ontem com o Presidente russo, Vladimir Putin, em Moscou, para discutir as relações estratégicas entre os dois países. Durante o encontro, Maduro agradeceu a Putin pelo apoio político e diplomático que a Rússia tem dado à Venezuela "nos momentos difíceis pelos quais estamos passando".

A viagem de Maduro tem o objetivo de buscar apoio após as sanções impostas pelos Estados Unidos, que afetaram a economia da Venezuela. As sanções incluem a proibição de cidadãos, em empresas norte-americanas, negociarem com o governo venezuelano e com a petrolífera PDVSA, além de sanções individuais contra Nicolás Maduro e seus funcionários no governo. As sanções também proíbem funcionários do governo venezuelano de ingressar em território norte-americano.

Conforme informou nota do Kremlin, Maduro ainda participaria de um fórum internacional sobre energia em Moscou.

Continuando a viagem, hoje, Nicolás Maduro fará uma visita de trabalho a Minsk, capital da Bielorrússia, onde se encontrará com o Presidente Alexander Lukashenko.

A última parada da viagem será na Turquia, onde Maduro presidirá a Comissão Mista Intergovernamental Turquia-Venezuela, para, segundo ele, fortalecer a cooperação no campo financeiro, energético, agroindustrial e militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na segunda-feira, Nicolás Maduro, em discurso transmitido pela TV estatal VTV, acusou dirigentes da oposição venezuelana de atentarem contra serviços de distribuição de água, eletricidade e gasolina no país, auxiliados pelos Estados Unidos. Segundo Maduro, o plano faz parte de uma campanha terrorista para causar desassossego e descontentamento à população venezuelana. O Ministro do Petróleo da Venezuela, Eulogio Del Pino, relacionou o racionamento de água e as falhas elétricas às sanções financeiras impostas pelos Estados Unidos.

Na sexta-feira passada, o Chanceler venezuelano Jorge Arreaza havia anunciado que 63 países, entre eles, Rússia e China, haviam assinado uma declaração, condenando as sanções norte-americanas contra o país. Segundo Arreaza, os governos signatários acreditam que as ações têm como único objetivo afetar o povo e o governo da Venezuela com vista a uma mudança de regime.

A Mesa da Unidade Democrática (MUD), que reúne partidos da oposição venezuelana, informou, na terça-feira passada, que desistiria das reuniões entre representantes do governo venezuelano e da oposição em Santo Domingo, capital da República Dominicana, que tiveram início em 13 de setembro, por iniciativa do Presidente daquele país, Danilo Medina. As reuniões haviam sido elogiadas por Maduro e poderiam ter dado início a um diálogo entre o governo e oposição, mas a MUD afirmou que o segundo encontro só ocorreria se o governo venezuelano atendesse a uma série de reivindicações, o que até agora não se materializou.

Sobre a Coreia do Norte. O Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou, no domingo, 1º de outubro, que o Secretário de Estado, Rex Tillerson, estava perdendo o seu tempo ao tentar negociar com a Coreia do Norte, um dia após Tillerson ter afirmado, durante uma coletiva de imprensa em Pequim, que seu objetivo imediato era acalmar as tensões entre os dois países.

Há uma certa contradição, a cada semana, nessas questões relacionadas com a Coreia do Norte e os Estados Unidos, e declarações do Presidente americano e do seu Secretário de Estado, com o Presidente sempre desautorizando o seu Secretário de Estado nas incursões que ele vem fazendo no sentido de aproximar para que haja diálogo com a Coreia do Norte, ainda mais pelo Twitter, como foi, agora, nesse caso em que o Secretário de Estado estava na China tentando uma abertura de diálogo com a Coreia do Norte e tendo ele o Secretário de Estado afirmado que o seu objetivo imediato era acalmar as tensões entre os dois países. E o Presidente norte-americano pelo Twitter disse que o Secretário de Estado estava literalmente, aspas, "perdendo o seu tempo", fecho aspas. É algo, para um país como os Estados Unidos... Não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tillerson foi à China para se encontrar com o Presidente Xi Jinping. O Secretário de Estado disse que os Estados Unidos têm linhas de comunicação direta com Pyongyang e que não estão no escuro, acrescentando que seu país deixou claro que espera resolver esse conflito pelo diálogo e que o objetivo principal é uma resolução pacífica. Pelo Twitter, Donald Trump revela ter dito a Rex Tillerson que ele está perdendo o seu tempo tentando negociar com o homem foguete, aconselhando-o a poupar suas energias. Trump conclui sua mensagem afirmando que ser legal com o homem foguete não funcionou por 25 anos. Por que funcionaria agora? Clinton falhou, Bush falhou e Obama falhou. Eu não falharei, disse Trump.

O contraste crescente entre as manifestações digitais do Presidente e as declarações de Tillerson provocou comentários de especialistas sobre as intenções de Trump.

O jornal *The New York Times* ouviu Christopher Hill, que representou os Estados Unidos em negociações com Pyongyang durante o Governo de George W. Bush. Para Hill, os tuítes de Trump minaram a visita de Tillerson, deixando seus interlocutores se perguntando por que estão perdendo o seu tempo conversando com ele.

Sue Mi Terry, uma ex-analista da Coreia para a CIA e para o Conselho de Segurança Nacional norte-americano, declarou ao jornal que a mensagem de Trump foi tão exagerada que enfraqueceu Tillerson. A especialista conclui que acha difícil imaginar outro Presidente falando dessa maneira.

Já Michael Green, que atuou como principal conselheiro para a Ásia no governo do ex-Presidente George W. Bush, concordou que essa não é a hora para o diálogo e que Trump está certo a respeito de sua ineficácia neste momento. Pyongyang, diz ele, já deixou claro que não vai colocar suas armas nucleares na mesa e que o nível atual de sanções não irá convencê-los a fazer isso. No entanto, Green admitiu que, com o tempo, um regime eficaz de sanções pode funcionar.

Essas sanções econômicas nunca funcionam.

O Departamento de Estado não comentou os tuítes de Trump, mas divulgou uma nota informando que diplomatas dos Estados Unidos têm diversos canais abertos pelos quais podem se comunicar com as autoridades do regime norte-coreano, completando que as autoridades norte-coreanas não pareciam interessadas ou prontas para discutir o desarmamento nuclear.

A Agência de Notícias Reuters ouviu de uma autoridade da Casa Branca que esses canais diplomáticos são usados principalmente para discutir a questão dos cidadãos americanos detidos em Pyongyang.

Essa mesma fonte esclareceu que neste momento em que a Coreia do Norte continua com suas provocações o Presidente não acha que seja a hora para negociar com eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, depois que o *site* da rede NBC publicou que o Vice-Presidente Mike Pence o teria aconselhado a não deixar o cargo de Secretário de Estado no final de julho passado, Rex Tillerson convocou uma coletiva de imprensa para esclarecer que o Vice-Presidente nunca teve de persuadi-lo a permanecer em seu cargo, porque ele nunca considerou deixar a chefia da diplomacia norte-americana.

Na questão de Mianmar, a Câmara de Vereadores da cidade de Oxford, na Inglaterra, decidiu retirar o título Honorary Freedom of Oxford, concedido à líder birmanesa Aung San Suu Kyi, que, em 1997, em reconhecimento a sua longa luta pela democracia e seus vínculos com a cidade, por conta de sua resposta à crise dos refugiados rohingyas, havia sido concedido.

A decisão é fruto de moção discutida pelos vereadores, na segunda-feira, quando foi decidido que não era mais apropriado que Suu Kyi possuísse o título. Os vereadores revelaram que haviam escrito a Suu Kyi pedindo-lhe que fizesse tudo o que pudesse para estancar a limpeza étnica em Mianmar, mas não receberam resposta.

A Vereadora Mary Clarkson, autora da moção, disse à Câmara Municipal que a falta de resposta e a classificação, por Suu Kyi, das denúncias de violências contra as mulheres rohingyas como estavam acontecendo são, dentre eles, motivos para revogação do título honorário. Segundo comunicado reproduzido pela CNN, Clarkson disse que, ao tomar essa decisão, a Câmara Municipal de Oxford espera somar suas pequenas vozes a várias outras, que pedem por direitos humanos e justiça para os rohingya, e respeitar a longa tradição de Oxford, que seria manchada honrando aqueles que fecham os olhos para a violência.

É bom lembrar que Aung San Suu Kyi estudou na universidade de Oxford, de 1964 a 1967. Ela tem sido criticada pela sua resposta à situação da minoria rohingya em seu país. Mais de meio milhões de rohingyas fugiram para Bangladesh desde o início do conflito mais recente com as forças de segurança birmanesas, iniciado em 25 de agosto último.

Eu gostaria, encerrando aqui os comunicados, de pedir que fossem dados como lidos na íntegra todos os comunicados que eu acabo de ler resumidamente. Peço à Secretaria desta Comissão que os considere lidos na íntegra e, por favor, distribua-os às Srªs e aos Srs. Senadores.

Eu queria saber das Srªs e dos Srs. Senadores se nós poderíamos agir desta maneira em relação à nossa pauta deliberativa do dia de hoje: se nós poderíamos passar a fazer a leitura de cada um desses projetos – os seus relatores os apresentariam *per se* cada um deles – e deixaríamos para iniciar a votação quando tivéssemos o nosso quórum completo.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Então, passamos...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu, com muito prazer, fui convidado pelo Comandante da Marinha, representando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para visitar o Centro Industrial Nuclear de Aramar e o estaleiro naval de Itaguaí no período de 28 a 29 de setembro de 2017. Foi uma visita extremamente positiva, em que fui recepcionado pelo Almirante de Esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, que nos acompanhou nas duas cidades.

Eu pude notar, na verdade, o avanço que a Marinha está tendo em relação ao submarino nuclear e, inclusive, o domínio que nós estamos tendo sobre o enriquecimento do urânio e a própria energia nuclear. Então, eu queria louvar realmente a Marinha e o trabalho que ela vem fazendo. Acho que ela merece o estímulo de toda a Casa e do Executivo para continuar esses projetos. São projetos extremamente importantes para o País deter essas novas tecnologias, que estão muito mais avançadas do que a gente espera, do que a gente supõe.

Eu estava dizendo que lá é uma ilha de excelência. O que eu vi de cientistas, técnicos trabalhando... Há 2 mil pessoas trabalhando lá nessas bases. E noto que há um Brasil diferente, um Brasil que trabalha, que acredita. Eu estava fazendo uma semelhança com o Mato Grosso do Sul, onde o agronegócio vem desenvolvendo suas atividades e tem sido um orgulho para o País; tem garantido realmente o PIB e teve um crescimento de 15%.

Então, eu quero, sem fugir do tema, dizer que essa visita foi extremamente importante. Seria importante que todos aqui da Comissão pudessem ter essa oportunidade. A recepção foi maravilhosa! Nós tivemos lá um tratamento muito importante, um respeito grande pelo Parlamento e, acima de tudo, nós temos um compromisso muito grande, porque deter a tecnologia... Realmente a tecnologia nuclear é muito complexa. Hoje muitos países do Primeiro Mundo não querem transferir tecnologia para nós. Muitas coisas estão sendo feitas por lá mesmo, através dos pesquisadores brasileiros. Nós temos apenas 40 franceses, ou 45, de um total de 2 mil funcionários. Isso demonstra de forma inequívoca o avanço que estamos fazendo. Enriquecimento de urânio, que é uma técnica extremamente complexa, nós já estamos dominando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero parabenizar o Almirante, a Marinha, o Comandante e agradecer a Comissão de Relações Exteriores pela oportunidade de estar lá e poder visitar e nos representar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela comunicação que acaba de fazer a esta Comissão.

Com a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da mesma forma, Presidente, aproveitando a chegada dos colegas para deliberação, eu queria, como o Senador Pedro Chaves, também dizer que fui honrada, junto com outros colegas Senadores, um deles o Senador Antonio Anastasia, também a Senadora Simone Tebet, pela Marinha Brasileira para integrar uma comitiva de Parlamentares e de especialistas para uma visita à base brasileira da Antártica. Faremos isso no mês de novembro. Penso que, para mim, que tinha uma grande, enorme curiosidade – não pude aceitar convites anteriores desde que cheguei aqui ao Senado Federal –, será uma oportunidade também, como há pouco relatou o Senador Pedro Chaves, de verificar o trabalho que a Marinha vem realizando num projeto extremamente importante para o Brasil e para o mundo.

Também quero fazer um recorte de dois eventos. Um, aquele de que participei, que já foi feito pela Consultoria do Senado da Comissão de Relações Exteriores: V. Exª me designou para representar a Comissão na reunião bilateral com a Argentina. Estava lá o Embaixador Magariños e também representantes das autoridades argentinas, empresários dos dois países e depois houve o encerramento com a presença do Prefeito de São Paulo, João Doria. Foi um evento de grande qualidade na concertação de temas comuns do Brasil com a Argentina na área, sobretudo, da desburocratização. Ainda há uma queixa muito grande em relação a procedimentos que são lentos. Como sou do Rio Grande do Sul, o Senador Lasier Martins também sabe, nós enfrentamos, vivemos, digamos, aquilo que na integração real acontece. Então, nós temos uma fronteira muito longa com a Argentina e também com o Uruguai. Na relação com o Uruguai, as coisas são mais fáceis, são mais ágeis. Já temos um acordo fronteiriço que esta Comissão aprovou com o Uruguai, o ex-Presidente Lula esteve lá na fronteira para formar esse acordo. Esse funciona normalmente. Já no acordo fronteiriço com a Argentina, embora tenha sido aprovado, tenha sido implementado, ainda existem alguns procedimentos consulares que atrapalham a vida do cidadão. Então, algumas coisas, por exemplo: a carteira de habilitação brasileira não vale na Argentina, e é uma coisa simples. Nós estamos vendo aqui que um dos temas é carteira de habilitação em outros países, aqui já está havendo acordos. E é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um país muito amigo. Abordei essas questões e foram muito bem encaminhadas. Fiz referência também ao papel de protagonismo que o atual Embaixador da Argentina no Brasil tem tido, procurou V. Exª inclusive, e também ao Embaixador brasileiro, Sérgio Danese, ao trabalho que faz lá em Buenos Aires. Então, está feito esse registro.

Finalmente, tive a honra de ser convidada pelo governo de Taiwan para uma visita breve àquele país insular. E fiquei impressionada. É um país pequeno, mas tem com o Brasil uma relação extraordinariamente próxima, mesmo distante geograficamente falando. É uma ilha descoberta pelos portugueses, que antes se chamava Formosa, e essa ilha tem uma concentração de investimentos na área de pesquisa, ciência e tecnologia na área agrícola, numa espécie de Vale do Silício que eles têm lá, tão avançado quando nos Estados Unidos. São os maiores produtores de *chips* e têm um interesse crucial, que talvez seja para o Brasil também.

Mencionei isso ao nosso Chanceler, Senador Aloysio Nunes Ferreira, em relação à questão dos 14 milhões de turistas taiwaneses que gostariam de visitar o Brasil. Ainda há uma dependência de vistos que dependem daquele visto protocolar, porque é preciso fazer o visto por 90 dias no passaporte. E a liberação disso seria para eles uma grande conquista, porque muitos têm interesse de vir para cá. Já existem muitos investimentos taiwaneses no Brasil, como existem investimentos taiwaneses na China continental.

O Governo brasileiro alega que o fato de não ter relações diplomáticas convencionais com Taiwan criaria um impedimento, porque não há o mesmo tratamento com a China. Mas eu lembro que 97 países, entre os quais os Estados Unidos, Alemanha, França, Espanha, na Europa, e, na América Latina, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai concedem esse visto, mesmo não concedendo o mesmo direito ao visto liberado para a China continental. Então, se esses países fazem isso, como os Estados Unidos, por exemplo, ou o Canadá, ou os países aqui da América do Sul, eu penso que nós poderíamos imaginar uma espécie de avanço nesse relacionamento.

Também vários brasileiros jovens estão em Taiwan, vivendo em Taiwan, empreendedores, fazendo muito sucesso, aproveitando as oportunidades daquele país, que podem também nos ajudar na elaboração de matérias, como foi o caso que eu vi de pesquisas na área da produção de hortifrutigranjeiros de altíssima qualidade. Até o mamão formosa, de que nós falamos e que consumimos, eu fui lá saber que o mamão formosa se chama assim porque foi desenvolvido lá, meu caro Senador. É uma coisa impressionante! Eu imaginava que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É o papaia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. O formosa é aquele longo, aquele mais longo. O papaia é o menor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aí fiquei surpresa. Imaginava que era outra coisa. Formosa era o nome antigo de Taiwan. Os portugueses, quando ali chegaram... O Pedro Álvares Cabral da época, quando chegou lá, avistou... Não disse: "Terra à vista"; ele disse: "Oh, ilha formosa!" E aí ficou.

O Vice-Chanceler taiwanês se chama José Maria. Então, muitos nomes portugueses são ainda usados para pessoas de geração de média idade.

Eu acho que é natural... O Senador Anastasia vai conhecer a ilha. O Chanceler Aloysio Nunes Ferreira já esteve lá e, como eu, também ficou impressionado. O Senador Jorge Viana também esteve lá; o Senador Magno Malta e o Senador Hélio José também estiveram lá.

É um lugar em que vale a pena fazer essa incursão, porque temos muito a aprender com eles, Senador. É uma coisa extraordinária o envolvimento em várias áreas e o interesse que eles têm de investir no Brasil. Então, queria agradecer especialmente ao nosso... Eu o chamo de Embaixador, mas na verdade é o chefe da representação econômica e cultural em Taiwan, Fábio Franco; o Embaixador de Taiwan no Brasil, Isaac Tsai, o representante de Taiwan. O país fará, no dia 10, uma celebração da sua data nacional como independência.

Penso que existem muitas afinidades. Apesar da distância, da cultura, eles têm uma coisa muito parecida com o Brasil. E o fato de estarem brasileiros lá – inclusive um conterrâneo nosso, Senador Lasier, de Bento Gonçalves, um jovem de menos de 40 anos, que é professor de inglês lá. Ele se casou com uma taiwanesa e já tem um filhinho taiwanês. A filha do nosso Embaixador Fábio Franco, que é um excelente diplomata, muito integrado com a comunidade, tem sete anos, estuda numa escola pública de Taiwan e já fala e escreve mandarim com sete anos de idade. A esposa dele, Shirley, leciona numa universidade taiwanesa, na área de *design* gráfico. Eu acho que é importante a gente ter essa visão mais ampla das coisas.

Obrigada pela oportunidade.

Agradeço aos colegas Senadores por terem ouvido essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pelo seu relato, mas sobretudo por ter tão bem representado esta Comissão neste encontro havido em São Paulo, há duas semanas, entre grupos empresariais do Brasil e da Argentina, tentando reforçar os nossos laços econômicos, nossos laços comerciais, no âmbito do Mercosul.

Muito obrigado a V. Exª pela excepcional representação que a senhora fez neste seminário havido em São Paulo. Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, S. Exª o Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem.) – A minha colega conterrânea e brilhante Senadora continua, como eu, sendo repórter. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade, muito bem lembrado! Excelente! Foi um relato sucinto, conciso, objetivo, só mesmo próprio de quem é muito boa jornalista! Parabéns, Senadora, mais uma vez!

Como todos concordaram, passamos à nossa pauta deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 161, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação.

Indico, como Relator *ad hoc*, S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O relatório é pela aprovação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Antes, pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – É que eu estava com ele.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ah, desculpe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Houve um equívoco de minha parte, mas um equívoco que acaba também saindo de bom quilate.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho, para a apresentação de seu relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, passo diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cuida-se aqui de instrumento internacional a possibilitar a realização de ações de cooperação cultural em múltiplas áreas, como nos campos da cinematografia, artes plásticas, teatro e música e as facilidades para a pesquisa em institutos, arquivos, bibliotecas e museus.

É digno de nota o destaque dado ao conceito de patrimônio cultural e à valorização da diversidade cultural, étnica e linguística.

O acordo internacional em apreço reveste-se de grande mérito ao buscar estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre o Brasil e São Vicente e Granadinas. Coaduna-se perfeitamente com as tradicionais diretrizes da política externa brasileira no sentido de buscar maior proximidade e maior estreitamento dos laços que nos unem aos países caribenhos.

Voto.

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2017, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Fernando Bezerra Coelho, que apresenta o seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento na sua tramitação.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 162, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda, celebrado em Dublin, em 24 de novembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Trata-se, como V. Exª apregoou, de um acordo de cooperação no domínio da educação entre o Governo do Brasil e da Irlanda.

A exposição de motivos, assinada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Educação, ressalta que a assinatura do referido acordo está em consonância com a promoção do desenvolvimento por meio do estímulo à educação de qualidade, à pesquisa científica tecnológica e à promoção da língua portuguesa.

Passo à análise do referido documento, Sr. Presidente.

Informo no relatório, em primeiro lugar, relembrando a competência desta Comissão para tratar do tema.

Informo, ainda, que o acordo ora em exame é o primeiro instrumento assinado entre Brasil e Irlanda no campo da cooperação educacional e estabelece como compromisso principal o fomento das relações entre os dois países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

A temática do acordo reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral, devendo, também, produzir benefícios para as duas partes. É importante destacar, neste contexto, que estudo da OCDE, de 2016, traz dados sobre a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de 34 países diferentes, sendo que, no tocante à educação, a Irlanda é o país mais satisfeito, com 82% de aprovação.

Nada mais conveniente, portanto, para a melhoria da educação brasileira e o avanço de nosso progresso técnico, do que o aprofundamento das nossas relações no domínio educacional com países como a Irlanda, o que favorece, ademais, o desenvolvimento das respectivas academias em prol do aperfeiçoamento intelectual de suas populações.

Por fim, registro que não há vícios no que diz respeito à juridicidade do presente ato internacional. Inexistem, ademais, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que se coaduna com o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Desse modo, Sr. Presidente, por todo o exposto e por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2017.

Registro, como V. Exª tem observado, que a data desse acordo é 24 de novembro de 2010, já decorridos sete anos, e que, nesse ínterim, a Irlanda tem sido um dos países mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurados por estudantes brasileiros, não só em nível universitário, mas também para o aperfeiçoamento da língua inglesa, tendo em vista o custo relativamente mais baixo.

Portanto, é um acordo muito importante, e lamentavelmente levamos aí sete anos para sua final deliberação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2017.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 172, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação, assinado em Roma, em 2 de novembro de 2016.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação.

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Indico como Relatora *ad hoc* S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Tem a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Caro Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, vou direto à análise, apenas lembrando no preâmbulo que esse acordo teve uma participação muito ativa do Deputado Rubens Bueno, do Paraná, e da sua filha, que é Deputada do Parlamento italiano, Renata Bueno.

Esse ato busca atender aos apelos, seja da comunidade de brasileiros na Itália, que gira em torno de 70 mil pessoas, seja da de italianos que vivem no Brasil, com o objetivo de desburocratizar o processo de obtenção da permissão para dirigir regularmente no território

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das respectivas partes. De fato, embora Itália e Brasil sejam partes da Convenção de Viena sobre Trânsito Viário, de 1968 – que estabelece um conjunto de diretrizes internacionais para padronizar o trânsito viário e aumentar sua segurança –, o governo italiano não tem reconhecido a Carteira Nacional de Habilitação brasileira (CNH) desde 1998, exigindo dos brasileiros residentes há mais de um ano em território italiano a submissão ao processo ordinário para obtenção da habilitação italiana, que inclui a prestação de exames e o pagamento de taxas. Nesse sentido, conquanto diversos países reconheçam, sob reciprocidade, a validade das habilitações emitidas por outras partes da Convenção, como é o caso do Brasil, o governo italiano alega a insuficiência das normas internacionais sobre a matéria, indicando a necessidade de celebração de instrumentos bilaterais específicos.

Com esse objetivo, a Itália já assinou até o momento cerca de 50 acordos de reconhecimento recíproco em matéria de conversão de carteiras de habilitação.

Para os nacionais dos dois Estados que se dirijam ao território da contraparte na condição de turistas ou residentes por menos de um ano, no caso da Itália, ou de 180 dias, no caso do Brasil, continuarão a ser adotadas as regras de reconhecimento de habilitação contidas no art. 41(2) da Convenção de Viena sobre Trânsito Viário (com emenda em vigor desde 2006), devendo o interessado fazer a tradução juramentada da CNH válida obtida em seu Estado patrial ou solicitar a Permissão Internacional para Dirigir junto à autoridade competente para emiti-la em seu país.

Já para os brasileiros e italianos que residam legalmente há menos de quatro anos na Itália ou no Brasil, respectivamente, este acordo irá possibilitar o requerimento da conversão de sua carteira de habilitação sem a necessidade de se submeter a novos exames teóricos e práticos de condução. O reconhecimento recíproco das carteiras de habilitação vale para os documentos não provisórios, válidos e em vigor, expedidos pelas autoridades competentes da outra parte, em conformidade com sua própria legislação interna, mas não em substituição a carteiras emitidas por terceiros Estados, e diz respeito a habilitações expedidas antes da obtenção da residência no território da parte onde se solicita a conversão.

Ademais, a conversão da CNH vale apenas para as categorias A e B, conforme as tabelas de equivalência anexas ao acordo, sendo necessária a submissão ao procedimento regular de exames de habilitação para a obtenção de outras categorias, mesmo que a carteira a ser convertida seja de categoria superior.

Em qualquer caso, pode ser exigido atestado médico que comprove os requisitos psicofísicos para as categorias mencionadas, conforme a legislação vigente no território das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partes. Ao final do processo, com a emissão da nova carteira, o documento convertido é retido e devolvido à autoridade competente da outra Parte.

Considerando que a aprovação dessa avença atenderá às necessidades de numeroso conjunto de brasileiros residentes na Itália e de italianos residentes no Brasil e sinalizará a prioridade que os governos dos dois países atribuem à integração das suas comunidades expatriadas e considerando ainda que o governo italiano comunicou ao brasileiro, em janeiro de 2017, já haver cumprido todos os procedimentos formais internos necessários à entrada em vigor do acordo, torna-se importante a aprovação e promulgação do presente acordo no mais breve prazo.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2017.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostaria de registrar aqui a presença de S. Exª o Senador Benedito de Lira, do PP, de Alagoas, que nos honra hoje com sua presença na Comissão. V. Exª sempre será muito bem-vindo, Senador. Muito obrigado. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências requeridas.

Gostaria ainda de fazer a leitura de mais um comunicado antes de encerrarmos a nossa reunião, em relação à adesão do Brasil à OCDE.

Criada em 1948, a OEEC, Organização para a Cooperação Econômica Europeia, a entidade tinha como objetivo básico implementar a cooperação do Plano Marshall para a reconstrução da Europa no Pós-Guerra. A ideia central era fazer com que, ao abraçar a ideia da interdependência econômica, o continente devastado pela Segunda Guerra pudesse perseguir o objetivo do desenvolvimento. A cooperação tinha como base os princípios democráticos e da economia de mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, foi estabelecida por tratado multilateral em 1961, quando passou a contar com os Estados Unidos e o Canadá. Desde então, expandiu-se fortemente e, além dos membros europeus, passou a abrigar países como o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia e Israel.

No âmbito da América Latina, são membros o México, desde 1994, e o Chile, a partir de 2010.

Os países integrantes da organização têm renda *per capita* elevada, média ou média alta e altos Índices de Desenvolvimento Humano. Em suma, são países considerados desenvolvidos.

Com sede em Paris, a OCDE transformou-se em foro de discussão e coordenação de políticas econômicas de amplíssimo alcance internacional. Suas áreas de atuação, atualmente, abrangem o desenvolvimento de confiança na economia de mercado e nas instituições que a apoiam; a busca de finanças públicas propícias ao desenvolvimento sustentável; incentivos à inovação e à tecnologia; a preservação ambiental; as políticas sociais e de emprego; e as normas adequadas de gestão governamental.

A participação de um país como membro da OCDE proporciona uma chancela de qualidade de gestão da economia e de órgãos públicos e é extremamente valorizada pelos investidores internacionais.

O Brasil tem um relacionamento muito próximo com a OCDE desde a década de 1990, faz parte do grupo de países composto de China, Índia, Indonésia e África do Sul, que têm relações consideradas estratégicas com a organização. Nosso País participa de vários órgãos da OCDE. Em 2015, firmou-se o Acordo Quadro Brasil-OCDE para aumentar as possibilidades de cooperação, e, neste ano, assinou-se acordo para o estabelecimento de escritório da organização no Brasil.

O êxito da candidatura do Brasil a membro da OCDE representará um marco importante para a retomada do crescimento do País. As condições básicas exigidas pela organização estão sendo cumpridas, como a identidade de pontos de vista com a filosofia da instituição, a presença significativa no cenário internacional, a possibilidade de cooperação que gere vantagens mútuas e o atendimento ao critério geográfico de equilíbrio na representação entre os países de vários continentes. O processo de aceitação é consensual e demorado, demandando, portanto, esforços em que está empenhada a nossa diplomacia. Ademais, vários membros da OCDE são contrários à expansão, e outros se atêm rigidamente a critérios geográficos. O Brasil concorre com as candidaturas da Argentina, do Peru, da Bulgária, da Croácia e da Romênia.

Passo a palavra, pela ordem, a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – O Sr. Presidente é muito gentil, mas, na verdade, eu comentava com o Senador Pedro Chaves que a esperança... Por todos esses países temos muito respeito, mas a situação econômica do Brasil é mais sólida. Então, esperamos, de fato, que tenhamos êxito nessa nossa candidatura e que o Brasil logo irá avançar. Como V. Exª bem disse, a participação nesse organismo é muito importante para a consolidação econômica e inserção global do nosso Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Com a permissão de V. Exªs, lembro que hoje vários comunicados já foram aqui lidos, alguns não na sua íntegra. Eu me permitiria trazer de volta os comunicados, a leitura dos comunicados, e a questão da Catalunha.

Quando da primeira leitura do comunicado a respeito do que vem ocorrendo na Catalunha, no Reino de Espanha, terminava eu dizendo que o governo espanhol prometeu resistir a qualquer declaração de independência, e o Primeiro-Ministro Mariano Rajoy disse que o voto burlou a democracia. Terminava aí. E eu pediria a licença a V. Exªs para concluir.

Em um intenso debate ontem no Parlamento europeu, as agremiações políticas apoiaram o governo Mariano Rajoy, apesar das petições de demissão do Primeiro-Ministro espanhol por parte dos partidos de esquerda e das duras críticas dos verdes e dos liberais às cenas de violência observadas durante a realização do referendo. Todos os partidos europeus, porém, fizeram um apelo ao diálogo. Logo após a realização do referendo, o Presidente da França, Emmanuel Macron, escolheu a via legalista ao defender a unidade da Espanha e ao designar o seu homólogo espanhol como seu único interlocutor, assim como fizeram os demais líderes europeus, que preferiram não dar a impressão de se imiscuir nos assuntos internos da Espanha, mas os partidos de esquerda franceses denunciaram a violência policial e exigiram o respeito à democracia.

Segundo a análise da BBC sobre uma hipotética independência da Catalunha, para o observador comum a região já tem muitos dos aparatos de um Estado independente: bandeira, um Parlamento e um líder, sua própria força policial, sua agência reguladora das telecomunicações e uma série de, entre aspas, "missões exteriores", miniembaixadas que promovem o comércio e o investimento da Catalunha pelo mundo, além de escolas e sistemas de saúde, por exemplo. Porém, muito mais teria de ser implantado no caso de uma eventual independência, como o controle de fronteiras, aduana, relações exteriores, defesa, um banco central, renda interna, controle de tráfego aéreo, entre outros, sem falar da complicada separação da economia catalã da economia espanhola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comentarista da Dow Jones Newswires, Marina Force, cita críticos segundo os quais a campanha de Puigdemont dividiu a sociedade catalã e levou desnecessariamente a região a uma crise que poderá resultar não só no fracasso da independência, mas também comprometer a sua prezada autonomia.

Vale lembrar que, no início deste mês, a Espanha assumiu o controle das finanças da Catalunha para evitar que o governo usasse fundos públicos para realizar o referendo, e poderá implementar novas medidas para restringir os poderes da região caso esse declare independência.

O porta-voz do Ciudadanos, partido catalão que se opunha à independência, Carlos Carrizosa, disse que Puigdemont ficará na história como um dos piores e mais breves governadores, pois praticamente aniquilou o governo da região. O Diretor do jornal *El Punt Avui*, e amigo íntimo de Puigdemont, Xevi Xirgo, recorda que, 30 anos atrás, o tema principal de conversa com ele já era a Catalunha e sua independência, que corre em suas veias há anos.

Para Puigdemont, pouco importam os riscos que sua campanha traz para a Catalunha, disse Alejandro Fernández, porta-voz no Parlamento catalão do Partido do Povo da Espanha. Para ele, Puigdemont demonstra sinais preocupantes de fanatismo que nenhum outro governador da região já demonstrou.

Segundo a Editora de Europa da BBC, Katya Adler, a crise na Catalunha é mais um problema do populismo que do separatismo. Na sua opinião, seria um erro interpretar a raiva e a angústia tão palpáveis na Catalunha neste momento como uma expressão de unidade política. Isso porque os catalães estão tão divididos quanto sempre estiveram quanto à questão da independência. De acordo com sua análise, fúria e indignação são os sentimentos que unem hoje os catalães contra a mão pesada do governo espanhol, representado pelo Primeiro-Ministro Mariano Rajoy, no qual enxergam uma arrogância centrada em Madri, além da brutalidade e desprezo pelos direitos dos indivíduos.

Para ela, esse é um "sentimento *antiestablishment* e nacionalista *à la* catalana". Isso porque, "enquanto a maioria da população catalã diz que não quer efetivamente deixar a Espanha, ela exige o direito de escolha, legalmente e com dignidade, em contraste com o caos e a intimidação" ocorridos no último fim de semana, quando ocorreu o referendo.

Os catalães estão frustrados pelo fato de sua região pagar mais impostos para Madri do que recebem de volta em investimentos, tais como infraestrutura. Se esse fosse o motivo para se pedir a emancipação, aqui no Brasil, por cissiparidade... Então, eles reclamam por não receberem de volta em investimentos aquilo que recolhem como tributos. Eles querem mudança, mas isso não chega a significar um desejo comum de independência. Segundo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comentarista, um cínico diria que tanto Rajoy quanto Puigdemont se beneficiam pessoalmente dessa crise constitucional, indiscutivelmente, a mais grave nesses 40 anos, desde a transição para a democracia na Espanha.

Rajoy está à frente de um governo de minoria, com tão pouco apoio que teve de retirar recentemente sua proposta de orçamento para 2018, temeroso de sua rejeição pelo Parlamento espanhol. Por sua vez, Puigdemont comanda um dos maiores déficits regionais da Espanha.

Registro a presença aqui na nossa Comissão de S. Exª o Senador Cássio Cunha Lima, Vice-Presidente da Casa.

Muito obrigado pela sua presença, Senador.

Para ela, a questão catalã é uma abstração pública de indesejáveis questões financeiras. Ambos os líderes ganham pontos políticos ao se manterem em suas posições, no momento em que opiniões endurecem na Espanha e na Catalunha.

Muitos catalães ficaram irritados com a posição oficial da Comissão Europeia, divulgada na segunda-feira, segundo a qual os eventos na Catalunha eram um problema interno da Espanha.

Analistas apontaram para o fato de os eurocratas de seus escritórios em Bruxelas terem se recusado a condenar a violência de domingo por temerem que as chamas do separatismo possam agora se espalhar da Catalunha à Córsega, ao norte da Itália, Flandres e outras regiões europeias, onde o sentimento separatista se fortaleceu no início do século, na época da violência no país basco espanhol.

Hoje, os separatistas bascos apoiam o governo do Primeiro-Ministro Mariano Rajoy no Parlamento espanhol.

Aqui finalizo a leitura, na íntegra, do comunicado cuja exposição havia iniciado no início da nossa reunião do dia de hoje.

Há também outro comunicado, que vou pedir para ser dado como lido, que trata da audiência do Diretor-Geral da OMC aqui, no plenário desta Casa, e que será distribuído às Srªs e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dando seguimento ao nosso Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia 16 de outubro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 14º Painel de Debates, sobre o tema: "Terrorismo e Ameaças Cibernéticas no Século XXI: os inimigos sem rosto".

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o General de Divisão Paulo Sérgio Melo de Carvalho, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro; o Prof. Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; o Dr. Marcus Vinicius Reis, Coordenador-Geral de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência República; e o Dr. Gills Vilar Lopes, Professor da Universidade Federal de Rondônia.

Agradecendo mais uma vez a paciência e, sobretudo, a presença das Srªs e dos Srs. Senadores na reunião do dia de hoje, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e bom dia a todos.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e dois minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário sete, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Hélio José e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RRE 1/2017, de autoria do Senador Fernando Collor. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 14° Painel - Terrorismo e ameaças cibernéticas no século XXI: os inimigos sem rosto. Discutindo sobre: O atual terrorismo e suas ameaças. As chamadas ameaças híbridas com a utilização de redes sociais e a invasão de redes de internet. Terrorismo na era digital: segurança cibernética. O ciberespaço como um novo campo de batalha: guerra cibernética, terrorismo e segurança internacional: reações das potências e possibilidades de ações brasileiras. **Participantes:** General de Divisão Paulo Sérgio Melo de Carvalho, Diretor de Relações Institucionais da Rede ANSP - an Academic Network at São Paulo.; Doutor Jorge Mascarenhas Lasmar, Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG; Doutor Marcus Vinícius Reis, Coordenador-Geral de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.. Doutor Gills Vilar, Professor da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Hoje vamos cumprir mais uma etapa do nosso ciclo de debates, cujo tema será especificamente, dentro do painel: "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" O tema específico deste 14º Painel será: "Terrorismo e ameaças cibernéticas no século XXI: os inimigos sem rosto."

Passo à leitura do comunicado da reunião anterior, do 13º Painel, cujo tema foi: "Lugar do Brasil em um mundo de transformações", do qual participaram como palestrantes o Embaixador Rubens Barbosa e o Secretário de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Benoni Belli.

O primeiro palestrante, Ministro Benoni Belli, elencou três grandes desafios da ordem internacional atual:

1 – o descompasso entre as regras e as instituições vigentes e a realidade de poder, muito alterada desde o final da guerra mundial;

2 – os novos desafios à ordem mundial, derivados de um sentimento cada vez mais forte de mal-estar com a globalização;

3 – como o Brasil poderá se antecipar às tendências externas e aos cenários futuros para tentar influenciar esses processos de forma a atender seus interesses e projetar seus valores nessa ordem internacional em mudança. Segundo ele, passamos de um momento de euforia, com o fim da Guerra Fria e a ilusão do fim da história, com a vitória da democracia liberal, com unipolaridade, tendo os Estados Unidos da América como única superpotência, para uma situação complexa com polaridades indefinidas – ascensão da Ásia e dos Estados Unidos –, sem condições de resolver unilateralmente os problemas da ordem internacional.

Continuando, disse ele que, se a ascensão de novos polos representará a mudança substancial, e que mudança na ordem internacional e nas instituições será esta, é questão que continua presente. Do ponto de vista do Brasil, ressaltou o palestrante, a ascensão de novos polos não significaria necessariamente abalar os pilares da ordem instituída, mas um aperfeiçoamento positivo desta, no sentido de abrir mais espaços para países em desenvolvimento, sem minar nem revolucionar essa ordem.

O debate sobre a ordem internacional mudou um pouco de foco, disse ele, em função da própria dinâmica política, eletrônica e social das potências estabelecidas, o que gerou esse sentimento de mal-estar com a globalização. Sua origem está nas mudanças do próprio capitalismo internacional, com as mudanças tecnológicas, desemprego estrutural,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deslocamentos de investimentos, que, se produziram maior eficácia da economia como um todo, afetaram muitas comunidades.

Os problemas crescentes de desigualdade e desemprego são associados, muitas vezes, de maneira simplista, ressaltou o Ministro, com a globalização, com a liberalização comercial, com a presença de estrangeiros gerando, em várias partes do mundo, ascensão de movimentos populistas contrários a qualquer tipo de projeto internacional de integração, identificado com maior abertura ao mundo.

Há uma dificuldade de entender essas mudanças. Havia no Brasil a ilusão de que a simples distribuição mundial de poder, com a ascensão de novos polos, geraria uma ordem internacional melhor, mais aberta e mais estável. O debate é mais complexo, considerou o palestrante. Não basta haver apenas multipolaridade no sentido econômico, diplomático, político e militar; é preciso fazer dessa multipolaridade algo que corresponda a uma visão do Brasil de o que seria uma ordem internacional desejável, especialmente mais cooperativa.

A política externa não é e não pode ser um monopólio do Itamaraty, afirmou o Ministro Benoni. É uma política pública, que precisa ser debatida com a sociedade. Para responder a isso, disse ele, precisamos de um diagnóstico dessa realidade internacional, saber o que está em jogo e onde nossos interesses são prioritários. A partir daí, com base na realidade interna, devemos buscar, pela via diplomática, a construção dos caminhos pela consecução dos objetivos propostos, asseverou ele.

Em resumo, disse o palestrante, vivemos uma ordem internacional em transição, com instituições ainda antigas, porém com uma realidade de poder muito mudada. Há uma multipolaridade crescente, que não é, por si só, garantia de estabilidade e de uma ordem internacional liberal aberta a potências médias, como o Brasil. Precisamos nos precaver, não concentrando nossas fichas em alguns parceiros em detrimento de outros, o que não faz sentido em uma ordem internacional que ainda não tem uma configuração definida, concluiu o Ministro Benoni Belli.

O segundo palestrante, o Embaixador Rubens Barbosa, explicou que houve, nos últimos tempos, o desenvolvimento de uma nova geopolítica com a globalização, que se aprofunda cada vez mais com o fortalecimento do regionalismo, com o fim da bipolaridade e com o importante advento da economia, do conhecimento e da inovação.

Estão ocorrendo grandes mudanças políticas e econômicas, com uma emergência do centro dinâmico da Ásia e da China voltando a ocupar seu lugar de destaque no contexto internacional, promovendo um reordenamento do processo produtivo global e crescendo a importância das cadeias produtivas globais.

Há a crise do multilateralismo não só nos órgãos internacionais, mas também regionais, com o fortalecimento do regionalismo no mundo. Nossa região, entretanto, ressalvou ele, caminha em sentido contrário, ocorrendo uma desintegração, segundo ele, regional na América do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve uma opção pela América Latina, que não é o centro do mundo, destacou o Embaixador, deixando em segundo plano políticas em relação aos países desenvolvidos, onde há novas tecnologias, inovação, dinamismo e fluxos de financiamento e comércio. O Brasil, apesar de tudo, ainda é uma das dez maiores economias do mundo, portanto, um *player* importante, que não pode permanecer isolado das negociações comerciais, como ficou nos últimos anos, assinando, em 15 anos, apenas três acordos pouco significativos, enquanto no mundo eram assinados mais de 400 acordos.

Para definir o lugar do Brasil no mundo, afirmou o palestrante, precisamos estabelecer o dinamismo da política externa, definir a estratégia em relação à integração regional, que está esgarçada, e em relação ao Mercosul. Precisamos ampliar os contatos na região, sobretudo com o México, que está marginalizado em nossas relações, com apenas 13% de tarifas preferenciais.

Na área política, avaliou o Embaixador, no médio prazo, os Brics podem ser importantes como projeção do Brasil no mundo, sendo necessário que definamos o que queremos dos Brics. Precisamos acelerar o ingresso do Brasil na OCDE, pela sua importância no estabelecimento de regras de governança global, usadas, lembrou ele, na solução de controvérsias em diversos fóruns.

Na área econômica e tecnológica, nos próximos anos, afirmou o Embaixador, vai se jogar o futuro do Brasil dentro dessa correlação de forças que se mostram no cenário internacional. Em primeiro lugar, afirmou ele, temos que resolver a situação econômica interna e ter uma política cambial e taxa de juros para a defesa da indústria e dos interesses nacionais, abandonando a visão ideológica da questão. Sem políticas claras para o câmbio, a taxa de juros, o Brasil dificilmente voltará a ter um poder industrial significativo. Não podemos continuar com a política de subsídios e incentivos, porque o Governo quebrou, e estamos questionados na OMC, da qual não podemos sair, para mudar a política industrial e de informática.

Outro fator é a questão da competitividade, o que, ressaltou o Embaixador, faz avultar o papel do Congresso, pela importância das reformas no processo de recuperação da competitividade no Brasil.

As reformas da previdência e tributária, se não forem feitas agora, disse ele, fatalmente terão de ser feitas no próximo Governo; caso contrário, em quatro ou cinco anos, estaremos na situação vivida pela Grécia.

Nossa reindustrialização não ocorrerá no setor têxtil, de calçados; ocorrerá na área de produtos que serão criados daqui para frente, produtos de inovação. E é aí que precisamos focar, asseverou o Embaixador.

Continuando, ele disse que desapareceu a fronteira entre a política econômica interna e a agenda externa. E, cada vez mais, a agenda externa influi nas decisões tomadas internamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Temos de incluir nas decisões e programas de governo esse componente externo, o que é um grande desafio para a classe política, porque a política externa não dá voto, mas o comércio exterior tem impacto sobre o crescimento e o emprego.

Precisamos, continua ele, rever a estratégia de negociação comercial, onde apostamos todas as fichas na negociação multilateral, e, com o fracasso de Doha, lembrou ele, o Brasil perdeu tempo.

Tudo isso, continua o Embaixador, está ligado à eleição de 2018, que será uma das mais importantes dos tempos modernos para o Brasil, um verdadeiro divisor de águas.

Ou o Brasil se ajusta ao que está acontecendo no mundo, ou volta à política que causou todos esses estragos, levando o País a uma posição delicada em termos de estabilidade econômica, de capacidade interna de pagamento, o que comprometerá o futuro da próxima geração, concluiu o Embaixador Rubens Barbosa.

Respondendo a questionamentos, o Embaixador Rubens Barbosa disse que o aspecto positivo da crise é que estamos começando a discutir o que interessa e que tem impacto na vida do cidadão, das empresas e na função do Estado no País.

Em contrapartida, ressalvou ele, é muito difícil ter um projeto, porque o País está dividido, dificultando o consenso.

A América do Sul, nosso entorno geográfico, está quase desintegrada e é o principal problema de nossa política externa, afirmou o Embaixador.

A questão da infraestrutura é exemplo da ausência de pensamento estratégico do Brasil. A China, lembrou ele, passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, e essa dependência tende a aumentar, pois minério de ferro, soja e milho são produtos essenciais para a China, e não temos nenhuma estratégia para acessos a portos no Pacífico.

Entre os países-membros da Aladi, o intercâmbio comercial representa em média apenas 16% do comércio dos países da região, enquanto, na Europa, são 40% e, no Nafta, 60%, comparou ele.

Na década de 80, a indústria, que é quem dá emprego, destacou ele, representava cerca de 25% do PIB, e hoje representa apenas 9%. Precisamos buscar a reindustrialização, focando os novos produtos que estão sendo criados. Há dez anos, o Governo fala em inovação, mas nada fez de prático para atrair investimentos.

Segundo o Ministro Benoni, respondendo também a indagações dos nossos internautas, a visão estratégica do País não é uma visão dos gabinetes de Brasília; é uma visão que precisa passar pelos Estados, pelos Municípios e pelas realidades regionais, que é onde os problemas estão dados, as oportunidades são identificadas e as soluções se apresentam. Não há como o Brasil resolver seus problemas sem pensar a inserção como parte dessa agenda de busca de soluções. Se nada fizermos para defender nossos interesses e valores, asseverou o Ministro Benoni, acabaremos tendo de aceitar regras internacionais que irão moldar a dinâmica internacional em nosso desfavor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O desenvolvimento do Brasil está atrelado e precisa ser compartilhado com o desenvolvimento regional, pois há uma interdependência enorme que exige um projeto de integração regional. O Brasil, por seu tamanho, precisa ser um esteio desse processo, mas a defesa dos nossos interesses não pode deixar de considerar os interesses dos demais países.

O crescimento dos investimentos chineses é visto no Itamaraty como algo positivo. O importante, independentemente da origem do investimento, é que tenhamos uma visão estratégica do que queremos e sejamos capazes de carrear, carrear os recursos para atender nossos maiores interesses e necessidades, a exemplo da área de infraestrutura, finalizou o Ministro Benoni Belli.

Peço à Secretaria da Comissão que dê como lido todo o relato que acabo de ler em suas partes principais.

Como disse inicialmente, a nossa reunião de hoje destina-se à discussão de um tema extremamente atual e muito polêmico. O tema é "Terrorismo e Ameaças Cibernéticas no século XXI – os inimigos sem rosto".

Participam da reunião, como palestrantes, o General de Divisão Paulo Sérgio Melo de Carvalho, Diretor de Relações Institucionais da Rede ANSP (An Academic Network at São Paulo); o Prof. Dr. Jorges Mascarenhas Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; o Dr. Marcus Vinícius Reis, Coordenador-Geral de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos de Presidência da República; e o Prof. Dr. Gills Vilar Lopes, da Universidade Federal de Rondônia, os quais gostaria de cumprimentar, em nome de todos os presentes, de todos os integrantes desta Comissão, e convidá-los para fazer parte da Mesa, agradecendo antecipadamente a presença de todos. (*Pausa.*)

Gostaria, mais uma vez, de agradecer a todos os senhores palestrantes que nos honram com suas presenças na noite de hoje.

Os senhores terão 20 minutos disponíveis para fazer a explanação que desejem. Naturalmente, um tempo extra será concedido para a conclusão do raciocínio e o fecho das suas explanações. A marcação do tempo é feita naquele relógio digital ali, com os algarismos em vermelho. O tempo será dado em ordem decrescente, começando com 20 minutos e indo até ao zero.

O tema de hoje é: "Terrorismo e ameaças cibernéticas do século XXI: os inimigos sem rosto." Nós apresentamos os seguintes tópicos para serem abordados, caso os senhores palestrantes julguem conveniente: o atual terrorismo e suas ameaças; as chamadas ameaças híbridas com a utilização de redes sociais e a invasão de redes de internet; terrorismo na era digital: segurança cibernética; o ciberespaço como um novo campo de batalha: guerra cibernética, terrorismo e segurança internacional; reações das potências e possibilidades de ações brasileiras.

Para dar início ao nosso painel, concedo a palavra ao Dr. Gills Vilar Lopes, Professor da Universidade Federal de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILLS VILAR – Boa noite a todas e todos aqui presentes, aos Ex^mo^s Senadores e Senadoras, na presença do Presidente da Mesa, e demais amigos, colegas e irmãos também.

Como foi falado, eu venho da Universidade Federal de Rondônia, na Floresta Amazônica. Esse é um tema que, aparentemente, diz respeito às tecnologias muito avançadas, mas, a partir do momento em que não conseguimos criticar a forma com que essa tecnologia é aplicada, sobretudo a assuntos estratégicos nacionais, deixamos de ganhar muita força naquilo em que somos bons, que é na análise de conjectura e, consequentemente, na sua própria resolução.

O tema específico de que vou tratar aqui é um desses vários temas que, nos últimos anos, sobretudo no último lustro deste século, vem acalentando não só discussões acadêmicas, não só discussões parlamentares, a exemplo desta Comissão, mas, sobretudo, no *modus operandi* das nossas próprias agências de combate a esse tipo de ameaça, as ameaças cibernéticas e, mais especificamente, as ameaças terroristas, que bebem também desse novo ambiente que é o ciberespaço.

O objetivo aqui não é dar aula, como professor, mas ser o mais didático possível para demonstrar-lhes que a teoria que pretendo mostrar aqui um pouco na primeira parte se coaduna com a nossa prática, a nossa práxis. E, ao final – eu quero deixar muito bem claro isso –, a minha fala serve justamente para fortalecer ainda mais os órgãos, democraticamente estabelecidos, de proteção contra essas ameaças, sobretudo os órgãos de inteligência de Estado. O órgão principal do nosso sistema brasileiro de inteligência é a Abin.

Como os senhores e as senhoras podem perceber, o título da palestra é "Terrorismo e Ameaça Cibernética". Consequentemente, eu vou mesclar esses dois objetos no que a gente comumente tem chamado de terrorismo cibernético, sobretudo o terrorismo cibernético deste século XXI, já que o terrorismo cibernético é algo que já vem sendo estudado academicamente e nos âmbitos dos estudos de segurança internacional de atividade de inteligência desde os anos 80 nos Estados Unidos, por exemplo.

Então, aqui, brevemente, vou tentar demonstrar que a natureza do terrorismo, que é propagar o terror, o temor social, não é algo recente; remonta a idos e idos, mas podemos falar em termos modernos desde a Revolução Francesa. A Al-Qaeda tomou para si também um desses meandros que é levar o terror aos seus objetos, às pessoas que eles achavam que eram suas principais ameaças, muitas delas no Ocidente.

Mas, em 2001, algo muito interessante aconteceu para os estudos sobre ameaças cibernéticas. Se, depois do fim da Guerra Fria, do debruçar da cortina de ferro, em 1989, 1991, os Estados começam a ter novas ameaças que não são aquelas simplesmente que advêm do Estado, mas também dos grupos terroristas e não estatais, nós percebemos que, com o 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos, com sua guerra ao terror, tentam buscar novas fontes de ameaça ao seu Estado, a sua soberania nacional. Dentre essas novas ameaças, está justamente a internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não vamos diferenciar aqui tecnicamente internet de ciberespaço, mas digamos que a internet é o carro forte do ciberespaço. Nós temos as redes de telefonia móvel também fazendo parte dos ciberespaços. Então, a internet é apenas a ponta desse grande *iceberg*, que logicamente esconde outros locais ocultos e outras formas de possibilidade de bens e de malefícios para a humanidade.

Com o 11 de setembro, o ciberespaço começa a ser um objeto, digamos assim, de securitização por parte dos Estados. Há perguntas como: até que ponto uma organização terrorista pode se organizar no âmbito da internet e o Estado não ser capaz de identificar? Até que ponto uma célula, um indivíduo, um lobo solitário, nos dizeres das agências de inteligência, consegue se utilizar das mesmas tecnologias que nós, civis, utilizamos, como o GPS, um aplicativo de geolocalizador para identificar uma infraestrutura crítica?

Da mesma forma que utilizamos essas benesses da internet, consequentemente aqueles cuja natureza humana nos dizeres hobbesianos é imutável, no sentido de, se ele vai fazer o bem, ele também é propenso a fazer o mal... E utilizar também a internet demonstra que há muitas possibilidades para que isso ocorra.

O terrorismo, se percebemos, até o 11 de setembro e, consequentemente, com a criação do que nós convencionamos a chamar de Estado Islâmico ou Daesh ou Isis, mas sobretudo, em 2003, 2004, o *modus operandi* era o mesmo: homens-bomba, explosões, decapitações. Eu me lembro disso lá na Revolução Francesa: guilhotina e decepamentos em público para chocar, para levar o terror. Então, o *modus operandi* continua o mesmo.

O que acontece é que, em 2013, 2014, o Estado Islâmico surge com uma nova proposta, um novo *modus operandi*: vamos levar, sim, o terror, continuar fazendo com que a natureza do terror persista, mas vamos impulsionar nossa mensagem, vamos nos utilizar das redes sociais, da internet para que isso ocorra. A utilização das redes sociais com fins terroristas, digamos assim, é um novo mote desses estudos de terrorismo cibernético.

Só que, ao analisar também lá na Floresta Amazônica, em literatura e ao visitar algumas instituições dentro e fora do Brasil, nós percebemos que o conceito de terrorismo cibernético está muito defasado para o século XXI, sobretudo para esta segunda década do século XXI, ainda mais com o Estado Islâmico, porque terrorismo cibernético, na literatura... Quando eu falo em literatura, o conceito, teoria, são esses conceitos que são colocados em políticas públicas, porque é a partir de discussões como essa que isso é positivado, que isso vira lei. Mas, se o conceito, de certa forma, não está se encaixando com a realidade, consequentemente, a política pública e as ações dos órgãos competentes também não vão estar.

E o conceito de terrorismo que até então se tinha, e durante o próprio advento do Estado Islâmico vem ocorrendo, no meu ponto de vista, é muito defasado, porque pensem aí: como é que pode um terrorista talibã ou qualquer que seja, na sua pequena caverna encrustada lá no Paquistão, no Irã, ou no Iraque, que mal sabe mandar um *hello, mommy,* vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conseguir acessar redes protegidas e altamente criptografadas de um sistema informatizado do Pentágono ou daqui mesmo do Brasil?

Então, quando se falava em terrorismo cibernético, que eu chamei de 1.0, é justamente essa imagem de um terrorista altamente didático, altamente patrocinado pelo seu grupo, que vai trazer danos físicos a uma rede de computador ou um roubo de senhas, que, enfim... Se a gente pega os dados oficiosos das redes do Pentágono, vamos perceber que eles têm milhões de tentativas de acesso a suas redes altamente protegidas. Uma ou duas talvez sejam de alguma pessoa que se diga pertencente a algum grupo terrorista. Mas, sistematicamente, atribuir uma tentativa ou mesmo aferir algum dano a uma rede altamente protegida de um Estado? Acredito que esse conceito não se aplica tão bem ao conceito de terrorismo cibernético. E é esse conceito que nos vem sendo trazido à baila para aplacar as políticas públicas, sobretudo as políticas de defesa nacional e as políticas de segurança cibernética de vários países. Não vou citar países, mas, fazendo uma análise comparativa, a gente percebe que o conceito de terrorismo cibernético é justamente atrelado a ataques cibernéticos.

E é aí que surge, como eu falei para vocês, esse conceito de infraestrutura crítica, ou seja, algumas usinas, alguns serviços oferecidos pelo Estado, cuja interrupção colocaria em risco a sobrevivência do próprio Estado ou a sobrevivência de determinada parte idiossincrática do próprio Estado. Então, um terrorista cibernético seria capaz de fazer esse dano bem avulso.

E aqui, como nós não temos – pelo menos até onde eu saiba – uma definição de terrorismo pelas próprias Nações Unidas, o que a gente tem é uma tentativa de epitetar determinadas ações como terroristas. Com base nisso, temos percebido que a nossa lei antiterrorismo bebe também um pouco dessa fonte do terrorismo cibernético 1.0.

Não vamos ler a lei aqui, logicamente, mas eu queria só enfatizar algumas partes da lei antiterrorista brasileira como a questão da teoria da literatura, que se coaduna com a prática. Então: "Terrorismo consiste na prática de atos previstos neste artigo com a finalidade de provocar o terror", ou seja, a natureza é a mesma: provocar terror, temor. "São atos terroristas sabotar o funcionamento, apoderar-se com violência, grave ameaça à pessoa ou [e aí entra o nosso caso mais específico] servindo-se de mecanismos cibernéticos". Ou seja, o ciberespaço aí não é um fim em si mesmo, mas é um meio pelo qual o terrorista irá se utilizar para levar o seu temor, o seu terror. E, no final do inciso IV deste art. 2º, ele vai nos falar sobre as infraestruturas críticas ou estruturas estratégicas, que são aquelas estruturas essenciais para os serviços públicos do Brasil. Esse entrelaçamento entre teoria e prática a gente continua vendo não só no Brasil, mas pelo mundo afora.

O que eu poderia chamar de Terrorismo Cibernético 1.0? Ou seja, já é um avanço em relação a essa questão de atrelar terrorismo cibernético a um ataque cibernético feito por um *hacker* superdotado ou um grupo de *hackers* superdotados. E esse exemplo eu trago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

justamente da mais do que necessária e recém-aprovada, digamos assim – isso foi em 2016 –, Política Nacional de Inteligência.

A gente percebe que, em 2013, com as revelações lá do Edward Snowden de que o Chefe de Estado brasileiro foi espionado... Em que medida isso fere a soberania nacional? Lanço essa pergunta para vocês. Mas, em 2013, a PNI não existia ainda, estava engavetada. O que acontece é que, de 2016 para cá, do ano passado para cá, com a PNI em pauta, os órgãos de inteligência, a nossa Agência Brasileira de Inteligência tem um respaldo legal muito maior para agir naquilo que a gente chama de terrorismo cibernético.

Quando eu falar aqui em atividade de inteligência, em órgãos de inteligência, estamos falando hoje no regime democrático de direito, uma organização que se pauta pela dignidade da pessoa humana, por outros conceitos, abertos ou não, elencados pela carta das Nações Unidas.

Mas a Política Nacional de Inteligência, que já estava pronta há mais de dez anos, previa justamente, como coloquei ali, algumas das principais ameaças ao Estado brasileiro. Ela faz uma análise de conjuntura.

Logicamente que nós temos outros problemas tão importantes quanto: a questão da Amazônia Azul; a questão da Amazônia Verde, de onde eu venho mais uma vez falando; e a questão do terrorismo. E a PNI traz o conceito de terrorismo mais amplo, que se coaduna, de certa forma, com o inciso XXXIII do artigo 5º da nossa Constituição. Mas o que é mais interessante é que há dez anos, mais ou menos, a PNI já trazia os ataques cibernéticos como ameaça à soberania nacional.

Diante das alegações do Snowden, o que será que a Abin poderia ter feito? Não sei. Ela pode fazer tudo aquilo que a lei permite. Então, o fato de positivar algo como terrorismo e especificamente como terrorismo cibernético – e um dos meus objetivos aqui é demonstrar a vocês a necessidade de se positivar o que é terrorismo cibernético, sobretudo para uma era que se chama "era da informação", para uma sociedade em que vivemos chamada de "sociedade da informação" –, no meu ponto de vista, é fulcral, logicamente, levando-se em conta os ditames do Direito Internacional, dos direitos humanos e dos direitos fundamentais da nossa Constituição.

É um passo muito grande dado pela PNI, mas, ao mesmo tempo, ela atrela as questões de terrorismo e ciberespaço com as questões de infraestrutura crítica, ou seja, de algo físico que vá ser danificado.

O meu segundo grande objetivo aqui, o que eu quero demonstrar a vocês é que o Terrorismo Cibernético 2.0 não perde a essência da proteção às infraestruturas críticas ou estruturas estratégicas nacionais, mas leva também em conta uma das partes muito relegadas pela literatura, enfim, que é a questão do terror, do temor e do dano não só físico, mas também psicológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que é um avião caindo no panteão da economia mundial, senão um símbolo? Além das mortes e tudo mais. Então, a questão simbólica por trás do terrorismo, que por si só é um fenômeno internacional – e, no nosso caso, transnacional –, enseja também um temor psicológico. E essa essência é que, no meu ponto de vista, algumas discussões, algumas políticas públicas, algumas leis não têm levado em consideração.

Então, em 2014, quando o Estado Islâmico se autoproclama Estado Islâmico da Síria e do Iraque, ele começa a se utilizar da internet para propagar... Vejam só, pensem só comigo: utilizando a internet, você não vai causar nenhum dano a rede nenhuma, você não vai roubar dado nenhum. Você vai simplesmente propagar um terror que é psicológico, que tem um efeito psicológico muito forte.

Nesse quesito, os objetivos do Estado Islâmico, quer queiramos ou não, foram alcançados. Eles ficaram notórios para todo mundo. Esse rapaz aqui, o Bradley Manning, um dos que se utilizou do WikiLeaks para vazar documentos e tudo o mais, traz um dos relatos mais interessantes sobre a atuação do Estado Islâmico que eu já vi. Ele trabalhou no Afeganistão e na Síria e falou: Olha, os Estados Unidos estão saindo daqui e estão deixando um monstro. E esse monstro está sabendo se utilizar dos artefatos do século XXI, das superproduções videográficas por meio das redes sociais, da promoção de vídeos e tudo o mais.

O Bradley Manning, como um agente de inteligência que lutou *in loco* onde o Estado Islâmico nasceu, coloca que um terço do poder do Estado Islâmico, ao contrário da Al Qaeda, do Boko Haram, até então era justamente se utilizar das redes sociais de uma forma bem sedutora, tanto para os jovens que queriam uma aventura quanto para um adulto de consciência já formada que não estava satisfeito com o sistema no qual estava vivendo.

Nesse sentido, o Terrorismo Cibernético 2.0 tem a mesma natureza de todos os terrorismos: levar o terror social, o temor, o pavor a um determinado indivíduo, a um grupo de indivíduos, etnias, etc. O seu *modus operandi* continua sendo o mesmo: explosões, decapitações, todas aquelas coisas que vemos e abominamos, mas eles se utilizam sobretudo do ciberespaço para se comunicar, para propalar uma ideia, enfim, para se esconder atrás daquilo que as forças policiais, as forças de inteligência não conseguem ver. E o principal veículo, ao contrário dos antigos terrorismos, que era o jornal e o rádio... Hoje temos uma coisa totalmente diferente para impulsionar ainda mais esse terrorismo cibernético, que são as redes sociais e a internet. Se, no rádio, temos uma pessoa falando para várias; na TV a mesma coisa; na internet, todos falam para todos. É um fenômeno social que até então não se via, e isso foi utilizado de maneira muito pragmática por esse tipo de grupo terrorista. Por conseguinte, acabou transbordando para outros grupos, como o Boko Haram, o Al-Shabaab e por aí vai. Esse é mais ou menos o conceito de Terrorismo 2.0 que eu queria trazer aqui e que a literatura, pelo menos da minha área, ainda não tem debatido a fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui nós podemos ver como uma breve análise de redes sociais nos demonstra que alguns *tweets*... No caso específico, o mais escuro é sobre o Estado Islâmico, e o cinza mais claro é sobre os outros, Al-Shabaab, Boko Haram e tudo o mais, para demonstrar o patamar de quase 100 mil *tweets* por dia. Ou seja, se antigamente as pessoas não sabiam nem o que era terrorismo, hoje nós estamos começando a falar sobre esses assuntos de uma maneira muito corriqueira, os noticiários mostram que o Estado Islâmico decapitou, etc. Então, se tornou muito "natural" saber que esse tipo de grupo existe e saber que eles existem no âmbito das redes sociais.

Aqui já é uma forma de contra-argumentar e contra-atacar justamente a principal característica do Estado Islâmico e dos grupos terroristas que se utilizam das redes sociais. Trago um exemplo, para não dizerem que eu venho aqui dizer que temos que invadir todas as redes sociais, todas as contas de Twitter. Nada disso! Basta, no meu ponto de vista, um sistema de vigilância sistematizado por meio do Estado, pautado por respaldos legais, jurídicos, quando for o caso, mas para demonstrar até que ponto pode agir um órgão de inteligência; se ele vai ficar o dia todo fazendo análises em fontes abertas, em jornais abertos para subsidiar a tomada de decisão estratégica, ou se ele pode ser mais proativo, no sentido de ir atrás de onde as conjecturas, as análises que eles têm feito os levam a atuar nas redes sociais.

E um exemplo muito simples dessa cultura de combate ao terrorismo cibernético foi feito na França.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILLS VILAR – Na França, nós pudemos ver que houve uma campanha muito forte, sobretudo depois das mortes lá em relação ao Charlie Hebdo e, consequentemente, depois daqueles atentados. E o governo francês lançou-se dos próprios meios que o Estado Islâmico estava utilizando. Criava redes sociais oficiais para demonstrar o outro lado também: "Você vai ficar matando pessoas, os seus próprios companheiros, compatriotas?" "Seus familiares moram aqui. Você vai para lá para lutar contra aqueles que lhe criaram?" Enfim, é uma certa cultura antiterrorismo cibernético que a França fez por meio desse *site*, colocando *links*, telefones, para que as pessoas que estão pensando em seguir o Estado Islâmico, em servir o Estado Islâmico ligassem para lá e também pudessem obter orientações.

No âmbito do exército britânico, criou-se um departamento específico para atuar nas redes sociais.

E, aqui no Brasil, o que eu tento fazer um pouco lá no Norte do País é trazer essas questões de ameaças cibernéticas para serem discutidas com estudantes não só da Ciência da Computação, de Ciências Exatas e da Informação, mas, sobretudo, com estudantes de Ciências Sociais, Ciência Política, Relações Internacionais e Direito. É o que a gente chama aí de Relações Internacionais Cibernéticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço pela fala e estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Dr. Gills Vilar Lopes, Professor da Universidade Federal de Rondônia, pela sua exposição.

Gostaria, antes de passar a palavra para o nosso próximo palestrante, de agradecer as presenças sempre honrosas de S. Exªs o Embaixador da Itália, Sr. Antonio Bernardini – muito obrigado pela presença de V. Exª –; o Embaixador do Catar, Sr. Mohammed Alhayki – muito obrigado a V. Exª pela presença –; o Embaixador da Angola, Sr. Nelson Manuel Cosme; o Embaixador do Azerbaijão, Sr. Elkhan Polukhov – seja muito bem-vindo –; o Embaixador da Polônia, Sr. Andrzej Braiter – seja muito bem-vindo –; a Srª Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores, Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério; o Ministro Conselheiro da Embaixada da Espanha, Sr. José Manuel Pascual García; o Ministro Conselheiro da Embaixada da Itália, Sr. Filippo La Rosa; o Ministro Conselheiro da Embaixada do Irã, Sr. Morad Ali Gholami Nohouji; a Engenheira de Sistemas de Informática da Embaixada do México, Srª Cynthia Margarita Herrera; e, sobretudo, a presença de S. Exª a Srª Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan, que sempre nos brinda com a sua presença na apresentação dos nossos painéis.

Passo a palavra agora ao Prof. Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

O SR. JORGE MASCARENHAS LASMAR – Exmo Senador Fernando Collor, em nome do qual eu cumprimento a todos da Mesa. Srs. Senadores embaixadores, oficiais e demais convidados aqui presentes, boa tarde.

É extremamente importante discutirmos um assunto tão atual como esse, e meu papel aqui será de dar uma visão um pouco mais geral e ampla sobre o fenômeno.

Inicialmente eu gostaria de começar com o entendimento de o que é o ciberterrorismo. Essa é uma discussão extremamente longa, em que não há um consenso. Nós podemos classificar conforme as intenções ou conforme as ações que acontecem, mas, para efeitos da apresentação, vamos entender o ciberterrorismo como o uso politicamente motivado de computadores como instrumentos ou alvos de grupos ou indivíduos terroristas engajados em violência para influenciar uma audiência.

É importante entender bastante bem essa definição, porque ela vai além do simples ciberataque. O que nós temos de entender é que a internet se desenvolve, a partir das décadas de 80 e 90, como um meio de comunicação extremamente dinâmico, que também, por sua vez, é capaz de oferecer anonimidade, rapidez e amplo alcance através do globo, a um custo de acesso extremamente baixo. O problema é que essa mesma tecnologia não só pode como tem sido explorada para o caso de terrorismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aí precisamos entender que o terrorismo é muito mais do que simplesmente o ataque terrorista ou o ataque cibernético. A ação terrorista compreende uma série de atos interconectados que acontecem tanto antes quanto depois do ataque.

É importante entender que todas essas fases também podem acontecer dentro que nós chamamos de ciberespaço. Por isso, o ciberterrorismo deve ser entendido como um fenômeno mais amplo do que simplesmente a sua relação com ciberataques específicos. Por exemplo, os terroristas têm utilizado, os grupos terroristas têm utilizado a internet para atos de comunicação, coordenação, propaganda e financiamento, radicalização, recrutamento, planejamento, coleta de informação, treinamento, incitamento à violência, ataque, e mesmo apoio material ao próprio ataque.

Como o nosso tempo é curto, eu vou centrar em seis pontos principais: a propaganda, compreendendo aqui também a instância de recrutamento; o financiamento do terrorismo; o treinamento virtual; o planejamento através da internet; a execução dos ataques; e a questão da comunicação.

Quanto à propaganda, ela pode assumir diversas formas. Ela se dá através de comunicações e instrumentos de multimídia, que podem dar instrução ideológica, explicação e justificativas para atos, ou mesmo promoção da atividade terrorista, sempre com conteúdo que promove a violência e a promoção de retórica extremista. Ela se dá através de revistas eletrônicas, tratados, arquivos de vídeo e áudio, e mesmo jogos eletrônicos desenvolvidos para esses grupos. O seu conteúdo é distribuído em *websites*, *chat rooms,* fóruns, revistas *online,* redes sociais, distribuição de vídeos e arquivos, entre outros.

É preciso entender que a produção desse material é extremamente profissional e, além de ser direcionada em audiências gerais, também costuma ser desenhada para audiências específicas e pode ser usada como instrumento de manipulação psicológica.

O que nós vemos aqui na imagem é a maneira pela qual os recrutadores virtuais do Estado Islâmico costumam atuar. Em um primeiro contato, eles buscam os seus alvos e os recrutadores respondem àqueles que tentam encontrar o grupo terrorista. Em um segundo momento, criam-se microcomunidades em que se mantém um contato mais constante e direto com aquele alvo, e ele é encorajado a se isolar de influências externas; evitar, por exemplo, que ele procure um *share*, procure outras pessoas para discutir as suas ideias. No terceiro momento, então, aquilo restringe ainda mais para comunicações em canais privados. E, finalmente, quando os recrutadores estão satisfeitos, eles identificam e encorajam aqueles alvos que eles julgam estarem aptos para realizar atividade terrorista, seja promovendo ativismo nas mídias e redes sociais, seja participando de viagens para se ingressar ao grupo e suas atividades, ou até para cometer atos de terrorismo.

É importante destacarmos que nós não estamos longe dessa ameaça. Por exemplo, aqui, no Brasil, nós tivemos o caso de uma adolescente do Pará em que há uma suspeita forte de que ela foi recrutada através da internet e teria viajado ao Estado Islâmico, via Marrocos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Istambul, para se juntar ao grupo. Ou podemos pensar também na própria Operação Hashtag aqui, no Brasil, em que, pelos autos do processo, verificamos que vários dos indivíduos foram recrutados e passaram por um processo bastante semelhante ao de recrutamento.

O financiamento na internet acontece de diversas maneiras diferentes. Ele pode se dar tanto por maneiras legais ou ilegais e é centrado principalmente em dois pontos: a coleta de fundos, que pode ser feita através de pedidos diretos de ações humanitárias, comércio ONGs, exploração de ferramentas de pagamento *on-line;* ou mesmo por meio de meios fraudulentos – fraudes em cartão de crédito, roubo de identidade, fraudes no eBay etc. Mas o ponto importante também é o uso da internet para transferência de fundos terroristas. Um caso interessante é o uso de jogos eletrônicos, como o Second Life, para fazer a transmissão de fundos sem detecção.

O treinamento. Dada a distância do mundo ocidental para regiões de conflito, esses grupos têm incentivado o treinamento dentro dos próprios territórios em que os indivíduos são nacionais, e esses instrumentos são encontrados na internet com plataformas que distribuem guias práticos, vídeos e áudios com instruções, informações e conselhos.

Existem, por exemplo, programas de *fitness*, programas de exercício, programas de como manusear armas de fogo e até mesmo confecção de artefatos explosivos. Esses materiais chegam a contar, inclusive, com materiais de contrainteligência, criptografia e técnicas de anonimato na internet.

O planejamento. O planejamento tem encontrado na internet uma fonte enorme para a coleta de informações em fonte aberta, mas também tem sido usado como apoio e direção aos atentados. Um exemplo é o *software* Mujahideen Secrets, que usa uma criptografia avançada de 256 bits, chaves de criptografia variáveis de *stealth cipher* e sistemas de mensagem instantânea.

Aqui também nós relembramos que o Brasil não está imune a esse tipo de ameaça. Há alguns anos tivemos, em São Paulo, o caso de um suspeito de participar como moderador e controlador de operações em websites, através do uso exatamente do programa Mujahideen Secrets. Ele também atuava, segundo a Polícia Federal, no financiamento ligado à rede Al-Qaeda.

A Polícia Federal conseguiu prender o suspeito quando ele estava com o seu computador ligado e logado no programa para evitar que o sistema de criptografia impedisse o acesso aos arquivos pela Polícia.

Finalmente, a questão dos ataques terroristas em si. Aqui nós temos de separar o ciberataque propriamente dito e também os chamados ataques ciberassistidos. Isso é muito importante. Nós temos que ataques tradicionais têm sido facilitados pelas tecnologias de informação. Por exemplo, no atentado de Paris, durante o cerco ao Bataclan, o terrorista começou a assassinar as vítimas assim que ele percebeu, pelo Twitter, que as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estavam descrevendo que as agências de operações especiais da França estavam cercando o teatro e estavam se preparando para entrar nele.

Em Mumbai, nós tivemos outro caso terrível. Uma das vítimas no Hotel Taj se escondeu e conseguiu, através das mídias sociais, entrar em contato com uma repórter e descrever o que via. Por essa descrição, os terroristas viram, descobriram onde essa vítima estava se escondendo, retornaram ao local e a executaram.

As cenas que nós vemos também no atentado em Nairóbi, no Westgate Mall, mostram claramente que os terroristas consultaram e utilizaram o telefone celular durante o sítio para poderem conseguir informações externas. Estavam sendo dirigidos por fontes externas. Então, nós não podemos esquecer que também as ameaças tradicionais podem fazer-se valer dos instrumentos e tecnologias cibernéticos.

Além do ciberataque propriamente dito, nós temos aqui ataques sofisticados, de alta tecnologia, em que nós temos diversos métodos diferentes. Por exemplo, o ataque eletrônico, que são acessos aos aparelhos eletrônicos para obter informações, interferir em processos ou construir bases para outros ataques; a subversão de cadeia de produção, em que a tecnologia é alterada para facilitar ataques futuros ou interferir com serviços; as operações em redes e operações psicológicas.

Nós temos de entender também que os efeitos podem ser bastante diversos. Nós temos desde operações com perfil mais discreto, apenas de coleta de inteligência com operações de acesso, passando por operações de ciberinterrupção, em que se interrompe o fluxo de informação do sistema ou função do sistema de informação e, em um pior cenário, podemos chegar a um ciberataque em que eu teria efetivamente o uso da força e a provocação de danos. Esses danos, por sua vez, podem ser tanto físicos – como, por exemplo, se pensamos em alteração de sistemas de transporte, de sistemas de escada que controlam grandes maquinários etc. –, mas também não podemos esquecer dos efeitos de sintaxe, que são aqueles ataques à lógica da informação, adiantamento ou comportamento imprevisível do sistema. Aqui as eleições do Trump e as suspeitas de implantação de informações falsas nos lembram, por exemplo, da importância dos efeitos de semântica e dos efeitos de semântica, que são aqueles ataques à confiança do sistema e da própria informação, causando dano ao processo decisório em si.

É importante destacarmos também que alguns grupos já possuem unidades ciberterroristas. O próprio Estado Islâmico possui diversas entidades de ciberataque. Elas se uniram recentemente, em março de 2016, no chamado Ciber Califado Unido, que conta não apenas com suas operações corriqueiras, mas também com uma grande rede de pessoas que não pertencem propriamente ao Estado Islâmico, mas simpatizam com suas causas e, portanto, também tentam promover ataques.

Aqui é importante lembrarmos que, apesar de haver uma discussão, uma suspeita de que eles ainda não possuem tecnologia para ataques de maior escala ou sofisticação, eles já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

têm feito diversos ataques menores, e um deles, inclusive, novamente, envolve o caso brasileiro. Num período próximo à realização das Olimpíadas, o grupo Ciber Califado divulgou a chamada Kill List, uma lista com mais de mil nomes, com nomes, endereços eletrônicos, senhas e detalhes de diversas pessoas e diversos oficiais do mundo inteiro. Nessa lista, havia o nome de 50 brasileiros, e o Estado Islâmico sugeria aos seus seguidores que utilizassem essa lista para cometer assassinatos contra aquelas pessoas.

Quanto aos canais de comunicação, a internet também prevê uma série de canais diferentes como, por exemplo, os protocolos de Voz sobre IP, que apresenta uma dificuldade grande para os serviços de inteligência, já que não se cobra normalmente por ligação, mas por mensalidade, o que traz uma dificuldade nas investigações de chamadas específicas; além da possibilidade do uso de instrumentos de alteração do IP e de criptografia; *e-mails* em que são utilizados técnicas de anonimato, como a famosa técnica de salvar o *e-mail* e não enviá-lo, por exemplo; serviço de mensagens e de *chat rooms*, em que eu não tenho registro de comunicações – às vezes, o registro é feito inicialmente para entrada, mas esse registro é provido pela própria pessoa que entra, e a conversa em si não é registrada; nuvens e serviços de acompanhamento de arquivos, em que técnicas como criptografia, anonimato, *peer-to-peer* ou protocolos FTP também têm dificuldade enormemente na parte de inteligência e investigação; instrumentos de criptografia, que são utilizados tanto *at rest*, nos instrumentos físicos, quanto *in transit*, no momento da transmissão, da informação; e até mesmo o uso de redes *wireless*, sem fio. O uso de redes compartilhadas pode trazer também problemas para precisar e identificar quem está fazendo aquele acesso específico. O que é mais preocupante é a existência de novas técnicas como o uso de rádio de alta frequência e de alta performance que transmitem informações diretamente de um computador para outro sem passar por servidores, dificultando enormemente a interceptação e a vigilância.

Assim, para concluir, nós temos que ter em mente que o uso terrorista da internet é um problema real, amplo e que acontece através das fronteiras, em diversas fases que vão muito além do que o mero e simples ciberataque. A resposta a essa ameaça exige uma cooperação integrada entre diversas agências e mesmo entre os países, já que se trata de uma ameaça que ocorre transnacionalmente. Deve-se também chamar a atenção para a importância da cooperação com o setor privado.

E, finalmente, para terminar, é preciso destacar que nós temos observado cada vez mais uma convergência entre o crime e o terrorismo. Isso também se reflete no ciberespaço. Nós temos observado cada vez mais uma convergência entre o chamado cibercrime e o ciberterrorismo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao Dr. Marcus Vinícius Reis, Coordenador-Geral de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O SR. MARCUS VINÍCIUS REIS – Boa noite a todos. Eu gostaria, primeiro, de agradecer ao Senado Federal, em nome do Presidente Fernando Collor. Queria agradecer também à Presidente, Deputada Bruna Furlan – muito obrigado –, e a todas as autoridades aqui, embaixadores e embaixadoras, pela oportunidade de a gente estar discutindo esse tema tão importante. A minha apresentação até coincide um pouco, tem um caráter um pouco complementar em relação ao que o Prof. Gills e o Prof. Lasmar falaram. Eu vou falar um pouco sobre o combate a essa nova forma de terrorismo, que é o ciberterror.

O ciberterror está muito relacionado ao terrorismo do século XXI. Ainda que ele não tenha se iniciado no século XXI, ele tem muito a ver com essa sociedade da informação em que a gente vive hoje. Então, as características do terrorismo do século XXI são o terror que dá impacto, o terror de mídia, o impacto sobre os alvos civis. Essas organizações terroristas, associações terroristas estão preocupadas com alvos civis. Antigamente, o terrorismo visava amedrontar o Estado, através de ataques aos seus membros, às pessoas que trabalhavam para o Estado, seus policiais, seus militares. O terrorismo do século XXI visa a alvos civis.

A questão das armas de destruição em massa também é um fator novo. Ou seja, a tecnologia vai ficando acessível não só para os Estados e para as organizações; para os grupos ilegais, essa tecnologia também começa a ficar mais acessível. E essa é uma preocupação muito delicada nessa nova era da nossa sociedade.

O caráter de descentralização, principalmente depois do 11 de setembro. As organizações antigamente mostravam sua cara. Era uma estrutura hierárquica, organizada. Você, quando queria negociar com determinada organização, sabia quem era o líder daquela organização. Hoje, não; elas são descentralizadas. Elas atuam nas sombras; a gente não enxerga essas organizações. E isso vai ter impacto no combate. A dificuldade de o Estado combater uma organização dessa é gigantesca.

Na questão do ciberterror, a gente vai ver que é o uso dessas novas tecnologias para cometer atos que vão assustar a sociedade da mesma forma como se fosse derrubar um edifício, como se fosse explodir uma bomba.

Sobre os aspectos atuais o Prof. Gills já falou, nós temos uma legislação que cita a sabotagem por intermédio do uso de meios cibernéticos. Isso está na nossa legislação. O mundo é um ambiente propício para essa forma de ameaça à sociedade. Nosso mundo é interconectado. Todo mundo depende de uma rede de dados, da internet, de um sistema computacional – bancos, escolas, sistemas de saúde, todos nós dependemos da computação, da informática hoje em dia. Isso traz uma simetria que é vantajosa para essas organizações. Se a gente pensar num combate assimétrico, de um Estado, por intermédio de suas Forças Armadas, contra outro Estado, isso é uma coisa; essas novas ameaças se apresentam através de uma relação que não é de Estado contra Estado – às vezes até é, mas a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consegue enxergar a cara do outro Estado. A gente está vendo um grupo subnacional, a gente está vendo uma pessoa operar e a gente não enxerga lá a farda daquele militar.

Excesso de mão de obra. Hoje em dia, para esses grupos ilegais, recrutar é muito fácil. O mundo tem um excesso de mão de obra na área da informática, e isso é essencial para essas organizações recrutarem pessoas.

Dificuldade em controlar o ciberespaço. É muito difícil para os Estados controlar esse ciberespaço. O ciberespaço é diferente deste espaço que estou vendo aqui, esta sala delimitada por paredes que eu consigo controlar – eu consigo, através da Polícia do Senado, controlar esta sala; o ciberespaço, não. A gente não enxerga isso.

As nossas infraestruturas críticas. O mundo ainda não tem uma proteção adequada para suas infraestruturas críticas. Isso é muito importante. Essas infraestruturas estão relacionadas a toda a infraestrutura que é importante para a sobrevivência da sociedade. De bancos a sistemas de abastecimento, sistemas de transmissão de dados, Receita Federal, etc., tudo depende de uma rede de dados atualmente. E nós vamos perceber também que esse é um problema que às vezes ultrapassa a segurança pública. Ele vai para a segurança nacional, ele vai para a área de defesa. A gente vai ver que tem de haver uma relação, uma inter-relação entre a nossa segurança pública e o setor de defesa.

Então, o ciberespaço tem essas características. É uma dimensão intangível. É diferente do ambiente operacional em que as Forças Armadas estão atuando usualmente. "Ah, a gente vai atuar no espaço tal, no Estado tal. Aqui tem um rio, aqui tem montanha." Isso é difícil, é totalmente diferente, é um espaço intangível. Ele é produto da ação humana. Pela primeira vez, um ambiente foi criado pelo homem; o ambiente, o ciberespaço é um produto da ação humana.

A questão da transversalidade. Eu não consigo... Um ataque cibernético não vai só perturbar o Estado de maneira direta. Ele é transversal: eu posso atacar o sistema militar, o sistema de escola, de saúde, de abastecimento, os aeroportos. Ele é transversal. E isso vai criar uma consequência no combate. O combate não pode ser o combate do passado, em que o criminoso comete um crime, ou um Estado invade o nosso e a gente vai só com as nossas Forças Armadas, só com as nossas polícias atuar nesse espaço. Esse espaço vai demandar a atuação de outros órgãos do Estado – órgãos que mexem com informação. Então, não é mais um espaço característico somente do combate da Polícia Federal, ou das polícias civis, ou das Forças Armadas. Ele vai exigir uma comunicação interagencial entre diversos órgãos do Estado, e inclusive órgãos privados também – por que não? Os bancos são muito bons nisso. Os bancos conseguem atuar com os Estados. Os bancos têm muita informação. Sistemas de dados privados de lojas... Então, a sociedade tem de começar a se preocupar com essa questão da operabilidade nesse novo ambiente.

O ciberespaço é global, ele não é local. Isso também muda tudo. Aquela visão antiga da soberania nacional tem de ser modificada. Um terrorista que utiliza arma cibernética através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de um computador no Paquistão, que vai invadir uma rede de dados na Itália, e que de repente foi contratado por uma organização que está na África... Os Estados têm de conversar, porque as informações estão transitando em diversos Estados. Os Estados têm de ser ágeis. Essas organizações são ágeis. As compras, o recrutamento, tudo é ágil. Essas organizações já conseguem atuar nesse novo ambiente com uma agilidade incrível. Os Estados têm de aprender a atuar nesse ambiente. E aí a gente vai ter de rediscutir a questão da soberania, como é isso, como a gente quer atuar. A gente tem de atuar de maneira global. Então, o ciberespaço vai envolver os bancos, redes públicas, redes privadas, sistemas de transporte, energia, saúde, redes de educação, sistemas militares e segurança pública. Tudo depende desse ciberespaço. Tudo depende desse ambiente hoje em dia.

Eu fiz esse desenhozinho. O ciberespaço está ali embaixo. A nossa vida pública está nele. A nossa vida privada está nele. E a vida das organizações está nele. Existem ameaças a ele – o cibercrime. Os crimes cometidos através desse espaço, hoje em dia, são uma realidade. Nós temos legislação sobre isso. É uma realidade. Há o ciberterrorismo, e a gente vai ver que vai existir a convergência, esse cibercrime e ciberterrorismo. O tema da convergência é muito atual hoje, e os erros também. Vão existir erros que vão causar prejuízos nesse ciberespaço, às organizações, à vida privada, a tudo.

O que é o ciberterrorismo? A gente vai ver que o ciberterrorismo é o uso dessa violência – ou seja, é uma violência à sociedade – de forma preparada por organizações – os alvos, em sua maioria, são civis –, com motivos políticos, por meio de sistemas computacionais e de dados. É uma definição simples. Na verdade, a definição de terrorismo está ali em cima. No último item, só, que eu inseri a parte desse novo espaço. Um atentado terrorista a esse espaço pode ter características devastadoras, maiores do que o 11 de setembro. Você modificar a conta de banco das pessoas, você derrubar o sistema de transporte aéreo de um país, isso pode ter consequências gigantescas – gigantescas!

A definição que o FBI usa: são atos de organizações subnacionais, planejados previamente – a questão do planejamento –, com motivação política e direcionados a sistemas de informação, computacionais, programas computacionais e de dados e que resultam em violência contra civis. Essa é uma definição. As características dessa forma de terrorismo – a gente já falou de algumas – é a questão da descentralização. Às vezes, uma rede, uma organização terrorista está atuando com células em cinco, dez, vinte países. Os Estados têm de saber atuar de maneira descentralizada também, através de suas inteligências, em cinco, dez, vinte países também, e rapidamente. Os Estados têm de ser rápidos também.

O uso da tecnologia. O Estado não pode ficar atrás da tecnologia que essas pessoas usam. Nós não podemos correr atrás das tecnologias que estão sendo usadas aí. E, quando atingimos essa tecnologia, eles inventam outra coisa, e conquistamos essa tecnologia novamente. O Estado tem de estar à frente. Por isso, o nome disruptivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Criativo ao extremo. É uma forma criativa de ameaçar a sociedade. O Estado tem de ser criativo também para combater isso. E isso vai atingir tanto a área de segurança como a área de defesa. Há a cibersegurança e a ciberdefesa.

Antes de um ataque, nós temos de estar preocupados com as medidas. Quais são as medidas? As antimedidas. No que temos que pensar? Principalmente na parte de inteligência. Havendo o ataque, temos que atuar durante o ataque e após o ataque com as nossas contramedidas.

Depois, há uma característica que é muito importante. Nós temos de estar preocupados com a resiliência. É impossível se defender 100% de todos os ataques que uma sociedade vai sofrer. Vai haver algum ataque. É impossível se defender 100%. Só que, a partir do momento que acontece isso, nós sociedade temos de estar preparados para passar por cima disso. É a resiliência. A sociedade precisa voltar. Às vezes, ficamos muito focados na prevenção e na repressão. Temos de estar preocupados com a resiliência social. O Estado tem de voltar. O sistema de abastecimento, o sistema de controle aéreo têm de ser reerguidos imediatamente, para a sociedade voltar a funcionar, para a economia girar, para as pessoas voltarem a trabalhar. Então, nós temos de estar muito preocupados também com a questão da resiliência. É tão ou, às vezes, até mais importante que a preocupação com a as medidas de precaução e de combate ao terrorismo.

Nesse quebra-cabeça pequeninho, eu coloquei inteligência como fator fundamental. A inteligência é essencial no combate e, principalmente, na prevenção. A inteligência é essencial para fornecer o subsídio necessário à pessoa que vai tomar a decisão. As decisões tendem a ser as mais certas possíveis de acordo com a informação que ela tem. Aí nós vamos ter as nossas antimedidas, de que eu falei, as medidas de precaução, as contramedidas, como é que vamos combater, e a resiliência, mas eu fiz questão de colocar inteligência ali, porque é muito importante desenvolvermos, mantermos e ampliarmos o nosso sistema de inteligência.

Ali, em azul, está a questão da cooperação entre agências. Esse ambiente não é um ambiente de combate de uma agência só, não. Às vezes, em um ataque cibernético ao sistema de transmissão de energia do Brasil, vão ter de atuar a Polícia Federal, o Operador Nacional do Sistema, o sistema brasileiro que cuida dessa área, a Abin. Todo mundo vai ter de participar disso. Então, a cooperação entre agências é essencial.

Quando eu falo em disruptivo, é principalmente porque hoje nós sempre estamos usando as tecnologias que nós temos e visando sempre à prevenção e à repressão. Nós queremos prevenir um ataque e nós queremos investigar os ataques que aconteceram, para ver se colocamos essas pessoas na prisão. Mas temos de pensar mais um pouquinho. Nós temos de ir além. Nós temos de pensar no que vai existir. Isso é disruptivo. Mas o Estado, a sociedade tem de estar preparada para saber o que vai ser usado lá na frente. Esta é a característica do disruptivo: o que vão usar, o que podem, futuramente, usar contra a gente. O Estado tem de estar preparado para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, aí, muda tudo, porque, aí, nós vamos combater já sabendo que aquilo existe. E nós não vamos combater uma coisa que aconteceu. Nós vamos aprender sobre o que aconteceu, para tentar combater os próximos ataques. Nós já vamos tentar prever, planejar, olhar lá para frente, olhar as novas tecnologias que são possíveis de serem usadas nesse setor. E trabalhar para evitar, para se preparar para esses ataques.

Há também a questão da resiliência. Eu gosto de bater nesta tecla: é impossível prevenir todos os ataques. Nem os Estados Unidos da América conseguem. É impossível. Vai haver. Só que nós temos de estar preparados, para que, quando passarmos por isso, nós passemos de forma mais rápida e menos traumática possível. Que a sociedade consiga voltar e se reerguer o mais rápido possível. É a resiliência. Isso é muito importante. Equipes para reerguerem um sistema, para voltar a transmissão daqueles dados; construção, a partir de engenharia; ajuda às vítimas. Este é um outro ponto desse processo: a questão da resiliência. Nós temos de estar preocupados também, a partir da legislação, em facilitar resiliência social. A sociedade precisa voltar a funcionar.

E, por fim, a questão da convergência. O que é a convergência? O terrorismo, nos últimos anos, passa por um fenômeno muito interessante. Depois que o mundo perdeu dinheiro, principalmente dinheiro que vinha da Guerra Fria, para financiar algumas organizações terroristas, essas organizações perderam dinheiro. E elas começaram a atuar na ilegalidade, no crime, cometendo crimes – tráfico de drogas, sequestro, tráfico de material proibido –, para arrecadar dinheiro, para financiar seus atentados. E, aí, nós vamos ver uma convergência entre o terrorismo e o crime organizado.

Nessa área cibernética, nós estamos vendo isso também. Diversas organizações terroristas têm células especializadas em cometer crimes, fraudes, se apropriar de dinheiro, para financiar os seus atentados, que podem ser ciber ou não. Esse é o fenômeno da convergência.

Um dado que me deixou assustado que eu vi, na semana passada ou retrasada, é que, por exemplo, na questão das moedas virtuais, essas moedas bitcoin... Trinta por cento do valor dos bitcoins... O bitcoin pode ser utilizado de forma maravilhosa, ou seja, uma moeda virtual que facilita as transações, mas também pode ser utilizado para o crime, e com dificuldade para o Estado rastrear isso, da forma como está sendo usado isso.

Então, esses grupos vão utilizar essas novas tecnologias para financiar os seus atentados ou para cometer atentados também na área cibernética. Já se percebeu que um atentado nessa área tem efeitos catastróficos para uma sociedade. Então, ele pode gerar uma complicação social muito grande. E este é o fim do terrorismo: a pressão política a um Estado.

Não sei se eu falei um pouco rápido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS VINÍCIUS REIS – Era isso o que eu queria falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos e a todas.

A SRª BRUNA FURLAN (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – A gente que agradece.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Dr. Marcus Vinícius Reis, Coordenador-Geral de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Passo agora a palavra ao General de Divisão, Paulo Sérgio Melo de Carvalho, Diretor de Relações Institucionais da Rede ANSP (an Academic Network at São Paulo).

V. Sª tem o tempo de 20 minutos para sua exposição.

O SR. PAULO SÉRGIO MELO DE CARVALHO – Agradeço o convite do Senador Fernando Collor para abordarmos esse tema extremamente relevante que é o terrorismo cibernético.

Cumprimento a Deputada Bruna Furlan, os Srs. Embaixadores, meus senhores e minhas senhoras.

É muito difícil falar depois que *experts* falam sobre um tema que dominam. Eu vou abordar dentro de uma linguagem simples, como é a linguagem do soldado.

Nós trabalhamos, há algum tempo, na parte cibernética, principalmente como General de Brigada e General de Divisão, no Centro de Defesa Cibernética e no Comando de Defesa Cibernética, durante os grandes eventos.

Para iniciar a nossa exposição, nós resolvemos definir o que é o espaço cibernético. Ele é composto pelas informações em equipamentos que são processadas, armazenadas e transmitidas. Trata-se de um espaço virtual, não físico, criado por meios computacionais, onde está a chave de tudo: as pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em grupos integrantes de organizações públicas ou privadas podem se comunicar e trocar informações.

O espaço cibernético não tem limite de fronteiras. Ele é global. Para isso, nós militares tivemos que nos adaptar para combatermos uma nova dimensão. Como já foi falado aqui, nós dependemos muito das pessoas, dos especialistas, dos técnicos, e aí nós temos uma criatividade imensa para fazer face aos *softwares*, aos aplicativos. Não adianta ter os melhores *softwares* e aplicativos se não tivermos os nossos talentos capacitados para isso. Também lembro que tudo o que nós vamos fazer tem o famoso efeito colateral: qual é o dano que pode causar ao sistema.

Os meios de tecnologia que estão disponíveis para nós nos defendermos também estão disponíveis para os atacantes. E aí nós sempre estaremos na defensiva. Sempre os operadores cibernéticos vão estar na ofensiva e nós temos que buscar fazer a defesa dos meios computacionais.

Aquele cadeado que está ali à direita é para ressaltar que não existe sistema computacional seguro; não há em nenhuma parte do mundo. Sempre haverá um flanco vulnerável. E, para isso, os nossos amigos *hackers* são expertos nisso, principalmente durante a madrugada, quando eles trabalham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vivemos uma guerra da informação onde a criatividade não tem limite. Ali, à esquerda, há um barbeiro que, para manter o seu cliente, coloca uma parte transparente para a pessoa ficar consultando o celular. A informação hoje é assíncrona. E nós, por mais queiramos visitar os nossos entes queridos, vamos estar sempre ali com celulares, *smartphones*. E aquela pessoa que nós fomos visitar fica olhando.

Então, nós temos que nos policiar agora porque vivemos uma guerra de cubo mágico em que estão as redes sociais proliferando. E isso é, como foi falado, o que os terroristas utilizam.

Quais são as ameaças? São essas: os atores governamentais ou não governamentais, motivados, com elevada capacidade técnica, sempre vão explorar as vulnerabilidades. Aí está uma grande deficiência das pessoas. Nenhum desenvolvedor se preocupa, quando está fazendo sistema, com a parte de segurança. E ele não gosta que seu sistema tenha vulnerabilidade. Então, muitas vezes, durante os nossos trabalhos quando estávamos na ativa, tínhamos que falar com os comandantes, com os diretores, para sensibilizarem os seus técnicos de que devem manter os sistemas atualizados e que há algumas vulnerabilidades.

Realização sem autorização legal de ações para acessar, extrair, danificar ou destruir dados ou informações sensíveis que estejam em trânsito ou estejam armazenadas, sistema de informações utilizado por órgãos governamentais, empresas ou indivíduos.

Como já foi falado também por alguns painelistas, esse sistema é todo imbricado. Tem que haver uma cooperação muito grande entre os órgãos públicos e as empresas.

E aí estão as ameaças que nós vivemos hoje no século XXI.

Crime cibernético grassa no mundo, já corresponde a 2%, 3% do Produto Interno Bruto mundial, e só não é mais divulgado porque, como já foi comentado, o sistema bancário tem um sistema de proteção cibernética muito eficiente e busca barrar alguns ataques.

Ali embaixo há a parte de espionagem, que não é somente entre os Estados, mas principalmente a espionagem industrial; o ciberterrorismo, que nós vamos comentar; e o "hackerativismo", que era a grande preocupação de qualquer sistema, de qualquer gerente de sistema de informação. E hoje nós vivemos uma guerra cibernética.

Então, as Forças Armadas de qualquer país entendem que não adianta mais combater com fuzil e com carro de combate. Existe um novo meio de combater, que é a cibernética, que precisa atuar independentemente da sua capacidade somente; precisa da mobilização da capacidade cibernética, principalmente dos meios civis; deve usar a cibernética para fazer economia de meios.

E hoje nós já entendemos que existe uma nova fonte de inteligência: a cibernética. Os *bits* não vestem uniformes e nós não sabemos onde eles estão. Os *botnets* que estão ali hoje podem ser usados como uma tropa de infantaria no princípio da massa, fazendo ataques maciços em qualquer parte do mundo. Para isso, além das dimensões que nós já temos (a terrestre, a marítima, a aérea e a espacial), na atualidade existe a dimensão cibernética, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

multifacetada e, como já foi comentado aqui, está em todas as outras dimensões, é multissetorial.

Nós entendemos, como está na Lei 13.270, de 16 de março do ano passado, antes da Olimpíadas, o que seja terrorismo: "Prática, por um ou mais indivíduos, de atos de terrorismo por razões de xenofobia, discriminação, preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, paz social e incolumidade pública". Quais são os atos de terrorismo? Estão listados lá. O terrorismo clássico, convencional, está aí: "Atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa, usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa.

E onde entra a cibernética? Atos de terrorismo: "Sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos [usando a internet, usando a *web*], do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário (...)" Aí estão listadas, praticamente, as nossas infraestruturas críticas e alguns serviços essenciais de qualquer nação, como meios de comunicação, meios de transportes, portos, aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias, hospitais e casas de saúde, escolas. Então é necessária uma grande preocupação do Estado em fazer a proteção cibernética. E não pode ser apenas uma proteção, tem de ser uma defesa, uma segurança ativa.

Visto o espaço cibernético, onde entra o terrorismo? Terrorismo e espaço cibernético. Hoje nós trabalhamos principalmente com as atividades de apoio que já foram levantadas aqui e vou abordar algumas. Quais são as ações efetivas? São aquelas objetivas e aquelas ameaças latentes.

Atividades de apoio. Comando, controle e comunicações. Já foi enfatizado aqui. Os amigos do terror usam e abusam da internet para fazer o comando e o controle das comunicações. Escrevi ali inteligência. Por quê? Utilizando as redes sociais, os terroristas fizeram várias ações num simples endereço de uma filha de um delegado, verificando a agenda de uma autoridade. Então, com tudo isso eles fazem um trabalho utilizando a internet.

Propaganda extremamente utilizada. Aí, como já foi falado, recrutamento, radicalização e incitamento; ampla utilização das redes sociais para fazer isso,

Acesso a recursos. Hoje, inclusive, eles estão contratando *hackers* não só para trabalhar na parte de crimes cibernéticos, mas também para ajudar os terroristas.

Na parte de logística e no hacktivismo, quais são as ações efetivas? Busca e seleção de alvos e principalmente as infraestruturas críticas.

Então, durante os grandes eventos de que o Brasil foi sede, nós fizemos um grande trabalho preventivo em relação às infraestruturas críticas, principalmente buscando fazer uma proteção dos seus ativos de informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são as vantagens de o terrorista utilizar a internet e a *web*? Primeiro, porque é em âmbito global, com espaço geográfico definido. A relação custo-benefício pode ser gigantesca. Usando um simples notebook, ele pode causar um dano – um lobo solitário – à infraestrutura crítica de um país, e tem a segurança do anonimato.

Quais seriam as desvantagens, do nosso ponto de vista? Capacidade técnica. Apesar de existirem muitos técnicos, os talentos são difíceis. Então, não adianta você querer formar um *hacker*. Isso já é nato da pessoa e ela pode ser aprimorada. O *hacker* não fica sentado num banco escolar. O *hacker* quer desafio. Então, muitas vezes, ele tem essa dificuldade, essa desvantagem, para sorte nossa.

E a ausência de dramatismo. Através da *web*, ele não vai ter uma mãe recebendo o seu filho sangrando. As imagens não são fortes como no terror, que precisa causar pânico.

Esses são exemplos do que eles utilizam.

Já foi falado ali do centro, o lobo solitário, do califado cibernético, da *picker* que eles usam, das revistas. E ali a própria Organização das Nações Unidas preocupada em fazer o contraterrorismo.

Então, essa iniciativa é muito boa para sensibilizar a sociedade de que nós precisamos fazer um trabalho preventivo muito forte.

Os exemplos estão aí, estão na *web*. Deixei ali embaixo. Isso já tem algum tempo, porque não quis colocar notícias muito recentes:

"Estado Islâmico vai 'disparar para matar' através de *ciber* ataques."

"Anonymous estão a recrutar para atacar Estado Islâmico."

"Instruções do Estado Islâmico em *websites*."

"Anonymous não são os únicos a atacar o Estado Islâmico."

"Conheça a aplicação cada vez mais usada por terroristas. [Era o telegram. E hoje eles já utilizam criptografia, utilizando VPM]

"Estado Islâmico tem '*help desk*' para terroristas 24 horas por dia."

Como nós visualizamos a atividade do Estado? Já foi comentado, foi muito usada a palavra resiliência. O trabalho tem que ser preventivo, o trabalho deve ser executado pela inteligência, buscando as ações de proteção cibernética, mas, principalmente, usando as atividades de exploração cibernética, um acompanhamento do que ocorre nas mídias sociais, buscando ter uma segurança ativa. Nós temos que fazer a defesa como eles vão nos atacar.

A atuação deve ser conjunta, envolvendo as três Forças Armadas, e o trabalho deve ser colaborativo interagência, independentemente de cargo e função. Funciona muito, nessa parte, o que nós chamamos de canal técnico. Então, tem que deixar os talentos dos Estados trabalharem, envolvendo também as empresas, independentemente de uma autoridade; deve ser multifacetado e um projeto lateral. Isso que nós procuramos fazer, o Exército procurou fazer durante os grandes eventos, contando principalmente com a colaboração da sociedade e também das empresas, independentemente de cargo e função. Então, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalho preventivo, nessas ações colaborativas, nós tínhamos que buscar os talentos, onde eles estivessem.

Esse é o desafio! Capacitar e aperfeiçoar recursos humanos para realizar ações cibernéticas eficientes, eficazes e efetivas, com ampla atuação interagências e com foco na sensibilização e conscientização da sociedade brasileira para a importância da segurança e defesa cibernéticas. A segurança cibernética precisa ser eficaz para que a defesa cibernética seja mínima.

Então, esse é o trabalho preventivo que nos ajuda contra as atividades do terrorismo e para isso devem trabalhar esses órgãos. Às vezes não sai com um órgão, mas sai com outro, mas, a princípio, o que nós precisamos é que o Governo, a academia, a sociedade e a indústria estejam todos entrelaçados na luta pelo combate ao terrorismo cibernético.

Então, não adianta só as Forças Armadas quererem aquele produto, precisa da pesquisa e do desenvolvimento da empresa, da academia, e a empresa precisa desenvolver, fabricar a Ferrari que nós precisamos para ganhar a corrida contra o terrorismo cibernético.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao General de Divisão Paulo Sérgio Melo de Carvalho, Diretor de Relações Institucionais da Rede ANSP (an Academic Network at São Paulo).

Antes de passar às perguntas dos internautas, eu me permitiria fazer alguns comentários sobre o tema hoje tratado nesse nosso painel.

A questão do terrorismo ou ciberterrorismo. Na minha visão, salvo melhor entendimento de outros que tenham opinião divergente, há um subproduto extremamente perigoso nesse combate ao chamado ciberterrorismo, que é exatamente a perda paulatina dos direitos e das garantias individuais do cidadão dos Estados nacionais.

A cada momento que se avança nessa inovação tecnológica para evitar ciberataques, avança-se também na privacidade, na intimidade do cidadão comum. E, muitas vezes, em alguns países, nós encontramos órgãos do Estado, que têm acesso a esses equipamentos de última geração para também ajudar na detecção de ciberataques, que se utilizam de tais equipamentos para entrar no campo dos direitos e das garantias individuais, que no nosso caso, aqui no Brasil, é uma cláusula pétrea. E isso interfere diretamente nas nossas relações sociais. Isso é algo inadmissível.

É preciso, paralelamente, haver também uma legislação que puna aqueles agentes do Estado que utilizem de forma irregular, irresponsável, de forma maldosa os equipamentos de que dispõem para expor, sem nenhum escrúpulo, pessoas, gente do povo, que são apontados já, pela divulgação que é feita dessas imagens, como pessoas que são culpadas dessa ou daquela ação que eles julgam ser punível nas investigações que estão levadas a cabo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante, no meu entender, que nós possamos compartimentar toda essa louvável estrutura de que cada um dos Estados nacionais buscam se equipar para proteger o Estado contra esses ciberataques, para evitar o que aqui foi dito pelos nossos palestrantes, de pontos próprios da segurança nacional desses Estados, como os ciberataques em relação ao sistema bancário, ao sistema aeroportuário, ao sistema rodoviário, ao sistema portuário, enfim, e outros.

Mas é importante também que nós vejamos o outro lado da moeda. Que essa busca incessante, que deve ser sempre atualizada, de técnicas para evitar o ciberataque ou o ciberterrorismo, não dê em nenhum momento autoridade, a esses órgãos que estão trabalhando em função disso, para intervir, de forma tão violenta, na privacidade e na vida das pessoas, porque isso – como disse – fere, no caso brasileiro e acredito que de muitos Estados nacionais, um direito fundamental que é a garantia dos direitos individuais da pessoa humana.

De modo que acredito sejamos todos nós participantes e responsáveis, de alguma forma, pelo sucesso de evitarmos que os nossos Estados sofram com esses ataques. O Brasil, aqui foi dito, teve uma atuação extraordinariamente exitosa durante as Olimpíadas, que não houve sequer um ato, até mesmo briga de rua. Aqui no Brasil isso não ocorreu. Uma demonstração de que os órgãos competentes para tratar desse assunto se saíram muito bem e foram elogiados por todos os organismos de segurança dos países cujas representações estiveram disputando aqui as Olimpíadas.

Mas vamos fazer uma reflexão e dar uma atenção muito especial para que isso acabe não afetando – volto a dizer – as garantias e os direitos individuais da pessoa humana.

Passando às perguntas dos internautas, gostaria que os senhores palestrantes, caso tenham interesse em anotar... Alguns são comentários, outros são perguntas:

De Wallace Araújo, de Minas Gerais; ele fala: barreiras somente para radicais.

De Andréa Amorim Campos, do Rio Grande do Sul, que diz: a Lei do Terrorismo no Brasil deve ser revista; nas Olimpíadas – ela cita as Olimpíadas – a operação obteve resultados confortantes para o mundo, mas ocasionou injustiças para os indiciados. Aí não entendi direito o que ela quis dizer aqui. Sabemos que um rapaz – ah, sim – foi morto na cadeia por suposto crime de terrorismo, mas nada se comprovou. Não tomei conhecimento disso também, mas os nossos palestrantes irão ter oportunidade de falar sobre essa questão.

De Pedro Paulo Lopes da Silva, do Rio Grande do Sul: nem um, nem outro, penso que devemos investir muito mais recursos em pesquisa e desenvolvimento, ampliar os programas já existentes junto a universidades, fomentar a criatividade desde cedo pelo sistema educacional.

De Andréa Amorim Campos, do Rio Grande do Sul: temos um sério problema a ser resolvido: qual é o estigma da imagem criada do terrorista? Muitos sofrem com a discriminação de sua cultura, principalmente a religiosa; generaliza-se.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É verdade.

De Fernando Claudino de Souza: Devemos implantar a teoria de recrutamento de pessoas que se adequam à área da tecnologia sobre a cibernética. Não fazer concurso público onde entram pessoas pouco competentes nessa área de informática.

Acho que aqui ela cita muito o que o general falou há pouco, que o *hacker* já nasce, ele não é formado.

Então aqui ele fala que o concurso público não dará um resultado tão bom quanto já pegar um *hacker* que tenha na sua própria genética esse talento.

De Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski, de Santa Catarina: "O Brasil precisa investir na inteligência e nas Forças Armadas. O Brasil não precisa erguer pontes e nem erguer barreiras. O País precisa é vigiar as suas fronteiras e seus espaços aéreo e marítimo. Estar pronta para combater os inimigos sem rosto faz parte de toda a Nação zelosa."

De Sidnei Dornelles da Silva, do Rio de Janeiro: "Impedir a entrada de estrangeiros aqui, pois já está muito ruim para milhões de brasileiros no momento, e esses estrangeiros vão tirar oportunidades para brasileiros natos. Estamos em crise, esqueceram?"

Sobre essa pergunta do Sidnei, eu gostaria de fazer um rápido comentário. O Brasil é um País resultante de imigrantes. Nós somos todos descendentes de imigrantes, todos. Nós tivemos levas de imigração de japoneses, de italianos, de europeus do norte, além dos portugueses que aqui estiveram, enfim, várias levas de imigração. Do mundo árabe, importantíssima a imigração do mundo árabe, que se localizou basicamente em São Paulo. E o interessante é que a cada leva de imigração que o Brasil recebeu, coincidiu logo em seguida um processo de desenvolvimento extremamente importante para o nosso País. Ou seja, foi extremamente saudável o processo de imigração. E o Brasil sempre foi e continuará sendo um País que, no meu entender, pelo que nós conhecemos do povo brasileiro, estará sempre de braços abertos aos imigrantes.

E para que o Sidnei Dornelles da Silva, que fez essa pergunta, tenha apenas uma ideia, no final do ano de 2016, o mundo inteiro tinha 64 milhões de refugiados em diversos pontos do Planeta. Em diversos pontos, campos de refugiados, refugiados entendidos como pessoas que se deslocaram de suas terras, de seu solo por questões de guerras, questões políticas, questão da fome, enfim, de outros males. Pois bem, no mundo, 64 milhões, no final de 2016, eram chamados *desplazados*, refugiados. O Brasil, no final de 2016, tinha somente dez mil e poucos, dez mil e trezentos refugiados para uma população de 200 milhões de habitantes. Ou seja, não é nada.

O Brasil pode fazer muito mais; e eles não estão aqui para tomar o emprego dos nativos brasileiros, não estão para de alguma forma impedir que os nossos sistemas de saúde caminhem ao contrário. Eles vêm aqui trabalhando, trabalhando e ajudando a construir uma economia mais forte para nós brasileiros.

A última pergunta é de Paulo James Martins, que fala:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Erguer barreiras é um pensamento economicamente inviável e fascista, porém deve-se filtrar os indivíduos que irão entrar no nosso território, mas não em razão de sua nacionalidade ou até de sua religião, mas em razão da capacidade de agregar valor ao mercado com conhecimento.

Em relação também à questão de religião o Brasil, é um País onde convivem todas as religiões, e convivem da maneira mais harmoniosa e pacífica possível. Eu, quando Presidente da República Federativa do Brasil, cargo para o qual fui eleito e muito me honrou, por acaso, não foi nada de caso pensado, eu tinha um Ministro das Relações Exteriores que era judeu e havia um assessor que trabalhava comigo, em meu gabinete, que era libanês e tinha diversos... Nós até brincávamos muito, porque o Itamaraty, que é essa instituição de excelência não só no Brasil, mas perante todo o mundo, tem uma miríade de nacionalidades, de descendentes de nacionalidades diferentes, e todos convivemos muito bem com essa questão religiosa. Para nós isso não existe.

De modo que é possível, sim, nós vivermos em paz, em fraternidade. Eu acho que a inteligência humana deve estar à disposição para que nós possamos construir consensos; a inteligência humana não foi feita para haver xingamentos pelas redes de televisão, pelos *twitters* em relação a um chefe de Estado a, b ou c, mas sim buscar pela diplomacia, com diálogo, um meio de se construir um mundo melhor. Não será com posições isolacionistas, não será com posições unilaterais, não será com posições de força que nós haveremos de construir o Planeta de paz e estabilidade que desejamos.

É necessário que haja um pouco mais de clarividência na cabeça dos nossos estadistas, para que o nosso Planeta saia desse momento tão conturbado em que estamos vivendo e que nos causa sobressaltos. Então, mais do que nunca eu acredito que a diplomacia tem que entrar em campo. É preciso a compreensão sobretudo dos líderes, daqueles que têm mais bom senso, mais capacidade, visão de raciocínio e visão do mundo, para não entrar nessa seara, nessa rinha de briga de galos – uma briga que tem aqui no Brasil e inclusive foi proibida –, porque isso não leva a lugar nenhum, isso só faz com que se diminua, diante da população mundial, a incapacidade de lideranças mundiais promoverem algo que é absolutamente da natureza humana: viver em paz, com respeito mútuo, buscando pontos de coincidência, tentando superar as dificuldades que existem nas relações entre Estados, mas procurando sempre o consenso e a paz.

Portanto, ficam aqui as perguntas que foram formuladas pelos nossos internautas e eu passo a palavra, inicialmente, logo, ao General Paulo Sérgio Melo de Carvalho, para oferecer as suas respostas a essas indagações.

O SR. PAULO SÉRGIO MELO DE CARVALHO – Nós ouvimos o que o Senador falou, as perguntas dos internautas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos que para atuar na área cibernética, o foco que aparece é a parte operacional. Nós fazemos os trabalhos de defesa cibernética principalmente para atender a inteligência, mas para exercitar esse papel, nós precisamos de uma doutrina.

Então, isso foi o trabalhado durante algum tempo pelo Exército brasileiro, quando começou o setor estratégico da cibernética: estabelecer uma doutrina de defesa e guerra cibernética. E amparado pela ciência e tecnologia, buscando, principalmente, os talentos.

O Senador já comentou aqui também que o talento é inato, mas ele precisa ser descoberto. Para isso, nós temos que fazer um trabalho, um programa de sensibilização na sociedade brasileira, como outros países já fazem. Não vou citar nomes, eu os visitei, eles começam desde o jardim de infância, ali, no primário, não sei hoje como se chama, no ensino fundamental, já identificando aqueles talentos vocacionados para a área cibernética.

Então esse programa necessita ser desenvolvido pela sociedade brasileira. Os talentos... Nós temos muita gente trabalhando na área de segurança de informação, na área de TI, mas as empresas identificam os talentos na academia. Então, hoje eu estou trabalhando mais no meio civil, com academia e com empresas, e vejo *startups* trabalhando junto das universidades; e dá uma alegria enorme você entrar numa empresa e ver aqueles meninos e meninas trabalhando, que já são doutores.

Então, aí é que está o segredo de se buscar desenvolver uma tecnologia autóctone. Muitas das empresas que hoje nós acompanhamos buscam desenvolver sistemas aplicativos próprios.

Enfatizamos também as iniciativas que já foram tomadas pelo Governo brasileiro. Existem programas interministeriais de pesquisa e desenvolvimento. Nós trabalhamos buscando desenvolver programa entre o MCTI e o Ministério da Defesa para empresas desenvolverem o antivírus nacional, o *firewall* nacional.

Então, houve financiamento do MCTI; e sob a coordenação do Exército, do Ministério da Defesa e do MCTI, existem empresas que estão desenvolvendo essas ferramentas.

Nós entendemos que é isso, estender pontes buscando um trabalho colaborativo que não envolve só os órgãos que devem fazer a defesa cibernética, mas principalmente a academia, as empresas. Existem soluções excepcionais nas empresas e nas academias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, mais uma vez, ao General de Divisão Paulo Sérgio Melo de Carvalho.

Passo agora a palavra ao Dr. Gills Vilar Lopes.

O SR. GILLS VILAR LOPES – Olá. Primeiramente, queria dizer àqueles internautas que mandaram suas perguntas que realmente o fato de eles terem feito isso, por meio daquele símbolo ali do e-Cidadania, do Senado Federal, já demonstra como a internet nos traz esse anseio de participação que muitas vezes a gente vê em livros, remete à *polis* grega, e a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensa: nossa, como fazer isso? Como fazer a democracia de maneira direta também? E não só por aqueles meios elencados no art. 14 da Constituição?

Então, a internet traz, no meu ponto de vista, no século XXI, alguns questionamentos e desafios, mas ela também reafirma algumas formas novas de se fazer democracia. E o e-Cidadania é um desses exemplos.

Eu mesmo, há alguns meses, também para esta Comissão, participei mandando perguntas. Então, nada mais me alegra aqui do que responder aos colegas que mandam perguntas por meio deste canal.

O Senador Collor colocou uma questão muito importante que é essa dicotomia, esse paradoxo de sopesar de um lado vigilância e controle, a vigilância estatal, o controle social, ou seja, o controle do Estado perante o cidadão, e ao mesmo tempo a ressalva, a resguarda desse direito fundamental que é a intimidade, o seu foro, seja ele no âmbito real ou seja ele no âmbito virtual. E, certamente, Senador, essa é uma pergunta problema com a qual, na academia pelo menos, a gente se defronta a todo momento.

Certa feita, eu entrevistei um dos – pode-se chamar assim – pais fundadores da internet, que foi um cientista da computação lá dos Estados Unidos, e eu perguntei a ele: Quando vocês criaram a internet – no caso específico dele, ele criou o protocolo de comutação de pacotes – 50 anos atrás, sei lá, 40 anos atrás, vocês imaginavam o alcance de insegurança que ela engendraria no século XXI? E ele disse que não, porque assim como ele, os outros acadêmicos, os outros envolvidos naquele projeto, que tinha um cunho militar de segurança nacional, da guerra fria, da Arpanet, estavam preocupados simplesmente com o papel colaborativo da rede, para que a informação tramitasse de forma descentralizada. Então, as questões securitárias ficaram em segundo plano. Décadas depois, a gente vê o reflexo disso hoje.

Trazendo mais para perto também a questão de uma falta de cultura de segurança da informação, ou cultura de segurança cibernética no Brasil, eu também já trabalhei desenvolvendo *software*, já coordenei uma equipe de *software*, e sempre eu ficava me indagando, ou indagando o meu chefe à época: Depois que a gente fizer o produto, a gente não vai testar a segurança dele? Não, porque o cliente só quer que funcione.

Então, é uma coisa muito ramificada na cultura – se eu posso dizer assim –; um aspecto mais antropológico da questão cibernética é a falta de cultura cibernética. A gente vê, em poucos casos – já respondendo a algumas perguntas aqui –, eu não diria recrutamento, mas a gente percebe como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, alguns órgãos, a CGU, enfatizam as maratonas *hackers*, fazendo no sentido de que o *hacker* também tenha seus problemas não são informáticos ou computacionais, mas os problemas sociais. "Vamos 'hackear' o Brasil, vamos olhar as falhas do nosso País e propor soluções." Isso é o que um *hacker*, faz um *hacker* do bem, um *hacker* social faria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, em muitos eventos, em muitas instâncias municipais, estaduais e federais de que eu tenho notícia, o governo de cada uma dessas esferas está ensejando justamente a criação e a participação ativa dos *hackers* para trazer soluções a problemas sociais que podem ser minimizados ou resolvidos em certa medida por meio dos *softwares* informacionais, dos computadores.

Terminando minha fala, se a gente falou daquela dicotomia de controle social do Estado com o indivíduo, hoje em dia, a gente fala em controle social também do indivíduo com o Estado, a questão de transparência, *accountability*, que tem trazido, tem vindo à tona justamente pelo uso dessas tecnologias de informação e comunicação, que tornam os dados mais paliáveis, mais transparentes e mais diretos para o cidadão. Então, é uma mão dupla, você dá e recebe. Cabe aos indivíduos também terem em mente – os militares chamariam de doutrina, nas nossas casas chamariam de ensinamentos – justamente promover uma cultura de paz, seja ela no âmbito das relações sociais reais, seja ela no âmbito das relações cibernéticas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Prof. Dr. Gills Vilar Lopes, professor da Universidade Federal de Rondônia.

Passo a palavra ao Prof. Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

O SR. JORGE MASCARENHAS LASMAR – Bem, ante os questionamentos e apontamentos que nos foram lidos pela internet, eu me sinto na obrigação de fazer coro ao Senador Collor, especialmente em dois pontos muito importantes. Primeiro, o comentário sobre a questão do xenofobismo e a ligação com a questão religiosa.

Nós falamos da importância de se pensar em ciberataque também a partir do ponto de informações falsas, ataques de semântica e de sintaxe. É exatamente isto, nós temos que ter em mente também que a cobertura desses fenômenos deve ser mais responsável, devemos evitar generalizações. Nós não podemos esquecer que terrorismo não, não está de forma alguma ligado a qualquer questão religiosa. De fato, o que nós vemos são grupos, pessoas ou indivíduos que se apropriam dos ritos, palavras, símbolos religiosos e se utilizam disso para justificar as suas ações com uma finalidade política. O que nós observamos é o uso político de símbolos e significados religiosos.

Nós temos que lembrar também que nós não podemos associar a questão da religião muçulmana com o terrorismo. Nós somos bombardeados pela mídia com essa imagem, que é uma imagem falsa.

Praticamente todas as religiões do mundo já produziram grupos que foram considerados, em um momento ou em outro, terroristas.

Ou seja, grupos judaicos, cristãos, budistas, que se utilizaram da violência e se utilizaram dos ritos e símbolos daquela religião para justificar as suas ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E mais que isso, quando nós olhamos o número de atentados que ocorre no mundo ocidental, mais de 75% desses atentados ocorrem por causas não religiosas. São atentados ligados à supremacia branca, a questões do meio ambiente, extrema esquerda etc. Nós não podemos então fazer essa associação irresponsável entre terrorismo e religião, nós temos que separar as coisas.

O segundo ponto é a questão da diversidade. Eu sou um grande defensor da diversidade, minha própria esposa é estrangeira, eu sou neto de imigrantes que vieram fugindo da Primeira Guerra Mundial para o Brasil. É preciso que nós nos lembremos da importância de o Brasil receber esses refugiados, no caso específico os refugiados sírios. São pessoas que muitas vezes perderam tudo com a guerra, tudo com o fenômeno do terrorismo, da guerra civil, da violência que assolou os seus países e encontraram no Brasil um ponto de acolhida.

Sim, nós estamos vivendo um momento de crise, de crise econômica, mas é exatamente nesses momentos de crise que a diversidade pode nos ajudar. Do que precisamos é de inovação e criatividade. Nós falamos bastante na questão da procura por novos talentos. E a diversidade pode trazer visões diferentes.

Então, eu me lembro do caso dos refugiados sírios que estão no sul do Brasil e que estão ajudando enormemente as empresas locais a exportar para o mundo árabe. Eles trouxeram aquele conhecimento da língua, da cultura, conhecimentos locais, e estão fazendo com que essas empresas tenham um aumento muito grande da sua renda, dos empregos que estão gerando, exatamente se inserindo em novos mercados.

Nós não podemos nos fechar a essa questão. Não podemos ligar também, de maneira alguma, a questão do refugiado com a questão do terrorismo. Nós temos que lembrar que muitas vezes eles estão exatamente fugindo desse mesmo terrorismo que nós estamos aqui discutindo.

O terrorismo é uma arma de destruição social. Nós temos que ter sempre isso em mente também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito grato ao Prof. Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais.

Para encerrarmos o nosso painel de hoje, passo a palavra ao Dr. Marcus Vinícius Reis, Coordenador-Geral de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência.

O SR. MARCUS VINÍCIUS REIS – Boa noite.

São excelentes as perguntas. Acho essa participação dos internautas fantástica.

Eu queria primeiro fazer um comentário sobre a questão desse conflito que existe entre segurança e liberdade, de que o Presidente Collor falou com muita propriedade. É um desafio da sociedade atual e vai ser sempre. Eu acho que não haverá respostas. Acho que em cada sociedade, em cada momento da sociedade, em cada tempo daquela sociedade ela vai aceitar mais ou menos intromissão a sua vida privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí está o papel fundamental do Congresso Nacional na sua produção legislativa de regulamentar isso, de perceber o que sociedade quer e protegê-la. E também do Poder Judiciário de poder aparar as arestas depois que acontecer alguma violação.

Isso é muito importante. Agora o conflito é um conflito da atualidade, é um conflito para o qual não vejo solução. É um conflito que vamos ter que analisar de maneira diferente em cada momento de uma sociedade.

O meu segundo ponto. O general falou da questão do recrutamento. Ele está corretíssimo. Eu acho que nós temos – e falo com louvor – um sistema de recrutamento do público maravilhoso, baseado na capacidade intelectual da pessoa, que são os concursos públicos, mas ele não deve ser o único. Ele não pode ser o único. Nós temos de ter outros mecanismos para recrutar essas pessoas, esses gênios ou para recrutar organizações, para contratar organizações para produzirem conhecimento para o Estado. Eu falei naquela questão de a gente ter uma segurança disruptiva, de a gente estar sempre à frente do criminoso, do terrorista. O Estado tem de ser ágil. As nossas formas de compra, de recrutamento são excelentes, mas nós temos de ter outras formas também.

Com a questão dos imigrantes, eu concordo totalmente. Acho que existe um preconceito muito grande quando a gente fala na questão da imigração por problemas atuais, de uma conjuntura atual que não refletem a realidade. Isso é um erro. A definição de erro é a falsa percepção da realidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. MARCUS VINÍCIUS REIS – Eu me lembro... Se você conversa com uma pessoa de determinado país, se você conversa com uma pessoa, por exemplo, da Argentina, ela vai falar que um dos maiores problemas da sociedade argentina é a segurança pública. Quando você vai ver os dados, não é segurança pública. Uma pessoa que mora em Buenos Aires tem uma probabilidade de morrer assaltada da mesma maneira que uma pessoa na Europa. Isso é uma falsa percepção. E a gente tem de trabalhar e esclarecer. Isso é conhecimento. O Brasil vive um momento demográfico importante. A gente tem de começar a pensar na questão da imigração novamente. A gente precisa complementar a nossa população. Os imigrantes vão ter sempre um papel fundamental nisso.

Com isso, eu encerro. São os comentários que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Dr. Marcus Vinícius Reis, Coordenador-Geral de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer aqui a presença de S. Exªs o Senhor Embaixador da Itália, Sr. Antônio Bernardini; o Senhor Embaixador do Qatar, Sr. Mohammed Alhaykí; o Senhor Embaixador de Angola, Sr. Nelson Manuel Cosme; o Senhor Embaixador do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Azerbaijão, Sr. Elkhan Polukhov; o Senhor Embaixador da Polônia, Sr. Andrzej Braiter; o Senhor Embaixador da Bolívia, Sr. José Kinn Franco. Muito obrigado pela presença de V. Exª aqui em nosso painel na noite de hoje. A Senhora Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores e Coordenadora da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; o Cônsul da Embaixada do Cazaquistão, Sr. Rauan Akim; o Senhor Ministro Conselheiro da Embaixada da Espanha, Sr. José Manuel Pascual Garcia; o Senhor Ministro Conselheiro da Embaixada da Itália, Sr. Filippo La Rosa; o Ministro Conselheiro da Embaixada do Irã, Sr. Morad Ali Gholami Nohouji; o Senhor Conselheiro da Embaixada do Cazaquistão, Sr. Sanzhar Ualikhanov; o Senhor Conselheiro da Embaixada da Federação da Rússia, Sr. Alexander Baulin; o Adido Militar, Aeronáutico e Naval da Embaixada da Federação da Rússia, Sr. Aleksandr Alekseev, e a Engenheira de Sistemas de Informática da Embaixada do México, Srª Cynthia Margarita Herrera.

Também agradeço mais uma vez e muito especialmente aos nossos palestrantes na noite de hoje, o General de Divisão Paulo Sérgio Melo de Carvalho, ao Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar, ao Dr. Marcus Vinícius Reis, ao Dr. Gills Vilar Lopes e muito especialmente, como disse no início da nossa reunião de hoje, a S. Exª a Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Informo que o 15º Painel ocorrerá no dia 6 de novembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema: "Reestruturação da Defesa Nacional: reflexões sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas no século XXI". Para expor e debater o tema, teremos como convidados o jornalista Roberto Godoy, do jornal *O Estado de S. Paulo*, o Prof. Dr. Augusto Teixeira Júnior, da Universidade Federal da Paraíba, o Sr. Carlos Erane de Aguiar, Presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa, e o Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o próximo dia 19 de outubro, quinta-feira, às 9h, neste plenário, na qual vamos deliberar as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, PLN nº 20, de 2017.

Agradecendo mais uma vez a presença de todas as senhoras e senhores e autoridades, a nível de excelência, declaro encerrada a presente reunião.

Muito boa noite.

(*Iniciada às 18 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Às nove horas do dia dezenove de outubro de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Flexa Ribeiro. Assina a presença, sem voto, o Senador Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Inicia-se a apreciação da PAUTA: DELIBERAÇÃO DE EMENDAS AO PLOA 2018 – Reunião de deliberação das Emendas – CRE ao Projeto de Lei 020/2017–CN, que "estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2018". Relator das emendas na CRE: Senador Valdir Raupp. O Presidente concede a palavra ao Relator, para fazer a leitura do Relatório. Ficam aprovadas as seguintes **Emendas de apropriação de despesa: Emenda nº1**, 52.111 – Aquisição do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-390, Nacional, valor R$650.000.000,00. **Emenda nº 2**, 52.101 – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional, Nacional, valor R$30.000.000,00. **Emenda nº3**, 52.121 – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020, Nacional, valor R$180.000.000,00. E**menda nº 4,** 52.131 – Construção de Submarinos Convencionais, Nacional, valor R$300.000.000,00. **Resultado:** Aprovado. As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, aprovada, para as devidas providências. Ficam rejeitadas as demais emendas. É aprovada a presente Ata. A reunião é suspensa às dez horas e cinco minutos e reaberta às dez horas e quarenta minutos. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e quarenta e sete minutos, lavrando, eu, Alvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Na reunião de hoje, como já anunciado, iremos deliberar sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei 20, de 2017, do Congresso Nacional, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2018, LOA 2018. Relator desta importante matéria é S. Exª o Senador Valdir Raupp.

Antes, porém, vamos fazer a leitura de alguns comunicados, começando por Cuba.

Bloqueio econômico em relação com os Estados Unidos da América.

Relatório elaborado pelo governo de Cuba em 2016 – portanto, antes do início do atual governo americano – destaca que, no período compreendido entre abril de 2015 e abril de 2016, foram alcançados alguns resultados positivos nas relações bilaterais com os Estados Unidos. Em particular, assinala o restabelecimento relações diplomáticas e a reabertura das respectivas embaixadas. Os dois fatos foram precedidos da exclusão de Cuba da lista americana dos países patrocinadores do terrorismo.

Em março do ano passado, durante a visita a Cuba, o então Presidente americano, Barack Obama, reconheceu que a política de bloqueio contra a ilha deveria ser eliminada. Em discurso em Havana no dia 22 de março, salientou que o bloqueio apenas faz dano ao povo cubano, em vez de ajudá-lo. Isso disse o ex-Presidente Barack Obama, fazendo, ao mesmo tempo, um apelo ao Congresso do seu país pelo fim da política de bloqueio.

Contudo, de acordo com o relatório, o bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba mantém-se em vigor e continuam a ser aplicadas as restrições que ele impõe. Durante os anos de 2015 e de 2016, os Departamentos do Tesouro e do Comércio dos Estados Unidos realizaram várias emendas de regulações dessa política, que, apesar de positivas, resultam insuficientes na visão do governo cubano.

Para poder avançar no processo rumo à normalização das relações bilaterais dos dois países, é necessário, no entendimento de Havana, o levantamento unilateral e incondicional, por parte do governo americano, do bloqueio econômico e financeiro aplicado a Cuba. O governo de Raúl Castro considera ainda indispensável que sejam respeitadas as 24 resoluções adaptadas pela comunidade internacional na Assembleia Geral das Nações Unidas, cuja maioria dos Estados-membros manifesta-se pelo fim do bloqueio.

O relatório ressalta ainda que o bloqueio não tem servido ao propósito de vergar a decisão do povo cubano de eleger o seu sistema político e controlar o seu futuro. Cita como exemplo que, em função do bloqueio econômico, comercial e financeiro, o setor do comércio externo cubano, entre abril de 2015 e abril de 2016, foi afetado em mais de US$4 bilhões. Isso significou um aumento de quase US$256 milhões se comparado com os prejuízos registrados no mesmo período anterior.

Outro ponto que o relatório alega é que, depois de quase dois anos de restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, não existem mudanças substanciais na aplicação da política de bloqueio do sistema bancário nacional. Segundo o documento, continuam vigorando diversos entraves que impedem os bancos cubanos de realizar normalmente operações internacionais, especialmente com o uso da moeda americana.

Em virtude do bloqueio, assevera o relatório, Cuba continua sem poder exportar e importar livremente produtos e serviços dos Estados Unidos, não pode ter relações bancárias diretas com esse país nem receber investimentos americanos nos setores de sua economia, salvo nas telecomunicações. Persiste o temor, dentro do sistema bancário dos Estados Unidos e de outros países, em desenvolver relações com Cuba, mesmo diante da autorização americana do uso de sua moeda nas transações financeiras internacionais da ilha, medida essa que, até o fecho do relatório, não tinha se efetivado.

Ao finalizar, o documento cubano destaca que o bloqueio deve cessar, pois constitui o sistema de sanções unilaterais mais injusto, severo e prolongado aplicado contra qualquer país. Por fim, lembra que, em 24 vezes, a Assembleia Geral das Nações Unidas pronunciou-se, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ampla maioria, a favor do respeito ao Direito Internacional e do cumprimento dos princípios e propósitos da Carta da Organização.

Sobre a Venezuela.

O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), do Presidente Nicolás Maduro, conseguiu eleger 17 governadores de um total de 23 nas eleições regionais realizadas neste domingo. O comparecimento foi estimado em 61%, e a votação ocorreu de maneira pacífica em todo o país, segundo reportam os jornais. Os resultados foram anunciados pelo Presidente do Conselho Eleitoral Nacional, Tibisay Lucena, na segunda-feira.

Nicolás Maduro disse, em um pronunciamento na rede de TV estatal, que o resultado era uma vitória para o chavismo. Ele também elogiou o sistema eleitoral venezuelano e pediu que a oposição reconheça os resultados do pleito.

Antes mesmo da declaração de Maduro, líderes da oposição já estavam denunciando irregularidades. Eles afirmam que seus observadores foram retirados de locais de votação e que o governo mudou locais de votação na última hora. A oposição também denunciou a intimidação de eleitores opositores por grupos armados leais ao governo e a distribuição de alimentos e dinheiro em troca de votos.

O diretor de campanha da Mesa da Unidade Democrática (MUD), que é a coligação dos partidos de oposição, Gerardo Blyde Pérez, afirmou que o MUD não reconhecerá o resultado das eleições e demandará uma auditoria completa.

Will Grant, correspondente da rede britânica BBC em Caracas, destacou que, mesmo obtendo resultados melhores do que nas últimas eleições, os opositores haviam eleito apenas três governadores e, no domingo, conseguiram cinco. Os opositores esperavam ter vencido em ao menos 18 estados. O instituto de pesquisa venezuelano Datanálisis havia divulgado uma pesquisa de intenção de votos pouco antes da eleição, que estimava que apenas 21% votariam nos candidatos do PSUV, partido do governo. Esses resultados inconsistentes alimentam as críticas da oposição. Para Grant, da BBC, a tranquilidade estava começando a retornar à Venezuela após meses de protestos violentos que deixaram mais de 120 mortos, e essa vitória esmagadora do Governo Maduro traz mais incertezas e abre a possibilidade de novos conflitos.

O Departamento de Estado dos Estados Unidos condenou, na segunda-feira, a falta de liberdade e a imparcialidade observadas na eleição de domingo. A porta-voz do Departamento de Estado, Heather Nauert, afirmou que a voz do povo venezuelano não foi ouvida e denunciou irregularidades, como a manipulação de cédulas e disponibilidade limitada de urnas eletrônicas em distritos opositores.

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro, também criticou o processo. Segundo ele, não se pode reconhecer os resultados de uma eleição em um país no qual não existem garantias para o exercício definitivo da democracia.

O Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros francês também divulgou uma nota, na qual expressa preocupação com os resultados das eleições regionais e afirma que a França vai trabalhar com a União Europeia para examinar medidas apropriadas para ajudar a resolver a crise que afeta a Venezuela.

E o Grupo de Lima, composto por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru, o mesmo que havia decidido não reconhecer a Assembleia Constituinte venezuelana, quando foi eleita em agosto, emitiu nova declaração solicitando uma auditoria internacional independente das eleições regionais que ocorreram no último domingo.

De acordo com o corresponde Will Grant, não era provável que a oposição venezuelana reconhecesse uma vitória com margens tão altas de Maduro, e a administração Trump ecoou essas preocupações dos opositores. Mas nada disso, afirma Grant, é uma surpresa para Nicolás Maduro. O comentarista acredita que o Governo venezuelano se beneficie a curto prazo desse conflito com Washington e com a União Europeia e que, por enquanto, Nicolás Maduro está contente em ter anunciado à nação uma vitória nas urnas, mesmo que nem todos acreditem nos resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Ministério das Relações Exteriores da Venezuela criticou em nota a posição adotada pelos Estados Unidos. Eles afirmam que são os Estados Unidos que tentam ignorar a vontade soberana do povo venezuelano, exercida por meio do voto em 15 de outubro, em estrito apego à sua Constituição.

A Presidente da Assembleia Constituinte da Venezuela, Delcy Rodriguez, afirmou na segunda-feira que os governadores eleitos serão empossados conforme os resultados anunciados civicamente pelo Poder Eleitoral. Ela também garantiu que Assembleia Constituinte participará da auditoria dos resultados das eleições, porém governadores da oposição eleitos estão se negando a prestar juramento perante a Assembleia Constituinte, o que deve gerar nova crise política no País.

Em relação à Catalunha.

A Espanha vai suspender a autonomia da região da Catalunha a partir do próximo sábado. O governo do Primeiro-Ministro espanhol Mariano Rajoy vai se reunir para ativar o art. 155 da Constituição e permitir que se tome o controle da região. Segundo nota do gabinete do Primeiro-Ministro, o governo espanhol continuará com os procedimentos estabelecidos no referido art. 155, com o objetivo de restaurar a legalidade no governo autônomo da Catalunha.

O governo denuncia atitude mantida por aqueles no controle do *Generalitat*, governo catalão, em busca de deliberada e sistemática confrontação institucional, apesar dos sérios danos que estão sendo causados à coexistência e à estrutura econômica da Catalunha. "Ninguém duvide de que o governo espanhol fará tudo o que puder para restaurar a ordem constitucional", diz a nota do Primeiro-Ministro.

Rajoy deu a Puigdemont um prazo que se expirou nesta manhã para que o líder catalão desse a sua resposta definitiva sobre a questão da independência. Após o referendo, o líder catalão Puigdemont assinou no Parlamento local uma declaração de independência da Catalunha, mas suspendeu a sua implementação à espera de negociações com Madri. "Tudo o que pedimos à Puigdemont é que ele aja com sensibilidade e coloque o interesse dos cidadãos em primeiro lugar", disse Rajoy ontem no Parlamento espanhol.

Segundo o correspondente da BBC em Madri, Guy Hedgecoe, Mariano Rajoy é um homem cauteloso por natureza, mas o fato de ele e seu governo estarem agora discutindo abertamente a suspensão da autonomia da Catalunha reflete o quanto as relações entre os separatistas se deterioraram. Mas Puigdemont não deverá atender a esse apelo. Ele está sob a pressão de facções influentes dentro do movimento secessionista para que continue com o seu caminho para a independência.

O art. 155 da Constituição de 1978 permite ao governo central em Madri impor um governo direto em caso de crise, mas ele nunca foi invocado na Espanha democrática. Caberá ao Senado espanhol, controlado pelo conservador Partido Popular de Mariano Rajoy, dar início à transferência de poder da Catalunha para Madri. Isso vai desde tomar o controle da polícia e das finanças regionais até a convocação de eleições imediatas.

Numa carta endereçada a Mariano Rajoy na segunda-feira, Puigdemont disse que sua iniciativa de suspender o mandato político dado pelas urnas em 1º de outubro demonstra seu firme desejo de encontrar uma solução e não partir para o confronto. "Nos próximos dois meses", disse o líder catalão em sua carta a Rajoy, "nosso principal objetivo é de levá-los ao diálogo." Ele pediu um encontro com Rajoy o mais rapidamente possível. "Não deixemos que a situação se deteriore ainda mais. Com boa vontade, reconhecendo o problema e encarando-o, estou certo de que encontraremos o caminho para uma solução.". Foi o que disse, concluindo, Puigdemont, em sua carta ao Primeiro-Ministro.

Em discurso ao Parlamento catalão no dia 10 de outubro, Puigdemont disse que ele havia ganho um claro mandato das urnas para caminhar na direção da secessão. "Hoje eu assumo um mandato para a Catalunha se tornar um Estado independente na forma de uma república", disse o mesmo, Puigdemont. E completou com a afirmação de que o Parlamento regional suspenderia os efeitos do referendo para que as negociações pudessem ter lugar, "porque queremos um diálogo razoável e mediação com o governo espanhol". Não há mediação nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

caso. A Catalunha ou fica autônoma e independente, o que me parece fora de cogitação, ou o governo espanhol aplica o art. 155 da Constituição e toma conta da região autônoma. Para ele, a Catalunha "ganhou o direito de ser independente" – disse Puigdemont – ", de ser ouvida e respeitada".

Mas o governo espanhol alertou que a Catalunha deve revogar sua declaração de independência, ou terá de encarar o controle da região pelo governo central. O altamente controverso resultado do referendo catalão foi imediatamente rejeitado pelo governo espanhol, assim como pelo Rei Felipe VI – o símbolo da união espanhola – e o pleito foi declarado ilegal pela suprema corte espanhola. Autoridades catalãs disseram que pouco menos de 90% dos eleitores votaram pela independência, apesar de o comparecimento às urnas ter sido de apenas 43% dos eleitores.

As Srªs e os Srs. Senadores têm, nessa página em relação à Catalunha, um quadro que mostra o percentual de eleitores que compareceram e votaram favoravelmente ou contrariamente ao processo de independência da região autônoma da Catalunha.

Em relação à Áustria – esta foi uma surpresa.

Após as eleições gerais deste domingo, a Áustria poderá ter o chefe de governo mais jovem do mundo. Sebastian Kurz, de apenas 31 anos, é o líder do Partido do Povo, que é o partido conservador, que chegou à frente das eleições com mais de 31% dos votos segundo as projeções. Ainda não está claro qual partido ficará em segundo lugar: o Social-Democrata ou o Partido da Liberdade, de extrema-direita. Os resultados finais só serão conhecidos no final do mês. Quer dizer, depois do resultado eleitoral da Alemanha, em que a extrema-direita, o partido Alternativa para a Alemanha, conseguiu 13% dos assentos no Bundestag. Pela primeira vez depois da Segunda Guerra mundial, a extrema-direita conseguiu assentos. Aí, a Áustria está seguindo a mesma trilha.

Sem a maioria das cadeiras necessárias, os conservadores de Kurz poderão buscar uma aliança com o Partido da Liberdade, que é um partido anti-imigrantes. Antes das eleições, Sebastian Kurz foi o mais jovem Ministro dos Negócios Estrangeiros da Europa, tendo assumido o cargo em 2013, aos 27 anos, quando os conservadores se aliaram aos social-democratas para formar o governo do chanceler socialista Christian Kern. Em maio deste ano, Kurz se tornou líder de seu partido, agremiação na qual iniciou sua carreira política liderando a ala jovem antes de ser eleito vereador em Viena.

Chamado de *Wunderwuzzi* – numa tradução livre, "aquele que consegue caminhar sobre a água" –, Kurz tem sido comparado aos jovens governantes da França e do Canadá, respectivamente o Presidente Emmanuel Macron e o Primeiro-Ministro Justin Trudeau.

Como Macron, Kurz criou um movimento em torno do seu nome, renomeando o Partido do Povo, no poder há mais de 30 anos, como o Novo Partido do Povo. A imigração foi o principal tema da campanha, e Kurz promoveu uma guinada à direita em seu partido, após a crise de refugiados na Europa em 2015. Ele prometeu aos eleitores conservadores e de direita fechar as rotas dos migrantes para a Europa, cortar benefícios pagos aos refugiados e impedir os imigrantes de receber benefícios antes de terem vivido na Áustria por, no mínimo, cinco anos.

Essa guinada de direita foi considerada por analistas políticos uma resposta dos conservadores ao sucesso obtido pelo Partido da Liberdade, que perdeu, por muito pouco, a presidência da Áustria nas eleições de dezembro do ano passado, quando Norbert Hofer foi derrotado por Alexander Van der Bellen, líder dos Verdes. A estratégia provou ser popular entre os eleitores, em seguida ao enorme influxo de refugiados e migrantes chegados sem documentos à Europa, vindos do Oriente Médio e do norte da África.

O Partido da Liberdade acusou Kurz de roubar suas políticas, e o líder do partido, Heinz-Christian Strache, chamou-o de impostor. A última coligação entre os social-democratas e os conservadores caiu no primeiro semestre deste ano, e poderá haver uma forte relutância para a sua renovação. Mas uma aliança com o Partido da Liberdade pode se tornar controversa entre os parceiros austríacos da União Europeia. Kurz recusa-se a discutir seus planos e diz que só falará depois de conversar com os outros partidos, garantindo que aguardará o resultado oficial do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pleito. Segundo as projeções, o Partido da Liberdade deve obter o número histórico de 26,9% dos votos, sugerindo que a extrema-direita europeia não morreu após as enfáticas derrotas na França e nos Países Baixos.

O sucesso do Partido da Liberdade vem em seguida ao enorme avanço eleitoral da extrema-direita na vizinha Alemanha, no mês passado. Chanceler austríaco até as eleições de domingo, o líder socialista Christian Kern disse que, mesmo com a derrota, não deixará a liderança do partido. E Os Verdes, que são pró-refugiados, assim como vários outros pequenos partidos, correm o risco de não entrarem no Parlamento por não terem conseguido os 4% dos votos exigidos pela cláusula de barreira.

A população da Áustria, somente para dar uma informação comparativa, é de 8,7 milhões habitantes.

Em relação à China, em discurso durante o Congresso do Partido Comunista chinês, nesta semana, o Presidente Xi Jinping disse que "a China entrou em uma nova era, na qual o país deverá assumir o palco central do mundo".

O congresso chinês, que ocorre a cada cinco anos a portas fechadas, tem como objetivo determinar os rumos do país para o próximo quinquênio e escolher os novos membros do Comitê Permanente do Politburo, a mais alta instância de poder de decisão da China.

Xi Jinping, com seu poder consolidado, deverá continuar como líder do partido. Ele disse aos mais de dois mil delegados presentes ao congresso que "o rápido progresso atingido pelo país, sob o socialismo com características chinesas, mostra que há uma nova escolha para outros países".

O Congresso deve se reunir até a próxima terça-feira e, após o seu encerramento, o Partido deverá revelar os nomes dos novos membros do Politburo que governará o país.

Ao listar as conquistas recentes da China, em seu discurso de 3 horas e 40 minutos, Xi Jinping disse que seu país se tornou uma grande potência no mundo e exerceu um importante papel na história da humanidade. Na opinião do líder, o modelo de crescimento sob o comando comunista floresceu e proporcionou uma nova escolha para outros países em desenvolvimento.

Desde a sua chegada ao poder, em 2012, a economia chinesa continuou a crescer rapidamente, mas, segundo correspondentes estrangeiros e analistas políticos, o país também se tornou mais autoritário, com o recrudescimento da censura e prisões de advogados e ativistas. Segundo a análise da editora de China da BBC, Carrie Gracie, Xi Jinping é um líder bem mais assertivo que seus predecessores e foi a sua confiança ideológica que o levou a afirmar que o Partido havia conseguido milagres e que a posição da China no cenário internacional cresceu nos últimos cinco anos. Recentemente a imprensa controlada pelo Partido tem falado de crise e caos nas democracias ocidentais, se comparados à força e unidade da China. Xi Jinping, recorda a especialista, disse que não copiará sistemas políticos estrangeiros e que o Partido Comunista deve-se opor a qualquer iniciativa capaz de minar a liderança da China.

Em seu discurso, Xi Jinping também divulgou um plano em duas etapas para o que chamou de modernização socialista da China até 2050, quando o país será mais próspero e belo, por meio de reformas econômicas e ambientais. O líder fez um alerta contra o separatismo, numa referência aparente a movimentos em Xinjiang, Tibete e Hong Kong, tendo reiterado o princípio de que Taiwan é parte da China. Xi também assegurou que o país não fechará suas portas para o mundo e prometeu diminuir as barreiras para investidores estrangeiros. Ele anunciou também uma série de medidas para fortalecer a disciplina partidária e referiu-se à sua política de longo alcance na repressão à corrupção, que já puniu mais de 1 milhão de autoridades, como lembra o correspondente da BBC em Beijing John Sudworth.

Por sua vez, a imprensa estatal disse que o Partido deverá reescrever seus estatutos para incluir o relatório de trabalho e o pensamento político de Xi Jinping, o que o elevaria ao mesmo *status* de gigantes do Partido, tais como Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping. Antes, de acordo com o correspondente da BBC, alguns analistas veem Xi Jinping adquirindo cada vez mais poder e esse congresso do Partido está sendo observado bem de perto na busca de pistas quanto ao controle do poder nas mãos de apenas um homem. Xi Jinping, concluiu o correspondente, aumentou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seu controle dentro do Partido e na sociedade chinesa, mas continua a gozar de largo apoio entre os cidadãos comuns. Vamos passar, com a aquiescência de V. Exªs, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, à pauta do dia de hoje, vamos avançar com ela.

Como já anunciado, ela se destina à deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei 20, de 2017, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2018 (LOA 2018). O Relator é S. Exª o Senador Valdir Raupp.

Observações.

Em 5 de outubro de 2017, a Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional divulgou comunicado sobre o prazo de apresentação de emenda nesse colegiado. Rememoramos que a abertura do prazo para recebimento das emendas nesta Comissão aconteceu no dia 5 de outubro de 2017 e o encerramento ocorreu no dia 17 de outubro de 2017 às 18 horas.

Foram apresentadas 111 emendas, abrangendo as emendas de apropriação, acréscimo, inclusão, remanejamento e inclusão para execução no Orçamento 2018 pelas Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão.

Agradecemos a profícua colaboração dos integrantes desta Comissão pelo empenho na elaboração de relevantes propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2018.

O relatório é pela aprovação das emendas ao PLOA 2018 nas seguintes ações e respectivas propostas de emendas.

1. U.O. 52.111 - Comando da Aeronáutica, Programa 2058 - Defesa Nacional, Ação 14XJ - Aquisição do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390, valor R$ 650.000.000,00 (Propostas de emenda nºs 3, 9, 10, 13, 18, 22, 24, 30, 32, 39, 41, 58, 61, 84, 86, 98, 101 e 109);

2. U.O. 52.101 - Ministério da Defesa, Programa 2058 - Defesa Nacional, Ação 20IG Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional, valor R$ 30.000.000,00 (Propostas de emendas nºs 62, 64, 68, 87, 91 e 104);

3. U.O. 52.121 - Comando do Exército, Programa 2058 - Defesa Nacional, Ação 14LW Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020, valor R$ 180.000.000,00 (Propostas de emendas nºs 14, 57, 89, 103, 106, 107 e 108);

4. U.O. 52.131 - Comando da Marinha, Programa 2058 - Defesa Nacional, Ação 1231 - Construção de Submarinos Convencionais, valor R$ 300.000.000,00 (Propostas de emendas n°s 2, 6, 11, 16, 19, 20, 31, 33, 40, 42, 59, 82, 96, 100 e 110).

Dito isso, concedo, com muita satisfação, a palavra a S. Exª o Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 – PLOA 2018).

De acordo com o art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN, a Comissão de Relações Exteriores, na condição de autora de emenda coletiva à despesa, tem competência para propor à PLOA 2018 8 (oito) emendas à despesa, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.

Encontram-se em análise por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 111 propostas de emendas relacionadas aos Anexos 1 deste parecer.

Das propostas de emenda à despesa apresentadas, 110 são de apropriação e 1 de remanejamento.

As propostas de apropriação foram dirigidas ao Comando da Aeronáutica, ao Comando do Exército, ao Comando da Marinha, ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ao Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da Saúde, ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e ao Ministério das Relações Exteriores.

A proposta de emenda de remanejamento foi dirigida ao Ministério da Saúde.

Análise.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas apresentadas pelos Exmos Srªs e Srs. Senadores, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite de até 8 (oito) emendas de despesa, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.

Cabe destacar que, em conformidade com o art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN, as emendas de comissões devem ser efetivadas no âmbito das competências regimentais de cada comissão.

Nesse contexto, as emendas direcionadas às Ações 154T – Aprimoramento da Polícia Rodoviária Federal, e 4324 – Atenção à Saúde das Populações da Região Amazônica, fogem das competências regimentais da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional previstas no art. 103 do Regimento Interno do Senado. Esse afastamento da competência implica a inadmissibilidade da emenda de comissão perante o Comitê de Admissibilidade de Emendas da Comissão Mista de Orçamento.

Manifestamo-nos pela apresentação de emendas de apropriação para o atendimento das seguintes programações orçamentárias:

a) Comando da Aeronáutica. Ação 14XJ – Aquisição do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas. Projeto KC-390, valor 150 milhões. Proposta de Emendas nºs 3, 9, 10, 13, 18, 22, 24, 30, 32, 39, 41, 58, 61, 84, 86, 98, 101 e 109 dos Senadores Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Ana Amélia, Edison Lobão, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Gleisi Hoffmann, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, José Medeiros, Cristovam Buarque, Armando Monteiro, Fernando Bezerra Coelho, Ronaldo Caiado, Romero Jucá, José Pimentel e Hélio José.

b) Ministério da Defesa, Ação 20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional, valor R$ 30.000.000,00 (Propostas de emenda nºs 62, 64, 68, 87, 91, 104, dos Senadores Valdir Raupp, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Ronaldo Caiado, Romero Jucá e Pedro Chaves);

c) Comando do Exército, Ação 14LW – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020, valor R$ 180.000.000,00 (Propostas de emenda nºs 14, 57, 89, 103, 106, 107 e 108, dos Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Pedro Chaves, Gladson Cameli e Valdir Raupp);

d) U.O. 52.131 – Comando da Marinha, Programa 2058 – Defesa Nacional, Ação 1231 – Construção de Submarinos Convencionais, valor R$ 300.000.000,00 (Propostas de emenda nºs 2, 6, 11, 16, 19, 20, 31, 33, 40, 42, 59, 82, 96, 100 e 110, dos Senadores Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Ana Amélia, Edison Lobão, Pedro Chaves, Gleisi Hoffman, Flecha Ribeiro, Acir Gurgacz, José Medeiros, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Romero Jucá, José Pimentel e Hélio José).

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação de emendas ao PLOA 2018 nas seguintes ações abaixo relacionadas com as respectivas propostas de emenda.

Como essa parte aqui já foi destacada e lida por V. Exª, para ganhar tempo eu vou direto ao voto.

Voto.

Fica a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional autorizada a promover os ajustes necessários nas propostas de emenda ora apreciadas, a fim de formalizá-las de forma adequada como emenda de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional perante a Comissão Mista de Orçamentos.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Valdir Raupp, pela apresentação do seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Neste presente caso, devido à importância dessa matéria, vou tomar os votos um por um dos Senadores, abdicando daquele formato, daquela praxe – "As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram". Então, vou tomar o voto de um por um, com a permissão de V. Exªs.

Começo com S. Exª o Senador Antonio Anastasia. Como V. Exª vota? A favor ou contra?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – De acordo com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – De acordo com o Relator, vota o Senador Antonio Anastasia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De acordo com o Relator, mas com um protesto, porque deveria ser muito mais recurso para o Orçamento e, lamentavelmente, nem esse será executado. De qualquer maneira, é o gesto que temos de formalmente fazer e, pelo Regimento, também há o compromisso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente. Vamos torcer para que seja realizado, Senadora. Obrigado.

O Senador Valdir Raupp já apresentou o seu voto.

Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu estou de acordo com o Relator. Acho que são bem meritórias as emendas que foram aprovadas e vão realmente contribuir bastante, principalmente para a Marinha, para o Exército, para a Aeronáutica e para o Ministério da Defesa. Parabéns ao Raupp pelo brilhante relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Fernando Collor, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu quero, antes de votar, parabenizar o Senador Raupp pelo relatório e dizer que sei das dificuldades do Relator para escolher, entre diversas emendas, todas importantes, aquelas que podem ser atendidas no seu parecer. De qualquer maneira, ele o fez com sabedoria.

Todas as ações são importantes, e aqui, como disse a Senadora Ana Amélia, nós temos que torcer para que elas possam se tornar realidade. A cada final de ano, ao se aproximar o fim do ano, nós participamos de um ritual. Eu chamo de ritual porque todos nós ficamos preocupados em fazer emendas de comissões, emendas de bancada. As emendas individuais, graças a Deus, de dois anos para cá, são impositivas, mas impositivas sujeitas a contingenciamento – não entendo como pode ser impositiva mas sujeita a contingenciamento.

A dificuldade do equilíbrio fiscal do País nos levar a ter essa insegurança, ou melhor, a manter a certeza de que, lamentavelmente, elas não serão realizadas, mas o trabalho do Senador Raupp merece o apoio de todos nós. Meu voto é pela aprovação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

Seguimos aguardando a chegada dos Senadores que ainda pretendem votar esse relatório no dia de hoje.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu queria fazer um breve...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – ...comentário, Sr. Presidente, em cima do que a Senadora Ana Amélia falou, Flexa Ribeiro e outros, a quem quero agradecer o voto.

Quero dizer que nós estamos trabalhando no Orçamento de forma um pouco diferente da adotada nos três anos anteriores, quando a receita vinha caindo, o PIB vinha decrescendo, até quase 4% negativos. No ano que vem, com o Orçamento 2018, será um pouco diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ontem mesmo, à tarde, eu estava reunido com uns oito economistas que me procuraram – e não é a primeira vez que eles procuram os Senadores para discutir cenários da economia –, e no final eu perguntei qual era a previsão deles. Havia várias instituições financeiras nacionais e internacionais, e a previsão deles é de 3% de crescimento do PIB. Os economistas do Bradesco tinham dado já, dias atrás, de 2,5%, mas os mais otimistas já falam em 3,3%. E o Orçamento veio para o Congresso, do Ministério do Planejamento, com uma previsão de 2%; poderá crescer mais 1%. Isso quer dizer que nós vamos ter, talvez, pela primeira vez nos últimos anos, uma folga na receita do Orçamento no ano que vem. O Relator de receitas já acha que vai poder acrescer em torno de 40 a 50 bilhões de reais. Então, quem sabe essas emendas... Já houve alguns anos, na época das vacas gordas, em que algumas emendas de comissões eram aplicadas quase que na integralidade em algumas áreas, principalmente em áreas importantes como estas que esta Comissão está aprovando neste momento, na área de Defesa Nacional – Marinha, Exército, Aeronáutica e assim por diante.

Então, eu estou otimista. Como já fui Relator de Orçamento, e neste ano sou Relator na área de infraestrutura de transporte, eu estou muito otimista quanto ao Orçamento do ano que vem. Acho que vamos ter um ano muito bom, com um viés de alta na nossa economia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Valdir Raupp.

Realmente, o que V. Exª acaba de dizer é algo auspicioso, porque a arrecadação, segundo as informações obtidas de ontem para hoje, aumentou em relação a igual mês do ano anterior, cresceu 6% reais, houve crescimento real de 6% da arrecadação. Isso é uma demonstração de que a economia está reativada, de que esses programas de refinanciamento e de facilitação para o recolhimento de impostos está tendo um efeito também positivo sobre a arrecadação. É isto que V. Exªs acabam de dizer: apesar das dificuldades e do pouco crédito que nós damos à não execução daquilo que está previsto no Orçamento, esses fatos nos dão o alento de que poderemos cumprir com certos investimentos, sobretudo nessa área da Defesa, que é de fundamental importância, porque envolve não somente a questão da defesa, mas também da incorporação e do desenvolvimento de tecnologia genuinamente brasileira para que as nossas Forças Armadas também estejam devidamente aparelhadas para cumprir sua missão constitucional.

Estamos recebendo telefonemas de Senadores que estão chegando para oferecer sua opinião sobre o relatório apresentado por S. Exª o Senador Valdir Raupp.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Nessa linha do comentário de V. Exª sobre o aumento da arrecadação ou da receita: não temos o Xi Jinping – o senhor leu o relatório dele do planejamento estratégico – , mas temos o Meirelles. Acho que o Ministro Meirelles está mostrando uma política econômica muito consolidada. Há o equilíbrio do Ministro da Fazenda. Na interlocução, inclusive com o Congresso, a gente percebe um comprometimento, muita discrição. Ele não é dado – digamos – a uma visibilidade muito grande, mas está fazendo o dever de casa na concertação daquilo que é possível no quadro econômico entre as referências feitas por V. Exª nas renegociações. As pessoas nem sempre entendem a importância disso para favorecer e facilitar o empreendedor, num país em que a burocracia continua sendo um fator impeditivo de novos investimentos, de dificuldades.

Queria também fazer uma referência, Presidente, à legislação. Nos acordos internacionais, o Ministério das Relações Exteriores tem um setor que cuida das doações de alimentos. Tivemos um problema, ano passado, com o excesso de estoques internos de arroz. Aí, foi feita uma ação – nós com a Comissão de Relações Exteriores –, já estava feita a doação de um volume x de toneladas de arroz do estoque brasileiro para países africanos com problema grave de fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Resolveram-se dois problemas: cumprimos um acordo internacional e também resolvemos um problema interno de excedente que causava uma desvalorização dos preços para os produtores.

Da mesma forma, neste momento, estamos com um estoque excedente de leite por conta de uma excessiva importação do Uruguai, os preços caíram violentamente. Já foi proposta ao Ministro Osmar Terra uma distribuição interna, para não dizerem que estamos ajudando outros países quando nós também temos carências em creches, em hospitais comunitários ou filantrópicos ou mesmo em programas sociais relevantes, como o da merenda escolar. Então, são duas frentes – para deixar bem claro –, uma frente interna, através do Ministério do Desenvolvimento Social, comandado pelo Ministro Terra, para a compra desses excedentes para esses programas sociais de alimentação da população brasileira, especialmente de crianças e adolescentes, e também para fazer valerem os acordos internacionais em relação às doações desse leite excedente, que, como o arroz no passado, agora também está criando um problema interno.

Então, penso que a solução tem mais de uma mão: social, diplomática – pelos acordos internacionais – e também econômica.

Queria fazer este registro porque sei que a Comissão poderá também ajudar nesse esforço.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Sem dúvida nenhuma, a Comissão, como disse a senhora, poderá colaborar, e muito. Como Presidente desta Comissão, conclamo todos os seus integrantes a juntarmos nossos esforços no sentido de alcançar esse objetivo.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Wellington Fagundes para discutir o parecer apresentado por S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente Collor, eu quero aqui saudar todos e dizer que temos peregrinado por todas as comissões para buscar atender as necessidades tão grandes de um Brasil tão diverso, com suas regiões, com suas diferenças regionais.

Eu quero aqui também acompanhar todos os Parlamentares, porque o Senador Valdir Raupp, com sua experiência, inclusive como Relator setorial, procurou fazer um relatório que atendesse a todos. Então, da forma mais justa possível... Claro, fizemos também uma emenda, junto com vários Senadores, notadamente essa da aquisição de cargueiro tático militar, que diz respeito à função principal da própria Comissão. Quero parabenizar todos aqueles que estão lutando para que possamos conseguir fazer com que esta Comissão tenha uma atuação forte também no Orçamento.

Eu vinha ouvindo o Relator, e ele dizia, inclusive, da questão do superávit. Espero que o Brasil possa, realmente, continuar na marcha deste último trimestre. Eu, inclusive, estou relatando uma matéria na comissão especial que trata da Lei Kandir, da regulamentação da Lei Kandir. Isso é extremamente importante, porque os Estados que estão cumprindo seu papel de exportar é que estão permitindo que possamos ter uma balança comercial positiva, exatamente para que também tenhamos recursos para fazer os investimentos necessários, de que o País tanto precisa, no sentido de retomar o desenvolvimento e promover a geração de empregos.

Então, quero parabenizar todos da Comissão e, principalmente, a condução de V. Exª à frente da presidência dos trabalhos, de forma pontual, mas firme e determinada. Esta Comissão tem sido um exemplo para todos nós aqui. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Wellington.

Eu entendo que o voto de V. Exª é favorável ao relatório apresentado por S. Exª o Senador Valdir Raupp...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Se eu puder votar duas vezes, duas vezes votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Wellington.

Estamos recebendo comunicações de outros Senadores que estão ansiosos para aqui comparecer para oferecer também o seu apoio ao relatório apresentado.

Enquanto isso, com a permissão de V. Exªs, passaria à leitura de mais um comunicado, desta feita sobre a Palestina.

Os grupos rivais palestinos Fatah e Hamas assinaram na quinta-feira passada um acordo histórico que pode ser um passo-chave na resolução de um conflito que dura mais de uma década. O acordo foi assinado no Cairo, capital do Egito, e foi mediado pelo presidente egípcio Abdel Fatah al-Sisi.

O acordo prevê a transferência do controle administrativo da Faixa de Gaza para o novo governo de união nacional palestino até o início de dezembro. As regiões da Faixa de Gaza e da Cisjordânia têm sido governadas por duas facções palestinas – como todos nós sabemos, respectivamente, Hamas e Fatah –, desde 2007, quando uma violenta batalha entre as facções deixou mais de 600 mortos e resultou na expulsão de autoridades do Fatah da faixa de Gaza.

Os negociadores explicaram que o acordo incluía a entrega de postos de fronteira entre a Faixa de Gaza e o Egito para o governo apoiado pelo Fatah. O governo do Estado da Palestina confirmou que vai enviar tropas para esses postos no máximo até dezembro.

Ambos os lados consideraram o acordo um importante avanço. O porta-voz do Hamas, Salah al-Bardawil, disse que esse era "um novo capítulo na história da Palestina", e o negociador-chefe do Fatah, Azzam al-Ahmad, disse que o plano é "continuar implementando todas as cláusulas do acordo, especialmente aquelas relativas à solução da crise dos funcionários [na Faixa de Gaza]". Ele se referia aos funcionários públicos que foram removidos desde que o Hamas tomou o controle administrativo da Faixa de Gaza em 2006.

Outro ponto importante que ainda não foi divulgado diz respeito ao braço militar do Hamas, que conta com 25 mil combatentes e já esteve em guerra com Israel três vezes. O Hamas nunca reconheceu o Estado de Israel, e esse posicionamento dificulta a solução do conflito Israel-Palestina.

Em nota, o escritório do Primeiro-Ministro de Israel Benjamin Netanyahu respondeu ao anúncio afirmando que "toda e qualquer reconciliação entre a Autoridade Palestina e o Hamas deve incluir o cumprimento de acordos internacionais [...], principalmente o reconhecimento de Israel e o desarmamento do Hamas". O comunicado exige ainda que o Hamas devolva os corpos de dois soldados mortos em conflito em 2014 e liberte dois civis israelenses aprisionados em Gaza.

O Presidente palestino Mahmoud Abbas disse à agência de notícias AFP que recebeu um relatório da delegação no Cairo que detalha os termos. Abbas considera o acordo bem-vindo e acredita que ele vai dar um fim à cisão. Mahmoud Abbas deve viajar à Faixa de Gaza nas próximas semanas, no que será sua primeira visita ao território em uma década.

Sobre a luta contra o Estado Islâmico.

Combatentes sírios e árabes, apoiados por forças militares dos Estados Unidos, retomaram a cidade de Raqqa, na Síria, que estava há três anos sob o controle do autointitulado Estado Islâmico. O porta-voz das Forças Democráticas Sírias, Talal Sello, anunciou, na terça-feira, que a luta tinha chegado ao fim depois de uma ofensiva que durou quatro meses.

As Forças Democráticas Sírias – compostas principalmente por membros das Unidades de Proteção Popular Curdas e por pequenas facções árabes – afirmam não serem partidárias do presidente sírio Bashar Al-Assad nem dos rebeldes que querem derrubá-lo. Com a ajuda de uma coligação liderada pelos Estados Unidos, que realizou ataques aéreos, forneceu armas e mandou forças especiais para a área de conflito, as SDF tomaram mais de 8 mil km² de áreas controladas pelo Estado Islâmico.

Em novembro do ano passado, eles começaram uma operação para cercar a cidade, e esta última investida começou quando as Forças quebraram as primeiras defesas do Estado Islâmico na cidade, o que ocorreu no último mês de junho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na manhã de terça-feira, as SDF tomaram as últimas duas principais posições do Estado islâmico em Raqqa: o estádio municipal e o hospital nacional. O porta-voz das Forças Democráticas Sírias informou que, agora, serão realizadas operações para eliminar as últimas células jihadistas espalhadas pela cidade e para remover minas terrestres. E ele também afirmou que uma declaração oficial de vitória seria dada em breve. Um porta-voz militar norte-americano, citado pela BBC, estimou que cerca de 90% da cidade já estavam sob o controle das SDF.

O Estado Islâmico havia transformado Raqqa em um quartel general seu, autointitulado califado, e os residentes que se opuseram ao regime eram aterrorizados com decapitações, crucificações e torturas. A cidade também abrigava jihadistas de todo o mundo que se juntaram ao Estado Islâmico, atendendo ao chamado de seu líder Abu Bakr al-Baghdadi.

O conflito em Raqqa causou uma espantosa perda de vidas, de acordo com investigadores de crimes de guerra das Nações Unidas.

O Observatório Sírio para os Direitos Humanos, uma ONG britânica que monitora o conflito, divulgou, na terça-feira, que, pelo menos, 3.250 pessoas foram mortas nos últimos cinco meses, dentre as quais 1.130 civis.

Autoridades locais estimam que mais da metade da cidade está em ruínas, principalmente devido aos ataques aéreos que permitiram o avanço das forças democráticas sírias.

Alguns grupos ativistas responsabilizam os ataques aéreos por muitas das mortes de civis, mas a coligação alegou que aderiu a procedimentos que minimizam os riscos.

A ONG Save the Children advertiu que, mesmo que a luta tenha acabado, a crise humanitária continua.

O órgão para refugiados da ONU havia informado, semana passada, que quase 270 mil civis tinham fugido da cidade por causa do conflito desde abril e, ontem, uma representante das Nações Unidas em Damasco, Linda Tom, afirmou que conseguir acesso a Raqqa é a prioridade da organização. Ouvida pela BBC, ela disse que agora a ONU está em uma posição melhor para oferecer ajuda a quem precisa. Para ela, o fim do conflito significará uma grande mudança para os esforços humanitários.

Agora sobre o Curdistão.

Três semanas depois da realização do referendo sobre a independência do Curdistão iraquiano, do qual o "sim" saiu vitorioso, militares iraquianos tomaram o controle da cidade de Kirkuk, que estava sob o comando de combatentes curdos. O governo iraquiano considerou o referendo inconstitucional, enquanto o Governo Regional do Curdistão o considerou legítimo.

O Primeiro-Ministro iraquiano, Haider al-Abadi, afirmou na segunda-feira que a operação em Kirkuk foi necessária para proteger a unidade nacional, que estava em risco de ruptura por causa do referendo. O governo iraquiano afirmou que os combatentes curdos deixaram a cidade sem conflito, mas a rede britânica BBC capturou o som dos tiros enquanto filmava perto de um posto militar ao sul da cidade.

A tomada da cidade foi reportada pelos habitantes da referida cidade. A BBC ouviu testemunhas que viram militares entrarem nos prédios governamentais da província, e a agência de notícias Reuters informou que a bandeira do Curdistão, hasteada junto à do Iraque no prédio do governo, foi retirada em obediência a uma determinação do Primeiro-Ministro al-Abadi.

A rapidez com que as forças iraquianas chegaram ao centro de Kirkuk motivou as duas principais facções armadas curdas a acusarem uma a outra de traição. O Comando Peshmerga, liderado pelo presidente curdo Massoud Barzani, acusou a União Patriótica do Curdistão de tramar contra o povo do Curdistão. A PUK negou ter ordenado qualquer retirada e alegou que dezenas de seus soldados foram mortos ou feridos, destacando que não viram nenhum soldado da PDK morto no conflito em Kirkuk – são duas correntes: uma é a PUK; a outra, PDK.

A Turquia, que teme que a independência curda no Iraque possa incentivar manobras semelhantes da minoria curda em seu país, elogiou a ação de Bagdá, dizendo estar pronta para qualquer forma de cooperação com o governo iraquiano para eliminar a influência do PKK –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outra sigla – em território iraquiano. PKK é a sigla do Partido dos Trabalhadores do Curdistão, um grupo rebelde que luta pela autonomia curda desde a década de 80 e que a Turquia considera um grupo terrorista.

Kirkuk não é parte da região do Curdistão iraquiano, mas a população curda da região votou no referendo. A província se destaca por ser rica em petróleo. Ela foi tomada pelo Estado Islâmico em 2014 após uma derrota do exército iraquiano, e retomada no mesmo ano pelos Peshmerga – combatentes curdos do Iraque. O Parlamento iraquiano pediu que tropas fossem enviadas às regiões do Curdistão iraquiano desde o anúncio do referendo, mas o Primeiro-Ministro iraquiano havia declarado na semana passada que aceitaria um governo conjunto na região para evitar um confronto armado.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer pelo relatório aqui apresentado por S. Exª o Senador Valdir Raupp, de extrema importância pelo seu estudo de todas as emendas apresentadas, cerca de 170, e pelo trabalho que teve de analisar uma a uma, conciliar e compatibilizar as emendas de acordo com sua importância e com os recursos destinados a cada uma para que estivessem dentro do Orçamento Geral da União. Foi um trabalho realmente muito denso e exaustivo, mas S. Exª conseguiu, de forma sintética, apresentar esse relatório que está suscitando o desejo de vários Senadores de estarem aqui presentes para poderem comentar sobre ele e oferecer o seu parecer nesse processo de tomada de votos que já iniciamos há alguns minutos.

Caso V. Exªs concordem, nós temos marcada para as 10h do dia de hoje...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Chamou, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... uma reunião da CCAI. Caso não tenhamos a presença dos Senadores que ainda desejam chegar a esta reunião, nós poderemos deixá-la em suspenso e iniciarmos...

Vou tomar o voto de S. Exª o Senador Paulo Paim.

Podemos suspender a reunião e reiniciá-la logo após a reunião da CCAI ou, mesmo durante a reunião da CCAI, como ficará aqui suspenso, nós poderemos tomar os votos dos Srs. Senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, meu voto é "sim"...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra S. Exª...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... segundo a orientação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Paulo Paim, que vota pela aprovação do relatório apresentado por S. Exª o Senador Valdir Raupp.

Muito obrigado por sua presença e pelo seu interesse em participar desta reunião do dia de hoje, Senador Paulo Paim.

Então, se V. Exªs concordarem, nós podemos fazer isso. Deixaria todos os Srs. Senadores como convidados para participarem dessa reunião da CCAI, que é a Comissão de Inteligência do Congresso Nacional, muito interessante. São muito importantes e muito interessantes os temas que serão aqui tratados. Nós faríamos um *mix* dessas duas reuniões, já que estamos no âmbito da Comissão de Relações Exteriores. Se V. Exªs concordarem, vamos suspender por alguns momentos a reunião da Comissão de Relações Exteriores e instalar imediatamente a reunião da CCAI.

Eu convidaria – não sei se já está presente – a Srª Presidente da CCAI, que é a Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a quem caberá presidir essa reunião.

Por favor, troquem aqui a plaqueta para que o nome da Srª Deputada Presidente da CCAI esteja colocado.

(*Aberta às 9 horas, a reunião é suspensa às 10 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Está reaberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, suspensa para que houvesse a formação do quórum, o que já ocorreu.

Na reunião de hoje nós estivemos deliberando, e vamos agora finalizar, sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei nº 20, de 2017, do Congresso Nacional, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2018 (LOA 2018).

O relatório, que já foi apresentado por S. Exª o Senador Valdir Raupp, já foi discutido e, inclusive, já foi dado o voto *de per si* daqueles que estavam aqui presentes, dos Srs. e Srªs Senadoras aqui presentes. O relatório apresentado por S. Exª o Senador Valdir Raupp, como disse, foi pela aprovação das emendas nas seguintes ações e respectivas propostas de emendas que, em seguida, já colocarei em votação:

1. U.O. 52.111. Comando da Aeronáutica. Programa 2.058. Defesa Nacional. Ação 14XJ. Aquisição do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas. Projeto KC-390. Valor R$650 milhões. Propostas de Emendas nºs 3, 9, 10, 13, 18, 22, 24, 30, 32, 39, 41, 58, 61, 84, 86, 98, 101 e 109;

2. U.O. 52.101. Ministério da Defesa. Programa 2.058. Defesa Nacional. Ação 20IG. Apoio das Forças Armadas ao desenvolvimento do desporto militar e ao esporte nacional. Valor R$30 milhões. Propostas de Emendas nºs 62, 64, 68, 87, 91 e 104;

3. U.O. 52.121. Comando do Exército. Programa 2.058. Defesa Nacional. Ação 14LW. Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020. Valor R$180 milhões. Propostas de Emendas nºs 14, 57, 89, 103, 106, 107 e 108; e

4. U.O. 52.131. Comando da Marinha. Programa 2.058. Defesa Nacional. Ação 123I. Construção de submarinos convencionais. Valor R$300 milhões. Propostas de Emendas nºs 2, 6, 11, 16, 19, 20, 31, 33, 40, 42, 59, 82, 96, 100 e 110.

Já foi, como disse, discutido o relatório apresentado. Vários Senadores aqui se manifestaram e, agora, constituído o quórum, conforme os senhores podem verificar pelo painel, eu vou colocar em votação.

Solicito às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que estejam de acordo que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas deliberadas por esta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em atendimento às normas regimentais, eu proponho agora a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, bem como da presente reunião, para que sejam encaminhas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com as emendas aprovadas.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para passarmos logo em seguida à sessão secreta da CCAI sob a presidência da Deputada Bruna Furlan, convoco as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República para a nossa próxima reunião, no dia 23 de outubro de 2017, segunda-feira próxima, às 18 horas, neste plenário, quando realizaremos audiência pública conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, Senado Federal e Câmara dos Deputados, com o objetivo de elaborar diagnósticos, identificar gargalos e discutir soluções para a viabilidade da hidrovia dos rios Paraguai e Paraná, com a participação dos seguintes convidados: Prof. Dr. Eduardo Ratton, Coordenador de Projetos do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura da Universidade Federal do Paraná; Sr. Erick Moura de Medeiros, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Sr. Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Sr. Edeon Vaz Ferreira, Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio; Sr. Marcelo Cruz, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; e o Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal. Acrescento que, na oportunidade, contaremos com a honrosa presença do Exmº Sr. Embaixador da República Argentina, D. Carlos Magariños.

Agradeço também a presença entre nós no dia de hoje de S. Exª o Senador Heráclito Fortes. Sempre Senador, embora exercendo temporariamente agora o mandato de Deputado, ele teve o privilégio, como nós, de exercer a presidência desta Comissão, de ser Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e um dos melhores que por aqui passaram. Meus cumprimentos a V. Exª. Muito obrigado por sua presença, Senador Heráclito Fortes.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, mais uma vez agradecendo todos os Srs. Senadores e as Srª Senadoras pela participação no dia de hoje nesta importantíssima reunião da Comissão de Relações Exteriores, como importantíssima é também a reunião que em seguida teremos, da CCAI.

Declaro encerrada a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia de hoje agradecendo a presença de todos.

Agora passaremos à reunião da CCAI, sob a presidência de S. Exª a Deputada Bruna Furlan.

(*Aberta às 9 horas, a reunião é suspensa às 10 horas e 5 minutos. Reaberta às 10 horas e 41 minutos, reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e seis minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Hélio José, Paulo Paim, Ana Amélia, Pedro Chaves e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil - Argentina**, atendendo ao requerimento RRE 33/2017, de autoria do Senador Fernando Collor. **Finalidade:** Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil – Argentina (Senado Federal/Câmara dos Deputados), com o objetivo de elaborar diagnóstico, identificar gargalos e discutir soluções para viabilidade da hidrovia dos Rios Paraguai/Paraná. Obs: Temos a honra de registrar que o Excelentíssimo Embaixador da República Argentina, Senhor Carlos Alfredo Margariños, estará presente na Audiência Pública. **Participantes:** Doutor Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal.; Professor Doutor Eduardo Ratton, Coordenador de Projetos do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura da Universidade Federal do Paraná – UFPR.; Sr. Erick Moura de Medeiros, Diretor de Infraestrutura Aquaviárias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.; Sr. Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.; Sr. Jonatas Trindade, Diretor de Licenciamento Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (representante de: Marcelo Cruz, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente - MMA). Sr. Edeon Vaz Ferreira, Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio. Usam da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia e o Senhor Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada, conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil - Argentina. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

A presente audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, Senado Federal, Câmara dos Deputados, que tem como objetivo elaborar diagnóstico, identificar gargalos e discutir soluções para a viabilidade da hidrovia dos Rios Paraguai e Paraná, é realizada em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria do Senador Fernando Collor.

Registramos a honrosa presença de S. Exª o Embaixador da República da Argentina, o Sr. Carlos Alfredo Mangariños, que já está conosco compondo a Mesa.

Para esta reunião contaremos com a presença do Prof. Dr. Eduardo Ratton, Coordenador de Projetos do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura da Universidade Federal do Paraná; do Sr. Erick Moura de Medeiros, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); do Sr. Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); do Sr. Edeon Vaz Ferreira, Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio; do Sr. Jonatas Trindade, Diretor de Licenciamento Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e do Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal, os quais tenho o prazer de cumprimentar, apresentando nossas boas-vindas e agradecendo antecipadamente a presença de cada um.

Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal, podendo a população participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, no Portal e-cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento ainda que é possível acompanhar, ao vivo, nossa reunião pela TV Senado, inclusive pela internet. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Esclareço aos senhores palestrantes que o Presidente Collor concede a palavra, por 15 minutos, para cada um, com possibilidade de prorrogação para a conclusão de suas exposições.

Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Srªs Senadoras e Srs. Senadores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para dar início à audiência pública, concedo a palavra ao Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Boa tarde a todos.

Agradeço enormemente a possibilidade de estar aqui com os senhores, sob a presidência da Deputada Bruna Furlan e na presença do Embaixador Magariños, que eu quase chamo de nosso Embaixador, diante de tamanha proximidade que já tem com os trabalhos legislativos desta Casa e por afetuosa aproximação entre os dois países.

Senadores, também agradeço a presença.

A minha função aqui, na realidade, é de facilitador da presente reunião. Como Consultor Legislativo que assessora o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, cabe a mim não só orientar, mas facilitar os trabalhos desta Comissão.

O tema hidroviário é um. Existem outros temas que estão sendo tratados pelo Grupo Parlamentar, tais como a metrologia, o Inmetro e o correspondente de lá; a questão das barreiras sanitárias, fitossanitárias, temas como documentação fronteiriça ou até o tema nuclear.

Enfim, são vários os temas que estão sendo trabalhados pelo Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, e um é o da Hidrovia Paraguai-Paraná, que, na realidade, foi selecionado pelo Grupo Parlamentar Brasil-Argentina como sendo o primeiro a ser aqui aprofundado.

Bem, o Grupo Parlamentar, na realidade, inicialmente colocou como dois grandes valores em torno dessa hidrovia, de um lado, o potencial de integração que ela representa e, de outro, claro, os cuidados ambientais que se devem ter com esse trajeto hidroviário. A isso se associa o desenvolvimento socioeconômico da região.

Quanto ao potencial de integração das hidrovias na América do Sul, seja da Bacia do Amazonas, do Orinoco ou da Bacia do Prata, elas, se conectadas, representariam milhares de quilômetros navegáveis, o que implicaria uma integração de fato arterial, de grande profundidade, no continente sul-americano. Mas, para chegar até lá, precisamos dar conta de cada um desses cenários, e um deles é, sem dúvida nenhuma, o da HPP, da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Quanto às vantagens econômicas em relação à Hidrovia Paraguai-Paraná para o transporte fluvial de cargas não perecíveis, de grande volume e peso e de baixo valor agregado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

elas são, sem dúvida nenhuma, já por vários estudos, inegáveis – cargas a serem transportadas pela via fluvial, conforme seguramente os especialistas assim evoluirão.

Do ponto de vista do fundamento jurídico, há, desde 1969, o Tratado da Bacia do Prata, que é um marco na região. Vinte anos depois, integramos à Bacia do Prata, mais especificamente, o tema da HPP, e, se celebrou um acordo – um acordo de caráter temporário –, que é o acordo de transporte fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná, com seus seis protocolos sobre os mais variados assuntos. E o sétimo prorroga a vigência desse protocolo até 2020. Então, é um acordo internacional temporário, que vigorará até 2020.

E também há, claro, a vinculação desses instrumentos à Aladi, como acordo de alcance parcial.

Os objetivos desses acordos, claro, são... Na realidade, nesses acordos está uma espécie de ideologia do Mercosul, ou seja, livre trânsito de pessoas, mercadorias, bens, serviços, sempre na ideologia de igualdade de tratamento e de não discriminação.

O tema ambiental é um tema que não se pode esquecer. É um tema de grande importância, afinal de contas, estamos falando de água, de hidrovia e do Pantanal, no nosso caso brasileiro. Mas o acordo mesmo, já no art. 34...

O acordo, já no art. 34, faz referência explícita ao cumprimento da legislação ambiental de cada um dos países. E, em um dos protocolos adicionais, quando se refere à segurança, também há longas disposições, sobretudo a respeito da poluição.

Há uma grande judicialização em torno desse tema. Aqui, no Brasil, ela direcionou a dar um protagonismo ao Ibama do ponto de vista dos licenciamentos. Havia uma disputa: se o órgão regional também poderia ter essa iniciativa, com fundamento na Lei Complementar nº 140, de 2011. Também uma discussão sobre a possibilidade de se fazer uma análise compartimentada ou uma análise integral foi judicializada. Mas, de qualquer forma, isso foi um passo na judicialização do Brasil, o que não atrapalha no todo – não deveria, ao menos, atrapalhar no todo – o grande projeto de integração que tem potencial nessa hidrovia.

Agora, do ponto de vista geral, a questão é que existe uma hidrovia ou... É claro que os técnicos vão dizer se já poderemos chegar a esta terminologia: se é hidrovia ou se é ainda é uma via navegável com grande potencial, mas, juridicamente, há uma hidrovia e há um acordo a se expirar em 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, então, se coloca no sentido de querer que essa hidrovia alcance a sua potencialidade, sempre guardando os dois valores que são a integração e o meio ambiente.

Então, como provocação, colocaria alguns pontos de superação de gargalos.

O primeiro é a respeito da institucionalidade. O que precisamos fazer do ponto de vista institucional? Há, como se sabe, o Comitê Intergovernamental da Hidrovia, a Comissão do Acordo, grupos técnicos, chancelarias, enfim, a Comissão de Coordenação Técnica. O que precisamos fazer? Elevar o nível administrativo desse comitê? Criar um fórum de articulação para além do comitê? O fato é que nós temos essa institucionalidade às nossas mãos, e a ideia do grupo é que ela seja otimizada, mas dentro desse enquadramento.

Além da institucionalidade, qual seria o outro ponto? Há uma falta de investimento? Haveria uma falta de investimento? Há manutenção das condições de navegabilidade no rio, na parte brasileira? Talvez o estudo que nós escutaremos da Universidade Federal do Paraná aponte para a necessidade de investimentos para os mais variados pontos, como adequação de canal, sinalização, retificação de leito, dragagem, derrocamento, enfim, os passos críticos que eventualmente existam nos dois tramos, já que estamos a falar, na parte brasileira, sobretudo de dois tramos, um norte e outro sul, partindo de Cáceres. Mas, além disso, haveria necessidade de investimento em programa de envolvimento das comunidades ribeirinhas, uma capacitação de pessoal, uma complementação intermodal? Enfim, o problema é falta de investimento?

O TCU tem um relatório sistêmico de fiscalização do setor hidroviário, o Fisc Hidrovias. E o de 2016 faz lá os seus apontamentos, dentre os quais determina que a execução orçamentária na área foi diminuta diante de uma necessidade orçamentária que seria maior do que, de fato, foi prevista.

Além disso, aponta que seriam necessários um sistema de indicadores e um planejamento estratégico, seja do ponto de vista de metas e indicadores, mas, também, de prioridades de nível tático e operacional, quantitativo de pessoal, capacitação de servidores, enfim.

Há toda uma análise do TCU apontando que há, sim, carências, não só do ponto de vista orçamentário, mas, também, de governança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que, de lá para cá, estudos estão sendo feitos, hoje mesmo serão apresentados estudos pelos senhores; há diretrizes, como a diretriz da política nacional do transporte hidroviário; o plano hidroviário estratégico do Ministério do Trabalho; agora, o EVTEA, que será aqui discutido; também a Unasul tem documentações... Enfim, o nosso problema é de investimentos?

Terceiro ponto, a questão-chave é a questão ambiental, resultante dos impactos do serviço de dragagem ou de operação da hidrovia ou da implantação de operação de novos terminais. É isso o que, de fato, estamos a barrar?

Qual seria o papel do nosso ilustre representante do Ibama? Qual seria o papel do Ibama? Há problemas de capacitação? Estamos precisando de pessoal? Estamos precisando de maiores condições operacionais? Em que pé estão os licenciamentos?

O Tramo 1, que desce de Cáceres e vai à Corumbá, é um tramo problemático? Ele é mais sinuoso? É diferenciado? Como respeitar aquela lógica pantaneira em atendimento à perspectiva ambiental?

O princípio da preocupação do direito ambiental... Até onde devemos respeitá-lo, diante de algumas dúvidas de intervenção naquele tramo?

E qual é a comparação? Afinal de contas, se o escoamento não é hidroviário, ele é terrestre. Qual é a comparação, então, do ponto de vista do impacto ambiental, do modal terrestre em relação ao modal hidroviário?

Se não é um desses três pontos, seria o nosso problema jurídico?

Sabemos que há terras indígenas, quilombolas. De fato, no trecho que nós estamos a envolver, ele é impactante? Porque, se for impactante, chegaremos ao ponto, já houve até judicialização, do uso do art. 231, §3º, de que precisaríamos, então, de autorização do Congresso Nacional para uma intervenção em relação a essas terras.

Ainda do ponto de vista jurídico. Existem os regulamentos do acordo, salvo engano, cerca de 14 regulamentos. O Brasil não aceitou todos, outros países não aceitaram outros, e são regulamentos importantes, de glossário, uniforme, de comunicação, de dimensão de comboios, de infrações e sanções, arqueação de embarcações, etc. Há uma carência significativa? Como podemos equacionar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que intervenção diplomática devemos ter para, de fato, fecharmos já esse enquadramento jurídico em torno das regulamentações? E o que mais? O que mais do ponto de vista regulatório de barreiras sanitárias? Desculpe. Estou fazendo provocações aos verdadeiros *experts*, que são os senhores, que logo falarão. O que o Congresso Nacional pode, o que esse Grupo Parlamentar pode auxiliar para o incremento normativo e legislativo para, de fato, dar vazão a esse projeto integracionista, que é otimizar a Hidrovia Paraguai-Paraná?

Do ponto de vista jurídico, claro, há um ponto chave: o acordo expira em 2020. Vamos prorrogar esse acordo? Ou seria a ideia mais audaciosa de torná-lo permanente? Por que não tornar permanente esse acordo internacional? Afinal de contas, a hidrovia é permanente. Então, esse é um ponto jurídico que tem data, tem termo, que é 2020.

O fato é que o Grupo Parlamentar acredita que nós temos, no mínimo, 3.442km de potencial de integração – e uma integração que é, do ponto de vista do sentido norte-sul, o grande eixo de integração da América do Sul.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Então, senhores e senhoras, ao trazer esse binômio integração-proteção ambiental, indago, afinal de contas: como potencializar essa hidrovia? Qual é a maneira de garantirmos o desenvolvimento socioeconômico da população pantaneira, por exemplo, a partir da evolução sustentável do transporte hidroviário?

Mas nós temos que ter essa análise de uma maneira muito sincera, digamos, muito sincera, porque, se não for ela, é o modal terrestre. E fica em certo momento um pouco artificial e indigesto fazer a comparação de compensação, se é melhor o terrestre, se é melhor o hidroviário, já que existem elementos de proteção em si mesmos, que são insubstituíveis dentro do sistema pantaneiro, por exemplo. Existem animais que podem ser extintos. Existe um aproveitamento multifacetado da água. Não é uma simples troca de análise terrestre-aquaviário, mas deve haver um denominador, deve haver uma maneira racional de aproveitarmos essa potencialidade.

Com isso, senhores, eu repasso um pouco o que o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina está pensando e problematizando a fim de que os senhores e senhoras nos auxiliem para o bom termo.

Por fim, somente gostaria de destacar que esse Grupo Parlamentar Brasil-Argentina tem, nesta audiência, apenas um primeiro passo para o estudo da questão. O homônimo argentino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está também fazendo as suas reuniões. Depois nos encontraremos para cotejar as conclusões. Mas esse grupo parlamentar pretende ter uma visão extremamente objetiva e concreta de resolver situações.

A própria Senadora Ana Amélia, que fez o requerimento para reativar esse grupo parlamentar, o fez de maneira bastante objetiva, bastante concreta, a fim de solucionar, eliminar gargalos e evoluir na relação bilateral.

Então, o espírito desta reunião seria esse. E eu apenas servi como um facilitador para o bom trabalho que os senhores seguramente honrarão.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigado, Dr. Tarciso Dal Maso, pela brilhante explanação.

Gostaria de registrar a presença do Senador Wellington Fagundes e da Senadora Ana Amélia.

Assim, passo a palavra ao Prof. Dr. Eduardo Ratton, Coordenador de Projetos do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Com a palavra, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Deputada Bruna Furlan, eu queria, em primeiro lugar, agradecer à Comissão de Relações Exteriores das duas Casas legislativas por esta iniciativa e a V. Exª, que está também no órgão diretivo da Frente Parlamentar Brasil-Argentina, conduzindo com muita competência e dedicação esta audiência pública.

Agradeço também ao amigo Embaixador Carlos Magariños, sempre presente desde que essa frente foi instalada. Seu ativismo na intensificação e na integração dessas relações se compara ao ativismo do nosso Embaixador Sérgio Danese, em Buenos Aires.

Quanto ao depoimento do Tarciso, só lamento profundamente, como gaúcha, porque nós somos bairristas, que o projeto Paraguai-Paraná não passe pelo Guaíba.

Mas eu sei, estou brincando, fazendo uma analogia, porque estive de passagem por Corrientes e parei num hotel, na capital da província do mesmo nome, e fiquei olhando do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hotel, observando a quantidade de chatas carregando soja por ali, no Rio Paraná. Aí aquilo me trouxe à mente o fato de termos muitos rios navegáveis. No Rio Grande do Sul, há alguns portos que poderiam fazer escoamento também de madeira, de materiais, desafogando as rodovias que estão hoje saturadas. É mais barato, tudo com preservação ambiental, tudo dentro dos códigos da sustentabilidade. Então, eu fiquei olhando aquilo.

E, agora, quando eu vejo aqui, e olho para o Senador Wellington Fagundes e para os Senadores do Mato Grosso, fico com uma certa inveja. Se pode haver uma inveja positiva, eu, como gaúcha, vou defender sempre, como brasileira, essa integração fundamental para os nossos países. São cinco países envolvidos num grande e ambicioso projeto. Tomara que ele saia do papel, porque, se ele não sair do papel, esse acordo vai se esgotar em 2020.

Então, é preciso que haja um protagonismo mais prático em relação à implementação do projeto. Existem outros que são de interesse direto do Rio Grande do Sul, que é a questão da Hidrelétrica de Garabi, que é diretamente ligada, e outras áreas de interesse que nós temos com a Argentina, em relação à energia, à importação de gás natural. Mas isso será tratado numa outra etapa da audiência pública.

Muito obrigada, Presidente.

Parabéns pela condução.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Sou eu quem agradeço, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Prof. Dr. Eduardo Ratton, Coordenador de Projetos do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura da Universidade Federal do Paraná.

O SR. EDUARDO RATTON – Obrigado pela oportunidade, Deputada Bruna, presidindo a Mesa. Embaixador Magariños, à nossa direita, muito obrigado pela presença. Demais personalidades, Ministros, Senadores, Deputados, na nossa função de apresentar rapidamente aqui este estudo é necessário colocar duas explicações. Uma que ele é uma sequência de um estudo que iniciou já em 2013, por uma demanda do DNIT, do departamento aquaviário do DNIT, em se fazer um estudo da viabilidade técnica, econômica e ambiental da Hidrovia do Rio Paraguai no trecho brasileiro. O trecho brasileiro subentende-se 1.273Km, desde a sua nascente em Cáceres até a foz do Rio Apa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, a Antaq – está aqui o diretor-geral presente – solicitou-nos uma complementação do estudo adiantando-se a justamente se entender as dificuldades regulatórias, dificuldades de cunho jurídico e também de práticas que podem impactar diretamente no maior ou menor uso desta hidrovia para o transporte de cargas.

Então, esse resumo que nós vamos fazer diz mais respeito a essa segunda parte do estudo, que está ainda em conclusão, faltam ainda algumas revisões por parte da Antaq, que estuda a prática regulatória, vantagens competitivas dentro dos cinco países membros desse grande acordo de navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Esse estudo se divide em três eixos principais: o eixo da infraestrutura, o eixo de mercado e o eixo regulatório. O que são cada um desses?

O eixo da infraestrutura diz respeito a estudar todas as malhas de transportes: rodoviária, ferroviária, hidroviária, com todas as instalações portuárias existentes ao longo dessa hidrovia, que abrange os cinco países de interesse.

O segundo ponto diz respeito à base de dados, que já havia uma base inicial, que foi realizada pela Antaq em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, que é um sistema logístico, e que nós, então, implementamos a esse sistema toda a base rodoviária, ferroviária e hidroviária dos outros países signatários além do Brasil.

O segundo eixo diz respeito às trocas comerciais que já existem hoje entre esses cinco países, não só entre eles, mas para o mundo todo: o que Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia exportam ou importam no seu mercado, no seu eixo de mercado; e, disso, o que passa pela hidrovia. É o que nós chamamos lá de o *market share* da hidrovia: o que desses produtos tantos da área de influência que estamos analisando do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai que estão já consolidados na hidrovia. E, claro, estudando-se a questão logística, porque esse estudo teve mais cunho logístico do que outra coisa, utilizou-se desse resultado desse sistema logístico para se definir que outros produtos poderiam estar na hidrovia e não estão, ou seja, a matriz de oportunidade; que outros produtos brasileiros ou argentinos poderiam estar passando pela hidrovia e não estão.

E, por fim, as questões regulatórias, que eu vou passar aqui rapidinho, uma vez que eles nós vamos falar com esses assuntos um pouco mais em detalhes.

Então, resumindo, nos 3.442Km de extensão, como disse o Tarciso no início, há situações diferenciadas em cada trecho. No trecho brasileiro, de início de Cáceres a Corumbá, temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profundidades limitadas, da ordem de 1,8m. Portanto, o tipo de comboios que por lá pode navegar são comboios de até nove mil toneladas, o que já é expressivo para transporte, mas ainda não tão grandes quanto aqueles que trafegam no trecho argentino e paraguaio, que chegam a 37.500 toneladas. Então, essa potencialidade se dá em função das profundidades. Observem que, se nós fizermos essa análise ao longo dos 3.442km, de Cáceres a Corumbá, nós temos profundidades variáveis entre 1,80m e 3m, dependendo da época do ano, enquanto que lá já no final, depois da província de Santa Fé até Nova Palmira, no Uruguai, essas profundidades chegam até a 12m. Ou seja, os navios de transporte de longo curso, navios oceânicos não precisam fazer transbordo com barcaças. Eles já carregam diretamente nos portos de Santa Fé e Nova Palmira, os navios Panamax, que utilizamos hoje para o transporte generalizado de produtos, de nossas *commodities* agrícolas, por exemplo. Esse cenário indica que todos os países podem utilizar embarcações, desde que estejam homologadas dentro dessas composições, porque há limitação de profundidade e de largura de canal em cada situação da hidrovia, cada tramo.

Falando em todo esse eixo de infraestrutura, toda essa rede de logística foi cadastrada não só para os países que nós referenciamos, cinco signatários do acordo, mas também para os demais, como o Chile, por exemplo, Equador, porque buscávamos no sistema logístico que talvez alguma carga tivesse saída pelo Pacífico e não pelos portos ligados à hidrovia, em Montevidéu, na Argentina e no Uruguai.

Na parte ferroviária, foram cadastrados todos esses e interligados. É um serviço bastante complicado, uma vez que essas malhas têm de ter conexões, e isso tem de ser testado tramo a tramo, principalmente a malha hidroviária, com todos os seus pontos de conexão com a malha rodoviária ou ferroviária, até porque entram nesse custo logístico os custos de transbordo que venham a conferir a vantagem ou não de utilização da hidrovia.

Quanto ao número de terminais, vejam que interessante: uma vez que estamos falando aqui de uma Comissão Parlamentar Brasil–Argentina, nós destacamos aqui o grande número de portos argentinos. Nós temos 48 terminais portuários no tramo argentino. No Paraguai, outros 44. E, no Brasil, só 11. Então, já dá para observar que a Argentina utiliza muito mais a hidrovia do que o Brasil, que o Paraguai utiliza muito mais hidrovia do que o Brasil.

E, quando falamos em obras complementares previstas pelos cinco países, pelos seus governos, nós vemos que, dentro da integração que é necessária para o Mercosul como um todo, nós temos um grande número de obras previstas. No total, vimos ano a ano, mais de cem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

intervenções de obras. Que obras são essas? Rodoviárias, ferroviárias, portos, melhorias de dragagem, até de aeroportos para melhorar essa integração multimodal. E, de novo, a Argentina ali aparece com aproximadamente quarenta ou quarenta e poucas obras, e o Brasil de forma um pouco mais restrita nesta região. Temos poucas obras previstas ali naqueles horizontes 2020, 2025 e 2030.

Falando da utilização da hidrovia, como havíamos dito que a Argentina é o principal usuário em tonelagem daquilo que hoje passa na hidrovia, em torno de 83 milhões de toneladas, a Argentina representa 77% do interesse nessas cargas. O Brasil, apenas 4,5 milhões; depois já chegou, no passado, a um pouco mais, a quase seis milhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO RATTON – Atualmente, o Brasil é um pequeno usuário da hidrovia. Os benefícios maiores se dão na Argentina, e em segundo lugar, no Paraguai, que movimentam quantidades maiores de carga. Como mostramos na infraestrutura, isso é também explicável, uma vez que as maiores profundidades estão no tramo argentino e no tramo paraguaio. Então, existe uma justificativa para tal.

Dentro desse estudo, quando se pegou toda a situação logística para se estudar a possibilidade de novas cargas, nós identificamos ainda um potencial maior, em função até do resultado do esquema logístico que foi estudado através daquela rede de transportes. Então, hoje nós sabemos que, embora a Argentina já utilize largamente a hidrovia, daquelas 64 milhões de toneladas que já estão na hidrovia, outras cargas poderiam estar. O estudo, então, visou estudar que cargas são essas, uma vez que, pela área de influência que foi delimitada – que não é o total, a integralidade do Território brasileiro, nem o total, a integralidade do território argentino, mas perfaz uma grande parte desse país –, temos um potencial de cargas de 92 milhões de toneladas na Argentina e cerca de 56 milhões de trocas comerciais, em toneladas, que o Brasil já realiza na sua área de influência e que não estão na hidrovia.

A segunda parte do estudo faz isto: cruza a matriz de origem-destino dessas cargas com as simulações logísticas de custo – custo rodoviário, ferroviário e hidroviário – para ver onde seria mais econômico utilizar a hidrovia para o transporte. E aí a nossa surpresa: o Brasil tem cargas potenciais para a hidrovia do Rio Paraguai, que não estão na hidrovia hoje, em torno de 40 milhões de toneladas; e a Argentina, em torno de 78 milhões, dos quais 64 já estão na hidrovia. Então, podemos dizer que a Argentina utiliza com muito mais eficiência a hidrovia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que o próprio Brasil. Daquelas 40 milhões de toneladas que passaram no sistema logístico, nós só estamos utilizando 4, basicamente com minério de ferro.

Vamos dar aqui um pequeno resumo, para ser bem conciso, do que o Brasil e a Argentina movimentam e poderiam movimentar na hidrovia. Argentina: resíduos de óleo de soja, que exportam para Europa e Ásia; milho, para África, Ásia e Europa; minério de ferro, que compram do Brasil; óleos de petróleo, combustíveis, que compram da América do Norte e da Europa. Brasil, por sua vez: milho e soja, que exportam para os mercados asiáticos basicamente; trigo, cevada, malte, que compram da Argentina e do Uruguai – que não estão na hidrovia, e que poderiam estar. Praticamente nenhum desses produtos que estão ali no rol brasileiro de interesse, que passam no sistema logístico como importantes para o transporte na hidrovia, estão na hidrovia. E esse é o nosso desafio.

Sendo um pouco mais explícito, já que esta Comissão Parlamentar envolve Brasil e Argentina, nós colocamos aqui os principais produtos que a Argentina envia ao Brasil por outras rotas, que não a hidrovia – despontando com o trigo (3 milhões de toneladas), cevada, malte e outros –, assim como o que o Brasil exporta para a Argentina – porque, além do minério de ferro, que já está na hidrovia, outros produtos também poderiam estar. Então, esse cenário nos coloca um alerta: por que o Brasil não está utilizando a hidrovia para um certo grande número de cargas importantes da sua balança comercial, tanto de importação quanto de exportação, que teriam um custo logístico mais reduzido?

Finalmente, o terceiro eixo, que é o regulatório, aponta aí 11 itens, que foram estudados com muito detalhe – nós temos uma pequena publicação informativa preliminar, que está disponibilizada aí para os senhores. No entanto, cada um deles tem suas particularidades. Começo pela formação de tripulação. No Brasil, esse número é de 14 tripulantes para as embarcações que utilizam hidrovias. Outros países têm números diferenciados e salários diferentes. O Brasil tem os menores salários. Vejam lá, nos números colocados, que a Argentina e o Paraguai acabam tendo os maiores salários médios das populações. E nós vamos ver, depois, que o maior número de empresas de navegação está com bandeira paraguaia e não com bandeira brasileira.

Outro assunto: programas de financiamento. Todos os países têm, através de seus bancos de fomento, programas de financiamento. Os valores são diferenciados, mas todos financiam embarcações. No entanto, perguntados, alguns operadores portuários e também estaleiros brasileiros nos disseram da grande dificuldade de obter esses recursos junto ao BNDES. Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estão disponíveis tanto no Fundo Nacional da Marinha Mercante quanto na linha do BNDES, mas há grande dificuldade, segundo eles, para obter esses financiamentos, as restrições são muitas.

Instalação de estaleiros. Nós vimos também diferenças regulatórias quanto à questão ambiental. Brasil e Paraguai são semelhantes e a Argentina é um pouco diferente nessa análise. E há também diferenças na composição do quadro desses estaleiros, como, por exemplo, a exigência de engenheiros navais e de engenheiros de construção naval na própria empresa responsável, o que é, obviamente, de importância.

Segurança de tráfego. Todos se preocupam. Existem lá os protocolos citados pelo Tarciso, protocolos importantes dos regulamentos que estão sendo internalizados – senão todos, quase todos – pelos cinco países. Então, são muitos regulamentos.

A questão da restrição sanitária. Não é tanto quanto à restrição, mas quanto à disponibilidade de pessoas para liberarem as cargas. Então, para os portos no tramo brasileiro e também no tramo boliviano, escutamos muito isto: "Ah, leva uma semana para vir um fiscal aqui para liberar uma consolidação de carga e a inspeção de cargas." Com isso, o comboio fica parado. Com aquela embarcação parada, deixando de fazer sua atividade de transporte, há um atraso que custa 10, 20 mil dólares por dia. Então são coisas que... Aí digo aqui a esta Comissão Parlamentar que seria importante que a gente tentasse melhorar naquilo que diz respeito ao funcionamento dessa exigência, que é importante, mas em relação à qual deve haver uma facilitação de tempo.

Restrições dos órgãos ambientais. Já falamos sobre isso. Vou passar rapidamente.

Carga tributária e carga trabalhista. Aqui novamente nós despontamos como líderes, nós e a Argentina também. Alíquota de imposto de renda direto: Argentina, 35%; Brasil, 24% a 34%. Mas no Paraguai é de 10%. Então, todas as empresas de navegação maiores que estavam no Brasil fazendo transporte de produtos brasileiros – por exemplo, da própria Vale na região de Corumbá – mudaram suas bandeiras para o Paraguai, onde as alíquotas do imposto de renda sobre o lucro são menores.

A mesma coisa acontece na questão previdenciária patronal: no Brasil, a contribuição é de 28,2% – agora, com a nova lei, pode ser até que mude isso um pouco; na Argentina, 21%; e, de novo, Paraguai e Uruguai com valores menores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, isso tudo soma e impacta. Nós fizemos um estudo de caso sobre a montagem de uma empresa de navegação, seja no Brasil, no Uruguai, na Bolívia, no Paraguai, para ver qual é o melhor resultado. Obviamente, infelizmente, não é no Brasil.

Requisitos para a implantação de terminais. De novo, questões ambientais são necessárias, mas nós observamos – está aqui o nosso representante do Ibama, que depois vai se pronunciar – que, efetivamente, para passar da Lei Complementar 140 para a particularidade da hidrovia do Rio Paraguai... Lá parece que não se verifica a lei complementar, ou seja, está sendo exigido das empresas ainda o licenciamento pelo Ibama, em particular da hidrovia do Rio Paraguai. Tem sua motivação na judicialização que houve no passado, mas ainda há uma certa demora nesses assuntos, e a gente entende o porquê. Restrições de carga de passagem praticamente não há. Há o livre trânsito. No entanto, alguns países fazem exigências complementares, de origem de cargas, de questões aduaneiras, que, de certa forma, impactam financeiramente no negócio de transporte pela hidrovia.

Finalizando aqui, requisitos para importação de embarcações. Nós temos estaleiros no Brasil, porém parece que, por vezes, a importação fica muito cara. Brasil e Argentina têm alíquotas de importação para embarcações muito altas. De novo, Paraguai, Uruguai e Bolívia têm valores menores, o que facilita estaleiros se instalarem lá e importarem embarcações, uma vez que essa prática é comum.

Já estou quase terminando, Senador Collor, me permita.

Por fim, outro item importante que identificamos é o preço do combustível. Está aí nesse gráfico. Na Bolívia, embora eles importem combustível, parte até do Brasil, o litro do diesel é R$1,75 no dia de hoje, e no Brasil é R$2,79. Então, os operadores bolivianos do transporte têm essa vantagem. Eles conseguem comprar o combustível mais barato. Se eu for lá com uma embarcação brasileira, é óbvio que não terei esse benefício, que, na verdade, é uma contrapartida do governo, é uma espécie de subsídio que o governo boliviano dá às empresas bolivianas para o transporte na área de exportação.

Por fim, nós fizemos aqui um exemplo. Em função do estudo de custo relativo do transporte rodo, ferro e hidro para cada país – e é diferente para cada país por diversas causas, até por aquelas de tributação, que nós já vimos, quanto a encargos sobre mão de obra, etc. –, chegamos a valores. Destaquei só Brasil e Argentina. Temos valores da seguinte ordem, no Brasil: se for rodoviário é 100%; ferroviário é 48%, e o hidroviário é 26%, para distâncias maiores do que mil quilômetros, que é o que estamos praticando. Para distâncias menores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos o impacto menor do transbordo. Para a Argentina, isso também significa 100%, 38% e 19%. E para os outros países também. Não vou entrar no detalhe de cada um, mas isso implica, Senador Collor, que, se nós fizermos o transporte a partir de Cuiabá, que é região produtora... Está aqui o Dr. Edeon Vaz, que provavelmente vai se manifestar sobre a produção agrícola do Mato Grosso, o Senador também presente aqui Wellington Fagundes.

Hoje o Mato Grosso produz 30 milhões de toneladas de soja, que vão para exportação. Se isso fosse transportado pela hidrovia e não de caminhão até Santos ou Paranaguá, em vez de fazer os 1.700km ou 1.800 km até Santos, usasse a rodovia até Cáceres, 170km, e de lá até Nova Palmira, no Uruguai, ou na base de Rosário, na Argentina, que é a aproximadamente 3.442km, teríamos um custo de transporte, por tonelada, da ordem de R$254. Os 1.800km até Santos ou Paranaguá implicam R$442 por tonelada – preços atualizados até o mês passado, com toda a influência do custo do combustível, custo do pedágio, enfim, todos os custos que nós temos de pagar, que o agricultor brasileiro paga, Senador.

Isso nos dá uma pequena conta. Se transportarmos 5 milhões de toneladas pela hidrovia, de economia de transporte teremos R$1,270 bilhão. Se transportarmos os 30 milhões, o que talvez não seja possível, porque aquela produção mais ao norte tem outros caminhos logísticos mais adequados, seja pelo Rio Tapajós ou pelo Rio Madeira, teríamos uma economia de R$5 bilhões.

Talvez o Dr. Erick, que está ali, saiba me dizer o orçamento do DNIT neste ano. Acho que foi em torno disso para o ano todo. Quer dizer, isso é uma economia que fica para quem? Para o produtor agrícola.

Então, é muito importante que esses entraves, essas dificuldades possam ser, na medida do possível, simplificadas, para que a produção agrícola das *commodities* exportações tenha um melhor resultado para o agricultor.

Eu agradeço o espaço concedido, Senador Collor. Estamos à disposição, e, a qualquer momento, esta Comissão pode contar com a nossa ajuda. Eu lhe agradeço muito.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Dr. Eduardo Ratton.

Pela ordem S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra V. Exª, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – É só para aproveitar que ele está presente, porque, depois pode haver o debate, e eu não podia perdê-lo.

Prof. Eduardo, é Ana Amélia que está falando com o senhor.

O SR. EDUARDO RATTON – Desculpe-me. Eu estava olhando lá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o seguinte, Professor: os números que o senhor apresentou são tão expressivos, do ponto de vista do ganho, que não é só para o produtor que o senhor está falando. É para evitar, por exemplo, a mortandade nas estradas, o desafogo.

Qual é a razão, portanto, de um projeto desse grau de reflexo sobre toda a economia não só do Brasil, mas de toda a região, não sair do papel?

O SR. EDUARDO RATTON – Com todo o respeito, Senadora, eu acho que é um resultado que agora merece, uma vez que está sendo terminado esse estudo, sair do papel, sim. São medidas que o Brasil, no caso... Nós fizemos um outro levantamento de quanto o Brasil tem de implementar para garantir essa hidrovia funcionando 24 horas por dia, digamos assim, e são poucos milhões: R$10 milhões de dragagem ao ano; R$10 milhões são três quilômetros de rodovia implantada. Esse é o custo que o DNIT tem de ter para manter a hidrovia navegável.

Agora, as ações de implementação de novos terminais dependem de um conjunto de fatores, fatores que vão desde o licenciamento ambiental até o fomento aos nossos operadores, aos armadores que tenham interesse de se instalarem na hidrovia, porque existe essa carga potencial para ser transportada.

Eu não posso dizer mais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Uma resposta bem política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Eu gostaria, antes de passarmos a palavra ao próximo palestrante, de agradecer a honrosa presença entre nós de S. Exª o Sr. Embaixador da República Argentina no Brasil, Dr. Dom Carlos Magariños.

Muito obrigado a V. Exª, pela sua presença, que nos dá a exata noção da importância que o governo argentino vem dando, por intermédio de seu representante no Brasil, à integração Brasil e Argentina e ao aprimoramento dos mecanismos que façam com que o Mercosul se transforme naquilo para o que ele foi realmente criado: ser um fator de integração, de aumento de comércio e, sobretudo, do estabelecimento da paz entre os nossos países que constituem o Mercosul.

A simples presença – e vou aqui nominar – de altos funcionários da carreira diplomática da República Argentina presentes a esta nossa reunião dá bem a dimensão, Sr. Embaixador, dessa importância a que eu me referia que V. Exª empresta a essas reuniões bimestrais que o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina vem realizando, sendo esta a sessão inaugural, em que contamos com a sua mais do que prestigiosa presença.

Gostaria de agradecer a presença também do Sr. Conselheiro da Embaixada da República da Argentina, Sr. Eduardo Luis Fuhr; do Sr. Primeiro-Secretário da Embaixada da República da Argentina, Sr. Rodrigo Javier Conde Garrido; do Secretário da Embaixada da República da Argentina, Sr. Conrado Assenza; do Secretário da Embaixada da Argentina, Sr. Julian Vazeilles; do Sr. Segundo-Secretário da Embaixada da República do Paraguai, Sr. Fernando Lopez Closs – Paraguai, país amigo e também importante integrante do Mercosul; do Coordenador-Geral de Administração Hidroviária do DNIT, Sr. Marcos Henrique Derzi Wasilewski; e do Coordenador Jurídico e Relações Internacionais da Universidade Federal do Paraná, Dr. Ruy Alberto Zibetti; além da Embaixadora Gisela Padovan, que é Assessora de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

A todos que fazem parte da equipe argentina, os nossos agradecimentos pelo interesse que vêm manifestando nessa aproximação que estamos construindo entre o Brasil e Argentina, para retirarmos esses gargalos e esses óbices que vêm, de alguma forma, dificultando o andamento do processo realmente integrativo do Mercosul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de agradecer a presença de S. Exª a Senadora Ana Amélia, que é também Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina; agradecer à Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e, além disso, Vice-Presidente também do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, por ter aberto... Infelizmente, quero pedir desculpas pelo atraso no dia de hoje, porque o avião em que eu cheguei a Brasília teve um relativo atraso. Mas agradeço à Deputada Bruna Furlan por ter aberto esta que é a nossa primeira audiência pública das várias que serão realizadas sobre temas específicos que travam o bom andamento das nossas relações *interna corporis* do Mercosul e, fundamentalmente, com a Argentina.

Nós combinamos e ficou aqui decidido – por votação, na última reunião, na reunião da instalação da Comissão Parlamentar Brasil-Argentina – que nós realizaremos uma reunião bimestral para tratar de assuntos de interesse do Mercosul e das relações do Brasil com a Argentina.

O primeiro tema escolhido foi exatamente esse que hoje é objeto dos nossos palestrantes, da dissertação dos nossos palestrantes. Daqui a mais dois meses, teremos um outro tema, que será anunciado previamente a todos os integrantes desta Comissão, bem como aos Srs. Senadores e Deputados que estejam interessados em acompanhar e ajudar esse processo de integração.

Portanto, antes de passar a palavra ao próximo orador, além dos nomes, peço licença para dizer que também está presente entre nós a Embaixadora Eugenia Barthelmess, que é Diretora do Departamento da América do Sul Meridional. Muito obrigado a V. Exª pela sua presença na noite de hoje.

Antes de passar a palavra ao nosso próximo palestrante, eu gostaria de passar a palavra, com muita satisfação, a esse Embaixador que vem demonstrando uma atividade incansável na busca de um aprimoramento nas relações Brasil e Argentina, e que vem conseguindo feitos admiráveis, que é S. Exª o Embaixador da República da Argentina no Brasil, Dom Carlos Magariños. V. Exª tem a palavra, Sr. Embaixador.

O SR. CARLOS ALFREDO MAGARIÑOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer ao Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Fernando Collor, e parabenizá-lo; a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan; a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Ana Amélia, que tem sido sempre uma força muito motivante e dinâmica para o funcionamento do nosso grupo; ao Senador Wellington Fagundes, que me convidou para participar da sessão pública da Comissão de Infraestrutura, em Cuiabá, há alguns meses.

Cumprimento todos os diplomatas, os Srs. Senadores e Deputados presentes na Comissão, e todos os *experts* que estão falando hoje nesta tão importante reunião.

Para mim, é uma grande satisfação, uma honra compartilhar com vocês este debate, porque este é um projeto muito importante para o governo argentino, que sempre tem sido sinalizado pelo Presidente Macri como um tema de grande relevância, um tema no qual Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia têm de fazer progressos concretos, sobretudo para reduzir o custo unitário do transporte na hidrovia.

Eu gostaria de dizer que essa é a segunda vez que tenho oportunidade de escutar a apresentação do doutor da Universidade Federal do Paraná. Acho muito interessante a sua apresentação.

E é extremamente estimulante a apresentação do Tarciso. É muito provocadora, com as conclusões e inferências. É muito bem formulada e informada.

Eu gostaria de dizer que o governo do Presidente Macri está trabalhando muito dedicadamente nesse assunto de melhorar os custos de transporte unitário da hidrovia. E temos trabalhado com o Itamaraty e recebido de todos vocês muitas iniciativas.

A Embaixada da Argentina aqui no Brasil, por instruções do Sr. Presidente e do Sr. Chanceler, esteve visitando distintos Estados brasileiros que são costeiros com a hidrovia. Estou escutando e recebendo sugestões, e fazendo demonstrações muito concretas de que queremos fazer progressos.

Eu me lembro de que a primeira demonstração concreta teve a ver com o comprimento dos comboios da hidrovia. Foi necessário fazer uma modificação legislativa para acomodar as necessidades dos usuários brasileiros. Isso foi uma demonstração prática de que falando, fazendo o que fazemos aqui, nesta Comissão, que tão habilmente preside o Senador Fernando Collor, podemos produzir progressos concretos.

Lembro também que os colegas do Itamaraty assinalavam com muita precisão que a Argentina tinha que internalizar uma série de protocolos relacionados com o funcionamento da hidrovia. Lembro-me de 14 protocolos, não me lembro de mais. Desses 14, 10 já foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

internalizados. Mais uma vez, o governo argentino demonstrando o interesse em contribuir para uma lógica razoável de funcionamento da hidrovia.

Acho que é muito importante para todos nós ter em conta – como vimos na recente apresentação do professor – que para a Argentina a hidrovia é estrategicamente importante. Então, temos de trabalhar com inovações que sejam aceitáveis para os usuários argentinos da hidrovia. Você tem de considerar que uma porcentagem muito alta – não me lembro –, 70% das exportações argentinas utilizam a hidrovia. Então, do ponto de vista da segurança, da soberania nacional, do controle do comércio, para a Argentina é muito importante ter a segurança de que todos os parceiros compreendem essa situação completamente estratégica que não podemos modificar. Podemos pensar muitos mecanismos, mas eu acho importante que todos nós consideremos essa realidade que é elemento central da avaliação da hidrovia na Argentina, que tem um tramo muito longo de jurisdição.

E temos de fazer o necessário para usar isso construtivamente. Eu acho que, nesse ponto, gostaria de reforçar uma mensagem do Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, que teve um papel fundamental como Presidente da República do Brasil, quando se firmou o Mercosul. O conceito central era o que você falou, conseguir uma única maneira onde tudo possa fluir muito rapidamente. Gosto muito tanto da lógica da apresentação de Tarciso como da lógica da apresentação do professor, porque vão nesse sentido.

Os dois mencionaram um tema de que me lembro – a Senadora Ana Amélia citou aqui, nesta Comissão, muitas vezes, um tema que a mim, pessoalmente, preocupa muito e creio que deve preocupar muito todos os parceiros – está relacionado com as regulações sanitárias, fitossanitárias e os regramentos técnicos.

Eu gostaria de propor muito humildemente, respeitosamente, Sr. Senador, que, em algum momento que considere oportuno, tenhamos uma reunião como esta para falarmos dessas coisas também. Acho muito importante que falemos sinceramente dos problemas. Por isso, gosto muito desta Comissão que você preside tão dignamente, Sr. Presidente: falar das coisas.

Eu acho que, por exemplo, na área de *standards*, eu não tenho dúvida de que o Brasil está fazendo muitas coisas que vão diante do que fazemos em outros países do Mercosul. Os patamares dos *standards* fitossanitários aqui são sensivelmente mais altos que em outros países do Mercosul, e provavelmente nós temos que investir mais em equipamentos técnicos, laboratórios, mas temos de falar disso, porque falar somente que temos um entrave muito sério é muito importante, mas temos de superar isso, senão, todos os investimentos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazemos em infraestrutura, tudo o que podemos fazer em regulação não vai servir, porque, no fim do dia, todos temos de morrer, figuradamente, nessa área.

Então, eu compreendo que isso será um esforço para a Argentina, que vai ter que fazer investimentos. Eu compreendo muito bem que há muitas exigências da burocracia, da segurança alimentar, das relações internacionais, isso é razoável, mas é bom falar disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Não quero falar mais, porque vim aqui para escutar e não para falar.

Eu, sinceramente, quero reforçar o interesse do governo argentino em fazer progressos concretos nessa área.

Quero agradecer, mais uma vez, ao senhor e a toda a Comissão por promover esse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Dom Carlos Magariños, pelas suas palavras que sempre nos deixam mais animados de prosseguir nessa senda de aproximarmos todas as nossas diferenças para que façamos do Mercosul o sonho que levaram aqueles que constituíram o Mercosul a fazê-lo.

Em relação ao que V. Exª, Embaixador Magariños, propõe e sugere, está aprovada como a primeira providência nossa naquela última reunião do Grupo Parlamentar Brasil–Argentina. Nós aprovamos uma série de providências, em número de sete providências. Dessas sete providências, a primeira que foi escolhida aqui pelos integrantes da Comissão, o primeiro tema a ser objeto de uma audiência pública foi exatamente este que está sendo objeto hoje da nossa discussão.

E, como V. Exª falou, realmente essa questão fitossanitária não é somente internamente no Mercosul, mas com vários outros países. Nós temos problemas fitossanitários, por exemplo, agora com o leite do Uruguai, porque o Brasil está criando dificuldades para importar um leite, uma quantidade pequena para o nosso consumo, mas importante para um país como o Uruguai, que faz parte do Mercosul. São questões fitossanitárias que são levantadas por uma burocracia que realmente ou nós a vencemos, porque vêm emperrando setores importantes da infraestrutura nacional e do intercâmbio comercial, ou nós seremos derrotados vergonhosamente por elas – naturalmente, ressaltando as honrosas exceções daqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

burocratas que têm uma visão maior de mundo e de interesse global do Brasil, no instante que estamos vivendo.

Portanto, a primeira providência que foi aprovada na última reunião, dizia eu a V. Exªs aqui presentes e especialmente a S. Exª o Sr. Embaixador Carlos Marariños, o que está aqui dito.

Perante os seus Poderes Executivos, ambos os Grupos Parlamentares Brasil-Argentina e Argentina Brasil vão fazer o levantamento especificamente junto com o Ministério da Agricultura. No caso, o grupo parlamentar brasileiro aqui constituído entrará em contato com o Ministério da Agricultura para lá levantar quais são as barreiras que existem no campo de regulamentação, no campo sanitário e fitossanitário que estejam, de alguma forma, atravancando o avanço desses acordos bilaterais.

Então, eu gostaria de propor – poderia fazer isso no final, mas aproveito para fazer agora – que a nossa segunda audiência pública que será realizada nos próximos 60 dias tenha exatamente este tema que trata da regulamentação do campo sanitário e fitossanitário que esteja, de alguma forma, atravancando o avanço desses acordos bilaterais, acatando, dessa forma, uma sugestão de S. Exª o Sr. Embaixador Carlos Magariños.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o tema da nossa segunda audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu pediria ao Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, que, além de consultor legislativo do Senado, foi eleito Secretário Executivo da Comissão Parlamentar Brasil-Argentina, que, por favor, providencie para que, dentro dos próximos 60 dias, descontando o período do recesso, nós já estejamos realizando esta audiência pública aqui no âmbito da nossa Comissão.

Pela ordem, com a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu quero, primeiramente, cumprimentar o Presidente Fernando Collor e lhe agradecer pela avaliação que fez.

Eu queria cumprimentar o Embaixador pelo bom resultado eleitoral no domingo, o que penso ter sido a revelação de uma política austera que o Presidente Macri vem implementando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no seu país. É isto o que a sociedade espera de governos: essa responsabilidade fiscal, uma modernização e uma atualização. O primeiro registro que faço é sobre isso.

Eu queria também agradecer ao Sr. Embaixador por essa referência sobre a questão fitossanitária. Sou de um Estado tão próximo da Argentina e também do Uruguai – aliás, o único Estado brasileiro que faz fronteira com o Uruguai é o Rio Grande do Sul –, e temas como, por exemplo, a aftosa, são muito sensíveis e têm um efeito devastador sobre o comércio internacional daquilo que nós somos protagonistas maiores no mundo que é a proteína animal, a carne bovina, bem como a carne suína e a de frangos, e não só nessa área de proteínas de origem animal, mas também na área de pescados, na área de frutas, na área de flores, todos os produtos de origem vegetal e animal.

Penso que esse debate, Embaixador, vai padronizar procedimentos. Nós temos, na região, alguns exemplos notáveis nessa área. O Chile, por exemplo, parece que tem uma regulação extraordinária. Mas nós, no Brasil, também temos. O Estado de Santa Catarina, por exemplo, é um Estado, mesmo dentro do continente brasileiro, certificado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), com sede em Paris, como livre de aftosa sem vacinação.

Essa é uma conquista dos Governos sucessivos daquele Estado, que é vizinho do Rio Grande, no controle rigoroso das suas divisas e fronteiras da entrada e saída de produtos de origem animal, para não haver nenhum risco de contaminação.

Também fazemos fronteira com o Paraguai, onde às vezes pode ocorrer, e com a Bolívia. Então, é um tema que, digamos, tem tudo a ver com a região. E eu acrescentaria: na hora em que estamos negociando, o bloco Mercosul e União Europeia... Porque esse tema hoje é mais sensível e, às vezes, é aquilo que chamamos de barreiras não tarifárias, que são usadas para impedir o ingresso de produtos da região para o mercado europeu ou de outro país. Então, penso ser extremamente necessário e oportuno.

Agradeço a V. Exª, Senador Fernando Collor, por já ter acatado e submetido à votação a sugestão do Embaixador Margariños.

Mas queria fazer uma observação: eu sou do Rio Grande do Sul, o Estado que está pagando o preço mais caro pelo absoluto desequilíbrio na questão de lácteos – espero que Alagoas seja importadora, não é? Se fosse produtora, V. Exª faria um discurso como o meu aqui. E o Rio Grande do Sul é hoje, junto com Minas Gerais, o Estado de maior grau de relevância na produção de lácteos. A importação, que pode parecer pequena para o tamanho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Brasil, para o Rio Grande do Sul foi devastadora. Os produtores estão padecendo hoje de graves problemas em relação a uma queda violenta dos preços.

Há uma suspeita – e não posso falar isso porque tenho grande admiração pelo Uruguai – de uma eventual ou possível – estou falando suspeita – triangulação de produtos de terceiros países para que venham para o Brasil. Claro que sei que a produção uruguaia de leite é de alta qualidade, porém o desequilíbrio que provocou afeta o lado mais fraco da produção, que é o produtor. Então, houve uma interrupção das importações pelo Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, mas imagino que isso seja temporário.

Solicitei ao Itamaraty – talvez seja uma saída para manter a boa relação no Mercosul – que o Brasil aplique aquilo que no passado recente, também em relação ao Rio Grande do Sul, aconteceu com o arroz: havia estoques reguladores que foram usados para programas das Nações Unidas de ajuda humanitária a países que passam fome. Naquela oportunidade, o arroz excedente foi usado para doações humanitárias no programa previsto pelas Nações Unidas.

Agora, indaguei ao conselheiro do Itamaraty responsável pelo programa de cooperação, pela ABC, se há possibilidade, agora, de usar o mesmo mecanismo para comprar esse leite no estoque da Conab, e esse excedente ser destinado à doação para os países que precisam. Ou então, caso contrário, para resolver o problema, ser distribuído esse leite também não só para os países que passam fome, como os da África, mas também para os programas sociais do Governo em creches, em hospitais, em penitenciárias. Essa seria uma forma de desovar ou de resolver o problema.

A crise está gravíssima, e muitos deles estão em situação absolutamente insustentável do ponto de vista do equilíbrio financeiro da produção, do custo de produção com a venda do produto.

Trago o problema, porque V. Exª mencionou a questão do leite, e esse é um problema gravíssimo para a economia do Rio Grande do Sul, que tem o investimento de vários grupos da França, da Itália, de vários países, e cooperativas de grande atuação, centenárias até, dedicadas à produção de laticínios no meu Estado, e de altíssima qualidade. Então, faço essa observação por estar muito vinculada ao problema neste momento, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado à Srª Senadora Ana Amélia pela observação. A senhora tem toda razão, como vinda de um grande Estado como o Rio Grande do Sul, que sempre foi um celeiro, traz essa questão dos produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lácteos. Alguma maneira nós deveremos encontrar. O que não podemos fazer é deixar emperrada uma negociação ou um entendimento que nos abra oportunidades para resolver essa questão. Por exemplo, o programa do leite: há um programa do leite nacionalmente já difundido, e nós podemos, por intermédio do Governo Federal, incrementar esse programa do leite. Enfim, com isso resolvemos um problema que existe agora dentro do Mercosul e que é muito importante para o equilíbrio.

A questão da integração econômica traz uma obrigação a cada um dos países que estejam integrados, que é a da especialização. Um país que produza soja a um preço mais competitivo do que um outro país que esteja produzindo soja, ele, que é mais especializado, tem de ficar com a prioridade para isso.

A questão do trigo, lá no Rio Grande do Sul também, da mesma maneira, tem muito a ver com a questão da Argentina, que é a grande exportadora de trigo para nós. E disso nós temos exemplos na comunidade europeia. Houve uma luta muito grande no início entre Portugal e Espanha pela produção do azeite, pela produção de vinho, por outras produções, de oliva também, e se verificou que a Espanha estava produzindo com melhor qualidade e com mais baixo preço. Então, ali ficou um campo enorme. Indo de Guimarães até o Porto com o ex-Presidente Mário Soares, numa visita oficial que fiz como Presidente da República, ele me mostrava um enorme descampado e dizia: "Tudo isso aqui era plantação de olivas."

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, oliveiras.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eram oliveiras. "E nós tivemos que colocar essas oliveiras todas abaixo e vamos fazer aqui uma outra coisa, porque nós não temos como competir dentro da comunidade com a Espanha, que fabrica um óleo de melhor qualidade a um preço menor."

Essa questão da especialização é muito difícil, é algo que merece muita conversa, mas nós temos de encontrar soluções, de alguma forma temos de encontrar alternativas. No caso também, quando o Brasil, de alguma forma, é afetado, ele busca encontrar alternativas.

Agradeço muito a V. Exª. Nessa próxima audiência pública, a participação de V. Exª, como sempre é em todas as nossas reuniões, será fundamental para, com as suas luzes, trazer alternativas ao debate.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria apenas agregar, sobre essa questão, algo que sempre é mencionado pelas lideranças do setor da economia do meu Estado. Com a Argentina, no caso dos produtos lácteos, existe um acordo sobre cotas. As cotas não são aceitas na Organização Mundial do Comércio, porém, quando existe a disposição bilateral de um entendimento, isso é formalizado, eu diria, informalmente por acertos de país a país. Com a Argentina, existe. E, quando o problema surgiu, foi tentado também o entendimento, porém, o Uruguai não aceita estabelecimento de cotas pelas suas razões. Então, lembro que o mecanismo existe no entendimento solidário. Penso também que, para terminar, a origem do Mercosul era para quê? Juntar os produtos, juntar a produção da soja da Argentina com o Brasil para nos tornarmos juntos o maior produtor e exportador de soja do mundo, no enfrentamento com o maior comprador nosso – que é o mesmo o comprador da Argentina e do Brasil – que é a China. A China pode impor, em determinado momento, alguma regra que não seja conveniente para a Argentina e para o Brasil. Aí teríamos força para irmos juntos àquele mercado para dizer: não, nós não aceitamos. Isso é, do ponto de vista de estratégia comercial, muito diferente do que nós estamos hoje fazendo: concorrência. Então, aquilo que era para ser o selo Mercosul, juntar a produção dos quatro países com o selo Mercosul e exportar, não se faz.

O Brasil é um grande mercado. Evidentemente, é muito mais fácil vender tudo para o Brasil, que é bem pertinho, do que fazer aquele exercício de uma venda para terceiros mercados.

Também nessa origem do Mercosul, o aspecto era este: buscar fazer a complementariedade, mas hoje nós fazemos concorrência. E, em determinados momentos, acontecem esses problemas.

Era apenas para encerrar e agradecer mais uma vez a atenção de V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É exatamente isso que V. Exª disse: a especialização e a complementariedade das economias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É essa a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Isso é fundamental. É com esse escopo que nasceu o Mercosul. Precisamos praticar mais essas duas ações para chegarmos à solução desses problemas que ainda hoje incomodam os parceiros que compõem o Mercosul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando, portanto, a audiência pública de hoje, passo a palavra ao Sr. Erick Moura de Medeiros, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Peço a V. Sª que tome assento à Mesa.

O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS – Sr. Presidente Collor, boa noite a V. Exª, que preside esta Comissão de Relações Exteriores; Srª Deputada Bruna Furlan; saúdo aqui também por participar deste Grupo Parlamentar o colega Tarciso Dal Maso, consultor; e o nosso Embaixador Carlos Margariños. Saúdo todos os membros da mesa.

É para a gente falar sobre esses gargalos e qual é a preocupação do DNIT em relação a essa contribuição para a Comissão e para o debate de hoje.

Saúdo também a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul; o Senador Wellington Fagundes, do Estado do Mato Grosso; o Senador Pedro Chaves, do Estado do Mato Grosso do Sul; o meu amigo e Coordenador do Diretor do Movimento Pró-Logística do Mato Grosso, Edeon Vaz; ao Dr. Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Antaq; ao meu Coordenador-Geral da Hidrovias do Rio Paraguai, Dr. Marcos Derzi; aos membros da diplomacia que aqui estão presentes.

Eu queria, Sr. Presidente, registrar aqui a preocupação do DNIT, como a Senadora Ana Amélia falou: por que a gente tem tão pouco investimento, tão pouco resultado? É um problema de governança que o TCU identificou no relatório do ano passado, 2016, sobre as hidrovias. De fato, há uma série de problemas que o nobre colega Tarcísio relatou no início para provocação do debate.

O DNIT, realmente, está ciente. A gente sabe o que tem de fazer, mas a gente não está parado, Sr. Presidente. A gente está lutando todo dia. Na sexta-feira mesmo, o DNIT já sensibilizou o Ministério dos Transportes. O Ministro Maurício Quintella tem sido um defensor do setor aquaviário. O Senador Wellington Fagundes também é um defensor ferrenho que está lá, sempre prestigiando o setor na área do DNIT todo. A gente sabe da importância disso. E o que a gente vê é que, realmente, é um problema histórico em relação à falta de investimento nas hidrovias do Brasil.

É lógico que, no debate, hoje, a gente está em âmbito do Mercosul. Eu sei dessa importância, mas o DNIT, no aspecto da hidrovia do Paraguai, tem uma importância fundamental nesses resultados, porque ela começa lá no Estado do Mato Grosso. Então, se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

senhor fizer mentalmente um exercício de separar o Brasil de Arco Norte e Cone Sul, ali a gente tem um divisor de águas literalmente para essa tomada de decisão, até para se exportar a carga toda que está reprimida ali naquela região. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são o coração desse movimento aqui de cargas que a gente vê.

Fala-se muito do Arco Norte. O DNIT tem feito intervenções no Rio Madeira. A dragagem do Rio Madeira está em plena execução. É um contrato de cinco anos, que se iniciou neste ano. Em relação à hidrovia do Tapajós, ela é muito importante, e nós vamos fazer intervenções já em 2018. Nós estamos fazendo intervenções no Tocantins, lá no Pedral do Lourenço, que também vai romper uma grande barreira física. O senhor vê como o Arco Norte... Estou vindo de Rondônia e indo agora ao Pará. A gente, recentemente, iniciou os trabalhos de viabilidade técnica, econômica e ambiental da hidrovia do Guamá-Capim, também no Pará. Então, ali a gente sabe que há muito potencial para desenvolver naquela região.

No Cone Sul, historicamente, o Rio Paraguai sempre esteve à disposição de todos os países que compõem o Mercosul naquela região. E, ao longo do tempo, a gente vê que o País parou de investir em hidrovias. Isso é fato. Lá há um potencial gigantesco. O Dr. Ratton aqui apresentou trechos do que ele já identificou. E a gente vê a potencialidade que aquela região pode proporcionar para o País e para os membros do Mercosul por onde a hidrovia do Paraguai está passando.

Nós vemos, Sr. Presidente, que essa luta ali é um gargalo – a gente está falando aqui exatamente dos gargalos – e que falta investimento no setor. Na sexta-feira, como eu estava falando para o senhor, nós estávamos lutando para tentar reverter um desbloqueio orçamentário. A gente vê que o próprio País não tem essa cultura. Estou falando como brasileiro, de coração. Acho que a gente precisa reverter isso. Eu tenho lá 19 pessoas trabalhando comigo. Então, é mais um gargalo que o TCU identificou na sua auditoria. Trabalhar com 19 pessoas no Brasil todo para um setor tão pujante de investimentos que nós precisamos fazer de infraestrutura é uma grande dificuldade. São 19 pessoas, menos componentes do que há em uma Comissão como esta aqui.

Nós fizemos algumas ações. O Senador... Desculpe. Em relação ainda a essa parte de pessoal, a gente vê que o Ministério fez um movimento, a gente tem feito movimento para concurso público, mas o senhor sabe que há a restrição fiscal do País e nós temos de obedecer.

O Ministério dos Transportes, o DNIT em si, não está parado. A gente sente essa necessidade de que as coisas realmente tenham ação, como a Senadora Ana Amélia falou, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

senhor e os membros da Mesa podem ter certeza de que o DNIT estará lá. Eu, com meu corpo técnico, enquanto eu estiver presente lá, vamos lutar até o final para tentar reverter isso.

Nós estamos com esse compromisso. É constante a preocupação. A gente já tem, é fato – o meu coordenador que está lá ponta, Marcos Derzi, sabe –, um desses pontos críticos. Nós o identificamos e já estamos querendo fazer intervenção, que é no Passo do Jacaré, que está com a licitação praticamente pronta, e, na sexta-feira, veio esse corte. Então, o senhor vê que não se prioriza o setor. A gente tem de respeitar as prioridades do Governo, mas estou falando mais como um agente de Estado.

Eu falo assim para o senhor, porque eu fui da Marinha por 19 anos. Sou servidor da CGU – faz dez anos que passei no concurso da CGU – e hoje estou cedido para o DNIT. Eu tenho uma paixão por já ter navegado por ali, por ser da área, por ter a responsabilidade de governança – que nós precisamos ter –, e lá não falta empenho dos servidores, da diretoria; o que falta é empenho orçamentário para a gente poder concretizar essas ações.

O Senador Wellington Fagundes mesmo, na minha sabatina, na Comissão de Infraestrutura, quando fui indicado, registrou lá e sabe o quanto sou batalhador para que a gente consiga isso. E, quando ele foi Relator, no ano passado, nós tentamos colocar um dispositivo que impedisse o bloqueio orçamentário durante o ano na LDO. Infelizmente, isso não passou. No setor aquaviário, na rubrica aquaviária, se se começa uma intervenção aquaviária e para uma obra, o desgaste é total, porque a água leva todo aquele investimento que foi feito; a água passa, ela não volta, então, não temos como...

Lógico, vermos uma obra rodoviária parada também dá certa preocupação, mas o aquaviário, o senhor vê que se fala em R$10 milhões de investimento anual para serviço de dragagem no Rio Paraguai. Isso corresponde a 5km ou 6km de uma rodovia. Vê-se que, internamente, é um valor muito baixo para o que podemos fazer. Então, às vezes, de repente, se for priorizar um corte e tudo, que reverta um pouquinho do aquaviário.

Nós tentamos um dispositivo – o Senador Wellington estava na relatoria – em que íamos tentar que 15% do orçamento ficasse com o aquaviário para termos a garantia disto, de os investimentos acontecerem. Conforme não fossem acontecendo, repassaríamos para outros modais. O senhor vê que estamos tentando fazer alguma coisa, lógico, mas temos de realizar.

Essa licitação do Passo do Jacaré, para fazermos a dragagem, já está iminente, já estamos tentando reverter. Fica aqui também a solicitação humilde para que os membros do Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos ajudem para que esses tipos de ações não cheguem a acontecer e bloqueiem todo esse movimento que estamos fazendo.

Em termos de governança, eu queria fazer aqui um registro. Identificamos, no setor aquaviário, nas obras de infraestrutura aquaviária, os serviços básicos que nós temos, são em torno de cinco, só que eu tenho uma série de intervenções que estão dando fora da linha tempo. Então, eu falei: não, vamos criar um modelo de governança nas contratações aquaviárias para que o serviço de dragagem, de sinalização, de batimetria, de monitoramento ambiental andem juntos durante cinco anos. Por que eu falo isso para o senhor? Não adianta nada dragar e, depois que vai sinalizar, a draga já passou, o rio já se movimentou. Então, a gente perde a oportunidade de ter uma coisa confiável.

Para eu fazer esse tipo de movimento, o que eu quero gerar é ter credibilidade. Há falta de credibilidade para o setor produtivo gerar produção, isso é um fato. Então, nós estamos criando um modelo de acreditação. Já conversamos com a universidade, usei um termo parecido com o da área da saúde, porque a gente quer mostrar que aquela hidrovia, que determinada hidrovia é viável. A do Paraguai é a primeira que a gente quer fazer, não só colocar o estudo, mas ficar o ano todo dizendo: "Precisamos fazer isso, vamos fazer isso. Estamos fazendo aquilo, o que precisa ser feito?" Então, nós queremos fazer uma acreditação nas hidrovias. E o primeiro projeto que nós queremos fazer é justamente na hidrovia do Paraguai.

Para prestigiar aqui a Comissão, eu faço este registro para o senhor. Nós temos os estudos de viabilidade que apresentamos em várias cidades. Na semana passada, nós apresentamos na Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados. E ficou muito bom, porque a gente consegue falar diretamente com os Estados. Sendo a última apresentação, temos uma série de coleta de informação dos outros Estados e, quando chega a Brasília, chega como se fosse entregar na casa do povo ou aqui na Casa dos Senadores, para dizer: "A gente tem essa possibilidade, a gente quer a ajuda de S. Exªs para concretizar isso". Então, foi muito bom, na semana passada. O Prof. Ratton, eu queria fazer o registro de que ele fez uma excelente apresentação lá, a repercussão foi muito boa, saiu em mídia. Então, a gente está mudando.

Com relação a esse gargalo, a gente sabe que há um mantra de coisas para cumprir, superar essas questões, e o DNIT está tentando fazer isso o máximo possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, essa apresentação hoje vem colocar as possibilidades que temos no futuro para que o Mercosul tenha todas as oportunidades, todas as vantagens que queremos com aqueles dados... O senhor vê que o próprio governo da Argentina já está superando questões de protocolo. Eu e a Embaixadora Eugênia estávamos tratando alguns assuntos. Dos 14 que estavam lá hoje, já sabemos que 10 foram tratados. O senhor vê que as coisas estão andando.

Eu queria registrar, por último, o meu comprometimento e o de toda minha equipe técnica, que está à disposição desta Comissão, do Governo brasileiro, do governo da Argentina e dos demais membros do Mercosul, para qualquer tipo de intervenção, para que nós possamos ser parceiros nessa luta que temos pela frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Estamos todos nós muito felizes com a sua intervenção e comprometimento seu e da sua equipe, do Ministério dos Transportes, que é comandado hoje pelo Deputado Maurício Quintella, um conterrâneo de Alagoas que vem demonstrando uma enorme capacidade de saber exercitar o comando de um Ministério tão complexo e que tem essa visão da importância da Hidrovia Paraguai-Paraná. Isso é fundamental para a consolidação do Mercosul, é um eixo central para a consolidação do Mercosul. Então, não é somente um desejo, um objeto de meta que nós aqui na Comissão tenhamos um Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, mas é uma questão de Estado. E, como questão de Estado, V. Sªs estão trabalhando no Ministério dos Transportes, e eu me congratulo particularmente com V. Sª, que coordena todos esses trabalhos. O seu compromisso com esse programa, para nós, é um motivo extremamente alvissareiro para que nós acreditemos que finalmente haverá descontingenciamento de recursos.

Enfim, tem de haver, de alguma forma, pressão legítima a ser exercida por nós aqui – pelo Senado, no Parlamento, na Câmara, pela Comissão de Infraestrutura, pela Comissão de Relações Exteriores – junto a setores do Governo Federal para que eles saibam que devem ser estabelecidas prioridades em termos de aplicações de recursos na logística do comércio brasileiro, máxime na questão do nosso Mercosul.

Muito obrigado a V. Sª.

Convido o nosso próximo palestrante para fazer parte da Mesa, o Dr. Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Antaq. Por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem S. Exª o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Como irão falar agora, na sequência, o Dr. Adalberto Tokarski e o Dr. Edeon Vaz, que é também do Mato Grosso e representa o Movimento Pró-Logística do nosso Estado, eu gostaria de fazer algumas considerações, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentá-lo por estar sempre aqui ativo nesta Comissão, com toda a experiência de um Presidente da República que conhece muito bem toda essa situação da necessidade de fortalecimento do Mercosul.

Quero cumprimentar a Deputada Bruna Furlan; o Tarciso; o nosso Embaixador, que esteve no Mato Grosso com todo o entusiasmo, defendendo. Isso para nós realmente é uma nova expectativa, principalmente para o nosso Estado, que tem sido cada vez mais um Estado que tem cumprido esse papel de aumentar a produção, tem uma produtividade muito grande, haja vista que este ano foram 32,22 milhões de toneladas.

Eu acabo de vir do Rio de Janeiro, onde estava como Relator da Comissão Especial do Congresso Nacional para regulamentar a questão da Lei Kandir. Isso é fundamental para os Estados do Brasil que estão cumprindo esse papel de ajudar a nossa balança comercial a ser positiva, Sr. Presidente. Discutir a regulamentação da Lei Kandir é fundamental também. Claro, se exportamos matérias-primas e semielaborados, nós precisamos viabilizar exatamente as vias de infraestrutura, a logística para permitir que o nosso custo realmente seja competitivo. Por isso, eu quero inclusive já antecipar duas perguntas que preparei, Sr. Presidente, que acho que têm muito a ver com a fala de cada um aqui.

No nosso Estado, o Mato Grosso, além da questão ambiental, toda ela, a complexidade pela questão do Pantanal, a gente sempre defendeu que, com a tecnologia disponível existente no mundo hoje, não são mais os rios que têm de se adaptar às embarcações; é perfeitamente possível à tecnologia fazer com que essas embarcações se adaptem a cada situação de cada rio e a cada necessidade da navegação.

Mas, além da questão da infraestrutura, nós precisamos discutir a viabilização, como disse aqui a Senadora, de toda a integração, e também o volume de carga possível para viabilizar a Hidrovia Paraguai-Paraná. E, aí, a discussão também é a questão do frete de retorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu gostaria do comentário dos palestrantes que falarão agora e, principalmente, do nosso companheiro Edeon, que conhece muito isso e tem trabalhado muito isso.

Lá no Mato Grosso, nós, no Ministério dos Transportes, já estamos viabilizando a rodovia BR-174, de Cáceres até Porto Morrinhos. O Porto Morrinhos é o local de melhor capacidade ou possibilidade, realmente, de ter um porto para utilizar essa hidrovia no Estado do Mato Grosso. Ou seja, o primeiro porto, como foi colocado aqui na palestra, não é na cidade de Cáceres. Aliás, na cidade de Cáceres há um porto, mas muito antigo, e, dada essa questão do assoreamento, então, a maior viabilidade é exatamente lá em Santo Antônio das Lendas, o local que também chamamos de Porto Morrinhos.

Então, a BR-174, depois de muitos anos que nós vimos lutando, inclusive em parceria com o Deputado Ezequiel, que é da região, Deputado Federal, conseguimos alocar um recurso, e o DNIT está, agora, fazendo a estrada, implantando essa estrada. São quase 100km, quase 90km, e as obras estão andando.

Com isso, então, passa a haver mais possibilidade de fazer com que essa carga do Mato Grosso, parte dela, possa ir de caminhão até o Porto de Morrinhos.

Mas outro aspecto importante, Sr. Presidente, é a questão das EPEs de Cáceres. Nós entendemos que as EPEs são uma forma de viabilizar também, exatamente... Tendo as EPEs implantadas, nós poderemos ter, com isso, a importação de produtos para serem industrializados e, depois, também serem exportados.

Então, eu gostaria que fosse feito algum comentário, até porque essas EPEs também são uma luta de mais de 20 anos, e nós acreditamos que seria também uma possibilidade, para que nós pudéssemos viabilizar essa hidrovia.

E aqui eu preparei duas perguntas. A primeira: sabe-se que transportar a produção de grãos pelas hidrovias custa apenas 20% do que é transportar pelas rodovias, além do que a Senadora Ana Amélia já colocou, o volume de acidentes que acontecem no Brasil, dado esse nosso transporte ser calcado basicamente através do transporte rodoviário.

No Mato Grosso, o trecho de Cuiabá a Rondonópolis é o trecho que tem mais acidentes frontais do Brasil, por causa do volume de carretas. Quando um carro pequeno tenta ultrapassar, a possibilidade de um acidente é muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, além de ter um custo mais barato, o desenvolvimento sustentável implica não apenas o crescimento econômico, mas também a proteção do meio ambiente e a melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral.

Como a hidrovia – aí a pergunta – alterará a disponibilidade de emprego e renda para as populações locais?

Claro, aí entra a questão ambiental, e, às vezes, as pessoas veem passar o desenvolvimento e não podem usufruir daquilo.

Como as comunidades ribeirinhas e indígenas serão afetadas por essa rodovia?

Com a instalação da hidrovia, o que é necessário fazer para conservar a biodiversidade daquela bacia hidrográfica?

Quais são os principais impactos ambientais e socieconômicos decorrentes das instalações dos portos e da estação de transbordo, na bacia dos Rios Paraguai e Paraná?

Isso aqui, na verdade, é também para que nós possamos chamar a atenção de todos, os quais, depois, ainda poderão responder.

Eu quero saudar o Senador Pedro Chaves, também aqui presente, companheiro do Bloco Moderador, que é do Mato Grosso do Sul e que tem uma atuação extremamente fundamental, não só na viabilização, mas também por ser um homem da educação.

A universidade em que ele é um dos dirigentes e de que foi fundador... Inclusive, fui aluno do segundo grau lá em Campo Grande, contribuindo para o desenvolvimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É. Contribuindo para o desenvolvimento da nossa Mace, que hoje é uma das grandes universidades lá do Mato Grosso do Sul.

Então, eu o saúdo aqui também porque o Mato Grosso do Sul tem toda essa integração com o Mato Grosso. Aliás, nós não dividimos, nós somamos. Hoje, no Mato Grosso... Depois da criação do Mato Grosso do Sul, o desenvolvimento foi muito forte tanto do Mato Grosso do Sul como do nosso Mato Grosso. Então, há hora em que, às vezes, dividir é a forma de somar. Este é o grande exemplo: o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Wellington Fagundes.

Passo agora a palavra ao Sr. Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Exmo Sr. Senador Fernando Collor, a quem parabenizo por esta iniciativa, até porque é uma iniciativa que vem num momento superinteressante, o qual vou pautar daqui a pouquinho. Cumprimento também a Deputada Bruna Furlan e cumprimento o Embaixador da República Argentina, Carlos Alfredo.

A oportunidade ímpar é porque exatamente eu conheci o embaixador lá no Mato Grosso, falando sobre a hidrovia do Paraguai; em seguida, eu o encontrei, em São Paulo, tratando sobre a hidrovia do Paraguai; e a terceira vez que o encontro é, aqui nesta Casa, tratando sobre a hidrovia do Paraguai. Então, é muito oportuno porque, Senador, nós temos um embaixador que vibra para viabilizar a utilização maior ainda da hidrovia.

Eu cumprimento a Embaixadora Eugenia Barthelmess e gostaria de dizer o seguinte: há dez anos, conheci, Senador Wellington, a Embaixadora Barthelmess indo exatamente para a Argentina para negociar alguns pontos do acordo. E, há dez anos em que a conheço, ela já tratava dessa área. Quando tenho alguma dúvida, recorro a ela, que conhece muito sobre a área.

Eu cumprimento também o Senador Pedro Chaves. Estava aqui o Senador Wellington, o Pedro Chaves e, no meio, um representante do Mato Grosso, o Edeon, que é do Movimento Pró–Logística.

Cumprimento também a Senadora Ana Amélia. Senadora, sou lá do sul também, sou paranaense. Eu vim para o centro do Brasil e, em Mato Grosso, descobri realmente a importância da navegação para este Brasil. Por isso mesmo, estou hoje na Antaq.

Especificamente eu quero tratar e aqui apresentar um estudo da prática regulatória, vantagens competitivas e oferta e demanda de carga entre os países signatários do acordo da hidrovia Paraguai-Paraná. É um nome grande, mas veja só o que aconteceu. Há 20 anos, embaixador, havia 400 embarcações registradas no Brasil, na hidrovia, uns 10 estaleiros e algumas centenas de emprego. O que acontece passados esses 20 anos? A gente foi vendo o seguinte: hoje há 40 registrados na Antaq.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não temos... Temos um estaleirinho pequeno lá. Temos duas empresas – uma filial de uma argentina. Isso aí fez com que a Antaq fosse refletir e falar: "Escuta, por que, sob certos aspectos, Senador Pedro Chaves, o Brasil quase que abandonou a hidrovia?" Porque, lá no passado... Cuiabá nasceu com a hidrovia. Então, lá no passado, nós tínhamos de utilizar muito a navegação.

E aí, de repente... A gente que trata desse tema já o conhece direito. Só que o seguinte: nós precisávamos colocar no papel. Aí nós fizemos um convênio com a Universidade Federal do Paraná para fazer o estudo, para entender o que aconteceu e colocar no papel o que o Governo brasileiro precisa fazer para nós termos uma participação maior nessa hidrovia. Daí que veio esse estudo.

Alguns aspectos do estudo o professor já colocou aqui na primeira palestra. Aqui eu estou só colocando como é a estrutura, onde está a Antaq nesse contexto.

Eu vou passar isso aqui de falar da Antaq; mas vou direto a esta prática regulatória, vamos dizer, o que nós precisamos, como Antaq, fazer?

Primeiro, precisa haver uma política, que o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil deverá fazer. E aí esse estudo vem com um instrumento para isso. Só isso? Não! A gente queria contribuir também nesse estudo, porque a gente fala de um estudo de demanda... E foi feito pela Universidade Federal – o Prof. Ratton já mostrou uma série de números.

A hidrovia Paraguai-Paraná é importante via de integração do Mercosul; só que ela pode ser muito mais importante. Hoje, para nós do Brasil, ela é pouco importante. Desculpem-me falar assim. Sabem por quê? Um pouquinho na frente, Embaixador, a gente vai ver que nós transportamos alguns milhões de toneladas de produtos, mas só de minério de ferro praticamente. Cadê a soja? Cadê o milho? Cadê os outros produtos?

Então, é nesse aspecto que a gente começa olhando para o estudo.

A navegação na hidrovia é regida por um acordo de transporte fluvial. Vejam só: o acordo, Senador Wellington – o senhor que defende tanto –, é o seguinte: só para dragagem, precisa-se de 10 milhões; mas é preciso apoiar com a infraestrutura. O senhor está trabalhando com o DNIT, que já está avançando na 174. Acontece o seguinte: tem 25 anos o acordo. E, aí, cinco países da América do Sul não conseguem se entender definitivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que pegar o exemplo da Europa, onde há mais de uma dezena de países, e lá – eu fui lá, tive a felicidade de conhecer – uma embarcação sai da Holanda, vai para Bélgica, ou vai para Alemanha, com bandeiras distintas, e há a livre navegação lá.

Aqui, a hidrovia, como se diz, não é bem uma hidrovia; é um rio bem navegável. Para ser hidrovia, tem que se navegar com segurança, 24 horas por dia, o ano inteiro. É quase uma hidrovia. O que acontece? Nós não temos uma livre navegação. E como vamos ter uma livre navegação? Se houver um acordo. O Brasil, nesse aspecto, fez o dever de casa: de 14 regulamentos, ele internalizou, já há algum tempo, 13, só ficou 1 para ser debatido, finalizando. Então, eu acho que nós temos bastante para avançar nessa importante hidrovia com mais 3 mil quilômetros nesses rios.

Aqui, dá para enxergar um pouquinho a interlocução que pode haver. Essa saída é lá para o sul.

Falamos muito de ter essa via, mas, na verdade, é o seguinte. O Estado de Mato Grosso – e eu sou meio paranaense, meio mato-grossense já – é tão grande que não basta haver a saída pelo Tapajós, a saída pelo Madeira, a saída pelo Araguaia-Tocantins, a saída pelo Rio Tietê. Do outro lado, há muita terra, há muita produção que pode sair pelo Paraguai. Então, o que nós vamos ter na hora em que funcionar para nós a hidrovia e retomar a saída de grãos e outros produtos? Nós vamos ter uma concorrência. Se sair pelo Tietê, é um custo; se sair pelo Paraguai, se for menor, vai concorrer; e vamos baixar o custo disso aí.

Olhem só do que eu estava falando. Motivação do estudo: contradições da participação brasileira na hidrovia. Exatamente é essa a motivação.

Nós temos um crescimento significativo do volume de cargas de origem brasileira. Só que, Embaixador, 95% são de minério de ferro. Já se atingiu um volume de 7 milhões de toneladas. É a Antaq que faz essa estatística, é uma estatística oficial. Só que, se fossem metade grão e metade minério de ferro, já iria gerar mais emprego, porque sair por ali provoca que a produção aumente.

Outro aspecto: no mesmo período, houve uma diminuição de embarcações. Olhem ali. Por que diminuiu? Esse estudo vai falar.

Agora, vejamos alguns aspectos. Eu lembro que, naquele tempo, era a Embaixadora Eugenia e víamos o seguinte. Falávamos: "É embarcação do Paraguai. Não vamos criar caso, nós queremos é que saia a produção." E fomos tocando, não importando se a embarcação é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

argentina ou paraguaia e tal. Só que se chegou a um ponto que é o fundo do poço. Nós precisamos rever e buscar equilíbrio. Não necessariamente tem que ser embarcação brasileira, mas precisamos ter também embarcação brasileira, precisamos ter empresa brasileira. Pouco tempo atrás, havia um sindicato que lá reclamava: "Sumiram os nossos empregos." Então, precisamos resgatar isso.

Aqui é outro exemplo.

E aqui é aquela estruturação que o Prof. Ratton colocou sobre mercado, infraestrutura... Eu vou dar uma passada em cada um desses, porque ele já falou.

Isso aqui é sobre os rios, com as profundidades.

Mesma coisa sobre as embarcações.

Se olharmos um pouquinho agora aqui, vemos o seguinte. O que a universidade fez para nós? Queríamos ter um olhar maior da hidrovia. O DNIT contratou de forma coerente – está aqui o Diretor do DNIT, o nosso amigo cujo nome fugiu agora... Erick – e certa não só essa hidrovia, mas todas as hidrovias brasileiras o DNIT contratou.

Só que o DNIT fez o quê? Uma análise do trecho brasileiro. Não, nós fomos a mais. Pegamos a universidade federal e falamos: olha, busque as informações de todos os países. Para quê? Para entender aquilo.

E aí é o seguinte: jogou no mapa, tem isso aí mais detalhado da parte hidroviária da América do Sul e principalmente dessa parte de baixo. Aqui, a hidroviária com a rodoviária e a ferroviária. A gente não sabia disso, dessa interlocução. Só que esse mapa está de uma forma genérica. Nós temos esse dado bem detalhado. Então é o seguinte: embaixador, nós não nos conhecemos direito, ou melhor, não está no papel o que é a nossa integração. Esse estudo traz isso aí. Jogando tudo, olha só, sei que uma ferrovia sai aqui, que entra na Argentina ali e assim por diante. Essa ferramenta é uma ferramenta que a Antaq, vamos dizer assim, "contratou", fez um convênio com a universidade – porque passou os recursos para ela – que fez detalhadamente.

O professor Ratton já falou, já fez algumas comparações também do rodoviário, do hidroviário, do que é vantajoso num e noutro. Já fez essas comparações de *market share*. No Brasil, o percentual de participação na hidrovia é de 5%. Aí você fala: ah, é até um percentual bom, né? Só que é de minério de ferro. O Paraguai tem 15%. O Paraguai vai muito bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obrigado, avançando, produzindo mais e usando a hidrovia. Tem lá estaleiros, tem um número bom de terminais também. O Uruguai...A Argentina está aqui do nosso lado. O Uruguai é bem no final, utiliza, nessa parte, 0,1%, no *market share*. A Argentina tem 77%. Fui lá conhecer. Tive a felicidade. Fui a Rosário e a alguns outros lugares. Eles estão avançando muito bem. Que ótimo! Eles estão estruturados para receber e para mandar produtos para o Brasil.

Presidente, não chega um contêiner pela hidrovia do Paraguai, no Brasil. Tem uma linha que sai da Argentina, que sai do Uruguai, vai para a Argentina e vem para o Paraguai, mas ainda não vem para o Brasil. Um veículo que nós importamos, argentino, sai lá de Buenos Aires, vem para São Paulo, e depois sobe para o Mato Grosso. Ele poderia subir pela hidrovia.

Então, é o seguinte, nós precisamos avançar. Tem mais alguns outros aspectos que estão nesse estudo aí: os principais produtos movimentados da hidrovia como um todo. Mostra lá a participação argentina.

Nós queremos que a Argentina cresça, porque com o volume todo mundo ganha. Mas nós precisamos crescer.

Embaixador Eugênio, lembro-me do seguinte: fomos há uns seis anos, eu era superintende na Antaq ainda. Fizemos o Plano Nacional de Integração Hidroviária e mostramos, há seis anos, que podemos descer com 40 milhões de toneladas mais 10 anos para a frente. Fomos lá para provocar um pouquinho mais. Por quê? Porque esse acordo ficou dois anos e meio parado, parado, ninguém falando com ninguém, ou melhor, tentava marcar e não conseguia.

Aí, nessas idas e vindas, acho que a Antaq tem um papel fundamental, porque nós provocamos o seguinte, Senador Pedro Chaves, eu fiz uma pergunta num encontro que tinha 300 pessoas, eu falei assim: "Alguém aqui responde pela hidrovia?" No passado, há uns quatro, cinco anos atrás, existia uma secretaria executiva do acordo, e acabou deixada de lado. O que que aconteceu? Hoje nós temos o secretário executivo, que é um representante da Argentina, e há um acordo de fazer o rodízio. Então, assim: nós precisamos estruturar esse acordo, concluir o acordo, estruturar essa secretaria executiva, para quê? Para a gente ter interlocutores para falar no nome da hidrovia, no aspecto geral.

Mais algumas projeções e produtos até o horizonte de 2030: foi feita, nesse estudo, uma série de produtos. Nós temos, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, muito álcool para descer – está ali, do lado da hidrovia. Então, Senador Pedro Chaves, nós, inclusive, já conversamos várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vezes sobre a hidrovia do Paraguai. Algo que se pergunta é o seguinte: "Escuta, por que que o Mato Grosso do Sul não utiliza mais a hidrovia? Ali já dá para navegar com um calado melhor" – e assim por diante. Eu acho que é o seguinte: Presidente Collor, precisa uma atuação meio estruturante de Governo Federal com o governo do Mato Grosso, com o governo do Mato Grosso do Sul – conjunto. Para quê? Para incentivar instalações de terminais. E no Mato Grosso, estou falando, está indo; agora, parece que já tem um rumo. Acredito que, no máximo em um ano, a gente comece a ter, a funcionar um terminal no Mato Grosso.

E aí precisamos, Pedro Chaves – "Senador" Pedro Chaves; o Senador é amigo nosso, saiu muito assim. Ex^{mo} Sr. Senador, realmente precisamos do envolvimento da classe produtora e do governo do Estado. Nós vamos fazer um *workshop* – porque esse estudo está sendo concluído; mais 20 dias e está concluído pela Universidade Federal do Paraná – em Cuiabá, um *workshop* em Campo Grande e um *workshop* em cada país signatário. Por quê? O que que nós queremos? Inclusive, a universidade ficou de levantar, é o seguinte: que produtos – e o professor estava citando: qual o produto, que dá para entrar, que eles produzem lá? Porque é o seguinte, eles só recebem o minério de ferro: ah, beneficia o Brasil, lá vai um pouco para eles, o resto para exportação.

A hidrovia, e agora respondendo, Senador Wellington Fagundes, falou: "Escuta, a hidrovia gera renda?" Olha só, é ao longo de dois rios no mundo que o poder *per capita* é maior. Por quê? Na navegação o transporte é barato, então aí você vai ter uma comercialização maior, e aí vai renda, produção, emprego, e assim por diante. Então, a hidrovia é um fator de desenvolvimento. Só que nós ficamos... Eu acho que é o seguinte: talvez nesse estudo se indiquem os parâmetros para o Governo Federal, Senador Wellington Fagundes, dar uma diretriz, uma política do que nós precisamos fazer de dever de casa, para avançar.

No eixo regulatório foram analisados, o que o Professor falou, programas de financiamento, exigências para cada instalação de estaleiro, regras de segurança de tráfego. Os resultados preliminares, o resultado líquido das empresas de navegação, uma comparação aí também.

E mais duas lâminas só. Olha só, um resumo, o seguinte.

O estudo busca realizar as seguintes análises: avaliar a participação brasileira e dos outros países signatários no transporte realizado na hidrovia Paraguai-Paraná; fazer um levantamento de custos inerentes ao transporte por país e por modal e o levantamento da infraestrutura de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

transporte disponível na região; a análise das diferentes práticas regulatórias desempenhadas por cada país signatário.

Vai ter que chegar, Presidente Collor, num ponto em que essa prática regulatória tenha um nível para todo mundo seguir. Para quê? Para, no futuro, ter a livre navegação, nivelado tudo, e assim por diante.

Para finalizar, a partir dos resultados, buscamos: compreender o que aconteceu com a participação brasileira na hidrovia; o que devemos fazer para termos uma participação mais condizente com o potencial apresentado; quais as oportunidades; quais cargas poderão ser incluídas na hidrovia e cenários logísticos.

É aquilo de que eu falei: nós precisamos colocar outra carga, e, aí, respondendo, Senador Wellington, a segunda pergunta: na hora em que você tem carga para descer e subir, o custo fica pela metade, ou quase a metade.

Então, o que acontece? Nós precisamos que produtos subam do Uruguai, da Argentina, do próprio Paraguai para o Brasil, e vice-versa. Hoje, só sai. Enquanto houver um sentido só, o custo vai ser maior. Em outras palavras, como é, Dr. Edeon? Sobe batendo lata. Um custo alto, vazio.

Delinear diretrizes para políticas públicas, visando a diminuir as assimetrias entre os países e os gargalos burocráticos que impedem a maior participação brasileira na hidrovia. E, finalmente, tornar a hidrovia um vetor de desenvolvimento regional, porque hoje, para nós, ela é muito pouco.

Eu acho o seguinte: precisamos ser mais arrojados. Essa audiência pública vem num momento superinteressante, por quê? Foi retomado o diálogo, agora, há um ano, há um ano e pouco, houve várias reuniões, temos um Embaixador extremamente envolvido e o DNIT tem recurso destacado fazendo dragagem e derrocamento.

Então, no caso do Mato Grosso se faz um esforço enorme. O Senador Wellington Fagundes lá, para viabilizar a 174 chegar no ponto onde... Porque, se você subir mais, é mais sinuoso; num ponto onde ele falou, que é Morrinhos, a navegação é mais fluente, você chega com um comboio maior.

Então, eu acho o seguinte: nós estamos num bom momento para isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso que eu tinha que apresentar, porque esse estudo da Antaq vem para fazer compreender e fomentar essa utilização da hidrovia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Parabéns. Muito obrigado, Dr. Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a Antaq.

E convido, logo em seguida, para fazer parte aqui da Mesa e oferecer a sua visão sobre o tema da presente audiência pública, o Sr. Edeon Vaz Ferreira, Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de fazer,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – ... antes que o Edeon chegue, uma consideração.

Nós tivemos uma audiência lá, em Porto Alegre, agora, há poucos dias, para discutir a questão da Lei Kandir; e hoje também no Rio de Janeiro.

Uma observação que eu gostaria de fazer e que me chamou bastante atenção e talvez a Comissão pudesse discutir isso em outro momento, Senadora Ana Amélia, foi a reclamação que eu ouvi lá no Rio Grande do Sul, principalmente sobre a questão da faixa de fronteira. Lá se colocou que o Rio Grande do Sul, na faixa de fronteira, não experimentou o desenvolvimento exatamente por causa da nossa legislação.

Pode falar, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São ...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – São 150 quilômetros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... 150 quilômetros. E nesses 150 quilômetros você não pode fazer nada, a rigor, nada ....

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É faixa, faixa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Há todo um impeditivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... na faixa de fronteira.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E isso eu acredito que também seja um impeditivo até para a nossa maior inter-relação com o Mercosul. Então, o mundo mudou, tudo mudou. E a gente precisaria se debruçar sobre isso, porque há faixa de fronteira tanto lá no Sul como no nosso Estado, pois temos 720 quilômetros de divisa seca com a Bolívia.

Então, só se fala nas coisas ruins. Eu acredito que numa região abandonada permite-se muito mais a degradação ambiental e também a questão do narcotráfico, que também é uma preocupação muito grande. Mas não temos a guarda necessária nem as condições necessárias. Às vezes certo desenvolvimento poderia resolver isso. Não sei se o Edeon também pode falar isso, mas eu penso que essa questão daria uma boa discussão no futuro, aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Wellington Fagundes.

Agora, com a palavra o Dr. Edeon Vaz Ferreira, Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio.

O SR. EDEON VAZ FERREIRA – Boa noite, Presidente! Boa noite, Senador Welilngton, Embaixador, Senadora Ana Amélia, companheiros Erick Moura, do DNIT, Adalberto Tokarski, da Antaq, Prof. Ratton.

Esta reunião é de extrema importância para o agronegócio brasileiro. Nós temos aí uma grande oportunidade, que é a hidrovia do Paraguai, que esteve paralisada desde 2005, Presidente, quando o Brasil exportava, o Mato Grosso exportava soja para uma indústria de esmagamento em Porto Soares, na Bolívia, chamado Gravetal. Nós chegamos a exportar 400 mil toneladas de soja pela hidrovia do Paraguai. Infelizmente, essa fábrica foi vendida para aquela empresa petrolífera lá da Venezuela, e o Governo fechou a fábrica. Com isso, os custos que nós tínhamos para transportar de Cáceres a Rosário não fechavam a conta. Ou seja, o frete era muito alto. Até porque era sentido único, sairia de Cáceres e iria para Rosário ou Santa Fé ou Nueva Palmira. O grande problema aí é que o trecho de Cáceres até o Barranco Vermelho, o que dá em torno de 70 quilômetros, tem certa tortuosidade; e essa tortuosidade faz com que você tenha problemas nos comboios. Os comboios devem ser muito pequenos, senão você não consegue navegar nesse trecho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Já se falou muito sobre isso e "n" ONGs bateram nisso porque filmaram, na época. Para se fazerem as curvas, batiam com os comboios nos barrancos e isso provocava obviamente um dano ambiental que serviu para que todos... Na época, o próprio Ministério Público paralisou a hidrovia. A hidrovia ficou paralisada. Existiam dois processos, um ambiental e um indígena. Depois se verificou que o dano não era real porque era uma metodologia que se usava na época. Hoje se usa navegação azimutal, hoje existem outras técnicas que não precisam disso.

Mas a grande alternativa que nós temos na hidrovia do Paraguai está na construção das estações de transbordo de carga, na margem esquerda do Rio Paraguai, a partir do Barranco Vermelho, o chamado Barranco Vermelho. Barranco Vermelho, que, no passado, foi charqueada, que teve... Mato Grosso tem toda uma história junto com a hidrovia do Paraguai. Mato Grosso foi fornecedor de caldo de carne para a Segunda Guerra Mundial. Então, se exportava do Mato Grosso, através das charqueadas e das fábricas de caldo de carne, para alimentar os soldados, na Segunda Guerra.

Bom, então existe uma história muito forte do Mato Grosso do Sul com a hidrovia do Paraguai. O tempo passou, hoje nós temos técnicas diferentes. Essas estações de transbordo de carga que vão ser construídas na margem esquerda do Rio Paraguai, cuja rodovia de acesso o Senador Wellington trabalhou muito para conseguir, com essa implantação da BR-070 até Santo Antônio das Lendas; BR-174, porque é da 070 até Santo Antônio das Lendas. São em torno de 85km.

Então, isso vai possibilitar a implantação dessas novas estações de transbordo de carga, estações modernas, com zero impacto ambiental, que vão permitir não só o carregamento de grãos em um trecho onde o rio já não é tão tortuoso, e que vai poder, a gente pode observar lá... Ali está, lá em cima, Cáceres. Aí, vem o Rio Cuiabá, naquele preto e branco, isso. Descendo ali, a gente vê Corumbá.

Então, aquele Tramo Norte é o tramo que tem 1,80m até 3m, conforme o trabalho... Por sinal, elogiável o trabalho da Universidade Federal do Paraná, a parte de engenharia ficou realmente muito boa. Lógico que têm, na parte de logística, algumas discussões para a gente fazer, mas isso é natural e a gente vai procurar contribuir nisso.

O transporte aquaviário é o marco divisor em logística. Como foi dito aqui, esse percentual às vezes varia de 26 até 42% do transporte rodoviário, mas ele sem dúvida é o mais econômico e ecológico meio de transporte que existe. Se você coloca um comboio com 20 mil toneladas, um comboio de 20 mil toneladas são mais ou menos quinhentos caminhões. Você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está trocando dois motores, que é do empurrador, por quinhentos motores, que são dos caminhões. Então, não existe nada mais econômico e ecológico do que o transporte hidroviário e nós temos que incentivar.

E esse é o grande diferencial que nós temos, por exemplo, em relação aos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, do meio oeste americano, para levar um produto aos portos de Seattle ou levar um produto ao Golfo do México e dali para Xangai, ele gasta US$51; nós gastamos US$102. Quer dizer, o produtor brasileiro sai perdendo de cara. O nosso concorrente tem 50% a menos de custo operacional, e isso em um produto como a soja. Agora, você imagina o produto, a soja, US$400 no porto; nós gastamos US$102. E o milho, que custa US$220 no porto, e nós gastamos US$102. Então, acaba sendo inviável o Brasil exportar milho, a não ser que haja um problema.

Então, nós temos que trabalhar a logística para, enfim, tirarmos essa pecha de que os Estados Unidos têm que ir mal, a Argentina tem que ir mal para que o produtor brasileiro vá bem. E nós só vamos conseguir fazer isso quando conseguirmos ter as nossas hidrovias em pleno funcionamento. Todas: hidrovia do Paraguai-Paraná, do Rio das Mortes, do Araguaia-Tocantis, do Teles Pires, Arinos, Juruena-Tapajós, do Madeira, do Aripuanã, do Guaporé. Nós temos que aproveitar os nossos rios para que possamos fazer isso crescer.

Presidente, era isso que eu queria colocar. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Dr. Edeon Vaz Ferreira, Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio, pela sua explanação, sempre de muita utilidade para o debate da noite de hoje e para aqueles que seguirão esta nossa reunião.

Convido agora o Sr. Jônatas Trindade, Diretor de Licenciamento Ambiental, Substituto, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE – Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite do Senado Federal. Acho que é uma oportunidade de o Ibama se apresentar. Acho que é a primeira vez, pelo menos é a minha primeira participação em uma audiência como esta, para tratar de um licenciamento de uma hidrovia. Normalmente nós somos convidados para discutir a questão das rodovias. É um privilégio e um prazer estar aqui para falar um pouquinho do licenciamento ambiental federal. Então, em nome do Ibama, eu gostaria de agradecer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convite ao Presidente, Senador Fernando Collor, e aos demais presentes nesta audiência pública.

O Ibama tem atuado na questão do licenciamento de algumas hidrovias. A do Paraguai é uma hidrovia que tem um licenciamento antigo, não é um licenciamento novo. É um licenciamento que tem uma regularidade de monitoramento. Então, já temos bastante informação desse licenciamento, em especial do Tramo Norte, que é o trecho licenciado no Ibama atualmente

Aproveitando a oportunidade, o Tarciso colocou algumas vocações que considero importante serem discutidas nesta audiência pública, para que a gente possa realmente avançar do ponto de vista de conteúdo.

Eu vou tentar seguir pouco a minha apresentação, porque acho que é muito mais proveitoso eu falar algumas coisas que foram colocadas como provocação.

Como sumário, eu coloquei a minha apresentação para fazer uma contextualização rápida sobre a hidrovia. A questão da Resolução Conama 454/ 2012. A gente se pega na questão dos aspectos legais que temos de avaliar do ponto de vista de licenciamento. Eu poderia citar outras normas, mas peguei essa específica porque tem uma questão de fundo que se pode discutir em relação ao trecho que tem interferência com os países do Mercosul. A questão do licenciamento ambiental como uma forma geral, em especial do Tramo Norte. E a questão do EVTEA, que foi colocada aqui também na apresentação. É um instrumento prévio ao licenciamento ambiental, mas que pode trazer elementos, subsídios ao licenciamento ambiental. É um tipo de estudo que eu entendo ser muito pertinente se trouxer elementos e realmente se aprofundar na questão do licenciamento ambiental, porque você adianta conteúdo no licenciamento.

Em relação ao Tramo Norte, como foi muito bem colocado, é de Cáceres, Mato Grosso, a Corumbá, Mato Grosso do Sul. São aproximadamente 680 Km. E Tramo Sul, de Corumbá à Foz do Rio Apa.

Eu tenho essa figura só para exemplificar. Ela, inclusive, foi retirada da página do DNIT. Mostra Cáceres acima, lá em cima, em Mato Grosso. Embaixo, Corumbá. Temos Ladário e aí segue a hidrovia em trecho brasileiro, porque a fronteira entre Brasil e Bolívia, nesse trecho, é um trecho de fronteira seca. Então, a hidrovia está localizada no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao licenciamento, como ela pega dois Estados, pela legislação vigente, é de competência realmente do Ibama o licenciamento da hidrovia em si. E a questão dos terminais depende muito da questão locacional da atividade ou do empreendimento.

Se ela se localizar só no âmbito estadual, no âmbito só de um Estado, ou se se localizar do lado brasileiro, o licenciamento é estadual, conforme a Lei Complementar 140.

Então, do ponto de vista de competência, a gente licencia a hidrovia. E havia uma questão jurídica em que se discutia a necessidade de licenciamento ambiental federal de todos os terminais, de todas as atividades que ocorrem no Rio Paraguai. Há uma decisão relativamente recente que desconstruiu esse entendimento.

E aí, pegando a hidrovia do ponto de vista da integralidade, nós temos a interface também do Rio Paraguai, de Corumbá a Assunção; do Paraguai, de Paraná de Assunção a Santa Fé e do Paraná e Prata de Santa Fé à foz, em Nueva Palmeira, que tem esses tamanhos, esses quatros trechos, os dois citados no eslaide anterior.

Então, pegando a hidrovia como um todo, você verifica que a parte que comporta o Brasil, especificamente só o trecho brasileiro, que não tem interferência em outro País, é o trecho realmente de Mato Grosso até Mato Grosso do Sul. E quando ele avança na parte Sul de Mato Grosso do Sul, ele já começa a ter interferência com o Paraguai.

E aí eu acho que vale a pena trazer como pano de fundo essa questão da discussão de como que se daria o licenciamento desse trecho, considerando a interface com um país fronteiriço, que é o Paraguai, e com a Argentina e o Uruguai. Então, é necessária uma discussão. Eu acho que é importante o movimento do Ministério das Relações Exteriores nessa discussão, porque há a questão dos acordos e há a necessidade dos diversos licenciamentos. Normalmente o que tem acontecido é um licenciamento à parte brasileira, e os licenciamentos à parte em cada país membro. É preciso avaliar se essa é a melhor alternativa ou se faz um único licenciamento. Pode ser conduzido pelo Brasil ou conduzido pelo país de maior interesse. E respeitadas as questões legais de cada país. Então, deve-se construir, trabalhar em um acordo em que se estabeleçam os procedimentos, as regras claras, para que o licenciamento se dê da melhor forma possível.

A questão da necessidade de uma discussão ampla, como numa oportunidade dessa de uma audiência pública, na discussão do licenciamento como um todo nos diversos Estados em que se passa essa hidrovia, porque quanto mais se discute, mais clara fica a importância do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

modal hidroviário, do ponto de vista de impacto ambiental. Eu entendo que o impacto de uma forma geral, considerados os diversos aspectos, é menor do que o rodoviário, por exemplo, principalmente considerando que o rodoviário tem um impacto, no Pantanal, que pode ser muito mais significativo do que uma hidrovia.

A questão colocada como pano de fundo na discussão em relação ao licenciamento do Ibama. Nós temos enfrentado dificuldades de pessoal, falta de pessoal para tocar os diversos licenciamentos que temos. Muitos servidores se aposentaram, outros, por conta da pressão e do volume de trabalho, pedem para sair da área de licenciamento, procuram outras áreas com pressão menor, porque realmente o volume de trabalho é enorme. Nós temos uma carteira que demanda um acompanhamento sistemático, o licenciamento não se encerra com a emissão da licença. Há um acompanhamento sistemático desse licenciamento, com a gestão ambiental daquele empreendimento.

Então, a nossa carteira de licenciamento sempre amplia, nunca diminui. É um estoque realmente de licenciamento.

Há necessidade de capacitação também. A gente precisa, carece de uma capacitação maior em relação ao licenciamento de hidrovias. Devemos ter esse entendimento, uma lógica mais clara do que é o conteúdo do licenciamento em relação ao licenciamento de uma hidrovia, porque, do meu ponto de vista, tem alguns aspectos que são mais relevantes, que, se você tiver um conhecimento mais aprimorado, você pode direcionar esse licenciamento para que seja de uma forma mais correta, mais adequada ao que se pretende trabalhar.

Em relação a outros gargalos. Há necessidade de um maior investimento do ponto de vista não só do licenciamento como também no desenvolvimento de estudos apropriados em relação ao seu conteúdo, a abrangência desse estudo, considerando os diversos aspectos que a gente tem. Então, quanto a esses aspectos, a gente precisa ver a questão da parte social, possíveis interferências em terras indígenas, territórios quilombolas, questão dos ribeirinhos, que é bastante sensível na região. Devemos ter alguns cuidados especiais.

Mas entendo que do ponto de vista ambiental, esse é um entendimento muito técnico meu, pessoal, que a hidrovia realmente é uma tipologia que tem muito a agregar pelos diversos aspectos positivos; principalmente positivos. Entendo que do ponto de vista positivo, a hidrovia é um modal que realmente agrega quanto aos ganhos ambientais, considerando que os impactos das atividades são muito menores em relação a outras tipologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da faixa de fronteira foi colocada também aqui. A necessidade da manifestação do órgão competente para autorizar essas atividades foi uma dificuldade colocada. Então, tem que ser trabalhada e avaliada pelo órgão competente a questão dessa autorização das atividades que ocorrem no âmbito de uma hidrovia.

Algo foi colocado também em relação ao desenvolvimento social da população pederneira. Ela tem uma vinculação muito grande com o rio, em especial por conta dos momentos dos pulsos de inundação. A gente deve ter alguns cuidados, como foram colocados aqui, por exemplo em relação a essa questão do transporte por conta dos desbarrancamentos e das situações que são geradas.

Então, a gente deve ter um cuidado especial na questão desse transporte, para que não ocorram os desbarrancamentos dos talvegues dos rios, porque tem a questão de supressão de vegetação, que vem associada às diversas atividades, e a questão mesmo do transporte, que, num passado recente, gerava esses problemas que foram relatados também aqui e que vinham sendo acompanhados pelo Ministério Público e pela sociedade civil organizada.

Em relação à Resolução Conama que eu citei, a 454, ela estabelece diretrizes gerais e os procedimentos referenciais em água sob jurisdição nacional. Então, tem que se avaliar o quanto essa legislação pode ser estendida a outros países, com certeza respeitando a legislação dos países fronteiriços, mas pensando nessa construção coletiva de um entendimento técnico apropriado e que traga um ganho ambiental e uma resposta satisfatória para que, do ponto de vista técnico, a gente possa avançar no licenciamento ambiental.

Como eu coloquei no início, o licenciamento da hidrovia não é novo. A licença de operação da hidrovia é de 98. Nós estamos na sétima renovação. Mas a gente carece avançar, do ponto de vista de conteúdo, e o Ibama tem trabalhado junto com o empreendedor, com vistas ao desenvolvimento de um projeto de monitoramento que gere resultados que possam garantir esse resultado e uma maior perenidade na questão da dragagem no Rio Paraguai, no Tramo Norte.

Esse programa é denominado PMAR. Esse PMAR pode realmente agregar. Se você tiver um monitoramento contínuo, ele pode agregar na facilidade, fazendo com que o empreendedor consiga dar continuidade a essa dragagem nos momentos que necessitar, tornando a hidrovia, do ponto de vista ambiental e social, navegável, sem maiores problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acho que é um licenciamento do qual o empreendedor tem apresentado os relatórios e, em discussões técnicas com o Ibama, ele está vendo que essa perenidade ou essa continuidade do monitoramento não só nos momentos de dragagem, mas de forma contínua, dá uma maior garantia para que ele possa fazer essa dragagem sem ter uma aprovação prévia do Ibama.

A cada dragagem, ele precisa de uma aprovação prévia. Se ele tivesse monitoramento regular, que a gente está construindo com o empreendedor e que precisa agora ser discutida em oficinas técnicas, a gente consegue dar uma maior perenidade nessa questão do monitoramento.

Então, a importância desse PMAR é que é um projeto que o empreendedor está entendendo agora que pode dar essas características de perenidade e continuidade na questão da dragagem.

O que mais?

Do ponto de vista de licença, nós temos a licença de instalação também em relação ao Passo do Jacaré.

Essa licença ainda não foi efetivada pelo DNIT. A licença ainda continua válida, ela carece de renovação, mas continua válida, e o DNIT não conseguiu avançar na questão da implementação dessa dragagem e da junção dessas licenças.

O DNIT fez uma solicitação para englobar esse trecho como um todo, para ter uma licença única, porque hoje ele tem uma licença de operação para um empreendimento, que é o Tramo Norte da parte de cima, e quer incorporar essa questão do Passo do Jacaré para que possa fazer um licenciamento único, para ter um licenciamento único, que para a gente é melhor também. Mas ele não conseguiu avançar, acredito que porque foram expostos alguns motivos: a questão orçamentária, a questão ainda de discussão de alguns pontos específicos para poder realmente concretizar essa dragagem no trecho do Passo do Jacaré.

Basicamente eram essas as colocações que eu queria ponderar. Do ponto de vista de licenciamento, fizeram uma provocação em relação aos impactos. Quanto aos impactos, a partir do monitoramento sistemático, a gente consegue acompanhar e mitigar esses impactos; não são impactos relevantes, pelo menos essa é a minha avaliação, e com a proposta de implementação desse programa de monitoramento ambiental regular, ele gera essas informações que podem ser trabalhadas e de forma apropriada serem mitigados os impactos negativos a esse empreendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eram essas as colocações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Doutor Jônatas Trindade, Diretor de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA, pela sua exposição.

Eu gostaria de passar também, a todos aqueles que nos assistem neste momento e sobretudo aos palestrantes, algumas considerações que nos chegaram aqui por parte dos internautas, que sempre abrilhantam as nossas audiências públicas, ora com perguntas, ora com considerações.

Do engenheiro civil Luiz Carlos Noleto, de Tocantins:

> "Esse modal de transporte ainda está engatinhando no Brasil. Se os rios navegáveis fossem devidamente explorados, isso diminuiria a dependência das rodovias, a perda de carga ou extravios, e o preço do transporte também refletiria no preço dos produtos, fazendo-os mais competitivos".

De Manoel Costa, de Minas Gerais. Não deu para entender exatamente o que ele quis dizer aqui, mas enfim ele escreve: "Ver possibilidade ou forma de fechamento das margens". Não sei se isso faz sentido para alguns dos senhores, enfim.

De Arthur Alvim Cury, de São Paulo:

> "Vejo como uma boa e interessante alternativa às rodovias, onde sua manutenção e vida útil são bem menores, as hidrovias, porque exigem pouco investimento e têm grande retorno. Basta o poder público estimular. O rodoviarismo deve ser combatido. O nosso vizinho Paraguai o usa bastante".

De Nilo Abreu de Menezes, do Rio Grande do Sul. Diz: "Acho importante que se discutam meios alternativos visando a desafogar o transporte brasileiro baseado num sistema rodoviário que é limitado e não está em condições ideais".

De César Mariano da Silveira, do Rio de Janeiro: "A regularização e a transformação dos Rios Paraguai e Paraná em hidrovias é muito útil e necessário, pois ajudaria as rodovias e aumentaria a velocidade de escoamento de transporte de produtos e o impedimento seria muito menor".

De Henrique Delano Méscua, de Minas Gerais. "O sistema rodoviário só funciona por causa do ganho com os pedágios. Mercadorias isentas pela Lei Kandir pagam pedágio. Uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

carreta de seis eixos, para percorrer 500 quilômetros em São Paulo, paga mais de pedágio que de roubo".

Isso procede, Senador?

Procede.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Realmente, o valor é muito alto – o valor que se paga de pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É muito alto?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Naquelas feitas ainda lá atrás, o valor do pedágio é muito alto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É muito alto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas tem a ver também, claro, com as distâncias, não é?

Em Mato Grosso, por exemplo, a concessão... Nós temos um Estado muito grande, com uma população pequena. Então, para fazer o transporte de carga, o trecho da estrada é muito grande também. Mas nós temos a ferrovia em Rondonópolis. Mesmo assim, também, a ferrovia não baixou o preço, porque também não há competitividade, não há concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Concorrência.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, há vários aspectos a serem analisados, também porque os investimentos são muito grandes.

Inclusive, agora nós estamos já com decreto também das concessões rodoviárias, e é um assunto que se vai discutir bastante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem. Muito obrigado a S. Exª o Senador Wellington Fagundes.

De Eduardo Clemente, do Mato Grosso: "O desenvolvimento do oeste do Mato Grosso depende em parte dessa hidrovia. Há que se ter atenção, porém, às peculiaridades ambientais. Um exemplo é a manutenção da Estação Ecológica de Taiamã. Naquela área, os meandros do Rio Paraguai são de curta largura".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso mesmo?

De Naione Polie, também do Mato Grosso: "O impacto ambiental é imenso".

Ele se refere à hidrovia. "Há outras alternativas cuja relação entre custo e benefício se sustente melhor".

Aliás, eu não sei se ele se refere aqui...

Nadine – acho que é uma senhora, uma moça – fala: "O impacto ambiental é imenso".

Não sei se ela aqui está se referindo ao impacto das rodovias ou da hidrovia.

Da hidrovia, não é?

Diz que é um impacto ambiental imenso e que há outras alternativas cuja relação entre custo e benefício se sustentaria melhor.

De qualquer maneira, mais uma vez, muito obrigado a todos os nossos internautas pela participação.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença de todos aqueles que aqui compareceram.

Agradeço a de S. Exª o Embaixador da Argentina no Brasil, Dom Carlos Magariños; ao Conselheiro da Embaixada da República da Argentina, Sr. Eduardo Luis Fuhr; ao Primeiro-Secretário da Embaixada da República da Argentina, Sr. Rodrigo Conde Garrido; ao Secretário da Embaixada da República da Argentina, Sr. Conrado Assenza; ao Secretário da Embaixada da República da Argentina, Sr. Julian Vazeilles; ao Segundo-Secretário da Embaixada da República do Paraguai, Sr. Fernando Lopez; ao Coordenador-Geral de Administração Hidroviária do DNIT, Sr. Marcos Henrique Dedzi Wasilewski; ao Coordenador Jurídico em Relações Institucionais da Universidade Federal do Paraná, Dr. Ruy Alberto Zibetti; à Embaixadora Gisela Padovan, Coordenadora da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; à Embaixadora Eugênia Barthelmess, Diretora do Departamento da América do Sul Meridional.

Lembrando que já ficou acertado, como vimos na segunda parte desta nossa reunião, que a nossa próxima audiência pública do Grupo Parlamentar Brasil – Argentina teria como tema a questão fitossanitária, conforme consta da Providência nº 1, aprovada na nossa Primeira Reunião do Grupo Parlamentar Brasil – Argentina. Esse seria o tema. Mas foi escolhido, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciarmos as audiências públicas sobre os gargalos que ocorrem no Mercosul, o tema de hoje que é a hidrovia Paraguai/Paraná.

Então, dentro dos próximos sessenta dias, obedecendo o intervalo do recesso parlamentar, nós estaremos tratando das barreiras, de quais são as barreiras que existem no campo da regulamentação e no campo sanitário e fitossanitário e que estejam, de alguma forma, atravancando o avanço desses acordos bilaterais.

O Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, que, além de Consultor Legislativo do Senado Federal, é o Secretário Executivo do Grupo Parlamentar Brasil – Argentina, eleito que foi na nossa primeira reunião, estará encarregado de promover todos os entendimentos para que esta audiência pública alcance o mesmo êxito dessa primeira, organizado que foi também pelo Dr. Tarciso.

Muito obrigado, portanto, Dr. Tarciso, pela colaboração inestimável que vem dando aos nossos trabalhos.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião e das reuniões anteriores do Grupo Parlamentar Brasil – Argentina.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Convoco S. Exªs, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para a nossa próxima reunião deliberativa agendada para o dia 26 de outubro de 2017, às 9 horas, neste plenário.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todas as Srªs e Srs. Senadores, dos nossos internautas e das autoridades aqui presentes, muito especialmente dos nossos convidados Professor Doutor Eduardo Ratton, o Dr. Sr. Erick Moura de Medeiros, o Dr. Adalberto Tokarski, o Dr. Edeon Vaz Ferreira e o Dr. Jonatas Trindade e o Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, pela participação efetiva que tiveram no debate transcorrido na noite de hoje.

Agradecendo mais uma vez, portanto, a todos que nos assistiram pela Rádio e TV Senado, declaro encerrada a presente reunião.

Boa noite!

(Iniciada às 18 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 47 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas do dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Roberto Requião, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, José Agripino, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Ricardo Ferraço. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 164, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. Usam da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, Ana Amélia, Pedro Chaves, Antonio Anastasia, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. A Senhora Senadora Vanessa Grazziotin, sendo associado pelo Senhor Senador Flexa Ribeiro, faz registro de pesar pela morte do ex-Vereador de Belém/PA, Paulo Fonteles Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

Leitura de requerimentos.

> Requerimento nº 37/2017.
> Nos termos do inciso II do §2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Requerimento nº 34/2017 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprovou a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara 30, de 2007, que "Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo)", requeiro a inclusão do nome do Senhor João Batista Fernandes de Sousa, Presidente da Federação Nacional dos Oficiais de Justiça do Brasil (FENOJUS), como palestrando convidado.

Vem a justificação e assina S. Exª o Senador Wellington Fagundes.

Ofício encaminhado por S. Exª Senador Romero Jucá.

> Com meus cordiais cumprimentos, solicito a V. Exª que na audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 34, de 2017, com o objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei da Câmara 30, de 2007, que "Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003", a ser realizado em 26 de outubro de 2017, sejam ouvidos também os seguintes convidados relacionados a seguir:
> 1. Sr. Cláudio Márcio Oliveira Damasceno, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil;
> 2. Sr. João Batista Fernandes de Souza, Presidente da Federação Nacional dos Oficiais de Justiça do Brasil;
> 3. Sr. Ivan Contente Marques, Diretor Executivo do Instituto Sou da Paz;
> 4. Sr. Daniel Cerqueira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Como disse, ofício assinado por S. Exª o Senador Romero Jucá.

Um outro ofício de autoria de S. Exª Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Requeiro a V. Exª como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, encaminhar ao Ministério das Relações Exteriores [no caso, ao Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira] ou a outros órgãos oficiais pedido de informações sobre operações da ONG ambiental Greenpeace, na Amazônia, tendo como fundamento o acidente com o avião Cessna 208 anfíbio, ocorrido na manhã do último dia 17 de outubro, provocando a morte da sueca e pesquisadora da ONG internacional Carolina Steiser, de 29 anos.
>
> É de interesse da sociedade brasileira a transparência nessas operações. Precisamos saber, portanto, quais os objetivos da pesquisa, o que estão investigando e pesquisando, quando a pesquisa começou e quando terminará. O resultado da pesquisa será compartilhado com instituições brasileiras de pesquisa dedicadas à biodiversidade ambiental da Região Amazônica? [Indaga S. Exª.] Qual a área abrangida na Amazônia nessa pesquisa e quantos pesquisadores estrangeiros dela participam?

Como disse, ofício encaminhado por S. Exª Senadora Ana Amélia.

Leitura de comunicados. Começando com a atualização sobre o acordo Mercosul/União Europeia.

O Brasil possui relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia, atual União Europeia, desde 1960. Foi um dos primeiros países a fazê-lo.

Em 2007, foi estabelecida a Parceria Estratégica Brasil-União Europeia como moldura para as crescentes relações políticas e econômicas.

São realizadas reuniões de cúpula anuais e diálogos de alto nível em áreas como política e segurança internacionais, comércio, investimentos, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas.

Desde junho de 1992 funciona uma Comissão Mista bilateral.

Destaque-se a atual ênfase da diplomacia brasileira nas negociações entre o Mercosul e a União Europeia para um Acordo de Comércio (mandato desde 1999)

O Brasil passou a se empenhar com firmeza no acordo Mercosul-União Europeia, em detrimento de negociações multilaterais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, os negociadores do Mercosul e da União Europeia estão buscando resolver o impasse criado pela proposta da União Europeia de cotas de importação de carne e de etanol muito abaixo das expectativas do Mercosul.

Na União Europeia há uma divisão entre os países mais protecionistas em matéria agrícola e os mais avançados industrialmente.

Existe a esperança de que, se for resolvido o problema da carne e do etanol – havendo boa vontade, consciência política e visão de mundo por parte da União Europeia –, o acordo possa ser decidido já em dezembro deste ano.

Em relação à China.

Após o encerramento do 19º Congresso do Partido Comunista chinês, o Presidente Xi Jinping fortaleceu ainda mais sua posição. Ele é agora o líder supremo da China e o dirigente mais poderoso desde Mao Tsé-Tung. Xi manteve mão de ferro sobre o partido por meio de uma campanha contra a corrupção que puniu 278 mil autoridades, incluindo muitos de seus adversários do Politburo.

Ontem, a China revelou os nomes das sete autoridades que irão compor a nova liderança do Comitê Permanente – o Politburo – nos próximos cinco anos, quebrando a tradição ao não incluir a indicação do sucessor do Presidente Xi-Jinping. A omissão de um "herdeiro aparente" consolida o poder do Presidente Xi e levanta especulações de que ele poderá continuar dirigindo os destinos da China após 2022.

O Partido consagrou o nome e os pensamentos de Xi-Jinping na sua constituição, elevando-o ao nível do fundador Mao Tsé-Tung. Em artigo publicado no jornal *Financial Times*, o analista político Kevin Rudd, ex-Primeiro-Ministro da Austrália e Presidente do Asia Society Policy Institute, com sede em Nova York, lembra que a China de Xi continuará sendo permanentemente governada por "um partido leninista no controle de um Estado de partido único". Nas palavras do analista, "supor, como muitos no Ocidente, que a China gradualmente vai se transformar em algo próximo de uma democracia ao estilo de Cingapura ou ocidental é um sonho".

Tradicionalmente, os líderes chineses insinuavam o nome de possíveis herdeiros durante as mudanças no comitê permanente ocorridas no início de seu segundo mandato de cinco anos. Mas o fato de os cinco novos membros terem mais de 60 anos indica que os mesmos deverão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se aposentar no final deste mandato e a ausência de jovens líderes alimenta a especulação sobre as intenções de Xi-Jinping no longo prazo.

Essa tradição teve início nos anos 90, quando o líder Deng Xiaoping procurou evitar a repetição do caos que marcou o final da era Mao e sua sucessão. Os dois predecessores de Xi-Jinping seguiram à risca o padrão estabelecido, de dois mandatos de cinco anos. Segundo a editora de China da BBC, Carrie Gracie, desde que chegou ao poder, em 2012, Xi tem mostrado estar pronto para escrever suas próprias regras. Na sua opinião, mesmo que Xi-Jinping decida deixar o cargo daqui a cinco anos, sua influência, a partir de agora, é tão grande que ele pode continuar, efetivamente, no governo do país.

De acordo com a análise da editora da BBC, no confronto das civilizações políticas, a ideologia da "Nova Era" de Xi colocou a China na ofensiva. Em seu discurso no congresso do partido, o presidente chinês impôs sua visão não apenas para os próximos cinco anos, mas para trinta, e falou de um modelo socialista que dará "novas opções para outros países e nações".

A partir de agora, qualquer desafio às ideias de Xi-Jinping será visto como uma ameaça às regras do Partido Comunista chinês. Mais de dois mil delegados aprovaram a consagração do "Pensamento de Xi-Jinping sobre o socialismo com características chinesas para a Nova Era" como parte da constituição (ou estatutos) do Partido Comunista chinês. A partir de agora, estudantes, universitários e funcionários das fábricas estatais terão de se juntar aos 90 milhões de membros do Partido Comunista no estudo do "Pensamento de Xi-Jinping".

A expressão "Nova Era", segundo os analistas, é a forma de o partido dizer que este é o terceiro capítulo da China moderna. Se o primeiro foi marcado pelo líder Mao unindo um país devastado pela guerra civil, e o segundo pelo enriquecimento do país sob a liderança de Deng Xiaoping, essa "nova era" é sobre ainda mais unidade e riqueza, ao mesmo tempo em que promove uma China disciplinada em casa e forte no exterior.

Os cinco anos de governo Xi-Jinping foram marcados por um desenvolvimento significativo do país e uma acelerada modernização, além de uma posição cada vez mais assertiva no cenário global. Porém, esse período também foi marcado pelo aumento do autoritarismo, censura e violação dos direitos humanos.

Ainda de acordo com o analista Kevin Rudd, seria imprudente assumir, como muita gente em Washington, que a transição da China à proeminência global implodirá sob o peso das contradições políticas e econômicas supostamente inerentes ao modelo chinês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A China, conclui, Rudd, está marchando rumo a sua própria percepção de seu destino global. "Os chineses têm uma estratégia; o Ocidente não tem", disse Rudd.

Sobre o Japão.

As eleições antecipadas para a Câmara Baixa do Parlamento japonês ocorreram neste domingo, e os resultados deram à coligação liderada pelo Partido Liberal-Democrata (LDP), do Primeiro-Ministro Shinzo Abe, a maioria das cadeiras, garantindo-lhe seu terceiro mandato no cargo de primeiro-ministro.

A coligação LDP-Komeito conquistou 313 das 465 cadeiras do Parlamento, o que representa mais de dois terços das cadeiras do Parlamento japonês. Essa "supermaioria" significa que Abe poderia reformar a Constituição pacifista do Japão, adotada após a Segunda Guerra Mundial.

Apesar da vitória governista, o resultado também foi positivo para a oposição. O recém-criado Partido Democrata Nacional, de centro-esquerda, saltou de 15 para 55 cadeiras. Os conservadores do Partido da Esperança agora têm 50 cadeiras, contra as 57 da última legislatura. O Partido Constitucional Democrático (CDP), que foi fundado poucas semanas antes da eleição, conseguiu 54 cadeiras, a segunda maior força da casa. Isso indica, de acordo com a revista britânica *The Economist*, que o resultado positivo não significou um endosso irrestrito a Shinzo Abe, mas, sim, que os japoneses parecem ter votado nele por medo de mudanças, principalmente em um momento em que os partidos de oposição fragmentaram-se em vários grupos menores.

A eleição antecipada foi convocada no dia 25 de setembro pelo Primeiro-Ministro Shinzo Abe, que afirmou precisar de um novo mandato para lidar com as crises nacionais que o Japão enfrentava, principalmente as crescentes ameaças da Coreia do Norte. Agora, se Shinzo Abe for reeleito pelo seu partido para continuar na liderança em setembro do ano que vem, ele poderá seguir no cargo de Primeiro-Ministro até o ano de 2021, tornando-se o político há mais tempo na liderança do Japão desde 1945.

Talvez a proposta mais controversa de Shinzo Abe seja a de revisar o artigo 9º da Constituição japonesa, segundo o qual o Japão renuncia à guerra. De acordo com o correspondente do jornal norte-americano *The Washington Post* em Tóquio, Adam Taylor, esse sempre foi um sonho de Shinzo Abe, mas realizar a mudança não será uma tarefa fácil, nem mesmo com a maioria de dois terços no Parlamento. A cautela do Primeiro-Ministro é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compreensível, afirma Taylor, visto que emendar a Constituição exigirá um apoio público que Abe talvez ainda não tenha. Além da maioria de dois terços no Parlamento, uma mudança no artigo 9º exigiria um referendo, e o ex-Ministro da Defesa de Shinzo Abe, Shigeru Ishiba, que também defende a reforma, já afirmou que mobilizar os cidadãos para apoiar a medida provou ser uma tarefa "extremamente difícil". Ele também defende, desde 2012, o retorno do país à energia nuclear, altamente controversa desde o acidente na usina de Fukushima, em 2011.

O Primeiro-Ministro Shinzo Abe afirmou que, conforme havia prometido, sua "tarefa iminente é lidar com a Coreia do Norte. Para isso, é preciso uma diplomacia forte", disse ele. Abe já havia declarado que pretende tomar uma posição mais firme em relação à Coreia do Norte, mas não deu detalhes das ações que pretendia tomar.

Sobre a Nova Zelândia.

A Nova Zelândia ganhou na semana passada a mais jovem Primeira-Ministra de sua história depois que um partido anti-imigração anunciou seu apoio à líder do Partido Trabalhista, Jacinda Ardern, de 37 anos, que assumiu a liderança da agremiação há apenas três meses.

O anúncio foi feito pelo líder do partido anti-imigração New Zealand First.

É impressionante como a palavra de um presidente norte-americano tem reflexo em todo o mundo. Vem disseminando essa questão de nacionalismos extremados, de focos anti-imigração, de racismo pelo mundo inteiro. Na Nova Zelândia, o Partido Trabalhista se juntou a esse partido de extrema direita.

Como eu dizia, o anúncio dessa união foi feito pelo líder do partido anti-imigração New Zealand First – copiando o America First –, Winston Peters, em uma transmissão ao vivo pela TV. Ele disse que o NZ First se juntaria ao Trabalhista e aos Verdes – trabalhista, verdes e extrema direita – em uma coligação para formar governo. O acordo ocorre quase um mês depois das eleições, realizadas no dia 22 de setembro, nas quais o partido Nacional do ex-Primeiro-Ministro Bill English, que estava no governo, conseguiu cerca de 46% dos votos, mas não obteve maioria no Parlamento.

A decisão do partido NZ First, que tinha nove cadeiras no Parlamento, definiu qual coligação governaria o país. A aliança Trabalhistas-Verdes tinha 54 cadeiras, enquanto o Nacional tinha 56 – a maioria no Parlamento neozelandês é de 60 cadeiras, e o apoio do New Zealand First decidiu a formação do novo governo. De acordo com a Radio New Zealand, afiliada da CNN no país, a decisão foi recebida com choque e exaltação dentro do partido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Trabalhista, já que Winston Peters não avisou quem o seu partido iria apoiar antes de fazer o anúncio ao vivo.

Jacinda Ardern, a Primeira-Ministra agora eleita que será escolhida, será a terceira mulher a ocupar o posto na Nova Zelândia. Ela já havia dito ter encontrado "verdadeiros aliados no Parlamento" – referindo-se, então, aos Verdes – com quem uma coligação poderia ser formada. Após o anúncio da adesão do NZ First, Ardern afirmou que seria para ela "uma honra e um privilégio [...] formar um governo para todos os neozelandeses".

Ativa politicamente desde que se filiou ao Partido Trabalhista durante sua adolescência, a nova primeira-ministra neozelandesa tinha apenas 28 anos quando foi eleita para o Parlamento pela primeira vez, em 2008, e foi eleita novamente em março deste ano. Jacinda Ardern assumiu a liderança do partido em agosto, depois que seu predecessor, Andrew Little, renunciou no início da campanha, quando o partido ia mal nas pesquisas.

A rede norte-americana CNN destacou que, apesar de ter um sistema parlamentarista, a Nova Zelândia viu uma campanha mais presidencialista do que nunca este ano, focada nas personalidades dos líderes dos dois grandes partidos do país: o líder Nacional, Bill English, e a líder Trabalhista, Jacinda Ardern. O carisma de Ardern deu origem ao que os jornais locais chamaram de "Jacinda-mania", e o Trabalhista melhorou muito nas pesquisas durante sua campanha, terminando em segundo lugar com quase 36% dos votos. Nas primeiras semanas como líder de seu partido, Jacinda conquistou a simpatia dos jovens ao condenar a maneira como os jornais discutiam mais a sua aparência e seus planos de ter filhos do que as suas propostas políticas. Áustria.

O líder do partido conservador da Áustria, Sebastian Kurz, cuja agremiação Partido do Povo chegou à frente nas eleições legislativas da semana passada, iniciou negociações com o Partido da Liberdade, de extrema direita, com vistas à formação de um novo governo, com "uma sólida maioria", segundo explicou o futuro chefe de governo.

Kurz, de apenas 31 anos, será o mais jovem chefe de governo do mundo. Ele disse que seu partido e o da Liberdade – de extrema, extrema, extrema direita – têm posições semelhantes quanto ao corte de impostos e ao controle de imigração. Essa provável coligação, caso as negociações sejam bem-sucedidas, marcará o retorno do Partido da Liberdade ao governo, após mais de uma década na oposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, Sebastian Kurz alertou que seu governo será pró-europeu, em contraste com a visão eurocética da extrema direita. A única outra opção para Kurz formar um governo de maioria seria uma coligação com os social-democratas, mas a última aliança com esse partido chegou ao fim em maio passado e há grande relutância em renová-la.

Kurz disse a jornalistas que seu objetivo é formar um governo estável e com sólida maioria no parlamento, mas, se isso não for possível, um governo de minoria será uma alternativa.

O Partido da Liberdade foi fundado por ex-nazistas em 1956, com posições anti-imigrantes e anti-União Europeia, mas tem “suavizado” sua imagem nos últimos anos e seu candidato à presidência da República perdeu por margem pequena as eleições de dezembro do ano passado, para o candidato dos Verdes.

O tema central durante a campanha das eleições legislativas foi a imigração, e Kurz liderou uma guinada à direita em seu partido, em seguida à crise dos refugiados e migrantes ocorrida na Europa, em 2015, o que se mostrou um sucesso entre os eleitores após o grande influxo de migrantes e refugiados do Oriente Médio e do norte da África.

O partido da Liberdade acusou Kurz de “roubar” suas políticas e, segundo analistas, uma aliança dos conservadores com a extrema direita será bastante controversa entre os parceiros da União Europeia.

Catalunha.

Os partidos separatistas da Catalunha apresentaram ontem, dia 25 de setembro, um recurso no Tribunal Constitucional da Espanha para bloquear a aplicação do Artigo 155 da Carta Magna do país, acionado pelo Primeiro-Ministro Mariano Rajoy para suspender a autonomia da comunidade autônoma.

A ação foi impetrada pelo Partido Democrata Europeu Catalão, ao qual pertence o governador da região, Carles Puigdemont, e pela legenda Esquerda Republicana da Catalunha, que questionam o procedimento adotado pelo governo.

Segundo as duas siglas, a aplicação do Artigo 155 "viola os direitos das minorias" e está cercada de "diversas irregularidades". "Não percamos tempo com quem já decidiu destruir o autogoverno da Catalunha. Vamos em frente.", escreveu Puigdemont em seu perfil no Instagram na tarde desta última quarta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Artigo 155 foi ativado por Rajoy no último fim de semana, após o governo catalão não ter respondido se havia declarado sua independência ou não – logo após a realização do referendo. Esse item da Constituição autoriza Madri a suspender a autonomia de uma comunidade autônoma, a destituir seus líderes e a convocar eleições regionais, mas depende da aprovação do Senado. Em entrevista à *Associated Press*, o Vice-Presidente da Catalunha, Oriol Junqueras, afirmou que a Espanha não deixou alternativa que não seja a "proclamação da República". No entanto, ainda não se sabe qual será o próximo movimento de Puigdemont: declarar a independência ou convocar eleições antecipadas para tentar reforçar seu mandato.

Sobre a Venezuela.

Já estamos perto de concluir as leituras dos comunicados.

Depois do controverso resultado das eleições regionais venezuelanas, quatro dos cinco governadores de oposição eleitos no pleito de dia 15 de outubro último foram prestar juramento frente à Assembleia Nacional Constituinte.

Os quatro governadores pertencem ao partido Ação Democrática, liderado por Henry Ramos Allup. O Prefeito opositor Juan Pablo Guanipa, eleito pelo estado de Zulia, no oeste da Venezuela, é o único prefeito que ainda não foi empossado oficialmente. Ele criticou a atitude de seus companheiros, e afirmou em entrevista coletiva que em nenhuma circunstância comparecerá à Assembleia Constituinte, que considera fraudulenta.

As eleições legislativas foram criticadas pela coligação de oposição Mesa da Unidade Democrática, a MUD, que exigiu uma auditoria independente dos resultados e divulgou nota, na quarta-feira da semana passada, na qual afirmava que os governadores opositores “prestariam juramento perante a Deus e aos seus respectivos conselhos legislativos, e não diante da fraudulenta Assembleia Constituinte”.

Um dia depois da decisão dos quatro governadores, o líder do partido de oposição Primeira Justiça, Henrique Capriles, anunciou em um vídeo divulgado na internet que iria deixar a MUD em protesto à decisão dos governadores do partido Ação Democrática. Em sua mensagem, Capriles prometeu que não voltaria à MUD “enquanto Henry Ramos Allup, o líder do Ação Democrática, fizer parte dela”. O único governador que ainda não prestou juramento é membro do partido liderado por Capriles.

O governo venezuelano parabenizou os quatro oposicionistas que decidiram submeter-se à Assembleia Constituinte. Na última quinta-feira, o Presidente Nicolás Maduro alertou que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqueles governadores que não se submetessem à Assembleia Constituinte não assumiriam seus cargos. Maduro disse, em discurso transmitido pela TV estatal, que essa "é uma decisão da Assembleia Constituinte plenipotenciária". E terminou de forma humilde e bastante amistosa com a seguinte frase: "Ou respeitam ou respeitam. É simples assim."

É a democracia.

Passando à nossa pauta deliberativa de hoje...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, só para uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Uma consulta apenas. Temos tempo para debater um pouco o que o senhor acaba de ler?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sem dúvida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Temos tempo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Temos tempo. Podemos começar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu acho que valeria a pena.

Eu acompanhei uma parte pela rádio e uma parte aqui. Primeiro, acho que o senhor consegue fazer um resumo extremamente útil para entendermos o que está acontecendo conjunturalmente no mundo. E do que ouvi e assisti aqui, divido em três grupos os países que foram analisados.

Quanto ao último, por exemplo, a Venezuela, a sensação é de que o país está perdido na falta de coesão e sem saber nem como procurar uma coesão. Essa dissensão dentro da própria oposição por uma coisa fundamental, mas simbólica, se jura ou não jura diante da Constituinte – que a gente sabe como foi convocada –, mostra uma nação sem coesão. Nesse sentido, embora estejamos muito melhores que a Venezuela, também estamos sem coesão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo grupo é o que procura um rumo. E aí eu colocaria em primeiro lugar o próprio Japão que, apesar da votação expressiva, mas como o senhor mesmo disse lembrando o *The Economist,* não surge com uma força muito maior, está procurando um rumo: nuclear ou não nuclear; se se arma ofensivamente ou se continua sem um exército ofensivo.

E outros três que creio sejam mais interessantes do ponto de vista da procura: Nova Zelândia, Austrália e Espanha. Esses estão procurando, mas sem saber aonde vamos chegar. Vamos para globalização ou para o nacionalismo, como a Catalunha quer? Vamos para a globalização ou colocamos fronteiras para impedir a imigração, como a Nova Zelândia e a Áustria, num movimento que por falta de outra palavra chamemos de "direitização"? Venceram os partidos que querem fechar as fronteiras, impedir a imigração. Os pobres que morram do outro lado do Mediterrâneo, porque eles não sabem também como fazer para receber todos. Também não é proposta de ninguém.

E o terceiro é o que mais me surpreende positivamente, um país com rumo e com coesão, que é a China. Discordemos ou não: partido único, nenhum de nós deseja; um regime que controla, é verdade, como funcionam as coisas, mas é um país que tem uma profunda coesão, graças a um partido de 80 milhões, graças a um regime que controla as coisas, e tem um rumo de longo prazo, sabe onde quer chegar.

Claro que há riscos profundos. Há o risco da migração interna, que pode desarticular; o risco ecológico, pode faltar tudo lá do ponto de vista natural, e a poluição; o risco de que talvez haja uma bolha financeira de tanto dinheiro que gastam... Agora eu vi na televisão um aeroporto que parece uma coisa de ficção científica que estão construindo. Em algum momento essa bolha pode estourar, embora digam que não, dizem que o Estado controla tudo muito bem. Há o risco de a juventude deixar de seguir essas normas tradicionais que dão coesão. A coesão da China vem em grande parte da solidez das tradições, especialmente familiares.

Então, a China eu acho que é o país em que a gente precisa se debruçar para ver o que deu certo, porque deu certo, o que a gente não tem que copiar, de maneira alguma, somos outra coisa, e o que daria para a gente aprender no sentido de ter coesão e ter rumo dentro de um processo democrático, de total liberdade de expressões, que eles não têm, com diversidade partidária, que eles não têm. A China, para mim, do que eu li do seu texto, do que eu ouvi, é a que mais deve nos fascinar neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou uma hora em que a China tem rumo e o Ocidente não tem. Eu diria até mais, a China tem uma nação rumo e no Ocidente não existe, é uma pulverização de visões, de ideias, de propostas até dentro de cada país, como a gente vê agora na Espanha. A Espanha existe; a Catalunha está contestando isso. A Europa existe; a Inglaterra contestou isso. Então, a China é o que tem rumo e coesão, outros procurando rumo e outros perdidos. O que a gente tem que fazer aqui é aprender a não ficar perdido, pelo menos.

Não vamos conseguir coesão nem rumo rápido. Não sou otimista na eleição de 2018. Eu acho que na eleição de 2018 vamos escolher presidente, mas não vamos escolher um rumo. Ainda não vai ser uma eleição plebiscitária do tipo de país que a gente quer para o terceiro centenário, que começa daqui a quatro anos, o terceiro centenário da Independência. Mas, pelo menos, precisamos despertar: nem ficamos perdidos, não impormos um rumo autoritariamente, mas pelo menos procurarmos um rumo ao invés de ficarmos caminhando para uma Venezuela, perdidos no dia a dia.

É isso que eu aprendi da sua apresentação e do seu texto, que eu parabenizo porque é um resumo muito bom do que está acontecendo por aí que a gente não tem pelos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu passo a palavra e depois eu gostaria de fazer alguns comentários também.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia. Em seguida, S. Exª o Senador Pedro Chaves e, logo em seguida, S. Exª o Senador Antonio Anastasia e S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero, Presidente, também me associar a essa iniciativa, a essa provocação do Senador Cristovam para esse debate. Esta Comissão tem essa – não diria só – prerrogativa, mas é importante esse *brainstorming,* que a gente possa fazê-lo.

V. Exª falou, logo no começo, do problema da influência das ideias de Donald Trump estão repercutindo no mundo.

Mas eu penso que, mais além das opiniões às vezes óticas do Presidente americano – mas que expõem de uma parte expressiva da população daquele País o desejo por uma visão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conservadora ou da sua tranquilidade no país –, eu penso que cada ato que acontece – como no atentado no Bataclan, em Paris, ou na Estação de Atocha, em Madri, provocado por extremistas, especialmente hoje, antes era o grupo ligado ao Bin Laden, hoje, ao exército islâmico – reacende o espírito de proteção, de insegurança e o reflexo disso vai para talvez aquilo que não tenha culpa, que é a imigração.

Então, coloca-se no imigrante como se todos entrassem com o objetivo de praticar aquelas tragédias, aqueles atos violentos – selvagens até – que vimos acontecendo no mundo. Nos Estados Unidos, com mais razão, porque Onze de Setembro é o retrato daquilo. Ao imaginar o que aconteceu, a gente pensa que aquilo foi ficção, que é do cinema o que aconteceu no World Trade Center, em Washington, ou mesmo no Pentágono e assim sucessivamente.

Então, acho que deveria ter sido feita uma análise também sobre esses riscos, a disputa do Hamas, do exército islâmico, dos grupos remanescentes liderados por seguidores de Bin Laden. Então, acho que esse contexto do terrorismo reflete mais diretamente sobre a questão da imigração.

Quando nós debatemos aqui a Lei de Migração, me surpreendi, Sr. Presidente, sinceramente. Eu, com toda ingenuidade, eu diria, porque sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, que se formou com a imigração: alemães, italianos, poloneses, portugueses, espanhóis; lá há suíços, armênios, árabes, judeus...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Açorianos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Açorianos, sim! Começaram os açorianos e palestinos. Então, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai há muitos palestinos. A convivência lá entre cristão, judeus e árabes é extremamente fraterna. É um Estado que eu diria ser um exemplo. A fronteira tanto com o Uruguai quanto com a Argentina é bordada por comerciantes palestinos. Acho que é um bom exemplo dessa convivência.

Então, quando votamos a Lei de Migração, eu votei a favor, mas me surpreendi com a reação contrária da sociedade nas redes sociais: "Que decepção, Senadora, a senhora ter votado nessa lei!" A lei foi de autoria do hoje Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, e o Relator foi o Senador Tasso Jereissati, com o máximo senso de responsabilidade, visão de Estado, visão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

republicana. Mas vou lhe dizer: aquilo me deu a ideia. Isso foi no Brasil, isso não foi na Nova Zelândia, em que ganhou uma nova líder contrária à imigração. Aqui, no Brasil há formadores de opinião contrários ao que a gente votou.

Eu tive o trabalho de falar sobre essas questões, da minha visão de imigração, mas não tinha chegado ao ponto: que o que preocupava era exatamente esse processo.

E há um outro: o processo social. Hoje, com 12 milhões de desempregados, trazer um imigrante, na visão de quem está desempregado, é disputar o mercado de trabalho com o estrangeiro no meu país. Há uma visão de proteção do seu próprio espaço social na economia quanto a isso.

Remeto a quando foi feita aquela ajuda humanitária para o Haiti, quando também houve uma reação. Foram enviados alimentos quando houve o terremoto no Haiti, e as pessoas tiveram reação: "A nossa pobreza não recebe isso!" São coisas diferentes. A gente entende que elas não são excludentes. Tem-se de fazer as duas coisas; tem-se de mandar para o Haiti, tem de ajudar. É uma coisa que há no inconsciente coletivo das pessoas, e a gente fica surpreso pelas as reações que elas têm.

Eu queria mencionar isso.

O Senador Cristovam apenas abordou as questões das posições da China. Eu incluiria, no caso da China que o Senador tocou, o caso de Taiwan, o milagre de Taiwan, como houve isso ali, junto com a China, convivendo ali com a gigante República Popular.

Por fim, queria agradecer muito ao senhor a leitura da solicitação que lhe encaminhei sobre informações a respeito das pesquisas que estão sendo feitas pelo Greenpeace na Amazônia. Tive essa curiosidade como cidadã, porque, quando aquela cientista que estava lá trabalhando morreu em um hivroavião, eu disse: "Puxa, eu não tenho ideia do que estão fazendo." E, como aquele acidente foi de um avião que pertencia à própria organização não governamental internacional, me deu curiosidade de saber como eles operam, se têm licença para operar, porque ali está a maior biodiversidade do mundo.

O que estão fazendo? O Jacques Cousteau esteve na Amazônia, fez um grande trabalho, que foi compartilhado com instituições brasileiras, mas, do Greenpeace, quem está lá trabalhando? Quem autoriza? Como opera? Quantos são os pesquisadores? Essas pesquisas são compartilhadas com instituições brasileiras no setor de pesquisa? Que retorno tem o Brasil? Quem autoriza essas pesquisas por essas instituições não governamentais estrangeiras?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é um patrimônio... Fala-se tanto na Amazônia e, quando de fora se olha para Amazônia, eu penso que talvez nós brasileiros não estejamos cuidando da Amazônia tanto quanto deveríamos cuidar. Com todo o respeito, acho que temos de ter a transparência, as informações para nos dar segurança de que aquele patrimônio não está sendo dilapidado; quer dizer, é um patrimônio nosso, em primeiro lugar. É claro que é humanidade se beneficia quanto mais protegida estiver a Amazônia, mas ela não pode ser explorada do ponto de vista da pesquisa, sem que os brasileiros saibam o que está sendo feito por lá.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Eu deixo como uma lembrança, porque está implícito no seu requerimento, mas eu gostaria apenas de saber da sua aquiescência e colocar à deliberação do Plenário, porque este foi um ofício encaminhado por S. Exª a Senadora Ana Amélia, que acaba de relatá-lo, solicitando informações a ministérios e ao Governo Federal. Então, está implícito. Eu gostaria de saber de S. Exª e colocar à deliberação do Plenário se esses ofícios, pedindo essas informações, poderiam ser dirigidos a três Ministérios: ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Defesa, e ao Ministério do Meio Ambiente, porque aí teríamos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam que o ofício seja encaminhado a esses três Ministérios com as perguntas a que já se referiu S. Exª a Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Presidente, se a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... Ana Amélia permitir, eu gostaria de subscrever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Com a aquiescência de S. Exª a Senadora Ana Amélia, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin também subscreve esse ofício.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Srªs e Srs. Senadores, é mais um registro.

Ontem, eu estive em um evento que aconteceu o Centro de Ciência e Tecnologia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpe. É só um pouquinho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – *Ladies first*, com a aquiescência do Senador Pedro Chaves.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É um cavalheiro.

Só para acrescentar a Anac, que regula a questão aérea, Presidente. Eu acrescentaria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Então, eu vou apenas solicitar à Secretaria que veja se nós podemos enviar diretamente esse ofício, pedindo informações à Anac, ou teremos de fazer a um outro órgão inicialmente, ao Ministério da Aeronáutica, enfim... Mas incluir a solicitação feita, que considero já aprovada pelo Plenário.

Retorno a palavra ao Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ontem, eu estive em um evento muito importante que aconteceu no Centro de Ciências e Tecnologia do Quartel General do Exército, em Brasília, durante as comemorações do primeiro ano do SisDIA (Sistema de Defesa, Indústria e Academia de Inovação).

O programa estabelece parcerias importantes entre as Forças Armadas, a indústria e as universidades, a fim de desenvolver pesquisa e inovação de alta tecnologia em nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquei muito impressionado com o projeto, que certamente trará desenvolvimento tecnológico e científico para o Brasil.

Agradeço a acolhida do Comandante do Exército – inclusive perguntou por V. Exª –, o Gen. Villas Bôas, e do Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia, Gen. Juarez, que sempre me receberam muito bem.

Agradeço, sensibilizado, ao Ministro da Defesa, Raul Jungmann, que fez uma menção honrosa a esta Comissão, especialmente a este que vos fala, com o Alto Comando do Exército pela aprovação do PLC 44, do qual fui Relator e que restabeleceu a competência da Justiça Militar no julgamento de crimes cometidos por militares das Forças Armadas em missões oficiais.

Também gostaria de fazer esse registro, por uma questão de justiça. Foi uma reunião muito importante, porque o Exército, as Forças Armadas não estão sozinhas. Estão junto com a indústria, estão junto com a academia, e isso permite um desenvolvimento de ciência e tecnologia muito relevante para o País. Estava lá o Paulo Skaf, da Fiesp, para dar apoio, estavam também professores da USP. Enfim, foi muito importante, acho que merece o registro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu sempre tive muita atenção em acompanhar os relatos com que V. Exª inaugura essas nossas reuniões, não só pelo conteúdo enriquecedor, mas também pela oportunidade que temos de compartilhar informações entre nós, Senadores, e o público que nos acompanha pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Mas hoje inauguramos uma fase nova que aplaudo, por iniciativa do Senador Cristovam, de, ainda que brevemente, fazer um debate sobre esses temas. Enquanto o Senador Cristovam, com a lucidez que lhe é característica, falava sobre a questão da China e falava da cultura e da coesão, eu pensava com meus botões como a matéria é complexa, porque essa coesão chinesa é muito recente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se nós pesquisarmos a história da China, nós vamos perceber que, nos últimos 300 anos, a coesão só existiu pós-guerra civil. Ao contrário, nas últimas décadas, nós últimos séculos, a China foi um país fragmentado, e a tal cultura chinesa não foi capaz de criar coesão alguma. O império era debilitado, e barões feudais governavam o interior de maneira avassaladora. Então, nós temos que estudar por que essa coesão surgiu. Será de um regime militarmente forte e que impôs a vontade e teve meios de impor? Quer dizer, a cultura deles, ao contrário, pode ser até uma cultura de autonomia em razão das dificuldades de comunicação da época. Esse é um primeiro ponto instigante.

O segundo é a questão da Catalunha. Também eu me lembrava quando o Senador Cristovam mencionava: no passado, o Rei da Espanha não usava o título de Rei da Espanha, era o Rei de Todas as Espanhas. Então, é bom lembrar que, no passado, a Espanha não era unitária: Rainha de Castela, de Leão, de Toledo, da Galícia. Depois foi que houve a unificação, mas manteve-se o título nobiliárquico: Rei das Espanhas. E é claro que essa autonomia permanece como um germe, a qualquer momento a ponto de irromper, evidentemente com as consequências necessárias.

Mas a minha menção final é que, a despeito do que foi relatado em relação aos países ocidentais, e eu pondero que acho que, de fato, há crises, existe a questão nacional, existe a imigração – foi bem colocada –, mas não há nada superior à democracia. Ainda que nós votemos errado, nós temos de votar. E a democracia é, na nossa cultura ocidental, algo de que nós não podemos nos afastar. Ainda que se erre hoje e se elejam, como se elegeram em alguns países e V. Exª mencionou, líderes extremistas, corrige-se na próxima eleição. O que não se pode permitir é que não haja o processo eleitoral, a participação, a imprensa livre. Isso é fundamental. Isso é um cânone da nossa cultura ocidental – cultura ocidental-cristã –, com base nos princípios filosóficos greco-romanos, que nos dão identidade e que dificilmente nos aproximarão de um modelo como o dos chineses, exatamente pelas diferenças culturais e pelo estilo próprio daquele povo.

Então, eu defendo de maneira muito veemente a nossa democracia, sabendo que ela pode sofrer de vez em quando soluços e dificuldades, mas faz parte da nossa vida e da vida dos países e das instituições.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Anastasia, pelas suas reflexões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... Senador Fernando Collor; Srªs Senadoras, Srs. Senadores é enriquecedora essa reunião da Comissão de Relações Exteriores. A cada quinta-feira, logo pela manhã, aqui, V. Exª nos dá um panorama, fazendo um passeio pelo mundo todo, analisando as condições que ocorrem em cada país. E depois os Senadores, através do debate aberto pelo Senador Cristovam Buarque, enriquecem as informações. E o Senador Anastasia dá uma aula aqui, para todos nós também, como sempre.

Eu queria, parabenizando V. Exª, destacar aqui um ponto que para mim é preocupante. É lamentável – todos nós lamentamos – a situação em que se encontra o nosso vizinho, a Venezuela. Eu achava que o Maduro estaria muito mais maduro e não se aguentaria na árvore, mas parece que ele conseguiu se...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – A oposição é mais madura, então, tem a capacidade de ser pior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ele conseguiu se petrificar e está não sei até quando. Mas a Senadora Vanessa continua insistindo em que na Venezuela há democracia. A Senadora Vanessa ainda acredita na democracia do chavismo.

Preocupa-me, Presidente, o avanço, porque os nossos irmãos venezuelanos estão saindo da Venezuela por total falta de condição humana de se manter e estão vindo para o Brasil; estão entrando muitos por Roraima, são milhares e estão avançando pela Amazônia. Chegaram a Manaus; chegaram a Santarém, entre Manaus e Belém, no meio do caminho; e chegaram a Belém. Em especial, os índios venezuelanos.

Então, peço a V. Exª para fazermos aqui uma reunião com o nosso Chanceler, para que discutíssemos essa questão sobre de que forma o Governo brasileiro vai dar apoio aos Municípios onde há concentração, ou aos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Exatamente. Inclusive, lá em Belém, eles se transformaram também em pedintes, pelas ruas. Então, a dificuldade com que vivem hoje as prefeituras e os Estados... O Estado do Pará pelo menos está equilibrado, mas na hora em que, como disse a Senadora Ana Amélia, há um aumento de demanda, você fica sem condições de atender. Humanitariamente, você não pode fechar os olhos e deixar de dar um atendimento a esses irmãos venezuelanos. Eu gostaria que V. Exª, através da Comissão, pudesse aprofundar, porque me parece que, à medida que a situação lá se agravar, esse fluxo migratório vai avançar bastante, e nós temos que estar preparados.

O segundo ponto que eu queria aqui realçar é a questão que a Senadora Ana Amélia levantou, do Greenpeace na Amazônia, mas não só isso. Estamos falando em Greenpeace em função do acidente que, lamentavelmente, matou uma pesquisadora sueca, mas isso foi a fratura exposta de algo que acontece permanentemente na Amazônia, permanentemente.

Se diz hoje que a Amazônia é mais conhecida pelos estrangeiros do que por nós, brasileiros. Pesquisas que são feitas aqui e são levadas para fora... Nós tivemos um problema no Pará: um empresário japonês registrou a patente do cupuaçu. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É, lá atrás.

Foi preciso que houvesse uma ação para desfazer o que havia sido feito, porque não se podia mais usar o cupuaçu, a não ser pedindo autorização. Então, são coisas que acontecem... Não estamos no dia a dia, mas nós precisamos levantar isso.

Precisamos fazer, como pediu a Senadora Ana Amélia, um levantamento do que ocorre na Amazônia através dessas ONGs, que são todas financiadas por governos estrangeiros. Qual é o papel delas? Para que elas servem? Qual é o trabalho que elas estão fazendo? Nós desconhecemos isso.

Eu pediria a V. Exª que nós pudéssemos aprofundar esses dois pontos aqui na Comissão. Eles são bastante importantes para o Brasil e, em especial, para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

Quanto à sua solicitação, nós já vamos deixá-la aqui anotada e, se V. Exª concordar, juntamente com as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, signatárias desse ofício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedindo informações a esses ministérios, vamos aguardar que eles nos informem para que, então, nós partamos para a elaboração de uma pauta – se V. Exª concordar.

Muito obrigado.

Com a palavra S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, peço desculpas por voltar a falar, mas fui provocado pelo Senador de todas as Minas Gerais... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... quando ele perguntou o que dá coesão.

Eu acho, Senador, que são as ideias, são as ideias que dão coesão a um povo. Pode ser até a ideia da bandeira, mas são as ideias. E os chineses conseguiram ter ideias que coesionam, além de terem um partido único, além de terem 5 mil anos de história, além de terem uma muralha que não está ali apenas fisicamente, está na cabeça de cada chinês.

Eles entenderam que, para ser de esquerda, é preciso perceber que houve globalização, que houve robótica, que o proletariado se dividiu: uma parte é privilegiada, com altos salários, e a outra é excluída. Eles entenderam que há uma crise ecológica que define limites à produção.

Os conservadores – chamemos ou não "direita" – não precisam modernizar as ideias, eles estão aí para conservar, eles acreditam em alguns princípios permanentes. A esquerda tem que se modernizar, senão não é esquerda. A China se modernizou. A partir de Deng Xiaoping, mostrou que a economia tem que ser eficiente. A justiça não se faz mais por dentro da economia, como era correto pensar no tempo de Marx e até recentemente. Era a divisão capital/trabalho que fazia com que um sistema fosse mais justo ou menos justo. Hoje não dá. O capital/trabalho tem que se distribuir tecnicamente. A justiça vem da eficiência da economia, o que os chineses conseguiram, e da aplicação desse dinheiro que vem da economia eficiente. Querer tirar a justiça por dentro da economia, sacrificando a eficiência da economia, vai empobrecer a todos. Os chineses perceberam. E eles atualizaram, modernizaram e, com suas ideias, eles estão conseguindo dar coesão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero concluir, pois eu descobri, não faz muito, uma figura não pessoalmente, por ler: Jack Ma. Jack Ma é o Steve Jobs da China. Ele tem uma empresa que é maior do que a Amazon, cujo nome é Alibaba. Hoje a juventude chinesa idolatra mais ao Ma do que ao Mao. Eu até brinco com eles: de Mao a Ma. Mao foi a revolução pela ideologia. O Ma, esse jovem – jovem de cinquenta e poucos anos – chinês, mudou a realidade chinesa ao informatizar tudo usando o celular, computadores.

Então eu creio, Senador, que são as ideias que dão coesão; as ideias e, lá, um partido. Aqui teriam de ser as ideias e o debate. Mas nós estamos carentes de ideias, porque quem deve conservar as ideias não moderniza. E quem deveria modernizar as ideias está prisioneiro das ideias que foram criadas no passado.

Só para concluir, duas semanas atrás, foi o aniversário de 50 anos da morte de Che Guevara. Eu acho que Che Guevara é claro que continua um herói pela maneira como morreu, mas ele só é um herói porque morreu antes das ideias dele. Se estivesse vivo, com 89 anos, defendendo as mesmas coisas que defendia, ninguém iria dar a menor bola para Che Guevara.

Quando você não se moderniza, você deixa de trazer esperanças para o mundo que está em transformação muito rápida e radical. Por isso eu creio que os chineses conseguem coesão. Agora, como trazer isso para cá eu não sei. Não é como eles fizeram, nem conseguiríamos.

De qualquer maneira, Senador Collor, obrigado por estar propiciando este tipo de debate que raramente se consegue. E eu, provocado pelo Senador de todas as Minas Gerais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nosso mestre também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu lembro sempre aquela frase colocada na boca de um integrante de uma família pequeno burguesa da peça Pequenos Burgueses, de Máximo Gorki, em que, nessa família, o único lúcido, com uma visão mais ampla de mundo, era exatamente um tio bêbado. E ele, num certo momento, sentado à mesa almoçando ou jantando, disse o seguinte: "O mundo passa e quem com ele não passa fica." É exatamente em relação a essa modernização, que significa uma adaptação e uma contemporaneidade com os tempos que nós estamos vivendo.

Com a palavra S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin e, em seguida, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu vou fazer um grande esforço para fazer uma intervenção breve, mas também fui provocada por todos os colegas. Infelizmente não cheguei a tempo de ouvir sua leitura, mas já tive a oportunidade, nesse curto espaço de tempo, de ler pelo menos umas três, quatro análises que considero, assim como o Senador Flexa e os demais membros da Comissão, algo fundamental.

Acho que V. Exª imprime a esta Comissão uma oportunidade para que possamos efetivamente debater, não se utiliza da condição de Presidente para impor a sua opinião. V. Exª nos passa as informações, nos permitindo, cada qual, concordando ou discordando uns dos outros, entrar num debate, um debate de alto nível, e nos provoca. Vejam a que nível chegamos do debate.

O Senador Cristovam fala da China. E eu já li, com muita atenção, porque, sem dúvida nenhuma, eu acho que o grande destaque da imprensa internacional foi a realização do 19º – não sei exatamente qual – Congresso do Partido Comunista da China. E com mudanças significativas do ponto de vista político, elevando a situação de Deng Xiaoping, a própria situação de Xi-Jinping...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Xi-Jinping.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É difícil... O Mao Tsé-Tung é mais fácil, não é?

Ou seja, determinando que no próprio processo de formação da juventude seja inserido um ensinamento, como também um caminho de construção para uma sociedade mais justa.

Então, eu concordo em gênero, número e grau quando dizem aqui – e V. Exª falou agora – que temos que avançar, não podemos jamais parar no tempo.

Na minha opinião, nós temos que, de forma muito clara e estratificada, evoluir, mas em benefício de que é de quem. Eu acho que a grande questão, Senador Cristovam, está exatamente aí: evoluir, mas em nome de que e de quem. A partir daí nós precisamos refletir. Esses últimos movimentos que estamos vivendo no Brasil será que são mudanças positivas para o nosso desenvolvimento nacional? Para o desenvolvimento e o fortalecimento da nossa soberania? Para a busca da inovação que melhore efetivamente a qualidade de vida da nossa gente ou não. Eu digo, com todas as letras, garrafais, bem grandes e ainda com ponto de exclamação: NÃO! Essa e a diferença, Senador Cristovam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem eu fiquei muito triste quando eu li no painel que abria a *Folha de S.Paulo* que, a partir da vitória de Temer, a partir daquele momento, ele viria com muita força. Com muita força para quê? Para acelerar e sinalizar fortemente ao mercado. Não apenas alardeando o resultado do leilão do pré-sal – o Senador Requião acaba de chegar, acho que ele deve aproveitar o momento desta Comissão e falar sobre isso, sobre o que significa esse próximo leilão da forma como está moldado –, mas editando, enviando ao Congresso – veja, Presidente Collor – a medida provisória de privatização da Eletrobras, da nossa Tucuruí, construída e paga com dinheiro brasileiro. E quais provavelmente serão os novos proprietários caso isso aconteça – e vamos lutar muito para que isso não aconteça? State Grid. Quem é State Grid? Estatal chinesa. Nós tivemos a oportunidade de visitar Três Gargantas, estatal chinesa que avança no mundo inteiro.

Então, a diferença é essa. A China se abre para o capital externo. E eu sou a favor de que o Brasil se abra também, mas não nas condições que estão sendo feitas e efetivadas neste momento.

A China, para uma empresa privada chegar lá, tem uma série de estabelecimentos, uma série de contratos, inclusive com o tempo o repasse da própria tecnologia. Nós vimos, Senador Flexa – que também anda muito na China. Eu desde muito nova procuro ir à China – a primeira vez foi em 1995, nem Parlamentar federal era –, e a gente percebe o avanço. Hoje em dia a China não é mais criticada pelas cópias, porque a China avança no desenvolvimento de tecnologia. Então, ela vai estágio por estágio.

E qual é o foco? Eu não estou aqui dizendo que não há crítica em relação à China, como não digo que não há crítica em relação à Venezuela. Tudo é passível de críticas. Agora, se a Venezuela não saiu do impasse até hoje foi por conta de incapacidade da própria oposição, o que o relato de V. Exª, Senador, mostra. Se as forças governistas vivem problemas sérios, as oposicionistas vivem problemas maiores ainda, que, aliás, são permanentes, o que nós vimos lá pessoalmente também. Então, eu acho que o grande foco é isso.

A vida é dialética. Uma das primeiras questões que me trouxe ao mundo da política foi o estudo do marxismo e do leninismo. Foi aprender que nada hoje é como ontem e não será como amanhã. A dialética é que movimenta o mundo. O mundo não é metafísico.

Agora, eu acho que nós temos que ter um princípio e um foco: para quem e para quê o processo de desenvolvimento tem que ser alcançado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fico feliz. E pedi a palavra, Senador, para cumprimentá-lo por nos propiciar esse debate.

Senadora Ana Amélia, eu cumprimento muito V. Exª pela iniciativa. Somo-me a V. Exª e à Comissão, que acaba de acatar a sua sugestão, porque nós precisamos, sim – não é, Senador Flexa? –, aprofundar tudo aquilo que vem acontecendo na Amazônia, principalmente neste momento em que a ciência e a tecnologia vêm sofrendo ataques duríssimos, e nós estamos ainda mais suscetíveis a esse tipo de ações.

E, se me permite, Presidente Collor, eu quero aproveitar esta oportunidade para apresentar aqui meus votos de pesar pelo falecimento, logo cedo hoje, de Paulinho Fonteles. Paulinho Fonteles era um companheiro nosso, que já foi Parlamentar no Estado do Pará, um jovem de pouco mais de 40 anos, filho de Paulo Fonteles, que foi brutalmente assassinado durante a ditadura por ser advogado dos sem-terra, dos agricultores que sofriam perseguição fortíssima; foi duramente perseguido pelas forças da ditadura.

Quando, no nosso grupo partidário, trouxeram a notícia, um companheiro publicou uma das antigas publicações de Paulinho Fonteles, que faleceu vítima de um infarto. Ele escreveu o seguinte há um tempo – abro aspas: "Os agentes da repressão atrasaram minha entrega para a família, por horas, porque simplesmente não haviam encontrado algemas que dessem em meus pulsos de recém-nascido" – fecho aspas. O menino nasceu com os pais recém-presos pela ditadura, perdeu o seu pai de forma dura, mas nem por isso abandonou a militância. E agora se vai, por causa natural, ainda tão jovem.

Então, com o agradecimento que faço a V. Exª, aproveito esta oportunidade para apresentar meus votos de pesar à família, ao nosso Partido, à nossa militância no Estado do Pará. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin. O seu voto de pesar será registrado em ata.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Só para associar-me à Senadora Vanessa pelo pesar da morte súbita de Paulo Fonteles Filho, realmente um político...

Filho de Paulo Fonteles, que, como disse a Senadora Vanessa, foi assassinado e tinha uma atividade muito importante no Estado do Pará.

Quero também me associar com o pesar à família de Paulo Fonteles Filho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O registro será feito em ata, conforme V. Exª acaba de anunciar.

Muito obrigado a V. Exª.

S. Exª a Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para concluir aqui este debate – quer dizer, concluir do ponto de vista da pauta de hoje –, com o que o Senador Cristovam eu concordo. Por que a China teve o sucesso? Ele falou das ideias, da relevância das ideias. Mas as ideias, Senador Cristovam, nascem de uma cabeça, nascem de uma inteligência humana. Penso que daí vem a figura do líder, que é o eixo central que é capaz – como Jesus Cristo fez com o cristianismo, com a Igreja – de por uma ideia lutar e criar uma igreja milenar. Assim em todos os episódios da história.

No caso da China, eu acho que a figura emblemática dos tempos modernos do século XXI se chama Deng Xiaoping, de fato. Porque conseguiu fazer a inflexão de que V. Exª fala, de um pragmatismo inteligente de um país muito pobre – muito pobre – e criar a ideia de que se todos tivessem... Teriam um *standard* de vida, uma qualidade de vida melhor com a abertura econômica, foi isso que ele fez. Ele começou a abertura econômica na área rural, lá permitindo que a família tivesse mais de um filho porque seria mão de obra, porque precisavam de comida. Toda a estratégia é um conjunto, a obra dele é esse conjunto.

E eu tive o privilégio, Senador Cristovam, em 1988, de ter chegado a estar frente a frente –como estou com o Presidente Collor agora ou com o senhor – de Deng Xiaoping, no Palácio do Povo. E eu visitei a China em 1984, a primeira vez. Imaginem, lá todo mundo usava, em 1984, a túnica. Em Pequim, todo mundo usava a túnica. Só que onde Deng Xiaoping começou a abertura, em Xangai – ele começou lá em Xangai – a gente falava assim: "Tem um chaveirinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Mao?" "Quem é Mao?" Em 1988, Senador: "Quem é Mao?" As pessoas não sabiam, como no caso que o senhor citou, do dono do Alibaba.

Então, as pessoas riam quando a gente queria isso, a lembrança do Mao.

O Deng Xiaoping começou lá em Xangai, que era o porto, era a entrada, era onde havia maior efervescência, todo mundo tomava só chá e havia muita pobreza – muita pobreza. Visitamos a área rural, fomos avistar pessoas...

Fui lá como jornalista, acompanhando meu marido, que era Parlamentar. Eu dizia: Quero, daqui a dez anos, ver o que aconteceu neste país. Em Pequim, todo mundo de túnica. Não havia hotéis, nós ficamos numa casa de hóspedes. Eu tive o privilégio de, como jornalista, cobrindo uma viagem do ex-Presidente José Sarney, ir à China, em 1988, quatro anos depois. Não havia uma pessoa em Pequim que estivesse usando túnica, só Deng Xiaoping usava a túnica, só ele. O resto, todo mundo de roupa civil, vestidos bonitos. Aquilo, para mim, foi um choque. Isso para ver a capacidade que tem.

Eu encerro com a frase de Deng Xiaoping, que para mim é tão singela quanto real: "Não importa que o gato seja preto ou pardo, desde que cace o rato." É aí que está resumido o pragmatismo de você criar uma ideia.

E esse líder, que foi... E com toda, digamos assim, a sutileza, com toda a tranquilidade. Não como é hoje a visão do Xi Jinping, que tem uma audaciosa, digamos, atuação de protagonismo global. Hoje, ele tirou a China daquilo que era melhorar a China para a China poderosa dominar o mundo. A fábrica do mundo é a China.

Para terminar, digo à Senadora Vanessa: o que difere o estatismo da China, de uma petrobras chinesa, de uma petrobras venezuelana e de uma petrobras brasileira é a avaliação de resultados, o planejamento, a firmeza dos propósitos e o não uso de uma estatal com fins meramente políticos, sem nenhum objetivo econômico. As empresas só crescem, só se fortalecem se houver avaliação de resultados e estratégias de operação. Fora disso, não é empresa. Então, não adianta um capitalismo ou um estatismo de empresas ineficientes que sejam apenas cabides de emprego para partidos políticos. Não resolve! Então, a Petrobras se ferrou por causa disto: foi tomada por dominação partidária. E ela não pode ser; ela é uma empresa de petróleo, não de partidos. Então, isso foi o grave erro. É aí que está o problema da PDVSA, a petrobras venezuelana, e a diferença com a China. E lá há consequências, e a bala é paga por quem comete o crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente Collor, se me permite um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, S. Exª a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pela ordem, um minutinho, para dizer, Senadora Ana Amélia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, não! Eu concordo com ela. Eu concordo. Acho que toda empresa estatal tem que primar pela capacidade tecnológica e pela eficiência na gestão. E a Petrobras sempre foi isso. Sempre foi! Não é à toa que é uma das maiores petrolíferas do mundo, a melhor – se não a única – em exploração de petróleo em águas profundas. E isso fruto de quê? Dos técnicos. Como V. Exª, Senadora Ana Amélia, eu também abomino o partidarismo que se instala nas empresas públicas, a corrupção que se instala nas empresas públicas. A tal ponto... É por isso que eu digo: o agente público tem que ser o primeiro e o melhor de todos os exemplos, porque, se não for, o que acontece? O que a gente viu, gerente recebendo cem milhões como se fossem um troquinho e dizendo que era para dar para partido político... Ou seja, o péssimo exemplo político fez com que técnicos, muitos deles muito competentes, chegassem aonde chegaram.

Então, eu só quero dizer: nós não podemos culpar a Petrobras. A culpa não é da Petrobras. E nem por isso devemos matar a Petrobras, que é o que estão fazendo. Eles estão se aproveitando de um momento de fragilidade da empresa Petrobras, uma das melhores do mundo, para matar a Petrobras, para entregar a Petrobras para o capital internacional. O que as grandes, gigantes do petróleo estão dizendo? Que esse leilão do pré-sal é a Disneylândia para eles; nunca compraram partes de petróleo tão baratas. O barril a um, dois, três dólares é o que está sendo vendido no pré-sal, que jorra. E fruto de quem? Porque os americanos vieram aqui e diziam que não havia petróleo. Na Amazônia, diziam que não havia petróleo, não havia gás, e nós temos a maior reserva em terra firme de gás natural. Por força de quê? Da Petrobras, porque os americanos que vieram aqui diziam que não havia petróleo.

Então, eu concordo com V. Exª, Senadora Ana Amélia, e quero dizer-lhe isto: eu também abomino. O que eu sou contra é que, em nome disso, de tudo que de mal fizeram à Petrobras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aproveitem a oportunidade para destruir de vez essa empresa, que é o grande alicerce do futuro do nosso País.

Obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Que as nossas estatais...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Que as nossas estatais sejam todas iguais à Embraer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Antes de passarmos à nossa pauta deliberativa, eu me permito fazer uma última leitura de um comunicado sobre a Argentina.

A coligação governista Cambiemos, do presidente Mauricio Macri, foi vitoriosa em 13 das 23 províncias argentinas nas eleições legislativas realizadas nesse domingo passado. Fortalecido pelo resultado, Macri prometeu levar adiante cortes de impostos e medidas de austeridade destinadas a renovar a economia argentina.

As eleições legislativas ocorrem a cada quatro anos, naquele país, e o último pleito deverá renovar metade da Câmara dos Deputados, para o período de 2017 a 2021, e um terço do Senado, para o período de 2017 a 2023. A coligação Cambiemos foi fundada em 2015.

É interessante notarmos, em todos esses países que nós estamos semanalmente avaliando, o número de partidos recém-fundados que chegaram ao poder, e sempre com outra mensagem, desbancando partidos tradicionais, a começar pela França, que devastou o Partido Socialista e o outro partido do Chirac, o conservador. É incrível!

A coligação Cambiemos, fundada em 2015, obteve mais de 40% dos votos em todo o país e elegeu 21 Deputados e 9 Senadores, resultado sem precedentes para um movimento político novo em um país que foi, por muito tempo, dominado pelo peronismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo com o resultado animador, o Cambiemos não conseguiu maioria absoluta no Congresso. E a principal opositora, a ex-presidente Cristina Kirchner, conquistou uma das três cadeiras do Senado pela província de Buenos Aires, mesmo ficando atrás do principal candidato apoiado por Macri, Esteban Bullrich, que venceu Kirchner por 41% a 37% dos votos. Foi uma diferença maior do que as pesquisas apontavam, pois falavam em uma diferença de dois pontos e chegou a quatro.

De acordo com o correspondente do *The Wall Street Journal*, Taos Turner, esse resultado pode enfraquecer as esperanças da ex-presidente de retomar o comando do movimento peronista no país. Turner acredita que o fracasso em derrotar Bullrich deve fortalecer os rivais peronistas de Kirchner, muitos dos quais apoiam Macri e não querem a volta do kirchnerismo à Presidência.

O presidente afirmou que a sua prioridade número um é reduzir a taxa de pobreza de 28,6%, e que isso exige baixar a inflação e cortar os onerosos subsídios governamentais concedidos a alguns serviços públicos. De acordo com autoridades do governo argentino, Macri pretende encaminhar em breve projetos de lei ao Congresso destinados a reformar o código tributário, reduzir o déficit fiscal, diminuir os custos de contratação e tornar menos caro empregar trabalhadores na Argentina.

Em um artigo publicado na sua edição mais recente, a revista *The Economist* explicou que o Congresso deverá encorajar o Presidente Macri a dar continuidade à estratégia cautelosa que adotou desde que chegou à Casa Rosada, em dezembro de 2015: convencer as lideranças sindicais e os peronistas moderados.

Nesses últimos dois anos, Macri eliminou controles cambiais, acabou com a maioria dos impostos sobre as exportações, desvalorizou o peso argentino, fechou um acordo com os credores internacionais, abriu o país para os investidores estrangeiros e começou a reduzir os enormes subsídios incluídos nas tarifas de eletricidade, gás, água e transporte.

Por essas medidas, seu primeiro ano de governo foi difícil. Neste ano, a maior parte desses indicadores melhorou, muito embora a recuperação dos salários e do emprego seja lenta.

Com o bom resultado de domingo, afirma *The Economist*, o ritmo das reformas deve aumentar, mas o governo espera, por exemplo, que a taxa de inflação média esteja entre 5% e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8% até antes das eleições presidenciais no fim do ano de 2019, bem abaixo da média dos governos Néstor e Cristina Kirchner, quando era mais de 20%.

De modo geral, porém, o horizonte argentino, raras vezes pareceu tão auspicioso, concluiu o *The Economist*.

E, agora, passamos à nossa pauta deliberativa.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Indico S. Exª o Senador Antonio Anastasia como *ad hoc*, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, como V. Exª apregoa, trata-se da apreciação do Sr. Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os *agréments* dos governos daqueles países.

O Ministério encaminha, conforme determina o Regimento Interno, currículo do diplomata, que se vê nascido em Havana, por ser filhos também de diplomatas, estudou na Universidade de Brasília, onde concluiu o curso de Ciências Sociais, Antropologia; depois, frequentou o Instituto Rio Branco, graduado em 1986, e iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1987; Segundo-Secretário em 1993; Primeiro-Secretário em 1999; Conselheiro em 2004; Ministro de Segunda Classe em 2008; e Ministro de Primeira Classe em 2015.

Desenvolveu atividades nas Embaixadas de Washington, Quito, Nações Unidas, Nova Délhi, como Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Itamaraty; depois, na Embaixada em Lisboa; e é Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente (desde 2011), cargo que atualmente ocupa.

Dedicou muito da sua carreira diplomática a questões ambientais, tendo integrado a primeira equipe do Itamaraty encarregada de preparar a Rio-92. A partir de então, realizou vários eventos, convenções e conferências relativas às questões do meio ambiente.

Nos últimos seis anos, assessorou diretamente os Ministros de Estado do Meio Ambiente Izabella Teixeira e Sarney Filho em diversas negociações e reuniões nacionais e internacionais de grande destaque, inclusive a COP 21, em dezembro de 2015.

Destaca-se também o trabalho que esse diplomata realiza na área de direitos humanos: foi Vice-Presidente da Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher (2002-2003) e participou da negociação do Plano de Ação de Madri sobre Envelhecimento da População (2002) e da Sessão Especial da AGNU sobre os Direitos da Criança, em Nova York (2002).

O Ministério, além do currículo, envia as informações relativas às relações com a República do Quênia, bem como com as demais repúblicas que esse eminente diplomata acumulará nas suas funções.

Em relação ao Quênia, que é o relacionamento principal, Sr. Presidente, indica o Itamaraty que o nosso relacionamento bilateral iniciou-se em 1963, ano em que o país africano obteve sua independência do Império Britânico e se tornou membro da Commonwealth. Em 1967, foi estabelecida a Embaixada. O Quênia abriu embaixada no Brasil em 2006.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relacionamento é profícuo. Houve visita presidencial do então Presidente Lula a Nairóbi em 2010. Foi a primeira visita de Chefe de Estado brasileiro ao Quênia e representou forte incentivo ao relacionamento entre os dois países, com diversos acordos em diferentes domínios.

O Quênia se apresenta como forte parceiro comercial brasileiro com oportunidades de exportação de máquinas agrícolas, aeronaves e produtos manufaturados em geral, com presença brasileira também nas áreas agrícolas e de infraestrutura.

É de se observar que o Quênia possui a maior e mais diversificada economia da África Oriental, com grande dinamismo econômico no continente africano.

O comércio bilateral cresceu nos últimos cinco anos em mais de 300%.

O país é estratégico no continente africano. Nairóbi, sua capital, é sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat). Essa condição projeta a capital queniana na diplomacia regional. O Quênia também desempenha papel importante na União Africana (UA).

Com os demais países que ele acumulará, Repúblicas de Ruanda, Uganda, Somália e do Burundi, o relacionamento é menos dinâmico, tanto do ponto de vista das trocas comerciais quanto da cooperação técnica. Mesmo assim, há campo expressivo para a ampliação das relações com essas repúblicas. A partir de Nairóbi, o desenvolvimento do intercâmbio com esses países pode e deve se dar.

Convém registrar, por fim, que o setor consular da Embaixada em Nairóbi presta apoio à comunidade de brasileiros, estimada em cerca de 900 pessoas, localizados na sua jurisdição, não só o Quênia, como as nações já mencionadas.

Tendo em vista, Sr. Presidente, a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, e tomo a liberdade de concluir, portanto, esta leitura, agradecendo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria. Não, desculpem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra a S. Exª Senadora Ana Amélia para apresentar o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Caros colegas Senadores, eu tenho uma satisfação enorme de fazer esse relatório, primeiro porque se trata de uma diplomata, uma mulher; o primeiro nome dela é Ana, como o meu; ela começou a academia no curso de Comunicação Social da PUC do Rio de Janeiro e eu sou formada, pela PUC do Rio Grande do Sul, em Comunicação Social. Então, começa por aí. E ela vai representar o Brasil eu diria que num paraíso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre ouvi falar que na diplomacia o Circuito Elizabeth Arden é o mais disputado, mas ela vai para um lugar espetacular, uma região maravilhosa que eu tive o privilégio de conhecer, por duas vezes, e ela vai suceder, nesse posto, um dos mais graduados, melhores, mais capacitados embaixadores do Brasil, o Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, com quem convivi e fiquei impressionada com a dedicação dele ao ofício da diplomacia, da boa diplomacia, dos contatos, do respeito que ele tem por todos os brasileiros: empresários, acadêmicos, artistas; por todo apoio que ele deu a todos esses setores. Criou lá uma comunidade de brasileiros, pequena, em Bangkok, na Tailândia. Mas é uma figura notável!

Então, tenho certeza de que aquela que será a nossa Embaixadora, hoje Ministra de Primeira Classe, Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, vai ter desempenho igual, com sua força, nesse pedaço de paraíso, que é formado pela Tailândia, pelo Camboja e pelo Laos que eu também tive o privilégio de conhecer.

Como é praxe, o Itamaraty encaminha uma biografia da candidata ao posto, que é indicação da Presidência da República. Ela é cearense, nasceu no dia 7 de novembro, na cidade de Fortaleza, no Ceará.

Ela concluiu a graduação em Comunicação Social pela PUC do Rio de Janeiro. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1978; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1985; e o Curso de Altos Estudos em 2000, ocasião em que apresentou a tese “A UNCTAD como foro das questões do comércio e do desenvolvimento no final do século XX - a participação brasileira”. É mestre em Política Pública Internacional, pela Escola de Estudos Internacionais Avançados, da Universidade Johns Hopkins, Washington-DF, nos Estados Unidos da América.

A diplomata indicada tornou-se Terceira-Secretária em 1979, Segunda-Secretária em 1981, Primeira-Secretária em 1988, Conselheira em 1995, Ministra de Segunda Classe em 2003 e Ministra de Primeira Classe em 2009.

Entre as funções ocupadas por ela, merecem destaque as seguintes: Segunda e Primeira-Secretária na Embaixada em Washington (1986); Primeira-Secretária em Kingston (1989); Chefe substituta da Divisão de Imigração (1991) e da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (1993); Conselheira na Delegação Permanente em Genebra (1996) e na Embaixada em Assunção (1999); Assessora da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2003); Ministra-Conselheira na Embaixada em Montevidéu (2003);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (2006); Embaixadora em Luanda (2010-2013); e Cônsul-Geral em Nova York (desde 2013).

Ademais, ela foi agraciada com diversas condecorações, tais como a Medalha do Pacificador, do Exército Brasileiro; a Ordem Nacional do Mérito, concedida pela República Francesa, no grau de Grão-Mestre; e a Ordem do Rio Branco, no grau de Grão-Cruz.

Aqui vem também uma relação dos países que ela vai representar, não só a Tailândia, mas também o Reino do Camboja e a República Popular Democrática do Laos. Com a segunda maior economia e quarta maior população do Sudeste Asiático, o Reino da Tailândia, organizado sob a forma de monarquia constitucional desde 1932, destaca-se na região.

Sendo a única nação da região que não se tornou colônia europeia, serviu como Estado tampão entre as colônias francesas e inglesas, desde o fim do século XIX. Sua história política recente é marcada pela alternância entre governos civis e militares, e desde o último quarto do século XVIII, reina no país a Dinastia Chakri.

Desde 1959, Brasil e Tailândia mantêm relações diplomáticas.

Os dois países contam com dois mecanismos de interlocução política regular: Comissão Mista (segunda e última reunião realizada, em Brasília, em junho de 2012) e Consultas Políticas (primeira e única reunião realizada, em Brasília, em junho de 2015). Nas áreas de comércio e investimentos, energia (sobretudo biocombustíveis), ciência e tecnologia, pesquisa agrícola, saúde e turismo, o relacionamento se mostra muito promissor.

Na Segunda Reunião da citada Comissão Mista bilateral, ocorrida em 2012, em Brasília, identificaram-se setores prioritários para alavancar o comércio entre o Brasil e a Tailândia. Do lado brasileiro, foram lembradas as oportunidades de expansão das exportações nas áreas da indústria aeroespacial, de automóveis e autopeças, de materiais eletroeletrônicos (telefones, compressores, bombas mecânicas etc.), produtos metalmecânicos, cárneos, pescado, suco de laranja e cosméticos. Do lado tailandês, foram destacados os setores de energias renováveis e alternativas, biotecnologia, energia verde e agroindústria, além de haver sido demonstrado interesse em *joint venture* na área de exploração de petróleo em águas profundas. No que tange aos investimentos, as prioridades tailandesas no Brasil são energias renováveis, petróleo e gás natural, biotecnologia e indústria agroalimentar.

Sobre o Reino do Camboja, merece destaque o fato de se tratar de monarquia constitucional, cuja economia encontra-se entre as menores e mais pobres da Associação das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). As relações bilaterais com o Brasil foram suspensas em 1966 e retomadas apenas em 1994. Os contatos políticos entre os dois países são escassos. Vale registrar que a Embaixada em Havana acumula a representação com Brasília, com a qual mantém contatos rarefeitos. Assim, nesse relacionamento, entre as prioridades do Brasil, cumpre ressaltar a ampliação da cooperação e do diálogo bilateral, na esteira do processo de intensificação das relações do Brasil com essa região asiática.

Por derradeiro, a República Popular Democrática do Laos é considerada País de Menor Desenvolvimento Relativo e detém a menor economia entre os países da ASEAN. Sua base encontra-se na agricultura de subsistência. As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas no ano de 1995, não tendo sido desenvolvido seu potencial, realidade que se reflete no escasso fluxo de visitas bilaterais. Cabe destacar iniciativa de cooperação brasileira, por meio do Fundo IBAS (de Índia, Brasil e África do Sul), no projeto de irrigação, que inclui a construção de eclusa para manejo integrado da bacia do Rio San, em província daquele país. A obra foi concluída em 2015.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, a não ser desejar muito boa sorte à nossa Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen nesse lugar tão especial.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, que apresenta o relatório que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, de acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 164, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação. Concedo a palavra a S. Exª o Senador Flexa para proferir seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 453, de 28 de outubro de 2015, o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Comunidade de Dominica, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

A Mensagem foi aprovada na Câmara dos Deputados na forma de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, apreciado também pelas Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania e ora chega à Casa revisora.

O Acordo tem como objetivos: a cooperação educacional no âmbito da educação avançada; a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; o intercâmbio de informações e experiências; e a cooperação entre equipes de pesquisadores.

Conforme o artigo IV do Acordo, as partes se comprometem a promover a difusão e o ensino da cultura e do idioma da outra parte em seu território. O texto pactuado não se aplica ao reconhecimento e a revalidação de diplomas e títulos acadêmicos, os quais, por força do art. V, estarão sujeitos à legislação nacional de cada uma das partes.

Nos artigos VII e VIII, o instrumento trata, respectivamente: do ingresso de alunos de uma parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra parte e dos sistemas de bolsas ou facilidades a pesquisadores e estudantes que busquem aperfeiçoamento acadêmico e profissional.

Digno de nota, ainda, é o art. IX do Acordo, que delega a protocolos adicionais o estabelecimento pelas partes de instrumentos de financiamentos para as atividades previstas no Acordo.

Nos termos do art. X, o Acordo entrará em vigor na data da última notificação, após o cumprimento dos requisitos internos de cada parte. Ele vigerá por 5 (cinco) anos, renováveis automaticamente por iguais e sucessivos períodos, salvo se uma das partes denunciá-lo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecedência mínima de 6 (seis) meses da data de expiração. O art. XI, por seu turno, fixa que todas as controvérsias serão resolvidas por via de negociação entre as partes.

Análise.

Sr. Presidente, em conformidade com a Exposição de Motivos ministerial que o instrui, o Acordo sob análise "é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, e estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades".

Para alcançar seus objetivos, o compromisso internacional prevê atividades de intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e especialistas, para a realização de cursos de graduação e pós-graduação, missões de ensino e pesquisa, bem como a elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas.

O referido Acordo constitui-se no que se denomina acordo-quadro ou "tratado guarda-chuva", eis que seus dispositivos não limitam a cooperação a determinada área da educação, mas sim possibilitam a assinatura de acordos, programas e projetos específicos, inclusive diretamente pelas instituições de ensino.

Embora o preâmbulo do instrumento conceda destaque à cooperação interuniversitária, cumpre ressaltar que o texto acordado não se aplica ao reconhecimento e à revalidação de diplomas e títulos acadêmicos de nível superior, cujos procedimentos estarão sujeitos à legislação interna correspondente. Registre-se também que o instrumento estipula que – abro aspas – "os certificados de conclusão de estudos correspondentes aos níveis fundamental e médio serão legalizados nas repartições consulares competentes. Serão aceitos o 'histórico escolar', no caso brasileiro, e o *student transcript*, no caso de Dominica".

No que se refere aos custos da cooperação, o artigo IX estabelece que "as partes definirão, por meio de instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas neste Acordo".

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o faço com alegria por ser um acordo que vai propiciar esse intercâmbio com alunos, professores, pesquisadores, na área da educação.

Podíamos fazer com que acordos desse tipo pudessem ser multiplicados com outros países.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, que acaba de apresentar o seu relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2017.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento do seu trâmite.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque para apresentação do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a matéria foi, inicialmente, apreciada pela Câmara dos Deputados, onde foi aprovada por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

No Senado Federal, a proposição, registrada como Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2017, foi distribuída a esta Comissão, nos termos do inciso segundo do art. 376 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas.

Conforme preâmbulo do Acordo, há a vontade comum dos dois Estados de facilitar e encorajar a cooperação bilateral nos domínios do ensino superior e da formação de quadros, além de reconhecer a importância da cooperação bilateral no domínio do ensino superior para a qualificação dos recursos humanos e para o reforço da capacidade científica e tecnológica das partes.

O objeto do Acordo, portanto, é contribuir para o desenvolvimento da cooperação bilateral nesses domínios.

As áreas da cooperação preconizada estão listadas no Artigo II, a saber: a) intercâmbio de delegações; b) permuta de literatura científica e acadêmica; c) promoção da mobilidade de docentes e pesquisadores; d) promoção da formação graduada em áreas de conhecimento preponderante ao desenvolvimento social e econômico das partes; e) promoção da formação avançada, nomeadamente através da concessão de bolsas ; f) apoio à formação de especialistas nas instituições de ensino superior; g) colaboração entre entidades responsáveis pela avaliação e acreditação de cursos e instituições de ensino superior; h) colaboração entre entidades responsáveis pela avaliação e acreditação de cursos e instituições de ensino superior; i) realização de consultas recíprocas sobre temas relacionados com a gestão e estruturação do sistema de ensino superior; j) incentivo ao desenvolvimento de relações de cooperação; k) promoção da concertação de posições em organizações e fóruns internacionais, no domínio do ensino superior e da ciência; l) realização de outras iniciativas de cooperação no domínio do ensino superior que sejam mutuamente acordadas pelas partes.

As entidades responsáveis pela aplicação do presente Acordo são: pela parte angolana, o Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia; pela parte brasileira, o Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo a atenção aqui, Presidente, que a Angola está à nossa frente em algo que nós deveríamos fazer, que é termos o Ministério da Educação dedicado à educação de base e o ensino superior ou ter seu Ministério próprio ou cumular com a ciência e tecnologia. É o que muitos países fazem. Isso daria mais força à educação de base.

Para a execução do presente Acordo, as partes constituirão um grupo de trabalho.

Haverá ainda intercâmbio de delegações.

Conforme o Acordo, bolsas de estudo serão concedidas.

A assistência médica aos beneficiários do Acordo será garantida pelo país de acolhimento por meio dos respectivos sistemas de saúde pública.

Ademais, as obrigações internacionais assumidas pelos Estados-parte não serão afetadas pelo Acordo em pauta.

Os dois países comprometem-se, ainda, a encorajar a participação em organizações, instituições e entidades nacionais interessadas em conferências internacionais relativas aos temas de educação.

As atividades a serem desenvolvidas, com base nos compromissos assumidos pelo instrumento em análise, serão realizadas em conformidade com a legislação interna em vigor em cada país.

Se houver controvérsia, haverá solução por meio de negociação direta.

Análise, Sr. Presidente.

A Mensagem nº 457, de 2015, está instruída com a Exposição de Motivos.

Merece ser destacado, antes de se ressaltar o mérito do tratado em si, o papel em que se insere Angola no quadro de nossas relações internacionais.

Ex-colônia portuguesa, a República de Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975. O país, a seguir à independência, viu-se mergulhado em uma guerra civil que só se encerraria em 2002. Conquistada a paz, Angola encontra-se em dinâmico processo de reconstrução nacional, buscando a revitalização de sua economia e o desenvolvimento social.

Aqui eu faço uma consulta ao Senador Anastasia, que conhece mais história do que todos nós: primeiro, eu acho que minha memória ainda lembra que o Brasil foi o primeiro país a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reconhecer Angola, no Governo Geisel, se não me engano, antes de qualquer outro país, saímos à frente. Segundo, se é verdade ou não que lá pelo século XVIII chegou-se a cogitar a ideia da independência do Brasil junto com a Angola, formando um só país através do Atlântico. Se quiser, eu...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Essa eu não conheço, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não conhece.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É até bom para aprender, porque, de fato, no século XVIII o que aconteceu foi que a Angola recebeu...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Século XVII.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas, no século XVIII, os degradados da revolução, da Inconfidência Mineira, foram para Angola e Moçambique, porque eram colônias ainda. Especialmente a Angola, naquele tempo, era uma colônia pouco desenvolvida em relação ao Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Isso. Mas eu pergunto... O que se fala é que, entre os inconfidentes, chegou a haver essa ideia, talvez até porque muitos deles foram degradados para lá.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – E havia a tentativa de, como havia a vinda do povo – falando com a permissão do Presidente, é claro...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado.

Prossigo: dos escravos que vinham, então havia uma identidade da libertação dos escravos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Havia identidade, isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... e talvez a Independência se estendesse para além-mar. Mas, claro, em um sonho – coitados – completamente despido de realidade, dadas as dificuldades da época.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas creio, Sr. Presidente, que há, em alguns livros de História, referências a esse comentário que havia entre os primeiros dos nossos defensores da Independência.

Com economia profundamente vinculada às atividades petrolíferas, Angola encontra-se exposta às oscilações dos preços internacionais da *commodity*. Nesse sentido, o governo angolano vem envidando esforços buscando a diversificação econômica.

Localizado na costa sudoeste do continente e com 1.246.700km^2, é um dos maiores países da África.

Com pouco mais de 24 milhões de pessoas, segundo dados mais recentes do Banco Mundial, a população angolana é majoritariamente de origem bantu. A língua oficial é o português, mas existem mais de 40 outras línguas faladas no país, sendo as mais abrangentes o umbundu, o kicongo, o kimbundu e o tchokwe.

O Brasil – aqui está o que eu perguntei – foi o primeiro país a reconhecer a independência.

A Declaração de Parceria Estratégica, de 2010, conferiu nova dimensão às relações bilaterais.

O Programa de Cooperação Brasil-Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 11 de junho de 1980.

O setor de defesa é um dos pilares da Parceria Estratégica.

Ademais, Brasil e Angola encontram-se em vias de concluir negociações em torno do Acordo de Cooperação na Área de Defesa.

Angola é nosso sexto parceiro comercial na África, atrás de Nigéria, Argélia, Egito, África do Sul e Marrocos – o que é uma surpresa, porque Angola é tão perto e com tanta riqueza petrolífera; poderíamos ter uma relação muito mais profunda. Em 2015, as importações brasileiras foram quase que inteiramente de combustíveis – quase 100% –, enquanto os principais produtos exportados foram carnes e açúcar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito embora o Brasil seja o nono maior parceiro comercial de Angola, a participação do Brasil no comércio exterior do país ainda é modesta.

Nesse contexto, ganha ainda maior relevância o presente acordo bilateral com objetivos de cooperação na área de formação de profissionais do ensino superior.

Essa iniciativa está inserida no conjunto de instrumentos similares assinados pelo nosso País com outros Estados pertinentes à matéria.

É nesse contexto que se insere a visão de política externa de nossa Diplomacia, expressa no documento "A educação na política externa brasileira".

Nesse documento, em que se trata da cooperação com base na educação, cabe referir três pontos: no campo econômico, pois a educação, ao relacionar-se diretamente à qualificação da mão de obra de um país, interfere no desenvolvimento econômico; na esfera política, porque "a cooperação educacional representa parte de uma agenda positiva da política externa"; e na seara cultural, pois a convivência, o aprendizado do idioma e a troca de experiências contribuem para o estreitamento de laços.

Verifica-se, assim, que o presente acordo está em consonância com a promoção do desenvolvimento por meio do estímulo à educação de qualidade.

Por tudo isso, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativa nº 173, de 2017.

Sr. Presidente, esse é o voto que eu li, preparado pelo Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela leitura do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos, eu gostaria de lembrar e convidar todos os integrantes desta Comissão, bem como também todos os Senadores desta Casa que tenham interesse nas relações do Brasil com a Comunidade Europeia, para que estejam presentes nesta sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal para receber, no próximo dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

31 de outubro, às 10h, uma delegação de eurodeputados, incluída aí a Vice-Presidente do Parlamento Europeu.

A delegação será composta por 13 Deputados. Integram ainda a referida delegação os Presidentes da Delegação do Brasil e o Presidente da Delegação do Mercosul.

Portanto, fica aqui o convite e um lembrete, pedindo a V. Exªs que, na medida do possível, durante a reunião, solicitem, caso assim julguem conveniente, o apoio deles a que seja rapidamente concluído o acordo entre o Mercosul e a Comunidade Europeia.

Como foi lido por mim aqui no primeiro comunicado da reunião de hoje, numa atualização sobre o acordo do Mercosul com a União Europeia, atualmente, os negociadores do Mercosul e da União Europeia estão buscando resolver o impasse criado pela proposta da União Europeia de cotas de importação de carne e de etanol muito abaixo das expectativas do Mercosul.

Na União Europeia, há uma divisão entre os países mais protecionistas em matéria agrícola e os mais avançados industrialmente. Existe a esperança de que, se for resolvido o problema da carne e do etanol, o acordo possa ser decidido já em dezembro deste ano.

Esse acordo é muito importante para o Mercosul, muito importante para a União Europeia, e, se nós não fizermos um pouco de esforço adicional, secundando os esforços que já vêm sendo realizados pelo Ministério das Relações Exteriores e outros ministérios em relação a este caso, esse acordo vai ficar para as calendas.

E nós temos também de vencer essa resistência renitente e persistente desses blocos econômicos, além da resistência dos Estados Unidos em fazer certos entendimentos que possam colocar abaixo algumas barreiras protecionistas, isolando-se do restante do mundo, agora parece que a Comunidade Europeia, do mesmo modo, está caminhando nessa trilha. E nós temos de evitar isso. A União Europeia é o nosso maior parceiro comercial. Ali nós temos também nossas raízes e, portanto, não há porque ficarem detidos nessa questão em relação à carne e ao etanol nosso. Com tantas coisas que há de benefícios por trás desse acordo, que não simplesmente em relação à carne e ao etanol, seria muito importante que, aproveitando a visita dessa delegação aqui, nós conseguíssemos dos Parlamentares simpatia à causa, que não é a causa do Brasil nem do Mercosul somente, mas é uma causa de princípios, de convivência internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa convivência internacional passa por uma melhor aceitação nesses acordos comerciais. Aos mais fortes, cabe naturalmente ceder àqueles que são menos fortes economicamente e comercialmente.

Por isso, eu deixaria registrada aqui essa minha solicitação para que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que pudessem estar presentes aqui no dia 31 assim o fizessem, para ajudar na elaboração final do texto, para que nós possamos, até dezembro, assinar esse acordo Mercosul/União Europeia.

Pela ordem, S. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Parabéns, Presidente Collor, por este tema, que é muito caro ao Rio Grande do Sul. Estamos muito próximos com as nossas economias. Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul especialmente, no âmbito do Mercosul, têm exatamente, na questão da carne e também de biocombustíveis, um fator estratégico. A saída da Inglaterra da União Europeia ampliou as dificuldades, porque a Inglaterra é mais aberta ao comércio, é um país consumidor e aberto a isso.

E eu penso que isso iria acontecer, mais cedo ou mais tarde; desde o começo isso sempre foi o problema, sem o capítulo da questão, porque o agronegócio na Europa é altamente subsidiado. É um setor muito protegido e é o setor que, politicamente, tem uma força extraordinária. Então, associada a essas questões, Presidente Collor, eu digo sempre: quando os produtores de leite da França vão para a frente da Torre Eiffel, o governo treme – o governo treme. As vaquinhas dos franceses vão para a Torre Eiffel, o governo treme. É diferente daqui, onde há uma visão preconceituosa do agronegócio. A força política que esses produtores de leite têm...

Agora, nós mesmos, produtores de leite no Rio Grande, tratamos aqui do problema do leite no Uruguai – V. Exª até fez uma referência –, e a crise está levando alguns a saírem da atividade, porque o preço não compensa. O custo da produção é maior do que o preço que ele está recebendo da indústria que compra o leite do produtor de leite.

Então, esses dilemas vão se agravar à medida que vai se apertando o cerco para fechar o acordo.

Queria também mencionar para V. Exª e para os colegas Senadores que há um outro problema comercial na relação que interessa também não só ao Rio Grande do Sul – mas eu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como Senadora do Rio Grande, tenho esse compromisso –, mas a Minas, São Paulo, é que, depois do processo do *impeachment*, houve um rompimento... A saída da embaixada pela posição que o governo do Equador tomou em relação a esse processo, que foi nacional, soberano, direto... Então, nós não temos embaixador no Equador.

O Equador acabou de criar barreiras bem severas, porque quer vender banana e outros produtos e suspendeu a importação de ônibus da Marcopolo e de vários outros produtos industriais e também agropecuários, e isso, para o Rio Grande do Sul, no setor metalmecânico, foi também uma situação crítica. Então, eu penso que o Governo brasileiro devia tentar, pelo Itamaraty, que já está cuidando desse episódio...

Recebi das entidades que representam os produtores de novo Hamburgo – área de calçados –, de Caxias do Sul e da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) e da CI de Caxias um alerta sobre esses problemas que podem se agravar se não for resolvida a relação diplomática entre o Equador e o Brasil.

Então, pondero essas questões nessa discussão e alguma providência, para que o Governo brasileiro apresse esse lio que está acontecendo entre os dois países.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não poderia deixar de cumprimentar igualmente V. Exª pela iniciativa, manifestar o meu interesse de estar aqui na próxima terça-feira e corroborar a palavra da Senadora Ana Amélia, especialmente no caso do leite. Minas Gerais produz 30% do leite brasileiro e também fica muito afetada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que, com esse acordo, quando for consubstanciado com a União Europeia, nós teremos uma situação muito melhor e vamos trabalhar nesse sentido, com a orientação de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Apenas uma última lembrança: há uns quatro ou cinco meses, eu recebi a visita de S. Exª o Embaixador Cravinho, Embaixador da União Europeia aqui no Brasil. E o Embaixador Cravinho falou a mim o que eu já comuniquei a V. Exªs na oportunidade, que, daquele momento a mais seis meses, nós teríamos esse acordo finalizado e me dando notícias muito alvissareiras de que as coisas caminhavam num ritmo adequado e apropriado.

Encontrei-me com ele casualmente numa data nacional de um país amigo – agora não me recordo qual – e perguntei a ele, então, como as coisas estavam caminhando, como as negociações para o acordo estavam indo. E ele já fez uma expressão de que, talvez, o prazo não fosse cumprido.

Então, eu gostaria de fazer publicamente um apelo a S. Exª o Embaixador Cravinho para que ele pudesse também manifestar a posição em que, hoje, estão esses entendimentos para que aqui nós tomássemos conhecimento, na Comissão de Relações Exteriores. Se pudéssemos ter de S. Exª uma manifestação por escrito, dando-nos conta de como estão as atuais negociações e se nós podemos acreditar na palavra que ele empenhou, meses atrás, de que esse acordo, até o final do ano, estaria concluído ou, se a palavra dele não pode ser cumprida, em função de que ela não poderá ser cumprida. Quais são os óbices?

Sempre no sentido construtivo de que, ele apresentando esses óbices, nós possamos ajudar de alguma forma a retirá-los. Agora o que nós não podemos ficar é dependendo de informações que nos passam – e eu passo a V. Exªs e ao público que nos assiste –, e, de repente, vem a notícia de que, agora, a questão da carne e do etanol estão impedindo a finalização desse acordo.

É imperativo que a União Europeia tenha consciência da importância desse acordo para o Mercosul e é imperativo que a União Europeia entenda que ela não pode ficar isolada do mundo, seguindo o exemplo dos Estados Unidos da América, que querem criar também barreiras não só do mercado, mas em torno do seu próprio território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É algo que nós não podemos mais aceitar de maneira silente. Temos que avisar, temos que manifestar a nossa posição. E aqui eu manifesto, em termos pessoais e como Presidente da Comissão, que não é esse o tratamento que nós esperamos de países amigos, sobretudo da Comunidade Europeia, nosso principal parceiro comercial, como também em relação aos Estados Unidos, no que diz respeito a outros temas.

Por isso, fica aqui o nosso apelo e o nosso empenho para que, no próximo dia 31, V. Exªs possam estar aqui presentes para recepcionar a Delegação do Parlamento Europeu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – É só porque eu quero corrigir uma informação. Falei que estávamos sem Embaixador. Nós temos um embaixador brasileiro lá, que é o Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira.

O problema político criado em função do *impeachment* é que acabou resultando nessas complicações que afetaram o comércio bilateral. Então, penso que o Itamaraty tem de ter uma atitude aí de protagonismo para que o prejuízo não seja grande na área econômica também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado.

Entendo, então, que o Brasil não retirou o seu Embaixador em Quito. Então, muito bem. O problema ficou na área comercial, tão somente.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Dando segmento ao nosso círculo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, no dia 30 de outubro, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 15º Painel de Debates sobre o tema: "Reestruturação da defesa nacional: reflexões sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas no Século XXI."

Para expor e debater o tema teremos, como convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- o Prof. Augusto Teixeira Júnior, da Universidade Federal da Paraíba;

- o Sr. Luiz Cristiano Vallim Monteiro, Diretor Institucional do Sindicato das Indústrias de Material de Defesa;

- o Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva, Coordenador da Pós-Graduação da Escola Superior de Guerra.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

Um bom-dia.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e vinte e dois minutos do dia trinta de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário sete, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Ana Amélia, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Fernando Collor e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RRE 1/2017, de autoria do Senador Fernando Collor. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 15° Painel - Reestruturação da Defesa Nacional: Reflexões sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas no século XXI. Discutindo sobre: O que o Brasil pode fazer para dispor de Forças Armadas preparadas para enfrentar os cenários de conflito no século XXI? O emprego das Forças Armadas na Segurança Pública e em outras missões não previstas na Constituição é adequado? Alianças estratégicas e perspectiva Brasileira para os setores nuclear, cibernético e aeroespacial. **Participantes:** Doutor Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior, Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Sr. Luiz Cristiano Vallim Monteiro, Diretor Institucional do Sindicato das Indústrias de Material de Defesa. Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva, Coordenador da Pós-Graduação da Escola Superior de Guerra - ESG. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 39 de 2017** que: "Requeirimento, nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, seja convidado a comparecer a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como aditamento ao Requerimento nº 32 - CRE, de 2017, de autoria do Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Lido o Requerimento. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Viana

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Hoje, cumpriremos mais uma etapa do ciclo de debates denominado "Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do Requerimento nº 1, de 2017.

Trata-se do 15° Painel, intitulado "Reestruturação da defesa nacional: reflexões sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas no século XXI".

Eu queria, antes de fazer a leitura de dois requerimentos e de também fazer referência à ata do último ciclo de debates, agradecer a presença de todos. Daqui a pouco, citarei os convidados que se encontram aqui e muito nos honra a presença de diplomatas, de embaixadores e de servidores desta Casa.

Neste final de semana passado, nós tivemos, no Acre, um encontro de Governadores, promovido pelo Governador Tião Viana, com as mais altas autoridades da República ligadas à área de segurança, com o propósito de discutir os problemas que temos nas áreas de fronteira e de segurança pública.

Foi um encontro extraordinário, no qual a maioria dos Governadores do Brasil estava presentes. Havia quatro Ministros – o Ministro da Defesa; o Ministro da Justiça; o Ministro de Relações Exteriores, o Senador Aloysio Nunes; e também representantes do Comando das Forças Armadas.

Nós tivemos, então, um debate muito proveitoso porque, pelo menos, identificamos que estamos vivendo um gravíssimo problema no nosso País, que envolve a segurança pública, o aumento da violência, como tratar e cuidar das fronteiras, desses quase 17 mil quilômetros de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fronteiras que nós temos, o que não pode ser um desafio de Prefeitos ou de um ou de outro Governador, mas do conjunto da sociedade, especialmente do conjunto dos Poderes do Brasil.

Certamente, nós só vamos vencer esse enorme desafio se tivermos uma estratégia nacional, uma estratégia do Brasil, envolvendo todos os entes da Federação e o conjunto da sociedade, sem, obviamente, deixar de considerar o papel que o Congresso tem na elaboração e no aperfeiçoamento da legislação.

Então, faço esse registro.

No plenário do Senado, farei, obviamente, um pronunciamento, e o faço porque estou na Comissão – sou Vice-Presidente e agora estou no exercício da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A situação é muito grave. Ela se agrava a cada dia. Os números de 2017 certamente trarão estatísticas que agravam a situação, do ponto de vista do número de mortos por violência no Brasil, pelo número de apreensões de drogas e de armamento pesado. Isso exige o reconhecimento do tamanho desse problema para que, a partir daí, quem sabe, numa ação coordenada, possamos enfrentá-lo.

Então, é esse o comentário que faço.

Faço a leitura agora do Requerimento nº 39, de autoria da Senadora Ana Amélia.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 39, de 2017

- Não terminativo -

Requerimento, nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, seja convidado a comparecer a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como aditamento ao Requerimento/CRE nº 32, de 2017, de autoria do Senador Lindbergh Farias (PT/RJ).

Autoria: Senadora Ana Amélia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, seja convidado a comparecer a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como aditamento ao Requerimento/CRE nº 32, de 2017, de autoria do Senador Lindbergh Farias (PT/RJ).

Então, esse é o requerimento de que faço a leitura, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Há outro requerimento também de autoria da Senadora Ana Amélia:

> Cumprimento o caro Presidente e solicito a gentileza de incluir a Federação Nacional dos Oficiais de Justiça do Brasil, presidida por João Batista Fernandes de Souza, a participar da audiência pública, em data a ser definida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o PLC nº 30/2007, de autoria do Deputado Federal Nelson Pellegrino (PT/BA), com relatoria do Senador Hélio José (PROS/DF) e que trata do direito de agente público portar arma de fogo.
> Em ofício encaminhado à CRE (Comissões de Relações Exteriores) pelo Líder do Governo no Senado, Senador Romero Jucá, foram listados alguns nomes para a realização de audiência pública sobre essa proposta legislativa. Sugiro também a participação dos oficiais de justiça nesse debate.
> Tal discussão é de extrema importância para esclarecer dúvidas sobre as demandas atuais por porte de armas e seus efeitos na segurança, na defesa da vida e no cumprimento legal dos deveres públicos e institucionais.
> Senadora Ana Amélia.

Comunicado da Presidência:

Ciclo de Debates – relato do 14º Painel:

Dando continuidade ao ciclo de audiências públicas denominadas "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou na segunda-feira, dia 16 de outubro, o 14º Painel, abordando o tema: “Terrorismo e ameaças cibernéticas no século XXI: os inimigos sem rosto”.

Participaram, como palestrantes, o General de Divisão Paulo Sérgio Melo de Carvalho; o Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar; o Dr. Marcus Vinícius Reis, e o Dr. Gills Vilar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira palestra, o Dr. Gills Vilar lembrou que, nos Estados Unidos, no âmbito acadêmico e no dos estudos de segurança internacional da atividade de inteligência, o terrorismo cibernético já vem sendo estudado desde os anos 80.

O relatório é bem extenso.

Até que ponto uma organização terrorista pode se organizar, no âmbito da internet e o Estado não ser capaz de identificar?

Então, vários aspectos foram abordados no 14º Painel. Eu mesmo debati bastante esse tema.

Fiz uma visita ao centro que visa à proteção nacional contra esse terrorismo cibernético e fiquei impressionado com o que nós temos de trabalho feito até aqui, mas é um trabalho que requer o apoio do Estado brasileiro para que possa fazer frente aos desafios que nós já estamos enfrentando nessa temática.

Então, peço que seja considerado como lido esse comunicado da Presidência, para que possamos dar início à pauta de hoje.

Iniciando a nossa pauta de hoje – e agradecendo às senhoras e aos senhores que aqui se fazem presentes –, conforme já divulgado, hoje cumpriremos mais uma etapa do ciclo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado pelo Requerimento nº 1, de 2017.

Neste, que é o 15º Painel de Debates, o tema abordado será a "Reestruturação da defesa nacional: reflexões sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas no século XXI".

Participam, como palestrantes – e eu peço que sejam encaminhados à Mesa:

– Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba. Seja bem-vindo, professor!

– Sr. Luiz Cristiano Vallim Monteiro, Diretor Institucional de Tecnologia (Condor);

– Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva, que já está aqui, à minha direita, coordenador da Pós-Graduação da Escola Superior de Guerra .

Eu gostaria de cumprimentá-los e de convidá-los para que possam nos ajudar a levar adiante mais este ciclo de debates. Sejam bem-vindos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço que cada palestrante terá até 20 minutos para a sua exposição inicial. Durante essa fase de debates, a Presidência transmitirá também aos palestrantes as observações e perguntas que possam chegar pelos internautas.

Por fim, é importante dizer que, ao fazer o convite aos nossos palestrantes de hoje, enviamos sugestão para as palestras e debates de alguns tópicos que poderão ser abordados.

Para o tema de hoje – Reestruturação da defesa nacional: reflexões sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas no século XXI –, apresentamos os seguintes tópicos:

– O que o Brasil pode fazer para dispor de Forças Armadas preparadas para enfrentar o cenário de conflito do século XXI?

– O emprego das Forças Armadas na segurança pública e em outras missões não previstas na Constituição é adequado?

Eu acho que, neste caso, cabe o que nós já estamos usando e que está previsto, mas é em caráter excepcional, que é a GLO – Garantia da Lei e da Ordem.

Eu acho que vale a pena uma discussão sobre isso, porque o Plenário do Senado tem discutido o uso deste recurso, o uso das Forças Armadas, como no caso do Rio. Nós estamos, inclusive, propondo para as áreas de fronteira, onde é prerrogativa das Forças Armadas ter uma ação mais coordenada de combate ao tráfico de armas e ao tráfico de drogas, com as Forças Armadas no suporte das forças de segurança do Brasil, seja a Polícia Federal, seja a Polícia Rodoviária Federal, as polícias estaduais, enfim, uma ação coordenada.

– Alianças estratégicas e perspectivas brasileiras para o setor nuclear cibernético e aeroespacial.

Antes de dar início ao painel, eu só queria aqui fazer um breve registro de que temos aqui o Embaixador de Luxemburgo, Carlos Krieger; o Embaixador da Polônia, Braiter; a Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores, que está sempre conosco nos ajudando, inclusive, na condução dos trabalhos; o Ministro Conselheiro da Embaixada do Reino da Bélgica, Hendrik Jan Roggen; o Ministro Conselheiro da Embaixada do Marrocos, Sidi Sidi Abbah; o Sr. José Lorenzo, Conselheiro da Embaixada da Espanha; Sr. Alexander Brovin, Conselheiro da Embaixada da Rússia; Sr. Aleksandr Alekseev, Adido Militar da Embaixada da República da Rússia; Coronel Charles Orliangens, Adido Militar da Embaixada da França; Coronel Aviador Paolo Cianfanelli, Adido Militar da Embaixada da Itália; o Sr. Eustache Adedodja, Adido Civil da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixada da República do Benin; o Sr. Henry Gustavo, Agregado de Defesa Militar Naval da Embaixada da República Dominicana; o Chefe da 3ª Subchefia do Estado Maior da Aeronáutica, Major-Brigadeiro Jefson Borges; e o Brigadeiro Maurício Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar e de Relacionamento Institucional do Comandante da Aeronáutica.

Sejam todos bem-vindos!

Eu passo a palavra ao Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva, Coordenador da Pós-Graduação da Escola Superior de Guerra - ESG.

Com a palavra V. Sª.

O SR. ANTONIO RUY DE ALMEIDA SILVA – Eu quero inicialmente agradecer o convite do Senador Fernando Collor e agradecer também ao Sr. Senador Jorge Viana, que é Vice-Presidente desta importante Comissão por nos dar a honra de presidir esta audiência pública interativa, que eu diria até que é quase uma mini-ONU, pelo número de países que foram mencionados e que estão aqui hoje.

Muito me honra também participar desta reunião e compartilhar o painel com o Prof. Augusto Wagner e o Sr. Luiz Cristiano.

Bem, a primeira pergunta, que eu acho que todos nós fazemos, inclusive nos nossos países, é: Forças Armadas para quê?

As Forças Armadas existem para garantir a defesa da Pátria e, no caso brasileiro, especificamente, a garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Mas por que Forças Armadas?

As Forças Armadas são um sintoma do sistema internacional que vivemos. Por ser anárquico, diriam alguns, no sentido de que não existe um governo mundial que garanta a segurança dos seus membros, cada país, no final, é responsável normalmente por prover a sua própria segurança.

É claro que esse sistema internacional tem matizes e pode ser entendido também, como dizem alguns, como uma sociedade internacional, no sentido de que, mesmo não havendo um governo mundial, existem elementos de sociedade entre os Estados que permeiam a convivência entre eles. Esses Estados se concebem, de alguma forma, ligados por um conjunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de regras comuns e partilham também de um funcionamento de algumas instituições comuns. Então, não é realmente uma anarquia completa e, sim, como diz o Hedley Bull, uma sociedade anárquica em que existem elementos de sociedade. Em alguns momentos da história, esses elementos da sociedade são mais importantes e mais fortes; em outros momentos da história, esses elementos são mais fracos. Mas existem sempre esses elementos de sociedade.

Mesmo com esses elementos de sociedade – a interdependência, a cooperação, a questão da globalização –, a não existência de um governo mundial implica a necessidade do poder militar para garantir a segurança dos Estados e também de seus interesses no âmbito externo.

Nesse sentido mais tradicional, Forças Armadas para quê? Para dar a segurança, para garantir a segurança do Estado. Então, o Estado é o referente; é o Estado que deve ser defendido ou a Pátria, como nós dizemos, ou o Estado-Nação. E as possíveis ameaças são derivadas do conflito de interesse entre esses Estados. Dessa forma, as Forças Armadas são, precipuamente, criadas para os conflitos interestatais de maior envergadura ou em situações de crise que envolvam intervenção ou atos de diplomacia coercitiva, etc.

Então, se por acaso nós não tivéssemos essa divisão e tivéssemos um governo mundial, as Forças Armadas possivelmente não existiriam. Isso não quer dizer que haveria paz. Vemos que, mesmo em Estados, existem movimentos separatistas e existem, dentro dos Estados, conflitos, mas não haveria a necessidade das Forças Armadas para defender os interesses de Estados ou de conjuntos de Estados, como hoje existem.

Então, como nós estamos falando também de preparação, para essa primeira preparação e para o emprego das Forças Armadas é isto: conflito interestatal. Essa é a precípua missão das Forças Armadas. E aí nós necessitamos de interoperabilidade, capacidade de controle aéreo, capacidade de controle marítimo, terrestre, espacial, informacional da guerra cibernética, etc., etc. Não vou me estender sobre isso.

Mas a segurança do Estado e a integridade territorial de um país podem também ser ameaçadas internamente por grupos não estatais, patrocinados ou não por outros Estados – vemos a questão da Síria, por exemplo –, em conflitos denominados assimétricos, que necessitam de uma preparação diferente. Então, as Forças Armadas já precisam se preparar de uma forma diferente para esses conflitos que são assimétricos. E aí o poder militar precisa de apoio de outros campos: da Antropologia, da Sociologia. Não dá para resolver esses conflitos assimétricos simplesmente com o poder militar. É necessário trazer outros elementos para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

possa, de alguma forma, conseguir vencer nesse tipo de conflito. Quando esses conflitos ameaçam a segurança da sociedade internacional, o poder dos Estados-membros é convidado a garantir essa segurança. Agora estamos garantindo a segurança da sociedade internacional, o que é denominado de forças de paz. Então, se o sistema de Estados é basicamente constituído pelos Estados, o que, na verdade, a segurança internacional quer, o *status quo*, é que esse sistema de Estados persista, porque ele é a razão de ser da própria situação do sistema de Estados – ele tem que ser mantido. E, diante da fraqueza do Estado, daqueles que são chamados de Estados frágeis ou Estados fracos – há várias denominações –, é que é chamado pelo Conselho de Segurança da ONU ou por outras entidades para essas forças de paz. Nesse caso, temos também, da mesma forma que na modalidade anterior, uma preparação específica das Forças Armadas – é uma preparação para um conflito interestatal.

Muitas vezes, as questões de antipirataria, antiterrorismo, contra o crime organizado são, na verdade, sintomas dos problemas internos do Estados. Eles não são resolvidos simplesmente pela força militar; eles são sintomas da fraqueza do Estado ou da incapacidade do Estado de atender a esses desafios. E não é o poder militar que vai justamente resolver isso, porque são necessárias outras expressões do poder para resolver esse tipo de conflito.

Normalmente, nesse antiterrorismo ou crime organizado, as Forças Armadas apoiam os outros órgãos porque não têm essa preparação de uma forma mais viável, mais firme. Não é para isso que se preparam, já que sua missão precípua é a defesa do Estado.

Para além das ameaças à segurança do Estado – vimos a ameaça à segurança do Estado, seja ela externa, seja ela interna, ou da sociedade internacional –, surgiu, nas últimas décadas, a ideia de que o Estado não é o referente – não devemos proteger só o Estado; é importante proteger o ser humano dentro do Estado. Então, o ser humano deve ser protegido na sua vida diária contra ameaças de vários tipos – e aí se abre a questão do conceito de segurança: ameaças da fome, da desigualdade, da falta de saúde, da violência, da degradação do meio ambiente, etc.

Nessa visão, então, a questão da segurança do ser humano acaba se relacionando também com o Estado, e uma das coisas importantes do Estado é o seu desenvolvimento. Então, em relação ao desenvolvimento do Estado, os Estados teoricamente mais desenvolvidos teriam capacidade de dar uma maior segurança aos seus cidadãos em todos os sentidos. O desenvolvimento social, então, passa a ser um elemento importante. Quando os Estados não têm essa capacidade de prover esse desenvolvimento e garantir a segurança, a sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

começa a ter também muitas fissuras, podendo levar inclusive à modalidade anterior de que nós falamos de conflito interestatal.

A relação entre segurança e desenvolvimento – agora temos segurança e desenvolvimento – tem sido considerada cada vez mais como um fator fundamental – a própria ONU reconhece isso. Aqui, desde os anos 50, a ESG (Escola Superior de Guerra) falava de segurança e desenvolvimento. É difícil haver desenvolvimento sem segurança, e sem desenvolvimento nós também não temos segurança – é uma segurança muito frágil. Nesse caso, as Forças Armadas no Brasil também contribuem para o desenvolvimento, tanto nas suas atribuições subsidiárias, o que exige um preparo específico, quanto no fomento ao desenvolvimento de tecnologias duais, etc. – nós vamos ouvir, depois, o professor falando, mais especificamente, sobre a questão da indústria de defesa, etc.

O desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação, relacionado com o poder militar, tem trazido benefícios para o desenvolvimento. Se nós pensarmos em computadores, internet, GPS, centrais nucleares, telefones celulares que usamos, esses são alguns conhecidos resultados das pesquisas voltadas para a dimensão militar com emprego dual. E esse investimento nesse tipo de tecnologia para defesa também é importante, porque ele não está sujeito às restrições da Organização Mundial do Comércio, etc. Se os senhores virem, vários países utilizam, cada vez mais, o investimento em temas de segurança e defesa justamente até para fugir da própria dinâmica restritiva do comércio internacional e para poder levar esse investimento para alguns países sem serem levados à Organização Mundial do Comércio. Por exemplo, nós vemos a quantidade de dinheiro que os Estados Unidos colocam na questão de ciência e tecnologia voltada para as Forças Armadas e que não passa, de forma nenhuma, como sendo subsídios que possam ser interpelados na Organização Mundial do Comércio por outros países.

A questão seguinte, que foi aventada também nesta reunião, é a questão das Forças Armadas na segurança pública. Esse é um problema mais complexo, porque, como nós vimos aqui, as Forças Armadas não foram preparadas para fazer disso a sua atividade. É uma questão que pode, logicamente, ser necessária, de forma esporádica, mas não é a função das Forças Armadas. Quando as Forças Armadas são usadas, na verdade, o pensamento é de derrotar o inimigo combatente, é de destruição, teoricamente, de um outro que está armado do lado de lá e que realmente não é... Já a segurança pública, embora eu não seja *expert* nisso – se eu estiver falando alguma coisa errada, por favor, depois, nos debates, me corrijam –, depende muito mais da investigação de outros órgãos que têm capacidade para isso. Quando as Forças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Armadas são chamadas para atuar nesse campo, é porque existe uma certa falência daqueles órgãos que são encarregados de fazer esse tipo de missão.

Dessa forma, o que nós podemos dizer, dentro do tempo que me foi estabelecido, é que as Forças Armadas são precipuamente preparadas para o conflito interestatal, podendo ser usadas também para as questões internas.

A questão da segurança pública é uma necessidade, e o Estado tem que dar, dentro daquelas regras de segurança humana, condições para que a população possa conviver e possa viver com segurança no seu dia a dia. Quando as Forças Armadas são chamadas para atuar nesse sentido, é realmente porque houve falência dos outros órgãos; não são as Forças Armadas que vão resolver esse tipo de problema. É claro que as Forças Armadas ajudam, tangenciam na questão do desenvolvimento. Nós vemos, por exemplo, como a Força Aérea, a Marinha e o Exército fazem uma quantidade enorme de tarefas que não são aquelas do conflito interestatal. Na verdade, há uma tendência mundial de que as Forças Armadas atuem, pela sua organização e pela sua ideia de que missão dada tem que ser cumprida, pela questão da hierarquia e pela questão da ordem que são estabelecidas dentro das próprias Forças Armadas, e os governos de diversos países começam a usar suas Forças Armadas além dessa questão do conflito interestatal e da sua missão precípua. Esse é um dilema que as Forças Armadas acabam tendo que enfrentar.

Primeiro, elas não podem se negar a isso por duas coisas: perda de prestígio e muitas vezes a sociedade pergunta: "Se não há uma ameaça, se não há um conflito evidente e claro, por que as Forças Armadas não podem cooperar distribuindo água, como o Exército faz no Nordeste; conduzindo nos rincões do País, como faz a Força Aérea; ou lidando com questões de saúde, como faz a Marinha nos navios-hospitais na Amazônia?" Então, fica extremamente difícil, num país em desenvolvimento, que as Forças Armadas não participem desses aspectos sociais e de desenvolvimento, mas não são essas as tarefas precípuas das Forças Armadas.

Esse fenômeno também ocorre em outros países. Eu estava, uma vez, numa mesa com um *mariner* que esteve no Afeganistão, e ele estava revoltado porque teve que construir uma escola, mas o treinamento dele era para coisas muito mais importantes, etc. no conceito militar. Ele estava chateado porque as Forças Armadas norte-americanas no Afeganistão estavam participando também dessas questões que são sociais. Mas, infelizmente, isto hoje é um fenômeno que ocorre em vários países: as Forças Armadas acabam sendo chamadas pelo Poder Executivo ou por outro Poder para cooperar no sentido de desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as Forças Armadas têm um papel precípuo, e essa é a questão fundamental. Não devem, portanto, ser usadas no sentido de polícia. Nós vemos os problemas que estão ocorrendo no México, assim como a questão da contaminação e da própria desestruturação das Forças Armadas. Então, não é para isso que elas existem. Na verdade, elas existem para a defesa da pátria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem. Queria agradecer ao Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva e passar, imediatamente, ao Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

Com a palavra V. Sª, Professor.

O SR. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JÚNIOR – Muito obrigado a todos.

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de agradecer imensamente o convite ao Senador Collor e ao Senador Jorge Viana e a oportunidade de poder falar um pouco, para uma plateia tão ilustre, sobre questões atreladas à defesa nacional que competem às pesquisas que eu realizo, seja no pós-doutorado em Ciências Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), seja em projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq e relacionados ao Edital Universal.

Fundamentalmente, quero agradecer ao Parlamento e felicitá-lo pelo debate ligado à defesa nacional e pela tentativa de trazer essas questões em diálogo com o mercado, com a academia e com os militares, que são questões fundamentais, não apenas para a cidadania, mas também para o desenvolvimento nacional e para a defesa nacional.

Então, a minha apresentação de hoje discute fundamentalmente o tema geral da nossa Mesa sobre a restruturação da defesa do Brasil, e, de forma semelhante ao Contra-Almirante Ruy, faço a pergunta de "Força Armadas para quê?", remetendo-me quase com uma homenagem muito direta a um recém-falecido cientista político e jornalista brasileiro, o Oliveiros Ferreira, que foi um dos grandes pioneiros dos estudos sobre os militares no País e que tem um obra famosíssima com esse título, em que demonstra que a pergunta e as perguntas colocadas por esta Comissão a nós são perguntas que ecoam desde o período do Império, em que se indagava para que, em um país periférico que se coloca no mundo de forma tardia, suas forças armadas? Quais missões elas deverão cumprir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o contexto contemporâneo se mostra muito mais complexo e de difícil resolução de como iremos responder a estas perguntas: para que queremos Forças Armadas? Para que iremos alocar orçamento? E quais efeitos políticos nós desejamos com o emprego da força, seja em tempos de paz ou em tempos de guerra?

Essas imagens apenas trazem um pouco do panorama hodierno brasileiro relacionado a essa tensão tão bem colocada pelo Contra-Almirante Ruy, em que nós temos, por exemplo, expoentes das três vertentes da expressão militar do poder nacional – seja o poder terrestre, aéreo ou marítimo – em suas tarefas clássicas relacionadas à defesa nacional, ao emprego da força e ao treinamento da força para defesa externa ao lado do seu emprego em operações ou ações subsidiárias constabulares. Cada vez mais, vemos o Poder Público e o poder político batendo à porta do comando, do quartel, solicitando o emprego da força, o emprego do agente da violência do Estado, clássico para a sua defesa existencial, para a atuação em ações que não necessariamente competem às Forças Armadas cumprirem.

Nesse sentido, nós vivenciamos, no contexto contemporâneo, uma delicada balança e decisão relacionadas a que modelo de força nós queremos, qual o objetivo político nós queremos com o emprego das Forças Armadas e, em particular, de que tipo de poder militar nós precisamos e que tipo queremos.

Nesse sentido, eu acredito que seja importante fazer um quadro conceitual que nos ajude a entender essa questão. O primeiro fato é que o Brasil, apesar de estar distante dos grandes polos de tensão internacional, não é um país que se vê distante das suas principais dinâmicas, no sentido de efeitos nesse sentido, porque o Brasil, como qualquer lugar em conflito no mundo, vivencia a experiência da mudança do que podemos chamar de a mudança da configuração do espaço de batalha. Aquele espaço de batalha delimitado, do século XIX, em que sabíamos onde começava o espaço de luta, não existe mais de certa forma. O espaço de batalha opera e acontece em distintas dimensões, domínios de operações militares, não necessariamente no contexto da guerra. E o Brasil participa dessa realidade da forma que a guerra tridimensional clássica, em que nós temos elementos tradicionais da geopolítica e da estratégia, começa a ser articulada com outros elementos que configuram o efeito bélico no mundo contemporâneo, tal como outros domínios, como espacial e as ações do espectro eletromagnético, que ampliam as possibilidades do uso da força cinético e não cinético, e da produção de efeitos políticos através do instrumento militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, ao longo do século XX – em particular nesse contexto do século XXI –, temos aí "novos domínios", entre aspas, de operações, tal como o informacional – alguns preferem chamar de psicossocial ou psicológico – e o domínio cibernético, que se coloca como outro, não apenas um domínio de apoio de operações militares no mundo contemporâneo, mas também para alguns países como domínio de operações militares em que se buscam realizar operações no ambiente cibernético e a partir do ambiente cibernético.

Essa quadratura nos é importante para lembrar que o poder militar, em particular em um país com a envergadura do Brasil, com a projeção geopolítica e com a vocação geopolítica como a nossa, não pode descurar do fato de que os domínios e dimensões de operações para as Forças Armadas contemporâneas dialogam com vários domínios, entre eles os tradicionais – terrestre, marítimo e aéreo –, os domínios de apoio – como espacial, domínios de operações contemporâneos, como o cibernético – e talvez o mais importante, o domínio humano, psicossocial, informacional, que, de certa forma, tem sido cada vez mais um dos principais ou o principal centro de gravidade em que se produz vitória em guerra ou em operações outras que não a guerra.

Nesse sentido, algumas tendências, como meios não cinéticos e cinéticos, operações conjuntas, a necessidade de interoperabilidade, a manutenção e a existência da névoa da guerra, tal como a dificuldade de definir centros de gravidade são desafios que são colocados às Forças Armadas brasileiras no momento em que essas são chamadas a um processo de restruturação, em um contexto de crise fiscal e de paradigma relacionado ao que, para o Estado brasileiro, é segurança.

E é importante entender que o uso do instrumento militar, como bem colocava o Contra-Almirante Ruy, é elástico. O instrumento militar como instrumento de Estado nasce, ganha legitimidade, ele, de certa forma se justifica como um instrumento essencial para a garantia da existência de uma comunidade política organizada no sistema internacional. Contudo, com o desenvolvimento histórico, cada vez mais se cria a possibilidade do emprego múltiplo do instrumento militar para operações não necessariamente de guerra, e isso como elemento rotineiro e contumaz, entre eles, por exemplo, desde o apoio doméstico relacionado a desastres civis, questões ambientais, operações de paz até guerra total em um ambiente nuclear. Ou seja, vocês têm um espectro de operações extremamente amplo em que é possível a aplicação de um instrumento militar. A eficiência, a eficácia e a boa procedência desse emprego é aí colocada como um objeto a ser discutido em outros elementos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é, cada vez mais, em vários países do mundo, o instrumento militar é chamado a ser utilizado em um contexto outro que não a guerra, não apenas no Brasil, mas em outros países do mundo. Então, essa dimensão, essa articulação de operações outras que não a guerra, nos é fundamental até para caracterizar o espaço de conflito que nós temos dentro do ambiente nacional, que não se configura, pelo menos a meu ver, como guerra.

Outro aspecto fundamental que cabe pensar no tocante à restruturação da defesa nacional, em particular relacionado a um contexto de complexidade crescente do emprego do poder militar no Brasil, é que tipo de capacidades nós precisamos, por exemplo. Nesse sentido, o Cova Rubens é um general chileno importante como elemento de apoio para entender esse elemento de mudança: que tipo de processo de mudança militar é pensado para as nossas Forças Armadas? Tradicionalmente, nós pensamos em adaptação das mesmas para produção de efeitos em realização de missões ligadas a capacidades que já possuímos.

Cada vez mais, se abrirmos a Estratégia Nacional de Defesa, por exemplo, a discussão de modernização é muito forte e presente, como o norte da nossa modernização militar. Talvez o Exército e outra força apresente a transformação militar como um caminho importante para, entre aspas, "revolucionar" as nossas capacidades no âmbito de poder cumprir com novas missões que se colocam para a força. E a discussão de transformação militar que se coloca no Brasil, primeiramente dentro do ambiente do Exército e em outras forças, e dialoga com o processo de mudança militar em outros países do mundo é fundamental, inclusive nesta Casa, na qual eu falo com o Parlamento, porque, para realizar o desafio da transformação militar em um processo de restruturação da força militar brasileira, não é possível fazê-lo sem um apoio forte entre Executivo e Legislativo, de forma muito além de um projeto político de um partido apenas. É caro, é custoso e, mais importante ainda, para que se realize uma restruturação militar voltada ao ideário de transformação, faz-se necessário um acordo mínimo sobre o que nós queremos do poder militar brasileiro.

Algumas ideias surgem, inclusive dentro do ambiente militar brasileiro. E aí eu peço desculpas por minha exposição ser muito voltada ao poder terrestre, é a área na qual eu trabalho mais em pesquisa, mas, apenas como um exemplo, são demandadas das nossas Forças Armadas pelo menos três grandes missões em geral, sejam elas no âmbito constitucional ou nas políticas ou estratégias nacionais de defesa. Primeiramente, clássica, a de produção de meios de defesa, em particular de suas fronteiras; o segundo ponto, a produção de capacidades, aquilo que tanto o Oliveiros Ferreira como o nosso grande General Meira Mattos chamavam de a necessidade de um dispositivo estratégico dissuasório, especialmente para o contexto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

extrarregional; e, cada vez mais importante e premente, perdão, temos as operações outras que não a guerra.

Nessa perspectiva, demanda-se às Forças Armadas brasileiras a capacidade de cumprir, projetar poder, força e espaço em missões extremamente diversas, em um ambiente operacional complexo, dentro do seu Território, em que se pede, de certa forma, que se façam e produzam resultados políticos não claros, em particular pela não observância de um inimigo específico, de uma ameaça concreta ou de um norte político voltado para que força nós queremos.

Nesse sentido, o Brasil, que se coloca em um ambiente internacional como um país partícipe das grandes dinâmicas de segurança internacional, passa por dois problemas básicos por que quase todo mundo passa. Primeiro, o recrudescimento de dinâmicas tradicionais de conflito, aquilo que alguns chamam de o retorno da geopolítica ou a vingança da geografia, que para nós é tão real como para aqueles que estão no leste europeu, por exemplo, dado que China, Rússia, Estados Unidos e outras potências extracontinentais projetam influência para o nosso entorno estratégico, o que para nós demanda um entendimento e uma resposta, mas o nosso espectro de conflitos é mais moderado em relação ao seu nível de letalidade, o que não nos coloca ausentes das dinâmicas de ameaças híbridas, que se desmisturam como elementos de ameaça e risco à coesão social do Estado brasileiro dentro do contexto contemporâneo.

Nesse sentido, alguns conceitos operacionais e doutrinas ajudam-nos a entender um pouco os nossos desafios, tal como operações do amplo espectro, em que nossa visão mais patente em termos de aplicação são os processos de tentativa de pacificação no Rio de Janeiro, em que se demanda ao poder terrestre, em particular ao Exército, a capacidade de realizar operações de pacificação, operações defensiva, ofensivas e de apoio a órgãos governamentais, de forma conjunta com outras forças e com elemento interagência, em que se buscam produzir resultados que não são muito claros, em particular no que compete a objetivos de segurança pública, o que destoa fortemente do emprego desse conceito operacional em outros ambientes de conflito.

Alguns problemas podem ser lançados para melhor entendimento.

Primeiro, o problema da articulação entre os níveis de operações, ou seja, quais objetivos políticos se demandam quando você coloca a Força para subir em uma favela? Como isso está articulado aos objetivos estratégicos? Como isso se articula aos objetivos operacionais e táticos? Ou seja, você não tem um encadeamento dentro do processo de formulação de política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e estratégia que conduza e promova a racionalidade ao emprego da força no ambiente doméstico.

O segundo problema é que normalmente a Força sobe à favela, mas o resto do Estado não sobe. Ou seja, se é para realizar operação no amplo espectro, precisa-se do engajamento do Estado brasileiro, seja do ente federado ou da União, dentro do esforço de produção de paz negativa dentro do ambiente doméstico.

E o elemento mais importante, pelo menos da minha perspectiva acadêmica, é que o emprego das Forças Armadas em ambientes de segurança pública se inspira em elementos de operações de paz na nossa tradição no emprego da força no ambiente doméstico como pacificação, mas não é nem contrainsurgência, nem operação de paz, nem se presta a produzir um resultar político que a Força conseguiu entregar. Dessa forma, o emprego do instrumento militar dentro do ambiente doméstico brasileiro, sem ser coordenado a objetivos políticos claros, promove, a meu ver, uma depreciação simbólica da imagem da Força e uma perda da sua capacidade de produzir efeitos políticos necessários.

Nesse sentido, a pergunta que nós nos devemos fazer é: Forças Armadas com ênfase em segurança pública é uma tendência predominante do futuro? E aí temos um pequeno problema: no caso brasileiro, a predominância das operações outras que não a guerra, coloca um conjunto de perguntas não respondidas a nós. A primeira delas: para que Forças Armadas? Para defesa ou para segurança pública? Segurança nacional, como uma zona cinzenta, vale a pena ser discutida no âmbito nacional, no sentido de promover um espaço intermediário de articulação, emprego do poder militar no âmbito doméstico, ou nós não estamos preparados politicamente para isso?

Aspectos mais importantes que o debate político se furta em responder.

Ponto 1: qual motivação política os nossos oponentes? Entendemos oponentes de caráter regular e assimétrico, que estão na fronteira e que da fronteira afetam a nossa coesão social.

O segundo aspecto não menos relevante: quais os centros de gravidade dos nossos oponentes que demandam o emprego das Forças Armadas dentro do Território nacional em áreas de fronteira? Qual é o centro de gravidade? Território? Finanças? População? São perguntas que não são resolvidas. Ao que parece, o centro de gravidade é território e armas, e isso tem se mostrado muito pouco para combater o crime organizado dentro do País, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outro aspecto fundamental é a existência de uma convergência não virtuosa na dinâmica de atores do crime organizado com a prática de atos terroristas no plano tático dentro do ambiente doméstico. Então, isso é um tipo de problema que demanda o emprego não necessariamente do poder militar maciço no âmbito doméstico, mas aquilo que a própria literatura de insurgência e contrainsurgência ensina desde Galula, ou seja, polícia, forças imersas na população e controle ganho da população como elemento central ou principal centro de gravidade que pode levar à perda das bases operacionais dos atores regulares dentro do seu território.

Então, a criação de um ornitorrinco brasileiro, talvez chamado de pacificação, dentro do ambiente doméstico que demanda o emprego das Forças Armadas, acaba trazendo um conjunto de dificuldades hercúleas para o entendimento e produção de resultados políticos eficazes pelo emprego militar.

É engraçado observar que, nos Estados Unidos, essa ideia de operação outra que não a guerra e operações no amplo espectro surge em um contexto muito particular de pós-conflito e estabilização após as guerras do Afeganistão e do Iraque em que almejava a produção de paz, mas, nesse contexto, você tem a produção de capacidades militares para operar no amplo espectro de conflito. Não era papel só fazer escola, mas, sim, vencer o inimigo no campo de batalha nas suas múltiplas dimensões. Então, não é a reconfiguração da força em uma gendarmeria, mas, sim, a ampliação das suas capacidades combatentes em outros ambientes operacionais.

Contemporaneamente, essa questão da produção de capacidades no âmbito de operar no amplo espectro mantém-se na perspectiva de operações outras que não a guerra, mas, no contexto contemporâneo, também se volta para a atuação no ambiente de crise e guerra, por exemplo, ideias da Guerra Fria, como *AirLand Battle* nos Estados Unidos, retomam fortemente em um contexto operacional contemporâneo voltado à Europa Ocidental, tal como a nova doutrina operacional do exército *Unified Land Operations* traz elementos das operações amplo espectro, mas dialogadas com elementos fundamentais do debate relacionado a utilizar as Forças Armadas para a defesa externa e para a projeção do seu poder.

O que eu quero colocar com isso? É que essa ampliação do emprego das Forças Armadas em um conjunto outro de missões e operações que não a guerra não permite dizer que guerra interestatal é coisa do passado, não permite dizer que devemos transformar as Forças Armadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em gendarmeria e não nos permite dizer que as Forças Armadas devem ser um instrumento voltado apenas a atores regulares.

A dinâmica dupla que nós vivenciamos entre, de um lado, uma dinâmica de um recrudescimento de tensões estratégicas entre Estados, somadas a ações híbridas ligadas a atores regulares, complexificam sobremaneira o contexto operacional atual de forma a não nos autorizar a descurar de ter Forças Armadas capacitadas e organizadas para a guerra, mas também para operações outras que não a guerra, mas sempre antenando de que nós carecemos no Brasil de lembrarmos do bom e velho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JÚNIOR – ... General prussiano Clausewitz na perspectiva de entender que a aplicação do poder militar, seja ele na guerra ou não, está subordinada a um entendimento político em que nós temos o Governo que dialoga e transfere os anseios da sua população e que tem no instrumento militar o seu instrumento racional da política do Estado.

Nesse sentido, esse conjunto de problemas que nós temos colocado no quadro, como:

1. Qual a nossa grande estratégia que dá norte ao emprego do poder militar? Temos uma?

2. Quais as nossas prioridades de segurança e defesa que deem sentido ao emprego da força no ambiente doméstico e externo?

3. Para isso, de quais capacidades nós realmente precisamos para produzir os efeitos estratégicos e políticos almejados?

4. Como balancear os meios, lembrando que temos um espectro de conflito amplo?

5. Como fortalecer o Ministério da Defesa e o Estado-Maior Conjunto das Forças para a transformação militar, dado que uma tarefa dessa monta não se faz apenas no nível da força, mas deve ser primeiramente uma decisão política do Ministro da Defesa e da Presidência para arcar com os custos de um processo de transformação das Forças Armadas como sistema e, consequentemente, de suas forças?

Temos no Brasil alguns exemplos heroicos, por exemplo, por parte do Exército, que visaram, desde 2010/2011, buscar um processo transformação. A Força Aérea busca um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

processo de modernização extremamente eficaz e importante e a Marinha também, mas, sem o Ministério da Defesa, sem o Estado-Maior Conjunto organizado e empoderado e uma capacidade de racionalizar o esforço de mudança militar, pouco poderemos responder aos desafios colocados.

Nesse sentido, encerro a minha fala, pedindo perdão por ter passado um pouco do tempo, dizendo que o emprego do poder militar é um seguro para o País e, como seguro, deve estar submetido à ideia de que é a última razão, a última opção do soberano, e não a primeira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço o Prof. Augusto Teixeira Júnior e passo a palavra imediatamente ao Sr. Luiz Cristiano Monteiro, para que, no prazo de 20 minutos, possa fazer a sua exposição.

Antes, eu queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia, pedindo até que a senhora, por favor, registre a presença. Eu acabei de ler dois requerimentos de autoria de V. Exª, que tenta melhorar e sugerir, indicando nomes para as audiências que faremos na Comissão em data a ser estabelecida pela Presidência.

Passo a palavra, então, para Luiz Cristiano Monteiro.

O SR. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO – Obrigado.

Ex^{mo} Sr. Senador Jorge Viana, a quem cumprimento em nome de todas as autoridades aqui presentes, muito obrigado pelo convite.

É muito difícil falar para os senhores sendo precedido por dois ilustres palestrantes que conhecem tão a fundo o tema. Peço licença para abrir divergência, se assim for, mas acho que é para o bem do debate.

Bom, começo dizendo aos senhores que eu represento o Sindicato das Indústrias de Material de Defesa e Segurança do Brasil. É um sindicato patronal, que reúne todas as grandes empresas de defesa da Nação. Nós nos dedicamos ao estudo dos elementos de defesa e segurança pública. É nessa qualidade que eu falo aqui hoje para os senhores.

Bom, vou passar de maneira bastante breve. Estou apenas colacionando aqui elementos da Constituição Federal do Brasil e da Lei Complementar 97, que tratam da utilização das Forças Armadas em ações subsidiárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como muito bem explanado pelos senhores, acho que não há dúvida de nenhum de nós – o Presidente Jorge Viana já começou falando disso – que as Forças Armadas podem tranquilamente serem utilizadas em operações subsidiárias. A discussão é o quanto, como, de que forma, se isso deteriora ou não a capacidade das Forças Armadas, etc., mas arcabouço legal e jurídico há, esse não é o problema, esse não é um problema legal.

Eu trouxe aqui para os senhores uma pesquisa realizada nesses locais, onde, surpreendentemente, os militares consultados entendem que o envolvimento das Forças Armadas no combate à criminalidade tende a ser cada vez maior e o mais surpreendente é que é viável o envolvimento das Forças Armadas em operações de segurança pública. Isso para mim foi bastante novo, não imaginava que essa fosse a visão dos próprios militares brasileiros, mas acho que isso está muito concatenado com o que pensa a nossa sociedade: Forças Armadas como instrumento de uso da força de nossa sociedade.

De toda a forma, eu fui buscar um pouco... O Prof. Augusto falou muito sobre operações militares diferentes de guerra ou operações militares de não guerra, que equivale ao *military operations other than war,* e busquei isso.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil tem uma brilhante definição no Brasil do que sejam essas operações subsidiárias. São elas: apoio à Defesa Civil; ajuda humanitária; apoio às comunidades indígenas – isso é muito específico do Brasil; apoio logístico, de comunicações, de inteligência e de adestramento aos órgãos federais e estaduais – isso no mundo todo é assim; apoio ao Tribunal Superior Eleitoral – mais um ornitorrinco brasileiro?; combate a pandemias e endemias; apoio aos destacamentos de segurança de embaixadas e resgate de não-combatentes – no mundo inteiro isso existe; ações preventivas e repressivas contra ilícitos transfronteiriços – no mundo inteiro é assim; apoio ao Programa Mais Médicos – isso também só tem no Brasil; apoio ao Ministério da Educação – do jeito que é feito no Brasil, só tem no Brasil; apoio às deliberações de conselhos e entidades interministeriais com participação do Ministério da Defesa; e programas sociais da defesa.

Esse basicamente é o espectro de ações subsidiárias das Forças Armadas no Brasil. Fonte do próprio Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Isso está na internet, basta pesquisar. É uma palestra proferida brilhantemente por Ademir Sobrinho.

E aí a gente procura um pouquinho para ver o que tem no mundo, e por que não olhar nos Estados Unidos? Então, está lá: *military operations other than war* (MOOTW). Então, está lá: suporte a autoridades civis – assistência em greve de controladores de tráfico aéreo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

correios – também algo bastante óbvio; ajuda em desastres; e salvamento e resgate. Isso tudo nós fazemos no Brasil também.

Suporte a agências de cumprimento da lei: operações GLO – existem nos Estados Unidos também; proteção de ativos essenciais – abastecimento de água e abastecimento de energia nuclear também são usados aqui. Embora não tenha sido colocado na apresentação anterior pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, isso também é usado no Brasil; treinamento e suporte a polícias – começamos aí a esbarrar em algumas fronteiras, sobre o que eu gostaria de falar mais adiante; operação contra tráfico de droga – isso é missão das Forças Armadas americanas, missão de Forças Armadas em qualquer lugar do mundo; combate ao terrorismo doméstico – missão das Forças Armadas em qualquer lugar do mundo. Temos tantos embaixadores e membros de relações exteriores de países amigos aqui, e em qualquer lugar do mundo se faz isso.

E operações de paz: o Brasil hoje é referência em operações de paz no mundo pelo uso progressivo e proporcional da força como fez brilhantemente no Haiti, sabendo dosar exatamente o limite da letalidade e da não letalidade em suas operações.

Que cenário eu gostaria de trazer para discutir aqui, uma vez mostrado isso? Acho que nós tivemos um falso dilema. Acho que não é um dilema a pergunta Forças Armadas em segurança pública ou Forças Armadas em defesa. Esse não é o dilema; o dilema é como nós usamos as Forças Armadas no Brasil nessas operações subsidiárias ou em operações militares diferentes de guerra ou em segurança pública.

Eu acho que a gente não pode se afastar um pouco do conceito – o conceito vai trazer a resposta para isso – e o conceito é: usamos as Forças Armadas no Brasil em garantia da lei e da ordem quando há falência da segurança pública. Os palestrantes que me precederam disseram isso. Não é precípuo, mas temos que usar. E a pergunta é: não é isso que vivemos no Rio de Janeiro? Não faliu? A segurança pública lá não está falida? Eu moro no Rio de Janeiro. Eu sou carioca, nascido na Cidade do Rio de Janeiro, sou fluminense, nascido no Estado, desempenho minhas atividades no Rio de Janeiro. De lá temos empresas de defesa do Brasil, de lá discutimos a defesa do Brasil, e nós não temos segurança para sair de casa, para ir trabalhar.

Há no Rio de Janeiro um desabastecimento de gêneros, senhores. O Rio de Janeiro é cortado basicamente por duas rodovias federais e uma rodovia estadual que levam toda a riqueza do Rio de Janeiro e grande parte da riqueza do Brasil. Essas rodovias são assaltadas todos os dias. Então, há falência? Há falência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, limite da operação GLO, missão específica, mandato específico, temporalidade, objetivos estratégicos e políticos; de fato, isso tudo é muito difícil no Rio de Janeiro quando você coloca o emprego das Forças Armadas e não vê o Estado entrando junto. Você não vê o Estado fornecendo condições mínimas de superar isso, mas o que fazemos até lá? Esta também é uma pergunta muito prática que toca diretamente a sociedade para além das discussões de emprego primário ou secundário das Forças Armadas: na sociedade brasileira, o que faremos? Na sociedade carioca, o que faremos?

Por isso, eu acho que é um falso dilema. Acho que as Forças Armadas têm um papel, sim, a desempenhar. É claro que não é de segurança pública. Forças Armadas não são para serem transformadas em *carabinieri*. Hoje, saiu uma matéria na *Carta Capital*. O ex-Ministro da Defesa criticava justamente o uso apelativo das Forças Armadas como elas se tornando *carabinieri* ou polícias militares. Desculpa. Eu acho que a gente tem que tirar um pouco da sala esse falso dilema, tirar um pouco as provocações políticas e populistas e entender do que uma sociedade precisa.

Sim, hoje, no Rio de Janeiro, nós vivemos uma guerra em uma favela. Há mais de 200 mil habitantes na favela, maior do que muitas cidades do Brasil, e o Rio de Janeiro torce – vejam vocês – para que o traficante que controlava aquela favela volte a controlá-la porque hoje existe uma guerra. A sociedade carioca já acredita que a volta do dono da favela é que vai pacificar. As forças de segurança estaduais, a Polícia Militar, não têm mais condição nenhuma de entrar naquela favela. Terá que ser feito com as Forças Armadas, de forma controlada, simbiótica, com objetivo político, etc e tal. É um demérito das Forças Armadas? Não. É um pedido de ajuda da sociedade brasileira com arcabouço legal permitindo.

Então, acho, sim, que é falso dilema, acho que a natureza dos conflitos mudou. Então, como falávamos de deterrência, projeção de poder geopolítico, etc, isso tudo continua válido. São perguntas muito instigantes as feitas pelo Prof. Augusto. Todas aquelas perguntas não têm resposta ainda, e é nossa missão continuar debatendo, mas, para além disso e objetivando que a natureza dos conflitos mudou, nós temos conflitos na porta de casa em que as Forças Armadas podem atuar e podem se beneficiar. É disso que eu gostaria de falar um pouquinho mais adiante.

Existe uma outra forma de olhar a defesa: é uma cadeia de valor em três dimensões um pouco heterodoxa, acho que pouca gente fala desta forma. Externa: defesa da Pátria e soberania – clássica; interna: proteção da sociedade e paz social – isso está na Constituição e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

significa segurança pública também; e a terceira, a base industrial de defesa: independência de meios e capacidade de inovar com produtos nacionais.

A força motriz de toda essa cadeia de valor é uma só: é dinheiro. Não se faz defesa nacional sem dinheiro, simples quanto isso. Estou falando de investimento.

Então, aqui, o Brasil conseguiu articular um plano chamado Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (Paed). Foi perguntado às três Forças como elas pretendem se reequipar, modernizar, transformar e continuarem operativas, e as três Forças disseram o seguinte: existe algo chamado Paed, invista dinheiro no Paed (Programa de Articulação e Equipamento de Defesa) e, com dinheiro no Paed, as Forças irão se transformar. E irão se transformar desta forma: no primeiro eixo, defesa da Pátria; no segundo eixo, lá em baixo, proteção da sociedade com garantia da lei e da ordem, trazendo paz social; e o terceiro é a base industrial de defesa, com produtos de alto valor agregado, empregos qualificados, independência tecnológica, com um movimento extraordinário na economia do País. Eu vou mostrar aos senhores, mas, antes disso, queria mostrar como investimos pouco, provar para os senhores que nós investimos muito pouco, independentemente do pensamento do uso das Forças Armadas em missões precípuas em defesa da Pátria ou em missões subsidiárias.

Pegamos só o Cone Sul, para não falar dos Estados Unidos, Rússia, BRICS, nada disso. Eu queria falar para os senhores do Chile, da Colômbia e do Equador. Sem demérito a nenhum desses países, fantásticos países, todos aliados e muito importantes na projeção geopolítica do Cone Sul. Todos eles investem mais do que 3% do seu PIB, todos, há muito tempo. O Brasil está ali abaixo da média, menos de 2%.

Não olhem para a LOA (Lei Orçamentária Anual), e sim para o que é efetivamente gasto. Isso é o que o Brasil gasta. Essa é a projeção de poder que o Brasil quer ter? É com esse nível de gasto, comparado aos seus vizinhos, que o Brasil pensa em deixar as suas Forças Armadas preparadas?

E aí que eu volto a dizer do falso dilema. Estamos discutindo o uso precípuo das Forças Armadas em defesa externa, em paz social ou uso em segurança pública? Porque, na verdade, a gente vai estar discutindo isso: o nível de investimento que nós fazemos nas Forças Armadas.

Vejamos aquela série histórica para nós entendermos. Então, nós vimos que a crise de 2015 nos trouxe para atrás quase dez anos, uma década de investimento perdido. E não se iludam com o crescimento de investimento de 2004 a 2009, não. Em 2004 a 2009 cresceu, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se os senhores olharem a linha de 2004 a 2009, aqui, do uso do PIB, ela continua estagnada. Então, na verdade, o que aconteceu aqui? O País gerou mais riqueza, e nós continuamos acompanhando igualzinho com 2% ou um pouco menos de 2% do PIB. Mas mesmo assim foi um alento.

Agora, com a crise do Brasil, voltamos a esse estágio.

Senhores, investimos muito pouco. Como falar de Forças Armadas preparadas com esse nível de investimento?

Eu trouxe um estudo da Fipe, encomendado pela Abimde, Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa, que é uma associação irmã do Sindicato das Indústrias de Materiais de Defesa. Então, geração de riqueza: geração de riqueza não é gasto, não é investimento, não é orçamento. Geração de riqueza de uma forma mais global: salários, empregos, efeitos induzidos, efeitos econômicos, geração de riqueza.

Então, o primeiro quadro mais abaixo é o azul claro: segurança privada, um salto de 22 para 30. É um salto considerável, espelho do que a sociedade vive. Se o Estado não me dá segurança, eu compro segurança.

Segurança pública: um aumento, incremento também importante de mais de 10%, natural, as nossas necessidades estão cada vez mais se voltando para a segurança pública.

Segurança pública federal: há um incremento também de 10%. Isso é Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, etc.

Agora, geração de riqueza com defesa é a mesma, não aumentou. Nesse tempo todo a defesa não gerou mais riqueza. É estranho. Isso aí é estranho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Uma observação importante: segurança privada, 50% de incremento. Quer dizer, isso obviamente só para alguns que podem ter segurança privada.

Esse desmonte também da área de segurança pública e mesmo a falta de recursos para a defesa, nada é estático, termina que há um deslocamento de recursos, parece que atendendo a outros interesses: desmonta-se o setor de segurança, você fortalece o setor de segurança privada. Pelo menos o gráfico com os números mostra isso: de 22 para quase 31, dá quase 50%. E os demais, na área de segurança pública estadual, que aparentemente tem um incremento, saiu de 42 – porque ali é 41.900 – para 46. E área de defesa fica igual, 25.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos a segurança pública federal, que é aquela cinza, que também permanece igual.

O SR. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO – Dez por cento.

Exatamente, Presidente. A leitura é perfeita, exatamente isso. O que acontece? Os privados estão pagando por sua segurança no País, e nós estamos matando as empresas geradoras de riqueza. Veja, hoje, como falei alguns minutos antes, no Rio de Janeiro, os senhores não têm ideia do aumento do gasto com escolta rodoviária, o gasto com frete rodoviário e o gasto com o seguro rodoviário. Nós estamos pagando cada vez mais. E, de novo, esse é um gasto que não vai ter fundo, porque esse gasto não ataca problemas, não ataca o problema de forma frontal, é periférico.

E aí, senhores, temos esse cenário: nossos gastos com as Forças Armadas estão abaixo da necessidade de projeção de força do País. Países menores que o Brasil investem mais em defesa. Por outro lado, a sociedade brasileira confia nas Forças Armadas, é um bastião de confiança regularmente há mais de década. Oficiais e praças acreditam no emprego das Forças Armadas em segurança. Há arcabouço legal que legitima o emprego das Forças Armadas em segurança e estamos estagnados na geração de riqueza para a defesa.

O que eu acho? Falta conscientização de que investimento em defesa traz retorno econômico-social. Nós não fomos capazes – e todos nós, Executivo, Legislativo, sociedade organizada, empresas, Forças Armadas –, nós não fomos capazes de demonstrar à nossa sociedade brasileira que investir em defesa não é um gasto jogado fora.

Essa semana mesmo, eu vi uma crítica enorme na Band News, Boechat, excelente comunicador, muito ouvido, muito popular, fazendo uma crítica enorme ao gasto dos recursos de defesa em aviões Gripen, ou, enfim, aviões caças. Infelizmente, nós não conseguimos levar aos formadores de opinião a importância desses gastos, o que isso simboliza para o Brasil não só em defesa da Pátria, não, mas os gastos todos induzidos.

E aí eu trouxe, então, também um estudo da Fipe mostrando exatamente o que traz um pouco de dinheiro em defesa de retorno econômico e social para o País inteiro.

Então, investimento modular de R$10 milhões no Paed (Programa Articular e Equipamento de Defesa) traz inacreditáveis quase 20 milhões de efeitos diretos e indiretos na economia. Isso é PIB, direto, um para dois. Não existe nenhum outro investimento no Brasil capaz de fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se ainda corremos atrás do efeito induzido na economia, ou seja, o que o meu salário gera no pagamento da escola do meu filho, etc., nós vamos para mais de 33,4 milhões, com apenas 10 milhões geramos 33 milhões.

Pessoal ocupado com efeito induzido: 352 homens/ano. Ninguém gera mais empregos do que isso. E é um emprego de mão de obra altamente qualificada.

Então, é importante conscientizar a sociedade de que o dinheiro do Orçamento colocado em Forças Armadas para investimento, não só o custeio de salários, evidentemente, mas investimento, traz um retorno muito significativo.

Então, eu trago humildemente quatro propostas ao Congresso, não só ao Senado, mas ao Congresso. O primeiro é o fundo de desenvolvimento da segurança pública. Para que a gente não tenha a falência da segurança pública, como temos no Brasil inteiro também, a questão também é dinheiro. É claro que pode ser muito melhor usado, melhor gasto, com melhor planejamento, mas também há uma questão fundamental, que é dinheiro.

E o nosso Estado resolveu, muito sabiamente, acredito eu, colocar na Constituição dinheiro para a educação e dinheiro para a saúde. Nós temos verbas carimbadas para isso. Isso já existe há 30 anos. E não colocamos nada para a segurança. Mas nós chegamos hoje, depois dessas décadas todas, à simples resposta trazida por aquele gráfico: sem segurança nós não temos nada.

Acreditem, chegamos a um momento em que a segurança precede educação e segurança precede saúde. Não há segurança para ir à escola. Os senhores sabem, na Rocinha, existe um dos colégios mais caros do Brasil, que é o colégio binacional americano, Brasil-Estados Unidos. É um colégio caríssimo, onde a nata da nata da nata da sociedade brasileira, do Rio de Janeiro pelo menos, estuda lá. O colégio é blindado, foi blindado pela Embaixada americana. Não teve aula a semana passada por dois dias. As crianças tiveram que ficar no auditório porque houve tiroteio na Rocinha. Não adianta, nem que eu tenha dinheiro para estudar, eu não consigo estudar.

Não adianta eu ter dinheiro para ir ao hospital porque eu não consigo me deslocar até o hospital.

Senhores, nós vimos isso em diferentes lugares do mundo, lugares onde não há água, onde o governo vai lá e perfura o poço, coloca água, se não houver segurança, algum tipo de milícia, bandido ou sei lá o quê vai controlar a água. Então, segurança...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO – Os senhores me desculpem, eu vou só usar mais dois minutinhos para concluir.

Mas sem segurança pública não se consegue sequer ter educação e saúde.

Então, eu trago essa proposta. Na verdade, essa proposta não é minha, já está aí, é a PEC 24, de 2012, que determina uma parcela do IPI, do ICMS, do ISS, do IOF, de grandes cadeias de geração de riqueza intimamente atreladas à segurança. Então, a indústria do segmento, a nossa indústria aqui de materiais de defesa e segurança, por que não pegamos parcela desse imposto gerado com defesa e segurança para constituir o fundo?

Empresas de segurança privada. Vejam o crescimento absurdo, geração de riqueza com elas. Parte desse imposto pode fazer parte desse fundo. Instituições financeiras, banco. O que se recolhe de instituição financeira no Brasil é uma enormidade, é enorme. Uma pequena fração para a segurança.

E, mais importante, essa proposta não é nossa, já está aí, ela permite o uso do fundo para operações GLO. Nada mais adequado que as Forças Armadas sejam financiadas em justa medida para fazer esse papel específico. Mas, além disso, é importante também observar que as Forças Armadas são, ano após ano, alijadas do Orçamento por contingenciamento e corte. É tudo o que se fala na Forças Armadas. Quando nós olhamos a Lei Orçamentária Anual, a lei é quase perfeita, mas a realidade é outra. Daí por que, dentro do Orçamento, realmente fica muito difícil manter Forças Armadas preparadas, seja para missões fora, missões externas ou missões internas.

Então, nós apresentamos também três singelas propostas: a primeira, destinação de 5% do Fundo de Marinha Mercante para a Marinha. O Fundo de Marinha Mercante é um fundo bilionário enorme no Brasil. Grande parte das riquezas do País saem pelo mar, uma extensão marítima enorme. Todas essas trocas feitas pelo mar, uma parte disso vai para o Fundo de Marinha Mercante, para ajudar a indústria naval brasileira, estabelecer, construir navios.

Ora, nada mais justo que essas trocas comerciais feitas pelo mar, que usam a segurança da Marinha do Brasil, porque a Marinha do Brasil é quem dá segurança marítima para o Brasil. Nada mais justo que 5% desse fundo, que fica parado – a gente não tem projeto suficiente para gastar esse fundo –, possa ser destinado à Marinha, simplesmente para construir navios de guerra, porque nós não temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira proposta: destinação de parte dos *royalties* com exploração de minérios e jazidas para investimento no Exército Brasileiro. Nenhuma inovação aí, o Chile faz isso. Como os senhores viram lá atrás, o Chile é um dos países que mais investe, no Cone Sul, em defesa, com *royalties*. Quem é que garante a extração de minérios no Brasil? É o Exército Brasileiro, na Amazônia, no Centro-Oeste, em Minas Gerais nem tanto. Mas na Amazônia, no Centro-Oeste, quem garante a segurança da extração dessas jazidas e a riqueza é o Exército. Por que não destinarmos parte disso para o Exército Brasileiro?

E a proposta quatro é a Base de Alcântara. Nós temos uma base privilegiadíssima no Brasil que, por questões meramente ideológicas, nós não aproveitamos. Há 20 anos, nós temos uma base excepcional de lançamento para satélites geoestacionários e outros foguetes que poderia ser usada. Não existe lugar no mundo mais barato do que esse. E estão os franceses usando, a Guiana Francesa, os Estados Unidos utilizando a parte sul do país deles, a Rússia usando o Cazaquistão, e nós não usamos a Base de Alcântara porque existe outro falso dilema, equivocado, sobre soberania.

Ora, nada mais normal do que alugar o espaço da Base de Alcântara para lançar alguma tecnologia que eu não quero que ninguém veja. Isso é normal em qualquer lugar do mundo, mas não, nós perdemos de ganhar dinheiro por 20 anos com a Base de Alcântara por causa desse falso dilema. E o que acontece? Nos próximos dez anos, a Base de Alcântara não vai valer mais nada. Por quê? A tecnologia está evoluindo de forma tão rápida, tão acelerada, que vou lançar esses foguetes de um navio no meio do mar. Eu não preciso mais de um local privilegiado, geográfico, mas ainda temos tempo para recuperar isso. Nós ainda podemos ganhar dinheiro e destinar parte do que for auferido com a Base de Alcântara à Força Aérea.

Encerrando, não tomando mais o tempo dos senhores, acredito que, para termos Forças Armadas preparadas, nós precisamos de dinheiro, de investimento; para termos projeção de poder, precisamos de dinheiro; para termos capacidade de deterrência, precisamos de dinheiro.

E acho que há um certo falso dilema em colocar as Forças Armadas em segurança pública, se vão virar *carabinieri*, se não vão virar. Hoje, no Rio de Janeiro, não é possível restabelecer a segurança pública sem primeiro dar um choque de normalidade na segurança pública. E isso terá de ser feito pelas Forças Armadas, a polícia por si só não conseguirá fazê-lo.

E, claro, evidentemente associado a isso, um profundo incremento das capacidades da segurança pública. Senão, concordo com todos os senhores, estamos utilizando as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Forças Armadas para nada, sem objetivos claros, perdendo certamente a capacidade que as nossas Forças têm de operar.

Senadores, obrigado. Fico à disposição para qualquer tipo de pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria agradecer aos palestrantes e a todos que nos acompanham também pela Rádio e TV Senado. Obviamente, mais uma vez, queria agradecer aos Srs. Embaixadores, Embaixadoras e também aos servidores, diplomatas de várias embaixadas, que aqui se fazem presentes.

Nós temos participação de alguns internautas, e eu queria agradecer.

Martins, de São Paulo: "Investir pelo menos 50% nas nossas Forças Armadas! Para nossa própria segurança!"

Renato da Cunha Andrade: "Para que se tenha preparo para o emprego, é necessário antes ter os meios/ferramentas/instrumentos. Ao que parece, nossos generais sabem do que precisamos."

Almir Barros Dantas: "Como brasileiro é tratado em outros países, nada mais justo que dispensar o mesmo tratamento, isto é, com desconfiança e rígido controle", no nosso Brasil.

Eu queria fazer alguns comentários. Nós não temos como, neste momento, dissociar investimentos da discussão do papel das Forças Armadas no século XXI.

Eu não sei, mas o Prof. Augusto Teixeira Júnior foi muito... Eu gostei muito da maneira como V. Sª abordou e acho que vai enriquecer os *Anais* aqui da Casa e da Comissão. Mas nós estamos de fato lidando agora com situações muito diferentes no século XXI. Vimos agora essa guerra da Síria contra o Estado Islâmico, que é uma força também inimaginável – ninguém podia imaginar que íamos lidar com esse tipo de organização. E os Estados Unidos, cumprindo um papel importante, não puseram, a princípio, que se saiba, homens em campo, agindo a distância, com inteligência, e eles estão já numa fase final – a Rússia, por outro lado, agindo, enfim. São guerras do século XXI. Talvez hoje a situação mais grave é que aparentemente nós estamos – espero que seja assim, não sei, há os Estados Unidos, Coreia do Norte – mais distantes do uso convencional de Forças Armadas, como classicamente conhecemos.

O vínculo hoje... Hoje quais são os gravíssimos problemas que temos? Temos um problema gravíssimo de imigração no mundo. Isso está muito presente e vai se agravar. Aí, envolve também segurança, porque alguns países estão tratando da maneira que estão, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

absoluta intolerância. Temos o problema hoje do tráfico de drogas, que é uma coisa que destrói a sociedade, atinge a juventude.

E volto a repetir: tivemos um encontro, este fim de semana, no Acre, organizado pelo Governador Tião Viana, com a maioria dos governadores do Brasil – estava o Governador de São Paulo, o Governador de Minas, o Governador do Rio de Janeiro, o Governador do Distrito Federal, a ampla maioria dos governadores –, discutindo segurança pública e tráfico de drogas e de armas nas fronteiras, e quatro ministros do atual Governo – Ministro de Relações Exteriores, Ministro da Defesa, Ministro da Justiça – e comandantes importantes da área das Forças Armadas. Foi algo fundamental no Acre, uma iniciativa. E todos nós ficamos impressionados com a qualidade daquela discussão, que era, Senadora Ana Amélia, reconhecer que estamos diante de um problema gravíssimo.

É claro que o Brasil não é a nação mais violenta do mundo, mas está caminhando para ser. Quando se levanta o *ranking*, há Honduras, há a Venezuela na terceira posição, mas, mesmo Honduras, quando vamos ver o número de mortes por ano, é algo... Apesar de uma vida já ser muito, nós estamos falando no Brasil, ano passado, de 62 mil mortes e, este ano, certamente vamos passar muito.

Estava o Governador Robinson, do Rio Grande do Norte, um dos Estados que ainda hoje usa o precário potencial turístico nosso – quer dizer, potencial enorme, mas a presença de turistas no Brasil é muito precária ainda. O Rio Grande do Norte é um Estado que depende muito do turismo, só que o que Rio Grande do Norte, este ano, já alcançou 2 mil assassinatos, e o Governador estava lá apavorado, fazendo um depoimento emocionado, inclusive. E pelas contas que eu fiz – e já fiz governador por oito anos – do número de vítimas por 100 mil habitantes, provavelmente lá vai chegar a 2,5 mil assassinatos até o final do ano, porque os números eram de setembro, dos 2 mil, que foram manchete dos jornais. Isso dá 70 assassinatos para cada grupo de 100 mil. Que eu saiba, os países mais violentos do mundo estão nessa faixa. Então, como é que o turista vai voltar?

E ele estava dizendo que um outro problema grave é que eles têm um presídio federal – veja, Senadora Ana Amélia, o problema – e ele estava propondo que se deslocasse aquele presídio federal de lá, porque, como chefes do tráfico foram para lá, ele está achando – e, aí, deu indicadores – que pode estar havendo um vínculo de reações por conta dos líderes de tráfico que estão lá. Mas tivemos isso no Acre, tivemos em Rondônia, tivemos no Amazonas, tivemos em Roraima. E a situação é gravíssima no Brasil hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, não há como discutir hoje as Forças Armadas sem debater a GLO (Garantia da Lei e da Ordem), que é uma prerrogativa que nós – alguns Senadores, e estou entre eles – aqui estamos vendo. Para não termos nenhum abuso e, ao mesmo tempo, não há saída para a nossa sociedade, que se ponha, por exemplo, e que passe pelo Plenário do Senado uma aprovação em 48h da aplicação desse dispositivo, só para haver um envolvimento maior até mesmo do Parlamento. Essa é uma discussão que se está fazendo.

Mas vejam as manchetes que nós tivemos: "Policiais matam e morrem mais no Brasil, mostra balanço de 2016". Isso aqui são dados de 2016 e fazem referência à situação do Rio de Janeiro. Aqui fala: "Disparou o número de pessoas mortas em decorrência de intervenções policiais no Brasil, segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados nesta segunda-feira (30) [foi agora, estou falando hoje]. São 4.224 casos, maior número registrado pela entidade, e uma alta de 27% em relação ao ano [de 2015] [...]". Então, entre 2015 e 2016, nós tivemos um aumento de quase 30% do número de pessoas que foram mortas em ações policiais pela polícia. Então, estamos vivendo uma guerra. Saiu de 3.300 para 4.224, isso em 2016. Como, em 2017, estamos tendo uma situação agravada ainda mais, os números serão piores. Não há dúvida, porque as estatísticas que estamos vendo são piores.

"O perfil padrão dos mortos é homem, jovem e negro – 99,3% dos mortos em ocorrências policiais são homens [estou me referindo aos 4.224 mortos no ano passado], 82% têm entre 12 e 29 anos (17% entre 12 e 17 anos) e 76% são negros [...]".

Mas o número de policiais que estão também morrendo é algo chocante. Nós vimos, nesta semana, o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro estava no Acre, o Governador estava chegando e tivemos a execução com mais de 19 tiros de um comandante de um batalhão no Rio de Janeiro agora, nesse final de semana. No mesmo dia, foram dois membros da Polícia Militar. Já passa de 114 mortos só este ano, membros da corporação da Polícia Civil.

Então, é uma situação chocante com que estamos nos deparando. Ou vamos assumir que estamos vivendo uma guerra... Há 140 anos, o Brasil não faz guerra com ninguém, mas estamos fazendo a pior delas, entre nós mesmos. Para mim, não há como hoje discutirmos, porque eu fiquei chocado com aqueles números, mas é evidente que parece que há uma outra indústria, todo mundo se armando, todo mundo querendo se armar, e, aí, aquela segurança privada cresceu. Os recursos aplicados em segurança privada de 2009 para cá, 50%; as Forças Armadas, o mesmo número; a área de segurança federal, crescimento mínimo, irrisório; e as forças de segurança do Estado, crescimento também nada significativo; e a população com medo. Hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para mim, um dos primeiros e mais importantes problemas é violência, violência, violência, insegurança, insegurança, insegurança, num país tido como pacífico.

Senadora Ana Amélia, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No caso da violência, Senador Jorge Viana... Eu queria cumprimentar os expositores pela competência. Vim ouvindo a exposição do Vice-Almirante, do Prof. Augusto e agora do Dr. Luiz Cristiano. Só em latrocínio, Senador Jorge Viana, o aumento foi de 50%. Lamentavelmente, a minha capital, Porto Alegre, está entre as quatro mais violentas em matérias de assassinatos por problema de segurança pública no Estado.

Nesses dois últimos anos, 2016 e 2015, foram 1 milhão de veículos roubados – 1 milhão de veículos roubados no Brasil, mais de 1 milhão. Isso tem um impacto econômico, e não só sobre o custo do seguro, mas começando por aí, quer dizer, o cidadão vai pagar mais caro, porque fica cada vez mais perigoso você ter automóvel e andar com ele.

Mas eu queria saudar o meu querido Embaixador da Polônia, Andrzej Braiter, e o Embaixador de Luxemburgo, que chegou há pouco ao Brasil. É a segunda embaixada que tem em um país: a primeira em Washington e a segunda em Brasília. Então, é uma honra para o Brasil ter a representação diplomática de Luxemburgo. E o Embaixador Braiter, que teve uma atuação exemplar aqui representando a Polônia, vai nos deixar no dia 20 de dezembro, então vamos todos sentir a sua falta aqui, Embaixador, pelo seu ativismo nas relações diplomáticas com as autoridades brasileiras.

Eu lamento profundamente. Aqui se discutiram muitas questões. A China, que lançou agora um audacioso plano trienal para o futuro – é mais do que trienal, é um plano de futuro para a China – investiu muito e falou pouco sobre a questão estratégica, submarinos, por exemplo. E, embora não lembremos, a internet é fruto da guerra. Então, eu lamento que a massa crítica do Brasil, que tem formadores de opinião, não entenda a defesa como um eixo fundamental do desenvolvimento estratégico de um país em todos os setores, especialmente nos setores industriais, nos setores de inteligência, em todas as áreas. Os grandes países que estão nesses setores são linha de ponta do Brasil em tecnologia. E nós não temos essa percepção clara.

O que o Chile está fazendo – e lembro o que o senhor falou – é investir muito nas Forças Armadas, é o país que mais investe nas Forças Armadas, por ter essa compreensão. O Chile deu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um salto de qualidade, deixando de ser um exportador de cobre para ser um exportador hoje de tecnologia, de serviço em todas as áreas, na área de fruticultura, na área de pescados. Então, é um país que é uma grande lição.

Chamou minha atenção a divergência entre o ponto de vista do Dr. Luiz Cristiano e o ponto de vista do Vice-Almirante e do Augusto, em certa medida, sobre a questão do papel das Forças Armadas na segurança pública. Todos os comandantes e o General Eduardo Villas Bôas aqui, na Comissão de Relações Exteriores... E um Senador que combate a entrada das Forças Armadas, o Senador Lindbergh, reproduziu muitas vezes a manifestação do General. Ele pondera, como a maioria aqui, que o papel das Forças Armadas não é esse, pelos riscos que isso representa. É claro que, quando se trata de cumprir a garantia da lei e da ordem, é preciso invocar essa força, porque só o tamanho dela já representa uma autoridade e uma força por si só, com o contingente que entra em ação, fora armamentos e estratégias. Mas existem vários riscos, como os riscos de uma contaminação, os riscos de o crime organizado cooptar aquele soldado e outros mais. Então, eu queria apenas perguntar ao Luiz Cristiano como é que ele entende que os comandos militares sejam contra, quando você tem outra percepção a respeito do papel das Forças Armadas em relação a essas questões.

Outra coisa. No Brasil, o empresário e o cidadão mesmo, pessoa física, têm a visão assim: "Eu já pago muito imposto, como é que eu vou dar mais dinheiro ainda para fazer coisas que o Estado devia fazer?" Isso é no caso de formar o fundo que ele sugeriu. É aparentemente uma ideia interessante, porque, se é uma contribuição que pode ser pequena para uma empresa, no conjunto de todas as empresas, isso pode ter um significado como fundo de recursos, como uma nova alternativa que não seja o Orçamento Geral da União, sempre escasso, cada vez apertando mais, com a situação que o País ficou do ponto de vista fiscal. O Brasil foi arrasado.

Assim, eu lhe pergunto como é que o senhor pode responder a essa questão sobre a divergência, em que os comandos militares não recomendam e não querem. De qualquer modo, eu entendo... O senhor falou em vários aspectos ali, que foram mencionados. Eu estive na Amazônia, nos confins da Cabeça do Cachorro, para entender... Aí, sim, lá não há como não serem as Forças Armadas, porque ali é uma fronteira com países com problemas e, ainda mais, com reservas minerais de grande valor, como nióbio, manganês e tudo o mais, com uma diversidade étnica de indígenas. Só nessa região, há 28 etnias diferentes. No hospital militar que há em Maturacá, em São Gabriel da Cachoeira, 99% da população atendida são indígenas. Os médicos, os enfermeiros, todos eles são militares. Então, se não fosse aquilo, aquela população estaria desassistida. Nessa circunstância, eu penso que seja mais do que justificável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o papel das Forças Armadas, porque ali você está cuidando da fronteira. Nesse aspecto, sim, mas, na questão urbana, hoje, eu queria que o senhor respondesse, se possível, com a licença do Presidente Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem dúvida, eu passarei.

Eu só queria, por uma questão também importante, porque acho que a intervenção da Senadora Ana Amélia é muito, muito importante, dizer que nós temos uma estatística, por outro lado, perversa. O número de policiais mortos trabalhando, que são representantes dos Estados, dos entes da Federação, também cresceu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito. Em 25%, cresceu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Em 2015, foram 372 policiais mortos; já em 2016, foram 437...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quase 500.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Foi um crescimento grande. O perfil também deles é: 31% são de 30 a 39 anos; 33% são de 40 a 49 anos; 21% são de 50 a 59 anos. A maior parte também é negra; brancos são 43%.

A situação, óbvio, mais crítica é no Rio de Janeiro, com 2,3 para cada grupo de mil policiais; depois, Roraima; terceiro lugar, Ceará; Piauí; Sergipe; Alagoas; Paraná; Rio Grande do Norte; Goiás; nessa sequência dos Estados em que há o maior número de policiais vitimados. É importante nós trazermos.

Eu passo para o Sr. Luiz Cristiano, para que possa responder ao comentário da Senadora Ana Amélia.

O SR. LUIZ CRISTIANO VALLIM MONTEIRO – Muito obrigado, Ex^{ma} Srª Senadora Ana Amélia pelas perguntas. Eu acho que o debate é interessante.

Na exposição que fiz, eu argumentei sobre o falso dilema. Não acho que haja um dilema, como posto anteriormente. Sem dúvida nenhuma, os comandantes das Forças têm suas preocupações, como muito bem expostas, baseados na premissa de que não é atuação principal ou precípua das Forças Armadas fazer segurança pública. E não é. Daí desfaz-se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dilema. Não é mesmo. Forças Armadas não são para isso mesmo, mas, conforme a Constituição, a lei complementar e a realidade que nós vivemos, nós precisamos das Forças Armadas em momentos especiais, específicos, com prazo determinado, para alcançar um objetivo determinado.

Eu relembro o Rio de Janeiro quando se iniciou o processo de pacificação, sem embargo de críticas ao nome pacificação, mas o processo de tomada de favelas no Rio de Janeiro, favelas onde o Estado não entrava, nem a Polícia Militar, nem a Polícia Civil, nem médicos, nem educação, nem nada. Foi um planejamento feito pelo então Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, que contava justamente com as Forças Armadas em suas atuações de missões subsidiárias, ou seja, logística, basicamente transporte, meios, blindagem, inteligência e ajuda de coordenação estratégica. Eles ajudaram no plano em si. Então, as Forças Armadas faziam o entorno das favelas, ajudavam a entrar nas favelas, e as forças entravam. Eu, como carioca que sou, vivi pelo menos uns sete excelentes anos no Rio de Janeiro, onde o senhor poderá pegar quaisquer estatísticas de quantidade de homicídios por 100 mil habitantes ou quantidade de policiais mortos e verá que não existia isso. Passamos sete anos de paz no Rio de Janeiro, com a polícia tomando esses principais morros. Era possível andar de madrugada, andar de carro, se locomover entre as cidades, Zona Sul, Zona Norte etc. e tal, tudo isso com a ajuda das Forças Armadas. Evidentemente, o que aconteceu foi que o Estado não foi junto. Não se colocou dentro das favelas a Guarda Municipal, com postura municipal. Não se fez a desapropriação de casas nas favelas para que elas tivessem ruas – e rua é uma coisa básica em segurança. Não se levou escola. Não se levou medicina. Não se levou nada. Só se levou a polícia. Em sete anos, implodiu. E implodiu não só pela falta de dinheiro, não; implodiu-se pela falta de dinheiro também, pois o Estado de Rio de Janeiro faliu, sem embargo de outras críticas sobre a utilização dos *royalties* do petróleo em custeio e investimento, mas, enfim, faliu, e tudo aquilo faliu. Agora, essa política deu errado na medida em que só se olhou a parte de pacificação.

De forma tal que compreendo perfeitamente as agruras que podem ser colocadas às Forças Armadas. Realmente, deixar as Forças Armadas por tempo indeterminado nesse papel é danoso. O treinamento das Forças Armadas é contra o inimigo, não é contra o cidadão. Contra o inimigo, há a incapacitação total ou aniquilamento; contra a população, a incapacitação tem que ser temporária. Daí a doutrina de uso da força é diferente, mas também dizer que as Forças Armadas não estão preparadas para isso também é um falso dilema. Operações militares outras que não guerra já mostram que a guerra é assimétrica, a guerra mudou, a guerra veio para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

centros urbanos. A guerra no Iraque mostrou que a guerra é dentro dos centros urbanos, e guerra dentro dos centros urbanos tem que proteger o cidadão. A Minustah, operação de estabilização do Haiti, começou como *peacemaking*, e aí os Estados Unidos chegaram lá com dois porta-aviões enormes, com o uso da força brutal para fazer a paz, mas, uma vez feita a paz, *peacekeeping* foi feita genuinamente por brasileiros. As Forças Armadas brasileiras sabiam muito bem caminhar dentro de Cité Soleil, mantendo a paz com traficantes de drogas, que era o que tinha lá; souberam fazer isso por anos. Por anos, passamos lá. É bem verdade que estavam em um país diferente etc., o contingente era modificado, mas nossas Forças Armadas estão preparadas, sim, para fazer *peacekeeping*. E, hoje, no Rio de Janeiro, vivemos a necessidade de *peacekeeping*.

O que eu acho, Senadora Ana Amélia, concluindo sobre as percepções divergentes dos comandos da Forças, minha, em particular, do sindicato e da sociedade, é que nós não temos a quem recorrer. Dentre o medo de as Forças Armadas serem utilizadas constantemente nisso e ficar abandonado à minha própria sorte, há que se fazer uma mitigação de valores do que é menos pior e colocar nessa balança. E nós vamos agir para mitigar o que for o menos pior. Então, o que nós temos de menos pior? É que as Forças Armadas sejam cooptadas aqui e ali para esse tipo de coisa, como aconteceu recentemente na última intervenção no Rio de Janeiro, quando as Forças Armadas entraram na Rocinha e não conseguiram pegar nenhum fuzil... Vazou a informação, já houve a prisão de um militar, vazou do militar. O que temos que fazer é ações de mitigação para isso: rotatividade do contingente, treinamento desse contingente para operação nesse tipo de missão assimétrica e operação específica por tempo determinado – não pode ser para sempre; não pode se transformar em polícia militar; não é para se transformar em c*arabiniere*. Mas, de novo, entre dois males, nós temos que escolher o mal menor e mitigar os males. Voltando, essa não é atuação que ocorre unicamente no Brasil. Há grandes experiências de atuação de Forças Armadas em operações subsidiárias de segurança pública no mundo inteiro, inclusive nos Estados Unidos.

Quanto ao fundo, realmente numa crise fiscal em que não aguentamos pagar mais por fazer a mesma coisa, o gráfico mostrou que nós estamos pagando para ter blindagem em colégio, para ter blindagem em automóvel, para ter segurança privada, e o povo que não pode, a parte maciça do povo que não pode fazer isso se inclina para o uso da arma de fogo. Hoje, os senhores podem ver que é um clamor da sociedade estar armado. "Se a polícia não pode me defender, defendo eu a minha família".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu moro na Ilha do Governador, senhores. A Ilha do Governador é uma coisa diferente no Rio de Janeiro, como todo o Brasil é. Tudo é diferente no Rio de Janeiro. Eu tenho as três Forças na Ilha do Governador: os fuzileiros navais, o Exército e a Base Aérea do Galeão. A Ilha do Governador é uma ilha pequenininha – só há uma entrada e uma saída. Eu tenho um batalhão da polícia militar dentro da Ilha do Governador, uma delegacia de polícia, um batalhão de polícia, um batalhão do corpo de bombeiros militar e a favela do Dendê, que é uma favela inexpugnável, uma favela enorme e um grande centro de distribuição de drogas do Rio de Janeiro, drogas que entram inclusive pelo aeroporto. A maior apreensão de fuzis do Estado do Rio de Janeiro foi feita neste ano no aeroporto. Baía de Guanabara: tudo dentro dali, mas eu moro ali. O que o pessoal fala na Ilha do Governador? Cada um quer ter a sua arma. Eu moro num prediozinho pequenininho, de três andares. O que divide o marginal de alcançar a minha recém-nascida filha são duas portas: uma porta de Blindex e a porta da minha casa. Se eu pudesse, eu teria uma arma na minha casa. Eu não estou fazendo apologia a desarmamento – não é isso –; estou falando do fato. O fato é que a falta de segurança me leva a querer ter segurança eu mesmo, mas, não.

As propostas que foram feitas e que estão à disposição dos senhores não são para aumento de tributos, mas para, dos tributos que já são recolhidos e que vão – todos eles – para o caixa geral da União, parte deles ser reservada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, e parte deles ser reservada a um fundo de desenvolvimento do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Não há aumento desse fundo.

Sei, sim, que a minha opinião é minoritária. Inclusive voltando, agora, à aplicação e ao uso das Forças Armadas, eu inauguro uma divergência numa posição absolutamente minoritária. A minha posição não é uma posição que encontra eco nas Forças Armadas nem mesmo nas forças de segurança pública, que se ressentem da aplicação das Forças Armadas em seus papéis, mas talvez seja uma posição que encontre eco majoritário na sociedade.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu penso que nós poderíamos passar para os outros dois convidados para que pudessem fazer seus comentários finais, e daríamos encerramento, então, a esta audiência.

Eu passo ao Prof. Augusto Teixeira Júnior para suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JÚNIOR – Extremamente empolgante este debate. O importante é que, em quase duas horas de debate, o debate só faz se acalorar cada vez mais.

Dentro da divergência colocada pelo colega, o que eu acho salutar e fundamental, não apenas no âmbito acadêmico, mas também no âmbito do fazer política pública e pensar política pública, eu teria algumas divergências que eu colocaria como pontos finais. Primeiramente, eu acredito que a natureza da guerra ou a natureza do uso da força nas relações internacionais e no ambiente doméstico não muda – ela é a mesma. O que muda é a característica do conflito, a característica da guerra e a condução das operações militares. Nesse sentido, se partirmos do pressuposto de que a natureza da guerra é a mesma, como sempre foi, e olharmos para o caso do Rio de Janeiro, a pergunta, no caso, não é para o militar fardado; a pergunta é para os Srs. Senadores, para os elementos do Executivo: para vocês, o que configura esse conflito que nós vivenciamos no Brasil? É salutar o cenário colocado pelo colega para entender o que há no Rio. O que é isso? É guerra? É conflito armado apenas? É crime organizado? É violência? Qual é o fenômeno que nós podemos entender?

Por exemplo, parte da minha reticência quando vejo as Forças Armadas sendo empregadas no âmbito da segurança pública está relacionada a aspectos importantes de que, quando se solicita ao elemento fardado do País que cumpra uma missão, é preciso dar a ele uma missão que ele possa cumprir, que possa ter sentido para ele. Quando se solicita a um sargento, a um soldado que ele suba à favela e cumpra uma missão, qual é o objetivo que se quer com isso? Conseguir armas? Ter acesso a um determinado território? Mas para quê? Qual é o objetivo? Então, a inexistência de um componente político que justifique o emprego da Força acaba tornando inócuo o emprego do poder militar, como bem colocado pelo colega – sete anos depois, evaporou.

É por isso que há estas indagações: qual é o nosso conflito? É uma insurgência? É apenas crime? É uma guerra? Que tipo de guerra? É um tipo de resposta não acadêmica, mas política, que deve ser dada no sentido de poder habilitar não apenas a Força, mas também o ente político para saber como enfrentar a realidade que nós vivenciamos.

E há outro aspecto importante, a meu ver, que eu creio ser fundamental quando nós observamos o emprego de Forças Armadas em outros ambientes, em particular nos Estados Unidos. Os Estados Unidos realizam operações em que não há guerra e operações subsidiárias com suas Forças Armadas, fora do seu território. Esse é um dado importantíssimo. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazem dentro do seu território, eles o fazem com exceções gravíssimas – por exemplo, no furacão Katrina, e por aí vai –, mas são raras, porque eles entendem que as Forças Armadas são para defesa externa, para fora do País. É um elemento da tradição romana que eles legam na sua tradição no emprego da Força. A Rússia, por exemplo, do pouco que eu conheço, emprega suas Forças Armadas específicas dentro... Há forças específicas dentro do país para isso. A França vivencia um dilema de segurança contemporâneo no estado de emergência, com Forças Armadas patrulhando Paris em virtude de terrorismo. Então, não são coisas tão normais assim. É importante definir o que é esse emprego do poder militar dentro do ambiente doméstico em operação de não guerra.

Nesse sentido, eu creio ser fundamental, apenas como elemento para estimular o debate, o entendimento de que... Para mim, como cidadão e como acadêmico, o principal desafio que nós temos é a caracterização do conflito. Para nós, o que é o conflito que nós vivemos? Qual é o peso dos números colocados pelo Ex^{mo} Senador Jorge Viana em termos de morte e de letalidade? E que tipo de resposta nós gostaríamos de dar?

Apenas para encerrar, é importante ponderar que, a meu ver, a nossa crise é muito mais uma crise de Estado de direito, de incapacidade sistêmica do Estado de promover um bem público chamado segurança do que um problema de defesa.

O conceito tradicional de segurança nacional, a meu ver, precisa ser revisto, no sentido de entender como dinâmicas irregulares e criminosas que afetam a coesão social podem produzir elementos que chamem a União a agir, mas não necessariamente que se configurem como fenômeno guerra ou prescindam da dimensão militar, como expressão última de sua resolução.

Então, é um debate para o qual eu creio que o ambiente político, o ambiente acadêmico e o militar devem, cada vez mais, lançar luz, no sentido de sabermos para que vamos utilizar as nossas Forças Armadas e o que vamos pedir delas. Apenas utilizá-las como elemento tópico para resolução de elementos políticos, subvertendo um elemento de comando ao fazer com que as Forças Armadas acabem virando, na prática, elementos auxiliares das forças policiais, é, no mínimo, um processo tortuoso na construção de um poder militar em um país que tem uma vocação geopolítica ímpar dentro do cenário internacional.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço a participação do Prof. Augusto Teixeira Júnior e passo, imediatamente, ao Contra-Almirante Ruy de Almeida Silva para que possa fazer suas considerações finais também.

O SR. ANTONIO RUY DE ALMEIDA SILVA – Obrigado, Senador.

Aqui nós discutimos duas coisas que são distintas: a primeira é o conflito interestatal. Acabou ou não acabou?

Qual é a razão de nós termos Forças Armadas? É porque o sistema internacional continua não tendo um governo mundial. Então, os países do mundo... Hoje, a Otan, inclusive, está gastando mais, depois dos problemas com a Rússia, etc., e os países começaram a investir mais. O sistema internacional não mudou. As Forças Armadas foram criadas justamente para garantir a segurança do Estado no sistema internacional, em que não existe um governo mundial, como ocorre dentro de um Estado em que existe um governo com leis, etc. e que pode impor a ordem.

Nós estamos numa fase de transição – o Brasil está nessa fase de transição há 150 anos. Somos um país que dizemos ser pacífico, mas, como o Senador muito bem mostrou aqui, somos um país extremamente violento entre os cidadãos.

Então, nós temos dois problemas distintos, e um deles é o seguinte: o Brasil quer estar – e diz isto – no estágio das potências ou dos grandes países do mundo. Diplomaticamente, inclusive, é um país que tem realmente uma dimensão muito grande, mas que tem Forças Armadas, em comparação com os grandes países do mundo, pequenas. Então, esse é um problema. O outro problema é a questão da segurança interna. É claro que a segurança pública é uma questão que merece um estudo aprofundado. Por que temos tanta violência no Brasil? Por que somos um país tão desigual? É questão de educação? É questão de justiça social, Senador, com que o senhor e todos os Senadores se importam? É questão de justiça social? É uma questão institucional? Por que as polícias e todo o aparato institucional para a segurança pública não funcionam?

Eu vou falar aqui uma frase que ouvi – não vou dizer que é jocosa. Alguém disse que a questão da segurança pública – é claro que isto está muito limitado – é igual a um médico que trabalha no hospital, mas é dono da funerária em frente. Então, por quê? Uma das coisas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sou realmente um entendido em segurança pública – se eu falar alguma bobagem, por favor, me corrijam –, mas eu pago, na minha rua, para uma empresa de segurança que é de um major da polícia militar – ele trabalha 24 e descansa 72 horas. O bico é o quê? É a questão...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Não é o descanso.

O SR. ANTONIO RUY DE ALMEIDA SILVA – Não é o descanso. Ele vive da insegurança, não vive da segurança.

Eu pincei uma coisa, mas o problema é muito mais complexo. Eu só pincei uma questão. Então, eu acho que a questão é: por que há tanta violência no Brasil e por que as instituições que devem tratar disso não dão conta? É claro, quando a gente olha isso, o Senador está corretíssimo, a gente diz: "Não! Nós vivemos numa situação de guerra, já que tanta gente morre." Então, as Forças Armadas deveriam entrar. Devem entrar, sim – e aí concordamos, parece-me que todos – de uma forma episódica, que ajude os Estados, ajude todos os Estados, seja o Acre, seja o Rio de Janeiro, mas que não seja essa a nossa função. Isso porque seria muito mais barato, como falou o... Aliás, eu adorei, porque ele defendeu para a Marinha, para o Exército, para a Aeronáutica, dinheiro. Se eu pedisse aqui seria corporativismo. Então, ele defendeu isso para nós. Então, seria muito mais barato nós...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Devia ter falado mais na Liberal, que estava lá no Mar Mediterrâneo cuidando do Líbano.

O SR. ANTONIO RUY DE ALMEIDA SILVA – Então, isso aí, Senadora, a senhora lembrou bem, quer dizer, é uma utilização das Forças Armadas em uma operação de paz importante e que precisa realmente de um navio que é caro para se manter. Mas se fosse fundamental apenas para a segurança interna seria muito melhor não gastar esse dinheiro todo em Forças Armadas. Seria muito mais fácil fazer uma gendarmeria, como há no Chile. Então, eu acho que aqui são dois problemas que se relacionam, mas que têm questões fundamentais e diferentes. Se o Brasil quer ter um papel importante e se o conflito interestatal não acabou, como parece que não acabou, pois estamos numa fase de transição, nós precisamos, então, ter Forças Armadas capazes dentro da dimensão política e diplomática do Brasil para a defesa externa. E precisamos também ajudar – e aí eu concordo com V. Exª – internamente. Mas de que forma? Esporádica, dentro de atividades subsidiárias, ajudando no desenvolvimento. É claro que, se daqui a pouco não houver Estado, acabarão as Forças Armadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o pensamento.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu é que agradeço.

Inclusive, é por isso que nós estamos discutindo até mecanismos de filtrar ainda mais. Não estamos querendo modificar, pois o Presidente da República é o Presidente supremo das Forças Armadas, e isso se mantém. Mas quando se faz guerra, a maioria dos países pede o aval também de seus Parlamentos. Então, nós pensamos é nesse sentido, para poder ser mais restrito ainda.

A Senadora Ana Amélia pede a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero, só para complementar o que eu falei ao nosso Almirante, dizer que fiquei, como cidadã e evidentemente como Parlamentar brasileira, extremamente honrada, porque nós estivemos na Unifil, na fronteira com o Israel, e o comandante da missão naquele momento era irlandês. E na exposição que ele fez, perante o Ministro Jungmann e o Almirante Leal Ferreira, disse que fazia questão de registrar a extraordinária qualidade dos militares brasileiros naquela operação que ele considerava uma das melhores do mundo. É uma coisa gratificante a gente ver o zelo, o cuidado e também como a comunidade em Beirute, que estava lá celebrando o tempo de estada da fragata Liberal, acolhia a representação dos militares brasileiros. Então, isso foi muito tocante.

Eram 800 homens dentro dessa fragata, diariamente, cuidando daquela missão exemplarmente. A missão é específica, de patrulhamento das águas territoriais, para evitar a entrada de armamentos e problemas de segurança. E houve um caso, um episódio de um naufrágio de uma embarcação. E graças a eles foram salvos todos os náufragos naquele acidente. Também isso deu um credenciamento humanitário à missão da Marinha brasileira no Mar Mediterrâneo, na fronteira do Líbano, onde há mais de 300km para patrulhamento.

Então, queria dizer isso porque o senhor é da Casa, da instituição, para alegrá-lo em relação a esses aspectos, caro Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço essa última intervenção e a participação nesta audiência pública, dentro desse ciclo de debates, da Senadora Ana Amélia.

Queria mais uma vez agradecer a presença das Senadoras, dos Senadores, de todos, especialmente dos convidados Augusto Wagner Menezes Teixeira, Luiz Cristiano Monteiro e Antonio Ruy de Almeida e Silva.

Informo também que o 16º Painel ocorrerá no dia 13 de novembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário, onde teremos a discussão do "Aumento da Insegurança Internacional, Desafios e Oportunidades para o Brasil".

E os convidados serão: Nelson Antonio Tabajara de Oliveira. General de Brigada José Eustáquio Nogueira Guimarães e o Eduardo Marson Ferreira. Inclusive, trabalhei com o Eduardo quando fui Presidente do Conselho de Administração da Helibras. Mas queria informar, especialmente à Senadora Ana Amélia, e também às assessorias dos Senadores e Senadoras que compõem a Comissão, que amanhã nós teremos a visita de uma delegação de eurodeputados aqui na CRE, às 10h.

Peço à querida colega, Senadora Ana Amélia, que possa estar aqui nos ajudando. Nós teremos, então, a presença de um grupo grande de Parlamentares, eurodeputados, incluindo aí o Vice-Presidente do Parlamento Europeu. Nós vamos recebê-los aqui, com tradução simultânea. A Comissão organizou isso. Eu queria, levando em conta as audiências nos gabinetes, pedir que as Srªs e os Srs. Senadores que compõem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional possam nos ajudar nessa recepção amanhã, às 10h, neste plenário.

Faço agora a convocação para a próxima reunião.

Antes do encerramento destes trabalhos, convoco as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a próxima reunião deliberativa, agendada para o próximo dia 9 de novembro, quinta-feira, às 9h, neste plenário.

Agradecendo mais uma vez a todos que nos acompanham, Rádio e TV Senado, dou por encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 18 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas do dia nove de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário sete, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Marta Suplicy, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Bauer, Cássio Cunha Lima, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço e José Agripino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Usam da palavra os Senhores Senadores Pedro Chaves, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Cristovam Buarque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ana Amélia, Lasier Martins, Antonio Anastasia e Tasso Jereissati. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 973 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 27 de novembro a 7 de dezembro de 2017, em viagem institucional aos Países Árabes, para participar de Reuniões Ministeriais de Defesa. E, nos termos do art. 39, do RISF, comunica que estará ausente do País no período de 27 de novembro a 7 de dezembro de 2017." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

Expedientes de S. Exª o Sr. Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, vazado nos seguintes termos, endereçado à Presidência desta Comissão:

> Ao cumprimentar cordialmente V. Exª, comunico, nos termos regimentais, a indicação da Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) para compor como suplente a Comissão de Relações Exteriores.
> Na oportunidade, renovo a V. Exª os votos de apreço e consideração.

Esse foi um ofício encaminhado por S. Exª o Senador Raimundo Lira, Líder do PMDB e da Maioria, a S. Exª o Senador Eunício Oliveira, que nos envia este ofício comunicando a participação, a partir de agora, de S. Exª a Senadora Marta Suplicy como membro suplente da vaga do PMDB-SP para compor o Plenário desta Comissão.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, desejamos a S. Exª Senadora Marta Suplicy as melhores boas-vindas e um profícuo trabalho nesta Comissão.

Convite recebido do Comandante do Exército Brasileiro, General Eduardo Villas Bôas, aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras para visitar o exercício AmazonLog 2017, no dia 11 de novembro, de 2017, em Tabatinga, Estado do Amazonas, na região da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia.

É um exercício logístico pioneiro na América do Sul, com caráter multinacional e interagências desenvolvendo as três Forças Armadas, tendo como foco ações humanitárias. Além do Brasil, haverá a presença das Forças Armadas e agências da Colômbia do Peru, com tropas e meios; outros 16 países amigos participarão com alguns recursos logísticos; oficiais de Estado-Maior e observadores.

A decolagem será de Brasília, às 18h; previsão de pouso em Brasília, no mesmo dia, retorno às 20h do dia 11 de novembro de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os membros integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que tiverem interesse em participar deste evento, por gentileza, procurem a Secretaria desta Comissão.

Leitura do comunicado oficial da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Mercosul.

A Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Mercosul levou a cabo, ao longo desta semana, uma missão ao Brasil que decorreu de forma assaz satisfatória – no dizer da comunicação oficial – e que contribuiu para o reforço das já excelentes relações bilaterais.

Dos contatos estabelecidos com membros dos Poderes Executivo e Legislativo resultou a constatação de uma grande conformidade de pontos de vista sobre vários assuntos, merecendo especial destaque aquele que concerne à necessidade de promover a conclusão do processo de negociação entre a União Europeia e o Mercosul, em curso, tendo em vista que a celebração de um tratado de associação entre os dois blocos já estaria em andamento. Essa coincidência de posições deve ser realçada e devidamente valorizada.

Os contatos mantidos com representantes de vários segmentos da sociedade civil revelaram-se igualmente de grande utilidade, pela magnitude da informação recolhida. Para obviar qualquer mal-entendido, convirá recordar que algumas declarações proferidas em aberta contradição com as regras internas por um membro integrante desta missão – ou seja, a missão do Parlamento Europeu ao Brasil – foram declarações fora do contexto da realização oficial da mesma, e que profundamente lamentamos; apenas vinculam o seu autor, não sendo partilhadas por nenhum dos restantes membros da Delegação, sendo contrária a Delegação às posições prevalecentes no seio do Parlamento Europeu e da União Europeia em relação à declaração feita por um dos seus integrantes.

A Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Mercosul exprime a sua gratidão pela forma como as autoridades brasileiras receberam essa missão e pelos apoios que lhes concederam.

Assina a Srª Maria Luisa Benitez-Donoso, Political Economic and Public Affairs Section, da representação da Comunidade Europeia aqui no Brasil.

Sobre isso, apenas um comentário. Eu não pude estar presente aqui na reunião em que esta Comissão recebeu a Comissão do Parlamento Europeu, que veio a propósito da retomada das negociações entre Mercosul e Comunidade Europeia, negociações essas que estão sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

procedidas agora em dias desta semana com autoridades brasileiras e do Mercosul com a Comunidade Europeia.

A grande realidade é que a contraproposta que a Comunidade Europeia ofereceu ao Mercosul, a partir da proposta feita em 2004, foi uma proposta absolutamente ridícula, inaceitável, reprovável e acintosamente desrespeitosa com o Mercosul.

Para que os senhores tenham uma ideia, alguns pontos daquela reunião de 2004 ficaram para ser debatidos nas suas respectivas áreas de atuação, no Mercosul e na Comunidade Europeia, para uma aproximação sucessiva de posições, visando a um entendimento futuro, um pré-entendimento futuro com vistas à formalização do acordo.

Além das questões fitossanitárias e outras questões também importantes, mas não tanto quanto essas duas que eu vou citar, havia a questão pertinente à carne e ao etanol. A proposta trazida em 2004 por parte da União Europeia continha uma determinada quantidade de toneladas de carne e de litros de etanol que seria recepcionada nesse acordo pela Comunidade Europeia. E, anos depois, 14 anos depois, a contraproposta oferecida pela Comunidade Europeia, ao invés de ter aumentado essa cota para o Mercosul, foi reduzida em 40%; 13 anos de estudos para que fosse apresentada uma proposta melhor do que aquela de 2004 e eles trouxeram uma proposta com uma redução de 40%, menor do que aquela oferecida para as cotas da exportação de carne e do etanol pelo Mercosul.

Foi feito um cálculo em relação à questão da carne. E o total de toneladas de carne que eles nos ofereciam dividido pelo número de habitantes da Comunidade Europeia daria para o consumo de um hambúrguer, por ano, para cada um dos habitantes da Comunidade Europeia. É algo absolutamente ridículo. É uma maneira... Não podemos deixar de protestar e dizer que é absolutamente acintosa essa posição.

A Comunidade Europeia tem de entender que o Mercosul é um bloco econômico importante, até pelo momento em que ele foi constituído; que é um bloco que deseja exercitar sempre o seu *soft power;* que é um bloco que já veio dando demonstrações e servindo de exemplo inclusive a alguns países da própria Comunidade Europeia, quando da assinatura dos acordos de banimento das armas químicas e bacteriológicas e o acordo assinado entre Brasil e Argentina de renúncia a pesquisa nuclear com objetivos bélicos. Além disso, abre as nossas fronteiras de forma unilateral, demonstrando a nossa boa vontade de estabelecer uma parceria construtiva com os outros integrantes da comunidade mundial. E são demonstrações continuadas que o Mercosul vem dando numa aproximação que deseja neste processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

globalização que exige de cada um dos países a especialização, a complementaridade nas suas economias. Que eles assim o façam, que eles assim respeitem.

Naturalmente nós entendemos que algumas áreas, que alguns setores das economias dos países que estão num processo de integração têm áreas que necessitarão de alguma proteção. Nós entendemos isso. É normal. Tem áreas que precisam ser protegidas mais do que outras, mas deve haver, aos poucos, um processo de retirar essa proteção, porque essa proteção significa, em última análise, subsídios que os Estados, ou o Estado em questão está oferecendo a determinados setores da sua economia, para poderem concorrer no mercado internacional. Muito bem. Mas nós não podemos entender que, neste momento, já com o século XXI avançando, certas economias tenham 60% das suas atividades econômicas subsidiadas – 60% –, o que é um fechamento, praticamente, do seu mercado aos mercados amigos. Então, essa tese de que vem a nós o vosso reino e ao outro reino nada seja dado não se concilia com a moldura que se cria para um processo de integração em que haja um mútuo reconhecimento das suas atividades e também dos benefícios que possam ser trazidos seguramente nesse processo de integração.

Então, fica aqui, mais uma vez, o meu apelo aos representantes da Comunidade Europeia na negociação com o Mercosul para que eles, por favor, tenham respeito, no processo negociador com o Brasil, porque está sendo feito agora no Brasil, mas com o Mercosul. E respeito com os países que integram o Mercosul.

Eu espero... A serem verdadeiras as palavras expressas aqui neste comunicado oficial, nós esperamos – o Mercosul espera porque o Brasil é o presidente *pro tempore*, no momento, do Mercosul – que na próxima reunião, em Buenos Aires, da OMC, que será realizada agora em dezembro, dessas negociações que estão se processando por esses dias aqui em Brasília haja uma proposta pelo menos alinhavada, para que seja levada à OMC já como uma projeção daquilo que nós poderemos estar assinando efetivamente, senão em dezembro, o que acho muito difícil, a despeito da palavra empenhada por uma autoridade do Comissariado Europeu, especificamente do Sr. Embaixador Cravinho, que é o representante da Comunidade Europeia aqui no Brasil, que isso seja feito pelo menos de uma forma inicial já na próxima reunião, que será realizada em Buenos Aires, da Organização Mundial do Comércio.

Fica aqui, portanto, a nossa solicitação e o empenho do Brasil, dos negociadores brasileiros e dos negociados do Mercosul, para que nós atinjamos esse objetivo, naturalmente contando não digo nem com a boa vontade, mas com o respeito dos negociadores da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunidade Europeia em relação aos bons propósitos que movem o Mercosul no sentido de termos a assinatura desse acordo o mais breve possível, para consolidarmos as relações com uma comunidade onde nós temos também nossas origens. No fundo, no fundo, nós somos uma extensão daquela comunidade aqui na América do Sul.

Fica, portanto, esta solicitação aos negociadores da Comunidade Europeia.

Comunicados do Oriente Médio.

O Oriente Médio foi sacudido neste fim de semana por eventos que ocorreram na capital da Arábia Saudita, Riade: o anúncio da renúncia do Primeiro-Ministro do Líbano, Saad al-Hariri; a deflagração de uma operação anticorrupção, que prendeu dezenas de autoridades sauditas; e a interceptação de um míssil lançado por rebeldes do Iêmen em direção a um aeroporto da capital.

O anúncio da renúncia de Saad al-Hariri veio de surpresa, feito em uma transmissão televisiva da capital. Visivelmente abalado, o Primeiro-Ministro anunciou que renunciava por temer atentados contra sua vida no Líbano. Ele afirmou estar sentindo um clima muito semelhante ao que antecedeu ao assassinato do seu próprio pai, o ex-Primeiro Ministro libanês Rafik al-Hariri, em 2005.

Em seu pronunciamento, Saad al-Hariri apontou para os que considerava responsáveis pela instabilidade em seu país e na região. Ele acusou o Irã de espalhar desordem, destruição – palavras dele –, e o Hisbolá, uma poderosa milícia xiita aliada com o Irã, que, segundo ele, tem traços políticos importantes no Líbano, acusando o Hisbolá de estar construindo um estado dentro de um Estado.

Quando Saad al-Hariri tornou-se Primeiro-Ministro ano passado, seu partido, sunita, formou uma coligação com vários partidos libaneses, até mesmo com o Hisbolá, para formar o governo.

A correspondente internacional da BBC Lyse Doucet esclareceu que este governo entrará em colapso com a renúncia do Primeiro-Ministro. Por sua vez, o governo iraniano afirmou que as acusações de Saad al-Hariri são infundadas.

Outro acontecimento da noite de sábado em Riade foi a interceptação de um míssil de longa distância lançado pelos rebeldes houthis do Iêmen, perto do Aeroporto Internacional Rei Khalid. O anúncio foi feito pelo Ministério da defesa do país, que afirmou que nenhum dano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

material foi causado pelo míssil. Em um telefonema com o Secretário de Estado para Assuntos Externos Britânico, Boris Johnson, o Príncipe Mohammed bin Salman afirmou que esse lançamento foi um ato de agressão militar direta por parte do Irã, que, segundo o príncipe, fornece armas para os rebeldes houthis, acusação que o governo iraniano nega de forma veemente.

O Iêmen vive uma guerra civil entre as forças que apoiam o Presidente Abd Rabbuh Mansur al-Hadi e os rebeldes xiitas houthis. A Arábia Saudita lidera, junto com outras oito nações árabes de maioria sunita, o apoio militar às forças do Presidente iemenita desde 2005, com o intuito de combater a influência iraniana no conflito, já que, de acordo com a coligação, o Irã apoia os houthis financeira e militarmente.

Viagem do Presidente americano Trump à Ásia.

Na segunda parte de sua visita à Ásia, o líder norte-americano fez um discurso para o Parlamento da Coreia do Sul, no qual fez um alerta direto ao líder norte-coreano, King Jong-un, ao dizer – aspas –:" Você está colocando o seu regime em perigo".

O Presidente norte-americano também criticou o regime norte-coreano, chamando-o de fantasia sombria e elogiando as conquistas da Coreia do Sul desde a Guerra da Coreia.

Ao mesmo tempo, o líder norte-americano pediu à Rússia e à China que rompam todos os laços com o regime norte-coreano, inclusive os econômicos, e disse esperar estar falando em nome de todas as nações civilizadas quando avisou à Coreia do Norte que ela não deve subestimá-las.

O presidente norte-americano também reiterou a sua oferta para negociações, afirmando que os Estados Unidos estão prontos para oferecer à Coreia do Norte um caminho para um futuro melhor.

De acordo com o correspondente da BBC em Seul, Mark Lowen, depois de usar expressões como "homem foguete" e ameaçar levar "fogo e fúria" à Coreia do Norte, ninguém sabia o que esperar do discurso do líder americano, mas, na sua opinião, os pedidos de seus assessores para que ele abrandasse a sua retórica o influenciaram a baixar o tom belicoso.

O problema, argumenta Mark Lowen, é que são poucas as possibilidades de que a Coreia do Norte concorde com a importante exigência para a negociação, o desarmamento nuclear.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Lowen acredita que a Coreia do Norte considera a manutenção do seu arsenal nuclear como uma garantia de sobrevivência do regime.

Segundo o correspondente, os otimistas recordam que não houve mais testes nucleares norte-coreanos desde o maior já registrado no último mês de setembro. Mas conclui Mark Lowen que o mero fato de que isso seja visto como progresso mostra o quão baixas são as expectativas.

Na terça-feira, o presidente dos Estados Unidos encontrou-se com o seu homólogo da Coreia do Sul, Moon Jae-in, e, na coletiva de imprensa conjunta, os chefes de estado reiteraram o seu pedido pela desnuclearização da Coreia do Norte. Os dois líderes também pediram que a Rússia e a China pressionem Pyongyang. Parece-nos ´óbvio que essa questão, sem a participação direta sobretudo da China, não chegará a bom termo.

Em sua viagem pela Ásia, que começou na sexta-feira, o líder americano já esteve no Japão, ocasião em que colocou em destaque o comércio e a Coreia do Norte. Após deixar aquele país, o Presidente americano publicou no Twitter que o Japão de Shinzo Abe teria feito encomendas maciças aos Estados Unidos nas áreas militar e de energia e também que o Japão poderia abater mísseis de Pyongyang com equipamentos americanos.

O líder norte-americano chegou ontem à China. Após encontro de duas horas com o Presidente Xi Jinping, ele disse que não culpa a China pela vantagem na balança comercial com os Estados Unidos, mas responsabilizou os governos anteriores por permitirem o crescimento desse déficit no comércio. Esta foi, segundo os analistas, uma notável mudança de tom de um presidente que foi eleito, em parte, por uma dura retórica contra os chineses.

Segundo o correspondente da BBC em Beijing, Jones Woodward, Trump é visto como enfraquecido em seu próprio país, cercado por escândalos e com uma agenda hesitante, além de não se engajar em assuntos de política externa. Por sua vez, Xi Jinping está sendo considerado o líder mais poderoso desde Mao Tse-Tung, com uma visão de liderança chinesa no cenário global.

Para o correspondente, enquanto o presidente norte-americano chega à China com grandes expectativas – ajuda com relação ao problema da Coreia do Norte, fundamental, e medidas para reduzir o déficit comercial entre os dois países –, a China parece interessar-se por um único grande tema, que é um novo capítulo da história baseado em uma relação entre grandes potências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os chineses a relação entre os dois países não é mais entre a primeira e a segunda maior potência, mas paritária.

Na opinião do comentarista da CNN Jeremy Diamond, no primeiro aniversário de sua eleição, o líder norte-americano chegou ao país que mais amaldiçoou durante sua campanha, mas que o recebeu de braços abertos. Lembra o jornalista o comentário do líder norte-americano, em março do ano passado, segundo o qual: "Os Estados Unidos não podem continuar a permitir que a China viole o nosso país, pois isto é o que está fazendo a China"... Não, eu me nego a ler o restante dessa declaração, por mais que conste do relatório que os senhores estarão recebendo com a íntegra dos comunicados que estou aqui fazendo.

Segundo Diamond, parece que o líder norte-americano abandonou completamente seus planos de rotular a China como manipulador de divisas e não retaliou com medidas draconianas, como prometido, contra o que chamou de práticas comerciais abusivas de Beijing. Em vez disso, concluiu o comentarista, a administração Trump tem se inclinado muito mais ao diálogo com autoridades chinesas, notadamente em conversas diretas do líder norte-americano com o seu homólogo Xi Jinping.

Após a China, os próximos destinos de Donald Trump serão o Vietnã e as Filipinas.

Ainda em relação aos Estados Unidos, as eleições parciais realizadas naquele país, nesta última terça-feira, foram consideradas uma vitória para o Partido Democrata, que ano passado perdeu a Presidência. A maioria do Congresso enfrentava um déficit histórico no número de governadores no país. As disputas mais importantes foram para o cargo de governador nos Estados da Virgínia e de New Jersey, onde os candidatos democratas Ralph Northam e Phil Murphy derrotaram os republicanos Ed Gillespie e Kim Guadagno. O Prefeito democrata de Nova York, Bill de Blasio, foi reeleito.

No Estado da Virgínia, o republicano Gillespie havia chamado a atenção da imprensa por uma campanha inspirada no que levou Donald Trump à Casa Branca em 2016, criticando seus oponentes por serem moles com o crime e com a imigração e se opondo à remoção de monumentos dos confederados. De acordo com o correspondente da BBC na América do Norte, Anthony Zurcher, em geral os resultados são uma volta à normalidade já que os partidos que estão fora do poder em geral se dão bem no ciclo das eleições não presidenciais e os resultados da Virgínia mostram que uma campanha ao estilo de Trump é arriscada sem a presença deste personagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à pauta do dia de hoje.

Indicação de autoridade.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 26/10/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

O Relator *ad hoc* é o Senador Anastasia.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 26/10/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Convido para que tomem assento à mesa, dando-lhes as melhores boas-vindas em nome da Comissão, S. Exªs o Sr. Embaixador Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra e a Srª Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen. (*Pausa.*)

Tenho a satisfação e a alegria de conceder a palavra ao Sr. Embaixador Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, indicado, como disse, para a República do Quênia cumulativamente com a República de Ruanda, Uganda, Burundi e Somália.

V. Exª dispõe de 15 minutos para sua exposição inicial, após o que serão destinadas perguntas pelos Srs. Senadores e pelas Srªs Senadoras a V. Exª.

O SR. FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, cara colega Embaixadora, senhoras e senhores, gostaria, antes de mais nada, de manifestar o meu reconhecimento pelo prestígio e pela honra que me concedeu o Senhor Presidente da República ao submeter meu nome à apreciação de V. Exªs para ocupar o cargo de Embaixador do Brasil no Quênia, com representação também nos quatro países vizinhos, Uganda, Ruanda, Burundi e Somália, e também para representar o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas duas organizações sediadas no Quênia, o Programa das Nações Unidos para o Meio Ambiente e o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

Gostaria de iniciar esta breve apresentação indicando a minha enorme satisfação e a honra que sinto de estar neste momento aqui, diante de V. Exªs, o que realmente me enche de muito orgulho, de muita honra.

Eu gostaria, de início, de ressaltar o momento especial que atravessa o continente africano. A África tem experimentado um notável crescimento econômico e conseguido avançar de maneira muito significativa no enfrentamento dos graves problemas sociais que enfrenta. Naturalmente, é uma luta que continua, mas vivemos um momento realmente de impressionante crescimento no continente, que tem crescido já de maneira sustentada acima da média mundial.

A região de que eu espero me ocupar, o leste da África, é das regiões africanas a que tem crescido mais. Isso, naturalmente, oferece uma oportunidade muito especial para o Brasil no sentido de aprofundar o nosso relacionamento com esses países, buscar reforçar as parcerias existentes e desenvolver novas atividades.

O Quênia tem uma característica especial de ser o país que tem o PIB *per capita* mais alto da região. Nairóbi é o centro econômico e financeiro dessa região. E o país também se distingue pelo fato de oferecer, através da sua rede de estradas, acesso à costa, permitindo dar vasão à produção econômica dos países continentais que estão ali, vizinhos, do lado ocidental.

Além desse aspecto, o Quênia também se distingue pelo papel na área de segurança, ao participar ativamente das forças de paz na Somália e por ter uma atuação destacada no processo de pacificação do Sudão do Sul, e tem sido também uma liderança política na região.

Eu gostaria de submeter à apreciação de V. Exªs o programa de trabalho que eu gostaria de desenvolver nesses países.

Eu gostaria de destacar o fato de que o Quênia é um país que tem um potencial muito grande para ampliar o nosso comércio exterior. Estamos no momento com exportações em torno de US$58 milhões, mas já tivemos, poucos anos atrás, em 2012, essas exportações se aproximando de US$300 milhões. O grosso dessas exportações nossas é de produtos manufaturados. Nós gostaríamos, portanto, de buscar expandir a nossa presença econômico-comercial na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o comentário que eu faço sobre o Quênia se aplica com ainda maior propriedade no que diz respeito a Uganda, que é o quinto PIB da região, um país que tem uma população que se aproxima de 40 milhões e com o qual nós temos um comércio muito reduzido, de aproximadamente quatro milhões.

São economias nas quais predomina a atividade agrícola. Vislumbramos grande potencial para buscar ampliar a nossa cooperação com esses países na área de maquinário e de implementos agrícolas, mas também gostaríamos de procurar expandir a nossa presença em outras áreas, com foco na nossa produção industrial, mas, naturalmente, também não descuidaríamos das nossas exportações de *commodities*. Açúcar é um produto importante na pauta de exportações historicamente e achamos que há bom potencial de ampliar também nessa área.

Eu gostaria de continuar a fazer as coisas que estão dando certo no Quênia e na região. Temos uma boa cooperação na área de assistência humanitária. Há problemas de refugiados importantes aqui na região: 2 milhões de refugiados no Sudão, 0,5 milhão de refugiados na Somália, refugiados e também no Burundi... Então, há problemas em que eu espero que a gente possa avançar.

Eu acho que temos que ir além da assistência humanitária, avançar e fortalecer a nossa cooperação técnica. Na área agrícola, temos o Programa Cotton-4, Cotton Vitória, que é um programa que temos com Tanzânia, Burundi e Quênia para capacitação, reforço e fortalecimento do setor algodoeiro. Temos um programa importante – aliás, um programa modesto, mas importante em termos dos benefícios que oferece – na área da mandioca e uma cooperação na área educacional forte com o Quênia. Já tivemos mais de 80 estudantes de graduação que vieram para o Brasil estudar nas instituições de ensino superior.

Gostaríamos de ampliar essa cooperação na área educacional, buscar parcerias também entre as instituições acadêmicas dos países dessa região com as nossas instituições.

Uma palavra sobre os demais países da região.

Bom, tanto para o Quênia como para os demais países da região eu vislumbro um grande potencial de cooperação também na área ambiental. Como os senhores sabem, eu tenho um passado... Estou saindo de seis anos de assessoria internacional do Ministério do Meio Ambiente e, desde muito cedo na minha carreira, venho me ocupando desses assuntos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambientais, que foi o que um pouco me levou ao Quênia, em virtude de ser Nairóbi a sede do PNUMA.

Mas eu gostaria muito de poder avançar também numa cooperação na área de combate a incêndios florestais e na área ambiental. De um modo geral, do Quênia, a principal fonte de divisas é o ecoturismo e a visitação de seus parques. Nós achamos que talvez haja um bom potencial para aprendermos com a experiência queniana de gestão e usos públicos de suas unidades de conservação e verificarmos como podemos também ampliar esse trabalho aqui no Brasil.

Uma palavra rápida sobre os programas das Nações Unidas dos quais eu espero, com a aprovação de V. Exªs, poder cuidar. O PNUMA atravessa um momento excepcional. Com a aprovação do Acordo de Paris, da Agenda 2030, e dos objetivos de desenvolvimento sustentável, saímos de uma etapa normativa para uma etapa de implementação.

Espero, em Nairóbi, com a aprovação de V. Exªs, poder dar continuidade ao trabalho de protagonismo do Brasil no debate internacional na área ambiental, procurando participar dos consensos internacionais que vierem a se formar sobre os diferentes assuntos na área ambiental de desenvolvimento sustentável.

Eu gostaria, em particular, de avançar numa área que é muito importante, tanto para a implementação do Acordo de Paris como da Agenda 2030, que é a transição dos padrões de produção e consumo para padrões de produção e consumo mais sustentáveis. Há um programa importante que é capitaneado pelo PNUMA que eu gostaria de trabalhar com mais afinco, da mesma forma que a área de ciência ambiental, que é também muito forte no PNUMA.

Uma palavra final sobre o ONU-Habitat, que é o programa que se dedica a cidades. Como os senhores sabem, o Brasil tem 80% de sua população concentrada em cidades. O mundo está em crescente processo de urbanização. É, portanto, um enorme desafio encontrar maneiras de levar nossas cidades a padrões mais sustentáveis, a um crescimento mais justo, mais inclusivo. Trabalhar em diferentes frentes também me parece algo que deva merecer atenção prioritária do representante brasileiro naquela organização.

O Habitat também vive um momento importante com a adoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável, e um desses objetivos é dedicado a cidades. E temos também a adoção em Quito, no final do ano passado, na grande Conferência sobre Assentamentos Humanos, que se realizou na capital equatoriana, da Nova Agenda Urbana. Essa Nova Agenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Urbana estabelece um conjunto de prioridades, e eu espero que possamos aproximar as autoridades municipais dos debates que se realizam na ONU sobre cidades.

Eu estarei especialmente empenhado, com o apoio de V. Exª para trazer o Brasil à centralidade desse debate.

Com isso, Sr. Presidente – perdoe-me, se eu me excedi um pouco no tempo –, eu agradeço infinitamente pela atenção de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Fernando Coimbra, pela sua exposição. Obrigado pelo fato de ter sido sucinto, proporcionando maior tempo a S. Exªs, Srªs e Srs. Senadores, de fazerem perguntas para dirimirem quaisquer dúvidas que existam.

Passo agora, com muita satisfação, a palavra a S. Exª a Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, indicada para o Reino da Tailândia e, cumulativamente, para o Reino do Camboja e para a República Democrática Popular do Laos.

A SRª ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN – Bom dia, Srª Senadora; bom dia, Srs. Senadores. É uma grande honra para mim estar com os senhores aqui presentes.

Eu gostaria de fazer uma apresentação especialmente da Tailândia, onde vou residir, e posteriormente referências ao Camboja e a Laos.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que a Tailândia é um país dos mais importantes da associação de países do sudeste asiático, não só por seu tamanho, porque são 500 mil quilômetros quadrados, como também pela sua população de 68 milhões e também pela sua economia, que é a segunda depois da Indonésia.

É um país muito ativo, protagonista muito intenso na Asian e tem procurado justamente se colocar como representante de países em desenvolvimento ou asiático nesses mecanismos multilaterais, especialmente os da região.

A Tailândia, portanto, é a 21ª economia mundial e tem crescido nos últimos anos a altas taxas, que chegam a mais ou menos 3% nas últimas décadas. Em 2014, até agora, atingiu 3,2% no ano passado, e esse ano deve crescer 3%, talvez 3,5%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A economia da Tailândia produz tudo que seja de auto *parts,* exportações de indústria, serviços, e um terço de sua força de trabalho, embora exista uma parte industrial muito intensa, um terço da força de trabalho é ainda dedicada à agricultora.

O país conta com uma infraestrutura bastante razoável desenvolvida e, no ano passado, tiveram apenas 0,2 de inflação e 0,8 de desemprego, o que comprova a boa situação atual do país, embora digamos assim politicamente a Tailândia passe por uma forte transição.

A Tailândia é uma monarquia constitucional parlamentar, cujo rei, a Dinastia Chakri está no poder desde o final do século XVIII. Isso tem muito a ver com a situação do país, porque a monarquia é respeitada e admirada numa situação suprapartidária por toda a população. Ano passado faleceu o rei Bhumibol, que é chamado de Rama IX, foi cremado há 15 dias, e a partir de agora vamos ter um novo rei, filho desse que faleceu. O país está ainda, digamos assim, conhecendo esse novo líder, uma vez que seu pai passou 70 anos no poder e era considerado quase que um semideus, com, digamos assim, qualidades excepcionais, todas voltadas para a consolidação e unidade do país.

Existe um pequeno problema na Tailândia. Em 2014, nós tivemos grandes manifestações sociais, a Primeira-Ministra foi destituída, os militares assumiram o poder. Não é o primeiro golpe militar dos últimos tempos. Na verdade, é o 18º depois da Segunda Guerra Mundial. A partir desse momento, a junta militar que se chama Conselho Nacional para a Paz e Ordem é muito próxima da monarquia, procura legitimar o seu poder através da admiração que o povo tem pela monarquia, mas isso significa que os direitos humanos são muito cerceados e dominadas. Não há uma liberdade de expressão, não há uma liberdade de assembleia política, o que prejudica muito os partidos, que não conseguem renovar suas expressões e talvez se preparar para novas eleições gerais que deverão acontecer no ano que vem.

Caso se realizem as eleições que estão previstas – aliás, é bom lembrar que este ano foi adotada uma nova Constituição –, caso as eleições sejam realizadas ano que vem, o retorno da democracia deverá trazer uma imagem da Tailândia bastante renovada, com muito interesse internacional pelas próprias condições econômicas que apresenta.

Em termos de política externa, a Tailândia tem três parceiros principais, que são os Estados Unidos, a China e o Japão. Entretanto, com o golpe militar, a Tailândia se voltou muito para a Ásia e está tentando buscar justamente sua presença e seu protagonismo nessa associação para ter mais interlocução internacional e buscar novos parceiros internacionais. É nesse ângulo que o Brasil deveria tentar explorar um pouco mais e ser um parceiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extraterritorial com fortes possibilidades de incrementar sua cooperação. Acho que isso pode ser bastante intenso, porque países como os países Andinos e emergentes que são parte da Aliança do Pacífico já têm uma atuação bastante grande para atrair a Tailândia. De qualquer maneira, a Tailândia tem interesses na África, mas ainda são remotos. O Brasil estaria bem conceituado, uma vez que nós somos o maior parceiro, na América Latina, da Tailândia.

A pauta de exportações do Brasil, entretanto, segue muito limitada, sobretudo com questões voltadas para a soja, mas para consumo animal. O Brasil tem chances agora de renovar essa cooperação, seja na parte de carne, que é o nosso grande interesse, já que outros países da região, por exemplo, Vietnã e Malásia, já absorvem nossa carne bovina. Nós ainda não conseguimos um acordo com a Tailândia que permita isso, mas, de qualquer maneira, ano passado, a visita do Ministro Blairo Maggi fez com que esses temas fossem bastante discutidos. Deveremos, talvez, assinar um memorando de entendimento para que eles aceitem a nossa exportação de carne. No momento, está pendente a questão sanitária, mas certamente nós vamos ultrapassar isso.

De qualquer maneira, o plano de investimentos e interesse de brasileiros na Tailândia está aumentando bastante. Nós temos já o primeiro grande investimento, que foi a Brazilian Foods, que comprou uma fábrica que agora se chama Brazilian Foods Tailândia, uma fábrica de produção de carne e frango com alta tecnologia, 9.000 empregados e uma produção inteiramente para exportação. Também temos a fábrica Jacto, que produz pulverizadores mecânicos, que é, digamos, o segundo grande investimento a registrar, brasileiro, na Tailândia. Já os tailandeses chegaram aqui, têm interesses e fábricas na Zona Franca de Manaus, sobretudo para investimentos, exploram petróleo *offshore*, compraram hotéis, já tem quatro hotéis aqui o Grupo Minor, e existem sinalizações positivas de outros interesses que poderíamos certamente motivar e aumentar muito em breve.

Bom, eu gostaria de falar de dois tipos de cooperação que, a meu ver, podem ser de bastante interesse para o Brasil. Um, o turismo. Como os senhores sabem, o Brasil tem apenas seis milhões de visitantes por ano. Seis milhões é muito pouco para as nossas riquezas e para o tamanho do País.

A Tailândia, a partir de 2001, criou uma estratégia governamental e passou de 10 milhões de visitantes para 33 milhões no ano passado. É bom registrar que, em 2014, apenas 25 mil brasileiros tinham visitado a Tailândia; ano passado foram 70 mil brasileiros; e este ano serão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

100 mil brasileiros. Portanto, algo, talvez, a gente possa absorver dessa cooperação e estimular também a vinda de estrangeiros para conhecer as nossas belezas aqui.

Outro tema de cooperação que é uma novidade, mas pode ser muito bem explorado é a a questão da defesa e, digamos, e de aviões comerciais. Em 2014, foi inaugurada a adidância militar de defesa com sede na Indonésia, em Jacarta, mas, muito em breve, deverá ter também um escritório em Bangkok. O que acontece? Estamos vivendo na Tailândia um regime militar. O fato de nós termos uma adidância – e aliás os tailandeses têm um adido militar residente aqui em Brasília – está promovendo um pouco mais de contatos. Por exemplo, o Brasil foi convidado para ser observador de um exercício militar que é o maior da Ásia, chamado Cobra Gold, que tem a cada ano e que é organizado pela Tailândia e pelos Estados Unidos. São 30 países envolvidos. Os militares brasileiros neste ano ainda não puderam aceitar, mas certamente ano que vem deverão ser parte desse evento. É lógico que isso parece pouco, mas, na verdade, é um reconhecimento de que o Brasil pode te algum interesse lá na Tailândia.

Eles já têm alguns aviões, para uso de autoridades locais, da Embraer. Agora, o grande interesse é vender o KC-390, porque os tailandeses pretendem também modificar toda a sua frota de C-130 Hércules e já conhecem, com demonstrações *in loco*, o Super Tucano, que também está na pauta de compras. Além disso, em termos de aviação comercial, existem muitas possibilidades, porque a Tailândia tem incrementado demais aviões e linhas internas. Existem voos domésticos muito fáceis, que também é um dos ângulos que facilita o turismo muito intenso.

Eu gostaria agora de falar rapidamente do Camboja e do Laos. O Camboja é um pouco mais desenvolvido do que o Laos, mas, de qualquer maneira, os dois países são, digamos, das nações mais pobres da Ásia.

O Camboja é uma monarquia constitucional, tem um Primeiro-Ministro que, em vários setores, está no poder há 30 anos e, enfim, comanda o Partido Popular Cambojano. Nesse País haveria um outro partido da oposição com alguma chance de trabalhar em termos de oposição, entretanto as regras são muito duras, existe também um controle imenso e a política é de qualquer crítica ao governo é considerada um crime. Portanto, não há muito como reivindicar uma oposição política. O que importa é que eles estão buscando novos interlocutores.

O Camboja acaba de ser designado há pouco tempo um país de renda média baixa e tem grandes problemas de educação, de má nutrição e necessita alimentos. Portanto, existe ali uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande possibilidade para ovinos e bovinos. Quem sabe algum empresário brasileiro tenha interesse em chegar até a Ásia com seu *know-how*, sua *expertise* nessa área.

O Laos é uma república popular democrática, um país socialista de partido único, que tem uma política renovadora, inclusive eles entraram para a Asean e para a OMC em 2003 e, com isso, também se tornaram uma das fontes de crescimento intenso naquela região da Ásia. Mas, também, é um regime bastante rígido, com um controle intenso de direitos humanos, com leis que impedem qualquer crítica ao governo, o que impede, certamente, o aparecimento de oposição ou de reivindicações.

Eu acho que tanto no Laos, como na Tailândia ou no Camboja nós temos uma grande possibilidade de estarmos mais presentes. Eu acho que é preciso um pouco mais de contatos de alto nível, porque aqueles países estão acostumados a uma relação, digamos assim, presencial, cara a cara, e uma das coisas que eu pretendo fazer é justamente estimular a cooperação, estimular essas visitas, tentar aproveitar as falhas de crescimento desses países e apresentar a nossa cooperação Sul-Sul, nos moldes do que já fazemos, por exemplo, na África, e, certamente creio que, com o apoio dos senhores, poderei fazer um bom trabalho. Além do mais, considero que o Brasil não pode estar tão afastado da região que mais cresce no mundo. Certamente, nós temos grandes interesses, porque já exportamos para todo o Sudeste Asiático, com quem mantemos uma balança comercial de US$16,5 milhões.

Muito obrigada, senhores.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, pela sua exposição.

Com a palavra S. Exª o Senador Pedro Chaves e, em seguida, S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se é possível abrirmos o painel de votação, uma vez que já temos quórum aqui, claro com a permissão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco para deliberação do Plenário a solicitação feita por S. Exª o Senador Pedro Chaves no sentido de nós abrirmos o painel para dar início à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica, então, aberto o painel para que S. Exªs possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, peço que me inscreva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em seguida, S. Exª o Senador Hélio José, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu estou com uma audiência fora, às 10h30, portanto não farei indagações ao Embaixador Fernando Coimbra nem à Embaixadora Ana Lucy Cabral Petersen. Mas eu quero dar um testemunho da qualidade, do esforço, da dedicação e do trabalho desses dois representantes do Itamaraty que se apresentam aqui para esta sabatina e para a apreciação de seus nomes por esta Comissão de Relações Exteriores na designação que recebem para representar o nosso País no Quênia e na Tailândia respectivamente. Eu tive oportunidade de conhecê-los no exercício dos seus ofícios.

A Embaixadora Ana Lucy foi muito, muito prestativa quando da visita que realizei aos Estados Unidos com uma agenda voltada para a promoção da parceria comercial e de investimentos com o nosso País e também uma agenda focada na área do meio ambiente, das mudanças climáticas, em reuniões que mantivemos no Estado de Nova York.

Em relação a Fernando Coimbra, o nosso relacionamento é um pouco mais antigo. E eu quero dar esse testemunho do trabalho que ele realizou ao lado, primeiro, da Ministra Izabella Teixeira, que foi Ministra do Meio Ambiente, na preparação da proposta brasileira para a Conferência do Clima em Paris, no sentido de organizar, sob a coordenação do Itamaraty, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente, um amplo debate do qual participou a Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, da qual eu tive a honra de ser o seu Presidente, em que nós ouvimos toda a sociedade brasileira na construção de uma proposta que surpreendeu a comunidade internacional pela sua ousadia, pela maneira como o Brasil se colocou.

E, depois, eu pude ver a habilidade, a capacidade, o reconhecimento do prestígio do Embaixador Fernando Coimbra em Paris, ajudando a Ministra Izabella Teixeira a chegar àquele acordo, àquele documento histórico, que quase 193 países, 189 países subscreveram.

Tive também a alegria de compartilhar com ele, já quando da presença agora do Ministro Sarney Filho, da Conferência do Clima em Marrocos, quando ele, também representando o nosso País, teve um papel central na discussão das estratégias de implementação daquilo que foi acordado em Paris.

Portanto, eu quero dar esse testemunho aos meus colegas daqui de Comissão de que nós estamos muito bem representados para essas missões que eles recebem do Presidente Michel Temer, do Ministro Aloysio Nunes, no sentido de representar os interesses brasileiros tanto na Tailândia quanto no Quênia. Portanto, contem com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Fernando Bezerra Coelho.

E, pela ordem, ainda S. Exª o Senador Hélio José, antes de passarmos a palavra aos oradores inscritos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – O.k. Então, o senhor me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não.

Muito obrigado, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Têm preferência para as perguntas os Srs. Relatores. Eu indago se S. Exª o Senador Antonio Anastasia, depois S. Exª a Senadora Ana Amélia idem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, pela ordem, S. Exª o Senador Cristovam Buarque com a palavra. Tem V. Exª a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, apesar do fascínio tanto por um país como a Tailândia, como pela região, e não apenas o Quênia, mas muito especialmente o Quênia – até conversei com o Embaixador por isso, e o exemplo que o ex-Presidente deu em relação à educação naquele país –, eu quero aproveitar, Senador Collor, para fazer uma sabatina sobre a política externa, como deveria ser para o futuro, como tudo no Brasil deveríamos fazer sempre olhando para o futuro, e, agarrando um detalhezinho de sua fala anterior. Foi uma longa fala sobre a situação do mundo, mas tem um ponto para o qual eu queria chamar atenção, quando o senhor falou da desnuclearização do ponto de vista de armas nucleares.

Até hoje há no Brasil muitas pessoas, respeitáveis até, com o olho no espelho retrovisor, acreditando que a potência brasileira só se afirmará quando tiver bomba atômica. Isso é uma visão olhando o passado, mas há muitos, como há muitos que olham a economia pelo espelho retrovisor – muitos! É óbvio que hoje não é mais bomba atômica que faz um país forte; o que o faz forte são outras coisas. E aí, sim, eu acho que talvez, em algum momento, pudéssemos aqui discutir com o nosso Ministro, nosso colega, não o que está sendo feito ou não está sendo feito, mas o que seria uma política externa para o terceiro centenário da Independência, que é daqui a 4 anos ou um pouco mais. Como é que vai ser isso daqui para frente? Uma das coisas é a profissionalização, e aí eu aproveito para parabenizar o Presidente Temer, assim como a Presidente Dilma, o Presidente Lula e o Presidente Fernando Henrique, que, se escolheram embaixadores de fora da carreira, foram exceções. O Brasil tem tido essa prática – no seu governo também, Presidente Collor –, são exceções – e é bom que haja exceções – embaixadores que não são da carreira. A profissionalização vai ser cada vez mais importante, mas há outras coisas.

Eu gostaria de insistir, para debater... Fica ruim perguntar à Embaixadora e ao Embaixador, porque sei que às vezes há constrangimento para falar sobre temas que são da política. A gente tem de debater essa obsessão brasileira por uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eu, pessoalmente, acho que não é por aí que o País se afirma. Eu creio que a gente se afirma hoje pelo *soft power* no mundo, muito mais do que pelo *hard power,* que seria ter uma posição de declarar ou não intervenção em outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas não é só isso. O que vai afirmar o Brasil daqui para frente, cada vez mais, é a visão multilateral da política externa, mais do que a bilateral, embora, no fundo, no fundo, se faça diplomacia bilateral. O Embaixador vai representar o País num país, ou em alguns países até, mas cada um individualmente. Mas, cada vez mais, o multilateralismo deve ser o centro da política externa a meu ver. Não é por acaso que a China, que vem dando tantos exemplos para nós, tem uma política externa voltada para os seus interesses em primeiro lugar, mas atua, cada vez mais, também de forma multilateral e até continental – é o caso de sua presença na África.

Outro ponto em que eu creio que a gente deveria insistir: quais são os exemplos que o Brasil pode dar para ter uma posição internacional forte? Aí, mais uma vez, eu creio ser através dos exemplos em algumas áreas, como o combate à corrupção, como a consolidação da democracia, como a luta pela erradicação do quadro de pobreza que nós temos no País.

E, aí, um dos pontos fortes da política externa brasileira foi poder usar a Bolsa Escola, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se transformou em Bolsa Família, do Presidente Lula. Ela serviu, sim, para fortalecer o Brasil, e teria servido mais se a economia tivesse dado substância. No entanto, a irresponsabilidade fiscal, o eleitoralismo, até mesmo dessa política, terminou fazendo com que uma boa política, em função da qual o Brasil era citado em todos os lugares, terminasse fracassando. Houve também, a meu ver, a falta da ênfase educacional na Bolsa Família.

Nossas políticas sociais são assistidas lá fora. Nós, que nos envolvemos nisso de uma maneira ou outra, sabemos que é raro o mês em que não haja um convite para ir a algum lugar do mundo falar sobre esses programas sociais. E é aí que a gente se afirma.

Como aqui o tempo é curto para fazer a sabatina, eu queria colocar a posição clara do Brasil sobre temas centrais do mundo. E, aí, eu coloco três, e mais alguns. Os três primeiros são terrorismo, pobreza e meio ambiente.

O Brasil tem que ter posição muito clara e dar exemplos. Não adianta ter uma política clara sobre meio ambiente e destruir a Amazônia. Não adianta isso. Tem que dar exemplos também na prática. Não adianta falar tão fortemente de meio ambiente e destruir o Rio São Francisco e os outros rios também, ou seja, destruir as águas. Como o Brasil é um... Não sei, Senador Anastasia, se posso criar ou se existe o neologismo "aguacídio". O Brasil hoje é um país "aguacida". Nós estamos destruindo a água através da sujeira. Como somos um país homofóbico... Homofóbico, não – desculpe; como homofóbico temos muita prática –, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pedófobo, quando olhamos o número de pessoas assassinadas neste País, sem escola, sem atendimento médico. Felizmente o Brasil despertou para o horror da pedofilia, mas não despertou ainda para a pedofobia, uma espécie de ódio que existe neste País ao não respeitar e tratar com carinho suas crianças.

Eu creio que terrorismo, pobreza e meio ambiente; é aí que o Brasil se afirma. Agora, além disso – eu creio –, a promoção do comércio e a luta contra os tráficos ilegais de todos os tipos, inclusive esse terrível, moderno, que é o tráfico de órgãos, muitas vezes de pessoas vivas, servindo como simples portadores de órgãos.

Então, eu aproveito para fazer esta provocação sobre como é uma política externa voltada para frente, para o mundo que vem aí, onde, por exemplo, não deve haver lugar para querer ter armas nucleares. E aí aproveito para homenagear. As pessoas esquecem isso, mas o senhor, Presidente Collor, foi quem barrou essa – eu não vou nem dizer se crime ou não, porque em algum momento era necessário – essa coisa antiquada de bomba atômica como afirmação nacional. O senhor, aliás, devia citar mais vezes como foi tapar aquele buraco que estava sendo preparado para explodir nossas bombas.

Era isso que eu queria aproveitar para dizer. Não tenho nenhuma pergunta específica a nenhum dos dois. Tivemos ótima conversa. Minha satisfação de ver dois profissionais com o calibre de vocês e praticamente todos, para não dizer todos, que saem do Instituto Rio Branco – e talvez isso seja um pouco de pretensiosismo, porque fui professor lá, com muito orgulho. Mas eu parabenizo. Sei que o Brasil vai estar bem representado. O que falta, talvez, é termos mais clareza do futuro do Brasil.

O Brasil só precisa de duas coisas, Presidente Collor: coesão no presente e rumo para o futuro; coesão social, pois a sensação que temos é que o País está se esfarelando, se desagregando, e rumo para o futuro – a sensação é que o País não está acertando no seu rumo. Até as coisas boas, como a recuperação econômica, é a recuperação em uma economia do passado; não é a economia do futuro, com alta tecnologia, competitividade, alta produtividade. A gente não está fazendo isso.

O fato é que o próximo Presidente vai estar no poder no primeiro ano do terceiro centenário. E aqui presto homenagem à primeira pessoa que eu vi levantar aqui essa comemoração do segundo centenário, que foi o Marco Maciel. O Marco Maciel, há mais de dez anos, falava que o Brasil deveria usar 2022 como ponto de referência para discutir o futuro. Nesse futuro, a política externa é fundamental e vai ser cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo, porque não aprofundei na hora em que falei, sobre essa ideia do multilateralismo. Esse multilateralismo não pode ser regionalista. Somos latino-americanos, estamos ligados aos países do Mercosul, mas nosso multilateralismo tem que ser planetário, não só restrito às nossas fronteiras, senão ficaremos para trás, como alguns querem, na economia e até, de vez em quando eu ouço falar, na ressurreição de uma bomba atômica brasileira. O Presidente Collor creio que pode colocar na história como tendo sido o presidente que barrou isso. Barrando isso, conseguimos ter tão boas relações com a Argentina. E aí, em homenagem ao Presidente Sarney, que foi quem fez essa abertura inicial em relação à Argentina. Mas a bomba atômica pesava sobre os dois lados. Nessa disputa de ter bomba, o Collor foi quem, ao acabar com isso, facilitou essas relações.

Era isso que eu tinha a dizer. Estou satisfeito de poder votar na senhora e no senhor como nossos representantes nas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Quero cumprimentar nossos Embaixadores.

Queria ir direto a algumas perguntas.

Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, como vem atuando o grupo terrorista somali Al-Shabaab na região, V. Exª pretende colaborar para que o Brasil e Quênia retomem as visitas bilaterais de alto nível? De que modo?

No Quênia, as eleições presidenciais de agosto foram anuladas pela Suprema Corte em razão de fraude. Nas novas eleições, em outubro, houve boicote do principal líder oposicionista Raila Odinga e o Presidente Uhuru Kenyatta foi reeleito com 98% dos votos. Em Ruanda, o Presidente Paul Kagame foi reeleito também com 98%, mas sob protesto do candidato do único partido de oposição tolerado e de um candidato independente que alega não ter tido tempo nem para arrecadar dinheiro e nem para fazer campanha. Isso posto, pergunto: como está o panorama político na região? O que o Brasil pode fazer para melhorar?

V. Exª pretende fomentar missões empresariais brasileiras no Quênia, missões empresariais quenianas no Brasil e a Brazil in Eastern Africa Expo de que maneira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que o acordo sobre a cooperação no setor de energia com o Quênia, celebrado em 6 de julho de 2010, ainda está nos Ministérios e na Casa Civil para análise? Tem notícia? Qual a situação dos campos de refugiados oriundos do Sudão do Sul, em Uganda?

O Brasil teria condições de fazer uma mediação entre a ONU e o Burundi para que o país aceite uma missão de paz e apoio na área de direitos humanos em seu território?

Nobre Embaixador Coimbra, essa é uma região realmente muito rica, muito importante, mas é uma região muito problemática, com muitos problemas graves na história mundial, as questões todas de Uganda. Até hoje, todo mundo se lembra de Idi Amin Dada e de outros que passaram por lá; as questões de Burundi. São regiões muito ricas. Como se explica o Brasil ter embaixadas em países pequeníssimos e não ter uma embaixada em cada um destes países como Uganda, Quênia, Somália, e todo o Chifre?

Eu gostaria de saber como está a questão – não está aqui porque a minha assessoria não pôs – dos piratas na Somália, e se essa questão foi superada. O que pode ser feito no âmbito da diplomacia para que esse mar territorial possa ter uma situação mais navegável?

A última, que vai servir para o senhor e para a Drª Ana Lucy, é sobre a questão das energias. Essa é uma região riquíssima em irradiação solar, como o Brasil é riquíssimo em irradiação solar. Todo mundo sabe o potencial de energia limpa da energia solar fotovoltaica ou energia heliotérmica. O que poderia ser feito no intuito de melhor aproveitar essas energias, já que são regiões muito pobres, algumas com desigualdades sociais terríveis, e todo mundo sabe da importância da energia para a geração de emprego e de oportunidades?

Com relação ao turismo – sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo e sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura –, eu gostaria de dizer, como a nossa nobre Embaixadora Ana Lucy já colocou, que precisamos aumentar o turismo também com essas comunidades africanas, que são países com razoável porte, com uma classe média significativa que poderia estar fazendo um turismo maior no Brasil.

Drª Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, o relatório da Senadora Ana Amélia, ao mencionar os resultados da Segunda Reunião da Comissão Mista bilateral ocorrida em 2012 em Brasília, destaca que se identificaram setores prioritários para alavancar o comércio entre o Brasil e a Tailândia. Do lado tailandês, foram destacados os setores de energias renováveis e alternativas, biotecnologia, energia verde e agroindústria, além de haver sido demonstrado interesse em *joint venture* na área de exploração de petróleo em águas profundas. No que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tange aos investimentos, as prioridades tailandesas no Brasil são energias renováveis, petróleo e gás natural, biotecnologia e indústria agroalimentar. Que medidas foram tomadas pela diplomacia brasileira para concretizar iniciativas nesses setores tão carentes de investimentos tão necessários e tão importantes? V. Exª tem projetos específicos nesse sentido?

Para nós, que temos essa biodiversidade enorme e essa capacidade de energia muito grande que não é captada, eu tenho certeza de que, se a Tailândia tiver esses interesses, será um ótimo parceiro. Eu sou engenheiro eletricista, trabalho no Ministério de Minas e Energia, quando não estou aqui como Senador da República, e sei da importância deste tema sobre o qual estamos conversando.

O Brasil é âncora no âmbito de produção de energia de biomassa, tem uma boa capacidade na questão da eólica, e é incipiente, da Idade da Pedra, com relação à geração de energia solar fotovoltaica. Nós precisamos mudar esse aspecto, se quisermos aproveitar essa situação.

Para se ter uma ideia, o Brasil tem uma capacidade, Presidente Collor, de 28 mil gigawatts de captação de energia solar, enquanto a nossa matriz elétrica é de apenas de 163 gigawatts.

Então, se tivéssemos compromisso cívico com a nossa Nação e quiséssemos investir de verdade no desenvolvimento social, sem querer vir com firula de entregar os nossos rios, por exemplo, o Amazonas, o São Francisco, para capitalistas internacionais, com história de privatizar aquilo que foi feito e funciona na contramão da história do mundo... Porque nos Estados Unidos, na Austrália, a Europa, em todo o mundo estatiza-se o setor energético que é fundamental, principalmente a geração e a transmissão de energia, o Brasil tem isso em mão, e agora vem um bando de banqueiro – que assaltou o Governo – querer entregar para o capitalismo internacional os interesses que foram feitos ao longo da vida... Getúlio Vargas quando lançou a criação da Eletrobras, que foi criada 8 anos depois já por Jânio Quadros quando Presidente da República, de tanta discussão que houve no período, em que se consolidou o maior sistema integrado do mundo em nível energético, com funcionamento equilibrado que permitiu que o Brasil saísse do caos dos apagões e dos blecautes, mesmo hoje com essa crise hídrica em condição de operar bem o sistema, de repente aparecem pessoas querendo, a preço de banana, ofertar e destruir o patrimônio público da Eletrobras.

Então, a gente precisa reagir com relação a isso. Eu acho que a energia solar é uma das saídas e outras energias também renováveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, no relatório de gestão enviado a esta Comissão, as restrições impostas pela administração castrense e o retrocesso democrático experimentado na Tailândia exigiram reforços suplementares para acompanhamento adequado da política interna do reino. Diante dessa realidade, o Embaixador dá notícia de que buscou ampliar a interlocução do posto com legisladores tailandeses.

V. Exª acredita que o cenário é propício ao desenvolvimento de iniciativa no âmbito da diplomacia parlamentar entre Brasil e Tailândia? Nesse sentido, que contribuição o Parlamento brasileiro poderia dar à identificação desse diálogo entre os países? Considerando sobretudo as modestas dimensões das economias do Laos e do Camboja, quais as perspectivas para o adensamento das relações desses países com o Brasil?

Para concluir, Sr. Presidente Anastasia, quero dizer o seguinte... Eu acabei de ser, nobre Embaixadora Ana Lucy, Relator da CPI da Previdência. E se comprovou, com relatório aprovado por unanimidade – Governo, centro e oposição –, que a seguridade social não tem esse déficit, não tem esse alarme que é fruto de contas falsas, de contas manipuladas. Inclusive nós encaminhamos o indiciamento do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, por mentir com contas falsas à população brasileira, e o indiciamento do Ministro Padilha. Retiramos, em prol do consenso, para aprovar o relatório por unanimidade, esses dois indiciamentos, porque ninguém aqui fez CPI para ficar com brigas e nem para caçar bruxa nenhuma, nós só queríamos passar a limpo a situação da previdência brasileira. E incluímos uma série de propostas cidadãs para, proporcionalmente, fazer com que quem deve pague e não fique castigando os que já pagam, que são os pobres dos trabalhadores e dos servidores públicos.

Esse relato faz parte da CPI da Previdência, que acabei de aprovar, por unanimidade, e concluímos há mais ou menos duas semanas. Esperamos que isso sirva para aqueles que estão com políticas anticidadãs, que querem enriquecer mais ainda os banqueiros e dificultar mais ainda a vida dos brasileiros, para que possam pensar que vai haver eleição ano que vem e vai ser o momento de passar a limpo este País e tirar do Congresso Nacional e de alguns executivos aqueles que não têm compromisso com a cidadania e com o bem-estar geral da população.

Com relação a isso, a senhora falou uma questão fundamental que é a questão do turismo, que tem aumentado sobremaneira num país maravilhoso como é a Tailândia. Todo mundo que vai lá se encanta com as belezas e com a atração que tem aquele país.

Como a senhora, que tem toda essa experiência, pretende nos ajudar, aí sim, a este país continental, com tanta riqueza, como é o Brasil, a sair do caos em que se encontra de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadã, gerando emprego, investindo na indústria do turismo e fazendo com que nosso PIB possa dobrar ou até triplicar? Nossas experiências são importantes.

Eu, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Turismo, estou às ordens para a gente sentar, reunir e conversar sobre essa questão tanto com a senhora quanto com outros Embaixadores.

Muito obrigado, Excelência, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Próximo inscrito, eminente Senador Pedro Chaves, a quem concedo a palavra para suas indagações.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu entendi, com todo o respeito ao Senador Pedro Chaves, que os dois Senadores que foram Relatores das indicações dos Embaixadores teriam preferência nos questionamentos, mas, com muito bom grado, depois da aula do Relator *ad hoc* Hélio José, eu acho que fica muito bem o Senador Pedro Chaves falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A próxima inscrita é V. Exª. Eu acho que entendeu o Presidente Collor que nós falaremos ao final. Parece que foi compreensão da Presidência. Mas, se o Senador Pedro Chaves quiser, certamente a senhora tem toda precedência.

Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar os Srs. Embaixadores aqui presentes, os Srs. Senadores.

Inicialmente eu gostaria de fazer um registro. Sr. Presidente, na próxima semana, estarei fora do País para me juntar à comitiva do Ministério da Defesa em viagem oficial a Vancouver no período de 12 a 15 de novembro. Participaremos da conferência ministerial da ONU sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

missões de paz e posteriormente seguiremos para a ONU em Washington para participar de reuniões, encontros e palestras com autoridades e personalidades da área da Defesa.

Creio que essa seja uma grande oportunidade de trazer novidades na seara internacional ao nosso País e nos aprofundarmos nesses temas, já que o Brasil se destacou de forma manifesta na missão de paz no Haiti.

Conforme o Ministro da Defesa Raul Jungmann, o Brasil recebeu convite para participar de outras missões de paz da ONU, dessa forma, reforçando o compromisso e a importância dessa viagem para o debate do tema.

Agradeço cordialmente o convite do Ministro da Defesa e me sinto muito honrado em poder ter o privilégio de participar desses encontros, que certamente são importantes para que possamos compartilhar da nossa experiência nesse tipo de operação, bem como agregar conhecimentos em países distintos visando à manutenção da paz.

Obrigado.

Agora o questionamento, que será mais sucinto um pouco. Inicialmente eu me permito questionar a nossa queria Embaixadora, Srª Ana Lucy Gentil Cabral Petersen. As questões são as seguintes.

O Brasil tem desempenhado um papel importante no fortalecimento das relações entre o Mercosul e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), que completou 50 anos em 2017. A Asean é formada por dez países – Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Myanmar, Camboja, Laos e Vietnã –, com população total de 620 milhões de habitantes. A Asean é o segundo parceiro comercial do Brasil na Ásia, com um fluxo de comércio bilateral superior a US$16,5 bilhões. Segundo o Itamaraty, o Mercosul é um parceiro natural para a associação não só porque os dois projetos de integração são os mais importantes em suas regiões, mas também porque têm a mesma posição em relação a diversos pontos da agenda internacional, como a promoção do desenvolvimento sustentável e o foco no comércio como ferramenta importante para o desenvolvimento e a integração.

Nesse contexto de boa vontade em potencial, indago: quais os caminhos para incrementar cada vez mais o intercâmbio bilateral entre Brasil e Tailândia e demais países a Asean?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda pergunta: as relações diplomáticas entre Brasil e Camboja foram retomadas em 1994. Como vimos, o Brasil tem procurado intensificar o seu relacionamento com os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático, da qual Camboja é membro. Nesse intuito, ampliaram-se as iniciativas de cooperação bilateral nas áreas agrícola e educacional.

Em 2011, foi assinado acordo que poderá levar à participação de estudantes cambojanos no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Brasil e Camboja também procuram identificar possibilidades de apoio recíproco em fóruns multilaterais; também o IBAS, formado por Brasil, Índia e África do Sul, tem prestado cooperação ao Camboja por meio do fundo IBAS na área da saúde – o projeto no Camboja iniciado em 2010 e com orçamento de US$1 milhão foi concluído em 2013, com a construção do pavilhão para crianças com necessidades especiais em hospital pertencente ao Ministério da Saúde do Camboja; promoveu-se também a capacitação de profissionais na área da saúde. São iniciativas que precisam ser ampliadas e dinamizadas.

Pergunto: quais são os principais obstáculos para o desenvolvimento do intercâmbio e cooperação entre Brasil e Camboja? Como é atualmente o relacionamento do Camboja com os demais países do sudeste asiático?

E a última pergunta: Camboja e Laos compartilham uma fronteira de 540km, mas alguns trechos não estão claramente delimitados. A porosidade dessa fronteira é conhecida pelos traficantes de drogas, que passam carregamentos sobretudo de metanfetaminas e heroína do Laos para o Camboja. Desde abril de 2017, têm-se intensificado invasões de soldados do Laos no Camboja, o que tem causado incidentes diplomáticos graves.

Outra questão de segurança no Laos se refere às bombas deixadas pela guerra no sudeste asiático há 50 anos. Anualmente morrem dezenas de laosianos por explosões desses artefatos remanescentes. Em 2016, foram 59 mortes; este ano já totalizaram 28. Há iniciativas internacionais para resolver esse problema.

Sobre esse tema, eu solicito a V. Sª uma abordagem sobre a questão da segurança no sudeste asiático, sobre o relacionamento político entre aqueles países e como o Brasil pode ajudar na iniciativa de boa vontade na desativação de artefatos militares na região.

Por outro lado, mesmo não estando aqui, eu queria louvar realmente a sua atitude em termos de incentivar e procurar buscar a exportação dos aviões KC-390, o nosso cargueiro, produzido no Brasil, que é o orgulho da Aeronáutica brasileira e da produção de aviões. Eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é um ponto extremamente importante que a gente continue incentivando, visto que se trata de um cargueiro realmente exemplar, assim como o Super Tucano. De fato, essas exportações de aviões são muito importantes.

Agora, uma pergunta ao nosso caríssimo diplomata que vai para o Quênia, Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra.

Ministro, as questões sugeridas são as seguintes:

Verifica-se, nos últimos tempos, incremento das ações de grupos terroristas no Quênia. Membros da rede Al-Qaeda e do grupo islâmico radical Al-Shabaab, por exemplo, têm intensificado as suas atividades em território queniano. Esse, o quadro que V. Exª pode compartilhar com esta Comissão sobre o contexto atual da atuação de grupos terroristas nessa parte do Continente Africano. Quais os riscos para a nossa Embaixada em Nairóbi e o que é feito para minimizá-los?

Segunda pergunta: V. Exª poderia dar uma palavra sobre eventuais consequências, no plano interno, das acusações feitas pela Promotoria do Tribunal Penal Internacional (TPI) em relação a possível cometimento de crimes contra a humanidade por parte de políticos quenianos acusados de instigar a violência pós-eleitoral em 2007?

A última pergunta: tendo em conta, por exemplo, que a agricultura emprega 70% da força de trabalho do Quênia e considerando também que o turismo é de vital importância para a economia daquele país, quais são, a juízo de V. Exª, os maiores desafios a serem vencidos para uma aproximação bilateral ainda maior no campo da cooperação técnica nesses dois setores da economia?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela sua sempre prestimosa participação.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, eu vou me concentrar precisamente no que interessa ao assunto, que é a sabatina de dois Embaixadores que irão para países importantes, estratégicos até eu diria, em medidas diferentes, em proporções diferentes no âmbito econômico, político, institucional das relações exteriores, como é o caso da Tailândia, Camboja e Laos, e, depois, do Quênia e dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países onde o Embaixador Coimbra vai também atender, assim como a Embaixadora Ana Lucy o fará também em relação à Tailândia e, cumulativamente, ao Camboja e ao Laos – e V. Exª também terá uma responsabilidade abrangente nessa região.

Embaixadora Ana Lucy, eu tive o privilégio de ser a Relatora da sua indicação feita pela Presidência da República, e tanto V. Exª quanto o Embaixador Coimbra integram, digamos, aquele grupo de elite da carreira diplomática, que, aliás, é a marca do Itamaraty. Nós temos muito orgulho da carreira diplomática brasileira pela sua excelência, pela sua qualidade, pelo seu comprometimento com os interesses nacionais.

No caso da Tailândia, a gente fica falando... Sempre se fala assim: quais são as cidades mais visitadas? A gente se lembra logo de Paris, de Londres e de Nova York. Nada disso. A cidade mais visitada no mundo foi Hong Kong, na China; a segunda, foi Bangkok, na Tailândia. E ontem falava com um brasileiro que viaja muito. Falei sobre Fernando de Noronha, e ele não conhece Fernando de Noronha, mas conhece Phuket, que é uma praia famosa na Tailândia, que foi vítima do *tsunami*. Então, nós temos ainda que percorrer um longo caminho. A sua Alagoas, Presidente Collor, tem praias extraordinariamente bonitas, e nós não conhecemos o nosso próprio País.

Então, eu acho que a gente tem também que trabalhar não só para... Como disse a Embaixadora Ana Lucy, serão 100 mil brasileiros que irão à Tailândia. Eu estou entre esses, porque já fui duas vezes à Tailândia, Bangkok, especialmente, não ao interior. De fato, são regiões novas.

O relatório que o nosso Embaixador lá, o Gilberto Fonseca Guimarães de Moura... A senhora vai substituir um colega de grande qualidade. Tive a oportunidade de duas vezes estar com o Embaixador Gilberto. E há o empenho dele nas questões nacionais especialmente econômicas.

Eu, como gaúcha, de um Estado produtor e exportador de carnes de toda a cadeia e de soja também, vejo que a senhora está atenta a isto. E a visita do Ministro Blairo Maggi, de fato, abriu um campo e uma possibilidade de ampliação desse comércio.

Hoje a balança bilateral Tailândia-Brasil está variando entre US$3 a US$4,5 bilhões, o que é pouco para a potencialidade dos dois países. Eu acho que o valor agregado é possível. E hoje 78% da pauta brasileira é soja, quase 80% é soja. Então, é possível, sim, fazer uma diversificação na área aeroespacial, aviões militares, de carga ou mesmo aviões de passageiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acho que na agricultura também é possível fazer troca de informações. Há muita similaridade entre a produção de frutas, por exemplo, da Tailândia com o Brasil. A variedade de mangas que existe na Tailândia é surpreendente. E a senhora vai conhecer uma fruta lá que é muito apreciada na Tailândia, mas o cheiro é insuportável, chama-se durian esta fruta. É proibido, inclusive, transportar a fruta nos ônibus ou no transporte público tal é o odor que sai da fruta, mas as pessoas apreciam, é uma fruta exótica e parece muito com a jaca no seu formato e na sua consistência.

Também queria lembrar um aspecto que já foi demandado, inclusive: a área de saúde, células-tronco e tratamento de câncer na Tailândia. Eu conheço pessoas que fizeram tratamentos lá. São muito eficazes os tratamentos de câncer e são muito baratos. Um tratamento para um determinado tipo de câncer, todo o tratamento R$15 mil. Isso, comparativamente ao custo de medicamentos usados no Brasil, é barato.

Então, como nessa área podemos ter um relacionamento mais intenso? Porque isso interessa à população brasileira, mais do que até um debate sobre a qualidade com que deveríamos fazer aqui, como o Senador que me antecedeu, não sobre estatizar ou não, mas saber que tipo de qualidade e serviço recebe a população. A população é que paga a conta de tudo o que nós fazemos e do serviço público especialmente. Será que a população está satisfeita com a energia que recebe, com o serviço de energia que recebe das empresas estatais como aqui em Brasília? Essa questão. Então, acho que...

E esses países cresceram pela globalização, pela visão estratégica. Tiveram que se juntar com o mundo, buscar a tecnologia. A Tailândia é um exemplo disso. E, no turismo, também penso que a Tailândia, além do patrimônio que tem – seus templos, Buda Deitado, Buda de Esmeralda, templos maravilhosos, majestosos –, tem algo fundamental, que é a segurança. Bangkok, apesar dos problemas – é uma cidade que tem pobreza periférica, tem bolsões de miséria –, é uma cidade segura para se andar. Eu queria saber se isso não tem relação até com a espiritualidade desse país budista, que se empenha grandemente na questão da espiritualidade.

Desejo ao Embaixador Coimbra muito boa sorte. Penso também que, nessa área agrícola, o Brasil tem muita condição... A Embrapa pode ajudar as populações muito carentes de comida – é preciso comida.

Hoje, particularmente, Embaixador, nós estamos com um problema grave envolvendo o leite. Eu tenho tocado muito nesse assunto. Na última sessão que tivemos, Presidente Collor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse que existe um programa das Nações Unidas de distribuição de alimentos e, já no passado, quando tivemos um problema de arroz – está aqui o Deputado Luis Carlos Heinze, que é do meu Estado e é muito atento a essa questão –, nós conseguimos que o excedente que havia de arroz no Brasil junto à Conab fosse doado para países africanos.

Agora, além de ser integrado aos programas sociais no Brasil, merenda escolar e outros, penso que o excedente do leite brasileiro poderia ser adquirido pela Conab, ser integrado a esses programas sociais daqui e também, no caso da África, dessa região para a qual Embaixador Coimbra irá, o Quênia, porque a periferia tem muita pobreza, muita fome. Seria algo importante. O Itamaraty está ligado a um programa das Nações Unidas que trata dessa ajuda humanitária. Faço apenas essa ponderação acerca da possibilidade de se fazer essa distribuição.

O comentário que eu gostaria da Embaixadora Ana Lucy é sobre a questão da saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Eu indagaria a S. Exª o Senador Anastasia... O Senador Lasier se inscreveu, mas V. Exª teria preferência como Relator. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Com a palavra S. Exª o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente.

Eu tenho uma pergunta para o nosso Embaixador que vai para a África e uma pergunta para a nossa Embaixadora que vai para a Ásia. Aliás, ao Embaixador Fernando Coimbra, tanto quanto uma pergunta, trata-se de uma sugestão ou um pedido.

A Senadora Ana Amélia acabou de lembrar a importância da produção agrícola, necessária naquela região, que é algo em que o meu Estado tem um destaque – sou Senador pelo Rio Grande do Sul. E acontece, Embaixador Fernando, que há exatamente 4 anos, em 2013, houve, durante uma grande exposição de animais – é a maior do Brasil –, a Expointer, no Rio Grande do Sul, um acordo entre uma associação de raças, através da Apex, a Agência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Promoção de Exportações e Investimentos, e o Governo do Quênia, para onde vai V. Exª – além de representar o Brasil em mais quatro nações vizinhas. Houve um acordo para a exportação de genética animal, mais exatamente de sêmen do rebanho Hereford e Braford, que são duas criações muito destacadas no Rio Grande do Sul, ainda que não sejam as primeiras. O Rio Grande do Sul é um grande produtor do gado Angus.

Hereford e Braford, como sabe V. Exª, são mais comuns na região central – Mato Grosso, Goiás, etc. E esse acordo foi muito ágil, porque já na época houve uma remessa de mil doses de sêmen no acordo firmado com o Governo do Quênia. Entretanto, dois anos e pouco depois, por razões ainda não bem conhecidas, esse acordo deixou de continuar. E na época não apenas houve essa remessa de mil doses de sêmen; houve também o envio de técnicos para o apoio logístico no Quênia.

Ora, como a agricultura e a pecuária são muito importantes para aquela região da África, eu gostaria, se possível, se V. Exª julgar oportuno, de incluir na sua agenda de relações com o Governo do Quênia o restabelecimento desse acordo, já que o Rio Grande do Sul é muito destacado na produção animal, com seus grandes campeões, de onde é enviado o sêmen. E o Rio Grande do Sul é um Estado de muita pesquisa e avanços em biotecnologia animal. Então, esta é uma sugestão: V. Exª vai cuidar de relações comerciais, industriais; que incluísse também essa com relação à pecuária do Rio Grande do Sul e ao restabelecimento do acordo por lá.

Na mesma linha, para a nossa Embaixadora Ana Lucy, que, durante a sua exposição, falou que, além de ir para a Tailândia, vai para outros dois países, duas outras nações vizinhas, o Camboja e o Laos, e disse a certa altura que no Camboja há pobreza e muita falta de nutrição, necessidade de comida. Ora, quem sabe também o estabelecimento de uma relação com o Brasil – estou falando aqui pelo Rio Grande do Sul, mas não desprezando, não ignorando que o Rio Grande do Sul é muito rico na produção animal, mas não só o Rio Grande do Sul; inclusive hoje em dia o Mato Grosso está à nossa frente – nessa área de relação comercial com a pecuária do Rio Grande do Sul? Isso eu acho que seria um avanço e incrementaria muito mais ainda a nossa economia.

É a minha pergunta, extensiva aos dois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, primeiro eu gostaria de cumprimentar a eminente Embaixadora Ana Lucy pela sua apresentação e, da mesma forma, o Embaixador Fernando Coimbra pela apresentação e de reiterar aqui o que foi dito pelo Senador Cristovam, no elogio, que é de todos nós, aos membros integrantes da carreira de Diplomata pelo nível que apresentam sempre nessas sabatinas.

Na realidade, Srª Embaixadora, não faço uma pergunta – até porque as perguntas à disposição de V. Exª já são em demasia para a sua resposta no tempo que lhe será concedido –, mas tão somente um registro. Em primeiro lugar, V. Exª vai assumir um posto em um país, como disse, muito interessante, porque, ao mesmo tempo em que há hoje um regime de natureza militar, em uma monarquia que é parlamentar e é constitucional, é um país extremamente liberal em costumes. A ditadura militar pode coibir determinadas ações nas questões políticas, mas a liberdade é reconhecida, inclusive religiosa e de costumes de modo geral. E é um país que, de fato, como V. Exª bem tocou, fez uma revolução na área do turismo, com uma melhoria violenta de sua infraestrutura e uma promoção agressiva em termos de incentivo ao turismo, cominando com a companhia aérea de nível internacional, de primeira grandeza, a Thai, das melhores do mundo, assim é reconhecida, e também com o considerado *hub* do turismo naquela região toda, que, no passado, era um barril de pólvora, era como os Bálcãs, no século 19, o sudeste asiático no século 20. Felizmente, essa fase foi superada, agora a região está pacificada e se transformou num polo econômico.

Então, V. Exª terá lá, como falou muito bem durante o seu pronunciamento, uma miríade de oportunidades para as relações com o Brasil.

Rogo votos aqui que, nessa representação – não só no antigo e orgulhoso Reino do Sião, que nunca foi colonizado e se orgulham muito disso, juntamente com Laos e Camboja, e lembrada aqui pelo Senador Pedro Chaves, a antiga Cochinchina – tenha certamente muito êxito.

E ao Embaixador Fernando Coimbra, meus cumprimentos também por sua exposição.

Tenho uma pergunta a V. Exª sobre o especialíssimo tema – nos últimos anos, tem estado no Meio ambiente –: a preocupação que temos hoje no Brasil – preocupação do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Senador Collor –, que é a questão do recurso hídrico, de que já foi falado aqui. A África Oriental também tem sofrido ao longo dos últimos anos secas pavorosas, como temos sofrido no Brasil também. Tenho certeza de que V. Exª lá terá a oportunidade – juntamente, inclusive, com a presença do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, sediado em Nairóbi – de encontrar uma solução... Porque não tenho dúvida nenhuma de que ninguém vai falar daqui a uns anos em petróleo, energia ou carvão, vai-se falar em água, recurso hídrico será a grande necessidade. Porque sem água não vivemos nada e essa será certamente a maior fortuna, já na segunda metade desse século. E, no posto que V. Exª ocupará, com os conhecimentos que tem, muito contribuirá não só para o Brasil, mas também para a África e toda a humanidade nos estudos relativos à economia da água, a como evitar o desperdício e fundamentalmente a dar revitalização dos recursos hídricos do nosso Planeta.

Parabéns e boa sorte no Quênia e nos países de que vai acumular as suas funções, uma região hoje mais complicada politicamente pelo Chifre da África, mas que também vai em caminho de pacificação, felizmente.

Parabéns e boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Eu passo a palavra à Srª Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen para oferecer as respostas às indagações formuladas.

Mas, antes, gostaria, com permissão da Srª Embaixadora, de registrar a presença muito honrosa, nesta nossa reunião de hoje, do Deputado Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul. Muito obrigado a V. Exª pela sua presença, no dia de hoje, na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem S. Exª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria pedir escusas à Embaixadora Ana Lucy e ao Embaixador Coimbra. Eu tenho uma audiência marcada agora com o Ministro Blairo Maggi. Já vou aproveitar para falar sobre o que falamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agora com a Embaixadora. Por isso, fica um assessor meu para anotar as respostas às indagações que eu fiz a respeito da matéria.

Muito obrigada, desejo aos dois muito sucesso na missão que terão e nos desafios que enfrentarão nessa missão tão nobre, que é representar o nosso País em lugares tão importantes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Agora, sim, com a palavra S. Exª Srª Embaixadora Ana Lucy.

A SRª ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN – Muito obrigada.

Eu gostaria de inicialmente, Sr. Presidente, responder às perguntas do Senador Hélio José.

O senhor me falou dos interesses e das definições apresentadas na nossa comissão bilateral, que aconteceu em 2012, e detectou interesses, sobretudo, em questões de energia, energias renováveis, indústria aeroespacial, petróleo, gás, etc. De fato, eu acho que nós temos uma grande oportunidade de tentar trabalhar com cooperação para a Tailândia e tentar passar nosso conhecimento nessa área.

Eu gostaria de lembrar também que, nos últimos anos, tanto a Tailândia sofreu a perda de governo e instituiu um regime militar, como o Brasil também viveu problemas políticos e com uma recessão econômica, o que um pouco afastou essa aproximação – Senador Hélio José; desculpe-me. Eu queria dizer que existe no programa de trabalho da nossa Embaixada, desde já, esse grande interesse de aproximação na parte de energia. Mas eu queria citar, se o senhor me permite, o que aconteceu.

Primeiro, a Tailândia não tem uma energia muito desenvolvida e até hoje usa carvão. Recentemente, o Primeiro-Ministro tailandês foi um dos primeiros a visitar o Governo Trump, quer dizer, um dos primeiros da Ásia, e por quê? Porque a balança comercial entre a Tailândia e os Estados Unidos chega a US$40 bilhões, mas o interesse, obviamente, tailandês era recuperar o poder de compra, porque eles têm o hábito de receber armamentos, aviões, helicópteros americanos, e isso estava sustado por causa do regime militar. De qualquer maneira, na conversa com o Presidente Trump, o que aconteceu? O Trump, que acabou de recuperar a indústria de carvão nos Estados Unidos, fez com que a Tailândia passasse a comprar de 50 a 60

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mil toneladas de carvão e também fizesse investimentos em energia de xisto em Ohio. Para isso também conseguiu vender carne de porco americana, e eu vejo aí também uma oportunidade de nós entrarmos nesse mercado. Mas certamente existem possibilidades de nós criarmos uma cooperação voltada a esse sentido.

O senhor me perguntou sobre o turismo. Acho que o turismo certamente terá o que aprender na estratégia tailandesa, e nós já temos alguma coisa bem montada por termos realizado a década do esporte aqui, com as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Isso não se perdeu de todo modo; nós poderíamos recuperar. Mas é preciso tempo e é preciso iniciativas nacionais nesse aspecto. Além disso, voos; voos diretos nós não temos, e isso encarece bastante o turismo. Seria preciso, talvez, *charters*. Há que se explorar. Eu não tenho ainda essa possibilidade, mas em breve estarei atenta a esse tema.

O senhor também me perguntou sobre como reforçar o Legislativo e esses contatos com o Parlamento. O senhor me dá a oportunidade de mencionar que existe um grupo parlamentar de amizade entre o Brasil e a Tailândia, criado em 2015 na assembleia legislativa tailandesa. E há um interesse em haver um interlocutor direto aqui. Eu cheguei a falar, inclusive, ontem em uma visita, com um assessor do Sr. Presidente da Câmara, e vejo aí talvez uma possibilidade de se criar um grupo parlamentar em que pudesse haver uma interação mais intensa com os Parlamentares de ambos os países.

Quanto ao Laos e ao Camboja, voltando à questão dos investimentos e voltando à questão da energia, eu queria dizer que o Laos, hoje em dia, tem vários investimentos de energia financiados pelos chineses e vai, muito em breve, inaugurar mais uma hidroelétrica feita pelos chineses, quase na fronteira da Tailândia. Essa hidroelétrica vai significar 30% a mais de energia para o Laos, que obviamente não tem meios de absorver tudo isso e vai exportar para a Tailândia, para uso da Tailândia.

Muito obrigada. Espero que eu tenha respondido ao senhor e que nós tenhamos oportunidades futuras de discutir não só a água, a energia voltaica, como também o turismo. Obrigada.

Eu passaria então para a Srª Senadora Ana Amélia, que me pergunta sobre a questão da saúde.

Na questão da saúde, os tailandeses intencionam inclusive criar um turismo para a saúde com vistas a dar proveito a todo o conhecimento instalado lá. Eu já sei que várias pessoas vão à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tailândia hoje em dia, por incrível que pareça, para tratar questões médicas. Eu ainda não conheço a fundo a questão, mas certamente é algo que nos interessa. Nós precisamos aqui estabelecer novas práticas, e quem sabe o nosso País poderia absorver algumas dessas rotinas de saúde. Certamente, se eles conseguirem implantar a saúde como turismo... Acho que isso já é feito; em termos dentários, por incrível que pareça, na Hungria, onde eu servi há muitos anos, já existia esse tipo de turismo. Então, fica a expectativa de podermos aproximar um pouco mais.

Eu responderia agora ao Senador Pedro Chaves, que menciona como incrementar tudo isso. Eu acho que eu já respondi. Acho que o momento é propício, uma vez que nós estamos ultrapassando fases difíceis das nossas histórias de ambos os lados. Eu acho que, com as eleições ano que vem, nós poderemos ter o retorno da democracia à Tailândia – esperemos – e com isso uma aproximação mais intensa com nosso País. Eu acho que a falta de contato de alto nível tem sido muito reclamada pelas nossas autoridades, nossos interlocutores tailandeses, porque as autoridades de lá já estiveram mais presentes aqui do que visitas nossas à Tailândia. Para os senhores terem uma ideia, nos últimos anos somente o Ministro da Agricultura visitou a Tailândia. Pendentes estão visitas do Ministro da Defesa e também de autoridades diplomáticas.

Acho que o senhor me perguntou sobre como estimular outros projetos como o que nós vivemos com o IBAS. O IBAS recebe meios dos países que o compõem, e quem sabe nós podemos propor ou tentar descobrir algo que seja de grande interesse tanto para o Camboja como para o Laos. Certamente, e já entro aqui na pergunta do Senador Lasier, existe, sim, má nutrição em ambos esses países, que são tão pobres na Ásia, mas há interesse, numa cooperação ou numa exportação ou numa aproximação, para a produção de bovinos e avícola lá. Então, quem sabe a gente consegue fechar esse circuito e levar um pouco do conhecimento brasileiro para essa implantação.

Na questão da segurança, eles trabalham esse tema no seio da Asean. É um dos temas prioritários da Tailândia, e nós temos agora a questão do Mar do Sul da China, que tem tomado atenção do mundo inteiro.

Como os senhores sabem, a China tem feito trabalhos, tem algumas ilhas, aparentemente já chegou também a atingir alguma parte de posse do Vietnã. A Tailândia busca trabalhar isso com muito cuidado, uma vez que depende também de bons contatos com a China. Aliás, todos os outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ano passado, no evento da Asian, que aconteceu no Laos, foi tirada a referência negativa à presença chinesa no mar do sul da China, justamente motivada pelo Laos e apoiada pelo Camboja intensamente.

Acho que respondi a todos os senhores, com exceção do Senador Anastasia.

Acho que a gente tem a possibilidade, e isso já está sendo montado em Bangkok, de abrir a Câmara de Comércio Brasil–Tailândia. Já é uma demanda dos brasileiros que lá existem. Cerca de 500 brasileiros já moram em Bangkok e isso poderia ser o primeiro passo para estimular o comércio. Creio que seria uma ideia positiva.

Muito obrigada, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu indago a V. Exªs se estão satisfeitos com as respostas oferecidas pela Srª Embaixadora Ana Lucy?

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Excelência, eu queria cumprimentar a Drª Ana Lucy, nossa Embaixadora, pela competência, conhecimento, síntese e capacidade de entendimento dos problemas que nós temos. E dizer que de fato seria muito salutar que nós, da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, da qual o Deputado Herculano Passos é o Presidente e eu sou o Vice-Presidente, pudéssemos ampliar uma gestão de fazermos um *workshop*, alguma coisa, quando a senhora assumir o posto, para que possamos realmente ampliar essa questão, porque temos muito a aprender com Sri Lanka, com Tailândia, com outros que têm realmente *new up* muito grande nessa área e o Brasil realmente é muito carente.

Especificamente na minha Comissão Mista de que eu sou o Presidente, a Comissão Mista da Infraestrutura, e por ser um engenheiro eletricista de formação, eu creio que poderíamos discutir bem esse tema – nobre Tasso; tudo bem, Tasso? Os meus cumprimentos. – das energias alternativas renováveis, porque é uma necessidade e uma situação que pode levar realmente ao desenvolvimento mundial.

Muito obrigado. Sucesso e que Deus a ajude.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Senador Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, então, a palavra a S. Exª o Embaixador Fernando Coimbra.

O SR. FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou, então, tentar responder pela ordem as perguntas que foram feitas. Eu queria, em primeiro lugar, aproveitando o comentário muito pertinente do Senador Cristovam Buarque sobre o episódio emblemático, durante o governo de V. Exª, em que V. Exª lançou a pá de cal naquele poço da Amazônia brasileira, encerrando o programa nuclear brasileiro, dizer que aquilo realmente foi um divisor de águas na história da diplomacia contemporânea, na medida em que colocou de uma forma definitiva o Brasil como um País não nuclear, o que teve um impacto em toda a região, em termos de realmente colocar a Região do Atlântico Sul como uma área livre de armas nucleares. Isso teve um impacto profundo em todo o mundo e coloca o desenvolvimento e os esforços de paz numa dimensão nova, e eu acho que isso teve profundo impacto nos debates internacionais sobre desarmamento e na vocação pacífica do Brasil.

Quero também registrar, Sr. Presidente, o papel que V. Exª desempenhou na área ambiental na Presidência da Cúpula da Terra e como o idealizador da Conferência Rio+20, de maneira que o papel que o Brasil teve muito deve à liderança de V. Exª nessas importantes questões ambientais.

Eu queria, então, fazer primeiro um comentário sobre a questão securitária e de terrorismo que foi abordada por todos os Srs. e Srªs Senadoras. Foi-me perguntado como está a situação do movimento, do grupo terrorista Al-Shabaab, que é fruto de um movimento político que foi a União das Cortes Islâmicas, que foi derrotado pela ação das forças de paz da União Africana, que vem atuando desde 2007 na Somália. O impacto dessa ação concertada das forças de paz permitiu que houvesse avanços muito significativos no processo de estabilização e pacificação da Somália. Isso foi complementado por uma ação concertada da comunidade internacional de combate à pirataria nas costas do Chifre da África. Foi um tema que foi muito bem levantado pelo Senador Hélio José.

Então, eu queria informar que, na parte de combate à pirataria, não posso dizer que o assunto foi superado porque houve um episódio no começo deste ano de um novo navio que foi abordado por piratas somalis, mas é um assunto que está sendo enfrentado com sucesso.

No que tange à ação do movimento Al-Shabaab, havia uma percepção de que o movimento havia perdido muita força, mas tivemos, infelizmente, o episódio de dois caminhões-bomba que explodiram na capital somali, Mogadishu, há pouco tempo, deixando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais de 400 vítimas fatais e um número equivalente de graves feridos. Portanto, não se pode dizer que o movimento terrorista Al-Shabaab foi neutralizado. Persiste o cuidado da comunidade internacional e das potências ali na região, que continuam atuando para enfrentar esse problema.

A questão do terrorismo, como V. Exªs bem sabem, é um problema que tem que ser tratado do ponto de vista militar, de repressão e de controle, mas é uma questão que tem raízes sociais profundas, e é nessa frente que também se deve buscar solução através de um processo de consolidação das autoridades locais, da ação do Estado e de uma cooperação internacional voltada para a assistência humanitária naquela região, que atravessa não só o problema da ação desse violento grupo terrorista, sobretudo na região sul da Somália, mas que também deve encontrar uma solução para a questão federativa na Somália.

Como os senhores sabem, é uma região do mundo que saiu do processo de descolonização muito fracionada, e não houve... Ali é uma das regiões do Planeta que ainda não conseguiu encontrar uma solução definitiva. Mesmo assim, houve eleições indiretas que levaram ao poder o Presidente Mohamed, que tem dado alguma estabilidade na área, permitindo que comecemos a trabalhar no sentido do fortalecimento daquele país.

Espero ter respondido às diferentes perguntas feitas sobre essa matéria.

Eu queria agradecer muito a V. Exªs pela oportunidade de também avançar na análise de algumas questões que, pelo tempo limitado que tive no início, não pude abordar. Em particular me foi perguntado como estava avançando a questão da crise política no Quênia. De fato, houve eleições presidenciais em 8 de agosto. Essas eleições foram anuladas pela Suprema Corte queniana, num ato sem precedentes na África, e em poucos países do mundo houve situação semelhante. As eleições gerais foram reconhecidas como procedentes, mas a eleição presidencial foi anulada pela Suprema Corte. Houve uma reconvocação das eleições, mas o principal candidato de oposição estimou que não haviam sido plenamente atendidas as determinações da Corte Suprema queniana; portanto, decidiu retirar-se da disputa duas semanas antes das eleições reconvocadas de 26 de outubro.

Isso levou a que as eleições transcorressem num ambiente de alguma tensão. Ele chamou o boicote, pelos seus apoiadores, e o resultado disso foi que as eleições tiveram 38% de comparecimento e 98% dos votos foram concedidos ao atual Presidente Uhuru Kenyatta, cuja vitória foi reconhecida pela comissão eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, agora, segunda-feira, foram depositadas três petições questionando esse resultado, por essas circunstâncias todas. Enfim, o país vive ainda uma crise, mas é um país em que o próprio fato de a Suprema Corte ter tido a força de anular o primeiro pleito indica que se trata de um país que dispõe de instituições democráticas bastante sólidas e de uma sociedade que está atuante. Estamos acompanhando o desenrolar desses acontecimentos, confiamos que as forças políticas estabelecerão um diálogo e encontrarão uma solução dentro da normalidade institucional para que o país possa avançar no enfrentamento de seus muitos desafios, sendo um país que tem um enorme potencial, como foi aqui comentado por vários das senhoras e dos senhores.

Foi-me perguntado aqui também um pouco sobre como estava indo o panorama político em Ruanda. Em Ruanda, o Presidente Kagame, que governa o país desde 2000, foi reconduzido em eleições que ele ganhou com uma maioria muito expressiva, também quase a totalidade dos votos foi concedida ao Presidente nessa sua terceira reeleição. Ruanda é um país muito especial porque é um país que, como V. Exªs bem sabem, foi vítima de um dos acontecimentos mais dramáticos do século XX, que foi o genocídio de 1994. Aquilo teve consequências que até hoje perduram em toda a região, porque aquilo gerou um movimento de refugiados muito significativo, que foi, de certa maneira, o desencadeador de duas guerras do Congo, que, como V. Exªs sabem, deixaram mais de 6 milhões de vítimas. Isso não é muito falado, mas mostra a dramaticidade do conflito na República Democrática do Congo.

Toda essa circunstância, em que eu acho que talvez não seja o caso de entrar aqui em detalhes, criou impactos significativos na gestão política e nas relações entre os países. É um país muito pequeno geograficamente, mas que teve uma enorme influência em toda a região. O que eu acho que merece registro, sim, é que o Presidente Kagame conseguiu uma estabilidade em Ruanda excepcional. O país está adotando um modelo de crescimento econômico inspirado nos Tigres Asiáticos, de que nossa querida Embaixadora vai se ocupar, e temos, então, um país que está dando um combate muito efetivo à pobreza, com uma ação muito forte na área de educação, Senador Cristovam.

Tanto assim que, interessantemente, a única empresa brasileira que está instalada na região de que espero poder me ocupar é justamente uma empresa, uma *joint venture* argentino-brasileira, a Positivo BHG, que monta e fabrica *laptops* e que instalou uma unidade de produção em Kigali, capital de Ruanda, fornecendo vasta quantidade de *laptops* para as escolas públicas de Ruanda e do Quênia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, nós pretendemos conversar com os empresários dessa empresa, porque nos parece que realmente é uma empresa pioneira. E como disse, na minha apresentação inicial, quero muito que encontremos outras empresas brasileiras que possam se interessar em atuar nesse mercado, porque como bem lembrou o Senador Lasier e outros colegas, nessa área agrícola há um enorme potencial de crescimento.

Há o interesse desses países pelos nossos produtos. Nossa produção de maquinário e implementos agrícolas é competitiva, é adaptada ao mercado africano. Não temos razão para não procurar atuar na frente de assistência humanitária e de combate à fome, como levantou a Senadora Ana Amélia e o Senador Lasier, mas achamos que há definitivamente muito campo.

E agradeço muito ao Senador Lasier por nos trazer a questão do comércio sobre genética animal e de...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Se me permite, Embaixador...

O SR. FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA – Pois não, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sucintamente e com a permissão do nosso Presidente da Comissão, depois da pergunta e do pedido, a minha assessoria teve a presteza de me trazer uma notícia bem recente. É que o Brasil, através do Rio Grande do Sul, recebeu o Prêmio Exportação, pela venda de genética para o Quênia. E o acordo firmado em 2013 continua em vigor, pois ainda faltam entregar quatro mil doses de sêmen das raças Hereford e Braford, e mil embriões da raça Braford, em cinco anos. De modo que o acordo está em plena vigência e V. Exª, certamente, vai proteger e estimular esse acordo.

Obrigado. Depois vou lhe entregar notícias.

O SR. FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA – Agradeço muito e conte com isso. O senhor sabe que eu tenho inclusive família, pelo lado Salvo, que tem uma longa história nessa área de criação de gado. Então, eu conheço um pouco o assunto, pelos meus laços familiares. Mas pelo meu papel como representante do Brasil, com a aprovação de V. Exªs, terei especial empenho em avançar na implementação desse acordo, que é exatamente em linha com as prioridades que eu espero desempenhar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado a V. Exª por trazer esse importantíssimo assunto. Eu, inclusive, quero registrar que quando fui conselheiro chefe do setor político da Embaixada nossa em Nova Délhi, tive também a oportunidade de trabalhar com os nossos produtores para justamente... Aí nesse caso era uma situação um pouco distinta, porque o que nos interessava era a base genética do gado zebuíno indiano, para reforçar as nossas espécies.

Avançando aqui um pouco – e peço perdão, Presidente, por talvez me estender, mas as perguntas me dão muita alegria porque me permitem avançar nas explicações –, foi-me perguntado sobre Uganda também. O Senador Hélio José sinalizou a questão de Uganda e a questão das missões empresariais.

Como eu disse, sendo um país de quase 40 milhões de habitantes que está em franco crescimento, que agora descobriu jazidas de petróleo e que está num processo de transição da mineração artesanal para a mineração industrial, país, portanto, que está investindo fortemente no reforço de sua infraestrutura, temos todo o interesse de verificar de que maneira podemos trabalhar tanto na vertente de cooperação como na vertente econômico-comercial.

Eu deixo aqui também registro de um interessante fato que diz respeito a Uganda: é o segundo país que mais recebe refugiados no mundo depois da Turquia. São cerca de 2 milhões de refugiados que vivem lá. Eles têm uma legislação muito boa, reconhecida pelas Nações Unidas como modelo na atenção aos refugiados. Tanto assim que a ONU estabeleceu em Entebbe, numa área próxima à capital, Kampala, o seu centro para refugiados em toda a região. Então, é uma área em que eu acho que nós temos também como colaborar, como vários de V. Exªs mencionaram, na prestação de assistência humanitária, na colaboração com as agências da ONU, no reforço ao multilateralismo, que foi muito bem lembrado pelo Senador Cristovam como uma das nossas diretrizes para a política externa voltada para frente, para o futuro, para um país que está destinado a desempenhar um papel de destaque na consolidação desse acervo de decisões que foram adotadas pela comunidade internacional muito recentemente, em 2015, ano que entra para a história, tanto pela conclusão do Acordo de Paris como pela ratificação da Agenda 2030 sobre desenvolvimento sustentável.

Eu queria comentar também aqui um assunto que foi levantado pelo Senador Hélio José, que diz respeito à possibilidade de cooperação na área de energia. Também vislumbro interessante potencial de parcerias com o Quênia, que tem um trabalho forte na área de energia térmica. Acho que talvez possamos também ver como eles trabalham a questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

energias renováveis à luz dos compromissos que assumimos no contexto do Acordo de Paris. Como V. Exªs sabem, os compromissos brasileiros são extremamente ambiciosos: somos a única grande economia em desenvolvimento que assumiu compromissos de redução de emissões do conjunto de sua economia para 37%, até 2025.

Bem, entrando nos temas suscitados pelo Senador Pedro Chaves... Ah! Eu queria também comentar um assunto que foi suscitado por mais de um Senador, que foi o assunto do turismo. O Brasil e o Quênia mantiveram, há poucos anos, conversações com vistas a se estudar a possibilidade de estabelecer um voo direto entre Nairóbi e o Brasil. Essas conversações não foram adiante porque a Kenya Airways, que é uma das principais empresas de aviação, entrou em algumas dificuldades e o assunto não foi adiante. Mesmo assim, a Embraer vendeu 15 aeronaves à Kenya Airways. Então, eu espero poder retomar as conversas com as autoridades quenianas para que avaliemos como intensificar os fluxos de turismo de lado a lado entre os países, que creio ser de interesse mútuo.

O Senador Pedro Chaves suscitou e nos trouxe a boa notícia de que estava realizando uma missão ligada à questão de defesa. Sobre esse assunto eu queria dizer que tem sido uma prioridade nossa a participação em missões de paz. Nós esperamos que de fato continuemos a prestar esse serviço, que é de interesse internacional, pela possibilidade de as Forças Armadas brasileiras prestarem importantes serviços e ajuda nas áreas em que atuam ou atuarão, mas também são muito úteis às Forças Armadas brasileiras, por dar-lhes essa experiência e essa dimensão de ação global.

No que couber a mim, na atuação nesses países, caso surjam possibilidades, que serão avaliadas pela Chancelaria brasileira e pelo Ministério da Defesa, eu espero poder apoiar no que estiver ao meu alcance.

O Senador Pedro Chaves perguntou sobre a questão do Tribunal Penal Internacional. De fato, o Presidente reeleito, Uhuru Kenyatta, e o Vice-Presidente reeleito, William Ruto, foram investigados pelo Tribunal Penal Internacional, por suposto envolvimento na violência pós-eleitoral, nas eleições de 2007. Essa investigação foi arquivada pelo Tribunal Penal Internacional, de maneira que esse assunto não está no momento sendo objeto de apreciação naquela instância.

O Senador Pedro Chaves mencionou a questão do turismo e da agricultura. Total prioridade. Espero me dedicar e conto muito com o apoio de V. Exªs para que possamos dinamizar essas áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, enfim, registrar o comentário da Senadora Ana Amélia, que comentou a possibilidade de doações de alimentos aos países africanos. Isso já está acontecendo e nós também pretendemos dar continuidade a isso, seguindo as orientações da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

O Senador Anastasia mencionou a importância de reforço das relações comerciais e políticas e esperamos, com certeza, dar prosseguimento a essa questão. O Senador Anastasia chamou atenção – e o Senador Cristovam – para a questão hídrica. Realmente, concordo inteiramente com a apreciação de V. Exª, Senador Anastasia, de que esse é o grande tema do futuro, juntamente com o nosso combate à mudança do clima. E lembro aqui que em março do ano que vem, aqui em Brasília mesmo, celebraremos o 8º Fórum Mundial da Água, que é a maior reunião sobre água do mundo. Espero que essa reunião, que estamos preparando com todo cuidado, ajude a chamar atenção para os desafios associados à boa gestão da água.

Por fim, queria registrar que a questão da boa gestão do recurso hídrico e do acesso à água – porque é importante também se reconhecer que a questão do acesso à água é central e tem inclusive uma dimensão de gênero que deve ser reconhecida – é algo a que a comunidade internacional deve dedicar especial atenção. Mas queria mencionar também que o combate à desertificação é merecedor de todo nosso cuidado.

O Brasil tem sido ator protagonista nos debates no contexto da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. A questão da degradação de terra é algo que merece todo nosso cuidado e que afeta de maneira muito desigual o mundo e as nossas sociedades, de maneira que realmente merece toda nossa atenção. Esperamos poder cooperar e encontrar parcerias que nos ajudem a enfrentar a questão dos nossos grandes rios.

Foi mencionada aqui a situação dramática do São Francisco. Mas aqui, também puxando a sardinha um pouco para o meu lado, se eu puder falar de sardinha em se tratando de rio, eu queria comentar a questão dos rios urbanos. Os nossos rios, os rios que banham as nossas cidades estão em situação dramática. Então, realmente, a ação das Nações Unidas nessa área é urgente, merece todo o nosso cuidado, e terei todo o empenho em procurar encontrar formas de que o sistema das Nações Unidas possa ajudar-nos a enfrentar a questão da despoluição dos nossos rios e do acesso dos recursos hídricos, da água doce, e do combate à desertificação que, no fundo, são desafios correlacionados.

Espero ter respondido às perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu indago se V. Exªs estão satisfeitos com as repostas.

Senador Tasso Jereissati, com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Presidente Collor, Srª Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, Embaixador Fernando Coimbra, eu, primeiro, pediria desculpas, Sr. Presidente, por estar envolvido em questões partidárias de uma maneira muito profunda, não ter podido ter a frequência que eu gostaria como suplente nesta Comissão, mas acompanho, como posso, pela televisão. Queria parabenizá-lo pela condução: pela disciplina, pela eficiência, pela produtividade desta Comissão que V. Exª tem conduzido tão bem.

Mas hoje era importante para mim, pessoalmente, que eu viesse aqui para saudar o nosso Embaixador Fernando Coimbra, especialista, muito dedicado às questões ambientais e que, com certeza, nessa região onde ele vai representar o nosso País, região com questões tão delicadas a tratar e com algumas questões semelhantes às nossas, mas principalmente vai poder desenvolver todo o seu conhecimento da área de meio ambiente e pode realmente trazer muito à discussão dessa questão não só do ponto de vista mundial, mas na questão nacional.

Mas especialmente a Embaixadora Ana Lucy que é cearense, faz parte do nosso plano de expansão mundial e tem uma carreira brilhante no Itamaraty. Sei, por exemplo, e fui testemunha de uma verdadeira revolução que ela fez no Consulado em Nova York, quando ela teve de enfrentar posições consolidadas e de compadrio, etc., e transformou o Consulado brasileiro em Nova York. Eu queria aproveitar, pois eu ainda não tinha tido essa oportunidade, para dar parabéns por esse serviço e por toda a sua história e dizer que tenho certeza de que fará um trabalho tão brilhante, correspondendo a toda a sua carreira, a sua história, na Tailândia e na República do Laos.

Mas queria ressaltar também que existe uma questão pessoal, não só por ser cearense. Não sei se V. Exª sabe, mas o pai da Embaixadora foi o Senador que antecedeu meu pai aqui no Senado. Talvez tenha sido colega do seu pai aqui no Senado Federal. Fausto Cabral deve ter sido colega e meu pai o sucedeu nesta cadeira no Senado. Provavelmente são as cadeiras que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos ocupando hoje. Para mim, é um motivo de satisfação pessoal poder testemunhar o desenvolvimento da carreira da nossa Embaixadora.

Era esse o registro que eu queria deixar aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Tasso Jereissati, pelas generosas palavras. A presença de V. Exª neste plenário sempre abrilhanta as nossas reuniões.

Muito obrigado às Srªs e aos Srs. Senadores.

Apenas um comentário sobre a questão da água.

É que em 1997 eu estive em Estocolmo participando de um debate na Academia Real de Ciências Políticas lá do reino sueco. E quando eu lá estava, nos dias em que lá passei, eu vi diversos anúncios, afixados em locais estratégicos, falando sobre simpósio da água, de reunião sobre a questão da água... Eram quatro ou cinco simpósios que estavam sendo realizados naquele mês tratando da questão da água. Isto em 1997. O que não é de se estranhar, porque os suecos, sempre como um pelotão avançado para dar alerta nessa questão ambiental, já que eles foram, em 1972, os realizadores do primeiro encontro sobre meio ambiente. E, depois de 1972, somente em 1992 nós viemos a fazer aqui, a realizar a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro. Então, isto demonstra essa preocupação que os escandinavos, o norte da Europa, o extremo norte da Europa tem com esses problemas, sinalizando com antecedência algo que eles percebem que poderá chegar a um debacle num futuro muito próximo. E agora nós estamos, como muito bem colocaram S. Exªs os Senadores Antonio Anastasia e Cristovam Buarque e como muito bem colocado e respondido pelo Sr. Embaixador Fernando Coimbra, com uma questão vital. É algo com que nós teremos que nos defrontar de forma mais séria, mais consequente, porque é um bem, sim, escassíssimo, a despeito de muitos acharem que não, poluindo, como também colocou o Embaixador Fernando Coimbra, os nossos rios das cidades, os nossos riachos, todos eles poluídos, sem exceção. Não há nenhum riacho ou pequeno rio que circunde ou trespasse as pequenas cidades deste País que não esteja poluído e absolutamente fora de qualquer possibilidade de utilização.

Para concluir, voltarei a palavra ao Embaixador Fernando Coimbra, que gostaria de fazer algumas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É apenas um rápido registro, aproveitando aqui o comentário que o Senador Jereissati fez sobre o Ceará, também para comentar que eu me considero um mineiro, e estou aqui reconhecendo aqui o Senador Anastasia. Minha família é de Curvelo, Minas Gerais, e eu queria apenas registrar e render homenagem ao meu pai, Embaixador Marcos Antônio de Salvo Coimbra, que alguns dos senhores talvez conheçam, a quem eu devo muito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem lembrado. E eu acompanho essa lembrança do Embaixador Marcos Coimbra, que foi um dos expoentes da diplomacia brasileira, também mineiro, como é o Embaixador Fernando Coimbra. A ele nossas homenagens póstumas.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se poderemos continuar com a reunião aberta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordarem que continuemos com a nossa reunião aberta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos dar início, então, à apuração dos votos.

Solicito à secretaria da Comissão para que coloque no painel de votação o resultado da votação realizada para os sabatinados de hoje.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem.

Comunico, então, o resultado da votação de indicação nesta Comissão.

S. Exª o Sr. Embaixador Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, indicado para a República do Quênia e, cumulativamente, para a República de Ruanda, República de Uganda, República Federal da Somália e República do Burundi, aprovado por 14 votos, nenhum contrário; bem como S. Exª a Srª Embaixadora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, indicada para o Reino da Tailândia e, cumulativamente, para o Reino do Camboja e República Democrática Popular do Laos, aprovada por 14 votos; nenhum voto contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, portanto, a V. Exªs pela brilhante sabatina que nos proporcionaram e, agradecendo a presença de V. Exªs, desejo que façam ótimo posto para onde estão sendo indicados, depois que o Plenário do Senado aprovar o nome de V. Exªs.

Sejam muito felizes.

Muito obrigado pela presença.

Dando continuidade, item extrapauta.

REQUERIMENTO Nº 973, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 27 de novembro a 7 de dezembro de 2017, em viagem institucional aos Países Árabes, para participar de Reuniões Ministeriais de Defesa. E, nos termos do art. 39, do RISF, comunica que estará ausente do País no período de 27 de novembro a 7 de dezembro de 2017.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Passo a palavra a S. Exª para apresentação de seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nosso bom-dia.

O Senador Antonio Anastasia protocolou o Requerimento nº 973, de 2017, em que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 27 de novembro a 7 de dezembro de 2017, em viagem institucional aos países árabes, para participar de reuniões ministeriais de defesa, e, nos termos do art. 39 do RISF, comunica que estará ausente nesse período ora citado.

Vou direto para a análise da matéria.

O requerimento fundamenta-se no art. 40 do Regimento Interno do Senado e, especificamente, a autorização requerida está prevista no inciso I do §1º, combinado com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§4º, que expressa a necessidade de ser ouvida esta Casa no desempenho de missão no exterior, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Observada a regimentalidade, registramos a inexistência de quaisquer óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa à proposição.

É de extrema relevância que o Senado se faça representar pelos seus membros em visitas a países da comunidade internacional, visando o estreitamento de laços entre as nações e o desenvolvimento mútuo na área de defesa. Certamente, as questões trazidas por S. Exª ao Senado Federal contribuirão muito para o debate e a promoção de iniciativas parlamentares, especialmente no aprimoramento das percepções e entendimento sobre as possibilidades de cooperação no campo da defesa com os países árabes.

Voto.

Ante o exposto, em face da adequação regimental e da conveniência política da matéria em exame, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 973, de 2017.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Requerimento 973, de 2017.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrar a nossa reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando seguimento ao nosso ciclo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, dia 13 de novembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 16º Painel de Debates sobre o tema: "O Aumento da Insegurança Internacional: Desafios e Oportunidades para o Brasil."

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o General-de-Brigada José Eustáquio Nogueira Guimarães, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra; o Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira, Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte; e o Sr. Eduardo Marson Ferreira, Presidente da Fundação Ezute.

Agradecendo mais uma vez a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores e, também, aos nossos internautas que, como sempre, participam, abrilhantam e dão densidade aos nossos debates, dou por encerrada a presente reunião.

Uma boa-tarde.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e um minuto do dia treze de novembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenários ete, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença do Senador Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Collor e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RRE 1/2017, de autoria do Senador Fernando Collor. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 16° Painel - O Aumento da Insegurança Internacional: Desafios e Oportunidades para o Brasil. Discutindo sobre: A iniciativa norte americana no Governo Trump de pressionar os membros da Otan a elevarem seus gastos de defesa (para 2% do PIB dos países); O incremento de gastos militares pode representar uma oportunidade para a indústria de defesa brasileira? Qual a potencialidade associativa do Brasil com países europeus em setores industriais e tecnológicos de Defesa? Quais os impactos dos acordos que o Brasil tem feito na área espacial, por exemplo, as parcerias relacionadas à Base de Alcântara? **Participantes:** General-de-Brigada José Eustáquio Nogueira Guimarães, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra - ESG;; Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira, - Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Sr. Eduardo Marson Ferreira, Presidente da Fundação Ezute. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/13

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, cumpriremos mais uma etapa do ciclo de debates denominado: "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma Requerimento nº 1, de 2017 – CRE, do dia 17/3/2017.

Trata-se do 16° Painel, intitulado: "O Aumento da Insegurança Internacional: Desafios e Oportunidades para o Brasil."

Tomo a liberdade de solicitar à Secretaria que considere como lida a íntegra do comunicado da Presidência que faz o relato do 15º Painel, ocorrido na reunião anterior. Secretaria, adote, por gentileza, a determinação de considerar lido e inserido na nossa ata o relatório da reunião anterior.

Iniciando nossa pauta de hoje e agradecendo às senhoras e aos senhores aqui presentes, conforme já divulgado, hoje cumpriremos mais uma etapa do ciclo de debates denominado: "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão, na forma Requerimento nº 1, de 2017, em 17/3/2017.

Neste, que é o 16º Painel de Debates, o tema abordado será: "O Aumento da Insegurança Internacional: Desafios e Oportunidades para o Brasil."

Participam como palestrantes o General-de-Brigada José Eustáquio Nogueira Guimarães, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (ESG); o Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira, Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do Ministério das Relações Exteriores, e o Sr. Eduardo Marson Ferreira, Presidente da Fundação Ezute, os quais gostaria de cumprimentar e convidar para fazerem parte desta Mesa, agradecendo antecipadamente a presença de cada um e dando a eles as nossas boas-vindas. (*Pausa.*)

Esclareço que cada palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição inicial.

Durante essa fase de debates, a Presidência transmitirá também aos palestrantes as observações e perguntas que chegarem dos internautas.

Por fim, é importante dizer que, ao fazer o convite aos nossos palestrantes de hoje, enviamos como sugestão para as palestras e debates, alguns tópicos que poderão ser abordados.

Para o tema de hoje – “O Aumento da Insegurança Internacional: Desafios e Oportunidades para o Brasil” – apresentamos os seguintes tópicos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A iniciativa norte-americana no Governo Trump de pressionar os membros da OTAN a elevarem seus gastos de defesa (para 2% do PIB dos países);

- O incremento de gastos militares pode representar uma oportunidade para a indústria de defesa brasileira?

- Qual a potencialidade associativa do Brasil com países europeus em setores industriais e tecnológicos de defesa?

- Quais os impactos dos acordos que o Brasil tem feito na área espacial, por exemplo, as parcerias relacionadas à Base de Alcântara?

Dessa forma, agradecendo mais uma vez a presença dos nossos eminentes convidados, para dar início ao painel concedo a palavra ao General-de-Brigada José Eustáquio Nogueira Guimarães, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (ESG).

V. Exª, eminente General, disporá de 20 minutos, com a possibilidade de prorrogação para finalizar a sua exposição, a qual, de antemão, agradeço.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO NOGUEIRA GUIMARÃES – Ex^{mo} Sr. Senador Anastasia, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, que preside esta reunião, inicio minhas palavras manifestando a honra de participar de tão importante debate nesta Casa republicana.

Agradeço o convite formulado, a confiança em mim depositada e na instrução onde trabalho, Escola Superior de Guerra. Saúdo também os integrantes da Mesa: Embaixador Tabajara, do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do Ministério das Relações Exteriores e o Sr. Eduardo Marson Ferreira, Presidente da Fundação Ezute. Manifesto também a minha satisfação em observar a presença de representantes das Forças Armadas, do Ministério da Defesa, assim como de outros brasileiros interessados no tema.

Ao analisar o tema proposto do painel do ciclo de debates, assim como a agenda estabelecida, pode-se verificar a consistência com as atribuições previstas para as comissões permanentes no Regimento Interno do Senado Federal, em especial a de acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência. A fiscalização das ações do Executivo é uma das tarefas importantes e difíceis do modelo de separação de Poderes propostos por Montesquieu. Merece destaque também o alinhamento dessa temática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com as proposições contidas na Estratégia Nacional de Defesa, documento fundamental do Estado brasileiro, no sentido de promover o debate sobre os temas de defesa na sociedade brasileira, assunto tão carente na pauta da mídia nacional.

Eu gostaria de registrar também que os posicionamentos a serem apresentados por mim aqui são fruto de uma perspectiva pessoal, de um analista com interesse nas áreas de segurança internacional e defesa. Devo salientar, entretanto, que essas reflexões são originárias dos debates frequentes que ocorrem no âmbito acadêmico da Escola Superior de Guerra, que é uma estrutura do Estado brasileiro que tem a missão de produzir conhecimento para o Ministério da Defesa e para a sociedade em geral.

Antes de entrar nos temas específicos propostos, acredito ser fundamental apresentarmos o impacto das questões de segurança sobre o funcionamento do sistema internacional. A demanda por segurança está relacionada à origem das sociedades humanas. A partir do momento em que as sociedades se organizaram e passaram a ocupar territórios definidos, surgiu a necessidade de cada uma dessas estruturas estabelecerem mecanismos de controle interno que permitissem a existência de um ambiente estável e seguro para aqueles que ali viviam.

A estrutura de poder dominante deveria contar com possibilidade de uso da força – uma violência legítima – para impor as regras da boa convivência social. Criou-se então o Estado, que Hobbes, em 1651, apelidou de Leviatã, numa associação ao poderoso monstro bíblico. Esse poder legítimo e consentido, entretanto, manteve-se limitado ao território daquela unidade estatal, o chamado estado-nação. Como lidar, então, com as ameaças oriundas de fora do Estado?

Apesar da existência de organizações internacionais como as Nações Unidas, não há um poder absoluto consentido que tenha autoridade para impor a vontade coletiva sobre outros Estados. Por essa razão, a quase unanimidade dos estudiosos das relações internacionais admite que vivemos em um sistema anárquico. A falta desse poder absoluto não implica necessariamente que haja desordem ou que não haja hierarquia. O poder existe e está distribuído entre as diversas unidades do sistema. E é sobre essa disputa de poder que eu gostaria de dedicar algumas considerações.

Esse poder capaz de influenciar e impor a vontade a outros pode ser expresso de várias formas: por meio da vertente econômica; pela política, como está aqui o nosso representante do Itamaraty, da política externa; pela vontade nacional; pelos valores; pela cultura; pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

capacidade tecnológica, como nós observamos o poder da tecnologia nos dias atuais; ou pela última opção, caso as demais anteriores não sejam suficientes, que é o poder militar. Então, esses outros componentes que não militares considerados como um todo recebem a denominação de *soft power,* ou poder brando. A capacidade militar, ou *hard power,* é aquela que está associada diretamente à sobrevivência do Estado. O Estado, quando se sente ameaçado em sua sobrevivência, não hesita em utilizá-la. Como diziam os antigos, é a *ultima ratio,* a última razão do Estado.

Nesse ambiente anárquico, foram criadas estruturas de governança, onde regras de consenso são estabelecidas para impor um pouco de ordem no relacionamento entre os Estados. A principal delas é a Organização das Nações Unidas. Em sua estrutura, entretanto, existe um mecanismo decisório mais relevante, com competência para realizar intervenções em países soberanos, o Conselho de Segurança, onde se destacam os cinco Estados vencedores da Segunda Guerra Mundial, com capacidade de veto de qualquer proposição desse conselho. As diferenças ideológicas e de interesses entre eles são bastante acentuadas, o que dificulta a obtenção de consensos.

Assim, o que se observa na cena internacional, na minha perspectiva, claro, é que cada país se defende das ameaças externas com seus próprios meios, que é o chamado sistema de autoajuda.

A existência da Otan, nessa lógica, é uma exceção, pois ela reúne quase 30 países, em sua maioria europeus, cobertos pelo poderoso guarda-chuva do sistema de defesa norte-americano, consubstanciado por um orçamento militar maior do que a soma dos quase 20 seguintes países, em ordem de orçamento. Então, são resquícios da Guerra Fria – a Otan – que atendem tanto aos interesses europeus, por estarem cobertos, por exigirem menos recursos orçamentários para defesa, como dos próprios Estados Unidos, que têm a sua capacidade de influência ampliada sobre aquela parte do mundo.

Ao que parece e dizem alguns especialistas, a distribuição do poder no mundo está mudando. Como resultado do consistente crescimento econômico, a China demonstra interesses globais cada vez mais evidentes, extrapolando a sua tradicional área de influência asiática.

A Rússia consegue uma união interna expressiva, sob a gestão de Putin, e busca atualizar sua capacidade militar depreciada após o fim da Guerra Fria. Dessa forma, o período da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

chamada Pax Americana parece ter seus dias contados. A tendência à multipolaridade surge assim como a evidência mais clara dos acontecimentos a que assistimos.

E qual o poder do Brasil nesse contexto? Como sobreviver nesse ambiente anárquico? Como conciliar a necessidade de defesa com as demandas sociais de uma sociedade cada vez mais madura e exigente de condições de bem-estar, que da condição de nona maior economia do mundo, deseja que a distribuição dessa riqueza se dê de forma mais igualitária?

Então, aproveitando essas indagações, essas questões, aproveito para apresentar os meus posicionamentos com relação aos temas propostos para esse debate.

Vamos ao primeiro deles. A iniciativa norte-americana do Governo Trump de pressionar os membros da Otan a elevarem seus gastos de defesa para 2% do PIB dos países. O incremento dos gastos militares pode representar uma oportunidade para a indústria de defesa brasileira? Qual a potencialidade associativa do Brasil com países europeus, em setores industriais e de defesa?

Realmente os países da Otan firmaram um compromisso de incrementar seus gastos de defesa até 2% do PIB, até o ano de 2024. Esse acordo foi celebrado na reunião de cúpula da Otan, em 2014, realizada no País de Gales, ainda no governo Obama. O Governo Trump, entretanto, tem sido muito mais veemente na cobrança dessa meta, certamente com objetivo de atingir objetivos da sua campanha eleitoral, como nós temos acompanhado. Com relação ao impacto desse aumento das despesas na parte militar por parte dos integrantes da Aliança Atlântica sobre as possibilidades de aumento do mercado consumidor para o produto nacional, parece-me que, salvo em nichos específicos, como o caso, por exemplo, do A-29 Super Tucano da Embraer, que também é produzido em uma associação com a empresa americana, e o KC-390, já com encomendas definidas por Portugal, parceiro do desenvolvimento do projeto na janela tecnológica advinda da obsolescência dos já antigos e competentes C-130 Hércules, a possibilidade de vencer a concorrência contra grupos empresariais europeus já estabelecidos nessa área é bastante limitada.

Assim, neste momento, resta-nos, talvez, aproveitar o eventual despertar dessa indústria para o estabelecimento de parcerias em projetos ainda em fase inicial, como parece ser o caso de sucesso do desenvolvimento do Gripen NG com a Suécia. Esse modelo também foi utilizado com êxito anteriormente pelo Brasil no desenvolvimento do projeto AMX entre a mesma Embraer e as empresas italianas Aeritalia e Aermacchi, na década de 80.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, a busca de parceiros alternativos é também uma forma de driblar as restrições de transferência de tecnologia impostas, especialmente, pelos Estados Unidos para países em desenvolvimento, com claras exceções para aqueles aliados onde haja um interesse estratégico, como é o caso da Índia, que nós observamos no caso da transferência e nas restrições na parte de tecnologia nuclear, certamente pelo papel que a Índia desempenha na contenção do poder chinês além do seu entorno estratégico.

Dessa forma, parece que as possibilidades associativas mais evidentes tendem para as parcerias com países europeus, especialmente aqueles cuja dependência estratégica com os Estados Unidos não seja tão evidente, embora a Otan seja, talvez, o maior fator de dependência estratégica desses países europeus com relação aos Estados Unidos, em especial pelos sistemas mais avançados de comando, controle e inteligência, tais como satélites e *drones*.

Outra questão que merece ser analisada neste debate refere-se aos mercados consumidores dos produtos de defesa brasileiros. Tradicionalmente, os mercados onde a indústria de defesa brasileira conseguiu inserir os seus produtos, se considerarmos o período em que ela experimentou o seu maior desenvolvimento – os anos 80 –, foram os dos países em desenvolvimento, tanto da América do Sul como da África e da Ásia.

Parcerias estratégicas para o desenvolvimento tecnológico de sistemas de armas podem ser a porta de entrada para esses equipamentos, que passariam a compor também uma rede de interessados na venda e na compra de tais materiais.

Os casos de participação argentina no KC-390 e o desenvolvimento dos sistemas de mísseis ar-ar de quinta geração, A-Darter, pelo Brasil e pela África do Sul parecem ir por esse caminho.

Da análise dos fatores que podem restringir ou facilitar o desenvolvimento tecnológico do segmento de defesa, também merece destaque a posição geopolítica do País. Afastado dos principais focos de disputa pelo poder mundial, como o Oriente Médio, os Bálcãs e o Mar da China, o Brasil dispõe de uma janela de oportunidade estratégica para prosseguir no seu desenvolvimento soberano sem despertar preocupações por parte das nações que dominam, ou se preparam para dominar, o cenário internacional. Em suma, o Brasil não é visto como uma ameaça.

O Atlântico Sul e a América do Sul são áreas de pouco interesse estratégico e de baixa conflitividade internacional, não sendo considerados como origem de ameaça à segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

internacional, repito, que possam mobilizar o Conselho de Segurança no emprego da força para a sua intervenção.

Por essa razão, a questão ambiental na Amazônia e o tratamento dado aos povos originários devem ser tratados com responsabilidade pelo Governo, na medida em que esses temas têm potencial para evoluírem para crises de grande apelo midiático, considerando a pauta de meio ambiente e direitos humanos.

Dessa forma, o posicionamento geopolítico do País contribui positivamente para o fortalecimento e a ampliação da base industrial de defesa, na medida em que ela não tende a ser considerada uma ameaça de desequilíbrio ao poder mundial, ou ameaça aos atuais detentores desse poder.

Por outro lado, essa tendência à multipolaridade tende a tornar o mundo mais instável. Os fatos históricos demonstram que a bipolaridade se traduz em maiores períodos de paz entre as grandes potências.

Esse ambiente multipolar mais inseguro e a crescente evolução do poder econômico e político do Brasil exigem, dessa forma, um correspondente fortalecimento da nossa capacidade militar, a fim de respaldar a liberdade de ação do Estado brasileiro em tomar as suas decisões de forma soberana.

Um processo de aquisição de materiais de emprego militar para as Forças Armadas brasileira, constante e planejado, a salvo dos constantes cortes orçamentários, é condição básica para a manutenção de uma base industrial de defesa competitiva.

Com relação ao debate sobre a prioridade para a área de defesa em detrimento da área social – um debate comum –, estudos demonstram que o conhecimento produzido e acumulado pelas empresas, a tecnologia, é normalmente transferido para outros setores da economia, gerando benefícios econômicos e sociais, fruto do desenvolvimento tecnológico e do surgimento de novos empregos.

Com relação ao outro tópico, antes de apresentar o meu posicionamento pessoal, eu gostaria também de tecer algumas considerações.

O programa espacial brasileiro tem as suas origens no ano de 1961 e prevê o ciclo completo de desenvolvimento e domínio de uma tecnologia que está apoiada em três pilares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de acesso ao espaço: a construção e o desenvolvimento do satélite propriamente dito, a infraestrutura de lançamento e o seu veículo lançador.

O domínio do ciclo completo de acesso ao espaço, em especial o veículo lançador, é uma tecnologia de domínio de poucos países, que, certamente, não a cederão, devendo o interessado desenvolvê-la de forma autóctone.

Trataremos, então, do primeiro desses pilares: a construção do satélite.

Com relação a esse aspecto, o Brasil tem um programa, em parceria com a China, no desenvolvimento de satélites da série CBERS para sensoreamento remoto. Atualmente, está em funcionamento o CBERS-4, que foi lançado em 2014.

O Brasil também desenvolveu, recentemente, o SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, o primeiro deles, construído pela empresa francesa Thales Alenia Space e operado pela Telebras, que é de emprego dual: comunicações militares e ampliação do Programa Nacional de Banda Larga, visando atender as regiões da Amazônia e do Nordeste. Esse programa prevê, ainda, a construção de mais dois satélites: o 2 e o 3.

Assim sendo, apesar de alguns atrasos e ainda a falta de um satélite exclusivamente nacional, os produtos estão no espaço atendendo os objetivos propostos. Então, há resultado nesse pilar.

Com relação ao veículo de lançamento de satélite, que, certamente, é o pilar mais atrasado, o Brasil tem um programa, o Programa Nacional de Atividades Especiais, que teve uma interrupção brusca após a explosão do VLS-1 em 2003. Foi realizada, então, a revisão do programa no período de 2005 a 2014, sendo prevista a alocação de R$1,25 bilhão nesse período. Os recursos previam ainda investimento na Base de Alcântara. Infelizmente, foram alocados apenas cerca de R$135 milhões, quase um décimo do previsto, o que inviabilizou qualquer resultado prático.

O último pilar referente à infraestrutura de lançamento que inclui as bases propriamente ditas teve início na Barreira do Inferno, e, em 1983, foi selecionada uma área bastante grande...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO NOGUEIRA GUIMARÃES – ... de 620km^2 para a construção do Centro de Lançamento de Alcântara, a nossa base atual. A dificuldade no lançamento de seus próprios lançadores gerou a subutilização da Base de Alcântara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o intuito de aproveitar comercialmente essa vantagem geográfica da base brasileira localizada bem próxima do Equador, permitindo a redução de até 30% dos custos, foram realizadas tentativas de acordo para a utilização daquela base. O primeiro deles foi com os Estados Unidos. Foi assinado um acordo em 18 de abril de 2000 pelo governo FHC, que não foi ratificado pelo Congresso, que considerou excessivas as restrições estabelecidas pelo governo norte-americano, entre as quais a proibição de acesso a brasileiros em determinadas áreas e a impossibilidade de alocação dos recursos financeiros no lançamento do programa de desenvolvimento de veículos lançadores. Esse acordo foi atualmente revisado pelo Governo Federal, analisado pelo Ministério da Defesa, e foi enviada uma contraproposta brasileira em julho deste ano.

Outra tentativa deu-se na parceria entre o Governo do Brasil e o da Ucrânia. Nessa empreitada, foi criada a empresa binacional ACS (Alcântara Cyclone Space), de capital misto, que utilizaria comercialmente o Centro de Lançamento de Alcântara e, por sua parte, desenvolveria um novo foguete, que é o Cyclone-4. A empresa foi criada em 2005. Foram alocados, na criação dessa empresa, R$459 milhões pelo Governo brasileiro. A Ucrânia desenvolveu o foguete, mas, antes da sua utilização, o Brasil denunciou o acordo, em 2015.

É importante ressaltar que os acordos com a Ucrânia e com os Estados Unidos negam a transferência de tecnologia entre as partes e disponibilizam área exclusiva para o serviço de lançamento sem acesso a brasileiros.

Um aspecto reclamado pelos técnicos brasileiros é o de que o acordo com a Ucrânia foi concorrente com o Programa Espacial Brasileiro, aquele em que o Brasil só investiu 10% na alocação de recursos orçamentários. Esse programa previa o lançamento de satélites chamado Programa Cruzeiro do Sul.

Assim, a minha posição com relação a essa questão é de que o Brasil deve continuar a perseguir o desenvolvimento de tecnologia própria para o lançamento de satélites. Para tanto, o Estado brasileiro deve alocar recursos orçamentários de acordo com a previsão do programa em vigor.

A falta de acesso a essa contraproposta enviada aos Estados Unidos me impede de ter um posicionamento com relação à cessão da área do Centro de Lançamento de Alcântara, que foi objeto do questionamento, entretanto um ponto importante a saber é se há possibilidade técnica – não é do meu conhecimento específico – e de segurança para o compartilhamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área de Alcântara entre o projeto comercial de aluguel e o nosso interesse estratégico de desenvolvimento de um veículo lançador nacional.

Com relação a esse assunto, ressalto que o meu posicionamento foi baseado nas informações que tive com acesso a pesquisadores de estudos estratégicos. Certamente, os gestores de projetos e processos componentes da estrutura do Estado brasileiro terão condições de alimentar melhor esta Comissão com dados mais precisos.

Concluindo, eu reforço a importância da expressão militar do poder nacional como base em tomada de decisões soberanas em um ambiente internacional onde não há um poder central, um leviatã, em que cada Estado busca os seus interesses competindo ou cooperando com os demais.

Lembro ainda também que a guerra contemporânea é cada vez mais dependente da tecnologia, de modo que o desenvolvimento do poder militar está diretamente relacionado à capacidade de dominar tecnologias críticas, que, por essa razão, não são transmitidas pelos detentores sem que identifiquem vantagens significativas comerciais ou políticas.

O Brasil, como país em desenvolvimento, embora entre as maiores economias do mundo, ainda tem demandas importantes reclamadas pela sociedade, especialmente sobre como garantir condições de segurança pública e bem-estar social.

A história tem demonstrado que o desenvolvimento autônomo de tecnologias críticas em cooperação com outros países tende a gerar o extravasamento desse conhecimento para as outras áreas, beneficiando a sociedade como um todo, gerando desenvolvimento econômico e oportunidades de trabalho e emprego.

Lembro também a importância da educação para a incorporação da tecnologia. Tecnologia não se passa. No chamado processo de transferência de tecnologia, são apresentadas soluções a questões ainda não dominadas pela parte que busca o conhecimento. O domínio da tecnologia implica a capacidade de entender – e para isso é preciso fazer pesquisa – e de implementar novos processos industriais, capacidade de engenharia de gestão, de criar modelos de negócios sustentáveis onde haja dualidade, e a previsão também de orçamento de defesa para isso.

A indústria de defesa brasileira tem demonstrado capacidade de superar desafios e competir com sucesso, embora as experiências tenham ocorrido em períodos curtos, nos casos de sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A sustentabilidade econômica desse modelo deve ser tema de discussão nacional. Para isso, sem sombra de dúvida, um programa permanente de aquisições de produtos nacionais de defesa para as Forças Armadas é o modelo vitorioso de países que conseguem manter uma forte indústria de defesa.

Sem dúvida, a cooperação com países que dominam tecnologias críticas é uma opção para acelerar o processo de aquisição de conhecimento pela indústria nacional. Seria ingênuo supor, entretanto, que aqueles que dominam e que investiram tempo, energia e recursos significativos irão dispor do conhecimento no estado da arte.

O desenvolvimento autônomo baseado na capacitação de massa crítica de pesquisadores e da disponibilização de recursos e condições de trabalhos favoráveis ainda é a forma mais segura de alcançar esse objetivo.

No que se refere especificamente à questão espacial, a evolução da guerra contemporânea mostra que sistemas de combate, especialmente comando e controle de inteligência, dependem cada vez mais do uso de satélites. Assim, o Estado brasileiro deve investir vigorosamente no domínio dos três pilares que permitem a liberdade de ação para a construção de satélite, seu lançamento e operação desses equipamentos.

Muito obrigado pela atenção e pela oportunidade de debater tema tão relevante para a afirmação do Brasil no cenário internacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Gal. José Eustáquio.

Agradeço muito a participação de V. Exª, muito enriquecedora.

Vamos dar continuidade a esse painel, passando agora a palavra ao segundo expositor, S. Exª o Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira, que é Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do Ministério das Relações Exteriores no nosso Itamaraty. V. Exª, Sr. Embaixador, tem também 20 minutos para apresentar as suas ponderações.

Muito obrigado.

O SR. NELSON ANTÔNIO TABAJARA DE OLIVEIRA – Obrigado, Senador. É uma honra estar aqui e poder compartilhar um pouco do tratamento desse tema, dentro da dimensão a que o Itamaraty tem se dedicado. É um assunto muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha um pouco de dúvida de como eu estruturaria esta minha intervenção, que, na verdade, vão ser comentários, porque nós estamos falando de segurança, e a segurança afeta os países internamente; então, são questões de segurança pública interna. Mas temos também um outro fenômeno que ocorre a nível internacional, que é a segurança que compromete a paz e a segurança internacionais, que é uma outra esfera que tem uma série de redes. Por exemplo, hoje em dia, nós temos redes de tráfico de drogas, redes de tráfico de armas, que incidem sobre a segurança interna. Então, aí já temos uma ligação entre o internacional e a esfera interna.

E como é que o Itamaraty atua nisso? Nós somos, quer dizer, o Ministério das Relações Exteriores é um órgão que facilita, é um observador dos fenômenos que acontecem no mundo, vê um pouco quais são os mecanismos, onde há as interfaces para que possamos justamente fazer com que a área internacional e a área nacional possam ter essa interface.

Obviamente há processos, formalização através de acordos, mecanismos já instalados no mundo específicos com relação à segurança internacional, e sobre tráfico de drogas inclusive há convenções específicas para o combate ao tráfico de drogas. Enfim, nós temos uma plêiade de acordos e de mecanismos internacionais. Então, nós tentamos fazer ligação entre como nós podemos ter vantagens por meio de uma situação internacional, de conhecimento de algum tipo de excelência que um outro país tenha ou alguma outra organização tenha, e trazer para o Brasil. Então, é para justificar um pouco aqui como é que está o Itamaraty no meio dessa discussão.

Nós temos hoje, de fato, um cenário de insegurança, e esse cenário de insegurança nos leva a um futuro incerto. Quer dizer, como não temos hoje a segurança que gostaríamos de ter como cidadãos e como funcionários do Estado também, nós temos que trabalhar de uma forma por meio da qual possamos acrescentar algo. No meu campo, no meu departamento, eu tenho tido a oportunidade de... Por exemplo, estive na Europa e vi que um dos temas aqui é a questão na Europa. Para dar um exemplo de como é que a Europa está lidando com essa insegurança com que todas as regiões do mundo de certa maneira também estão lidando, no ano passado, a União Europeia elaborou um documento chamado Estratégia Global, sobre a segurança na Europa. E essa estratégia teve que digerir a mudança, porque obviamente, do mesmo jeito que nós também temos aqui documentos muito importantes, mencionados pelo General – que é a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, que são justamente os documentos que dão parâmetros, orientam para onde é que o Governo, aonde é que o Estado tem que se dirigir para tentar solucionar os desafios que enfrenta, e, no caso específico das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inseguranças, nós temos a PND –, na Europa, eles fizeram um documento comunitário que pega toda a região. E é muito emblemático, porque justamente a percepção nesse documento europeu é de que a segurança na Europa não é só uma segurança dentro do território europeu, a insegurança, digamos, da Europa está além das fronteiras.

Então, hoje, a Europa tem, por exemplo, o fenômeno da crise que está havendo na Síria, e isso está afetando a Europa. Está havendo justamente ações terroristas, muitas vezes reivindicadas pelo Estado Islâmico dentro da Europa. Eles estão tendo esse grande fluxo de imigrantes. Então, a percepção de segurança da Europa não é só no território, mas numa periferia, inclusive uma periferia muito bem definida dentro desse documento, o que mostra como realmente é de fora que vêm muitos elementos que transferem essa insegurança regionalmente, inclusive nacionalmente, países específicos que têm as suas... Então, seria apenas um exemplo.

E outra coisa que acho que valeria a pena também discutirmos um pouco, refletirmos um pouco, seria que tipo de ameaças há. Hoje nós temos uma variedade de ameaças muito difíceis muitas vezes de detectar, porque muitas vezes elas vêm através do crime cibernético, outras vezes elas vêm através de fraudes, através de crimes financeiros; existe o próprio tráfico, existe o próprio tráfico de drogas, o tráfico de armas, que chegam ao Brasil, como chegam a outros países; e há uma grande variedade de ameaças. Mas o grande desafio é que órgãos vão combater um tipo de ameaça específica. Então, criamos – todos os países tiveram que criar – órgãos, autoridades e forças específicas para combater um tipo de droga. Mas, hoje em dia, há uma associação, redes internacionais que fazem com que esses órgãos tenham que trabalhar juntos.

Então, hoje, aqui no Brasil, nós temos tido uma experiência muito boa nisso. E, sobretudo, o que nos deu uma grande experiência foram os grandes eventos. Como os senhores sabem, tivemos os Jogos Pan-Americanos, depois tivemos a Copa do Mundo, depois tivemos, no ano passado, os Jogos Olímpicos, e em todos esses eventos houve uma necessidade de o Governo dar uma certa segurança para que todos, todo o público internacional que viesse ao Brasil, o próprio brasileiro e os atletas tivessem segurança. Isso era uma coisa que muitos países exigiram. Então, foi necessário fazer um grande exercício, talvez um dos maiores exercícios que podem ser feitos, o exercício que se chama hoje de interagências ou de interoperabilidade, que é justamente fazer com que a Polícia Federal trabalhe com as Forças Armadas, com que a Agência Brasileira de Inteligência trabalhe com o Coaf, na área de inteligência financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E houve, então, um entrosamento muito grande de todos esses órgãos e que tem provado que tem sido muito eficiente. Então, estamos entrando, eu diria, em uma nova era de cooperação interagências como nunca vimos no Brasil. E não somente isso: nós também estamos fazendo nesses níveis todos – em vários órgãos – com parceiros estrangeiros. Então, como as redes são internacionais, com a inteligência que outros países têm – muitas vezes temos países que conseguem obter alguma informação de um carregamento que está vindo para o Brasil –, interessa que nós tenhamos esse tipo de colaboração para saber e podermos cooperar.

Esse é apenas um exemplo, mas muitas vezes, operacionalmente também, temos feito isso muito aqui na fronteira. Eu tenho participado de uma iniciativa muito útil e das mais interessantes, que são reuniões em que os nossos Ministros da Defesa, do Gabinete de Segurança Institucional e da Justiça têm participado com seus homólogos; já fizemos reuniões com os mesmos Ministros na Colômbia, no Peru, na Bolívia e estamos agendando agora para, aos poucos, fazer com os outros vizinhos, porque temos fronteiras muito porosas.

Então, sobretudo nesse tipo de tráfico que atravessa as fronteiras, todas as agências precisam trabalhar juntas tanto do nosso lado quanto do lado do país de onde, às vezes, é a origem. No caso, os três maiores produtores de cocaína do mundo são nossos vizinhos, e o Brasil não somente é um consumidor, mas é também um corredor para a África e para a Europa. Obviamente, o Brasil é muito procurado para que a droga passe por aqui. E, nessa logística da droga, muitas vezes vêm também as logísticas do tráfico de armas, do tráfico de pessoas. Quando se estabelece um tipo de corredor, geralmente outras redes criminosas dele se aproveitam. Há uma grande parceria também, essa é uma coisa que temos de entender: do mesmo jeito que os nossos órgãos operam, muitas vezes essas redes criminosas operam de maneira conjunta, terceirizam serviços. São operações criminosas complexas e que têm de ser combatidas de maneira eficiente do nosso lado e também pelas autoridades que combatem essas redes criminais. Então, isso tudo está nessa esfera internacional, e o Itamaraty, como facilitador, tenta ajudar, tenta canalizar.

Além dessas iniciativas que temos, em que os Ministros têm atuado com seus homólogos nos países vizinhos, em todos esses países temos as comissões mistas, que são comissões em que tratamos especificamente, de maneira bilateral, da questão do combate a drogas e a crimes correlatos. Então, nisso tudo o Itamaraty tem tentado ajudado ao máximo para que as autoridades brasileiras e estrangeiras possam interagir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a contribuição que dou sobre o papel com que o Itamaraty pode contribuir nesse grande desafio que é a insegurança internacional. Nós tentamos justamente fazer com que os órgãos específicos possam conversar, e nós ajudamos nessa interface.

Senadores, essa seria a minha contribuição.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Embaixador Nelson Tabajara de Oliveira, pela participação de V. Exª, que traz a posição do Itamaraty, sempre muito bem-vinda.

Se me permite, antes do nosso próximo palestrante, eu gostaria de agradecer a presença das autoridades que aqui nos dão a honra de suas presenças: S. Exª o Embaixador do Marrocos, o Sr. Nabil Adghoghi, caro amigo, a quem revejo e a quem agradeço a presença; a eminente Embaixadora Gisela Padovan, que representa aqui o Ministério das Relações Exteriores; o Conselheiro da Embaixada da República Dominicana, o Sr. José Antonio Isa Herrera; o Sr. Conselheiro da Embaixada da Rússia, Sr. Alexander Brovin; o Sr. Terceiro Secretário da Embaixada da Rússia, Sr. Denis Shimanchuk; o Sr. General de Divisão em atuação na Secretaria Nacional de Segurança Pública, Sr. Carlos Alberto Santos Cruz; o Adido de Defesa do Exército, Naval e Aeronáutica, Sr. Henry Gustavo Holguín Terrero; o Adido de Defesa Adjunto (Armamento) da Embaixada da França, Sr. Philippe Rivoal; o Adido Militar Aeronáutica e Naval da Embaixada da Rússia, Sr. Aleksandr Alekseev; e o assessor para assuntos políticos e relações acadêmicas da Embaixada do Canadá, Sr. Luiz Miguel da Rocha.

A todas as autoridades nominadas e aos demais convidados, mais uma vez, o nosso agradecimento, em especial do nosso Presidente, o Senador Fernando Collor, que não está presidindo esta reunião em razão de compromissos assumidos anteriormente e me fez, para minha honra e gáudio, a designação para aqui representá-lo, como membro da Comissão, na Presidência durante este evento.

Eu gostaria de passar a palavra ao próximo palestrante, S. Sª o Sr. Eduardo Marson Ferreira, que preside a Fundação Ezute, mas antes não poderia deixar de cumprimentar o Dr. Eduardo, caro amigo.

Há muitos anos, tive a honra, como Governador de Minas Gerais, de ter o Eduardo como Presidente da Helibras, importante empresa tecnológica de capital franco-brasileiro, da qual o Estado de Minas Gerais é sócio, com 25%. O período em que o Dr. Eduardo Marson esteve à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

frente da empresa coincidiu, parte dele, com o meu Governo. Nós tivemos a oportunidade de trabalhar em conjunto em diversas frentes, entre elas o grande projeto de expansão da Helibras, levado a cabo por S. Sª, com muito êxito, com muito aplauso, juntamente com seus controladores franceses. Revejo o Dr. Eduardo Marson aqui com muito gosto, porque sei do conhecimento e que se dedica a essas questões da indústria da defesa.

Então, com a palavra o Sr. Eduardo Marson Ferreira, que ora preside a Fundação Ezute também, para seu pronunciamento pelo prazo de 20 minutos.

Com a palavra V. Sª.

O SR. EDUARDO MARSON FERREIRA – Senador Anastasia, é um prazer enorme estar aqui na sua presença. É uma oportunidade de agradecer os elogios aos quais não faço jus, mas é um prazer muito grande revê-lo nesta reunião da Comissão em que o senhor tem a oportunidade de presidir. Faço também um grande agradecimento ao Presidente Collor e ao nosso amigo Jorge Viana, Vice-Presidente desta Comissão.

Quero cumprimentar também os nobres colegas aqui: o Embaixador Tabajara; o General Eustáquio; a Drª Renata Varella, aqui representando todos os funcionários da Fundação Ezute.

Ezute é uma organização sem fins lucrativos criada na época do Sivam. Nós estamos na origem do Sistema de Vigilância da Amazônia e, depois, tivemos a oportunidade de participar da concepção inicial dos principais sistemas hoje das Forças Armadas, o SisGAAz, o Sisfron. Estivemos lá na origem, e temos o orgulho muito grande de, através de mãos e cérebros brasileiros, trabalhar numa série de projetos no setor de defesa aqui no Brasil.

Mas eu não podia falar de indústria de defesa sem no mínimo contextualizar como essa indústria se insere hoje, a nossa indústria de defesa. Então, primeiro, nós vivemos, emprestando do jargão americano, num mundo VUCA, e, com o perdão do trocadilho, mundo VUCA vira uma verdadeira muvuca, porque é um mundo de uma extrema volatilidade, como disseram meus antecessores aqui, que pontuaram isso muito bem; de uma incerteza que está o tempo inteiro rondando nosso espaço; de uma complexidade enorme, não só do ponto de vista de resolução de situações ou de complexidade tecnológica, e um mundo em que as escolhas passaram a ser dilemas. Então, é nesse "muvuca", mundo VUCA, que se insere a nossa indústria de defesa, e ainda se insere dentro de uma complexidade monumental, num momento de uma militarização mundial, por conta de várias situações geopolíticas no planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos dizer, como disse o Gen. Eustáquio, que temos um incremento enorme da tecnologia no setor militar – enorme.

Daqui a pouco, a maior parte das plataformas que estão por aí, tanto aéreas, quanto terrestres e marítimas, não será tripulada. Imaginem o que isso significa, por exemplo, para o sistema de recursos humanos das Forças Armadas. É algo que tem que se pensar lá na frente.

Também temos aí um aumento muito grande da inteligência desses veículos. Não adianta só o barco transportar, o blindado ir para um ponto onde vai atacar ou a aeronave passar por cima para bombardear, eles têm que ter um sistema interligado por inteligência.

A gente tem um uso da cibernética alucinado nesse nosso setor.

E cada vez mais as plataformas são longevas. Então, você faz um navio, um avião ou um carro de combate, e ele vai durar no tempo, bastante tempo, porque ele vai sofrer uma série de atualizações tecnológicas ao longo da sua vida.

Então, é assim que a indústria está vivendo.

A indústria também está vivendo num ambiente de evolução de gastos militares que, no mundo, corresponde àquelas barras azuis ali. É interessante esse pequeno decréscimo de 2014 e 2015 dos Estados Unidos, talvez um pouco do efeito Obama, mas a América Latina numa tendência completamente diversa do resto do mundo.

E, para falar dos gastos de 2016, ano passado, o mundo gastou quase US$1,7 trilhão no setor de defesa. Vejam que, nesse mapa do Sipri, a América Latina nem aparece como relevante. Temos aí alguns países centrais da Europa, os países da NATO, que é o tema dessa indagação da Comissão, os Estados Unidos, que, mesmo com aquele pequeno decréscimo, continuam o grande campeão mundial, e agora também os *players* do sudeste asiático e Ásia começando a ganhar relevância bastante grande.

Vejam bem, o gasto de defesa mundial é apenas 2,2% do PIB do mundo. Quer dizer, não é, sob o ponto de vista de dispêndio, uma coisa tão grande.

E onde estamos nessa coisa toda aí? Temos o Brasil ali: 1,4% dos gastos militares do mundo. Esses são números de 2016, também do Sipri. E aí você tem o *ranking*. Interessante notar aí, por exemplo, obviamente, a hegemonia americana nesse setor. E aí você começa a localizar ali, por exemplo, alguns países da OTAN, como a questão proposta para hoje. Você vê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ali a Itália. A Itália não gasta muito mais do que o próprio Brasil nesse contexto. Outros *players* importantes, como a França e a Alemanha, têm quase o dobro de gastos.

E de novo mostra-se aquela tendência inversa da América Latina, América do Sul, na contramão do resto do mundo em relação aos gastos de defesa.

É nesse contexto, volto a dizer, que a nossa indústria tem que responder aos desafios, como proposto agora aqui, nessa questão desta reunião, Senador.

No Brasil, nós temos esta situação particular: o investimento necessário, como bem pontuado pelo General, para uma sustentabilidade da indústria, deveria ser um dispêndio de mais ou menos 18 bilhões. De 2008 a 2013, que foi, vamos dizer assim, o *boom* dos gastos militares nossos na indústria de defesa, conseguimos manter oito, e o investimento atual está abaixo de quatro, então, muito aquém daquilo que é necessário. De novo, apenas para contextualizar o ambiente em que a indústria de defesa se encontra hoje.

No entanto, como todos aqui sabem, estamos fazendo o reaparelhamento das Forças Armadas. Estamos modernizando nossas Forças Armadas de alguma maneira, com sacrifícios, com renegociações dos contratos, mas está aí uma série de projetos das Forças Armadas que estão, bem ou mal, em andamento.

Dada essa contextualização, dado onde está inserida a nossa indústria, nós temos basicamente aqui três maneiras de ver as oportunidades que se apresentam para nosso desenvolvimento.

Como uma das propostas de responder aqui quais são as parcerias internacionais que nós temos, bem ou mal, a maior parte dos programas que vemos hoje das Forças Armadas tem alguma parceria internacional, algumas com maior ou menor grau de envolvimento da nossa engenharia, da nossa concepção, da nossa inteligência.

Então, eu destaco, por exemplo – parece uma bobagem – o avião de patrulha marítima ali, o P-3, que tem um sistema de inteligência que foi desenvolvido junto com a indústria brasileira através de uma cooperação com a Espanha.

Aquela versão que o Senador conhece muito bem do helicóptero foi desenvolvida... A versão naval desse helicóptero não existe na França, por exemplo. Ela foi feita pela engenharia do Brasil. Hoje, a Fundação Ezute está envolvida no desenvolvimento do sistema de combate do submarino. Então, em algum tempo, nós teremos capacidade, dentro do Brasil, para fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

modificações ou então aprimoramentos importantes do sistema de combate do submarino. E nem se fala do Gripen, em que há quase um codesenvolvimento, com um envolvimento grande da nossa engenharia.

Eu disse três maneiras de a indústria se posicionar neste momento. Através desses projetos que vêm, de aquisição, e com algum tipo de colaboração internacional, uma maneira de se inserir e de aproveitar a onda de compras ou a onda de aumento de gastos militares no mundo é você se inserir no modelo que, por exemplo, têm Turquia, México, Polônia e Indonésia, você como fornecedor, o que, no jargão nosso, chama-se Tier 1 ou Tier 2, nas cadeias produtivas. Por exemplo, aquela porta do Airbus é feita no México. Então, nós estamos falando de fazer partes, peças e componentes. É uma maneira de se inserir, é uma das possibilidades de se inserir no mercado mundial.

A outra possibilidade, como disse o General também, é a eleição de tecnologias críticas que a gente deve dominar. Dominar tecnologia crítica, Senador, é uma questão de eleição mesmo, é uma questão de decisão de Estado. É impossível a indústria de um país produzir tudo. A gente tem, às vezes, a mania de achar que a gente pode produzir absolutamente tudo. Não é verdade isso. A gente tem de se especializar em algumas coisas, mas, para isso, a gente tem de eleger essas tecnologias.

Quais são essas tecnologias? Eu vejo, por exemplo, nos programas pelos quais eu passei na minha vida profissional, que, onde a engenharia brasileira esteve envolvida, a gente teve a capacidade de internalizar conhecimento, de modificá-lo e, muitas vezes, de ir para o mercado internacional, competindo com países centrais. Por exemplo, quando fomos aprender na França o sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro, conseguimos apreender esse conhecimento e modificá-lo. O Brasil tem um sistema único de controle do espaço aéreo e de defesa aérea integrado. Nenhum outro país tem isso. Mas isso de algum lugar a gente aprendeu. Onde a engenharia brasileira está envolvida, eu tenho certeza absoluta de que a gente consegue bons resultados e uma evolução da indústria depois.

Ainda para exemplificar o que os meus antecessores falaram, principalmente o Embaixador, este aqui é o comércio exterior de material bélico. Então, por exemplo, entre 1970 e 1980, o Brasil tinha uma carteira interessante de países para os quais ele exportava – o verde é exportação; o laranja, importação –, importando sempre dos países centrais. Já na década seguinte, a gente diversifica um pouco, começa a conseguir vender inclusive para a Europa e continua importando das mesmas fontes. Infelizmente, as décadas seguintes mostram uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diminuição na nossa capacidade exportadora. E continuamos importando no mesmo nível dos mesmos compradores.

Então, é também dentro desse contexto que a gente está falando em como aproveitar a onda de aumento de gasto militar para a indústria nacional. É isso que a nossa indústria sofreu nos últimos anos, não é? Eu não quero ser aqui o mensageiro do apocalipse, mas é uma situação bastante complexa, bastante difícil para a indústria. Na área espacial, nem se fala! Isso aí é apenas ilustrativo. Não se atenham a tentar ler todas essas letrinhas pequenas, que são as tentativas e as efetivas colaborações que a gente teve com alguns países no setor espacial nos últimos anos: China, Índia, Rússia, Ucrânia etc.

Quais são os desafios dessa indústria? Primeira constatação: é uma indústria pulverizada. Nós temos aí 65% da nossa indústria de defesa com até 40 funcionários. Então, ela é uma indústria pulverizada e feita de abnegados empreendedores. No passado recente, a gente teve a entrada de alguns *players*, notadamente daqueles ligados às empresas de construção civil, que trouxeram, vamos dizer assim, uma nova vaga.

Também temos uma legislação complexa. Senador, desde a criação da classificação de Empresa Estratégica de Defesa (EED) e do Retid, que é o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa, não houve nenhuma contratação de qualquer programa usando essa capacidade de EED e de Retid. Nós até agora não conseguimos usar isso pela complexidade. Então, é um desafio muito grande. Eu acho que é um claro sinal de que a gente tem dificuldades e alguma insegurança jurídica, que precisa ser atacada.

Eu sei que o senhor tem um papel central na discussão da nova formatação da Lei 8.666. Então, eu o convido a entender a complexidade da indústria de defesa, para que a gente consiga caber dentro dessa legislação. É muito importante isso.

Também temos o desafio de acompanhar uma inovação no mundo que é alucinante. Na semana passada, uma empresa americana anunciou o início do estudo para incorporar uma arma a *laser* em um avião. Os canhões de som e de *laser* já são uma realidade em testes bastante avançados. Então, há a inovação, e a gente tem de correr atrás disso. É mais um desafio.

Também temos de correr atrás dos novos modelos de negócios que estão aí, por exemplo, PPPs, *leasing*. A gente não tem essa cultura de sair para fora da caixinha ainda. Então, por exemplo, os britânicos hoje encomendam navios à sua indústria através de *leasing*. Aliás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eu saúdo a iniciativa da Marinha brasileira, que está estudando alguma coisa nessa área. E acho que é alguma coisa que a gente tem de pensar, mas que, de novo, tem de caber na legislação.

Outra coisa: aquela foto do meio é uma escola interarmas de piloto de helicóptero na Espanha. Espanha, França, Alemanha, Austrália, Estados Unidos formam pilotos das três Forças Armadas em PPP. Eles não são proprietários dos helicópteros. Eles encomendam à empresa de propósito especial a formação dos seus pilotos, a formação básica, obviamente, pois a formação operacional tem de ser feita pelas Forças.

Hospitais, por exemplo, de Forças Armadas é outra coisa que, no mundo, já evoluiu para algum tipo de parceria. A gente ainda tem dificuldade de pensar esse tipo, vamos dizer assim, de modelo fora da caixa.

Nem vou falar da questão espacial. Esse fenômeno aqui, o novo espaço... Vocês vão conseguir provavelmente reconhecer essas figuras aqui. O primeiro é o Elon Musk, criador do Tesla e criador do SpaceX, aquele lançador que, em seu terceiro estágio, volta para a Terra e é reutilizável. Esse senhor aí, que foi o criador de uma das *bitcoins*, conseguiu baratear o custo do lançamento de um satélite em 40%. Então, a gente tem de levar em consideração, em qualquer discussão que temos sobre a nossa indústria, esse fenômeno.

O outro é o dono da Amazon. Ele está fazendo um foguete que vai fazer exploração em Marte.

O terceiro é o Mr. Branson. Ele é o Presidente da Virgin. Começou com discos e hoje está soltando aquele veículo ali para fazer turismo espacial.

E, finalmente, o último – e aí há uma questão que toca diretamente a competitividade de Alcântara – é Paul Allen, ex-sócio da Microsoft. Ele juntou dois aviões 747. Daquele avião, que foi mostrado ao público há menos de três meses, ele vai fazer lançamento de satélite através de um foguete. Aquele veículo acaba com a vantagem equatorial, tanto de Alcântara quanto de Kourou, porque ele vai poder ir para cima do Equador e lançar como ele quiser.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO MARSON FERREIRA – Por exemplo, um modelo de Alcântara, agora, poderia contemplar uma pista de 4km para poder receber um avião desses, porque, aí sim, teríamos uma vantagem de já sairmos do Equador.

Então, é com tudo isso que a indústria tem de raciocinar hoje em dia, a nossa indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são as possíveis vias de solução para a gente conseguir, o mais rapidamente possível, voltar a ter competitividade internacional? Um modelo é o da engenharia reversa.

O Senador vai achar que aquilo ali é um Esquilo, que era fabricado em Itajubá, mas não é. Isso é um helicóptero chinês copiado. É um helicóptero da China absolutamente idêntico. E o outro também não é um Pantera, do Exército, General; é um helicóptero chinês copiado, igualzinho ao Pantera Dauphin. Só que, a partir dessas cópias dessa engenharia reversa, eles conseguiram fazer um helicóptero de ataque, já transformando aquela capacidade adquirida nas cópias para um modelo mais sofisticado.

Aí, por volta de 2015, o MoD britânico se questionou: "A nossa capacidade de inovação da indústria está muito fraca." E encomendou a uma entidade americana chamada Rand Corporation um estudo do porquê. E a Rand veio com o diagnóstico: primeiro, vocês têm um grande problema que é o conflito de interesses entre o governo, que quer aumentar a capacidade das Forças Armadas, e a indústria, porque visa ao lucro. E a gente pode até dizer também que a academia tem o seu viés, necessariamente, pela própria natureza dos trabalhos que faz.

Então, a Rand veio com uma série de recomendações. E uma das recomendações mais importantes, no meu modo de ver, é esta: nessa relação do governo com a academia e com a entidade privada, haver um ator neutro, equidistante, que pudesse fazer esse sistema rodar. Com isso, a Rand falou: "Poxa, é o que a gente tem nos Estados Unidos." Isso pode parecer extremamente complexo, por este gráfico aqui, mas, ao resumir isto daqui em uma única foto, a gente chega ao modelo tradicional – tenho certeza de que todo mundo aqui já ouviu isto –, o da tríplice hélice da inovação, governo, academia e indústria, mas com um novo elemento aqui no meio, que são essas entidades do tipo da Rand e da Mitre, fazendo girar essa roda da inovação.

O exemplo mais interessante é a própria Mitre Corporation, que nasceu da necessidade do governo americano de fazer o sistema de defesa aérea. Ela se chama Mitre por causa do MIT Research; ela ficava dentro do MIT. O governo encomendou o desenvolvimento do sistema de defesa aérea à Mitre, só que, em determinado momento, ela era academia, e academia tem o seu tempo – a gente tem de levar isso em consideração. Mas o governo não tinha esse tempo. Ele tirou de lá de dentro o laboratório inteiro e transformou-o em uma entidade sem fins lucrativos que atua hoje não só no sistema de defesa, mas no sistema de *healthcare*, no sistema jurídico. E foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento do GPS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eles se apresentam com essa faceta de *honest broker*, ou seja, uma entidade isenta e neutra, com visão de longo prazo, com compromisso com entrega e excelência, com relevantes impactos sociais nos seus projetos e com uma capacidade técnica absoluta. A Mitre hoje tem oito mil funcionários e 300 laboratórios e é a responsável, por exemplo, pelo contrato do FAA para o sistema de controle do espaço aéreo americano.

Usando essa figura da hélice da inovação, eu colocaria da seguinte maneira: primeiro, eu já trago mais uma pá, que é a sociedade, porque, quando há pessoas como Elon Musk mandando foguete para o espaço sem precisar pedir autorização para ninguém, ou o *venture capital*, pagando desenvolvimento de atividades que seriam notadamente, tipicamente de Estado, a gente tem uma nova pá ali na hélice da inovação.

E eu vejo aquelas entidades, como a Mitre...

Acho que deu um *tilt* aqui. É a tecnologia. Dá para fazer? É o último eslaide, Senador. Se não der, não há problema. Fique tranquilo.

A próxima imagem era simplesmente o eixo da hélice movendo e as entidades... Era isso, com o movimento... Isso. Pronto. Perfeito.

Então, uma das maneiras de responder esse desafio que foi proposto, Senador, seria a adoção, pelo Brasil, de um modelo dessa natureza.

Queria agradecer mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Marson, pela exposição também muito rica.

Antes de dar prosseguimento, eu queria fazer só um comentário, sobre a exposição de V. Sª, quanto à questão das inovações e de nós ficarmos, como V. Sª disse, presos na caixinha, não é verdade?

Quando inauguramos o governo, em Minas, em 2003, numa situação muito difícil, apresentamos uma proposta ousada e que à época foi recebida pelas forças de segurança pública do Estado, General, com muito receio, que foi exatamente a chamada terceirização da frota.

A Polícia Militar do Estado tinha uma frota imensa. O Estado tem 853 Municípios. A frota estava muito sucateada e canibalizada; e com oficinas, inclusive. Oficinas da própria polícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a revitalização dela feita com terceiros resultou em uma eficiência muito maior da frota. Houve uma resistência imensa, porque não se imaginava como seria possível. "Então, o automóvel não é do Poder Público?" Não, o automóvel é de uma empresa, tanto que se quebrar não vai mais haver oficina do Poder Público; a empresa cederá. Tornou-se um sucesso, e o Brasil inteiro passou a adotar esse modelo. Então, são coisas como essas que nós vamos ter ao longo do tempo. Já é velho no exterior, mas nós vamos com o tempo modificando.

Nós recebemos, como de praxe, diversas observações e indagações dos nossos internautas pelo Brasil afora. Existe uma preocupação muito forte – foi preparado aqui pela secretaria, enquanto os senhores faziam a exposição – com o tema relativo à segurança pública interna, até porque é um tema que de fato, hoje, estimula muito e preocupa a sociedade brasileira.

Eu vou ler aqui alguns que foram selecionados e, se alguns dos nossos palestrantes quiser fazer algum comentário, eu pediria que o faça.

A Srª Monica Ebersol, do Rio Grande do Sul, por exemplo, comenta: "Boa tarde a todos. Relacionado ao Centro de Lançamento Espacial de Alcântara, também seria interessante o nosso País convidar as comunidades científicas de outros países para participarem dos nossos serviços na base." É a observação da Srª Monica.

O Sr. Jovinarute Elias Menezes, do Paraná, traz a preocupação com a necessidade de organização interna, em primeiro lugar, com investimentos em educação, segurança, saneamento, para depois sim, num segundo momento, envolver-se em algo maior, com referência às questões internacionais.

A Srª Samantha Santana, também do Estado do Paraná, menciona o problema da segurança interna do Brasil, que "carece de mais atenção do que quaisquer benefícios relacionados a gastos militares propostos por países estrangeiros, sendo que o País se encontra em crise e a segurança nacional está em primeiro lugar. Não precisamos erguer barreiras. Somos bons".

O Sr. Marcio Camargo Cordeiro, do Estado do Acre, pondera que "buscar novos mercados, parcerias tecnológicas e econômicas tem sempre que ser uma opção a seguir para se desenvolver um país carente de infraestrutura e segurança, principalmente em nossas fronteiras, que ficam à mercê do crime, por onde entram armas de fogo e drogas para abastecer os criminosos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, o que nós percebemos, nesse apanhado dos nossos internautas, é a preocupação com a questão da segurança, *vis-à-vis* a questão da defesa – há uma distinção –, mas muitos também não chegam a ter a concepção ampla de que a indústria tecnológica da defesa é fundamental para o desenvolvimento econômico e, por consequência, para girar essa rede econômica que possibilitará mais recursos para o Poder Público, inclusive para investimentos em segurança, em saúde e em educação.

De todo modo, é claro que a indagação não é para o Presidente; é para os nossos palestrantes. Então, indago se algum dos senhores quer fazer alguma manifestação sobre essas observações ou as dos seus colegas que aqui expuseram?

Com a palavra o General José Eustáquio.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO NOGUEIRA GUIMARÃES – Sem dúvida alguma, a sociedade brasileira sente a questão da segurança, como falou o Embaixador, de uma forma global; e é como o cidadão sente. O componente interno é que aparece com maior evidência.

A minha posição pessoal é que as ferramentas, as estruturas do Estado para atuar em cada uma dessas áreas são distintas porque os tipos de ameaça são distintos. Então, o fato, por exemplo, de as Forças Armadas serem empregadas em segurança pública está previsto na nossa Constituição; é uma situação que deve ser considerada excepcional, porque, se nós utilizamos essa ferramenta, é para garantir ao Estado brasileiro a possibilidade de tomar decisões soberanas. Talvez seja essa a razão que a gente não está conseguindo transmitir, porque a gente não percebe a ameaça externa. Mas, se a gente for estudar um pouquinho da história, a gente vê que este momento das ameaças maiores da segurança internacional – sejam crimes transnacionais, seja terrorismo – certamente é um momento episódico no mundo. E a questão da busca de poder entre os Estados tende a se renovar. Nós estamos passando por um momento de mudança do mundo. O poder dos Estados Unidos garantiu essa estabilidade, primeiro durante a guerra fria, pela disputa entre os dois, e depois na fase após a queda do muro. Agora a tendência é haver uma maior multipolaridade, e os sistemas multipolares são mais instáveis. Então, cada vez mais as nações deverão ter condições de garantir sua segurança para tomar suas decisões.

E construir Forças Armadas não se faz de um dia para outro. Se perdermos capacidade de Forças Armadas, ao dedicá-la exclusivamente, ou então de forma muito incisiva, para a segurança pública, nós perderemos capacidade de um momento para outro e, depois, teremos que reconstruir. Então, é de fundamental importância esse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O aspecto muito bem lembrado pelo Senador é que, principalmente pelo componente tecnológico, grande parte dos avanços tecnológicos que nós vivemos hoje, o satélite e a própria internet vieram de desenvolvimentos militares, quer dizer, o início foi militar. Então, também é comprovado que essa tecnologia gerada retorna não só para o bem-estar geral, mas para o desenvolvimento econômico, que gera bem-estar social e recursos a mais para investimentos nesse bem-estar social que a sociedade demanda tanto, para investir até na segurança pública.

Isso é importante ser debatido, isso é importante ser tratado. E eu não acredito que é a utilização das Forças Armadas na segurança pública que vai resolver essa questão. Nós temos de tratar o problema da segurança pública com toda a sua complexidade e não podemos transformar um problema que seria episódico em um problema de continuidade, um problema de que Força Armada é para ser empregada em segurança pública.

É minha opinião pessoal a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, General José Eustáquio. Agradeço-lhe muito.

Eminente Embaixador Tabajara, V. Exª tem a palavra.

O SR. NELSON ANTÔNIO TABAJARA DE OLIVEIRA – Obrigado, Senador.

Eu farei meu comentário a partir dessas preocupações que os internautas estão nos apresentando aqui.

Eu acho que o componente que ainda falta e que vai ter que entrar em cena é justamente a tecnologia para o combate ao crime, para fazer o monitoramento de gangues, enfim, para enfrentar uma série de questões e de ameaças à segurança pública. Falta isso ainda. É um ator que vai entrar com mais peso. Acho que os recursos humanos hoje estão capacitados, mas ainda falta muita tecnologia que possa ajudar, como, por exemplo, mais *drones* para monitorar, talvez mais sensores de detecção de pólvora, digamos, em certas fronteiras. Enfim, há uma série de tecnologias, inclusive tecnologias que ainda não foram inventadas, que acho que vão aparecer com mais relevância do que se observa hoje.

Eu estive nos Estados Unidos no começo do ano e fui visitar um departamento do Departamento de Defesa americano, o DIUx, que é o departamento de inovações e de tecnologia experimental, que é um programa que o Departamento de Defesa americano criou quando se deu conta de que o investimento e a inovação... Pediram justamente... Se não me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

engano, foi até a Rand que fez esse estudo, e eles se deram conta de que a inovação na área de tecnologia de defesa tinha decaído com relação a tecnologias não relativas à defesa. Aí se perguntaram por que isso estava acontecendo. Simplesmente porque há uma demanda tão grande de outras tecnologias que houve essa... É uma curva que se separa de maneira muito contundente. Então, esse departamento foi instalado justamente para monitorar tecnologias não de defesa, mas que podem ser adaptadas para defesa ou segurança.

Trago um exemplo. Nós fomos visitar lá a fábrica de um *drone* marítimo. Um *drone* marítimo parece um barco, um veleiro desses de controle remoto. Ele foi feito especificamente para ver a salinidade e captar uma série de elementos no mar para estabelecer correntes marítimas, por onde vai o fluxo, para detectar por onde passam fluxos de peixes. Enfim, há vários sensores. E esse *drone* marítimo pode ser adaptado a vários tipos de pesquisa – por exemplo, se uma indústria pesqueira quer saber onde é que a temperatura varia, onde é que se atraem, digamos, certos tipos de cardumes.

E esse DIUx justamente quis, colocando sensores, detectar submarinos e outros elementos que possam representar intrusão nas águas sob jurisdição americana, inclusive sonora. Quer dizer, eles podem, por exemplo, fazer gravação de sons. Enfim, é um exemplo que dou, mas vimos várias outras empresas que estavam justamente desenvolvendo tecnologias para uso civil. Mas o Departamento de Defesa viu essa oportunidade de transformar. Foi um exemplo que eu dei, mas vimos várias outras empresas que estavam justamente desenvolvendo tecnologias para uso civil. E o Departamento de Defesa viu essa oportunidade de transformar.

Obviamente, o programa não é tão ambicioso, os recursos não são tão altos, mas se provou mais do que tudo que a tecnologia vai para um lado e que é preciso saber como adaptá-la para os fins de que o Estado precisa. E, nesse caso, o meu comentário seria justamente este: essa tecnologia ainda virá, há muita tecnologia, é uma questão de como empregá-la melhor a serviço da segurança. Então, acho que é o ator que faltou entrar em cena e que já está entrando em cena aos poucos. Mas acho que vai fazer uma grande diferença no futuro o elemento tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Tabajara de Oliveira.

Com a palavra, para fazer suas considerações finais, o Dr. Eduardo Marson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO MARSON FERREIRA – Eu também queria aproveitar o gancho dos meus antecessores e dos internautas e dizer, em primeiro lugar, que a organização que represento é um exemplo claro do transbordamento ao qual o General fez referência, do desenvolvimento da tecnologia da área de defesa para o civil. Então, os internautas, os brasileiros não precisam ficar com medo do investimento em defesa. Acho que é preciso incentivar esse investimento.

Do conhecimento gerado pelo Sivam mais de 20 anos atrás, nós pudemos, por exemplo, fazer o Bilhete Único de São Paulo – muito pouca gente sabe que ele nasceu dentro da Fundação –; ou o sistema que controla a saúde da cidade, do Município mais populoso do Brasil; o sistema que faz prontuário eletrônico, gerenciamento de vagas etc. Pudemos desenvolver isso porque aprendemos sistemas de sistemas com o Sivam.

Então, acho que a gente não tem de ter medo de investir. Ninguém está tirando dinheiro da educação; pelo contrário, acho que estamos formando gente altamente capacitada. Ninguém está tirando dinheiro de educação ou de segurança.

Com relação à tecnologia, Embaixador, olhe que coisa impressionante. A gente fala hoje muito de PPPs, sobretudo nos Municípios, e a gente está falando, por exemplo, de iluminação pública, que está hoje, talvez, na onda da vez na PPP. Não estamos só falando de substituir lâmpadas por LED, estamos falando de aproveitar esse movimento para colocar sensores, contador de gente, contador de carro, para fazer o monitoramento de alguns comportamentos suspeitos na via pública. Não adianta colocar um *drone* aqui e uma câmera ali sem que um converse com o outro, sem gerar informação para a tomada de decisão. Isso não adianta nada. Tem de haver inteligência no sistema. Agora, imagine só, Senador, se amanhã a gente faz uma iluminação pública inteligente e não cuida da segurança cibernética desse sistema. A Internet das Coisas é algo muito bonito, mas deixa cada vez mais fragilizada a sociedade. Então, é outro fator muito importante. Sei que o Sistema de Guerra Cibernética do Exército Brasileiro, junto com as outras Forças Armadas, tem essa preocupação como cerne. E tem de tê-la, porque a tecnologia traz, de forma associada, esse lado pernicioso que a gente tem de atacar.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado mais uma vez, Dr. Eduardo Marson.

Eu gostaria, então, por fim, de agradecer profundamente a participação de todas as autoridades aqui presentes, especialmente dos nossos palestrantes: General de Brigada José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eustáquio Nogueira Guimarães; Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira e Dr. Eduardo Marson Ferreira, que abrilhantaram esse nosso painel.

Informo que o 17º Painel ocorrerá no dia 27 de novembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema "O Programa Espacial Brasileiro e o Aproveitamento Comercial da Base de Alcântara", até uma das indagações de uma das nossas internautas, que vai ter, então, mais oportunidades de perceber sua proposta. Para expor e debater o referido tema, teremos como convidados o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia a ser indicado e o Professor Doutor Hussein Kalout, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores membros desta Comissão para nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o próximo dia 23 de novembro, quinta-feira, às 9h da manhã, neste plenário.

Agradecendo mais uma vez a todos pela presença e pela audiência, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e boa noite.

(*Iniciada às 18 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 19 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga e Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Hélio José, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Armando Monteiro, Telmário Mota, Paulo Paim e Omar Aziz. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Raimundo Lira, Ângela Portela, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Roberto Muniz, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Lidos os comunicados, o Senador Acir Gurgacz assume a Presidência e passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Igor Vilas Boas de Freitas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do RISF. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do RISF. O Senador Eduardo Braga reassume a Presidência. **ITEM 3 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues, Senador Aécio Neves, Senador Alvaro Dias, Senadora Ângela Portela, Senador Antonio Anastasia, Senador Ataídes Oliveira, Senador Benedito de Lira, Senador Blairo Maggi, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Dalirio Beber, Senador Davi Alcolumbre, Senador Delcídio do Amaral, Senador Douglas Cintra, Senador Eduardo Amorim, Senador Elmano Férrer, Senador Eunício Oliveira, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Flexa Ribeiro, Senador Gladson Cameli, Senador Hélio José, Senador Ivo Cassol, Senador Jorge Viana, Senadora Lídice da Mata, Senador Omar Aziz, Senador Otto Alencar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Bauer, Senador Paulo Rocha, Senador Reguffe, Senador Ricardo Franco, Senador Roberto Requião, Senador Roberto Rocha, Senador Romário, Senador Romero Jucá, Senadora Sandra Braga, Senadora Simone Tebet, Senador Telmário Mota, Senador Valdir Raupp, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Waldemir Moka, Senador Walter Pinheiro e Senador Wellington Fagundes. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação da matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais." **Autoria:** Deputado Heuler Cruvinel e Deputado Onofre Santo Agostini. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor, Senador Flexa Ribeiro. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 766, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 2º ao art. 13 à Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, para dispensar o transportador do dever de contratar o seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos a cargas transportadas quando a carga já tiver sido objeto de seguro firmado pelo contratante do serviço de transporte." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário." **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação das Emendas nº 2/S e 3/S, na forma das subemendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 4/S, todas oferecidas em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para desacelerar o ritmo de queda dos descontos concedidos às cooperativas de eletrificação rural nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição e nas tarifas de energia e dá outras providências." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nº 53 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços e Infraestrutura, com o objetivo de debater a concessão da Ferrovia Norte/Sul." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 54 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater o conteúdo do Projeto de Lei do Senado nº 766, de 2015, que "acrescenta § 2º ao art. 13 à Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, para dispensar o transportador do dever de contratar o seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos a cargas transportadas quando a carga já tiver sido objeto de seguro firmado pelo contratante do serviço de transporte"." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 55 de 2017** que: "Requer a realização de audiências públicas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, para prestação de contas das Agências Reguladoras, de acordo com o artigo 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, com datas a serem marcadas pela Comissão. Propõe que as audiências sejam realizadas com as Diretorias da ANP, ANTT, ANTAQ, ANATEL, ANEEL, ANAC e DNIT." **Autoria:** Senador Eduardo Braga, Senador Flexa Ribeiro, Senador Valdir Raupp e Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Subscrito pelos Senadores Flexa Ribeiro, Valdir Raupp e Acir Gurgacz, e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 56 de 2017** que: "Requer a realização de audiência pública para tratar da Resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) que autoriza a cobrança das bagagens, e seus impactos nas tarifas." **Autoria:** Senador Eduardo Braga, Senador Jorge Viana, Senador Flexa Ribeiro, Senador Valdir Raupp e Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Subscrito pelos Senadores Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp e Acir Gurgacz, e aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Telmário Mota, Jorge Viana, Omar Aziz, Pedro Chaves, Acir Gurgacz e Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/24

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Documentos recebidos pela Comissão de que dou ciência a esta Casa.

A Presidência comunica o recebimento de moções de repúdio encaminhadas ao Senado da República por câmaras de vereadores de vários Municípios.

A Câmara Municipal de Governador Valadares, Estado do Minas Gerais, por meio do Ofício nº 140/2017 encaminha moção de repúdio à privatização do setor elétrico e, em particular, ao leilão das usinas de São Simão, Jaguara e Miranda, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

De modo similar, a Câmara Municipal de Curvelo, também no Estado de Minas, por meio do Ofício nº 800/2017, encaminha moção de repúdio ao leilão das usinas de São Simão, Jaguara e Miranda.

A Câmara Municipal de Barretos, no Estado de São Paulo, por meio do Ofício nº 1.119/2017, encaminha moção de repúdio à privatização das empresas estatais Petrobras e Eletrobras.

Por fim, a Câmara Municipal de Bagé, do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Ofício Circular nº 13/2017, encaminha moção de protesto e repúdio às propostas de privatização da Eletrobras.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição as Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Eu faço questão, inclusive, de fazer aqui um parêntese, Senador Acir: quando da audiência pública realizada aqui com a presença do Ministro de Minas e Energia, tivemos uma grande participação do cidadão brasileiro pelo e-Cidadania, aqui do Senado, de mais de 400 brasileiros, o que é uma participação expressiva. Eu havia participado apenas de uma reunião nesta Casa em que tivemos um número maior de participação, que foi na leitura do relatório e sabatina do então candidato a Ministro do Supremo Dr. Alexandre de Moraes, em que houve quase 2 mil manifestações.

É importante destacar que houve muitas perguntas quanto à modelagem que seria realizada pelo Ministério das Minas e Energia e pelo Governo Federal em última análise da possível privatização do setor elétrico, muitas dúvidas com relação aos impactos que isso poderia causar ao consumidor brasileiro na conta de energia elétrica. Isso foi tudo repassado ao Ministério. Tivemos uma reunião da Bancada do PMDB com o Ministro na semana passada, reunião esta em que novamente o Ministro repetiu o que havia dito aqui em nossa Comissão de forma tangencial, subordinando a medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provisória que estabeleceria a modelagem a uma última análise por parte do Senhor Presidente da República.

Mas eu faço aqui questão de registrar não apenas os documentos encaminhados pelas câmaras municipais de Minas Gerais e também do Rio Grande do Sul, como também de manifestar a preocupação, proporcionalmente de forma bastante expressiva, no e-Cidadania, do povo brasileiro, querendo esclarecimentos com relação à modelagem de como será a medida provisória elaborada no que diz respeito à privatização do setor elétrico. Isso terá consequências na tarifa de energia elétrica num ano exatamente em que o Brasil vive uma crise hidrológica severa, uma crise hidrológica intensa e que poderá representar um enorme custo ao consumidor brasileiro. Mas a MP não foi encaminhada, portanto, teremos que aguardar.

Eu pediria ao Senador Vice-Presidente desta Casa, o Senador Acir Gurgacz, para assumir a Presidência dos nossos trabalhos momentaneamente para que eu pudesse apresentar o relatório do Item 1 da pauta, que trata exatamente de submeter à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na vaga do Sr. Igor Vilas Boas de Freitas.

Eu passo a Presidência ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bom dia, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente Eduardo Braga, Senadores presentes.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Igor Vilas Boas de Freitas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório, em conformidade com o artigo 383 do RISF.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu agradeço ao Senador Acir.

Por meio da Mensagem nº 67, de 2017 (Mensagem nº 376, de 5 de outubro de 2017, na origem), o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr.Emmanuel Campelo de Souza Pereira para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na vaga do Sr. Igor Vilas Boas de Freitas, cujo mandato expira no dia 4 de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituída pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 97 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), como autarquia especial, a Anatel, ora vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 7, inciso III, da Lei 13.341, de 29 de outubro de 2016, integra a administração federal indireta.

O regime autárquico especial conferido à Agência caracteriza-se pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira, estabilidade e mandato fixo de seus dirigentes, pelo prazo de cinco anos.

Nos termos dos arts. 20 e 23 de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Anatel é composto por cinco Conselheiros, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei Geral de Telecomunicações – LGT.

Emmanoel Campelo de Souza Pereira é cidadão brasileiro: nasceu na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, em 28 de janeiro de 1981. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB/DF), título obtido em 2008, e Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), título obtido em 2015. Possui ainda certificados de cursos de especialização no Brasil e no exterior.

No setor público, ocupou, nos biênios 2012-2014 e 2014-2016, a função de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça, indicado pela Câmara dos Deputados, onde trabalhou, entre 2009 e 2011, como Assessor da Liderança do Partido da Mobilização Nacional (PMN).

Exerce ainda a função de mediador judicial com prestação de serviço auxiliar aos órgãos integrantes do Poder Judiciário.

Na academia, é professor, desde 2014, do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), tendo ainda integrado o corpo docente do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb) entre 2009 e 2016. É autor de uma série de artigos e do livro intitulado *Lavagem de Dinheiro e Crime Organizado Transnacional.*

Emmanoel Campelo de Souza Pereira foi agraciado com os seguintes títulos e condecorações: grau Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Djalma Aranha Marinho, em 2015; grau Alta Distinção da Ordem do Mérito Judiciário Militar, em 2014; grau Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, em 2014; a Grande Medalha da Inconfidência, do Governo do Estado de Minas Gerais, em 2014; e o grau Alta Distinção, da Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte, em 2013.

A análise do *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 67, de 2017, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para ser exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel, por escolha do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pela Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, que alterou seu Regimento Interno, com o objetivo de "disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões", e pelo Ato nº 1, de 2009-CI, alterado pelo Ato nº 4, de 2013-CI, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura".

O candidato declarou formalmente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) que sua genitora, assim como seu irmão, são advogados, e que seu genitor é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;

b) que é sócio do escritório Erick Pereira Advogados e do Instituto Brasileiro de Arbitragem, Mediação e Conciliação (Ibramec), não exercendo funções de gerência ou administração nas referidas empresas;

c) que não é devedor de quaisquer tributos no âmbito federal, estadual ou municipal;

d) que não figura como autor ou réu em qualquer ação judicial; e,

e) que atuou, nos últimos cinco anos, como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, tendo militado na advocacia apenas no período em que não exerceu a referida função.

Além dessas informações, o indicado apresentou Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda; Certidões Negativas de Distribuição de Ações Cíveis, Ações Criminais e Ações de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; o "nada consta" nos registros de distribuição de ações e execuções cíveis e criminais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; e as Certidões Negativas Criminal, de Distribuição e para Fins Eleitorais do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

No que tange à argumentação escrita, também exigida pelas mencionadas normas, o indicado expõe, Sr. Presidente, informações e declarações de que possui experiência profissional e formação técnica adequadas, ao lado de afinidade intelectual e moral para exercer o cargo pleiteado.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Eduardo Braga.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório, em conformidade com o artigo 383 do RISF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, de igual modo, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal... Aqui, eu não quero repetir o preâmbulo já estabelecido no relatório anterior. Indica o Senhor Presidente da República o nome do Sr. Dirceu Cardoso Amorelli Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

O referido dispositivo constitucional, também já anteriormente citado, confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares para esse cargo.

O *curriculum vitae* do Sr. Dirceu Cardoso Amorelli Junior, anexado à Mensagem Presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo de Diretor da ANP.

Da análise.

O Sr. Dirceu Cardoso Amorelli Junior graduou-se em engenharia industrial mecânica pela Cefet/RJ em 1990 e depois seguiu para um Mestrado em Ciências Econômicas no IBMEC do Rio de Janeiro. Em 2013, concluiu seu Doutorado em planejamento energético na UFRJ.

Sua experiência profissional é ampla e diversificada. Até 2005, exerceu vários cargos na iniciativa privada, trabalhando com vendas, logística e distribuição. A partir de 2005, já na ANP, atuou nas Superintendências de Comercialização e Movimentação de Petróleo, de Promoção de Licitações, de Abastecimento, de Desenvolvimento da Produção e, atualmente, ocupa o cargo de Superintendente de Exploração.

Em todos esses anos, participou de momentos importantes para o setor. Como membro do subgrupo de tarifas do Comitê formado por Venezuela, Argentina e Brasil para a integração energética da América do Sul, juntamente com membros da Petrobras, EPE e do Ministério de Minas e Energia, foi responsável por analisar, calcular e sugerir o modelo de tarifas a ser implementado no transporte dutoviário de gás natural entre os países da América do Sul. Participou da subcomissão interministerial destinada ao estudo do novo marco regulatório proporcionado pela descoberta das grandes jazidas de petróleo na camada pré-sal da costa brasileira. Também assessorou a diretoria na implementação da política de nacionalização, acordada nos leilões de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.

Entre 2009 e 2012, enquanto Superintendente de Abastecimento, foi o responsável pela produção do óleo diesel de baixo teor de enxofre, que abastece a frota de veículos ciclo diesel fabricados a partir de 2012. O Sr. Dirceu Cardoso Amorelli Junior também contribuiu para a expansão da oferta e utilização de biocombustíveis, coordenou e presidiu 12 leilões de biodiesel, e iniciou o processo de atualização de toda a regulamentação do setor de *downstream* do Brasil.

De 2012 a 2016, serviu como assessor técnico da Diretoria da ANP e, nessa posição, atuou com foco no desenvolvimento e acompanhamento da produção nacional de petróleo e gás natural, na revisão da política de implementação de conteúdo nacional, comercialização e movimentação de petróleo, derivados líquidos e gás natural,, além de ter trabalhado nas questões que afetam o setor de combustíveis e suas inter-relações com o setor de geração térmica de energia elétrica, infraestrutura de transporte, meio ambiente e mitigação de riscos de desabastecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir de fevereiro de 2017, assumiu o cargo de Superintendente de Exploração e, nessa posição, é responsável pela manutenção da regulamentação técnica aplicada à exploração, por gerir os contratos de concessão, da cessão onerosa e de partilha de produção na fase de exploração, bem como pela condução das análises dos pedidos de alteração do Programa Exploratório Mínimo (PEM).

É também autor de diversas publicações que tratam dos modelos de exploração de petróleo e gás natural e dos impactos dessa exploração sobre a sociedade.

Voto.

Sua ampla experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, está comprovada no *curriculum vitae* do indicado. Fica, assim, a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Dirceu Cardoso Amorelli Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Eduardo Braga.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Devolvo a Presidência ao Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu agradeço ao Senador Acir Gurgacz pela sua sempre prestigiosa e competente participação nesta Casa.

Ouço, pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Presidentes.

Pedindo vênia a V. Exª para um breve registro e uma solicitação que quero dirigir a V. Exª, porque estou a caminho da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós aprovamos aqui, em reunião anterior, o convite para que pudéssemos ter aqui o Diretor-Geral da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) para que pudéssemos fazer um debate a respeito dos diversos problemas e controvérsias no processo de concessão das rodovias federais em nosso País, sobretudo, com grau de preocupação elevada, a rodovia BR-101, que corta o Estado do Espírito Santo. E sou informado pela Secretaria da Comissão, Sr. Presidente, que está havendo uma resistência por parte do Diretor-Geral da ANTT, que não deseja vir a esta Comissão, mas deseja enviar um representante. Eu acho que é um despropósito. Eu acho que é uma coisa que enfraquece o papel desta Comissão, em uma audiência pública para que nós possamos fazer o confronto dos desafios que estão colocados para as concessões nacionais. É uma coisa que nós precisamos enfrentar. É esta Comissão, inclusive, que sabatina, que aprova os membros das agências reguladoras – no caso específico, a ANTT e a ANP, relatório de que V. Exª acaba de fazer a leitura. Eu acho, sinceramente, uma desmoralização para a nossa Casa e para a nossa Comissão que o Diretor-Geral não queira se disponibilizar para um debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero apelar a V. Exª para que, na condição de nosso Presidente, use do vosso prestígio e da vossa liderança para que nós possamos convencer o Diretor-Geral da ANTT, para que nós possamos ter esse debate que está programado para o dia 31.

É completamente descabida a afirmação de que não vem e de que vai mandar um representante.

Então, peço vênia a V. Exª, o apoio que não tem faltado de V. Exª para que possamos fazer um debate aqui com o Diretor-Geral e não com um preposto, com um representante da ANTT. É o apelo que faço a V. Exª.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Ricardo Ferraço, eu quero dizer a V. Exª que concordo com as colocações aqui apresentadas pelo eminente Senador. E aqui até aproveito a presença de dois eminentes candidatos indicados pelo Senhor Presidente exatamente para ocuparem duas...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pelo Senhor Presidente como?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pelo Presidente da República.

Estão aqui no plenário, neste momento, dois indicados para duas agências tal qual foram indicados os representantes da ANTT.

Quando, na condição de indicados, os eminentes candidatos procuram o Senado da República, como manda a lei, estabelecem o contato com todos os Senadores, procuram esta Presidência, colocam-se à disposição etc., etc. Com o passar dos anos, após a investidura nos cargos etc., não só nas agências, mas nas empresas estatais, o que nós assistimos via de regra é exatamente o que V. Exª acaba de mencionar: quando convidados ou quando convocados por esta Casa, há sempre a procura de uma justificativa, sempre uma procura de uma incompatibilidade de agenda e uma nítida...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Má vontade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Má vontade. Eu ia dizer falta de vontade. Mas uma má vontade por parte do Governo no sentido de ajudar a termos aqui os titulares das respectivas agências.

Nós temos feito gestão junto a esse caso específico. É claro que essa regra não é uma regra geral. É uma...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Estão levando o conceito de independência das agências...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Exatamente. Na realidade, diria mais ainda: estão levando o conceito da independência e da relação harmônica entre os Poderes apenas com relação à questão da independência. A harmonia foi absolutamente esquecida em determinadas horas.

Mas eu quero dizer a V. Exª que estou fazendo gestões pessoais junto ao Presidente da ANTT para que, no dia 31, data sugerida e marcada para essa importante audiência pública que trata de questões de concessão em vários Estados, inclusive no Estado de V. Exª, em que rodovias são pedagiadas... A população paga pelo pedágio e a contrapartida atualizada de duplicação da rodovia, de trechos de melhoria de segurança da rodovia acaba não acontecendo. Os investimentos não acontecem e a população é desrespeitada. O contrato não é cumprido, mas o pedágio é cobrado e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

população é obrigada a pagar esse pedágio todas as vezes. Pois bem, eu tenho feito gestão, volto a dizer a V. Exª, não só junto à ANTT, mas também junto ao Governo.

E aproveito este espaço da TV Senado para fazer um apelo ao Presidente da ANTT, Dr. Jorge, por quem tenho consideração – e está próximo ao término, inclusive, do seu mandato, pelo que eu tenho conhecimento –, que possa vir a esta Casa não só falar sobre os temas do requerimento da audiência pública, mas para um balanço da sua...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Para uma prestação de contas, um balanço da sua longa permanência na Agência Nacional de Transportes...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Terrestres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... Terrestres.

Portanto, aqui, publicamente, reforço o convite para que o Sr. Presidente da ANTT esteja presente na nossa audiência pública, no próximo dia 31, para uma importante audiência pública, que será esclarecedora não apenas para o povo do Estado do Espírito Santo, mas para todo o Território nacional, todo o povo brasileiro que tem interesse nessa matéria.

Ouço o Senador Fernando Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente Eduardo Braga, eu quero começar registrando que é inadmissível...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Inadmissível. É isso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... que o Senado Federal convide uma determinada autoridade, que foi sabatinada por esta Casa, foi dado o nosso aval para que ela pudesse exercer aquela atividade, e, quando é convidada para vir ajudar em esclarecimentos ao próprio Senado Federal, essa autoridade se nega a vir.

Eu deixaria como sugestão que esta Comissão apresentasse, no dia 31, se porventura ele não comparecer, um requerimento de convocação do Ministro da pasta – nós não podemos convocar o presidente ou os membros das agências –, deixando claro que estamos fazendo a convocação porque o Presidente da ANTT se negou a vir ao Senado Federal.

Ao mesmo tempo, Senador Ricardo Ferraço – V. Exª, que é um estudioso de vários outros temas –, talvez nós pudéssemos construir uma emenda constitucional para que os membros das agências sejam obrigados a prestar conta regularmente ao Senado Federal, como é feito por alguns órgãos do Governo Federal, que, a cada três meses, a cada quatro meses, a cada seis meses, vêm ao Senado Federal prestar esclarecimento e prestar conta dos seus atos.

Por isso, eu deixaria, Sr. Presidente, para que nós pudéssemos estudar as duas possibilidades...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu endosso plenamente a sugestão de V. Exª. Mas, veja, eu estou aqui com o Regimento Interno do Senado da República, Regimento, portanto, que é regra...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Norteadora, não é?, dos nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... norteadora do comportamento do Senado da República e das relações do Poder Legislativo com os demais poderes.

> Art. 96-A Os dirigentes máximos das agências reguladoras comparecerão ao Senado Federal, em periodicidade anual, para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e desempenho de agência, bem como para apresentar avaliações das políticas públicas no âmbito de suas competências.
> Parágrafo único. O comparecimento de que trata o *caput* ocorrerá em reunião conjunta da comissão temática pertinente e das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania [do Senado da República].

Ora, já há um mandamento aqui.
E o 96-B diz o seguinte:

> Art. 96-B No desempenho da competência prevista no inciso IX do art. 90, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas.
> § 1º Cada comissão permanente selecionará as políticas públicas até o último dia útil do mês de março de cada ano [para fazer a avaliação da política pública].

Eu creio que o que nós precisamos é fazer valer um pouco mais claramente e incisivamente o que prevê o art. 96.

E desde já considero apresentado o requerimento sugerido pelo Senador Fernando Pimentel, pedindo apenas aos Srs. Senadores que formalizem, aliás, José Pimentel, perdão, apenas pedindo aos Senadores José Pimentel e Ricardo Ferraço que formalizem o requerimento, para que eu possa, *ad referendum*, comunicar ao Presidente da ANTT as consequências do não comparecimento...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... do Presidente daquela agência nacional à nossa reunião do dia 31.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Testemunhando a dedicação de V. Exª, o empenho de V. Exª em trazer o Diretor-Geral da ANTT, essa recusa é uma recusa insustentável, porque nós vamos aqui discutir assuntos que são do interesse público. E nós temos concessões feitas País afora que estão mergulhadas em extraordinárias controvérsias. Na verdade, estamos nós aqui como representantes da sociedade brasileira, para cobrar das agências reguladoras o cumprimento desses contratos.

Existem circunstâncias na vida, penso eu, Sr. Presidente, em que a gente tem que radicalizar em torno de atitudes. Na verdade, quando uma atitude dessa é tomada, é uma atitude de um Poder contra outro Poder.

Portanto, a sugestão que eu quero dar a V. Exª, pedindo licença aqui ao nosso querido universitário, é que, na verdade, o que nós precisamos é endurecer esse jogo. E não há melhor maneira de endurecer esse jogo do que sustar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, além de convocar, sustar debate e deliberação sobre indicação de qualquer agência reguladora até que o Poder Executivo e o Governo Federal entendam que harmonia não significa subordinação de um Poder a outro Poder.

Então, nós poderíamos aqui – é uma modestíssima sugestão que faço a V. Exª, como nosso Presidente, como guardião da integridade e das prerrogativas desta Comissão –, enquanto o Governo não se disponibilizar a enviar para cá o Diretor-Geral da ANTT, também não deliberar sobre projetos de indicação de nenhuma outra agência reguladora, para que nós possamos dar um recado claro. É exatamente isto o que V. Exª falou: quando o indicado é sabatinado, ele se propõe com muita disponibilidade, mas, depois, se esquece de que precisa prestar contas, até de acordo com o mandamento regimental a que V. Exª fez referência. Então, queria propor que V. Exª, como nosso Presidente, avaliasse a sustação e a suspensão de qualquer indicação em deliberação de agência até que esta Comissão pudesse se impor pela preservação de suas prerrogativas. É uma modesta sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Creio que essa seria uma medida mais extrema. Creio que a sugestão do Senador José Pimentel de aprovarmos, no dia 31, o requerimento convocando o Ministro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Podemos aprovar hoje. Elaborem que a gente coloca extrapauta, está certo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ouço, com prazer, o eminente Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Eduardo Braga, estava numa reunião no gabinete, por isso cheguei quando V. Exª já havia feito a leitura dos dois indicados para a Anatel e para a Agência Nacional de Petróleo, mas estava na discussão sobre a não presença do Diretor Presidente da ANTT. Liguei para ele agora e fiz uma consulta para saber qual o motivo pelo qual teria se negado a vir até aqui. Para surpresa minha, disse-me que não recebeu esse convite e que está à disposição para vir a qualquer momento. Posso confirmar a presença dele no dia 31.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ótimo, excelente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, agradeço a V. Exª. Por favor, entreguem-me os convites. V. Exª tem muito mais prestígio do que a Secretaria da Comissão de Infraestrutura.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não há comparação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não há comparação. Esta Comissão, em que pese a minha relação pessoal com o Dr. Jorge, eu preferi fazê-la pelos canais formais para...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E é como tem de ser feito, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – No dia 9 de outubro, houve um contato telefônico e foi enviado um *e-mail*. No dia 16/10, foi mantido um contato telefônico com o Chefe da Assessoria... Aqui eu não sei, eles fazem um... Quem é Christ na história da...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Um Sr. Christ que, segundo a ANTT, parece-me ser um dos mais importantes, e o chefe da assessoria, Sr. Sérgio Pires. Falou-se também com uma tal de Patrícia, que eu não sei quem é, a mesma que... Segundo o Sr. Sérgio, iria vir um representante. Ou seja, a nossa Secretaria não tem...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Como sempre, competente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Como sempre muito competente, mas não tem, por parte da Agência, sequer...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A resposta...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não, os canais para acessar o quase inacessível, o todo-poderoso conselho diretor das agências reguladoras deste País, que têm mandato e que têm determinações legais de prestação de contas para com esta Casa. E isso independentemente da minha relação pessoal com o Dr. Jorge, com quem eu tenho uma estimada relação pessoal. Mas a conduta da Agência Nacional de Transportes Terrestres não tem sido, para com esta Casa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Correta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Correta e respeitosa com o nível do Poder Legislativo, que concede e aprova o mandato daqueles que dirigem as agências nacionais...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Corretíssimo, Presidente.

Nós vamos poder, no dia 31, de corpo presente, ver com o Dr. Jorge o motivo desse desencontro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A agenda está marcada.

Agora eu gostaria de apoiar essa proposta de que, a exemplo do que faz o Banco Central, que vem a cada semestre na CAE fazer um relato das atividades, das expectativas da economia... Acho que nós poderíamos... V. Exª leu aí o Regimento, onde está previsto isso. Só que nós temos que fazer ser colocado em prática, se não é letra morta, então, é melhor tirar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Submeteremos à próxima reunião, com quórum deliberativo, um calendário para ser aprovado por esta Comissão e iremos comunicar às agências as datas em que terão de vir que prestar contas das ações exercidas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eles terão de vir aqui. Os presidentes e suas diretorias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Os presidentes e seus diretores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Será aprovado por unanimidade, por aclamação é até melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O requerimento será elaborado agora pela assessoria para ser submetido ainda hoje por parte deste Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 3 da pauta, não deliberativo.

ITEM 3
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, de 2015
- Não terminativo -

Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação da matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Passo a palavra ao Senador Telmário, esclarecendo, inclusive, aos demais Senadores que houve tratativas por parte de diversos Senadores – Senador Acir Gurgacz, Senador Telmário, Senador Flexa Ribeiro, que sempre foi um grande defensor e um Senador sempre muito presente nessas discussões da aviação regional – para que nós pudéssemos ter uma emenda a esta resolução com a apresentação de um anexo produzido pela Abear que assegurasse voos a todo Território nacional em contrapartida ao estabelecimento desse novo teto de ICMS na tributação do ICMS interestadual e intermunicipal para o combustível de aviação.

Isso, sem dúvida nenhuma, é algo do interesse de diversas regiões, como Estado do Pará, Estado do Amazonas, Estado de Rondônia, Estado do Piauí, Estado da Paraíba, Estado do Ceará, Estado de Pernambuco, todos esses Estados que receberão voos adicionais.

Para que os Srs. Senadores tenham conhecimento, leio este anexo que está aqui na minha mão e que faz parte da emenda ao PRS nº 55, de 2015 – a emenda ainda não tem número aqui –, Emenda nº 6:

> Acrescente-se ao PRS nº 55, de 2015, onde couber, o seguinte artigo:
> Art. As empresas aéreas deverão implantar até 31 de dezembro de 2017 novo plano de voos nacionais e regionais, que contemple uma maior oferta a todos os Estados da Federação [...], na forma do anexo da presente Resolução.
> *Parágrafo único*. Caberá ao Poder Executivo acompanhar e fiscalizar a execução do disposto no *caput* deste artigo." (NR)

E aí, Srs. Senadores, são 27 Estados na nossa Federação e 198 novos voos que serão adicionados à malha aeroviária brasileira até 31 de dezembro, o que demonstra, sem nenhuma dúvida, a grandeza e a importância deste projeto de resolução que ora iremos deliberar.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, a nossa pretensão, naturalmente, é ler aqui o relatório e, na hora em que houver quórum, nós fazermos a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que neste momento, acho que dez minutos atrás, nós recebemos uma proposta de emenda do Senador Roberto Rocha. E ela vai totalmente, *a priori*, *grosso modo*, de contraponto àquilo tudo que está previsto e às emendas analisadas, inclusive à emenda de V. Exª, que, inclusive, nós temos um prazo.

Roberto, na emenda dele, faz uma proposta de que seja implementado a partir da aprovação da Anac. Então, é botar na mão da Anac, ela vai sentar isso na gaveta dela e vão se passar dez anos.

Então, eu queria ver com V. Exª... Ou a gente rejeita a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Rejeita a emenda.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – É?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Rejeita a emenda.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Então, vamos lá.

O relatório, Sr. Presidente.

Submete-se à apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação".

A proposta inicial é composta de seis artigos, Sr. Presidente.

O primeiro artigo estabelece em 18%, como regra geral, a alíquota máxima para operações internas com querosene de aviação destinado ao consumo de empresa de transporte aéreo classificada nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas que especifica. Essa alíquota será reduzida nas condições dadas pelos artigos seguintes.

O segundo artigo exige que as empresas de transporte aéreo destinatárias do QAV estejam em situação regular com suas obrigações tributárias principais e acessórias.

O terceiro artigo classifica os aeroportos em três categorias em função de sua movimentação anual de passageiros, a saber: até cinquenta mil; acima de cinquenta mil e até cem mil; e acima de cem mil e até seiscentos mil.

O quarto artigo estabelece alíquotas reduzidas em função do número de aeroportos dos diferentes portes para os quais a empresa aérea amplie sua malha, em relação à existente em setembro de 2015. Para ampliação em aeroportos da maior categoria, as alíquotas vão de 16% (para cinco aeroportos adicionais) a 12% (para quinze ou mais aeroportos adicionais); na categoria intermediária, de 10% (para dez aeroportos adicionais) a 8% (para vinte ou mais aeroportos adicionais); e na menor categoria, 6% (para quinze aeroportos adicionais) a 4% (para vinte e cinco ou mais aeroportos adicionais). A contagem exclui os voos arrendados ou *charter*.

O quinto artigo propõe um adicional de 5% na alíquota de ICMS para cada aeroporto excluído da malha de referência.

O sexto artigo é a cláusula de vigência, que se iniciaria em 1º de janeiro de 2016.

A matéria foi distribuída inicialmente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Tendo sido aprovado o Requerimento 620, de 2017, solicitando a oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a matéria veio para análise desta Comissão, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Comissão de Assuntos Econômicos, o Relator, Senador Jorge Viana, apresentou duas emendas ao projeto.

A primeira emenda institui apenas uma alíquota máxima de 12% para o ICMS nas operações internas com querosene de aviação. Para tanto, foi proposta a alteração do art. 1º, a modificação da redação de seu parágrafo único e a fusão deste com o *caput*. Como consequência, foram eliminados os arts. 2º, 3º, 4º e 5º.

A redução da alíquota proposta de 18% para 12% foi justificada pelo fato de que as empresas aéreas brasileiras estariam passando por uma das maiores crises da sua história. Uma vez que os combustíveis respondem por quase 40% dos seus custos operacionais, a redução do ICMS, que representa uma parcela importante do seu preço, teria significativo impacto na recuperação das empresas do setor.

A alteração do parágrafo único do art. 1º foi proposta para ampliar a incidência da referida alíquota máxima para todas as operações internas com QAV, sejam realizadas por distribuidoras, sejam por refinarias.

A segunda emenda alterou a cláusula de vigência, de 1º de janeiro de 2016, para após decorridos dez dias da data de sua eventual publicação.

Após receber parecer na CAE, no prazo regimental, em 20 de julho de 2016, foi apresentada a Emenda de Plenário nº 3, de autoria do Senador Hélio José. Essa emenda limita a 12% a alíquota do ICMS incidente na comercialização de óleo diesel utilizado pelas ferrovias de carga.

De acordo com o Senador, o segundo maior custo que as operadoras ferroviárias apresentam é com a aquisição de combustível, chegando a 30%. Segundo ele, as ferrovias de carga ainda têm muito a crescer e precisam de incentivos fiscais e tributários, além de mais investimentos públicos e privados em sua malha.

Também no plenário, o Senador Jorge Viana apresentou a Emenda nº 4, a fim de substituir na ementa e no art. 1º do PRS nº 55, de 2015, a expressão "operações internas com querosene de aviação" pela expressão "operações internas com combustível de aviação".

Na mesma linha, Sr. Presidente, da Emenda nº 4, na CI, o Senador Vicentinho Alves apresentou a Emenda nº 5. A emenda propõe que o benefício seja concedido não só ao querosene de aviação como também à gasolina de aviação usados pelas empresas de transporte aéreo regular e não regular. Em sua justificação, o Senador Vicentinho assevera que, embora a gasolina de aviação represente apenas uma pequena fração do consumo universal de combustíveis no Brasil, correspondendo a 0,1% do total, a maior parte da integração do Território nacional, principalmente na Amazônia – na nossa Amazônia –, depende do consumo desse combustível.

A Emenda pretende atender aos táxis aéreos de pequeno porte, cuja maioria é abastecida com AVGAS. De acordo com o autor, a extensão desse benefício a essas aeronaves causaria um impacto relativamente pequeno na arrecadação, mas com um resultado muito relevante para as empresas que atendem voos não regulares, já que os gastos dessas empresas com combustíveis representam de 30% a 40% de seus custos totais. Pondera ainda que uma queda inicial na arrecadação do ICMS sobre esses carburantes seria prontamente revertida com o estímulo da atividade e, consequentemente, maior consumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, ressalta que os táxis aéreos são responsáveis pelo socorro aeromédico em todo o Território nacional, bem como pelo transporte de indígenas da nossa região – região eu coloquei, mas não está; eu só quis identificar a nossa região lá – para dentro e para fora dos distritos sanitários indígenas, pelo atendimento às plataformas de petróleo, pela distribuição de dinheiro e documentos de compensação em todo o País, correios, transporte corporativo, etc., sendo também essenciais para a qualificação da mão de obra dos futuros comandantes das linhas aéreas regulares.

A Emenda nº 6, de V. Exª, Senador Eduardo Braga, apresentada na CI, dispõe que as empresas aéreas deverão implantar, até 31 de dezembro de 2017, novo plano de voos nacionais e regionais que contemple uma maior oferta a todos os Estados da Federação, na forma do anexo apresentado por V. Exª.

De acordo com a justificativa, o autor pondera que a proposta só faz sentido se, como contrapartida pela redução dos custos decorrentes da diminuição da alíquota de ICMS, seja garantido o aumento da oferta de voos. Muito justo.

Também na CI, o Senador Roberto Rocha apresentou a Emenda nº 7 para vincular a redução da alíquota máxima do ICMS à implantação de plano de ampliação de voos nacionais e regionais e de redução do valor das passagens aéreas. Ademais, prevê compensação da perda de arrecadação pelos Estados por meio da utilização de recursos da União.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Análise.

Nesta Comissão será analisado apenas o mérito da proposição. Como bem levantado na CAE, os custos operacionais das companhias aéreas brasileiras dispararam em razão da guinada cambial ocorrida em 2015 – quando o dólar saiu de R$2,63, em janeiro, para R$3,87, em dezembro –, o que acarreta impacto direto sobre as despesas de locação de aeronaves e de combustíveis atreladas ao preço dessa moeda. A maior parte das receitas das companhias aéreas, contudo, é obtida em reais.

Esse cenário, Presidente, penaliza principalmente o usuário de transporte aéreo no Brasil, que passa a ter que pagar tarifas mais altas pela prestação do serviço.

Embora saibamos que, em 2002, o volume anual de passageiros no Brasil tenha sido de apenas 30 milhões, passando para mais de 100 milhões recentemente, essa inclusão das classes menos favorecidas no mercado aéreo está ameaçada.

O Senador Pimentel gostou dessa parte, porque foi no governo dele.

Nos últimos meses, houve redução no número de usuários por uma combinação de fatores: a desaceleração da economia brasileira, a perda do poder de compra da população, os altos custos em dólar e a dificuldade de caixa das companhias aéreas nacionais.

O setor terá dificuldades de manter o serviço a preços acessíveis à população, se não forem tomadas medidas para reduzir os custos operacionais das empresas. A readequação da política de cobrança do ICMS é, portanto, uma medida – Senador Ferraço, ainda está aí? Não, foi embora – necessária para manter o serviço a preços acessíveis aos usuários, especialmente para a parcela de menor renda.

Quanto à emenda nº 5, proposta pelo Senador Vicentinho Alves, para estender o benefício aqui analisado a todas as formas de combustíveis utilizados na aviação, além de ir ao encontro do proposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela CAE, beneficia ainda diversas empresas que são responsáveis pela integração de regiões remotas do País – é o caso do Norte –, bem como prestam serviços essenciais à população.

No que se refere a alteração proposta pelo Senador Hélio José, a despeito de parecer medida, a princípio, meritória, entendemos que ela foge do escopo da resolução aqui analisada, que é o transporte aéreo. Portanto, rejeitada.

Sobre a medida nº 7, embora tenha um objetivo nobre, vincula a eficácia da resolução a um plano de ampliação de voos a ser implementado pelo setor aéreo... No caso, é a nº 6, que nós acatamos. Poderá tornar também a medida inconstitucional no caso específico da emenda nº 7, porque a nº 7, Sr. Presidente, também traz uma outra situação. Ela fala que, depois de constar no *Diário* a aprovação, ainda terá um ano, ou seja, a nossa previsão é que seja implantada a partir de janeiro. Então, é para 2018, aí perde o objetivo. Portanto, ela se perde nesse momento.

Propomos que a vigência da medida aqui analisada ocorra após decorridos 180 dias promulgação. Por que, Senador Eduardo Braga, essa parte? Cai naquilo que V. Exª propôs. Eles já vão implementar, vão apresentar, mas eles querem isso por causa da inclusão de novas aeronaves, para que haja prazo razoável para os Estados e o Distrito Federal se adaptarem às novas condições estabelecidas, e também aeronaves novas.

Propomos, por fim, que o art. 1º seja alterado para acolher os serviços aéreos especializados, Senador Eduardo Braga, tais como aviação agrícola, helicópteros em plataformas petrolíferas, aerofotografia, dentre outros, que sejam igualmente contemplados.

Por fim, se faz necessária uma emenda para adequar a ementa da proposição para nela incluir a gasolina de aviação.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2015, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 da CAE, das Emendas nºs 3 e 4 do Plenário, da Emenda nº 7 da CI e, agora, da última emenda, a Emenda nº 8, proposta há poucos minutos pelo Senador Roberto Rocha, porque ela realmente vai de encontro a toda a proposição em análise, ao projeto de resolução; e pela aprovação das Emendas nºs 6 e 5, como já colocamos aqui, nos termos do seguinte substitutivo. E está aí, Sr. Presidente, o substitutivo, que já foi aqui bastante colocado.

Este é o relatório, esta é a análise, este é o nosso voto, pela aprovação, nas medidas que foram colocadas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, para discutir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu pergunto ao colega Telmário sobre a questão da vigência. Há duas datas: 31 de dezembro de 2017 ou daqui a 180 dias...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone*.) – São 180 dias, porque já entra o...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone*.) – São 180 dias, porque é o seguinte...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Fale.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone*.) – Virão aeronaves novas e tal, mas eles já vão até dezembro obedecer à Resolução nº 6...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Telmário...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não, nós temos que colocar claro aqui: ou 180 dias ou 31 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Permita-me, Senador Telmário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu gostaria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu e o Senador Acir tivemos uma reunião com a Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), e eles manifestaram pela totalidade de seus membros que, até 31 de dezembro, estariam aptos para que, no dia 1º, essas aeronaves que já estão disponíveis... Quando V. Exª diz aeronaves novas, não são aeronaves zero quilômetro, são aeronaves renovadas que estariam retornando ao País. Então, quando do encontro conosco, tanto a Latam quanto a Avianca, a Gol, a Azul etc. manifestaram que teriam condições de colocar a partir de 31 de dezembro, ou seja, a partir do dia 1º. E, para aquelas que, porventura, fossem colocar logo a seguir, a lei já estaria valendo, porque, caso contrário, nós estaremos estabelecendo para aqueles que já poderiam estar sendo beneficiados pelo aumento da concorrência, com a subsequente diminuição de preço da tarifa, com a melhora da oferta e até mesmo, para alguns casos, com a colocação de um único voo que passaria a atender àquela cidade, um prazo de 180 dias...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E também o benefício da redução do ICMS, porque uma coisa está ligada a outra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Exatamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, eu acho que é interessante para as companhias 31 de dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Sim, 31 de dezembro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Senão, só daqui a seis meses elas terão o benefício do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Vamos manter o 31 de dezembro.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Então, no art. 2º, fazemos a alteração, e a resolução entra em vigor em 1º de janeiro. Vamos botar 1º de janeiro? Se botar neste ano em exercício...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O.k.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – A partir do dia 1º de janeiro de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – A partir de 31 de dezembro de 2017, para que ela possa valer...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Dia 1º de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... no dia 1º de janeiro.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Essa é a observação. Pronto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Continuando a minha...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Continue. **O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Continuando a minha colocação, eu faço registro de que a companhia Azul já iniciou o voo do jato em Ji-Paraná, mas ainda em horário que não atende à população. E falta da Anac o compromisso de liberar o IFR para o aeroporto de Ji-Paraná, para que a companhia possa cumprir o acordo que fez conosco de fazer o voo noturno em Ji-Paraná.

Hoje o voo sai às 17h, com conexão em Cuiabá. Não é apenas um pouso em Cuiabá, Presidente, é um pernoite em Cuiabá, para a gente poder chegar a Brasília e aos demais Estados da Federação. Está programado o voo saindo às seis da manhã de Ji-Paraná para Cuiabá, que interliga toda a malha aeroviária brasileira...

Então, fica aqui o nosso pedido para que a Anac providencie o IFR para Ji-Paraná, conforme acordo feito. Tem o nosso apoio esse projeto do retorno do jato a Ji-Paraná, Presidente Eduardo Braga. As nossas reuniões foram muito positivas.

Eu entendo que a mudança agora para o dia 31 de dezembro/1º de janeiro de 2018 resolve a questão. O retorno e a manutenção do jato em Ji-Paraná e a manutenção do jato em Cacoal nos dão tranquilidade para apoiar esse projeto, que é importante para a população brasileira, não para as empresas aeroviárias.

Mas eu entendo que a população vai ter um benefício grande com o aumento de voos, principalmente na Amazônia e, em especial, no nosso Estado de Rondônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com a palavra o Senador Flexa; em seguida, o Senador Jorge Viana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, esse projeto tem uma importância muito grande, em especial para a nossa região. Atinge alguns Estados, Senador Jorge Viana, como São Paulo. Ainda há pouco eu falava com Chefe da Casa Civil do Governador Alckmin, porque eles têm lá 25% de alíquota de ICMS para combustível de aviação.

A emenda que o Senador Telmário acatou tirou "querosene", pôs "combustível", que é mais amplo, muito mais amplo. Então, já atende aos táxis-aéreos. Isso para nós é questão, às vezes – muitas das vezes –, de salvar vidas.

As companhias aéreas reduziram drasticamente as linhas no meu Estado. As linhas para Santarém, para Marabá foram reduzidas drasticamente. Eu estava ontem em Marabá. Para vir para cá, eu tive que pegar um voo às 2h da manhã, no horário de verão, que nós não temos lá, para chegar aqui quase às 6h daqui de Brasília. E elas não retomam isso.

Então, eu queria fazer algumas observações para o nosso Relator, que fez um brilhante relatório, para que a gente pudesse esclarecer.

Primeiro, havia essa data de vigência, que já está corrigida. O projeto do Senador Randolfe foi feito em 2015. Ele achava que o aprovaria ainda do ano 2015 e pôs para valer em 1º de janeiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2016. Agora, foi corrigido. Acho até que se a gente colocar para 1º de janeiro de 2018, vamos ter que alterar lá na frente de novo. Não sei se conseguiremos transformar em lei isso agora.

Mas há aqui uma observação que eu queria fazer: essa classificação dos aeroportos por movimentação de passageiros. Eu pediria ao...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ela foi retirada – só para colaborar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está ótimo. Então, era isso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ela foi retirada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está bom. Está o.k.. Porque limitando em 600 mil...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não! Ela foi retirada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... não atenderia lá a alguns..., inclusive da terra de V. Exª, Santarém.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ela foi retirada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Santarém. V. Exª é o quarto Senador do Pará e primeiro por Santarém. É paraense, santareno, mocorongo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu sou um amazônida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Pará exporta governador também.

Mas, Relator, Senador Telmário, eu vejo aqui que V. Exª coloca – já é do projeto original – um escalonamento para as alíquotas do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Também saiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Também saiu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Também saiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, eu estou no passado. Você está entendendo?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone*.) – É por isso que o Senador Eduardo Braga andou mais rápido; já chegou no Amazonas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está ótimo.

Agora, saiu também essa questão de essas novas linhas serem em setembro de 2015?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Saiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Também saiu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Saiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Porque tem que sair agora. Agora!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Sim, exatamente. Na implantação do benefício.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estou pronto para votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pronto.

Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, é até bom que o Senador Flexa Ribeiro... Eu fui Relator da matéria e, conversando com vários colegas, fui retirando essa série de pontos que dificultavam até a aplicabilidade do projeto. Nós o simplificamos, de uma maneira que o relatório do Senador Telmário acatou todas as modificações que eu havia feito e incorporou pelo menos duas que são fundamentais. Por isso, eu queria cumprimentar o Senador Telmário e sei que o Senador Acir, que presidiu a Comissão na ausência de V. Exª, também ajudou.

Uma é a entrada em vigência dessa nossa resolução, porque é fundamental que a gente faça, obviamente, em um prazo adequado e no começo do ano, porque há uma regulamentação necessária a ser feita pelas companhias aéreas, pelas normas de segurança. Então, eu queria dizer que isso é fundamental, e nós o estamos resolvendo.

O segundo: acho que, especialmente para o Norte do Brasil, a mudança e o tratamento de combustível da aviação também resolvem o problema daquilo que nós ainda não temos – queremos ter –, que é a aviação regional, que é feita com pequenas aeronaves no interior do País, de um país continental como o nosso. Eu queria, então, cumprimentar o Senador Telmário.

Mas eu queria fazer um apelo final aqui. Eu compreendo – e até assino embaixo – os questionamentos que o Senador Acir traz, mas eu queria, Senador Acir, colega Acir, que tem procurado também dar sua contribuição... E eu sei do compromisso de V. Exª de buscar resolver um problema no interior do Estado de Rondônia. Eu sei que também, às vezes, as versões chegam distorcendo a sua ação aqui na Comissão. Mas acho que a verdade sempre prevalece, e não tenho nenhuma dúvida.

O que eu queria fazer de apelo, inclusive para os colegas... Eu estava relatando essa matéria no plenário. Ela estava pronta para ser votada; o Senador Acir fez um apelo – e eu concordei – de trazermos para cá a matéria e fazermos uma audiência pública. Uns três Senadores de São Paulo fizeram um movimento contrário. Compreendemos isso. Eu compreendo em parte, porque a retomada de voos... A grande maioria vai sair de novo de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Trinta e seis.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós vamos ter um incremento... Trinta e seis? Em parte, mas no fundo todos os voos do Brasil, de algum jeito, têm conexão com São Paulo. São Paulo vai voltar a ter um aumento de receita, a partir de ICMS, mesmo com a redução da alíquota. É uma questão de tempo, sazonal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – São 36 novos voos e conexões em São Paulo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E veja só: São Paulo tem a maior geração de emprego, tem a maior receita de ICMS e teria, sim, durante um período, uma pequena redução no seu ICMS, com um crescimento imediato, inclusive, do valor atual que o Governo tem arrecadado.

O apelo que eu faço: essa matéria precisa voltar ao plenário, porque nós tínhamos assumido o compromisso de fazer isso em 15 dias. Daqui até lá, se houver algum questionamento que possa vir ainda, a gente pode botar, inclusive, essas questões do Senador Acir.

Se até a chegada ao plenário a "D. Anac" não tiver resolvido essas questões, eu vou estar do lado de V. Exª para dizer "não" – enquanto isso não for resolvido. Mas nós tirarmos daqui a matéria da Comissão e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não, mas vamos votar!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... voltarmos para o plenário... Eu faço esse apelo aos colegas.

Porque, gente, está acontecendo algo muito sério no País: foi votada – a Anac impôs, e o Brasil mudou – a história do pagamento por malas. E agora há uma contradição... Inclusive, eu sugiro, se for o caso, nós fazermos uma nova audiência aqui. Está havendo uma contradição, uma disputa pela imprensa. Há setores que fazem a análise econômica do País – setoriais –, dizendo que houve um aumento no preço da passagem depois que nós aceitamos a cobrança por mala, que a Anac veio impor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O IBGE diz isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E a associação das companhias aéreas diz que não, que houve redução. Mas esse é um assunto que a gente precisa debater, dar clareza aqui. Eu peço inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Vamos fazer um requerimento sobre essa matéria...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Fazer um requerimento conjunto, de vários colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... convocando o IBGE...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu verbalmente apresento esse propósito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... e a Anac.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria também, Sr. Presidente... Outra coisa, outro assunto de que nós podemos tratar no mesmo período: nós descemos no aeroporto de Brasília, que virou um grande *hub*. Nós tivemos uma concessão desse aeroporto. E agora, Sr. Presidente, nós temos uma situação gravíssima: o aeroporto se transformou em um *shopping center*. A concessionária ganha mais dinheiro alugando espaço para loja do que atendendo os usuários do transporte aéreo. Eu fotografei os corredores. É pior do que um *shopping center*, porque um *shopping center* valoriza os espaços para a pessoa circular e tem as lojas. Aqui, não. Os espaços de circulação do cidadão foram tomados por mesas, por comércio, e as pessoas ficam trombando umas nas outras. Pessoas atrasadas para pegar o voo não conseguem andar, porque a concessionária simplesmente está ganhando uma fortuna alugando os espaços. E a Anac não faz nada, a agência que regulamenta isso não faz nada, é cúmplice dessa barbaridade. E os aeroportos administrados pela Infraero não fazem isso.

Então, nós temos uma situação que nós temos que trazer para a Comissão de Infraestrutura. Quando a Anac vier aqui – sentar a direção da Anac –, ela deverá explicar para nós se eles fazem algum tipo... Quanto as companhias estão ganhando só com aluguel de espaço? Espaços públicos, que foram construídos com dinheiro público na época do governo do Presidente Lula e da... Esse aeroporto aqui de Brasília. Agora, há uma concessionária. Fez uma proposta de ganhar pelo manuseio de decolagem e aterrissagem de avião, e agora ganha um dinheiro que certamente não estava no contrato, cobrando os preços mais caros que existem, porque explora as empresas que fazem o uso comercial dos espaços no aeroporto. E eu não sei onde vai parar. Não dá mais para andar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E uma última coisa, para a qual eu também quero apresentar um requerimento: nós passamos o peso das malas para até 10kg, a mala de mão. Há muitas senhoras idosas, senhores idosos, pessoas com necessidades especiais que, para não pagarem a mala, pois que agora é paga a que vai no porão do avião, carregam uma mala de dez quilos. Não há carrinho para as pessoas carregarem as suas malas. Aeroportos enormes, como o de Brasília, cheios de obstáculos, e as pessoas andando de uma ponta a outra, com a maior dificuldade do mundo, porque não põem carrinho para transporte de mala de mão, que agora com a nova regra tem que ser obrigatório. Ou uma pessoa idosa tem que carregar 10kg na mão? Quem de nós acha justo que isso aconteça?

Então, eu acho que nesta Comissão, como vejo em V. Exª e nos colegas um propósito de debatermos isso, nós podemos trazer para nós a responsabilidade de discutir isso e cobrarmos da Anac, defendendo o usuário do transporte aéreo. Estamos falando de cem milhões de usuários de transporte aéreo que têm essa necessidade em um País continental como o nosso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu queria apenas complementar o que o Senador Jorge Viana está colocando. Eu tenho visto constrangimentos na fila de embarque porque certas companhias aéreas – e esse critério muda de companhia aérea para companhia aérea – pegam um modelo em papelão do pressuposto tamanho autorizado da bagagem de mão para ser embarcada e vão, passageiro a passageiro, vendo se a mala cabe dentro do molde de papelão. E, via de regra, quem tem uma bolsinha que seja mais humilde, que não seja uma mala, não consegue entrar naquele molde de papelão. E, via de regra, esses mais humildes é que são exatamente aqueles que são, de certa forma, constrangidos a terem que despachar a sua bagagem na hora do embarque. E via de regra são senhoras de idade, etc. etc.

Eu votei contra. Nós fizemos o decreto legislativo, derrubamos, está lá na Câmara. E a Câmara não vota. Quero fazer um apelo aqui ao Presidente da Câmara dos Deputados, porque creio que esse decreto legislativo repõe ordem. O IBGE acaba de anunciar, 30 ou 40 dias após a implantação da cobrança da bagagem de R$50, o aumento da tarifa das passagens aéreas. Portanto, não houve redução coisa nenhuma. Nós, da nossa Região, estamos voando semanalmente para Brasília, e o que nós estamos vendo é o contrário; é um aumento da passagem aérea.

O que vai fazer reduzir a passagem aérea é o aumento da concorrência, mas não da concorrência entre Rio e São Paulo, onde já há muito avião. É a concorrência no resto do Brasil. Na hora em que o Estado do Pará tiver mais 22 voos; na hora em que o Estado do Paraná tiver mais 11 voos; o Rio Grande do Norte, mais quatro; São Paulo, mais 36; Distrito Federal, mais 12; Ceará, mais 16; Bahia, mais 15; Amazonas, mais 18 etc, o que acontecerá? Haverá o aumento da concorrência e, por via de consequência, a redução do preço da passagem e a melhoria, obviamente, do serviço e da oferta do serviço.

Portanto, esse é um projeto que reputo importante.

Pergunto se algum Senador ainda quer participar da discussão.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Nós somos de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, e somos muito mal servidos por parte das empresas aéreas. Elas colocam horários esdrúxulos: 2h da manhã ou 4h, etc. E, durante o dia, não se encontra nenhum voo.

Eu gostaria que, nessa emenda sua, meu caro Presidente, se aumentasse o número de voos para Mato Grosso do Sul. Se fosse possível aumentar, talvez, para três ou quatro voos, seria muito importante, porque só consta um voo a mais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Podemos trabalhar, claro. Esses voos aqui foram apresentados pelas companhias.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E nós estabelecemos como um adendo, para haver a obrigatoriedade do controle, de que esses são voos a mais em contrapartida...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E não há nenhuma dificuldade de que, entre a votação desse projeto aqui, na Comissão, e no plenário, nós chamemos as empresas para terem uma reunião com V. Exª e que possamos fazer gestão nesse sentido.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós temos discutido essa questão já em plenário, inclusive. Eu tive uma reunião com alguns representantes de empresas.

O grande problema é o compromisso assumido. Na semana passada mesmo, a passagem aumentou de novo.

No dia de domingo, do nosso Estado para Brasília não há voo. E, quando há, não há vaga nos voos.

O Amazonas... Aliás, quando você foi Governador, diminuiu a alíquota do ICMS, até para que houvesse uma contrapartida, para a gente colocar voos no interior, a nossa viação regional. Conseguimos num primeiro momento: uma empresa se dispôs a fazer voos ali na região, para ir para o Acre, para Rondônia. Aí veio a Gol, baixou a passagem naqueles trechos e quebrou a empresa local. Não há suporte para segurar isso.

E há uma série de questões que foram colocadas já em plenário, em comissões, sobre essa discussão.

Absolutamente nada a gente reduzir a alíquota, até porque acho que o Estado do Amazonas, hoje, ainda mantém uma alíquota de 7% em relação ao ICMS. É baixo. Mas por que é baixo? É na perspectiva de que possa haver mais voos, é na perspectiva de que a gente possa dar...

A produção industrial do Amazonas hoje, a maioria da sua produção hoje sai por aviões. E, se não houver um frete barato, nós teremos uma competitividade menor no mercado nacional.

Então, esse é o grande problema. Qual é o compromisso? Qual é a contrapartida? Até porque, se São Paulo, que é o grande receptor de todos os voos brasileiros, mantém uma alíquota lá em cima... Então não adianta o Amazonas baixar, os outros Estados baixarem, e São Paulo manter. O Governador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de São Paulo esteve aqui discutindo conosco. Conversou conosco. E há que haver também um sacrifício dos outros Estados brasileiros, que cobram uma alíquota acima do preço.

Mas o grande problema para nós, lá na Região Norte – e, quando falo Região Norte, falo Amazonas, Acre, Rondônia. E agora o Senador de Mato Grosso também reclama. E Mato Grosso é uma região central, uma região muito central, totalmente diferente de Roraima, do Acre. O Acre, por exemplo, do Senador Jorge: depois que começaram a reformar o aeroporto, passaram os voos para a noite e não voltaram, até hoje, os voos de dia – continuam os voos noturnos. Lá em Manaus, nós tínhamos uma quantidade enorme de voos saindo de Manaus, mas, hoje, se reduziu bastante com a crise que houve.

Então, eu acho – eu não faço parte desta Comissão, mas vou votar e vim discutir essa questão aqui – que precisamos ter, sim, um compromisso com o qual o Governo, através de suas agências reguladoras, possa garantir que haverá essa contrapartida por parte das empresas.

Em relação às bagagens, nós votamos uma resolução no Senado. Isso está na mão do Rodrigo Maia, mas não sei por quê o Rodrigo Maia não vota na Câmara a cobrança de bagagem. O Senado foi muito rápido nessa questão, mas o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, até hoje não colocou em pauta essa resolução que foi aprovada no Senado, acabando com a taxa de embarque, aliás, com o pagamento das bagagens.

Por isso, Senador Eduardo Braga, eu acho que é o momento de nós Senadores termos a garantia dessa contrapartida, até porque quem vai abrir mão desses recursos são os Estados e, consequentemente, a população.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – A contrapartida, Senador Omar, está prevista exatamente na emenda que foi aprovada hoje, ou melhor, que deverá ser aprovada hoje – foi apresentada hoje e acatada no relatório do Senador Telmário: "As empresas aéreas deverão implantar até 31 de dezembro [...]" – portanto, antes do início da redução do teto máximo da alíquota –, "novo plano de voos nacionais e regionais que contemple [uma frota maior], uma maior oferta a todos os Estados da Federação, [...] [conforme] o anexo da presente resolução".

E, no anexo da presente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – São mais voos? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – São mais 18 voos para o Amazonas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Entre decolagem e aterrissagem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E nós estamos negociando, a partir de agora – abrimos negociação –, com a Abear para poder corrigir a questão do Mato Grosso do Sul.

Não havendo quem queira mais discutir a matéria, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, depois de tanta discussão e tantas reuniões – eu entendo que nós chegamos a um consenso –, eu pediria urgência da matéria para que possamos levá-la ao Plenário para votar. Peço apoio dos demais Senadores para que possamos votá-la hoje ainda no plenário, Sr. Presidente, conforme acordo já feito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Em votação o pedido de urgência apresentado pelo Senador Acir Gurgacz...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... com o apoio do Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Próximo item da pauta: item 4.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vamos trabalhar.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ainda quanto à questão da aviação, parece-me que aprovamos uma audiência com o IBGE.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Estamos na elaboração do requerimento para aprovar a audiência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas eu queria propor, Presidente, que, além da Anac, que também seria convidada, nós pudéssemos já aproveitar a oportunidade para chamar a Secretaria de Aviação Civil do Ministério dos Transportes...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Claro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... para que possa vir. Poderíamos chamar também um representante da concessionária do aeroporto de Brasília. Faríamos uma audiência bastante ampla em que poderíamos discutir isso tudo.

Além dos dois – IBGE e Anac –, a SAC do Ministério dos Transportes, um representante da concessionária do aeroporto de Brasília e um da Infraero – cinco participantes da audiência.

É a proposta que faço para a gente poder discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não há, não há...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Nós temos de ter...

Pela ordem, Sr. Presidente.

Nós tínhamos de incluir, obviamente, a representação: o Sr. Eduardo, representando as companhias aéreas; a Anac...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – A Abear...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... a companhia de aviação... E concordo com o Senador Flexa em trazermos um concessionário, porque ou nós – nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos uma agência que deveria fazer a regulamentação; antes era uma estatal, a Infraero – tomamos alguma atitude... E, olhe, V. Exª lembrou muito bem essa história da nova bitola de mala.

Eu comprei uma mala de mão que se encaixava no padrão anterior, na norma anterior. Com a mudança, eles mudaram, ficou mais estreita, e a minha mala, que antes cabia, agora mesmo eles aumentando o peso, já não cabe mais no padrão, tenho que comprar outra mala de mão. E há uma indústria de venda de mala, que é a mais agressiva dentro do aeroporto de Brasília e em outros aeroportos, com umas 20 pessoas que ficam no corredor, enganando as pessoas. Já falei para o Presidente da Anac, e eles não fazem nada. Ficam dizendo: "Você tem conexão? Venha aqui no balcão." E é vendedor de mala. Parece que há um padrão de... Para vender muito daquela mala, se modificou o padrão das malas. Então, fica parecendo uma coisa para enganar o usuário, enganar o consumidor, e nós temos o papel...

Aqui, em Brasília, não é possível haver um monte de gente no meio do corredor, querendo empurrar você para dentro de uma loja para comprar mala de mão. E aí há uma outra modificação para o padrão de mala de mão. Isso é um abuso! E a Anac não faz nada. A Anac vendeu para o Brasil inteiro que, com a cobrança das malas, haveria uma queda no preço das passagens. Mentiu para o Brasil! E o que nós estamos tendo é um aumento.

Por isso que é muito oportuno esse requerimento que nós estamos apresentando, para que a Anac venha explicar, e, de uma vez por todas, em nome do consumidor, do usuário do transporte aéreo, nós deixemos claro se está aumentando ou diminuindo, porque eu não tenho nenhuma dúvida de que está havendo um aumento no preço da passagem aérea no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu queria cumprimentar V. Exªs, tanto o Senador Flexa quanto o Senador Jorge Viana, porque, efetivamente, se percebe claramente o nível de constrangimento e de insatisfação do usuário com relação a essa mudança, no que diz respeito à bagagem de mão.

Mas eu queria cumprimentar a Comissão de Infraestrutura, porque acho que construímos, a várias mãos – aqui eu quero destacar o papel do Senador Acir, do Senador Telmário, do Senador Jorge Viana, do Senador Flexa, a nossa humilde colaboração –, no sentido de que nós pudéssemos estabelecer esse teto da alíquota de combustíveis de aviação e, ao mesmo tempo, estabelecer uma contrapartida explícita, que será fiscalizada pela Agência Nacional de Aviação Civil, para que tenhamos 198 novos voos adicionais. Nós estamos dizendo que o Brasil... E, para cada novo voo, nós estamos gerando, portanto, empregos em aeroportos, empregos na área de serviços de aviação. Portanto, a atitude que nós estamos tomando hoje, nesta Comissão, ao estabelecer um novo teto, que nós esperamos poder aprovar ainda esta semana – vamos conversar com o Presidente Eunício, e aí quero pedir a contribuição de todos para dialogarmos com o Presidente Eunício e podermos colocar esta matéria em votação ainda esta semana no plenário do Senado –, é, sem dúvida nenhuma, um ganho.

Nós queremos apenas dizer que, para votarmos, precisamos ainda ter... E eu peço à Valéria que entre em contato com o pessoal da Associação Brasileira, para que nós possamos ter uma reunião. Ah, o Eduardo, o meu xará, está aí. Eu gostaria talvez, ao cabo desta reunião, se você pudesse já ter uma reunião com o Senador Pedro Chaves... É importante nós termos esta reunião para podermos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consenso com os membros da Comissão para que nós possamos pautar, ainda esta semana, a matéria em plenário.

Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2014. O Senador Jorge Viana pediu a retirada de pauta para reexame da matéria.

Item 5.

Eu queria designar o Senador Flexa Ribeiro...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ele é o autor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ah, V. Exª... Senador Acir Gurgacz, como...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Eu conversei, na semana passada, com o Senador Fernando Bezerra, que é o Relator do meu projeto e está com parecer pela rejeição, e pedi a ele que pudesse retirá-lo da pauta de hoje para que nós fizéssemos uma reunião para discutir a questão do parecer que ele apresentou.

Ele se colocou à disposição, só que ele não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ele não apresentou nenhum documento à Comissão pedindo para que a gente a retirasse de pauta.

Ele pediu apenas a retirada do item 11 da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu conversei com ele quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com relação ao item 5, ele não pediu.

Mas se V. Exª, como autor, pede que se retire para que V. Exª tenha mais uma semana de prazo para conversar com o Senador Fernando Bezerra...

Agora também cabe vista e cabe...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Presidente, eu posso pedir vista?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pode.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, fica pedida vista. E aí...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas aí nós estamos esgotando uma das possíveis...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Posso dar uma sugestão a V. Exª?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Talvez o Senador Fernando Bezerra não mude o relatório, mas talvez a Comissão seja soberana e mude o relatório por ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim, mas eu não gostaria de fazer isso na ausência do Senador Fernando Bezerra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Por isso a importância da vista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Por isso é importante a vista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu pediria a V. Exª, se possível, Senador Acir, que nós retirássemos o projeto, e eu tivesse esta semana para conversar com o Senador Fernando Bezerra, retornando com ele na pauta de terça-feira próxima, com o parecer alterado ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o parecer pela rejeição. Aí nós vamos colocá-lo à apreciação dos membros da Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Respeitando a autoria de V. Exª do projeto e reconhecendo que V. Exªs... Inclusive V. Exªs têm ação do Estado do Pará, no Supremo Tribunal Federal, sobre o tema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agora, esse é um tema que diz respeito a Estados como o de Rondônia, como o Estado do Pará, como o Estado do Amapá...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Hoje, sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Hoje, sim. Mas o Estado de Rondônia, por exemplo, com certeza, tem interesse nessa matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Tem interesse no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O Estado do Amapá, com certeza, tem interesse na matéria; e outros Estados, como o de Minas Gerais, que tem muitas usinas, etc.

Mas, atendendo ao pedido de V. Exª, retiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... de pauta a matéria.

Projeto de Lei do Senado nº 603.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015

- Não terminativo -

Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações:

Em 13/06/2017, a matéria foi pautada e retirada a pedido do relator, para reexame.

Eu designo o Senador Acir Gurgacz como Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Tramita nesta Comissão o PLS nº 603, de 2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que busca dar tratamento especial ao licenciamento ambiental de aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes.

O art. 1º da proposição em análise determina a inserção, no Plano Plurianual (PPA), do Plano de Expansão da Oferta de Energia Elétrica e a priorização de fontes renováveis de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentre as fontes renováveis priorizadas, o PLS determina a explicitação, no Plano de Expansão, de todos os aproveitamentos de potencial hidráulico previstos para garantir a oferta, com informações acerca de:

(i) sua relação custo-benefício sob os aspectos econômico, ambiental e energético; e

(ii) avaliação inicial dos impactos socioambientais, inclusive sobre terras indígenas e quilombolas e demais populações tradicionais.

No art. 2º, o PLS estabelece que os potenciais hidroenergéticos e sistemas de transmissão associados, bem como suas faixas de servidão, sejam considerados de utilidade pública e que seu uso seja assegurado para geração de energia elétrica e uso múltiplo dos recursos hídricos. Ademais, dá prazo de dez anos, a contar da publicação da lei, para que a autoridade competente promova estudos de inventário de potenciais hidroenergéticos ainda não inventariados.

O art. 3º prevê que o Conselho Nacional de Política Energética, órgão vinculado à Presidência da República, defina a natureza do potencial energético, visando "reservar" a sua área de localização e o seu uso para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as seguintes situações:

(i) potenciais hidroenergéticos estimados, cujos inventários ainda não foram aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), poderão ter uso temporário por dez anos após a entrega do inventário, prazo durante o qual o potencial deverá ser confirmado ou não. Se o potencial for confirmado e, além disso, for considerado estratégico ou estruturante, ele será objeto de proteção permanente;

(ii) os potenciais hidroenergéticos serão considerados estratégicos ou estruturantes se assegurarem a otimização do binômio modicidade tarifária – confiabilidade do sistema elétrico, e se atenderem à demanda nacional de energia elétrica.

Durante o citado período de dez anos, em que fica garantido o uso temporário dos potenciais hidroenergéticos estimados, o Ministério de Minas e Energia terá que anuir previamente a destinação diversa, inclusive para criar espaços territoriais protegidos e para impor limitações administrativas.

Se o potencial hidroenergético for considerado estratégico ou estruturante, a destinação diversa dependerá de aprovação do Congresso Nacional, inclusive para criar espaços territoriais protegidos e para impor limitações administrativas.

O art. 4º cria um balcão único para licenciamento ambiental prévio dos empreendimentos que visem ao aproveitamento de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos ou estruturantes. O licenciamento será feito na totalidade da área abrangida pelo potencial, incluindo todos os aproveitamentos existentes. O balcão será constituído por representantes do órgão ambiental licenciador, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Ministério da Saúde. A licença ambiental prévia será concedida em favor da Empresa de Pesquisa Energética ou de entidade devidamente autorizada.

Deverá ser dada prioridade ao licenciamento ambiental de potenciais hidroenergéticos estratégicos ou estruturantes. Os estudos que embasam o licenciamento deverão ser continuamente acompanhados, e deverão ser recomendadas, tempestivamente, eventuais correções necessárias, para que o aproveitamento hidráulico seja implementado com a devida mitigação ou compensação dos impactos ambientais negativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O balcão único de licenciamento deverá emitir parecer conclusivo sobre a viabilidade ambiental do aproveitamento de potenciais hidroenergéticos, abarcando todos os temas de competência dos diferentes órgãos que o compõem, inclusive ouvindo populações indígenas, quilombolas e tradicionais eventualmente atingidas.

Na fase de elaboração de estudos ambientais, o DNPM deverá providenciar o bloqueio das áreas necessárias ao aproveitamento dos potenciais hidroenergéticos estratégicos ou estruturantes, impedindo a outorga de novas autorizações para pesquisa mineral ou a outorga de lavra na área, bem como a renovação das autorizações existentes.

Durante a fase de elaboração de estudos ambientais, a Agência Nacional de Águas, se for o caso, emitirá o Decreto de Reserva de Disponibilidade Hídrica, necessário ao aproveitamento dos potenciais hidroenergéticos estratégicos ou estruturantes. Ainda durante essa fase, caberá à Aneel a declaração de utilidade pública das áreas necessárias ao aproveitamento estratégico ou estruturante, em favor da EPE ou de entidade autorizada a conduzir o processo de licenciamento ambiental prévio.

O art. 5º prevê que a necessária autorização do Congresso Nacional para aproveitamento de potenciais energéticos em terras tradicionalmente ocupadas por índios dar-se-á com base: (i) nos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental dos potenciais hidroenergéticos ou potencial hidráulico (no caso de aproveitamento único); e (ii) no resultado das oitivas, efetuadas pelo órgão de proteção ao índio, com as comunidades indígenas afetadas.

Finalmente, o art. 6º é cláusula de vigência e estabelece que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

O autor da matéria justifica sua apresentação pela necessidade de se criarem mecanismos que otimizem o planejamento do aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica do Brasil. Na visão do Senador Delcídio do Amaral, o uso sustentável dos recursos naturais não consiste em coibir o desenvolvimento, mas em ajustá-lo, com o intuito de conformar o referido uso à escassez e de garantir a preservação frente ao potencial esgotamento do recurso. Nesse sentido, o planejamento não pode passar ao largo das questões ambientais e, ainda, deve observar as demandas advindas do desenvolvimento nacional.

No âmbito dos compromissos firmados pelo Brasil na Convenção-Quadro das Nações Unidas com relação às ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, o Governo brasileiro editou o Decreto nº 7.320, de 2010, no qual prevê, para o setor elétrico, entre outras ações, a expansão da oferta de geração hidroelétrica. Em sendo assim, sustenta o autor, é dever do Poder Público planejar o uso sustentável dos recursos hídricos para fins de hidroeletricidade e não proibir o seu uso indiscriminadamente. A infraestrutura do País está sendo fortemente demandada pelas atividades econômicas, e urge investir em expansão dessa infraestrutura, sob pena de provocar atraso no desenvolvimento nacional. Energia elétrica é insumo fundamental nesse esforço.

Nesse sentido, a garantia de realização de estudos de inventário em bacias hidrográficas dará maior segurança e efetividade ao processo de implantação de futuros empreendimentos de geração. Do mesmo modo, a priorização do licenciamento ambiental dos empreendimentos estratégicos e estruturantes, conceitos esses definidos no PLS, e sua realização por um colegiado deverão garantir maior agilidade e transparência, necessárias para o desenvolvimento do País.

Análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CI a análise de matérias pertinentes à infraestrutura. O PLS que ora se analisa tem forte correlação com infraestrutura, ainda que trate primacialmente de aspectos relativos ao meio ambiente. Na CI, será analisado o mérito com foco na infraestrutura, ao passo que os aspectos ambientais e de constitucionalidade serão tratados na CMA, em decisão terminativa.

De início, cabe destacar que vislumbramos problemas relativos à constitucionalidade, com possíveis vícios de iniciativa, dado que matéria de iniciativa parlamentar está atribuindo competências a órgãos e entidades do Poder Executivo. Entretanto, passaremos ao largo desse assunto, por ser da alçada da CMA.

O PLS se propõe a atacar um problema sério e de grande impacto nas obras de infraestrutura do País: os atrasos em empreendimentos que visam à melhoria das condições de produção de energia elétrica no País. Os processos de licenciamento ambiental têm provocado atrasos inaceitáveis nessas importantes obras e terminam por aumentar o custo Brasil e por limitar a eficiência produtiva.

Inúmeros são os exemplos de impactos negativos da morosidade do processo de licenciamento ambiental, como os atrasos em linhas de transmissão que deveriam interligar parques eólicos da Região Nordeste ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Os parques eólicos ficaram prontos, e, em face dos contratos de compra e venda de energia firmados por ocasião das licitações desses parques, os consumidores passaram a pagar pela energia gerada. No entanto, não havia linhas de transmissão para escoar essa energia, pois elas somente foram concluídas dois anos após o início da operação dos parques eólicos, em razão do longo processo de licenciamento ambiental. Assim, além de o consumidor pagar por uma energia que não podia receber, ainda foi obrigado a pagar por caríssimas termoelétricas para que a energia de que necessitava fosse produzida. O custo desse atraso de dois anos foi de cerca de R$5 bilhões.

O atraso de obras decorrentes da morosidade no licenciamento ambiental traz também graves consequências para o ambiente de negócios. Em tese, empreendedores de obras de infraestrutura têm todo o interesse em concluí-las no prazo acordado com o poder concedente ou até antes, em face dos benefícios advindos da remuneração antecipada dos investimentos intensivos em capital de que participam. Atrasos sistemáticos em obras decorrentes de processos de licenciamento ambiental provocam sérios prejuízos aos investidores, que terminam por se afastar desses tipos de investimento, privando o País de uma atividade econômica fundamental e obrigando o Governo Federal a ter que investir em infraestrutura mesmo sem ter recursos para tal.

Outra importante causa da morosidade do licenciamento ambiental é a judicialização sistemática do processo. O ativismo ambiental de organizações não governamentais e mesmo de procuradores e juízes, no mais das vezes pertinentes e corretas, costuma também estar contaminado por medidas meramente procrastinatórias, uma verdadeira litigância de má-fé. Esse tipo de contaminação poderá ser afastado em grande medida caso o balcão único de licenciamento seja implantado, porque haverá uma instância superior, com respaldo do Congresso Nacional e do Poder Executivo, que terá mais peso diante do Poder Judiciário.

Por fim, cumpre-nos realizar alguns reparos quanto à técnica legislativa do PLS. Primeiro, é necessário suprimir o artigo masculino "os" que está em duplicidade no art. 4º, §1º. Segundo, deve-se alterar a redação do art. 4º. No art. 4º, §4º, do PLS, é necessário substituir a palavra "Decreto" por "Declaração", pois a denominação correta para o ato é "Declaração de Reserva de Disponibilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hídrica", conforme definição do art. 7º, *caput*, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Finalmente, propomos substituir a palavra "balcão" por um termo que expresse com mais precisão o seu significado de decisão em moldes colegiados.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 603, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CI.

Dê-se ao *caput* e aos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 4º, do PLS nº 603, de 2015 a seguinte redação:

Eu faço questão de ler, Sr. Presidente, na íntegra, porque é um projeto muito importante.

"Art. 4º O licenciamento ambiental prévio dos empreendimentos que visem o aproveitamento de potenciais hidroenergéticos estratégicos ou estruturantes será feito na totalidade da área abrangida pelo potencial, incluindo todos os aproveitamentos existentes, e será conduzido por um colegiado único de licenciamento, composto por representantes do órgão ambiental licenciador, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Ministério da Saúde (MS), em favor da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) ou entidade devidamente autorizada.

§1º O licenciamento ambiental do aproveitamento dos potenciais hidroenergéticos estratégicos ou estruturantes será prioritário, devendo ser acompanhada e orientada, continuamente, a elaboração dos estudos que o embasarão, e recomendadas, tempestivamente, as correções necessárias para que o aproveitamento hidráulico seja implementado com a devida mitigação ou compensação dos impactos ambientais negativos.

§2º O colegiado único de licenciamento deverá emitir parecer conclusivo sobre a viabilidade ambiental do aproveitamento dos potenciais hidroenergéticos, abarcando todos os temas de competência dos diferentes órgãos que o compõe, inclusive, tendo por base a oitiva das populações indígenas, quilombolas e tradicionais eventualmente atingidas, a serem promovidas pelo próprio colegiado único de licenciamento.

§3º Os órgãos e entidades responsáveis por conceder direitos minerários providenciarão, na fase de elaboração dos estudos ambientais, o bloqueio das áreas necessárias ao aproveitamento dos potenciais hidroenergéticos estratégicos ou estruturantes, impedindo a concessão de novas autorizações para pesquisa mineral ou outorga de lavra na área, bem como a renovação das autorizações existentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§4º A Agência Nacional de Águas (ANA) analisará a disponibilidade hídrica para implantação dos empreendimentos previstos no *caput* e, se aprová-los emitirá – na fase de elaboração dos estudos ambientais – a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica de que trata o art. 7º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

....."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, com todas as vênias ao Senador Acir, Relator *ad hoc*, pareceu-me assim... Não analisei com profundidade, porque não tivemos tempo, só a leitura do Relator *ad hoc*, mas havia um entendimento com o Senador Wilder de ele retirar por uma semana, porque está sendo aprovado um ajuste no Código Florestal na Câmara dos Deputados, que será votado só na semana que vem.

Para que não haja lá frente, de repente, uma reprovação desse projeto, que é um projeto muito importante – pelo que ouvi, é um projeto muito importante para o País –, eu pediria vista por uma semana, apenas uma semana, para fazer esse ajuste entre esse projeto que está na Câmara dos Deputados e esse projeto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador, V. Exª me permite uma pequena ponderação? Veja, esse projeto de lei está em tramitação nesta Casa...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Desde 2015.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... desde 2015. Nós estamos vivendo, no Brasil, um momento muito crítico nas nossas questões hidroelétricas e nas nossas questões de linhas de transmissão. E, em função do pouco crescimento econômico, o Brasil sobreviveu, no ano de 2016, mesmo sem ter lançado novos leilões de reserva e mesmo com a defasagem das construções das obras que já estavam contratadas, sem racionamento.

Nós estamos com situações da seguinte ordem: nós tivemos o problema da Abengoa. A Abengoa era responsável pelas linhas de transmissão de um dos trechos mais importantes do polo do Madeira, que traria... Aliás, do Madeira, não, de Belo Monte, que traria a energia para o centro consumidor, até o Sudeste. Informou-me o Ministro, quando da última visita aqui, que só agora a União retoma a concessão e só agora fará nova licitação ou – e aí veja a importância de a Eletrobras ser uma empresa pública, uma estatal pública – a Eletrobras vai ser chamada pela iminente situação de o Brasil necessitar da energia de Belo Monte e a linha de transmissão não ter sido construída. Ela, por chamamento do Governo Federal, assumirá a linha e terá de fazê-lo arcando com as TIs, com as RAPs, etc., que foram aprovados naquela linha de transmissão.

Potenciais hidrelétricos brasileiros estão deixando de ser estudados e deixando de ser analisados. V. Exª tem lá mesmo, no Estado de Rondônia, uma reivindicação antiga, se não me falha a memória em Tabajara, para que nós possamos avançar com uma hidrelétrica onde nós já temos linhas de transmissão e poderíamos, com uma hidrelétrica e com uma subestação, colocar essa energia no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centro consumidor. E, via de regra, nós não conseguimos em função desses entraves, dessas dificuldades que nós temos na execução de obras que são estratégicas.

Esse projeto não é terminativo. Esse projeto...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Mas é terminativo da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É, se passar aqui, ainda vai para a CMA.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mas é terminativo, e a CMA é uma Comissão complicada. Para que não haja uma reprovação da CMA, eu gostaria... E ninguém mais do que eu, meu Presidente, sabe dessa situação. E, modéstia à parte, eu sou conhecido aqui, no Congresso, como um relator, quando eu pego uma relatoria, ágil e rápido. Desde a época do Antonio Carlos Magalhães, que dizia: "Eu vou dar para você, porque você vai fazer rápido".

Eu quero uma semana. Isso já está há três anos... Uma semana a mais não vai prejudicar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É regimental.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É só porque o Governo quer o entendimento para ajuste, apenas ajuste. O projeto é ótimo, maravilho, mas é para ajustes. Então, eu peço vista por apenas uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É regimental, V. Exª tem direito à vista.

Portanto, concedida...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Vista coletiva, eu sugiro, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... vista coletiva, a pedido do Senador Acir Gurgacz.

Nós temos apenas alguns requerimentos para aprovar. Eu pediria aos Senadores...

Requerimento nº 55, que trata de audiência pública com ANP, ANTT, Antaq, DNIT, Anatel, Aneel e Anac, para, de acordo com o calendário estabelecido, que possam prestar contas à Comissão de Infraestrutura do Senado.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 55, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiências públicas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, para prestação de contas das Agências Reguladoras, de acordo com o artigo 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, com datas a serem marcadas pela Comissão. Propõe que as audiências sejam realizadas com as Diretorias da ANP, ANTT, ANTAQ, ANATEL, ANEEL, ANAC e DNIT.

Autoria: Senador Eduardo Braga e outros

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento: de acordo com o que ficou estabelecido também na reunião de hoje, para tratar, junto à Anac, que autoriza a cobrança de passagens aéreas e seus impactos na tarifa, proponho audiência, com as presenças do IBGE, da Anac, da Abear, do Sr. Antônio Claret de Oliveira, Presidente da Infraero, do Sr. Presidente da Concessionária do Aeroporto de Brasília e do Sr. Secretário Nacional de Avião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 56, de 2017
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para tratar da Resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) que autoriza a cobrança das bagagens, e seus impactos nas tarifas.

Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Da mesma forma, requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, também de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater a concessão da Ferrovia Norte-Sul.

Convidando, mais uma vez, o Jorge Luiz Macedo Bastos, da ANTT; Valter Casimiro Silveira; Adalberto Santos de Vasconcelos; e Klaus Weyand, Presidente da Estação de Transbordo de Carga Porto Praia Norte; Representante da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins; e Representante da VLI (Valor da Logística Integrada).

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 53, de 2017
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços e Infraestrutura, com o objetivo de debater a concessão da Ferrovia Norte/Sul.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Antes de encerrar, agradeço a presença dos Srs. e das Srªs Senadoras.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 27 de outubro, às 14h, neste plenário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agradeço a sua atenção e o seu apoio para a nossa audiência, que nós marcamos para dia 27 agora, essa próxima sexta-feira, mas no dia 27 o Ministro dos Transportes está fazendo várias visitas a obras no País e convocou os técnicos para acompanhá-lo. Aí a nossa audiência ficou comprometida.

Como na próxima semana nós temos feriado, eu peço a V. Exª para que possamos transferir para o dia 10, que é em uma sexta-feira, e dará tempo também para que os convidados de Rondônia possam vir a essa audiência. E sem a presença dos técnicos, por exemplo, o Valter Casimiro, que é o Diretor-Geral do DNIT, sem a presença dele, essa nossa audiência ficará comprometida.

Eu não peço a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Atendido o pedido de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Fica marcado para o dia 10 de novembro.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2014

- Não terminativo -

Institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais.

Autoria: Deputado Heuler Cruvinel e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. Em 23/03/2016 foi aprovado o RQI 14/2016, de autoria do Senador Jorge Viana, para realização de audiência pública de instrução da matéria.

2. Em 01/06/2016 foi realizada a audiência pública de instrução da matéria demandada pelo RQI 14/2016.

3. Em 03/10/2017, foi lido o relatório do Senador Jorge Viana, pela aprovação nos termos do substitutivo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2015

- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. A matéria será analisada pelas Comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

2. Em 19/10/2016 o projeto foi pautado e retirado a pedido do relator, para reexame.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 766, de 2015

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta § 2º ao art. 13 à Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, para dispensar o transportador do dever de contratar o seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos a cargas transportadas quando a carga já tiver sido objeto de seguro firmado pelo contratante do serviço de transporte.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Matéria será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Em 03/10/2017 foi lido o relatório e concedida vista coletiva.)

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. Matéria tem parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, pela aprovação.

2. Em 27/04/2016 é apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

3. Em 05/09/2017, o Senador Valdir Raupp apresenta novo relatório, pela aprovação da matéria nos termos de emenda substitutiva. Na mesma data, é lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

4. Aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

5. Votação nominal.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. O projeto tem parecer da CMA, pela aprovação com uma emenda.

2. Em 11/07/2017 a matéria foi pautada e retirada a pedido do relator, para reexame.

3. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

4. Votação nominal.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. A matéria tem parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, pela aprovação com a emenda nº 1-CAE.

2. Em 09/05/2017,foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

3. Aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

4. Votação nominal.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. A matéria tem parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela aprovação com duas emendas de redação.

2. Em 06/07/2016 o projeto foi pautado e retirado a pedido do relator, para reexame.

3. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do artigo 282 do RISF.

4. Votação nominal.

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. Em 09/06/2017 a matéria foi pautada e retirada a pedido do relator, para reexame.

2. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

3. Votação nominal.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação das Emendas nº 2/S e 3/S, na forma das subemendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 4/S, todas oferecidas em turno suplementar.

Observações:

1. Em 28/03/2017, foi lido o relatório do Senador Lasier Martins, sendo aprovado o substitutivo oferecido ao projeto (Emenda nº 1-CI).

2. No turno suplementar, o Senador Valdir Raupp apresentou a Emenda nº 2/S e o Senador Pedro Chaves apresentou as Emendas nº 3/S e 4/S.

3. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

4. Votação nominal.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016

- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Armando Monteiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. Em 29/06/2016 o Senador José Aníbal apresentou a Emenda nº 1-T.

2. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, de acordo com o artigo 282 do RISF.

3. Votação nominal.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016

- Terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 27/06/2017 é designado relator ad hoc o Senador Elmano Férrer, lido o relatório e concedida vista coletiva.

2. Votação nominal.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para desacelerar o ritmo de queda dos descontos concedidos às cooperativas de eletrificação rural nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição e nas tarifas de energia e dá outras providências.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Votação nominal.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 54, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater o conteúdo do Projeto de Lei do Senado nº 766, de 2015, que "acrescenta § 2º ao art. 13 à Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, para dispensar o transportador do dever de contratar o seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cargas transportadas quando a carga já tiver sido objeto de seguro firmado pelo contratante do serviço de transporte".

Autoria: Senador Eduardo Braga.)

Declaro, portanto, encerrada a presente sessão, convocando uma nova reunião para a próxima segunda-feira, aliás, para a próxima terça-feira, dia 31.

(Iniciada às 09 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e onze minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Jorge Viana, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Paulo Paim e Cidinho Santos, além dos Deputados Federais Paulo Foletto e Evair de Melo. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQI 47/2017, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. **Finalidade:** Debater medidas a serem tomadas em face da quebra contratual pela empresa ECO101, responsável pela concessão da BR-101 no Espírito Santo, por descumprimento da exigência de duplicação de toda rodovia por ela administrada. **Participante:** Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Fazem uso da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Valdir Raupp e Wellington Fagundes, e os Deputados Federais Paulo Foletto e Evair de Melo. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quatro minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares, Wellington Fagundes, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Elmano Férrer, João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 27ª e 29ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Discussão e votação de propostas de emendas ao PLOA 2018**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, do Senado Federal, ao Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2018 (PLN nº 20, de 2017-CN), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO. Relator das Emendas na CDR: Senador Paulo Rocha. **Resultado:** Foram aprovadas a apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO 4 (quatro) emendas de Apropriação de Despesa e 4 (quatro) Emendas de Remanejamento, distribuídas conforme segue: **Emenda nº 1** – "54101 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional - Nacional-NA", R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); **Emenda nº 2** – "53101 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional - Nacional-NA", R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); **Emenda nº 3** - "53101 – Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - AJUSTE O SUBTÍTULO – Nacional - Nacional-NA", R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); **Emenda nº 4** – "20201 - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - Nacional -Nacional-NA", R$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais); **Emenda nº 5** - "53207 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Na Região Centro Oeste – Região Centro Oeste-CO", R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); **Emenda nº 6** - "52131 - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares – Nacional - Nacional-NA", R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); **Emenda nº 7** - "53201 - Construção da 1ª etapa - Fase I do Canal de Xingó - Na Região Nordeste – Região Nordeste-NE", R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); **Emenda nº 8** - "Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) – Nacional - Nacional-NA", R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do artigo 87, combinado com o art.44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Assim, propõe a dispensa da leitura da ata da presente reunião e a submete à aprovação. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª e da 29ª Reuniões da CDR.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.

A Comissão comunica ao Plenário que recebeu 136 emendas.

Indicamos como Relator o Senador Paulo Rocha, a quem vou conceder a palavra, neste exato momento, para ele fazer a leitura do seu relatório e as suas considerações.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Você já viram que, pelo número de emendas, não é um trabalho fácil para um relator...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – São 136.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – ... atender não só a diligência dos nossos Parlamentares, que vem através das emendas – naturalmente, a demanda dos seus Estados e as suas demandas específicas da relação com seus mandatos. E facilita para o Relator... Como esta é uma Comissão que trata do desenvolvimento regional, isso facilita as coisas no sentido de a gente agregar as emendas e as demandas das Regiões, ligadas ao que é a responsabilidade da nossa Comissão. Além do desenvolvimento regional, trata-se também da questão do turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, já são conhecidos de todos os relatórios e o parecer no que tange às emendas de comissão. Naturalmente, eu estou atendendo todos os requisitos e os pressupostos que exigem as nossas resoluções, principalmente a Resolução nº 1, da CMO, e também os critérios que são estabelecidos para cada comissão. Compete, portanto, a nós, apresentar quatro emendas chamadas de apropriação e quatro emendas de remanejamento, todas de interesse nacional.

As 136 emendas foram divididas para um conjunto de Parlamentares, e coincidem as emendas, todas apresentadas pelos nossos representantes de Regiões. Os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Dário Berger, Simone Tebet, Elmano Férrer, José Medeiros, Wellington Fagundes, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Fátima Bezerra, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Jorge Viana, Lídice da Mata, Humberto Costa, Paulo Rocha, Waldemir Moka e Valdir Raupp. Esses Parlamentares representam todas as Regiões.

Então, o que fiz aqui na minha capacidade de articular os vários interesses e as várias Regiões? Quatro emendas de apropriação: acréscimo à Ação 10V0, de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, do Ministério do Turismo, no valor de 500 milhões; dois, emenda que acrescenta mais 400 milhões ao Ministério da Integração, em uma ação chamada 7K66, de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, que foi pedida, assinada por cerca de 14, 15 Parlamentares e, portanto, atende todas as Regiões, principalmente no incentivo ao desenvolvimento local integrado, que é hoje um dos grandes problemas das nossas Regiões. Ela atende, portanto, ao sentimento da maioria da Bancada, visto que cerca de 14 Parlamentares assinaram essa emenda.

Prossigo: acréscimo também à Ação 5900, que é a continuidade da Integração do Rio São Francisco nos eixos cujos processos ainda estão atrasados, em que eu acrescento para o Ministério da Integração, no atendimento ao Nordeste todo, a questão de 300 milhões; e acréscimo à Ação 211A, que é o Desenvolvimento de Assentamentos Rurais, no valor de 260 milhões, também pedido pela maioria dos Parlamentares de todas as Regiões.

Portanto, essas são as quatro emendas de apropriação: atende o Ministério do Turismo, atende o desenvolvimento local em todas as Regiões, atende a Região Nordeste na continuidade da integração do Rio São Francisco e atende também a agricultura familiar e os assentamentos em todas as Regiões.

E ficaram quatro de remanejamento, também pedidos de Parlamentares.

Aqui há um pedido do pessoal do Centro-Oeste. Apesar de o Centro-Oeste já estar também atendido no conjunto das outras ações, das quatro de apropriação, mas aqui há uma específica da promoção de investimentos em infraestrutura econômica na Região do Centro-Oeste. É uma emenda de remanejamento de 500 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, como remanejamento, inclusão na Ação 123G, um pedido da indústria naval que incentiva todas as Regiões, a qual também pus em remanejamento – foi o possível de atender –, que é a Implantação de Estaleiro e Base Naval. Envolve também um pedido da Marinha.

E ficaram as outras duas últimas de remanejamento: uma, a pedido do Senador Antônio Valadares e outros, mas principalmente do Senador Valadares, trata da ampliação de oferta de água para usos múltiplos no meio de infraestrutura hídrica (Ação 0479) a partir da infraestrutura da Codevasf; e a outra, por último – vou lhe dar a palavra –, é um pedido assinado por vários Senadores, mas encabeçado pelo Senador Dário Berger, que trata da Ação 105122068, 10GE, que é para a Funasa, de Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações de Saneamento Básico em Municípios com habitação abaixo de 50 mil habitantes.

Então, repetindo, as quatro de apropriação: proposta de estruturação e dinamização de atividades de infraestrutura econômica na Região Centro-Oeste, de 500 mil; inclusão na Ação 123 para estaleiros e base naval; a sétima, que é a quarta do remanejamento, para a infraestrutura da Codevasf; e a outra, última portanto, e não menos importante, investimento via Funasa para atender saneamento básico nas cidades com menos de 50 mil habitantes.

Para debater.

É isso, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Paulo Rocha.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, entendendo a dificuldade de encontrarmos uma dotação específica, no âmbito da Codevasf, para esse projeto, que é o do Canal do Xingó, eu gostaria de retirar a emenda, porque eu vou tentar aprová-la na CMO, no contato que vamos ter – e preciso também da sua ajuda e da do nosso Presidente – com o Relator-Geral do Orçamento, porque ele vai saber de onde remanejar essa dotação para atender ao Canal do Xingó.

Agradeço a V. Exª e peço a retirada desta emenda.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Deixe-me dialogar com V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Naturalmente V. Exª tem mais experiência do que eu aqui, na relação com a CMO, mas eu acho que, independente... Eu e o Presidente da CMO, que está aqui, vamos lhe ajudar nessa articulação, no entanto, para reforçar lá, já não sai mais como pedido seu, nem meu, nem individual; já sai daqui como a decisão de uma comissão. Já sai como uma emenda de comissão que a gente vai apresentar para ele: "Olha, você tem que atender aqui, porque foi uma comissão que atendeu". Então, reforça a sua articulação lá. É óbvio! Não é? Tem que deixar aqui, e a gente articular lá, sem prejuízo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – A gente tem que mostrar lá... Até para facilitar o trabalho do Relator, a gente tem que mostrar de onde vai sair esse dinheiro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Bem, nós já conversamos sobre isso. Porque lá ele tem que tirar de outro orçamento. Só quem tem poder hoje, agora, é o Relator-Geral.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Está bem, como a gente...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Relator-Geral tem poder, lá na hora, de tirar dali, pôr para cá, reforçar isso, reforçar aquilo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador, eu agradeço a V. Exª...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E a gente força ele a buscar isso com uma emenda de comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Vou atender a sua sugestão e lhe agradeço, mais uma vez, porque o que abunda não vicia. Se estamos trabalhando pelo fortalecimento de um projeto, quanto mais comissões o aprovarem, melhor.

Então, agradeço, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Valadares. A ideia é exatamente esta: fortalecer o seu pleito, a reivindicação, que é extremamente justa.

Concedo a palavra agora ao Senador Dário Berger, que é o Presidente, inclusive, da CMO (Comissão Mista de Orçamento), e que vai ter... Vai ter, não! Já está tendo uma tarefa e uma missão muito desafiadoras, não é, Senador Dário?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito, muito! Principalmente nos tempos atuais que nós estamos vivendo. Aliás, o Orçamento oficial ainda não chegou à Comissão Mista de Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, voltando ao tema aqui, especificamente, eu quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentar e parabenizar o relatório do Senador Paulo Rocha. Ele, mais uma vez, demonstrou muita compreensão, demonstrou-se de forma muito acessível e respeitosa, tentando compilar a ampla maioria das indicações de emendas desta Comissão, e, efetivamente, eu quero cumprimentá-lo por essa posição, por essa iniciativa.

Em segundo lugar, Srª Presidente e Sr. Relator, eu quero só fazer uma justificativa da emenda proposta por mim, de remanejamento, que está relacionada à Funasa e que tem por objetivo principal a alocação de recursos para financiar projetos de saneamento básico em Municípios de até 50 mil habitantes.

Um dos maiores, mais expressivos problemas da Nação brasileira hoje está relacionado ao saneamento básico propriamente dito. Por incrível que possa parecer, o próprio Estado de Santa Catarina, que é um Estado extremamente avançado em termos de desenvolvimento econômico e social, ainda tem cerca de cento e tantos Municípios que sequer têm projeto para saneamento básico, quanto mais para tratamento de esgoto sanitário.

Então, a minha preocupação é que esses Municípios – que são relativamente pequenos, todos com menos de 50 mil habitantes – não têm os recursos necessários para encomendar e para executar preliminarmente os projetos para posterior implantação do sistema de coleta de saneamento básico propriamente dito. Dessa maneira, eu vejo esta como uma emenda importante, fundamental para o desenvolvimento econômico e social das Regiões, sobretudo as mais carentes, uma vez que, investindo em saneamento básico, estamos investindo também em saúde. Portanto, eu quero agradecer.

Eu acho que, embora seja uma emenda de remanejamento, como bem salientou a Senadora Fátima Bezerra, ela reforça a nossa posição perante a Comissão Mista de Orçamento, e sobretudo perante o Relator-Geral do Orçamento, que é o Deputado Federal Cacá Leão. Eu tenho certeza de que nós vamos fazer essa reivindicação, e, evidentemente, ele vai fazer todo o esforço para nos atender.

Portanto, mais uma vez parabenizo o Relator, Senador Paulo Rocha, pelo relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bem, há um ajuste na emenda de Apodi, do São Francisco: em vez de 300 milhões, são 400 milhões.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de instalar a próxima reunião, eu quero parabenizar o Senador Paulo Rocha pelo esforço que fez no sentido de contemplar as principais demandas que chegaram até a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Ele o fez de maneira muito competente, Senadora Lídice. Primeiro, destinando uma emenda para o turismo, até porque a comissão é de desenvolvimento regional e turismo, e nada mais oportuno do que a emenda para o turismo ter sido colocada na rubrica de apoio a projetos de infraestrutura turística. As demais emendas que ele aqui apresenta são todas emendas que dizem respeito ao desenvolvimento regional, com ênfase na área de infraestrutura hídrica, dada a realidade por que passa a nossa Região Nordeste, que dispensa aqui comentários – nós vamos entrar no sétimo ano seguido de seca.

Eu quero aqui agradecer, e muito, a todos os Senadores e Senadoras da Comissão a compreensão que tiveram no sentido de que nós pudéssemos destinar uma dessas emendas para o Projeto de Integração do São Francisco, mas com um foco, Senador Dário, que vai ser para viabilizar o Canal Apodi-Mossoró. Isso porque, sem a viabilização desse canal, nós simplesmente viveríamos uma tragédia no Rio Grande do Norte, que seria as águas chegarem ao Rio Grande do Norte – como está previsto que cheguem – no primeiro semestre do ano que vem, assim como ao Ceará e à Paraíba, e simplesmente, Senadora Ângela, mais da metade dos Municípios do Rio Grande do Norte não serem contemplados com as águas do São Francisco. Por quê? Porque não há funcionalidade, não há o canal necessário para levar-se a água até lá.

Então agradeço, e muito, essa compreensão da Comissão, porque, com a aprovação dessa emenda, nós temos o compromisso do Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, que já tem projeto executivo pronto, fruto do debate aqui da nossa Comissão. Ele já tem o projeto executivo pronto e assumiu o compromisso de, uma vez a Comissão destinando uma das emendas para o Piranhas-Açu e o Ramal Apodi-Mossoró, dar prioridade.

No mais, aqui também destaco as outras emendas igualmente importantes e que contemplam todas as Regiões, como a de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável, local e integrado do Ministério da Integração Nacional, e a emenda também de desenvolvimento de assentamentos rurais do Incra. São emendas muito importantes que vêm na direção de fortalecer também outro setor vital – vital mesmo – para o desenvolvimento regional, que é a agricultura familiar, que, a exemplo das demais áreas, passa por uma crise muito grande em função do corte brutal de orçamento.

Não é à toa que a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) anda aqui, de gabinete em gabinete, pedindo socorro. Então, esta Comissão se soma à luta dos agricultores e à luta dos trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais de todo o País, destinando exatamente essas emendas que dizem respeito à questão do desenvolvimento sustentável, à questão dos assentamentos, como uma forma de contribuir, repito, para a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar no nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A emenda do Senador Dário também aqui dispensa comentários – ele aqui já falou muito bem. Ela trata de saneamento para os Municípios com menos de 50 mil habitantes, e não há como pensar desenvolvimento regional sem cuidar dessa infraestrutura básica, que é a questão exatamente de saneamento.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

E o Senador Dário, Presidente da nossa Comissão Mista de Orçamento, vai olhar as emendas que estão saindo daqui da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com todo o carinho.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

Mais uma vez – repetindo – as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Antes de encerrar a presente reunião, informo às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, após encerrar esta reunião, abriremos imediatamente a 31ª Reunião da CDR, para deliberações de matérias. Portanto, solicito que todos permaneçam em seus lugares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública para debater a implementação no país dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiárias dos assentamentos da reforma agrária" Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Adiado. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 48 de 2017 que: "Requer que seja realizada, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública com a finalidade de debater uma proposta de salvaguarda para garantir a permanência da cultura do forró, no dia 20 de novembro de 2017, em João Pessoa, Paraíba." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. Observação: Subscrevem os senadores Elmano Ferrer e Regina Sousa. Acrescentado o nome da senadora Lídice da Mata como debatedora. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de Municípios integrantes do semiárido brasileiro." Autoria: Deputado Domingos Neto. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." Autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos." Autoria: Deputada Soraya Santos. TRAMITA EM CONJUNTO com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, de 2016 - Não Terminativo - que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências". Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Senador Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição do PLC nº 64, de 2016, e pela aprovação do PLS nº 465, de 2016, com 4 emendas que apresenta. Resultado: Vista concedida, nos termos regimentais, ao Senador Dário Berger. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão." Autoria: Deputado Hildo Rocha. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável da CDR à matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e à votação das seguintes matérias: o item 1 é requerimento de autoria do Senador Wellington Fagundes – como ele não se encontra presente, fica adiado –; o item 2 é de minha autoria.

Eu pediria à Senadora Lídice que presidisse aqui os trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Bom dia a todos, Senadores e Senadoras.

Passo a palavra – estou dando um tempo para que ela possa chegar à tribuna – à Senadora Fátima Bezerra para fazer o encaminhamento do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, esse requerimento... Eu, inclusive, já conversei com V. Exª e com a Senadora Regina e quero aqui também convidar o Senador Valadares. Enfim, é um requerimento que – eu desejo, e sei que esse desejo será atendido – não será apenas da Senadora Fátima Bezerra, mas vai ser um requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em especial da Bancada nordestina, porque se trata de realizarmos uma audiência pública com a finalidade de debater uma proposta de salvaguarda para garantir a permanência da cultura do forró, Senadora Regina. Ou seja, assim como, merecidamente, acertadamente, já foi feito com o frevo, quando foi dado ao frevo o *status* de patrimônio imaterial, nós queremos, Senadora Lídice, que a mesma coisa seja feita com o forró.

Eu rapidamente aqui vou ler a justificativa do presente requerimento.

As festas juninas, principais manifestações das tradições nordestinas, são os espaços privilegiados para a execução de um gênero musical típico da cultura nordestina conhecido por forró. Diante da importância da cultura do forró no desenvolvimento do Nordeste, principalmente com a realização das conhecidas festas juninas, ou festas de São João, e do seu impacto socioeconômico e cultural para o povo nordestino, o Fórum de Forró de Raiz, através da Associação Balaio Nordeste, ambos sediados na capital paraibana, solicitou ao Departamento de Patrimônio Imaterial, do Iphan, o registro do Forró como patrimônio imaterial brasileiro.

Desde 2011, o movimento artístico-cultural do Nordeste identificou mudanças na estrutura e programação das festas juninas, bem como nos espaços de produção e reprodução do que se convencionou chamar de autêntico forró nordestino, demandando defesa e proteção dos ritmos dessa forma de expressão. A crescente perda de espaço nos canais de divulgação, rádio e TV, e a redução continuada da presença dos artistas nas festas juninas da região, promovidas pelos gestores públicos municipais e estaduais, gerou uma preocupação e um intenso debate no meio artístico e da produção cultural. Há uma cobrança generalizada e uma demanda latente por políticas públicas que promovam a salvaguarda desse bem e estimule a produção artística, bem como o acesso da população nos meios de comunicação e nos espaços da educação formal, seja como conteúdos transversais, seja como intervenções didático-culturais oferecidas aos educandos.

Diante disso, o Fórum Forró de Raiz, constituído por compositores, intérpretes, sanfoneiros, pandeiristas, trianguleiros, zabumbeiros e dançarinos de todo o Nordeste que realizam agora, no dia 20 de novembro de 2017, o Encontro Nacional de Forrozeiros, no Teatro Paulo Pontes, no Espaço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cultural da cidade de João Pessoa, na Paraíba, solicitou a realização dessa audiência pública pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal no Encontro Nacional de Forrozeiros em João Pessoa, previsto agora para o dia 20 de novembro.

O Encontro Nacional de Forrozeiros a ser realizado em novembro, em João Pessoa, reunirá um grande número de artistas dedicados ao forró, mobilizados para defender a maior expressão artística da cultura nordestina, carro-chefe das festas juninas, e interessados em fortalecer o pedido de registro das matrizes do forró como patrimônio imaterial brasileiro, bem como debater políticas públicas nas áreas da educação, do turismo, do desenvolvimento econômico-social, da difusão da informação artístico-cultural, do patrimônio imaterial.

A realização dessa audiência nesse evento, em João Pessoa, terá por objetivo debater políticas públicas para o forró que venham a proteger as matrizes musicais e tradicionais de sua formação, resguardar a cultura nordestina e desenvolver o turismo regional com o incentivo ao incremento dos conteúdos artístico-culturais locais. Além disso, vai contribuir para promover a participação cidadã em debates de assuntos relacionado à cultura nordestina e que são de fundamental importância para a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que vai estimular a reflexão dos gestores públicos para a defesa das expressões culturais nordestinas nas programações artístico-culturais das festas juninas e tradicionais da região.

Nesse sentido, Senadora Lídice, nós propomos que, para essa audiência pública, sejam convidados: primeiro, a Drª Kátia Bogéa, que é a presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); depois, os Secretários de Cultura dos Estados da Região Nordeste – a Senadora já tem aqui a missão de levar o Secretário de Cultura da Bahia; a Senadora Regina também; e o Senador Elmano, o de lá do Piauí.

Aliás, eu acho que o foco, claro, são os secretários de Cultura, mas acho que a gente devia estender também para os secretários de Educação. Só que o foco é a cultura.

Prossigo: Maria Cecília Londres da Fonseca, pesquisadora e coordenadora do Fórum Forró de Raiz; Joana Alves, Presidente da Associação Cultural Balaio Nordeste; e Cícero Pereira de Sousa Santana, que é cantador – o nosso Santana, glorioso Santana, grande intérprete da música nordestina!

Nós estamos também propondo para esta Mesa a Senadora Lídice, que foi Prefeita já da capital Salvador. É um tema no qual S. Exª tem atuado, com muita propriedade, com muita capacidade. Então, nós estamos propondo a presença também da Senadora Lídice da Mata como debatedora dessa Mesa.

Na verdade, é um encontro, Senadora Regina, promovido exatamente pela Associação Cultural Balaio Nordeste e pelo Fórum Forró de Raiz, sediado em João Pessoa. Quero aqui, inclusive, parabenizar essas entidades, porque partiu delas esta luta, Senadora Lídice. Elas têm se dedicado, apesar de todas as dificuldades, e estão articulando todos os Estados do Nordeste, até o presente momento sem nenhum apoio por parte do Poder Público, e vão realizar esse encontro lá, em João Pessoa, no dia 20 de novembro.

O evento vai ser realizado no Teatro Paulo Pontes, em João Pessoa. E eu entendi que seria por demais oportuno que a Comissão fosse até lá como forma de a gente prestigiar toda essa mobilização que eles estão fazendo em defesa da cultura nordestina, porque defender o forró é defender uma das expressões mais genuínas e mais fortes de identidade cultural do Nordeste e do Brasil, que é o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

forró de raiz. Então, eu entendi, Senadora Regina, que a gente se deslocar até lá é uma forma de fortalecer cada vez mais esta luta.

A Senadora Regina está pedindo aqui para subscrever, o que acato com o maior prazer, porque, repito, este não é um requerimento só da Senadora Fátima Bezerra, com certeza.

Senador Elmano, por favor.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu também pediria para subscrever essa proposta da nossa Fátima, considerando que...

Aliás, faço um parêntese. Eu fui eleito, minha nobre Senadora e Senadores aqui presentes, porque, além de ter o apelido na época, o *slogan* de "Veín Trabalhador", eu era um "veín" dançador. Um "veín" dançador!

Por sinal, estive recentemente num evento lá, no interior do Piauí e, quando terminou, uma banda estava tocando na praça pública. Havia algumas senhoras e jovens dançando, e eu entrei também na dança. Acho que isso faz parte da nossa tradição, da nossa cultura.

Eu vejo o mérito da proposta muito bem fundamentado e creio que, ao pedir para subscrever o requerimento dessa audiência, queria dizer do alcance social e cultural, sobretudo, dessa proposta da nossa estimada Senadora Fátima Bezerra.

Com essas considerações, repito que isso faz parte da minha vida. Sou um velhinho – não sou nem novo – que tem toda a disposição para dançar. E o forró também é uma homenagem não só ao Nordeste, mas ao nosso grande e imortal Luiz Gonzaga.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero só completar e confirmar que o "veín" é dançador. No dia da audiência pública, se houver um forró, vocês vão ver o que é dançar forró.

É importante resgatarmos e reavivarmos as nossas expressões culturais, principalmente nesse momento de muita segregação, de muita... A questão do regionalismo... Ainda há um preconceito muito grande com o nordestino. E o forró é nacional, nos une, não nos separa.

Então, é importante fazer essa audiência, assim como eu estou apresentando um projeto para a literatura de cordel nas escolas, porque o cordel também é uma expressão muito importante, além de ser barato. O folheto mais caro do cordel custa R$5, e os estudantes não o conhecem. Mas, na hora em que eles veem um repentista, ficam todos encantados, porque ele faz aquele verso na hora. Todo mundo se encanta com o cordel, mas as escolas não o oferecem... Não estou botando como disciplina. Eu quero que haja nas escolas disponíveis os folhetos da literatura de cordel. No meu projeto, já estou pedindo apoio para isso também.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – E já o obteve de todos nós pelo mérito da ideia de V. Exª, Senadora Regina.

Eu quero parabenizar a Senadora Fátima, antes de passar à votação do seu requerimento, e dizer que ele vem em muito boa hora.

Tive a oportunidade de apresentar, no Conselho Nacional de Cultura, que foi aprovado e depois encaminhado para o Iphan, o projeto de transformação do São João num patrimônio imaterial no Brasil. Acho que todas essas manifestações vão na mesma direção de fortalecimento dessa cultura maravilhosa que existe no Brasil inteiro, porque temos nordestinos espalhados por todo o País, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas por isso, mas realmente pela ligação do brasileiro com as festas juninas, que existem no Brasil todo. Do Rio Grande do Sul ao Norte do Brasil, passando pelo Centro-Oeste, nós temos as manifestações juninas. Aqui em Brasília, nós temos, inclusive, em agosto uma grande festa voltada justamente para as festas juninas, para o fortalecimento do São João e dessa manifestação junina.

Eu fiz aqui uma audiência pública – nós aprovamos aqui – sobre a cadeia produtiva do São João. Hoje, todas essas festas se vinculam muito à ideia da economia criativa, da economia da cultura.

Nesse particular, Senadora Fátima, acho que vem muito a calhar essa manifestação que vai ocorrer lá em João Pessoa justamente porque, para preservar e ter o São João como patrimônio imaterial do povo brasileiro e mesmo o forró, é preciso preservar as suas características fundamentais, e nós temos nas festas da região e desse período já uma certa mistura entre o estilo musical do forró e o estilo musical da música sertaneja, ambas meritórias, porém com diferenças fundamentais na sua história, na sua composição e como estilo musical mesmo. Portanto, há um debate grande no País hoje por parte do forrozeiros em diversos Estados. Em Pernambuco, já há legislação característica, na Bahia também, buscando preservar o conteúdo regional dessa festa e a participação dos forrozeiros locais e nacionais, com uma certa proteção da festa do São João, em vista do que aconteceu na Bahia, de uma certa invasão do estilo musical do axé e hoje do estilo musical da música sertaneja.

Esse é um movimento que é desenvolvido hoje no Brasil inteiro, mas em especial no Nordeste brasileiro para a preservação das características fundamentais da cultura do São João, das manifestações culturais do São João.

Eu só quero dizer à Senadora Fátima que farei um esforço, sem dúvida nenhuma, para estar presente nesse evento, embora ele coincida com o 20 de novembro, uma data muito forte na Bahia, que é a data da Consciência Negra, mas faremos o possível, como Comissão, para estar presente.

Agora, portanto, não havendo mais...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só uma observação aqui, Senadora Lídice. Para ficar registrado, eu quero mais uma vez parabenizar a Joana Alves, que vem a ser a Presidente da Associação Cultural Balaio Nordeste, que, aliás, é um ponto de cultura. A Joana, que é conhecida também como Joana Balaio, é uma figura muito estimada e respeitada na Paraíba e no Nordeste. Por dever de justiça, registro que foi a Associação Cultural Balaio Nordeste, que ela preside, que desencadeou essa luta desde 2011 com vistas a tornar o forró, assim como o frevo já foi, patrimônio imaterial brasileiro.

Nesse sentido, já foram realizadas audiências, inclusive à época, com o Iphan. Do que nós precisamos agora? Retomar essa luta. Daí porque a participação da CDR nessa audiência pública vai fortalecer essa luta, até porque a CDR agora vai acompanhar junto ao Iphan toda a retomada das tratativas para que, de fato, prospere a ideia da transformação do forró em patrimônio imaterial brasileiro.

Em nome da Associação Cultural Balaio Nordeste, em nome do fórum, e em nome também dos secretários de Cultura de todo o Nordeste, nós queríamos aqui também, Senadora Regina, pedir aos Senadores do Nordeste que agora, por ocasião das nossas emendas individuais, pudéssemos destinar uma emenda num valor pequeno, mas, quando somarmos, será um valor fundamental e importante para que o Iphan desencadeie esse processo de transformação do forró em patrimônio imaterial brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pediria a vocês que, daqui até quinta-feira, que é o prazo que nós temos, pudessem destinar uma emenda para o Iphan com essa finalidade. Inclusive, a assessoria da Comissão já tem os dados, a definição da rubrica e vai passar para o gabinete das Srªs e dos Srs. Senadores. Estou fazendo um apelo aos Senadores do Nordeste, mas os demais que queiram nos ajudar serão muito bem-vindos.

Por fim, a minha saudação ao Secretário Estadual de Cultura da Paraíba, Lau Siqueira, que tem estado à frente desse processo de mobilização, conclamando os demais gestores da área cultural para a participação nesse movimento e para a participação na audiência pública a ser realizada, repito, no dia 20 de novembro no Teatro Paulo Pontes, em João Pessoa, na Paraíba.

É só, Senadora Lídice.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Encerrada a discussão, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convoco a Senadora Fátima para retomar os trabalhos da Presidência, que devolvo a ela neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O item 3 estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público...

Esse projeto é de relatoria do Senador José Pimentel. Como ele não se encontra, fica adiado.

Item 5.

ITEM 5
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.

Autoria: Deputada Soraya Santos

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição do PLC nº 64, de 2016, e pela aprovação do PLS nº 465, de 2016, com 4 emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 29ª (11/10/2017) Reunião da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos; da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Concedo a palavra à Senadora Regina neste exato momento para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Pela ordem.) – Srª Presidente, pela ordem, para tirar uma dúvida.

A minha intenção é a de pedir vista desse projeto, desse parecer. Consulto V. Exª sobre se espero a leitura do relatório para pedir vista ou se me antecipo e peço vista para que nós possamos poupar esse tempo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Dário, formalmente, ou seja, regimentalmente, o pedido de vistas só é concedido após a leitura.

Com a palavra a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Submetem-se à apreciação desta Comissão, em tramitação conjunta, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 64, de 2016, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 465, de 2016. Ambas as proposições promovem alterações na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O PLC nº 64, de 2016, visa assegurar apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos. Nesse sentido, (i) incorpora a regularização fundiária aos objetivos do PMCMV; (ii) prevê o apoio técnico e financeiro da União a essa política; (iii) prevê que regulamento defina regras específicas relativas a seus beneficiários e à contratação de financiamentos; (iv) reserva, no mínimo, 2% dos recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida para essa política e mais 2% para Municípios com até 50 mil habitantes; e (v) veda o contingenciamento desses recursos.

A autora do projeto original (PL nº 1.552, de 2015), Deputada Soraya Santos, entende que a Lei nº 11.977, de 2009, não incorporou a regularização fundiária ao Programa Minha Casa, Minha Vida, limitando-se a disciplinar a matéria como política municipal. Tal fato estaria prejudicando a alocação de recursos federais para essa política, uma vez que o Programa Minha Casa, Minha Vida é direcionado apenas à produção de novas unidades habitacionais. Em sua visão, a regularização fundiária promove o direito à cidade, que "envolve muito mais que a construção de casas".

Aprovada com uma emenda pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, a matéria foi posteriormente apreciada pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, com pareceres no sentido, respectivamente, da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira e da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. Encaminhada ao Senado Federal, passou a tramitar como PLC nº 64, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS nº 465, de 2016, por sua vez, altera sete diplomas legais com vistas ao aperfeiçoamento do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na Lei nº 11.977, de 2009, que institui o Programa Minha Casa, Minha Vida, são propostas as seguintes alterações:

- Definição de metas periódicas de produção, aquisição, requalificação e reforma de unidades habitacionais (art.1º, §3º);

- Autorização para repasse de recursos aos Municípios com população de até 50 mil habitantes (art. 2, III e parágrafo único), por meio de instituições financeiras oficiais federais (art. 6º-B, II);

- Previsão de regulamentação, pelo Executivo, (i) de parâmetros de priorização e enquadramento de projetos; (ii) dos casos em que a seleção de beneficiários caberá à União; e (iii) da fixação de outros critérios de seleção de beneficiários por entidades privadas sem fins lucrativos (art. 3º, §3º, I e III);

- Participação dos entes federativos no programa por termo de adesão, com termos de compromisso a cada empreendimento, cabendo ao ente público informar ao agente financeiro desvios de finalidade ou irregularidade na ocupação dos imóveis e prover serviços públicos básicos necessários apenas à plena habitabi

- Possibilidade de apoio a empreendimentos em áreas carentes de infraestrutura básica, mas com o compromisso do Poder Público local para sua instalação e ampliação. (art 5º-A);

- Inserção do registro de imóveis da subvenção econômica concedida ao beneficiário no ato da contratação do financiamento habitacional artigo (art. 6º, §6º);

- Possibilidade de doação de espaços destinados a atividade econômica produzidos no âmbito de empreendimentos habitacionais, sob a forma de unidades autônomas ou de área comum, para o condomínio ou para o Poder Público local (art. 6º-A, §§1º, 2º, 2º-A e 2º-B);

- Exigência de devolução da subvenção econômica integral, no caso de quitação antecipada do financiamento em até cinco anos após sua contratação, e proporcional após esse período (art. 6º-A, §5º, II, e art. 13, §5º);

- Possibilidade de dispensa da participação financeira dos beneficiários residentes em área da União, quando sua permanência representar risco à vida ou ocasionar dano ambiental;

- Obrigação de as instituições financeiras oficiais gestoras de recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) responsabilizarem-se pela observância das normas do Programa Minha Casa, Minha Vida e defenderem os direitos deste Fundo no âmbito as operações por elas contratadas;

- Dispensa de licitação nas operações realizadas com recursos do FAR;

- Distribuição regional dos recursos proporcional ao déficit habitacional estimado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (art. 8º, parágrafo único);

- Autorização para que instituições financeiras oficiais federais possam atuar como agentes financeiros do programa, mantendo a Caixa Econômica Federal a condição de gestora operacional (art. 9º, parágrafo único, II, e art. 16, parágrafo único);

- Vedação da concessão de subvenções econômicas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural a quem já tenha sido beneficiário de políticas análogas, com exceção daquelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltadas para a aquisição de material de construção ou do Crédito Instalação, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);

- Condicionamento da dissolução do Fundo Garantidor da Habitação Popular à prévia transferência dos seus direitos e obrigações a terceiro ou à contratação de seguro habitacional que assuma os riscos cobertos por este Fundo (art. 31, II e III), observada a regulamentação a ser editada pelo órgão regulador (art. 32-A);

- Proibição de reivindicação de direitos sobre a propriedade de imóvel adquirido após a separação de fato, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio (art. 35-A, §2º, e art. 48, parágrafo único);

- Exigência de que os imóveis adquiridos com recursos do FAR sejam registrados em seu nome (art. 36-A);

- Fixação de multa de R$100 mil para os cartórios que excederem o prazo de 15 dias para qualificação e registro dos títulos relativos ao Programa Minha Casa, Minha Vida (art. 44-A, §3º);

- Previsão de regras específicas de edificação no âmbito das Zonas Especiais de Interesse Social;

- Definição do conceito de "assentamento irregular consolidado" como aquele implantado há mais de cinco anos e cuja regularização não exija modificação do sistema viário e das áreas públicas existentes (art. 47, VI-A, e art. 53-A);

- Autorização para que as etapas da regularização fundiária sejam implementadas, concomitantemente ou não, na integridade ou em trechos de assentamentos (art. 47, IX);

- Definição do projeto de regularização fundiária como instrumento que estabelece as suas etapas e gera plantas de parcelamento no solo urbano, com indicação das retificações, se for o caso;

- Definição de conceito de regularização fundiária, na qual a substituição integral ou parcial das construções se estende por novas unidades habitacionais construídas no mesmo local (art. 47, XI);

- Instituição do princípio de simplificação das normas e procedimentos administrativos de regularização fundiária, inclusive no âmbito do Registro de Imóveis (art. 48, VI);

- Inclusão do projeto e do loteador entre os autorizados a promover a regularização fundiária (art. 50, III);

- Introdução do instituto do condomínio – isto aqui é difícil, não? – de interesse social no âmbito da regularização fundiária de interesse social (art. 51, VI, art. 68-A e art. 68-B);

- Previsão de que o grau de antropização das áreas ambientais protegidas seja considerado na análise dos assentamentos de interesse social a serem regularizados;

- Autorização para abertura de matrícula de imóvel sem registro anterior ou cujos registros sejam imprecisos no âmbito da demarcação urbanística;

- Aplicação do rito de retificação de registro de imóvel no âmbito da demarcação urbanística, no que diz respeito à notificações de confrontantes;

- Desvinculação da legitimação de posse com relação à demarcação urbanística, na hipótese de parcelamento já registrado;

- Autorização para soma dos tempos de posse para fins de reconhecimento de usucapião na hipótese de cessão do título de legitimação de posse (art. 60-A, §1º);

- Averbação do tempo de ocupação no âmbito da demarcação urbanística, devendo esse período ser considerado para fins de reconhecimento de usucapião (art. 60-B);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Autorização de custeio, com recurso do FAR ou do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), de equipamentos públicos, trabalho social, gestão condominial, segurança patrimonial e equipamentos de energia solar ou que contribuam para a redução do consumo de água em moradias produzidas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (art. 82-D);

- Revogação dos §§1º e 2º do art. 2º, do inciso IV do art. 5º-A, do parágrafo único do art. 35-A, do parágrafo único do art. 60-A, e do art. 82.

Na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, são propostas as seguintes alterações:

- Registro dos atos relativos a vias férreas em circunscrição imobiliária do imóvel;

- Autorização para apuração do remanescente em momento posterior, na hipótese de abertura de matrícula relativa a imóveis públicos oriundos de parcelamento implantado, ainda que não registrado, ou de glebas adquiridas;

- Abertura de matrícula para imóveis sem registro anterior adquiridos por entes públicos;

- Admissão de certidão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) como documento hábil ao cancelamento de registro relativo a aforamento emitido pela União (art. 250, parágrafo único);

- Inclusão, no registro de regularização fundiária, da abertura de matrícula para as unidades autônomas de condomínio de interesse social, do registro de título expedido em favor dos beneficiários e da averbação da edificação, dispensando-se o procedimento autônomo de retificação (art. 288-A).

Na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, são propostas as seguintes alterações:

- Autorização para outorga de concessão de direito real de uso em áreas ocupadas e em áreas insuscetíveis de alienação;

- Dispensa de plano diretor como condição para que o Município seja beneficiário de doação de terras federais;

- Exigência de alienação gratuita pelo Município de lotes ocupados por órgãos e entidades estaduais;

- Indenização das benfeitorias de boa-fé construídas pelo ocupante de lote alienado a terceiros; e

- Incorporação ao patrimônio municipal dos terrenos desocupados.

Na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, propõe-se alteração segundo a qual o registro da alienação de imóveis não operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal seja efetuado na circunscrição onde esteja situado o imóvel.

Na Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, autoriza-se o plano diretor municipal a exigir a transferência para o Município de lotes destinados à habitação de interesse social (art. 4º, §4º).

A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, é alterada para autorizar a aplicação da alíquota de 1% da receita mensal no regime especial de tributação incidente sobre a Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

admitidos imóveis de outras faixas ou comerciais correspondentes a até 20% das áreas das unidades residenciais, cuja alíquota será de 4% (art. 4º, §§7º a 12).

A Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, é alterada para autorizar o pagamento unificado de tributos equivalente a 1% da receita mensal, na construção de unidades da Faixa 1 do programa, admitindo-se unidades comerciais correspondentes a até 20% das áreas privativas das unidades residenciais (art. 2º).

O autor do PLS nº 465, de 2016, Senador Lindbergh Farias, informa que a proposição reproduz o conteúdo do Projeto de Lei nº 4.960, de 2016, encaminhado ao Congresso Nacional pela ex-Presidente Dilma Rousseff e posteriormente retirado pelo Presidente Michel Temer. O projeto resultou de um amplo processo de consulta a órgãos públicos e entidades da sociedade civil, realizado pelo Conselho das Cidades, com vistas ao aprimoramento do Programa Minha Casa, Minha Vida e tem por objetivos: aprimoramento operacional do programa; melhorar as condições de habitabilidade dos empreendimentos; simplificar os procedimentos de regularização fundiária; ampliar o Regime Especial de Tributação; promover a justa distribuição regional dos recursos; e tornar mais clara a redação de alguns dispositivos – o pessoal andou errando aqui, erros de digitação.

As proposições, que tramitam em conjunto por força da aprovação do Requerimento nº 418, de 2017, foram distribuídas para as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Como vai haver pedido de vista, como já foi anunciado, eu vou para o voto. Eu li o texto todo da lei, porque ele é extenso e era importante a alteração feita.

Além disso, consideramos necessário corrigir a numeração do §7º do art. 3º da Lei 11.977, de 2009, proposto pelo PLS, devido à aprovação da Lei nº 13.274, de 2016, que acrescentou outros parágrafos a esse mesmo artigo; e a remissão contida no §7º do art. 6º-A da mesma lei, do *caput* para o §3º desse mesmo artigo.

Ante o exposto, voto pela rejeição do PLC nº 64, de 2016, e pela aprovação do PLC nº 465, de 2016, com as seguintes emendas.

E aí seguem-se as emendas de supressão.

Suprimi dos arts. 1º, 3º e 8º do PLS nº 465, de 2016, as alterações relativas aos dispositivos mencionados – aí seguem os dispositivos, cuja leitura podemos dispensar, porque há muitos números.

Há uma emenda da CDR de renumeração de artigos.

E há outra emenda da CDR que substitui, no §7º do art. 6º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, na forma do art. 1º do PLS nº 465, de 2016, a expressão "de que trata o *caput*" por 'de que trata o §3º".

E suprimi o art. 2º do PLS nº 465, de 2016,

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Senadora Fátima Bezerra, como eu já havia antecipado... Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a Senadora Regina Sousa pelo amplo e detalhado relatório que fez dessa matéria. Parece-me que essa matéria é importante, oportuna e relevante, sobretudo para atender às comunidades mais necessitadas Brasil afora, uma vez que trata de regularização fundiária, de assentamentos urbanos, e por aí vai. Muitas tentativas dessa natureza já foram realizadas, e, infelizmente, as regularizações não avançam como deveriam avançar. Entretanto, rapidamente, se a Relatora me permitir, respeitosamente, eu quero pedir vista para fazer uma análise mais detalhada a respeito desse projeto. Prometo devolvê-lo oportunamente.

Assim, faço esse pleito, esse pedido de vista à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Como o pedido de vista é regimental, Senador Dário, ele está concedido.

Vamos agora, imediatamente, para o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da 15ª (05/07/2017), da 22ª (30/08/2017), da 23ª (13/09/2017) e da 29ª (11/10/2017)Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos e da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa).

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes, neste exato momento, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Srª Presidente.

Vamos ao relatório.

Vem à análise desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2017, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo.

O art. 1º cria a Zona Franca no Estado do Espírito Santo.

O art. 2º dispõe que a Zona Franca criada é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais. O parágrafo único do dispositivo estabelece que o regime fiscal especial aplica-se, exclusivamente, à Zona Franca criada.

O art. 3º dispõe que o Poder Executivo fará a demarcação da área contínua da Zona Franca, incluindo locais para entrepostamento de mercadorias a serem reexportadas ou nacionalizadas.

Nós temos 14 artigos no projeto de lei, o que está devidamente divulgado. Então, eu vou à justificação do projeto da autora e, depois, vou à análise da minha relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em justificação ao projeto, a autora argumenta que a instalação da Zona Franca de Manaus gerou enorme impacto positivo na economia do Estado do Amazonas, com investimentos de indústrias em modernas tecnologias e na produção de bens de alto valor agregado.

De forma semelhante, a criação de uma zona franca que abrangesse a Região Metropolitana da Grande Vitória representaria instrumento de grande estímulo ao crescimento e à integração dos setores econômicos capixabas, notadamente os que apresentam maior intensidade tecnológica e empregam mão de obra treinada e qualificada, assim como os que investem em inovação tecnológica.

Ademais, na visão da autora da proposição, a instalação da zona franca proporcionaria incentivo à geração de empregos e à elevação da renda a partir da produção de bens de alto valor agregado, bem como maior diversificação da pauta de exportações.

O PLS 90/2017 foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, à Comissão de Assuntos Econômicos e também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 104-A, incisos I e V, estabelece que cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e Municípios e outros assuntos correlatos.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, a proposição, a nosso ver, não merece reparo de qualquer natureza.

Estou de acordo com a justificativa da própria autora do projeto. Eu entendo, reconheço os motivos e acato plenamente a sua justificativa.

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 90, de 2017, de autoria da Senadora Rose de Freitas, do Espírito Santo.

Esse é o relatório e o voto, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigada, Senador Eduardo Lopes, pela apresentação do relatório.

Quero também parabenizar a Senadora Rose de Freitas, autora do projeto de lei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu queria pedir vista, mas ia sair para votar na CCJ. Mas já está aprovado e não é terminativo. Eu verifico em outra comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de um assunto de grande importância, que envolve os Estados, as economias dos Estados. Eu tenho um projeto de ZPE, mas é bastante diferente de zona franca. Trata-se de facilitação das ZPEs no Brasil. Mas haverá outras oportunidades. E nós faremos isso na próxima Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Lídice.

Nós vamos passar, agora, imediatamente aqui para os comunicados.

A Comissão recebeu o convite para participação em audiência pública da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, a Frentur. O evento visa debater demandas, entraves e possibilidades de desenvolvimento do enoturismo no Brasil e vai acontecer hoje, às 14h30, no Plenário 5, Anexo II, da Câmara dos Deputados.

Um dos assuntos tratados na audiência diz respeito ao PLC 87, de 2017, cujo Relator é o Senador Dário Berger. Eu perguntaria ao Senador Dário Berger se ele aceitaria representar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo lá no evento. Eles convidaram formalmente a Comissão.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Veja bem, seria uma honra para mim... É uma honra para mim. Entretanto, ultimamente, a minha agenda está bastante disputada em função dos afazeres das comissões, sobretudo da Comissão de Orçamento.

Eu consulto V. Exª se, talvez, não fosse mais interessante nós destacarmos outro membro desta Comissão, e assim eu ficaria desincumbido dessa responsabilidade. V. Exª sabe que as agendas aqui são mutáveis, e muitas vezes coincide com a impossibilidade de permanecermos. Por isso eu queria pedir desculpas a V. Exª. Mas, se V. Exª puder indicar um outro membro desta Comissão, eu acho que seria bastante prudente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Dário. Nós vamos ver.

De qualquer maneira, se V. Exª tiver disponibilidade... Até porque vai estar em debate lá o projeto de lei de sua autoria, com certeza sei que, se V. Exª tiver disponibilidade, terá todo o interesse em participar da Frente. Não sei como está o Senador Elmano.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Nesse caso, então, eu aceito. Vou fazer o possível. Exatamente às 14h30 é o horário em que se inicia a Comissão de Orçamento.

Será que dia, 18 de outubro?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É hoje.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É hoje? Hoje eu não tenho condições. Hoje, infelizmente, eu não tenho condições. Infelizmente, hoje, às 14h30, está marcada uma reunião. E há reunião da Bancada também. Na verdade, infelizmente, essa agenda eu não vou poder cumprir, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – EU compreendo.

Nós vamos ver se o Senador Elmano ou outro Senador poderá participar. A Secretaria da Comissão tratará desses encaminhamentos.

Continuando com os comunicados, nós queremos dar conhecimento do Ofício-SEI nº 474/2017/GM do Ministério da Integração, de 11 de outubro de 2017, em que eles enviam uma nota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica em resposta ao ofício da Comissão de Desenvolvimento Regional sobre a Carta da Caravana das Águas – Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Está aqui o relatório que eles enviaram, falando exatamente do estágio das obras do Programa de Integração do São Francisco e prazos pactuados para a sua conclusão. Quem tiver interesse em ter informação mais detalhadas procure a Secretaria da Comissão.

Quero ainda também aqui dar conhecimento do Aviso nº 903 do TCU, de 20 de setembro de 2017, que encaminha a esta Comissão cópia do acórdão, acompanhado do respectivo relatório de auditoria, prolatado pelo Plenário desse Tribunal na sessão ordinária de 30 de agosto de 2017, ao apreciar o Processo do Tribunal de Contas 023.835/2016-8 da relatoria do Ministro Bruno Dantas, que trata de auditoria operacional destinada a avaliar a equidade e a concepção do Programa Cidades Digitais quanto aos pilares essenciais de um programa de inclusão digital, infraestrutura, alfabetização e conteúdo e aos aspectos básicos de gestão para a formulação das políticas públicas.

Ainda comunico o recebimento do Aviso nº 798-Seses-TCU-Plenário, de 8 de setembro de 2017, que encaminha a esta Comissão cópia do Acórdão nº 1968, de 2017, proferido nos autos do Processo do Tribunal de Contas 028.938/2016-0, relatado pelo Ministro Augusto Nardes, que trata de relatório de auditoria que tem por objeto a preparação do Governo Federal brasileiro para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na sessão ordinária de 6 de setembro de 2017, acompanhado de relatório e do voto que o fundamentam.

Também foi recebido o Aviso nº 812-Seses-TCU-Plenário, de 11 de setembro de 2017, que encaminha a esta Comissão cópia do Acórdão nº 1948, de 2017, proferido nos autos do Processo 030.261/2016-3, relatado pelo Ministro Vital do Rêgo, que trata de monitoramento sistêmico nas deliberações direcionadas ao Ministério do Turismo, com o objetivo de identificar os benefícios potenciais e efetivos da atuação do TCU, na sessão ordinária de 6 de setembro de 2017, acompanhado de relatório e do voto que o fundamentam.

Mais uma vez, informo que os documentos originais encontram-se disponíveis na Secretaria de apoio à Comissão para consulta das Senadores e dos Senadores interessados. Além disso, todos esses comunicados, Senador Elmano, encontram-se publicados na internet, na área destinada à CDR, que é o portal das comissões do sítio do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, os demais itens ficam adiados.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública para debater a implementação no país dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiárias dos assentamentos da reforma agrária

Autoria: Senador Wellington Fagundes

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de Municípios integrantes do semiárido brasileiro.

Autoria: Deputado Domingos Neto

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

- A matéria segue para apreciação da CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015

- Não terminativo -

Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Goulart

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

- Em 03/08/2016, na 14ª Reunião da CDR, foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

- A matéria constou na pauta da 3ª (29/03/2017), da 5ª(12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17ª (12/07/2017), da 18ª (02/08/2017), da 19ª (09/08/2017), da 20ª (16/08/2017), da 22ª (30/08/2017), da 23ª (13/09/2017) e da 29ª (11/10/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017

- Não terminativo -

Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão.

Autoria: Deputado Hildo Rocha

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria constou na pauta da 29ª (11/10/2017) Reunião da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016

- Não terminativo -

Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da 5ª(12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17ª (12/07/2017), da 18ª (02/08/2017), da 19ª (09/08/2017), da 20ª (16/08/2017), da 22ª (30/08/2017), da 23ª (13/09/2017) e da 29ª (11/10/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).

Dou por encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Fátima Bezerra, Lídice da Mata e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Ângela Portela, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Justifica ausência a Senadora Regina Sousa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública para debater a implementação no país dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiárias dos assentamentos da reforma agrária" Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. Observação: Acrescenta-se ao rol de convidados as sugestões da Presidente Senadora Fátima Bezerra: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos demais estados além do Mato Grosso; e, as Federações dos Trabalhadores em Agricultura Familiar - FETRAF. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 49 de 2017 que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 39/2017-CDR, a inclusão de uma audiência pública, a ser realizada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com os presidentes das comissões de Educação e de Desenvolvimento Regional das assembleias legislativas e câmaras de vereadores das capitais brasileiras para também debater a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, no desenvolvimento regional." Autoria: Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 50 de 2017 que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 39/2017-CDR, que os debates promovidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, sobre a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, sejam realizados em todos os estados do Brasil." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de Municípios integrantes do semiárido brasileiro." Autoria: Deputado Domingos Neto. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." Autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos." Autoria: Deputada Soraya Santos. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição do PLC nº 64, de 2016, e pela aprovação do PLS nº 465, de 2016, com 4 emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, e encaminhado ao gabinete da relatora para reexame. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico." Autoria: Deputado Capitão Augusto. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação e pela rejeição da Emenda nº 01. Resultado: Aprovado parecer, nos termos do relatório, com a rejeição da emenda presentada pelo senador Dário Berger. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão." Autoria: Deputado Hildo Rocha. Relatoria: Sen. João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 51 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a situação financeira dos municípios do Brasil, principalmente dos pequenos e médios, e o impacto dessa realidade no desenvolvimento regional." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. Observação: O convite para a audiência será estendido a todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as federações de municípios, à Frente Nacional dos prefeitos e suas entidades vinculadas, às associações representantes dos prefeitos das regiões brasileiras, à Secretaria de Governo do Brasil e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Subscreve os Senadores Paulo Rocha e Elmano Férrer. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/25

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Vamos passar inicialmente para a fase de comunicados.

Quero registrar que amanhã, a partir das 15h, será realizada, em atendimento ao Requerimento 39/2017, de minha autoria e da Senadora Lídice da Mata, mais uma etapa do ciclo de debates para discutir a permanência do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) no Estado de Porto Alegre, Senadora Ângela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o que foi aprovado aqui por esta Comissão, nós estamos realizando um ciclo de debates regionais, levando a termo um tema fundamental para a educação brasileira, para a educação básica, que é o tema do Fundeb, o Fundeb que está completando exatamente dez anos, cuja vigência termina já agora, em 2020. Aliás, onze anos. E, mais do que nunca, é importante a gente se antecipar e é o que nós estamos fazendo através de uma Emenda à Constituição de nº 24, de 2017, de autoria da Senadora Lídice da Mata, da qual sou Relatora. E essa emenda à Constituição trata exatamente de tornar o Fundeb uma política permanente, não mais provisória, ao mesmo tempo em que nós vamos fazer o debate para ampliar a participação financeira dos Estados e Municípios.

Nós já fizemos no Nordeste e em Salvador. Começamos aqui, abrimos aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional com a presença do ex-Ministro Fernando Haddad; em seguida, fizemos em Salvador e o segundo ciclo agora vai ser exatamente em Porto Alegre, vai ser lá no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Desde já renovamos aqui o convite a todos e a todas para participarem amanhã, nesta quinta-feira, lá em Porto Alegre, desse importante debate.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem.) – Eu gostaria, Senadora Fátima, Presidente da CDR, de parabenizar V. Exª e a Senadora Lídice da Mata por essa brilhante iniciativa de já tomar as providências necessárias para que a gente possa tornar o Fundeb uma política de Estado. Sem dúvida nenhuma, o Fundeb foi fundamental para ampliar, para o financiamento da educação, da pré-escola, da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da educação básica como um todo, que é obrigatória. Educação para as crianças de 3 a 17 anos é obrigação do Poder Público.

Então quero parabenizar V. Exª por essa iniciativa. Foi graças ao Fundeb que a gente viu ampliar consideravelmente o número de vagas para as nossas crianças nas creches e nas pré-escolas. Isso não pode ser deixado de lado, considerando que está próximo o final da vigência do Fundeb.

Aí, Senadora Fátima, eu gostaria também de – já que nós estamos falando de Fundeb, de educação – falar de um projeto de minha autoria, de que V. Exª é Relatora na Comissão de Assuntos Econômicos, que trata exatamente de oferecer pré-escola, creche, educação infantil e ensino fundamental para as crianças e adolescentes mutuários do Programa Minha Casa Minha Vida, porque o nosso projeto condiciona o pagamento das prestações ao órgão, à Caixa Econômica, condicionando a oferta de vagas à educação infantil e ao ensino fundamental. O nosso projeto atinge um ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crítico dos programas habitacionais, principalmente do Minha Casa, Minha Vida, que é: o mutuário faz a sua parte no contrato, que é pagar as prestações devidamente e o Poder Público não oferece, como está previsto, as vagas da escola para as crianças e adolescentes. Não oferecendo, obviamente, vai haver um ônus a mais para as famílias que, na sua maioria, são pessoas carentes, são famílias que precisam desse benefício do Poder Público. Vai criar um ônus a mais se o próprio Poder Público não oferecer essas vagas. Vai criar um ônus a mais para o pagamento de escola privada e com recursos para o transporte coletivo.

Então o nosso projeto é muito importante porque protege, assegura o direito constitucional às nossas crianças de 3 a 17 anos de ter escola gratuita e de qualidade nos arredores do próprio conjunto habitacional.

Então a gente gostaria de dar destaque a esse projeto e pedir a V. Exª que na próxima terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos, a gente possa discutir e aprovar esse projeto que já foi aprovado na Comissão de Educação daqui do Senado Federal.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Ângela, quero, mais uma vez, cumprimentá-la e dizer da alegria que eu tive de ser designada Relatora. Estarei lá, é um projeto importante porque fortalece cada vez mais a luta pelo direito à educação do nosso povo. E continuando ainda rapidamente com o tema do Fundeb, eu quero também dar conhecimento aqui à Comissão que nós vamos apresentar também um requerimento hoje, Senador Dário, para que seja realizado aqui, no âmbito da nossa Comissão, uma audiência pública. Dessa vez, nós estamos convidando exatamente os Parlamentares de todas as Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, pelo menos das capitais. Nós não temos condições de trazer os representantes de todas as Câmaras, mas as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais das capitais. Quem é que nós queremos convidar através deste requerimento? Exatamente os Parlamentares que atuam nas comissões de educação das casas legislativas, seja no âmbito das Assembleias Legislativas, seja no âmbito das Câmaras Municipais.

Importante porque com isso a gente capilariza o debate e, levando em consideração que esse tema do Fundeb é um tema por si só de Pacto Federativo. É bom lembrar que o Fundeb nada mais nada menos é do que um fundo de natureza contábil que pega os recursos, via União, Estados e Municípios, que são destinados para área de educação e redistribui esses recursos para todas as etapas da educação básica, para todas as modalidades.

Então é fundamental, é impossível você imaginar o Brasil hoje, a educação básica, sem a sustentação do Fundeb. Não tem como. É uma política de financiamento, certamente a mais arrojada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ela contempla, ela sustenta uma rede com mais de 50 milhões de pessoas, que é o número de matrículas que a gente tem da creche até exatamente o ensino médio.

E eu sempre costumo dizer, eu tenho muita alegria, porque o Fundeb, Senador Paulo Rocha, foi de iniciativa do nosso Governo na época, o Governo do Presidente Lula, e eu à época era a Deputada, fui designada Relatora e agora estou designada Relatora novamente na CCJ da emenda de autoria da Senadora Lídice.

Então nós vamos fazer esse debate e, portanto, vamos apresentar esse requerimento hoje, que é o item 2. Senadora Ângela, um outro item que nós estamos aprovando hoje é para que a Comissão, na medida do possível, possa levar o debate não só para todas as regiões do País, mas para outros Estados também.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Fátima...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria dar uma sugestão para agregar também aos convites aí, se não os prefeitos, mas os presidentes de associações de Municípios, de confederações, porque principalmente nos Municípios pequenos, como há penúria e o orçamento é curto, há uma pressão muito grande dos prefeitos sobre o secretário de Educação de que também tire um pedacinho do Fundeb para investir em outras áreas ou então cobrir um orçamento que está ali, sei lá, é uma praça, e não sei o que mais...

Então, há uma pressão muito grande sobre o Secretário de Educação no sentido de repartir o dinheiro do Fundeb com outras atividades do Município.

Seria bom que os prefeitos estivessem presentes para tomar consciência de quanto é importante direcionar esse fundo que já é bom, mas ainda é curto. Imaginem sendo distribuído ou forçado a...

Então seria fundamental também que os prefeitos tivessem consciência disso. E a presença dos presidentes das associações seria importante.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem dúvida, Senador Paulo Rocha.

E só para acrescentar, nos debates que nós estamos fazendo nos Estados, nós estamos contando com a presença dos Secretários Municipais da Educação e com os Secretários Estaduais, o Consed e a Undime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essas entidades estão totalmente integradas, têm participado dos debates, o que é fundamental, porque nós estamos tendo a presença aí exatamente dos gestores, que lidam diretamente com a área da Educação, bem como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O fato é que o debate vem despertando muito interesse.

Mas eu vou passar para o próximo tema. O Senador Dário queria também...

Pois não, Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Senadora Fátima Bezerra, eu queria também dar uma opinião a respeito dessa questão que eu julgo de extrema relevância, não só para o momento, mas para todos os tempos. É, que a educação, na verdade, ela é o princípio, o meio e o fim da existência da cultura humana. E, quanto mais preparados estiverem as nossas crianças e os nossos jovens, melhor são as perspectivas de futuro que nós vamos ter para o Brasil.

Bem, esse fundo, o Fundef – havia o Fundeb, depois passou para Fundef – na verdade, esse é um fundo que veio para ficar, um fundo inteligente, criativo, que privilegia e privilegiava, tinha por objetivo privilegiar aqueles que efetivamente se dedicavam à ampliação do ensino infantil e do ensino fundamental. É uma espécie de, quanto maior fosse a produtividade, evidentemente maior seria o retorno do Fundeb, porque o retorno é pelo número de matrículas, se eu não estou equivocado.

Eu mesmo participei e convivi diretamente com a criação desses fundos, uma vez que eu senti na prática o que isso representou.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era prefeito de lá de...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – De São José.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De São José.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Depois, Florianópolis.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Depois de Florianópolis. É verdade.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – E eu até me recordo de que esse fundo, o Fundeb, o Fundef trouxe um alento diferente para o financiamento da educação a ponto de muitas prefeituras, não só as prefeituras que tive a honra de administrar, evoluíram substancialmente as suas matrículas. Inclusive, havia aquele conflito entre os Estados e os Municípios. Os Estados até então, muitos deles, faziam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também a educação infantil. E isso permitiu um certo ordenamento da questão educacional principalmente na pré-escola e no ensino fundamental, proporcionando, principalmente nos Municípios que eu administrei, um grande avanço, a erradicação do analfabetismo, colocando os Municípios no patamar de Municípios desenvolvidos em termos de educação.

De forma que eu quero me associar a essa preocupação de V. Exª, à preocupação da Senadora Regina, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Rocha para que possamos avançar com esta matéria que eu acho importante e fundamental para a conscientização da importância que o Fundef tem para todo o Brasil e para todos os Municípios brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a palavra, ainda sobre o Fundeb, Senadora Lídice.

Senadora Ângela, imediatamente nós vamos passar para o debate dos Municípios, de que trata o requerimento extrapauta.

Senadora Lídice, com a palavra ainda sobre o tema do Fundeb.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Bom dia, Srª Presidente, o som não estava funcionando.

Agradeço publicamente, Srª Presidente, a dedicação e a parceria com que V. Exª tem impulsionado esta relatoria do nosso projeto do Fundeb, que tem tido como resultado justamente uma grande adesão de entidades, de segmentos organizados da educação.

O Senador Dalirio, aliás, Dário acabou de falar sobre este assunto, corrigindo o equívoco santa-catarinense. Pois são dois Senadores com nomes parecidos. Mas ele é Dário.

Quero, portanto, agradecer esse esforço.

Recebi um pequeno manuscrito do Senador Cristovam Buarque, aprovando e se colocando à disposição para a nossa discussão. Cito o Senador Cristovam pelo seu interesse, dedicação e trajetória relacionados com a educação.

Falo também da pressão positiva que estamos recebendo no sentido de levar esse debate a outras capitais. V. Exª sabe, já esteve comigo, no seu gabinete, a Deputada Iara Bernardi, que hoje é vereadora de sua cidade, no interior do Estado de São Paulo, já está organizando, juntamente com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de São Paulo, um debate nosso lá.

Eu tenho o compromisso de estar presente na grande Natal e de, para minha alegria, voltar àquela belíssima cidade e àquele Estado que talvez em breve a senhora possa governar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também recebemos agora uma proposta de ir ao Rio Grande do Sul, além de outras capitais que têm pressionado no sentido de que possamos comparecer para apresentar este debate.

Sei que V. Exª esteve ontem no seminário que se realiza agora, ontem e hoje – devo passar também lá daqui a pouco –, a respeito da primeira infância, que é anual e que acontece aqui no nosso Senado Federal, de grande importância. V. Exª também apresentou e defendeu a nossa PEC e recebeu e saiu de lá com uma proposta de moção em apoio a esse projeto nosso, a essa batalha que nós estamos travando neste momento.

Acrescento que tanto eu quanto a senhora tivemos, nessa última sexta-feira, uma experiência muito positiva. Nós fomos escolhidas para participar de um pequeno grupo que fez uma viagem de retorno à escola primária como era na nossa época, que hoje se chama escola básica municipal, para discutir com alunos, meninos e meninas, a importância dos direitos da criança, da educação e do combate ao trabalho infantil.

No meu caso, eu fui a Catu, que é a cidade dos meus pais e dos meus avós. A família de minha mãe, embora tenha a família dos dois lados, tanto de pai quanto de mãe, é da cidade de Catu, que é uma cidade que fica muito próximo a Salvador. Como os irmãos de minha mãe eram todos educadores, por coincidência, com a escolha nossa e da prefeitura, eu fui visitar a Escola Gilberto da Mata, que era exatamente um dos meus tios, que foi um grande educador na Bahia e foi diretor da Escola de Agronomia na Bahia, muitos e muitos anos.

Fiquei encantada, impressionada com a participação daqueles meninos de dez anos, de onze anos, de nove anos até havia um, no limite da idade havia um de quatorze anos, e como eles falaram e se interessaram por essa discussão da educação. Dos mais pequenininhos aos maiores sabiam dizer que o direito que a criança tem é o direito, na linguagem de cada um deles, à moradia, à saúde, à educação, ao lazer, à vida digna, e a ideia de que lugar de criança é na escola é uma ideia abraçada com muito vigor e muita força. E o que mais me impressionou foi que todos eles insistiram muito em saber, Senadora Fátima, V. Exª que é uma educadora, como eles podiam fazer para continuarem ajudando essa campanha. Isso eu achei a coisa mais interessante e passarei para os coordenadores da campanha aqui, no Brasil, porque eu acho que isso seja talvez o legado que essa campanha possa deixar em cada uma das escolas.

Na Escola Gilberto da Mata, outra questão me chamou a atenção: o envolvimento dos professores. A diretora da escola, no dia anterior, estava ela, pessoalmente, lavando a escola com os funcionários. Eu e Dário fomos prefeitos e sabemos da marca de adesão que tem o corpo docente em uma escola pública municipal. Eles abraçam a escola. Quando abraçam a escola, quando a diretora se dedica à escola, ela realmente faz uma diferença dentro do sistema educacional do Município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, portanto, aproveitar para agradecer à Profª Meire, diretora daquela escola, por toda a sua dedicação e dizer que valeu a pena.

Já prometi ir lá, voltar, para fazer também uma discussão em Catu sobre a nossa PEC do Fundeb.

Então, quero lhe agradecer. Sei que V. Exª também pautou aqui, e eu já falei no plenário inclusive sobre isso, o que mostra a nossa sintonia política, que é a situação de gravidade por que passam os Municípios brasileiros neste momento. Lá, na Bahia, isso se fez presente, saiu manchete nos jornais, essa situação de quase falência dos Municípios baianos.

Agora, recentemente, quando nós estamos fazendo as emendas parlamentares individuais de cada um de nós – deve ser uma experiência que todos vocês viveram –, a mudança do comportamento do prefeito que, dois anos atrás, pedia uma unidade de atenção básica no seu Município, o outro pedia uma UPA, ou seja, pediam construção de equipamentos; hoje, os prefeitos todos foram unânimes, Senador Dário: eles querem custeio. A emenda é para o custeio da saúde, custeio. Eles não estão conseguindo dar sustentação ao financiamento da saúde e ao financiamento da educação.

Portanto, o nosso esforço central de ajuda também aos Municípios é o esforço de buscar com que efetivamente o Governo Federal possa tomar medidas para socorrer os Municípios brasileiros que vão na direção dessa nossa PEC, que é no sentido de compor o financiamento, entrar com parte do financiamento da saúde e da educação desses Municípios.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, primeiro, eu quero dizer da alegria dessa parceria com V. Exª, que teve essa iniciativa muito importante de apresentar a PEC e de ter me convidado para assumir a relatoria. Então, eu fico muito honrada com essa parceria pelo reconhecimento que esta Casa tem do mandato competente, atuante e muito comprometido com a luta em defesa da Bahia e do Brasil, inclusive a luta em defesa da educação.

Igualmente também, como a senhora, estive sexta-feira participando da campanha de volta para a escola, a convite da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Prêmio Nobel da Paz Kailash, e posso dizer também, Senador Dário, que vivi uma emoção intensa, até porque faz parte da nossa memória afetiva. Imagine a gente voltar à escola onde a gente estudou.

A que eu visitei, em Natal, sábado, foi o Instituto Padre Miguelinho, que me acolheu durante seis anos. Quando eu saí da Paraíba e cheguei ao Rio Grande do Norte, comecei no Padre Miguelinho a fazer a sexta série. Naquela época, o ensino fundamental não era de nove anos, era de oito anos. Faço a sexta, a sétima e a oitava séries no Padre Miguelinho e fico lá porque tinha o ensino médio e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

científico. Lá concluí também científico e de lá saí direto para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Então, é motivo de muita alegria rever meus colegas professores, é motivo de alegria o bate-papo com os estudantes. Assim como disse a Senadora Lídice, alimenta a nossa esperança ver o quanto esses meninos e meninas hoje estão atentos, Senadora Lídice, e preocupados com a realidade da escola, com a realidade do seu Estado, com a realidade do País.

Então, foi muito legal e quero aqui agradecer também a todos que fazem a escola estadual Instituto Padre Miguelinho, no Rio Grande do Norte, pela acolhida tão carinhosa e tão respeitosa com que me receberam nesta última sexta-feira.

Mas vamos agora dar...

Nós já temos número regimental, Senadora Ângela, para deliberar.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senadora Fátima, eu gostaria de, ainda sobre o requerimento de V. Exª, requerer a possibilidade de a Senadora Fátima, como Presidente da CDR, e de a Senadora Lídice, como autora da PEC, discutirem o Fundeb também no meu Estado, na capital Boa Vista.

Eu penso que vai ser um momento oportuno para discutirmos essas questões lá, principalmente quando nós temos, Senadora Lídice, uma rede pública estadual que precisa de financiamento, que precisa de condições necessárias para a oferta de educação de qualidade na nossa capital e no nosso Estado.

Nós temos uma rede de educação indígena muito grande, 70% quase das nossas escolas são indígenas e, no que diz respeito à estrutura física, no que diz respeito à capacitação dos nossos professores indígenas, é uma necessidade extremada. Inclusive, eu tive a oportunidade de participar, no mês passado, de uma grande assembleia dos professores indígenas de Roraima e vi as suas necessidades.

Então, entendo que vai ser o momento oportuno e de extrema relevância nós discutirmos esta PEC, que mantém o Fundeb como uma política de Estado para continuar financiando a educação fundamental, a pré-escola e o ensino médio em nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Ângela, quero dizer que a solicitação de V. Exª consta aqui do nosso item 3 da pauta de hoje.

Nós vamos colocar em discussão – e certamente vamos aprovar – dois requerimentos: um é, Senadora Lídice, para fazer aquele debate, trazendo os representantes das comissões de educação das assembleias legislativas, os parlamentares, tanto das assembleias legislativas como das câmaras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipais, que atuam na comissão de educação; e o outro é exatamente dando à Comissão de Desenvolvimento Regional a prerrogativa, Senadora Ângela, de levar esse debate não só para as regiões, mas para todos os Estados, dependendo exatamente da disponibilidade que nós tenhamos.

Vamos analisar o seu pedido, sim, com todo o carinho, pelo reconhecimento que nós temos também da importância do seu mandato para Roraima e para o Brasil. Dou aqui o meu testemunho também do seu compromisso com a luta em defesa da educação, que eu conheço não é de hoje, já vem de muito tempo, inclusive quando estivemos juntas também na Câmara dos Deputados. Sou testemunha realmente do quanto no seu mandato tem se dedicado à luta em defesa da educação, da creche à universidade.

Como nós já temos número regimental, eu queria propor a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 31ª Reunião.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Eu tenho um item extrapauta e indago aos Senadores presentes sobre a inclusão da mencionada matéria como item extrapauta de imediata votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora tratar do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 51, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a situação financeira dos municípios do Brasil, principalmente dos pequenos e médios, e o impacto dessa realidade no desenvolvimento regional.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para essa audiência, nós estamos solicitando que sejam convidados o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, bem como o Presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte e das demais federações dos Municípios de todo o Brasil, também a representação da Secretaria do Tesouro Nacional, entre outros que esta Comissão considerar fundamental para a realização desse debate.

Senadora Lídice, eu gostaria de passar a Presidência a V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bem, conforme a Senadora Lídice aqui já adiantou, a presente audiência pública tem a finalidade exatamente de discutir a realidade financeira pela qual passam os Municípios brasileiros. Essa realidade é cada dia mais agravada pela crise econômica e social a que foi submetido nosso Brasil nesse último período, ou seja, principalmente a partir do processo de *impeachment*. Essa situação tem deixado muitas prefeituras à beira da insolvência.

Eu participei, na segunda-feira agora, lá em Natal, de uma reunião promovida pela Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte. Para você ter uma ideia, Senadora Lídice, nós temos 167 Municípios, Senador Paulo Rocha. Lá estavam presentes 137 prefeitos e toda a Bancada Federal do Rio Grande do Norte, com exceção de um Deputado que justificou a ausência em função de um outro compromisso. Mas os Senadores – eu, o Senador José Agripino, o Senador Garibaldi –, os demais Parlamentares que formam a Bancada Federal...

Ouvimos lá o desespero, o clamor dos Municípios, em virtude exatamente dessa situação pela qual passa o nosso País. Claro que esse problema das finanças nas prefeituras não é de hoje, é um problema corrente. Mas é fato que esse problema se agravou e muito, repito, a partir daquilo que nós consideramos que foi o golpe parlamentar consumado exatamente agora em 2016.

O fato é que nós temos hoje 51% dos Municípios brasileiros com as contas no vermelho, Senador Wellington, em relação ao pagamento da folha com gastos de pessoal. Ao mesmo tempo, já acumulam dívidas da ordem de 515,4 milhões com restos a pagar. Ou seja, o que nós ouvimos lá? Ouvimos lá que agora em setembro houve prefeitura cujo FPM foi zero, ouvimos lá que a previsão agora de novembro é de queda no Fundo de Participação dos Municípios, ouvimos lá que eles não sabem como fazer com quatro folhas que eles têm a pagar daqui para 31 de dezembro – o mês de outubro, o mês de novembro, o mês de dezembro e o décimo terceiro.

Então, diante disso, o que eles estão pleiteando? Eles estão pleiteando justamente que o Governo Federal edite uma medida provisória e, através dessa medida provisória, possa socorrer os Municípios com o chamado AFM, que é o Apoio Financeiro aos Municípios, que seria da ordem de R$4,2 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aliás, isso que eles estão pleiteando, que é esse Apoio Financeiro aos Municípios, não é nenhuma novidade. V. Exªs lembram que nos governos Lula e Dilma, em face também da crise vivida pelos Municípios, das dificuldades que eles enfrentavam, os governos Lula e Dilma – vamos aqui ser justos – acolheram o pedido dos Municípios. Por três vezes seguidas, através de medidas provisórias, esse auxílio financeiro municipal foi destinado aos Municípios. É o que eles estão exatamente pedindo agora.

Senadora Lídice, neste ano de 2018, diferentemente de 2017, houve a ajuda em decorrência da repatriação. Nós aqui no Congresso Nacional fizemos o debate e exigimos que parte dos recursos da repatriação fossem destinados aos Estados e Municípios – V. Exª se lembra disso. E aqueles recursos da repatriação foram muito importantes, foram decisivos para ajudar os Municípios e os Estados a fecharem as suas contas até 31 de dezembro de 2016.

Ocorre que este ano a repatriação...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Foi para baixo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... foi para baixo, foi para baixo. A repatriação teve uma queda brutal, brutal, brutal. Para se ter uma ideia, houve Municípios que esperavam receber de repatriação em torno de 313, e vão receber saber quanto? Vinte e três mil reais. Ou seja, não existe.

Daí por que a única – vou concluir – saída seria exatamente o auxílio financeiro aos Municípios. O Presidente da República, até o presente momento, não recebeu os prefeitos. Várias vezes, inclusive, a Bancada que dá sustentação ao Governo tem feito apelo para Michel Temer receber os prefeitos. Não recebeu. Inclusive, a última vez foi agora há 15 dias, quando estava previsto de ele receber os prefeitos, e ele não os recebeu.

Ou seja, está dando as costas não para os prefeitos, mas para a população que vive nesses Municípios. Os prefeitos não estão pedindo um auxílio financeiro para o bolso deles. Não, não se trata disso. Os prefeitos estão pedindo socorro, levando em consideração as demandas que eles têm lá nas cidades que eles administram, que vai desde a questão da saúde e da educação, bem como algo fundamental, que é pagar o funcionalismo até o dia 31 de dezembro.

Então, Srª Presidente, repito: não tem faltado tempo para o Presidente receber Deputado e conceder tanta benesse: liberação de emenda; distribuição de cargo; promessa de liberação de empréstimo; Refis milionário, que ele está concedendo aos banqueiros, aos grandes empresários.

Por favor, Senadora Lídice, não ter, de repente, 4,2 bilhões para socorrer cinco mil e tantos Municípios pelo País afora, principalmente os pequenos e os médios...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é com esse intuito que nós pedimos aqui não só que seja aprovado, mas que esse requerimento possa ser um requerimento subscrito por todos nós e que a Comissão Desenvolvimento Regional, no sentido de contribuir para fortalecer essa luta, possa, na próxima terça-feira, Senador Paulo Rocha, trazer aqui os representantes das federações dos Municípios, junto com o Presidente da CNM e os representantes do Governo. E que possamos dar a nossa contribuição, para que o Governo tenha um mínimo de respeito pelos Municípios brasileiros, diante da penúria em que eles vivem hoje, diante dessa grave crise, e atenda a essa reivindicação editando essa medida provisória e implementando o auxílio financeiro municipal.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não havendo quem queira discutir, em votação esse meritório requerimento da Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Senadora Fátima Bezerra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por aquiescência das duas Presidentas, da Presidenta e da Vice, eu vou dar continuidade, porque o item 3 é ainda requerimento da Senadora Fátima Bezerra. Eu vou dar continuidade à aprovação desse requerimento, e, depois, retornamos ao item 1, que é o requerimento de autoria do Senador Wellington Fagundes. Vou passar, portanto, à autora do Requerimento nº 50, de 2017.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 50, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 39/2017-CDR, que os debates promovidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, sobre a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, sejam realizados em todos os estados do Brasil.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

É isso, não é, Senadora? Tem a palavra V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, Senador Paulo Rocha.

Conforme aqui já discutimos, o requerimento é para que, através da Comissão de Desenvolvimento Regional, nós possamos não apenas levar esse debate para as regiões bem como, de acordo com a disponibilidade da nossa Comissão, atender ao convite dos demais Estados. Por exemplo, um convite foi feito hoje aqui pela Senadora Ângela Portela. Portanto, peço aqui a aprovação dos nossos pares, porque se trata de fazer o debate sobre o Fundeb pelo País afora e defender a PEC 24, de 2017, de autoria da Senadora Lídice, que propõe tornar o Fundeb uma política permanente.

É só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão.

Eu só queria acrescentar, Presidenta e autora do requerimento, que leve em consideração o pedido da Senadora Ângela não por causa do debate em geral, mas pela experiência que, com certeza, a Comissão buscará na Amazônia, principalmente no que ela já argumentou sobre a questão da educação indígena. Ela falou do percentual de... São 80%

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. *Fora do microfone*.) – Quase...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quase 80% das escolas têm alunos de maioria indígena, porque são nas comunidades indígenas da região.

E há uma questão fundamental que os educadores podem buscar na experiência dos nossos educadores da Amazônia, principalmente da região da Senadora, que é a questão do tratamento dos alunos indígenas, porque os educadores, às vezes, têm que ser bilíngues, não só por causa da língua nacional, mas como também por causa do diálogo com os pais dos alunos, que são todos indígenas, e é preciso ter uma segunda língua, a dos indígenas. Então, é uma experiência. Com certeza, a ida da Comissão lá trará para o Planalto Central, para o Senado Federal e para os nossos educadores nacionais essas experiências dos nossos rincões do Brasil, quando se deparam os nossos educadores com as dificuldades na educação das nossas crianças. Com certeza, há a experiência do Mato Grosso, etc., nessa questão dos indígenas. Para se ter ideia, no interior do Pará, no Município chamado Jacareacanga, a própria Câmara Municipal, às vezes, tem que fazer o debate em duas línguas, porque são eleitos também vereadores indígenas, e o debate se trava na língua daquela área indígena sobre a situação de cada comunidade, etc. Então, eu acho que seria importante a ida a Roraima para ver essa experiência da Amazônia na questão da educação indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 49, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 39/2017-CDR, a inclusão de uma audiência pública, a ser realizada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com os presidentes das comissões de Educação e de Desenvolvimento Regional das assembleias legislativas e câmaras de vereadores das capitais brasileiras para também debater a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, no desenvolvimento regional.

Passo a palavra à requerente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, Sr. Presidente.

Na verdade, essa sugestão surgiu quando do ciclo de debates sobre o Fundeb que nós realizamos em Salvador. Foi feita essa sugestão que nós consideramos bastante apropriada.

Convido os Parlamentares tanto das Assembleias Legislativas como das câmaras municipais, no caso, das capitais, exatamente os Parlamentares que atuam no âmbito das comissões de educação. É importante realizarmos essa audiência aqui para que possamos aprofundar cada vez mais o debate sobre a proposta de emenda à Constituição que trata de tornar o Fundeb uma política permanente e para que eles possam se apropriar de mais informações ainda e contribuir com o processo de mobilização que será fundamental para que nós possamos, no momento oportuno, ter um desfecho positivo que será a aprovação da nossa PEC, inicialmente, pela CCJ, pois, depois, ela irá para o Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Terminada a discussão, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Voltamos ao item 1 da pauta, e também retorno a Presidência à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, eu gostaria de pedir, já que vamos votar o item 1, que também na sequência a gente pudesse inverter, votando também o item 7, porque também sou o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De acordo. Todos estão de acordo? (*Pausa.*)

O.k. Então, aprovado.

Estou pedindo à Secretaria da Mesa que leve o requerimento da audiência pública para tratar da situação dos Municípios. O pleito deles é a medida provisória que institua o auxílio financeiro aos Municípios, para que os demais Senadores que estão pedindo subscrevam.

Nós vamos passar a palavra agora para o Senador Wellington Fagundes, para fazer o encaminhamento do Requerimento nº 42, de 2017.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública para debater a implementação no país dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiárias dos assentamentos da reforma agrária

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, esse requerimento é nos termos do art. 91, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Estamos requerendo a realização de audiência pública para debater a implementação, no País, dos contratos de integração nas atividades agropastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiadas dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assentamentos de reforma agrária, com a presença dos seguintes convidados: Incra, CNA, Contag, Fetagri de Mato Grosso, BRF Brasil Foods e Nestlé.

Como justificativa, Srª Presidente, nós queremos que a participação dessas famílias beneficiárias dos programas e assentamentos de reforma agrária, nos contratos de integração para a produção, industrialização ou comercialização de matéria-prima, prevista no parágrafo único do art. 21 da Lei nº 13.465, e 2017, é de capital importância para a evolução digna de um grande número de assentamentos no País. Essa audiência pública, então, tem o objetivo de discutir o processo de integração dos assentamentos que estão no entorno das agroindústrias.

É importante dizer, Srª Presidente, que no meu Estado, que é um dos Estados que tem o maior volume de assentamentos do Brasil, temos quase 100% dos assentamentos, dos assentados, sem documento. Isso não traz cidadania, isso dificulta a vida do assentado, não têm acesso ao crédito. Agora, acabamos de aprovar a regulamentação da possibilidade de fazer a regularização fundiária, tanto rural quanto urbana, mas ainda – a regulamentação, não, um decreto – depende de regulamentação, e é extremamente importante dizer que, no meu Estado, o Estado do Mato Grosso, nós temos mais de 70 mil famílias em assentamentos rurais sem documentos. Não estamos falando nem das cidades. Existem cidades, como por exemplo Várzea Grande, cidade da Região Metropolitana de Cuiabá, em que mais de 40% dos lotes urbanos também não têm documentos. Existem muitas cidades que foram construídas em cima de assentamentos, e por isso também não têm documentos. E são cidades que cresceram muito. Temos, por exemplo, a cidade de Nobres, que é mais ou menos o mesmo potencial de Bonito, no Mato Grosso do Sul. Aliás, enquanto Mato Grosso do Sul tem Bonito, nós temos Nobres, que é mais do que Bonito. A gente sempre fala: "É Nobres!" Então, é uma cidade com todo esse potencial e essa área do potencial turístico é dentro de assentamentos, e as pessoas não têm como fazer os empreendimentos, porque não têm documento.

Então, eu quero aqui, com isso, pedir a aprovação e o apoiamento de todos os companheiros, para que a gente possa discutir esse assunto fundamental, para que a gente possa não só levar a paz, mas levar a produção ainda maior no campo, porque Mato Grosso é um grande produtor. É o maior produtor de soja, maior produtor de carne bovina, maior produtor de algodão, de outras proteínas animais, mas infelizmente essa produção gigantesca está na mão dos médios e grandes, e o pequeno, o pequenininho, não tem nenhum documento para produzir principalmente a cesta básica, e o Mato Grosso ainda está importando hortifrutigranjeiros de outros Estados. Isso é uma vergonha, inclusive, para nós.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores e senhoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Wellington, eu quero rapidamente cumprimentá-lo pela importante iniciativa, e fazer uma sugestão, se V. Exª concordar. É que no convite V. Exª está chamando a Contag e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de lá do seu Estado. Eu quero sugerir que esse convite possa ser estendido a todas as federações de trabalhadores de agricultura no Brasil, bem como à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, para prestigiar a audiência, até porque isso não é um problema só local ou regional, é de todo o País. Só isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Perfeito. A senhora é a Presidente. A senhora manda. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois obrigada. A Comissão tomará as providências.

Vamos agora passar para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2017

- Não terminativo -

Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico.

Autoria: Deputado Capitão Augusto

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação e pela rejeição da Emenda nº 01

Observações:

- Foi concedida vista, a pedido do Senador Sérgio Petecão, na 18ª reunião (02/08/2017);

- Foi apresentado novo relatório em 16/10/2017;

- A matéria constou na pauta da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª

(05/07/2017), da 17° (12/07/2017), da 18ª (02/08/2017), da 19ª (09/08/2017) e da 20ª (16/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Com a palavra o Relator Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Srª Presidente, como o relatório é curto, eu vou tentar ler de modo geral.

O relatório.

Chega para o exame desta Comissão Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 34, de 2017 (Projeto de Lei nº 3.031, de 2015, na Casa de origem), do Deputado Capitão Augusto, que institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico.

Em seu art. 1º, a proposição traz o objetivo da Lei que é instituir a região de Angra Doce, compreendendo o reservatório da Usina Hidrelétrica de Chavantes e seu entorno, nos Estados do Paraná e de São Paulo, como Área Especial de Interesse Turístico.

Pelo art. 2º do PLC, determina-se a área de abrangência que seria "o conjunto formado pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Chavantes e seu entorno, abrangendo os Municípios de Ribeirão Claro, Carlópolis, Siqueira Campos, Jacarezinho e Salto do Itararé, no Estado do Paraná; e os Municípios de Chavantes, Ourinhos, Canitar, Ipaussu, Timburi, Piraju, Fartura, Bernardino de Campos, Itaporanga e Barão de Antonina, no Estado de São Paulo".

O art. 3º denomina Angra Doce a área instituída, nos termos do art. 3º da Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

Por fim, o art. 4º determina vigência a partir da publicação da Lei.

O autor, em sua justificação, argumenta que:

> O represamento das águas pela Usina deu origem a um grande lago, de singular beleza natural, que conferiu aos municípios do seu entorno o potencial para desenvolvimento nessa região de entretenimento e lazer, com condições de se tornar um importante destino turístico do país [...] Na verdade, o potencial turístico da região é semelhante ao de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, razão pela qual sugerimos que seja denominada "Angra Doce".

O Projeto foi encaminhado a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve a apresentação da Emenda nº 1, do Senador Dário Berger, que pretende que se institua, também, o Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, como outra Área Especial de Interesse Turístico.

Análise, Srª Presidente.

Compete a esta Comissão, conforme o art. 104-A, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) opinar sobre "proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo".

No que se refere à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, VII).

Também, está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa (art. 61).

A proposta não infringe qualquer disposição do texto constitucional e insere-se no dever constitucional que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm de promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (art. 180).

Relativamente à juridicidade, o PLC nº 34, de 2017, cumpre as condições de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

Consideramos o projeto meritório, uma vez que torna efetiva a implementação de Áreas Especiais de Interesse Turístico, determinada pela Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

Ademais, auxilia a promover a região do entorno da Usina Hidrelétrica de Chavantes, entre os Estados do Paraná e de São Paulo, que se destaca pela a beleza natural, atraindo turistas na modalidade do ecoturismo, assim como para a prática de esportes, tais como canoagem, *rafting*, *trekking*, voo livre, *paraglider*, passeios náuticos, cavalgadas, caça e pesca.

Não se observaram óbices quanto à redação e à técnica legislativa.

Por fim, cabe analisar a Emenda nº 1, do Senador Dário Berger, que altera a ementa e o art. 1º do PLC, assim como acrescenta novo texto como art. 4º, renumerando o atual para art. 5º.

As alterações visam instituir, também, o Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, como outra Área Especial de Interesse Turístico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de meritório por todo a força turística do referido Município, acreditamos não ser conveniente pela diferença com a região do entorno da Usina Hidrelétrica de Chavantes. Esta abrange 15 Municípios e enquadra-se melhor dentro da definição dada pelo art. 3º da Lei nº 6.513, de 1977, segundo a qual:

> Áreas Especiais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

Portanto, julgamos que "trechos contínuos" devam incluir mais de um Município turístico e estarem mais assemelhados ao que a Política Nacional do Turismo define como região turística.

Além disso, as duas áreas turísticas têm características turísticas bem diversas. O Município de Governador Celso Ramos é uma região litorânea, enquanto a região de Angra Doce, o entorno de uma represa.

Assim, consideramos que não seria da boa técnica legislativa incluí-los numa mesma proposição legislativa.

Com isso, quero dizer que é perfeitamente possível o Senador Dário Berger apresentar um projeto de lei específico para sua pretensão.

O nosso voto, Srª Presidente.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 34, de 2017, e pela rejeição da Emenda nº 1 apresentada pelo Senador Dário Berger. S. Exª tendo interesse, é perfeitamente possível ser apresentado como outro projeto.

Com isso, quero aqui também fazer uma homenagem ao Deputado Capitão Augusto, um Deputado muito atuante na Câmara dos Deputados. Ele sempre manifestou interesse por essa área do turismo. Isso vai gerar emprego também na sua região.

Fica aqui, então, o nosso parecer favorável.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também o Senador Wellington Fagundes pelo seu importante relatório e pela aprovação da matéria.

Considerando que dos demais itens da pauta os seus Relatores não se encontram presentes, vamos deixar, portanto, para esses itens serem apreciados na próxima reunião desta Comissão.

Gostaria ainda de fazer um adendo ao requerimento, por favor, dos Municípios, colocando que, além da Confederação Nacional dos Municípios – por favor, peço à Secretaria para acompanhar –, do convite ao Sr. Paulo Ziulkoski, queremos convidar também o Presidente da FEMURN, Bênes Leocádio, que é representante também.

Queremos convidar o representante do Nordeste, Anderson Cavalcante; o representante Norte, Presidente da Fecam, Adeliana Dal Pont; o representante do Sul; Presidente também de Minas Gerais. Julvan Lacerda; o representante do Sudoeste; Mato Grosso, Neurilan Fraga, representante do Centro-Oeste.

Aqui quero acrescentar que se convide também o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos. Quero aqui acrescentar que seja enviado, além dos Presidentes da CNM e da Frente Nacional de Prefeitos, independentemente dos convites que serão feitos – como acabei de mencionar aqui – para as vice-presidências regionais dessas entidades, seja enviado convite a todas as federações dos Municípios pelo País afora, bem como também seja enviado convite para as entidades que integram a Frente Nacional de Prefeitos.

Vamos convidar a Secretaria do Tesouro Nacional, bem como outros representantes do Governo Federal, representante do Ministério do Planejamento, da subchefia... Aliás, a Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República. Esperamos que o Governo tenha o mínimo de respeito com a luta municipalista e garanta a presença dos representantes do Governo na próxima terça-feira, que é o dia exatamente em que nós vamos realizar a nossa audiência.

O que nos move neste momento – como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – é fazer com que esta Comissão, a exemplo de outras, possa contribuir para fortalecer a mobilização que está sendo convocada pelo movimento municipalista de todo o País com vista a que o Governo Federal escute o clamor dos Municípios.

Eu volto aqui a repetir, não é aceitável, de maneira nenhuma, muito pelo contrário, que o Governo Federal, neste momento, edite medidas e mais medidas provisórias instituindo chamado Refis, que é o refinanciamento das dívidas, inclusive, concedendo descontos, anistias generosas aos banqueiros, aos grandes empresários. Agora, recentemente, editou mais uma medida provisória abrindo mão de 60% das multas na área de meio ambiente. Essa anistia beneficiará exatamente quem? Os grandes empresários. Sem contar com o que o Governo vem fazendo para se livrar da segunda denúncia, que está em apreciação na Câmara dos Deputados neste exato momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um absurdo o que a imprensa tem noticiado: a liberação de emendas, o uso seletivo do Orçamento, promessa de liberação de empréstimos... São promessas e mais promessas. Isso é inaceitável, isso é deplorável. E nós não podemos de maneira nenhuma aceitar, repito, que o Palácio do Planalto simplesmente feche as portas para a realidade financeira que vivem hoje os Municípios do Brasil, especialmente os pequenos e os médios. Como esses Municípios vão fazer para, até 31 de dezembro, fechar as suas contas? Isso sem contar que muitos deles já estão apavorados de poderem, de repente, ser vítimas dos atos burocráticos de que resultam a improbidade administrativa, etc. Por quê? Porque eles não têm orçamento para honrar aquilo que eles devem honrar, que, no mínimo, é o pagamento do funcionalismo, sem contar o custeio para manter a saúde, a educação e outros serviços essenciais lá no Município funcionando.

Precisamos, claro, ter muita sensibilidade para isso no Parlamento brasileiro. Eu espero que o Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira, encampe essa luta com o peso da representatividade e da institucionalidade que ele tem, como Presidente do Senado Federal.

Certamente, essa é uma luta que, independentemente de divergências partidárias ou diferenças ideológicas, une todas as Bancadas, absolutamente todas as Bancadas, independentemente de cores partidárias, porque o que está em jogo nesse exato momento é a sobrevivência da população que mora nesses Municípios.

O Senador Elmano, que acabou de chegar, é um lutador, um homem que defende com muita convicção a causa municipalista. Eu havia conversado com o Senador Elmano Ferrer, do Piauí, que demonstrou também todo interesse e disposição em assinar o requerimento comigo.

Quero dizer, Senador Elmano, que aprovamos o requerimento. Portanto, já na terça-feira próxima, vamos realizar audiência pública aqui com a presença da representação dos prefeitos de todo o Brasil, que se encontrarão em Brasília na próxima terça-feira.

Nós estamos chamando o Presidente da CNM; o Presidente da Federação Nacional dos Prefeitos; as Vice-Presidências regionais dessas entidades; o Presidente ou o representante das Federações dos Municípios e dos Estados. V. Exª certamente já será o portador do convite ao Presidente da Federação dos Municípios do Piauí, bem como também estamos pedindo as presenças da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Secretaria de Relações Institucionais do Governo Federal para que a gente possa fortalecer a luta municipalista nesse momento, que passa pela cobrança de que o Governo Federal edite uma medida provisória e que eles tenham a garantia do auxílio financeiro municipal.

Esse auxílio financeiro municipal, Senador Elmano, é da ordem de R$4,2 bilhões. V. Exª sabe que o Governo tem editado medidas provisórias para instituir os refis da vida, concedendo anistia, perdão de multas que chegam a R$8 bilhões, a R$12 bilhões. Pelo amor de Deus! O que se está pedindo aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

repito, é um auxílio financeiro aos Municípios diante da penúria que eles vivem, da crise que eles vivem, que se agravou e muito. Nós sabemos disso. Os Municípios estão com as mãos na cabeça, sem saber como fazer para fechar as contas até o dia 31 dezembro. São quatro folhas de pagamento: outubro, novembro, dezembro e 13º, sem contar o custeio para a saúde e para a educação. Municípios em que o FPM está zerado. A previsão para novembro é de queda. A repatriação foi para o fundo do poço. No ano passado, ela ajudou muito os Estados e Municípios; neste ano, a frustração de receita foi enorme.

Então, é aquilo que a gente tem dito. É o clamor dos Municípios, que estão reivindicando essa medida provisória. E nós esperamos, sinceramente, Senador Elmano, que o Governo Federal, o Presidente da República tenha um mínimo de respeito pelas cidades País afora, porque até o presente momento ele simplesmente deu as costas, não recebeu os prefeitos. Deu calote, agora, recentemente, quando os prefeitos aqui estiveram, ele prometeu que ia recebê-los e não os recebeu de maneira nenhuma. Eu sei que ele está muito ocupado em livrar a cara dele diante dessa segunda denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República que é muito grave contra ele. Mas quero dizer que nós não podemos aceitar isso de maneira nenhuma, porque exigimos respeito aos Municípios brasileiros. Pedir respeito aos Municípios brasileiros significa exigir respeito para com as populações que moram nessas cidades. E é para essas populações que nós estamos exigindo o auxílio financeiro municipal, a exemplo do que fizeram Lula e Dilma, por três vezes seguidas. Diante de situações difíceis que os Municípios enfrentavam, Lula e Dilma implementaram o auxílio financeiro municipal por três vezes, o que permitiu que eles pudessem fechar as contas, etc. e tal.

Claro que essa é uma solução paliativa, até porque nesses tempos de Emenda 95, de teto de gastos que nós estamos vivendo, é uma situação muito difícil.

Sabemos que, para resolver definitivamente isso, é necessária uma reforma tributária para valer, que inverta a lógica hoje de uma reforma tributária simplesmente regressiva, onde quem ganha menos paga mais impostos, e quem ganha mais paga menos; uma tributação hoje que onera principalmente a produção. Mas esse é um debate em médio prazo. Nesse momento, nós estamos falando do imediato, do urgente, que é o auxílio financeiro ao Município.

Senador Elmano, antes de encerrar vou passar a palavra ao Senador Elmano Férrer, que é um dos Senadores que integram e abraçam, com muita determinação, a causa municipalista.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Presidente Fátima Bezerra, eu queria, inicialmente, justificar o meu atraso, que se deveu a uma audiência que eu tive na Esplanada dos Ministérios; em segundo lugar, havendo possibilidade, eu gostaria de subscrever o requerimento de V. Exª e testemunhar a importância da fundamentação do requerimento de V. Exª, porque eu fui prefeito. Conheço e vivi as dificuldades profundas por que passam os Municípios brasileiros hoje, ontem e anteontem; ou seja, esse é um processo histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu defendo, hoje, nós repensarmos esse Pacto Federativo, porque, se nós temos problemas nos Municípios e nos Estados, caracterizando uma crise federativa, isso decorre da crise maior do Estado brasileiro, no meu entendimento.

Eu advogo que nós temos de rever, reinventar o Estado e, dentro dessa reinvenção do Estado brasileiro, insere-se uma nova concepção do Pacto Federativo. Creio que esse é um problema de fundo. Vejo que o Estado brasileiro se esgotou em muitas áreas. Há uma insatisfação coletiva da sociedade, e isso não é de agora, razão pela qual creio que é uma coisa que podemos fazer de imediato.

Na segunda-feira passada, eu apresentei um projeto de lei no Senado que trata da correção monetária de todos os contratos, convênios, acordos e congêneres feitos pela União com os Estados-membros da Federação, o Distrito Federal e todos os Municípios brasileiros.

A realidade é que nós temos convênios e contratos com mais de cinco ou seis anos sem que o Governo Federal faça o repasse dos recursos necessários à execução de determinadas obras e serviços, que constam no objeto de não só emendas parlamentares como de outras ações, prejudicando sobremaneira os Municípios e os Estados brasileiros.

Esse projeto de lei trata, nossa querida Presidente, da correção monetária de contratos, acordos e congêneres feitos não só dentro do PAC como também do Programa Habitacional de Interesse Social – fazer a correção.

Há um caso no Piauí, em que nós temos vários convênios com obras paradas, e, quando os recursos são liberados, quatro, cinco anos depois, vem o valor histórico do contrato original, prejudicando sobremaneira a execução de muitas obras e serviços, sobretudo por parte dos Municípios brasileiros.

Então, esse projeto que nós apresentamos na segunda-feira próxima passada, dia 23, é nesse sentido. Vamos pedir o apoio para esse projeto da Confederação Nacional dos Municípios, das Federações e sobretudo das companheiras e dos companheiros Senadores, porque eu considero um projeto da mais alta relevância.

É a comunicação que eu me antecipo em fazer, ao tempo em que apoio *in totum* a iniciativa de V. Exª. Pode contar conosco, porque sei da importância e da relevância dele no que se refere à vida dos Municípios brasileiros, que, como os Estados federados, estão na UTI, em uma situação dramática.

Sou testemunha do que representou a repatriação no final do ano passado. Nosso Estado, o Estado do Piauí, recebeu mais de R$350 milhões da repatriação do ano, e este ano, nada. Aquilo nós todos sabemos que é paliativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Federação brasileira já está em uma situação insustentável. Eu tomo como exemplo o que está acontecendo, dentre outras razões, no Estado do Rio de Janeiro. E, dentro dessa crise do Estado, eu queria só relembrar aqui – inclusive a capital do Rio Grande do Norte foi alvo – aquela situação dramática do sistema penitenciário brasileiro. O sistema prisional ou penitenciário brasileiro já está nas mãos dos bandidos deste País. Quer dizer, o Estado brasileiro não tem mais nenhum controle sobre as penitenciárias do Brasil. Eu falo Estado brasileiro, com exceção das penitenciárias federais, mas as penitenciárias de todos os Estados da Federação já estão sob o domínio do crime organizado. E eu não vislumbro perspectiva, no curto e médio prazos, para isso. E eu estou citando apenas o sistema prisional. Se nós falarmos na insegurança que domina todos os Municípios do Brasil, é uma situação de profunda gravidade.

Então, todas as iniciativas relacionadas aos Estados-membros da Federação e aos Municípios, a esses dois entes incluindo aí o Distrito Federal, estão em uma situação da mais profunda calamidade financeira e administrativa.

Portanto, parabenizo a nobre Senadora. Vou subscrever o requerimento de V. Exª. Têm todo nosso apoio a todas e quaisquer iniciativas que venham socorrer e minorar os sacrifícios pelos quais passam os Estados e os Municípios brasileiros.

Parabéns a V. Exª!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço o Senador Elmano, que subscreve também o nosso requerimento. Parabenizo-o também pela iniciativa do projeto.

Vamos, portanto, realizar terça-feira esta audiência pública. Vamos fazer um trabalho de mobilização para que tenhamos aqui uma boa representação dos Prefeitos e Prefeitas de todo o Brasil. Esperamos contar aqui também com a presença do Governo Federal para fazermos esse debate. A nossa expectativa é que o Governo Federal garanta a implementação do auxílio financeiro aos Municípios através da edição de uma medida provisória que será aprovada por unanimidade, sem dúvida nenhuma, ao chegar ao Congresso Nacional.

Queremos dar conhecimento do pedido da Senadora Regina, que é Relatora do projeto de lei que tramita aqui na CDR que altera a Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do programa Minha Casa Minha Vida, o item 6 da pauta. A Senadora Regina está pedindo que ele seja retirado de pauta. Pedido acatado.

(É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.

Autoria: Deputada Soraya Santos.)

Nada mais havendo...

Pois não, Senador.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Presidente, na próxima semana, não vou estar no Senado Federal, porque tenho um compromisso fora. Portanto, já quero justificar a minha ausência, lamentavelmente, nessa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Compreendo, Senador, mas o senhor será representado por todos nós, e aqui haveremos de fazer questão de dizer na audiência pública do seu compromisso, Senador Elmano, com a causa municipalista, com os temas de desenvolvimento regional.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Paulo Paim, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Sérgio Petecão e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Regina Sousa, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em razão do atraso do início da reunião, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, determina o encaminhamento do Ofício nº 154/2017-SACRA ao Primeiro Secretário do Senado Federal, solicitando que determine à Polícia do Senado Federal a facilitação do acesso de autoridades convidadas para participar das reuniões da Comissão. Antes de conceder a palavra aos senhores convidados, a Comissão aprova extrapauta o seguinte requerimento: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 32, de 2017 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para debater, com referência à Medida Provisória nº 793/2017, as alíquotas definidas para o Funrural, bem como a carga tributária incidente ao Produtor Rural. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 29/2017, de autoria do Senador Ivo Cassol, destinada a debater os desafios à regularização das emissões de licenças para a pesca, o transporte e a comercialização do pescado em território brasileiro, com a participação do Sr. Walsenir Falcão - Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA); Sr. Mário José Rodrigues Palma - Diretor do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Sr. Dayvson Franklin de Souza - Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Após a apresentação dos senhores expositores, os Senadores Ivo Cassol, Ana Amélia, Valdir Raupp e Wellington Fagundes e o Deputado Luiz Claudio (PR/RO) fazem uso da palavra. Encerrada a Audiência Pública, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá prosseguimento à reunião para anunciar a ampliação do acesso à energia elétrica para as pessoas do meio rural do estado de Rondônia, com a Sexta Etapa do Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, que contou com a participação do Sr. Luiz Marcelo Reis de Carvalho - Diretor-Presidente da Eletrobrás Distribuição Rondônia; Sr. Efrain Pereira da Cruz - Diretor de Gestão da Eletrobrás Distribuição Rondônia; Sr. Ahsley Queiroz Costa - Diretor Financeiro da Eletrobrás Distribuição Rondônia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública com a finalidade de debater e analisar os desafios à regularização das emissões de licenças para a pesca, o transporte e a comercialização do pescado em Território brasileiro, em cumprimento ao Requerimento nº 29, de 2017, da CRA, de minha autoria.

Comunico a presença dos seguintes convidados: Sr. Dayvson...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Na verdade, está escrito correto, mas é inglês.

Seja bem-vindo, Dayvson! Fique à vontade. Peço desculpas pela Casa.

Eu gostaria de que esta Comissão de Agricultura registrasse aqui e cobrasse do diretor de segurança da Casa mais respeito com os nossos convidados – mais respeito com os nossos convidados! Esta audiência pública está marcada, esta audiência pública está na pauta do Senado. Ela depois será transmitida – não está ao vivo agora, mas depois será transmitida – para todo o Brasil. E os nossos convidados se dirigem ao Senado Federal, que é a Casa do povo, Poder Legislativo, e, quando chegam aqui, não conseguem entrar porque a segurança da Casa está coibindo, não está deixando entrar.

Essa é uma falta, acima de tudo, de educação, do chefe da segurança pública desta Casa. Por que estou falando isso? Porque ele tem de ter conhecimento. Um secretário nacional da pesca, seus assessores, convidados que chegam ao Poder Legislativo e não podem entrar na Casa! Desculpem-me, mas eu queria saber o que estão fazendo aqui no Senado Federal.

A Comissão de Agricultura, Marcelo, que tome as providências. Quero que faça um ofício para a Mesa do Senado, para o Diretor de Segurança, ao responsável. Porque, infelizmente, se eu fosse o Presidente desta Casa aqui, ele já estaria demitido. E se fosse algum gerente, algum encarregado, também já estaria demitido. Porque incompetente não trabalha comigo, não trabalho comigo.

E se estão preocupados com a votação de amanhã na Câmara dos Deputados... A partir do momento em que um convidado chega, se apresenta, tem documento, tem credencial, e mesmo assim a segurança não o deixa entrar... Não é culpa dos seguranças da portaria, a culpa é dos incompetentes que têm cargo, têm um grande salário, um salário de praticamente R$30 mil, que não têm competência de distinguir o arruaceiro, o baderneiro, de um secretário nacional da pesca, ou de assessores, ou de um presidente da federação ou outro convidado.

Então, desculpe-me, Presidente da Casa, mas há que se tomar providência. O 1º Secretário tem de ser mais ágil para tomar providência porque é inaceitável.

Como Presidente da Comissão, nós atrasamos em mais de 30 minutos o começo desta audiência porque os nossos convidados não puderam entrar. Não é culpa deles, por isso peço desculpas a todos. Levem nossas desculpas porque infelizmente aqui no Senado acaba acontecendo isso. É uma falta de respeito com o nosso cidadão.

Aí vem um convidado de outro Estado, pode ser homem público, pode ser empresário, pode ser um profissional liberal, pode ser um produtor, e não pode entrar nesta Casa?

Esta aqui é a casa do povo. Se o Poder Legislativo não for a casa da população, infelizmente nós estamos aqui de pés e mãos atadas.

Quero agradecer a presença ao nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Valdir Raupp, e também ao nosso convidado especial, o nosso grande e eterno Secretário Estadual de Agricultura, Deputado Luiz Cláudio. Por gentileza, use a nossa cadeira.

Senador Raupp, Deputado Luiz Cláudio, eu estava aqui fazendo uma crítica dura à segurança desta Casa. A segurança desta Casa... Aqui é o Poder Legislativo, é a casa do povo. Se o povo não tem acesso ao Congresso Nacional, vai ter acesso aonde?

Ah, mas querem preservar a segurança. Então a segurança da Casa tem de saber separar um arruaceiro, um baderneiro, de um secretário de agricultura ou de um presidente da federação ou de um convidado nosso.

E também há a agenda aqui do Senado. Aqui estão agendados, aprovados pela Comissão. É uma aberração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, a minha crítica à segurança da Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Quero concordar com V. Exª, Presidente, porque neste momento eu tive de pedir para um assessor da Deputada Maninha Raupp, lá no Anexo IV da Câmara, ir ali ao corredor da Câmara para o Senado, porque os vereadores do meu Estado não estavam conseguindo entrar, os que têm audiência comigo.

Da mesma forma alguém, por exemplo, o Secretário de Agricultura e convidados para a Comissão, basta apresentarem o convite que têm de deixar entrar. Se foi convidado do Senado... E se um convidado do Senado não puder entrar, imagine o cidadão comum que não tem um convite do Senado, que não tem um mandato, que não é vereador, que não é Deputado.

Isso realmente está passando dos limites. **O SR. PRESIDENTE** (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sabe o que é isso, Senador Raupp?

Senador Moka, tenho a alegria de cumprimentá-lo.

Isso aí é falta de competência do chefe da segurança da Casa. Eles têm de saber separar o joio do trigo. Se chegou um vereador ou um prefeito... Eles são os representantes de uma cidade, de um Município pelo qual eles foram eleitos. Portanto, eles têm de ter acesso a todos os locais da Casa. Isso é inaceitável! Nós, Parlamentares, temos de mandar alguém ir lá buscar. A partir do momento em que o vereador tem a credencial, ele se apresenta. Não tem segredo nisso.

Isso, infelizmente, é falta de gestão. Eu, quando fui governador e prefeito... Eu era o governador que menos mandava, eu mandava uma vez só. Ai daquele que não cumpria. Não por nada... Eu delegava poderes e cobrava resultado. Se não for assim, fica essa falta de respeito com os nossos convidados.

Então, me desculpe o secretário nacional da pesca. Peço que aceite as nossas desculpas. Aliás, depois que inventaram a desculpa, ninguém mais apanhou. O senhor tinha motivo para ir embora, para ir para casa e não participar da audiência pública, já que não o deixaram entrar, e eu teria que acatar a justificativa.

É humilhante, mas, tudo bem, vamos continuar a audiência pública.

Vou convidar também o Sr. Mário José Rodrigues Palma, Diretor do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Tenho recomendação relativa ao Mário de um amigo lá do meu Município de Cacoal, no Estado de Rondônia. Ele é seu amigo, Mário. Então, por favor, nos ajude também lá em Rondônia. Os amigos de Rondônia cobram isso.

Também quero convidar o Sr. Walzenir Falcão, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA), que não estava no requerimento. Para este requerimento aqui, eu gostaria do aval do Senador Raupp e do Senador Moka – se concordam, permaneçam como estão – para que ele participe também desta audiência pública, já que é o Presidente da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores do País.

Quero também aproveitar para colocar o seguinte requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 32, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater, com referência à Medida Provisória nº 793/2017, as alíquotas definidas para o Funrural, bem como a carga tributária incidente ao Produtor Rural.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A audiência se dará com a presença dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles; representantes do Ministério da Fazenda; representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). Além desses, Senador Raupp, o Sr. Jayme Bagato, produtor rural que vai representar o setor produtivo do Estado de Rondônia nessa audiência pública; e também a Deputada Teresa Cristina, Relatora da Medida Provisória nº 793.

Quem concorda com esse requerimento permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de nós passarmos a palavra para os nossos convidados, eu só queria aproveitar esta oportunidade aqui para parabenizar o Presidente Michel Temer, que há poucos dias editou uma portaria regulamentando, Senador Moka, Senador Raupp, Deputado Luiz Cláudio, o trabalho escravo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hoje eu vejo a imprensa muito falar sobre o trabalho escravo.

Nos quatro cantos do Estado de Rondônia e do Brasil, há alguns mal-intencionados que ficam acobertando os maus fiscais, porque, da maneira que está hoje... Eu estava ouvindo há pouco uma matéria da Jovem Pan, de uma radialista que dizia o conceito do trabalho escravo. Eu não consigo entender. Nós que somos um país de Terceiro Mundo, enquanto os Estados Unidos, que são Primeiro Mundo, não têm ministério do trabalho. E lá... Podem ver que todo brasileiro quer ir para lá para trabalhar.

Aqui, Senador Moka, Senador Raupp e Deputado Luiz Cláudio, no Brasil, se um agricultor, um produtor lá do Mato Grosso, de Rondônia, de Mato Grosso do Sul – seu Estado – ou do Rio Grande do Sul tem a colheita do arroz, tem a colheita do feijão ou do café e extrapolar o horário, porque a safra vai se perder, e pedir para o seu funcionário trabalhar um pouco mais, isso pode ser considerado trabalho escravo. Isso é inaceitável, inadmissível!

E maior aberração ainda é ver pessoas quererem desfazer o trabalho de Michel Temer. Meus parabéns, Presidente Michel Temer! Eu sou contra os proprietários que praticam trabalho escravo, forçado, sem pagar e em estados precários. Disso eu sou a favor e não aliso nem o proprietário nem o comerciante nem o empresário que empregar nessas condições. Mas é inaceitável deixar isso por conta desses fiscais, que de repente levantam com a bunda descoberta – desculpa a expressão –, dormiram mal, e no outro dia chegam à empresa ou chegam a um lugar e, simplesmente, à sua bela vontade, notificam, dão multa e botam o comerciante, o empresário, o pecuarista ou o produtor rural na ficha suja de pegar qualquer recurso.

Até na piscicultura, Secretário! Até na piscicultura. De repente, você está lá fazendo a despesca, e aí não deu tempo de tirar tudo, deu um atrapalho, e precisa ficar mais tarde. Se um daqueles funcionários lá estiver mal-amado – de repente, à noite não conseguiu namorar em casa ou, de repente, a mulher descobriu alguma coisa dele e, no outro dia, está com a cabeça virada – e depois disser "eu fui forçado a fazer um trabalho aqui que eu não queria", é trabalho escravo. Isso é um absurdo! Isso é inaceitável no Brasil em que vivemos hoje.

Desculpe-me quem está aí comprando essa briga, dizendo que o decreto do Presidente vem contra. Não; vem a regulamentar e a dar segurança jurídica para quem trabalha, para quem produz. E aquele produtor, aquele comerciante, aquele empresário ou pecuarista que estiver com funcionários como no passado, aí é diferente. Para se ter uma ideia, se você chegar a certos lugares, o colchão é de 10cm, e de repente encolheu um pouco porque o cara está dormindo faz tempo, veio para 9cm, é trabalho escravo porque não há alojamento adequado para esse funcionário. Não há como eu concordar. Não dá para aceitar. Portanto, quero deixar bem claro: parabéns ao Presidente Michel Temer, independentemente da votação dele amanhã. Pelo menos ele está tendo coragem de mudar o que, infelizmente, o PT e muitos pregaram muito tempo. Portanto, aos fiscais de boa-fé, aos fiscais de boa índole eu tiro o chapéu e dou os parabéns, mas aos maus profissionais...

E eu falo isso sabe por quê, nosso convidado? Falo isso sabem por quê, Senador Moka e Deputado Luiz Cláudio? Eu fui vítima do Ibama. Eu fui vítima de fiscal do Ibama. O Estado estava fazendo estrada em Rondônia – fazendo estrada, erguendo uma estrada –, e o Ibama, Senador Moka, Senador Raupp e Deputado Luiz Cláudio, sabem o que fez? Mandou por correspondência uma multa no meu CPF, quando quem estava fazendo a obra era o Estado. Mandaram no meu CPF.

Foi igual com a 319. Lá atrás o Ibama meteu a multa. Era a mesma coisa de ter mandado a multa para a Dilma, para o Lula ou para o Michel Temer. Quem estava fazendo era o Estado, mas mandaram a multa no meu CPF. Foi fiscal do Ibama que fez isso e esse mesmo fiscal hoje está lá em Santa Catarina, na beira da praia, vivendo às custas do povo brasileiro. E eu tive de me virar, fazer a defesa. Fiquei inadimplente muitos anos, para provar que eu não devia nada. Então, infelizmente...

Há muitos bons profissionais. Para esses eu tiro o chapéu – eu uso o chapéu mas não o tenho aqui. Mas aqueles maus profissionais que muitas vezes dificultam para depois vender facilidade estão aí. E o Presidente, o Governo Federal tem a obrigação de regulamentar.

Desculpem-me abordar isso, mas se queremos uma pesca produtiva com resultado produtivo, não podemos considerar os piscicultores como criminosos. Vai que de repente, no final de semana, precisa fazer a repesca, porque a indústria, o frigorífico de pescado precisa de matéria para segunda-feira! Deve-se tirar no domingo! Bom, já não pode, porque se levar trabalhador é trabalho escravo. Esse conceito, infelizmente, está errado.

No Brasil, infelizmente, muitos querem continuar mamando, mas não querem continuar suando. E o que nós defendemos é que o direito seja para todos. E naqueles casos em que simplesmente for comprovado que há trabalho escravo, é para meter a taca de cima embaixo. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poupem, não, porque eu não estou aqui para defender quem faz as coisas erradas, estou aqui para defender quem trabalha, quem produz e quem quer ganhar mais. Aí o próprio proprietário tem segurança jurídica para pagar mais o servidor na época da safra. Está aí o exemplo.

Chegou a safra da soja, chegou a safra do milho, ou você colhe ou perde. Se não colher vai perder, porque vai chover em cima. Aí ninguém pode trabalhar porque a legislação não permite. Se colocar um pouquinho mais de tempo, duas horas a mais, já é trabalho escravo. Nós, políticos, trabalhamos uma média de 16 horas por dia e nem por isso eu considero trabalho escravo. Eu trabalho porque gosto, porque faz bem para a saúde.

Vamos à nossa audiência pública. Vou passar, primeiro, para o Sr. Falcão, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, para que ele faça a abertura e coloque as dificuldades, para depois o secretário por último fechar.

O SR. WALZENIR FALCÃO – Bom dia a todos.

Primeiro, cumprimento o Senador Ivo Cassol e agradeço, Senador, pela valiosa atenção de V. Exª presidindo esta Comissão. E não é a primeira vez que estamos aqui nesta mesma Casa, presidida por V. EXª, na Comissão de Agricultura. Lá atrás vimos aqui, quando estávamos discutindo a transferência da pesca da agricultura para o MDIC. E aqui só temos a agradecer a todos os membros desta Comissão, como representante da pesca artesanal, dos trabalhadores, das trabalhadoras. Exemplo e fruto do que a gente tinha falado, do que estávamos querendo era exatamente dar o endereço para a pesca em nível de conceito dos nossos governos que passaram e o Governo que está aí.

Quero também fazer aqui nossos agradecimentos ao Presidente Temer, quando editou a Medida Provisória 782. O texto desta medida provisória, que teve como Relator o Senador Flexa, e teve o apoio de todos os senhores aqui, foi aprovado tanto na Câmara como no Senado, no dia 4 de outubro.

Os pescadores vêm passando por momentos de dificuldade exatamente no que diz respeito à questão de permissão de licença. E quando esta Comissão presidida por V. Exª convida para um tema da mais alta importância, a carteira profissional, para que aquele homem, aquela mulher que está no exercício da atividade desenvolva a sua atividade profissional.

Não é assinado pelo patrão, mas é a carteira. O Governo autorizou tanto a carteira como também a permissão para o aquicultor produzir o seu peixe lá nos seus tanques escavados, nas águas permitidas pela União.

Nós só temos a agradecer e estamos aqui exatamente para fazer algumas observações em nível de Governo. Nós temos a questão das permissões. O Governo editou uma portaria – não foi o atual secretário –, lá em julho de 2016, quando suspendeu, por interesse de algum técnico, 186 mil carteiras sem conversar com o segmento da pesca, sem ouvir o segmento envolvido na atividade da pesca artesanal e sem um estudo técnico-científico. Ou seja, muitos pais e mães de família foram prejudicados. E a ideia que havia naquela ocasião, de outro técnico que estava lá na secretaria, dentro do Ministério da Agricultura... E foi aí a nossa insatisfação de sair da agricultura e pedir outro local.

E aqui nós só temos a agradecer. Fomos para dentro do MDIC. E, já passado um ano, praticamente, Sr. Secretário Dayvson... A gente registra, meu caro Secretário Dayvson, é a edição da Portaria nº 1.275, que regulamentou a permissão dessas carteiras, mas que, por decisões dos órgãos de fiscalização... Como nós visitamos a CGU, identificamos, Presidente Cassol, a informação de algumas demandas de fraude por parte de um estudo que a CGU diz que fez, chegando a um total de 63% naquelas permissões para receber o seguro-defeso.

O que a gente percebe nisso? A falta exatamente de uma estrutura operacional dentro dessa secretaria, não aqui em Brasília, mas essa estrutura operacional tem que funcionar lá na ponta, lá nos Estados, lá nos Municípios, onde está o verdadeiro homem que trabalha na pesca. Isto precisa ser colocado: as estruturas de coordenadoria não só em nível de Brasília, mas de Estado, da União, dando a infraestrutura operacional. E isso não vem acontecendo. Muitas vezes, os técnicos que estão lá não têm as mínimas condições de fazer uma visita ao Município mais próximo. E você conhece a Bacia Amazônica. Eu venho de uma região do Amazonas. Se não for de avião ou de barco mesmo, porque as nossas estradas lá... Só através de rios.

Em que nós estamos contribuindo? E a confederação tem feito acordos com o próprio Governo, através do INSS. Essas parcerias, Secretário Dayvson, têm que chegar lá à ponta. Nós agora tivemos a determinação por V. Sª da suspensão dessa Portaria nº 1.275, que foi publicada no *Diário Oficial* de sexta-feira agora, dia 20, que suspendeu todas as demandas daquelas carteiras que estavam permitidas, daquelas licenças, como o pescador que estava contando para obter o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

auxílio-doença; aquela que deu à luz uma criança, o seu auxílio-maternidade; o que foi acidentado, ou seja, prejudicado por alguma fera, como o próprio jacaré. Agora, recentemente, no Estado do Amazonas, dois jacarés ceifaram a vida de um rapaz, uma senhora lá perdeu a perna, outro perdeu o braço e outro veio a óbito.

Então, o que nós queremos? Esses documentos, para que o pescador de Rondônia, do Norte, o pescador do Amazonas, do Nordeste, da Bahia, mas o pescador como um todo do Estado brasileiro tenha a sua carteira, e quando a fiscalização dos órgãos fiscalizadores por parte da União, seja o Ibama, seja a polícia ambiental, chegarem para fazer a sua operação de fiscalização, ele possa realmente provar que está no exercício da sua atividade como profissional da pesca, permitido pela União a executar, a exercer atividade para a qual está "permissionado" para trabalhar.

Então, o que nós queremos é que o Governo chame as entidades que são "permissionadas" pelo Estado brasileiro, aquelas que estão nas leis aprovadas por esta Casa, pelo Congresso Nacional, a ter essas parcerias, e que se possa ajudar nessa condução de se ter esse tal, famoso, recadastramento, porque isso nós vimos falando desde 2012, 2013, 2014, 2015. Nós estamos no final de 2017, Presidente Cassol, e não se consegue emitir uma carteira exatamente pela falta dessa dinâmica de estrutura. Que se crie a secretaria.

Agora, estamos esperando ela chegar dentro da Presidência da República, com a transferência que esse Congresso aprovou no dia 4. Vocês aprovaram aqui no Senado Federal, e ela está voltando para a Presidência da República, a Secretaria Especial de Agricultura e Pesca. Esperamos que lá na ponta, lá nos Estados da Bacia Amazônica, como nos das Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, o empresário, o pequeno pescador, o pequeno piscicultor tenham as condições para exercer a sua atividade de forma realmente macroeconômica e que gere emprego, que gere renda e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALSENIR FALCÃO – ...sobretudo que gere a sustentabilidade dos recursos naturais, uma vez que este País é produtor de pescado.

É o que temos aqui a contribuir. E ficamos aqui à disposição desta Comissão, Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Cassol, só para corrigir. (*Risos.*)

O SR. WALSENIR FALCÃO – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador Raupp é o nosso Vice-Presidente.

Eu quero agradecer a sua participação.

Quero também aqui cumprimentar os nossos vereadores do grande e forte Município do Alto Alegre dos Parecis, do Estado de Rondônia. Quero cumprimentar o Vereador Zezão, cumprimentar o Vereador Lula, cumprimentar o Vereador Joelson, o Vereador Sidney que também está presente aqui. Levem o nosso abraço para o Prefeito Marcão, que tem, em mim e no Deputado Luiz Cláudio, grandes parceiros para ajudar toda aquela região.

Também quero aqui cumprimentar e deixar o meu abraço a esse grande parceiro que foi meu Secretário Regional de Ariquemes, Edson Ker. Ele hoje é Secretário de Obras da Prefeitura de Ariquemes e acompanha o Prefeito Thiago, que não está aqui – deixo o nosso abraço para o Prefeito Thiago. Edson Ker, como Secretário Regional que foi nos oito anos em que fui Governador do Estado de Rondônia, quando qualquer órgão público do Estado – da região de Ariquemes, Buriti, Monte Negro, Cacaulândia, Campo Novo, Rio Crespo, Alto Paraíso – necessitava de ajuda, era ele quem cuidava da manutenção e do conserto tanto dos veículos, como dos colégios. A manutenção era feita rapidamente; hoje, infelizmente, virou um cabide de emprego, e a Secretaria Regional só está lá para poder ter apadrinhados que não conseguem produzir uma grama de suor; e todos os órgãos passando necessidades, de todas as áreas, de todas as esferas. Quanto aos veículos, infelizmente, a maioria em cima de cepo, faltando de tudo.

Portanto, hoje, você, como secretário de obras no Município de Ariquemes, contribuindo e ajudando, com o Prefeito Thiago, fica meu abraço aí, e obrigado por você estar participando hoje.

E lembrando aqui – ouviu, Secretário? –: nós estamos aqui com o Município de Ariquemes, que é o Edson, do Prefeito Thiago, que é o que tem o maior lençol de água para piscicultura em cativeiro. Temos produtores lá que chegam a ter 300ha de pesca. E, com certeza – o Falcão sabe disso –, a maioria dos tambaquis que vai para Manaus é produzido no nosso Estado de Rondônia. Por isso é motivo de alegria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vamos passar agora a palavra para o Sr. Mário José Rodrigues Palma, Diretor do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, por oito minutos.

Com a palavra, Sr. Mário.

O SR. MÁRIO JOSÉ RODRIGUES PALMA – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, pelo convite e a oportunidade.

Quero agradecer o convite da Comissão aos Parlamentares presentes. Agradeço também as presenças do CNPA, do nosso Secretário Dayvson Franklin, da nossa Assessoria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e dos demais presentes nesta reunião.

É uma grande satisfação e uma grande responsabilidade falar em nome do setor, poder estar aqui na Casa do Povo discutindo esta pauta.

Em primeiro lugar, quero colocar em relação à própria pauta em si, que faz citações em relação a alguns entraves técnicos, considerados entraves burocráticos pela sociedade, para podermos trazer algumas considerações do que temos produzido, ainda que com pouca estrutura, no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no decorrer desse período de transição do Mapa para o MDIC. E nós temos conseguido até avançar em alguns pontos que já são consideráveis, em nível de mercado, no Brasil, e para a nossa imagem, para os nossos números, no exterior. Também já conseguimos avançar grandemente em relação ao RGP (Registro Geral do Pescador), que, como o Presidente da CNPA, Walsenir Falcão, muito bem colocou, é um dos maiores problemas enfrentados hoje pelo setor. Enquanto estamos aqui discutindo ainda questões estruturantes, quiçá em breve, convertidos em Secretaria Especial, vinculada à Presidência da República, esperamos ter maior estabilidade, maior autonomia, para dar resolução mais adequada.

Em relação ao Registro Geral do Pescador, é algo que não se resolve da noite para o dia. Nosso esforço tem sido concentrado e não estamos sozinhos nessa caminhada.

Desde fevereiro deste ano, foi formado o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais, um comitê da CMAP, em que nós temos total apoio da Secretaria-Executiva da Casa Civil, do Ministério do Planejamento e demais órgãos que estão participando das reuniões ativamente, diga-se de passagem: da CGU, dos Correios, do Ministério do Meio Ambiente e dos demais órgãos que estão ali participando – Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central... –, envidados em uma força-tarefa em prol de se dar uma resolução ao Registro Geral do Pescador.

Em que pese que, durante a existência do Ministério da Pesca e Aquicultura, tanto eu quanto o Secretário Dayvson tivemos a oportunidade de trabalhar ali, depois do fim desse ministério houve uma série de problemas ligados ao Registro Geral do Pescador, principalmente no tocante à geração do benefício do seguro-defeso, um direito adquirido e assegurado dos pescadores. Os órgãos de controle demonstraram que, por uma amostragem, cerca de dois terços do benefício pago atualmente, inclusive, seriam fraude, e que para se resolver esse problema, a gente necessitaria de um sistema. Foi concluído que a gente necessitaria de um sistema que fizesse cruzamento de dados, e aí o sistema está fechado desde janeiro de 2015, e um dos pontos maiores é justamente este, em que há o cadastramento de pescadores e também de supostos pescadores sem nenhum cruzamento de dados.

Então, seria bizarro abrir o sistema e continuar se cadastrando dessa forma e, indiscriminadamente, poder conceder o benefício a quem não tem direito ao mesmo. Só que, obviamente, para uma base em que hoje a Receita Federal... Números aproximados demonstram que haveria cerca de 1,6 milhão de pescadores registrados, e a gente sabe que o número é muito menor do que esse. Para a gente poder fazer uma separação, um cruzamento, enfim justiça social em torno desse benefício, a gente não conseguiria fazer isso sozinho, com menos de 10% de pessoal que havia à época do Ministério da Pesca, tendo a mesma demanda do Ministério da Pesca no nosso cotidiano. A gente vive em um ambiente bem de pressão, mas no qual a gente tem total domínio do que se está fazendo.

E aí com a vinda dos trabalhos desta Comissão, com as reuniões semanais, que já têm avançado muito, e com essa sinalização positiva do Palácio do Planalto em apoio ao nosso trabalho e em apoio à resolução desse problema, nós sentimos agora a segurança para que, em breve, nós possamos chamar a sociedade para um recadastramento nacional do pescador, em que possamos oferecer não só um sistema, o novo SisRGP, porque o sistema não trabalha sozinho. Ele necessita tanto das pessoas que o operam, da depuração e do trabalho das informações que ali são trabalhadas, quanto da política que vai fazer a justiça social esperada; um sistema que tenha cruzamento de dados, assim como já funciona de forma excelente em várias outras áreas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Governo. Sentimos que, agora, vai haver essa solução ao nosso alcance e temos esta tranquilidade de que, em breve, vamos anunciar isso para a sociedade.

Em relação aos certificados de captura, que são os documentos necessários para que se possa exportar o pescado brasileiro, nós podemos, hoje, nos orgulhar de ter o nosso trabalho em dia na nossa coordenação-geral de monitoramento e controle da aquicultura e pesca.

Então, a gente tem conseguido emitir os RCCs – certificados de captura – em tempo muito menor do que era emitido durante o período em que a secretaria estava vinculada ao Mapa.

No período do Mapa, vimos uma média de dez dias para a emissão desses certificados e, hoje, nós estamos emitindo-os com até, no máximo, 48 horas, sendo alguns já emitidos em duas horas; outros, em menos de 24 horas. E há até alguns números para trazer, para divulgar aqui, do nosso trabalho, uma situação bem importante. No dia 13 de outubro de 2017, publicamos, no *Diário Oficial da União,* os Certificados de Acreditação de Origem Legal, que possibilitam exportação para o Chile – uma novidade para o mercado, porque sempre compramos do Chile pescado e agora eles se interessaram em importar o nosso pescado. E aí isso foi interessante, porque abriu o interesse dos Estados Unidos. Depois que conseguimos regulamentar essa exportação de pescado para o Chile, agora, no dia 13 de outubro deste ano, ontem, nós recebemos a mensagem de que os Estados Unidos estão interessados no mesmo procedimento, e olha que é um mercado extremamente rigoroso em relação às questões de comércio exterior.

E aí, mediante até mesmo manifestações tanto da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca) como de outras instituições representativas da área, eles já estão mostrando nas reuniões que há interesse de outros mercados no nosso pescado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO JOSÉ RODRIGUES PALMA – E aí para situações semelhantes...

Este ano – até alguns números aqui em relação ao certificado de captura – já houve a emissão de certificados para exportação de 644 t, em média, de pescado congelado; 36 t de lagosta congelada; 30 t de camarão congelado e cerca de 18 t de lagosta viva.

Quanto ao que diz respeito ao nosso trabalho, à nossa rotina da Secretaria de Aquicultura e Pesca, no que tange à parte técnica... Inclusive agora partimos para capacitação interna. Tivemos uma capacitação de sete técnicos muito qualificados na nossa Secretaria esta semana. A gente terá continuidade no decorrer das próximas semanas.

Estejam certos de que, no que depender do nosso trabalho para que o Brasil se desenvolva em relação a essa questão, a gente não vai ter limites em envidar os nossos esforços. Não é admissível um país com potencial como o nosso, tão grande, tendo o maior potencial do mundo, não passar de cerca de um milhão de toneladas/ano de produção de pescado e a gente assistir a China sozinha ter uma produção de mais de 60 milhões de toneladas/ano.

Esperamos que com maior autonomia e maior estabilidade possamos ter plenas condições de desenvolver cada vez melhor o nosso trabalho. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Mário José Rodrigues Palma, que é Diretor do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Antes de convidar para fazer uso da palavra o Dayvson Franklin de Souza, que é Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), quero só lembrar que esta audiência pública está sendo acompanhada com muita atenção por muitas pessoas que já mandaram... Certamente o Presidente, quando retornar, vai falar sobre isso.

Muitas indagações de Santa Catarina, que é um grande, importante mercado de pesca; Rio Grande do Sul, meu Estado; Rio Grande do Norte; Minas Gerais; São Paulo; e também da Região Nordeste.

Então, a audiência pública está chegando ao seu objetivo, que é tratar de um tema tão importante para a economia brasileira e um setor que precisa de tanta proteção, especialmente a pesca artesanal, a pesca empresarial, a pesca para exportação, a pesca para o mercado interno.

Nós temos várias empresas da pesca artesanal, que são os pequenos pescadores que trabalham e que estão organizados hoje nas suas colônias de pescadores lá no Rio Grande do Sul, em todo litoral sul e litoral norte também. Eles trabalham com muito afinco e precisam de uma política pública que os proteja nessa atividade tão importante, que está vinculada à própria cultura. São gerações e gerações que estão voltadas a essa atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, com muito prazer, convido o Secretário de Aquicultura e Pesca para fazer uso da palavra, encerrando as exposições.

O SR. DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA – Alô. Pronto. Agora sim.

Srª Senadora Ana Amélia, muito obrigado à senhora e também ao Senador Ivo Cassol pelo convite. Enfim, agradeço a esta Comissão pelo grandioso trabalho que tem feito pela agricultura e pecuária no País, também pela aquicultura e a pesca. Estamos todos envolvidos nesse processo do agronegócio brasileiro, que tem demonstrado números cada vez mais expoentes, mostrando ao País a nossa grande vocação, uma vocação muito forte para a agroindústria também. Quero agradecer a todos os Parlamentares presentes, ao Senador Valdir Raupp, que já esteve aqui, ao Deputado Luiz Cláudio, ao Senador Waldemir Moka, enfim, aos vereadores do Estado de Rondônia.

Inclusive, estou hoje, de repente, até fechando uma agenda para Rondônia. Visitarei alguns Municípios, pelo que representa Rondônia, como todos os Estados brasileiros, pelo potencial que tem. Rondônia, como já foi dito aqui, hoje é um Estado, inclusive, que abastece o Amazonas, principalmente com o tambaqui, para você ver como a aquicultura tem se fortalecido muito nesse Estado. Principalmente, há uma vocação que nós temos para o nosso peixe amazônico, para o nosso peixe amazônico, um peixe nosso, com valor agregado, e não uma simples *commodity*, como alguns outros pescados podem ser para o mundo. O peixe amazônico, peixe da nossa região, tem um grande valor agregado.

O Mário Palma fez aqui já uma explanação um pouco mais técnica sobre alguns números, desde essa mudança recente do Ministério, em que nós saímos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Realmente, Senadora, temos discutido aqui. Já não é a primeira vez e nem a segunda que venho a esta Casa para debatermos os desafios que temos passado com as constantes mudanças desde o término do Ministério da Pesca. Eu gostaria muito de, na minha fala, virar essa página, esquecer a pecha de ainda falar dos problemas do término do Ministério da Pesca e as consequências que eles tiveram para o setor, mas infelizmente, desde o término do Ministério, da forma como ele terminou, houve diminuição drástica da estrutura para uma secretaria, mesmo dentro de um grande Ministério, que é o Ministério da Agricultura, e há uma demanda represada muito grande. A fala do Presidente aqui, eu não tenho como refutar, por mais tecnicamente que nós possamos apresentar hoje os ganhos, as ações. Realmente, desde 2014, nós não emitimos uma carteira de pescador.

Então, nós somos uma cadeia produtiva e, como cadeia, eu ouvi de um empresário recentemente que o elo mais fraco da cadeia é o que a torna mais sensível. Então, não adianta fortalecermos a indústria se a gente não tem matéria-prima, e para ter matéria-prima é preciso ter um aquicultor que consiga trabalhar, licenciado, com as suas permissões, tanto ambientais como as permissões do antigo Ministério da Pesca, que hoje são emitidas pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, como aos nossos pescadores, que são trabalhadores deste País.

Recentemente, nós emitimos a Portaria nº 1.275, que foi aqui salientada pelo nosso Presidente do CNPA, Waldemir Falcão. O nosso interesse era pelo menos diminuir esse grave problema de, desde 2014, não termos uma carteira emitida. O pescador está com seu pedido, a sua solicitação, o seu recurso da suspensão da sua carteira, do seu registro. Está lá com o protocolo, mas desde 2014 ele não tem processado esse protocolo, não tem resposta. Isso faz com que seja penalizado o próprio pescador. O relatório recente da CGU aponta 66% de fraude no seguro-defeso, o seguro-desemprego, acessado por pessoas que não têm o perfil de pescador artesanal, que vive da atividade exclusiva. Isso realmente mancha, faz com que o setor seja tratado de forma criminal. O nosso pescador, principalmente o verdadeiro pescador, está pagando pela falta de controle de investimentos mais técnicos, tanto em um sistema, como o Mário bem salientou, que faça, sim, cruzamento de dados, de CPF, com as outras bases do Governo, como também um tratamento mais digno da própria estrutura da secretaria, com esses pescadores, que não estão tendo acesso a esse direito justamente pela nossa falta de estrutura.

Mas o Governo, vendo essa situação, criou, sim, aqui uma comissão, que tem acompanhado de perto a elaboração desse novo sistema, para que possamos realizar esse recadastramento, que já está represado há anos, para que, verdadeiramente, possamos ter resolvido o registro dos nossos pescadores e também dos nossos aquicultores de forma mais ágil, de forma mais humana, de forma mais técnica e com segurança.

Eu não posso, de forma nenhuma, condenar os órgãos de controle que fazem a recomendação. A Portaria 1.275 foi alvo de uma ação judicial que declarou inconstitucional seu art. 3º e, aí, prejudicou toda a portaria, o que hoje deixa todos os nossos pescadores do Brasil que não têm a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

carteira com o seu protocolo e o seu pedido prejudicados, porque, quando os órgãos de fiscalização chegam, como o Ibama, se aquele pescador não tiver um documento, não tiver nada que o identifique como um trabalhador digno deste País, ele é multado e tratado como bandido. Nós precisamos evitar isso.

O grande desafio, Presidente, tem sido essas mudanças constantes. Não é por uma questão só de números, de orçamento ou de pessoas. O DRMC, que hoje é o departamento mais demandado porque emite certificado de captura, trabalha com análise de mapa de bordo, tem de emitir as carteiras, analisar os pedidos de registro de embarcação ou as alterações desses registros, as espécies que são pescadas por essas embarcações, faz o registro do pescador industrial ou artesanal, tem 18 servidores para o Brasil inteiro. Dezoito servidores desde o diretor até o DAS mais simples para assinar um documento. Então, realmente é uma demanda muito grande.

E, claro, sabemos que o País tem passado por um grave problema. Nós não somos os únicos. Mas o agravante tem sido o acúmulo desses problemas ao longo de 2014, que se agravaram muito com o término do Ministério, e uma secretaria que conta hoje com 79 cargos para o Brasil inteiro, para uma demanda grandiosa, para um País de um potencial de bilhões. Estamos falando aqui de bilhões de recursos que podem ser gerados pela pesca, de uma geração imediata. Sairíamos de R$20 bilhões para R$60 bilhões, mexendo no PIB do nosso País e gerando um milhão de empregos, simplesmente se conseguirmos ordenar o setor. Não estou falando, senhores e senhoras, aqui de investimento de recurso público. Eu estou falando apenas de legalizar e de dar condições para o setor trabalhar, porque o empresário deste País, assim como os pescadores, o mais simples ou o artesanal, querem apenas os seus documentos para trabalhar. E nós não temos conseguido ainda dar essa agilidade.

Estamos agora diante de uma nova possível mudança. A Medida Provisória 782 hoje nos coloca na Presidência da República, como já foi, numa secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, que, então, virou um Ministério devido às ações que realizou. E esperamos fortalecer as ações dessa secretaria, ter, como o Mário colocou aqui muito bem, autonomia e melhor estrutura para dar resposta a esse setor que é superavitário. É um setor que tem muito a acrescentar ainda mais à economia brasileira, com emprego, com geração de renda, com dignidade, colocando o Brasil como protagonista mundial no setor de pescados e aquicultura.

Essa é uma mudança de cultura e de postura que precisamos dar. E mostrar à sociedade brasileira que a pesca e a aquicultura, na verdade, são a próxima fronteira, são o nosso próximo pré-sal. Como foi o petróleo alguns anos atrás para o Brasil, hoje será a pesca e a aquicultura.

Muito obrigado, Presidente, pelo tempo que me foi concedido.

Que Deus nos ajude.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Secretário.

Quero também cumprimentar o nosso Deputado, pelo Brasil mas também pelo seu Estado extraordinário, o Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Hauly. É uma alegria tê-lo aqui, como também o Deputado da agricultura, o Deputado Luiz Cláudio. Então, é uma satisfação estar aqui com vocês.

Eu tenho aqui várias perguntas. Eu vou primeiro fazer as perguntas e depois vou passar a palavra para o Deputado Luiz, para os dois Luiz que estão aqui. Está também aqui o Senador Raupp, atendendo aos taxistas.

Bom, nós estamos numa situação que é a seguinte: nem ocupamos a moita nem desocupamos a moita, para não falar em outras palavras. Todo mundo que está em casa a nos assistir já entendeu o que eu quero dizer. Fica difícil porque ontem estava no Ministério da Agricultura. Anteontem estava no Ministério da Indústria e Comércio. Hoje deve estar na Casa Civil. E vocês estão como isopor em cima da água, ou seja, não sabem para que lado vão, para não dizerem depois que a gente é deselegante. Não sabem para que lado vão, se pulam para lá ou pulam para cá. Com isso tudo, além de não termos recursos, não há estrutura. E os produtores, nos quatro cantos do Brasil ou do meu Estado de Rondônia, muitas vezes estão sem a licença

Então, eu queria aqui fazer uma solicitação e agradecer, porque poucos dias atrás fiz críticas duras e pesadas contra a Secretaria de Pesca por estarem vencidas as licenças de transporte do pescado do produtor até a indústria ou mesmo para consumo em Manaus. O agricultor tinha que ir comprar uma nota ou pegar emprestada uma nota de outro Município. Com isso, o Município perdia a produção, perdia a divisa, como lá em Ariquemes. De repente, se o cara não tem a licença, ele tem que pegá-la de outro, e o outro é o vizinho. E vocês prontamente nos atenderam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria dar uma sugestão para o nosso Secretário Nacional de Piscicultura, o Dayvson, ou seja, que faça convênios com os Estados, já que está faltando estrutura. Isso não quer dizer que vocês não possam ser ágeis. Se você tem prerrogativas como secretário, você também tem prerrogativas para já fazer convênios com os Estados, para, automaticamente, fazerem a renovação das licenças. Ou então vocês, automaticamente, renovarem todas as licenças que estão vencendo por mais um período, e, posteriormente, até vocês terem estrutura. Por isso nós precisamos ter uma legislação a respeito.

Há abusos. Por exemplo, quando um fiscal dá uma multa para um produtor, para alguém, e essa multa muitas vezes não tem procedência, o fiscal dá a multa a esmo. Então, o cara tem que se defender. Há muita gente falando assim: "Ah! O Presidente Michel Temer agora baixou uma portaria dando não sei quanto de isenção, de incentivo para as multas ambientais. A maioria das multas ambientais foram dadas via helicóptero, sem que se soubesse quem era o proprietário, quem desmatou, quem fez aquilo, a maioria delas. Mas há também alguns produtores que, infelizmente, a gente tem que meter a taca de cima até embaixo neles, porque são abusados. Não há jeito para isso. É igual ao motorista que corre feito um doido, é igual ao motorista que bebe, é igual ao cara que vai para uma festa, bebe e quer voltar dirigindo para casa. Disso não tem que ter dó, não tem que ter dó!

Mas com o que nós não podemos concordar é que, infelizmente, o cara, porque está com a caneta e a carteirinha nas mãos... Mas ele deve ter conhecimento. O que acontece muito hoje, no Poder Público? Eu sou vítima disso. Vou falar de novo. Olhem o que acontece. O cara faz um concurso para o Poder Público. Ele está estudando para o concurso. Quando ele assume o cargo, infelizmente, não tem conhecimentos para ocupar o cargo que assumiu. Não tem a legislação na mão.

Aí fica aplicando multa como se fosse o bicho de goiaba. E aplica multa, infração... "Mas isso está tudo errado". E ele diz: "Não importa, eu sou fiscal, coloquei a multa e acabou".

Então, eu entendo o seguinte: toda multa... E aqui a Comissão de Agricultura, nós aqui... Eu aceito homologar isso, que toda multa aplicada por um auditor fiscal, um fiscal – pode ser urbano, pode ser estadual ou federal – sem conhecimento da lei, que estiver simplesmente de alguma maneira querendo coibir as pessoas sem ter procedência na lei, ele tem que pagar um advogado e indenizar a pessoa.

Alguém vai dizer: "Ah, mas você quer amordaçar..." Não, só os desonestos, os corruptos e os incompetentes. Os que fizeram o concurso público e passaram têm que ter conhecimento da área, tem que atuar dentro da legislação.

É a mesma coisa com o secretário nacional de pesca. Ele tem que entender de pesca, porque se não entender... Antes de assumir a pasta tinha que ter conhecimento. E aí quando vem, tem a resposta na ponta da língua, e muitas vezes não acontece isso.

Às vezes, um fiscal predial, urbano, chega e vai metendo a caneta, e o cara que se defenda. Depois você prova que não deve. Então, quando alguém prova que não deve, eu entendo que esse autor do auto de infração da multa tem que ser punido na forma da lei, para evitar dar trabalho para os órgãos subsequentes que dependem disso. É a minha ideia.

Eu tenho aqui uma pergunta. Há várias perguntas, que depois passarei aos Deputados. "Quais ações a secretaria está tomando em relação à atual burocracia de trânsito da matéria prima para a indústria? Hoje se exige muita documentação que inviabiliza o trânsito e faz com que a indústria não receba a mercadoria".

Aqui, se colocou GTA. Pelo que sei o GTA é para gado, para transporte de animal. Já no caso de peixe, eu até estava perguntando para o Falcão aqui e ele disse que também não conhece. Então, quem fez a pergunta aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, é para liberar peixe também o GTA? Então, para todo produtor é mais uma burocracia.

Mas foram vocês da pesca que editaram isso?

O SR. DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Meu Deus do céu. Também para peixe. Então, agora, temos que carimbar...

O que vocês estão fazendo para diminuir essa burocracia em termos gerais?

Ao mesmo tempo, temos pergunta de Minas Gerais, do TJ Filho: "A pesca artesanal tem o meu total apoio, pois ela ajuda a preservar o meio ambiente e os ribeirinhos em seu trabalho sustentável". Isso é verdade. Parabéns, TJ Filho Tobias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nildo Cabral, do Rio Grande do Norte: "A exigência do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), tudo bem; porém, vamos banir essa ideia de punir primeiro. Que a pesca seja incentivada por meio de uma política pública. Hoje, o setor atual é rico e precário".

Está aí a sugestão também.

A Vanessa Gaudereto, de Minas Gerais: "Qual é a política da Ater para pescadores e piscicultores, proposta para os Estados? Seria possível convênios..."

A pesca não tem dinheiro nem para contratar gente. Imagine para fazer convênio com os Estados. Então, Vanessa, já está fora...

A Vanessa, de novo: "Como os pescadores atingidos sem a condição de pesca poderão fazer manutenção de suas carteirinhas? Exemplo, Minas Gerais tem portaria com proibição de pesca na bacia do Rio Doce? Como poderão comprovar que são pescadores? Eles têm direito ao seguro-defeso? Mesmo recebendo o recurso, o cartão renova?"

Aí fica contigo.

Vanessa também: Por que retiraram do ar o sistema onde consta a relação com todos os pescadores e situação de suas respectivas carteiras em todo o País?

Portanto, acho que tiraram do ar, do sistema. Então, responde também.

Vanessa Gaudereto: Como podemos confirmar a produção dos pescadores para comprovação, por exemplo, na questão da renda para conseguirem a DAP?

A Vanessa fez várias perguntas. Ela fez por vários pescadores. "Como serão atendidos os pescadores que dependem de 2º via da carteira para comprovarem atividade e que há mais de três anos não conseguem o documento?"

Agora, Vanessa, tem que cuidar de uma coisa – aqui é o Ministério da Pesca –: Cuidado com as carteirinhas fantasmas. Eu sou contra. Se esse recadastramento não foi feito, tem que fazer. Coloca a Polícia Federal em cada Estado. É rapidinho para fazer. E, com isso, infelizmente, é importante, Falcão, a federação tomar cuidado, porque há muitas associações que ficam dando atestado falso de pescador para quem nunca chegou a pegar numa vara. Eu conheço muita gente. Falaram-me uma época que havia seis mil pescadores aqui em Brasília, não sei. Isso é um absurdo, não tem cabimento. É uma situação que não dá para admitir. Então, tem que coibir, porque é dinheiro público. Eu não poupo. Vou deixar contigo aqui.

Artur Alvim Cury, de São Paulo: "Temos que fortalecer a pesca artesanal. A pesca de arrasto é muito prejudicial. Tem que respeitar o defeso e, além disso, ajudar financeiramente as famílias de pescadores nesse período! "

É verdade. Temos que aproveitar para fazer isso.

Manoel Neto, Rio Grande do Norte: Tem que estabelecer compensação e automação de procedimentos permanentes e normatização.

Manoel Neto: Tem alguma previsão de compensação pelo potencial de reserva de desempenho?

Não sei.

Nelson Korb, Rio Grande do Sul, Estado do nosso Deputado Luiz Carlos: Pescadores amadores e caçadores são penalizados, não podendo transportar pesca e caça para consumo, mesmo tendo CAC.

Erickson Bressan, Santa Catarina: Rios, o mar e espécies aquáticas deveriam ser reconhecidos como propriedade privada. Assim, poderiam existir fazendas aquáticas e poderíamos usufruir de peixes, assim como hoje usufruímos de gado [...].

Até que a sugestão não é ruim. A sugestão até que seria boa. Vou passar aqui também para que você possa responder essas perguntas.

Depois, vou passar para os nossos convidados.

O SR. DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA – Deixe-me ver por onde eu começo aqui.

Primeiro, é verdade que o recadastramento é uma das formas de a gente resolver uma série de problemas que foram apontados aqui nos registros especificadores, tanto pelos órgãos de controle, que estão apontando uma série de fraudes, como pelos órgãos de fiscalização, que vão até a esses locais de pesca ou de produção de aquicultura, emitindo multas, enfim, e coibindo a atividade. Isso depende, sim, de parceria. Eu acho que a CNPA, pelo que representa nas colônias de pesca do Brasil, é uma grande parceira para que isso aconteça.

Termo de Cooperação Técnica não só com a CNPA, em relação ao pescador artesanal, mas em relação aos nossos produtores do Estado, e até a Ater, que é a Assistência Técnica, que podemos fazer, por exemplo, até com o Incra, que já presta esse serviço – há áreas que são áreas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assentamento que também têm potencial para aquicultura –, com as EMATERs dos Estados, para que a gente consiga, já que não há recurso próprio para isso.

Embora tenha colocado na previsão orçamentária para o ano que vem, eu peço muito a ajuda de todos os Parlamentares do Congresso, que nos ajudem a ter um pouco mais de fôlego, porque é obrigação nossa dar assistência técnica, sim, instalar a capacitação. E uma das metas para o recadastramento e a manutenção anual dos pescadores é que na época do defeso, eles possam receber algum tipo de capacitação, de treinamento, enfim, de melhoria para a sua atividade. De repente até alguns possam abrir para atividades da aquicultura, serem pescadores, mas serem aquicultores. Esse recadastramento é fundamental. Para isso a gente precisa de um novo sistema.

Outra questão é a retirada do ar do sistema. Na verdade, o sistema se encontra na Agricultura. O Decreto 9.064, se não me engano, 9.064 foi o decreto de transição, com *vacatio legis* entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Indústria e Comércio. Mas a grande maioria, eu vou dizer que ainda 60% dos sistemas ainda estão na Agricultura, passando para o MDIC. Então essa migração dá essa inconsistência, que às vezes saem do ar. Mas se você digitar lá no Google SIS RGP, Sistema SIS RGP, você vai direto para o *link*, porque o *link* atual que está sendo utilizado, que é hoje pelo *site* da Agricultura, realmente tem dado essa inconsistência, esse problema, por causa da migração. Ao mesmo tempo em que está migrando para o MDIC, já está encaminhado para migração para o Ministério do Planejamento e será acessível para a Dataprev, que fará uma análise desse sistema atual para melhorias e batimentos, e o desenvolvimento do novo SIS RGP. Então por isso que está com alguns desses problemas.

A comprovação da produção de pescadores. O relatório de atividade, acho que é para isso. A emissão de nota fiscal também é para isso. É claro que a nota fiscal é uma questão fiscal, não é uma de origem animal. Já estamos fazendo a discussão em relação a essa guia de transporte desses animais aquícolas. Mas o que eu quero colocar é que ainda é uma prerrogativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no novo texto, que a gente não sabe ainda realmente. Pelo que ele foi finalizado, a medida provisória, a questão de sanidade aquícola e pesqueira vai acompanhar a secretaria. Mas temos que aguardar ainda, Senador, a sanção do Presidente, para que a gente tenha isso como certeza.

A segunda via para os pescadores realmente é um problema, porque desde 2014 a gente não emite nem a primeira via, o senhor imagine a segunda via. Esses pescadores estão com protocolo. Por isso que a portaria era para pelo menos dar a eles, mostrar nos órgãos de fiscalização que eles pelo menos estavam buscando a sua regularização. E o problema não era com eles. O problema hoje é com o sistema e com o Governo.

Estou correndo aqui. Vamos ver.

Eu não entendi a questão da compensação e da automação dos procedimentos permanentes de normatização. Se de repente o Manuel Neto puder mandar mais detalhes do que ele realmente queria em relação a isso, a gente pode até conversar.

Deixe-me ver aqui. Eu acho que basicamente foi isso aí, Senador. Se faltou alguma coisa, o senhor me coloca, por favor. Estou aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, só aproveitar, quanto à questão da reclamação do pessoal da carteirinha, eu também sou pescador, mas pescador esportivo. E eu fiz a carteirinha. E disseram que com trinta dias chegava. Veio só aquele protocolozinho para evitar de a gente levar uma "taca" lá no rio. Mesmo porque às vezes o "cara" fala: "Mas Senador, na hora de meter a taca, os cara não querem saber. É aí que eles metem a taca." Resultado: mudou de A para B para C, e aí ninguém mais sabe onde é que fica e quem vai mandar de volta para lá. Então os pescadores amadores como eu, do Estado de Rondônia e do Brasil, essas carteirinhas, o "cara" pagou no banco a taxa de R$60,00, se não me engano; como é, elas têm validade, elas permanecem valendo?

Estou fazendo essa pergunta, porque vou aproveitar sempre os feriados e finais de semana, de vez em quando tenho uma programação de fazer uma visita para os ribeirinhos e quero fazer esse curso de piscicultura com os ribeirinhos nos quatro cantos do Estado de Rondônia e também no Amazonas.

Eu queria saber o seguinte: essa carteirinha minha, se a fiscalização pegar – eu paguei a taxa e tenho aquele provisório –, vale ou simplesmente tenho que pagar novamente?

O SR. DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA – Não, ela vale. Ela é provisória, mas vale, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Inclusive, esse sistema deu um problema em relação à migração da agricultura para a indústria e comércio com o Banco do Brasil, porque, mesmo se fazendo o pagamento, o Banco do Brasil não estava conseguindo fazer o repasse da informação para o sistema.

O senhor vê que o nosso grande desafio é se modernizar, mas é valido. A questão é que muitas vezes o órgão de fiscalização não quer tornar válido. Ele chega lá, e é como o senhor falou: às vezes ele tem a interpretação de um, de outro. Mas é válido. O senhor deu entrada, tem hoje o protocolo, que vale para a atividade sim, até porque o senhor pagou e fez o recolhimento devidamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tanto é verdade que... Pescadores amadores que estão nos assistindo e que vão nos assistir, nós ainda não estamos passando ao vivo, mas esta reunião vai ser retransmitida. Lembramos que, na carteirinha provisória... O cidadão, esse pescador amador e esportivo, precisa colocar o comprovante do pagamento nas costas.

Portanto, na minha carteirinha eu tenho... Tenho a carteirinha, o comprovante provisório mais o comprovante do pagamento juntos. E nós estamos aguardando que venha a definitiva. Mesmo com a validade de um ano, isso já é o suficiente para a gente não ser de repente, de alguma maneira, bulido por pescar, quando está lá na barranca do rio.

Também temos conosco aqui o Deputado Luiz Cláudio, que foi nosso Secretário da Agricultura e Desenvolvimento, no Estado de Rondônia.

Ao mesmo tempo, nosso Secretário Nacional de Pesca, quando falei para fazer convênio, Deputado Luiz Cláudio, com os Estados e Municípios, tinha esquecido a Emater.

Então, quero aqui dizer que a Emater no nosso Estado de Rondônia pode fazer o convênio e que a equipe da Emater, uma equipe eficiente... Eles estão carentes, na verdade, de condições, por falta de recurso, mas estão prontos para entrar em ação a todo instante em que forem solicitados.

Nós tínhamos várias parcerias com a Emater de Rondônia, quando eu era Governador. Os Vereadores, aqui, de Ariquemes e de Alto Alegre, o Edson, todo mundo sabe disso; também os de outros Municípios, de Corumbiara – também está aqui o Senador Raupp. Nós tínhamos cinco horas/máquina, o serviço do Promec, que eram cinco horas/máquina. Havia a semente de arroz, a semente de milho, a semente de feijão. Nós tínhamos o Projeto Inseminar, o Pró-Leite, e acabaram com todos esses programas. Havia também a vacinação das bezerras dos agricultores contra a brucelose, o que também acabou. Tudo isso acabou.

Então, com certeza, é uma atividade que... O próprio técnico da Emater vai estar na propriedade. Se vocês puderem, em vez de fazer via Estado, fazer direto com a Emater no Brasil afora, vão ter um resultado muito mais rápido, mais eficiente – mais eficiente –, porque a preocupação deles, da Emater, é com o produtor, é com o resultado e com o transporte também da comercialização.

Portanto, gostaria de fazer esse pedido para o Secretário Nacional: se é possível fazerem esse convênio com a Emater, para que eles possam convalidar ou emitir – antes de passar para o Luiz Cláudio, vou passar para o Secretário Nacional –, ou seja, se é possível fazer esse convênio com a Emater, para poder delegar poderes a ela, até que você possa ter a sua estrutura digna, na altura de atender à demanda brasileira.

O SR. DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA – Hoje, Senador, para nós, é até uma questão de conseguirmos, de alguma forma, dar o melhor, uma melhor prestação de serviço. Hoje buscar parcerias é uma das únicas alternativas que temos.

Vim, agora, de Santa Catarina, por exemplo: prefeituras, entidades privadas o próprio setor nos propondo; querem ajudar, todos querem dar a mão, porque estão vendo a situação.

E a Emater dos Estados é fundamental para nós. Fui Secretário também de Aquicultura e Pesca no Maranhão, e nós tínhamos com a Emater do próprio Estado, com a Secretaria e, na época, com o Ministério – tanto que até as emissões de carteirinhas foram feitas quando... A emissão, não, mas o lançamento foi feito na Secretaria, porque colocamos computador, botamos gente, botamos técnico.

Então, hoje para nós parceria é uma questão de necessidade, Senador. E a sua proposta nós vamos levar em consideração. Vamos abrir um edital nacional, para termos cooperação técnica com várias entidades do Brasil, para que possamos descentralizar essas ações, agilizar o setor, até que consigamos, realmente, como o senhor colocou, ter um pouco mais de estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E uma sugestão que dou aqui seria, no convênio que vocês façam com a Emater, autorizá-la a cobrar uma taxa pequena, pelo menos para cobrir os custos, para emitir a licença, para poder acompanhar. São todas pessoas competentes, gabaritadas e profissionalmente especializadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há várias áreas, por exemplo... Vai haver, no próximo dia 10, lá no Município de Alta Floresta d'Oeste – alguns Vereadores já ficaram sabendo – uma audiência pública com a Câmara dos Deputados e o Senado, para debater e discutir o café clonal. E Alto Alegre é um grande produtor café clonal.

Ao mesmo tempo, há dentro da Emater todas as áreas. Há veterinário, técnico, a piscicultura. Nós, quando fomos Prefeitos de Rolim de Moura, Secretário, nós começamos com o primeiro – em 1997, o Deputado Luiz Cláudio era meu Secretário de Agricultura – projeto de tanque de 40-50, com dinheiro da Suframa para piscicultores. Nós atendemos, começamos na época.

Então, é importante fazer essa parceria. Como você não tem dinheiro para passar... Se tivesse... Mas, como não tem, de repente, no convênio, autorize cobrar o custo, para poder emitir lá, e você vai ter a estrutura.

Isso serve como sugestão definitiva. Você vai ter estrutura em todos os Municípios e distritos da Federação brasileira, em todos, porque a Emater está presente em todos os locais. Então, com certeza, você vai fechar com chave de ouro o seu trabalho, se integrar a Secretaria da Pesca e a Emater.

O Senador Raupp... Eu ia passar a palavra ao Deputado Luiz Cláudio, mas o Senador Raupp a quer. Por questão de hierarquia, primeiro vou passar para o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Primeiro, quero parabenizar V. Exª pelo sucesso desta audiência pública, que trata da piscicultura e de outros assuntos. O nosso Estado é altamente produtor de pescados, tanto em cativeiro... Hoje, mais em cativeiro do que nos nossos rios.

Rondônia vai ser, sem dúvida nenhuma... Já é hoje um Estado que está mandando peixe para vários Estados do Brasil e até para exportação. Com as agroindústrias que estão se instalando em Rondônia, com vários frigoríficos, uns já inaugurados, outros para inaugurar, nós vamos fornecer peixe para o mundo. Rondônia vai fornecer peixe para o mundo inteiro.

Então, parabenizo V. Exª pelo sucesso desta audiência pública.

Eu queria aproveitar – sei que está na pauta – para falar sobre o Luz para Todos, que tem tudo a ver também com os piscicultores, com os pescadores.

Estão aqui o Dr. Luiz Marcelo, que é Presidente da Eletrobras-RO; o Dr. Efrain também, que é Diretor Regional lá, da Eletrobras. Nós temos ainda um déficit de energia no campo, sobretudo na área rural, temos ainda algumas pontas de bairros, de cidades sem energia, mas sobretudo na área rural, e esse anúncio, que, se V. Exª pudesse fazer aí, hoje, com a presença do Dr. Luiz Marcelo, Presidente, e do Dr. Efrain, que vai, com certeza, ser difundido em todo o Estado de Rondônia, traria alento para essas regiões aqui, de Porto Velho, Jaci-Paraná, Rio Pardo, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena. Quando eu falo dessas localidades, são regiões, vai atender praticamente todo o Estado.

Então, se você tem algum...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Senador Raupp. Nós estamos unidos com esse mesmo propósito. Tão logo nós terminemos esta audiência pública, eu já dou sequência ao nosso trabalho aqui, na CRA, já com a participação dos nossos convidados aí, também, tanto o Luiz Marcelo, Presidente da Eletrobras-RO, como também o Efrain, também respondendo por Rondônia-Acre. Também o Diretor Financeiro, o Pio, que também está aqui presente, junto com a gente.

Então, nós...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Desculpem-me, eu me esqueci do Pio. Diretor.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... tão logo termine esta audiência pública, a gente já dispensa os nossos convidados e já entra com a outra pauta.

Com a palavra, o Deputado Luiz Cláudio, convidado nosso para esta audiência pública.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Senador Ivo Cassol, parabéns pela condução desta importante Comissão e também por esta audiência pública em que convidou o Secretário de Aquicultura e Pesca, o Dayvson, e também o Diretor do Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca, o Mário, e o representante dos piscicultores e aquicultores, representando a Federação dos Piscicultores e Aquicultores do Brasil. Saúdo também o Senador Valdir Raupp.

Estamos aqui também com quatro Vereadores de um Município muito forte, que é o Município de Alto Alegre dos Parecis; o Vereador Zezão, que é do meu Partido, do PR; o Vereador Lula; o Vereador Joelson; o Vereador Sidney e o Secretário de Obras do Município de Ariquemes, o Edson.

E também, já, aproveitando a oportunidade, saudar os Diretores da Eletrobras, o Diretor presente, Luiz Marcelo; o nosso amigo Pio, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo; e o Efrain, também um dos Diretores da Eletrobras. Daqui a pouco será anunciado aqui, pelo Senador Ivo Cassol,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pelo Senador Valdir Raupp, e eu quero prestigiar, o anúncio de recursos para continuar o Programa Luz Para Todos no nosso Estado. Também registrar a presença do ex-Deputado Estadual Miguel Sena, que está aqui conosco, acompanhando os trabalhos desta Comissão.

Bem, eu gostaria, Senador, de fazer aqui uma cobrança, na verdade, à Secretaria de Aquicultura e Pesca. Aqui, o nosso Diretor Mário falou muito bem do mercado de exportação do pescado, do peixe em cativeiro nosso, um mercado grande, um mercado que tem tudo para crescer e o meu Estado, o nosso Estado, Senador Cassol, o Estado de Rondônia hoje, pelo IBGE, é o maior produtor de peixe em cativeiro do Brasil. Nós produzimos o tambaqui e o tambaqui nós produzimos em cativeiro, em média, até dois, três quilos. É diferente da tilápia, que não dá um quilo, dá 600g para tirar o filé.

Então, Rondônia tem-se destacado. O tambaqui é um peixe, para mim, um dos melhores peixes. Inclusive, nós o utilizamos no churrasco. Hoje, há o tambaqui sem espinhas, que é um sucesso. É um peixe saudável, saboroso demais.

Agora, Secretário, eu acho que o Governo Federal tem pecado muito com a Secretaria de Aquicultura e Pesca. O Governo se atrapalhou, na verdade. Lá em Rondônia não está saindo registro, Senador, de nenhum pescador, está tudo parado. Eu não sei nem quem está representando o senhor lá no nosso Estado, Secretário. Não sei se é da área, mas está tudo paralisado.

O Estado, o País com esse potencial enorme que nós temos e Rondônia, um dos maiores produtores de peixe em cativeiro não consegue fazer um registro, não consegue transportar o peixe de lá da propriedade até a indústria ou o ponto de venda ou revenda. Nas feiras livres lá em Rondônia se vende muito peixe nas feiras livres, nas barracas dos pescadores. Porto Velho é tradicional. Não é Pio, que é comedor de peixe e o Luiz Marcelo?

A gente sabe que o porto-velhense gosta de comprar o peixe lá na banca, lá no mercado. Ele gosta de ver quem está vendendo peixe, tratando o peixe na hora. Então, normalmente a tradição do porto-velhense, do amazonense é comer muito peixe. O consumo de pescado lá em Porto Velho é grande. Mas o Ministério da Indústria e Comércio trabalha muito bem essa questão da exportação e o nosso diretor falou muito bem. Mas a questão sanitária é do Ministério da Agricultura e estamos com problemas sanitários, o problema tem que ser resolvido. Temos algumas verminoses que já estão atacando, tem que ser trabalhado isso. Ninguém está fazendo nada, nem o Estado, nem o Governo Federal e é competência do Ministério da Agricultura essa questão sanitária.

Nós temos que fazer, Senador, como o que foi feito com a aftosa. Quando o senhor era Governador do meu Estado de Rondônia, nós recebemos o título "Rondônia livre de febre aftosa com vacinação" e, hoje, Rondônia vai ser o Estado, em 2019, que vai ter o *status* de "Rondônia livre de febre aftosa sem a vacinação" do rebanho bovino.

Então, um trabalho espetacular, um trabalho extraordinário e nós estamos atrasados, Secretário, nessa área da pesca. Nós temos que resolver isso. O Governo tem que dar apoio para vocês, sim. Não estou aqui culpando o senhor, que é Secretário, é gestor, está sem recursos, sem orçamento, mas essa situação era da Agricultura, passou para o MDIC e agora vai passar para a Casa Civil. Isso está atrapalhando o setor, os piscicultores, a cadeia produtiva da piscicultura. Nós precisamos resolver isso.

Eu estou aqui, Senador, como Deputado Federal, para ajudar a cobrar do Governo, cobrar agilidade, eficiência. Nós temos que resolver isso. É inadmissível um Estado como Rondônia ser um grande produtor de peixe e hoje o piscicultor ou o aquicultor, o pescador não poderem, não terem como retirar o registro, sendo que nós temos aí – o Diretor Mário falou do mercado vizinho – o Chile, que está muito próximo de Rondônia. Nós temos um mercado extraordinário, mas nós temos que tirar o pé do chão, a verdade é essa. Nós temos que agilizar a questão sanitária. Eu não sei como é que vocês vão trabalhar isso. Vocês vão para a Casa Civil, mas a questão sanitária vai ficar com o Ministério da Agricultura? A exportação fica com MDIC, que é quem trabalha com a exportação? Então, é uma coisa que tem que se agilizar, o Governo tem que acordar, na verdade. Parece que não está enxergando esse potencial da piscicultura e da pesca, Senador Ivo Cassol. Então, esta audiência vem, na verdade, fortalecer o trabalho de vocês. Eu acho que vocês precisam ser fortalecidos politicamente, porque como aí a gente pôde ver, em pouco tempo, várias pessoas se manifestando no Brasil, fazendo perguntas para o Secretário Nacional de Pesca.

A minha sugestão é que eu gostaria de ter agilidade no registro, nos trabalhos, e que quem for o seu representante em Rondônia, Secretário, possa fazer essa articulação com a Emater. O Senador falou muito bem, a Emater é a instituição hoje mais competente para fazer assistência técnica. Não só assistência técnica, mas fazer todo o acompanhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós temos a Embrapa peixe em Tocantins e em Rondônia não há Embrapa. Existe a Embrapa há mais de 45 anos, mas não há pesquisa sobre a piscicultura. É uma outra cobrança que eu faço aqui, a Embrapa estar presente, porque a Embrapa tem pesquisadores renomados nessa área, e mesmo Rondônia sendo o maior Estado produtor de tambaqui, a Embrapa peixe está lá em Tocantins. Então, eu gostaria também de dar essa sugestão ao Sr. Secretário, que possa chamar a Embrapa para ajudar neste trabalho de pesquisa, que nós temos que cuidar.

Criar um peixe em ambiente aquático, usa-se ração, e isso já pode causar alguns problemas sanitários. E estamos preocupados com isso, nós temos que cuidar disso, porque, senão, nós não vamos poder exportar depois, porque estamos com problema sanitário. O gado era aftosa. Está resolvido. E o peixe? Nós temos que cuidar. É uma área em que o Estado não está fazendo nada e o Governo Federal também não está fazendo nada. Não sei nem se fizeram algum diagnóstico sobre os problemas que nós já temos nos tanques em que criamos peixe, como vamos proceder isso.

Portanto, a minha participação aqui, Senador, é de cobrança mesmo, é tirar o pé do chão, a Secretaria andar mesmo, resolver esses gargalos, gargalos sanitários, esses problemas de registro do piscicultor, senão ele não vai conseguir levar o peixe nem para o mercado, nem também para a indústria. São coisas que estão acontecendo hoje na nossa realidade.

Parabenizo o trabalho de vocês. Parabéns pelas informações, e eu estou aqui para ajudar, para cobrar do Governo Federal, exatamente dar o atendimento que é necessário ao setor da aquicultura e pesca.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Passar para o Secretário responder ao Deputado, por gentileza.

O SR. DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA – Deputado, muito obrigado, principalmente pela forma como o senhor bem colocou. Eu acho que é união suprapartidária, suprapolítica, a gente olhar para esse setor produtivo do País.

A questão fitossanitária é extremamente preocupante para nós, porque, ao longo do tempo, desde a criação do Ministério e Secretaria, já havia discussões sobre quem realmente iria cuidar dessa parte, tanto que o MAPA, a Agricultura tem cuidado principalmente das plantas sifadas e também dos SIFs dos portos, mas ninguém tem olhado para as embarcações.

Em 2012, se eu não me engano, foi criado o Embarque Nessa, isso em consonância com uma exigência da União Europeia, o nosso grande mercado hoje. A União Europeia é o principal foco nosso, apesar da abertura do Chile, Estados Unidos e a União Europeia. E nós tivemos agora, Deputado, uma fiscalização, uma auditoria da União Europeia, que veio aqui, e o relatório foi humilhante para o Brasil.

Chega de o Brasil passar as vergonhas internacionais que tem passado, como temos passado com o ICCAT, do atum, por falta de observadores de bordo, por falta de investimento em pesquisa. O nosso subcomitê científico não quer mais realizar atividade porque não tem dado, não há estatística, a gente não tem cuidado nessa circulação.

E agora a gente se vê diante de outra celeuma: quem é que vai cuidar da parte sanitária? Será o MAPA ou seremos nós na Secretaria? Vamos aguardar ainda a deliberação disso na medida provisória que se tornará lei e aí vai se definir em relação a isso. Mas nada impede que seja feita uma união de esforços, tanto da secretaria, do MAPA como dos Estados. Nós precisamos criar um controle, precisamos dar também linha de crédito melhor para os nossos aquicultores e para os nossos pescadores para que eles possam também se modernizar e se adequar à realidade e às exigências internacionais, porque senão...

Somos um grande mercado interno – é verdade –, mas o mercado do pescado lá fora é o maior mercado do agronegócio mundial. O mercado lá fora é de 45 milhões de toneladas, enquanto que, no bovino, por exemplo, são 17 milhões de toneladas.

O Brasil participa, Deputado, com 0,5; a gente importa praticamente 1,2 bilhão de pescado e exporta US$250 milhões. Há uma coisa errada na nossa balança comercial. Na nossa, no nosso regimento estrutural, que estou fazendo pessoalmente, Senadores, a gente coloca a questão da exportação auxiliando o MDIC, o Ministério de Relações Exteriores, mas a decisão e os encaminhamentos dessas guias serão nossos, assim como, se for definida a questão da sanidade, teremos que estruturar, ainda, uma coordenação dentro da nossa Secretaria para cuidar da parte sanitária.

E aí, por favor, peço ajuda em relação ao Planejamento, porque a gente vai precisar negociar o remanejamento de cargo e não podemos aumentar custo – o senhor sabe disso –, porque a LDO e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LOA não nos vão permitir. Então, vamos trabalhar dentro do que o Governo tem para reforçar a secretaria, inclusive fazendo a requisição de servidores de Estado.

Sobre a questão da Embrapa, eu concordo e, inclusive, nós deveríamos colocar legalmente uma aproximação maior da Secretaria de Pesca e Aquicultura com a Embrapa Pesca e Aquicultura, porque ela vai nos ajudar a servir o próprio setor com informações e pesquisas necessárias.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Secretário.

Agora, nós estamos ao vivo para todo o Brasil. Estamos presentes, juntamente com o Deputado Luiz Cláudio, e o Secretário Nacional estava respondendo às perguntas que ele tinha feito.

Estamos aqui também com Edson Ker, ex-Secretário regional na minha gestão de governador, mas como Secretário de Obras do Município de Ariquemes, e com os vereadores de Alto Alegre: Zezão, Lula, Joelson e Sidney.

Para o pessoal que está assistindo aqui, que saiu da CAE agora e está aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, estamos numa audiência pública com o Secretário Nacional de Piscicultura, Dayvson; com o Mário, também da pesca; e também com o Falcão, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores. Já estamos indo para a parte final; depois, teremos sequência.

E a população do Estado de Rondônia que está nos assistindo fique ligadinha aí porque nós teremos novidade boa para vocês daqui a pouquinho, juntamente com o Deputado Luiz Cláudio, com o Senador Valdir Raupp, que está aqui presente também. Com certeza, serão novidades boas, ótimas. É o que vocês estavam esperando, então vou deixar como suspense.

O Senador Valdir Raupp requereu que nós colocássemos como extrapauta e esta Comissão concordou, foi aprovado. Portanto, nós vamos, daqui a pouquinho, passar uma novidade, uma expectativa que vai beneficiar muitas pessoas do Estado de Rondônia. Em breve, teremos a notícia.

Quero, para concluir, ler uma pergunta que veio aqui da Conepe: "Como a ausência, Secretário Dayvson, de licença para captura e monitoramento de atuns pode interferir nos direitos de pesca regidos internacionalmente pelo ICCAT?"

Pode responder.

O SR. DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA – No ano passado nós tivemos uma reunião do ICCAT, inclusive com a participação de alguns membros do setor. O ICCAT, é um órgão internacional que faz a regulação da comercialização internacional do atum. Com o atum, assim como outros pescados que nós podemos ter nas nossas águas, principalmente na nossa ZEE pode-se trabalhar com cotas.

Então o ICCAT controla as cotas mundiais para essa comercialização. Inclusive a nossa indústria de enlatados, que tem sofrido muito com a falta de produtos, depende da pesca do atum.

Então hoje um dos graves problemas que nós temos é a falta de reporte de informações estatísticas para o ICCAT sobre essa pesca porque desde o término do Ministério nós não temos investimento em controle, fiscalização e estatística dessa pesca.

Nós tivemos um retardo na emissão de licença dessas embarcações para que elas possam, sim, fazer uma pesca legal, e que isso chegue também de forma mais ágil, principalmente na indústria e nos exportadores para que a gente tenha competitividade internacional.

Vamos agora para o Marrocos, para Marrakesh, discutir com o mundo inteiro. É um debate, realmente uma grande briga por causa dessas cotas, porque é muito dinheiro envolvido, além de geopolítica, e estamos muito preocupados, porque nós não temos dados estatísticos, a gente está fazendo hoje, fizemos um mutirão na Secretaria. O Conepe se predispôs a nos ajudar, a fazer o termo de cooperação, mas o jurídico entendendo que neste momento não seria um momento ideal de fazer esse termo de cooperação... Nós nos redobramos e iremos para lá tentando discutir, mostrar...

É possível que este ano não tenha revisão de cotas, mas é possível que no ano que vem o Brasil sofra, sim, algum tipo de penalidade que vai impactar grandemente na nossa indústria e no comércio mundial para nós do atum, que é uma grande riqueza brasileira. Nas nossas águas estão passando cardumes e cardumes e a gente não tem um controle correto em relação a isso.

Então outro problema internacional nosso é o atum. Se a gente não tiver investimento numa secretaria com estrutura, a gente não consegue também, junto aos órgãos internacionais, colocar o Brasil onde ele deve estar, que é no lugar de protagonista, para não passar algumas vergonhas internacionais que a gente tem passado infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço a participação do Dayvson, Secretário de Aquicultura e Pesca pela sua participação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também ao Falcão, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores e também a participação do Mário, que é Diretor.

Agradeço a participação de vocês.

Convido para a Mesa, agora, sim, o Presidente da Eletrobras-RO, nosso convidado Luiz Marcelo, para que possa explanar aqui e fazer parte também.

Convido também para a Mesa o Sr. Efrain, que também é Presidente, eu não sei a nomenclatura, como se dá, mas Rondônia e Acre, pela Eletrobras, e também convido para a Mesa o Diretor financeiro, também Rondônia, da Eletrobras, o Pio, como é assim conhecido.

O nome é outro, mas eu o conheço pelo apelido, Pio.

Nós podemos dar uma boa notícia aqui...

Amigo, Secretário, um abraço, felicidades...

Continuamos estes trabalhos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agora com a participação e a presença do Presidente da Eletrobras de Rondônia, Luiz Marcelo. Seja bem-vindo, é uma alegria tê-lo aqui junto com a gente, também o Pio, Diretor Financeiro, e o Efrain, Diretor de Gestão Rondônia-Acre.

Para que eu possa passar para o público, é um trabalho que a gente fez em conjunto. Aqui eu quero agradecer ao Senador Raupp, que foi e continua sendo um grande parceiro nosso, junto com o Deputado Luiz Cláudio, com a Deputada Marinha e com a Eletrobras, especialmente em defesa dos pequenos produtores rurais do Estado de Rondônia. Quando buscam no programa que o Governo Federal implantou lá atrás, na época do Lula, Luz para Todos, que ia atender 100% da população – eu queria pedir para a assessoria falar mais baixo, para não me atrapalhar, por gentileza –, era para ter atendido 100% dos moradores que querem e buscam o direito de ter uma lâmpada ligada, uma água gelada e uma televisão lá na zona rural, para que a gente possa, Deputado Luiz Cláudio, integrar os nossos agricultores com o direito de ter os benefícios que a energia leva, que é a luz para todos no campo.

Então, é a sexta etapa do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos. Valor global dessa licitação: R$142.137.560 de investimento; número de famílias atendidas no primeiro momento, 2018: 4.837; no segundo, em 2019: 4.839; totalizando esta sexta etapa o total de 9.675 famílias no Estado de Rondônia. Com certeza, Efrain e Senador Raupp – que também vou convidar para fazer parte da Mesa –, assim que começarem esses trabalhos, vão ter que ampliar novamente, porque é o genro que entra para a família do agricultor, é a nora que entra para a família, uma nova família que é constituída, uma nova casa que é construída. Ao mesmo tempo, o incentivo que nós começamos lá atrás, Deputado Luiz Cláudio, com o café clonal, hoje, com num pequeno pedacinho de terra, Zezão, o agricultor, plantando dois alqueires de café clonal, tira, com certeza, em torno de 300 sacos de café clonal por alqueire, o que dá uma renda extraordinária.

Portanto, nós temos distribuído nas seguintes regiões: Porto Velho, Jaci-Paraná, Rio Pardo... O povo de Rio Pardo que está nos assistindo, a expectativa... Pouco tempo atrás, nós fomos lá, eu e o Senador Raupp, Luiz Cláudio também foi junto, nós fomos inaugurar, com o pessoal da Eletrobras, a energia, e infelizmente houve um blecaute na hora lá. Mas isso acontece com quem está fazendo, isso acontece porque você está com o sistema novo. Na hora você bota carga e, de repente, dá alguma zebra. Não sei o que aconteceu naquele momento, um passarinho voou e acabou queimando um disjuntor, uma chave. Naquele momento, nós fizemos inauguração assim mesmo.

O povo de Rio Pardo, que estava na expectativa, tem mais uma novidade boa. Não será em toda região. Eu gostaria que fosse, que todo o pessoal que está reivindicando fosse beneficiado, mas já vai ser uma boa parte. Ji-Paraná também vai ter...

Aqui é a quantidade de famílias, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quantidade de ligações.

Por exemplo, Porto Velho, 1.400 ligações; Jaci-Paraná, 1.100 ligações; Rio Pardo, 700 ligações, que iriam atender 700 famílias; Ji-Paraná, 1.433 famílias e ligações; Ariquemes, 1.900 ligações; Cacoal, 2.014 – quando fala Cacoal aqui, é toda aquela região, entra Rolim de Moura, depois o Luiz Marcelo passa a palavra para concluir –; e Vilhena, também acho que abrange Colorado e toda aquela região também, 1.126.

Agora, com tudo aprovado no Ministério de Minas e Energia, na Eletrobras Rio de Janeiro e na Eletrobras-RO, a licitação já será aberta, com previsão do início das obras, nessa sexta etapa, já no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

início de janeiro de 2018. Nossa atuação foi no sentido de adiantar todo esse processo que, em situação normal, dadas todas essas aprovações, só seria feito em 2018, e essas obras se iniciariam em junho e julho do ano que vem.

Então, eu quero aqui parabenizar a equipe da Eletrobras-RO, sob o comando do Presidente Luiz Marcello, que foi eficiente, competente. Toda a sua equipe, que conseguiu antecipar em seis meses a luz para todos em nosso Estado de Rondônia, leva o nosso abraço.

Antes de passar para o Luiz Marcelo, eu gostaria só de passar para o Senador Raupp para que ele possa fazer as suas considerações.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, eu peço até desculpas porque, depois da minha fala, eu tenho um compromisso. Às terças-feiras e quartas-feiras, é difícil a gente dar conta de cumprir a agenda.

Cumprimento aqui o Presidente, Senador Ivo Cassol; o Presidente da Eletrobras-RO, Dr. Luiz Marcelo; o Diretor Regional, Efrain Cruz; o Dr. Ahsley Queiroz, que todo mundo conhece como Pio, que é o Diretor Financeiro. Cumprimento os vereadores, os secretários também da região, o Deputado Luiz Cláudio, nosso Deputado de Rondônia e da nossa região de Rolim de Moura, que já foi Secretário de Estado da Agricultura, já foi Vereador, já foi Secretário Municipal, e agora está no Congresso, na Câmara Federal.

Realmente é uma luta. A gente nunca consegue universalizar – universalizar é quando todo mundo tem energia elétrica nas suas casas – porque o Estado cresce. Rondônia é um Estado novo que cresce muito, cresce acima da média nacional. Que bom que a nossa economia também cresce acima da média nacional, mas a expansão urbana e rural é muito grande e a gente não consegue alcançar.

Há algum tempo, eu diria há uns quatro cinco anos, faltavam 11 mil ligações. E foi trabalhado. Não sei se as 11 mil foram feitas. Agora faltam 18 mil. Eu sei que, na região de Nova Brasilândia, só numa linha, o Luiz Marcelo me disse um dia, Senador Ivo, trezentas e poucas famílias, numa linha muito cumprida ali de Nova Brasilândia... Só numa linha, foram feitas trezentas e poucas ligações agora neste ano. E não foi só ali, foi no Estado todo. E agora ainda faltam 18 mil. Vão fazer 9 mil agora nessa leva, nessa região que o Presidente acabou de falar, e ainda vão ficar faltando mais 9 mil. E, quando terminarem essas 9 mil, já não vão ficar faltando só mais 9 mil, vão ficar faltando mais 11 mil, mais 12 mil, porque há os assentamentos.

Além dos assentamentos que estão sendo feitos neste momento, há os acampamentos de sem-terra em Rondônia. Há em todo o Brasil, e lamentavelmente ainda há muitos em Rondônia. Se o Incra fizer os assentamentos, vai ter mais família para poder ligar a energia elétrica. Por um lado, isso é bom, porque é sinal de que Rondônia está crescendo. Que a Eletrobras possa continuar com velocidade, e eu peço, neste momento, para encerrar minha fala, agilidade, velocidade e também uma seleção melhor das empresas. Um grande problema lá, de que os diretores vão falar daqui a pouco, é as empresas. Há empresa que pega obras e não dá conta, abandonando. Isso é um transtorno, porque demora, no mínimo, dois ou três anos. Isso não é só na área de energia elétrica, é em todas as áreas. Há empresa de pasta embaixo do braço, que chamamos de "empresa axilar", porque a pasta está nas axilas, debaixo do braço, que ganha uma licitação e depois não dá conta. Ela pode até receber a primeira medição, mas não dá conta de esperar a segunda e quebra, causando um transtorno para ela mesma, já que ela quebra, podendo ter pegado coisas menores, e um problema maior para a população, que fica esperando aquela obra que não acontece. O Senador Ivo Cassol tem sido muito duro nisso, desde quando foi Prefeito e Governador, e agora está cobrando também agilidade das empresas. Eu também já fui tudo isto: Prefeito, Governador, Secretário de Estado. Sempre há problema. Eu lamento muito, porque há muitos amigos nossos que, às vezes, quando veem um amigo na prefeitura ou no governo, querem, porque querem, ganhar uma obra. E temos que aconselhar: "Não basta só ganhar uma obra, pois, se você não conseguir executar, você vai quebrar." E muitos quebram quando pegam uma obra e não dão conta. Então, às vezes, orientamos a não entrarem em licitação – já que não pode dirigir licitação – aquelas empresas fracas, para que elas não peguem uma obra maior do que ela possa dar conta. Há aquele velho ditado: você não pode carregar fardo maior do que o de que você dá conta. Tem que se carregar aquilo de que se pode dar conta.

Eu parabenizo a Comissão de Agricultura na pessoa do Presidente, Senador Ivo Cassol, e agradeço a presença aqui dos Diretores Luiz Marcelo, Efrain e Pio, que estão aí lutando não só nessa área do Luz para Todos, que são as redes menores, nas áreas rurais e tal, mas também nas grandes linhas de transmissão, que foi uma conquista nossa, de todos nós, eu, o Senador Ivo, a Deputada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Marinha, o Deputado Luiz Cláudio e tantos outros. Lutamos para que quatro grandes linhas de transmissão, mais o reforço da região do Cone Sul, Colorado, Corumbiara, Cerejeiras, Cabixi e Pimenteiras ali, pudessem ter o início das obras. E já estão licitando Presidente Médici, Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, São Domingos, Costa Marques. Logo, logo, vem a licitação de Jaru, Anari, Quinto Bec e Machadinho – e, lá, em Machadinho, têm que se preparar, porque, para receber a Usina Tabajara, tem que haver essa linha forte que vai para lá. A outra é de Ariquemes, Monte Negro e Buritis. E a última é a Ponta do Abunã, uma região também muito importante, produtiva, em que, no passado, houve até uma briga – uma briga no bom sentido, mas terminou ganhando juridicamente. É a Ponta do Abunã, que é Fortaleza do Abunã, Vista Alegre, Extrema e Nova Califórnia, que também vai ser contemplada com uma linha de transmissão para reforçar a energia daquela região.

Rondônia, como um Estado novo, até está bem contemplada na área de transporte, na área de energia, na área de comunicação, nas nossas estradas. Hoje, só há duas cidades... E isto foi o Governador Cassol, eu dei um pontapé lá no começo, mas não consegui fazer muita coisa, embora tenha feito até bastante, na ligação das estradas, o asfalto. O que um Estado precisa ter? Caminhos, as estradas, energia elétrica de boa qualidade, que nós temos com as usinas que lá foram construídas, sobrando energia para o Brasil inteiro, e comunicação. Essas três coisas são os pilares. Depois, é claro, vêm a educação de boa qualidade, a saúde, a segurança pública, em que temos que ficar sempre trabalhando. Então, Rondônia, como Estado novo, até prosperou muito rápido. Cabe a nós agora dar continuidade a esse processo e a esse trabalho.

Parabéns, Senador Ivo Cassol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Raupp.

É importante incluir junto aqui os nossos convidados.

Dando sequência ao nosso trabalho, faremos aqui, na verdade, uma explanação com o objetivo de discutir sobre a continuidade do Programa Luz para Todos no Estado de Rondônia.

Quero também agradecer à Eletrobras, ao Senador Raupp, ao Deputado Luiz Cláudio, à Deputada Marinha, que se empenharam junto conosco para que, se Deus quiser, Senador Raupp, torne-se realidade essa linha de transmissão de Presidente Médici a Alvorada e São Miguel, principalmente a Alvorada, que tem energia ainda a motor. São Miguel não, porque está interligado com a nossa PCH em Rolim de Moura, Seringueiras também, mas São Francisco está com motor, São Domingos está com motor. Se vai a Buritis, não é diferente.

Então, faltava fazer os projetos. Os projetos foram executados e também vai ser atendido Machadinho, Cujubim e, ao mesmo tempo, vai ser atendida a Ponta do Abunã.

Quanto à rede, para quem não conhece e está nos assistindo ao vivo Brasil afora, temos, no Estado de Rondônia, uma linha de transformação que interliga energia e leva energia para o Acre de Porto Velho, isso há mais de dez anos, se eu não estou enganado, e o povo da Ponta do Abunã, Vista Alegre, Nova Califórnia e Extrema, Deputado Luiz Cláudio, só ficava com a lamparina na mão, porque não tinha energia. Agora também vai ser feita uma subestação de rebaixamento lá.

Então, nossos convidados aqui são o Sr. Luiz Marcelo, Diretor Presidente da Eletrobras Distribuição Rondônia; Ahsley Queiroz Costa, o Pio, Diretor Financeiro da Eletrobras Distribuição Rondônia; e o Sr. Efrain Pereira da Cruz, Diretor de Gestão da Eletrobras Distribuição Rondônia e Acre.

Então, vou passar a palavra para o nosso convidado, o Presidente da Eletrobras Distribuição Rondônia, Luiz Marcelo, para poder passar os dados e informar o nosso público que está em casa nos assistindo e até o povo de Rio Pardo, que está nos assistindo lá, todo mundo.

E vou passar a Presidência da Mesa para o Senador Raupp por um minuto e já retorno.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Senador Ivo Cassol, muito obrigado pelo convite.

Senador Valdir Raupp, Deputado Luiz Cláudio, todos aqueles colegas vereadores do Estado de Rondônia, é muito importante este momento aqui e a Comissão de Agricultura, em que estamos aqui hoje, está totalmente ligada a essa questão do Luz para Todos.

Esse programa se iniciou com a previsão de atender pouco mais de 20 mil famílias no Estado. Hoje já atendemos, Senador Raupp, 76 mil ligações, para se ter ideia da enormidade, que vai crescendo.

É aquilo que o senhor falou: fazemos 9 mil, daqui a pouco, há mais 9 mil para serem feitas, porque esta é uma característica do Estado de Rondônia, um Estado voltado ao agronegócio, com um sucesso muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acabamos de ver os números aqui da questão da aquicultura, criação de peixe em cativeiro – deu até vontade de comer um tambaqui assado, não é, Deputado Luiz Cláudio?

É dessa maneira que o Estado vem se desenvolvendo e nós da Eletrobras temos a responsabilidade de levar a energia, porque há até um fato interessante: na distribuidora, Senador, quando ela passa de um patamar de 500 mil ligações, ela atinge um outro grau de nível regulatório no País. Ficamos monitorando quem seria o nosso consumidor de número 500 mil há cerca de três anos, e foi justamente uma ligação no Programa Luz para Todos o consumidor de número 500 mil. E voltamos a essa propriedade um ano depois e você vê como se modifica, a propriedade se torna muito mais produtiva. Inclusive, quando retornamos lá, já havia uma criação de peixe.

Então, esta é a realidade. A energia vem. O primeiro momento é o desafio de ter energia, o segundo momento é ter energia com qualidade, que necessita, principalmente – não é, Deputado, o senhor conhece muito bem a questão de quem trabalha com o leite, os resfriadores precisam de uma energia de qualidade.

Então, nessa nova etapa do Programa Luz para Todos, são em torno de 10 mil ligações a serem feitas no Estado de Rondônia. O apoio foi decisivo do Senador Valdir Raupp, do Senador Ivo Cassol, do Deputado Luiz Cláudio, da Deputada Marinha, para que isso se torne realidade.

E nós aqui, juntamente com o nosso Diretor Financeiro, Ahsley, nosso Diretor de Gestão, Dr. Efrain, que é o responsável pela licitação, estaremos, já no próximo mês, lançando o edital para que, em janeiro, nós estejamos com esses contratos assinados para propiciar o início dessas obras.

São mais de 30 mil postes a serem instalados no Estado, Senador – mais de 30 mil postes. Com certeza atenderemos, com esses recursos, mais de 10 mil ligações, mais de 10 mil famílias, porque é aquilo que o senhor falou: quando a energia começa a passar, vem o filho que casa, vem a nora que entra lá, e o consumo aumenta realmente. Isso traz o desenvolvimento.

Então, detalhando só um pouco mais – permita-me ler aqui, porque são muitos locais a serem contemplados –: na região de Porto Velho, Porto Velho; na região do Baixo Madeira, Candeias e Itapuã. Em Jaci-Paraná, a própria Jaci-Paraná, União Bandeirantes, Vista Alegre do Abunã, Extrema, Nova Califórnia, Vila da Penha, Nova Mamoré e Guajará-Mirim. Rio Pardo com 700 ligações. Na Região de Ji-Paraná, 1.433 ligações, atendendo Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto, Jaru, Mirante da Serra, Nova União, Teixeirópolis, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso. Região de Ariquemes, com Ariquemes, Cacaulândia, Rio Crespo, Alto Paraíso, Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Machadinho d'Oeste, Vale do Anari e Cujubim, com 1.900 ligações. Cacoal, Ministro Andreazza, Alvorada d'Oeste, Pimenta Bueno, Espigão d'Oeste, Primavera, Rolim de Moura, Novo Horizonte, Nova Brasilândia, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé, Costa Marques e Castanheiras, com mais de 2 mil ligações previstas. Vilhena, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Pimenteiras, Cabixi, Corumbiara, Alta Floresta, Alto Alegre dos Parecis, Parecis, Santa Luzia e São Felipe, com em torno de 1.200 ligações.

Isso, Senador, é o compromisso que a Eletrobras tem com o povo do nosso Estado.

Eu, como rondoniense – eu sou natural de Porto Velho –, tenho muito orgulho de estar conseguindo, juntamente com o apoio dos senhores e junto com a equipe da Eletrobras, formada por pessoas altamente honestas, dedicadas e comprometidas com o trabalho que desenvolvem, levar essa realidade que é tão importante para o nosso desenvolvimento, Senador.

Então, a Eletrobras firma aqui o compromisso de licitar isso o mais rápido possível. O Diretor Efrain está acompanhando pessoalmente essa licitação. Levaremos ao Conselho de Administração para homologar esses contratos e dar início a eles. Nós sabemos que o verão amazônico é um pouco complicado... O inverno amazônico, aliás. Há um período de chuvas se aproximando, mas as nossas condições de estrada têm melhorado bastante, então o acesso a essas demandas são linhas já hoje produtivas. Às vezes o programa já está no início dela, vamos fazer a ampliação e o reforço dessas linhas, para atender a essas praticamente 10 mil famílias. Já está autorizado a se fazer esse processo licitatório, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado ao nosso Presidente da Eletrobras-RO, Luiz Marcelo.

Quero também agradecer a presença aqui desse grande parceiro, que foi Deputado Estadual, foi meu Secretário de Saúde, Miguel Sena. É uma alegria, Miguel Sena, tê-lo aqui junto com a gente. E também quero cumprimentar o Dr. Ramiro, que é assistente da Diretoria Financeira, também um grande parceiro. E você, Ramiro, leve o nosso abraço a toda Diretoria da Eletrobras-RO, antiga Ceron, pelo trabalho, especialmente para poder agilizar esses recursos para que possa... Quando eu falo desses recursos é porque é com o recurso que a gente faz as obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes de passar a palavra para o Deputado Luiz Cláudio, eu gostaria que o Presidente da Eletrobras-RO, Luiz Marcelo, falasse um pouquinho também sobre as linhas de transmissão da 429 para Machadinho, para Buritis e para Extrema. Eu gostaria que ele aproveitasse, porque o Senador Raupp falou, eu falei, e muitos que estão assistindo em casa falam: "Ah, isso é coisa de político." Então, vamos passar a bola de novo para o Presidente da Eletrobras, para que você possa chutar, e depois, na hora do gol, nós gritamos gol.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Está certo, Senador.

Bom, esse também é um projeto bastante importante para o Estado de Rondônia. Ele visa... Hoje, em Rondônia, nós temos ainda 26 localidades que são atendidas com grupos geradores – com motores elétricos, queimando óleo diesel a um valor muito elevado. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fez uma última licitação em que foram contratados dois produtores independentes de energia para fornecer energia a essas 26 localidades, sendo que, dessas 26, em 16 é possível ser feita a interligação. Ou seja, desligar os motores e colocar energia do sistema interligado nacional – uma energia com maior potência, com maior capacidade de ampliação, e de custo menor.

Então, o que acontece? Esse projeto foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica e pelo Ministério de Minas e Energia. Nós estamos com o primeiro lote da licitação, que é a interligação saindo de Presidente Médici, indo até Costa Marques, atendendo a todas essas localidades. A abertura das propostas é agora, no dia 1º do próximo mês, desse primeiro lote. É um investimento da ordem de R$170 milhões, que vai beneficiar muito aquela região, Deputado; muito mesmo. Essa é uma luta de em torno de quatro a cinco anos que nós vimos travando para viabilizar esses recursos, e finalmente nós conseguimos isso.

O próximo lote a ser lançado será na região saindo de Jaru, indo até Machadinho, levando energia ali a Quinto Bec, essa grande usina que é Machadinho hoje, e com possibilidade de atender ao canteiro de obras da Usina Tabajara, que já consta do nosso plano decenal, e deve entrar em operação em 2024, como está previsto. Um outro lote que nós também estaremos lançando agora é a interligação de Ariquemes com Buritis, passando por Campo Novo, Monte Negro; e, finalmente, a Ponta do Abunã.

Nós queremos estar com esses três processos licitatórios – um, como eu já disse, que é a região saindo de Médici até Costa Marques, abre a proposta de preços já agora, no dia 1º; os outros dois nós queremos, até dezembro, estar com isso já licitado, permitindo que essas obras tenham início.

São obras de grande porte, são linhas e subestações – mais de mil quilômetros de linha, mais de 20 subestações a serem construídas – que proporcionarão, com certeza – e isso é uma realidade –, ainda mais desenvolvimento ao Estado de Rondônia. É um Estado novo que cresce muito, e o empenho dos nossos Senadores e Deputados e da equipe da Eletrobras Distribuição Rondônia, de todos os funcionários, está conseguindo tornar isso uma realidade, Senador.

Então, dia 1º, agora, nós teremos a abertura já do primeiro lote, que vai contemplar ali a 429. E em seguida, até dezembro, nós queremos estar com toda essa licitação concluída.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Estamos trabalhando e continuando o nosso trabalho para que essas obras se concluam – não só a licitação. O projeto é o primeiro passo, foi feito; agora é o procedimento licitatório, para depois a população ser atendida.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Luiz Cláudio, que participa junto com a gente desta audiência pública e é um dos grandes parceiros na reivindicação desse Luz para Todos e também nessas linhas de transmissão.

Deputado Luiz Cláudio, com a palavra.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Senador Ivo Cassol, que está presidindo a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado da República, este momento é muito importante para todos os rondonienses, para todos nós, políticos, e para a população geral, principalmente para a população do campo. Nós temos aqui vereadores do Município de Alto Alegre. Inclusive o Zezão estava preocupado porque não aparecia o nome de Alto Alegre, mas, quando o nosso Presidente falou de Alto Alegre, ele já mudou o sorriso. Há outros vereadores aqui presentes de Alto Alegre também.

Quero aqui parabenizar, parabenizar mesmo, Senador Ivo Cassol, pela atuação dos diretores da Eletrobras-RO, Diretor-Presidente, Luiz Marcelo, o Diretor Efrain e o Diretor na área financeira e administrativa o popular Pio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É um esforço grande para eles fazerem todo o procedimento técnico, mas se não fosse o apoio político, Senador, com certeza nessa época de crise não estaria o Governo Federal disponibilizando através da Eletrobras mais de R$500 milhões que vão diretamente atender o campo.

Só no Luz para Todos, há uma perspectiva de atender quase dez mil famílias rurais, as linhas de transmissão passam mais de 400 mil. Então, é mais de meio bilhão de real que neste momento, Senador Cassol, Senador Valdir Raupp, com o meu apoio e com o da Deputada Marinha, temos nos dedicado com essa Bancada para liberar esse recurso para Rondônia.

Eu fico muito feliz mesmo.

É um anúncio importante, um anúncio que alegra a população rural. E quando cresce, Luiz Marcelo, a demanda da área rural significa que o povo está voltando da cidade para o campo, porque o campo é onde há oportunidade de o povo trabalhar, produzir e ter uma renda, uma renda decente. Se o povo está voltando para o campo, isso nos alegra. Você falou que há mais de 70 mil ligações na área rural, se a gente considerar quatro ou cinco pessoas numa residência, só aí são mais de 200 mil pessoas no campo. Rondônia tem 1,7 milhão de habitantes. Com certeza há 300 mil pessoas no campo, não tenho dúvida disso.

Portanto, Senador Ivo Cassol, este é um momento alegre para nós, nesta terça-feira, o senhor anunciando 140 milhões para atender em média dez mil famílias no campo. E as redes de transmissão da 429, da 421, que vai até o Buritis, da região do Machadinho, do Anari, região em que estava realmente faltando.

Então, Rondônia, que ainda tem bastantes Municípios com energia a óleo diesel, com esse trabalho, vai acabar de vez isso. Nós temos a agroindústria. Temos indústria, por exemplo, que querem implantar nos Municípios, mas não havia condições por falta de energia confiável.

Então, Efrain, Luiz Marcelo, Pio e Senador Cassol, com essa energia agora produzida, nós somos os maiores produtores de energia hidráulica do Brasil, com certeza vamos incentivar mais frigoríficos, laticínios e agroindústrias.

Além disso, Presidente, para encerrar a minha fala, gostaria de dizer o seguinte: as linhas e os sinais que já têm energia já estão precisando de reforço. V. Exª falou uma coisa muito interessante: por exemplo, Rondônia é um grande produtor de leite, Senador Cassol, e a Instrução Normativa 051, do Ministério da Agricultura, impõe que todo leite, saindo da propriedade até a indústria, tem de ser resfriado. Então, por exemplo, há produtores na região de Rio Pardo, na região de Buritis, que estão perdendo o leite porque a energia não está dando conta, Presidente, de tocar o tanque. Então, há uma demanda crescente também, Efrain, no reforço das redes para atender os tanques de resfriamento de leite, para atender uma agroindústria.

O produtor, Zezão, uma associação, quer implantar lá um secador de café, por exemplo, que é uma vocação nossa. Não tem como porque falta energia suficiente. Quer implantar lá uma máquina de beneficiamento de café. A energia ainda é deficiente. Então, com certeza...Deixo essa pergunta ao Diretor-Presidente: nessa liberação de recursos tem como atender também o reforço das vias existentes, no caso de demandas? Nós temos tanques de resfriamento de leite e secador de café que os produtores querem instalar.

Portanto, Senador Cassol, hoje é um dia de vitória para Rondônia. O senhor está anunciando aqui mais de meio milhão de reais para o campo, para atender a demanda do Luz para Todos e para concluir as demandas de rede de transmissão para o nosso Estado de Rondônia. Parabéns por um trabalho político que acho importante!

Estou aqui junto, Senador, para somar, para cobrar do Governo para que isso realmente aconteça de fato.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Deputado Luiz Cláudio, que é um grande defensor da agricultura. É uma alegria! Também sempre está junto com a gente aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Senador Wellington Fagundes.

E, ao mesmo tempo... Nós tínhamos agora há pouquinho a audiência pública da piscicultura, com o Secretária nacional. As nossas tarefas são múltiplas, ao mesmo tempo são várias comissões. Então, agradeço o carinho que vocês sempre tiveram com a gente.

Estamos aqui dando uma boa notícia para o povo do Estado de Rondônia. A Eletrobras-RO ainda é federalizada. Diferente do Mato Grosso, em que foi privatizada. Nós estamos aqui com o Presidente Luiz Marcelo, da Eletrobras-RO; com o Efrain, que é o Presidente de gestão Rondônia e Acre e com o Diretor Financeiro da Eletrobras, dando essa boa notícia para o povo do Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É uma alegria, sempre, tê-los junto com a gente. V. Exª sempre tem defendido Rondônia, defendido o Brasil.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Meu companheiro Senador Ivo Cassol, queria cumprimentá-lo em nome do Senador Raupp, que estava aqui agora há pouco, pois vocês discutiram essa questão da aquicultura.

No Mato Grosso, também, nós hoje já somos um grande produtor, acho que o maior, de peixe em cativeiro, mas temos vários problemas, também, que são exatamente na industrialização desse produto e depois em sua exportação. Grande parte do peixe de Mato Grosso vai para o Tocantins para ser industrializado. Para abater é só botar no gelo. É muito fácil. Nós ainda carecemos muito dessa questão da industrialização e, consequentemente, da logística. Para nós é um pouco difícil porque...

Ontem, inclusive, Senador, nós estávamos aqui discutindo a Hidrovia Paraguai-Paraná, na Comissão de Relações Exteriores. Estava aqui o Embaixador da Argentina. A discussão é: por que nós estamos tão distantes dos nossos países vizinhos? Muito distantes. A gente só fala na questão maléfica. No Mato Grosso, nós temos 720km de divisa seca e não se tem um projeto de desenvolvimento do País naquela região.

Então, eu sempre tenho dito que uma região abandonada, sem apoio, a tendência dela é se degradar, e aí, sim, essa questão do narcotráfico, que tem toda uma preocupação nossa. Então, eu diria que os problemas de Rondônia são os mesmos problemas de Mato Grosso, e a solução de Rondônia também é a solução de Mato Grosso. Nós temos que nos integrar cada vez mais, e essa promoção do desenvolvimento regional não tem como não ser conjunta.

Então, Deputado Luiz Cláudio, V. Exª, que já esteve aqui em outras reuniões, já está... Eu estou achando – viu, Senador Ivo Cassol? – que o Luiz Cláudio já é o nosso candidato a Senador, ele está gostando daqui da Casa. Mas isso demonstra a sua atuação, a sua sempre presença aqui. Eu gostaria aqui, de público, parabenizar também os Senadores de Rondônia, porque a gente vê que trabalham com o objetivo de desenvolver o Estado, eles estão juntos. Então, isso é muito importante. Nós agora temos que buscar os recursos para a 364, que é muito importante para Rondônia, mas extremamente relevante para o Mato Grosso. Os portos do Arco Norte, não fossem os portos do Arco Norte, Senador Ivo Cassol, a região sul de Mato Grosso e toda a região sudeste estariam num caos total em relação às estradas e ao trânsito.

Eu sempre tenho dito: o trecho de Rondonópolis a Cuiabá – Posto Gil é o trecho de maiores acidentes frontais no Brasil. Ali há uma sobreposição de três BRs: a 163, a 364, a 070, num trecho em que milhares de carretas passam por dia; então, um veículo pequeno, quando tenta ultrapassar, a possibilidade de acidente é muito grande.

Então, a saída da nova produção, da região norte de Mato Grosso, a saída é a 364, é a 163, ou seja, quanto mais estradas, mais alternativas. E aí o Senador Ivo Cassol tem discutido muito aqui, nós fazemos parte da frente parlamentar da questão das ferrovias e tanto a ferrovia de integração do Pacífico com o Atlântico como a Ferrogrão agora; o Senador Blairo Maggi também é um líder nessa área. Eu quero parabenizá-lo por essa discussão; inclusive quanto a essa questão também do Luz para Todos: o meu Estado também tem, ainda, muita carência, muita necessidade, principalmente a região do Araguaia, que é uma região sobre a qual nós discutíamos aqui ontem, tem só ela... O Mato Grosso é o maior produtor hoje do Brasil na área das *commodities* agrícolas, mas nós temos capacidade de produzir tudo o que produz o Brasil, só o Mato Grosso. Agora, precisamos de logística, precisamos de infraestrutura, e Rondônia, da mesma forma, quer dizer, tem ainda muito espaço para produzir.

Agora, sem falar na área mineral, não é, Presidente? Que nós não temos nem 1% da área mineral no Mato Grosso – e provavelmente Rondônia também – explorado. Explora o quê? Calcário, diamante, ouro, mas aquela riqueza que ainda pode ser explorada está lá, exatamente pela falta de infraestrutura.

Então, venho aqui em nome dos Senadores de Mato Grosso muito mais para reconhecer o trabalho dos Senadores de Rondônia e, principalmente, sempre mostrar que estamos trabalhando conjuntamente não só aqui na Comissão de Agricultura, em que temos aqui à frente como Presidente o Senador Ivo Cassol, mas em todas as demandas da região.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação, Senador Wellington Fagundes.

Passo a palavra para o Presidente da Eletrobras-RO, Luiz Marcelo, para responder aí à indagação do Deputado Luiz Cláudio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Boa tarde, Senador Wellington.

Deputado Luiz Cláudio, o senhor tem razão nessa questão dos reforços de rede. Há regiões que são... Rondônia, como já falei, é um Estado muito forte no agronegócio. Então, rapidamente as propriedades se modificam, aumentam a produção e vem a necessidade de melhorar.

O primeiro desafio, Senador e Deputado, é ter energia, tanto é que nessa primeira etapa do programa há um *kit* de instalação que, além de levar energia lá e instalar o transformador, dentro da residência são instalados três pontos de iluminação e duas tomadas. É feita essa instalação interna na residência. Agora, depois é outra etapa. É energia constante, com qualidade e com capacidade para atender essa questão.

Então, nessas regiões, a própria distribuidora atua. Quando começa a haver níveis de tensão mais degradados, nós temos recursos, como colocar reguladores de tensão, banco de capacitores. O programa também contempla as regiões em que, quando o projeto detecta, se faça o reforço daquelas redes.

Então, a distribuidora é acompanhada pela qualidade de energia. Hoje o nível de interrupção e o nível de tensão são acompanhados pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Nós somos vigilantes 24 horas nesse assunto. Em todas as questões afetas a níveis de qualidade, nós colocamos nossas equipes em campo, instalamos registradores de níveis de tensão e vamos buscar a solução, porque a economia gira muito em torno da nossa agricultura e merece ter essa importância, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Aproveitando, indo já para o encerramento da audiência pública, os Vereadores do Alto Alegre fizeram uma pergunta aqui sobre a situação da energia – tanto o Vereador Zezão, como o Lula, o Joelson, e o Sidney – e há uma reivindicação também do Prefeito Marcão e especialmente dos Vereadores de lá de Alta Floresta, também do Prefeito Carlos e da sociedade de Alta Floresta, Luiz Marcelo e Efrain. Essa pergunta eu passar depois para o Efrain responder.

Alta Floresta é o Município do Estado de Rondônia que mais tem PCH. São sete PCHs em Alta Floresta. Consideravelmente é o Município que tinha que ter zero de demanda em energia elétrica, e tem um problema sério, porque ela é abastecida por uma rede de 34, saindo de Rolim de Moura, indo para Santa Luzia; de Santa Luzia a Alta Floresta é o PCH da minha mãe, das minhas irmãs, lá em Santa Luzia, que é do Alto Alegre, e vem do Parecis, daquele rio de lá de cima, distribuindo para Parecis e também para o Bosco. A Terezinha lá do alto é de Pimenta Bueno, mas são usinas pequenas que abastecem Alto Alegre, Santa Luzia, São Felipe. E Alta Floresta é abastecida por Rolim de Moura. E há um ramal de 34, que sai da usina da Enco, como é conhecida, de Alta Floresta até a Usina, se não me engano, são oito quilômetros.

Acontece que, no tempo da seca, a água do Rio Branco, que é muito pouca, a usina de 5,5 megas vai para 500kW. Resultado: qualquer raio que dá em Santa Luzia derruba a energia de Alto Alegre, derruba a energia de Alta Floresta. Qualquer raio que dá lá no Marcão também cai em Alta Floresta. Se der um raio em Alta Floresta, derruba em Santa Luzia; se der um raio em São Felipe, derruba em Rolim e Santa Luzia, em toda essa região.

A reivindicação do povo em Alta Floresta... Até existe uma ação na Justiça de bloqueio da Eletrobras, ingressada pela Associação Comercial, pelo Ministério Público de Alta Floresta, para interligar. Muitas vezes, as pessoas – tanto Luiz Marcelo, como Pio e Efrain – pensam que, porque o Senador Ivo Cassol faz parte de várias PCHs, sou eu que defino qual é a cidade que leva a energia. E não é bem assim.

A gente vende para o sistema, e quem tem a concessão para distribuição de energia para atender os Municípios, as residências e as indústrias, na verdade, é a Ceron-RO, que tem a concessão.

Portanto, foi feita uma proposta, no passado, pela Eletrobras de fazer uma linha de transmissão de 138 de Rolim de Moura para Santa Luzia e Alta Floresta. A ideia seria extraordinária, mas, para uma empresa que está quebrada e que vai ser leiloada, vai ser vendida, não há recursos. É diferente da questão que estamos enfrentando na 429 para botar energia em Buritis e Machadinho.

A sugestão que nós levamos – eu levei – foi de fazer uma linha da PCH Ângelo Cassol em 69 até o fundo do cemitério em Alta Floresta, com uma outra entrada de energia, porque, se porventura amanhã acontecer um problema em Rolim de Moura na rede para Santa Luzia ou na PCH Santa Luzia, ela será abastecida, Zezão e Vereadores, com a energia que vem do outro lado. Então, ela distribui.

Eu queria passar para o Efrain, que é, na verdade, a pessoa responsável na Eletrobras por fazer esse trabalho de gestão e de distribuição na empresa. Nós já levamos essa reivindicação. Os próprios Vereadores de Alto Alegre também estavam cobrando a constante queda de energia que ocorre. Em Flor da Serra, também não é diferente. Se cai um raio lá, derruba aqui. Esse é o sistema; o de 34 é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assim. Com a rede 69, já não acontece isso, porque ela tem um guarda-raio em cima; com qualquer raio que caia, ela descarrega, e não ocorre esse problema.

Então, vamos contar com a participação do Diretor de Gestão, Efrain Pereira da Cruz, para que possa fazer sua explanação para os Vereadores de Alto Alegre e para a população de Alta Floresta que está nos assistindo, que está nos acompanhando e que está cobrando essa solução urgente, Efrain, de 9km de rede e a subestação em 69 para interligar com as PCHs, abastecendo, com isso, Alta Floresta e, aí, sim, fazendo jus ao nome que tem, por ser não só o Município com mais PCH, mas também o Município que tem energia de sobra para o consumo.

O SR. EFRAIN PEREIRA DA CRUZ – Ilustríssimo Sr. Senador Ivo Cassol, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, aproveito também a oportunidade, em nome da Eletrobras-RO e da Eletrobras-AC – todas as ações que culminam em Rondônia necessariamente beneficiam o Acre –, para parabenizar a sua atuação, juntamente com o Senador Valdir Raupp, com o Deputado Luiz Cláudio e com a Deputada Marinha, que vêm atuando fortemente no setor elétrico.

Hoje, aqui, a gente está fazendo o anúncio de que, aproximadamente, acima de meio bilhão de reais estão sendo investidos no Estado de Rondônia, especificamente para atender o interior do Estado e a zona rural através do Luz para Todos e através dessas linhas de transmissões que o Presidente Luiz Marcelo já colocou para os senhores aqui.

Há o exemplo do que a gente acabou de observar aqui com o Secretário de Aquicultura, que se coloca como uma grande Pasta, mas sem apoio político.

Nós Diretores da Eletrobras gostaríamos de agradecer, Senador, tanto o seu empenho quanto o do Senador Valdir Raupp, do Deputado Luiz Cláudio e da Deputada Marinha, porque, sem o apoio dos senhores, a gente sabe que recursos no cenário econômico nacional, como um recurso dessa monta, não seriam possíveis para o nosso Estado.

Com relação a esse entendimento, há uns dois anos, nós tivemos uma audiência pública em Alta Floresta justamente para falar do suprimento naquela região, tendo em vista que o suprimento daquela região é feito por uma 34,5, que sai de Rolim de Moura. A reivindicação é uma redundância de sistema, justamente como o Senador coloca, Vereadores: a possibilidade de a gente ter uma alimentação dupla, vinda por dois lados. Caso venha a cair em qualquer dos lados, a outra ponta possa alimentar.

Nessa audiência pública, naquele momento em que o cenário econômico do País e da Eletrobras era outro, a gente estava com um planejamento para sair com uma 138kV, saindo de Rolim de Moura até Santa Luzia, em Santa Luzia a gente rebaixava em 69 e levava de 69 até Alta Floresta.

Era um sistema desenhado de forma robusta para atender aquela localidade, tendo em vista a importância, foi uma das colocações e a proposta que a Eletrobras fez à época.

Infelizmente o cenário econômico não nos possibilitou levar esse planejamento à risca e o Senador, algum tempo atrás, juntamente com os demais da Bancada, nos apresentou a proposta de fazer a redundância pela Ângelo Cassol.

E aí, Senador, a gente já está dentro de casa, estudando, porque neste momento é o que nos parece o mais adequado e o mais viável para a empresa, tendo em vista a quantidade de recursos que serão investidos e que atingirão a mesma finalidade, que é a redundância ali, para a gente poder atender a região de Alta Floresta e dar mais confiabilidade para o sistema.

Então, o senhor pode ter certeza de que a Eletrobras e o seu corpo técnico estão analisando com carinho e, o que me parece, é que deverá ser aí a solução mais viável e mais rápida para o momento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação do Presidente de Gestão, Efrain, quero agradecer a atenção que teve.

Portanto, queria pedir ao nosso Presidente, Luiz Marcelo, que vocês façam todos os esforços com a equipe de engenheiros da Eletrobras, em Rondônia, para fazer o projeto desses nove quilômetros. O terreno, a Prefeitura de Alta Floresta, Efrain, já colocou à disposição da Eletrobras, próximo ao laticínio, para poder atender e fazer essa rede e, com interligação, com isso vai ter não só energia da Ângelo Cassol, como também energia da Cachimbo, que já entrou em geração, já está gerando, já está ajudando a abastecer aquela região toda, como também a energia que vem da PCH Rio Branco, como também a energia que vem da PCH de Chupinguaia.

Então, vai ser todo aquele sistema ligado, de um lado abastecendo Migrantinópolis, Brasilândia, São Miguel e Seringueira. De outro lado também, abastecendo Novo Horizonte e Rolim de Moura, também para a outra ponta. E desse outro lado, então, estaria abastecendo Alta Floresta, também Santa Luzia, Alto Alegre, toda essa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, vocês ficariam, estavam com um problema de um lado, atenderiam do outro. Portanto, todo mundo seria contemplado.

Além disso, eu quero aqui agradecer ao Luiz Marcelo, também ao Efrain, à frente da Eletrobras, que atenderam ao nosso pedido, na época até uma luta do Deputado Carlos Magno junto comigo, junto com o Senador Raupp, para que nós levássemos uma rede de 69 até à cidade de Ouro Preto.

E, hoje, graças a Deus, faz quatro meses, cinco meses, que já foi energizado. Estão ainda fazendo algum *bypass* lá para poder melhorar ainda mais o sistema, mas atendeu a nossa reivindicação porque a população de Ouro Preto tinha uma demanda e a rede que transportava energia, infelizmente, não era a estrutura necessária para isso.

Então, a população de Ouro Preto, da cidade do nosso amigo Carlos Magno, na época como Deputado Federal, hoje também atuando e trabalhando como assessor da Prefeitura de Ji-Paraná, constantemente sempre com a gente cobrando que essa rede fosse concluída e foi concluída.

Então, eu quero aqui agradecer a vocês, Luiz Marcelo, Efrain. E, na época, o Pio não estava na Eletrobras.

E também agradecer vocês por vocês nos terem atendido, atenderam a nossa solicitação. Itapuã, na verdade, vivia com um tomate ligado – era um tomate lá na ponta – por aquele cabo para-raios que vinha energia por cima, que passava. E a demanda de Itapuã já era tão grande que não conseguia sequer manter a energia de Itapuã. E vivia queimando aparelho, queimando equipamento. Eu ia lá, a população cobrava e praticamente faz um ano já que vocês energizaram, foi colocada energia para o povo. Na inauguração, não pude estar presente, mas as pessoas estavam lá, vocês lembraram o nome da gente. Foi um trabalho que nós fizemos junto com a Eletrobras. Eu fico feliz com isso.

Nós temos outras pendências ainda, que é o caso lá do Garimpo Bom Futuro, que os empreendedores lá, os garimpeiros têm uma cooperativa. Foi feita uma parceria com a Eletrobras, mas a dificuldade do minério, de extração, enfim, tudo acabou atrasando a obra, para que eles possam também ter naquela fundição um aproveitamento maior e, com isso, aliviar a rede que vai para a cidade de Alto Paraíso. Porque, a partir do momento em que a rede... O Edson esteve lá várias vezes acompanhando isso.

Por mais que a rede abastecesse tudo, lá na ponta acabava também atrapalhando Alto Paraíso. E aqui, do Alto Paraíso eu quero mandar um abraço para o Toninho do café, convidar o Toninho, nosso amigo, parceiro, você também convidar e tantos outros. É um grande incentivador de plantio de café e, no próximo dia 10, Toninho, vai haver audiência pública na cidade de Alta Floresta com a presença do Ministro Blairo Maggi para discutir o café colonial.

Não tendo mais para tratar nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu agradeço aí a participação e a explanação do Presidente da Eletrobras-RO, Luiz Marcelo, obrigado pelo carinho; também ao Queiroz, conhecido como Pio, Diretor Financeiro. Sucesso aí em frente da Eletrobras. E também ao Diretor de Gestão Rondônia e Acre, o Efrain, o nosso abraço, o nosso obrigado. E a vocês que estão em casa, nos acompanham, eu só posso agradecer o carinho especial de todo mundo.

Um abraço. Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezessete, na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Paulo Paim, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Lídice da Mata e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício 2017/007695, Diretoria de Agronegócios, subscrito pelo Sr. Günther Knak, Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A, encaminhando resposta ao Ofício nº 145/2017-SACRA, que manifestou preocupação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária acerca da suspensão dos financiamentos do Banco do Brasil aos pequenos agricultores, dos municípios de Campo Novo de Rondônia e Buritis, que ainda não possuem documentação. Após a leitura de expediente e a homenagem ao empresário Eugênio Odilon Ribeiro, do Grupo Cairu, fabricante de bicicleta no município de Pimenta Bueno, no estado de Rondônia, o Senhor Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 22, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, como parte do processo da avaliação da Política Pública de Pesquisa Agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, definida pelo Requerimento (RRA) nº 16, de 2017, conforme o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a debater os estudos e a atuação da academia sobre a pesquisa agropecuária e seus impactos no setor agropecuário, com a participação do Professor Rodrigo Lanna Franco da Silveira - Coordenador do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Professora Nilda de Fátima Ferreira Soares - Reitora da Universidade Federal de Viçosa (UFV); Professor Luiz Gustavo Nussio - Diretor da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (USP). Após a apresentação dos senhores expositores, a Senadora Ana Amélia e o Senador Ivo Cassol fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo à Comissão o recebimento do Ofício nº 7.695, de 2017, subscrito pelo Sr. Günther Knak – nome difícil, deve ser alemão, porque tem que dobrar a língua –, Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócio do Banco do Brasil, Senador Moka, que nós cobramos, porque, no Estado de Rondônia, os pequenos produtores ficaram proibidos de ter acesso às linhas de crédito, pois não estavam tendo os documentos de suas propriedades. O banco liberava um percentual pequeno, mas até aquilo tinha sido cortado. E, nesta Comissão, com a anuência de vocês, nós demos entrada num ofício para o Banco do Brasil para que continuassem esses financiamentos, fomentando a agricultura familiar. Então, aí está uma resposta deles, em resposta ao expediente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que passo a ler:

> Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil 2017.
> Exmo Sr. Senadores, referimo-nos ao Ofício 145/2017-SACRA, de 10 de outubro, que trata sobre as providências quanto à suspensão de financiamento do Banco do Brasil a pequenos agricultores dos municípios de Campo Novo e Buritis, no Estado de Rondônia.
> A propósito do assunto, salientamos que conforme esclarecimentos prestados por parte de nossa Superintendência Estadual em Rondônia, não há registro de reclamações por parte dos produtores rurais junto à agência dos Municípios supracitados [espero que seja verdade].
> Ademais, a respeito da exigência da apresentação dos documentos para concessão de crédito rural, informamos que o Banco do Brasil cumpre, de forma estrita, as disposições constantes do Manual de Crédito Rural-MCR, não havendo imposição para a apresentação dos documentos adicionais.
> Por fim, enfatizamos a participação deste Banco na concessão de crédito rural no Estado de Rondônia, conforme tabela abaixo.

Safra 2014, 22 mil contratos no valor de R$900 milhões; 2014/2015, 21 mil contratos, quase 22 mil contratos, R$936 milhões; 2015/2016, 22.461 contratos, com R$1,048 bilhão; 2016/2017, com 21.103 contratos, agricultores familiares, R$1,063 bilhão, que foram liberados.

Gerente Executivo.

Portanto, aos amigos, às amigas produtoras do Estado de Rondônia, especialmente da região de Campo Novo...

Senadora Ana Amélia, é uma alegra tê-la junto sempre conosco, autora do requerimento da audiência pública de hoje; Senador Moka também. Aqui são tantas reuniões, tantas audiências e comissões ao mesmo tempo, que temos que nos dobrar em três, quatro aqui.

Portanto, aos amigos agricultores da cidade de Campo Novo, de Buritis, de Cacaulândia, de Monte Negro, enfim, dos quatro cantos do Estado de Rondônia, que, porventura, tiverem alguma dificuldade da continuação de acesso ao crédito que já vinha sendo colocado à disposição pelo Banco do Brasil, eu estou aqui, a Diretoria Executiva de Agronegócio, com o gerente Günther Knak, colocando que não houve restrição, não houve corte, portanto continuam os mesmos procedimentos de financiamento para essas agriculturas familiares no Estado de Rondônia.

Também quero aproveitar esta oportunidade e cumprimentar um grande empresário, empreendedor – Senadora Ana Amélia e Senador Moka – do nosso Estado de Rondônia. Ele começou com uma bicicleta nas costas, ele e o irmãos dele, o Eugênio Odilon Ribeiro, juntamente com seu filho, Eugênio Odilon Ribeiro Júnior, e com o Osias, o assessor que está junto conosco nos prestigiando aqui nesta Casa. É uma das marcas de bicicleta que hoje está sendo utilizada por mais de 20 Estados da Federação brasileira. Elas são produzidas na nossa cidade de Pimenta Bueno, no Estado do Rondônia.

Então, o Eugênio, grande empreendedor, acreditou numa pequena oficina de bicicleta, que virou oficina de moto e hoje virou uma grande indústria de bicicleta do Brasil. É um dos maiores empresários e foi homenageado, Senadora Ana Amélia e Senador Moka, por minha iniciativa, aqui, com a homenagem maior que o Senado tem com empresário, porque, além de gerar riqueza, gera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

emprego, tendo mais de 2 mil empregos diretos na cidade de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia, no Brasil.

Portanto, Eugênio, seja bem-vindo. Obrigado pela gentileza da participação nesta audiência pública.

Ao mesmo tempo, Senadora Ana Amélia, o Eugênio, como empreendedor, na época em que eu era Governador, o Estado de Goiás, administrado por Marconi Perillo, queria levá-lo embora do Estado de Rondônia, com incentivos extraordinários lá. Eu consegui segurá-lo no Estado de Rondônia. A empresa dele, que gera riqueza, gera renda, é uma empresa incentivada no Estado de Rondônia.

Nós aprovamos aqui, no Senado Federal, a convalidação dos incentivos fiscais dos Estados. E o Ministro da Fazenda, Meirelles, vetou um artigo de que alguns fiscais da Receita Federal fazem interpretação dúbia ou dupla e, ao mesmo tempo, acabam notificando e multando as empresas, porque esses incentivos são, na verdade, para ampliar as empresas, ampliar o negócio e dar corpo e uma estrutura maior a cada atividade que cada um tem. E não são só bicicletas que são fabricadas em Rondônia. Nós temos lá várias outras atividades, várias outras empresas que geram muito emprego e muita renda, como nos demais Estados da Federação brasileira.

Portanto, Eugênio, é uma alegria tê-lo aqui. Leve o nosso abraço ao seu irmão Euflávio, juntamente com o teu filho, que é o sucessor dessa sua atividade. Eu tenho certeza de que o senhor, Sr. Eugênio, tem muito orgulho de ter ao seu lado, na sua família, o Júnior. Eu também tenho um Júnior, o Ivo Júnior, que comanda as empresas do grupo Cassol – as nossas atividades de PCH, de pecuária e de moto, também no Estado de Rondônia. Nós, como pais, nos sentimos orgulhosos, porque vemos nos nossos filhos o reflexo de nós mesmos. Então, para mim é um motivo de alegria tê-lo aqui. Quero também agradecer aqui a carona que eu peguei lá de Pimenta Bueno direto para Brasília, ontem, juntamente com a minha esposa Ivone, que me acompanha toda vez que venho a Brasília. Então, é uma alegria, Eugênio, tê-lo aqui.

Pode ter certeza, Eugênio, de que essa reivindicação sua – eu já falei com o Moka, vou falar com a Senadora Ana Amélia e com todos os Senadores – não é só sua, é de todas as empresas do Brasil.

Enquanto, Senadora Ana Amélia, o Estado do Rio Grande do Sul abriu mão de parte do seu ICMS para incentivar emprego e renda, o Governo Federal só pensa em arrecadar e, de alguma maneira, tirar das empresas, quando, na verdade, quem está morto e se arrastando são os Estados. E com o Rio Grande do Sul também não é diferente; Mato Grosso também não é diferente.

Portanto, hoje nós temos esta presente reunião que se destina a audiência pública com a finalidade de debater os estudos e a atuação da academia sobre a pesquisa agropecuária e seus impactos no setor agropecuário, em cumprimento ao Requerimento nº 22, da Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria.

Comunico que esta reunião trata da avaliação da Política Pública de Pesquisa Agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 16, em cumprimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Informo a presença dos seguintes convidados, e os convido à mesa: Profª Nilda Soares, Reitora da Universidade Federal de Viçosa. Por gentileza, nos dê o privilégio de ocupar o espaço aqui na mesa, conosco. Também o Prof. Rodrigo Lanna Franco da Silveira, Coordenador do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Seja bem-vindo, pode ocupar a mesa, conforme as plaquetas. Seja bem-vindo, professor. E também o Prof. Luiz Gustavo Nussio, Diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP). Seja bem-vindo.

Antes de passar palavra para os nossos convidados, com certeza, nós temos... Vamos passar a palavra para nossa Senadora, essa guerreira, lutadora, Senadora Ana Amélia.

Obrigado, Senadora Ana Amélia. Com a palavra, antes de nós começarmos a ouvir os nossos convidados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Ivo Cassol; meu querido amigo, Senador Moka, e, especialmente, nossos convidados, nossos expositores desta audiência pública, das últimas, para um tema relevante não apenas para o agronegócio brasileiro mas para toda a economia do nosso País, eu queria fazer um pedido de desculpas por não ter chegado mais cedo.

Nós estamos recebendo na Comissão de Relações Exteriores, da qual eu faço parte como titular, uma delegação do Parlamento europeu. O Coordenador das Relações do Mercosul dentro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

União Europeia estava presente, e eu queria questionar, porque precisamente na área do campo, da agricultura, é que os impasses agora estão aflorando com mais nitidez. Então, eu fiz pergunta, fui a primeira, e precisava ouvir a resposta do Deputado Francisco de Assis, que é um Parlamentar português, em relação a essa matéria, dando as informações e falando daquilo que a gente já sabia sobre os óbices que o conflito de interesses na área da agricultura e da pecuária tem nas duas regiões, o bloco do Mercosul, de que são os grandes protagonistas Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, agora de maneira crescente com a questão da soja, e também a própria União Europeia, com os países que são protecionistas na área da agricultura.

Então, este pedido de desculpas é não só com os colegas Senadores, mas especialmente com os nossos colegas expositores.

Obrigada, Senador, por estar realizando esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Com certeza, Senadora Ana Amélia, a participação dos nossos convidados vai fortalecer ainda mais o nosso trabalho aqui nesta Comissão do Senado Federal.

Vou passar a palavra ao Prof. Rodrigo Lanna, Coordenador do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente da Universidade Estadual de Campinas, pelo prazo máximo de oito minutos.

O SR. RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite dos ilustríssimos Senadores. É um prazer vir falar um pouquinho sobre o papel da academia na pesquisa agropecuária. Eu sou professor na Universidade Estadual de Campinas e atual Coordenador do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente.

Antes de entrar na questão central da importância da academia na pesquisa agropecuária, eu queria ressaltar, de forma a dar um contexto, um pano de fundo, quatro pontos importantes para a nossa discussão de hoje.

Em primeiro lugar, nós todos sabemos da importância do agronegócio para o País, tanto das atividades dentro da porteira como fora da porteira. Segundo dados da Esalq/Cepea, centro de pesquisa aplicada na agricultura, situada na Esalq/USP, aproximadamente 20% do PIB do País é gerado pelo agronegócio; 46% das exportações; 40% da População Economicamente Ativa; e nós somos líderes em diversos produtos, como soja, milho, café, algodão, açúcar, e assim por diante.

No entanto, ao lado desse enorme potencial e enorme importância que a agricultura tem para o nosso País, temos um quadro absolutamente heterogêneo e desigual. Há uma heterogeneidade estrutural aliada a uma heterogeneidade produtiva, que leva a um quadro de heterogeneidade social brutal. Nós temos 5 milhões de estabelecimentos rurais. Basicamente 84% referente a agricultura familiar e, ao lado disso, temos uma agricultura não familiar que tem a porcentagem de 16% dos nossos estabelecimentos e responde por 66% do Valor Bruto da Produção.

Se nós focarmos a análise somente na agricultura familiar, enquanto, no centro-sul, nós temos mais de 50% dos nossos agricultores familiares com acesso a orientação técnica, no Nordeste, basicamente 10% têm acesso a essas orientações. Ou seja, é uma agricultura forte, porém heterogênea.

Ao lado disso, nós podemos apontar que a agricultura, diferente da indústria e da atividade de serviço, é altamente dependente do clima, da natureza. Isso leva a um quadro de riscos singular. Alguns autores gostam de colocar que a agricultura é uma ilha cercada por um mar de riscos. Especialmente, eu gostaria de ressaltar aqui o risco de preço, o risco de produção e o risco do ambiente institucional.

O quarto ponto, antes de a gente entrar nesse debate, tem relação com atuação da pesquisa acadêmica agropecuária no País. Segundo dados do CNPq, nós temos mais de 7 mil grupos de estudo, grupos de pesquisa, mais de 21 mil linhas de pesquisa associada à agricultura, à pecuária, à produção florestal, à pesca e à aquicultura.

Quando a gente pega só os dados da Fapesp, no Estado de São Paulo, nós temos mais de 14 mil auxílios de pesquisa ligados somente – quando eu fiz aqui a pesquisa – com o termo agricultura. Isso está associado muito às pesquisas ali na Unicamp, na USP e nas diferentes unidades da Unesp.

Com esse quadro, diante de um quadro que nós temos de uma agricultura forte, uma agricultura desigual e uma intensa linha de pesquisa nessa área, a pergunta que vem é: por que é tão relevante a atuação da academia na pesquisa agropecuária? Ponto um: ela responde a desafios impostos pela pulverização da atividade agrícola no País. Essa figura mostra como os institutos federais e as universidades federais estão espalhadas pelo País; também pulverizados. Então, ali, essas unidades vão ter um maior conhecimento das condições locais; vão poder sugerir novas variedades; vão poder entender melhor os problemas de logística, os problemas de comercialização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Além disso, ela atende a agricultura que é negligenciada, de certa maneira, pelo setor privado. Quando a gente coloca aqui 1,6 milhão de minifúndios espalhados pelo País, a academia tem a função de responder a questões associadas à agricultura familiar e também à grande agricultura.

Terceiro ponto: ela gera pesquisa básica, que é fundamental para a pesquisa aplicada. Uma pesquisa básica forte gera condições de nós termos uma pesquisa aplicada que vai gerar, que vai trazer inovações à agricultura.

E um quarto ponto: ela é capaz de propor políticas e analisar políticas. Como exemplo, nós podemos colocar aqui: será que o Pronaf é eficiente? Em que ele é eficiente? Questões relacionadas a seguro rural, questões associadas à comercialização agrícola, a academia é capaz de propor políticas e analisar tais políticas.

Como exemplo, eu quero voltar um pouquinho àquele quadro de riscos que eu mencionei anteriormente. Segundo dados da Embrapa e do Banco Mundial, nós perdemos, em média, R$11 bilhões por ano devido a alguns riscos extremos que a gente poderia estar gerindo de forma mais eficaz, associados à agricultura. Uma pesquisa da Embrapa analisando diferentes *players*, diferentes agentes do agronegócio, apontou alguns pontos interessantes aqui como fontes de risco ao agronegócio. Se a gente olhar essa tabela em ordem de prioridade de 1 a 10, nós vamos perceber que sanidade animal aparece quatro vezes, associada à febre aftosa, associada à vaca louca, à gripe aviária e à febre suína.

Bom, por que eu estou dizendo isso? A pesquisa acadêmica aqui tem uma função fundamental de diminuir a incidência disso, de cooperar para a diminuição da incidência disso. Ao diminuir a frequência desses eventos, a gente diminui a perda econômica associada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – Quando a gente analisa... Bom, acho que o tempo... Eu vou para as considerações finais.

Enfim, diante desse quadro de um agronegócio forte, de uma academia atuante, essa academia tem papel relevante em algumas questões fundamentais ao nosso País, associadas a ganho de produtividade no campo, associadas a mecanismos de proteção social desse agricultor no campo, associadas, no limite, à saúde fiscal do País, à segurança alimentar e à adaptação da mudança climática, que hoje é um quadro extremamente relevante de se analisar.

Eu agradeço a atenção e espero ter cumprido o tempo. Eu coloco duas referências que o nosso núcleo produziu em termos de livros em que eu pautei esta apresentação.

Grato pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado. Agradeço a participação do Rodrigo.

Gostaria de passar a palavra, em respeito a elas, que são a maioria, às mulheres. Não é, Senadora Ana Amélia? À Reitora da Universidade Federal de Viçosa, a Profª Nilda Soares, pelo prazo de 20 minutos.

A SRª NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES – Bom dia a todos. Eu quero, primeiramente, agradecer o convite e parabenizar esta Casa por trazer para uma discussão um tema de tamanha relevância.

Nós falávamos da relevância da pesquisa na academia. Muito bem disse aqui o nosso colega, o Prof. Rodrigo. Com certeza, conhecendo o Prof. Nussio também, sei do seu entendimento em relação a esse importante ponto dentro das universidades e dos institutos.

Muito bem disse o Prof. Rodrigo quando ele menciona a importância e o risco que corre o País em não ter a sua inovação, a sua pesquisa feita. Nós entendemos que um País que tem uma área agrária tão forte, em que o agronegócio responde por um PIB enorme e é responsável por essa parte, nós entendemos que para inovar, produzir, termos melhor produtividade, portanto, nós precisamos de uma pesquisa muito forte. Isso não é dúvida entre nós. Portanto, as universidades, os institutos têm se dedicado imensamente a essa parte na sua tríade.

As universidades se suportam em três grandes temas: o ensino, para formar excelentes profissionais, dentre eles, aqueles que vão cuidar da nossa agricultura, da nossa agropecuária e de tantos outros temas; a pesquisa, que é aquela que faz com que o País possa ter novos produtos, novas variedades, novas tecnologias; e a extensão. Quando ela se suporta na extensão, ela faz um papel também imenso, porque é capaz de trazer aquilo que ela desenvolve, não deixar nas suas prateleiras, e passar isso para o homem do campo, seja ele um grande produtor do agronegócio, seja ele da agricultura familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A universidade tem que ter essa representação brasileira, tem que saber que no campo ela tem o homem do campo fazendo agricultura familiar, onde nós temos uma grande quantidade de pessoas – muito bem mostrada aqui em números, não vou repeti-los – e, ao mesmo tempo, nós temos de entender que temos um grande agronegócio dentro no País. Portanto, a universidade tem que representar a pesquisa neste equilíbrio, e é isto que nós universidades temos feito: nós temos trazido para dentro da instituição as grandes demandas da agricultura familiar e, para isso, as universidades...

E aqui, claro, vou colocar um grande exemplo que a Universidade Federal de Viçosa faz desde 1929. Ela foi criada em 1926, portanto, está com quase 92 anos. Ela faz a Semana da Agricultura Familiar, ou seja, a semana do fazendeiro. É um grande evento em que ela traz mais de 1,5 mil pequenos agricultores para dentro do seu *campus* e ali ela passa para agricultores, principalmente da agricultura familiar, e se preocupa tanto com o homem do campo quanto com a mulher e o jovem.

Nós precisamos entender que a agricultura familiar precisa hoje ser motivada, principalmente a mulher e o jovem, para que eles permaneçam no campo. A grande geradora de renda na pequena agricultura, tenho certeza, é a mulher. É aquela que pega o produto produzido e dá a ele um valor, agrega valor a esse produto. Portanto, nós fazemos essa semana durante uma semana, na sua totalidade. Fazemos ali mais de 300 cursos de pequena duração – duas, três, quatro ou uma semana toda – e nós ali capacitamos e passamos para esse conjunto de agricultores toda a tecnologia gerada dentro da universidade.

Para além disso, nós fazemos as grandes tecnologias ou o grande desenvolvimento, sempre pensando na sustentabilidade. Este é um grande tema com que as instituições têm se preocupado muito na sua pesquisa: a sustentabilidade. Nós precisamos produzir, nós precisamos aumentar a produtividade, mas nós precisamos pensar numa agricultura que tenha sustentabilidade, numa pecuária que tenha sustentabilidade para o futuro do País.

Então, as instituições têm feito esses grandes temas, e, neste momento, uma preocupação muito grande, apesar de não estar incluída no tema agricultura, Senador Ivo Cassol, é a importância, Senadora Ana Amélia, da segurança no campo. Nós estamos vivendo dias de insegurança no campo terríveis. Nós estamos com evasão do homem do campo para a cidade ou outros locais por causa de segurança. Portanto, esse é um tema com o qual nós precisamos nos preocupar muito, para que haja permanência do homem principalmente na agricultura familiar. Bom, eu só gostaria de trazer esse tema aqui porque é um tema que me preocupa muito, em especial na região onde nós agora vivemos, que é a região perto da Zona da Mata, no Estado de Minas Gerais.

Mas quero dizer também para esse conjunto de pessoas que aqui nos ouve que o crescimento do nosso agronegócio hoje bate recordes – nós estamos aí com em torno de 60 milhões de hectares sendo plantados, nós estamos com 230 milhões de soja, de milho, de arroz, de algodão sendo produzido, e isso é resultado de pesquisas feitas nas instituições, nos institutos e nas universidades.

Posso dar aqui um exemplo para os senhores que é de maior importância: se hoje nós conquistamos o Cerrado com soja, que é um local onde nós precisávamos ter solo de melhor qualidade – portanto, foi um trabalho muito grande feito para a melhoria do solo –, também tivemos que lançar variedades que fossem resistentes a essa área. E a Universidade Federal de Viçosa contribuiu imensamente nessa área. As variedades de soja desenvolvidas para o Cerrado foram desenvolvidas dentro do *campus* de uma universidade.

Se hoje nós temos uma das maiores produções de cana no Brasil, são variedades desenvolvidas em universidades que fizeram um grande consórcio, uma rede universitária de produtores de melhoramento de cana, e nós estamos hoje com variedades, produzindo pelo País todo, representando quase 75% de produção da nossa cana-de-açúcar.

Então, eu quero sensibilizar, nesta audiência pública, para a importância da pesquisa dentro do meio universitário. Além de você disponibilizar tecnologia, novos produtos, novas variedades, você proporciona aos profissionais que nós estamos formando que eles possam conhecer da vida acadêmica em torno da pesquisa.

Então, esse é um apelo, é uma demanda que as universidades têm – os institutos também –, para que nós, de forma alguma, diminuamos os orçamentos das instituições, principalmente na área de pesquisa. Nós precisamos que os ministérios se sensibilizem com o fato de que a pesquisa, neste País, não pode parar. E a pesquisa feita com educação só soma.

Então, Senador, eu quero aqui, terminando o meu tempo, dizer que, nas universidades, sejam elas estaduais, sejam elas institutos, sejam elas federais, nós temos uma rede de pesquisa. E, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

formos levantar tudo aquilo com que contribuímos, vocês podem ter certeza de que é uma rede de produção de resultados de uma importância enorme para este País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Profª Nilda Soares.

Com certeza, Professora, no período em que fui governador do Estado de Rondônia, Senadora Ana Amélia e Senador Moka, eu incentivei e levei os nossos técnicos na área do café a buscar tecnologia nova de conhecimento que tiveram no Espírito Santo: o café clonal. E no passado, nós, lá em Rondônia – não é, Eugênio? – tínhamos uma quantidade de cafezais. E, hoje, os nossos agricultores não têm mais quantidade, eles têm qualidade de cafezais. Nós temos produtores, em Rolim de Moura, que chegam a produzir 440 sacas de café clonal num alqueire de terra, Moka. E o que a Professora falou aqui vem ao encontro da realidade.

Eu sempre digo o seguinte: eu vejo muitos filhos nossos, agricultores, que saem do campo, vão para a cidade em busca de um emprego, para ganhar um salário mínimo, quando, na verdade, eles podem ser pequenos empreendedores na sua atividade, lá na zona rural. E lá, na atividade na zona rural, ele, plantando um alqueire de café clonal – ele, aquele filho do agricultor –, vai ganhar no mínimo R$10 mil por mês. E não precisa plantar muito. Por mais que ele tenha 100ha de terra, se ele diversificar com o gado leiteiro ou o gado de corte – que é mais de gado leiteiro – e a monocultura, especialmente café, cacau ou outra atividade, ele tem uma rentabilidade, no mínimo, dez vezes maior do que se ele estivesse trabalhando de funcionário, tendo hora para começar e hora para parar o tempo inteiro.

Então, é importante nós, aqui no Senado, buscarmos alternativa para que os filhos dos nossos agricultores retornem para as propriedades dos pais, ou os netos, já formados como agrônomos, como veterinários, e apliquem o conhecimento lá no campo. Com certeza, a alegria do homem do campo, Prof. Luiz, é a felicidade do povo na cidade porque, quanto melhor está o campo, mais dinheiro o agricultor tem no bolso e mais o comércio da cidade vende, o que gera emprego e gera renda. Graças ao nosso agronegócio, o Brasil hoje se mantém de pé.

Com a palavra o Prof. Luiz Gustavo, Diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, por oito minutos.

O SR. LUIZ GUSTAVO NUSSIO – Muito bom dia, eminentes Senadores.

Muito obrigado pelo convite. A Universidade de São Paulo e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz ficam honradas com esse convite.

Também quero dizer da minha satisfação de dividir esta Mesa com a Prof. Nilda, com o Prof. Lanna, que me precederam. Vou buscar fazer com que a minha fala traga adição àquilo que já foi aqui apresentado.

Nós ouvimos muitas coisas importantes a respeito da necessidade de se manterem investimentos em agricultura, muito embora saibamos que, como acontece em todos os lugares do mundo, essas decisões dependem do valor que essas funções adquirem dentro de um ambiente social.

Então, eu queria remeter o meu primeiro raciocínio a um relacionamento disso com a nossa população, que valor dá a população brasileira e a sociedade brasileira à nossa agricultura. Eu creio que esse é um grande projeto que nós precisamos enfrentar. Nós não podemos mais continuar fazendo com que o setor de produção agrícola continue fazendo riqueza e construindo riqueza todos os dias e se opondo socialmente, principalmente do ponto de vista político, à sociedade. Há uma maneira de fazer isso. É fazer com que a população urbana, que é majoritária, adquira também o orgulho por esse item de agricultura. Isso foi feito por outros países no mundo. A agricultura não é uma benesse exclusiva dos *players* de agricultura, mas a agricultura como, de fato, uma grande bandeira nacional, de interesse coletivo para que o cidadão urbano, principalmente, também se orgulhe da atividade de agricultura de um país.

Há países no mundo que se notabilizaram em algumas atividades, que são as bandeiras, como o Japão, na área de eletrônica, e alguns outros países asiáticos. E o Brasil tem uma grande chance circunstancial e histórica de ser um pais visto como um país agrícola, e que possamos nos orgulhar todos, urbanos e da zona rural, como produtores de alimento para o mundo.

Essa nova alçada depende de uma vontade política e naturalmente depende de investimentos. Ela depende de um contexto importante. E eu vejo que o Brasil vive um momento particular muito favorável a isso. É o único setor da economia, no momento, que dá chance de conseguir promover benefícios sociais imediatos com investimentos daquilo que nós temos à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A média na agricultura no mundo é que cada unidade monetária investida retorne 12 unidades monetárias. O Brasil retorna 25 unidades monetárias por unidade monetária investida em agricultura. É um dos maiores índices no mundo de retorno de investimento em agricultura. E quando me refiro a investimento, eu estou juntando não somente na geração de tecnologia, mas eu estou também me referindo à formação de pessoas. A FAO nos imputou a responsabilidade de, nos próximos dez anos, aumentar em 40% a produção de alimentos para que possamos, de alguma maneira, alavancar a produção de alimentos equivalente à demanda mundial. Ora, o Brasil só fará isso se, além de colocarmos tecnologia no campo, também tivermos uma legião de pessoas bem treinadas no campo. E por isso os investimentos nas universidades e nas escolas técnicas são fundamentais para que a educação cogerada com inovação leve definitivamente a um posicionamento assertivo no campo. Nós não podemos descuidar disso. Temos um recente relatório terminado pela Associação Brasileira de Marketing Rural que mostra que, nos últimos cinco anos, o grau de educação dos dirigentes rurais diminuiu. Isso é algo que realmente é um alerta para todos nós. Nós precisamos, de alguma maneira, olhar isso para a frente, com a clareza e com o propósito de um país que realmente se orgulha dessa atividade.

E existem algumas coisas importantes que devem ser ditas numa sessão como esta hoje. Talvez a população não saiba que o Brasil, de fato, desponta no mundo agrícola. Nós temos aqui três das principais referências nacionais em agricultura, que estão entre as dez melhores do mundo. Nós somos respeitados em tecnologia de agricultura no mundo. Nenhum setor da economia tem uma posição relativa de "rankeamento" científico maior do que o setor de agricultura – nenhum setor. E nós não nos valemos disso. Essa informação não chega ao cidadão comum, à dona de casa que vai ao varejão todos os dias e não sabe disso. É importante saber que, trinta anos atrás, nós tínhamos moranguinho à mesa durante um mês, e hoje temos durante o ano todo. Isso não aconteceu senão por investimento em tecnologia de instituições como a Universidade Federal de Viçosa, a Unicamp, a Universidade de São Paulo, a Esalq – no caso da Esalq, ela contribui com esse setor há 116 anos.

Os números são espetaculares. Eu poderia usar vários exemplos, mas vou dar um que eu acho que realmente é emblemático: o Brasil é o maior *player* em suco de laranja; na última década, nós economizamos R$1 bilhão por não utilizarmos defensivos e entrarmos com controle biológico. Isso é respeitado no mundo todo. E nós não respeitamos isso definitivamente. Isto não faz parte do nosso cotidiano: o cultivo de boas ideias, que deveriam estar participando do nosso cotidiano. Essas são coisas que o brasileiro tem para se orgulhar definitivamente, que estão acontecendo, mas elas podem conviver com a sensação de investimentos.

Eu acho que esta audiência tem uma finalidade fundamental que é um alerta, um alerta que não tem absolutamente um tom de ameaça, mas é um alerta: não há geração de tecnologia se ela for, de alguma maneira, desvinculada de formação de pessoal. Tecnologia é formada no bojo da formação de pessoal. Nós precisaremos, para aumentar em 40% a nossa produção, conseguir, nos próximos anos, colocar pessoas melhor treinadas à frente desse processo, que é de onde sairão as ideias inovadoras. Há um estudo recente que diz que todo conhecimento de agricultura que temos hoje no mundo estará obsoleto em 15 anos. Isso significa, eminente Senador, que um jovem treinado em agricultura hoje terá que se reinventar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GUSTAVO NUSSIO – ...dentro da próxima década, e isso não acontecerá se nós não continuarmos a investir de maneira, eu diria, eficiente. É um recurso eficiente. Eu quis dizer nas minhas palavras originais que a agricultura, de fato, transformou investimento em riqueza social.

Eu não tenho dúvidas em afirmar que, possivelmente, esse é hoje o único setor que tem a chance de garantir uma bandeira de transformação econômica no Brasil e que, naturalmente, depende da nossa capacidade de convencimento de todos os atores desse processo.

Novamente, agradeço aqui a oportunidade e o privilégio de participar e estou à disposição para esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Prof. Luiz Gustavo.

Eu também estava conversando agora com a nossa Profª Nilda, que até escreveu aqui – com licença, Professora –, perguntando o seguinte: que discussão tem sido feita no Senado sobre investir nas propriedades que produzem água? E eu respondi aqui, no pé de ouvido dela, o seguinte: é só compensar os pequenos, os médios e os grandes produtores do Brasil. Hoje, infelizmente, cobra-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de um sitiante, cobra-se de um produtor médio que ele preserve, mas ninguém tem coragem de dar um real, um centavo, ou mesmo que emprestasse dinheiro o banco... O próprio Governo poderia fazer isto: quem preservar tem direito a financiamento sem pagar juro. Seria uma política extraordinária – não é, Professora? – para poder fortalecer. E o resultado: se não compensar, ninguém aguenta. Tem de sobreviver!

A SRª NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES – Senador, o leite que chega à nossa casa, o arroz, o feijão vêm do campo, não vêm? E nós chegamos lá, não vendemos, não damos ao agricultor uma possibilidade de produzir melhor?

A água, hoje, gente, está fundamental! Nós estamos vendo a escassez hídrica pela qual o País está passando. Então, nós precisamos fazer com que aqueles que produzem água – e eles estão no campo; não há outro lugar de produzir água – sejam motivados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Olha, Professora, eu queria pedir uma gentileza para todos os três professores e professora que fazem parte aqui, Profª Nilda, Prof. Rodrigo e Prof. Luiz, que levassem para a faculdade de vocês, para a universidade de vocês uma mensagem para todos os acadêmicos, porque não basta só pedir para preservar. Que comecem uma campanha nas mídias sociais, para que pressionem as autoridades e o Congresso para poder compensar – não é, Senadora Ana Amélia? – esses pequenos e médios produtores de alguma maneira, porque aqui, infelizmente, este Senado, Eugênio, só vive sob pressão, é igual a uma panela de pressão. Aqui as coisas só andam se houver pressão, só funcionam se houver pressão, e aí é difícil consertar o Brasil só na pressão, porque pode estourar a borracha e estourar a panela, e tudo complicar. Mas, com certeza, Profª Nilda, se, por um acaso, as universidades começarem a fazer essa campanha para parar de querer punir os proprietários no Brasil afora e, de alguma maneira, conseguir algum incentivo para eles não perderem, porque eles têm de fazer aquilo, com certeza, nós vamos ter desmatamento zero, nós vamos ter preservação 100% ou dez, como diz o ditado, e, com certeza, teremos muito mais água em todo o nosso território brasileiro. Vou devolver a palavra para a nossa amiga e parceira, Senadora Ana Amélia, que fez os requerimentos e os ofícios solicitando esta audiência pública, para que ela possa complementar ainda mais o trabalho que está fazendo como Relatora.

Então, com a palavra a Senadora Ana Amélia. Se tiver alguma dúvida para pedir para os nossos convidados, a senhora está com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Ivo Cassol.

Cumprimento pelas exposições feitas os nossos convidados.

O objetivo desta audiência pública é exatamente instruir – regimentalmente, é o termo usado – o relatório que eu estou preparando sobre pesquisa, inovação, ciência e tecnologia no campo da produção agropecuária brasileira. Essa é a razão de ser.

Antes de entrar na pergunta que eu gostaria que os três respondessem... Dr. Rodrigo, o senhor usou dados de 2006. Esses dados podem ter caducado. Felizmente para esta Comissão, por minha iniciativa, está sendo realizado um censo agropecuário que é devido ao País há 11 anos. É inaceitável que um País como o Brasil, protagonista que é, não tenha tido o respeito de ter feito o censo agropecuário no prazo previsto. Então, esses dados podem estar – digamos – diferentes quando aparecerem forças de cooperativismo, o que aqui não foi mencionado, cooperativismo de produção na área do Rio Grande do Sul e do Paraná, em que eles próprios criam as suas unidades de pesquisa junto, evidentemente, com as instituições existentes.

Reitora Nilda, a senhora usou uma expressão: "segurança". E a senhora usou a expressão e logo falou a palavra "êxodo", a saída do produtor. A segurança a que a senhora se refere é a segurança da renda do agricultor, que faz ele fugir do campo para a cidade, ou é a segurança da violência, do assalto na sua propriedade? Segurança tem dois conceitos: segurança de renda, ou segurança alimentar, que é outra forma de segurança, mas essa também assalta o Rio Grande do Sul. Eu acho inacreditável que um agricultor, na sua propriedade, lá no fundo, onde não tem policial, onde não tem patrulha policial, não tem nenhuma proteção, não tenha o direito de ter uma arma para se defender, defender a ele, o seu patrimônio, e a sua família. Mas o bandido que entra lá e assalta, que às vezes estupra a família, ele pode ter a sua disposição. Essa é uma forma de segurança. A outra segurança é a segurança de renda. Ele vai sair do campo? Se ele tivesse boa renda, se ele tivesse energia elétrica trifásica, se ele tivesse internet, se ele tivesse as condições para ter acesso a uma série de facilidades necessárias à sua atividade, certamente ele não sairia. E o jovem – mais uma razão – também não sairia de lá. Então, que segurança é essa a que a senhora se refere?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES – Senadora, eu me refiro às duas. Em primeiro lugar, segurança no campo. Hoje está se matando e morrendo no campo. Eu não tenho em números, mas é uma coisa enorme. Meus pais vivem no campo. Eu estou sempre na casa deles no final de semana e posso dizer para a senhora dessa vivência e de tudo que eu vejo na minha região e de que nós ouvimos falar desse Brasil afora. Nós estamos sem segurança pessoal, patrimonial, no campo, porque no campo você não tem paredes, você não tem muros. É tudo aberto. Então, você tem primeiro a segurança pessoal e patrimonial, que está cada vez mais diminuída. E outra coisa: droga avançando no campo, no meio rural, como nunca se viu, eu nunca vi nos meus 57 anos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nos canaviais brasileiros há *crack*, reitora.

A SRª NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES – Com certeza. Com certeza tem.

Segundo ponto, Senadora, é a segurança de renda, que a senhora tão bem mencionou, se nós conseguimos capacitar os nossos jovens para permanecer no campo. A senhora sabe quem está morando no campo? Somente os idosos. Só estão no campo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A realidade não é diferente no Rio Grande do Sul, reitora.

A SRª NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES – ... os de 50 anos, 60 anos ou 70 anos. São os que estão lá, porque são aquelas pessoas que têm uma vida ali dentro, uma história ali dentro. O jovem não fica mais no campo.

Outra coisa, Senadora: nós precisamos pensar em voltar a educação para o meio rural. Nós podemos fazer uma belíssima educação nas escolas em nível rural. Nós podemos ter internet, nós podemos ter quadra de esporte, nós podemos ter os melhores níveis educacionais no campo. Nós não precisamos trazer o nosso jovem, que levanta às 5h, 5h30 da manhã, pega uma condução, vai até a cidade, chega à cidade, olha a cidade e tudo aquilo que ele vê são jovens com roupas diferentes, tudo muito diferente. Então, nós precisamos voltar a escola para o meio rural. Eu acho que é isso. E fazer um ensino para que ele permaneça ali. Ter disciplinas, ter tudo voltado para a permanência, para a formação desse jovem, para que ele possa gerar renda na sua propriedade.

Então, é isso que eu penso sobre as duas seguranças.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, reitora. A abordagem para que eu tinha exatamente o esclarecimento, porque esses aspectos são...

Agora, vi também – cumprimento o Prof. Nussio – essa pouca percepção da sociedade. Eu acho que essa propaganda que está na TV Globo, a "Agro é pop", mostra um lado apenas glamouroso do setor. Ela deveria mostrar também o lado perverso, que é a falta de estrutura, a falta de condições, a falta de renda, as dificuldades, a insegurança, a falta de saúde – a reitora mencionou a educação e a saúde –, a falta de assistência, a técnica e tudo o mais.

Os custos de produção hoje, nós estamos no Rio Grande do Sul, que é a segunda maior bacia leiteira do País, com uma crise violenta porque o Governo decidiu liberar a importação de leite em pó. Então, abarrotou. O Uruguai tem como caminho melhor o Rio Grande do Sul, e estamos vivendo uma crise aguda de preços que sequer cobrem os custos de produção. A segunda maior bacia é lá, e Minas Gerais.

Então, essa visão, digamos, glamourosa que está sendo apresentada omite uma realidade dura que são exatamente esses problemas da insegurança no campo, das dificuldades e de um preconceito ao rural – há um preconceito ao homem rural. Então, ele precisa, talvez por culpa das próprias entidades que vivem no setor, mostrar, por exemplo, esse dado que o senhor apresentou, que o controle biológico das pragas que vêm nas laranjeiras ou nas laranjas produz um suco de melhor qualidade, graças à pesquisa que os centros acadêmicos de pesquisa fizeram.

Mas o que esta audiência precisa, caro Prof. Rodrigo, nossa Reitora Nilda e Prof. Nussio? O que eu preciso, e aí não apareceu... Reitora, o discurso de mais recursos do orçamento nós não temos mais. Nós temos que ter criatividade para encontrar alternativas para isso. Então, o que eu quero perguntar aos senhores: qual é a alternativa que o Prof. Rodrigo, a Reitora Nilda e o Prof. Nussio podem oferecer para buscarmos fortalecer a pesquisa no agro brasileiro? Eu penso que nós temos alternativas, mas eu não vou dizer quais são, porque esse questionamento é para os caros convidados de hoje, que nos abrilhantaram com esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Antes de você passar a palavra para os nossos convidados, só queria fortalecer – tanto a Senadora Ana Amélia quanto a Profª Nilda falaram sobre isso – a questão da falta de segurança no campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É por isso que hoje o Deputado Federal Bolsonaro está aparecendo tanto nas pesquisas presidenciais, porque ele falou o seguinte: que ele vai dar uma arma para cada agricultor. Porque infelizmente nem na cidade está havendo ordem, Senadora Ana Amélia. Olha que situação, o que aconteceu!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Presidente não pode dar uma arma para cada agricultor.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não pode, mas pode fazer lei para isso, para poder dar. Então, por isso que eu digo, para poder ter. O bandido, como a senhora falou antes, quando a senhora usou a palavra, está armado; o agricultor só tem a foice na mão e o facão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É diferente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Olha que situação aconteceu nesse final de semana, Senadora Ana Amélia, no meu Estado vizinho, junto com Rondônia, no Rio Madeira. Os garimpeiros são pessoas que trabalham, são pessoas íntegras, arriscam a vida dentro das águas para poder tirar o ouro, e a polícia foi lá, meteu fogo em 70 balsas, queimou as balsas. Eu não consigo entender, nem as famílias, porque não vai ao Rio de Janeiro e faz a mesma coisa com os traficantes, ou vai a São Paulo e nos outros lugares, pega esses traficantes e faz o que fizeram lá com os trabalhadores. Quando pega um carro do traficante ou qualquer coisa do traficante, guarda para leiloar. Então, por que não faz a mesma coisa, a apreensão? Muitas vezes procede a ação deles, mas muitas vezes não precede. Muitas vezes toma providência como a que fez no Espigão D'Oeste e em outras cidades de Rondônia: queima caminhão com madeira em cima. E o cara com nota, o cara tinha a nota! "Ah, mas estava errado dois cúbicos, três cúbicos!" Eu fui madeireiro. Parei de trabalhar porque, infelizmente, a situação nos levava para a ilegalidade. Então, são várias situações que têm que ser corrigidas, a exemplo do que a senhora falou, do leite.

Quando a senhora falou do leite aqui, fizeram-me uma pergunta sábado, Senadora Ana Amélia, no distrito de Jardinópolis, no distrito de Castanheira. Nós fomos lá bater um futebol, e aproveitamos para atender as lideranças. Ganhamos a partida de cinco a um. E um agricultor pediu para mim: "Cassol, Senador, o que pode ser feito para garantir para nós, no campo, um preço mínimo de leite?" Eu falei: quem tinha que ter garantido, que garantir isso é o Governo Federal. De que maneira? Quando fizeram o acordo do Mercosul, deixaram aberta a importação de leite, sem colocar na mão do Governo Federal a caneta com tinta que pudesse sobretaxar para não derrubar o preço do leite do Rio Grande do Sul, como o de lá, a R$0,80 o litro, Senadora Ana Amélia. É mais barato do que um copo de água, Eugênio, não dá para aceitar. E aí quem paga esse custo? São as mãos calejadas dos nossos produtores.

Ao mesmo tempo, por mais criatividade que tenhamos – e a Senadora Ana Amélia tem na mão, para que possamos votar, no começo de dezembro, esse relatório, entendeu? –, então, é importante nós termos na mão dos nossos professores qual seria a sugestão para que a gente possa fortalecer e ainda engrandecer mais ainda o trabalho da Senadora Ana Amélia.

Uma das atividades do leite é nós melhorarmos – e nós falávamos isso, não é, Eugênio? – a produção dos nossos animais. Eu tinha o Projeto Inseminar, que tirava de uma vaca de quatro, cinco litros de leite para oito litros de leite, dez, mas infelizmente o Governo que está lá, que me substituiu no Estado de Rondônia, acabou com esse programa e não aumentou, praticamente, a produção. Esse seria um dos caminhos para aumentar a renda dos agricultores, para diminuir custo.

Ao mesmo tempo, o Governo tinha que dar uma segurança de que toda vez que fosse entrar leite em pó da Argentina ou do Uruguai, a exemplo do que entrou, se sobretaxasse para não derrubar o preço do leite. Não é que tem que diminuir, mas também não pode cobrar um absurdo; pelo menos ter um preço que seja normal na sua atividade, sem prejuízo. Hoje o que acontece é o seguinte: não se tem segurança naquilo que fazemos, em nada, em nada você tem segurança. E isso cria uma situação, infelizmente, desastrosa para a sociedade brasileira. Qual dos três quer responder às perguntas? Senadora Ana Amélia primeiro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Professor? Pode ficar com a palavra, professor.

O SR. RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – Eu colocaria basicamente dois pontos. Primeiro, uma maior coordenação entre as diferentes universidades que estão espalhadas pelo País e a própria Embrapa, algo estabelecendo prioridade de pesquisa e aperfeiçoando a coordenação. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acho que um segundo ponto importante é trazer o setor privado para perto, estabelecer parcerias com o setor privado em diversas pesquisas. Eu acho que, com isso, a gente pode dividir custos e dividir também os benefícios. Basicamente são esses dois pontos que eu gostaria de colocar.

A SRª NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES – Senadora, eu posso lhe garantir que as pesquisas nas instituições, apesar de toda a dificuldade, não têm parado. É claro que não num patamar que, com os profissionais que nós temos... Poderiam estar numa velocidade muito maior, mas nós não paramos, entendendo isso.

É preciso que haja uma soma de esforços muito grande. E como esses esforços acontecem? Acontecem da forma como o Prof. Rodrigo disse: fazendo parcerias com outras universidades, nós somamos os esforços, mas, ao mesmo tempo, temos procurado grandes parcerias com as empresas, empresas que desenvolvem produtos, que desenvolvem tecnologias. Então, nós temos trazido para dentro das instituições também esse tipo de parceria, porque é natural, essas empresas precisam ter os seus laboratórios, os seus profissionais. E o que nós mencionamos, motivamos e mostramos é a relevância da parceria com as universidades, que nós temos profissionais lá, nós temos os laboratórios. Então, isso tem ocorrido muito. Eu acho que nós temos que reforçar.

E é natural que, se nós pudéssemos garantir um fundo para a pesquisa diretamente dentro dos institutos, dentro das universidades –– esse fundo nós temos que pensar como seria, se seria parte de exportação ou parte de algum desses índices que nós pudéssemos criar, mas voltado para pesquisa agropecuária –, por exemplo, patentes desenvolvidas, tecnologia desenvolvida, que a gente pudesse ter isso, mas diretamente desenvolvido. Nós sabemos que há vários fundos, mas eles se diluem e acabam não chegando dentro daquilo, especificamente e objetivamente, que nós precisávamos ter. Mas motivar essa parceria com as grandes empresas tem sido um resultado. Nós precisávamos achar um caminho que facilitasse essa parceria, alguma motivação maior que pudesse ser de algum ganho para essas empresas que fazem pesquisa junto com as universidades. Eu acho que esse seria um bom caminho.

E é claro que nós, como universidade, temos procurado muitas relações internacionais, Senadora, nós estamos buscando. Esta semana mesmo, nós estivemos junto com o Dr. Adesina, que é o ganhador do prêmio lá do World Food Prize, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento. Nós estamos buscando parceria não só para desenvolvimento das nossas tecnologias, mas também para a interação junto aos países africanos. E nós temos um fundo europeu, nós temos parcerias com eles.

Então, esses são caminhos, mas eu acho que, dentro do Brasil, se nós conseguíssemos arranjar metodologias, caminhos para parcerias com empresas, nós teríamos um bom caminho.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Prof. Luiz.

O SR. LUIZ GUSTAVO NUSSIO – Rapidamente, tentando trazer algum ineditismo na fala dos que me precederam, Senadora, eu vejo que, de uma forma bem pragmática, nós temos um bom modelo para seguir. A França fez esse trabalho. Embora seja um país que tem um grau de desenvolvimento há muito mais tempo do que nós, a riqueza no campo francês foi conseguida exatamente com parcerias dessa natureza, porque a França enfrentou o que nós estamos enfrentando aqui há cerca de 60, 70 anos. E lá a maneira de fazer foi colocando empresas juntamente com o Estado francês, mas com um pequeno detalhe: uma alternativa tributária importante. Isso precisa ser vinculado a esse processo. Quando se investe em agricultura e inovação no campo, tem-se que ter um tratamento tributário diferente do tradicional. Isto talvez fosse realmente uma política inédita por parte do Governo brasileiro: entender que nós precisamos da proteção desse setor, que realmente vai nos alavancar, e tratá-lo de forma tributária um pouco diferente. Esse é um fato.

A Profª Nilda mencionou algo muito importante: o Brasil é visto hoje como um grande *player* em agricultura tropical e há indícios de que não haverá crescimento em agricultura tropical em outros países tropicais se o Brasil não conseguir alavancar isso. Então, o interesse em desenvolvimento da agricultura tropical em nível mundial e não só no Brasil poderia atrair uma grande aliança internacional da qual nós seríamos beneficiados. E, aí sim, nós temos países parceiros e empresas desses países parceiros participando disso, porque o Brasil é o único no trópico hoje capaz de formular tecnologia tropical para seguir à frente. Eu lhe daria um exemplo: recentemente a China buscou promover avanços dentro do território africano e se deu muito mal, porque utilizou pacotes europeus do ponto de vista da agricultura. E fica bem evidente que nós é que seremos responsáveis por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, esse treinamento de pessoal e inovação no Brasil depende dessa nossa capacidade de fazer um arranjo melhorado, como o Prof. Rodrigo mencionou. Vejo que há muita duplicidade entre as instituições de pesquisa. Viçosa faz as suas soluções. A Unicamp faz as dela. O Rio Grande faz as dele. Piracicaba faz as dela. E nós conversamos pouco. Então, nesse ponto, sim, talvez uma orquestração em nível federal fosse vantajosa. Mas eu vejo que isso tem que estar associado a um tratamento tributário que seja suficiente para impulsionar investimentos nessa área.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Cassol, só queria lembrar o professor que a França é um modelo que tem, do ponto de vista da ciência, o governo francês, uma política de proteção do homem do campo com altos subsídios. São €800 euros que na França recebe. Imagine para um agricultor pequeno no Brasil! É o melhor dos mundos. Então, é um outro lado da questão, o território é pequeno, tem facilidade de mobilidade. O Brasil é de dimensões continentais. Minha cidade já teve neve de 60cm. E a mudança climática a que o senhor se referiu também é fator impactante, como o Prof. Rodrigo mencionou. Mas todos os outros, como a questão de logística, a questão ambiental, são fundamentais.

Fizemos o dever de casa. Elaboramos um Código Florestal. Então, o caminho é de evolução e de compreensão também da relevância. Sessenta e oito por cento da agropecuária brasileira hoje é tecnologia.

Então, tudo que entra na composição do adubo, na composição da semente, na composição da produção, na máquina que colhe... Hoje os sistemas são tão sofisticados que é preciso um motorista, um operador de máquina que tenha, às vezes, até conhecimento de inglês, porque há palavras em inglês no painel da máquina, que tem ar condicionado. Claro, é para ver a diversidade de uma agricultura que está nesse patamar de alta precisão e uma agricultura rudimentar, em que o agricultor ainda usa o arado.

E aí, voltando, é um ciclo, o ciclo de criar um produto que é muito mais caro, produzido organicamente, fiscalizado. É mais caro, mas ele vai ter a renda correspondente àquele sacrifício.

Então, é tão complexo esse mundo nosso! E eu lido com isso há muito tempo – antes de ser Senadora, eu era jornalista, então, eu sempre tive um olhar para isso, porque produzir alimentos, o alimento é o que conta. A relevância do Brasil não está no petróleo, está na comida, e a gente não se dá conta disso. Os grandes líderes sempre se preocuparam com essa questão, e nós temos este grande patrimônio, esse grande ativo que é a segurança alimentar. Nós temos comida – às vezes mal distribuída em função da questão social, da pobreza, da distribuição –, mas conseguimos chegar a um patamar em que há comida suficiente para alimentar 250 milhões de brasileiros e comida de sobra para exportar e fazer um superávit comercial de US$60 bilhões. Então, acho que nós temos que fazer essa avaliação e criar as condições.

Esse projeto nosso vai se fundamentar nessas alternativas, além dessas que os senhores já falaram, mas em outras as alternativas que nós vamos querer implementar para que a pesquisa continue sendo um fator de alavancagem ainda maior na agricultura tropical. E também a essa questão climática teremos que prestar atenção, assim como à questão da água, que é uma *commodity,* que será uma *commodity*.

Quero agradecer muito pelos esclarecimentos. Em homenagem à academia, eu faço referência ao professor gaúcho – porque tenho que puxar a brasa para o meu assado –, coordenador de Ciências Agrárias do Ministério da Educação, Luiz Carlos Federizzi. Estou falando sempre o nome dele, e acho que os senhores já o conhecem, porque um dia ele me puxou a orelha, porque eu falei muito da Embrapa, dizendo que tudo que acontece é pela Embrapa – isso foi referido por todos aqui –, e ele disse: "Antes da Embrapa, Senadora, as ciências agrárias no Brasil, nas universidades, foram as responsáveis por construir também esse patrimônio." Então, em homenagem ao Professor emérito Carlos Federizzi, eu faço essa referência, porque ele é da Universidade Federal do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Muito obrigada a todos os senhores.

Foi muito produtiva esta audiência, Senador Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu agradeço a nossa Relatora, Senadora Ana Amélia, agradeço os nossos convidados e dou por encerrada essa audiência pública.

Um abraço e obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2017.

Às onze horas e sete minutos do dia sete de novembro de dois mil e dezessete, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após consulta ao Plenário, a Comissão aprova a participação do Sr. Geraldo Borges, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (ABRALEITE), na presente audiência pública. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 30/2017, de sua autoria, destinada a analisar a possibilidade de rever a política de importação de lácteos, especialmente leite em pó, uma vez que tem prejudicado a pecuária leiteira brasileira, com a participação do Sr. Otávio Brandelli - Diretor do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores (MRE) - representante do Sr. Aloysio Nunes Ferreira - Ministro de Estado das Relações Exteriores (MRE); Sr. Geraldo Borges - Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (ABRALEITE); Sr. Herlon Brandão - Diretor do Departamento de Estatística e Apoio à Exportação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) - representante do Sr. Marcos Pereira - Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Sr. Luis Eduardo Pacífici Rangel - Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) - representante do Sr. Blairo Maggi - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Após a apresentação dos senhores expositores, o Senador Ivo Cassol, a Senadora Ana Amélia, os Deputados Luis Carlos Heinze (PP/RS) e Luiz Claudio (PR/RO), o Sr. Benedito Rosa – Ex-Negociador do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mercosul e o Ex-Senador Expedito Junior fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, solicita o encaminhamento de Ofício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Blairo Maggi, sugerindo a prorrogação do vencimento dos financiamentos contraídos pelos produtores de leite do Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trina e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/11/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3 ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e vinte minutos do dia onze de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Dalirio Beber, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Comparecem os Senadores Pedro Chaves e José Pimentel, não-membros da Comissão. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, em atendimento ao requerimento RFF 4/2017, de autoria do Senador Hélio José, destinada a debater o futuro das capitais e cidades de porte médio que sofrem restrições de abastecimento de água: o caso do Distrito Federal e Entorno. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores: o Senhor Jalles Fontoura de Siqueira, Presidente da Saneamento de Goiás – Saneago; o Senhor Diógenes Mortari, Diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA; a Senhora Raquel de Carvalho Brostel, Assessora de Meio Ambiente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb; o Professor Carlos Henrique Ribeiro Lima, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos da Universidade de Brasília - PTARH/UnB; e o Doutor Helvécio Ferreira da Silva, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Og Pereira de Souza – Conselheiro da OAB e Alberto Ramos Rosa de Oliveira – Diretor da Amovipe; e à Senhora Juliana Matos de Sousa – Diretora de Expansão da Saneamento de Goiás – Saneago. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José
Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Paulo Rocha, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, José Medeiros, João Capiberibe, Cidinho Santos e Pedro Chaves. Também presentes os Senadores Maria do Carmo Alves e Paulo Paim, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Sérgio Petecão, Roberto Muniz e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 20ª reunião, realizada em 3/10/2017, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Discussão e votação das propostas de emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20 de 2017 (Projeto da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 - PLOA/2018). Relator: Senador Davi Alcolumbre. Assume a presidência o Senador Wellington Fagundes, que passa a palavra ao relator. O senador Davi Alcolumbre faz a leitura de seu relatório, no qual comunica o recebimento de 57 (cinquenta e sete) propostas de emenda destinadas a apropriação de despesa. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Rocha e Wellington Fagundes. Encerrada a discussão, é aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às quatro emendas seguintes: EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: Nº 1 | UO: 44101| TÍTULO: FORMULAÇÃO E APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - NACIONAL | LOCALIDADE: NACIONAL – NA | VALOR: 100.000.000; Nº 2 | UO: 44201 | TÍTULO: GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE - NACIONAL | LOCALIDADE: NACIONAL – NA | VALOR: 200.000.000; Nº 3 | UO: 44101 | TÍTULO: AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - NACIONAL| LOCALIDADE: NACIONAL – NA | VALOR: 100.000.000; Nº 4 | UO: 44101 | TÍTULO: APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - NACIONAL | LOCALIDADE: NACIONAL – NA | VALOR: 250.000.000. Reassume a presidência o Senador Davi Alcolumbre e, juntamente com o Senador Wellington Fagundes, propõe uma visita a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, José Sarney Filho, juntamente com o Presidente da Fundação Nacional do Índio, Sr. Franklimberg Ribeiro de Freitas, e a Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Sra. Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, além de membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a imprensa, os assessores, os servidores e os Senadores que participam hoje da Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaramos aberta a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião, realizada no dia 03 de outubro de 2017.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Pauta deliberativa.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das 57 propostas de emendas apresentadas pelos membros desta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, que trata da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018.

Eu gostaria de convidar o Senador Wellington, Vice-Presidente da Comissão, para assumir a presidência a fim de que eu possa fazer a leitura do nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra o Relator das emendas, Senador Davi Alcolumbre, para a leitura do seu relatório.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Parecer da Comissão de Meio Ambiente sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão ao projeto da Lei Orçamentária para 2018, o Projeto de Lei nº 20, de 2017, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 43 e 45, esta Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se para deliberar a respeito das propostas que resultarão em até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento a serem apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária para 2018 (PLOA 2018), Projeto de Lei nº 20, de 2017, do Congresso Nacional.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, no total de 57, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CMA.

Análise.

Foram apresentadas propostas de emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à CMA. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As propostas foram analisadas a partir dos fundamentos técnicos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, em especial dos fundamentos que norteiam o trabalho de análise feito por esta Relatoria.

O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional, abrangendo ao menos mais de uma unidade da Federação.

Podemos afirmar que as propostas de emenda exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalho desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas as emendas, sendo elas em número de 57, optamos por recomendar programações que, no nosso entendimento, sejam, nesta oportunidade, mais pertinentes.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das Propostas nºs 2, 3, 8, 10, 16, 18, 19, 20, 26, 28, 29, 49, 53 e 55, rejeitando as demais. Nesse caso, será viabilizada a apresentação de quatro emendas de apropriação ao Projeto de Lei n° 20, de 2017, do Congresso Nacional, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias.

Primeira emenda cuja aprovação sugerimos: ação "Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos", de caráter nacional, no Ministério do Meio Ambiente, no valor de R$100 milhões, com isso atendendo duas sugestões, nºs 18 e 55.

Segunda emenda: ação "Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade", caráter nacional, no Ministério do Meio Ambiente, no valor de R$200 milhões, atendendo às Propostas nºs 2, 10 e 19.

Terceira: ação "Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza", caráter nacional, no Ministério do Meio Ambiente, no valor de R$100 milhões, atendendo à Proposta nº 28.

Quarta emenda: ação "Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos", uma emenda de caráter nacional, também alocada no Ministério do Meio Ambiente, no valor de R$250 milhões, atendendo às propostas apresentadas pelos ilustres Senadores nºs 3, 8, 16, 20, 26, 29, 49 e 53.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A elaboração das emendas, a partir das propostas aprovadas, deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLOA 2018. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Sala das Comissões.

Este Senador, Relator desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O relatório está em discussão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Relator, eu queria só que resumisse quais são as cinco.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Quatro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quatro?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Paulo Rocha, a nossa indicação nas emendas de apropriação, são elas... Vou repetir: "Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos". Nesta emenda, nós atendemos formulações de Senadores no que diz respeito à relação dos recursos hídricos das bacias, da questão do assoreamento das nascentes, da desobstrução dos canais, que foi sugestão feita por alguns Senadores desta Comissão, e é uma emenda também, conforme a Resolução nº 1, de 2006, contemplada por resolução do Congresso Nacional, porque ela é uma emenda de caráter nacional apresentada no Ministério do Meio Ambiente. A apresentação da emenda é no valor de R$100 milhões.

A segunda é uma emenda que trata da gestão e do uso sustentável da biodiversidade, que também é uma emenda de caráter nacional, apresentada também em uma dotação orçamentária no Ministério do Meio Ambiente, no valor de R$200 milhões, atendendo diversas emendas apresentadas pelos Senadores.

A outra emenda, também de caráter nacional, diz respeito à ampliação e à consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, também no Ministério do Meio Ambiente, atendendo uma proposta apresentada pelo Senador.

E a última é relativa ao apoio à implementação de instrumentos estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que também é uma pauta nacional, uma emenda de caráter nacional com a qual nós atendemos a uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove proposições feitas pelos Senhores Senadores e pelas Senhoras Senadoras desta Comissão.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nesse sentido, a nossa sugestão e o nosso voto é no sentido de acolhermos essas quatro, com as quais nós atendemos a questão dos resíduos sólidos, atendemos a questão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, atendemos o uso sustentável da biodiversidade e atendemos a Política Nacional de Recursos Hídricos. Essas são as quatro sugestões que faço como Relator desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Paulo, para discutir.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Eu queria chamar a atenção do Plenário e da Comissão no momento em que nós estamos discutindo o Orçamento, que hoje é o grande problema do Governo e dá conta das questões do nosso País. Está-se cortando tudo a partir da aprovação da PEC e reduzindo o orçamento de setores estratégicos e importantes.

Não sei se há alguém aqui do Ministério do Meio Ambiente ou do Ibama...

O Parlamentar, ao discutir o Orçamento, tem naturalmente os interesses pelos quais é demandado por sua representação política. Então, quando nós fazemos uma emenda dessa, Presidente e Relator, tem que ficar claro para o Governo que nós estamos direcionando emenda para reforçar aquele setor que atendeu aos interesses dos nossos demandados, das nossas regiões etc.

Eu queria dizer isso para ficar claro que o reforço para o Ministério é exatamente nisso, porque nós estamos sendo demandados ou nós sofremos as tensões das nossas regiões, principalmente em período de recursos parcos no Orçamento da União.

Então, ao direcionar essas emendas aqui, é preciso dialogar com os órgãos executores, no caso da emenda direcionada, para que realmente obedeçam a prioridade colocada pelos Parlamentares – no caso nós, que estamos agora contemplando o meio ambiente.

Eu digo isso porque, na questão ambiental, todo mundo sabe que há um conflito muito grande envolvendo o governo e os setores produtivos e, portanto, tem-se que levar em consideração a nossa concepção, como a gente vê a aplicação desse processo.

Eu digo isso – ouviu, Larissa? –, porque lá, na Região Amazônica, e nessas regiões como a nossa, a do Pantanal, o Mato Grosso, está muito em cheque essa questão do desenvolvimento sustentável. Eu acho, quanto à preservação do meio ambiente, que os setores produtivos têm que dialogar também com a questão do desenvolvimento e com a questão econômica do processo de desenvolvimento.

Eu estou dizendo isso... Eu até fiz uma cartilha, que eu estou distribuindo aí, sobre a recuperação das nascentes. Inclusive, há um Senador da Bahia, o Otto, que levanta muito essa questão do principal rio nacional, que é o Rio São Francisco, que está tendo problemas de navegação, porque ali foram agregadas atividades econômicas importantes e, agora, no Governo Lula, com a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

transposição e das hidrelétricas... Então, ele está levantando essa questão da recuperação das nascentes, o que eu acho fundamental. Que a gente não fique só com a preocupação da exploração econômica ou hídrica da produção de energia, mas que também se preocupe com a questão da recuperação das nascentes.

Agora, a recuperação das nascentes também tem que envolver interesses econômicos ali. Foi o caso do que eu quis fazer com esta cartilha, porque eu acho que o desenvolvimento de Estados importantes, na minha visão, principalmente lá no Pará, é que o desenvolvimento seja a partir das bacias hidrográficas, mas que se agreguem ali atividades econômicas. Por exemplo, o Cidinho, dialogando com... O pessoal da área da criação de boi precisa da derrubada da floresta por causa do capim e, aí, foi detonado um conjunto de nascentes etc.

Por que é que eu acho que, à medida que você... Aliás, já saiu até essa proposta no Código Florestal, que discutimos muito tempo aqui, e, agora, vêm essas propostas que se agregam a isso, eu acho. Então, há um objetivo... Não é essa visão só ambiental, que, às vezes, é vista de uma forma meio preconceituosa até. Aqui nós estamos discutindo como agregar a recuperação da floresta e a recuperação da atividade econômica.

Por exemplo, Cidinho, lá, na nossa região, o que eu estou propondo é que, ao recuperar uma floresta, por mais que saia aquela nascente de dentro de uma fazenda, a gente possa incluir ali outra atividade econômica nessa recuperação. Por exemplo, produção de açaí, cacau, aquele cacau que dá na várzea, outras... Com a ida da indústria bioquímica, ou química, lá para a Amazônia, também dá para plantar um bocado de plantas medicinais, que acabam sendo produtivas para alimentar a indústria química etc. É o caso das árvores da Amazônia, andiroba, copaíba etc., que são grandes plantas, cumaru, pau-preto, enfim. Então, você pode plantar ali e recuperar a nascente, mas, ao mesmo tempo, ter outra atividade econômica.

Eu queria ressaltar isso para chamar a atenção para o fato de que, mesmo com esses parcos recursos, podemos alavancar os nossos desenvolvimentos regionais e microrregionais, principalmente em regiões tão díspares e tão grandes.

Portanto, Senador Davi, essa emenda é de fundamental importância aprovar, quiçá até aumentar o seu valor, porque ela tem esse papel muito importante para atender a recuperação do nosso meio ambiente, a recuperação da força das águas dos nossos grandes rios, mas principalmente para agregar ali uma atividade econômica importante.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Há mais alguém que queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais discussão, colocaremos em votação.

Aqueles que concordam com o relatório, com todas as emendas aqui, conforme já foi lido pelo Presidente Davi Alcolumbre, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado.

Ao passar a Presidência ao Senador Davi Alcolumbre, já peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com a palavra o Vice-Presidente, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Davi, eu gostaria de parabenizar toda a Comissão e principalmente a liderança de V. Exª pelo relatório, por estar procurando atender todos os Parlamentares desta Comissão de forma bem democrática. Estou aqui com o Senador Cidinho, que é do meu Estado, o Mato Grosso, e aqui nós queremos destacar emendas que fizemos em função de nossa preocupação com a preservação dos ecossistemas e das bacias hidrográficas.

No nosso Estado, nós temos o Pantanal. Aliás, no Estado de Mato Grosso nós temos três ecossistemas. Temos o Pantanal, que é um patrimônio da humanidade, nós temos também o Cerrado, que hoje é a força da produção agropecuária do Estado de Mato Grosso, sendo um destaque na produção dos grãos e exportação, também algodão. Somos responsáveis por 54% da produção nacional de algodão, temos o maior rebanho bovino, temos hoje uma grande produção de carnes, suínos, aves. Somos um Estado ainda com muita fronteira agrícola, muita área para ser aberta. Então, além do Pantanal, nós temos também o Cerrado e, ainda, a Amazônia. Ou seja, o Estado de Mato Grosso é privilegiado nesse aspecto, e há que se ressaltar também a dimensão do Estado: são 900 mil quilômetros quadrados, ainda com uma população relativamente pequena – temos lá aproximadamente 2,5 milhões de habitantes.

Então, a nossa grande preocupação é fazer com que tenhamos uma produção cada vez maior. Ou seja, temos capacidade hoje de produzir, só o Mato Grosso, tudo o que produz o Brasil inteiro de produção agropecuária, mas temos também a preocupação com a preservação ambiental. Ou seja, trata-se de fazer verdadeiramente o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Aí é onde entram essas emendas aqui, inclusive, que propusemos, e aqui foram atendidos outros Parlamentares também, principalmente em um programa que nós temos lá, no Mato Grosso, que é o programa BID Pantanal. Esse programa foi idealizado no governo ainda do Governador Dante de Oliveira. Muitos projetos foram feitos, mas, na verdade, não foi contratado esse projeto.

A Bacia do Pantanal, que é o Rio Paraguai... O Senador Cidinho, inclusive, foi prefeito de Marilândia, uma cidade que está localizada nessa região. A grande preocupação nossa é exatamente a preservação do Pantanal.

Essas emendas podem contemplar o consórcio regional da Bacia do Paraguai tanto na área de resíduos sólidos, como também em todo o programa BID Pantanal – vamos tirar o nome BID Pantanal, será programa Pantanal – para ser atendido pelo governo do Estado, pelo consórcio dos Municípios. Com isso, acho que a Comissão atende de forma bastante ampla não só o Estado de Mato Grosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

como também outros Estados, com todas essas emendas que aprovamos, atende de forma genérica, principalmente, o Ministério do Meio Ambiente.

Então, quero parabenizá-lo, Senador Davi, junto com o Senador Cidinho. Trabalhamos em conjunto para que o Mato Grosso, a Região Amazônica, enfim, todo o Brasil pudesse ser atendido. V. Exª, que também é da Região Amazônica, sabe e lutou muito para esse entendimento da Comissão. Espero que o Ministério do Meio Ambiente também entenda que a nossa Comissão está fazendo o seu papel de alocar recursos para o Ministério do Meio Ambiente para que o Ministério possa fazer a política ambiental brasileira, mas, quero repetir, no desenvolvimento socioeconômico ambiental, não em atravancar o desenvolvimento.

Eu sempre tenho dito que quem está na Amazônia, as pessoas que lá estão, está ali preservando uma região brasileira. E para que seja preservada, precisa de recurso, precisa de pesquisa, precisa de investimento. Não é o abandono, simplesmente dizer que nada se pode fazer, que vai preservar a Amazônia. Nós precisamos levar esse desenvolvimento na condição de respeito ao meio ambiente.

Por isso, quero parabenizar V. Exª, que é um destaque dessa Região, conhece-a muito bem. E aqui vamos trabalhar nessa parceria para ajudar o Ministério do Meio Ambiente a desenvolver as políticas desenvolvimentistas com preservação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Queria agradecer as palavras do Senador Wellington e também a colaboração do Senador Cidinho, do Senador José Medeiros e do Senador Hélio José, que participaram ativamente das discussões em relação a... Tivemos 57 emendas apresentadas, tínhamos que optar por quatro. Fizemos o acolhimento da melhor maneira possível, tentando contemplar todas as áreas de atuação desta Comissão.

Novamente faço a referência de que todas as emendas aprovadas hoje aqui pelo Plenário desta Comissão foram emendas de caráter nacional. É importante que se faça essa referência no sentido de que nós não privilegiamos uma área específica do Brasil, privilegiamos ações específicas dentro do Ministério.

Quando a Comissão aporta e apresenta emendas importantes, com valores significativos, logicamente na Comissão de Orçamento, no Comitê de Admissibilidade, na relatoria setorial, na relatoria geral até a sua aprovação, esses valores deverão sofrer alteração. Que bom que era para mais, como foi solicitado pelo Senador Paulo Rocha. Nós tentamos atender o maior número de emendas possível dentro de programas específicos apresentados pelos Senadores que fazem parte desta Comissão.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Cidinho, V. Exª tem a palavra.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – É só para parabenizar V. Exª e também o Senador Wellington pelo trabalho à frente da Presidência e da Vice-Presidência da CMA.

Realmente, como V. Exª disse, as emendas que foram aprovadas realmente atendem em caráter nacional. Daqui a pouco nós temos uma audiência pública discutindo a questão das bacias hidrográficas.

Justamente dentro das emendas aprovadas está a questão de recursos para a continuidade desses programas, o que é de fundamental importância. Como o Senador Wellington disse, o nosso Estado, o Mato Grosso, tem a questão do Rio Paraguai, que é o rio que corta o Pantanal Mato-grossense. É um trabalho que já, há muito tempo...É o sonho até de um empréstimo do Governo Dante de Oliveira do BID Pantanal, que depois acabou não dando certo. Nós temos uma preocupação com a seca, com a poluição do Rio Paraguai, com as nascentes dele, dos afluentes. Então, são de muita importância essas emendas apresentadas e aprovadas. Com certeza, nós queríamos aprovar muito mais, atender muito mais demandas. Mas o cobertor é curto e nós temos de, agora, trabalhar, focar, para que na Comissão de Orçamento consigamos manter esses valores...Dificilmente...A gente sabe o que é ampliar, mas pelo menos manter esses valores. Mas parabéns pelo seu trabalho e o de toda a Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Gostaria até de sugerir à Presidência a possibilidade de marcar uma audiência com o Ministro do Meio Ambiente, juntamente com a Presidente do Ibama e o Presidente da Funai para a gente apresentar esse trabalho que estamos fazendo, exatamente no sentido de a gente poder melhorar ainda mais o entrosamento do Ministério do Meio Ambiente com a nossa Comissão.

Às vezes a gente vai e, de repente, um técnico não conhece a realidade da nossa região e coloca dificuldades. Por exemplo, quero aqui mencionar a questão das estradas do Mato Grosso. Nós temos estradas lá que já existem há mais de quarenta anos. O Ministério dos Transportes está fazendo um investimento, às vezes, na conservação da estrada ou até na construção da estrada, mas há dificuldade de entendimento, às vezes, de um técnico. Quero exemplificar aqui com a BR - 242, no meu Estado. Parte dela foi asfaltada e não se conseguia a licença ambiental das pontes. Precisou morrer muita gente, inclusive dois funcionários do Ibama, para que a gente encontrasse mais sensibilidade no sentido de agilizar a licença para o Ministério dos Transportes e o Dnit construírem as pontes. Ou seja, numa estrada asfaltada, de repente, você se depara com uma ponte de madeira, com um desvio. E muitos acidentes ocorreram. Então, não estou aqui querendo criticar a área técnica. Não. Queremos aqui, na verdade, nos aproximar porque, às vezes, um técnico aqui que fica analisando um projeto, no papel, não tem oportunidade de conhecer a nossa realidade e pode demorar muito para conseguir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

entendimento da urgência que representa salvar vidas numa estrada ou em outra condição para a qual o Ministério do Meio Ambiente precisa ter mais agilidade.

Então, é nesse sentido, nesta audiência, que gostaria de pedir para que a Comissão pudesse ter uma aproximação maior ainda do Ministério com seus órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Gostaria de solicitar à Secretaria da Comissão que pudesse agendar essa reunião com o Ministro do Meio Ambiente, o Ministro Sarney Filho. É uma agenda desta Comissão, dos membros desta Comissão, com a participação da Presidente do Ibama, Drª Suely e do General Franklimberg, Presidente da Funai. Nós podemos fazer um requerimento oral ou tem de ser escrito?

Nós podemos fazer um requerimento oral ou tem que ser escrito?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Então, pronto.

Estamos fazendo este requerimento de forma oral, mas já vamos apresentar, logo em seguida, assinada pelo Senador Cidinho, pelo Senador Wellington e pelo Senador Davi, a solicitação de audiência desta Comissão com o Sr. Ministro, a Srª Presidente do Ibama e o Sr. Presidente da Funai.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Não, não é uma audiência pública. É uma audiência da Comissão, uma visita da Comissão de Meio Ambiente ao gabinete do Ministro, com a presença dessas autoridades.

Coloco em votação o requerimento de uma visita externa da Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal ao gabinete do Sr. Ministro Sarney Filho, com a participação da Srª Presidente do Ibama e do Sr. General Franklimberg, Presidente da Funai.

Os Senadores que concordam com esta audiência externa da Comissão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado este requerimento.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Sendo assim, eu gostaria de propor a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas, e a sua via original entregue à CMA.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, João Capiberibe, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, presentes ainda os senadores José Pimentel, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata e Paulo Paim, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Sérgio Petecão, Roberto Muniz e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RMA 31/2017, de autoria do Senador Cidinho Santos, e RMA 16/2017, de autoria do Senador Roberto Muniz. Finalidade: Discutir "programas de revitalização de bacias hidrográficas brasileiras: avaliação e perspectivas", dentro do plano de trabalho para avaliação de políticas públicas (RISF, art. 96-B). Participantes: Sr. Irani Braga Ramos, Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional; Sr. Fabrício de Sousa Líbano, Gerente de Empreendimentos Socioambientais da Diretoria de Revitalização da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim (CODEVASF); Sra. Larissa Alves da Silva Rosa, Coordenadora-Geral Substituta do Ministério do Meio Ambiente. Sr. Humberto Cardoso Gonçalves, Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/17

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Havendo número regimental, declaramos aberta a 23ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Passo a presidência ao Senador Cidinho Santos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos. Sejam bem-vindos.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2017, da CMA, de minha autoria, com o objetivo de debater os programas de revitalização das bacias hidrográficas brasileiras, avaliação e perspectivas.

Esta audiência faz parte da avaliação de políticas públicas estabelecida pelo Requerimento nº 16, de 2017, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania e também do *site* do Senado ou pelo telefone 0800-612211. Eu gostaria de chamar os nossos convidados especiais: Sr. Irani Braga Ramos, Assessor Especial Ministério da Integração Nacional – por favor, sua vaga está aqui na mesa; Sr. Humberto Cardoso Gonçalves, Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos da Agência Nacional de Águas; também o Sr. Fabrício de Sousa Líbano, Gerente de Empreendimentos Socioambientais da Diretoria de Revitalização da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco, Paranaíba, Itapecuru, Mearim (Codevasf).

A Srª Larissa se faz presente? (*Pausa.*)

Por favor, Srª Larissa, Coordenadora-Geral Substituta do Departamento de Revitalização do Ministério do Meio Ambiente.

Antes de iniciarmos, informo que, nos termos do Instrução Normativa nº 9, de 2017, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata de modo a facilitar a elaboração do relatório.

Cada orador poderá usar a palavra por até dez minutos. Restando um minuto para o fim do prazo, a campainha soará.

Iniciamos com o Sr. Irani Ramos, Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer estar aqui.

Em nome do Ministro da Integração Nacional, eu agradeço ao Senador Cidinho Santos pela oportunidade de fazer este debate tão importante aqui. E agradeço aos demais colegas aqui do Governo Federal, da Codevasf, da ANA e do Ministério do Meio Ambiente que estão presentes.

Eu preparei uma apresentação sucinta. Vou me ater rigorosamente aos dez minutos e estarei à disposição para qualquer pergunta, para construirmos isso que entendemos, nós do Ministério da Integração Nacional, como uma urgência, de importância para a sociedade, para os governos e, portanto, um desafio a ser enfrentado.

Primeiro, eu devo dizer que o Ministério da Integração Nacional está mais diretamente envolvido com o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Por conta disso, dou um rápido contexto hídrico da Bacia do São Francisco e depois vou fazer uma observação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sobre isso. A Bacia do São Francisco, com seus 505 Municípios, que representam 9% da área do País, ocupa 7,5% da área do País. É um rio bastante extenso, com quase 2,7 mil quilômetros de comprimento. É uma área, incluindo os seus contribuintes, de mais de 120 mil quilômetros. Metade desses rios é intermitente. A sua vazão, na sua média histórica, é considerável, é a quinta maior vazão média do País. Possui aquíferos importantes que contribuem para a sua vazão natural.

Dentro do contexto econômico e social, representa uma região que tem 16,5 milhões de habitantes, 8% do País, com um PIB que representa alguma coisa como 6% do País. Então, ela ainda está, digamos, abaixo da média nacional do PIB *per capita*. Oitenta e cinco por cento da população têm abastecimento de água, 98% na área urbana. A coleta de esgoto representa 71% do volume produzido nas cidades, e o tratamento de esgoto alcança 43% desses 70% que são coletados.

Dentro da Bacia do São Francisco, há um conjunto de vazões retiradas, em que cerca de 70% estão destinadas à irrigação; 15%, ao abastecimento humano; e 17%, a outros usos, que incluem o abastecimento humano nas áreas rurais, a dessedentação animal e o uso industrial.

É importante fazer uma rápida contextualização de por que eu estou falando da Bacia do São Francisco, embora a convocação seja de caráter mais geral.

O Ministério da Integração Nacional tem uma ligação umbilical com a Bacia do São Francisco, porque ela, talvez, seja a maior demandante dos esforços do Ministério da Integração Nacional para o conjunto de suas políticas. Aí devo dizer por que o Ministério da Integração Nacional está interessado na revitalização da bacia, embora esse não seja o carro-chefe das atribuições legais que o Ministério tem, dadas pela Lei 10.683, de 2003.

O Ministério da Integração Nacional tem competências que vão do desenvolvimento regional e da coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil até a instalação, a definição da Política Nacional de Irrigação. Ele tem uma competência importante em relação à infraestrutura hídrica do País e às obras de enfrentamento à seca. Por conta de todo esse conjunto de informações e atribuições, a água é central no Ministério da Integração. E é importante que haja uma política para a água que envolva uma política de desenvolvimento regional que bem a utilize, que bem a coloque. Por isso, quando eu coloco aqui a questão da revitalização de bacias sob a ótica do Ministério da Integração Nacional, a questão hídrica tem uma importância muito grande.

Para o programa de revitalização da Bacia hidrográfica do São Francisco, por conta de todas essas questões que envolvem o Ministério, o Ministério fez um esforço de convencimento bastante grande à Casa Civil da Presidência da República e sensibilizou a Casa Civil de que o programa de revitalização precisava ganhar um caráter mais estratégico. Dessa forma, constituiu-se um comitê gestor do programa de revitalização. Nós entendemos que o programa de revitalização não deve ter um único dono. Ele não é do Ministério do Meio Ambiente, não é do Ministério da Integração, não é da Codevasf, não é de nenhum ministério isoladamente; ele tem de ser uma prioridade de Governo; ele tem de envolver vários órgãos, que envolvem ações de gestão, de planejamento territorial e desenvolvimento.

Então, criou-se um Comitê Gestor estratégico, que é presidido pela Casa Civil e que envolve uma sequência de ministérios do Governo Federal, que tem a participação dos governos estaduais que compõem a bacia hidrográfica – então, os governadores são membros do Comitê Gestor. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que envolve usuários de água, envolve governos de todos os níveis da Federação e também a sociedade civil.

Uma Câmara Técnica de assessoramento é presidida pelo Ministério da Integração, mas é um órgão assessor, que conta com a participação daqueles ministérios que estão listados lá no Comitê Gestor, mas também de muitos outros órgãos que contribuem para essa política transversal do Governo. A partir disso, definiu-se um conjunto de eixos estratégicos para organizar as ações do Governo.

Um rápido histórico. A Câmara Técnica foi instituída por um decreto de agosto de 2016 – ele completou um ano no mês passado. Tivemos um conjunto de reuniões da própria Câmara Técnica, que conta com a participação do Comitê de Bacia. Há uma infinidade de reuniões bilaterais. Envolvemos muitos órgãos ao longo desse período. Elencamos um conjunto de ações que vão desde ações diretamente empreendidas pelo Governo – há aquelas que são apoiadas pelos fundos de desenvolvimento regional, pela política agrícola do Governo –, e com isso constituímos uma carteira de ações em que eliminamos algumas sobreposições e também preenchemos algumas lacunas importantes nessa construção de uma unidade para intervenção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Fizemos uma comparação dos planos regionais. As propostas foram cotejadas com a Emenda Constitucional 55. E aí é importante que digamos isto: no momento, neste ano de 2017, estamos num cenário bastante restritivo de orçamento, mas a nossa expectativa é de que isso não se perpetue. De toda forma, isso está alinhado com o cenário que a Emenda Constitucional 55 colocou e também está alinhado com o conjunto de alternativas institucionais em que buscamos outras formas de financiamento.

Temos convidado permanentemente para acompanhar os nossos trabalhos o TCU, o Ministério Público Federal e a Controladoria-Geral da União, que têm – cada um no seu papel, devemos dizer isso – contribuído para a transparência do processo. Temos cinco grandes eixos estruturantes neste programa: saneamento e controle de poluição; proteção e uso sustentável dos recursos naturais; economias sustentáveis; gestão e educação ambiental; planejamento e monitoramento.

Ali, há alguns exemplos do que compõe cada um desses eixos. Essa lista não é exaustiva, então, existem muitas outras coisas que estão sendo desenvolvidas, mas isso acho que dá uma qualificada no que cada eixo trata.

Acho que com isso eu encerro aqui a minha apresentação.

Agradeço, novamente, Senador, pela oportunidade, e estamos aqui à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Dr. Irani, pela sua explanação e suas colocações.

Dando sequência, depois a gente vai às perguntas.

Passo à Drª Larissa, para que faça a sua explanação.

O SR. LARISSA ALVES DA SILVA ROSA – Bom dia. Quero agradecer, primeiramente, o convite da Comissão de Meio Ambiente ao Senador Cidinho Santos e aos colegas da Mesa, Codevasf, Ministério da Integração e Agência Nacional de Águas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Represento aqui o nosso Ministro José Sarney e o nosso Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, que estava em outra agenda e não pôde estar com vocês.

Quero agradecer e parabenizar a escolha do programa de revitalização para ser objeto de avaliação desta Comissão, sobretudo pelo momento por que a gente passa, um momento de crise hídrica, e a gente sempre fala que não é uma crise hídrica e, sim, uma crise ambiental. E um momento de crise também é um momento de oportunidade, é um momento de oportunizar medidas inovadoras para sair e oportunizar momentos como este; momentos de discussão para que se avalie e se sugiram medidas de aperfeiçoamento para a nossa atuação. Queria muito que estivessem aqui, para, inclusive, receberem essa notícia da aprovação dessas emendas do Ministério do Meio Ambiente, o que nos motiva e fortalece o nosso trabalho. Futuramente, vamos marcar a agenda.

Primeiramente, a gente vai falar sobre o tema da reunião de hoje que é fazer uma avaliação e perspectivas. Quero falar um pouco do programa de revitalização – e aí a gente retoma o conceito.

Pode ir passando.

É bom a gente resgatar o que a gente entende por revitalização, que é a preservação e conservação de bacias por meio de ações integradas e permanentes, que promovam o sustentável, a melhoria das condições socioambientais e quantidade e qualidade de água.

No conceito de revitalização, a gente destaca aí duas palavras principais, que são ações integradas, ações integradas de todos os entes – Executivo, Legislativo, iniciativa privada, sociedade civil, terceiro setor e todos os Poderes Públicos –; e integradas também no Território. Então, é a gestão do solo, a gestão da água, a gestão do ambiente urbano, e a questão de permanente. A revitalização não é um projeto, com início, meio e fim, e tem de ser uma política pública permanente, perene, porque os resultados ambientais não vêm no curto prazo. Por isso, a gente tem de priorizar.

Pode até passar, porque ela é toda cheia de coisinhas.

Aí a gente tem o tripé da revitalização, que é a melhoria da disponibilidade de água, quantidade; o uso sustentável dos recursos naturais; e a melhoria das condições socioambientais, conforme foi colocado aqui também na questão dos requerimentos. O nosso objetivo principal é, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida, que passa obviamente pelo desenvolvimento econômico, pelo uso dos recursos naturais de forma sustentável e pela questão do recurso hídrico.

Ações permanentes integradas e os nossos principais executores. O Ministério do Meio Ambiente tem um papel mais de formulação de políticas públicas e um papel muito grande também de articulação dessas políticas no Território.

Pode passar.

Aí a gente destaca um pouco dos princípios, para retomar como é a nossa forma de atuação. A gente traz a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Conforme foi falado também anteriormente pelo Senador Paulo Rocha: trabalhar políticas públicas por bacia hidrográfica, como preconiza a nossa Lei das Águas, de 1997.

Oportunidade de integrar a gestão das águas, a gestão ambiental e a gestão urbana. Aí vem o princípio da integração e do trabalho de forma sistêmica.

Potencializar diversas ações e investimentos públicos na bacia. O papel do Ministério do Meio Ambiente é articular as diversas políticas públicas e colocar nos territórios das bacias hidrográficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é substituir competência de ninguém nem se sobrepor a ela, e, sim, fazer com que as políticas se encontrem e tenham mais efetividade e resultados.

Integração e fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Essa é uma oportunidade também de a gente integrar essas duas políticas, esses dois sistemas.

Pode passar.

Nas diretrizes, a gente tem uma abordagem sistêmica integrada, uma abordagem sistêmica, trabalhando com ecologia da paisagem e olhando o ambiente como um todo.

Atuar nas causas da degradação. A gente prescinde de um diagnóstico, a gente atua naquilo que for mais efetivo.

E a gestão ambiental integrada.

Essas são as diretrizes do programa e como o Ministério do Meio Ambiente tem atuado.

Só para ilustrar um pouco dos desafios regionais – pode passar mais um pouco –, a gente trouxe esse tamanho dos desafios, que depende da geografia das regiões hidrográficas que a gente trabalha. Conforme o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, temos 12 regiões, cada uma com seus problemas, suas peculiaridades. Aí o nosso objetivo de garantir os usos múltiplos dessa água.

Portanto, a gente tem – pode voltar lá no mapa? Sou geógrafa, gosto de mapa – a questão da geração de energia hidrelétrica na Região Norte; a poluição hídrica no Sudeste; a questão do saneamento do esgoto, tratamento do esgoto; e os déficits hídricos no Nordeste, sobretudo na Região Semiárida – baixa precipitação, alta temperatura – e ali na questão do do Sul. Todos esses dados foram tirados do Relatório de Conjuntura da ANA.

Conforme foi mencionado pelo Irani, o grande consumo de irrigação no Brasil representa 70%; na Bacia do São Francisco, 70%; e é comum na maioria das bacias do mundo esses 70%.

Há a questão da expansão da fronteira agrícola, conforme foi colocado também no início. A gente ressalta os problemas do desmatamento, da irrigação... Mas é como modernizar e tornar esses sistemas mais eficientes.

Só um dado curioso: há três anos, o maior PIB agrícola, a maior produção agrícola era no Município de Sorriso, Mato Grosso. De lá para cá, é no Município de São Desidério, na região do oeste baiano, onde há o Aquífero Urucuia, que também merece medidas de preservação. Então, é como compatibilizar essas questões numa geografia tão diversa.

Aí propusemos as nossas áreas temáticas – pode ir passando, por favor. Pode ir passando. Acho que vão abrir várias – que são planejamento e monitoramento, gestão ambiental e recursos hídricos, proteção e recursos naturais, saneamento e economia sustentada.

Pode ir passando, porque vão abrindo os componentes por áreas temáticas.

A gente atua na abertura de várias frentes de trabalho, como forma de dar resposta para as peculiaridades regionais que as diversas regiões apresentam.

Esse é mais ou menos o nosso arranjo, que guarda compatibilidade com o plano que vou apresentar.

Pode passar.

Isso é um pouco do programa nacional, em que a gente tem atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai adentrar um pouco mais a Bacia do São Francisco, que é também o carro-chefe, mas há ações na Bacia do Pantanal, na qual há, como já foi falado, a problemática do Alto Taquari, a questão da erosão, das voçorocas, das ações de recuperação de nascentes. Para isso já há também o Programa Pantanal, já conversado pelo nosso Ministro e pela nossa Presidente do Ibama também, para retomar e fortalecer as atuações nessa região.

As demais são mais ações também com emendas parlamentares. Neste ano há seis emendas parlamentares, que pretendemos executar. E ampliar a geografia da nossa atuação, ampliar a nossa territorialidade – no ano que vem, com certeza, ampliar ainda mais, com esse *input*, com esse aporte financeiro que será colocado.

Esse é um pouco do panorama da execução das bacias. Vamos entrar um pouco no Programa de Revitalização do São Francisco.

Pode passar.

Eu tentei fazer um pouco da linha do tempo, um pouco do histórico, porque não sei se é do conhecimento de todos. Em 1997, temos a Lei 9.433, que estabelece a bacia hidrográfica como unidade de gestão.

Logo em seguida, em 2001, atendendo às demandas da sociedade e frente a uma discussão do projeto de integração da Bacia do São Francisco e das bacias do Nordeste setentrional, há a criação do Projeto de Conservação e Revitalização, com a criação do seu Comitê Gestor.

Nesse mesmo ano, por um decreto sem número, de 5 de junho de 2001, Dia do Meio Ambiente, é criado também o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Em 2004, há o primeiro aporte financeiro para a Bacia, que é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LARISSA ALVES DA SILVA ROSA – ... a inclusão no Plano Plurianual do Governo. Então, há a cessão a partir de 2004.

Em 2007, há o fortalecimento das ações de revitalização, com a inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento. No PAC 1, 2007/2010 – pode ir passando –, as ações principais foram o PAC Revitalização, de que acho que a Codevasf vai falar um pouquinho, que foram as ações, sobretudo, de saneamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, ações de controle de processos erosivos. Então, houve um aporte com o PAC.

Em 2007, criamos também um departamento específico no Ministério do Ambiente para tratar da questão.

Em 2012... Na reunião passada, na audiência passada, o pessoal do Tribunal de Contas da União esteve aqui, e retomamos uma avaliação, uma auditoria operacional do TCU nas ações de controle de processos erosivos na Bacia do São Francisco que sugeriu alguns aperfeiçoamentos também nos mecanismos de governança, cujos resultados teremos mais para frente.

A partir de 2012, o Programa de Revitalização foi transformado em objetivos no PPA. Então, a gente não tem mais um programa no PPA. O objetivo da revitalização faz parte do programa de recursos hídricos.

Em 2016, a gente tem o decreto que institui o Programa de Revitalização e cria seu Comitê Gestor, conforme apresentado já pelo Ministério da Integração Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ir passando. Pode ir passando.

No mesmo dia da assinatura do decreto, dia 9 de agosto de 2016, o nosso Presidente lançou também o Plano Novo Chico. Em 2017, a gente tem a reestruturação do Ministério, com o que a gente tem um fortalecimento também da área de revitalização. E aí engloba também a agenda de acesso à água. Então, Departamento de Revitalização de Bacias e Acesso à Água, com o fortalecimento da estrutura institucional também para lidar com a causa, frente as demandas apresentadas.

Aí, é só para resgatar a questão da geografia da Bacia de São Francisco. São quatro regiões fisiográficas, cada uma com suas características e que merecem também projetos diferenciados.

Eu sempre falo que a revitalização do São Francisco merece uma revitalização ambiental que desce do alto, e uma revitalização social que sobe do baixo. O nosso desafio, em termos de dimensão – é como se falássemos em termos de território hídrico da bacia –, equivale aos territórios de Portugal, Alemanha e Reino Unido. Se a Europa se reunisse para revitalizar esses rios, haveria uma repercussão. Esse é o tamanho do nosso desafio, e é por isso que a gente batalha. Por mais que se faça, ainda há e sempre haverá muito o que fazer, devido à extensão e devido aos problemas.

E, ali, só chamar a atenção para a questão do Semiárido, que é mais de 50% da Bacia, a que foi dado destaque também no Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco.

Pode ir passando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LARISSA ALVES DA SILVA ROSA – O Plano Decenal da Bacia do São Francisco foi aprovado pelo Comitê da Bacia no final de 2016, que é o instrumento de planejamento para o Ministério do Meio Ambiente, para as ações de revitalização. Muito da nossa avaliação, quando a gente recebeu esse dever de casa de avaliar e propor perspectivas, passa por esse quadro. Muitos dos pontos de aperfeiçoamento e de como a gente tem seguido passam por essas questões chaves. Por isso que eu trouxe e está lá, no Plano, que são os recursos financeiros escassos – e ainda bem que a gente teve uma notícia boa hoje –, capacitação, uma área muito grande, e políticas públicas ineficientes e, por vezes, direcionadas para áreas...

Isso é só para exemplificar os principais gargalos e aperfeiçoar a nossa atuação. Fazem parte do nosso processo de avaliação essas relações estabelecidas.

Pode ir passando.

Aí, engloba um conjunto de ações – processos erosivos, recuperação de áreas degradadas, ações de educação ambiental, fiscalização, saneamento, turismo, dinamização da economia local, arranjos produtivos –, trabalhando a bacia em toda a sua diversidade.

Entramos na fase final da apresentação, que é a questão do Plano Novo Chico – pode ir passando –, de que eu não vou falar muito, é só um pouco da estrutura do decreto. O objetivo reafirma o objetivo inicial do Programa de Revitalização de 2004. As diretrizes já são as mesmas diretrizes já apresentadas. E, aí, ele traz esse arranjo institucional, que é um Comitê Gestor Político, coordenado pela Casa Civil, e uma Câmara Técnica, apoio técnico ao programa, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional. Sobre isso o Irani mais ou menos já falou. Então, Ministros de Estado, Governadores de Estado e Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Pode ir passando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui estão algumas ações em andamento no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Nós temos a conclusão do Macrozoneamento Ecológico da Bacia Hidrográfica do São Francisco, com a proposição de cenários e diretrizes de ação; as ações de fiscalização preventivas e integradas, em parceria sobretudo com o Ministério Público Estadual da Bahia; as ações do Ibama, que são medidas preventivas, educativas e para reparação dos danos e dos ilícitos detectados.

Programa Nacional de Capacitação de Gestores. A gente tem uma ação de educação ambiental muito forte de mobilização. A gente acredita que revitalização é, antes de tudo, mudança de mentalidade, mudança de rumo, uma transição de modelo. Isso passa muito pela questão da capacitação.

Censo de recuperação de áreas degradadas, que propõe modelos demonstrativos para recuperar os diferentes biomas da Bacia do São Francisco. E aí a gente destaca a questão da Univasf (a Universidade Federal do Vale do São Francisco).

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ALVES DA SILVA ROSA – Eu acho que era isso.

Quero agradecer a oportunidade da participação e me colocar à disposição para dirimir qualquer dúvida. Eu sempre falo que só uma ação integrada realmente salvará o nosso Rio São Francisco. Estamos à disposição nessa construção coletiva, mirando esse objetivo comum, que é a revitalização dos rios brasileiros.

Perdão, faltou um.

Perspectivas. Estruturação do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas. Essa é uma bandeira do Ministério do Meio Ambiente. A gente tem aquela máxima: pensar global e agir local. Para o meio ambiente, essa máxima é totalmente plausível, mas, além de pensar global nas questões mundiais, agir no local, agir onde a gente está. A gente também tem de ter uma estratégia nacional de revitalização para o País. Então, a gente vai delinear essa estratégia para o Brasil.

Instalação do Comitê Gestor. Aguardamos a reunião para que a gente realmente efetive e implemente o plano de ação a ser aprovado pelos membros. E aí a gente lança também a questão do Decreto de Conversão de Multas Ambientais proposto pelo Ibama, em tramitação na Casa Civil, para apoiar o Plano Novo Chico. Isso está em via de ser aprovado, e a ideia é de que a gente tenha recursos oriundos das multas do Ibama para apoiar projetos de recuperação florestal, e a Bacia do São Francisco vai ser prioritária. Então, isso aí acena como uma agenda positiva e é uma perspectiva do programa.

A gente tentou cobrir a nossa proposta. Só uma ação integrada salvará o São Francisco.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Não há problema em V. Sª ter ultrapassado o tempo, porque sua explanação foi ótima.

Agradeço a V. Sª mais uma vez.

Depois voltaremos às perguntas não só daqueles Senadores que as fizeram por escrito, como também as dos participantes do Portal e-Cidadania.

Passo a palavra ao Dr. Humberto Cardoso Gonçalves, Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES – Sr. Senador Cidinho Santos, em seu nome cumprimento também todos os integrantes da Mesa, os colegas de trabalho.

Gostaria de agradecer antes de mais nada, em nome da Agência Nacional de Águas, o honroso convite para estar aqui participando desta audiência pública para discutir programas de revitalização de bacias hidrográficas brasileiras.

Como sabemos, a água é um bem essencial à vida – é notório. Ela nos serve de muitas maneiras e está presente em todas as nossas atividades. Para garantir o direito de todos a esse bem natural tão precioso, é muito importante assegurar uma gestão adequada dos recursos hídricos. A gestão das águas doces é o conjunto de ações destinadas a regular e controlar o uso desse recurso, garantindo a sua proteção em conformidade com as leis no Brasil. No Brasil, essa gestão é feita por um conjunto de instituições e instâncias de participação social, do qual a ANA faz parte. Eu me refiro aqui ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

Considerando a complexidade da gestão de recursos hídricos no País, em função da nossa diversidade espacial, cultural e ambiental, tão bem apresentada aqui pela Larissa, e da simetria que existe entre os diversos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, uma das grandes preocupações da Agência Nacional de Águas para a gestão efetiva dos recursos hídricos é dar sustentabilidade às instâncias participativas: comitês de bacia, conselhos de recursos hídricos, órgãos estaduais e federais de recursos hídricos, agências de bacia, que demandam de seus técnicos e representantes competências diversas, tais como conhecimentos específicos, habilidades e atitudes, para fazer frente à complexidade inerente à gestão das águas.

Assim, a ANA, como ente do Singreh, responsável pela implementação da nossa Política Nacional de Recursos Hídricos, vem implementando programas que atuam em áreas específicas, como o fortalecimento dos órgãos gestores de recursos hídricos, pelo Progestão; a produção do conhecimento técnico-científico para a garantia da segurança hídrica no País, como os planos de bacia, os estudos, os atlas específicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, recentemente lançado; a conjuntura de recursos hídricos, que, anualmente, a gente publica; o monitoramento da qualidade da água; gestão de eventos hidrológicos críticos; a capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos – esse em especial atenção na medida em que estamos atingindo a marca de cem mil pessoas capacitadas pelo nosso sistema de capacitação, agora recentemente, com cursos de mestrado profissional; o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas pelo nosso Procomitês, que é um apoio aos comitês de rios de domínio estadual, especialmente no contexto que nós estamos discutindo: a conservação de água e solo.

No contexto de conservação de água e solo, merece um destaque o Programa Produtor de Água, que é um programa exitoso implementado pela ANA desde 2006 e que está voltado ao estímulo e utilização de boas práticas com base na Política de Pagamento por Serviços Ambientais. A proteção de corpos hídricos do País visa à redução de erosão e ao assoreamento do meio rural, propiciando a melhoria da qualidade e ampliação e regularização da oferta de água em bacias hidrográficas estratégicas para o País. Esse programa prevê apoio técnico e financeiro para o estabelecimento de arranjos que viabilizem o PSA e a execução de ações de conservação de solo e água em vários Estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, Senador, encontram-se em andamento cerca de 60 projetos distribuídos por várias regiões hidrográficas no País. De 2012 até 2017, já foram recuperados e conservados um total de 40 mil hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes, num total de 500 mil hectares de projetos contratados pelo Produtor de Água.

Recentemente, a ANA pactuou com o Fundo Nacional de Meio Ambiente o lançamento de um edital para apoio à preservação de mananciais que atendem a regiões metropolitanas localizadas em bacias hidrográficas consideradas críticas. Os projetos encontram-se em análise e serão desenvolvidos nos próximos quatro anos.

Paralelamente, a ANA vem somando esforços para agregar conhecimento técnico à Câmara Técnica do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica de São Francisco, aqui citado, o Plano Novo Chico, especialmente nas ações de águas subterrâneas, considerando o conhecimento já adquirido com os estudos realizados no Aquífero Urucuia, o monitoramento hídrico de quantidade e qualidade, e a proteção e recuperação de nascentes e contenção de processos erosivos em projetos pilotos.

Quanto ao monitoramento hidrológico da Bacia do São Francisco, a ANA vem executando um programa de modernização da sua rede hidrológica nacional, contemplando a automação de coletas de dados hidrológicos por meio de plataforma de coleta de dados já adquirida e em aquisição.

Dessa forma, a ANA instituiu especificamente para o São Francisco um Programa de Monitoramento Qualiquantitativo das Água Superficiais da Bacia do São Francisco, que visa gerar dados hidrológicos de alta confiabilidade, tais como nível, vazão, sedimentos e qualidade de águas superficiais, além de dados de precipitação na Bacia do Rio São Francisco, utilizando tecnologias de última geração para gestão de recursos hídricos e pesquisa científica, visando principalmente à avaliação dos resultados e ao acompanhamento das ações governamentais em curso e previstas na revitalização do São Francisco.

Em parceria com instituições estaduais responsáveis pelas atividades referentes ao monitoramento da qualidade das águas da Bacia do São Francisco, a ANA está investindo, neste ano de 2017, cerca de R$4,1 milhões em rede hidrológica nacional, e com previsão orçamentária em 2018 para a Bacia do São Francisco de mais R$4,5 milhões, perfazendo, para o período de 2017 a 2026, um total de R$50,5 milhões para a Bacia do São Francisco.

Quanto ao apoio às ações de proteção e recuperação de nascentes e contenção de processos erosivos, frente à complexidade do tema e da definição das principais temáticas a serem consideradas para a definição da área piloto, a ANA vem apoiando o Plano Novo Chico com estudos para o estabelecimento de critérios de prioridades e melhor detalhamento das áreas prioritárias para as intervenções.

Nesse sentido, merece destaque o que acabamos de ouvir do decreto que está para sair de conversão das multas do Ibama, em que estão sendo estabelecidos e separados recursos na ordem de R$550 milhões para implementação de ações de recuperação de áreas de proteção permanente no Rio São Francisco, proteção de áreas de recarga dos aquíferos, em comum acordo com a Agência Nacional de Águas e o Ibama. Esse é um programa do Ibama, que, junto com o Ministério do Meio Ambiente e com a Agência Nacional de Águas, pretende implementar, então, no Plano Novo Chico, recursos agora de multas, especialmente da Petrobras, de cerca de R$1,3 bilhão. Assim que for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assinado o decreto, serão os primeiros recursos que serão destinados para o Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco.

Por outro lado, merece destacar o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia hidrográfica do São Francisco, aqui já citado pela colega do ministério, um dos mais importantes instrumentos de planejamento de ações de revitalização da Bacia do São Francisco.

Nesse contexto, é oportuno mencionar que, recentemente, por meio da agência daquela bacia, Agência Peixe Vivo, o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco concluiu a revisão do Plano, 2016/2025, como aqui já citado. Seguramente, o referido documento é a referência mais atualizada, estruturada e consistente ao...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES – ... abordar os principais temas da bacia que afetam a disponibilidade hídrica e a qualidade da água nos rios, o qual possui diversos programas e metas diretamente relacionadas ao Plano Novo Chico.

O orçamento estratégico do referido plano da bacia, em função dos seus expressivos passivos da bacia, prevê a necessidade de aportes de cerca de R$30 bilhões, e 8% desse montante estavam sendo previstos para recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e nascentes.

Há uma significativa interface do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco com os programas afetos ao Plano Novo Chico. Dessa forma, entendemos que o Plano de Recursos Hídricos do São Francisco, por meio dos seus programas, projetos, metas, estabelece, de forma coerente, as ações prioritárias para implementar muitas das intervenções necessárias para colocar em prática o programa de revitalização do São Francisco.

Da mesma forma, entendemos ser fundamental fortalecer o papel das instâncias participativas integrantes do Singreh, comitês de bacia, conselho de recursos hídricos, instituições gestores executivas estadual e federal e agências de água, mediante a adoção de uma estrutura de governança mais consistente e atuante.

Acreditamos que, com essa conjugação de esforços, alcançaremos o êxito desejado em programas de bacia hidrográfica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Dr. Humberto.

Dando sequência, vou passar a palavra ao Dr. Fabrício de Sousa Líbano, Gerente de Empreendimentos Socioambientais da Diretoria de Revitalização da Codevasf.

O SR. FABRÍCIO DE SOUSA LÍBANO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Cidinho, obrigado pelo convite. Bom dia, colegas de Mesa, Irani, Larissa, Humberto. É um prazer poder representar a Codevasf falando desse tema tão importante no cenário atual e, ao mesmo tempo, apaixonante.

A Codevasf – vou tomar a liberdade de apresentá-la rapidamente aqui –, como o Irani falou, é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e tem como missão desenvolver as bacias hidrográficas de forma integrada, sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Muito se falou aqui e se lembra sempre do Vale do São Francisco quando se fala em Codevasf, mas hoje nós temos o Vale do São Francisco do Parnaíba, Itapecuru, Mearim – não está aparecendo ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na imagem ainda, mas já temos o Vaza-Barris, que pega um pedacinho da Bahia e quase todo o Estado do Sergipe. E, no último eslaide, a gente vai mostrar um projeto de lei que já está para sanção presidencial, aumentando mais alguns outros vales também na nossa área de atuação. Atualmente, nós temos mais de 13% do Território nacional, 923 Municípios, e atuando em 48% do Semiárido brasileiro.

Para ilustrar o que já foi muito bem falado pela Larissa, qual é o objetivo da revitalização de bacias. Vou pegar o foco principal que seria o uso sustentável dos recursos naturais. E a imagem ali mostra uma bacia degradada e uma revitalizada, que é o nosso objetivo final. Na degradada, a gente vê a perda da capacidade de suporte do solo, que fica empobrecido, lixiviado pelas águas das chuvas, etc., causando o assoreamento dos rios, a erosão nos campos e perda total da capacidade produtiva do solo, comprometendo também a vida no corpo hídrico.

Dentre as ações de revitalização que a Codevasf executa, talvez a principal delas seja o controle de processos erosivos, onde a gente executa ações como barragens para captação de água de chuva, os terraços, a adequação de estradas ecológicas e proteção de nascentes, matas ciliares e topos de morro. Todas essas ações têm como objetivo principal garantir a infiltração da água no solo, para promover a recuperação e manutenção do lençol freático, garantindo, assim, que as matas estejam protegidas e o solo também produtivo.

Outra ação de suma importância é o esgotamento sanitário. A gente tem uma meta que se aproxima de quase 200 Municípios a serem contemplados com o Sistema de Esgotamento Sanitário, e o objetivo principal é eliminar o foco poluidor, que é o esgoto lançado *in natura*, que compromete toda a vida nos rios e córregos que recebem essa carga contaminante. Hoje a gente está com a meta já razoavelmente alcançada, com mais de metade dos empreendimentos concluídos e em operação.

Complementarmente ao Sistema de Esgotamento Sanitário, a gente também implanta as ligações intradomiciliares e, às vezes, até constrói módulos sanitários. Essa é uma medida de extrema importância para garantir a efetividade do sistema implantado, haja vista que, em grande parcela dos Municípios onde a Codevasf atua, todos com menos de 50 mil habitantes, muitos moradores não teriam dinheiro suficiente para fazer a interligação da sua antiga fossa à rede que passou ali na frente da rua, ou muitos outros, inclusive, não têm nem o próprio banheiro na sua residência. Estão ali destacados de branco, bonitinho, o novo módulo sanitário construído. Se a gente olhar no cantinho direito da imagem, antigamente, era o banheiro daquela família. Então, a gente melhora a qualidade de vida, a dignidade, contribui com a saúde pública e também com a preservação do meio ambiente.

Também plantamos sistemas de abastecimento de água. O recorte, nesse caso, foi para as comunidades rurais localizadas até 15 quilômetros da calha do Rio São Francisco. Apesar de a gente atuar também no Vale do Parnaíba no quesito revitalização, os sistemas de abastecimento de água ficaram restritos ao Rio São Francisco, muito por conta da própria obra de transposição, uma obra que a gente sabe que, desde o início, foi muito polêmica. A gente se lembra da greve de fome do Bispo da Barra, que clamava por atendimento à população ribeirinha, já que se transpunha água para população muito distante, e, ao mesmo tempo, a gente tinha a população ribeirinha com carência e deficiência de acesso à água. O objetivo desse programa foi tentar prover essas famílias de abastecimento de água com qualidade, apesar de estarem muito próximas à beira do rio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliado às ações de revitalização – também são ações de revitalização – nós temos apoio aos arranjos produtivos locais. São medidas de inclusão produtiva que ajudam a preservar as intervenções que nós fizemos principalmente no que diz respeito ao controle de processos erosivos. Quando a gente faz o cercamento de uma nascente, o cercamento de uma mata ciliar ou do próprio topo de morro, a gente acaba diminuindo um pouco a área produtiva daquela propriedade. Então, para que a gente consiga que seja mantido aquele investimento, que seja preservado e o que o produtor não volte a assorear a nascente, a plantar e a colocar o gado na beira do rio, a gente promove essas ações de apoio à economia para que ele tenha uma alternativa econômica que ajude a sua subsistência e, principalmente, preserve a ação executada.

Agora, estamos em uma nova fase, acho, de vital importância: o Plano Novo Chico. Como a Larissa colocou, desde 2001 já existe o decreto da revitalização; em 2004, com o Plano Decenal, foram descritas as ações a serem executadas; em 2007, com o advento do PAC, a Codevasf adquiriu recursos necessários para implementar as ações. Agora, a gente vem com esta nova etapa, como o Irani colocou muito bem, de fazer uma convergência maior de todos os executores das diversas ações, para que a gente tenha melhor monitoramento, melhor efetividade dessas ações.

Estão no Subitem V o planejamento e o monitoramento, que talvez sejam os mais importantes para a gente garantir o planejamento assertivo da execução e, depois, monitorar o resultado alcançado.

Dentro das perspectivas, a gente volta com nova a área de atuação da Codevasf. Essa área em verde é a área atual, que engloba os Vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, o Vaza-Barris. Essa parte em amarelo ou laranja é a área que está prevista no Projeto de Lei 4.450, de 2016, que está para sanção presidencial, e que engloba mais uma quantidade significativa de vales. Vai integralizar todo o Estado de Alagoas, aumentar um pouco a área de atuação no Estado do Pernambuco, completar quase que totalmente o Estado do Maranhão e uma parcela bastante significativa do Estado do Goiás.

Em todas essas áreas, temos sérios problemas de crise hídrica da mesma forma. Por acaso, eu sou de Goiânia e ontem recebi um WhatsApp de um amigo mostrando que a concessionária já estava anunciando racionamento de dois dias em Goiânia e nas cidades da grande Goiânia também, devido à dificuldade de captação de água no Rio Meia Ponte. A gente acabou de concluir a obra lá, Ribeirão Leite, Sistema Produtor Mauro Borges, mas o rio está com um sério risco; desde sua nascente até quando chega a Goiânia, está com graves problemas de exagerada captação em lavouras, assoreamento em nascentes, das margens, etc.

Então, o desafio para a Codevasf aumenta com a ampliação da sua área. E, para que a gente possa executar – talvez isso seja um voto de confiança do Congresso Nacional na capacidade executiva da Codevasf –, para que a gente dê conta de cumprir a nossa missão, precisamos do apoio para que tenhamos os meios necessários.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABRÍCIO DE SOUSA LÍBANO – Conversei com o Irani há pouco, e ontem a gente teve a notícia na Codevasf de que, infelizmente, há uma sinalização de que não teremos recursos do PAC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para execução das ações de revitalização. E todas essas que eu apresentei aqui são executadas com recursos do PAC. Então, corremos o risco de ficarmos com as ações executadas pela metade ou não iniciadas. Da mesma forma, com a ampliação da nossa área de atuação, vamos precisar de mais recursos, tanto humanos como orçamentários, para que demos conta do recado.

Fiquei muito feliz em ouvir sobre as quatro emendas aprovadas para o MMA. Acredito que a gente pode conseguir uma parceria para executar alguma coisa também, não é, Larissa? Mas fica o recado de que a gente fica muito preocupado, Senador, com essa sinalização de recurso zero para ano que vem para a gente dar conta das nossas ações, ainda mais com a expansão da nossa área de atuação.

Agradeço a atenção de todos.

Também ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Dr. Fabrício.

Realmente a questão de recurso é uma preocupação, mas, no que depender da nossa Comissão, estaremos à disposição para ajudar no Ministério do Planejamento e no de Meio Ambiente, para poder conseguir os recursos para a continuidade das ações.

Eu registro aqui, do Portal e-Cidadania, o comentário do Ricardo Lima e Silva da Paraíba, que diz: "Essa discussão é de grande urgência, dada a sua fundamental importância para a preservação de uma das maiores riquezas de uma nação!"

O Marco Antonio Pereira, de São Paulo, diz: "Essa discussão está muito lenta e atrasada. Enquanto isso, a população de Piraju, São Paulo, está se debatendo contra a ameaça de destruição do último trecho original do Rio Paranapanema, com a construção de mais uma PCH."

E o Leonardo Carvalho, de Goiás, diz: "Já está há muitos anos atrasada essa discussão. Moro em Goiás e o que era o nosso maior rio, o Rio Araguaia, está desaparecendo! Há lugar em que dá para atravessar de carro. Lamentável!"

Agradecemos a todos pela participação. Daqui a pouco, a gente lê mais alguns.

E há aqui perguntas também. A primeira para o Dr. Irani diz assim: Um eficiente programa de revitalização de bacias hidrográficas necessita considerar uma multiplicidade de ações e iniciativas. Podemos dar como exemplos elaboração e implantação do zoneamento ecológico-econômico, combate ao desmatamento, recuperação de terras degradadas e ampliação da área de cobertura vegetal nativa na bacia, criação e implantação de unidade de conservação da natureza, universalização dos serviços de saneamento básico, fomento ao reuso da água em atividades urbanas e rurais, monitoramento da cobertura vegetal nativa e da qualidade e quantidade das águas, fomento da sustentabilidade socioambiental das atividades econômicas desenvolvidas na bacia, entre outras iniciativas. Em suma, são ações diversas que evidentemente envolvem a participação de diversos órgãos do Poder Público e a sociedade em geral, o que evidencia a necessidade de coordenação e gerenciamento integrado e eficaz. Pergunta: como o Ministério da Integração Nacional tem contribuído para a coordenação dessas ações? Quais têm sido os principais gargalos identificados? E qual avaliação essa pasta faz do caminho percorrido até então a respeito dos programas e projetos de revitalização de bacias hidrográficas?

Está com a palavra o Dr. Irani.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Muito obrigado pela pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em primeiro lugar, eu acho que a gente tem de lidar entre os gargalos, e eu queria colocar um gargalo que é da sociedade, um gargalo que é de todos nós. É muito difícil, embora a gente trabalhe com ações que são ações práticas, concretas, com começo, meio e fim, o programa de revitalização não pode ser visto como um programa com começo, meio e fim, em que a gente entrega no final, daqui a x meses, uma bacia revitalizada. Ele não pode ser visto dessa forma. Ele tem de ser visto como uma ação permanente, uma ação continuada dos governos e da sociedade.

Dessa forma, aquela estrutura que eu mostrei criada pelo Decreto 8.834 é uma estrutura que foi montada com um espírito de gestão continuada do programa de revitalização. Assim, prevê-se naquele decreto que, uma vez por ano, pelo menos, mas, com certeza uma vez por ano, o Comitê Gestor do programa se reunirá. E o que ele fará nesta uma vez por ano? Ele deve aprovar um planejamento de o que ele fará nos 12 meses seguintes e um relatório de o que ele fez nos 12 meses anteriores.

Doze meses é um prazo muito curto para que a gente comece e termine uma coisa. O objetivo desse prazo de 12 meses não é que a gente olhe o programa de revitalização como uma obra isolada, mas como um conjunto de intervenções que vai ser continuado e de que precisamos corrigir rumos, melhorar instrumentos, agregar novos parceiros e, dessa forma, avançar continuamente na melhoria do programa. Acho que essa é uma das questões.

O grande gargalo imediato, todos sabemos: estamos em um ano de bastante restrição fiscal. Então, o gargalo imediato é o gargalo de poucos recursos mobilizados no momento. O jeito de enfrentar, além da própria priorização que cada um de nós pode fazer nisso, acho que isso exige da gente mais imaginação, mais esforço na identificação de novos meios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Acho que a Larissa comentou aqui e o Humberto também a respeito do decreto de conversão de multas que está em estudo. É uma possibilidade de arregimentação de recursos extraorçamentários que agregariam esforço ao programa.

Dialogando um pouco sobre o comentário de uma das pessoas que o Senador Cidinho leu a respeito do tempo, digo que, na verdade, nós brasileiros, nós sociedade, nós seres humanos tivemos um longo período em que a gente construiu o mundo como ele está hoje. A construção do mundo como nós queremos é uma coisa que não é rápida, e não há jornada que não comece com um primeiro passo. Acho que o primeiro passo, o segundo passo e o terceiro passo foram dados. O que nós precisamos agora é persistir na revitalização para que, daqui a alguns anos, a gente possa reconhecer mudanças no cenário que hoje a gente tem de degradação ambiental e de restrição hídrica, em parte causada pela degradação ambiental.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Dr. Irani.

Temos aqui o comentário da Darlene Pinheiro, do Pará. Ela diz: "Agir imediatamente! O que tem de ser feito todos nós sabemos: reflorestar com vegetação nativa, educação ambiental nas escolas, desde a educação infantil, fiscalização efetiva..."

Luuh Moreira, do Piauí: "Esse é um tema que merece mais prioridade do que armamentos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Artur Alvim Cury, de São Paulo, diz: "Preservar a qualidade da água é fundamental ao meio ambiente e à vida humana; esse bem natural tem que favorecer a vida humana e não às grandes empresas e seus lucros. Manutenção da mata ciliar e combate a destruição dos leitos é fundamental à preservação dos mesmos!

Marco Aurelio Tavares Sampaio, de São Paulo também, diz: "Que as empresas que têm a água como matéria prima sejam as responsáveis pela proteção das matas ciliares".

Pergunta para o Dr. Fabrício. No âmbito do programa de revitalização da Bacia do Rio São Francisco foram criados, desde 2007, Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas. Esses centros têm como objetivo promover a recuperação e a conservação da flora de áreas prioritárias da bacia hidrográfica, pesquisando e desenvolvendo técnicas de recuperação dos biomas da bacia, com o intuito de promover o reflorestamento em grande escala e recuperar parte da diversidade biológica. Pergunta: após dez anos de funcionamento, que balanço o senhor faz do papel desses Centros de Referência e do cumprimento de sua missão? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta: quais as perspectivas de irradiação desses centros para outras bacias hidrográficas e biomas brasileiros?

O SR. FABRÍCIO DE SOUSA LÍBANO – Os CRADs, como a gente os chama, Centro de Referência de Áreas Degradadas, foram construídos em parcerias com universidades, com a UFMG, a Unimontes, a própria UnB, a Ufal e também nós temos lá a Universidade Federal Rural de Pernambuco. A ideia deles é justamente fomentar e transferir a tecnologia. Infelizmente, o balanço não é o mais favorável como a gente gostaria de que fosse. O objetivo deles não foi 100% alcançado, haja vista a famosa questão orçamentária do nosso País. A gente conseguiu dinheiro de um investimento para implantar a estrutura física, mas a parte do custeio para implementação e desenvolvimento das ações acabou ficando bastante escassa, não houve o desenvolvimento desejado. Não obstante, a produção científica é bastante significativa em todos eles, sempre utilizados por estudantes, tanto de graduação como de pós-graduação, e várias publicações estão saindo. Aqui, da UnB mesmo, a gente recebeu muita coisa. No CRAD/Ufal, em Arapiraca, Alagoas, também acabou de ser publicado um manual para a restauração da Caatinga. Então, o desenvolvimento científico foi bastante positivo.

Quanto à irradiação para as demais áreas, a Codevasf, como eu expliquei, é limitada a sua área de atuação. Hoje, eu diria que, pelo menos pela Codevasf, não há essa intenção de ampliar. Além da nossa limitação de área de atuação, também há a questão orçamentária.

Eu pediria licença a Larissa para ver se ela tem alguma informação adicional, uma vez que esse programa foi gestado em parceria com o próprio Ministério do Meio Ambiente.

O SR. LARISSA ALVES DA SILVA ROSA – Complementando as informações do Fabrício,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ALVES DA SILVA ROSA – ... o Ministério do Meio Ambiente foi parceiro, e o arranjo que foi feito com os centros foi a questão de a Codevasf investir em infraestrutura e construção dos CRADs e o Ministério apoiar com recursos de custeio.

Todos sabemos dos cortes e restrições orçamentárias que sofremos. Houve realmente uma descontinuidade no repasse de alguns centros. O único que a gente ainda continua apoiando é o da Universidade do Vale do São Francisco, que é a Univasf, no qual a gente tem sete anos de pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sobre como recuperar o bioma da Caatinga. A gente ainda tem feito esse esforço de apoiá-lo porque a pesquisa científica e acadêmica não pode ser perdida e o esforço do Ministério do Meio Ambiente, junto com a Codevasf, junto com todos também, de inserir no Plano de Aplicação, do Comitê da Bacia do São Francisco. O Comitê da Bacia do São Francisco já tem os recursos da cobrança pelo uso da água, e a gente está nesse movimento também de incluir, porque os CRADs precisam de uma fonte perene, de uma ação orçamentária que assegure realmente a continuidade.

É um centro que a gente avalia – e o TCU, no seu acórdão de 2012 – como essencial, como política pública de recuperação e de restauração. E a Univasf é muito interessante porque é da Caatinga, e o nosso grande gargalo é como recuperar a Caatinga.

Um fato curioso é que eu estive lá há dois anos. Eles cercam as parcelas e tentam modelos demonstrativos. E o professor me perguntou: "Larissa, o que você acha que acontece se só cercarmos a Caatinga?" Aí eu falei: "Permanece." Se for o Cerrado, regenera, mas a Caatinga, não; a cada ano vai perdendo diversidade biológica, vai perdendo diversidade de espécies. A tendência é que vire deserto; que se desertifique a área. Para se entrar com métodos de recuperação na Caatinga, têm de ser métodos realmente efetivos, porque não é um bioma fácil de ser recuperado.

A gente tem êxitos, tem publicações, tem ações de extensão rural que o CRAD/Univasf desenvolve e que a gente ainda consegue apoiar com o recurso escasso do Ministério do Meio Ambiente. Estamos batalhando por recursos.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Dr. Irani e Drª Larissa.

Há uma pergunta aqui para o Dr. Humberto. Quando falamos de revitalização de bacias hidrográficas, imediatamente vêm em mente ações locais, como reflorestamento, obras de saneamento, controle da erosão, que necessitam estar previstos não apenas em uma perspectiva *top-down*, isto é, de cima para baixo, mas principalmente em uma perspectiva construtivista que nasça do querer e da organização dos próprios usuários da bacia hidrográfica, os beneficiários diretos dessas ações. Ele pergunta: o que a Agência Nacional de Águas tem feito para fomentar a articulação entre os interesses nacional, regional e local, em especial entre o Governo Federal e os Comitês de Bacia, a respeito de ações de revitalização de bacias hidrográficas?

E a segunda pergunta: como assegurar que um programa governamental de âmbito regional de revitalização de bacias hidrográficas seja democraticamente construído e socialmente compartilhado?

O SR. HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES – Obrigado pela pergunta. É uma oportunidade de a gente discorrer um pouco sobre a nossa atuação dentro de um programa de conservação de água e solo, em que se inclui a revitalização de bacia hidrográfica.

A pergunta é pertinente, na medida em que nós entendemos – e isso está bem espelhado no conceito do Programa Produtor de Água – que, se não houver envolvimento do proprietário local e também da sociedade, nós não vamos avançar muito na conservação e na preservação das nossas Áreas de Preservação Permanente.

O Programa Produtor de Água vem exatamente nessa vertente. Não adianta – isso está mais do que comprovado – fazermos campanhas de conservação, de proteção ou de recuperação de mata ciliar. No determinado dia que é estabelecido, movimenta-se toda a sociedade, movimentam-se as escolas, os estudantes vão para a beira do rio com as suas mudinhas, plantam, isso sai na imprensa, sai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no jornal, e no dia seguinte aquilo fica abandonado, não tem tratos culturais, ninguém preserva a área, o gado vai comer as mudinhas, que é uma comidinha ótima para o gado; a formiga vai se deliciar. Não há nenhum tratamento de tratos culturais para preservar aquilo que foi feito.

O Programa Produtor de Água vem nesta direção, na direção de responsabilizar o produtor rural a cuidar daquela área que está sendo preservada. Para esse cuidado específico que ele vai ter, ele vai deixar de produzir naquela área e, consequentemente, vai ser remunerado pela produção ambiental que está fazendo. Por isso que nós chamamos de Produtor de Água. Na verdade, são produtores de serviços ambientais que nós estamos remunerando para manter aquela área conservada. Com isso, o programa protege e financia o cercamento de áreas estratégicas, a correção de estradas vicinais – nós sabemos que as estradas vicinais estão entre as grandes responsáveis pelo assoreamento dos rios, porque não são feitas com as técnicas adequadas. Então, há todo um arcabouço que existe no Programa Produtor de Água para dar assistência técnica e garantir que o produtor daquela região preserve aquela área e cuide dela.

Se continuarmos insistindo em programas massivos de plantio de mata ciliar sem a devida responsabilidade da sociedade envolvida, quer pelo Produtor de Água, quer pelo Comitê de Bacia, quer pela sociedade organizada daquela região, nós não vamos ter êxito. Isto está mais do que comprovado: se não houver interesse da sociedade local ou proprietário, ou organizações civis, para conservar e proteger aquela área, a gente não vai ter muito sucesso nesse processo. É uma inversão de recursos públicos e recursos privados. Aqui na região do Pipiripau, em Brasília, nós temos um acordo de Produtor de Àgua na região em que 13 instituições estão participando, desde a Adasa, a Caesb, associações de produtores rurais que produzem mudas; todos estão lutando pela conservação daquela área. Aí, sim, você está produzindo água em quantidade e de qualidade. Não basta simplesmente distribuir mudas, porque, no dia seguinte, os tratos culturais não vão ser financiados, não vão ter nenhum tipo de cuidado, e a gente vai perder mais uma área em termos de proteção.

A pergunta é muito interessante na medida em que precisamos ampliar mais esses programas de proteção das nossas nascentes, precisamos ampliar mais o nosso Programa Produtor de Água. Estamos iniciando uma modelagem de um programa de APP Legal, Área de Proteção Permanente Legal, que visa principalmente à assistência técnica privada aos proprietários, de maneira a garantir, então, a proteção dessas áreas que estão sendo recuperadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Uma pergunta para a Drª Larissa. Em 2012, o Tribunal de Contas da União realizou auditoria operacional que avaliou o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Em seu relatório, o TCU concluiu que a área de recuperação e controle de processos erosivos recebeu pequena parcela dos recursos destinados à revitalização da bacia comparativamente às obras de saneamento. Além disso, a maior parte das ações apresentava baixa execução orçamentária, alto percentual de inscrição em restos a pagar e reduzida execução financeira, sendo que pouco era efetivamente investido nas ações com potencial impacto sobre o volume de água disponível na bacia. Pergunta: diante dessas constatações e das recomendações propostas pelo TCU, que orientações foram adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente com vistas à solução dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

problemas então verificados? A segunda pergunta: essas orientações estão sendo replicadas em outros Programas de Revitalização de Bacias Hidrográficas de modo a se evitar os efeitos identificados na Bacia do Rio São Francisco?

A SRª LARISSA ALVES DA SILVA ROSA – Esse acórdão – que eu já citei algumas vezes – é do Tribunal de Contas da União de 2012. E, quanto às ações adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente, a gente estabeleceu um plano de ação. Esse acórdão tinha quatro orientações, quatro recomendações à época: a primeira era a respeito da reestruturação do Comitê Gestor do Programa de Revitalização; a segunda era sobre as ações de fiscalização; a terceira, fortalecer a questão da economia sustentável, não só recuperação de áreas degradadas, mas também uma dinamização econômica dos proprietários rurais; e a quarta, que era um plano de controle de processos erosivos, que citava também um pouco dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas.

Relembrando o papel de formulador e de articulador do Ministério do Meio Ambiente, a gente executa, por meio de convênios, em parcerias com Estados, Municípios, organizações não governamentais e através de órgãos federais, como a Codevasf, que, no PAC, teve a execução da maior parte dessas ações.

Só para esclarecer, a ação de controle de processos erosivos é a ação mais difícil de ser monitorada, a mais difícil de ser executada, porque a gente entra naquela questão de como mensurar uma ação de recuperação de nascente, uma ação de construção de terraços, de estradas vicinais, tudo isso passando também pela questão da mobilização dos proprietários rurais.

Com relação ao recurso, conforme cita a pergunta, o carro-chefe, o maior investimento foi em obras de saneamento, porque, em qualquer revitalização, projeto de revitalização de bacias hidrográficas no mundo inteiro, o carro-chefe tem de ser realmente a questão do tratamento do esgoto e do abastecimento.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ALVES DA SILVA ROSA – Então, realmente, a gente teve uma prioridade até no Plano Decenal da Bacia 2004-2014, a gente tinha essa sinalização de investimentos em saneamento. As ações de controle de processos erosivos têm essa dificuldade na mensuração, no indicador.

E há a questão do tempo, conforme o Irani colocou: uma ação de plantio de mudas, uma ação de cercamento demanda tempo. A gente executou em algumas ações também parceria com a Agência Nacional de Águas, do Produtor de Água, sobretudo no Alto São Francisco, na região de Minas Gerais, na qual a gente teve o controle do processo erosivo, o plantio. E aí volta a biodiversidade, melhora as condições de vida. São projetos dos quais eu sou realmente bastante entusiasta, em que a gente tem de avançar. E o grande desafio nosso é como dar escala a esse tipo de projeto piloto, já entrando aqui na segunda resposta.

Como estão sendo replicadas? Esse é o grande desafio. E aí a gente estabelece também parcerias através de acordos de cooperação técnica. Nosso Ministro José Sarney esteve, há um mês, assinando acordos de cooperação técnica com a Itaipu Binacional, no sentido de replicar ações do Programa Cultivando Água Boa, que trazem para a gente uma pedagogia de bacia, trabalhando esse escopo integrado, ambiental e uma nova ótica. A gente tem feito acordos de cooperação técnica não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só com o Cultivando Água Boa, mas com o Instituto Espinhaço, com o Ecodata, no Tocantins, com a proposta do Arco das Nascentes.

Então, a gente tem tentado dar capilaridade, e isso tudo, a partir da mudança da coordenação do programa de revitalização, a gente vai contemplar todas essas recomendações no plano de ação a ser estabelecido pelo Comitê Gestor.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LARISSA ALVES DA SILVA ROSA – A gente pretende avançar com a retomada das atividades do Comitê Gestor como forma de dar resposta também ao acórdão do TCU. A gente tem que fazer essa concertação de atores, e agir de forma inteligente, dialogar.

Agradeço. Nós nos colocamos à disposição nessa construção conjunta, e lançando essa construção conjunta também de um programa nacional de revitalização com ampla participação da sociedade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Drª Larissa.

Tenho aqui alguns comentários.

Do Silas Barbosa, do Maranhão: "Não permitir construções irregulares nas beiras do rios, lagos, lagoas e bacias, reflorestar com árvores nativas, não permitir plantações de pinus e eucaliptos, estações de tratamento em todas as cidades e estipular um limite de venda de energia hidrelétrica para outros países."

Anna Flavia Schmitt, de Santa Catarina: "Não permitir construções irregulares nas beiras do rios, lagos, lagoas e bacias, reflorestar com árvores nativas, não permitir plantações de pinus e eucaliptos [...]" É a mesma coisa do Silas Barbosa.

E por último o Moroyner da Costa Barbosa, de Minas Gerais: "O programa de revitalização, na minha opinião, é um tema que deve ter prioridade, devido às mudanças climáticas e aos maus tratos do homem, nossos rios estão morrendo, precisamos unir forças enquanto é tempo, ou enfrentaremos a maior crise hídrica do País."

Eu agradeço a participação do Dr. Irani, da Drª Larissa, também do Dr. Humberto e do Dr. Fabrício. Esta nossa segunda audiência sobre o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas com certeza foi esclarecedora e também contribuiu para o debate e para o relatório final.

Muito obrigado pela presença de todos.

Comunico ainda, por fim, a realização de audiência pública que propus no plano de trabalho para os programas governamentais que têm o objetivo da revitalização das bacias hidrográficas de domínio da União, a se realizar no dia 31 de outubro para discutir o estado da arte da revitalização de bacias hidrográficas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente audiência.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Paulo Rocha, Ângela Portela, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, José Medeiros, Cidinho Santos, Pedro Chaves; presentes ainda os Senadores José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Wilder Morais, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Roberto Muniz, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente faz os seguintes comunicados: 1) Ofício nº 257/2017, de 05 de setembro de 2017, da Câmara Municipal de Santa Lúcia - SP, que encaminha Moção de Repúdio nº 033/2017, contra decreto do Governo Federal relacionado a RENCA – Reserva Nacional do Cobre e Associados; 2) Oficio nº 228.09.2017, da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires do Estado de São Paulo, que encaminha a esta Comissão a cópia do Requerimento 865/201, que manifesta repúdio à iniciativa do Governo Federal de extinguir a área de preservação ambiental denominada Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA); 3) Documento, da Associação Brasileira de Antropologia, que manifesta sua preocupação com o adequado cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos humanos e ambientais, especialmente dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais a serem afetados pela extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca).A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RMA 24/2017, de autoria do Senador Wellington Fagundes, RMA 33/2017, de autoria do Senador Wellington Fagundes, e RMA 13/2017, de autoria do Senador Davi Alcolumbre. Finalidade: Debater "o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização do Cadastro Ambiental Rural (CAR)", dentro de plano de trabalho para avaliação de políticas públicas (RISF, art. 96-B). Participantes: Sr. João Paulo Mello Rodrigues Sarmento, Diretor-Presidente do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF (representante de: Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)); Sr. Amado de Oliveira Filho, Economista e Consultor (representante de: Associação de Criadores de Mato Grosso - ACRIMAT); Sr. Dalton de Morisson Valeriano, Coordenador do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE; Sr. Britaldo Silveira Soares Filho, Professor titular do Departamento de Cartografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Sra. Marlene Lima, Assessora Política Socioambiental (representante de: Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso - APROSOJA); Sra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucélia Avi, Gestora do Núcleo Técnico (representante de: Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO); Sr. Carlos Eduardo Sturm, Diretor de Cadastro e Fomento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro (representante de: Ministério do Meio Ambiente). Sr. Alex Sandro Antônio Marega, Secretário Adjunto de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SEMA. Fazem uso da palavra os senhores Fernando Gorgen, Prefeito Municipal de Querência e Lutero Siqueira, ex-Prefeito Resultado: Audiência realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 34 de 2017 que: "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente (CMA), audiência pública para debater as políticas públicas desenvolvidas no bioma Pantanal, em especial a efetividade da conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável nessa região." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado com aditamento da lista de convidados para incluir representantes das assembleias legislativas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente.

Antes de iniciarmos, desejo um bom-dia a todos, agradecendo a todos que se prontificaram a estar aqui conosco.

Eu quero comunicar, para o conhecimento dos membros, o recebimento dos seguintes documentos:

Ofício nº 257/2017, de 5 de setembro de 2017, da que encaminha a Moção de Repúdio nº 33 contra decreto do Governo Federal relacionado à Renca (Reserva Nacional do Cobre e Associados).

Ofício nº 2.289, de 2017, da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, no Estado de São Paulo, que encaminha a esta Comissão a cópia do Requerimento 865/2001, que manifesta também o repúdio ao Governo por extinguir a área de preservação ambiental denominada Reserva Nacional do Cobre e Associados.

O terceiro documento é da Associação Brasileira de Antropologia, que manifesta a sua preocupação com a adequação e o cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos humanos e ambientais, especialmente dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais a serem afetadas pela extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão, por e-mail. Não havendo manifestação no prazo de sete dias, serão arquivados.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada em 17/10/2017.

Portanto, aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata então está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 24 e 33, de 2017/CMA, de minha autoria, com o objetivo de debater o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização do Cadastro Ambiental Rural.

Esta audiência faz parte da avaliação de política pública, estabelecida pelo Requerimento nº 13, de 2017/CMA, nos termos do art. 98-B do Regimento Interno do Senado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania, no *site* http//www.senado.leg.br/ ecidadania, ou também através do telefone 0800-612211. Eu quero repetir o endereço para todos os internautas que queiram participar: http://www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há pouco, eu conversava aqui com um dos consultores da nossa Comissão, inclusive ele me apresentava os dados e estará fazendo uma palestra amanhã, na Câmara dos Deputados, sobre a evolução do portal e-Cidadania. Eu tive a oportunidade de ser presidente da Comissão Senado do Futuro e apresentamos o projeto de criação, estruturação, reconhecimento na Casa deste portal, inclusive com toda a estrutura necessária para o desenvolvimento do portal.

O portal tem crescido de forma vertiginosa a partir do ano de 2015, de 2016, e agora, em 2017, chega a 40.443.093 usuários com visualização de página de 232.007.626. Isso aqui, claro, com a participação de todas as sessões. Então, é um fato extremamente importante, porque é hoje uma referência nacional nessa área de acesso de informações a todos os internautas.

Queremos convidar para compor a Mesa – e o faremos em duas etapas, vamos registrar a presença de todos – os primeiros, já que não cabem na mesa todos, mas aqui vocês se sintam bastante à vontade.

É claro que, aqui no Senado da República, nós temos muitas audiências ao mesmo tempo. O nosso quórum já foi atingido. A maioria dos Parlamentares aqui já esteve registrando a presença. Outras comissões estão funcionando, além das atividades de ontem que foram até bem tarde: as discussões, as reuniões, a votação, enfim...

Por isso, eu quero aqui convidar, inicialmente, o Sr. Dalton de Morisson Valeriano, Coordenador do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O Sr. Britaldo Silveira Soares Filho, que é professor titular do Departamento de Cartografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Sr. João Paulo Mello Rodrigues Sarmento, que é Diretor-Presidente do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, também representando a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema).

A Srª Marlene Lima, Assessora Política Socioambiental da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja). E eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem – inclusive, a Aprosoja é uma das mantenedoras também do nosso Instituto Brasileiro de Logística. Por isso, eu quero cumprimentar aqui a Srª Marlene, em nome, também, de toda a Diretoria da Aprosoja, o seu Presidente Endrigo e todos que compõem aquela entidade, que hoje é uma referência nacional.

Quero destacar que, no Estado de Mato Grosso, nós criamos – do governo do Estado da época do Dante de Oliveira para cá – vários programas de desenvolvimento das culturas, principalmente, da soja, criando o fundo dessas culturas, do boi, do algodão, e outras entidades. Isso permitiu, então, inclusive a organização de todo o setor, tanto é que hoje temos também a Aprosoja nacional, o Presidente também é do Estado de Mato Grosso, e isso criou um fundo que permite que essas instituições do Estado de Mato Grosso, como institutos de pesquisa, o Imea, que é uma referência também, possam estar fazendo com que a agropecuária brasileira cada dia mais se tecnifique com as pesquisas e com melhores condições de ampliar a nossa produção e a nossa produtividade, o que também é fundamental.

O Amado, nosso companheiro de Mato Grosso também, estava aqui para a primeira Mesa, mas como já temos um de Mato Grosso, então, nós estamos mesclando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero ainda cumprimentar, e já está presente conosco, a Srª Lucélia Denise Avi, Gestora do Núcleo Técnico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (Famato).

Quero cumprimentar também o Sr. Carlos Eduardo Sturm, Diretor de Cadastro e Fomento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente. E, também, o Sr. Alex Sandro Antônio Marega, Secretário Adjunto de Gestão Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso (Sema).

Também foram convidados, mas não puderam estar presentes – e eu quero registrar: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso (Fetagri), e o Sr. Gerd Sparovek, Ph.D. e Professor-Diretor do Departamento de Ciências do Solo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9/2017-SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a elaboração do relatório.

Queria pedir, inclusive, a relação dos consultores que estão nos auxiliando nesse relatório, para que eu possa registrar isso aqui também. E, claro, eles têm a função de compilar todo esse material, de receber as sugestões dos internautas para que a gente possa fazer um relatório o mais preciso possível.

Quero dizer que cada orador usará a palavra por até 15 minutos. Quando restar um minuto para finalizar o prazo, a campainha soará. E isso não é por deliberação nossa. Ela é mecânica. Claro, haverá uma tolerância possível, mas com a condição de que todos possam falar. Até porque teremos depois outras reuniões em outras Comissões.

O consultor me orientou a começar da esquerda para a direita. Mas poderia ser também da direita para a esquerda. Não há problema nenhum. Não se trata aqui de questão ideológica. Trata-se mais da possibilidade, da prioridade, inclusive, da fala. Essa fala depois pode ser anotada. Os próprios palestrantes poderão fazer as perguntas, os questionamentos.

Então, eu quero passar a palavra ao Sr. Britaldo Silveira Soares Filho, Professor Titular do Departamento de Cartografia e Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

V. Sª tem a palavra por até 15 minutos.

Essa palestra estará na internet e também será transmitida ao vivo. Aqueles que quiserem fazer registros, anotações poderão fazê-lo, mas isso também estará disponível para todos depois.

O SR. BRITALDO SILVEIRA SOARES FILHO – Bom dia a todos!

Obrigado, Senador Wellington.

Senhoras e senhores, é uma grande oportunidade estar aqui. Nosso grupo, na Universidade Federal de Minas Gerais, tem um longo trabalho de fazer ciências para dar subsídio às políticas públicas. Então, a gente tem sempre essa preocupação de informar o debate de políticas públicas e orientar com o insumo da ciência. Para nós é muito útil, muito interessante saber que o Congresso, enfim, o Parlamento brasileiro está interessado em escutar o que a gente tem a falar.

Eu vou fazer uma apresentação rápida. Vou falar um pouco do CAR, na verdade dos instrumentos que podem facilitar o cumprimento do Código Florestal. Em 2012, nós tivemos a revisão do nosso Código Florestal. Acho que hoje chama-se a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, mas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nome continua. Foi uma reforma de certa forma controversa, porque ela deu uma grande anistia aos proprietários rurais, mas, ao mesmo tempo, criou novos mecanismos para facilitar o cumprimento do Código. E ainda existe um esforço muito grande a fazer para os mais de cinco milhões de proprietários brasileiros se adequarem à legislação ambiental.

Então, vocês podem observar: em verde, são as áreas que você tem um ativo, ou seja, onde os proprietários estão acima do que é requerido pela lei para o cumprimento; em vermelho, são as áreas onde se concentra o passivo do Código Florestal.

Então, vamos falar um pouco desses instrumentos. Bom, o primeiro instrumento, obviamente, é o Cadastro Ambiental Rural. Acho que o Brasil, nesses dois, três últimos anos, fez um grande avanço. Esse é um mapa que eu baixei do *site* do Serviço Florestal Brasileiro, mostrando as áreas já cadastradas. Observem que, com poucas exceções – acho que mais no Estado da Bahia –,houve um grande avanço. Isso foi um esforço formidável. A estimativa hoje, comparando com o total de imóveis declarado pelo Incra, nós temos um total já de 64% de imóveis já no registro e uma área que chega a quase 70% das propriedades rurais. Eu estou usando como base de comparação a estimativa de número de imóveis do Incra. Talvez o Serviço Florestal Brasileiro tenha outra estimativa. Bom, e isso é muito interessante, porque permite você olhar para o Território com uma grande lupa de aumento. Você pode enxergar propriedade por propriedade e ver como ela está, o balanço dela em relação ao cumprimento ou não do Código Florestal.

Então, a gente vem fazendo isso graças à transparência do Governo Federal em colocar todo o registro de propriedades *on-line*. Nosso grupo de pesquisa vem baixando os dados. Nós montamos, integramos a melhor base de dados espaciais para o Brasil. Obviamente, não somos nós que mapeamos, mas integramos esses dados que vêm do Prodes, da Embrapa, enfim, e estamos analisando, propriedade por propriedade, o balanço do Código.

Então, se vocês olharem a figura – isso é para o Estado do Rio de Janeiro –, esse é o passivo de reserva legal. Em vermelho, são as áreas que estão abaixo do cumprimento. Em azul, as áreas que estão zeradas, ou seja, têm ativo. Embaixo é o passivo de APP (Área de Preservação Permanente) ao longo de rios.

Uma coisa interessante que eu vejo nesses mapas é o seguinte: no mapa mais à esquerda, você tem o dado declarado pelos proprietários rurais. E o dado do meio foi utilizando uma base cartográfica, no caso, fornecida pela Embrapa, pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Vocês observem que existe uma certa concordância. Ou seja, isso é interessante para mostrar que os proprietários, de fato, estão fazendo um esforço em declarar, de um modo fiel, aquilo que eles têm. Obviamente, existe uma limitação do sistema, existem erros topológicos, mas isso não invalida o Cadastro Ambiental Rural, porque esses erros, se você considerar o volume de propriedades no registro, são pontuais.

Uma outra possibilidade também – inclusive, temos trabalhado com isso e vimos analisando o potencial – é o mercado Brasil para transação de floresta. O Brasil tem uma grande oportunidade de ser o primeiro país a ter um mercado nacional para transicionar florestas, utilizando a Cota de Reserva Ambiental. A Cota de Reserva Ambiental foi um instrumento concebido para reduzir o custo de adequação ambiental, no qual os proprietários que estão abaixo do cumprimento do Código, no lugar de restaurarem a floresta ou a vegetação nativa, por exemplo, onde hoje há plantações, eles podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comprar um título de um proprietário que tem um ativo, ou seja, que está acima do cumprimento do Código.

Isso é muito interessante. Já analisamos o potencial desse mercado no Brasil. É um mercado que pode chegar, pode envolver a transação de mais de 4 milhões de hectares de terra, de floresta para compensação ambiental, em um valor que pode chegar a mais de R$20 bilhões.

Então, é uma coisa muito interessante, do ponto de vista inclusive de um negócio, uma oportunidade de um negócio ambiental. Obviamente, os mercados estão mais restritos em Mato Grosso, São Paulo e eu diria um pouco no Paraná. E observamos o seguinte também: apesar de você ter uma demanda grande já nesses Estados, sobretudo porque são Estados em que você tem um grande domínio do agronegócio, soja, cana, observamos que existe um grande, eu diria uma sobreoferta. Então, temos a possibilidade, nos outros Estados... Na verdade, há um desbalanço no mercado: você tem muito mais oferta do que você teria uma demanda para compensação ambiental.

Então, nós visualizamos uma possibilidade de utilizar a Cota de Reserva Ambiental como um instrumento de pagamento de serviços ambientais. E eu acho que vimos discutindo isso com o Serviço Florestal Brasileiro. Acho que o Serviço Florestal Brasileiro está trabalhando nesse sentido, que é muito interessante, porque o Brasil, usando o Sicar, vai ter um sistema nacional que seria um sistema que chamamos de MRV – monitoramento, relatório e verificação de projetos e pagamentos de serviços ambientais.

Sabemos que hoje estão chegando aportes internacionais. Você tem o fundo verde para pagamentos de serviços ambientais; tem o programa das Nações Unidas, o Programa REDD, de compensação da redução do desmatamento; tem o Fundo Amazônia. E o que precisamos de fato é criar um mecanismo, uma plataforma que possa ajudar a disseminar esses programas de pagamento de serviços ambientais por todo o Território nacional. E a plataforma da CRA seria um grande instrumento para isso.

Uma outra questão, para quem não pode ou não vai compensar usando a CRA, obviamente ele teria que restaurar localmente sua vegetação nativa. E aí existem várias técnicas, desde o isolamento, cercamento, você controlar o fogo, o combate a formigas, até técnicas mais onerosas, como a nucleação e a replantação da floresta.

Uma boa notícia é que boa parte do passivo ambiental, ou seja, a necessidade de recuperar tanto a APP como a reserva legal, pode ser feita de um modo passivo, ou seja, em muitas áreas basta você cercar, isolar e deixar a recuperação da vegetação, os meios naturais tomarem conta do processo. Com isso, vamos facilitar muito e baixar muito o custo. Esse foi um estudo que nós fizemos para Minas Gerais, inclusive com a colaboração da Feam, mostrando as áreas em verde e azul, como poderíamos resolver, que seria simplesmente cercando e isolando. Ou seja, resolvemos mais de 90% do passivo ambiental em Minas Gerais simplesmente cercando e isolando. Em outras áreas também que hoje não estão mais em atividade agrícola poderiam ser utilizados para compensar essas áreas que têm um alto custo de recuperação ambiental.

Bom, o que falta? Falta, obviamente, o decreto regulamentando a CRA. Nós tivemos notícias de que isso vai sair em março próximo – depois o Sr. Carlos pode nos informar melhor. Falta infraestrutura estadual. Eu acho que muitos dos Estados não estão preparados, inclusive estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutindo também a regulamentação da CRA, enfim, estão em compasso de espera, precisam da implementação federal.

O Brasil precisa, sobretudo, de uma cartografia sistemática no mínimo na escala de 1 para 10 mil. No mínimo que eu falo que é daí para maior, ou seja, de 1 para 5 mil, porque o denominador a gente está usando 1 sobre 10 mil, porque nós não temos hoje uma base cartográfica para validar o CAR, que é uma autodeclaração, é como o Imposto de Renda. Então, aqueles proprietários que caírem no pente fino seria muito difícil fazer uma validação indo a campo, visitando todas as propriedades. E o ideal é que a gente possa utilizar o CAR para fazer a fiscalização ambiental, já que é um sistema extremamente inteligente e avançado, sobretudo que é um esforço muito grande que o Brasil empreendeu.

Nós precisamos integrar a base do Sicar e do CAR com outras bases de cadastro de imóveis rurais, por exemplo o Terra Legal. Hoje a gente tem um grande problema no CAR, que são as sobreposições dos imóveis, como dirimir essas sobreposições. E, enfim, temos que colocar, na nossa agenda do cumprimento do Código Florestal, o pagamento por serviços ambientais, porque aqui no Brasil a gente fala que a floresta só tem valor quando ela é derrubada. Então, nós temos que valorizar a floresta em pé. E, com isso, a grande oportunidade é o pagamento de serviços ambientais.

Bom, há outras coisas a mais, mas eu vou deixar aberto aqui para discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Queremos agradecer ao Dr. Britaldo pela precisão.

Quero registrar que há vários comentários por parte do e-Cidadania.

Um registro sobre o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização do Cadastro Ambiental Rural. O Rodolpho Luiz Pontes Carvalho registra: "O CAR é um instrumento importantíssimo para validar a real situação ambiental de cada propriedade. Portanto, um profissional habilitado no Crea seria o único responsável para conduzi-lo. A maioria dos "ditos profissionais" – entre aspas – que o fazem não têm o mínimo de conhecimento técnico." Esse é o registro feito por ele.

Um segundo comentário, da Cristiane Jorge Clementino: "O programa está muito falho no meu Município, pois os órgãos competentes do meio ambiente e agrário não se mostram interagidos com a sociedade. Não há um processo de educação e informação ao público alvo, portão estão à sorte do nada." Esse é o registro dela.

Ainda da Anna Flavia Schmitt: "O CAR deveria ser amplamente divulgado em todos os meios de comunicação. Vejo gente perdida sobre esse tema."

O Ilson Back diz: "O CAR é ferramenta de controle que poderá ser usada contra o agricultor. Exemplo: se uma nascente secar, uma árvore cair, etc."

Ainda a Jane Lucia Fonseca de Barros registra: "O CAR seria bom se todas as propriedades neste País fossem regulares no seu aspecto documental, o que não acontece. Por isso, o CAR vai demonstrar pouco do que o Brasil é ambientalmente, e pior, vai se cobrar das pessoas que procuram fazer o correto, deixando aquelas que não estão procurando se legalizar em uma condição confortável."

O Sandro Santana diz: "O CAR funciona, mas como em tudo em nosso País há jogo de interesse, onde os grandes mandam, ou melhor, pagam para ser como eles querem, por isso já foi adiado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversas vezes no intuito de esconder o que precisa ser visto. O que é sério e bom para o País e é visto como problema, não serve".

Eu já tenho aqui preparado pela nossa assessoria... Normalmente, essas perguntas são feitas após a fala dos palestrantes. Mas eu vou fazer questão de ler, porque isso pode estar já incluso no raciocínio, na colocação de vocês.

As questões sugeridas são as seguintes:

O CAR é um registro público eletrônico, de ambiente nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais com a finalidade de integrar as informações ambientes das propriedades e posses rurais. Consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), também a Reserva Legal (RL), remanescente de vegetação nativa, com área rural consolidada; áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental.

Compõe assim uma base de dados estratégica para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento.

Outros instrumentos previstos no Código Florestal como as CRAs e os PRAs pressupõem a inscrição do imóvel no CAR para que sejam implementados.

O prazo para a inclusão dos imóveis no CAR foi estendido até dia 31 de dezembro de 2017.

Assim, pergunto:

1º) Como se tem dado a implementação do CAR? Quais os Estados ainda não implementaram o instrumento?

2º) Qual o papel dos governos estatuais e federal acerca da implementação adequada e da utilização dos dados colhidos a partir do CAR?

3º) É possível afirmar que o CAR, de fato, veio fomentando a formação de corredores ecológicos e a conservação dos demais recursos naturais e contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental?

4º) Que mecanismos, institutos ou mesmo modificações legais poderiam ser adotadas para que o CAR seja realmente aprimorado?

O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, desenvolveu um programa específico voltado às instituições públicas e privadas interessadas em elaborar projetos relacionados ao CAR no âmbito do Fundo Amazônia. Portanto, em função disso, a pergunta é: quais projetos advieram dessa iniciativa e quais resultados já podem ser vislumbrados?

Eu pediria aqui para assessoria entregar uma cópia para cada um.

E já convido, na sequência, o Sr. Dalton de Morisson Valeriano, que o Coordenador do Programa de Monitoramento Ambiental. Com a palavra, da mesma forma, por até 15 minutos, com a tolerância também de acordo aqui com a Presidência.

O SR. DALTON DE MORISSON VALERIANO – Obrigado. E obrigado também pelo convite para o Impe estar presente aqui.

Eu tenho apresentação rápida também, que tem que ser separada.

O que vim apresentar não é diretamente ligado ao CAR. Eu vim apresentar aqui os programas de monitoramento de desmatamento do Impe, de desmatamento e degradação florestal, que tem evoluído de... Nós iniciamos monitorando o desmatamento da Amazônia como uma afirmação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

soberania do Brasil sobre seu Território, dizendo que já sabíamos, anualmente, quanto estava sendo desmatado na região. Isso foi durante a década de 90, início da década de 2000.

Em 2003, nós nos engajamos no PPCDAm, aí sim, o Plano de Controle do Desmatamento. Em 2010, começamos a fazer trabalho para nos engajar no plano de PPCerrado. E atualmente estamos em transição para o engajamento para a estratégia nacional de REDD+. É esse o nosso cenário, não diretamente ligado ao CAR.

Por que não atende o CAR? Pela questão cartográfica. Como o Dr. Britaldo mostrou aqui, a demanda do CAR é por uma cartografia detalhada, para a gente poder acompanhar o cumprimento dos compromissos do Código Florestal. A nossa base de mapeamento sempre foi na escala de 1 para 250.000. São produtos para análises regionais do processo de desmatamento e degradação florestal. E agora, inclusive, nós estamos com outro programa do Impe também, que é o TerraClass, do Impe junto com a Embrapa, que permite também acompanhar a regeneração florestal em áreas já desmatadas.

Então, nós fazemos, desde 1988, o Prodes, o projeto de desmatamento da Amazônia. Vejam que a área mínima de mapeamento nossa é 6,25ha, quer dizer, longe de atender a demanda do Prodes. Nós estamos trabalhando para divulgar os dados que nós estamos produzindo de áreas menores que 6ha, mas ainda assim, o nosso nível de corte vai ser 3ha; não vai poder descer abaixo disso, não.

Temos também, para monitoramento, desde 2007, de áreas degradadas... O Prodes passou a ser público em 2003 e é um produto binário, ele diz se está desmatado ou é floresta; mas a floresta tem estágios diferentes de degradação. Então, nós criamos, em 2007, esse produto Degrad, que é um produto público, que mostra as áreas incendiadas da Amazônia, áreas com evidência de exploração madeireira ilegal e áreas com evidência de degradação natural, como por vento ou por inundações prolongadas.

E temos também, desde 2008, que é associado ao Degrad, mas exclusivo para o Ibama e para o serviço florestal, o mapeamento de áreas com evidência de atividade madeireira.

É o mapeamento de áreas com evidência de atividade madeireira. Todos eles são feitos com resolução de 20m a 30m, e em escala temporal anual. Fizemos também, foi a nossa participação... A nossa inovação dentro do PPCDAm foi um sistema de monitoramento de desmatamento expedito, para fins de suporte à fiscalização e controle de desmatamento ilegal, que é o sistema DETER, acrônimo de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, que já tivemos que rebatizar para DETER-A, porque ele trabalha com um sensor de 250m de resolução, repetitividade de 2 dias, mas essa resolução nos permite mapear objetos maiores do que 25ha, somente, e sem a especificação de que tipo de atividade está acontecendo lá – não sabemos se é degradação ou um desmatamento, mas pelo menos é um indicativo para a fiscalização poder ter um local para ir.

Evoluímos também, a partir de 2014 ao ano de 2016, e está funcionando até hoje, um sistema de monitoramento com a mesma ideia, mas com uma resolução muito melhor, de 60m, que permite à gente distinguir o que é desmatamento e o que é degradação – mais adiante eu mostro como é que está isso aí. E no DETER-B, nós estamos com área mínima – está errado isso aí – de 3ha, que estamos conseguindo fazer.

Estamos desenvolvendo um DETER-C, também um sistema de monitoramento contínuo, mas com sensores de 20m a 30m. E para isso, para ter a repetitividade necessária, temos de fazer cesta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sensores – é mais ou menos isso aí, sendo que o último, todos os quatro primeiros são dados de acesso público e os dados DMC são dados comerciais que nós estamos comprando experimentalmente, para ver se vale a pena; mas eles adicionam bastante observação para esse sistema.

A ideia é a gente ter uma assimilação dentro do DETER-C de todos os sistemas de monitoramento – não só de desmatamento, mas de degradação, corte seletivo –, tornar essa informação pública e integrar essas informações nessas três escalas num único banco de dados, e um banco de dados com acesso público. Estamos fazendo uma interface que se chama Terra Brasilis para poder ter um acesso bem franco, para todo mundo, com potencial de análise também nessa mesma plataforma.

Então, nós estamos transitando para uma concepção de que teremos três sistemas: DETER-A, que aponta apenas alertas de degradação e desmatamento, e vai funcionar para a Amazônia exclusivamente, que é onde tem escala, os objetos têm escala para serem monitorados dessa maneira. O DETER-B nós estamos desenvolvendo, ele está funcionando para a Amazônia e nós estamos desenvolvendo agora para o Cerrado; a gente está com planos para ele começar a funcionar em março do ano que vem. E o DETER-C nós estamos trabalhando também para, a partir de março do ano que vem, já termos protótipos dele para a Amazônia e para o Cerrado.

Aqui mostra as variações de resolução com que a gente trabalha, com o DETER-A usando o MODIS. Dá para ver o nível de generalização que tem esse dado. Quando a gente salta disso para 60m, com aqueles dois sensores, AWiFS e WFI, a gente tem um detalhamento muito melhor da paisagem, uma capacidade de mapear bem. E com o DETER-C vai ser só basicamente uma consolidação e um aumento de redundância de observação. O grande problema que nós temos de observação com satélites óticos é a cobertura de nuvens, e o único jeito de contornar esse problema, reduzi-lo, é ter redundância de dados. Por isso o DETER-B e o DETER-C vão trabalhar em conjunto. As classes para serem desmatadas, agora na concepção B e C. A gente pode classificar o desmatamento em quatro classes: com solo exposto, com vegetação, ou seja, passou um tempo nublado e a vegetação já recobriu; áreas de mineração, que basicamente são minerações de ouro, minerações de aluvião; e também nós tivemos alguns casos de morte de floresta por inundação de barragem. Então, além do desmatamento da área para ser inundada, houve casos desse tipo, principalmente lá em Jirau e Santo Antônio.

Degradação nós temos: cicatriz de incêndio florestal e áreas que estão sendo degradadas paulatinamente – não pegam fogo, mas a gente percebe que está havendo alguma ação lá, porque aquela floresta muda de estrutura.

E a exploração madeireira a gente consegue detectar dois padrões: desordenado e geométrico, o que dá uma indicação para a fiscalização no futuro examinar se aquela atividade está sendo conduzida legalmente ou ilegalmente. Na realidade, a ordem é ilegalmente ou legalmente.

Aqui são os exemplos desses mapas, é uma apresentação mais técnica; vou passar. Mas principalmente eu gostaria de apontar o terceiro exemplo, as áreas de mineração, que são episódios que duram um, dois, três anos no máximo. Em três anos está apagado da imagem, mas há uma perturbação muito grande no sistema fluvial quando acontece um evento desses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui são as outras classes. O corte seletivo com padrão geométrico, que parece que está seguindo um plano de manejo, e o corte seletivo desordenado, que, segundo informação que nós tivemos, é um processo de exploração tradicional ou possivelmente ilegal.

Nós estamos nos engajando aos poucos; nós fomos sendo demandados. Então, por exemplo, o CAR é uma demanda recente para nós. Ainda não chegou, na realidade. O CAR não foi demandado para o Governo tratá-lo. Mas nós tivemos em 2004 o engajamento com o PPCDAm. Em 2006, quando da Moratória da Soja, a gente ofereceu dados do Prodes e a gente sempre trabalhou com o suporte disso; inclusive, às vezes, quando demandada, a informação do Prodes fornecida com antecedência. Em 2010 nós nos engajamos no PPCerrado; há um item do PPCerrado que diz que o Inpe e o Ibama devem desenvolver um sistema de monitoramento para o Cerrado, semelhante ao da Amazônia. Em 2012, também, nós passamos a apoiar o TAC da carne, que é uma iniciativa privada, mas tem nos demandado suporte técnico e nós temos apoiado isso aí.

E agora nós estamos entrando... A partir da assinatura da ratificação do Acordo de REDD+ foi criada a Estratégia Nacional para REDD+ e o Programa Nacional de Monitoramento de Biomas, em que foi apontado para o Inpe o monitoramento de toda a parte de desmatamento, degradação florestal e regeneração florestal. A única coisa que a gente vai compartilhar é o uso da terra, que vai ser Inpe e Embrapa, dentro da concepção TerraClass. Aqui o decreto inteiro do PPCerrado, que diz que nós temos de ter apoio do Governo para implementar esse sistema de monitoramento do Cerrado.

E já começamos o trabalho no Cerrado; fizemos o FREL Cerrado, o nível de referência de emissões de gases de efeito estufa do passado. Então, são mapas bienais. Aqui tem um bocado de texto, mas nós fizemos mapas bienais de 2000 a 2010. Isso aí foi submetido como o nível de referência de emissões de gases de efeito estufa para a UNFCCC. Estamos agora terminando o mapeamento de 2010 a 2015 – é quase anual, de 2010 a 2012, e depois anualmente até 2015 – para se tornar base para o documento de solicitação de pagamento por redução de emissões de gases de efeito estufa no Cerrado.

Esse material vai ficar aqui. Isso aqui discrimina o que foi feito em cada etapa desse trabalho. Aqui são alguns exemplos pictóricos do mapa de Cerrado. Você vê que o nível de informação é para análises regionais, não para análises descendo na propriedade – está muito grosseiro para isso. Aqui há um outro exemplo, de uma outra paisagem.

O estado atual nosso, em termos de recursos: nós temos um PPA para a Amazônia, que é o último ponto lá embaixo. Então, nós vamos implementar DETER-A, B e C para a Amazônia dentro dessa concepção – todos os eventos, desmatamento, degradação, ainda não regeneração florestal, mas a gente pensa nisso no futuro, para a Amazônia.

Com recursos do Fundo de Investimento Florestal, aqui na primeira linha, que é do Banco Mundial – o Brasil pleiteou esses recursos –, nós estamos implementando o sistema de monitoramento para o Cerrado, que vai ser o DETER-B e C, com mapeamento basicamente de desmatamento nesse caso.

Existe um outro projeto dentro do Inpe, que veio do pessoal que faz o monitoramento de queimadas. Eles vão produzir o monitoramento de áreas queimadas também no Cerrado, com o mesmo recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o recurso – esse já executado – que é basicamente recurso alemão, aquela sopa de letrinhas – GIZ-BMU-KFW – nós fizemos esse FREL Cerrado e com recursos ingleses nós fizemos o levantamento para o pagamento de redução de emissões de gás de efeito estufa no Cerrado. Nós estamos agora com uma proposta aprovada no Fundo Amazônia, mas o ponto de interrogação ali permanece, porque tem que ser aprovada agora pela nossa jurídica, que envolve o mapeamento em escala anual dos biomas Caatinga, Mata Atlântica, Campo Sulino e Pantanal, e fazer também o FREL para esses biomas; recuperar o desmatamento entre 2000 e 2010; fazer uma extensão até 2015-2016, que a gente espera que esse projeto seja aprovado mesmo; e iniciar no ano que vem já o monitoramento 2017, 2018, 2019 e 2020 com esse recurso.

Essa é a nossa perspectiva de mudança, de ampliação, do nosso sistema de monitoramento para apoio para as políticas – como disse, política de REDD+ e política de controle de desmatamento dentro do PPCDAm e PPCerrado. O CAR não chegou até nós, até o momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agradecendo então ao Sr. Dalton, vamos dar sequência e convidar então o Sr. João Paulo Mello Rodrigues Sarmento, Diretor-Presidente do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais.

O SR. JOÃO PAULO MELLO RODRIGUES SARMENTO – Bom dia a todos!

Senador Wellington, agradeço em nome da Abema o convite para participarmos deste importante evento e discutir hoje uma das políticas públicas atuais. Nós estamos realmente empenhados na política. Nós temos que ver o CAR hoje como uma radiografia do setor agrícola brasileiro, que até o momento nós não tínhamos. Hoje nós temos. Com todas as dificuldades, o Estado brasileiro, os Estados em si, começam a ter realmente as informações de como fazer uma boa gestão do meio rural.

Então, a gente começa a ter essa informação.

Uma outra coisa que nós temos sentido é que tem nos obrigado a fazer uma união de esforços, tanto da iniciativa privada, do setor públicos, dos agricultores, para que possamos realmente atingir o nosso objetivo.

Em Minas, nós utilizamos todas essas instituições para que a gente pudesse conseguir fazer o CAR no nosso Estado. Então, chamamos, conversamos, capacitamos mais de 3 mil técnicos. O IEF é o órgão gestor do CAR no Estado. E esse foi um trabalho realmente hercúleo, mas conseguimos ter sucesso e dar retorno. Contato com os produtores rurais, para a gente realmente ter a ciência, ter o conhecimento e ver a realidade lá – isso foi fundamental. E a gente tem que ver que as políticas públicas para o pequeno produtor. Realmente, tem que haver um apoio mais próximo do Estado.

Então, treinamento. Treinamos mais de 5 mil técnicos, fizemos um CAR itinerante. O que foi isso? Para que pudéssemos atingir o objetivo de fazer o cadastramento, criamos os CAR itinerantes. Era capacitação no interior. Então, a equipe ia para lá. Fizemos um trabalho enorme com a participação de todo o interior. Aqui, nós temos no Rio Doce... Então, são várias regiões em que a gente vem trabalhando, com a participação de técnicos, proprietários, entidades públicas e privadas.

Então, hoje, é mais ou menos essa a configuração que nós temos do CAR em Minas Gerais. E a gente tem noção de alguns outros Estados. O Estado da Bahia está com 700 mil propriedades cadastradas. Como eu disse no início, o CAR nos deu uma radiografia. Essa radiografia ainda precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passar por uma melhoria, para a gente apurar mais as informações. E foi interessante também que, quando apresentamos esse dado... Hoje, a gente está conversando com o Incra. A base de dados do Incra difere da nossa base de dados em algo torno de 100 mil propriedades. Em conversa com o Incra, eu falei: Agora, você me deu um problema de mais 100 mil propriedades rurais com que nós vamos ter que trabalhar.

Mas também trouxe uma evolução, porque nós estamos fazendo termo de cooperação técnica para o Incra ter conhecimento da base de dados, e a gente da base de dados, e começar a casar informação, já pensando no módulo de análise, já pensando em aprimorar as informações que nós obtivemos. Então, é fundamental essa interação. E vários Estados também têm essa diferença, como a União como um todo. A base de dados do Incra difere da base de dados do CAR. Isso tudo nos faz ter esforços para que a gente consiga realmente ter essa visão. Nós já fizemos o cadastro; estamos agora nessa segunda fase, que é a fase de análise.

Então, isso aí são os imóveis informados em Minas Gerais. Alguns desses imóveis têm sobreposição. Dentro, hoje, do módulo análise, a grande dificuldade realmente é apurar essas informações, é depurar essas informações para que elas sejam realmente utilizadas de uma forma mais precisa. E eu vejo, com uma preocupação, que a gente tem que se espelhar na Receita Federal, que, quando começou com o Imposto de Renda, era de um modelo, e ele foi se apurando. Então, eu vejo que, no CAR, nós temos que cada vez mais valorizá-lo como uma política pública importante, para que a gente implemente essa política.

Eu vejo que, no futuro, com o CAR bem avaliado, bem analisado, nós vamos ter todas as informações do setor rural. Então, o que se tem colocado aqui como um modo de pressão não é um modo realmente de gestão. Não é função do CAR... Daria aos órgãos públicos uma gestão mais clara de como está a situação no campo, para que a gente possa criar políticas públicas efetivas. A partir do momento em que a gente apura essas informações...

Nós estamos querendo adotar no CAR... Por exemplo, a gente tem um documento que é para exploração de floresta plantada. Esse documento pode estar inserido no CAR e pode ser feito de um modo menos burocrático. Com a autodeclaração e as informações sendo todas validadas, nós vamos ter condições de, quase que de imediato, estar ofertando essas autorizações para as empresas. Então, você teria uma agilidade muito grande.

Então, esse é o nosso raio-X de como está o Estado de Minas Gerais.

Então, esse aí é o CAR. Nós não vamos entrar aí, o Prof. Britaldo já esclareceu, o Cadu, o doutor que vem nos ensinando bem a trabalhar.

Então, a parte hoje em que os Estados se preocupam bastante é realmente o módulo de análise, porque, veja bem, as estruturas do Estado, as dificuldades, as estruturas de TI necessárias ainda são muito deficientes para que a gente possa estar trabalhando com isso. Nós vamos ter que ter uma evolução. E tínhamos que ter realmente uma definição financeira que seja, nas LOAs dos Estados e da União, para determinar um recurso para estruturar. Para estruturar, mas aí você está estruturando um órgão, você está estruturando instituições públicas. Nós estamos estruturando uma política que tem todas as condições de realmente ser uma das melhores políticas de gestão da atividade agrosilvopastoril. Essa é a percepção que a gente tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não está às mil maravilhas. Então, nós estamos já em discussão, e há alguns Estados que não aderiram ao programa da União. Então, eles estão numa situação mais lenta. No Estado de Minas Gerais, nós tivemos uma situação que, no início – o Estado de Minas Gerais adota um sistema próprio – , não conseguia. Aí, nós fizemos um acordo com a União e conseguimos realmente atingir. Nós estamos agora na fase de melhoria e de criar os marcos legais do PRA e do CAR. Então, nós já estamos com uma licitação para estruturar todo esse marco legal. Então, em Minas Gerais nós temos o apoio do Promata, que é um programa com o KfW, em que vamos despejar mais de R$1 milhão para que a gente possa fazer. Nós já estamos com todo o termo. Já foi lançado, inclusive, o termo para a gente começar a discutir essas questões.

Então, nós temos que fazer do CAR... Porque a próxima etapa seria a gente estar apresentando o módulo de análise. Com esse módulo de análise, a gente vai, aí sim, encaminhar para o PRA. Então, volto a falar da grande dificuldade que nós temos, hoje, enquanto Estados: é realmente a efetivação dessas informações. Se nós tivéssemos essas informações de uma maneira mais eletrônica, mais tecnológica, ao invés de contar, porque nós temos dificuldades técnicas de recursos de informática. Se tivéssemos uma forma mais tecnológica de essas informações serem aprimoradas, com o apoio das universidades, com os trabalhos que estão sendo feitos e conversarmos, eu vejo que estaríamos mais evoluídos na nossa aplicação.

Então, são situações e ações que o Estado vem fazendo para melhorar isso. A gente tem visto que vários Estados têm tomado essas providências. Eu estive vendo o trabalho do Estado do Pará. O Estado do Pará tem um trabalho... Os Estados do Norte estão com os trabalhos bem mais à frente. Então, estive conhecendo. Nós estamos levando a nossa equipe do Pará, e essa é uma forma importante dessa troca de experiências que está sendo proporcionada entre os Estados, de como estamos agindo.

E essa articulação entre os Estados nós temos que valorizar, porque as dificuldades que eu estou tendo em Minas. Eu fui conversar no Pará, o Pará abriu. Então, houve uma abertura total, e isso proporcionado pelo CAR e pelos mesmos problemas que nós estamos tendo para a operacionalização do CAR. Então, essa tem sido uma troca de experiências entre os Estados.

Os grandes desafios que nós temos hoje. Hoje, o desafio... A gente já tem articulado com o Serviço Florestal Brasileiro, que tem algumas dificuldades que o Estado tem, mas tem dificuldades operacionais. Então, nesse contato com o Serviço Florestal, a gente tem feito bastantes reuniões. Nós participamos recentemente de uma capacitação para o módulo de análise, junto ao Serviço Florestal Brasileiro. Então, nós temos realmente buscado essa interação.

Dentro de todas as dificuldades que os Estados sentem hoje, no módulo de análise, é realmente apurar as informações. Como são informações que nós tivemos autodeclaratórias, não quer dizer que essas informações estejam equivocadas. Existe muita sobreposição. Então, você pega propriedades que têm pedaços entrando na outra propriedade. Então, essa sobreposição a gente precisa aprimorar e detalhar para que essa informação seja o grande instrumento de gestão, que seja realmente o grande instrumento que nos vem trazer as melhorias e essa radiografia exata.

Então, eu volto a falar que, dentro hoje da concepção, o CAR é uma política que tem que ser cada vez mais valorizada. O CAR é uma política em que nós temos cada vez mais que buscar recursos, união entre todos os Estados e esforços para que ela seja realmente muito bem trabalhada, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bem definida e muito bem depurada. A partir daí, com essas informações, inclusive a questão dos licenciamentos ambientais pode estar inserido no CAR, porque você tem como está a propriedade rural.

E a gente sabe muitas vezes que o licenciamento feito em propriedades rurais, feito no setor agrícola, adotando o mesmo sistema da infraestrutura da mineração, ele fica muito oneroso. Então, com o CAR, nós teremos uma visão desse setor, nós teremos essa radiografia, como eu tenho dito, e podemos aí inserir várias informações. Trazer o CAR, esse é o grande desafio, é convalidar esse modo de análise, ajustar esse modo de análise, ajustar os Estados nesse modo de análise. Há Estados mais evoluídos e Estados que estão ainda iniciando o processo. Dentro desse processo, a gente apurar esses dados e tornar o CAR um grande instrumento de gestão do setor agrícola.

Essas seriam as nossas considerações. E reforço que é uma grande política que a gente tem que aprimorar, que a gente tem que buscar recursos para efetivar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agradeço, então, ao Sr. João Paulo Mello, que é Diretor-Presidente do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais.

Queremos convidar, então, a Srª Marlene Lima, assessora política socioambiental da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso. Com a palavra também por 15 minutos.

A SRª MARLENE LIMA – Obrigada. Bom dia a todos e obrigada, mais uma vez, Senador, pela oportunidade de estarmos aqui trocando ideias, trocando experiências em relação ao Cadastro Ambiental Rural.

Mato Grosso tem uma experiência já com o cadastro ambiental desde 2008, com o MT Legal. Não vou entrar muito nesse detalhe do nosso Programa de Regularização Ambiental desde 1995, que eu acredito que o Alex Marega, Secretário da Sema, irá falar sobre isso.

Eu vou já falar, entrar com a nossa experiência, dos produtores rurais, com o Sicar. Para nós, iniciou em setembro de 2014, o nosso processo, a nossa inserção no Sicar com a Sema. Eu diria que a adesão do Mato Grosso, da Sema no Sicar, para nós foi um retrocesso, falando para produtores rurais, porque nós já tínhamos um Programa de Regularização Ambiental em andamento, nós tínhamos o CAR na mão, nós já tínhamos um documento dizendo para nós que estávamos cadastrados, tinham as nossas informações e, de repente, ficamos sem esse documento e ficamos em um processo aguardando toda a implementação do Cadastro Nacional do Governo Federal. Ficamos um tempo, ficamos alguns anos aguardando esse processo de continuidade do programa de regularização ambiental.

Eu falo programa porque, para mim, o CAR é o primeiro passo de regularização. É ali que a gente consegue obter as nossas informações reais, porque nós utilizamos ferramentas de GIS, nós utilizamos ferramentas eficientes que falam para nós exatamente como está em campo, como também é realizado o trabalho de campo, a gente consegue constatar conforme vocês vão poder verificar em uma imagem que eu trouxe para vocês aqui.

Nós não conseguimos avançar no embargo de áreas porque nós precisamos passar essa fase do CAR, porque nós precisamos do Programa de Regularização Ambiental para desembargo de áreas, então, nós temos aí alguns mil hectares embargados por problemas com a regularização ambiental e há um descrédito hoje do produtor rural em relação ao CAR, porque nós estamos já na quarta vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazendo o CAR. Nós fizemos o CAR lá em 1995, porque era o programa de regularização ambiental por meio da LAU, do nosso licenciamento da área, onde o CAR estava inserido, estava intrínseco, porque eram informações da propriedade rural e do proprietário, enfim, todas as informações estavam contidas ali. E, depois, em 2008, com o MT Legal, mais uma vez, fizemos o CAR, todos que tinham o LAU passaram por esse processo de retificação dentro do sistema, do SLAPR, e aí, depois, veio o Sicar, para nós, em 2014.

Retificamos novamente, fomos novamente para o CAR, enfim, hoje nós estamos no Simcar, pela quarta vez, retificando novamente as nossas informações e eu vou demonstrar para vocês qual foi a diferença de um processo para o outro. Isso tem um custo, um custo altíssimo, tanto para o Governo Federal, tanto para os Estados e para o produtor rural, porque ele sozinho não consegue fazer, ele não consegue elaborar um CAR.

Nós já tivemos a experiência, ele pode até fazer, ele tenta fazer, por meio de sindicatos, alguns fizeram, mas o que eles nos dizem é o seguinte, para nós, Aprosoja, os nossos associados falam que não têm condições de fazer o CAR, principalmente nesse novo modelo do Simcar.

Então, é necessária a responsabilidade técnica. Muitas vezes, filhos de produtores, alguns são agrônomos, técnicos, alguns associados que são técnicos estão conseguindo fazer. Mas eles precisam de uma parte técnica, no GIS, para que saiam informações de qualidade, porque o diferencial no CAR são as informações precisas, exatas, porque nós estamos falando de propriedade rural, nós estamos falando de domínio, nós estamos falando de dados reais. Então, não tem como fazer um CAR somente com um ponto de amarração, como era feito anteriormente.

Talvez o Secretário Alex Marega vá falar um pouquinho sobre isso, sobre a questão da sobreposição. Nós tivemos um problema sério de sobreposição. E nós estamos tentando agora resolver esse problema para poder avançar.

Há taxa, há custos altos tanto para elaboração quanto taxas do órgão ambiental, porque tudo é prestação de serviço, tanto do órgão como do técnico.

Quando houve a implantação do Sicar, houve envolvimento das entidades de classe, envolvimento não tanto quanto ocorreu em Minas, que seria o ideal. Está aí uma dica para nós do Estado de Mato Grosso: trabalharmos mais com as parcerias, envolvermos as universidades, envolvermos mais gente, como foi feito em Minas. Realmente, em Minas, juntou-se todo mundo, deram as mãos e foram. Nós, não. Nós ficamos lá quebrando a cabeça, as entidades de classe e a Secretaria do Meio Ambiente, sindicatos, prefeituras. Fizemos um trabalho, um mutirão. Talvez a Lucélia, da Famato, vá falar sobre isso, sobre os mutirões que foram feitos. Mesmo assim, não conseguimos alcançar o resultado que nós precisávamos, porque nós já estávamos num processo de regularização ambiental, nós estávamos num PRA, porque, na verdade, o processo de Mato Grosso já é o PRA. É a regularização ambiental, porque já estávamos lá na averbação, no firmamento de TACs, nos termos de compromisso, no ajustamento de condutas quanto ao passivo.

O Senar envolveu-se com curso de capacitação técnica, foi a campo, foram feitas muitas oficinas. A Aprosoja fez muitas oficinas. A Famato fez. Então, os sindicatos se envolveram. E cada um teve as suas atribuições. Mesmo assim, nós não conseguimos o resultado que nós esperávamos. A Sema não conseguiu colocar todos os produtores, como ela imaginava naquela época, no Sicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, para vocês entenderem a diferença, eu fiz aqui algo bem didático e simples para entender a diferença do CAR do Mato Grosso, do MT Legal, do CAR Federal e do Simcar.

Vocês vejam que o MT Legal, de cara, já entrava com toda a documentação, a Sema já fazia uma pré-análise, inclusive do *shapefile*, dos dados da propriedade. Quando havia algum dado errado, o engenheiro recebia de volta, tinha de retificar essa imagem e mandar de volta para Sema corretamente. Não entrava na Sema sem ser aprovada, primeiro, a imagem da propriedade. Depois de validar essas informações...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Só uma indagação: não entrava na Sema antes de ser feito esse trabalho por quem?

A SRª MARLENE LIMA – Não. O processo já entrava direto na Sema com toda a documentação do CAR. Ele já entrava direto com tudo físico. E, aí, ia para um sistema próprio da Sema na época, que fazia a análise das documentações. Aí, era analisado por um técnico e, aí, emitia-se um termo de compromisso quanto ao passivo, quando havia passivo de APP. Era só área de preservação permanente, porque que não se via nessa época ainda a reserva legal, porque isso era visto no licenciamento, no próximo passo, como vocês podem verificar ali, no processo de licenciamento ambiental único da propriedade, que era justamente o CAR.

Naquela época, ele veio para desburocratizar a questão do licenciamento porque era moroso, demoravam-se alguns anos para se pegar um documento de licenciamento. Então, o CAR, à época, foi uma sugestão para dar celeridade, ser ágil, rápido, para que a gente pudesse ter acesso a crédito naquela época em que estávamos passando por uma situação muito difícil, complicada com acesso a crédito e precisava do documento ambiental.

E o próximo passo lá ele ia para o licenciamento. No CAR federal, mudou, é como se a gente tivesse um documento e, de repente, a gente não tivesse nada. As imagens do cadastro eram feitas de uma forma mais simples, sem muitas informações criteriosas de geoespacialidade. Alguns, sim; outros, não. Não se via nenhum passivo; o passivo é visto no PRA, que é um próximo módulo. Era só isso e emitia-se um recibo do CAR.

Agora, com o Simcar, o Estado Mato Grosso está retificando todas aquelas informações que foram feitas no Sicar, no MT Legal. Foi feito um repatriamento de informações, e o produtor rural entra no sistema, retifica todas aquelas informações, ou seja, ele valida tudo que está lá. Tem que estar correto; se não estiver, ele retifica, ele coloca informações precisas, ele atende a uma metodologia criteriosa que está posta para ele de geoinformação.

A Sema analisa aquelas informações: comprova domínio, comprova documentação também porque tem que estar no físico. As documentações têm que estar lá, e o físico tem que comprovar com o que está no chão. A partir desse momento, é emitido um documento, e agora estamos na fase já aguardando o PRA, ou seja, nós, produtores rurais, já estamos nessa fase de PRA. Já estamos dando canelada, estamos lá conversando com o Secretário da Sema falando: "Queremos o PRA porque nós já estamos na fase, nós já avançamos." Estamos ainda retificando, há muita gente para retificar. Nós estamos com o prazo até 31 de dezembro, mas já estamos fazendo todo um trabalho. A nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

campanha Simcar: temos alguns postes na mídia todos os dias avisando que nós temos um prazo aí para cumprir.

Esse é um documento. Foi emitido este mês. Esse é um Cadastro Ambiental Rural do Estado de Mato Grosso. Tem todas informações, vocês podem ver. Depois, vai ficar disponível para vocês analisarem de perto essa informação, com todas as quantificações de área, total de propriedade, se tem passivo, se não tem, se tem manejo, se tem áreas abertas, se tem área excedente. Ele vê tudo. Ele tem que dizer tudo: as áreas restritas, os lagos efêmeros. Tudo, ele tem que dizer tudo, por isso é feito por um técnico.

E é assim que nós enxergamos a propriedade. Ela é toda demarcada. As áreas de preservação permanente são todas georeferenciadas, catalogadas, com fotos, com precisão e não tem como errar.

Nós precisamos agora avançar na questão dos recursos hídricos. Nós temos uma malha hídrica um pouco deficitária, que dificulta na hora de marcar um ponto para dizer exatamente a precisão onde começa e onde termina um ponto de amarração das áreas de preservação permanente degradadas. Nós estamos já avançando. Acredito que nós vamos avançar essa etapa urgente. Inclusive estão lá também as áreas consolidadas. Elas são todas demarcadas com datas de abertura de área, em que foi desmatada. Ou seja, a Sema tem como saber se ela é uma área consolidada ou não, e as perspectivas que nós temos com o CAR são as melhores possíveis. Este é o Estado do Mato Grosso. Nós somos aí um Estado grande. Este é o Estado do Mato Grosso sem CAR e este é o Estado do Mato Grosso com CAR. Esses dados são dados da Embrapa, feito pelo Dr. Evaristo de Miranda, que pegou os dados do Sicar e fez um modelo matemático, usou uma metodologia, retirou as sobreposições que havia e foi trabalhando essas informações. Hoje, estão disponíveis esses dados para que possam até nos servir de base para dizermos se estamos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARLENE LIMA – ...certos ou não.

Eu vou avançar um pouquinho devido ao horário, mas isso é o que a gente almeja.

Isto aqui é um estudo que ele apresentou com dados do imóvel rural; dados de reserva legal; pastagens; pastagens nativas, e ele fez uma comparação bem interessante, que eu gostaria de passar para vocês, que, se nós analisarmos este gráfico, 70% do território do Estado do Mato Grosso está na mão do produtor rural. É de responsabilidade dele.

Então, é muita responsabilidade do produtor rural quando ele coloca uma informação no CAR. Vocês podem ver que a reserva legal e a área de preservação permanente correspondem a quase 34% do território. As pastagens nativas são áreas de conservação – nós também contamos com elas, e terras indígenas e unidade de conservação, que são terras públicas, e tem aí 11,8%, de acordo com a Embrapa, que nós não sabemos ainda o que é ou o que pode vir a ser ainda propriedades que vão para o CAR.

Nós, há muitos anos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARLENE LIMA – A Aprosoja queria o desmatamento evitado, que é produzir sem desmatamento. Este é um gráfico que eu trouxe para vocês na agricultura. Nós estamos aí batendo quase 14 milhões de desmatamento evitado e, na pecuária, também, 19 milhões de hectares.

Desenvolvemos uma agenda positiva socioambiental, porque nós temos um programa Soja Plus, que vê a regularização ambiental e a parte trabalhista social da propriedade rural. São auditados. E nós precisamos de segurança jurídica para desenvolvê-la como deve ser feita. Precisamos do Código Florestal, implementar aí o PRA, e eu acredito que nós vamos conseguir avançar neste ano de 2018. Contamos com a ajuda dos senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agradecendo, então, à Srª Marlene Lima, Assessora de Política Socioambiental da Aprosoja, queremos convidar, agora, para substituir a Mesa – e todos são convidados para continuarem aqui, inclusive para participarem, com perguntas, como eu disse. Então, eu gostaria de convidar para estar conosco aqui a Srª Lucélia Denise Avi, Gestora do Núcleo Técnico da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato); o Sr. Amado de Oliveira Filho, economista e consultor técnico da Associação de Criadores de Mato Grosso (Acrimat); o Alex Sandro Antônio Marega, Secretário Adjunto de Gestão Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema), e ainda, pela minha anotação, está faltando o Carlos Eduardo Sturm, Diretor de Cadastro e Fomento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Eu quero registrar também que está conosco, assessorando-nos, em nome da Consultoria Legislativa, o Sr. Luiz Beltrão, que é biólogo, mestre em Ciências Florestais e especialista em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Também da Secretaria da Comissão de Meio Ambiente, o Sr. Airton Luciano Aragão Júnior, que é o Secretário; o Sr. Flávio Eduardo de Oliveira Santos, Secretário-Adjunto; e também o Leife Montalvão, que é assistente técnico. Ainda estão aqui conosco os assessores Lamarck D'Lavoa, Maria José Gomes, bem como Daiane de Moraes. E, do meu gabinete, da minha assessoria pessoal parlamentar, estão aqui o Chefe de Gabinete Arthur Motta, a Jéssica Detoni, o Edilson Almeida, que é jornalista e da assessoria de comunicação, e o jovem João Thiago.

Com isso, agradeço a todos eles e passo, da mesma forma, acho que na mesma sequência, a palavra ao Alex Sandro Antônio Marega, que representa a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso. Ele é o Secretário-Adjunto.

Eu gostaria, Alex, de colocar uma indagação sobre o que também já foi falado na palestra. Ouvindo a palestrante anterior, eu fiquei preocupado exatamente com a questão do custo. Como é hoje essa questão ambiental para que o produtor rural tenha condições de estar de bem com a lei ou estar cumprindo tudo aquilo? Pela palestra da Marlene, eu senti que a posição dela, como representante da Aprosoja, como representante dos produtores, é de que há uma preocupação de todos estarem cadastrados, mas as dificuldades acabam acontecendo, porque, às vezes, o próprio produtor não tem condições de fazê-lo. Eu gostaria também de ouvir como fica classificado isso para o grande produtor, para o médio produtor, para o pequeno produtor e, principalmente, para os assentados. Como funciona?

No caso do Mato Grosso, nós temos mais de 70 mil famílias assentadas sem documento da terra. Ou seja, agora acabamos de aprovar a medida provisória de regularização fundiária não só rural como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

urbana também, e confunde-se muito a área de expansão urbana com a área rural. Existe muito... Às vezes, há uma chácara dentro da cidade ou até dentro da área urbana.

Nas considerações aqui, eu gostaria que vocês, se puderem, abordassem isso e, posteriormente, a gente pode fazer um debate sobre esse assunto também.

Nessa linha, aqui também foi falado – acho que pela Marlene e pelo palestrante de Minas Gerais também – das dificuldades de se falar a mesma língua, e que os órgãos, às vezes, não se falam. Eu entendi que os órgãos são todos os envolvidos, desde as universidades até, por exemplo, as Emateres nos Estados. Como anda isso? Qual o papel para não se fazer retrabalho? Porque, ao se fazer uma análise, reclama-se muito. A Justiça trabalhista no Brasil custa mais do que o resultado das ações propostas para o próprio trabalhador. Então, que peso é isso para o Estado? A gente está levando esse Estado ao tamanho necessário?

Da mesma forma, temos uma Justiça Eleitoral permanente. Acho que não poderia citar qual país tem uma condição como a do Brasil. Conseguimos evoluir, ter uma apuração, digamos, muito... Acho que a apuração mais rápida do mundo é a do Brasil nas eleições. Mas isso tem um custo permanente, com prédios e com todas as situações, o que leva realmente a um custo, a um peso muito forte por parte do Estado. Então, ficam essas indagações.

Passo a palavra ao Alex para que ele faça a sua exposição.

Eu estou vendo o tempo lá... Acho que tem de voltar o tempo. Daqui a pouco vamos... Está certo ou não? Já começou, então.

Pois não.

O SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA – Gostaria de dar bom dia a todos e agradecer a oportunidade ao Senador Wellington de estar aqui representando o Estado, falando sobre essa importante política pública com relação ao Cadastro Ambiental Rural.

Antes de entrar realmente no CAR que nós estamos fazendo hoje, eu costumo fazer um histórico, uma retrospectiva, visto que o Estado de Mato Grosso já vem implementando essas metodologias de Cadastro Ambiental Rural há muito tempo. No ano de 1999, o Estado de Mato Grosso já começava a discutir sobre como dar uma certa celeridade e como usar das tecnologias que estavam começando a surgir, para que pudéssemos fazer um monitoramento melhor sobre os recursos ambientais no Estado.

Naquela época, a partir do ano de 2000, o Estado começou a colocar e a empreender, nos seus processos que a gente chamava de licenciamento das atividades agropecuárias e também nos programas de regularização ambiental, a utilização de imagem de satélite.

Foi criada a Licença Ambiental Única (LAU). O objetivo da LAU era, dentro de um mesmo processo, nós tratarmos as questões de regularização ambiental e também colocarmos o monitoramento remoto, visto que o Estado é gigantesco.

Muitas estradas no Estado de Mato Grosso impossibilitavam, em determinadas épocas do ano, que se chegasse a todos os lugares. Então, como combater o desmatamento? Como fazer o monitoramento dos recursos ambientais? Como colocar fiscais, pessoas *in loco*, em todos os cantos do Estado na hora em que realmente se precisava? Isso era muito difícil.

Foi aí, então, que surgiu o SLAPR (Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais), que o Estado desenvolveu. Nós juntamos as três coisas: o licenciamento ambiental, que já era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma obrigação, nós já fazíamos essas licenças, dos manejos, das atividades, do PEF, que é a exploração florestal; a fiscalização, que também era uma obrigação, e o Estado já estava com uma demanda, com relação ao desmatamento, muito grande – o Estado sempre figurou entre os grandes desmatadores; e o monitoramento remoto. Esse monitoramento remoto foi possível com a utilização de imagens de satélite.

A imagem de satélite em si passou, então, a ser construída. A partir do momento em que a pessoa vinha fazer o licenciamento e fazer a sua regularização ambiental, ela trazia para dentro do Estado, através de um CD, uma fotografia de satélite do seu imóvel. E o Estado, então, foi construindo um mosaico.

Qual era a nossa ideia ali? Dentro de uma base de dados geoespaciais, construir todo o mosaico dos polígonos dos imóveis rurais, acoplados ali os seus recursos ambientais – as hidrografias, as áreas de vegetação, as áreas que estavam sendo consolidadas, as áreas que estavam já sendo utilizadas em alguma atividade e as áreas degradadas. No uso dessas imagens de satélite, a base era o polígono do imóvel, os rios e, consequentemente, em volta dos rios, as áreas de preservação permanente, as suas áreas com vegetação nativa, atividades que ele pretendia desenvolver.

Nessa época, é lógico que nós não tínhamos imagens com essa qualidade que eu estou mostrando aí. Nós usávamos imagens com a melhor resolução que nós possuíamos à época, imagens de 30m de resolução. Então, é óbvio que não conseguíamos ver os detalhes da forma como conseguimos enxergar hoje. Aí nós estamos vendo uma imagem Spot, com 2,5m. Isso facilita que se faça esse cadastro dessas propriedades rurais.

Só que nós tivemos alguns problemas também durante esse processo. Nós chegamos a ter, na época da LAU, até o ano de 2008 ou 2009, cerca de 10 mil a 11 mil propriedades rurais cadastradas, mas isso representava mais de 70% da área passível de licenciamento. Ou seja, em números de área, realmente nós já estávamos fazendo um monitoramento bem interessante; nós já conseguíamos enxergar as grandes propriedades, que, devido aos seus processos comerciais, às exigências legais que pesavam sobre elas, acabavam vindo para o órgão ambiental, mas vinham, lógico, com um profissional que ia até o campo, fazia os levantamentos, e eram encaminhados esses dados para a Sema. Junto com essas informações geoespaciais, vinha também a parte física, a parte documental, conforme já foi falado pela Marlene: os dados do imóvel, os dados do proprietário, os projetos de como ele vai exercer a sua atividade, além também, com relação aos programas de recuperação, de como ele vai recuperar as áreas degradadas, como ele vai atingir os percentuais de reserva legal e de preservação permanente. Com tudo isso, era montado um processo.

Para vocês terem uma ideia, há processo de LAU, na Sema, que chegou a ter 20 volumes, com 300 páginas cada um. São processos gigantescos. E a burocracia realmente era muito grande, até porque, a partir do momento em que se começaram a utilizar essas metodologias, o Estado também começou a ser um pouco mais transparente, começou a ter informações para que os órgãos fiscalizadores pudessem verificar o que o Estado estava fazendo nesse sentido.

E houve diversas operações, inclusive do Ministério Público, das polícias estadual, federal, em cima de informações, talvez de algumas licenças que eram emitidas em desacordo com o que a lei exigia. Mas isso se tornou possível, porque o Estado começou a ter essas informações aglutinadas em processos, e isso estava sendo monitorado. Mas a burocracia tornava muito lento este processo tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da regularização quanto do licenciamento, porque estava acoplado tudo num único processo. Então, esse processo acabou evoluindo.

Aí a gente tem um exemplo de uma base de dados com imagens de 30m, de uma propriedade cadastrada já na base de dados da Sema. Nós tempos ali, por exemplo, as reservas legais, a área de vegetação nativa; nós temos ali as áreas consolidadas, as APPs, todas as propriedades.

Além disso, além das informações geoespaciais, nós tínhamos os dados dos proprietários. Então, dentro do nosso sistema, que evoluiu depois do SLAPR e se tornou realmente um sistema de licenciamento, que era o Simlam, e as informações deixaram de vir através de CD nos processos e passaram a vir pela internet, através de um importador de *shapes*, ele chegou a ter, então, aquele número que eu disse de mais de 70% da área cadastrada. Mas a burocracia desse processo fazia com que... Os processos levavam, em média, de dois a quatro anos. E há processos de LAU que entraram lá no ano de 2000 e que até hoje realmente não foram finalizados, devido à grande burocracia.

Qual foi a ideia de criar o CAR? O CAR veio consolidando uma lei estadual, que foi o MT Legal, com a ideia de separar os processos. Foi aí que se falou pela primeira vez em CAR, porque até aquele momento não se falava em Cadastro Ambiental Rural. O CAR foi criado no Estado de Mato Grosso, através dessa lei do MT Legal, incorporando aquela metodologia de lançar nas imagens de satélite, naquilo que nós vimos de informação geoespacial, aquela grande base de informação que o Estado está construindo. Então, o MT Legal juntou aí mais alguns processos e os separou para que eles pudessem caminhar paralelamente.

O CAR é a base de tudo, mas a regularização começa a partir do CAR. Com a informação, a definição de qual é o passivo, o CAR passa a fazer a base para a regularização ambiental – o que a pessoa tem de ter de ativo ambiental, o que ele tem de recuperar na sua reserva, na sua APP. Ele assina um termo de ajustamento se comprometendo a fazer isso. A partir do CAR, podemos fazer o licenciamento ambiental, porque nós já temos a informação básica, e ele pode caminhar paralelamente à regularização, não sendo mais necessário que a regularização esteja concluída para que ele possa licenciar, e o monitoramento remoto não precisa que os dois processos estejam caminhando para que ele possa ser efetivado. Então, eu começo a fazer a dinâmica de desmatamento a partir do momento em que eu tenho aquela informação do imóvel. Todos os anos eu vou ali comparar onde é que estão se reduzindo as áreas de floresta ou de cerrado e verificar onde é que houve desmatamento. E eu tenho dados ali para saber quem é a pessoa que calculou, que fez aquele ato de desmatamento.

O CAR, na verdade, é um componente base para todos os outros processos. Eu tenho ali uma base de informação que tem de ter uma consistência porque é a partir dela que todos os outros processos vão girar. O que o CAR vai fazer aí? O CAR vai funcionar meio que como um lubrificante, fazendo com que todos esses processos, com base em uma informação consolidada, possam utilizar essa informação e partir daí ele consiga evoluir. Então, o CAR do MT Legal teve este sentido: desburocratizar. A partir do CAR é que se buscam as licenças do PEF, do manejo, a limpeza de pastagem, a LP, a LI, a LO. Qualquer outra licença ou autorização a partir do CAR pode ser concluída, e os TACs é que dão início ao processo de regularização ambiental. A partir do momento em que é definido o passivo, inicia-se esse processo de regularização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Olha só o que houve ali de salto a partir do MT Legal. Nós emitíamos, em média, até o CAR do MT Legal, que é ali no ano de 2010, 2009 para 2010, 350 a 400 LAUs por ano, devido ao processo burocrático que nós tínhamos. Mas, a partir do MT Legal, saltamos ali para uma média de 6 mil CAR por ano, ou seja, nós começamos a ter uma grande quantidade de imóveis sendo cadastrados.

No ano de 2013, quando nós migramos a nossa base para o sistema Sicar, o sistema federal, nós tínhamos em torno de 40 mil imóveis cadastrados na nossa base, e em torno de 80% da área passível de cadastramento. Ou seja, a grande maioria dos imóveis rurais, as grandes propriedades e médias propriedades, já estavam inseridas na base do CAR do MT Legal. A diferença é que essa base do MT Legal foi feita toda com uma parte de responsabilidade técnica. Todos eles tinham informações físicas, havia um processo atrelado. Então, para cada um daqueles CAR que havia do MT Legal, eu tinha um processo físico, com a documentação do imóvel e a documentação do proprietário, o que dava uma certa segurança nas análises que o analista fazia.

Aqui eu tenho – para vocês terem uma ideia – uma base de dados, realmente do MT Legal, que estava no nosso Simlam e a quantidade. Tudo isso que está em preto dentro dos Municípios são CARs, que estavam cadastrados no MT Legal. Olha a quantidade de CARs cadastrados. Esses eram os CARs que nós tínhamos na nossa base do MT Legal.

Qual era o futuro que nós planejávamos para essa base de informação? Além do monitoramento, do licenciamento e da parte da regularização, outros serviços. Por exemplo, a partir desse momento em que nós já sabemos onde é que estão as áreas consolidadas, nós vamos poder licenciar a atividade de agricultura, pecuária, piscicultura, pecuária intensiva, suinocultura, o confinamento. A partir dessa base de informação, todos os outros processos e serviços que são feitos pelo órgão ambiental poderiam estar registrados ali, inclusive, a parte de fiscalização; deixar registrado os polígonos embargados dentro dessa base de informação.

Então, esse é o futuro que nós planejamos para a evolução do CAR, no Estado do Mato Grosso. A partir do momento em que o CAR foi iniciado, todos os outros serviços estariam atrelados a essa base de informação. Será que funciona o CAR? Será que o CAR realmente é uma metodologia que ajuda o Estado a fazer as suas políticas? Com certeza.

Se nós formos analisar o período em que nós começamos a utilizar as imagens através de sensoriamento remoto, nós conseguimos reduzir o desmatamento em 87%. O Estado de Mato Grosso foi o campeão na redução de desmatamento, por quê? Começou a fazer uma fiscalização inteligente, usando a tecnologia que começou a ficar disponível a partir do ano 2000.

Se nós olharmos ali, conforme foi crescendo o número de propriedades cadastradas na nossa base, quando nós começamos a enxergar quem eram as pessoas que estavam desmatando e começamos a fazer uma fiscalização, inclusive sem precisar ir à propriedade, porque eu tinha dados e informações, fotografias do antes e do depois, que comprovam ali que houve um desmatamento. E eu tinha dados pessoais, documentos do próprio imóvel, mas também do proprietário com relação, inclusive, de endereços e ao qual nós mandamos os ofícios. O auto de infração começou a chegar para os desmatadores, para aqueles que causavam degradação por ofício, e isso realmente ajudou o Estado a diminuir o seu desmatamento.

Será que isso prejudicou a produção no Estado? Com certeza não. Aqui eu tenho um outro gráfico que mostra o comparativo entre a redução do desmatamento e o crescimento da produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vemos que, no Estado do Mato Grosso, em 2016/2017, a produção chegou a 53 milhões de toneladas, e o desmatamento simplesmente tem-se reduzido ano após ano.

Nós chegamos em 2016 a 20 milhões de cabeças de gado, e, mesmo assim, o desmatamento não aumentou por causa disso. Então, uma coisa não está contrastando com a outra, simplesmente uma coisa não atrapalha a outra. Podemos, sim, continuar crescendo; podemos, sim, continuar produzindo, e não é necessário que haja avanços no desmatamento.

Como a Marlene falou, o nosso sistema está sendo desenvolvido para que possamos recuperar algumas coisas que nós entendemos que perdemos a partir da adoção do Sicar. O Sicar está sendo construído com o fim – inclusive isso está no objetivo,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA – ... e o Código Florestal fala isso – de monitoramento e planejamento com relação às questões ambientais, mas, como eu mostrei até agora, o nosso CAR no Mato Grosso não serve só para isso. O nosso CAR em Mato Grosso é uma base de informação que vai nos ajudar a realizar todos os outros serviços. Então, nós precisamos, sim, de segurança da informação que entra para nós e que possamos validar essa informação de uma forma que eu possa garantir confiabilidade, para que os outros serviços possam ser agregados ali.

O Simcar, que é o sistema mato-grossense, está buscando restaurar a normalidade desse cadastro ambiental de que nós precisamos, de que o Estado de Mato Grosso precisa, que é essa base de dados da Sema; garantir que todas as informações necessárias para a análise e validação entrem no momento do cadastro; e garantir que o próprio sistema já impeça que o CAR, que tem alguma coisa que possa ser detectada, no momento do cadastro, entre para o órgão – ele tem de fazer validações automáticas, ter filtros automáticos; receber todas as informações necessárias, para que eu possa promover essa integração com o sistema federal – tudo aquilo que é exigido no Sicar, eu preciso também cobrar no Simcar, para que, no momento da integração, os dois conversem e possam realmente promover essa integração; e trazer mecanismos de geoprocessamento de ponta, que possam aumentar a qualidade dos dados entregues.

Resumidamente, o que o nosso sistema está fazendo de forma diferente? Olhem lá: passa por um funil. O Sicar, em si, foi construído para garantir que a maior parte dos produtores possa entrar. No nosso caso, nós queremos garantir que a maior parte dos produtores entre, mas entre com qualidade da informação, que garanta que eu possa realmente fazer essa validação e usar essa informação posteriormente.

Todas as informações relacionadas ao imóvel ou ao produtor rural são obrigatórias. E ele tem de, além disso, encaminhar a documentação comprobatória. Eu exijo, por exemplo, que ele me mande a matrícula do imóvel ou algum comprovante da posse. Eu exijo, por exemplo, no meu sistema, que ele mande documentos pessoais que comprovem quem é esse produtor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA – E também todos os dados de geoprocessamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir daí, o sistema faz validações automáticas nessas informações. E ele só consegue enviar a partir do momento em que todas as informações foram completadas. Aí eu consigo melhorar a minha análise, validar o maior número de CARs e integrar as informações com o sistema federal.

Só para vocês terem uma ideia, hoje nós já estamos com mais ou menos 30 mil imóveis que estavam no Sicar, foram migrados para dentro do Simcar, e já fizeram as retificações necessárias, passando por esses filtros. Eu tenho conseguido validar, hoje, a partir desse último mês, mil CARs por mês, sendo que nós passamos três anos analisando CAR no Sicar e conseguimos analisar 2,5 mil e validar apenas cem. Então, nós conseguimos ganhar em qualidade, porque a informação está ali, já pronta, eu não preciso ficar solicitando coisas novas, e consigo melhorar a velocidade e a qualidade da base de dados que eu estou construindo, para voltar novamente a ter toda aquela qualidade de informação e segurança, para que eu possa finalizar os processos.

Também estamos trabalhando agora com uma meta de analisar, em média, 2 mil CARs por mês, esperando chegar, a partir da metade do ano que vem, a algo em torno de 4 mil CARs por mês. Do que eu preciso para isso? Eu preciso basicamente de pessoas. Hoje, a estrutura que eu tenho está já alocada para analisar esses 2 mil CARs por mês, considerando que eu tenho, em média, 25 analistas e que cada um vai analisar em torno de cem CARs por mês. A nossa meta aí, mesmo tirando uma margem de erro, é analisar 2 mil, mas com o apoio que, inclusive, o Sistema Florestal Brasileiro tem, através do KfW, de colocar mais pessoal, de colocar pessoas. Nós estamos trabalhando com essa possibilidade de dobrar essa equipe, conseguir fazer essas 4 mil validações por mês, atingir, dentro de um prazo de dois anos, uma malha bem grande de CARs validados, e, aí, iniciar sim o PRA, a partir desses CARs que já estarão validados e com seus passivos definidos.

Senador, o tempo esgotou, mas quero falar com relação às perguntas que o senhor fez. É possível?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA – Com relação ao custo. Realmente, há uma certa dificuldade para que a pessoa faça o CAR sozinha.

O Sicar, em si, foi aberto de modo que qualquer um entre e faça, mas nós chegamos à conclusão de que para nós isso não é viável. Por quê? Porque a maior parte dos CARs que estavam no Sicar teve algum tipo de erro no momento da sua elaboração.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA – Nós entendemos que tínhamos de colocar uma certa barreira, para evitar que esses erros entrassem no órgão e depois ficasse naquele "reprova, pede de novo; reprova, envia de novo; reprova, pede de novo". Então, nós decidimos que o CAR tinha de ter, sim, uma certa melhoria nas informações que estavam sendo enviadas. Não é obrigatório que haja um responsável técnico, mas nós aconselhamos que todo produtor contrate alguém ou que ele seja ajudado por alguém, no momento dessa elaboração, o que vai garantir que essa qualidade seja melhor.

Como estamos pensando em fazer, por exemplo, com os pequenos? Não há outra possibilidade a não ser trabalhar com as associações, trabalhar com os sindicatos... Há uma possibilidade agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também de que a Siafi tenha até uma linha de financiamento para isso, para que eles possam chegar aos pequenos da agricultura familiar e ajudá-los a elaborar esse CAR.

Com relação aos assentamentos, nós estamos trabalhando agora uma alternativa junto ao próprio Incra, e já houve algumas reuniões nesse sentido. A responsabilidade é do Incra.

Nós vamos criar, no sistema, uma porta nova, uma nova forma que possa facilitar com que ele entre com todo o seu polígono do assentamento e, depois, o CAR lote a lote, mas, mesmo assim, entendemos que eles vão precisar, lá na frente, de ter um auxílio técnico, uma melhoria, uma contratação. Apesar de ser responsabilidade do Incra, nós não estamos fugindo da responsabilidade de auxiliá-los. Por isso é que nós estamos fazendo um grupo de trabalho. Inclusive, o próprio MPF já se comprometeu a trabalhar junto no sentido de dar segurança jurídica no que está sendo decidido, para que nós consigamos, dentro de um prazo razoável, colocar todos os assentamentos e os assentados principalmente – porque não adianta só colocar o assentamento e, depois, um dos assentados vai lá e faz alguma coisa que é embargada, e embargam todo o assentamento. Então, nós precisamos garantir que todos os assentados tenham o seu CAR individual, para que eles possam fazer a sua regularização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA – Hoje, nós estamos vendo que um profissional, para fazer um CAR no Mato Grosso... O preço varia muito, mas eu já vi profissional cobrando R$150 e profissional cobrando R$5 mil. Dependendo do tamanho da propriedade, pode chegar a um valor bem maior, mas, infelizmente, isso é necessário nesse momento.

Quanto ao pequeno, nós temos de achar uma alternativa que seja de o próprio Estado ajudar ou as associações... O que nós estamos fazendo é realmente dar um treinamento bem grande. Estamos fazendo videoaula... Nós estamos montando agora um curso que vai ser *on-line*, vamos disponibilizá-lo para que os sindicatos possam ter esses acessos, e muitos profissionais já foram capacitados nesse sentido. Já trabalhamos, por exemplo, com a Famato, com a Aprosoja, fizemos capacitações, para que eles pudessem fazer CAR de uma melhor qualidade e, assim, nós conseguirmos validar o maior número possível.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós queremos salientar que todas essas apresentações já estão na internet, tanto na página da Comissão como também no portal e-Cidadania. Para aqueles que precisarem acessar, está tudo disponível.

Queremos registrar aqui também a participação de mais algumas pessoas. O Leodocir Kaiser diz o seguinte: "Quando vão analisar os dados enviados ao CAR no Rio Grande do Sul? Pelo que sei, nem começaram, ao contrário de outros Estados." O Leodocir também faz mais uma colocação: "Como vai ser resolvido o problema grave de sobreposição? Pelo que sei, cerca de 64% das áreas declaradas e já analisadas estão com esse problema".

O Matheus Sehn Korting: "Os registros do CAR estão sendo amplamente utilizados como instrumento de grilagem de terras públicas, desviando a finalidade ambiental para a finalidade fundiária. Além disso, o desmatamento subiu no País, tendo em vista a anistia dos passivos ambientais proporcionada pelo CAR".

Pode ser feito o comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ao Sr. Amado de Oliveira Filho, representando aqui a Associação dos Produtores do Estado de Mato Grosso.

O SR. AMADO DE OLIVEIRA FILHO – Criadores.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Produtores e criadores, principalmente aqui, no caso, da bovinocultura de um modo geral. É a Acrimat, do Estado de Mato Grosso.

O SR. AMADO DE OLIVEIRA FILHO – Bom dia, Senador. Quero cumprimentar toda a Comissão de Meio Ambiente em seu nome, e agradecer a oportunidade de nós estarmos aqui discutindo com o Brasil o que estamos fazendo em relação ao meio ambiente. Certamente isso vai prosperar e se transformar em políticas públicas que possam fazer e resolver uma série de problemas que foram constatados aqui nesta audiência. Quero cumprimentar todos os expositores.

A fala competente do Secretário-Adjunto Alex Marega nos permite, Britaldo, dizer que Mato Grosso é um verdadeiro laboratório que permitiu que nós tivéssemos um Código Florestal aprovado e agora tenhamos um Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural de qualidade. É um Estado que é o maior produtor de soja, de milho, de algodão, de carne bovina, agora certamente vai entrar numa fase de agroindustrialização e também deverá ser um grande produtor de etanol, o que faz com que aumente a produção de carne através do WGG e do DDG.

Mas Mato Grosso não é só isso. Mato Grosso hoje, a partir do CAR – e é importante essa avaliação inicial –, já permitiu que a Embrapa, com o sistema de monitoramento, corrigisse-nos. Nós e todas as nossas lideranças falávamos, em todas as falas, Senador, que nós tínhamos 62% de cobertura vegetal nativa. Estávamos errados, temos mais que isso. A Embrapa Monitoramento, através da Aprosoja e parcerias, divulgou um trabalho recente e completo dizendo que nós temos quase 65% de cobertura vegetal nativa.

Então, justifica, sim, nós sermos um laboratório de formação de pensamento e justifica nós sermos um grande Estado produtor de proteínas vegetais e animais, mas somos também um Estado produtor de água e que tem um ativo relativo maior do País também. Isso nos deixa, eu que sou nativo do Estado, bastante confortáveis em vir à Comissão de Meio Ambiente do Senado para tratar desse tema.

Vou antecipar a resposta sobre a provocação do Senador com respeito ao custo. Certa feita, numa reunião de discussão ambiental com a Sema – há de se registrar que o setor produtivo tem, sim, oportunidade de discutir isso com muita frequência –, fizemos uma projeção quanto ao Sistema Nacional de Cadastramento Ambiental Rural e nós produtores rurais vamos transferir mais de R$120 milhões, em termos de taxa, para o Poder Público estadual.

Então, de fato, é muito caro, inviabiliza e – como o senhor disse, para grandes, médios e pequenos – atinge a todos, até porque não dá para falar em custo sem avaliar a variável renda. E a renda da agropecuária brasileira vem sofrendo de problema bastante sério.

A colega expositora Marlene colocou uma foto mais bonita e colorida sobre a transferência de área, a redução do desmatamento, aliás. E aqui nós estamos vendo... Fizemos, através de dados técnico-científicos do Imea, uma comparação de o que nós temos de gado bovino e o que nós temos de pastagens. Vocês vão verificar que, a partir do ano de 2007, vimos sistematicamente reduzindo a área de pastagem para o nosso rebanho, que é o maior do Brasil, ao ponto de que, nos últimos quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

anos, transferimos a diferença daquela curva verde, que vem caindo com frequência, e já passa de 2,5 milhões de hectares que hoje são utilizados para a integração lavoura-pecuária, para a criação de gado.

Aí a gente tem de acrescentar algo na fala do nosso ilustre e competente Secretário Marega. O CAR permitiu, sim, a redução do desmatamento, mas como nós conseguimos essa façanha de reduzirmos as áreas de pastagens, como está ali naquele gráfico, e aumentar o rebanho? Secretário, Senador, demais expositores, houve e está havendo algo que vai demonstrar, que vai permitir um salto maior ainda: é o uso de tecnologia adequada, é o uso de investimento na propriedade, é a prática de investimento na correção do solo, é a prática de aplicação constante em tecnologia, sem preocupar se é pequeno, médio ou grande produtor, até porque o ambiente não escolhe onde vai haver degradação. Não é o tamanho da propriedade que define o tamanho da degradação. Degradação é degradação na pequena, na média e na grande propriedade. Como nós conseguimos isso? A gente fica tão satisfeito ao virmos aqui representando mais de cem mil pecuaristas.

Quando nós analisamos com que idade nós estamos abatendo nosso gado bovino, nós vimos que, em 2010, tínhamos menos de 6% de gado bovino abatido abaixo de 24 meses. Quando chegamos a 2016, já passamos isso para 15% de gado bovino abatido. Estou falando de um abate por volta de 6 milhões de cabeças de gado abatido com menos de 24 meses. Isso é muito importante para a economia, isso é muito importante para a sociedade consumidora e, claro, isso é muito importante para nós conseguirmos liberar área de pastagem e evitar desmatamento através de investimento em tecnologia e de inversões financeiras nas propriedades.

Animais abatidos no período, com idade de 24 a 36 meses, observem ali, a saímos de 42%, em 2006, e chega a 62%, em 2016. Então, você vê que essa qualidade, esse investimento, esse profissionalismo do produtor rural faz com que vamos conseguindo agregar valor à produção. E, finalmente, acima de 36 meses, saímos de 57%, em 2006, e chegamos, em 2016, com apenas 23%. Essa é a pecuária de qualidade, essa é a produção de qualidade. Foi isso que permitiu que nós fizéssemos essa redução de pastagens e pudéssemos continuar a aumentar a oferta de animais prontos para o frigorífico e animais, inclusive, para a recria.

Mas não bastava. Não foi só essa ferramenta que permitiu isso. Além de reduzir a idade de abate, nós insistimos – de 2011 para cá, sem que acontecesse nenhuma inversão do período até 2016 – em aumentar o preço dessas carcaças. Isso aí é alimentação, isso aí é sanidade e isso aí são inversões financeiras, investimento na propriedade, para que se possa alcançar esse resultado.

Mas nós temos preocupações e temos demanda para o Congresso Nacional, para os três Poderes, na verdade. Eu acredito muito em uma República forte quando nós temos um Poder Executivo fortalecido, com competência e lealdade para com a sociedade; quando nós temos um Poder Legislativo competente, organizado, leal para com a sociedade; e quando nós temos um Poder Judiciário, da mesma forma, competente e leal para com a sociedade.

Nós temos ações diretas de inconstitucionalidade, ação direta de constitucionalidade, que podem desmontar tudo o que o Alex Marega, a Marlene e os demais expositores colocaram, com qualidade. Nós temos ações diretas de inconstitucionalidade – 4.901, 4.902, 4.903, da Procuradoria-Geral da República; e do PSOL, a 4.937.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eles questionam que o Código Florestal traz prejuízos ambientais, diferentemente do que está sendo mostrado aqui. Eles questionam que fragiliza a proteção das áreas de preservação permanente; que fragiliza a questão da reserva legal – diferentemente do que mostrou o trabalho da Embrapa –; enfim, que permite consolidação de áreas desmatadas antes de modificações.

A ação direta de constitucionalidade é de um Partido político, o PP. Essa ação traz uma informação totalmente contrária a das outras quatro ações de inconstitucionalidade. Essa ação de constitucionalidade fala que o Código Florestal não agride o ambiente, mas, ao contrário, tem o objetivo de preservá-lo.

E aqui eu quero fazer um parêntese nessa análise: quando o Alex colocou que o CAR permitiu a redução do desmatamento, eu concordo, mas permitiu aferir que está reduzindo o desmatamento. É a consciência do produtor rural além dos seus investimentos, porque nós sabemos que uma proteína exportada, de qualidade, tem de ter sustentabilidade. Vamos continuar aqui.

O futuro da produção de alimentos no Brasil, nós sabemos fazer e nós conhecemos de sobejo. Agora, o Código Florestal brasileiro tramitou no Congresso Nacional por 12 anos. Essas ADIs que eu trouxe aqui... Ela já está, agora em 2018, sendo votada, mas, se não se concluir essa votação, serão mais 5 anos. Portanto, serão 17 anos discutindo entre os Poderes da República o nosso Código Florestal brasileiro.

E o que acontecerá se forem vencedoras as teses das ADIs da PGR e do PSOL? Desmontam o que nós fizemos até agora, desmontam os investimentos que foram ditos aqui, Alex, de tecnologia de informação, de capacitação – como foi dito aqui pelos outros expositores – e de investimento pelo setor empresarial e por pequenos produtores, com taxas, com testes, com profissionais, porque desmonta o Código Florestal brasileiro. Mas a dificuldade imposta pela persistente insegurança jurídica... Nós sabemos fazer o futuro. E isso que eu estou dizendo aqui desses 17 anos significa 17 anos em que o produtor rural abre a porta da sua casa e vai trabalhar sem saber se vai chegar um helicóptero do Ibama ali e abordá-lo na sequência – e ele sem saber se está certo ou está errado.

Essa, Senadora, é uma das grandes preocupações do setor produtivo, em todas as associações. E nós alcançamos a maioria dos produtores e conversarmos com eles, em todo o Estado. E olha que a nossa instituição se orgulha de dizer: "Nós rodamos todos os Municípios de Mato Grosso". São poucos Municípios em relação a outros Estados, só 141, mas é um Estado do tamanho que o senhor bem conhece.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu queria fazer uma observação: como eu disse aqui antes, eu acredito que o Estado de Mato Grosso seja um Estado em condição diferente de praticamente todos os Estados brasileiros, até pela criação desses fundos, que permitiram com que os produtores – sejam agricultores, sejam pecuaristas, enfim – tivessem um aporte de recursos e que as instituições tivessem essa capacidade de organização.

Então, eu gostaria de que fosse feita aqui a reflexão sobre se – como está sendo colocado aqui pelo Dr. Amado – as dificuldades do Mato Grosso são essas e se os produtores estão tendo essa capacidade inclusive organizacional. Se pudesse explicar um pouquinho. Isso é importante, porque o Brasil precisa saber como é que funciona isso no Mato Grosso, a origem desses recursos. Isso também é importante para os outros Estados, principalmente para os Estados que ainda não têm, digamos... Estados como o Pará – vamos colocar –, que é um Estado muito grande, com propriedades em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

condições muito diferenciadas também, e Amazonas, enfim, estou dizendo da Amazônia de um modo de modo geral. Mas, com certeza, a situação do Nordeste deve ser mais ou menos parecida. Então, eu gostaria desse comentário também por parte do Dr. Amado. Comentário e explicação.

Eu quero dizer que tudo – nós já temos mais participações – está sendo armazenado e nós vamos continuar discutindo isso posteriormente.

O SR. AMADO DE OLIVEIRA FILHO – Obrigado, Senador.

Na verdade, esse modelo de representação de classe em Mato Grosso começou em 1997, com um governador bastante conhecido no resto do Brasil, o Governador Dante de Oliveira. Os cotonicultores, os produtores de algodão, entenderam que o Mato Grosso poderia ser maior produtor de algodão do Brasil. Em 1997, eles tinham razão. Hoje, nós produzimos 68% do algodão que é produzido no País.

Ele entendeu de criar um fundo que pudesse dar sustentação à pesquisa, que pudesse dar sustentação ao *marketing*. Se a Ásia tem tanta gente, será que eles não precisam de tanto algodão? Enfim, houve a criação desse fundo em 1997, na verdade, de um programa de algodão com um fundo para financiar essas ações. De lá para cá... Depois, veio o pessoal da soja e milho com o mesmo objetivo. Já havia sido criada a associação dos produtores de algodão, financiada, então, com recursos privados; criou-se, na sequência, a Aprosoja com o seu Fundo da Soja, contribuição dos produtores. A Acrimat, que foi a última, inclusive, a fazer esse tipo de ação, criou o Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte com contribuição dos produtores quando se abate um gado bovino. Então, ele recolhe a esse fundo, que permite que nós estejamos aqui hoje discutindo com o resto do Brasil essa questão do CAR. É o próprio setor produtivo financiando o seu desenvolvimento. É claro que tem de haver a compreensão do Governo do Estado e da União para permitir que isso seja criado.

O Mato Grosso exporta tudo o que eu disse de *commodities*, e nós já exportamos para o Estado do Pará o modelo de representação associativista dos pecuaristas. Os companheiros do Pará já implantaram a sua Acripará nos mesmos moldes da Associação dos Criadores de Mato Grosso. Então, o Brasil está enxergando o nosso modelo de representação de classe bastante evoluído.

Também tivemos o apoio – e há de se registrar, porque, sem ele, não aconteceria nada do que está acontecendo no Estado em termos de representação de classe – da nossa Federação de Agricultura e Pecuária. Lembro-me muito bem de que, quando foi para criar a própria Acrimat, a Famato colocou as lideranças da pecuária no mesmo veículo e saiu rodando o Estado falando da importância disso. Então, não há uma divisão de representação. Ou seja, aquilo que é de interesse exclusivo de uma atividade... Por exemplo, ovinocultura, rendimento de carcaça, interessa só à pecuária de corte? A Acrimat é responsável por conduzir esse processo, claro, sempre buscando o apoio de todo o mundo e muito mais da própria Federação. O que é do algodão, idem, e da soja da mesma forma.

Mas, Senadores, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Como os dados são públicos, acho que era importante só para a população ter noção do que representa isso, anualmente, por exemplo, para o Fundo do Boi, da Acrimat.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMADO DE OLIVEIRA FILHO – Diria ao senhor que, sem o Fundo da Bovinocultura de Corte, nós não teríamos hoje desenvolvido nem 2% das nossas ações. É claro que a contribuição do pecuarista para o produtor é algo em torno de R$1,43 por cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Isso dá um montante anual...

O SR. AMADO DE OLIVEIRA FILHO – Multiplique por 5 milhões, por 6 milhões. É o anual. Mas é o suficiente também para fazer um trabalho e permitir, inclusive, investimentos para que essas atividades sejam perenes. Nós não estamos preocupados com quem está lá hoje. Nós estamos preocupados com os produtores que vão entrar nesse negócio da pecuária de corte com viabilidade e sustentabilidade para a frente.

Voltando, com a sua permissão, à questão do futuro da produção de alimentos que nós sabemos fazer. Queria completar a leitura daquela frase. A dificuldade imposta pela persistente insegurança jurídica sobre as atividades agropecuária no Brasil impõe dificuldades que competem, Senador, ao Congresso Nacional mitigar. Se aprovadas, se forem recepcionadas as ideias dessas quatro Adins que comentei aqui, seguramente esta Casa vai ter de iniciar um processo legislativo de recomposição do Código Florestal brasileiro. Só que convém alertar aos doutores e expositores aqui que certamente a economia do agronegócio do Brasil não suportará discutir o remendo ou o reajuste ou seja lá o que for de um Código Florestal por 12 anos. A gente quebra este País, porque o mundo aprendeu, o mundo reconhece a sustentabilidade que temos, mas ele vai querer que isso seja permanente.

É com esse pensamento que eu queria fazer mais uma indicação à Comissão de Meio Ambiente. Eu vejo o Código Florestal brasileiro como algo importante, assim como todo o Sistema de Cadastro Ambiental e Recuperação é extraordinariamente importante, mas há necessidade, Senador – quando vou ao Estado do Pará e vejo todo o esgoto de seis milhões de habitantes ser jogado na zona urbana, e vejo, no meu Estado de Mato Grosso, a capital jogar esgoto dentro do Pantanal –, para que a sociedade urbana entenda inclusive a importância da produção agropecuária para a sustentabilidade que nós oferecemos, de o Brasil ter um código ambiental. Talvez seja uma missão. Desculpem a ousadia de um nativo de Mato Grosso vir aqui para falar que tem de ter, mas é a única alternativa que nós temos para proteger inclusive a água que nós utilizamos nas nossas cidades.

Não é só um Código Florestal brasileiro que vai mostrar ao mundo, e o mundo não está mais entendendo só isso, que ele poderá resolver os problemas ambientais do Brasil. O Brasil carece de um Código Ambiental com o mesmo rigor, com a mesma seriedade com que foi colocado para o setor produtivo, do agronegócio brasileiro especialmente, o Código Florestal. A partir daí, nós vamos ter a sociedade produtora rural junto com a sociedade urbana entendendo o que é meio ambiente, entendendo o que é sustentabilidade e sabendo a importância e o quanto custa, sobretudo, oferecermos proteína animal com sustentabilidade.

Não é querer penalizar a sociedade urbana, Senador, é ter o desejo de ver o Brasil inteiro preocupado com sustentabilidade, como está, da mesma forma, o setor produtivo rural em todos os rincões do Brasil. Isso é necessário porque todo Município, inclusive Brasília, produz carne bovina. Em todo Município, há gente poluindo desde quando nasce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é necessário que esta Comissão coloque na sua pauta, coloque no seu radar, a construção de um Código Ambiental que possa recepcionar tudo o que nós fazemos, que todos os brasileiros façamos, não só o meio rural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agradecemos ao Dr. Amado, em nome da Acrimat.

E convidamos a Srª Lucélia Denise Avi, Gestora do Núcleo Técnico da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato).

A SRª LUCÉLIA AVI – Bom dia a todos.

Quero agradecer o Senador Wellington Fagundes pelo convite para estar aqui representando a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso, juntamente com os meus colegas da Aprosoja, Acrimat e da Sema, do Estado de Mato Grosso.

Vou falar um pouco diferente do que eles falaram. Eles falaram bastante de dados do Estado de Mato Grosso. Eu vou falar um pouco da necessidade de que o produtor hoje tem com referência à essa questão ambiental, da necessidade do apoio dos Senadores, dos Deputados e até mesmo do Governo Federal para realmente conseguirmos dar continuidade a essa regularização ambiental do Estado de Mato Grosso e do resto do Brasil também.

Atualmente, os produtores do Estado de Mato Grosso – isso já foi mostrado pelo Alex e pela Marlene, da Aprosoja – estão na quarta edição do CAR do Estado de Mato Grosso. O produtor hoje não aguenta mais alteração de legislação, não aguenta mais fazer um documento ambiental que não tem um fim. Ele começa, inicia, fica lá por dez anos, como foi o caso da LAU, no Estado de Mato Grosso, e não consegue ter esse documento em mãos; ele não consegue realmente falar para os órgãos ambientais – porque temos um conflito, hoje, de órgão ambiental. A Sema dá um documento para o produtor, o Ibama entende que aquele documento não é válido, que não é aquilo. Então, temos um conflito de órgão ambiental ou de entendimento de legislação, que causa uma insegurança muito grande ao produtor, principalmente do Estado de Mato Grosso, que hoje é considerado o maior produtor agropecuário do Brasil.

Então, nós temos essa insegurança, hoje, referente às legislações ambientais e referente a essa regularização ambiental. O Alex mostrou muito bem todo o processo: dez anos para sair uma LAU; depois, nós viemos com um processo do CAR, do MT Legal, que saía com dois, três meses, e depois começou a demorar de dois a cinco anos para ser emitido um Cadastro Ambiental e, com isso, travando o produtor rural. Como se trava a atividade agrícola do produtor? Ele não consegue financiamento junto aos bancos; ele é autuado pelo Ibama ou pelo próprio órgão ambiental do Estado, porque ele não tem aquele documento emitido. Então, nós temos um imbróglio de legislação e de emissão de documentos no Estado de Mato Grosso. Isso foi muito bem mostrado pelo Alex Marega aqui hoje.

O setor produtivo entende que o Código Florestal foi um grande avanço para todos os produtores, porque ele trouxe regras mais claras e, realmente, regras que são possíveis de serem cumpridas, mas nós precisamos da ajuda de todos, porque sozinho o produtor não consegue fazer. O produtor não tem renda suficiente para regularizar a área, o produtor não tem renda para fazer o seu Cadastro Ambiental Rural. Como já foi falado, 70% do Estado de Mato Grosso são pequenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

propriedades rurais, que estão abaixo de 500ha, e eles não têm renda para fazer esse cadastro. O custo que se paga é muito alto para se fazer um Cadastro. Nós já estamos na quarta edição de Cadastro Ambiental Rural no Estado, e, mesmo assim, ainda há indefinições na legislação federal.

Eu vou falar um pouquinho para vocês de em que nós precisamos que o Congresso nos ajude a regulamentar, finalizar a regulamentação dessa legislação federal, para que comecemos a avançar e ter uma segurança jurídica no campo referente às questões ambientais.

A Marlene já falou, basicamente, sobre a importância do CAR. O Alex Marega já falou. Todos os expositores já falaram da importância do CAR. O CAR é uma ferramenta extremamente importante hoje não só para a gestão ambiental, mas acho que para qualquer tipo de gestão de um Estado. Ele consegue ter um diagnóstico, um mapeamento do Estado, das propriedades rurais: o que produz, o que tem de área aberta, o que tem de ativo, o que tem de passivo. Então, ele é uma ferramenta muito importante de gestão e de planejamento tanto para os órgãos de governo, quanto para o próprio produtor também.

Nós temos aqui os dados do Evaristo de Miranda que foram apresentados já: nós temos 33% das florestas, da vegetação nativa, dentro de propriedade rural. Se nós não tivéssemos o Cadastro Ambiental Rural do Estado de Mato Grosso, que atingiu mais de 90% de propriedades cadastradas, não conseguiríamos ter essa informação hoje. Por isso ele é uma ferramenta extremamente importante para os produtores rurais e para o Estado também fazer essa gestão. E nós temos, no Estado de Mato Grosso, 65% da área preservada e conservada.

O Estado de Mato Grosso, além de ser o maior produtor da agropecuária – de soja, de milho, de bovinos –, também é o maior produtor de florestas nativas, porque nós temos 65% do Estado preservado e conservado. Isso é muito importante para nós, como produtores.

O CAR se torna uma ferramenta muito importante para conseguirmos ter esse diagnóstico, ter esses levantamentos e conseguir realmente fazer essa gestão junto com o órgão ambiental de cada Estado – no caso do Mato Grosso, do Estado de Mato Grosso.

Eu trouxe dois pontos de regulamentação em que nós precisamos do apoio dos Srs. Senadores, Deputados e até mesmo do Governo Federal. Um é o art. 42 do Código Florestal. É um ponto muito importante para o Estado de Mato Grosso, porque lá nós temos muitas áreas que foram abertas no passado e não foram abertas além do que a legislação permitia. Há reserva legal, há área de preservação permanente, mas foram abertas essas áreas sem autorização do órgão ambiental, até mesmo porque acabamos de ver que uma LAU demorava dez anos para ser emitida, e você só conseguia na época ter uma autorização de desmate se você tivesse uma LAU analisada e validada. Então, era quase impossível termos esse documento no Estado de Mato Grosso.

Não estou defendendo quem fez ilegalmente, mas o Código Florestal hoje trouxe esse dispositivo que permite serem regularizadas essas sanções, essas multas desses produtores. E esse ponto precisa ser regulamentado pelo Governo Federal, senão nós vamos ter todos os cadastros do Estado de Mato Grosso analisados, validados, e não vamos ter a ferramenta para conseguir resolver os embargos e as multas junto aos órgãos ambientais, tanto o Sema como o Ibama, porque precisa regulamentar esse ponto. Então, é de extrema importância o apoio dos senhores para regularizar esse ponto do Código Florestal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro dispositivo do Código Florestal que é muito importante para os produtores é o CRA. Ele também precisa ser regulamentado pelo Governo Federal para que os Estados continuem as suas legislações e consigam operar essa ferramenta tão importante de regularização de reserva legal ou até mesmo de serviços por pagamentos ambientais, a valorização dessas áreas desses produtores que têm ativos ambientais. E é um outro ponto que está desde 2012, quando foi aprovado o Código Florestal, sem regulamentação no nível federal. Nós precisamos desse apoio para que esses pontos sejam regularizados.

Há um terceiro ponto que é o pagamento por serviços ambientais, mas eu nem vou entrar nesse mérito, porque acho que temos muitos outros dispositivos que são muito mais prioritários do que o pagamento por serviços ambientais nesse momento, que são realmente fornecer essas ferramentas para que o produtor consiga regularizar a sua situação e tenha uma segurança jurídica no campo. O produtor precisa ter o documento dele ambiental validado, aprovado ali pelo órgão ambiental, reconhecido pelos outros órgãos ambientais da esfera federal e que ele realmente tenha essa segurança. Ele precisa dessas ferramentas regulamentadas para que ele possa aderir a isso e regularizar a sua situação no campo, que é o que a legislação federal exige hoje dos nossos produtores.

Então, o papel da Famato hoje aqui nesta audiência pública é pedir esse apoio de regulamentação desses dispositivos, o apoio também dos senhores para conseguirmos implementar os PRAs nos Estados. Muitos Estados não conseguiram nem fazer a sua legislação ainda. O Estado de Mato Grosso está com um decreto pronto para ser publicado do PRA, mas ainda há muito o que se fazer referente ao PRA, para que os produtores tenham essa segurança jurídica no campo. O que vimos pedir hoje é esse apoio. Também quero aproveitar e pedir o apoio para conseguirmos ter um diálogo entre os órgãos de Estado e os órgãos federais, para que não haja uma sobreposição de trabalhos, principalmente na parte de autuações, de embargos, de fiscalizações. O produtor, muitas vezes, está sendo fiscalizado e autuado pelos dois órgãos: o estadual e o federal. Isso é muito ruim para o produtor. Isso tem um impacto muito grande no campo. Então, eu peço também esse apoio para conseguirmos trabalhar mais unido, mais junto com o órgão estadual e o órgão federal, para que não tenhamos essa sobreposição de funções.

Era isso. Agradeço mais uma vez a participação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agradecendo a Srª Lucélia Denise, em nome da Famato – Núcleo de Gestão.

Eu quero convidar agora o Sr. Carlos Eduardo Sturm, Diretor de Cadastro e Fomento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente. Ou seja, com a palavra, afinal, o Ministério do Meio Ambiente.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Bom dia a todos.

Senador Wellington, em nome do Serviço Florestal Brasileiro, eu queria agradecer a oportunidade de a gente trazer aqui a este plenário um balanço dessa trajetória de implementação não só do Cadastro Ambiental Rural, mas de um processo de regularização ambiental de imóveis rurais. Em nome do nosso Diretor-Geral, Raimundo Deusdará, que infelizmente não pôde estar aqui porque está em uma missão no exterior, a gente queria agradecer a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Serviço Florestal Brasileiro é um órgão que muitas vezes as pessoas confundem, chamam de sistema florestal brasileiro, por conta do Sistema de Cadastro Ambiental Rural. O Serviço Florestal Brasileiro é um órgão basicamente de fomento, que acredita que o uso das florestas conserva, que acredita que o manejo florestal pode subsidiar, por exemplo, processos de recuperação. Nós trabalhamos com a parte de concessões florestais, muito na Amazônia, inventário florestal nacional, para qualificarmos as informações de florestas, Cadastro Nacional de Florestas Públicas, e, desde janeiro de 2017, o Serviço Florestal Brasileiro recebeu, por meio de decreto, a incumbência, a competência de fazer a gestão do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Na verdade, é uma nave-mãe que agrega as informações dos Estados em relação à regularização ambiental. Nesse contexto, o Serviço Florestal Brasileiro também tem por competência apoiar os Estados nos processos de implementação do CAR e dos programas de regularização ambiental.

Esse é o dado ainda de agosto. O dado de setembro está saindo agora. Há um pouquinho de atraso neste mês. Temos aí o resultado nacional do cadastramento até agosto de 2017. Está exato: são mais de 413 milhões de hectares, 413.249.830 hectares cadastrados, e mais de 4,3 milhões de imóveis cadastrados.

A primeira reflexão que temos de trazer é que, sim, o protagonista desse processo é o produtor rural brasileiro. Ele é o grande protagonista desse processo. O Cadastro é um meio para iniciar a regularização ambiental de imóveis rurais, mas nada adiantaria darmos os meios ao setor se o produtor rural não tivesse vindo para o jogo. E 4,3 milhões imóveis cadastrados demonstram, inequivocamente, que os produtores rurais vieram para o jogo. E mais: que mês a mês, vemos incrementos de mais de 3 milhões de hectares, ou seja, o prazo se aproximando, chegamos a percentuais enormes de cadastramento, uma área acima de 100%, ou seja, uma área que foi baseada no IBGE. A gente traz informações do Prof. Britaldo. Achei muito interessante o comparativo com os dados do Incra, porque o Ministério do Meio Ambiente, desde o início da trajetória do CAR, lá no Programa Mais Ambiente de 2009, trouxe como linha base de cadastramento o Censo Agropecuário de 2006. Então, a gente mostra que esse censo, hoje, está defasado. Essa área acima de 100%... O espectador falava que há 64% de sobreposição. Não, não é a sobreposição que está provocando esses 100%. Na verdade, é uma área que está defasada de cadastramento, e hoje a gente precisa buscar, sim, essa resposta do que é esse rural brasileiro que tem de ser cadastrado. A gente está em contato com o IBGE, um novo censo está se aproximando, e o Cadastro Ambiental Rural agora é uma ferramenta importante para o Censo Agropecuário, para a gente saber o que é esse rural. Aí estão os dados.

É importante destacar também nesse primeiro eslaide que já há também decréscimos de área. Há toda a preocupação sobre o cadastro trazer a questão da sobreposição. Gente, esse não é um problema que o CAR criou. A sobreposição de imóveis rurais, a insegurança fundiária... O Senador Wellington acabou de falar: 70 mil assentados em Mato Grosso não têm o documento de terra. Como a gente quer um Cadastro Ambiental Rural sem uma sobreposição, se eu não tenho uma malha fundiária bem resolvida no País? O cadastro não traz essa questão. O problema não é do CAR. O problema é revelado pelo Cadastro Ambiental Rural. O Cadastro Ambiental Rural traz essa fotografia, ele revela o tamanho do problema da malha fundiária brasileira. Inclusive, 90% das sobreposições são de pequenos imóveis. Se a gente faz uma comparação com o Sistema de Gestão Fundiária do Incra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que tem cerca de 400 mil parcelas registradas e certificadas com precisão posicional, isso dá em torno de 10% do que a gente tem cadastrado, o que bate com a conta de que 90% da sobreposição é realmente com relação aos pequenos.

O próprio Código Florestal nos informa que, para os pequenos, eu posso fazer um croqui. O sistema nada mais é do que um conjunto de regras de negócio que vem em cima de uma legislação. A legislação federal determina as regras de negócio, que nós traduzimos para a linguagem de sistema, e que se transforma em módulos de cadastramento, em módulos de análise, em módulos de regularização ambiental. Não há como o CAR impedir a entrada ou cobrar em nível federal a questão de um técnico fazendo a própria declaração, se a própria lei maior do Código Florestal diz que um pequeno produtor, até quatro módulos fiscais, pode fazer um croqui da sua propriedade.

O resultado é impressionante. É sem precedentes isso. Eu quero mostrar aqui um pouco de o que é esse sistema de Cadastro Ambiental Rural.

Esse é um CAR mais elaborado, um CAR com maior complexidade. Cada cor dessa é uma feição prevista no Código Florestal. Mais aqui embaixo, em cinza, nós temos as áreas consolidadas; os rios, em amarelo ou laranja, que são as escadinhas; nós temos, em rosa, as áreas de uso restrito, com declividade; em laranja, temos alguns topos de morro; algumas circunferências ali, alguns pontinhos azuis, são as nascentes. Então, é realmente a fotografia do imóvel rural, quando você tem uma qualidade de declaração. Esse foi o primeiro assentamento de reforma agrária cadastrado no País, no Rio de Janeiro, na região de Macaé. E, fazendo um pouco da comparação daquele mapa apresentado do Mato Grosso, eu trago também, só a título de exemplo, a questão do Estado do Paraná. Esse é o Estado do Paraná, com os espaços territoriais protegidos: terras indígenas e unidades de conservação, ou seja, sem o CAR. Esse é o Estado do Paraná com o Cadastro Ambiental Rural. E esse é o Estado do Paraná com toda a vegetação nativa declarada, com toda área de preservação permanente declarada.

Quando a gente vê preservação permanente, a gente acha muito bonito esse mapa, porque um produtor não viu a declaração do outro, e o conjunto dessas declarações formaram os rios. Ali a gente vê os desenhos dos rios.

Então, a gente vê que realmente tem qualidade, sim, nesse Cadastro. Quando a gente vê esse dado do espectador: 64% de sobreposição. Não existe esse dado. É bom deixar claro isso e deixar claro que existem algumas estimativas que nós fizemos que mostram que há em torno de 20% em média de sobreposição no Cadastro Ambiental Rural, em número de imóveis.

Nascentes. Todas as nascentes cadastradas numa época de crise hídrica fortíssima. Nós entramos em outubro em Brasília e nada de chuva. Vamos chegar à segunda quinzena de outubro, e nada de chuva. Então, a gente tem mapeado todas as nascentes. Para cada nascente dessa, a gente tem um CPF ou um CNPJ associado, uma propriedade. Ou seja, há possibilidade de o Poder Público construir política com esse tipo de informação.

Reservas legais também aqui. Só para a gente ter uma ideia dessa dinâmica do cadastro.

Um outro dado que está um pouquinho defasado, acho que ele é de abril ou maio: quase 1,5 milhões de nascentes declaradas em nível nacional. Isso é uma riqueza muito grande de informações. A gente tem mais de 15 milhões de área de preservação permanente declaradas no Cadastro. E a gente fica muito feliz, Prof. Britaldo, porque a gente vê a academia utilizando esses dados a partir das informações que foram reveladas pelos módulos de relatórios públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu começo a trazer a questão: a gente falou de cadastramento, mas como levar essa informação para a sociedade? Na página do CAR, os relatórios do CAR – toda a parte que você pode ter de estatísticas, de cadastro por Estado, por Município – estão à disposição. Vou voltar aqui à nossa página. Relatórios do CAR, lá na aba de consulta pública.

A outra situação que foi disponibilizada também em nível nacional: a disponibilização de demonstrativo da situação do CAR. A partir do momento em que você tem um código do imóvel, existe um campo em que você digita no *site* e consegue uma série de informações: se o CAR está ativo, pendente, cancelado; se ele está aguardando análise, se ele já foi analisado, se ele já foi analisado e é preciso enviar documento; os dados do imóvel; dados de cobertura do solo; dados de reserva legal; se há déficit; se há ativo; dados de área de preservação permanente; e algumas restrições que a gente também... Eu vou falar mais ali na frente de filtros automáticos do cadastro que a gente tem. Eu vou tentar não entrar muito em detalhes. A apresentação é relativamente longa, porque a gente tem muita coisa para mostrar. Todas essas restrições são baseadas em filtros automáticos, de que eu vou falar ali na frente.

O módulo de consulta pública. Quando a gente apresenta isso... A gente teve oportunidade de apresentar isso no exterior, e não há precedente no mundo de colocar todas essas informações à disposição da sociedade – todos os mais de 70 milhões de polígonos de informações que nós temos no Cadastro, à disposição da sociedade. Você pode ver por Estado, por Município; chegar ao nível do imóvel; buscar as informações que nós temos – por exemplo, aqui no caso que está na tela – de vegetação nativa remanescente; vegetação nativa; área consolidada; baixar todas as informações georreferenciadas por propriedade ou baixar todas informações de georreferenciadas por Município. O Serviço Florestal Brasileiro acabou de fechar uma cooperação técnica com a Anamma, e a gente tem certeza de que esse tipo de informação vai contribuir muito para a gestão ambiental municipal – e está aí à disposição de todos os cidadãos brasileiros.

O módulo de Central do Proprietário/Possuidor: são mais de 456 mil proprietários que já se comunicam com o sistema de forma digital. Nesse módulo, ele entra com CPF e senha basicamente, como qualquer cadastro na internet. Aqui, no caso, a gente tem um produtor com mais de um imóvel. Ele vai selecionar o imóvel dele e terá uma série de mensagens: se o imóvel foi analisado; se tem sobreposição; indício de sobreposição. Ele recebe alertas, pode enviar documentos, pode fazer retificações. Então, todo esse trabalho, anterior até ao próprio início da Análise... O módulo de Central do Proprietário/Possuidor é a forma principal de diálogo com o proprietário.

E nós falamos de Análise. Eu queria destacar aqui que, muito embora o Estado do Mato Grosso tenha retornado a um caminho próprio, de sistema próprio, de desenvolvimento de sistema próprio, o Estado do Mato Grosso foi muito parceiro do Serviço Florestal Brasileiro no desenvolvimento do Módulo Análise, que hoje está disponível para 21 dos 27 Estados da Federação. Foi muito parceiro.

A gente fez as primeiras capacitações no Mato Grosso; Rio Grande do Sul; Acre; Rio de Janeiro; Brasília – a nossa equipe roda o País, fazendo uma série de capacitações –; Paraná; Mato Grosso; Goiás; Acre; Amazonas; Ceará; de novo, no Rio de Janeiro e no Paraná. E a gente tem hoje, também já disponível para todos os Estados do País.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – ... a análise, o ensino a distância, o módulo de ensino a distância para você trabalhar com os órgãos de meio ambiente e capacitar esses órgãos de meio ambiente de forma remota com o Módulo Análise do CAR.

A gente tem uma série de turmas que já foram trabalhadas – duas turmas. E, até o final do ano, a gente atingirá 21 dos 27 Estados, que são os Estados que utilizam o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, com toda essa capacitação a distância do Módulo Análise, com um processo de implantação assistida.

Já respondendo ao espectador do Rio Grande do Sul: sim, foi instalado, recentemente, o Módulo Análise no Estado, e agora a gente está no processo, com o Estado, de implantação assistida do módulo. Nós estamos juntos, lado a lado dos técnicos, fazendo essa implantação, tirando dúvidas.

E os filtros automáticos também já estão em operação. Aí começa a depuração da base do Cadastro Ambiental Rural. Aqui todos os produtores já estão recebendo alertas nas suas centrais, na Central do Proprietário. Está aí o alerta. Ele recebe o alerta, dizendo: "Olha, há uma inconsistência encontrada no seu cadastro". Essa inconsistência é um indício de sobreposição. Ela informa quais são os imóveis e, com isso, também por meio da Central do Proprietário, por meio das bases de referência – que são um conjunto de informações georreferenciadas, que agora auxiliam o proprietário na retificação dos cadastros –, ele pode melhorar, retificar o seu primeiro cadastramento, tendo acesso a uma base de referência que informa, hoje em dia, por exemplo, as áreas consolidadas. Então, o que era consolidado até 22 de julho de 2008? O produtor aqui já tem essa referência e já pode trabalhar.

Outra: as áreas protegidas estão lá – as terras indígenas, unidades de conservação – para ver se eu estou sobreposto a alguma área dessas. Os próprios imóveis do Sicar estão lá para ver se realmente eu estou sobreposto a um ou outro. Está aí, no caso, um exemplo em que a gente tem um imóvel que está sobreposto a outro. O produtor agora pode fazer uma retificação, sabendo como é que está a propriedade do vizinho. (*Pausa.*)

E aí a gente falou de análise, falou da parte de fornecimento de informações. E agora, chegando à fase realmente da regularização ambiental, vou mostrar, de maneira muito expedita, o que o Serviço Florestal Brasileiro, em diálogo constante com os Estados... Nós tivemos já quatro encontros nacionais de Cadastro Ambiental Rural, com todas as unidades da Federação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Nesse último encontro que nós tivemos agora em agosto, nós discutimos com os Estados. E foi uma construção de baixo para cima, uma construção dialogada com os Estados, para a gente chegar a resultados como o módulo do Programa de Regularização Ambiental, em que o proprietário primeiro precisa passar pelos filtros automáticos.

Então, os filtros automáticos, que estão ligados, filtram em relação à unidade de conservação de domínio público Federal; terras indígenas; áreas embargadas do Ibama e outros imóveis do Sicar. Então, qualquer cadastro que cai na base de dados do CAR, obrigatoriamente passa por esses filtros. Sendo detectada uma sobreposição com um desses filtros, como eu disse, o produtor recebe os alertas do sistema. Mas para eu começar a acessar toda a parte de regularização ambiental, eu preciso ter passado por esses filtros automáticos. Não há possibilidade de o proprietário, por meio do Sicar, iniciar a sua regularização ambiental tendo algum problema detectado no filtro automático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a segunda premissa básica para dar possibilidade de o proprietário iniciar a regularização ambiental é ele efetivamente informar que deseja aderir à regularização ambiental e concordar com a indicação do passivo que ele tem, que o próprio sistema traz para ele, em função da declaração dele. E aí a responsabilidade do proprietário vai aumentar. Por quê? Porque, com base nas informações declaradas do proprietário, há o cálculo do passivo que ele tem que aceitar para iniciar o processo de regularização ambiental. Então, se ele tem confiança na declaração dele e tem ciência de que aquele passivo é o passivo dele, ele pode começar, independentemente da análise do cadastro, o seu processo de regularização ambiental.

Então, essas são as duas premissas que a gente tem: passar pelos filtros automáticos e concordar com o passivo calculado. E aí você vai fazer o *download* de um arquivo que a gente chama de arquivo ponto-análise. Esse é um *software* que, da mesma forma que foi o cadastro, é baixado da internet. Você instala no seu computador e começa a fazer o seu projeto. Você baixa um arquivo ponto-análise, que é um arquivo que vem já demonstrando geograficamente onde estão os seus passivos. Inicia a parte em que você vai trabalhar recomposição, compensação e sanções administrativas. Então, baixa as imagens de satélite, importa os imóveis – o imóvel que você baixou da Central do Proprietário, o imóvel que ele chama de ponto-análise...

Estão aqui as áreas com que você concordou que você tem que regularizar: reserva legal, área de preservação permanente. E você começa sua proposta de regularização. Aqui está o quadro de áreas, que é calculado, e você tem que informar em quanto tempo você vai recuperar aquele passivo e definir um cronograma de ciclos, de dois em dois anos, de recuperação.

Depois você vai para o mapa. Ali está em amarelo o imóvel – em amarelo pontilhado –, o limite do imóvel. E o colorido ali dentro, mais escuro, são as áreas já identificadas pelo sistema e que você tem que recuperar.

Você define as alternativas de recomposição – se é regeneração natural, se é plantio de espécies, enfim – e demonstra, de forma geolocalizada, onde você vai trabalhar, por exemplo, seu plantio de espécies nativas ou a condução da regeneração natural, em reserva legal e em APP. E diz também: eu começo por determinado local e termino por determinado local. Ou seja, meus ciclos vão ser cumpridos em tais locais.

Com isso, a gente consegue fechar uma proposta como está no Decreto 7.830. E aí retornando à questão de como o Serviço Florestal trabalha com desenvolvimento de sistemas: em cima de regras de negócio estabelecidas pela Legislação Federal.

Então, o que o Decreto 7.830 fala é que o proprietário precisa de uma proposta simplificada de adesão ao PRA. Foi isso que a gente trouxe nesse módulo.

A parte da compensação já está prevista – inclusive se ele quer adquirir cotas de reserva ambiental. Mesmo que não esteja ainda totalmente regulamentado, o produtor pode dizer para o órgão de meio ambiente: "Sim, eu quero aderir cota. Bom, quando estiver regulamentado, eu vou aderir minha cota, eu vou conseguir minha cota, mas eu quero fazer". Então, ele pode informar o órgão.

Está aí só uma outra tela.

E também ele pode trabalhando as sanções administrativas. Onde? Se já houver os embargos federais, essas telas já vão vir automaticamente preenchidas por produtor. Caso não, o produtor pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadastrar o seu auto de infração, seu embargo aqui e já demonstrar em uma proposta final, indicar duas questões são importantes: ele vai ter que dar a data do cometimento da infração e vai ter que informar o local dessa infração.

Com isso, ele fecha essa proposta, finaliza, e a gente tem a proposta simplificada de adesão ao Programa de Regularização Ambiental, em que ele vai informar todas as áreas que ele vai recuperar, a forma como ele vai recuperar, o tempo que ele vai levar para recuperar essas áreas e também onde ele quer compensar, como ele quer compensar, também dando todas as informações para a questão da suspensão de sanção administrativa de multas, como está no próprio art. 42 que o colega da Famato colocou.

Com isso a gente tem essa proposta de adesão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Você vai gerar um novo arquivo – já estou finalizando –, que chama arquivo PRA, e você vai de novo lá na Central do Proprietário e envia o arquivo com a sua proposta de regularização ambiental.

Com isso, é gerada pelo sistema uma minuta de termo de compromisso com todas essas informações, com todas as obrigações que foram colocadas. E essa minuta de termo de compromisso vai ser discutida com o órgão de meio ambiente, porque ele pode pedir, inclusive, o detalhamento – aí sim, na discussão da regularização ambiental – de seu projeto. Ou seja, é regeneração natural? O.k.. Mas como você vai fazer? É plantio de espécies nativas? Tudo bem. Quais são as espécies? Qual é o espaçamento? Como é que você vai tratar? E a gente entra realmente nos projetos de recuperação. E depois há a possibilidade de o órgão de Estado de meio ambiente subir o termo de compromisso assinado pelas partes do sistema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – E assim a gente espera ter contribuído, mais uma vez, com os Estados no processo de regularização ambiental.

Algumas ações em andamento.

O processo de regulamentação das CRA já está bem avançado. Vários setores da sociedade, inclusive, colaboraram com isso. A gente acha que o processo está maduro e que está bem próximo de a gente conseguir essa regulamentação; a implantação dos módulos de análise em 21 das 27 unidades da Federação; apoiar essa implantação nos Estados é fundamental. E a gente também tem aí, como próprio Alex Marega colocou, a execução de projetos que são estruturantes para a questão da regularização ambiental junto aos Estados.

São os projetos que vêm do Forest Investment Program, que é um fundo que tem apoiado o País em uma série de projetos. Um deles é apoiar os órgãos de Estado de meio ambiente, fortalecer os órgãos de meio ambiente na regularização ambiental.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – E o KfW-Car, que também é um recurso da cooperação financeira alemã, que está previsto entrar em operação já no ano e que vem junto aos Estados. Ele vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apoiar os Estados com tecnologia da informação; infraestrutura de tecnologia da informação – tão colocada pelo nosso colega do Instituto Estadual de Florestas, João, que falou da necessidade de os Estados terem essa infraestrutura e tecnologia da informação para ter os módulos funcionando dentro da estrutura.

Ninguém tem o poderio, ainda, de infraestrutura de tecnologia que Mato Grosso tem, que construiu desde 2000. O Pará, hoje com mais de 93 mil análises realizadas dentro do módulo de análise, também tem uma estrutura de tecnologia da informação muito pesada para suportar tudo isso. Minas Gerais está numa fase de estruturação para receber o módulo análise. Então, esses projetos vêm apoiar os Estados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – No caso do KfW, Rondônia, Pará e Mato Grosso. No caso do FIP-CAR, são todos os Estados do Cerrado.

Bom, para finalizar, essa não é uma ação do Serviço Florestal Brasileiro; essa é uma ação integrada de todos os órgãos de Estado de meio ambiente do País, que estão aí nessa foto. Essa foto é do nosso último Encontro Nacional de Cadastro Ambiental. Todos os órgãos de Estado de meio ambiente estiveram presentes nessa reunião.

E a construção é feita com essa turma, que é a turma que segura o Cadastro Ambiental Rural nos órgãos meio ambiente dos Estados, com todas as dificuldades inerentes aos órgãos de Estado do meio ambiente, assim como nós temos no Governo Federal. Mas é uma equipe comprometida, é uma equipe que precisa ser realmente fortalecida, para que a gente tenha resultados nacionais melhores do que essa solução deu até hoje.

Em nome de toda essa equipe, eu queria agradecer a Comissão pela oportunidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Já passei muito do prazo, mas estamos à disposição.

Senador, a gente inclusive colocou para o pessoal do apoio que gente já veio com uma apresentação de 19/09, da Comissão CMA. Então, a gente está fazendo coleção de apresentações aqui. A gente está sempre à disposição para apoiar esse processo de audiência pública, para melhorar essa política pública. A gente está à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós queremos agradecer o Sr. Carlos Eduardo, representando aqui também o Ministério do Meio Ambiente, e dizer quer a campainha é intolerante em chamar atenção, mas pelo menos ela dá tempo. Então, ela não corta totalmente o som.

O Dr. Amado tem um voo agora. Já pediu licença, e eu quero deixá-lo à vontade. Pode ficar à vontade, Dr. Amado. V. Sª estar aqui foi muito bom, e vamos ainda continuar nessa discussão.

Eu quero registrar aqui que o Carlos Augusto Pantoja Ramos diz o seguinte: "Envio pedido [está enviando um pedido] de nove sindicatos de trabalhadores [...] rurais pedindo uma auditoria do CAR no Marajó [Então, acho que seria mais ao meio ambiente.]. [Pois tem] Muita grilagem de terras usando este instrumento ambiental."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ainda, o Tarcisio Xingu: "Observo no CAR a existência de imóveis rurais acima dos limites constitucionais. A ativação do CAR nestes casos não é corroborar com a grilagem de terras públicas?"

Eu gostaria, para esclarecer, que até ontem nós tivemos aqui na Comissão de Meio Ambiente a oportunidade de votar as emendas de Comissão. E eu quero aqui fazer um registro em nome do nosso Presidente, Davi Alcolumbre. Eu estou como Vice-Presidente da Comissão e, hoje, claro, presidindo esta reunião, mas o Presidente da nossa Comissão é o Senador Davi Alcolumbre.

Ontem nós tivemos a oportunidade de aprovar essas emendas. A primeira delas foi da ação formulação e apoio à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em nível nacional, com R$100 milhões; a segunda, da ação gestão do uso sustentável da biodiversidade, cuja proposta pedida é de R$200 milhões; a terceira ação foi ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, com R$100 milhões; e apoio à implementação de instrumento estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Eu quero dizer aqui, principalmente também para o meu Estado, que nessa emenda da questão de recursos hídricos, há uma preocupação principalmente com a Bacia do Pantanal. Nós tivemos no ano passado o Programa BID-Pantanal, que chegou a ser contratado pelo Governo do Estado com o BID, mas depois, por decisão de governo do Estado, resolveu-se suspender esse programa, que, a meu ver, era um programa extremamente importante, porque o Pantanal é uma região jovem, é uma região ainda em formação, que compõe toda a Bacia do Paraguai. E esse programa visava exatamente não só a preservação das bacias, bem como o saneamento de toda as cidades acima de Cuiabá, consequentemente, todos os afluentes do Pantanal. Então, o nosso objetivo é exatamente tentar alocar recursos para que a gente possa ainda desenvolver esse programa, que eu acho fundamental para o Estado de Mato Grosso.

Aqui, nós temos algumas colocações, mas nós estamos já realmente ultrapassando o nosso horário. Mas essas perguntas algum de vocês quiser responder de forma rápida nas considerações finais ou também podem respondê-las pela internet, depois, diretamente para a Comissão.

Essas perguntas são feitas pelo consultor: que tipo de políticas públicas podem ser desenhadas a partir das informações disponibilizadas pelo CAR? Como integrar essas políticas, considerando a indefinição fundiária de significativa porção do território, em especial na Região Amazônica? Apesar de os números disponibilizados pelo Serviço Florestal Brasileiro corresponderem a mais de 100% da área passível de cadastramento, a Região Nordeste é a que apresenta porcentagem de cobertura mais baixa, apenas 77%. A que se deve essa discrepância de valores? Por que esse índice tão baixo de atendimento na Região Nordeste?

Eu ainda gostaria de acrescentar, nas considerações finais. Eu vou passar três minutos para cada um, mas há uma grande preocupação do Brasil punitivo e não, do Brasil educativo. Então, nessa área ambiental, existem às vezes inclusive discussões muito acaloradas: a área ambiental quer atravancar o desenvolvimento do País ou está preocupada realmente em fazer um desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil? Claro que isso precisaria praticamente do mesmo tempo que a gente hoje aqui discutiu.

É sabido, por exemplo, que essa posição do Brasil não é só na área ambiental. A gente percebe, por exemplo, na questão da saúde. Na questão da saúde, a gente vê as políticas públicas desenvolvidas muito mais fortes na área do tratamento; tanto o é que o que se gasta hoje no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

efetivamente na área hospitalar é extremamente mais expressivo que na área preventiva. Por exemplo – nós participamos aqui de uma CPI das próteses – há um volume de recursos, uma luta os Municípios, principalmente, vivem, porque não têm como programar, porque vem uma liminar e acaba, digamos, com o orçamento; às vezes, com uma ou duas liminares nessa área de saúde, e outras circunstâncias.

Então, é para esclarecer aqui, principalmente vocês, que são especialistas. E aqui nós não estamos falando de contraposições de um lado ou de outro. E aí eu ouvi aqui o nosso Secretário Adjunto do Meio Ambiente colocando, inclusive, as dificuldades do órgão para poder se atualizar também. Então, fica aí a todos a consideração.

Parece-me que o prefeito lá do meu Estado, de Querência, o Gorgen gostaria de fazer uma fala. E também está inscrito, em segundo, o Lutero, que foi superintendente do Incra do Mato Grosso e Prefeito também. Então, eu gostaria de passar rapidamente, com um tempo bem limitado, em função já do encerramento por que passamos aqui.

O SR. FERNANDO GORGEN – Bem, bom dia, Senador Wellington.

Dr. Carlos, uma preocupação, quando se faz uma lei no Brasil, é que ela é para o Território nacional. Eu vou me ater aos pequenos produtores, aos assentados do Estado do Mato Grosso, principalmente na região do Araguaia, onde eu conheço quase todos. A data de 2008, que vai deixar os pequenos produtores do Araguaia

A data de 2008 vai deixar os pequenos produtores do Araguaia, os assentados. Somos sabedores de que não existe nenhum assentamento do Incra com licença, 100% estão ilegais em Mato Grosso. E, na hora em que se fizer o CAR, eles vão cair na inadimplência. E é impossível um pequeno produtor, com um lote de 60, 70 hectares, reflorestar. E a grande maioria dos assentamentos do Alto Araguaia tem desmatamento feito depois de 2008.

Então, eu gostaria de que vocês olhassem com carinho, porque o grande produtor faz compensação, compra área fora, compra reserva, mas o pequeno produtor, se for comprar, não tem condições, e, se for plantar, é inviável ficar no lote.

Então, gostaria que vocês olhassem com carinho. Não pode ser feita uma lei com uma data para o Brasil inteiro. Isso é diferente no Goiás, é diferente no Paraná, em São Paulo. Mas, no Mato Grosso, em algumas regiões, existe isso. Nós vamos conseguir a legalização fundiária, que é o grande sonho, e vamos colocá-los na ilegalização ambiental. Gostaria que vocês olhassem com carinho o pequeno produtor.

Existe lei hoje que, se o pequeno produtor preservar as APPs. Sou um parceiro com o Prefeito, com o Município, no sentido de recuperar 100% das APPs para os pequenos agricultores, mas, sim, de legalizar a questão ambiental.

Obrigado.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra o ex-Prefeito Lutero.

O SR. LUTERO SIQUEIRA – Obrigado pela oportunidade.

Tenho duas perguntas. Uma é ao Serviço Florestal Brasileiro: qual a visão que os senhores teriam de o Município que tem área territorial com florestas nacionais solicitar a descentralização para que o Município faça a licitação e a operação de parte dessas florestas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa proposta nós a estamos gestando no Município de Novo Progresso, no Pará, no intuito de acelerar o processo de ocupação do uso sustentável das florestas brasileiras. O Serviço Florestal Brasileiro tem tido dificuldade, e há exemplos exitosos, mas nós achamos que, a exemplo do que saúde e a educação fizeram, a descentralização para os prefeitos, onde moramos, onde vivemos, seria uma alternativa bastante exitosa, até para que possamos fazer um contraponto a essa política pública com tão baixa utilização ainda no nosso País.

A outra pergunta é para o Secretário do Meio Ambiente. Vou reverberar aqui uma ansiedade da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Mato Grosso, especificamente do Sr. Adão, que foi Presidente da Fetagri por duas vezes – e não sei se o senhor o conhece –, que agora é diretor da Fetagri e que está extremamente insatisfeito com a situação que os assentados estão vivendo com o novo Sicar.

A pedido nosso é do gabinete do Senador Wellington, a Diretora do Meio Ambiente do Incra, Drª Ivana, fosse a Mato Grosso. Ela se mostrou também bastante surpresa com as mudanças que aconteceram. E nós gostaríamos de pedir uma sensibilidade da Secretaria para que pudesse ajudar os agricultores assentados no Mato Grosso. Nós estamos com o crédito rural paralisado, segundo o Sr. Adão, segundo a Fetagri, por conta dessa mudança. Nós temos, no Mato Grosso, a grande propriedade, o grande negócio agropecuário como exemplos para o Brasil, mas, como o Senador Wellington falou, 70% da população dos assentados de Mato Grosso, 70 mil propriedades não têm título. E o CAR tem sido uma imposição de castigo aos produtores assentados no Incra de Mato Grosso e do Intermat, que passam por algumas vicissitudes.

Então, gostaríamos de chamar a atenção nesse sentido: pedindo apoio, fazendo apelo. Acho que ocorrerá uma reunião dessa em Mato Grosso, porque o pessoal da Fetagri não conseguiu se deslocar. Eles vão expor isso à Comissão de Meio Ambiente. Eu fui prefeito de Guarantã do Norte, e o meu Município é feito de 100% de assentamentos. E quando vejo todas essas palavras bonitas aqui, todo esse sistema bonito que está na internet, eu fico lembrando como um pequeno produtor vai ver tudo isso aqui. Como nós vamos transformar isso numa realidade?

Nós temos no Brasil a mania de punir. Eu acho que a gente precisava, no governo brasileiro, ao menos comunicar à sociedade urbana brasileira, porque nós somos um País urbano, que os produtores estão fazendo o dever de casa, apesar de todas essas dificuldades.

Eu acho que a gente precisava investir um pouco mais em educação, em comunicação para mudar um pouco a regra desse jogo, porque nós somos muito malvistos como produtores rurais. Eu acho que esse é um castigo imposto a nós através dessa discussão ambiental no Brasil, que é um dos poucos países que tem uma reserva legal nesse mundo inteiro. Eu ouvi o Sr. Carlos falar que apresenta isso como modelo moderno para o mundo inteiro, mas no mundo inteiro ninguém faz isso. Nós fazemos e não vemos vantagem comparativa para aqueles que estão na terra.

Eu acho que a Comissão de Meio Ambiente, Senador Wellington, traz um papel muito importante para a sociedade brasileira neste momento, já que a gente não vê eco nos meios de comunicação, nas políticas públicas, fazendo uma discussão daquilo que é possível de forma prática para o dia a dia do cidadão.

Então, nós gostaríamos de colocar essas duas coisas. Eu acho que a Sema tem os instrumentos, tem uma larga experiência – foi lá que nasceu o CAR – para superar essa demanda da Fetagri. E nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gostaríamos muito de ouvi-lo e, na sequência, repassar à Federação dos Trabalhadores lá em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos, da mesma forma, começar com o nosso representante da Secretaria de Meio Ambiente.

Marlene, se quiser vir à frente.

Respondendo à consideração final, são três minutos para cada um.

O SR. SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA – Na verdade, a questão dos pequenos produtores com relação ao acesso ao crédito não é muito com relação ao CAR. Por quê? Na verdade, o que o Banco do Brasil está exigindo... Todos os produtores em si já têm o CAR, já fizeram o cadastro no Sicar e agora foi migrado para o Simcar. Então todos têm o seu CAR, aquele que já fez, está válido. O problema não é o CAR; o problema é a licença. Houve uma ação do Ministério Público, no caso do Estado de Mato Grosso e, se não me engano, com relação ao Estado de Minas Gerais também. Então, são dois Estados do Brasil que tiveram uma ação do MP exigindo que se cobrasse licença para exercer atividade agropecuária.

O que Estado fez? O Estado recorreu dessa ação e mostrou que nós já tínhamos uma autorização provisória que substitui a licença. Não há todo o processo de busca da atividade, do que está sendo feito, mas, se a pessoa está exercendo uma atividade numa área onde não está desmatando mais, numa área que não está embargada, ele pode ter essa autorização provisória. Então, o Estado de Mato Grosso ganhou essa ação, colocando a exigência da APF como sendo substitutiva da licença. E até este ano, o Banco do Brasil não cobrava isso, nunca cobrou essa autorização provisória, mas, a partir deste ano, o começou a cobrar essa autorização provisória. O que acontece? Muitos desses assentamentos têm embargos, embargos que foram feitos pelo órgão estadual, mas a grande maioria é do órgão federal, é do Ibama. Então, eles foram embargados e, por isso, eles não têm como fazer a autorização se não promover a regularização.

Eles estão numa dificuldade grande. Inclusive, o MPF se prontificou a fazer uma reunião e encabeçar uma discussão maior. Houve também uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso e foi criado um grupo de trabalho, que já fez umas três reuniões e vai fazer algumas outras para achar uma solução para esse caso.

Não é com relação ao CAR. Não é a exigência do CAR que está inviabilizando o crédito, até porque o Código Florestal fala que o CAR é o documento necessário para viabilizar o crédito, é a autorização provisória de funcionamento, que, na verdade, é uma solução melhor que a licença, porque, se fosse exigir conforme a decisão judicial que fala de ter licença para toda atividade agropecuária, o processo seria muito mais complexo e muito mais demorado. Aí sim estaria inviabilizada a atividade do pequeno produtor no Estado.

Então, o que foi feito foi um paliativo. A autorização provisória substitui a licença até que o produtor consiga fazer a sua regularização e fazer a sua licença. Até aí a dificuldade é naqueles imóveis onde há o embargo. Se está embargado ou se há algum desmate após junho de 2008, nesse caso ele precisa promover a regularização.

Para promover a regularização, precisa ter o CAR analisado, validado, identificado o passivo, o PRA tem que estar funcionando. A gente viu aqui que o Serviço Florestal lançou o seu módulo PRA, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Mato Grosso já tem o seu módulo de PRA pronto, mas ainda depende da regulamentação, que já está em fase bem adiantada.

Então, precisa-se cumprir todos esses passos, mas acredito que esse grupo de trabalho que foi formado pela Assembleia, pela associação, pela Fetagri, pela Sema, por órgãos do governo estadual e pelo Ibama, que está fazendo parte disso, vai dar uma solução nos próximos dias de como agir no caso do crédito para o pequeno produtor.

Finalizando, Senador, gostaria de agradecer a oportunidade e de parabenizá-lo pela forma como foi conduzida a audiência. Quero dizer que o Estado de Mato Grosso tem esse compromisso sim, desde o início, desde quando iniciou esses projetos há muitos anos e agora o de dar sequência, continuidade. O CAR não é para atrapalhar a atividade produtiva. Na verdade, é para conciliar, é uma ferramenta que vai ajudar no planejamento, na organização.

Nós queremos, sim, algo diferente do que está sendo feito no resto do Brasil, porque, como mostrei, o nosso CAR é para servir com vários outros instrumentos, para ter um TAC com segurança, é para promover depois a parte do licenciamento, é para dar agilidade aos processos que virão na sequência. Por isso que a gente quer um pouco de qualidade.

Eu gostaria de fazer um reconhecimento ao Serviço Florestal Brasileiro. Quando a gente vai conversar com eles e vê o tamanho da equipe que têm, fica impressionado, porque realmente são pouquíssimas pessoas, e estão fazendo um grande projeto em âmbito nacional.

O Estado de Mato Grosso saiu não porque não estava conseguindo; saiu porque nós queríamos algo um pouco diferente. É um projeto maior que está envolvido, e, devido a essa necessidade de rapidez, de conseguir fazer com que as coisas aconteçam, resolvemos ter um sistema próprio para conseguirmos ter um pouco mais de agilidade.

É lógico que o Sicar está sendo desenvolvido para todo o Brasil. E, para eles criarem uma especificidade para o Estado de Mato Grosso não é tão simples assim. Por isso decidimos ter um sistema próprio e acharmos a nossa solução para conseguirmos voltar novamente à vanguarda, estar na frente, fazendo as coisas acontecerem, resolvendo os problemas ambientais, dando oportunidade ao produtor chegar lá fora e ter condição de mostrar, de provar para o seu comprador, para o investidor, que realmente o que está sendo produzido no Estado de Mato Grosso é sustentável. E é isso que estamos fazendo, garantindo que o meio ambiente possa se tornar cada vez mais uma vantagem competitiva, porque achamos que até isso é possível, mostrando que o que estamos fazendo com relação ao meio ambiente vai tornar possível valorizar os produtos. É o que os Estados estão fazendo, que Mato Grosso está fazendo e que o resto do Brasil também pode fazer.

Então, para nós no caso, o CAR feito no Sicar não evoluiu na velocidade de que gostaríamos, mas tenho que fazer aqui esse reconhecimento do trabalho que eles estão fazendo. Inclusive agora, eles estão nos apoiando. Mesmo nós não estando mais dentro do Sicar, estamos com as conversas avançadas para que eles possam nos apoiar agora, a continuar a fazer o CAR e avançar dentro da nossa política do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Marlene, representando aqui a nossa Aprosoja.

A SRª MARLENE LIMA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já respondendo à pergunta do Senador referente a custo, o Amado e o Alex responderam, mas faltou falar do custo de taxa de governo, que é 8 UPFs por análise do CAR. A inscrição é gratuita, mas aí fica a análise como prescrição de serviço do órgão, e ele cobra por isso. Temos aí mais de 112 mil propriedades, lembrando que abaixo de quatro módulos, é isento de taxa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARLENE LIMA – ... Que são 80% dos imóveis do território de Mato Grosso.

Falando sobre a questão do assentamento, realmente é preocupante. Essa é uma preocupação de longa data. Há muito tempo discute-se a forma de lidar com os problemas dos assentamentos. É claro que o CAR, eu vejo, é só a ponta do iceberg. Em relação a assentamentos, nós temos uma legislação ambiental, o Código Florestal, em que há entendimentos em relação à reserva legal. Então, nós vamos ter muito trabalho para tentar buscar solução para a questão de assentamentos, pequenas propriedades rurais, porque o pequeno não tem assistência técnica rural. As EMATERs infelizmente não funcionam; quanto às entidades de classe, nós nos desdobramos em fazer capacitação, em levar um pouco de orientação. Nós não temos braços suficientes. A Aprosoja tem 23 núcleos e poucos técnicos para levar orientação e capacitação. Nós contamos muito com o Senar para isso, para essa capacitação. Mas acredito que nós devemos partir mesmo para o abraço, arregaçar as mangas e levar mesmo orientação técnica porque reconhecemos que não é fácil fazer.

O Senador comentou sobre a questão de chácaras, pequenas propriedades – o Alex Marega pode depois informar melhor –, mas há um limite mínimo para ir para o CAR. Pequenas, pequenas mesmo não têm necessidade de fazer.

O SR. SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA – Não tem limite mínimo, é a questão da recuperação.

A SRª MARLENE LIMA – Ah, sim, a questão da recuperação de área degradada, áreas passíveis de recuperação.

Com o Código Florestal, nós vamos poder avançar, mas o que nos preocupa realmente é o PRA. Estamos bastante apreensivos. Ficamos aqui. No CAR avançamos, mas acredito que nós ainda vamos ter outras audiências, outras discussões para dar continuidade, porque vejo que o PRA (Programa de Regularização Ambiental), quando falamos de recuperação de passivos, tanto de área de preservação permanente degradada como de reserva legal – como já foi falado aqui da questão do CRA, da cota –, nós vamos ter uma longa discussão para buscar soluções para os problemas que vamos enfrentar mais adiante.

Muito obrigada.

Gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui contribuindo com todos. E foi excelente discussão, saio daqui satisfeita. Acredito que avançamos muito, todos, e foi com grande empenho e dedicação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agradecemos e passamos, então à Lucélia, que é a gestora do núcleo técnico da Famato.

A SRª LUCÉLIA AVI – Quero, mais uma vez, agradecer a participação da Famato nesta audiência pública. Acho que foi de suma importância para o setor produtivo a gente conseguir expor as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldades. Tanto os órgãos ambientais expuseram suas dificuldades como o setor expôs essas dificuldades referentes à regularização ambiental.

Gostaria de finalizar falando que o produtor, nos últimos anos, vem fazendo a parte dele. Ele realmente vem buscando a regularização ambiental, ele realmente vem buscando novas tecnologias, aumentando a produção em menos áreas. Ele está conseguindo fazer isso. Então, ele vem fazendo, realmente, uma gestão ambiental dentro das suas propriedades. No que ele hoje não conseguiu avançar ainda é realmente na parte documental. Ele não tem, realmente, um documento que fale que ele está 100% regular e que tem essa segurança. Então, o que a gente espera como federação – e nós vimos trabalhando muito fortemente junto aos órgãos ambientais, tanto estaduais como federais – é que a gente realmente consiga ter o início, o meio e o fim dessa regularização ambiental. Não adianta só a gente ficar criando legislações e documentos e não avançarmos, que é o que a gente em visto nos últimos vinte anos do Brasil. Vamos falar nesse sentido, porque Mato Grosso já tem quase isso que vem trabalhando e tentando ter um documento realmente ambiental que seja reconhecido. Então, o produtor tem feito a parte dele.

A Federação, junto com as associações, também tem trabalhado para fazer a nossa parte ao levar orientação, levar treinamento, para atingir o produtor independente, do tamanho dele, independente de ele ser público da Famato ou não – sendo da Fetagri. A gente não deixa de atender esse produtor. O que a gente não consegue fazer, devido a uma questão de instituição, é realmente realizar o cadastro ambiental desse produtor, mas levamos orientação e defendemos o produtor junto aos governos, junto à Assembleia Legislativa, junto ao Congresso. Nós temos feito isso para defender esse direito do produtor e realmente para dar essa oportunidade para que ele consiga produzir, continuar produzindo e no campo. Então, nosso trabalho é esse. Nós temos feito esse trabalho de representatividade, como federação, e estamos lá disponíveis para atender qualquer tipo de produtor, independentemente do tamanho desse produtor. Nós estamos lá prontos para atender e orientar esses produtores sobre o que eles têm de fazer, sobre qual é a regra que eles têm de cumprir e no que a gente pode realmente ajudar esses produtores junto a outras instituições.

Então, era isso.

Quero agradecer, mais uma vez, a nossa participação aqui nesta audiência pública.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Para deixar a palavra final com o Ministério do Meio Ambiente, vou passar ao Dalton de Morrison Valeriano, que é o Coordenador do Programa de Monitoramento Ambiental de Biomas Brasileiros do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

O SR. DALTON DE MORISSON VALERIANO – Queria agradecer o convite novamente e dizer que o INPE está se empenhando em tornar a tecnologia espacial. Hoje nós temos acesso a dados de satélites bastante intensos e podemos transformar isso em informação, sempre sob a demanda do Governo Federal. A gente tem tido essas demandas para apoiar, como mencionei, as políticas de controle do desmatamento e, agora, as políticas de contabilização de emissões de gazes de efeito estufa para fins de pagamento de REDD+. Essa é a linha em que a gente tem trabalhado. Foi uma boa oportunidade para virmos mostrar isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu vejo que a tecnologia vai evoluir. Só vou falar um pouco do cenário que está vindo pela frente. Nós estamos agora já com dados de satélite – tudo bem que são comerciais, mas na escala em que estamos trabalhando acho que o recurso vale. Nós já vamos ter uma constelação de satélites produzindo dados de 3 metros por dia. E há planos para que em 2020, 2021, tenhamos também dados de satélite de 1 metro por dia. Ou seja, o monitoramento de tudo o que é necessário, em termos de monitoramento da dinâmica da cobertura da Terra para fins de CAR e do próprio PRA também vai vir como realidade num futuro logo ali, em quatro ou cinco anos a partir de agora. Espero que o INPE esteja acompanhando, também, essa necessidade com pesquisas básicas, com a nossa competência para ajudar na utilização da tecnologia espacial para fins de gestão de terra aqui no Brasil.

Muito obrigado pelo convite, de novo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós agradecemos e passamos, agora, ao João Paulo Mello para suas considerações finais.

O SR. JOÃO PAULO MELLO RODRIGUES SARMENTO – Agradeço em nome da Abema a participação.

Foi uma discussão muito rica. A gente tem realmente ver... Nós percebemos aqui que o CAR é uma coisa que todos os Estados aceitam bem, tanto os produtores quanto os órgãos ambientais. Então, é uma excelente ferramenta de gestão de políticas. Não é uma ferramenta de comando e controle, feito o colocado aqui. É claro que ela vai ser utilizada, mas, a partir do momento em que nós temos informações precisas, os órgãos ambientais têm até condições de agir corretamente – e não falo que estão agindo de forma incorreta –,mas de agir de uma forma mais precisa dentro de toda a situação que ocorre. Inclusive, dá também garantia ao produtor de que ele está agindo de forma correta, porque as informações estão presentes. Então, a partir do momento em que nós conseguirmos, cada vez mais, efetivar o CAR...

E gente tem que entender que o CAR não é um cadastro, que o CAR é um programa que tem sequências. A sequência é, primeiro, o modo de análise; depois do modo de análise, de termos essas informações consistentes, nós vamos partir para as recuperações ambientais. Partindo para recuperações ambientais nós temos aí as cédulas de reserva. Então, nós temos várias ações ainda a serem complementadas.

Mas nós temos de deixar aqui também bem claro que os Estados estão em dificuldades. Mato Grosso já tem uma evolução, mas ainda tem essas dificuldades estruturais, que precisam realmente que serem sanadas para que se atender essa política.

A questão de pessoal. A questão de pessoal é uma coisa mais complexa, mas, a partir do momento em que essas tecnologias estejam implantadas efetivamente, nós vamos conseguir, sim, acompanhar. Nós temos de ter uma gestão desse modo de análise. Vejam bem, o CAR apresentou várias informações que estavam aí. O IBGE tem uma, o Incra tem outra, os Estados têm outras. Isso ficava realmente difícil para se fazer uma gestão. A partir do momento em que foram expostas, por autodeclaração, essas informações e que com essas informações a gente começa a fazer a gestão – vamos chamar o Incra, vamos chamar o IBGE, vamos chamar todos os Estados – com essa informação nós vamos, sim, ter uma precisão e vamos conseguir fazer uma gestão socioambiental de todo o setor rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos dificuldades. A gente tem um receio muito grande no modo de análise como órgãos que são gestores, porque é um volume muito grande. Isso comentei na minha fala.

Nós fizemos um levantamento de 638, o Incra me apresenta 738, 750. Quer dizer, eu falei com o Incra. Uma reunião com vocês foi péssima, porque já me deram 100 mil problemas a mais. Aí a gente vai avaliar por quê? Porque muitas vezes as propriedades que entraram para o cadastro, aquelas que são feitas dos PRAs, dos assentamentos, foram colocadas como uma propriedade, mas viraram mil. Então, essas informações vão ser muito boas também, inclusive, para a questão da reforma agrária.

A Abema manifesta preocupação com as dificuldades que a gente tem do modo de análise, pelo volume, pelas condições. Então, esse contato com o Serviço Florestal, como dito pelo Secretário, tem sido feito. A gente tem alertado.

Não deixar que isso seja postergado por muito tempo, porque aí cai no descrédito. Infelizmente, no Brasil, várias políticas públicas que poderiam ser eficientes, pela morosidade do atendimento, caem em descrédito. Temos de ter, realmente, essa ação. Temos de destinar recursos para que os órgãos tenham condições de se equiparem e de terem tecnologia para poderem fazer essa política ser eficiente. Então, preocupa-nos o volume que os Estados têm. Há Estados mais evoluídos, há Estados menos evoluídos, há Estados que estão começando a fazer.

Nós temos um prazo. Esse prazo tem de ser cumprido, inclusive para os produtores. Muitas vezes, não é omissão do produtor, muitas vezes é a dificuldade de ele atingir. É a dificuldade, inclusive, de o órgão ambiental dar o retorno. Então, temos de buscar formas de apoio ao Serviço Florestal, para que o serviço florestal dê apoio aos Estados para, de uma maneira conjunta, a gente efetivar essa política.

Agradeço mais uma vez, Senador Wellington. Foi muito boa a participação. A Abema está sempre às ordens, o Estado de Minas Gerais também está sempre às ordens para trazer as discussões, tanto aqui do Senado quanto dos demais órgãos. Vejo que é uma inter-relação para a gente discutir os problemas, mas não só entre os órgãos; traga também o setor produtivo para a Mesa de discussão para a gente chegar a um denominador comum que é efetivar essa política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Para encerrar, queremos passar a palavra ao Sr. Carlos Eduardo, representando o Ministério do Meio Ambiente.

O SR. CARLOS EDUARDO STURM – Bom, Senador, vou tentar ser breve por conta do adiantado da hora.

Há algumas questões pontuais sobre a concessão. Não é a minha área específica dentro do Serviço Florestal. Não sei se existe até previsão legal, dentro da lei de floresta pública, para essa possibilidade de centralização do rito da concessão, pelo que entendi. Mas a gente recepciona e, depois ,eu pego o contato com o senhor, porque a gente pode trabalhar nisso.

Com relação à PRA após 2008. São duas coisas completamente diferentes. O Programa de Regularização Ambiental está previsto no art. 59, dentro das Disposições Transitórias, que é para algum tipo de supressão ou ilegalidade cometida até 22 de julho de 2008. Quero deixar claro, como ficou comprovado aqui, que o Estado é soberano. A legislação federal está posta, mas o Estado é soberano. O Prefeito de Querência estava aqui colocando isso, e tive a oportunidade de ter outras discussões com ele. Não existe PRA para depois de 2008. Agora, o que vai ser feito para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmatamentos após 2008, se o Marega concorda, é muito mais em relação a uma regulamentação do próprio Estado do que uma regulamentação federal, até porque, como o próprio Prefeito colocou, existem as especificidades de cada Estado. Então, essa questão nos preocupa.

Aí, só deixando uma informação: o Estado do Acre já está começando a trabalhar com algumas possibilidades de regularização para pós 2008. Acho que Rondônia também já vem trabalhando com isso. O próprio Pará já está com o Programa de Regularização Ambiental mais em andamento. Mas deixando claro que não é o art. 59, Programa de Regularização Ambiental do Código Florestal. É uma regularização ambiental, evidente, mas não no âmbito do Programa de Regularização Ambiental.

Por último, quero falar sobre essa recorrente menção que a gente ouve sobre a questão da grilagem, mais uma vez. O Cadastro Ambiental Rural não é o culpado pelo processo de grilagem. Deixando bem claro que o Estado do Pará – que é de onde vem muitas dessas denúncias e informações de que o CAR está apoiando a grilagem – na sua origem, assim como o Estado do Mato Grosso – foram origens diferentes – associou à origem do Cadastro Ambiental Rural, lá em 2009 e 2010, a regularização fundiária. Isso é uma questão de origem do Cadastro no Estado do Pará.

Atualmente, a legislação federal é muito clara. O §2º, do art. 29, cria o Cadastro Ambiental Rural. Cadastro Ambiental Rural não é prova comprobatória para nenhum direito de posse ou propriedade, tampouco se destina a isso. A bateria do celular acabou, e eu estava com o texto certinho aqui. Mas é isso. Vem lá no recibo do Cadastro Ambiental Rural, também, que o recibo não se destina a qualquer tipo de regularização fundiária. Então, está muito claro. No Pará, como houve essa origem do Cadastro muito ligada à questão fundiária, é evidente que essas questões de utilizar um instrumento para regularizar a grilagem pode, realmente, eventualmente, estar acontecendo. Mas é o desvio da política, Senador.

Assim nós temos, também, no Tocantins. A gente foi descobrir que o Cadastro Ambiental Rural estava sendo solicitado para efeito de liberação do Programa Luz para Todos. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Ou como nós tivemos no Maranhão, agora: tem gente pedindo Cadastro Ambiental Rural para liberação de aposentadoria. Então, quer dizer, são desvios da legislação. No caso da grilagem, efetivamente, o que o cadastro em pouco tempo vai demonstrar é o suporte aos órgãos fundiários para dar informações de inteligência para o combate à grilagem. E é essa a fala que a gente quer ressaltar. O papo com o Incra, a conversa com o Terra Legal vem se aprofundando, e tenho certeza de que vamos comprovar que o Cadastro Ambiental Rural muito mais do que ser acusado de ser um instrumento que promove a grilagem, é um instrumento que apoia os setores de inteligência para o combate à grilagem – isso nós vamos comprovar.

Por fim, Senador, a gente queria agradecer muito a oportunidade. Ela é sempre muito rica, muito proveitosa. O Serviço Florestal Brasileiro está sempre à disposição desta Comissão para apoiar naquilo que for necessário no processo de regularização ambiental do qual somos parte integrante e relativamente importante nesse processo.

A gente está à disposição e agradece o convite.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agradecendo a todos que aqui tiveram a oportunidade de fazer as exposições, queremos, antes de encerrar, fazer a apreciação do Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 34, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente (CMA), audiência pública para debater as políticas públicas desenvolvidas no bioma Pantanal, em especial a efetividade da conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável nessa região. Requeiro, ainda, que, sem prejuízo da inclusão de outros que porventura venham a ser aprovados, sejam convidados:

1. Ministério do Meio Ambiente (MMA);
2. Ministério do Turismo;
3. Secretária Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso;
4. Secretária Estadual Adjunta do Turismo de Mato Grosso;
5. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Pantanal;
6. Centro de Pesquisa do Pantanal;
7. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL);
8. Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Sistema FAMASUL);
9. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Sistema FAMATO);
10. Instituto ECOA;
11. Fundação Ecotrópica;
12. Instituto Centro de Vida;

E também um representante das Assembleias Legislativas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 34, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente (CMA), audiência pública para debater as políticas públicas desenvolvidas no bioma Pantanal, em especial a efetividade da conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável nessa região.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Coloco o requerimento em apreciação para aqueles que queiram discuti-lo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E quero aqui desejar um bom-dia a todos, um bom trabalho, que temos muito ainda para fazer, e convidar a todos aqui para tirarmos uma fotografia, para ficar registrado, agradecendo mais uma vez a todos, inclusive aos internautas e a todos aqueles que estiveram acompanhando essa brilhante reunião que aqui tivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.
Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves; presentes ainda os senadores, José Pimentel, Fátima Bezerra e Paulo Paim, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, João Capiberibe, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. - TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para estabelecer a necessidade de anuência do Estado para criação ou alteração de unidades de conservação em seu território." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1–CAE, nº 2–CAE e mais uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 24ª Reunião, realizada em 18/10/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Não havendo nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Cidinho Santos, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Dário Berger, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Wellington Fagundes, Pedro Chaves; presentes ainda os senadores, Lídice da Mata e Paulo Paim, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Roberto Muniz, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RMA 32/2017, de autoria do Senador Cidinho Santos, e RMA 16/2017, de autoria do Senador Roberto Muniz. Finalidade: Discutir o estado da arte da revitalização de bacias hidrográficas. Participantes: Sr. Apolo Heringer Lisboa (representante de: UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais). Sra. Tatiana Heid Furley (representante de: Instituto Aplysia); e, por deliberação do colegiado, participa com o uso da palavra, Dr. Robson Melo. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cidinho Santos

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/31

(Texto com revisão.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2017, com o objetivo de debater "O Estado da Arte de Revitalização da Bacias Hidrográficas". Esta audiência faz parte da avaliação de políticas públicas estabelecidas pelo Requerimento nº 16, de 2017, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania ou pelo telefone 0800-612211.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata de modo a facilitar a elaboração do relatório.

Gostaria de convidar para compor a Mesa os nossos convidados: Apolo Heringer Lisboa, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais e idealizador do Projeto Manuelzão – Rio das Velhas; Srª Tatiana Heid Furley, Diretora Presidente do Instituto Aplysia. Por favor, aqui à frente. (*Pausa.*)

Agradeço a presença dos senhores.

Esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado para todo o Brasil. Com certeza, as pessoas que estão nos assistindo, principalmente os estudantes que se ligam bastante aos programas, depois participam, interagem com a gente. É de fundamental importância. Quero, mais uma vez, agradecer a presença de vocês.

Tenho certeza de que a apresentação de vocês aqui irá muito irá contribuir para que o relatório final seja satisfatório aos nossos trabalhos.

Queria começa com a Drª Tatiana.

Com a palavra pelo tempo de 10 minutos. Se precisar prorrogar a gente prorroga.

A SRª TATIANA HEID FURLEY – Bom dia!

Queria agradecer o convite. Tenho bastante satisfação de estar aqui participando da Comissão de Meio Ambiente.

Eu fui convidada para apresentar o Projeto ReNaturalize, um projeto de restauração de rios que nós realizamos no Estado do Espírito Santo.

A minha apresentação vai conter uma fala sobre restauração fluvial, o porquê de restaurar e os benefícios, e o Projeto ReNaturalize. Eu vou fazer uma introdução do projeto, falar da metodologia, dos principais resultados e das conclusões que nós tivemos até o momento.

Restauração fluvial refere-se a medidas ecológicas, físicas, espaciais e de gestão destinadas a restabelecer o estado natural e funcionamento do rio, com o objetivo de melhorar o quê? A qualidade da água do rio, do sedimento, da biodiversidade, da recreação, gestão de inundações e desenvolvimento da paisagem.

Então, a gente pode observar aqui um exemplo clássico de restauração de um rio urbano nas Filipinas. O lado esquerdo é ele antes de restaurar; e o lado direito, após a restauração.

Até pouco tempo, quando se falava em rios, sempre se pensava em quê? Projetos de grande porte, usando concreto, como canalização de rios, realização de represas, isso tudo para controlar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vazão do rio, ou seja, para controlar uma enchente ou controlar quando ele está em período de seca. Mas, recentemente, gestores mudaram a concepção de engenharia pesada para atividades com base ecológica. Então, para a restauração de rio não mais se pensando em concreto, e, sim, a toda parte com base ecológica.

Então, esse aqui é um exemplo de um rio urbano já começando a sua restauração. Ele sempre natural, com material natural e sem uso de concreto.

Por que, então, restaurar um rio? O que leva à decisão de restauração de um rio? Um dos problemas é o assoreamento de um rio. Outro problema é a erosão, que a gente pode observar aqui nesta foto. Quando o leito do rio se encontra muito homogêneo, todo igual só de areia, isso é um leito do rio que vai ser pobre, porque ele é muito homogêneo. Como ele vai ter biodiversidade se só há um tipo de leito no fundo? Só areia, por exemplo. Outro motivo de uma restauração: a perda da biodiversidade. Então, sempre se pensa – nós estávamos conversando, não é, Prof. Apolo? – em quantidade de água. Mas e a biodiversidade que há ali dentro do rio? Ela também tem que ser levada em consideração.

Eu fui visitar rios na Inglaterra, onde eles estão restaurando, tirando barragens porque eles atrapalharam a migração dos peixes. Então, eles estão retirando, porque os peixes estavam acabando. Outro motivo que leva à restauração de um rio é a qualidade da água e do sedimento. Essa foto aqui foi tirada no Rio Mangaraí, no Espírito Santo, que é um dos afluentes do Rio Santa Maria, que abastece a cidade de Vitória, em um período de chuva. Olha a cor do rio. Ele mostra claramente que a montante desse ponto aí existe um solo que está descoberto e, com a chuva, esse solo está chegando ao rio, assoreando o rio, causando essa turbidez enorme e prejuízos até em termos de uso de produto químico nas estações de tratamento de água. Outro motivo é a questão das secas nos rios. E enchentes também são motivos para levar à restauração de um rio.

Como restaurar se está se deixando de usar material com cimento, concreto? Então, a tendência hoje é restauração usando produtos naturais.

Eu tenho aqui, como exemplo, a introdução de troncos de madeira dentro da calha do rio, a contenção de erosão de margens, usando os feixes de galhos; replantio da mata ciliar, que é extremamente importante; reintrodução dos tipos de substrato, porque eu não posso ter um leito de um rio homogêneo, eu preciso ter variedade no fundo do rio; e a recriação dos meandros – aquele último eslaide à direita é um trecho de um rio no Reino Unido que era retificado – aquele trecho – e eles voltaram com as curvas. Então, foi um erro que nós fizemos no passado, de retificação de rios.

Então, o que é que aconteceu? Quando eu tenho um rio retificado, quando eu tenho a chuva, a água escorre muito rapidamente pelo rio, ele está canalizado, praticamente. Como ele escorre muito rapidamente, há mais chances de provocar uma enchente numa cidade que está a jusante, porque ele desce rápido. Como ele desce muito rápido, ele não infiltra e não reabastece o lençol freático. Então, é uma lâmina que vem passando sobre o leito e não infiltra. Quando eu recrio os meandros, eu freio a água. Quando eu freio essa água, todos os sólidos suspensos que vêm na água se decantam, eu diminuo a velocidade e eu permito reabastecer o lençol freático; então é encher a caixa natural, a caixa d'água natural, que a gente tem no ambiente.

Bem, então quais são os benefícios da restauração fluvial? Estabilização de margem dos leitos dos rios; atenuação de enchentes, porque, quanto mais retificado o meu rio, com menos meandros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais canalizado, mais enchente eu vou ter a jusante; aumento da biodiversidade – imaginem, gente, um rio canalizado, retificado, onde a vazão é altíssima quando chove, e, quando não chove, ele fica praticamente parado: os peixes não gostam dessa situação; eles querem local de remanso para descansarem, para namorarem, para colocarem os seus filhotes, para se alimentarem, mas também querem um local com muita velocidade, todos dois ao mesmo tempo, para eles se aerarem, para eles poderem respirar melhor e até, alguns, colocarem seus ovos nessa situação; recarga hídrica – eu preciso de ter rios restaurados para eu ter recarga hídrica nos meus aquíferos; aumento da diversidade hidráulica, ou seja, locais com remanso, locais com velocidade alta, não pode ser homogêneo; e melhoria da qualidade da água.

Então, a Europa inteira está restaurando os rios. Isso aqui eu dei um *print screen* do RiverWiki, um *site* que vocês podem consultar de restauração de rios europeus. Lá existem uns 800 *cases* de restauração de rios, não só na Europa, mas também nos Estados Unidos, Canadá, e cada um conta qual foi o custo da restauração, o objetivo da restauração, o que que foi feito. E lá vocês vão encontrar o nosso projeto também, que é o único projeto do Brasil que está dentro desse *site*, que é o projeto ReNaturalize.

E o que que é, então, o projeto ReNaturalize? É uma iniciativa de inovação desenvolvida na Aplysia através de um edital de inovação Tecnova, com a Fapes, com recursos da Fapes/Finep/MCTI. Então, qual é o objetivo? Adaptar técnicas britânicas de restauração fluvial baseadas na utilização de materiais naturais, como troncos, galhos, folhas de árvore, para recuperar o serviço ecossistêmico em rios brasileiros degradados. Iniciou em novembro de 2014 e ele está na sua fase de autogestão. Ou seja, a própria comunidade local está tomando conta do projeto. Ele teve como parceria a Environment Agency – uma das nossas palestrantes seria da Environment Agency –, que é a agência ambiental federal do Reino Unido, e eles trabalham muito com restauração de rio; e o River Restoration Center, que é um instituto de restauração de rios do Reino Unido também. E também teve como parceiro a Cesan e a Fibria, que doou as madeiras.

Ah, desculpem. E muito importante é participação da comunidade do Mangaraí e a comunidade quilombola do Retiro, que são as comunidades que vivem ao longo do rio e que participaram em tudo.

Então, o Rio Mangaraí é um afluente do Rio Santa Maria, que abastece a cidade de Vitória, localizado na parte central do Espírito Santo, e uma sub-bacia de 175 km quadrados. Em torno desse rio a gente tem pastagem e plantação principalmente de mandioca.

Então, esse aqui é o *design* de restauração que nós fizemos no Rio Mangaraí. Ele foi todo feito em parceria com a Inglaterra também. Um método muito parecido, mas adaptado à realidade brasileira.

Então, vocês estão enxergando esses troncos de árvores? Existem troncos, onde há números, são troncos de árvores que nós instalamos. Usamos toras de eucalipto que nós retiramos de floresta plantada e as instalamos nas margens do rio.

Então, por exemplo, aquela tora nº 16 é uma tora flutuante que serve para proteger a margem do rio; as toras de 10 a 13 estão à margem do rio que estava toda sendo erodida. Então, nós a colocamos para proteger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E as toras de nº 1 até o nº 8 são toras que foram feitas para recriar os meandros do Rio. Aquela parte do rio era retificada, e nós fizemos, então, de modo que o Rio voltasse a ter curvas, e não ter uma velocidade.

Aquele rio era completamente areia. Homogêneo: areia no fundo, pobre. Os organismos não gostam muito. Organismo bentônicos, que são os que vivem no fundo e são alimento dos peixes, não gostam tanto de uma areia lavada. Eles gostam de variedade de substratos.

Então, quando recrio os meandros eu crio locais de remanso, locais de correnteza. Então, a própria água vai lavando o fundo e vai reaparecendo o cascalho, os seixos, e aí você tem a heterogeneidade novamente.

(*Soa a campainha.*)

A SRª TATIANA HEID FURLEY – Então, aqui está um exemplo da instalação, das estruturas flexíveis, os troncos de eucalipto com feixes de galhos, que nós estamos instalando no Rio Mangaraí, sempre com a ajuda da comunidade local.

Esse é o dente de dragão, é uma técnica também da Inglaterra que tem o objetivo de criação de *habitats;* de proteger as margens vulneráveis; de reduzir a largura do canal. E por que que eu quero reduzi-lo? Porque assim acúmulo o fluxo de água. Ela pega correnteza e assim se aera essa água. Então, eu estou aerando o rio. Também tem o objetivo de instigar o crescimento de macrófitas e do acréscimo de sedimento. Eu vou segurar sedimento ali também... (*Pausa.*)

Você pode apertar para mim o vídeo? (*Pausa.*)

Então, esse aqui são as madeiras instaladas no rio, um trecho, uma parte. Vocês podem observar o fluxo de água. Vocês conseguem ver as curvas, os meandros... Antes, a água vinha reta, muito direcionada e com a velocidade. Com chuva, a correnteza era grande; quando não tinha muita chuva, era parado o leito do rio, a água não circulava.

Bem, então, esse estudo foi acompanhado de monitoramento. Nós tínhamos que comprovar que em um rio tropical que a técnica que foi usada lá na Inglaterra também funcionaria aqui. Então, nós fizemos o monitoramento antes da instalação das madeiras. Vocês estão vendo aquele primeiro círculo. Olhem como era o leito do rio: reto, areia, totalmente assoreado. E depois fomos acompanhando, ao longo do ano de 2016 inteiro, se os seus benefícios estavam sendo alcançados. Também comparamos os resultados. No meio ali é o trecho que nós restauramos e comparamos com áreas onde já existia a mata ciliar ou áreas onde era muito pobre a mata ciliar também no mesmo rio. E nós avaliamos a qualidade da água, o mapeamento do fundo se estava havendo retenção de sedimento, a retenção hidráulica e a biota, que era o que nós queríamos. (*Pausa.*)

Você aperta para mim, fazendo favor? (*Pausa.*) Então, o primeiro resultado que nós observamos – isso aqui é um tronco de madeira instalado, cinco dias após a instalação –: em cinco dias um biofilme já se formava. O que é biofilme? São micro-organismos que começam a viver em volta dos troncos, iniciando uma cadeia alimentar.

O que eu quis mostrar nessa imagem é como ele promove a agitação da água. Com isso, nós obtivemos uma concentração de oxigênio, do trecho restaurado, aumentada entre e 6 e 12 mg/L, o que é excelente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também há um outro objetivo com essas madeiras: se eu estou freando a água, que alguns contaminantes que venham na água, como por exemplo o resto de um esgoto tratado – não um esgoto *in natura*, mas um resto de um esgoto tratado –, que os nutrientes sejam decantados ali; como existe uma microbiota ali, ela vai se alimentar dos contaminantes, que vai servir de alimento e vai ajudar a instigar a cadeia alimentar.

Então, se vocês observarem nesse gráfico ali na quarta campanha, a primeira barra é o resultado de matéria orgânica no sedimento no trecho restaurado, comparada com as outras duas barras que eram trechos onde eu não tinha a instalação das madeiras dentro do rio. Isso mostra, então, como é que ele consegue também ajudar na retenção de matéria orgânica que vem, ou seja, ajudando na depuração do rio, diminuindo a poluição.

Esse eslaide mostra o quê? No primeiro retângulo lá em cima, está o desenho do fundo do rio antes de se restaurar. O fundo, essa cor azulada, representa areia; a cor amarelada, areia – um outro tipo de granulometria de areia também; e os cinzas são rochas. Então, o rio era assim: pura areia antes da instalação.

Aquela seta vermelha indica o período do tempo onde nós instalamos as madeiras. Então, de setembro de 2015 em diante olhem como mudou a coloração. Isso significa que – se vocês conseguirem olhar a legenda – são vários tipos de fundo. Então, começou a aparecer cascalho, seixo, banco de folhas que não existiam antes da madeira.

E por que é tão importante isso? Como eu falei, existem organismos que querem se alimentar das folhas que estão caídas no fundo do rio; existem organismos que querem procurar os seixos; existem organismos que querem procurar o cascalho. Então, eles precisam dessa variedade. Assim como nós, ninguém quer ficar num ambiente homogêneo o tempo todo; nós precisamos de heterogeneidade. Então, é muito importante haver essa heterogeneidade ali dentro do rio.

Um outro objetivo da...

Ah, sim! Gente, tudo isso aconteceria naturalmente se houvesse a mata ciliar. Nada disso seria necessário. Porque, na mata ciliar, se ela estivesse presente, com uma chuva, por exemplo, as madeiras cairiam naturalmente com o vento dentro do rio e fariam esse papel.

Então, lá na Inglaterra eles começaram a usar essa técnica nos rios tributários do Rio Tâmisa por causa das enchentes que estavam acontecendo no Tâmisa. Então, eles começaram a segurar. Eles viram que estavam dragando, dragando, dragando o assoreamento que havia no Rio Tâmisa, e isso não adiantava de nada. Então, eles foram trabalhar na causa. E a causa era o quê? Os tributários. Então, eles foram replantar as matas ciliares. Só que, enquanto a mata ciliar estava crescendo – e demora anos –, eles fizeram isso como coadjuvante. Eles simularam como se existisse a mata. A mata estava crescendo lá, eles já haviam plantado, mas colocaram os galhos, simulando que a mata existisse, fazendo o papel natural dela enquanto a mata estava crescendo.

Então, esse aqui é um exemplo. Vocês conseguem enxergar um tronco caído e um banco de areia em volta? O que significa isso? Que, em dez meses, cada tronco instalado reteve 9,4 toneladas de sedimento. O que significa isso? Que isso estava na água, sujando... Não é sujeira, mas estava em suspensão na água, atrapalhando passagem de luz. Quando uma estação de tratamento de água capta isso tudo, ela tem que gastar sulfato de alumínio para poder tratar essa água, limpá-la. E esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sulfato de alumínio causa impacto para o meio ambiente também. Então, ele ajudou ali a reter e a diminuir o assoreamento nas cidades a jusante.

Retenção hidráulica. Nós lançamos no rio essas aquaesferas; e lançamos cem aquaesferas no trecho do rio com a madeira instalada dentro do rio e sem a madeira instalada. E nós observamos que, no trecho com os troncos de madeira dentro do rio, demoravam 670 minutos; enquanto, no outro trecho, 536. Ou seja, há o retardo do fluxo de água em 20%. Isso é muito bom, porque se diminui a velocidade com que ele vai chegar a uma cidade a jusante. Eu faço com que essa água lentamente se infiltre e reabasteça minha caixa natural, que é minha água subterrânea.

Em relação aos peixes, em três meses aumentou em 21% o número de peixes. Vocês estão vendo aquela linha azul? É a quantidade de peixes em relação aos trechos sem as árvores instaladas, sem os troncos, ao longo do tempo. Em oito meses, aumentou em 56% e, em dez meses, 81% a quantidade de peixes.

Nesse vídeo, vocês podem observar como os peixes procuram os troncos instalados dentro da água. Então, ele serve como abrigo, como refúgio, como berçário, como local de alimentação. Vocês podem observar os peixes se alimentando ali daquele biofilme que se forma em volta dos troncos, começando, então, a cadeia alimentar.

Saiu até no Jornal Hoje uma reportagem de um pescador falando que, depois que essas meninas apareceram aqui e colocaram esses troncos, os peixes estão voltando; ele cita isso. Nós até fomos conversar com os índios, e os índios falaram: "Ah, eu já faço isso há muito tempo. A gente corta os galhos de árvore e os deixa caídos na margem do rio, daí uma semana eu volto para pescar, porque é muito fácil; os peixes procuram as árvores para se esconderem."

Esse aqui também mostra a quantidade de micro-organismos, insetos, larvas, que habitam esses troncos, que são muito semelhantes se comparados a um tronco natural caído lá dentro do rio.

E uma coisa interessante desse trabalho é a inclusão social. Desde o início, a comunidade local foi treinada e nos ajudou a instalar todas as madeiras dentro do rio. E as crianças também: nós incluímos as escolas, 280 crianças foram treinadas. Nós fizemos uma pesquisa sobre o que eles achavam de madeira caída dentro do rio. Todo mundo respondeu: "É lixo, tem que limpar." E aí nós mostramos como a madeira dentro do rio é importante, e eles começaram a entender, então, essa importância.

Já está acabando já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª TATIANA HEID FURLEY – Então, está bem.

Como conclusões – são só mais dois eslaides –: a instalação das madeiras pode ser usada como uma técnica, sim, de restauração de rios tropicais; ela trouxe melhoria no aspecto físico, biológico também, em curto prazo, em menos de um ano; melhoria na qualidade da água, porque os organismos precisam dessa oxigenação; aumento da diversidade hidromorfológica do canal, que antes era pura areia e passou a ter heterogeneidade, há seixos; estabilização das margens – eu não posso ter margem sendo destruída, caindo dentro do rio, comendo as margens; aumento da retenção de sedimento, então diminuindo o assoreamento das cidades que estão a jusante – é uma técnica muito usada para tributários, para evitar o assoreamento do canal principal do rio; a retenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hidráulica, ou seja, eu freio a velocidade da água diminuindo a chance de arrastar o solo todo para o canal principal do rio; aumento as chances de reabastecer o meu lençol freático; aumento da abundância de peixes; colonização da madeira por invertebrados; permite a participação da comunidade local e melhoria da qualidade paisagística.

Eu fui visitar também um rio urbano em Londres que passava por vários condomínios e era horroroso. Então, eles tiraram – era canalizado – todo o concreto, tiveram um gasto de tantas mil libras para pedacinho de concreto ali e aí plantaram tudo nas margens. O pessoal do condomínio participou desse plantio e, daí, aumentou o valor de seus apartamentos, dos condomínios – tinha pato, tinha passarinho, tinha tudo ali naquele rio, era muito bonito e muito agradável de se visitar – dentro de Londres.

E, por fim, a instalação dessas estruturas de eucalipto apontou – pode ser eucalipto, o importante só é ter densidade certa, não precisa ser. Mas preferimos usar de floresta plantada e não tirar da natureza – um horizonte otimista sobre o potencial de replicabilidade dessas técnicas visto que a utilização de materiais mais naturais tem sido a tendência internacional no âmbito de restauração fluvial; poderá ser, futuramente, utilizada em rios tropicais e também pode ajudar na redução do custo com tratamento de água. A gente fez um cálculo e, mais ou menos em 18 meses, consegue-se pagar em economia de sulfato de alumínio no tratamento de água um bom trecho de restauração a montante de uma captação de água.

Era isso que eu queria apresentar sobre o Projeto ReNaturalize.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós que agradecemos e parabenizamos a Drª Tatiana pela apresentação.

Parabéns, muito bom.

Temos aqui algumas pessoas perguntando como acessar para assistir pela internet. Então, é pelo endereço senado.leg.br/ecidadania.

Temos algumas perguntas aqui, mas vamos dar sequência agora na apresentação do Professor Apolo Heringer. Depois vamos para as perguntas e interagir com os demais presentes.

O SR. APOLO HERINGER LISBOA – Queria cumprimentar os presentes e os que nos estão vendo pela televisão, pela internet e, sobretudo, louvar a atitude do Senador Cidinho, do Mato Grosso, por essa sensibilidade de abrir esse espaço para a gente porque a questão da água hoje já está sendo compreendida como uma questão fundamental.

Até pouco tempo, falava-se que a água seria o petróleo – vejam que comparação baixo nível – e que a água iria fazer falta. A gente não acreditava muito e muito rapidamente isso está acontecendo. Muito rapidamente aparentemente, porque isso que está acontecendo aí é resultado de 30 anos ou mais de uso inadequado das águas subterrâneas e dos rios. A conta apareceu agora e não se vai resolver isso rapidamente, porque serão necessários anos e anos de chuva para repor o estoque que foi dilapidado de forma irresponsável, provocando o que a gente chama hoje de novo fenômeno da seca: a seca subterrânea.

A seca subterrânea não é aquela seca que o Portinari pintava nos seus quadros, lá no Nordeste, porque não chovia. Essa seca, atualmente, não é porque está faltando chuva. Não é por causa de mudança climática apenas, porque essa mudança climática, Senador, foi implantada pelo Al Gore, lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos Estados Unidos, e, como eles controlam toda a mídia, ficaram os ambientalistas todos liderados pelo Al Gore. É uma coisa esquisita: como é que, de uma hora para outra, um candidato a Presidente dos Estados Unidos, que é mantido pelo grande capital internacional, se torna um ambientalista? E um ambientalismo que não prioriza nem a água, nem as florestas naturais. Não é estranho?

Você desmata mata nativa e planta florestas homogêneas – monocultura extensiva – e está diminuindo emissão de carbono e outros gases. Mas à custa da biodiversidade? Que lógica é essa? Eu acho que nós precisamos acordar, não é, gente? O Brasil ainda é a maior biodiversidade do mundo, uma riqueza fundamental.

Eu fico pensando, Senador, sobre a Amazônia. O mundo inteiro... Japonês, americano, russo europeu, gente do mundo inteiro, da China, estudantes, pesquisadores adorariam vir fazer suas pesquisas, suas teses, na Região Amazônica. Um turismo ecológico científico, conhecendo o Brasil, estabelecendo laços de amizade, seria um turismo muito superior ao da Espanha.

A Espanha – não sei quem já foi lá –, eu já sobrevoei muitas vezes a Espanha, porque eu morava na África e, quando eu ia à Europa, passava por lá. Na Espanha é tudo ressecado, cheio de buraco. A Espanha é quase um deserto. Foi dilapidada durante milhares de anos de civilização.

Então, a gente tem a Amazônia, que daria muito mais dinheiro para o Brasil, distribuiria renda, se fosse um turismo ecológico-científico, acadêmico, com estudantes do mundo inteiro vindo de avião, para conhecer a Amazônia. Daria emprego para os barqueiros, haveria construções de pousadas na mata, com observadores de peixes, que seriam tipo um ônibus de vidro parado dentro do rio, você vendo o peixe, e o peixe não está assustado... Você vendo o peixe dentro do seu nicho ecológico, do seu ecossistema. Você, com esse ônibus parado na floresta, durante a noite, observando os animais.

Hoje, não. Nós somos tão atrasados, que nós destruímos o meio ambiente natural e criamos aquários e jardins zoológicos para ver os animais prisioneiros. Ainda chamamos isso de educação ambiental. Como é que eu vou educar uma criança, mostrando para ela um campo de concentração?

Então, eu acho... Eu até optei em não seguir muito esse negócio de PowerPoint, que virou um saco esse negócio – desculpem-me a expressão –, porque ele tira de você a sua alma. Ele te enquadra. E nós paramos de pensar. Nós paramos, para ficar raciocinando por quadradinho. Nós precisamos de uma mudança muito forte de mentalidade no mundo. Zoológico e aquário nada têm a ver com meio ambiente, nada tem a ver com educação; têm a ver com campo de concentração.

Nós estamos em Belo Horizonte, lutando para fechar o zoológico lá e o aquário. A quantidade de animais que morre lá, no cativeiro, é triste. Olhem, o animal nem reproduz. Eu estive exilado, fui perseguido político, mas não tem nada a ver com os erros que foram cometidos aí, porque há 29 anos que eu fiz uma crítica do que a gente estava fazendo errado. Mas, durante o exílio e a clandestinidade no Rio, eu não tive filhos, eu não tinha vontade de ter filhos. Eu falava: "Eles vão torturar meu filho para falar onde a minha mulher está ou torturar a minha mulher e o filho para dizerem onde eu estou. Eles vão querer fazer guerra e mandar a gente como bucha de canhão...", porque, na guerra é assim, os generais não fazem guerra, eles mandam os rapazinhos de 19, 20 anos para morrerem na guerra em defesa da pátria, quando é defesa de interesse econômico. Então, eu não tive filhos. Aí, mais tarde, eu descobri que eu sou um animal. Os animais não reproduzem em cativeiro. Eu não tive filhos na ditadura, eu não tinha vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu fiquei muito feliz comigo mesmo de eu não ter perdido a minha animalidade, porque tem gente que faz um discurso enviesado... Tudo está errado, eu acho, porque a pessoa que quer melhorar o mundo fala: "Senador, nós temos que humanizar a nossa vida." Eu acho que, para melhorar o mundo do jeito que está, eu tenho que desumanizar; eu tenho de aprender com os cachorros como é o amor aos filhos; eu tenho de aprender com os animais, com os passarinhos, porque eles não destroem o meio ambiente; eu tenho de aprender com os índios. Eu tenho frequentado reuniões com índios do mundo inteiro, eu estou impressionado em ver o engodo que foi o preconceito que puseram na nossa cabeça em relação às populações primitivas, como se eles fossem estúpidos. Estúpidos somos nós!

Então, é necessária essa introdução aqui, porque o que eu vou mostrar para vocês implica uma disposição em questionar o que parece ser verdadeiro e o que parece ser certo. E a prova de que não é que nós estamos destruindo o meio ambiente totalmente.

Não há água, não há um rio no Brasil hoje, praticamente, que você possa falar: "Esse rio está preservado". Você não tem. Até no Nordeste Setentrional, que lutou pela transposição do São Francisco, a água da transposição está chegando em canais e em açudes cheia de esterco humano. São esgotos que são lançados ali. Se está precisando de água, você tinha de, pelo menos, não jogar esgoto nas poucas águas.

Feita essa introdução, para criar um clima favorável à exposição, eu gostaria de dizer para vocês que a totalidade das pessoas com quem eu converso – e aqui não é diferente – diz amar os rios, diz amar os peixes. Um dia eu perguntei para um pescador de Três Marias muito meu amigo: "Você defende os peixes, você gosta do peixe." Aí ele ficou explicando a importância do peixe. Eu falei: "Não, você não gosta do peixe, porque você mata o peixe e come! Você gosta de comer peixe". Nós devemos defender os peixes independentemente se for ou não para comer. Os peixes têm direito à vida. E o peixe tem uma função importante: o peixe é um indicador da saúde dos rios. Se um rio está em boa qualidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. APOLO HERINGER LISBOA – ...e tem muito peixe, esses peixes atestam a qualidade do rio e trazem alegria. Se você está com fome, tudo bem você comer um peixe, mas você tem de tirar o chapéu, agradecer à natureza, a Deus, ao que for, por ter aquele alimento, com respeito. Tem cara que vem passar férias no Araguaia, de Minas, de ônibus, que o prazer dele é matar peixe. Não pode! Você não pode ter prazer em matar peixe, matar um nada.

Então, é necessário mudar a nossa relação com o meio ambiente. É uma relação que tem de ser de respeito. Se você vai desmatar um pedaço de terra para plantar, vai derrubar a árvore, você tem de fazer aquilo se penitenciando. Você tem de falar: "Eu estou tendo de fazer para alimentar a minha família", mas com o maior respeito com a terra. Perdeu-se o respeito. O cara desmata a terra com corrente puxada por trator, mas, assim, um território do tamanho de um Município, e destrói tudo que há ali, os passarinhos; destrói tudo. E, muitas vezes, com leis e autorizações conseguidas na corrupção. E, depois, a Polícia Militar desse mesmo Estado vai prender um cara que está pescando com anzol, está pegando um passarinho na arapuca. Prende o cara e fala: "Apreendemos infratores ambientais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque eles não tinham autorização." O cara não sabe nem escreve o nome, como é que vai pegar autorização?

E os advogados e as pessoas dos grandes grupos conseguem todo tipo de autorização e desmatam o território, como foi na Jaíba, Minas Gerais; como foi na região de Janaúba, onde essa professora que foi queimada.

Eles se tornaram os maiores plantadores de banana do Brasil, usaram toda a água – há uma represa lá de 1,2 bilhão de litros de água, Bico da Pedra, e não há mais água. A plantação de banana vai ao colapso brevemente. Não há água, ela está no volume morto.

O Nilo Coelho, perto de Juazeiro, em Pernambuco, naquela cidade vizinha de Juazeiro... Como se chama? (*Pausa.*)

Petrolina. Aquilo ali está um caos. Na seca passada, há dois anos, eles utilizaram água do volume morto. Eles arrumaram umas bombas que ficaram no volume morto, bombeando a água para jogar no canal. E há plantação de fruta. E a população, lá embaixo, não pode atravessar o Rio São Francisco para levar o menino à escola, do outro lado, porque não tem água. Aracaju depende em 50%, 60% de água do São Francisco.

Então, essa situação que eu chamo de amor falso aos rios. Todo mundo fala que defende os rios, e o Manuelzão, figura de Guimarães Rosa, que foi meu amigo e que inspirou o nome do Projeto Manuelzão, dizia assim... Perguntaram se ele tinha medo de morrer, porque ele foi para uma cirurgia com 80 anos, e falou: "Eu não tenho medo de morrer, porque sei que vou morrer um dia. Eu tenho medo é do amor falso que mata sem Deus querer."

A minha sogra, que é uma pessoa sem estudo nenhum, quando uma pessoa fala que gosta dela perto dos outros – a pessoa está querendo dizer gosta dela e fala para todo mundo que gosta dela –, ela chama a gente para o lado, pisca e fala: "Tal pessoa fala que gosta de mim. Ela gosta de mim igual a espingarda gosta de tiú".

Não existe amor aos rios coisa nenhuma! Nem aos peixes! O ser humano só gosta de dinheiro e poder. Está destruindo tudo. Nós não podemos ter um sistema antropocêntrico – tudo em função do interesse do ser humano. O ser humano acha que é dono e proprietário e pode dispor dos bens naturais que ele não sabe fazer igual, ele não tem competência, porque o livro que a gente estuda é a natureza. Tudo que nós sabemos...

O livro de Deus não é a Bíblia. A Bíblia é o livro sagrado dos judeus, um livro espetacular. Já li a Bíblia seis vezes, toda. O livro de Deus é o universo. Todo cientista, tudo que ele sabe – tudo, 100% – foi estudando os rios, a biologia, estudando a natureza. O livro de Deus é a natureza, não foi feito por mãos humanas, não foi traduzido e botada uma vírgula a menos ou a mais.

Então, é com esse espírito que nós temos que encarar a questão dos rios.

Eu podia ter uma assistência aqui para ir passando? Como faço? Cada um é de um jeito.

Por que os rios estão morrendo?

Antes disso, quero elogiar Tatiana pela sua maravilhosa exposição. É a mesma coisa que nós pensamos em Minas, tanto na Carta de Morrinhos quanto no Projeto Manuelzão. Parabenizo também que o Sr. Robson Melo, aqui presente, porque isso aí já virou conhecimento humano certo. Nós trabalhamos com pessoas da Alemanha, de vários países, e não há mais como canalizar rios urbanos. Tinha que haver uma lei proibindo. Em Minas, nós conseguimos uma lei proibindo, e ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obedece à lei, ninguém faz nada, porque só se obedece à lei quando ela atende aos interesses dominantes.

Por que os rios estão morrendo? Será pela falta de chuva? Essa nova seca não é só por falta de chuva, não é principalmente por falta de chuva. Está havendo seca por falta de chuva, porque nós esgotamos os estoques de água subterrâneos, é a seca subterrânea, um fenômeno novo. Por que há essa seca subterrânea? Eu vou explicar. É a conta que está chegando.

Brasil, celeiro do mundo. Esse projeto Brasil, celeiro do mundo, que transformou o Cerrado numa monocultura extensiva – desmataram o Cerrado com todas as suas frutas e animais – permitiu irrigar o Cerrado com poços profundos, tubulares e retirando água de alguns rios de uma maneira totalmente descontrolada. Começou a dar muito dinheiro: "Oba! Oba! Oba! Oba!" É a visão neocolonial que nós aprendemos desde 1532, com as capitanias hereditárias.

Nós destruímos o Cerrado e tiramos a água toda, por isso que o Rio São Francisco está secando. Quase 50%da água que corre do São Francisco para Sobradinho vem do Brasil Central, do Cerrado – Tocantins, Goiás –, pelo Aquífero Guarani, que passa debaixo dessas montanhas todas, a 300m, 400m de fundura. E agora não está indo mais, o Rio São Francisco está morrendo, Sobradinho está quase no volume morto atualmente. Entra ano, sai ano, um ano melhora... É um verdadeiro desespero.

Por que o Rio São Francisco se chamava rio da integração nacional? É um rio que tinha muita água, com terra boa, alimentava o peixe, o povo e tinha condição de agricultura na sua beirada. Agora, o Rio São Francisco, por falta d'água, se transformou no rio da desintegração nacional.

Olha, os cientistas políticos precisam fazer uma reciclagem ambiental. Quando analisam a crise do Brasil, os cientistas políticos falam em PIB, crise partidária, Lava Jato, falam de Bolsa de Valores, aquelas empresas americanas que avaliam se o Brasil está bem ou não, Moody's, sei lá o quê... "Ah! O Brasil agora é AA." "Agora é -A, A_2." Mas eles não falam que a crise do Brasil, que a miséria está aumentando e está ameaçando essa exportação do agronegócio por falta de água. Ou seja, os cientistas políticos estão fazendo política no ar. Eles estão esquecendo de falar sobre o desmatamento completo, o fim da biodiversidade, a destruição dos rios, que está levando o povo a piorar de vida. Qual seria o Bolsa Família natural? O peixe. O peixe simboliza a caça, a comida, a mandioca, que se pegava no mato. O Bolsa Família da natureza, que levava o cara a ter alimento e dignidade, que ele conseguia pelo trabalho de pescador, sustentava o País moralmente. Destruíram os peixes dos rios, por quê? Porque o peixe depende de água.

Em 1975, 1970, por aí, construíram Sobradinho. Sobradinho priorizou a eletricidade. Não há nada pior para um rio do que uma barragem. A barragem é o pior inimigo dos rios. Então, o que nós criamos? Nós criamos um sistema que prioriza objetivos econômicos apenas, mas não leva em conta que tem de se manter a biodiversidade e manter os rios. Ou seja, nós temos de atender a todos esses interesses. Então, há países que já estão desmantelando suas barragens.

Se o Brasil investir em energia solar, energia eólica e outros tipos de energia, o Brasil vai poder desmantelar suas barragens e renaturalizar os rios. Os rios foram desfigurados. É igual a se jogar ácido no rosto de uma pessoa. Eles jogaram ácido nos olhos dos rios, arrebentaram as margens dos rios, os barrancos, tiraram a mata ciliar. Eles agrediram o rio como se ele fosse um bandido, um inimigo. E o rio nos dava peixe, nos trazia água limpa. O rio nos acolhe. O ser humano é muito estúpido. E é impressionante que as universidades não combateram essa política; pelo contrário, formaram técnicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que aprovaram isso. Quem canaliza rio é engenheiro; quem descobre métodos melhores para pesca, muitas vezes industriais para pescar peixe em alto-mar, são cientistas, os mesmos que criaram a bomba atômica para nos destruir.

Então, a ciência e a tecnologia precisam passar pelo crivo do juízo, e esse juízo é filosofia, não é aprendizado de universidade; é a sensibilidade. Há outras formas de conhecimento.

Nós estamos vivendo aqui a seca subterrânea, essa nova seca que apareceu no Brasil.

Exportação de *commodities* agrosilvopastoris: agro; silvo, que é mato, eucalipto, por exemplo, árvores; pastoris, que é porco, galinha, gado, tudo aí é pastoril; e mineração.

Em Minas Gerais, na cabeça do Rio das Velhas, que abastece Belo Horizonte, as mineradoras sabem que o ferro é que atrai água. Debaixo do Quadrilátero Ferrífero, que cerca ali a capital de Minas Gerais, existe o quadrilátero aquífero. É muita água. Quando eles vão minerando, chega água, e eles têm que bombear aquela água para fora para fazer cava do tamanho de uma quadra, ou maior, para entrar caminhões que têm rodas maiores do que esse prédio. Essa água é expulsa e vai rebaixando o lençol freático, secam as nascentes na região toda. O buraco tem 300, 400m, dá medo de chegar perto, dá vertigem. Assim, essa água é tirada lá de dentro. E as mineradoras não pagam um tostão por essa água que eles retiraram. Eles falam que estão jogando nos rios. Mas estão jogando na hora errada, jogando não na época da seca, no ano inteiro, dia e noite.

O mineroduto, que leva minério de Mariana para o oceano, leva de Conceição do Mato Dentro a Serra do Cipó para o Rio de Janeiro, esses minerodutos não pagam pela água. Porque a Federação das Indústrias de Minas Gerais, na revista *Ecológico,* declarou, através de uma consultora sênior, que o mineroduto é como se fosse um rio, leva água do interior para o oceano. Olhe, o rio, quando vai para o oceano, vai fazendo curva, vai fazendo hora, alimenta o povo, alimenta os peixes, tem um serviço ambiental importantíssimo. Como é que eu posso não pagar pela água dizendo que é como se fosse um rio?

Eu vou mostrar um quadro sobre esse assunto e vocês vão entender melhor. Para poder o Brasil ser celeiro do mundo, ele optou por usar o que aprendeu na época colonial, lá no Nordeste: a agroindústria do açúcar. O Brasil, em 1600, já era a economia maior do mundo; o Brasil já nasceu grande; o Brasil foi fundado por grandes capitalistas, banqueiros, grandes construtores de navio, grandes cientistas que entendiam de navegação, como Américo Vespúcio, que era da elite intelectual da Itália; o Brasil nasceu por um grupo que articulou com Portugal, dividiu o Brasil em 15 empresas privadas, que são as capitanias hereditárias, que foram entregues a grandes empresários. Portugal garantia a segurança militar e a proteção, mas tinham total liberdade esses empresários para plantar cana. E eles usavam a escravidão, não dando o mínimo respeito aos índios, às nações indígenas e nem aos negros que eles trouxeram. Então o Brasil começou como a empresa Brasil, sem povo. O Brasil não era um povo que criou uma empresa, era uma empresa que criou escravos. O Brasil não é uma nação ainda por isso. Por isso que o Brasil é tão ruim com seu povo, maltrata o povo; a questão do analfabetismo; não respeita a população mais pobre. A empresa Brasil foi formada para exportar, e o mercado europeu, em 1600, bem antes da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, criou o mercado em torno do açúcar. O açúcar era o agronegócio mais avançado da época. Trouxeram uma planta que não tinha aqui, tudo planejado; monocultura extensiva, desmatando tudo. Produzia açúcar, que é uma coisa complicada, e o embalava. Criou um sistema de navio para ir e voltar para cá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

enriqueceu o mundo, e a burguesia se fortaleceu. Os reis e os feudos passaram a depender dessa burguesia.

O Brasil, com isso, adiantou a queda do feudalismo e a queda do absolutismo na Europa. Foi o Brasil, com seu trabalho, com essa empresa Brasil, que precipitou a queda desse sistema e inaugurou a revolução burguesa na Europa, que foi nada mais, nada menos do que o objetivo de industrializar o mundo, o que vem até hoje. Os próprios países comunistas industrializaram o mundo. Não tem nada de comunismo, não; é capitalismo de Estado. Então, o ciclo de industrialização do mundo: houve um ciclo europeu e um ciclo, depois, nos países da periferia, que conseguiram a independência nacional e impuseram uma indústria estatal para enfrentar o centro capitalista europeu e americano, que não queria vê-los independentes. E nós estamos encerrando o ciclo industrial no mundo. Essa crise que o Brasil vive tem a ver com esse ciclo aí.

Visão ecossistêmica.

Ora, para a gente ter água nos rios, eu não posso continuar fazendo a gestão dos rios como é feita hoje. A gestão dos rios pelos comitês de bacia estão um fracasso. A gestão dos rios pela Agência Nacional de Águas está um fracasso, pelas secretarias de meio ambiente dos Estados, é um fracasso.

O Presidente da República, o Chefe da Casa Civil, o Presidente dos Três Poderes é que decidem. Os técnicos não têm voz ativa coisa nenhuma! Tem técnico aí dando ataque de tristeza, de depressão, porque estuda muito e não tem poder nenhum. Política de Ibama, tudo isso aí é decidido de cima para baixo. Vamos colocar isso claro. O Brasil não valoriza o pensamento científico. Os cientistas são todos pobres, todos ficam correndo atrás de salário. E o Brasil é um país violento, do dinheiro – quem tem dinheiro manda mesmo. Então, as pessoas, às vezes, bem-intencionadas dizem: "Eu tenho minha família, vou calar a minha boca e fazer o que eles mandam." Então, nós estamos vivendo essa questão de que não há gestão ambiental no Brasil.

O Brasil é um país doido. Olhem aqui: na época da ditadura, eles criaram o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), em 1981, 1982, eu me esqueci agora. O Sistema Nacional de Meio Ambiente incluía tudo, mas os rios brasileiros começaram a ficar muito poluídos. Aí, em 1997, criaram o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Um foi criado em 1981, o do meio ambiente, e outro em 1997, das águas. Como você pode separar água de meio ambiente? Não tem maior inimigo dos rios e da água do que o desmatamento. Então, você desmata, desprotege o solo, a chuva vem, começa a lavar o solo, vem o sol, começa a secar o chão, que fica todo quebradiço, vem outra chuva. Hoje os rios têm mais areia do que água por causa da erosão, que diminui o valor da nossa terra. Tudo veio pelo desmatamento. O desmatamento é o maior responsável pela falta de água no Brasil. O desmatamento é o maior responsável pelo fim da biodiversidade, que é a grande riqueza do Brasil, riqueza científica, para a pesquisa, para o turismo de pesquisa mundial, que iria trazer mais dinheiro para o Brasil do que essas indústrias todas juntas.

Vocês não imaginam a atração que o Brasil ainda tem para o turismo ecológico, acadêmico, de pesquisa, de estudantes para conhecerem peixes, animais! Então, estamos fazendo um mau negócio, já que a palavra negócio aqui predomina.

Antes de o ser humano surgir na Terra, todos os animais – os dinossauros, os tubarões, as baleias, os passarinhos – tinham alimentos, todos comiam e bebiam, reproduziam-se, e distribuía-se a renda. Quando surgiu o ser humano, ele passou a alterar a economia natural. O que é economia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

natural? A economia automática, ecológica. E essa economia ecológica produzia tudo sem poluir, tudo era biodegradável. Então, o ser humano, com a ciência e a técnica que estão aí, tinha de fazer ainda melhor do que a natureza, tinha de aperfeiçoar a natureza. Por que o ser humano produz tanto lixo, tanto esgoto, produto químico que dá câncer, agrotóxico? E ele faz isso sem racionalidade nenhuma. Ele não aguenta um debate com cientistas. Mas é o poder que manda fazer desse jeito, e estamos espalhando doenças e tal.

Então, sobre a ecologização da economia, é fundamental subordinar a economia aos limites ecológicos.

E, nesse sentido, a gestão dos rios tem de ser uma gestão que coloca o seguinte: só vai haver água no Brasil se se respeitarem os ecossistemas; só vai haver água no Brasil se se respeitar o meio ambiente. Se você continuar destruindo o meio ambiente... A água não foge da terra até agora; ela foge da gente. Pode ver que, em toda região que foi muito desmatada, em que se usou muita água e em que se arrebentou tudo, em que se tiraram as raízes, começa agora a não ter água.

O Tocantins começa a não ter água, e eles estão com um projeto maluco de querer levar água de um afluente do Tocantins – não é do Tocantins grande; é do braço do Tocantins antes de juntar com o Araguaia –, para levar para o São Francisco. No máximo o que vão conseguir levar será de 250 a 300m^3 por segundo, depois que alimentar todo o agronegócio do canal dos dois lados. O objetivo é fazer o agronegócio no canal, e estão enganando os nordestinos, dizendo que é para levar água para o São Francisco. Serão 300m^3 com cinco hidroelétricas para bombear essa água de um rio que já está secando. Aí eles vão dizer: "Não. Agora, tem de fazer outro canal de transposição para pegar água lá do Tocantins grande." Depois vão pegar lá no mar, para dessalinizar a água. Eles vão fazendo, é uma indústria de transposição.

E, no caso do São Francisco, essa água vai cair no início... Sobradinho está aqui, e o lago vem 300km para cá. Sobradinho é um lago muito amplo, e é ruim porque evapora muito a água. Ele não é profundo, ele é aberto. Então, perto da cidade de Barra, chegam o Rio Grande e o Rio Corrente. Essa água que vai cair lá, 250 a 300m^3 por segundo, se houver água – o que não vai haver; é igual à transposição do São Francisco –, evapora em um segundo, sabia? A evaporação da água no lago de Sobradinho, quando ele está cheio, é de 250 a 300m^3 por segundo. Então, o que eles vão levar para lá vai evaporar em um segundo, e o Brasil vai gastar bilhões e bilhões, porque há uma indústria das transposições funcionando – eu conheço esse povo todo.

Então, desse jeito o Brasil não avança, porque o Brasil está sendo assaltado. E as obras são feitas para assaltar; não para resolver os problemas, porque as obras não têm nada a ver com resolver os problemas. São obras desconectadas de uma análise macro e sistêmica que possa juntar a solução de um problema com outro. Uma obra cria mais problema do que resolve, porque trata os problemas separadamente, e não como um conjunto.

Poderia passar um pouco? Deixe-me ver se eu aprendi aqui. Não está passando. Ah! Passou.

Agora eu vou rapidinho.

Comitê de Bacia Hidrográfica. É um fracasso. Quem manda no Comitê de Bacia Hidrográfica é o Governo e os grandes empresários. No Comitê, fala-se muito, mobiliza-se, mas as outorgas, as decisões não estão no Comitê, não; o Comitê não decide nada, sobretudo onde existem as agências. As agências são controladas pela Federação das Indústrias, pela Federação da Agricultura, e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

membros da sociedade civil estão lá só legitimando decisões que são contra o rio e contra tudo, porque não têm poder. Eu já fui Presidente de comitê e enjoei disso. Agora eu tenho que pular é no gogó dos caras para mudar o modelo de gestão. Não dá mais para a gente ficar legitimando um troço desses, é uma vergonha.

Toda a concepção de gestão dos rios, hoje, do Brasil tem uma visão, uma concepção empresarial cêntrica, com centralidade nos interesses do capital. Eu não estou combatendo o capitalismo aqui; eu estou dizendo é que é a realidade. Eles nunca se preocupam com o fato de se vai haver peixe no rio, se o povo quer é o peixe; eles não se preocupam com nada. Eles se preocupam em ter, garantir água para os seus negócios, mas, se você destrói o rio, você não vai ter água para os seus negócios; se você não tiver ecossistema, se o Brasil destruir sua biodiversidade, suas matas, não vai haver água para negócio nenhum. Nós estamos nos suicidando; é um mau negócio; nós estamos destruindo o solo, como aconteceu com o São Francisco, o rio da desintegração nacional atualmente, porque destruíram a água dele.

A indústria das transposições tem que ser parada, não pode continuar fazendo essas transposições. Você tem que resolver o problema. Por exemplo, o Nordeste tem pouca água. Eu sou do norte de Minas. Meu pai era engenheiro agrônomo. Não há região mais rica do que o Nordeste, gente, fartura. Vinha, de vez em quando, aquela seca, matava muita gente. Hoje essa população toda migrou para a cidade. Hoje, se as cidades tiverem água, que vai num tubo fechado, e não um tubo aberto, a cidade tem água. Nas roças você tem que plantar, não desmatar mais, porque estavam desmatando; plantar e fazer gestão para a água chegar pela chuva e ser coletada essa água da chuva.

E outra coisa: eu não posso querer plantar melão, criar camarão de água-doce, plantar no Semiárido brasileiro e na Caatinga plantas de outros climas, úmidos. Eu tenho que plantar no Nordeste as plantas que dão lá: pequi, umbu, sei lá, caju. As melhores frutas, mais doces, estão no Nordeste; a manga se adaptou bem. Quando há muita fruta, cai tudo no chão e estraga. Então, você teria que fazer uma indústria para agregar valor, para todas as frutas serem cristalizadas, fazer suco. E o Nordeste seria o maior exportador de suco de frutas e frutas cristalizada.

Eu tenho que plantar no Nordeste coisas que resistam ao clima do Semiárido. Eu não tenho que inventar moda: querer levar água para o Nordeste com a transposição para plantar coisas que poderiam dar muito melhor no São Francisco. Plantar arroz e feijão no Nordeste, gente, é uma bobagem. Você tem que plantar outras coisas e, depois, comprar o arroz e o feijão que dão com muito mais facilidade em Goiás e Minas Gerais.

"Ah, o boi está morrendo, a vaca está morrendo no Nordeste por causa da seca." Tem que morrer mesmo! Lá não é para boi! Trouxeram o boi da Índia. Tinham que criar cabritos num lugar que resiste. A carne de cabrito é muito gostosa.

Então, nós temos que adaptar a cultura animal e vegetal ao clima. Aproveitar as raízes. As raízes se desenvolveram lá de uma forma impressionante. Aquelas raízes sobrevivem à seca. As plantas, no Nordeste, num instantinho, com pouca água, ficam todas verdes, e os animais aparecem do fundo do chão, como o mocó e outros.

Então, você tem que ter uma cultura animal e vegetal própria do Cerrado. O Cerrado é rico. Não se tem que falar mal do Cerrado não! É um clima que se adaptou; é a maior biodiversidade do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há mais biodiversidade no Cerrado e na Caatinga do que na Amazônia. "E como é feio!" Para uns é feio; para mim é bonito.

O pessoal fala: "Deixa eu desmatar, aqui não dá nada." Que não dá nada o quê? Isso é ignorância! Perguntem a qualquer cientista se ele acha que lá não dá nada.

Quem está decidindo essas políticas são pessoas despreparadas para decidir.

Pode passar o próximo, por favor.

Agora é rapidinho, porque eu... Isso aqui são amenidades.

Esse aqui sou eu, mais novo, com a minha esposa e meu filho mais velho, que foi batizado pelo Manuelzão, aquela figura lendária do Guimarães Rosa. Esse que fez a poesia do Amor Falso: "Não tenho medo da morte porque sei que vou morrer. Tenho medo do amor falso, porque mata sem Deus querer".

Olhem ali o Manuelzão em frente à casa dele, com a capa dele.

Aqui é a fundação do Projeto Manuelzão, em frente à Faculdade de Medicina.

Eu estou ali agachado com o meu filho. O Manuelzão está atrás de mim.

Ali os primeiros alunos que viajaram, em regime de internato rural de medicina, para o interior, todos para a Bacia do Rio das Velhas. E nós fizemos um trabalho desconsiderando o Município. As pessoas tinham um convênio com o Município, mas o nosso projeto era de bacia hidrográfica.

Nós sempre alimentamos a ideia da regionalização por bacia hidrográfica. Eu, se estivesse lá na época, em 1532, quando fundaram as capitanias hereditárias, Senador, eu iria propor formar a "República Hidrográfica do Brasil", por bacias hidrográficas, subdividindo-as em territórios de sub-bacias até um lugarzinho pequenininho.

A bacia hidrográfica é a anatomia e a fisiologia da natureza. A terra, vista do espaço, é uma bacia hidrográfica. A capitania hereditária cortava os rios e as montanhas ao meio. Eles faziam divisão pelos rios. Num rio largo, de um lado era um Estado; do outro era outro. Assim, você está dividindo a bacia hidrográfica. Os dois lados tinham que ser o mesmo Estado, porque você faz uma gestão ambientalmente coerente. É pela água que você conhece o que está sendo feito em uma região, e não dividindo um rio ao meio, dividindo uma montanha ao meio.

Separaram as tribos indígenas, criaram conflitos com o povo. Muito do sofrimento do povo brasileiro, hoje, é porque ele foi estuprado, foi desorganizado, foi assassinado e desrespeitado. Nós temos uma população que herdou esse sofrimento, esse carma. Todos nós!

A minha avó paterna era de origem indígena maxakali; a minha avó materna era alemã. O meu pai, do Sertão, tinha uma formação de negro, português e mulato.

Então, o Brasil foi muito massacrado. O povo brasileiro precisa de carinho – ouviu, gente? Nós precisamos ter mais carinho com o povo, um povo inteligente. Aí, o Manuelzão – essa foto fui eu que fiz, foi a melhor foto que eu já fiz –, a Bacia do Rio das Velhas, mostrando a volta do peixe. Nós colocamos "volta do peixe", que é o maior indicador de resultado. Não adianta falar que estão revitalizando o rio com obras separadas, gastando um dinheirão e, ao mesmo tempo, quem está destruindo o rio está indo de motosserra, está destruindo tudo. E nós plantando uma árvore ali... Faz um negócio ali... Você tem que fazer, mas tem que segurar a mão dos que estão desmatando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conheci uma menina em Belo Horizonte no sábado. Na segunda-feira ela foi enterrada aqui em Brasília. Era uma moça bonita, agrônoma, quase da minha altura, do SOS Mata Atlântica, se não me engano. Ela tinha chegado da Amazônia para lançar o movimento Desmatamento Zero.

Gente, o Brasil já foi desmatado demais. Temos que fazer o uso dessas terras... Temos que aumentar o imposto para quem não está usando a terra que já foi desmatada e zerar o desmatamento.

Aí, em homenagem a ela, às vezes eu uso até a camiseta que ela me deu... Eu estou dizendo aqui em homenagem a essa menina, cujo nome não me lembro agora, que morava aqui em Brasília... Ela caiu numa cachoeira porque foi segurar o filho da amiga dela. Ela escorregou, caiu, mas salvou o menino.

Desmatamento zero! Para que desmatar? Estão circulando por aí uns vídeos e umas estatísticas, aparentemente científicas, dizendo que o Brasil só desmatou até agora 15% ou 20%, no máximo. Ou seja, querem dizer com isso que pode desmatar e que tem de desmatar. Para quê? A Amazônia pode dar mais dinheiro com turismo ecológico. A biodiversidade... Nós temos que aproveitar o Cerrado para plantar árvores do Cerrado, fazer a maior indústria de produtos alimentícios, de animais. Você tem a carne... O Brasil tem que ser um país de vanguarda, o Brasil precisa parar de ser uma colônia mental.

Aqui é Minas Gerais. A Bacia do Rio das Velhas é aquela bacia vermelha no meio, é a região de Ouro Preto, é a região de Sabará. E o norte de Minas foi anexado, da Bahia para Minas. Eles mandaram levar todos os alimentos do norte de Minas, do São Francisco, para abastecer Ouro Preto, e essa região ficou ligada a Minas Gerais. Então, há a região das minas e as gerais, a região do Cerrado e da Caatinga, Minas Gerais. Mas, na realidade, em geral as minas estavam em Minas, do ouro, depois de diamante e de ferro.

A Bacia do São Francisco é aquela amarelona lá, estão vendo? De 70% a 75% de toda a área do São Francisco que chega ao oceano e que vai irrigar sai de Minas Gerais, e o maior território é da Bahia. Minas e Bahia juntos têm, *grosso modo*, 90% da água e do território da Bacia do São Francisco. Uma gestão do São Francisco tem de ter à frente Bahia e Minas, porque detêm 90% do território e da água.

Essa região está cheia de lagoas marginais. As lagoas marginais têm cinco, dez quilômetros de comprimento e, quando acontece a Piracema, a enchente... A Piracema ocorre na enchente, e a água enche as lagoas marginais, que são muitas. Aí, quando ela enche, os peixes grandes saem do rio e entra um monte de alevinos e de ovos de peixes. Na outra cheia, no outro ano, os peixes grandinhos já vinham para o rio, eles já sabiam nadar no rio, e entravam mais ovos. O rio era cheio de peixes. Com a construção de Três Marias, acabou a enchente, porque se segura a água em Três Marias e não é solta. Então, não dá uma enchente suficiente para inundar as lagoas marginais.

Nós estamos fazendo um trabalho agora com a Cemig, com Três Marias e com a ONS para soltar a água de Três Marias no momento exato da piracema, para essa água inundar a lagoa. Então, está indo muito bem essa questão.

Esse é um riozinho. Tem o menino ali, está vendo? As lavadeiras lavando roupa. O menino criado... Isso é um rio ideal. Olha que rio natural. Esse deveria ser o objetivo dos rios da cidade. Toda cidade deveria ser assim, sem esgoto no rio, sem nada, e o povo brincando, da cidade. Onde tem isso, em Belo Horizonte? No Rio de Janeiro? Por que eles fizeram o que fizeram com os rios? É uma estupidez muito grande!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Metade da verba da prefeitura de Belo Horizonte eu acredito que sai para consertar erro de obras erradas, entre elas as canalizações dos rios. É uma fonte de despesa, porque a indústria da enchente é a mesma indústria da seca, viu? Quer ganhar água com obras de que não precisam.

Aqui uma expedição que nós fizemos no Rio das Velhas, já chegando no São Francisco. Aí o povo, os alunos das escolas vendo o rio navegável. O nosso objetivo era navegar, pescar e nadar nos rios. Todos do Brasil, dentro e fora da cidade. Não admitir canalização nem lançamento de esgoto.

Passeata ao lado do Rio Arrudas, canalizado. Foi uma das primeiras manifestações que nós fizemos, em 97 e 98. Isso é o maior absurdo: canalizar um rio. Esse rio... Nós somos a favor de desmantelar tudo que foi feito e "descanalizar", tirar viaduto, tirar tudo. O rio tem que ser aberto ao povo para nadar e pescar. Tirar essa... E recuperar o rio. Com essas margens elevadas, tem muita gente que cai ali e morre. Passarinho não pode beber água, porque é só esgoto. Essa é uma cidade sem ligação com a natureza! Parece que o ser humano rejeita a natureza!

Carta de Morrinhos é um movimento que nós formamos no dia 11 de junho de 2015, lá na cidade de Matias Cardoso. Chama Carta de Morrinhos porque era o nome anterior. Matias Cardoso foi um bandeirante que matou muito índio e negro, e nós não quisemos homenageá-lo. Nós somos a favor de trocar o nome da cidade. Carta de Morrinhos é um movimento pela revitalização do São Francisco. Essa carta está naquele *site* lá. Está tudo no meu nome ainda, porque nós não tivemos condição de ter um *site* do movimento. É apoloheringerlisboa.com. Nós temos a Carta de Morrinhos.

Aqui a Bacia do São Francisco. É um rio que nasce em Minas e anda dois mil e tantos quilômetros... São 2.800km para chegar ao mar. Por isso é um rio mineiro, só um mineiro anda 2.800km para ir à praia.

A Meta 2020 da Carta de Morrinhos tem cinco objetivos.

Aumentar o volume de água nas bacias. A Bacia do São Francisco e as de outros rios estão morrendo de sede. Então, você precisa hidratar as bacias hidrográficas. Como? Aumentar a carga de água da chuva que penetra o solo, para cobrir os buracos de água no chão, que estão invertendo a pressão. Tem muita lagoa e rio que estão cheios de água, e a água some, não pela evaporação. Criou-se uma pressão negativa da água para dentro do chão. A água está sumindo para dentro do chão porque eles estão tirando compostos além do que podia, sem nenhum controle, viu?

Lagoas marginais: ter água suficiente na época da cheia, as hidrelétricas operarem ecologicamente, para, na hora em que dermos o sinal de que já está na hora de soltar a água, que soltem a água com seis dias de antecedência, em Três Marias, inundando todas as lagoas do norte de Minas. Você vai produzir energia elétrica, a água será abastecida, vai ser guardada em Sobradinho, não fará falta, porque Sobradinho está recebendo a água, e você vai ter muito peixe no rio. O peixe é o Bolsa Família do povo, que ele adquire pelo trabalho e com dignidade.

Qualidade da água: construir estações de tratamento de água. A Codevasf gastou não sei se 1 bilhão, dizendo que estava construindo estação de tratamento de água em toda a Bacia do São Francisco. Não há uma que funcione direito, a melhorzinha é a de Lagoa da Prata. Eu viajei da Serra da Canastra até o Oceano Atlântico, gastamos vinte e tantos dias, e não se encontra estação de tratamento de água funcionando bem. É exceção. Uma das exceções é Lagoa da Prata. Jogaram o dinheiro fora, entregaram o dinheiro para os amigos, para os empresários fazerem de qualquer maneira. Não têm a mesma metodologia, não combinaram quem ia operar aquela caixa d'água,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muitas prefeituras não aceitaram operar, muitos entraram na Justiça porque a estação de tratamento, deixaram lá, e não chega água na estação porque foi construída num nível abaixo e a prefeitura não quer pagar o bombeamento. É uma tragédia, merecia uma CPI esse problema da estação de tratamento no Brasil. O *lobby* do saneamento é poderoso, o *lobby* do saneamento não está interessado em saúde, em nada. Uma vez eu levei uma revista contra a transposição do São Francisco, de uma caravana que nós fizemos, num ato, em São Paulo, promovido por empresas de saneamento e pela ANA. Eles pegaram minhas 400 revistas e sumiram com elas. Nunca mais eu vi, não distribuíram.

O quarto item é mobilização social, comunicação e organização da sociedade. O motor para mudar qualquer coisa é a sociedade. Infelizmente, a sociedade está dispersa, não tem muita capacidade, meios de comunicação.

E, por último, ações operacionais, como esta que a gente está tentando fazer, a operação de Três Marias, visando encher as lagoas marginais para o peixe se reproduzir, porque nós precisamos imitar a natureza. A natureza é a nossa mestra. O livro de Deus é a natureza. A Bíblia é o livro sagrado dos judeus, muito bom também, eu já li seis vezes, mas o livro de Deus é a natureza, onde tudo se aprende.

Nós trabalhamos com a visão ecocêntrica, que é a visão ecossistêmica da vida, da economia e da política. Para nós, a política, a economia têm que estar subordinadas à vida, e a vida só existe se os ecossistemas continuarem vivos. Não haverá vida se nós continuarmos desmatando e destruindo tudo. Está lá também nesse meu *site*. Carta de princípios do Comitê do São Francisco. Essa carta de princípios do Comitê do São Francisco – é até uma denúncia que eu faço – foi aprovada na fundação do Comitê do São Francisco, eu estava aqui em Brasília. Ela foi aprovada, entrou na ata de constituição do Comitê do São Francisco, estava no *site* da ANA e do Comitê da Bacia do São Francisco. Eu fui procurar, retiraram, e nem a ANA nem o comitê sabem onde essa carta foi parar. Como que se tira do *site* e se joga fora uma carta de princípios que o Comitê é obrigado a dirigir? E aqui constam os princípios da gestão ecossistêmica, uma elaboração que junta o sistema de meio ambiente com o sistema de gestão das águas, com base na Constituição brasileira, mostrando que não precisa de mais nenhuma lei, é só conciliar os dois sistemas e fazer uma gestão do São Francisco e dos rios. Essa carta também está à disposição de vocês no *site* www.apoloheringerlisboa.com/documentos, que é um blogue, um *site* que eu tenho, que não é profissional, mas consta tudo lá.

Embaixo, o manifesto nacional. Nós lançamos agora, no Dia Mundial da Água, um manifesto nacional propondo um caminho para o Brasil. Nosso objetivo é o meio ambiente. Essa visão de defender o Brasil tem que ser assumida no Governo do Brasil por ambientalistas que não sejam loucos, que tenham visão mesmo, científica. E esses ambientalistas têm que ter um programa econômico para o Brasil; um programa que gere emprego, um programa que aumente a nossa riqueza natural, um programa que atraia as pessoas do mundo inteiro que queiram alimentos orgânicos, que atraia o turismo ecológico. É uma nova economia no mundo. Nós não mais estamos dispostos a apoiar partidos e políticos que não coloquem a questão ecológica no centro de tudo, porque não há outro jeito para o mundo hoje.

Aqui cito Albert Einstein – estou encerrando.

Quando a gente fez o projeto Rio das Velhas, nós colocamos o seguinte: vamos lutar pela volta do peixe ao Rio das Velhas – isso foi dentro da Faculdade de Medicina –; se o peixe voltar ao Rio das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Velhas como era antes, como a gente tinha em depoimentos e pesquisas, é sinal de que vai haver mais saúde na bacia.

Os princípios gerais da saúde humana, que o SUS não incorporou ainda... O SUS não é programa de saúde; o SUS é programa de assistência médica. Saúde não é basicamente uma questão médica; saúde é basicamente uma questão de qualidade de vida. Então, os princípios gerais da saúde animal incluem os da saúde humana. O ser humano é mamífero, vertebrado, está na classificação de Lineu, na Taxonomia de Lineu. Nós somos bichos também! Os princípios da saúde humana têm que sair de dentro dos princípios da saúde animal. E, quando eu penso em saúde, eu penso na saúde dos animais. Eu não posso jogar agrotóxico no rio, não posso jogar esgoto no rio, porque eu tenho que alimentar os animais silvestres com saúde. Se os animais silvestres ficarem doentes, eles vão morrer e vão alimentar as pessoas com doença, com produto químico. Eu não posso gerir o mundo como se só o ser humano interessasse – porque tenho a Copasa, tenho empresas de saneamento. Eu tenho que ter um modo de administrar a Terra em que, se houver um choque de meteoro, se houver um terremoto, o povo poderá ir para o rio beber água, o povo irá para o mato catar comida, e vai sobreviver a humanidade.

No Haiti, no terremoto, o primeiro avião de socorro que veio dos Estados Unidos veio trazendo água, porque os franceses acabaram com o Haiti, com os canaviais, o esgoto era jogado no rio, e o povo não tinha onde beber água, e não havia água nas torneiras, porque acabou a eletricidade lá. Então, nós temos que ter uma visão de sustentabilidade da Terra que vai além da necessidade humana apenas e prevendo um grande período de um cataclismo mundial.

Olhem o que o Einstein disse: "Quanto maior for a simplicidade das suas premissas, maior será a teoria. Quanto maior for o número de tipos de coisas diferentes que [essa teoria] relatar, mais extensa será a sua área de aplicação." Então, quando estou falando em coisas gerais, em princípios gerais da saúde dos rios, eu estou montando uma teoria que está de acordo com a lógica que a vida desenvolveu na Terra, que é a lógica maior que nós temos, porque nós refletimos uma inteligência universal.

Citações de Einstein, científicas, que não são copiadas por ninguém – porque há muita falsidade atribuída a Einstein – estão nesse *site* aí, que é um *site* confiável. É muito importante quem quiser citar o Einstein conferir se está ali.

Esta é uma ideia da "República Hidrográfica do Brasil", com os Estados naturais. A Região Amazônica e a região ali do São Francisco são Estados naturais. Pela água, você sabe o que está vindo. A água dos rios são informações que fluem. O espelho d'água dos rios mostra a nossa cara, mostra o tipo de indústria, o tipo de saneamento, mostra tudo. Então, esse mapa é o mapa dos sonhos. Aquele verde lá é o São Francisco; aquele amarelo lá é o Tocantins; ali, o Rio Amazonas todo; ali embaixo está a Bacia do Prata – está detalhado aí.

Então, eu posso ter uma divisão político-administrativa do Brasil baseado nas bacias hidrográficas e nos ecossistemas, que refletem o solo, porque a biodiversidade deriva da litodiversidade. É a diversidade do solo que constrói a fitodiversidade, que constrói a zoodiversidade. Portanto, tudo está ligado ao solo. Nós somos filhos da terra, dessa terra que é um planeta vivo. A Terra não é uma pedra; a Terra é vida. Ela reage, ela sofre; ela é a nossa mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na Constituição do Equador e na da Bolívia, que eles falam que são atrasadas porque são de índio, eles colocaram que a Mãe Terra tem direitos – ela tem direito à vida. E o Brasil, que é muito adiantado, muito evoluído, ainda não colocou.

Aqui, para terminar mesmo, o agronegócio. Eu não sou contra o Brasil exportar e produzir; eu sou contra a destruição do meio ambiente, o desmatamento e a monocultura extensiva. A monocultura extensiva tem que ser banida. Olhem, o agronegócio usa, abusa e não paga pela água. Vocês sabiam – eu descobri isto – que há toda uma propaganda contrária? A mineração não paga, nem o agronegócio. O agronegócio estava pagando sabem quanto? Pagava R$0,02 por mil litros d'água – R$0,02 por mil litros d'água. Mas como eles estão tratando a terra e são responsáveis por acolher a chuva, eles têm um redutor de 1/40. Então, são R$0,02 divididos por 40.

Olhem, então, no geral, como fica aqui – dados da Agência Nacional de Água.

Estão vendo aquele azulão grande? Esse é o orçamento do Comitê do São Francisco, da Agência Peixe Vivo, que é dirigida pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e pela Faemg, com apoio dos outros Estados. O Comitê é dirigido pelo setor econômico, que usa a água no interesse próprio – não está defendendo o meio ambiente. Em azul, 56% do orçamento do Comitê do São Francisco, que se dizia contra a transposição, vêm da transposição, que não aconteceu ainda. Desde o início, há anos, ele recebe 56% da grana que o Governo passa com isso para calar a boca do Comitê do São Francisco.

Olhem a outra parte, em vermelho: 27%. Quem puder somar, para mim, 56 mais 27... Deve dar 83, 87.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Oitenta e três.

O SR. APOLO HERINGER LISBOA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Oitenta e três.

O SR. APOLO HERINGER LISBOA – Oitenta e três! Então, 83% do orçamento do Comitê do São Francisco vêm da transposição e do consumidor de água doméstico. Quem está pagando pela água do setor econômico, que ganha dinheiro com a água, que alimenta o gado, que ganha dinheiro com soja e com eucalipto, é o consumidor urbano, somos nós, porque eles cobram a conta da água. É uma água tratada, é claro, mas o custo dessa água tratada, que a gente paga, a empresa de saneamento repassa para o consumidor doméstico.

Olhem que escândalo: a mineração paga 4% – e é o setor mais rico lá de Minas Gerais –; o agronegócio paga 2% do total... Dois por cento não, são 5%, 6%, uma coisa assim. E muitos não pagam. Estão vendo aquela coisa lá? É porque eles não têm controle de quem tem e está tirando de quem não tem, descontrolou tudo.

Mas o que chama a atenção é que a transposição e o saneamento ficam com 83% do orçamento, o que transfere para o consumidor doméstico todo o peso, porque, com a transposição agora, se funcionar – e não vai funcionar, a transposição é um projeto que nasceu falido, natimorto –, o povo das cidades do Nordeste é que vai pagar o preço da água, dizendo-se que aquela água está vindo da transposição, quando, na verdade, não é. Está bem?

Acabou? Não é possível!

Agradeço a todos aí. Eu acho que deu para explanar bem a questão, porque a pior coisa do mundo é ficar tudo pela metade. Acho que deu, me satisfizeram muito o tempo e o ambiente aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria cumprimentar o Senador Cidinho Santos pela paciência de ficar me escutando. Ele deve estar cheio de coisas para fazer.

Mas você perdoa o doutor aqui? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Foi um prazer. A aula que o senhor deu sobre história, sobre geografia, tudo, foi extremamente satisfatória.

Nós estamos com o tempo um pouco estourado. Então, eu vou procurar ser bastante rápido com as perguntas. O que nós não conseguirmos responder aqui depois a gente responde por *e-mail*.

A Drª Tatiana, então, é a primeira: "Na opinião da senhora, quando se discute o tema revitalização de bacias hidrográficas, quais os principais gargalos institucionais, normativos e operacionais vivenciados? Em sua experiência, como esses gargalos poderiam ser superados?"

A SRª TATIANA HEID FURLEY – Com relação à restauração de rios e bacias, operacionalmente, não há tantas experiências no Brasil, mas, operacionalmente, eu não vejo grandes dificuldades, principalmente se trabalhar nos tributários. São técnicas simples, de baixo custo. O importante é você trabalhar na causa do problema, e não deixar para se resolver isso na calha principal do rio. Então, se você trabalha na fonte ali, na causa, as soluções podem ser simples e operacionalmente viáveis.

Gargalos institucionais. Eu acho que o Brasil ainda não acordou para entender que nós dependemos da água. A impressão que dá é essa. Apesar da seca, de tudo o que está acontecendo, as indústrias também ainda não acordaram para isso. Então, eu acho que, assim como o exemplo de Nova York e de alguns outros lugares, nós vamos ter que adotar os rios. Não vai ficar só esperando aí vir um projeto, haver recursos... Acho que quem capta água daquele rio vai ter que investir naquele rio. Então, eu vejo que esse é um caminho aí de que nós vamos precisar, de se conscientizar e adotar o rio. Então, se é uma empresa, uma indústria que depende da água, ela vai ter que cuidar daquele recurso hídrico.

Eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado.

Há outra pergunta aqui, de Edivaldo Pego, de Minas Gerais. Ele pergunta assim: "O Rio Jequitinhonha está agonizando, não temos a mata ciliar, as nascentes estão sendo desmatadas dando lugar ao eucalipto. A principal fonte de renda desse povo pobre do vale está secando. Que providências poderiam estar sendo tomadas para essa região?"

A SRª TATIANA HEID FURLEY – Novamente, a mata ciliar aí é essencial para esse rio, para evitar tudo que ele está relatando. Tem que haver respeito à mata ciliar, às nascentes. Eu vejo por aí a solução do problema.

Há represas também nesse Rio Jequitinhonha, não é?

O SR. APOLO HERINGER LISBOA – E existe o Comitê da Bacia do Jequitinhonha, que tem de responder a essa pergunta, porque o Comitê tem essa função. O Rio Jequitinhonha é maravilhoso. Eles fizeram um grande investimento lá para explorar diamante com tratores, arrebentaram o rio todo. O rio, agora, não tem leito certo. Parece um pantanal.

E foram desrespeitando a mata ciliar, mas eles foram desrespeitando todo o corpo do rio, porque você tem de trabalhar com a ideia de bacia hidrográfica. O Rio Jequitinhonha é um rio maravilhoso, tinha muita água. Os navios paravam embaixo, e subiam os barcos até Araçuaí. Os escravos vinham de Salvador, subiam o Rio Jequitinhonha em barcos, depois iam a pé de Araçuaí até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Diamantina, 300km. Então, era um rio bacana. O assoreamento, que é a falta de cuidado na hora de plantar, de desmatar, faz com que a chuva jogue toda a terra boa... Então, o melhor do Jequitinhonha está indo embora para o rio, matando o rio.

Comitê de bacia tem de ser coisa que funciona, tem de parar de ser um órgão do jeito que está sendo. Há muita gente boa lá, mas quem manda mesmo é quem destrói.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – É isso aí.

O Guilherme Soares, de Pernambuco, diz o seguinte: "Deviam considerar a total isenção fiscal das estações de tratamento privadas, uma vez que o Estado não possui capacidade de tratamento para todo o efluente sanitário produzido na cidade. Esse tipo de benefício incentivaria o setor privado a investir nessa área."

O SR. APOLO HERINGER LISBOA – A estação de tratamento tem de ser feita com uma filosofia unificada, convergente. O que está havendo é muita gente querendo ganhar dinheiro, investindo em ETE. "Ah, mas é para melhorar a saúde do povo!" Mas fazem os negócios mal feitos e depois vão embora. Aí as prefeituras começam a encontrar mil problemas depois, e começa a nada funcionar.

Então, eu acredito que essa questão da estação de tratamento de esgoto no Brasil inteiro mereceria uma equipe de técnicos e cientistas, que não tem interesse em ganhar dinheiro, que seria de funcionários do Estado, ganhando bem, para fazer um projeto para definir as regras para você fazer ETEs que seriam aprovadas, porque, do jeito que está, não está resolvendo. As ETEs se tornaram um dos maiores problemas dos rios, em vez de solução.

Então, é necessário ter princípios. Por exemplo, não precisa fazer uma grande ETE. Há locais em que se se fizer uma ETE pequena, numa região da cidade, tem tratamento que não dá mau cheiro... É muito mais sustentável uma ETE por partes da cidade, são várias ETEs, do que uma super-ETE. As grandes obras são as que mais têm impacto ambiental. Na natureza, tudo não é pequeninho? Vai formando a célula... Tudo funciona assim.

Essas megaobras, esses mega-aterros sanitários... Não há nada pior para o meio ambiente do que aterro sanitário. Aterro sanitário é uma sacanagem com o povo brasileiro. Você tem de fazer compostagem e reciclagem, porque senão não haverá país no mundo que aguente retirar, retirar, retirar e criar áreas proibidas para se fazer qualquer coisa.

O Brasil está precisando de uma constituição ambiental que defina: tratamento de lixo doméstico – tem de seguir tal linha, tal diretriz. Não vai ser aterro sanitário. ETE tem de seguir tal linha. Obras em rios não pode. Temos que ter uma constituição de regras científicas que tem que ser obedecida, com força de lei. Aí, as empresas privadas podem fazer o que quer. Se eles tiverem uma ideia melhor podem fazer uma mudança constitucional – aí, tudo bem – porque eu acho que tem coisa que pode melhorar.

Eu não sou contra a iniciativa privada não. Eu acho que quando mais empresário o Brasil tiver, mais nós podemos ser democráticos. Se tiver só um empresário, o Estado, vamos estar em uma ditadura, mas a empresa privada tem que estar regida por políticas públicas e, como meu filho, que é economista diz para mim: "Pai, você fica pregando ética e não vai conseguir acabar nunca com a corrupção no Brasil." Eu falei: "E como é que acaba?" "Acaba no dia em que o risco que o cara está correndo para corromper for tão grande, for tão arrasador, prisão, tomar os bens dele, degredar ele na Amazônia durante dez anos no mato para ele aprender com os índios como é que se vive, aí eles vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pensar dez vezes antes de entrar na corrupção. É o risco de prisão e de punição que vai acabar com a corrupção no Brasil."

Ele tem 22 anos, e tudo que eu falo ele é contra, mas ele tem razão, e eu aprendo muito com meu filho. Você ficar pregando, pregando... Não, você tem que ter normas definidas, regras que a pessoa tem que cumprir e, se não cumprir, vai pagar caro mesmo, mas muito caro. Aí, nós vamos ajeitar. Eu acho que muito mais sério do que crime de roubar e matar aí é matar a natureza, que é a vida de todos. O crime ambiental... hoje... O Presidente Temer perdoou bilhões de multa ambiental. Ora, se foi multado é porque o cara cometeu crime ambiental. Ele não é Poder Judiciário para fazer isso. Como é que pode ir perdoando as dívidas? E quem é vai pagar a conta de dívida? É melhor não pagar. O meu filho falou: "No Brasil, é melhor não pagar a multa e deixar porque sempre vai ser anistiado." É um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não.

A SRª TATIANA HEID FURLEY – Sobre a ETE, na minha visão, os dois grandes problemas de um rio são a destruição física do rio. Então, eu canalizei os rios, eles não têm mais curva, não têm mais meandro, não tem mais hábitat para os seres vivos, e também a presença do esgoto doméstico não tratado, difuso. Uma estação de tratamento de esgoto é muito bem-vinda, mas ela tem que ser bem feita, bem tratada e técnicas já existem aqui no Brasil. Não é por falta de técnica que a gente não vai ter uma estação de tratamento funcionando bem.

E nós estamos publicando agora quais são os 20 grandes problemas ambientais que têm que ser resolvidos em curto prazo senão vamos entrar num colapso. Está saindo a publicação agora dos 20 grandes problemas ambientais da América Latina. Um deles é o problema dos esgotos domésticos em termos de todos os medicamentos e produtos que existem ali. Tudo o que nós ingerimos de remédio está indo para o esgoto. Então, eu tenho que tratar muito bem. As drogas estão indo para o esgoto, todos os fármacos estão indo para o esgoto. Por isso, estamos tendo problemas endócrinos com o ser humano porque estamos ingerindo água que vem do rio cheia de remédio anti-inflamatório, antibiótico, hormônios. Isso é um problema gravíssimo que está acontecendo no mundo inteiro. Então, através da cobrança da água, as estações de tratamento de efluentes vão ser beneficiadas ou não: se tiverem um esgoto bem tratado, elas vão pagar menos e, se tiverem um esgoto maltratado, vão pagar mais. Tem importância enorme, mas tem que estar funcionando bem. Não adianta uma estação que não esteja funcionando bem.

O SR. APOLO HERINGER LISBOA – Tatiana, só complementando.

A morfologia dos rios é fundamental ser preservada – a morfologia – e não lançar esgoto nos rios, mas o fundamental para salvar os rios brasileiros é subordinar a produção econômica e a metodologia de produção aos limites ecológicos, porque é isso que amplia, é isso que vai mudar a política econômica, porque a política econômica é que destrói o meio ambiente.

Se nós não fixarmos nesse objetivo, nós não vamos conseguir porque eles vão continuar destruindo tudo para produzir, ganhar dinheiro fácil.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – O Dr. Robson, que é do relacionamento com o mercado do Instituto Aplysia, quer fazer uma participação.

Está concedida.

O SR. ROBSON MELO – Muito bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desta proposta da Comissão, Senador Cidinho, que é de buscar políticas públicas – e já vêm sendo praticadas pelo Brasil e mundo afora –, eu quero ressaltar bastante o que os nossos palestrantes até aqui colocaram no sentido de que as intervenções não são necessariamente as grandes intervenções, especialmente o projeto que é mostrado pela Drª Tatiana está deixando claro que são em trechos de 1km, 2km de um rio, e a gente já tem benefícios altíssimos.

É verdade que não será uma única intervenção dessa numa grande bacia. É preciso, portanto, trabalhar pelos seus tributários, mas são pequenas intervenções, e essas pequenas intervenções, como diz muito bem o Prof. Apolo, podem perfeitamente ser apadrinhadas pelos prefeitos, por aquelas indústrias que estão ali localizadas, perto desses pequenos tributários.

Um outro aspecto também, porque eu atuo em atividades complementares relativamente à gestão das águas, que é preciso recordar aqui é a necessidade das recargas, ou seja, topos de morros precisam ser recuperados, as suas nascentes, que um dia existiram, a história, e é o conhecimento tradicional que vai permitir isso. É preciso também entender que são ações conjuntas simultâneas, muitas delas na bacia hidrográfica, mas são pequenas intervenções – sempre gosto de salientar isso –, várias pequenas intervenções é que vão permitir, sem dúvida alguma, restaurar um rio inteiro.

Então, projetos como o ReNaturalize, aqui apresentado, que já está sendo praticado no Brasil, lá no Rio Mangaraí, no Espírito Santo, somado a atividades como, por exemplo, em Minas Gerais e no Espírito Santo, que são praticadas pelo Instituto Terra, em recuperação de nascentes, buscando a recomposição dessa carga nos topos de morros e matas ciliares, sem dúvida alguma, estas, na minha opinião, Senador Cidinho, são as políticas públicas práticas que ficam democratizadas em todo o Território nacional e que podem perfeitamente ser compartilhadas com as gestões municipais, que, por sua vez, estão mais próximas da comunidade, estão mais próximos das empresas que estão ali instaladas e cujos comitês de bacia também estão neste *locus* Municipal.

Portanto, eu quero crer que uma política nacional, que aqui é discutida, deva endereçar a gestão dessa recuperação, desta revitalização dos rios aos seus pequenos tributários e, portanto, às gestões municipais, partindo, obviamente, de uma grande política nacional, como aqui esta Comissão quer estabelecer.

Então, quero muito enfatizar as visões aqui colocadas de que a solução não é de uma grande obra de engenharia. Sim, de engenharia sim, engenharia de revitalização, buscando e compreendendo que os rios têm que ter os seus meandros recuperados, que o conhecimento tradicional e o conhecimento científico, aqui apresentados pela Drª Tatiana, somados, podem perfeitamente recuperar a partir de pequenos.

Eu não gosto de pensar que tudo vai nascer grande, como dizia há pouco o Prof. Apolo. Na natureza, tudo nasce pequeno. O nosso grande projeto de revitalização dos rios também tem que nascer nessas pequenas intervenções aqui sugeridas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Dr. Robson.

Vamos dar seguimento aqui às nossas últimas perguntas.

Esta é da Maria Cristina Machado Viana, de Minas Gerais: "Manifesto meu desejo da observância governamental de investimentos em saneamento rural, que contempla sanitários poluindo riachos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importantes das comunidades. É um ralo de dinheiro desperdiçado com a conivência de prefeitos na manutenção deste Estado atrasado e corrupto em que vivemos."

Vou falar todas de uma vez só.

A Mônica, do Rio Grande do Sul, diz: "Bom dia a todos. Eu penso que o Governo deveria tornar os rios urbanos em áreas legalmente protegidas."

Depois o Artur Alvim, de São Paulo, diz: "Fundamental a manutenção das bacias hidrográficas e da "saúde" dos rios, lagos e mares, combatendo o assoreamento e a contaminação com metais pesados, entre eles: o mercúrio, cádmio, cromo entre outros. O Brasil é uma potência hídrica e não pode ignorar seus rios!"

Por último, o Igor Silva, do Ceará, diz: "Temos um processo de clarificação da água em todo o País que atende aos padrões em norma e, segundo esta, está apta para o consumo. A população não consome água. Não está na hora de mudar essa cultura?"

Poderia fazer os comentários, Drª Tatiana?

A SRª TATIANA HEID FURLEY – São muito importantes mesmo essas observações sobre assoreamento, sobre qualidade de água. Realmente me preocupa a qualidade da água, não só a questão da quantidade, mas a questão da qualidade da água que nós estamos ingerindo.

Assim como disse o professor, acho que a gente pode monitorar e avaliar a qualidade da água, os seus indicadores. Os peixes são indicadores simples. A gente não precisa de metodologias muito sofisticadas para avaliar. Na cadeia alimentar, estando presente o peixe, já é uma indicação de que o ambiente está se recuperando, não só para avaliar se estou restaurando fisicamente o ambiente, mas quimicamente também.

Eu acho que foram comentários interessantes.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado.

Eu agradeço a participação de todos.

Prof. Apolo, no final fiquei aliviado. Durante sua excelente apresentação, você falou que não teve filhos em função da perseguição da ditadura. Eu pensei: "Poxa, não teve filhos porque foi perseguido." Depois, lá pra frente, falou que tem uns filhos, não sei quantos.

O SR. APOLO HERINGER LISBOA – Agora tenho três filhos – de 17, 19 e 22 anos. Isso foi só depois que o Brasil se redemocratizou. Aí eu tive vontade de ter filhos. Antes, não. Eu era um animal autêntico, coerente: não reproduzia em cativeiro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Muito bem.

Passo para as suas considerações finais. Depois, para a Drª Tatiane também.

Agradeço a todos.

Antes das suas considerações, quero aprovar a ata da última reunião, que foi realizada no dia 24 de outubro.

O SR. APOLO HERINGER LISBOA – Bom, eu já falei bastante. Eu fui bastante ousado aqui no tempo.

Só para reprisar: nós temos que fazer ações pequenas, porque elas são mais efetivas e são assumidas pela comunidade que a sustenta. As obras que chegam de fora, de paraquedas, como se fossem uma nave espacial... Aquilo é só para ganhar dinheiro; vão embora e não continuam nada lá. E não há também a oitiva do povo da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Porém, nós não podemos permitir que outros façam grandes obras para destruir. Então, se eu estou fazendo pequenas ações, eu também não posso admitir que os outros continuem, em progressão geométrica, destruindo tudo. Eu tenho que fazer a luta dos dois lados. Nós não podemos permitir que eles continuem destruindo o Brasil com a rapidez com que estão fazendo, com a monocultura extensiva.

E outra coisa: o meio ambiente só terá viabilidade para sobreviver se os países do mundo – e nós estamos no Brasil –, se aqui, no Brasil, nós subordinarmos os métodos, as práticas econômicas, rurais, industriais, às possibilidades de sobrevivência do ecossistema, às possibilidades ecológicas. Essa é a visão ecossistêmica do mundo, da vida e da economia. Não é receber uma mitigação, ou a empresa dar uma verba para a sua ONG, ou a empresa passar a funcionar fazendo obras sociais. Destruíram o Rio Doce e agora estão fazendo obras sociais na região de Mariana, mas o rio não está sendo recuperado. Então, é necessário que a economia brasileira seja subordinada a princípios da economia natural ou ecológica, que já produzia alimentos para o mundo inteiro, sem destruir o meio ambiente.

Uma pequena destruição do meio ambiente, sendo feita de uma maneira planejada, subordinada a regras ambientais, nós temos condição de aceitar, e isso não vai atrapalhar. Pelo contrário, o meio ambiente vai gerar muito mais renda para o Brasil. Vai gerar emprego, vai gerar postos de trabalho.

Agora, uma economia que faz tudo errado e, depois, os ambientalistas vêm tampando buracos e resolvendo detalhes, aí também não resolve. Vejam o que está acontecendo com a Amazônia, o que aconteceu com o Nordeste, o que está acontecendo em Mato Grosso, em Goiás, no Pará e em Minas Gerais. Aí não tem sentido.

Então, essa questão de a economia ser "ecologizada" para mim é fundamental, e eu não estou disposto também a participar de conselhos ambientais do Governo que usam a sociedade civil só para legitimar suas ações, porque ela sempre é derrotada: eles têm maioria, e ela não é deliberativa. Decide-se uma coisa no comitê e num conselho; aí, o órgão superior vai lá e pode mudar, porque ele tem poder para isso.

Então, nós temos que mudar realmente, de forma séria, a questão ambiental, política e econômica do Brasil.

Obrigado.

A SRª TATIANA HEID FURLEY – Nos últimos anos, eu tomei ciência de quanto o homem conseguiu inventar e criar contaminantes. E existem milhares de tipos de contaminantes criados e, a cada dia, novos e novos estão sendo criados, como produtos para conservar melhor alimentos. São produtos que estão sendo criados, e esses produtos estão indo parar no ambiente, e nós não temos a menor ideia de como tratar e o efeito que eles estão causando no ambiente. Nós estamos conseguindo destruir tudo isso.

Agora, já existem técnicas e meios, a gente já tem o conhecimento básico. Não é difícil chegar lá e resolver isso daí. Técnicas para restaurar o que nós fizemos com os recursos hídricos, já existe muita coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha visão, do que a gente precisa é vontade, arregaçar as mãos e começar a fazer, não é? Coisas simples, como uma mata ciliar, por exemplo, e todo o efeito benéfico que ela já vai começar a fazer no rio, não só em termos de quantidade de água, quanto qualidade de água.

Então a minha mensagem aqui: a gente já pode botar a mão na massa, não é que eu precise ainda desenvolver técnica. É correr atrás e começar a fazer. Eu acho que o que precisa agora é vontade mesmo e botar a mão na massa.

O SR. APOLO HERINGER LISBOA – Nós temos que trabalhar juntos.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado mais uma vez. Eu agradeço a participação do Prof. Apolo e da Drª Tatiana. Também a do Dr. Robson e a de todos os presentes.

Foi muito bom este debate. Acho que foi importante para quem nos assistiu pela TV Senado. E depois vai ser reprisado, com certeza, inclusive pela internet. Acho que foi produtivo e foi uma aula para nós.

Muito obrigado a todos pela disponibilidade de terem se deslocado dos seus Estados de origem para estar aqui conosco nesta manhã. Muito obrigado mesmo.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 17B9778B001FC9F7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.